



## **RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL EM 2016**

### **MENSAGEM ANUAL À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

Senhor Presidente,

Senhores Deputados,

Em atenção ao disposto no artigo 47, inciso X, da Constituição Paulista e aos princípios da informação e transparência na administração pública, é com prazer que encaminho a este nobre Parlamento o Relatório Anual das Atividades do Governo, relativo ao ano de 2016, do qual esta mensagem é uma breve síntese.

Nesse ensejo, saúdo a todos na certeza de que se avizinha mais um período de produtiva parceria entre os poderes, fundada na ética e no respeito às instituições, em prol do desenvolvimento de nosso Estado e do bem-estar do povo paulista.

Num ano marcado por grave crise econômica, que atingiu fortemente as finanças públicas de todos os estados, a gestão financeira responsável, impressa pelo Governo, garantiu ao Estado de São Paulo a possibilidade de honrar todos os seus compromissos, especialmente com a folha de pagamento dos servidores, sem ferir os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dados ainda parciais sinalizam uma queda nominal de 0,6% na arrecadação e uma variação negativa de 8,7%, se considerarmos os valores deflacionados pelo IPCA, levando a uma receita tributária, em valores nominais, de R\$ 149,4 bilhões. Diante dessas adversidades, o comprometimento e a eficiência na gestão pública, pilares da atuação deste Governo, revelaram-se ferramentas muito eficazes para a manutenção dos programas e ações governamentais, fundamentais à população bandeirante.

Neste sentido, importante ação adotada pelo Estado, com o apoio desse Nobre Parlamento, foi a sanção da Lei Estadual nº 16.338, de 14 de dezembro de 2016, que autoriza o Estado a alienar uma lista de imóveis de pouca serventia. Partindo de uma política que pretende otimizar o uso dessas áreas, de modo a tornar a sua utilização mais racional e economicamente mais eficiente, mapeou-se, através das Pastas detentoras desses imóveis e do Conselho do Patrimônio Imobiliário, os próprios públicos. Feito isto, o Governo elaborou



um plano de readequação de usos, com compartilhamento de espaços. Desta feita, a autorização legislativa para a alienação de imóveis não mais fundamentais ao uso público é de extrema importância para a manutenção das contas públicas, trazendo novas fontes de receita ao orçamento público.

Após intenso e profícuo debate travado em boa parte nesta Augusta Casa de Leis, foi sancionado o Plano Estadual de Educação. A Lei Estadual nº 16.279, de 08 de julho de 2016, elaborada em consonância com o Plano Nacional de Educação, estabelece diretrizes e metas que dão respostas concretas e efetivas aos desafios que se colocam diariamente no âmbito da Educação Básica e da Educação Superior, como processo contínuo e articulado de formação do ser humano.

Ademais, a formação de professores continua sendo uma prioridade desta gestão, que investe no aprimoramento e aperfeiçoamento de seus quadros. Neste ano, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado “Paulo Renato Costa Souza”, teve mais de 130 mil cursistas matriculados em seus diversos cursos, todos servidores estimulados e incentivados a ampliarem seus conhecimentos.

Ainda em relação ao corpo docente, e à necessidade de manter os quadros adequadamente dimensionados, o Governo Estadual autorizou a realização de concurso público de Professor de Educação Básica II, de 20.895 cargos, com 12 mil nomeações programadas para o ano de 2016.

Outras ações que merecem ser destacadas referem-se às políticas de inclusão, seja no que se refere à educação para a diversidade sexual e de gênero, que registrou um aumento de 51% de matrículas de alunos com nome social, seja quanto ao acolhimento ao imigrante, cujas matrículas totalizaram mais de 8.000 alunos na rede estadual paulista.

E os resultados do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, calculados a partir do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) mostram que São Paulo está no caminho certo. O Estado apresentou avanço nos três ciclos avaliados, sendo que nos anos iniciais (1º ao 5º ano), ocupamos o 1º lugar no País, atingindo 6,4, média superior, diga-se de passagem, à meta estabelecida pelo Governo Federal para 2019, que é de 6,3.



Os resultados do SARESP – Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – reafirmam isso: todas as metas estipuladas pelo Governo foram superadas, sendo que 78% das escolas melhoraram seu IDESP e 70% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais.

O ensino médio é a etapa da escolarização que forma o indivíduo para o mercado de trabalho ou para progredir em estudos posteriores. Reconhecendo a importância dessa fase para o jovem cidadão, o Governo de São Paulo vem investindo fortemente na ampliação do número de vagas nas escolas de orientação técnica e tecnológica, na melhoria da qualidade do ensino aí oferecido e na capacitação de seu quadro docente. Há, atualmente, 220 ETECs (Escolas Técnicas Estaduais) que oferecem Ensinos Médio, Técnico e Técnico Integrado para mais de 208 mil matriculados. Só no Ensino Técnico Integrado ao Médio (ETIM), foram oferecidas 20.991 vagas, o que representou um crescimento de 2.085 em relação ao ano anterior. As chamadas FATECs – Faculdades de Tecnologia, 66 no total, ofereceram 72 cursos de graduação para 79.951 matriculados, no 2º semestre de 2016.

Além disso, no ano de 2016 fortaleceu-se o papel desempenhado pelo Governo Estadual no estímulo ao desenvolvimento econômico, no apoio ao avanço científico e tecnológico e no incentivo à inovação. Dispondo de autonomia garantida por lei, a FAPESP, uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país, contratou mais de 9 mil novos projetos e desembolsou cerca de R\$ 1 milhão com bolsas e auxílios a pesquisas orientadas ao progresso científico. Já a “INVESTE SP”, agência que tem como missão fomentar o desenvolvimento através da promoção de investimentos, em dezembro de 2016 contava, em sua carteira, com 174 projetos em andamento, o que significa que o ano de 2017 começa com um potencial de investimentos da ordem de R\$ 76,7 bilhões e com a perspectiva de geração de 89.333 empregos diretos.

A formação de uma pessoa, porém, não se resume aos bancos escolares, tendo a cultura papel de relevo na formação do ser humano. São Paulo reconhece essa importância da cultura, encarando-a como um processo contínuo que se aprofunda ao longo da vida, apurando a sensibilidade, a visão do mundo e a compreensão da diversidade por parte do indivíduo. Graças às ações desenvolvidas por todo o Estado, aproximadamente 8 milhões de pessoas foram atendidas diretamente pelos equipamentos e iniciativas culturais do Governo Paulista.

No ano passado, foram priorizadas as ações de manutenção dos programas existentes, merecendo destaque as desenvolvidas pelo projeto Guri, que atua em localidades



com realidades bastante diversas, incluindo centros de internação provisória da Fundação CASA, proporcionando o acesso à música a alunos oriundos de diversos contextos socioculturais. Somente em 2016, em seus 407 polos, o Projeto atendeu mais de 50.000 alunos matriculados.

A Escola de Música do Estado de São Paulo – Tom Jobim, que possui mais de 1.300 alunos matriculados gratuitamente nos cursos de formação continuada e avançada, é também residência de grupos musicais formados por alunos bolsistas mantidos pela instituição. Cabe lembrar que dentre estes grupos está a Orquestra Sinfônica Jovem que, em 2016, foi escolhida para realizar, com recursos de parceria, apresentações da turnê brasileira do tenor Andrea Bocelli, fato que merece ser destacado.

Diversas exposições importantes ocuparam os 18 museus paulistas, disponibilizando um leque de opções extremamente diversificado aos paulistas e turistas aqui presentes, atraindo mais de 3 milhões de expectadores. Este público só não foi maior porque o Museu da Língua Portuguesa, um dos maiores patrimônios da nossa cultura, a despeito de todos os esforços do Governo Paulista, ainda não está totalmente reconstruído após o incêndio ocorrido em 21 de dezembro de 2015.

Cumprir destacar, porém, todo o empenho do Governo de São Paulo na recuperação deste importante centro cultural paulista. Logo em janeiro, menos de um mês após o trágico incidente, foi firmado um convênio entre o Estado, a Fundação Roberto Marinho e a organização social ID Brasil, para início das ações de remoção dos escombros, estabilização das estruturas e restauro das fachadas do Museu. Além disso, São Paulo anunciou a criação da Aliança Solidária, que uniu diferentes atores da iniciativa privada com vistas à recuperação e restauro do museu, amalhando R\$ 34 milhões em recursos.

Além de proporcionar lazer e saúde, o esporte é, também, um importante caminho para a formação do indivíduo. Em decorrência da realização dos Jogos Olímpicos Rio-2106, São Paulo recebeu delegações de mais de 30 países, graças à excelência de nossos centros de treinamento, sejam eles públicos ou privados. Somente o Centro de Práticas Olímpicas da Universidade de São Paulo – CEPEUSP – abrigou quatro delegações (Rússia, Itália, China e França), além dos 10 jogos de futebol realizados na Capital do estado.

O Governo de São Paulo entregou em 2016 à população um importante equipamento de fomento ao esporte e à inclusão: o Centro de Treinamento Paralímpico. O



Centro Paralímpico, com 95 mil m<sup>2</sup> de área construída, é reconhecido como de excelência no mundo inteiro. Esta preocupação do Governo em investir em políticas sociais na área dos direitos das pessoas com deficiência, seja pela realização de paralimpíadas escolares; implantação de academias adaptadas; caravana da inclusão, acessibilidade e cidadania, se reflete no resultado obtido pelo Time São Paulo Paralímpico, que foi fundamental para o desempenho brasileiro nas Paralimpíadas Rio 2016. Tanto é assim, que se o Time São Paulo fosse um país, teria obtido sozinho, o 11º lugar no quadro geral de medalhas, à frente de países como Espanha, França e Canadá.

São Paulo tem encontrado no esporte, também, uma importante ferramenta de socialização e melhora nos números de reincidência entre os jovens que cumprem medidas socioeducativas. Assim, torneios desportivos, eventos musicais, atividades teatrais, bem como atividades de escolarização formal, aliadas às de educação profissional, totalizaram mais de dois milhões de atendimentos aos jovens da Fundação CASA. Esse trabalho vem mostrando ótimos resultados: os jovens normalmente chegam com defasagem escolar à Fundação, entretanto, mais de 1.400 fizeram o ENEM em 2016 (24% a mais que em 2015); 6.939 foram inscritos na Olimpíada de Matemática (60% a mais que no ano anterior), e um grupo bastante expressivo passou para a segunda fase do torneio, com alguns chegando ao final da competição e recebendo a menção honrosa.

Com estas ações, o Governo de São Paulo tem conseguido reduzir a taxa de reincidência entre os menores em conflito com a lei, de 29%, em 2015, para 17% em 2016, além da expressiva queda no número de rebeliões desde que este novo modelo de gestão foi implantado.

São Paulo é também um centro de referência na área médica. Buscam assistência médica nas diversas unidades espalhadas pelo território paulista pacientes de todos os estados brasileiros e até mesmo de outros países. Esse gigantesco sistema exige do Governo investimentos de mesma grandeza em ampliação, manutenção e aquisição de equipamentos, que garantam a melhoria da qualidade e do nível tecnológico do atendimento.

A rede hospitalar própria do Estado é formada por 93 hospitais, 19,9 mil leitos de internação e 2,9 mil leitos complementares (terapia intensiva e cuidados intermediários) da Administração Direta, Indireta – autarquias e fundações e aqueles contratados pelas Organizações Sociais de Saúde, que realizaram, em 2016, 861 mil internações (35,8% do total de internações do SUS) e 375 mil cirurgias (39,2% das cirurgias do SUS). No total, o SUS no Estado de São Paulo possui 552 hospitais, 59,5 mil leitos de



internação e 6,6 mil complementares, que realizam um total de 2,4 milhões de internações/ano.

Só com as obras concluídas, em 2016, foram aportados recursos da ordem de R\$ 50 milhões nos seguintes equipamentos: AME e Rede Lucy Montoro, Hospital Dr. Oswaldo Brandi Faria – Mirandópolis; DRS VII sede – Campinas; Hospital Luzia de Pinho Melo; Complexo Hospitalar Padre Bento; AME Taquaritinga; CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas; Rede Lucy Montoro Sorocaba e Hospital de Promissão. Já as obras que ainda estão em andamento consumiram cerca de R\$ 160 milhões, enquanto a manutenção dos hospitais estaduais exigiu aportes de R\$ 86,9 milhões.

O saneamento básico está intrinsecamente ligado à saúde da população. Por isso mesmo, o Governo Estadual abriu processo licitatório objetivando a contratação de serviços de apoio técnico e consultoria na área de planejamento de serviços e sistemas de saneamento básico, para a elaboração de planos municipais específicos. Com isto, o Governo de São Paulo terá condições de alcançar a posição pioneira no país de dotar 100% dos seus municípios com a ferramenta básica para viabilizar os meios necessários com vistas à universalização dos serviços de saneamento.

Para implementar tais ações, já foram celebrados 164 convênios com os municípios paulistas, para elaboração dos Planos Municipais Específicos de Serviços de Saneamento Básico.

Além disso, a SABESP – Companhia de Saneamento Básico de São Paulo, 5ª maior empresa de saneamento do mundo em população atendida, prosseguiu no desenvolvimento de sua missão de contribuir para a qualidade de vida e meio ambiente, sem se olvidar de suas responsabilidades sociais, disponibilizando tarifas reduzidas em até 66% em relação à tarifa residencial normal, à população de baixa renda.

O Governo de São Paulo vem travando uma intensa luta contra a violência e a criminalidade. Registrou-se uma melhoria dos indicadores de criminalidade: os homicídios registraram a menor taxa da série histórica. Também houve redução do número de explosões em caixas eletrônicos, crime que vem tomando força por todo o país, mas que vem sendo adequadamente combatido no Estado.

Alinhado à política de transparência que pauta todas as ações do Governo Paulista, foi lançado o maior portal de informações sobre segurança pública do país,



disponibilizando mais de 120.000 boletins de ocorrência registrados desde 2003, além de outros dados e consultas possíveis.

São Paulo possui, ainda, uma ferramenta muito importante para a segurança pública: o Detecta. Trata-se de um sistema de prevenção e investigação criminal, que promove a integração de bancos de dados e câmeras de diferentes instituições, para monitorar áreas específicas, veículos e suspeitos, e auxiliar as polícias no combate ao crime no Estado. Em 2016, priorizou-se as ações de integração de dados com as Câmaras que possuem Leitores Automáticos de Placas – LAP.

A eficiência das polícias de São Paulo traz impacto direto no sistema penitenciário paulista. Com isso, em 2016, o Governo Bandeirante inaugurou 3 unidades prisionais, quais sejam: Florínea, Piracicaba e Centro de Detenção Provisória de Itatinga, que geraram 2.541 vagas. Estão em execução mais 14 unidades prisionais, que gerarão outras 14.399 vagas; além da ampliação de vagas para o regime semiaberto.

São Paulo tem investido também, fortemente, no uso da tecnologia e informatização nos presídios. Assim, no ano de 2016, instalaram-se bloqueadores de sinais de radiocomunicação em mais 3 (três) unidades prisionais e foram automatizadas 31 (trinta e uma) unidades, por meio do projeto de implantação do sistema de automação das celas nas unidades prisionais. Foi também instituída a solução de biometria dos presos e visitantes e elaborado o mapa da população carcerária, entre outras medidas.

A infraestrutura é um dos mais significativos patrimônios de São Paulo. No ano de 2016 as Ações do Plano Estratégico seguiram adiante, com destaque para a continuidade das ações e atividades relacionadas ao Rodoanel Mario Covas, à Nova Tamoios, Complexo Viário Jacu Pêssego, Complexo Viário Polo Itaquera, Aeroporto de Ribeirão Preto, Conexão Porto Cidade Santos e Corredor Metropolitano Noroeste – Região Metropolitana de Campinas – EMTU. Ademais, o Governo investiu mais de R\$ 1.229 bilhões em pavimentação/duplicação/recuperação de rodovias estaduais, ao longo de 1.789,67 km de obras em andamento/concluídas.

A mobilidade urbana, porém, é um dos principais problemas das sociedades atuais; e o Governo de São Paulo vem atuando na gestão de diversos empreendimentos que tragam mais conforto e mobilidade à população, tais como a Linha 6 – laranja: Brasilândia-São Joaquim; e a linha 18 – Bronze: Tamanduateí (SP)-Djalma Dutra (SBC).



Somente até novembro de 2016, o Metrô já havia transportado mais de 1.200.000.000 de passageiros. Quatro grandes empreendimentos estão em andamento ao mesmo tempo: a fase II da linha 4-amarela; a extensão da Linha 5 – lilás; a implantação do monotrilho da linha 15 – prata e a implantação do monotrilho da linha 17-ouro. Na linha 4, destaque-se a execução das obras das estações São Paulo-Morumbi, Oscar Freire e Higienópolis-Mackenzie e uma nova estação: a Vila Sônia. Na linha 5, alguns trechos já têm previsão de operação para 2017 (Adolfo Pinheiros-Brooklin, Brooklin-Chácara Klabin e Capão Redondo-Adolfo Pinheiro, cujos testes já estão em execução), com serviços de acabamento em 6 das 10 estações. Além disso, em 2016 foram entregues 25 dos 26 trens do trajeto. Quanto à Linha 15, trecho Vila Prudente-Oratório, passou a operar em horário pleno a partir de outubro de 2016; outrossim, do total de 27 trens contratados, 26 já foram entregues e o restante das obras está com andamento conforme programado.

De maneira geral, o Governo vem atuando fortemente na viabilização da redução dos intervalos de trens, no aumento de oferta de lugares, na diminuição do tempo de viagem (por conta do aumento da velocidade média) e na comunicação e segurança dos usuários.

Sobre os trilhos da CPTM, o Governo do Estado de São Paulo transportou cerca de 748 milhões de passageiros, e a companhia está investindo fortemente na modernização das estações bem como em obras de infraestrutura em 6 linhas do sistema.

Já no âmbito da EMTU, destaque-se que em maio teve início a operação parcial do novo terminal metropolitano de Americana, atendendo 33 linhas municipais e 15 metropolitanas. A reforma da Estação de Nova Odessa foi concluída e entregue em junho; assim como a Estação de Transferência Pinheiros e a Parada Emancipação, em Hortolândia. Em Santos e São Vicente as obras do VLT entraram em operação, tendo sido inaugurado em Santos o Centro de Controle de Operações do VLT, iniciada a instalação do sistema de portas plataforma e 37 linhas metropolitanas foram integradas ao VLT. Demais obras e serviços permanecem em andamento, algumas já bastante adiantadas.

A habitação continuou como um dos principais focos do Governo do Estado. Em consequência, foi concedido Auxílio-Moradia Emergencial a 2.085 famílias vítimas de situações emergenciais, como inundações. Outras 11.919 famílias, removidas em função da execução de obras públicas, receberam Auxílio-Moradia Provisório, custeado pelo Estado e complementado com recursos de parceiros.





São Paulo, por meio do Cidade Legal, programa estadual de regularização de núcleos habitacionais da Secretaria de Habitação, manteve e acentuou seu objetivo de viabilizar auxílio institucional e técnico aos municípios, sendo que somente no ano de 2016 mais de 15 mil domicílios foram beneficiados com a emissão do DCUA – Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental, o que contabilizava 130% da meta, que era de atingir 12 mil domicílios.

Por fim, a proposta de PPP – Parceria Público Privada na área de habitação do Governo Paulista ganhou visibilidade internacional, tendo sido apresentada no Encontro Latin America Housing Working Group, em Washington DC, nos Estados Unidos da América, e em setembro, no 3º Fórum de Urbanização dos BRICS, em Visakhapatnam, na Índia. Esta ação inovadora trará benefícios diretos não só às pessoas atendidas com moradias dignas e bem localizadas, mas também desempenhará função fundamental na requalificação da área central da Capital Paulista - tão degradada - fomentando o comércio e a revitalização dessa importantíssima região.

Aliás, parte dos problemas que assolam o Centro de São Paulo decorre deste fenômeno mundial de avanço do crack e outras drogas. Neste contexto, o Governo do Estado não se manteve alheio aos acontecimentos e, na medida de suas competências, instituiu o “Programa Recomeço: uma vida sem drogas”, que trouxe um novo paradigma de política pública no enfrentamento da drogadição.

A intersetorialidade do Programa, com a inclusão das Pastas da Segurança Pública, da Educação, da Saúde, da Justiça e da Defesa da Cidadania e de Desenvolvimento Social, reafirmam a compreensão do Governo Estadual de que o atendimento ao usuário de substâncias psicoativas deve ser amplo, reforçando o entendimento de que o consumo de álcool e outras drogas é fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende da garantia de uma rede de proteção social.

Através de convênios firmados pela Secretaria de Desenvolvimento Social, 52 entidades parceiras disponibilizaram 1.335 vagas, sendo que, apenas no primeiro semestre de 2016, foram atendidas mais de 1.700 pessoas.

O Governo Bandeirante não se furtou de seu papel de articulador de políticas públicas que promovam um meio ambiente ecologicamente equilibrado à presente e às futuras gerações, assegurando condições ao desenvolvimento sustentável do Estado, seja através de ações de proteção, conservação, educação ou de fiscalização ambiental. Neste



contexto foi sancionada a Lei Estadual nº 16.260, de 29 de junho de 2016, que autoriza o Estado a conceder a exploração de serviços ou uso de áreas, total ou parcial, inerentes ao ecoturismo. Normativa importante, fruto de amplo debate nesse Nobre Parlamento, a lei permite que áreas de conservação sejam concedidas a particulares para a exploração da prática de ecoturismo, o que trará uma melhoria na infraestrutura das unidades de conservação, além do aumento do número de visitantes e do desenvolvimento de múltiplas atividades de educação ambiental, o que certamente agregará valor ao espaço natural protegido.

Saliente-se, ademais, que os recursos obtidos com as concessões serão destinados exclusivamente à gestão, proteção e conservação das áreas protegidas.

São Paulo também se destaca na proteção da vida silvestre. O CECFAU – Centro de Conservação de Fauna do Estado de São Paulo, vinculado à Fundação Parque Zoológico, segue cumprindo seu papel na reprodução de espécies ameaçadas de extinção. Por meio de manejo genético realizado com outras instituições, o Estado já conta, atualmente, com um plantel considerável de animais nestas condições, sendo 6 araras-azuis-de-lear, 13 micos-leões-de-cara-dourada, 2 mico-leões-dourados, 14 micos-leões-pretos e ainda 10 tamanduás-bandeiras.

No âmbito do Programa “Um novo DETRAN para São Paulo”, o Governo viabilizou a modernização de mais 47 unidades CIRETRANS de atendimento ao público para o padrão Poupatempo, que se somaram às 170 que já funcionam no novo modelo, que vai se consolidando. Duas são de grande porte – São José dos Campos e Mauá, e seis de porte médio, localizadas em Barueri, Jaú, Salto, Valinhos, Vinhedo e Votorantim. Parcerias formadas com as prefeituras asseguraram a modernização de 45 Seções de Trânsito. Estima-se que o conjunto das unidades já modernizadas esteja atendendo cerca de 83% da frota de veículos do Estado.

É de se destacar, também, a atuação do DETRAN na democratização do uso das informações sobre veículos, habilitação e multas, cujo acesso, antes liberado apenas a despachantes, auto-escolas e bancos, é agora disponibilizado gratuitamente ao cidadão. Hoje, 27 serviços são oferecidos pela internet e 10.324.441 usuários estão cadastrados no site.



São Paulo entregou à população 3 novas unidades do Poupatempo. Em 2016, as cidades de Mauá, Jaú e Tupã passaram a contar com postos fixos, totalizando 72 postos em operação em todo o Estado, beneficiando cerca de 1,1 milhão de cidadãos.

O Programa Escola de Qualificação Profissional, do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo em parceria com os Fundos Sociais Municipais e entidades, por sua vez, qualificou mais de 13 mil pessoas em suas escolas de Moda, de Beleza, de Construção Civil e nas Padarias Artesanais.

O Governo do Estado marcou presença, ainda, na ajuda aos municípios atingidos por desastres. Em 2016 foram repassados a 81 municípios paulistas mais de 75 mil itens de assistência humanitária e transferidos recursos da ordem de R\$ 2,5 milhões a 5 prefeituras para a execução de obras preventivas e recuperativas de defesa civil.

Assim, pautado nos princípios éticos que norteiam o Governo do Estado de São Paulo, aliados ao rigor técnico e transparência na gestão pública, São Paulo segue seu caminho em busca do progresso, da promoção do desenvolvimento e do bem estar do povo paulista. Muitas ações exitosas aqui apresentadas só foram possíveis graças à cooperação havida entre este Poder Legislativo e o Executivo, cooperação que certamente perdurará neste ano vindouro, repleto de desafios a serem superados em prol do bem comum.

Palácio dos Bandeirantes, 1 de fevereiro de 2017.

**Geraldo Alckmin**  
Governador do Estado de São Paulo



## CASA CIVIL

A Secretaria da Casa Civil responde pelo assessoramento direto ao Governador do Estado no seu relacionamento com municípios, demais poderes constituídos e entes federados, sociedade organizada e cidadãos. Compete ainda à Casa Civil assessorar e coordenar a política do Governo, missão a ela atribuída nos termos do inciso II do artigo 2º do Decreto nº 61.038, de 1º de janeiro de 2015, que promoveu a reorganização de sua estrutura básica e, entre outras medidas, definiu o campo funcional da sua atuação.

### **Assessoria Técnica**

A Assessoria Técnica da Casa Civil - ATeCC integra o Gabinete do Secretário. Suas atribuições estão previstas no artigo 18 do Decreto nº 61.038, de 1º de janeiro de 2015, alterado pelo Decreto nº 62.105, de 13 de julho de 2016, tendo como principais funções assessorar diretamente o Secretário-Chefe da Casa Civil e o Secretário Adjunto, bem como dar suporte técnico-administrativo ao Governador no exercício de suas funções legislativas e no relacionamento com a Assembleia Legislativa.

**Análise de processos e elaboração de despachos e ofícios diversos** - Foram recebidos na Assessoria cerca de 480 processos, expedientes e demandas diversas, sendo feita análise prévia sobre cada um, e dado o devido encaminhamento por meio de despacho.

Foram, ainda, elaborados e expedidos 517 ofícios de autoria do Secretário-Chefe da Casa Civil, do Secretário Adjunto e da Assessora Chefe da ATeCC, para órgãos e entidades internos e externos.

**Suporte técnico-administrativo ao Governador** - Em 2016 foram numeradas e encaminhadas à Assembleia Legislativa 85 mensagens do Governador, sendo 36 relativas a projetos de lei e de lei complementar, observando-se que de tais projetos, 20 já foram aprovados pela ALESP. As demais mensagens em sua maioria, trataram de encaminhamento de razões de veto a projetos de lei e de lei complementar.

**Elaboração da Mensagem Governamental ao Poder Legislativo, como determina a Constituição Estadual** - Com base nas informações enviadas por todas as Pastas sobre as atividades por elas executadas ao longo do exercício, a ATeCC elaborou a referida mensagem, para o exercício de 2015, tendo sido assinada pelo Governador e encaminhada à ALESP no dia 1º/2/2016, e publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do dia 2/2/2016.

**Acompanhamento de proposições na Assembleia Legislativa** - Ao longo do exercício de 2016 foram propostos 970 projetos de lei, 51 projetos de lei complementar e 6 propostas de emenda à Constituição, todos devidamente acompanhados pela ATeCC, mantendo-se todas as proposições e



suas respectivas tramitações em arquivos digitais e também no Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - SIALE, plataforma em que são colhidas as manifestações das Secretarias de Estado sobre os projetos, para subsidiar a decisão do Governador sobre a sanção ou veto quando aprovadas as proposições na ALESP.

**Resposta a requerimentos de informação da Assembleia Legislativa** - Também, no exercício foram respondidos 274 requerimentos de informação da ALESP, sendo feita a preparação, encaminhamento à autoridade ou órgão responsável por intermédio do SIALE e, por fim, transmitida a resposta de cada requerimento à ALESP.

**Publicação de leis** - Em 2016 foram numeradas e publicadas pela ATeCC 211 leis ordinárias e 10 leis complementares sancionadas pelo Governador, sendo colhidas as respectivas referências dos Secretários de Estado e, ainda, publicadas Mensagens de veto total e parcial a proposições, no período de recesso parlamentar, nos termos do artigo 28, § 3º, da Constituição Paulista.

Com relação ao sítio eletrônico de legislação do Estado (<http://www.legislacao.sp.gov.br/>), todas as leis ordinárias, complementares e as emendas à Constituição estão devidamente atualizadas para consulta pública.

**Elaboração e publicação das Resoluções do Secretário-Chefe da Casa Civil** - Foram elaboradas e publicadas as seguintes Resoluções:

- **Resolução CC nº 1, de 12/2/2016** (D.O.E de 13/2/2016) - Deu publicidade à Tabela de Distribuição Regional de Delegadas que seriam eleitas na 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado de São Paulo - 4ª CEPM, com vistas a participarem da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - 4ª CNPM;

- **Resolução CC nº 2, de 9/3/2016** (D.O.E de 10/3/2016) - Instituiu a Comissão Organizadora da III Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT;

- **Resolução Conjunta CC/PGE nº 1, de 8/8/16** (D.O.E de 9/8/16) - Estabelece rotinas e procedimentos de assessoramento ao Governador do Estado no exercício de sua competência legislativa e nas demais atuações que especifica. Resolução elaborada em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado.

**Decretos editados pelo Governador originados na ATeCC:**

- **Decreto nº 62.105, de 13/7/2016** (D.O.E. de 14/7/2016) - Altera o Decreto nº 61.038/2015, que organiza a Casa Civil, do Gabinete do Governador, e dá providências correlatas;



• **Decreto nº 62.106, de 15/7/2016** (D.O.E. de 16/7/2016) - Dispõe sobre o Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - SIALE, instituído pelo Decreto nº 47.807, de 5 de maio de 2003, e dá providências correlatas;

• **Decreto nº 62.032, de 17/6/2016** (D.O.E. de 18/6/2016) - Altera o Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013, que dispõe sobre a disciplina acerca da celebração de convênios, no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica, e sobre a instrução dos processos respectivos.

**Assessoramento ao Secretário da Casa Civil nos assuntos de Bonificação por Resultados - BR** – Em razão do que dispõem as leis que instituíram a participação ou bonificação por resultados no âmbito das entidades que as detém, cumpre a uma Comissão Intersecretarial - CI a definição dos indicadores, seus critérios de apuração e avaliação, bem como a fixação das respectivas metas. O Secretário Chefe da Casa Civil que a preside é o responsável pela articulação entre os demais membros, quais sejam, os Secretários da Fazenda, de Planejamento e Gestão e de Governo, visando a tomada de decisão colegiada sobre as definições que se seguem, baseadas na instrução processual, na avaliação do Serviço de Apoio à Bonificação de Resultados – SABR, órgão técnico vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, e na análise desenvolvida no âmbito desta assessoria.

Em 2016 foram analisados e emitidos pareceres técnicos sobre as propostas de BR de competência da CI, com vistas a prestar-lhes o subsídio para amparar a decisão de seus membros. Da mesma forma, coordenou -se a execução de todas as ações necessárias para a conclusão do processo, que envolve, principalmente: monitorar o cumprimento dos prazos estipulados para entrega das propostas de indicadores, de metas e de apuração dos resultados; orientar as Comissões de Bonificação das organizações, no sentido de padronizar e aperfeiçoar procedimentos; consultar previamente os órgãos responsáveis pelo fornecimento das informações sobre disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para pagamento da BR e emitir relatório sobre a situação.

#### **Relação dos processos de BR que tramitaram pela Casa Civil no ano de 2016:**

<b>Apuração dos resultados – BR 2015</b>	<b>Definição, critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais – BR/2016</b>	<b>Apuração dos resultados –2016</b>
Educação Planejamento e Gestão Fazenda Fazenda (PR – Participação nos Resultados dos Agentes Fiscais de Renda) Segurança Pública IAMSPE Centro Paula Souza DER DETRAN SPPREV	Planejamento e Gestão IAMSPE Segurança Pública Fazenda (Agentes Fiscais de Renda) IAMSPE Centro Paula Souza DER DETRAN SPPREV	Fazenda (PR – Participação nos Resultados dos Agentes Fiscais de Renda)



A par desta atuação ordinária, cumpre destacar também sua iniciativa na corrida por uniformização e otimização dos prazos de proposições de indicadores e metas a partir deste período, bem como na elaboração de minutas de decretos contendo novas regras no sentido de auxiliar a atual conjuntura político econômica do Estado de contenção de gastos, além de promover o estreito diálogo entre as várias Secretarias envolvidas.

**Atividades relacionadas ao Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas - CGPPP** - Forneceu subsídios para as decisões do Secretário-Chefe da Casa Civil, na qualidade de Conselheiro do CGPPP, através do exercício das seguintes atividades: acompanhamento das reuniões dos Grupos de Trabalho da Secretaria Executiva de PPP para ciência do andamento dos projetos nas fases de análise das Manifestações de Interesse - MIPs encaminhadas pelo setor privado; estudos técnicos para elaboração da Modelagem Final de PPP e respectivos editais e contratos de concessão; preparação de resumo executivo comentado dos projetos de PPP, para conhecimento dos assuntos a serem objeto de deliberação no conselho; além da elaboração de pareceres sobre as minutas das atas das reuniões do CGPPP, antes de serem assinadas pelo Secretário-Conselheiro.

### **Chefia de Gabinete da Casa Civil**

A Chefia de Gabinete da Casa Civil tem entre outras atribuições, receber, examinar e preparar expedientes encaminhados ao Secretário-Chefe da Casa Civil e às unidades vinculadas quando referentes as atividades relacionadas as áreas administrativas, de pessoal, financeiras, tecnologia de informação e comunicação e de infraestrutura. Foram protocolados 3.171 expedientes e 623 processos, que receberam tratamentos administrativos pertinentes;

**Principais ações** - Supervisionou e coordenou a execução orçamentária e financeira da Unidade Orçamentária 28010, de forma que as metas e produtos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 e no Plano Plurianual fossem satisfatoriamente atingidos, com eficiência de gasto, cumprindo-se, assim, com a redução e economia determinada através do Decreto 61.131/2015, atualizado pelo Decreto 61.785/2016, sem detrimentos dos objetivos a serem alcançados.

Atendeu demandas de mobiliário e equipamentos para o desempenho de atividades da Pasta otimizando bens disponíveis, em unidades vinculadas ou da administração direta, sem custo à administração. Deu suporte técnico-administrativo, financeiro e de infraestrutura às unidades previstas na Seção II, capítulo III do Decreto 61.038/15, que integram a estrutura básica da Casa Civil.

### **Subsecretaria de Assuntos Parlamentares**

O Sistema de demandas Parlamentares - SDP torna possível que todas as partes interessadas - usuários cadastrados e habilitados - se comuniquem e interajam, por meio de acompanhamento *on-line*, desde o início até a finalização do convênio. O processo inicia-se com cadastramento das Indicações propostas pelo Parlamentar, validadas pela Casa Civil após análise e autorização superior. Seguem, então, para as Secretarias para execução de todos os procedimentos, até



o pagamento do convênio, sendo possível às partes interessadas consultar o SDP para conhecimento da situação real da Indicação.

Durante o presente exercício, quinzenalmente, o expediente da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares foi realizado na Assembleia Legislativa para maior interação entre Casa Civil e Parlamentares e para a agilização do processo.

No ano de 2016, foram realizados 11 eventos para assinatura coletiva de convênios:

<b>Data</b>	<b>Nº de convênios</b>	<b>Municípios contemplados</b>	<b>Nº Parlamentares</b>
09/05/2016	18	15	16
11/05/2016	26	23	24
25/05/2016	58	52	26
03/06/2016	03	01	03
08/06/2016	53	50	34
22/06/2016	05	04	04
07/11/2016	35	25	31
23/11/2016	34	28	31
07/12/2016	47	39	42
13/12/2016	30	22	27
20/12/2016	53	45	48

Foram cadastradas 1.513 indicações, propostas por 75 Deputados Estaduais e 05 Deputados Federais. Dos 645 Municípios do Estado, 468 foram contemplados com indicações parlamentares no presente exercício.

Classificação das indicações parlamentares, ordenadas por Secretarias que receberam as indicações de emendas parlamentares para formalização de convênios:

<b>SECRETARIAS</b>	<b>CADASTRADAS</b>	<b>LIBERADAS</b>
<b>Agricultura</b>	29	0
<b>Assistência</b>	449	05
<b>CC / SRM</b>	390	05
<b>Cultura</b>	63	05
<b>Desenvolvimento</b>	0	0
<b>Direitos da Pessoa com Deficiência</b>	10	0





<b>Educação</b>	09	0
<b>Esporte</b>	83	03
<b>Gestão Pública</b>	01	0
<b>Habitação</b>	0	0
<b>Justiça</b>	01	0
<b>Meio Ambiente</b>	14	0
<b>Penitenciária</b>	0	0
<b>Saneamento</b>	04	0
<b>Saúde</b>	449	24
<b>Segurança</b>	04	0
<b>Trabalho</b>	0	0
<b>Transporte</b>	01	0
<b>Turismo</b>	06	0
<b>TOTAL</b>	1513	37

**Indicações cadastradas e organizadas por partido político:**

<b>Partido</b>	<b>Cadastradas</b>	<b>Liberadas</b>
<b>DEM</b>	153	2
<b>PCdoB</b>	12	0
<b>PDT</b>	37	1
<b>PEN</b>	14	0
<b>PHS</b>	11	0
<b>PMDB</b>	71	6
<b>PP</b>	43	0
<b>PPS</b>	73	1
<b>PR</b>	53	3
<b>PRB</b>	32	11
<b>PSB</b>	97	4
<b>PSC</b>	45	1
<b>PSD</b>	37	4
<b>PSDB</b>	406	3



<b>PSL</b>	17	0
<b>PSOL</b>	18	0
<b>PT</b>	211	1
<b>PTB</b>	43	0
<b>PTN</b>	13	0
<b>PV</b>	100	0
<b>SDD</b>	27	0
<b>TOTAL</b>	1513	37

A relação de todos os convênios firmados a partir de 2007, oriundos de emendas parlamentares, encontra-se disponível no site da Secretaria da Fazenda.

Além disso, cabe à Subsecretaria de Assuntos Parlamentares monitorar eletronicamente o recebimento de informações e indicações parlamentares, e encaminhar ao Parlamentar a resposta da Pasta do seu pleito. Em 2016, foram recebidas e encaminhadas 1.320 indicações

### **Subsecretaria de Comunicação**

**Unidade de Imprensa** - Atua na coordenação das relações do Governo com a imprensa; na supervisão das ações pertinentes à imprensa desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado; na organização do fluxo interno de informações do Governo e na produção do material de divulgação de caráter jornalístico para os meios e veículos de comunicação.

**Portal do Governo do Estado de São Paulo** - Principal canal de acesso para a imprensa, formadores de opinião e público em busca de informações sobre o governo paulista, diariamente atualizado, teve cerca de 750 mil visitas por mês, mais de 320 mil fãs no Facebook, com alcance médio de 4 milhões de pessoas por mês e cerca de 290 mil seguidores do Twitter, além dos 10 mil no Instagram, garantindo a interatividade entre o Governo os cidadãos e as Secretarias e entidades vinculadas ao governo.

**Agenda do Governador do Estado** - Acompanhamento dos eventos da agenda pública do governador, produção de textos para publicação no Portal e envio para mailing de jornalistas em todo o Estado. Foram organizadas e realizadas 698 coletivas de imprensa com o governador que, em 2016, passaram a ser inseridas na internet.

**Assessoria de Imprensa** - Em suas agendas públicas, o Governador do Estado é acompanhado por um assessor de imprensa, vinculado à Subsecretaria de Comunicação. A Assessoria também produziu e enviou avisos, *releases* e boletins, fez o monitoramento da mídia, transcrições das falas do Governador, bem como produziu papers, materiais para entrevistas concedidas pelo Chefe do Executivo.



**Unidade de Marketing** - Destacam-se as seguintes campanhas realizadas em 2016:

**Casa Civil** - Plano de Concessões, Família Paulista, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, São Paulo nº1, Crise Hídrica, Investimentos em Itapeva, Investimentos no Grande ABC Paulista, Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SiCAR-SP, Vacinação contra a Gripe H1N1, Investimentos na Região Metropolitana, SP Contra o Racismo, Programa Estadual DST/Aids, Segurança Viária, Por dentro dos Programas do GESP, Virada Cultural Paulista, 20ª Parada do Orgulho LGBT, Investimentos no Estado, Programa “Saudável e Barato”, Saresp 2016;

**Secretaria da Saúde** - Combate à Dengue, Vacinação contra a Gripe H1N1, Por dentro dos Programas do GESP, Saúde do Homem e da Mulher, Doação de Sangue, Obras na Saúde, Saúde em Ação;

**Secretaria de Governo** - Movimento Paulista de Segurança no Trânsito;

**Secretaria de Desenvolvimento Social** - Imposto de Renda 2016; Secretaria da Educação: Investimento na Educação, Matrículas 2017 - Ensino Fundamental e Médio, Resultado do IDEB, Alimentação Escolar;

**Secretaria de Agricultura e Abastecimento** - Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SiCAR-SP;

**Secretaria de Turismo** - Turismo Paulista, Turismo em SP;

**Fundo Social de Solidariedade** - Campanha do Agasalho 2016;

**Secretaria de Transportes Metropolitanos** - Olimpíadas 2016;

**Comitê Paulista das Olimpíadas 2016** - #MinhaDoaçãoValeOuro;

**Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania** - Fim da violência contra a mulher;

**Defesa Civil** - Prevenção contra raios.

**Materiais de comunicação produzidos:**

**Casa Civil** - Viva Leite, Rota da Luz SP, Medalha Ruth Cardoso, Programa Nascentes, Segurança Pública, Análise Web, Jogos Regionais do Idoso - JORI, Formatura de Soldados da PM, Centro de Convivência do Idoso, Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, Programa “SP Amigo do Idoso”, Manual de Boas Práticas, 500 milhões em financiamentos para municípios paulistas, Programa “Bom Prato”, Revolução Constitucionalista de 1932, Formatura – Escola de Qualificação Profissional, Medalha do Mérito Esportivo, SP Global, Medalha do Mérito Esportivo - Atletas



Paralímpicos, Dia Internacional do Idoso, Mercado de Moda e Design - MoDE, “SP contra a homofobia, SP contra a transfobia”;

**Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania** - Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena – CPPNI, 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT;

**Secretaria de Governo** - Manual de Parcerias do Estado de São Paulo, Imóveis SP;

**Secretaria da Casa Militar e Defesa Civil** - Cavalaria de Campos do Jordão 10ª reunião deliberativa do CONGEPDEC;

**Secretaria de Turismo** - 60º Congresso Estadual de Municípios;

**Secretaria de Segurança Pública** - Posse de Policiais Cíveis e Técnicos Científicos;

**Secretaria da Educação** - Programa Creche Escola, I Seminário Estadual de Educação em Redução de Riscos e Desastres, 1º Simpósio sobre novas tecnologias educacionais;

**Secretaria de Desenvolvimento Social** - Programas e Ações Sociais, Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Coordenadoria de Políticas sobre Drogas - COED, Dia Mundial da Alimentação, Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo - EDESP, Programa “Ensino Integral”;

**Secretaria de Transportes Metropolitanos** - Linha 6-Laranja do Metrô;

**Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude** - Programa “Lei Paulista de Incentivo ao Esporte”;

**Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação** - Programa “Via Rápida”;

**Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência** - Edital de Acessibilidade em Bibliotecas;

**Secretaria da Cultura** - Passaporte dos Museus;

**Fundo Social de Solidariedade** - Aula Inaugural da Escola de Qualificação Profissional.

**Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo** - A Biblioteca Virtual recebeu através do FALE CONOSCO mais de 114.000 e-mails e, em média, mais de 5.000.000 acessos às páginas do site. A BVGESP deu continuidade ao movimento das redes sociais e continua divulgando informações de interesse dos cidadãos em todos os setores governamentais.



### Grupo de Planejamento e Infraestrutura de Eventos

Como ação complementar de comunicação, foram realizados pelo Grupo de Planejamento de Eventos os seguintes eventos, por tipo:

Eventos realizados no Palácio dos Bandeirantes (Referente ao Lote I)	92
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: São Paulo, Baixada Santista, São José dos Campos e Registro (Referente ao Lote II)	111
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba (Referente ao Lote III)	125
<b>TOTAL DE EVENTOS DO ANO</b>	<b>328</b>

#### Cerimonial

Organização de Almoços, Cafés da Manhã, Coquetéis e Jantares	19
Organização de Eventos Internacionais	46
Audiências e Reuniões no Palácio dos Bandeirantes	161

#### Eventos do Governo

Governador - Capital e Interior	<b>271</b>
Governador - Eventos de Médio e Grande Porte no Palácio dos Bandeirantes	<b>107</b>
Governador - fora do Estado	<b>17</b>
Primeira Dama - Capital e Interior	<b>217</b>
Primeira Dama - Palácio dos Bandeirantes	<b>2</b>
Eventos do Vice-Governador	<b>3</b>
Eventos de Secretários de Estado	<b>13</b>
Eventos que o Cerimonial somente organizou a montagem de infraestrutura	<b>2</b>
Eventos organizados pelo Cerimonial sem a presença do Governador	<b>44</b>
<b>Total</b>	<b>902</b>

#### Correspondência Oficial

Elaboração de convites	<b>22</b>
Telegramas	<b>53</b>
Cartões de agradecimento de convites	<b>201</b>



E-mails de agradecimento e outros	94
Cartas e Ofícios	6
Cartões cumprimentos Prefeituras	645

### **Seção Consular**

Carteiras Consulares	18
Cartões de Identidade Consular	47
Envio da lista consular por e-mail	70
Agradecimentos de Convites	52
Cumprimentos pela Data Nacional	103
Comunicados	2
Relação de Remessa por correio	40
Ofícios	3

Parceria com a Assessoria Internacional na elaboração e execução de audiências, eventos e seminários internacionais.

Interface com o Governo de Toyama e o Governo Metropolitano de Tóquio para a seleção e envio de bolsistas.

Interface com o Conselho de Honrarias e Mérito para a concessão de Condecorações.

### **Compras, locações e processos para pagamentos de fornecedores**

Presentes	23
Confecção de bandeiras	01
Compra de fitas	01
Coroas de flores	03
Embalagem de presentes diversos	170
Baterias para rádios transceptores	10
Serviços gráficos	04
Insígnias e estojos da Ordem do Ipiranga e outras Medalhas	1
Serviços de calígrafa	08

### **Atividades na área de Tecnologia da Informação**

Elaboração de mailing para eventos especiais	14
Atualização do mailing	11.000
Elaboração da Planilha de Eventos - nº de lançamentos	902
Envio de informes de agenda diária do Governador para autoridades constantes do mailing institucional	157
Envio de roteiros	483
Envio, por e-mail, da relação de nomes e cargos de autoridades constantes do mailing	98



Leitura do Diário Oficial e comunicação de mudanças na administração direta,  
por e-mail, constantes do mailing

217

### **Subsecretaria de Relacionamentos com Municípios - SRM**

A Subsecretaria de Relacionamento com Municípios coordena as ações políticas do governo junto aos municípios interagindo com as secretarias, buscando unificar as políticas públicas implementadas pelo governo. É responsável pelo atendimento e assistência a representantes de entidades públicas e da sociedade civil, buscando oferecer pronta resposta e agilidade no encaminhamento dos pleitos. Faz o acompanhamento das demandas e a interligação entre as Secretarias de Estado através de um trabalho direto junto às equipes técnicas.

A Subsecretaria também é responsável pelos programas Articulação Municipal e Atuação Especial em Municípios, que atende aos 645 municípios do Estado por meio de convênios para a realização de obras de infraestrutura urbana, edificações de interesse comunitário e aquisição de máquinas e de equipamentos para serviços urbanos. Para a realização desses programas, a Subsecretaria conta com a Unidade de Relacionamento com Municípios e com os Escritórios Regionais situados em cada uma das Regiões Administrativas do Estado.

Em 2016 foram assinados 253 convênios com Municípios, totalizando R\$ 74.573.282,70 repassados para a realização de obras de infraestrutura urbana, iluminação pública e aquisições de equipamentos, beneficiando 185 municípios.

**Atendimento pessoal a Prefeitos, Vereadores e Deputados** - Foram realizados 936 atendimentos pessoais a Prefeitos de 389 municípios, 40 Vereadores e 60 Deputados, totalizando 1.036 audiências.

**Tratamento das Demandas recebidas das Prefeituras, Câmaras Municipais e Deputados através do Aplicativo SDG - Demandas do Governador** - Foram recebidas 4.619 demandas, sendo 3.659 respondidas e 960 estão aguardando parecer das Secretarias de Estado.

**Administração do Sistema de Autorização Governamental – SAG** - Este aplicativo registra as Autorizações feitas pelo Governador através das Secretarias de Estado, tendo sido registradas aproximadamente 225.000 ocorrências, entre Autorizações do Governador e Emendas Parlamentares, representadas em ações junto a todas as Secretarias de Estado nos 645 municípios.

### **Grupo de relacionamento com a Sociedade - GRS**

O Grupo de Relacionamento com a Sociedade – GRS é encarregado de receber, tratar e responder às demandas de cidadãos e entidades, dirigidas ao Governador. Tais demandas são encaminhadas pelo correio, *fac-simile*, *e-mail*, documentos entregues diretamente ao Departamento de Gestão da Documentação Técnica e Administrativa, ou pessoalmente ao Governador, Secretários e Assessores.



Recebida a demanda, o GRS busca as informações nos órgãos competentes para o que é utilizado o Portal “Demandas do Governador” na Rede Executiva, no endereço <http://www.demandas.sp.gov.br>. No geral, todas as demandas são respondidas, salvo quando se tratar de carta anônima, faltar endereço ou forma de localizar o solicitante, ou ainda, se o texto for incompreensível.

### **Redação**

Ofícios para revisão	134
Demandas respondidas	1.751
Demandas arquivadas, sem envio de resposta	1.939
Demandas aguardando resposta das Secretarias	767
Total de demandas recebidas	4.591

### **Atendimento pessoal e telefônico**

Atendimentos presenciais que geraram protocolo	183
Atendimentos telefônicos que geraram protocolo	1.407
Atendimentos presenciais e telefônicos que geraram orientações ao cidadão	81
Total de atendimentos	1.671

### **Mensagens do Governador**

Cartas	127
Telegramas	23
Convites	166
Cartões	305
Total de mensagens	621

### **Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos - SAM**

A Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos integra e coordena o Sistema Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, instituído para articular o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum por órgãos e entidades estaduais atuantes no espaço da Macrometrópole.

**Ações acompanhadas pelo Gabinete do Subsecretário** - No exercício de 2016 foram promovidos vários eventos focados no Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, principal referência na destinação de recursos orçamentários, estadual e federal, e base para a formulação das políticas públicas voltadas para o espaço metropolitano paulista. As regiões metropolitanas de São Paulo, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Baixada Santista, Vale do Paraíba e Ribeirão Preto, bem





como as aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba já estão em pleno processo de construção das propostas para a formalização do PDUI de suas respectivas regiões, considerando as necessidades e os interesses comuns, que devem corresponder às questões e problemas estruturais da Metrópole.

**Políticas públicas aplicadas** - Apoio e acompanhamento na organização da Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM e Fundo da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; apoio e acompanhamento à atuação das Agências de Desenvolvimento; participação e liderança nos trabalhos dos Conselhos de Desenvolvimento; apoio e acompanhamento dos gabinetes Metropolitanos de Gestão Estratégica da Segurança Pública – Gamesp que envolvem as Policiais Estaduais, Federais e Guardas Municipais, Ministério Público e Poder Judiciário, com a finalidade de implementar o sistema Integrado de Comando e Controle Metropolitano - SICM para elaboração de planos estratégicos interligados de segurança, visando à prevenção e redução da violência; implementação do sistema de vídeo monitoramento nas unidades territoriais da Macrometropole Paulista com destaque as Regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, em parceria com a Secretaria da Segurança Pública; estabelecida a Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

**Coordenadoria de Apoio, Estudos e Pesquisas** - Tem por objetivo coordenar o relacionamento com as administrações municipais das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e a sociedade civil organizada, objetivando articular e integrar propostas e soluções para as demandas apresentadas. Visa, também, contribuir para o efetivo funcionamento dos Conselhos e apoiar e acompanhar a atuação das Agências de Desenvolvimento e liderança nos trabalhos dos conselhos de Desenvolvimento.

O exercício de 2016 foi focado no cumprimento da Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, conhecida como Estatuto da Metrópole, que estabeleceu as diretrizes gerais para o planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões e determina a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, e também na Lei Complementar nº 1.139, de 16 de junho de 2011, que criou o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano e cinco Sub-Regiões na Região Metropolitana de São Paulo - Norte, Leste, Sudeste, Sudoeste, Oeste - e o Município de São Paulo.

Para seu cumprimento, o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano criou o Comitê Executivo, composto por 2 prefeitos de cada sub-região, 4 representantes do Estado e 4 representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo, e a Comissão Técnica, que elaborou o cronograma de trabalho e o Guia Metodológico que define os passos a serem seguidos. Foram compostos Grupos de Trabalho – GTs, com participação de representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, tanto em São Paulo, como nas Sub-Regiões, a exemplo da Sub-Região Sudoeste da RMSP, onde foram instalados os Grupos de Trabalho de Desenvolvimento Econômico e Atividades Produtivas – Mineração; Mobilidade Urbana Logística e Acessibilidade; Meio Ambiente; Saneamento Básico; Resíduos Sólidos; Habitação e Infraestrutura Urbana, com técnicos das diversas áreas das 8 prefeituras municipais e membros da Sociedade Civil.



A presença atuante do Conselho Consultivo na Sub-região possibilitou a instalação da Câmara Temática Especial do PDUI, com a participação de técnicos das oito prefeituras municipais, tendo como finalidade coordenar as discussões e a elaboração de propostas da Sub-região e sua inserção na Plataforma Digital do PDUI, como pode ser constatado no site: [www.pdui.sp.gov.br](http://www.pdui.sp.gov.br).

### **Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento - FUMEFI**

O FUMEFI tem por finalidade financiar e investir em projetos de interesse comum da Região Metropolitana de São Paulo. Está vinculado à Casa Civil, Agente Promotor, que coordena toda a sua atuação - sob supervisão do Conselho de Orientação, e por meio da Secretaria Executiva-, contando com o apoio do Agente Financeiro, o Banco do Brasil, e do Agente Técnico, a EMPLASA.

Desde que de acordo com a Ficha Técnica integrante de cada contrato, os repasses financeiros correspondentes são realizados parceladamente, pautados em Pareceres Conclusivos específicos do Agente Técnico, emitidos a partir da análise das medições mensais de serviços executados, formalmente apresentados pelas Beneficiárias.

**Conselho de Orientação** - Tem por finalidade planejar, supervisionar e controlar a distribuição e utilização dos recursos financeiros do FUMEFI. Compete-lhe aprovar os Planos de Aplicação propostos pelo Agente Promotor. Além do Secretário-Chefe da Casa Civil, que o preside, é composto por três membros de livre escolha do Governador do Estado (atualmente, representantes das Secretarias de Planejamento e Gestão, Transportes Metropolitanos e Habitação), um da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda, um do Agente Financeiro e um do Agente Técnico, e conta com uma Secretaria Executiva.

**Secretaria Executiva do Conselho de Orientação** - Objetiva coordenar a gestão operacional do FUMEFI e assessorar o Presidente e os Conselheiros. Compete-lhe autorizar os repasses contratados, preparar pautas e convocar reuniões, elaborar atas e deliberações, prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos em geral, assegurar o bom funcionamento do Conselho e o cumprimento das suas Deliberações, dentre outras atribuições que lhe confira o Presidente.

**Viabilização de Projetos** - O Plano de Aplicação do FUMEFI é anual, iniciando-se com o cálculo da compensação financeira estabelecida no Capítulo VII da Lei Estadual 1817/78, efetuado no ano anterior ao de referência. Base para a definição das Prefeituras Beneficiárias, bem como para o estabelecimento do valor de suas participações, esse cálculo subsidia a Casa Civil na solicitação das propostas de projetos às Prefeituras, visando as transferências voluntárias dos recursos não reembolsáveis, correspondentes ao Plano a ser estabelecido.

**Contratos Celebrados** - Em 2016 foram celebrados 12 novos Contratos pelo FUMEFI, envolvendo recursos da ordem de R\$ 32,5 milhões e atendendo a 7 Municípios, dentre os beneficiários definidos nos termos da Lei nº 1.817/78: Biritiba Mirim, Carapicuíba, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Rio Grande da Serra e São Lourenço da Serra.



**Providências Para Contratação** - Tiveram andamento e/ou foram desencadeadas no período as providências para a contratação de 20 outros projetos integrantes de Planos de Aplicação aprovados pelo Conselho de Orientação, envolvendo recursos da ordem de R\$ 39,8 milhões, em atendimento a projetos de 6 Municípios beneficiários: Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itaquaquecetuba, Jujutiba e Pirapora do Bom Jesus.

Contando com a disponibilidade dos recursos aprovados, as contratações permaneceram na dependência de apresentação/regularização de documentação técnica e/ou cumprimento de exigências cadastrais por parte dos Municípios, devendo ter continuidade em 2017, com vistas à consecução do objetivo de contratar.

**Movimentação Financeira em 2016** - Observadas as parcelas de serviços efetivamente executadas/medidas/acetadas, para a consecução das obras em curso no período, o FUMEFI registrou a movimentação financeira de R\$ 57,2 milhões, até 09/12/2016, considerados os repasses aos Municípios beneficiários (R\$ 53,2 milhões) e a remuneração dos Agentes Técnico e Financeiro, bem como a liquidação das despesas de custeio previstas na legislação.

### **Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM**

Há 20 anos a Baixada Santista foi instituída como a primeira região metropolitana fora das capitais, a partir da união dos municípios e do Estado, que entenderam a importância de trabalhar em conjunto para a solução de problemas comuns. A Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, criou a Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, abrangendo Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. A legislação autorizou, ainda, a formação do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista - Condesb. Dois anos depois foram regulamentados o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (suporte financeiro) e a Agência Metropolitana - AGEM, responsável pela área técnica e de planejamento das ações integradas. Para marcar esses 20 anos história, a Agência promoveu atividades, dentre as quais destacam-se a publicação especial na Revista Cidade & Cultura e o Concurso Cultural Universitário.

**Publicação especial na Revista Cidade & Cultura** - Lançamento de uma edição exclusiva sobre o patrimônio arquitetônico, histórico e cultural da Região Metropolitana da Baixada Santista na Revista Cidade & Cultura, valorizando a criação artística regional e a diversidade ambiental. O projeto, que integra a revista impressa e disponibiliza a versão online por meio do site ([https://issuu.com/projetocidadeecultura/docs/boneco\\_revista\\_circ\\_costa\\_da\\_mata\\_a?e=7291920/37821816](https://issuu.com/projetocidadeecultura/docs/boneco_revista_circ_costa_da_mata_a?e=7291920/37821816)) e aplicativo, já foi realizado em mais de 40 municípios paulistas, incluindo importantes destinos turísticos do Estado.

**Concurso Cultural Universitário** - Selo comemorativo dos 20 anos - O Concurso Cultural Universitário, idealizado pela AGEM em parceria com o Condesb, escolheu a melhor proposta de trabalho artístico visando o desenvolvimento de um selo comemorativo alusivo aos 20 anos de formação da RMBS. Sagrou-se vencedor o selo projetado por um universitário do 2º ano do curso de Design Gráfico da Unimonte - Centro Universitário Monte Serrat, que foi utilizado em todas as ações e



atividades que envolveram as comemorações, com destaque para todo o material de divulgação gráfico e digital da AGEM, do Condesb e do Fundo, tais como panfletos, folders, cartões de visita, sites e papéis timbrados.

**Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista** - O Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico - PMDE da Baixada Santista consolidou políticas municipais, estaduais e federais por meio da apresentação de 32 orientações de planejamento, 23 projetos estruturantes, 47 ações e 77 programas públicos e privados de desenvolvimento para os municípios que compõem a RMBS.

Em continuidade a este trabalho estabeleceu-se a necessidade de criar um Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA, no qual se inclui o apoio técnico ao planejamento regional e a ampliação das ferramentas digitais de acompanhamento e controle urbanístico do território local. O conceito é que este sistema resulte em um observatório metropolitano, que integrará dados estratégicos dos diversos órgãos atuantes da RMBS, conjugando uma base de dados e mapas georreferenciados por meio de ferramentas de interação e atualização permanentes, incluindo a publicação dessas informações via web. É o que se denomina de etapa Pós-Plano.

**Pós-Plano - O Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico - PMDE/BS** - Objetiva manter as informações do plano estratégico atualizadas, entre indicadores, metas, diretrizes, ações e programas. Em 2016 foi elaborado o termo de referência para a contratação do Sistema de Monitoramento e aberto o edital de licitação pública para contratação de empresa especializada nesse tipo de sistema.

**A AGEM e a adequação ao Estatuto da MetrÓpole, Lei Federal nº 13.089/2015** - Tendo em vista a promulgação da Lei federal nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015, denominada Estatuto da MetrÓpole, que estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas, a AGEM avançou durante o ano de 2016 na aprovação de um plano de trabalho, na promoção de oficinas temáticas com especialistas para discussão dos eixos estratégicos do plano de desenvolvimento regional, no lançamento de um *hotsite* e de materiais gráficos especialmente desenvolvidos para dar publicidade, transparência e oportunidade de participação da sociedade civil nesse processo de adequação.

Entre as determinações do novo marco legal destaca-se a necessidade de elaboração de planos regionais, denominados na lei como Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, e que os mesmos sejam entregues e aprovados mediante lei estadual até janeiro de 2018. O PDUI da RMBS está pronto, foi elaborado e entregue com quase um ano de antecedência à promulgação do Estatuto, com a denominação de Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista - PMDE-BS. O fórum eleito pelo Condesb para centralizar as discussões foi a Câmara Temática de Planejamento.

Dessa forma, diante da necessidade de obter contribuições a serem incorporadas ao conjunto de propostas que deverão compor o projeto de lei, consolidar os objetivos, metas e estratégias



propostas no PMDE-BS, no Macrozoneamento oriundo do Zoneamento Econômico e Ecológico - ZEE e nos Planos Diretores Municipais, bem como sugerir aperfeiçoamentos na estrutura de governança interfederativa da Região Metropolitana da Baixada Santista, a Câmara Temática de Planejamento formulou e aprovou o seu plano de trabalho.

**Plano de Trabalho para o desenvolvimento do PMDE – BS:** Em 2016 foi estabelecida a metodologia e executadas as seguintes fases do trabalho:

- **Fase I: Preparação e Organização de Conteúdos** - Consiste na leitura e consolidação dos planos já existentes ou em andamento, resultando na organização de base de documentos para subsidiar a realização de cinco oficinas de trabalho temáticas com a participação de especialistas;

- **Fase II: Oficinas Temáticas com Especialistas** - Realização de cinco oficinas temáticas para apresentação dos conteúdos organizados pelas Câmaras Temáticas do Condesb e coleta de sugestões de especialistas com base nos documentos organizados na etapa anterior, que possibilitou a coleta de sugestões de especialistas para a consolidação dos planos existentes em um projeto de Lei, que deverão alimentar as discussões públicas nas etapas posteriores.

**Na primeira oficina**, realizada em cinco de julho, o tema foi **desenvolvimento econômico**. A oficina sobre **Mobilidade, Logística e Habitação** fez parte do **segundo evento** em que se debateu, também, o adensamento urbano, os movimentos migratórios, a ocupação irregular e os instrumentos legais de controle do uso do solo. No **terceiro evento**, tratou-se dos **Eixos Meio Ambiente e Saneamento e Políticas Sociais**, ocasião em que se discutiu temas como a destinação final do lixo e as diferentes alternativas para reaproveitamento dos resíduos sólidos urbanos, as fontes renováveis de energia, saneamento e a necessidade de gestão e monitoramento ambientais constantes na região foram as questões centrais da Oficina Temática sobre Meio Ambiente. A educação como forma de diminuição das desigualdades sociais e do desenvolvimento econômico e a necessidade de uma participação maior da sociedade na criação de políticas públicas, foram outros destaques dessa Oficina.

- **Fase III: Rede Metropolitana de Comunicação** - Consiste no desenvolvimento de uma série de ações de comunicação voltadas para o acompanhamento da população da RMBS sobre as atividades desenvolvidas visando a adequação da região à lei federal do Estatuto da Metrópole, dentre as quais, o desenvolvimento de uma identidade visual (logotipo), de uma página na internet (hotsite), e de materiais gráficos para distribuição em audiências públicas, com o objetivo de dar publicidade e transparência ao processo de adequação da RMBS ao Estatuto da Metrópole.

- **Fase IV: Incorporação das sugestões das oficinas temáticas** - Sistematização das propostas obtidas nas Oficinas Temáticas por meio de elaboração interna da AGEM que resultou na primeira versão do Projeto de Lei.

**Estudo do Sistema Hidroviário** - Está sendo realizado um estudo de viabilidade técnica e financeira para implantação do modal hidroviário na Baixada Santista pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, contratado pelo Departamento Hidroviário do Estado. A AGEM acompanha as



discussões desde o início por meio da Câmara Temática de Transporte Hidroviário. O IPT finalizou a primeira fase dos estudos, que consistiu nos levantamentos sobre viabilidade técnica e financeira, tendo sido detectados dez pontos com potencial de demanda e bom custo-benefício para integrar uma rede de transporte coletivo por rios e canais.

O Instituto também analisou trechos de navegação que possam gerar ganho de tempo para o usuário do sistema hidroviário, em comparação ao transporte já utilizado (carro, ônibus ou VLT, por exemplo). Foram escolhidas cinco rotas: Bertioga-Centro até Guarujá- Vicente de Carvalho; Santos-VLT Valongo até Guarujá-Vicente de Carvalho; Santos-VLT Valongo até Guarujá-Ferry Boat; Cubatão-Centro até Santos-VLT Valongo; e Cubatão-Caraguatá até Praia Grande, Portinho. O levantamento foi feito de uma maneira que o sistema hidroviário possibilite integração com os modais de transportes já existentes, como o ônibus e o Veículo Leve sobre Trilho - VLT.

**Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos** - A AGEM e o IPT assinaram, em outubro de 2016, o contrato para elaborar de forma participativa o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista - PRGIRS/BS. Com o objetivo de apontar soluções para a gestão adequada dos resíduos sólidos na região, considerando os aspectos ambientais, econômicos e sociais, o trabalho a ser realizado pelo IPT, e coordenado pela AGEM, está orçado em R\$ 700 mil e será financiado com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro. O prazo para conclusão é de 12 meses. Atualmente, sete dos nove municípios encaminham seus resíduos para o Aterro Sanitário do Sítio das Neves, na área continental de Santos, que possui vida útil próxima do seu esgotamento. A estimativa de geração diária de resíduos da região é de cerca de 1,9 mil toneladas/dia.

**Objetivos específicos do PRGIRS/BS** - Adotar propostas para a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados na RMBS; contribuir para a melhoria das condições de sustentabilidade ambiental, social, econômica e financeira dos serviços locais de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos - RUS; apontar soluções para arranjos municipais para gestão integrada; indicar mecanismos e instrumentos (institucionais, econômicos e financeiros) visando a universalização da coleta seletiva e da reciclagem como meio para redução da quantidade de resíduos descartados, e para implantação da logística reversa, indicar linhas de ação estratégica para que seja viabilizada a implementação do Plano; divulgar informações sobre gestão de resíduos na região, indicar alternativas técnicas e locacionais, valoração dos custos-benefícios e orientação para Parcerias Público-Privadas, visando um prazo de 20 anos.

**Etapas de realização do PRGIRS/BS** - **Etapa 1:** Mobilização Social e Divulgação; **Etapa 2:** Panorama dos Resíduos Sólidos na Região Metropolitana da Baixada Santista; **Etapa 3:** Prognóstico dos Resíduos Sólidos na Região Metropolitana da Baixada Santista; **Etapa 4:** Diretrizes e Estratégias para a Implantação do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista.

**Projeto de Geoprocessamento em parceria com os Municípios** - O projeto é uma iniciativa da Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação do Condesb para a implementação de soluções de geoprocessamento integrando todos os nove municípios da Baixada Santista. O geoprocessamento utiliza tecnologias que possibilitam o processamento, interpretação de



dados ou informações que envolvam Sistemas de Informações Geográficas, de posicionamento global, levantamentos aéreos, meteorologia, entre outros. A proposta idealiza um convênio entre a AGEM e a Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais - Funcate para a implantação do programa nos municípios, não havendo necessidade de financiamento pelas prefeituras e pelo Fundo Metropolitano.

**Plano Regional de Mobilidade e Logística** - A Lei nº 12.587/2012 determina uma série de ações a serem realizadas por todas as esferas de governo, incluindo o desenvolvimento de Planos de Mobilidade por todas as cidades com mais de 20 mil habitantes.

Considerando que o planejamento de mobilidade deve considerar o fato de que muitas cidades em regiões metropolitanas têm zonas urbanas quase unificadas, a AGEM vem se preparando para realizar o Plano Regional de Mobilidade e Logística, e também cumprir orientação do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista, que prevê a elaboração do Plano Regional de Mobilidade. A iniciativa possibilitará trabalhar em consonância e oferecer suporte aos Planos Municipais, com objetivo de traçar diretrizes gerais a serem observadas pelos municípios da Região. Os termos de referência já foram finalizados.

**Sistema de Informações Habitacionais** - A Câmara Temática de Habitação do Condesb, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU e a AGEM, promoveram três oficinas para tratar do tema *Assentamentos Precários na RMBS*, nas quais foram realizadas discussões para a unificação dos conceitos junto aos municípios.

Já foram realizados o levantamento da atual situação das informações habitacionais em cada cidade e discutidos os conceitos e a metodologia de trabalho para o alinhamento das informações habitacionais, bem como apresentada a proposta de utilização do Sistema de Informações Metropolitanas - SIM, da Emplasa, para a gestão de informações geoespaciais de fontes oficiais municipais, estaduais e federais. O projeto piloto já se encontra na fase de ajuste dos campos e variáveis no sistema.

**Projetos do Fundo Metropolitano** - O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista - FUNDO é destinado a dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região Metropolitana. Os investimentos metropolitanos em 2016 somaram R\$ 5.668.277,96, distribuídos entre oito projetos. Além dos projetos descritos abaixo, a AGEM segue acompanhando outros 36 em andamento, de anos anteriores, e outros 80 concluídos, em fase de prestação de contas.



Município Solicitante		Projeto com Descrição	Valor Solicitado	Desembolso	Previsão de Saldo a Desembolsar	Status	
1	Guarujá	1.1	Programa de Diagnóstico Arqueológico, Prospecção Intensiva e Educação Patrimonial da Consolidação e Restauro das Ruínas do Parque Arqueológico São Felipe.	153.331,80	0,00	153.331,80	Deliberado/a executar
		1.2	Elaboração de Laudo Técnico Pericial e Projeto de Recuperação da Estrutura em Concreto Armado Pré-Moldado na Praça Horácio Lafer.	85.087,51	0,00	85.087,51	Deliberado/a executar
		1.3	Elaboração de Projeto Executivo e Orçamento de Parte da Encosta do Morro das Galhetas e Recuperação da Rua Dr. Roberto Vinhas.	54.000,00	0,00	54.000,00	Deliberado/a executar
		1.4	Obras de Adequação nas Instalações do Ginásio Guaibê.	2.449.843,66	0,00	2.449.843,66	Deliberado/a executar
		1.5	Realização de Projeto Arqueológico da Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande.	225.166,66	0,00	225.166,66	Deliberado/a executar
		1.6	Implantação de Sistema de Iluminação do Conjunto de Construções Históricas da Fortaleza da Barra Grande	250.623,62	0,00	250.623,62	Deliberado/a executar
2	Praia Grande	2.1	Reforma da Base de Rádio Patrulhamento Aéreo da Baixada Santista.	1.983.633,87	0,00	1.983.633,87	Deliberado/a executar





3	<b>Itanhaém</b>	3.1	Contratação de Equipamentos de Vídeo Monitoramento e Gerenciamento de Vias Públicas - 2ª Etapa.	687.557,57	220.966,73	466.590,84	Em andamento
---	-----------------	-----	---	------------	------------	------------	--------------

<b>Total de Projetos: 08</b>	<b>5.889.244,69</b>	<b>220.966,73</b>	<b>5.668.277,96</b>
------------------------------	---------------------	-------------------	---------------------

**O total do valor solicitado é recurso já empenhado nas contas dos respectivos municípios**

**Secretaria Executiva do Condesb e Câmaras Temáticas** - Uma das principais funções da AGEM é atuar como secretaria executiva do Condesb e de suas Câmaras Temáticas. Até dezembro de 2016 foram realizadas 135 reuniões de Câmaras Temáticas - CT e o Conselho reuniu-se 11 vezes realizando as reuniões ordinárias 195ª a 205ª:

**Termo de Cooperação Técnica entre a Agência Inova/Centro Paula Souza e AGEM** - Durante o ano de 2016 a Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTTIC desenvolveu o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações, com o apoio da Agência Inova/Centro Paula Souza. A parceria foi possibilitada por meio de um termo de cooperação técnica assinado em março de 2015, que prevê a realização e produção de estudos e pesquisas, conferências, e outras atividades de interesse da região ou do Condesb, através das suas Câmaras Temáticas.

O Plano busca atender, apoiar e orientar os municípios integrantes da RMBS, na criação dos seus próprios PDTICs locais e dos seus Catálogos de Serviços. O PDTIC/BS está em fase de finalização pela agência INOVA para ser aprovado pela AGEM e posteriormente pelo Condesb até março de 2017.

**Sistema Cartográfico Metropolitano da Baixada Santista** - O Sistema Cartográfico Metropolitano da Baixada Santista - SCM/BS é um instrumento útil para os vários níveis governamentais, acadêmicos, órgãos ou empresas que se utilizam da cartografia como ferramenta para seus projetos e trabalho, além de ser considerado documento oficial com fé pública para efeito de utilização em procedimentos judiciais. Durante o ano de 2016, entre vendas, cessões e convênios foram atendidos 15 pedidos, sendo 4 de órgãos públicos, 2 de estudantes e 9 vendas de produtos do Sistema Cartográfico Metropolitano da Baixada Santista - Gerenciamento do Sistema Cartográfico.

**Projeto Tocando Santos 2016** - O projeto Tocando Santos, em sua 22ª edição, consiste em uma série anual de concertos, de importantes grupos sinfônicos do Estado de São Paulo. É uma realização da AGEM, SESC-SP, Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e Secretaria de Cultura do Estado, em parceria com a Prefeitura de Santos, Sabesp, Associação dos Artistas e Sistema A Tribuna de Comunicação. O seu principal objetivo é difundir o repertório clássico, viabilizando o acesso do público da Baixada Santista à música instrumental orquestrada e a formação de plateia.



Nesta edição, que homenageou os 30 anos da Pinacoteca Benedicto Calixto, localizada em Santos, foram realizadas 10 apresentações no Teatro do SESC, entre as quais as Orquestras: Sinfônica Jovem do Estado; Sinfônica do Theatro Municipal de São Paulo; Sinfônica de Santo André; Jovem Tom Jobim; Municipal de Santos; Sinfônica de Heliópolis, Jazz Sinfônica de Santos; Sinfônica da Unicamp. Além dessas, duas Bandas Sinfônicas participaram da programação de 2016: Sinfônica do Estado e Sinfônica Jovem do Estado.

**Participação e realização de oficinas, palestras, audiências, feiras e congressos** - Foram contabilizados, no ano de 2016, 37 eventos, entre visitas técnicas, oficinas, palestras, audiências, feiras e congressos, entre outros, realizados pela AGEM ou com o seu apoio, ou ainda que contaram com a participação de pessoal da Agência, durante o ano de 2016.

### **Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP**

A AGEMCAMP propõe e executa projetos de interesse comum aos municípios da Região Metropolitana de Campinas - RMC, além de promover ações que contribuem para a formação da consciência sobre a necessidade de gestão conjunta e integrada para a solução dos gargalos econômicos e carências metropolitanas, como mencionado no artigo “Fundo é saída para prefeituras na crise”, publicado no jornal diário “Correio Popular”, de 03 de julho de 2016.

Como órgão de articulação e planejamento dos assuntos metropolitanos na RMC, a Agência busca sempre o equilíbrio entre o papel político e a função técnica, instrumentalizando as relações entre Estado e municípios visando encontrar soluções para os problemas comuns, cada vez mais complexos nas regiões com forte crescimento econômico. Tendo como objetivo superar os desafios econômicos, ambientais e sociais postos para a Região, a AGEMCAMP estabelece parcerias com os municípios, com a iniciativa privada, universidades e demais órgãos públicos atuantes na Região para a construção de um futuro sólido e sustentável.

A estrutura de gestão metropolitana, formada pelo Conselho de Desenvolvimento, AGEMCAMP e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas - FUNDOCAMP, é reconhecida como protagonista efetiva da melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento econômico sustentável da RMC.

O FUNDOCAMP foi criado com o objetivo de dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os municípios integrantes da Região.

### **Projetos FUNDOCAMP - 2016**

#### **Área - Saúde**

- Informatização de Unidades de Saúde



Objetivo - Aquisição de equipamentos de informática para unidades de saúde da RMC para implantação do Cadastro Metropolitano do Usuário SUS Metropolitano.

*Status* - Encerrado.

Concluídos - 323 Unidades de Saúde na RMC.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Combate à Dengue - Aquisição de materiais

Objetivo - Aquisição de Equipamentos de Combate ao Vetor.

*Status* - Em andamento, adesão 19 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

### **Área - Educação**

- Aquisição de material paradidático

Objetivo - Desenvolvimento de material que deve ser compreendido por meio de comunicação eficaz e de fácil compreensão, de forma a transmitir a mensagem com clareza e objetividade, como uma ferramenta interativa e lúdica que desperta o interesse no público alvo, além de estimular a inteligência e a cultura.

*Status* - Em fase inicial.

Tomador de Recursos - Agência Metropolitana de Campinas.

Agente Técnico - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - Emplasa.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

### **Área – Cultura**

- Re-Virada Cultural – 2016

Objetivo - Realização de apresentações de música, dança e oficinas nos dezenove municípios da RMC, privilegiando os artistas regionais.

*Status* - Encerrado, adesão 10 municípios.

Agente Técnico- Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Sinfonia Metropolitana - 2016

Objetivo - Levar aos municípios da RMC a Orquestra Municipal de Campinas, uma Orquestra qualificada e reconhecidamente uma das melhores do país, com larga experiência na execução de concertos didáticos para assim implementar políticas públicas na área da cultura.

*Status* - Priorizado.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.



## Área – Segurança

- Sistema de Videomonitoramento na RMC - 1ª etapa  
Objetivo - Aquisição de equipamentos e implantação do Sistema Metropolitano de Videomonitoramento nos municípios da RMC em atendimento às necessidades identificadas no Plano Metropolitano de Segurança.  
*Status* - Em andamento, adesão 19 municípios.  
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.  
Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.
- Sistema de Videomonitoramento na RMC - 2ª etapa  
Objetivo - Aquisição de software para compor o Sistema de Videomonitoramento.  
*Status* - Em andamento, adesão 19 municípios.  
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.  
Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.  
Obs.: Aos municípios que já possuam o software foi autorizado o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a instalação de novos pontos ou modernização da tecnologia existente.
- Sistema Regional de Defesa Civil  
Objetivo - Aquisição de equipamentos de informática e veículos e implantação do Sistema Regional de Defesa Civil para a RMC.  
*Status* - Em andamento, adesão 19 municípios.  
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.  
Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.
- Sistema Regional de Radiocomunicação Digital  
Objetivo - Aquisição de equipamentos que proporcionará a migração do Sistema de Radiocomunicação Analógico para Digital ou a expansão do atual Sistema de Radiocomunicação Digital, e assim permitir maior integração entre órgãos que utilizam esse tipo de comunicação na cidade e sua integração com a RMC.  
*Status* - Em andamento, adesão 19 municípios.  
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.  
Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.
- Plataforma para Redução de Riscos de Desastres na RMC  
Objetivo - promover a gestão de riscos e gerenciamento de desastres entre as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil pertencentes a Região Metropolitana de Campinas  
*Status* - Em andamento, adesão de 9 municípios.  
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.  
Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.
- Ações Integradas de Segurança Pública na RMC



Objetivo - prevenção e redução dos índices criminais.

*Status* - Priorizado/Aprovado.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

### **Área – Esporte**

- Implementação de Academias Ao Ar Livre

Objetivo - Aquisição de equipamentos para instalação de academias ao ar livre em espaços utilização pública nos municípios da RMC, podendo ser instaladas os seguintes tipos: a) Academia da Terceira Idade; b) Academia para Portadores de Necessidades Especiais; c) Academia para Crianças (primeira idade).

*Status* - Em andamento, adesão 19 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

### **Área - Transporte e Sistema Viário Regionais**

- Mobilidade Urbana

Objetivo - Garantir infraestrutura e facilitar a mobilidade urbana da população metropolitana, tornando permanente o compromisso do Poder Público para com a democratização do espaço urbano, representada pela acessibilidade e inclusão de todos em um ambiente seguro e confortável.

*Status* - Em andamento, adesão de 8 municípios.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

### **Área - Planejamento**

- Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

Objetivo - Criar um instrumento de governança interfederativa com participação de todos os entes públicos e da sociedade civil, de forma integrada e compartilhada.

*Status* - Priorizado/Aprovado.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.

Tomador de Recursos - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - Emplasa

Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Subsídios ao Diagnóstico e à Construção de Cenários de Desenvolvimento na RMC

Objetivo - Elaborar diagnóstico e projetar cenários de desenvolvimento demográfico e econômico regional que embasarão tecnicamente a elaboração PDUI da RMC.

*Status* - Aguardando aprovação dos Conselhos de Orientação/Desenvolvimento.

Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.



Tomador de Recursos - Universidade de Campinas – Unicamp.  
Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Quadro: Recursos Investidos Fundocamp

<b>FUNDOCAMP 2016</b>			
<b>Projeto</b>	<b>Valor Total do Projeto (R\$)</b>	<b>Desembolso Realizado (R\$)</b>	<b>Desembolso 2016 (R\$)</b>
Academias Ao Ar Livre	800.000,00	348.686,90	37.625,87
Ações Integradas	2.200.000,00	0,00	0,00
Combate Dengue	1.400.000,00	978.083,63	978.083,63
Informatização de Unidades de Saúde	3.015.641,00	3.047.597,40	239.850,00
Material paradidático	643.500,00	0,00	0,00
Mobilidade Urbana	8.000.000,00	940.079,77	940.079,77
Plataforma	3.600.000,00	995.526,80	995.526,80
PDUI	2.000.000,00	0,00	0,00
Re-Virada Cultural - 2016	1.400.000,00	656.303,00	978.083,63
Sistema de Videomonitoramento na RMC – 1ª etapa	12.935.700,00	9.323.089,25	2.249.802,26
Sistema de Videomonitoramento na RMC – 2ª etapa (aquisição de software)	5.500.000,00	1.775.194,66	296.999,96
Sistema Regional de Defesa Civil	640.000,00	478.150,20	32.000,00
Sistema Regional de Radiocomunicação Digital	3.970.000,00	2.396.884,10	1.328.750,70
<b>Total</b>		<b>20.939.595,71</b>	<b>8.076.802,62</b>

### **Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE**

A AGEMVALE foi criada em janeiro de 2015, por meio da Lei Complementar nº .258/15 com o objetivo de articular e integrar a organização, o planejamento e a execução das ações públicas de interesse comum desse território, formado por 39 municípios. Para isso, foi instituído um Conselho de Desenvolvimento Regional, formado por prefeitos da região e representantes do Estado, tendo como atribuição principal definir as prioridades para os investimentos na região.



Em março de 2016, o Prefeito de Ilhabela foi eleito novo Presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, tendo como vice-presidente a Prefeita de Monteiro Lobato.

**Realização de seminários** - A AGEMVALE e o Coletivo Metropolitano, formado pelo Programa Espaço e Sociedade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - PESS-INPE e o Programa em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba - PLUR-UNIVAP, realizaram o seminário sobre “A Experiência de Construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI nas Regiões Metropolitanas”. Realizado na Univap, teve a palestra do professor Dr. Jeroen Klink, da Universidade Federal do ABC, que apresentou a experiência do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

**Reunião com os novos prefeitos eleitos em 2016 para destacar programas regionais** – Encontro realizado com o objetivo de discutir a importância da região metropolitana para o desenvolvimento regional, a estrutura da governança metropolitana e facilitar a troca de informações e experiências. Na oportunidade, todos ressaltaram a necessidade da união entre os prefeitos em busca do bem comum para as resoluções de problemas que afetam a todos os municípios, como a questão da saúde, mobilidade urbana e destinação dos resíduos sólidos.

**Audiência Pública - prioridades para a RMVALE-LN** - Mais investimentos em saúde, transportes e segurança pública. As demandas foram apresentadas pela população durante audiência pública realizada por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão, na Câmara Municipal de São José. Cerca de 100 pessoas participaram do evento.

### **Principais ações desenvolvidas em 2016**

**Infraestrutura** - Extinção, em 30 de outubro de 2016, da cobrança do DDD entre as 38 cidades da região que usam o código de área 12. A única cidade que ficou de fora foi Igaratá, que tem o DDD 11.

**Saúde** - Obras da construção do Hospital Regional de São José dos Campos; convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a construção do Hospital Regional de Caraguatatuba; instalação de 4 Unidade Básica de Saúde - UBS e 7 Centro de Apoio Psicossocial - CAPS no Litoral Norte; inauguração do Ambulatório Médico de Especialidades - AME Lorena e obras no Hospital Regional de Taubaté.

**Segurança** - Retomada das reuniões do Gabinete Metropolitano de Gestão Estratégica de Segurança Pública - Gamesp, para discutir políticas de segurança de prevenção e combate ao crime na região.

**Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado** - Em atendimento ao Estatuto da Metrópole (Lei federal nº 13.089/2015), que estabeleceu um prazo de três anos para a elaboração do PDUI, e que definirá normas para o planejamento e gestão das regiões metropolitanas e aglomerações



urbanas do país, realiza-se o levantamento de dados municipais, sub-regionais e regional, para a construção do inventário sócio-econômico e elaboração do diagnóstico da região, em especial das funções públicas de interesse comum.

**Saneamento** - Inventário dos planos e estudos existentes no Estado sobre a região; levantamento da solução e logística atual da destinação dos resíduos sólidos em cada um dos municípios da região, visando a elaboração do Plano Metropolitano de Resíduos Sólidos. Foram realizadas visitas aos locais onde estão instalados os aterros sanitários da região.

**Mineração** - Estabelecimento de parceria para implementação do resultado final da Câmara Temática de Mineração.

### **Conselho Estadual de Honrarias e Mérito**

O Conselho Estadual de Honrarias e Mérito deu continuidade à dinâmica preestabelecida e implantada no decorrer dos anos anteriores, procurando abranger todos os segmentos representativos da comunidade paulista e nacional; sociedades privadas, organizações militares, políticas, legislativo, judiciário e executivo de diferentes naturezas.

**Atividades Principais** - Registro sistemático dos diplomas das condecorações fornecidas pelo Estado e suas instituições, em conformidade com o estipulado pelos respectivos decretos de instituição. Apoio às unidades estaduais e privadas na orientação para criação de condecorações, com atendimento individualizado. Análise das solicitações e encaminhamento para oficialização (reconhecimento) de condecorações de instituições particulares. Em alguns casos de solicitação mais específica do setor privado e ou oficial, foi elaborado o projeto heráldico e medalhístico da condecoração. Aceleração de processos. Presença nas cerimônias do Governo.

### **Assessoria Especial para Assuntos Internacionais**

**Protocolo** - Foram organizadas 24 audiências do Governador com autoridades estrangeiras, 17 audiências do Vice-Governador e aproximadamente 682 outras reuniões com Secretarias Estaduais. A unidade esteve envolvida na realização de quatro missões ao exterior, duas realizadas pelo Governador, uma pelo Vice-Governador e uma pela Assessora Especial para Assuntos Internacionais. Ademais, foram realizadas 140 missões ao exterior por representantes do Governo.

**Eventos** - Foram organizados 35 eventos internacionais, os quais incluem seminários internacionais, workshops, missões técnicas e conferências. Além disso, houve acompanhamento da assessoria em mais 110 eventos realizados por parceiros internacionais e nacionais.

**Cooperação técnica** - Estão em negociação três novos Protocolos de Intenções entre o Governo do Estado e os governos da Coreia do Sul, Dinamarca e Chile, e a renovação do Protocolo de





Intenções com os Estados Unidos da América, nas áreas de desenvolvimento econômico, infraestrutura, educação, cultura, gestão de água, entre outros temas.

Foi realizado o terceiro encontro do Grupo de Trabalho São Paulo-Canadá, a partir do protocolo assinado em fevereiro de 2014 e o primeiro encontro do Grupo de Trabalho São Paulo-Austrália, cujo protocolo de cooperação foi assinado em março de 2016.

Realizou-se, ainda, projetos e cursos com parceiros com os quais já havia assinado acordos, com o propósito de aprimorar as políticas públicas do Estado, promover São Paulo no cenário mundial, fomentar seu desenvolvimento econômico e sustentável e compartilhar experiências bem-sucedidas e melhores práticas.

**Comunicação** - O site internacional ([www.saopauloglobal.sp.gov.br](http://www.saopauloglobal.sp.gov.br)) alcançou 84.567 visitantes únicos. Foram produzidas 16 edições da *Newsletter* internacional. Cerca de 100 boletins #SPglobal – Notícias do Dia foram produzidos e enviados para um mailing de 800 profissionais da Mídia Estrangeira e da Comunicação de Secretarias e empresas do Estado. Em fevereiro de 2016, a Comunicação da Assessoria Internacional inaugurou a página do Facebook que, atualmente, tem cerca de mil seguidores com pico de 1,6 mil visualizações diárias. O twitter ultrapassou a marca dos 2.500 seguidores, contando-se, atualmente, 3.894.

**Escolas de Idiomas** - Prosseguimento da parceria com escolas de idioma - Cultura Inglesa (Inglês), Instituto Cervantes (Espanhol), Aliança Francesa (Francês), Due Parole (Italiano), Instituto Goethe (Alemão), que oferecem descontos exclusivos para funcionários do Governo do Estado. Início de parceria com a Secretaria da Educação para a divulgação dos descontos das escolas de idiomas para a rede de professores e demais funcionários da Pasta.

### **Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC**

**Geoportal IGC** - *Website* dedicado à disseminação das bases cartográficas oficiais do Estado, que permite a interoperabilidade entre provedores de dados estatísticos e geoespaciais. Por meio do Geoportal IGC, todo o acervo cartográfico digital do Instituto encontra-se disponível, sem restrições, a todo cidadão. Em 2016 foram disponibilizadas novas ortoimagens e nova rede hidrográfica correspondente a 40.000km<sup>2</sup>. O desenvolvimento da fase 2, com recursos oriundos do Banco Mundial, aguarda a assinatura de Aditivo ao Contrato por parte dos membros integrantes.

**Modelo Geoidal do Estado** - Modelo matemático utilizado em todos os trabalhos de mapeamento, topografia e obras de engenharia, envolvendo alta precisão no quesito altimetria. Na elaboração deste modelo são necessários, entre outros, o levantamento de pontos com a medida precisa do campo gravitacional terrestre. Em 2016, utilizando o gravímetro absoluto do IGC foram implantadas 16 Estações Absolutas de Gravimetria nos municípios de: Araçatuba, Botucatu, Cachoeira Paulista, Dracena, Franca, Ilha Solteira, IAG-São Paulo, Jaboticabal, Lins, Ourinhos, São Roque, São Carlos, São José do Rio Preto, Tupã, Ubatuba e Valinhos.



**Rede GNSS/RTK do Estado** - Constituição de uma rede de monitoramento contínuo de estações de posicionamento preciso por satélites GNSS/RTK (Global Navigation Satellite System/Real Time Kinematic), que inclui as constelações de satélites GPS, GLONASS, GALILEU e BEIDOU. Por meio desta rede, torna-se possível o acesso pelos usuários a dados de correção de posicionamento em tempo real, aumentando consideravelmente a precisão e a produtividade dos trabalhos envolvendo esta tecnologia. São usuários os produtores de mapeamento, levantamentos topográficos, agricultura de precisão, obras de engenharia, entre outros. A rede, desenvolvida em parceria com a UNESP de Presidente Prudente e com o IBGE, integra, em nível nacional, a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo - RBMC. Além destes são usuários: Sabesp, INPE, INCRA, ITESP, entre outros, que fazem uso dos dados fornecidos pela rede. Em 2016 o IGC subsidiou as estações de Campinas, Jaboticabal e da Poli-USP.

**Serviços de Manutenção das Divisas dos Municípios Paulistas** - O IGC é o único órgão responsável pela gestão das divisas intermunicipais do Estado de São Paulo. Até dezembro de 2016 foram atendidos 692 processos, abrangendo certidões de jurisdição territorial, informações técnicas para subsidiar a criação de novos distritos, análises técnicas referentes a demarcações e traçados de divisa e pareceres técnicos de natureza geográfica e cartográfica.

**Serviços de Estudos de Caracterização de Drenagem** - O IGC é o órgão responsável pela elaboração de informações técnicas de caracterização de drenagem, que tratam da localização precisa, em mapas oficiais, das nascentes e do traçado dos cursos d'água, com vistas ao processo de licenciamento ambiental. No mesmo período, foram elaboradas 189 informações técnicas desta natureza.

**Ações na Área de Gestão Documental e Disseminação da Informação Técnica** - A área é responsável pela guarda, em caráter permanente, de acervo técnico documental, produto de atividades de reconhecimento geográfico e cartográfico e controle administrativo da divisão territorial do Estado de São Paulo. Tais atividades são exercidas pela Administração Pública Paulista desde 1886 por órgãos que antecederam o IGC, como a Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo - CGG e o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo - IGG.

- Atendimentos/procedimentos técnicos realizados na loja do IGC - 7.328 atendimentos técnicos aos usuários; 2.392 vendas de produtos cartográficos e bibliográficos; 4.749 documentos técnicos digitalizados e disponibilizados ao público.
- Atendimentos realizados pelo Geoportal IGC - 37.614 sessões; 13.998 usuários.
- Atendimentos realizados pelo site do Instituto - 111.649 sessões; 79.848 usuários.



## **Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA - EEMPLASA**

### **Presidência**

#### **Iniciativa Bens Públicos Regionais – Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID**

- Objeto - Cooperação técnica com recursos financeiros não-reembolsáveis do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID destinados ao financiamento de atividades técnicas para melhorar a gestão metropolitana e fortalecer a capacidade de investimento de governos locais, visando ao desenvolvimento de projetos regionais em áreas metropolitanas latino-americanas. São parceiros da Emplasa na execução do projeto a Área Metropolitana do Valle de Aburrá - AMVA, na Colômbia, e a Oficina de Planejamento da Área Metropolitana de San Salvador - OPAMSS, em El Salvador. Situação atual - Convênio assinado com o BID em 9 de maio de 2016. Já foi realizado o primeiro desembolso referente ao adiantamento de recursos para a primeira fase do projeto. Os termos de referência para contratação de consultorias especializadas, em finanças públicas e projetos metropolitanos, aguardam aprovação do BID para publicação. Início das atividades técnicas previsto para janeiro de 2017.

**Cooperação do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU-Habitat / Apoio à atuação do Governo do Estado de São Paulo e da Emplasa na Conferência Habitat III e em Redes Internacionais de Cooperação** - Objeto - Assessoria técnica especializada para promoção da Emplasa como instituição de referência internacional em questões relacionadas ao planejamento, gestão territorial e à governança metropolitana, bem como no processo preparatório para a 3ª Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável - Habitat III, e, ainda, no exercício das funções que lhe cabem como membro da Rede de Áreas Metropolitanas das Américas - Rama. Situação atual - Atividades de assessoria técnica no processo preparatório para a Conferência Habitat III e em eventos de capacitação concluídas. Desenvolvimento da metodologia do Índice de Prosperidade das Cidades do ONU-Habitat para orientar a Emplasa e o Governo do Estado de São Paulo na implementação da Nova Agenda Urbana e da Agenda 2030 das Nações Unidas. Termo aditivo para extensão do prazo assinado em dezembro de 2016 para finalização da revisão técnica dos conteúdos do relatório final.

**Secretaria Regional da Associação Metropolis** - Objeto - Apoio técnico e administrativo à promoção e comunicação das atividades da Associação Metropolis na América Latina e no Caribe. Situação atual - A Emplasa exerce, atualmente, a função de Secretaria Regional da Associação Metropolis para a América Latina e Caribe. Também assessora o Governo do Estado de São Paulo no exercício de suas funções de copresidente da Associação, tendo participado das seguintes atividades em 2016: a) Encontro de orientação estratégica da Associação Metropolis, organizado em fevereiro de 2016 em Barcelona; b) Reuniões estatutárias das Secretarias Regionais e do Conselho de Administração realizadas em março de 2016, na Cidade do México; c) Reunião de Planejamento 2017-2019, realizada em julho de 2016 em Barcelona; d) Reunião Extraordinária de Secretarias Regionais e do Conselho de Administração, realizadas em outubro de 2016 em Bogotá.

**Iniciativa Metropolis 2015-2017 - Desenvolvimento de Capacidades para Projetos Metropolitanos** - Objeto - Acordo de cooperação técnica com a Associação Metropolis para



desenvolvimento de um programa de capacitação sobre o uso de instrumentos de financiamento de projetos metropolitanos para áreas metropolitanas da América Latina. Situação atual - Pesquisa e compilação de experiências e conhecimentos para elaboração de materiais didáticos para a capacitação e intercâmbio com as equipes das áreas metropolitanas parceiras - Bucaramanga (Colômbia), Guadalajara (México) e San Salvador (El Salvador).

### **Vice-Presidência**

**Proposição de instrumentos legais** - Estudos técnicos e jurídicos e elaboração de proposta de legislação complementar para integração do município de Itapetininga à Região Metropolitana de Sorocaba (LC 1.289/16). Criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto - Lei Complementar nº 1.290/2016. Pleito junto à Anatel: atendido com a Resolução nº 666, de 2 de maio de 2016 – tratamento local para as Regiões Metropolitanas do Vale do Paraíba e Litoral Norte e de Sorocaba.

**Atividades institucionais** - Articulação e coordenação junto à Prefeitura de São Paulo e demais municípios da RMS da continuidade dos trabalhos do PDUI-RMSP, compreendendo: sistematização das propostas recebidas do setor público e da sociedade civil via Plataforma Digital do PDUI-RMSP; elaboração de atas das Audiências Públicas de Mobilização; inserção da documentação técnica no acervo da Emplasa e disponibilização para *download* na Biblioteca Virtual; processamento técnico de referências bibliográficas, da ficha catalográfica e da solicitação do ISBN; articulações e Secretaria Executiva das atividades institucionais inerentes à elaboração dos PDUIs para as RMs Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte e para as Aglomerações Urbanas - AUs Jundiaí e Piracicaba; Assessoramento às Agências das RMs de Campinas e Baixada Santista na adoção de ações institucionais para a elaboração dos PDUIs; auxílio técnico, administrativo e logístico às agências metropolitanas AGEMVALE e AGEMSOROCABA até o estabelecimento definitivo das mesmas.

**Atividades de assessoramento** - Atuação em parceria com a Subcomissão Permanente de Governança Metropolitana Interfederativa, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Urbano (presidente deputado federal Miguel Hadad) da Câmara Federal, para auxiliar em matérias atinentes ao Estatuto da Metrópole; Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, das Aglomerações Urbanas de Jundiaí - AUJ e de Piracicaba - AUP, e dos Gabinetes Metropolitanos de Gestão Estratégica de Segurança Pública - Gamesps; Secretaria Executiva do Comitê Executivo criado pela Deliberação CD/RMSP 01/2015 para elaboração do PDUI-/RMSP, de acordo com o Estatuto da Metrópole; assessoria em questões jurídico-institucionais à Casa Civil, por meio da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos; manifestações em processos do Sistema de Assessoramento Técnico-Legislativo - SIALE; Inquérito Civil do Ministério Público: atendimento aos questionamentos relativos à Aglomeração Urbana de Piracicaba; Representante do Governo do Estado no Conselho Nacional das Cidades - Concidades.

**Biblioteca Virtual** - Inserção do acervo da Filmoteca da Emplasa no banco de dados; desenvolvimento de funcionalidades do Sistema Enerweb para integrar a Biblioteca Virtual ao Banco de Metadados da Emplasa; modernização do site da Biblioteca Virtual; alimentação da *fan page* da Emplasa no Facebook.



**Atendimento ao público** - 2.182 novos usuários cadastrados, totalizando 9.332; 22.166 *downloads* realizados em 2016, totalizando 69.366; 102.512 novas visualizações da Filmoteca; 13 solicitações respondidas e encerradas no Sistema de Informações ao Cidadão - SIC; 170 Usuários atendidos via [atendimento@emplasa.sp.gov.br](mailto:atendimento@emplasa.sp.gov.br); 150 Usuários atendidos via [udt@emplasa.sp.gov.br](mailto:udt@emplasa.sp.gov.br).

### **Diretoria de Planejamento**

**Sistema Cartográfico Estadual - SCE-SP** - Objeto - Pelo Decreto nº 61.486/2015, a Emplasa é responsável pela implantação, coordenação, administração e execução das ações referentes ao Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo - SCE-SP, abrangendo a coordenação da Cartografia Sistemática (mapeamento terrestre básico ou informação geoespacial de precisão) e da Cartografia Temática de interesse comum do Estado de São Paulo, unificando os acervos do Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC e do Sistema Cartográfico Metropolitano - SCM da Emplasa. Situação atual - Levantamento do Acervo Cartográfico do IGC e implementação das normas definidas no decreto.

**Projeto Mapeia São Paulo - Objeto** - Implantação da 2ª Etapa do Projeto de Atualização Cartográfica do Estado de São Paulo - Mapeamento Sistemático e Temático de Uso e Ocupação do Solo da Região Metropolitana de São Paulo e da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. Situação atual - Iniciado em 2015, o projeto possui apoio financeiro do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Fehidro e prevê a elaboração, na escala 1:10 000, de Mapeamento Sistemático (altimetria, hidrografia e sistema viário, entre outras) e Temático de Uso e Ocupação do Solo, de acordo com o padrão da EDGV (Estrutura de Dados Geoespaciais Vetoriais) e a aquisição de dados da ADGV (Aquisição de Dados Geoespaciais Vetoriais), abrangendo 11.200 km<sup>2</sup>, com produtos finais para uso em SIG (Sistema de Informação Geográfica) e disponibilização de 380 folhas do Mapeamento Sistemático e Temático.

**Digitalização e disponibilização de produtos cartográficos** - Situação atual - Foram digitalizados os principais produtos dos Mapeamentos Sistemáticos e Temáticos do Sistema Cartográfico Metropolitano, assim como as 35 mil fotografias aéreas do acervo histórico do Gegran e da Emplasa. Os mapeamentos encontram-se georreferenciados e disponíveis em diversos formatos, acessíveis por meio dos sistemas de informação da Emplasa. As fotografias aéreas digitais do acervo histórico da Emplasa passaram a compor os produtos do Sistema de Compartilhamento de Dados Geoespaciais para aquisição de forma automatizada. Foi atualizado, também, o limite da Área de Proteção de Mananciais da RMSP, em apoio à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, na escala 1:10 000.

**Venda e cessão sem ônus de produtos cartográficos** - Objeto - Atendimento ao público por parte da Emplasa, provendo a cessão não onerosa de produtos cartográficos para órgãos públicos, discentes e docentes e venda para particulares. Situação atual - Em 2016, as cessões não onerosas de produtos foram realizadas por meio de 24 Contratos de Licença de Uso e 181 pedidos feitos de forma automática, a partir do Sistema de Compartilhamento de Dados Geoespaciais, totalizando mais de R\$ 36 milhões em produtos cedidos. De janeiro a novembro de 2016 as cessões onerosas corresponderam a



mais de R\$ 175 mil. O atendimento presencial chegou a 50 pessoas em média por dia, com a venda de mais de 3.000 produtos analógicos no período, além dos produtos digitais.

**Sistema de Visualização de Dados - Mapeia SP** - Objeto - Permite a visualização e a impressão de imagens de alta resolução (ortofotos de 2010 e 2011) de todo o Estado de São Paulo, como informação precisa e garantia de origem.

**Sistema de Compartilhamento de Dados Geoespaciais - SCD** - Objeto - Garantir a qualquer interessado o amplo acesso às principais coleções de produtos cartográficos do acervo do Sistema Cartográfico Metropolitano da Emplasa, como fonte de informação oficial, segura e precisa. Além da consulta visual, o SCD permite a impressão e a aquisição de dados geoespaciais (como originais cartográficos, ortofotos e informações no formato vetorial), garantindo a facilidade no acesso e agilidade na aquisição. A seleção de dados pode ser feita por região metropolitana, por município, a partir do endereço ou utilizando as coordenadas do local. A cessão para professores, estudantes e órgãos públicos é sem ônus. Situação atual - O Sistema encontra-se em pleno funcionamento, promovendo de forma eficiente e eficaz o atendimento ao usuário especializado.

**Geosserviços** - Objeto - O acesso aos dados geoespaciais do Sistema Cartográfico do Estado de São Paulo encontra-se disponível por meio de geosserviços (WMS). Situação atual - Foram gerados metadados e convertidas as principais bases de dados em formatos que permitem acesso direto, por meio de sistemas de informações geográficas em web.

**Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo - IDE-SP** - Objeto - Criado pelo Decreto nº 61.486/2015, visa promover a organização, disseminação padronizada e divulgação de informações geoespaciais das entidades estaduais. Situação atual - Responsável pela implantação, coordenação, administração e execução das ações relativas a IDE-SP, a Emplasa finalizou seu desenvolvimento e disponibilizou ao público, em janeiro de 2016, as interfaces de visualização das informações geoespaciais e seus respectivos metadados, integradas ao portal (<http://www.idesp.sp.gov.br>). E deu prosseguimento ao processo de levantamento nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual de conteúdos, infraestruturas e procedimentos, com vistas à publicação dos dados geoespaciais e respectivos metadados.

**Adesão ao IDE** - Em estágio inicial de adesão - Procuradoria do Patrimônio Imobiliário - PPI; Metrô; CPTM; Fundação Instituto de Terras - Itesp; Sabesp; CDHU. Em avançado estágio de adesão - Secretaria da Cultura (por meio de contrato); Casa Militar; Fundação Seade. Entidades que já aderiram à IDE-SP - Emplasa (por meio da IDE-Emplasa); Comitê da Bacia do Ribeira de Iguape; Instituto Agrônomo de Campinas - IAC; Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM; EMTU; Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS; Secretaria do Meio Ambiente - SMA.

**Sistema de Informações Metropolitanas - SIM|Emplasa (Medalha do Governo)** - Objeto - Plataforma de gestão de dados e informações geoespaciais operada por internet. Disponibiliza diversos recursos de visualização dos dados geoespaciais do poder público, permitindo a prática da geocolaboração, que faculta a construção e edição de camadas de informações próprias, bem como seu



compartilhamento de forma colaborativa, sendo de grande utilidade para os agentes públicos, como instrumento de gestão e monitoramento de políticas de planejamento urbano local e regional, com possibilidade de atender às demandas de distintos níveis do governo e de órgãos setoriais do Estado.

Situação atual - O Sistema encontra-se em operação no endereço eletrônico [www.sim.emplasa.sp.gov.br](http://www.sim.emplasa.sp.gov.br), em que os usuários, indistintamente, têm acesso aos mapas-base, bem como às camadas de dados geoespaciais públicos, como por exemplo: ortofotos do projeto Mapeia São Paulo de 2010/11, dados de educação, saúde, transportes, meio ambiente, entre outros. Conta com espaços restritos de navegação, desenvolvidos especificamente para usuários ou grupos de usuários interessados em funcionalidades específicas, relacionadas aos seus negócios.

**Ambientes do SIM|Emplasa** - Consórcio Intermunicipal da Região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo - CIOeste; Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo - Grapohab; Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM; Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU; Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI da RMSP; Casa Militar/Secretaria de Saúde.

### **Sistemas de informação e publicações**

**EmplasaGeo – “Geoinformação para o cidadão”** - Site de disponibilização de dados e informações socioeconômicas e de equipamentos urbanos para os 174 municípios da Macrometrópole Paulista. Consultas realizadas de 29/08/2016 a 08/12/2016 totalizam 3.150 acessos. <[www.emplasa.geo.sp.gov.br](http://www.emplasa.geo.sp.gov.br)>.

**Banco de Dados Unidades de Informações Territorializadas - UITsGeo** - Objeto - Mapeamento de uso e ocupação do solo urbano e rural, associado a banco de dados socioeconômicos geoprocessados e agregados por Unidades de Informações Territorializadas – UITs, totalizando 1.240 unidades para 163 municípios da Macrometrópole Paulista, à exceção da unidade regional Bragantina. Situação atual - Atualização do banco e migração dos dados consolidados das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas para a plataforma de geoprocessamento em nuvem. <[www.uitgeo.sp.gov.br](http://www.uitgeo.sp.gov.br)>.

**Atendimento interno e externo** - Objeto - Atendimento às demandas da secretaria da Casa Civil, da subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, das agências regionais, de instituições de pesquisa e ensino, além de órgãos setoriais e prefeituras, bem como atendimento de rotina à mídia e ao público em geral, encaminhados pela Assessoria de Comunicação e Marketing, e solicitações via [atendimento@emplasa.sp.gov.br](mailto:atendimento@emplasa.sp.gov.br). Situação atual - 224 usuários atendidos em 2016.

**Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado da Macrometrópole Paulista - MMP (Medalhas do Governo – Conclusão prevista para janeiro de 2018) – Atividades conjuntas DPL e DGP - Emplasa** - Objeto - Envolve atividades técnicas de planejamento voltadas à elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUIs das regiões metropolitanas (exceto RMs Baixada Santista e Ribeirão Preto) e das Aglomerações Urbanas da Macrometrópole - MMP. São coordenados pela Emplasa e desenvolvidos em parceria com os municípios das regiões, cumprindo



exigências do Estatuto da Metrópole (Lei federal nº 13.089/2015) e destinando-se, conforme dispõe a Lei, ao enfrentamento de questões e/ou aspectos relacionados às Funções Públicas de Interesse Comum - FPIC, que requerem o exercício da cooperação interfederativa.

**Principais atividades e documentos do processo de desenvolvimento do PDUI-RMSP** - Diagnósticos temáticos da RMSP; Publicação “Visão da Metrópole: Subsídios para a elaboração do PDUI da Região Metropolitana de São Paulo”; “Contribuição ao Caderno Preliminar de Propostas: Elementos para o Macrozoneamento”; Relatoria dos Grupos de Trabalho das Funções Públicas de Interesse Comum - FPICs; Relatoria das reuniões da Comissão Executiva e do Comitê Técnico, instâncias do Conselho de Desenvolvimento da RMSP para gestão do processo de elaboração do PDUI da Região Metropolitana de Sorocaba - RMS; realização de Oficinas sub-regionais.

**Região Metropolitana de Sorocaba - PDUI-RMS** - Situação atual - Estudos preparatórios para o PDUI-RMS - Atualização do banco do uso do solo urbano; análise preliminar da estrutura urbana e do desenvolvimento econômico, bem como de aspectos físicos e ambientais.

**Região Metropolitana de Campinas – PDUI-RMC** - Situação atual - Estudos preparatórios para o PDUI-RMC - Mapeamento do uso do solo urbano e análise preliminar da estrutura urbana e desenvolvimento econômico, infraestruturas urbanas, transportes e logística, meio ambiente e habitação.

**Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - PDUI-RMVPLN** - Situação atual: Concluídos o mapeamento do uso do solo urbano e a análise dos Planos Diretores Municipais. Instalação da Câmara Temática do PDUI e realização de reuniões sub-regionais com gestores públicos para apresentação e capacitação do PDUI. Realização do seminário regional "A experiência da construção do PDUI das Regiões Metropolitanas", em parceria com Universidade do Vale do Paraíba - Univap, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe e Coletivo Metropolitano, composto pelas faculdades de arquitetura da região e sediado na Univap. Elaboração de Diagnóstico Regional para discussão junto às administrações municipais, gestores públicos e sociedade civil. Encontro com os novos prefeitos para envolvimento no processo de elaboração do Plano.

**Aglomerções Urbanas de Jundiaí e Piracicaba** - Situação atual - Estudos preparatórios e mapeamentos do uso do solo urbano.

**Convênio de Cooperação Técnica Emplasa/ITDP** - Situação atual - Convênio Emplasa/Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento - ITDP Brasil, celebrado a partir de 22/06/2016, com prazo de conclusão em junho de 2017. Objetiva a aplicação de metodologia de Desenvolvimento Orientado para o Transporte Sustentável - DOTS, para avaliação da localização de estações de transporte coletivo em implantação ou planejadas pelo Governo do Estado.

**Índice Paulista de Capacidade de Investimento** - Objeto - Pesquisa, organização e análise de base de dados para avaliação da capacidade de financiamento metropolitano na





Macrometrópole Paulista - MMP. Atualmente, encontra-se na fase de cálculo dos índices de capacidade de investimento com recursos próprios e de terceiros para os municípios da MMP.

**Monitoramento do Plano Plurianual - PPA 2016-2019** - Objeto - Abrange o acompanhamento de projetos estruturadores do território da MMP, incluindo os projetos de investimento nos setores de transportes, saneamento ambiental e habitação. Situação atual - Conclusão do acompanhamento de projetos/investimentos do PPA 2012-2015 e implementação de ações de monitoramento de projetos/investimentos do PPA 2016-2019, com vistas a subsidiar a avaliação dos impactos dos investimentos públicos na organização/transformation do uso do solo na MMP.

**Monitoramento de Impactos do Uso do Solo na Área do Rodoanel** - Objeto - Monitoria do Trecho Norte, abrangendo análises técnicas da expansão urbana. Situação atual - O contrato Dersa/Emplasa foi prorrogado até abril de 2018, com entrega do relatório de encerramento com a metodologia do trecho Sul adaptada e testada para o trecho Norte. Em 2016, foi produzido um relatório técnico sobre o andamento de atividades de adaptação da metodologia proposta pela Emplasa para monitoria do Trecho Sul, a ser aplicada na monitoria do Trecho Norte, e foi atualizada a Proposta Técnica e Financeira para a realização das atividades de acompanhamento da expansão urbana na Área de Interesse de Monitoramento do Trecho Sul, em seu quinto ano de operação.

### **Diretoria de Gestão de Projetos**

**Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - Graprohab** - Objeto - Análise e proposição de voto em empreendimentos de parcelamento do solo para fins residenciais e em propostas de implantação de núcleos habitacionais nas regiões metropolitanas paulistas, nos termos do Decreto nº 52.053/2007. Situação atual - 376 empreendimentos habitacionais (loteamentos, desmembramentos e condomínios) avaliados em 2016 nas cinco regiões metropolitanas paulistas; Mapeamento georreferenciado de 1.258 empreendimentos para as cinco regiões metropolitanas paulistas, de 2006 a 2016.

**Identificação e Caracterização de Assentamentos Precários na Área de Proteção aos Mananciais da RMSP (Contrato Emplasa/FEHIDRO 019/2016)** - Objeto - Projeto que tem como objeto a elaboração de diagnóstico e mapeamento da ocorrência de assentamentos precários nas áreas de proteção aos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, abordando aspectos teóricos, revisão bibliográfica e metodológica, e criação de banco de dados georreferenciados a ser disponibilizado para a integração com o Sistema de Gerenciamento de Informações - SGI das APMs da RMSP. Situação atual - Contrato em vigência com prazo de término previsto para Março de 2018.

### **Representação e participação em órgãos estaduais**

**Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH/SSRH** - Objeto - Representação na Câmara Técnica de Proteção das Águas - CTPA do Conselho, criado em consonância com a Lei nº 7.663/91, com o objetivo de implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos, por meio de ações planejadas.



**Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - CBH/AT** - Objeto: Criado pela Lei nº 7.663/91, trata-se de órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado. No âmbito do Comitê, além do Conselho, a Emplasa tem representação também nos subcomitês: Cotia-Guarapiranga, Alto Tietê-Cabeceiras, Juqueri-Cantareira, Pinheiros-Pirapora e Billings-Tamanduateí.

**Colegiado Gestor da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê - APA Tietê** - Objetivo - Criado pelo Decreto nº 42.837/1998, visa promover o gerenciamento integrado e implementar as diretrizes das políticas nacional, estadual e municipais do meio ambiente na APA da Várzea do Rio Tietê. Além disso, a Emplasa participa dos Grupos de Trabalho que orientam e subsidiam as ações do Conselho Gestor da APAVRT.

**Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo - RBCV/Instituto Florestal** - Objeto: Instituída em 9 de junho de 1994 pela Unesco, e institucionalizada em 2002 pela Deliberação nº 01/2005 do Conselho de Gestão, tem por finalidade a conservação da natureza e pesquisa científica a serviço do homem, servindo de sistema de referência para mensurar impactos da ação do homem sobre o meio ambiente.

**Câmara Metropolitana de Gestão de Riscos Ambientais Urbanos do CD/RMSP** - Representação da Emplasa, participação em reuniões técnicas, apresentação de conteúdos do PDUI-RMSP, participação na elaboração de propostas sobre o tema.

**Conselho Estadual de Saneamento** - Representação da Emplasa

**Pacto Nacional das Águas (ANA/SSRH)** - Representação da Emplasa, participação em oficinas técnicas.

**Câmara Técnica de Educação Ambiental - CTEA** - Criada por meio da Deliberação CBH-AT nº 21, de 20 de maio de 2016. Tem como uma de suas competências propor diretrizes para planos, programas e projetos de Educação Ambiental, capacitação e mobilização social, com base no diagnóstico e na sistematização dos problemas e potencialidades socioambientais da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, e que atendam o Tratado de Educação Ambiental, Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental e o Plano de Bacia do CBH-AT.

### **Diretoria Administrativa e Financeira**

**Apoio aos Fundos** - Na qualidade de Agente Técnico do Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento - Fumefi, em 2016 a Emplasa executou atividades de apoio e processamento de informações de 27 empreendimentos, 12 dos quais foram concluídos; elaborou 102 pareceres conclusivos, 16 fichas técnicas e 20 informações técnicas. O montante liberado, referente aos contratos acompanhados, foi de R\$ 66.474.817,66. Foi também desenvolvido um portfólio da memória



fotográfica das obras do Fumefi para ser disponibilizado na internet, com o intuito de divulgar os empreendimentos financiados pelo Fundo.

**Administração e finanças** - No âmbito do projeto de melhoria do sistema corporativo, foram concluídas as etapas de revisão de procedimentos de almoxarifado (rotina de ressuprimento e inventário) e compras (cotações junto a fornecedores, quadros comparativos de preços e banco de dados das informações). Foram revistos os códigos de produtos e serviços, visando à integração com os procedimentos financeiros, e as medições/controlar dos faturamentos dos contratos. Em atendimento ao Decreto nº 61.785/16, foi realizada a revisão de vários contratos, com base nos controles administrativos refletidos nos lançamentos no Sistema de Contratos de Serviços Terceirizados do Estado de São Paulo, atingindo-se uma redução anual de R\$ 312.519,19. Também foi implantada a solicitação de veículos via web e o rateio de despesas de autoposto, gerando-se várias opções de relatórios e pesquisa via web.

**Tecnologia da Informação / Comunicação** - Em agosto de 2016, a Emplasa colocou no ar seu novo site ([www.emplasa.sp.gov.br](http://www.emplasa.sp.gov.br)), concluindo mais uma etapa do processo de rejuvenescimento da marca, que inclui mudanças na comunicação e na identidade visual. O novo layout foi criado internamente pela área de Comunicação e Marketing da empresa, com apoio da Unidade de Gestão de Tecnologia da Informação em sua implantação - sem custos adicionais. As equipes de TI e de Marketing também desenvolveram em parceria a plataforma digital do PDUI-RMSP no formato wordpress (software livre), que permite a participação da sociedade no processo de elaboração do Plano.

**Emplasa Sustentável / Gestão do Conhecimento** - Com o intuito de implementar práticas amigas do meio ambiente, o grupo técnico de trabalho Emplasa Sustentável formulou propostas de racionalização dos recursos administrativos, bem como de modernização dos procedimentos nas unidades da empresa, visando à substituição gradativa de práticas poluidoras por práticas ambientalmente saudáveis, economicamente seguras e socialmente justas.



## SECRETARIA DE GOVERNO

### 1. Corregedoria Geral da Administração - CGA

Reorganizada pelo Decreto nº 57.500, de 08 de novembro de 2011, integra a estrutura da Secretaria de Governo e vincula-se ao Governador do Estado, tendo por objetivo fortalecer a atividade de controle interno do Poder Executivo, mediante o aprimoramento e a integração dos organismos de auditoria, controle e correição, visando sempre a melhoria na prestação dos serviços públicos em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e publicidade dos atos de gestão, bem como da probidade dos agentes públicos estaduais.

O trabalho da CGA é executado por intermédio de equipes especializadas, distribuídas em sua estrutura básica na seguinte conformidade: 09 Departamentos Técnicos; 03 Unidades Setoriais que envolvem as Secretarias Estaduais da Educação, Saúde, e Planejamento e Gestão, sendo que esta última tem foco direcionado para o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP e suas Circunscrições Regionais de Trânsito - CIRETRANS; 01 Assessoria da Polícia Militar; 01 Assessoria da Polícia Civil; 01 Assessoria da Presidência; e Centro Administrativo.

Com a edição da Portaria ADM/CGA nº 02, de março/2016, promoveu-se uma reestruturação administrativa da CGA; já a Portaria ADM/CGA nº 06, de setembro/2016, disciplinou a instauração, distribuição, tramitação dos expedientes em curso na CGA, sendo tais atos normativos editados a fim de se buscar maior eficiência, agilidade e efetividade no desempenho de suas atribuições.

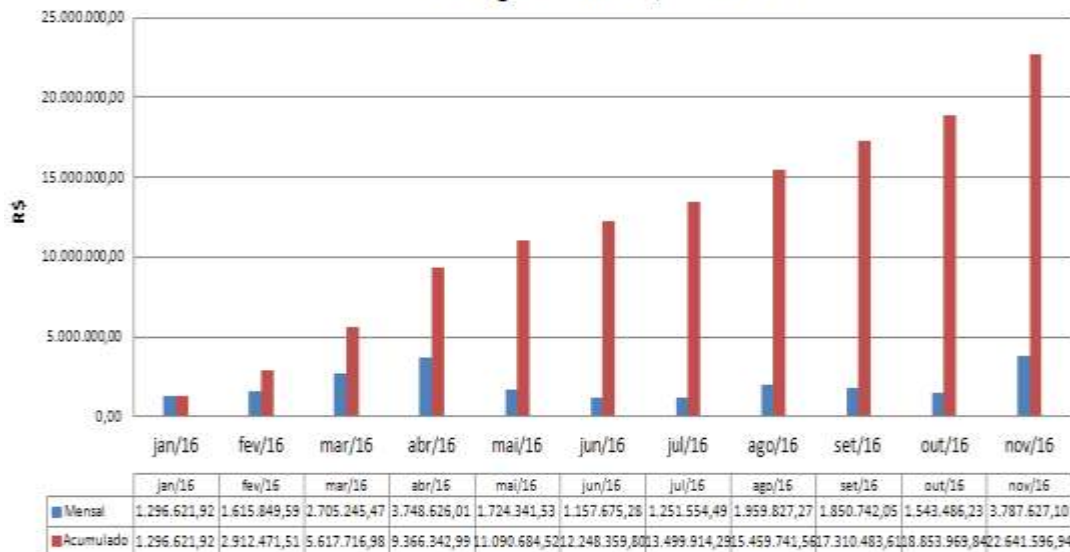
Em decorrência das fiscalizações corretivas e preventivas gerou-se uma economia para o Estado estimada em **R\$ 34.644.135,41** (trinta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais, e quarenta e um centavos). Esses valores decorrem das atividades executadas pelos seguintes Departamentos/Setoriais deste órgão, conforme quadros e gráfico abaixo reproduzidos:

#### **Departamento de Monitoramento de Contratos Terceirizados:**

a) Economia gerada ao Estado em decorrência do monitoramento de contratos de serviços terceirizados, no período de janeiro a novembro/2016:



#### 4 - Economia gerada mensal/acumulada



b) Economia gerada para o Estado em decorrência de análise e verificação de procedimentos instaurados:

Contratos fiscalizados	
Multas aplicadas	23.593,82
Restituição aos cofres públicos	1.211.785,09
<b>Total</b>	<b>1.235.378,91</b>

**Departamento de Inspeção em Obras:** Em 2016, foram inspecionadas 101 obras, cujos convênios celebrados corresponderam a um repasse por parte do Estado no valor total de R\$ 4.350.170.417,00. Após o atendimento das recomendações pelos órgãos, instituições e Prefeituras envolvidos nas avenças, constatou-se uma economia de R\$ 38.783,18.

**Departamento de Auditoria Geral e Prestação de Contas:** No âmbito de suas atribuições, os trabalhos do Departamento resultaram em restituição ao erário do valor de R\$



143.120,14, decorrentes de pagamentos indevidos de diárias e adiantamentos, e de prestações de contas de convênios realizadas com incorreções.

**Setorial Educação:** As ações da Setorial resultaram na devolução ao erário do valor de R\$ 2.703,00 em decorrência de recebimento indevido por parte de agente público, além da cobrança judicial do valor R\$ 1.518.856,76, por inexecução de contrato administrativo e apresentação de documentação falso em procedimento licitatório.

**Setorial Saúde:** As ações da Setorial resultaram em reflexos nos contratos administrativos da Secretaria da Saúde e nos pagamentos realizados pela Pasta que trouxeram uma economia ao Estado estimada em R\$ 9.063.696,48, nos termos do quadro ilustrativo abaixo:

Procedimento	068/2013	Verificação preventiva Emenda Parlamentar	Santa Casa de Sorocaba	<b>102.172,00</b>
Procedimento	039/2015	Irregularidades em obra de reforma do pronto socorro	Conjunto Hospitalar Padre Bento de Guarulhos	<b>229.885,13</b>
Procedimento	215/2011	Apuração em desvios de valores repassados por emendas parlamentares	Santa Casa de Mauá	<b>591.109,24</b>
Procedimento	115/2016	Irregularidades em locação de imóvel	DRS- Taubaté	<b>724.582,50</b>
Procedimento	278/2016	Absenteísmo Conjunto Hospitalar de Sorocaba	Conjunto Hospitalar de Sorocaba	<b>2.615.947,61</b>
Procedimento	017/2016	Entrega medicamentos Farmácia Sorocaba (Somatropina)	Farmácia Alto Custo –Sorocaba	<b>4.800.000,00</b>
				<b>9.063.696,48</b>

A CGA ainda executa o monitoramento da evolução patrimonial dos agentes públicos com a utilização do Sistema de Acompanhamento da Evolução Patrimonial - Sistema AEP, consistente no cadastro, recepção, análise e divulgação das declarações públicas de bens das autoridades e dirigentes da administração pública, nos termos do Decreto 41.865/97 e alterações posteriores.

Também é responsável pela administração do Cadastro Estadual de Entidades - CEE e pela emissão do Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades - CRCE instituídos pelo Decreto nº 57.501/2011. Neste ano, a CGA, através de seu **Departamento de Controle Estratégico**, prestou colaboração com o Grupo de Trabalho instituído no âmbito da Secretaria de Governo, objetivando a elaboração de minuta de Decreto e de Resolução SG que passarão a regular o CEE e o CRCE.

Por meio do canal institucional eletrônico - Denúncia “*On line*” inserido no site da CGA ([www.corregedoria.sp.gov.br](http://www.corregedoria.sp.gov.br)), recebeu **1036** denúncias enviadas eletronicamente, dando a eles o seu devido encaminhamento.

A CGA integra o Fórum Estadual de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo – FOCCO/SP, sendo que no ano de 2016 foi responsável pela sua Secretaria Executiva, além de coordenar uma de suas ações e colaborar com outras. Neste exercício, o FOCCO/SP atingiu as seguintes metas: (i) a implantação e funcionamento de um canal específico para denúncia de atos de corrupção e lavagem de dinheiro, denominado “web denúncia corrupção”, que já recepcionou mais de 60 denúncias; (ii) elaboração de cartilha tratando da Lei federal nº 12.846/13, a chamada “Lei



Anticorrupção”; (iii) realização de workshop envolvendo o tema “combate à corrupção e lavagem de dinheiro”, dentre outras.

A CGA é órgão integrante da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCLA, vinculada ao Ministério da Justiça. Neste ano, o **Departamento de Investigações Especializadas** tratou de representar a CGA nas reuniões.

No ano de 2016, a CGA também instaurou e concluiu processo administrativo de responsabilização - PAR previsto na lei federal nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção - envolvendo duas empresas. Tratou-se do primeiro PAR instaurado no Estado de São Paulo e que implicou em aplicação de multa em desfavor das pessoas jurídicas processadas. Neste contexto, cabe destacar que a CGA instituiu, também, o Cadastro Estadual de Empresas Punidas, nos moldes do que estabelece o Decreto nº 60.106/14.

A Comissão de Ética, a que se refere o artigo 37 do Decreto nº 57.500/2011, que tem por finalidade promover a ética pública, em especial à moralidade administrativa, recepcionou várias consultas, denúncias e representações formuladas por agentes públicos por infringência a princípio da norma ético-profissional, as quais foram analisadas e deliberadas pela referida Comissão, adotando as providências previstas na Lei nº 10.294, de 20 de abril de 1999.

Na sequência, são apontadas mais algumas ações de destaque deste órgão correccional:

**Departamento de Monitoramento de Contratos Terceirizados:** O Departamento contribuiu no desenvolvimento do sistema e-sanções, objetivando um melhor controle dos contratos terceirizados. Deve-se apontar que do monitoramento realizado pelo Departamento no sítio [www.sancoes.sp.gov.br](http://www.sancoes.sp.gov.br) não foram prorrogados **159** contratos cujas empresas haviam sido apenas pela administração pública estadual.

**Departamento de Controle de Pessoal:** Uma das atividades preventivas voltadas à gestão de pessoal consistiu na realização de diversas palestras em alguns órgãos da Administração Centralizada, entre eles: Palestras para Ouvidores do Estado de São Paulo; Palestra Controladorias Internas das Empresas; Autarquias e Fundações, Palestras para gerentes do Arquivo do Estado, participou da série de vídeos editados pela Escola de Governo e Administração Pública – EGAP da Unidade de Recursos Humanos do Estado – UCRH. O Departamento teve relevante participação na operação Mitômano, que acarretou a prisão de diversas pessoas por falsificação de atestados médicos para justificar ausências ao serviço.<sup>1</sup>

**Departamento de Auditoria Geral e Prestação de Contas e Diárias:** Outra ação relevante executada consistiu na verificação do acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Organizações Sociais de Cultura, que resultou em ação conjunta entre a CGA e o DCA/SEFAZ, para verificação de itens como salários, receitas acessórias, metas e indicadores. Esse Departamento

---

<sup>1</sup> <http://book.boxnet.com.br/Visualizar/?b=295366&n=104183269&p=2116&pmvc=112>



integrou o Grupo de Trabalho coordenado pela Secretaria de Governo que estuda alterações na Lei Complementar nº 846/98, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Também tratou de coordenar os encontros mensais das Controladorias Internas das Empresas, Autarquias e Fundações do Estado, onde ocorreram palestras de capacitação e orientação aos servidores e gestores públicos dos diversos órgãos da Administração descentralizada.

**Departamento de Inteligência:** Este Departamento foi instituído com a reestruturação administrativa realizada nesta CGA, sendo que por meio de seu corpo técnico, executou as atividades que objetivam a obtenção e análise de informações que possam contribuir para o pleno desenvolvimento das atribuições da CGA, além de atuar em correições, inspeções e diligências envolvendo assuntos inerentes à área ambiental. Coordenou as atividades que redundaram na deflagração da operação Mitômano.

**Setorial Educação:** Das atividades desenvolvidas, cabe destacar, entre outras, o trabalhos realizados para apurar o suposto esquema de fraudes nas compras de produtos agrícolas destinados à merenda escolar (suco de laranja integral) fornecidos pela Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar - COAF, objeto da operação Alba Branca, deflagrada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e pela Polícia Civil de São Paulo; e apuração do descarte irregular de carne inservível para o consumo humano na E.E. Profa. Marta Terezinha Rosa, no Município de Mauá; e, ainda, as apurações das denúncias de possível uso indevido de atestados médicos falsos para fins de perícia médica no Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME.

**Setorial Planejamento e Gestão:** Diversas diligências correccionais realizadas no âmbito do DETRAN foram realizadas pela CGA, objetivando a apuração quanto a eventuais irregularidades em emissões de carteiras nacionais de habilitação - CNH, fraudes em leilões de veículos apreendidos, corrupção em bancas de exames práticos, dentre outros ilícitos. Da atuação da CGA, também constatou-se nova modalidade de fraude através da utilização de moldes de digitais, fabricados com cola quente, para burlar o Sistema de biometria. Todos os envolvidos foram encaminhados ao Distrito Policial da região, o CFC foi bloqueado, teve suas portas baixadas e responde Processo Administrativo que poderá ensejar no seu descredenciamento, o que foi destaque nos meios de comunicação<sup>2</sup>;

Por fim, os dados quantitativos das atividades executadas pela CGA estão sintetizados no quadro a seguir:

<b>Números totais da CGA em 2016 (dados até novembro)</b>	
Portarias/Procedimentos Instaurados	<b>144</b>
Protocolados autuados	<b>330</b>
Procedimentos concluídos	<b>309</b>
Protocolados concluídos	<b>189</b>

<sup>2</sup> <http://book.boxnet.com.br/Visualizar/?b=310391&p=2116&pmvc=112>





Procedimentos/Protocolados em andamento (*)	<b>1439</b>
Instauração de Autos de Inteligência	<b>14</b>
Diligências realizadas	<b>1138</b>
Oitivas realizadas	<b>704</b>
Visitas técnicas realizadas (***)	<b>37</b>
Obras vistoriadas	<b>116</b>
Atendimento via telefone (Evolução Patrimonial)	<b>674</b>
Atendimento via e-mail (Evolução Patrimonial)	<b>2.609</b>
Entidades com impedimento para obtenção do Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE)	<b>663</b>
Emissão de Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE)	<b>6.415</b>
Certificados de Regularidade Cadastral de Entidades suspensos (CRCE)	<b>1.833</b>
Recebimento de Denúncias via Sistema Denúncia <i>On line</i>	<b>1036</b>
Recebimento de Denúncias via Sistema Web Denúncia Corrupção	<b>60</b>
Recomendações preventivas	<b>09</b>
Recomendações para punição/instauração de PAD (**)	<b>132</b>
Recomendações de Sindicância	<b>03</b>
Recomendação para Rescisão de Contrato	<b>01</b>
Recomendação para não Prorrogação de Contratos Administrativos	<b>159</b>
Relatórios emitidos	<b>1352</b>
Ofícios elaborados	<b>573</b>
Pesquisas realizadas em outros órgãos públicos	<b>1.223</b>
Manifestações em expedientes da LAI (****)	<b>24</b>
Palestras realizadas em diversos órgãos públicos	<b>10</b>

(\*) Incluindo os Procedimentos/Protocolados em andamento relativos à anos anteriores

(\*\*) Procedimento Administrativo Disciplinar

(\*\*\*) Averiguação de procedimento técnico no órgão

(\*\*\*\*) Lei de Acesso à Informação - LAI



## 2. Subsecretaria de Ações Estratégicas - SAE

É responsável pelo acompanhamento gerencial das principais ações e obras do Governo do Estado e pela coordenação dos programas multisetoriais. Cabe à SAE fazer análise das ações já desenvolvidas e monitorar as em andamento, a fim de detectar pontos críticos e desenhar cenários futuros, apontando possíveis riscos e ameaças ao cumprimento das mesmas. Seu foco é alinhar estrategicamente as ações com os objetivos da gestão.

No que se refere ao **Monitoramento de Projetos Estratégicos**, a Subsecretaria trabalha para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governador com a sociedade, por meio do acompanhamento contínuo relacionado às principais entregas da gestão, do gerenciamento de riscos e do apoio na tomada de decisão.

Em 2016, foram produzidos **12** relatórios, compostos, cada um, por 10 fichas de monitoramento, atualizadas mensalmente a partir do trabalho conjunto com as secretarias responsáveis por cada projeto.

No âmbito da SAE, está a **Coordenadoria de Informações**, cuja equipe monitora e organiza os dados das ações do Governo, com foco nos âmbitos municipal e regional. Por meio de rede com as Secretarias, sistemas informatizados e indicadores, elabora relatórios para atendimento às demandas do Governador e do Secretário de Governo. As ações são apresentadas sob diferentes formas de relatórios: boletins estratégicos, ações georreferenciadas, relatórios de status de projetos e programas, entre outros. Em 2016, foram produzidos:

- **796** Boletins Estratégicos, dos quais:
  - **193** para visitas ao interior;
  - **15** para eventos na Capital;
  - **95** boletins temáticos;
  - **35** Medalhas;
  - **233** Destaques Regionais;
  - **193** Cenários Políticos;
  - **11** Relatórios de Acompanhamento de Ações Estratégicas;
  - **21** Materiais de base para as Audiências Públicas do Orçamento;
- **100** Matrizes de Informações.
- **153** Mapas Temáticos.

Quanto ao **Controle de Gastos**, o Comitê Gestor (Decreto nº 61.131/2015) é responsável por **coordenar as medidas para redução e otimização das despesas** do Poder Executivo. O Comitê Gestor monitorou a revisão de contratos com saldos individuais iguais ou superiores a R\$ 750.000,00 e com os objetos: vigilância, informática, limpeza, auditoria/consultoria, entre outros.

**Meta de redução:** R\$ 200.000.000,00. **Redução efetiva:** R\$ 370.242.639,30 (superou em 85% a meta).



O Comitê Gestor coordenou também ações de otimização a **novas despesas** relacionadas aos seguintes dos objetos:

- locação de veículos e imóveis; serviços técnicos especializados; termos aditivos com acréscimo de valor; aquisição de veículos;
- 367 solicitações de excepcionalidades analisadas, que tiveram uma revisão de análise de mérito, passando por readequações, dado o atual cenário fiscal.

### **3. Subsecretaria de Parcerias e Inovações - SPI**

**3.1. A Unidade de Parcerias Público-Privadas - UPPP**, no ano de 2016 esteve envolvida no acompanhamento dos contratos assinados de Parceria Público Privado – PPP, na análise de conformidade de propostas submetidas na Plataforma de Parcerias e na coordenação de novos projetos, por meio da coordenação do Comitê de Análise Preliminar - CAP ou na coordenação do Grupo de Trabalho - GT. Dependendo do estágio do projeto a equipe do projeto pode formar um CAP ou um GT.

#### **3.1.1. Projetos em andamento (PPPS Contratadas)**

Para todos os projetos contratados, a UPPP promove reuniões periódicas (geralmente semanais ou quinzenais) para discutir as sensibilidades de cada projeto.

As atividades preparatórias envolvem a articulação de todos os setoriais impactados, com a Secretaria da Fazenda - SEFAZ, com a Secretaria de Planejamento e Gestão - SPG e com a Procuradoria Geral do Estado - PGE, além de familiarização com todos os documentos e com todos os aspectos complexos de cada contratação.

#### **3.1.2. Novo Projetos de Parcerias**

A UPPP é envolvida em todas as etapas de condução dos novos e projetos, desde a primeira fase (análise de conformidade) até a conclusão da modelagem (auxiliando, também, nas etapas de licitação, contratação e gestão).

No ano de 2016 foram realizadas análises para as seguintes propostas (de iniciativa privada e pública):

- Provisão de Habitações de Interesse Social - Fazenda Albor;
- Provisão de Habitações de Interesse Social - Lote 2;
- Linhas 5 e 17 do Metrô;
- Aeroportos Regionais - Aviação Regular;



- Aeródromos Públicos - Aviação Executiva;
- Concessão de Rodovias;
- Ônibus Intermunicipais (ARTESP);
- Linhas 8 e 9;
- Ônibus Metropolitanos (EMTU);
- Pátios Veiculares;
- Identificação Digital;
- Linha 15;
- Parque Estadual Campos de Jordão;
- Parque Capivari;
- Auditório Claudio Santoro e Museu Felícia Lerner;
- Parques Estaduais do Jaraguá, Cantareira e Alberto Loeffgren;
- Cozinha Escola Industrial.

Com relação às propostas citadas acima, estão em fase de licitação Rodovias (Lote Centro Oeste Paulista e Lote Rodovia dos Calçados), Aeródromos Públicos e Ônibus Intermunicipais. As propostas da Linhas 5 e 17, Ônibus Metropolitanos RMSP estão em consulta pública. Nas demais propostas, a UPPP exerce a coordenação das atividades.

A coordenação desses projetos propostos envolve a realização de uma série de atividades, destacando-se: a realização de reuniões, preparação de eventos para o mercado, preparação de audiências e consultas públicas, elaboração de minutas de documentos (especialmente edital, contrato e anexos), a promoção da integração de todos os stakeholders que devem ser envolvidos, a comunicação com SEFAZ e PGE, a confecção de relatórios, a organização e instrução dos processos formalizadores de cada projeto.

Além disso, a UPPP conduz as atividades necessárias para realização do projeto do Trem Intercidades - TIC.

### **3.1.3. Contrato de Impacto Social**

A UPPP exerce a coordenação e a articulação do projeto que visa implementar o primeiro Contrato de Impacto Social - CIS no Brasil. O CIS é um modelo, baseado no *Social Impact Bonds* criado em 2010 no Reino Unido, em que o Governo contrata um serviço e remunera o prestador baseado nos resultados sociais efetivamente alcançados e validados.

No ano de 2016, a UPPP desenvolveu o estudo de viabilidade para o CIS na área de Educação juntamente com a SEE, Inspers Metricis, Social Finance UK, BID e IFC e iniciou a modelagem do futuro Contrato de Impacto Social.



### **3.2. Unidade de Inovação**

#### **Principais atividades realizadas em 2016:**

##### **a) Cultura da Inovação:**

**Inovaday** é um encontro mensal de quem pensa governo e sociedade de forma criativa, daqueles que buscam com aqueles que compartilham soluções para um governo inovador. Estes encontros são transmitidos pela web e estão disponíveis para visualização off-line. A realização do evento é feita em parceria com a Escola Fazendária, Egap/UCRH, Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores, Escola de Contas do TCE, WeGov de Florianópolis e Fundação Vanzolini. Nos últimos sete anos foram realizados 64 eventos; com 132 palestrantes apresentando conceitos, práticas, ciência, tecnologia, cases de sucesso e situações de risco que envolveram a inovação nos diversos setores da sociedade e do governo; temos 3.600 horas de vídeo, transmitidas ao vivo e compondo o acervo em nosso site, que somam mais de 32 mil visualizações.

Em 2016, foram realizados 10 encontros com a apresentação de 36 palestras com público presencial de 641 pessoas e 3.018 conexões online.

**b) Capacitação:** Em 2016 a equipe da Unidade de Inovação realizou as seguintes atividades nesta dimensão:

**Cursos:** em 2016 a Unidade de Inovação realizou cinco cursos na área de gestão do conhecimento e inovação capacitando 300 servidores públicos.

**Participação em Seminários / Eventos:** em 2016 a Unidade de Inovação realizou 13 seminários / eventos de discussão sobre inovações.

**Palestras:** em 2016 a Unidade de Inovação realizou 16 palestras para 2.200 participantes.

##### **Publicações:**

- Adaptação do texto “Radar da Inovação – O que os Governos Precisam Enxergar”, escrito por Roberto Meizi Agune e José Antônio Carlos, para publicação no livro Inovação no Serviço Público, organizado por Graça Ferreira.

- Publicação dos cinco guias (Dados Abertos; Web Semântica; Incentivo ao (Re) Uso de Dados Abertos; Modelo de Maturidade de Dados Abertos; Orientações para Adoção de Linguagem Cidadã) do projeto em parceria com Reino Unido – “**SPUK Transparência – Melhoria do Ambiente de Negócios por meio da Transparência no Estado de São Paulo**” com versões em Português, Espanhol e Inglês nos formatos PDF, Epub e Mobi. Em 2016 foram realizados 1.078 downloads dos guias, dos quais 375 nas versões em espanhol e inglês.



**c) Prospecção de Tecnologias para Inovação:** em 2016 foram prospectados os seguintes assuntos:

- Levantamento de soluções inovadoras promovidas por startups nacionais e estrangeiras, cujas ações poderão interferir nas atividades governamentais em suas dimensões estratégicas, gerenciais, legais e/ou operacionais. Este material é regularmente utilizado em nossas palestras e cursos, bem como na manutenção do site observatório do conhecimento integrante de nosso portal (ação contínua).

- Prospecção da ferramenta RealTime Board, orientada para o trabalho cooperativo. É adequada ao uso na área pública, porém com alguns limites no modo gratuito, como por exemplo, quantidade de participantes em um mesmo projeto (ação contínua).

- Busca de materiais adequados sobre inovação em governo, que possuem Creative Commons e serão traduzidos para o português (ação contínua).

- Curadoria do Scoop [www.designthinking.tk](http://www.designthinking.tk) (ação contínua).

- Pesquisa e adequação de charts e infográficos para proposta de valor e ressignificação para o projeto do Acesso SP.

- Estudos preliminares sobre Blockchain e Bitcoin.

- Pesquisa sobre oferta e consumo de serviços públicos nas diversas fases do ciclo de vida dos cidadãos.

- Elaboração de quadro de demanda por serviços públicos, organizado por ciclo de vida dos cidadãos.

- Pesquisa sobre “educação imersiva”.

**d) Projetos:** em 2016 a Unidade de Inovação participou na realização de 26 projetos, com destaque para:

**Projeto Pitch Gov SP:** assinatura de 14 convênios para testes de soluções desenvolvidas por startups e que foram selecionadas no evento Pitch Gov SP ocorrido no Palácio dos Bandeirantes, no dia 17 de novembro de 2015. Realização de reuniões para definição dos objetos a serem testados, acompanhamento dos testes e avaliação da futura internalização das soluções testadas.

**Pitch Gov SP - área da Saúde - Secretaria de Saúde e Hospital do Servidor (Iamspe):** foram testadas soluções desenvolvidas pelas seguintes startups: Aime, Memed, Aquarela e SaúdeControle.



**Pitch Gov - área da Educação - Secretaria de Educação e Centro Paula Souza:** foram testadas soluções desenvolvidas pelas seguintes startups: Árvore do Livro, Optmove – Leva eu, Dev Tecnologia e ClassApp.

**Pitch Gov - Piloto Facilidades ao Cidadão - Secretaria de Governo (FUSSESP, Poupatempo e AcessaSP) e Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência** – foram testadas soluções desenvolvidas pelas seguintes startups: GetNinjas, Hand Talk, Nama e IaiNet.

**Projeto SPUK – Inovação aberta/Saúde (NESTA):** Desenvolvimento de projeto na área de inovação aberta em parceria com a Coordenadoria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos de Saúde (CCTIES) da Secretaria de Saúde que foi submetido ao Prosperity Fund do Reino Unido - São Paulo: Open Innovation in health – que tem como objetivo desenvolver e testar modelo de inovação aberta, com foco na Saúde e nos resultados de pesquisas de seus Instituto - agentes implementadores na Inglaterra a Nesta, em parceria com a 100% Open, e em São Paulo a Fundação Vanzolini em parceria com a Fundação Instituto de Administração - projeto piloto no Instituto Adolpho Lutz - valor do projeto 338.000 libras - prazo de um ano. Acertada a participação da Procuradoria Geral do Estado - PGE e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação no projeto. Em maio, o consulado Britânico comunicou a aprovação do projeto pelo Board do Fund e os contratos com os agentes implementadores foram assinados em junho. No dia 13 de junho foi realizado o evento de lançamento do Projeto na Secretaria da Saúde que contou com a participação do Secretaria de Estado da Saúde. No dia 1 de julho foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor do Projeto, instituído pelo Decreto nº 62.016/16 e Resolução da Secretaria de Governo de 10/06/16. Projeto em plena execução e maiores informações no portal do projeto: [www.igovsp.net/spuksaude](http://www.igovsp.net/spuksaude).

**Projeto Governo Aberto SP:** Apoio e orientação aos responsáveis pelo cadastramento de informações - levantamento dos sistemas e conjuntos de dados disponibilizados nos sites dos órgãos do Governo do Estado para a devida catalogação e disponibilização para *download* no portal do “Governo Aberto SP”. Em 2016 tivemos 55.300 acessos ao portal.

**Projeto SPUK Transparência - Melhoria do Ambiente de Negócios por meio da Transparência no Estado de São Paulo:** baseado na experiência do Reino Unido (data.gov, Open Data Institute e UK Bribery Act), a cooperação entre o Governo do Estado de São Paulo e o Reino Unido, em parceria com a CGA, SEADE, FUNDAP, CeWeb, GovRisk e envolvimento de outras entidades do GESP, objetiva melhorar o ambiente de negócios no Estado de São Paulo, por meio da intensificação do programa de transparência do Estado, com a gestão de dados abertos para uso em negócios e pela sociedade civil e a aplicação de medidas efetivas de combate à corrupção. O Governo Britânico, representado pelo Ministério da Justiça britânico e pela Embaixada e Consulado no Brasil, por meio do *Foreign & Commonwealth Office* - FCO, alocou 185.460 Libras Esterlinas neste projeto, sendo a contrapartida do governo paulista estimada em 250 mil Libras Esterlinas, porém constituída quase na totalidade em horas técnicas alocadas. Com prazo de dois anos, iniciou em abril de 2014 e o término para março de 2016. Projeto foi totalmente concluído e os resultados foram apresentados em evento no dia 11 de março – Inovaday Especial no auditório da Rua Boa Vista no centro de São Paulo e



que teve 305 participantes. Na ocasião tivemos a Apresentação dos resultados do projeto – apresentação de projetos pilotos (Saúde, Metro e TCE) – lançamento do Guia de Incentivo ao Reuso de Dados Abertos – Apresentação dos novos portais de Transparência e de Governo Aberto – Painel sobre Tendências de Publicação e Uso de Dados na Web com Bernadete Farias Loscio, Ig Ibert Bittencourt, Thiago Rodon, Carlos Laufer e Vagner Diniz. Todo material e documentos produzidos no projeto estão disponíveis em [www.igovsp.net/spuk](http://www.igovsp.net/spuk).

Realizada em abril a reunião final entre os participantes do projeto para avaliação final, lições aprendidas e ações futuras.

**GovJam SP:** A Unidade de Inovação - iGovSP - em parceria com a Tellus Escola de Inovação em Serviços Públicos organizou o GovJam de São Paulo em 2016, nos dias 31 de maio e 1 e 2 de junho, contando com o apoio do Centro Ruth Cardoso, onde o evento foi realizado. Tivemos a participação de 40 pessoas (servidores públicos e sociedade civil) que se encontraram para construir soluções para melhorar os serviços públicos a partir de um desafio global. Esta é a proposta do GovJam, um evento que acontece em mais 25 países ao mesmo tempo, reunindo pessoas que acreditam que é possível criar serviços públicos inovadores. No GovJam SP, seis grupos formados por servidores públicos e membros da sociedade civil e auxiliados por facilitadores do Grupo Tellus e do iGovSP aplicaram design thinking para criar, prototipar e apresentar suas soluções. O GovJam SP 2016 contou com um grupo heterogêneo de pessoas com representantes de diversos órgãos públicos como a Secretaria da Educação, do Governo, do Planejamento e Gestão, da Casa Civil e da Fazenda do Estado de São Paulo, o Metrô, a EMPLASA, as prefeituras do Rio de Janeiro e Limeira, e ONGs como o CLP, o Colab, Mil por Hora, Espetáculo da Terra e outras. Soluções prototipadas disponíveis em <http://www.govjam.org/>.

**Metrô: Laboratório de Inovação:** realizados estudos para a criação do Lab de Inovação do Metrô, componente da universidade corporativa UNIMETRO, nos moldes do iGovLab em termos lógicos e metodológicos.

**iGovLab/estratégia:** Implantação e suporte ao uso do Laboratório de Inovação em Governo, localizado no Palácio dos Bandeirantes – 1º andar ao lado do Mini auditório – Composto por ambiente de aprendizagem e resolução de problemas: espaço flexível para permitir o emprego de novas arquiteturas pedagógicas e metodologias ativas de aprendizagem, bem como para a realização de oficinas de resolução de problemas e para as atividades de apoio à gestação, lançamento e maturação de projetos. Conta com mobiliário e equipamentos com a flexibilidade de arranjos de aprendizagem e à criação coletiva. Os equipamentos e mobiliário foram fornecidos pela Prodesp e a reforma e adequação do espaço realizada pela área administrativa da Secretaria de Governo.

**Portal Transparência SP:** Apoio ao Comitê Gestor do Portal da Transparência, instituído em março de 2015 (Decreto nº 61.175), visando reformulação e manutenção do portal da transparência - e desenvolvimento de novo layout do portal; revisão dos dados disponibilizados sobre investimentos, inclusão de demandas do Ministério Público Federal (íntegra do contrato assinado, despesas de diárias





e viagens por servidor) e inclusão de linguagem cidadã. A nova configuração do Portal será publicada em 2017.

#### **e) Acompanhamento - Indicadores de Resultados:**

**Prêmio Mário Covas** - A meta inicial de inscrição de 160 projetos na categoria de gestão pública no Prêmio Mário Covas, o qual deveria ser realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão no segundo semestre de 2016. O Prêmio Mário Covas não foi realizado em 2016 e, portanto, deverá ser proposto a substituição deste indicador na próxima revisão do PPA.

**Conjuntos de Dados Abertos** - A meta inicial de 35 conjuntos de dados abertos foi superada, e em 2016 atingiu-se a média de 49,25 conjuntos de dados abertos, resultado do trabalho conjunto junto aos órgãos, tanto para catalogar suas bases de dados como para disponibilizá-las em formato aberto.

#### **f) Acompanhamento - Indicadores de Produtos:**

**Governo como Plataforma** - A meta inicial de 3 iniciativas/mês foi superada, e em 2016 atingiu-se a média de 5,0 iniciativas/mês, resultado de parcerias realizadas durante o ano com órgãos públicos e privados.

**Inovação Organizacional** - A meta inicial de 7 iniciativas/mês foi superada, e em 2016 atingiu-se a média de 7,7 iniciativas/mês, resultado de parcerias realizadas durante o ano com órgãos públicos e privados.

### **3.3. Unidade de Parcerias com Organizações Sociais**

#### **3.3.1. Organizações Sociais**

- Realização de reuniões do Grupo Técnico (intersecretarial) - Resolução SG-51/2015 - para compartilhamento de experiências, dificuldades e sugestões, e alinhamento dos passos a serem dados por todos com vistas ao fortalecimento do modelo das Organizações Sociais - OS;

- Estudos e reuniões com as Secretarias integrantes do Grupo Técnico, com vistas à adoção de medidas para o incremento de receitas acessórias pelas OS;

- Acompanhamento dos contratos de gestão vigentes e das convocações públicas para a seleção de entidades sem fins lucrativos que possuam qualificação como organização social para celebração de novos contratos de gestão;

- Estudos e análise dos custos e gastos das OS responsáveis pela gestão de programas da área da Cultura e propostas para adequação e redução dos mesmos;



- Acompanhamento e assessoramento em reuniões realizadas com a Secretaria da Cultura no que diz respeito aos encaminhamentos relativos aos contratos de gestão com as OS;
- Elaboração de decreto, precedida de estudos, a respeito de novas diretrizes a serem seguidas na celebração de contratos de gestão com as OS, tais como: imposição de tetos salariais, realização de pesquisas de mercado para locação de imóveis, vedação para diretores ocupantes de cargo na Administração ou na estrutura decisória de partido político e incentivos à obtenção de receitas acessórias;
- Elaboração de minuta de decreto criando sistema eletrônico para a tramitação do pleito de qualificação de entidades como OS;
- Publicação em 20 de maio do Decreto nº 61.981 que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil.

#### **Lei nº 13.019/2014 - Marco Regulatório do Terceiro Setor**

Condução da criação de plataforma virtual para observância aos ditames de transparência exigidos pela Lei nº 13.019/2014 (“Marco Regulatório do Terceiro Setor”) e para tramitação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse Social. A ferramenta está sendo desenvolvida pela Prodesp, com previsão de finalização em abril de 2017.

Elaboração de minuta de Edital de Chamamento Público - atualmente sob análise da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência – nos termos da Lei federal nº 13.019/2014, para seleção de organização da sociedade civil, com vistas à celebração de Acordo de Cooperação, para execução de atividades no Centro Paraolímpico Brasileiro.

#### **4. Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão**

Embora a Subsecretaria tenha sido extinta pelo Decreto nº 62.296, de 06 de dezembro de 2016, e suas unidades transferidas para a Subsecretaria de Ações Estratégicas, também da Secretaria de Governo, optou-se por listar suas ações de forma segmentada a esta última, considerando que sua extinção foi decretada no final do exercício de 2016.

#### **Programa Poupatempo**

O Programa Poupatempo conta hoje com 72 Postos Fixos e uma Unidade Móvel, realizando mais de 170 mil atendimentos por dia. A aprovação do Programa atingiu 99% nos últimos cinco anos, de acordo com os institutos de pesquisa IBOPE, Vox Populi, Fipe/USP e Praxian. Pela segunda vez consecutiva (2015 e 2016), o Poupatempo foi eleito em pesquisa de opinião do Datafolha o melhor serviço público de São Paulo.



Em junho de 2016, o Programa alcançou a marca dos 500 milhões de atendimentos. Desde a implantação do primeiro Posto, o Poupatempo Sé, há 19 anos, o total de serviços prestados ultrapassa os 516 milhões, número maior que a população de toda a União Europeia.

**Expansão do Programa Poupatempo:** No ano de 2016 foram implantados os Postos Poupatempo: Guaratinguetá (04/jan), Mauá (04/maio), Jahu (07/jul) e Tupã (27/ago), ampliando e melhorando o atendimento à população do Estado.

**Novos Órgãos:** Inclusão de novos prestadores de serviços nos Postos Poupatempo: Assis (Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo), Sorocaba (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE e Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI), Franca (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo - TRE), Campinas Shopping (Associação das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Campinas - Transurc), Guaratinguetá (Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá - SAEG), Mauá (Odebrecht Ambiental) e São Bernardo do Campo (Ministério Público do Estado de São Paulo).

A Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão - STSC tem desenvolvido juntamente com a PRODESP vários projetos estratégicos com o objetivo de ampliar e facilitar ainda mais o acesso aos serviços públicos, reduzindo os custos de deslocamento do cidadão, por meio do uso da tecnologia. Os diferentes projetos ampliam a virtualização de serviços, constroem uma base compartilhada e segura de identificação do cidadão e desenvolvem novos mecanismos de gestão para o constante monitoramento e melhoria da operação existente.

Dentre os principais projetos destacam-se:

- **Totens de Autosserviços:** conclusão da Prova de Conceito nos Postos Sé, Itaquera e Lapa para avaliação da viabilidade de utilização de equipamentos de autosserviços como novo canal de atendimento ao cidadão. Com o sucesso obtido, foi contratada a prestação de serviços de autoatendimento abrangendo o fornecimento de equipamentos e operação, através de 64 totens de autosserviços que foram instalados e estão em operação em 19 Postos Poupatempo, a saber: Santo Amaro, Itaquera, Sé, Guarulhos, Osasco, Lapa, São Bernardo do Campo, Campinas Shopping, Ribeirão Preto, Campinas Centro, Santos, Santo André, Jundiaí, São José dos Campos, Sorocaba, São José do Rio Preto, Suzano, Luz e Bauru. Esta solução permite o agendamento de serviços prestados presencialmente em todos os Postos, solicitação da 2ª via de RG para maiores de 16 anos com o reuso de imagens, emissão de Atestado de Antecedentes Criminais, emissão de DARE para pagamento de taxa de RG e pagamento desta com a utilização de cartão de débito multibanco.

- **Ambiente de Pagamento:** disponibilização de alternativas de pagamento de taxas de serviços por diversos meios eletrônicos: a) intensificação da utilização de pinpads nos Postos Poupatempo; b) disponibilização do envio do DARE por e-mail no momento em que o cidadão agenda a solicitação de 2ª via de RG no Portal; c) disponibilização de pagamento por meio de cartão de débito multibanco nos terminais de autosserviços (totens).



- **Sistema de Atendimento:** desenvolvimento e implantação de um piloto de integração do processo de atendimento, o qual abrange desde a identificação do cidadão, seja presencialmente ou por um canal virtual, até o final de seu atendimento no Posto, passando pelas etapas de agendamento e triagem. A implantação deste piloto se deu no Posto Poupatempo Itaquaquecetuba e, após a sua total depuração, será expandido para os demais.

- **Sistema Eletrônico de Coleta Biométrica:** captura das digitais, foto e assinatura com a finalidade de reutilização e compartilhamento de dados para diferentes serviços públicos estaduais. No ano de 2016 foram instalados mais 136 pontos de coleta nos Postos Poupatempo Mauá, Tatuí, Araçatuba, Araraquara, Botucatu, Caraguatatuba, Jahu, Tupã, Cidade Ademar, Rio Claro, Franca, Presidente Prudente, Marília, Sorocaba, Itaquera, Bauru, Suzano e São Carlos, totalizando 67 Postos. O banco do sistema, atualmente, ultrapassa a marca de 14 milhões de registros.

- **Reuso de Imagens para Emissão de Documentos:** com a captura e armazenamento digital dos dados biométricos dos cidadãos, torna-se possível que outros órgãos possam utilizá-las para fins de cadastro e identificação sem o ônus operacional e financeiro de novas coletas. Esta funcionalidade, para a emissão de 2ª via de RG, foi expandida para todos os Postos Poupatempo em 2016.

- **Business Intelligence - BI e Sala de Situação:** neste ano de 2016 foram desenvolvidos trabalhos de organização das bases de dados e a sua inserção em ferramenta de BI, na qual já se pode extrair dados de atendimento de três Postos Poupatempo. Após ajustes e aprimoramento em relação ao cruzamento de dados, a solução será expandida para contemplar dados de todo o Programa. Este projeto visa automatizar a extração de dados, organizando-os para análise e compartilhamento de informações, desde as mais básicas para a operação dos Postos até as que servirão para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão dos gestores.

- **Gestão do Conhecimento:** Em 2016 foram implantadas na Intranet Poupatempo diversas melhorias e novos aplicativos que ampliaram o uso da ferramenta, tornando-a mais operacional, útil e atraente ao usuário, como as funcionalidades “curtir e comentar” nas seções Notícias, Comunicados e Galeria de fotos, e a nova seção Onde Estamos, com mapa e as principais informações gerenciais das unidades, além dos aplicativos: Achados e Perdidos, RH Poupatempo, Redes Sociais entre os colaboradores, Enquetes e o primeiro módulo do Gestão Administrativa. Esta ferramenta ainda poderá ser expandida com outras funcionalidades que se demonstrarem necessárias à gestão do Programa.

#### 4.2. Programa ACESSA São Paulo

O Programa ACESSA São Paulo (ACESSA SP) promove a inclusão digital desde 2000 e possui mais de 3,273 milhões de usuários cadastrados. Em dezembro de 2016, contava com 805 postos de atendimento ao cidadão com computadores e internet, dos quais 156 com Wi-Fi, em 585 municípios. Em 2016, de janeiro a novembro, o Programa realizou 4,484 milhões de atendimentos presenciais e



1,626 milhão de atendimentos pela rede Wi-Fi, aos usuários. O Portal do Programa também é um serviço importante, que visa colaborar com os cidadãos no uso da internet.

Nos últimos anos, os meios de acesso à internet pela sociedade vêm mudando. Conforme a TIC Domicílios 2015 (CGI.Br, 2016) cada vez mais o acesso à internet é feito via *smartphone*. No AcessaSP, os registros administrativos também revelam essa transição: a demanda por acesso via rede sem fio vem crescendo exponencialmente desde 2013, quando o serviço passou a ser oferecido, e os atendimentos presenciais vêm registrando queda. Por outro lado, verifica-se na pesquisa anual Ponline que 61% dos usuários utilizam-se do Programa para atividades profissionais, enquanto 17% buscam empreender. Com base nessa análise a STSC intensificou seus esforços nos projetos iniciados em 2015 e deu início a outro em 2016, a **reestruturação do programa**, que tem como premissa fundamental melhorar a eficiência na prestação dos serviços. Tais medidas visam adequar a estrutura do Programa a estas demandas atuais, passando pela redução da oferta de computadores frente à ampliação da oferta de acesso por rede Wi-Fi, o aperfeiçoamento do conteúdo oferecido no Portal do Programa e a busca de novos serviços voltados para o desenvolvimento pessoal e profissional do cidadão por meio do uso qualificado da internet.

#### **Os projetos em andamento são:**

- **Reestruturação do Programa:** Visa melhorar a eficiência na prestação dos serviços e na gestão do Programa. **Realizações:** Edição do Decreto nº 62.306/2016, de reestruturação do Programa, que viabilizará parceria com a PRODESP na administração do Programa. Análise dos indicadores no cenário de postos Estaduais do Programa, que orientou o fechamento de 26 postos, a redução da oferta de computadores em outros 19, bem como a readequação nos postos de trabalho de monitoria, que resultou numa redução anual de custeio no importe de R\$ 1.583.042,52. Outra medida foi a análise de indicadores relacionados ao funcionamento de todos os postos municipais e comunitários, donde se obteve a visão de sua parcela com maior taxa de ociosidade, dando-se início a um trabalho de conscientização das Prefeituras sobre a razoabilidade no encerramento de suas atividades. **Status:** análise de indicadores nos demais postos municipais e comunitários.

- **Intensificar o Acesso nos Postos (Avaliação):** Avaliação do uso dos postos, e agrupamento dos mesmos em tipos, para atingir uso máximo da sua infraestrutura e para qualificar em profundidade as características dos usuários visando ofertar a eles serviços públicos e oportunidades sob demanda. **Realizações:** A Fundação Seade foi contratada pela Secretaria de Governo - SG para realizar uma avaliação de eficácia do Programa AcessaSP, concluída em 2016. **Status:** Em fase de aplicação dos resultados da Avaliação pelo GT Clusters (STSC e Prodesp) para definir medidas e critérios de operação que adicionem mais eficiência ao Programa.

- **Acesso a Wi-Fi nos Postos (Acessa Sem Fio):** Ampliação da inclusão digital por meio da oferta de internet sem fio e gratuita nos postos. **Realizações:** Elaboração de um Edital de seleção interna, com critérios, para escolha dos postos que terão Wi-Fi. Foram inscritos e avaliados 155 projetos. Também se deu início à prospecção de modelo de negócio com baixo custo junto à



PRODESP, visando ampliar os 156 pontos atuais. **Status:** Aguarda-se a conclusão dos estudos de prospecção, que dará suporte à obtenção e alocação de recursos para execução.

- **Portal Trilhas do Conhecimento:** Desenvolvimento de reformulação do Portal ACESSA SP a fim de que o mesmo seja uma ferramenta de navegação na internet orientada para as necessidades do cidadão. **Realizações:** Criação e publicação no Portal das Trilhas do Conhecimento, conjuntos estruturados de serviços e oportunidades governamentais e privados que buscam colaborar para a realização profissional e pessoal, por meio da inclusão digital qualificada. O conteúdo é apresentado na forma de textos curtos, vídeos e links. Até o momento, foram disponibilizadas três trilhas no portal do ACESSA SP ([www.acesasp.sp.gov.br/trilhas](http://www.acesasp.sp.gov.br/trilhas)): Trilha do Ensino Médio, Trilha do Emprego e Trilha do Empreendedorismo. **Status:** Manutenção dos conteúdos sobre os temas disponibilizados e estudos para se desenvolver novas trilhas, conforme demanda.

- **Acesso a Espaços de Coworking:** Novo tipo de serviço e funcionalidade a ser oferecida. Trata-se de espaços de trabalho públicos e compartilhados, com acesso à internet, computadores e conteúdos para incentivar o desenvolvimento profissional, o empreendedorismo, o empoderamento digital, o *networking*, a troca de conhecimentos e experiências e a promoção de capacitação. **Realizações:** projeto de conteúdo preliminar, estudo de potenciais espaços, projeto arquitetônico para utilização de um galpão no Parque Cândido Portinari para esta finalidade, prospecção de potenciais investidores e parceiros, bem como reuniões com diversos parceiros de conteúdo. Também se deu início a parceria com a Queen Mary University de Londres/Creative Works London, Fundação Vanzolini, POLI-USP, Impact Hub SP e iGovSP, aprovada pelo Governo do Reino Unido, para transferência de metodologia em *coworkings* para o Governo de São Paulo, com duração até maio de 2017. **Status:** Modelo de implementação está em definição, visando execução em 2017.

O ACESSA SP também está inserido na política de inovação da SG, por meio do PITCH GOV SP, do qual participa em parceria com duas Startups: GETNINJAS – Disponibilizou para os usuários de dez postos acesso grátis, por seis meses, à maior plataforma online de contratação de serviços do Brasil. Com isso, os microempreendedores beneficiados puderam divulgar mais os seus serviços e captar novos clientes; e IAINET - A ferramenta, de monitoramento e inteligência de pessoas, vai permitir que o usuário faça seu cadastro no Wi-Fi do ACESSA SP usando sua conta em redes sociais e sem intermediação, por 60 dias. Por outro lado, o Governo terá dados para conhecer melhor o perfil dos usuários e divulgar serviços públicos mais apropriados para cada perfil.

#### 4.3. Gestão do Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação

Realização de gestão e manutenção de um conjunto de aplicativos e soluções corporativas que apoiam a Gestão Estratégica do Governo do Estado. Os principais são:

Início da migração da Rede Executiva para a modalidade serviços: Tem como objetivo fornecer um ambiente totalmente integrado contendo ferramentas de correio eletrônico, mensagens, espaço virtual para a guarda de documentos, agenda eletrônica e catálogo de pessoas. Foi adotada a Solução Inteira fornecida pela Prodesp.



Portal de Ouvidorias: Término do desenvolvimento da primeira versão do novo portal de ouvidorias ([www.ouvidoria.sp.gov.br](http://www.ouvidoria.sp.gov.br)).

Sistemas de apoio a outros departamentos e outras Secretarias: Sistema de Convênios; Sistema de Informações ao Cidadão (SIC); Guia de Informações sobre Serviços Públicos prestados nos postos Poupatempo; Melhorias no Sistema de Gestão de Manifestações do Cidadão (SGMC/Poupatempo).

**4.4. Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - COETIC:** Colegiado, formado por representantes das principais Secretarias, define políticas para melhor uso das tecnologias da informação e comunicação - TIC no Governo. Por meio do COETIC, foram criados grupos de trabalho e comitês com vistas ao melhor uso dos recursos de TIC.

Grupo Técnico para a nova legislação estadual de uso de telefonia fixa/móvel com o objetivo de unificar vários decretos existentes atualizando o uso da telefonia móvel e criando uma base de dados para compor negociações em escala buscando economicidade.

O COETIC recebe solicitações diárias e elabora pareceres relativos à aquisição/orientação em TIC. Em 2016 foram gerados mais de 500 pareceres.

**Coordenação do Grupo de Teleaudiências Criminais:** Acompanhamento do uso dessa tecnologia com a Secretaria da Administração Penitenciária e Tribunais.

**Administração da Intragov:** Acompanhamento com órgãos e Prodesp para o melhor uso da rede de comunicação de dados do Estado.

#### **4.5. Olimpíadas 2016**

O Comitê Paulista das Olimpíadas, vinculado à STSC, foi instituído pelo Decreto nº 61.361, de 08 de julho de 2015 e alterado pelo Decreto nº 61.483, de 09 de setembro de 2015, com o objetivo de realizar a interface entre o Comitê Organizador Rio 2016 e os órgãos e instituições governamentais envolvidos na realização dos Jogos Olímpicos de Futebol em São Paulo, que aconteceram durante os dias 03 a 19 de agosto de 2016. Os compromissos foram assumidos pelo Governo do Estado na Matriz de Responsabilidades e no Contrato de Estado Sede/Rio2016, assinado em 30 de setembro de 2015.

As principais ações propostas no âmbito do Comitê Paulista das Olimpíadas, por meio de sua Secretaria Executiva, realizadas pelas Secretarias de Estado, resultaram no êxito da preparação de São Paulo para receber os jogos olímpicos, especialmente nas áreas de Saúde, Mobilidade e Segurança.

O Estado recebeu oito seleções olímpicas (masculinas e femininas) para dez jogos em sete dias, na Arena Corinthians, em Itaquera. Quatro Centros de Treinamento Oficiais foram utilizados nos



municípios de São Paulo, Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, o que demandou um trabalho de articulação e ações setoriais para atender às necessidades operacionais de segurança e de acesso das seleções aos centros.

Coube também ao Comitê apoiar os eventos relacionados às Tochas Olímpica e Paralímpica nos municípios participantes no Estado de São Paulo, essencialmente nas áreas de Segurança e Saúde, no âmbito de sua competência.

Com a participação do Comitê Paulista no planejamento do evento, diversos planos operacionais e de contingência foram elaborados e executados pelas Secretarias Estaduais:

- **Saúde:** o plano de contingência teve como objetivo garantir o atendimento médico em situações de emergência durante a realização dos jogos em Itaquera, identificando e preparando a rede médico-hospitalar de atendimento, de modo a racionalizar e agilizar qualquer demanda por socorro médico. Com a participação do GRAU, as ações foram integradas entre as forças de segurança, visando um trabalho específico de preparo dos profissionais e equipamentos, em caso de ações terroristas ou bioterroristas, envolvendo descontaminação e produtos químicos. Houve trabalho preventivo também dirigido às delegações do mundo que se aclimataram em São Paulo, mapeando e inspecionando os locais de hospedagem e treinamento em relação à vigilância sanitária e epidemiológica.

- **Segurança:** a SSP coordenou toda a operação de segurança durante o período de aclimação das delegações e dos jogos. O Plano Tático Integrado - PTI adotou os protocolos estabelecidos durante as oficinas temáticas realizadas no Centro Integrado de Comando e Controle - CICC, com a participação ativa do Comitê e das Forças de Segurança.

- **Mobilidade:** a STM coordenou e preparou uma operação especial nos dias de jogos para minimizar eventuais impactos na rotina da população. Assim como na Copa do Mundo 2014, priorizou-se para acesso ao estádio o transporte sobre trilhos, pela CPTM e Metrô. Foi disponibilizado um Expresso da Linha 11 – Coral com intervalos regulares de embarque da Estação da Luz até a Corinthians-Itaquera. O Comitê participou da operação em todos os dias de jogos.

- **Energia:** com a participação do Comitê Paulista, a Secretaria de Energia e Mineração coordenou junto às empresas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica o Plano de Atendimento ao estádio de Itaquera e demais áreas prioritárias, como estações do Metrô e CPTM, centros de treinamento oficiais e hospitais.

Outros **projetos especiais** que resultaram da atuação do Comitê Paulista:

**Legado de Sustentabilidade:** ação conjunta da Secretaria do Meio Ambiente - SMA e Comitê Paulista, e parceria da DOW Brasil, resultou na proposta de uma ação ambiental visando a compensação da emissão de CO<sup>2</sup> durante os jogos olímpicos em São Paulo. Trata-se do primeiro projeto de legado de sustentabilidade das Olimpíadas no Estado de São Paulo, consistindo na restauração florestal, por meio do plantio de 140 hectares de Mata Atlântica, no Parque Estadual do





Aguapeí, com recursos da Câmara de Compensação Ambiental, da ordem de R\$ 2,9 milhões. Após o plantio, a Esalq/USP e o Instituto de Botânica iniciarão uma pesquisa para medir a efetiva captura de carbono na área em restauração, gerando uma fórmula de medição inédita que poderá ser usada em outros projetos de neutralização de carbono. A Dow financiará a pesquisa com aporte de US\$ 40 mil.

**Campanha “Minha Doação Vale Ouro”:** realizada pela Fundação Pró-Sangue, da Secretaria de Estado da Saúde, em parceria com o Comitê Paulista, teve como objetivo aumentar a conscientização da necessidade de doação de sangue no país. A ação contou com a participação da STM, envolvendo o Metrô e a CPTM, que disponibilizaram gratuitamente espaços, durante o mês de agosto, para divulgação de peças publicitárias, em 236 painéis impressos, e veiculação pela TV Minuto do Metrô. O jogador olímpico de futebol Gabriel Barbosa, o Gabigol, foi o protagonista da campanha, de forma voluntária. O *slogan* foi: *“Nestes Jogos Olímpicos, todo mundo vai ter orgulho desta modalidade: salvar vidas”*.

**Delegações olímpicas em preparação para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos:** o trabalho de prospecção de delegações olímpicas internacionais resultou na vinda de aproximadamente 2.000 pessoas para o Estado de São Paulo, entre atletas, comissões técnicas e dirigentes internacionais, representando 30 países. As delegações treinaram e se hospedaram em oito cidades paulistas: São Paulo, Campinas, Santos, Mogi das Cruzes, Itu, Aparecida do Norte, São Bernardo do Campo e Jaguariúna. Destaque para as delegações de Atletismo da França e Itália, que escolheram para os treinos as instalações do Centro de Práticas Esportivas da USP - CEPEUSP, e as delegações de canoagem da China e da Rússia, que utilizaram as instalações da Raia Olímpica da USP como local de preparação para os jogos olímpicos.

Ressalte-se o apoio da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude no auxílio às delegações instaladas em locais próprios estaduais, de forma a proporcionar o melhor ambiente de preparação aos atletas internacionais.

## **5. Conselho do Patrimônio Imobiliário**

O Conselho do Patrimônio Imobiliário - CPI é um órgão colegiado que tem como atribuição formular e orientar a execução da política patrimonial imobiliária do Estado, referente às aquisições, manutenções, transferências entre órgãos e entidades do governo, cessões, permissões, autorizações, concessões de uso e alienações em geral, onerosas ou gratuitas, dos imóveis pertencentes ou utilizados pela Administração, nos termos do Decreto Estadual nº 61.163/2015.

Em 2016 foi dado seguimento á política pública aplicada em 2015 ao uso e ocupação de imóveis públicos, a fim de que prevalecesse a racionalização, otimização, redução de gastos e geração de receitas a partir da venda de imóveis sem utilização para atividades públicas, assim como a partir da análise de possíveis parcerias que atendessem ao interesse público para suprir as necessidades mais urgentes como moradia e saúde.



## **Principais ações em 2016**

### **a) Diretriz predominante em face da mudança do cenário econômico**

Em decorrência do cenário econômico brasileiro, foram intensificadas, no âmbito do CPI, as ações tendentes à melhoria do uso dos imóveis, consubstanciadas: (i) em realocar unidades administrativas de prédios alugados para imóveis próprios, mediante compartilhamento de usos; (ii) em aumentar o controle sobre gastos com aluguéis, cruzando dados dos órgãos com os registros do SIAFEM; e (iii) em articular com os diversos órgãos gestores, uma busca sistemática de imóveis que possam ser alienados, total ou parcialmente, sem comprometer a prestação dos serviços públicos.

As ações voltadas à alienação foram intensificadas e destacadas entre as atividades do CPI, consideradas relevantes, não apenas para a geração de recursos financeiros com a venda simples, mas também, para alavancar investimentos sem onerar os cofres públicos, mediante a inclusão de imóveis em projetos de desenvolvimento urbano, parcerias, concessões e garantias.

Entre as ações mais relevantes pode-se destacar a apresentação do Projeto de lei nº 328, em março de 2016, contendo uma relação de diversos imóveis para serem autorizados à venda, assim como alguns dispositivos legais que, se aprovados, facilitariam o processo de venda de imóveis.

A relação anexa ao projeto foi elaborada pelas Pastas responsáveis pela administração, que levaram em conta a função pública exercida pelo imóvel, sua produtividade, grau de aproveitamento e liquidez.

O Projeto de lei nº 328, de 2016, concedia autorização para alienação de imóveis com área de terreno abaixo de 5.000,00 m<sup>2</sup>, de forma a dispensar a autorização legislativa para venda de imóveis com metragem de terreno abaixo da mencionada. Dispensou a autorização legal para alienação de imóveis de quaisquer dimensões, em favor dos municípios paulistas, da União, de entidades da administração descentralizada ou de empresas sob o controle dos municípios, do Estado ou da União, para utilização em programas e ações de interesse público.

Por fim, revogava o inciso III do artigo 3º da Lei nº 10.845, de 5 de julho de 2001, e o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 15.033, de 16 de julho de 2013, dispensando, respectivamente, a apresentação de laudo atualizado à Assembleia Legislativa nas hipóteses de necessidade de autorização legal para alienação e, nova autorização legislativa para imóveis com valor acima de R\$ 50.000.000,00 já autorizados pela referida Lei nº 15.033/2013.

O texto Projeto foi aprovado integralmente, tendo sido retirados alguns imóveis da sua lista anexa, e convertido na Lei nº 16.338, de 14 de dezembro de 2016.

O Conselho também deu continuidade: (i) à atualização do banco de informações do SGI, no sentido para conscientizar as Secretarias sobre a importância de se manterem alimentados os dados do sistema, especialmente a descrição, origem, ocupação e regularização fundiária do imóvel; (ii) à



inserção de dados georreferenciados dos imóveis, com imagens atualizadas via satélite, (iii) à visitação em áreas identificadas como relevantes, tanto sob o aspecto de área ocupada, ou não, como de área com ponto estratégico e/ou de valia econômica no mercado, e (iv) à regularização de áreas pertencentes ao Estado mas que ainda não estavam sob a gestão de algum órgão, especialmente os “sem destinação” e/ou decorrentes de executivo fiscal.

#### **b) Racionalização do uso dos imóveis e identificação de necessidades comuns aos diversos órgãos**

O CPI deu continuidade, com mais ênfase em 2016, a discussões com vistas ao compartilhamento de espaços entre diversos órgãos, sobretudo para favorecer a mobilidade e acesso aos serviços, de maneira mais racional e economicamente eficiente.

Necessidades comuns a diversos órgãos foram identificadas, como por exemplo, locais para arquivos organizados de documentos, estacionamento e guarda de veículos. Verificou-se que tais serviços são dispersos e poderiam ser concentrados e compartilhados em locais próprios num raio de até 100 km da capital, mediante operações que permitam aumentar a eficiência desses serviços.

Foram feitos planos estratégicos em Municípios específicos, onde se identificou imóveis com ocupação parcial, órgãos que pagavam aluguel, de forma a remanejar todos os órgãos com atividades compatíveis para um único imóvel próprio estadual, ou em um único imóvel alugado.

Também se iniciou uma análise mais criteriosa de permissões de uso solicitadas pelos Municípios no sentido de verificar a possibilidade de cessão de imóveis municipais, em troca da cessão de imóveis estaduais, que possam atender à necessidade de órgão do Estado.

#### **c) Aproximação com mecanismos do mercado de capitais e do mercado imobiliário:**

Em razão da edição da Lei nº 16.338, de 14 de dezembro de 2016, o Estado obteve autorização legal para alienar uma extensa lista de imóveis, tanto em razão dos imóveis contidos em seu anexo, como em razão dos imóveis com área de terreno abaixo de 5.000,00 m<sup>2</sup>. Assim, o CPI intensificou o estudo com diversos atores do mercado de capitais e do mercado imobiliário, para atender aos interesses do Estado, com o intuito de aprofundar os conhecimentos a respeito dos diversos mecanismos e modelos jurídicos e operacionais aplicados por esses mercados não somente em relação à venda, mas também, em outras formas de aproveitamento.

#### **d) Venda de imóveis inservíveis**

##### **Venda de imóveis não utilizados ou subutilizados pela Administração Estadual**

O CPI promoveu uma palestra com gestores do patrimônio imobiliário da administração direta e indireta, para orientar a forma de venda e aproximar o CPI das diversas entidades para auxiliá-las na alienação dos imóveis. Além disso, o CPI apresentou as inovações que serão efetivadas no início de 2017, como as melhorias sistêmicas do Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI, e a



Convergência Contábil a ser aplicada durante o exercício de 2017 em parceria com a Secretaria da Fazenda.

Na palestra, os gestores foram também orientados a racionalizar o uso dos imóveis e procurar próprios estaduais para ocupar e compartilhar, sempre almejando a redução dos gastos com aluguéis e despesas de manutenção e vigilância com imóveis.

O CPI também pretende proceder à venda de imóveis por licitação, na modalidade leilão eletrônico, além do presencial, o que aumenta a visibilidade e possibilidade de interessados em imóveis.

Além disso, houve a reformulação do *site* de venda de imóveis para torná-lo mais acessível, contendo mais informações ao usuário e interessados na compra de imóveis, visualmente mais prático, fácil e dinâmico e independente do *site* da Secretaria de Governo. A previsão é que já no início de 2017 esteja disponibilizado este novo site, que facilitará os mecanismos de buscas de imóveis e deixará mais completas as informações. Paralelamente, e em complementação às melhorias sistêmicas, o CPI está elaborando um decreto de forma a aperfeiçoar o gerenciamento dos imóveis nas respectivas Secretarias de Estado, enfatizando a responsabilidade dos Certificadores e Gestores do Patrimônio Imobiliário.

## **6. Unidade do Arquivo Público**

### **6.1. Departamento de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo - DGSAESP**

**Política de acesso à informação:** Monitoramento de 16.901 pedidos de informação no âmbito da administração estadual; coordenação sistêmica de 210 Serviço de Informação ao Cidadão - SICs e 585 orientações técnicas aos SICs; 25 atendimentos ao cidadão e 4.746 redirecionamentos de pedidos; 16 capacitações (282 agentes públicos); 32 reuniões de trabalho; gravação da videoconferência “*Os Procedimentos da Lei de Acesso à Informação no Estado de São Paulo*”, promovida pela SEE/SP; definição de requisitos para aprimoramento do sistema SIC.SP e inclusão de novas funcionalidades.

**Formulação e implementação da política estadual de gestão documental:** Minutas dos Decretos nº 62.162/2016, 62.283/2016, que prevêm a atualização do Decreto nº 48.898/2004 e da Instrução Normativa APE/SAESP 4/2016; Elaboração de planos de classificação e tabelas de temporalidade-fim: 7 secretarias de Estado, 5 órgãos da administração indireta e 2 atualizações (DETRAN e Fund. Parque Zoológico); Orientação técnica a 90 Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA e 352 Subcomissões; Orientações técnicas: 711 (27 pareceres técnicos; 5 palestras (217 servidores); 73 reuniões técnicas, 23 visitas técnicas; análise de 458 editais de ciência de eliminação (total de 208.413 caixas); formalização de Termo de Transferência (1.078 caixas); Projetos: “Indicadores para monitoramento e avaliação da capacidade de gestão documental” ( 22 visitas técnicas) e “Capacitação de usuários do Sistema Informatizado Unificado de Gestão



Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc para classificar documentos na produção” (20 reuniões).

**Modernização do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações - SPdoc e implementação de normas e procedimentos de protocolo:** Definição de requisitos, homologação das funcionalidades e acompanhamento do projeto: análise e aprovação de 67 relatórios de requisitos e gestão do projeto; Gestão do contrato SPdoc: 7 relatórios; Implementações do SPdoc: Secretaria de Logística e Transportes e DETRAN (efetivadas), SPPREV, SEFAZ e PGE (em andamento); Treinamento para usuários-multiplicadores do SPdoc: 231 servidores; Assessoramento ao Comitê Gestor do SPdoc (aprovação da minuta de decreto sobre os perfis administrativos do SPdoc); 447 orientações técnicas; 36 reuniões de trabalho.

**Promoção da gestão documental e acesso à informação nas administrações municipais:** Atendimentos realizados: 227 (16 pareceres técnicos, 19 visitas técnicas, 23 reuniões, 6 palestras, 128 e-mails, 05 ofícios, 19 telefonemas, 11 outros atendimentos); Monitoramento da implementação das políticas de gestão documental e acesso à informação nos municípios paulistas; revisão de 306 séries documentais para elaboração de tabela de temporalidade modelo das atividades-meio do legislativo municipal; Colaboração na redação do *Guia da Transparência Pública*; Estudos para a estruturação de uma política de gestão de documentos públicos em âmbito regional; atualização do Guia de Fontes de Fomento para Arquivos Públicos (24 fontes sistematizadas); desenvolvimento do Mapa Paulista de Gestão Documental e Acesso à Informação Municipal; levantamento e descrição de 230 instrumentos de pesquisa relativos ao acervo APESP (1970-2015).

**Tratamento técnico do acervo intermediário:** Acondicionamento: 9.769 caixas; controle de documentos: 1.224 empréstimos, 33 digitalizações e 726 devoluções. Remanejamento de 47.443 caixas para organização dos fundos; classificação e avaliação: 1.402 caixas; higienização, desmetalização e cadastro: 14.528 documentos; preparação para eliminação: 3.227 caixas; amostragem finalizada: 193 séries documentais; preparação para o recolhimento: 737 caixas; readequação e montagem de 873 estantes dos depósitos do CAA; identificação e organização de 90.877 caixas nas salas de depósitos.

**Convênios e parcerias:** TCE/SP: colaboração na redação do *Guia da Transparência Pública*; Câmara Municipal de Barueri: elaboração do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos do Legislativo Municipal; MP/SP: para a gestão, acesso e preservação de documentos públicos; Consórcio Intermunicipal do Grande ABC: para a estruturação de uma política de gestão de documentos públicos em âmbito regional; EGAP: produção de vídeos didático-pedagógicos sobre gestão documental; SEFAZ (Departamento de Avaliação): inclusão da gestão documental na trilha de auditoria; FAZESP: produção de curso sobre gestão documental.

**Divulgação e disseminação do conhecimento técnico-arquivístico:** Conferência de Abertura *VIII Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho* (Campo Grande- MS); participação em estágio técnico na França (*Stage Technique International d'Archives – STIA*); 7 Palestras direcionadas à administração pública estadual; 7 palestras direcionadas aos municípios;



distribuição de 1.083 exemplares do *Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo para a Administração Pública do Estado de São Paulo*”; Acesso às páginas do DGSAESP no site institucional: 94.823; acessos aos vídeos do DGSAESP: 2.720; 40 notícias publicadas no site e “Informativo APESP”.

**Participação em órgão colegiado e grupos de trabalho:** 3 reuniões Plenárias do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ (RJ e DF); Câmara Setorial sobre Arquivos Municipais/CONARQ; Conselho da Transparência; Comissão Estadual de Acesso à Informação - CEAI; Comitê Gestor do SPdoc; Grupos de Trabalho: Transparência e Segurança/ Conselho da Transparência; Plano Diretor do Arquivo Público do Estado; Normas e Procedimentos Internos; Recolhimento, Transferência e Doação; Preservação; Digitalização e Gerenciamento de Riscos.

## 6.2. Departamento de Preservação e Difusão do Acervo

**Centro de difusão e apoio à pesquisa:** Publicações virtuais: organização e publicação de 2 edições de Revista eletrônica, atualização da página Documentos em Foco: 2 publicações. Exposições: 1 exposição virtual e 1 exposição física com público de 700 pessoas. Eventos organizados: realização de 03 Conferências com presença de 500 participantes. Palestras, cursos e oficinas: 38 eventos que reuniram 1365 pessoas. Realização de 79 visitas monitoradas, atendendo 867 pessoas. 447 atendimentos por e-mail e 92 por telefone. **Tratamento de acervo - Hemeroteca:** Descrição de 30.742 exemplares de jornais (equivale a 15,24 m/l) e acondicionamento de 14.234 (equivale a 9,5 m/l); Periódicos ordenados: 2.484 exemplares (3,96 m/l); Higienização de 321 exemplares de jornais da coleção IHGSP (equivale a 0,85 m/l); Higienização de 762 volumes de encadernados de jornais da coleção APESP; Pequenos reparos em 27 volumes de periódicos (1,73 m/l); Conferência de catálogo de microfilmes: 201 rolos de microfilme. **Biblioteca:** Livros catalogados: 418 volumes (6,07 m/l); 135 volumes classificados (1,49 m/l); Livros reparados: 166 volumes (3,12 m/l); Conferência do acervo de livros: 8.238 volumes conferidos; Lista de livros para o Guia do Acervo: 2.205 volumes identificados (66,09 m/l); Conferência do catálogo de fichas do fundo Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa: 5.532 volumes conferidos (78,64 m/l). **Acervo de periódicos digitalizados:** Conferência de 59.147 imagens de digitalizações expostas no site e corrigidas aproximadamente 508 imagens; **Atendimento ao público (NBH):** atendimento via e-mail e telefônico: 506 atendimentos; 747 atendimentos presenciais, sendo movimentados 3.043 volumes de acervo consultado (equivalente a 113,07 m/l); 608 imagens de reprodução de acervo solicitadas por consulente. **Atendimento ao Público - Biblioteca/Hemeroteca:** 705 atendimentos via e-mail e telefone; 286 atendimentos presenciais. **Salão de consulta:** 1.099 pesquisadores, sendo movimentados 6.912 (unidades de arquivamento). **Atendimento para emissão de Certidões e Assistência aos Pesquisadores:** Público Atendido: 9.119 requerentes de certidões sobre imigrantes, 650 atendimentos presenciais e 8.469 por e-mail. Localização e emissão de 4.854 de Certidões de Imigração.

**Centro de Acervo Permanente:** 894 atendimentos ao público (presencial, email e telefone); 114 nomes pesquisados e 4.826 imagens/cópias de documentos do DEOPS-SP reproduzidos para fins jurídicos; 28 nomes pesquisados e 13 prontuários da Maternidade São Paulo reproduzidos para fins jurídicos; 87 certidões de inteiro teor de registros de terra, autos cíveis e outros documentos.



**Recolhimento:** 842 itens recolhidos, entre livros e caixas de documentos de valor permanente da Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Segurança Pública (IML) e Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. **Elaboração do Guia do Acervo:** 1.766.943 itens documentais identificados, 7.406 caixas e 9.672 livros descritos, 9 fundos inseridos no ICA-AtoM (Secretaria de Governo da Capitania, Secretaria de Governo da Província, Secretaria dos Transportes, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Justiça, Júlio Prestes, Comissão Teotônio Vilela, Diários Associados e Jornal “Movimento”). **Memória do Mundo da UNESCO:** inscrição do Fundo da Comissão Teotônio Vilela no Registro Nacional Memória do Mundo da UNESCO. **Curso de Arquivística:** ministrado curso de Introdução à Arquivologia – Arquivos Permanentes: Teoria e Prática, de 15 aulas (60 horas), para 54 alunos. **Organização do Acervo:** 54.960 fichas e 427 pastas do DEOPS-SP indexados em banco de dados, 98.387 fichas conferidas. **Controle do Acervo:** 7.782 itens do acervo movimentados para atendimento ao público interno e externo do APESP. **Projetos:** acompanhamento do projeto de higienização e cadastro dos Livros-talão da Mooca com 2.942 prateleiras ocupadas (54%).

**Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico - Rede Ferroviária Federal:** higienização, acondicionamentos de slides e digitalização de 4.000 slides; 18 álbuns higienizados e digitalizados em um total de 679 documentos. **Jornal Aqui São Paulo:** digitalização dos 6.663 documentos (13.000 imagens). Edição de catálogo. Disponibilização de toda a documentação do fundo no site do Arquivo para os pesquisadores. **Secretaria de Governo - SEGOV:** Organização, descrição e elaboração de catálogos de 1260 filmes, e elaboração de catálogo do acervo de negativos. **Projeto Diários Associados:** patrocínio do BNDES e Associação de Amigos do Arquivo: tratamento de 20.000 itens documentais. Digitalização de 13.539 documentos. Produção e publicação no site do Arquivo do Estado da Exposição Virtual. Realização de Exposição Física. Disponibilização de catálogo e disponibilização de 3.836 imagens. Digitalização de 30 álbuns referentes ao governador Júlio Prestes totalizando 1.120 documentos. **Projeto Petrobrás - Fundo Última Hora:** acondicionados 15.282 documentos; digitalizados pelo arquivo 22.506. **Plataforma ICA-ATOM:** 12 séries e coleções descritas. **Acervo fotográfico do governador Mário Covas:** doação da empresa A2ad, recebimento de 254.964 negativos e suas imagens digitais. **Instituto Geológico e Cartográfico:** preparação das 5.232 cadernetas de campo para irradiação a ser realizada no Instituto de Energia Nuclear da Universidade de São Paulo. **2º Cartórios de Notas:** diagnóstico, atividade de conservação e acondicionamento de 1.385 plantas. **Tratamento do Acervo APESP:** realização de pesquisa no acervo textual do Arquivo; elaboração de bancos de dados, digitalização e acondicionamento, examinadas 84 latas. **Convênio UNIFESP/Arquivo:** firmado com o Departamento de História para o georreferenciamento de cartografia histórica, com duração de 24 meses, financiamento aprovado da FAPESP: bolsa E-Science (parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais - INPE e UNIFESP campus de São José dos Campos). **Atendimento ao pesquisador:** e-mails respondidos 981; atendimento telefônico: 268; imagens digitalizadas disponibilizadas 6.181; atendimento presencial 114.

**Centro de Preservação - Conservação - restauro:** 7 livros do Delegado Dr. Cantinho, 718fls e fotos; obra Devassa da Bernarda, 103 fls; um livro dos Jesuítas e um de sesmarias; 63 documentos mapas e plantas. **Reparos:** 1.041 documentos diversos, entre eles 369 oriundos do Fundo Memorial do Imigrante. **Avaliados:** 1.998 documentos para digitalização. **Avaliados e higienizados:** 199.933 documentos oriundos Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, São Luiz do Paraitinga,



Instituto Geográfico. **Atendimento visitas técnicas:** 67 Grupos. **Avaliação:** condições ambientais da Hemeroteca e Biblioteca. **Microfilmagem:** tratamento e digitalização do Acervo de Mapas do 2º Cartório de notas – total: 613 mapas gerando 1226 imagens. Convênio com o Desenvolvimento Rodoviário S/A. – DERSA – finalizado a digitalização de 1.307.102 imagens dos microfimes. Imagens digitalizadas: 19.000. Digitalização do Fundo Julio Prestes e Álbuns do MIS - 1241 imagens. Tratamento e Digitalização das Pastas OS DEOPS - 313 pastas gerando 81103 imagens. **Acondicionamento:** 10.144 (caixas, jaqueta de poliéster, folders, interfolhamentos) - Ordem Social do fundo DEOPS, Fundo Júlio Prestes, Diários Associados, Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. 31.855 Acondicionamentos para 12.000 ampliações do Jornal Última Hora. **Encadernações espirais:** 183. **Restauração:** 7 (sete) encadernações do arquivo privado delegado Dr. Cantinho. **Atendimentos:** 887 pessoas atendidas nas visitas técnica e monitoradas.

**Centro de Processamento de Informações Digitais** - Desenvolvidas 86 atualizações no site institucional. Codificação de 03 exposições virtuais. Codificação novo layout da Revista do Arquivo. Desenvolvidas 87 atualizações e correções de funcionalidades em sistemas internos. Finalizado o desenvolvimento de 05 sistemas internos e mais 06 em desenvolvimento. Atendimento de 2418 chamados técnicos. Operação dos equipamentos audiovisuais em 16 eventos. Transmissão via Youtube de 11 reuniões do Conselho de Transparência da Administração. Gerenciamento de 80TB, volume de arquivos digitais da rede APESP.

## 7. Ouvidoria Geral do Estado

A **Ouvidoria Geral do Estado - OGE**, que completou um ano de funcionamento em março de 2016, é o órgão central da Rede Paulista de Ouvidorias, com atribuições definidas pelo Decreto nº 61.175/2015, para promover a transparência pública e contribuir para a aplicação das normas de acesso à informação; realizar a orientação normativa quanto ao funcionamento das Ouvidorias Estaduais, coordenando a Rede Paulista de Ouvidorias e sistematizando suas informações; promover a proteção do usuário do serviço público; administrar o Portal da Transparência Estadual; dar suporte ao Conselho de Transparência da Administração Pública, ao Comitê Gestor do Portal da Transparência Estadual e à Comissão de Centralização das Informações dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo; sugerir melhorias no atendimento ao usuário e promover capacitação de agentes públicos, além de atuar como instância recursal decisória em pedidos de informação com base na Lei de Acesso a Informação.

A **Rede Paulista de Ouvidorias**, que congrega 357 Ouvidorias de todas as Secretarias de Estado, Autarquias, Fundações Públicas, Companhias controladas pelo Estado e Concessionárias de Serviços Públicos, atendeu no primeiro semestre de 2016 o total de 579.891 manifestações. Os números representam aumento de 13% em relação ao primeiro semestre de 2015 e de mais de 17% em relação ao segundo semestre.

Já o **Portal da Transparência** do Governo do Estado teve importantes novidades: publicação dos contratos na íntegra (Decreto nº 61.897, de 31 de março de 2016) e publicidade aos gastos com diárias e passagens aéreas de todos os entes estaduais (Decreto nº 61.934, de 20 de abril de





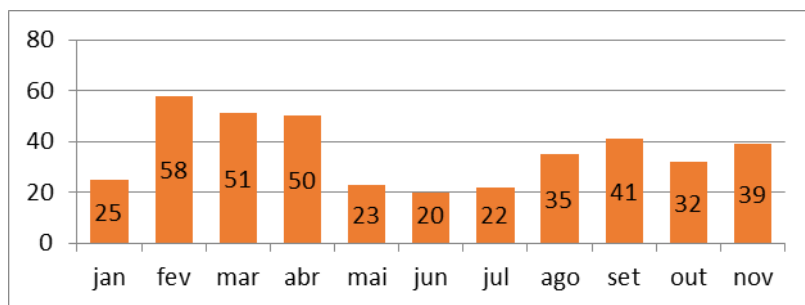
2016), tendo sido avaliado pelo Ministério Público Federal, no Ranking Nacional da Transparência, e classificado em 3º lugar, com nota 9,70. No endereço eletrônico [www.transparencia.sp.gov.br](http://www.transparencia.sp.gov.br), registrou expressivo número de acessos virtuais = 1.194.673 visitas, e 16.726.817 de páginas eletrônicas visualizadas. O número de visitas até novembro de 2016 já superou o número total de visitas do ano de 2015. Comparado à igual período em 2015, este ano houve um aumento de quase 11%.

**Comitê Gestor do Portal da Transparência:** O Comitê realizou sete reuniões ordinárias, e diversas reuniões técnicas com entidades e secretarias, preparando a reformulação completa do Portal e detalhando a publicação da remuneração dos agentes públicos.

**Comissão de Centralização das Informações do Serviço Público - CCISP:** Tendo por finalidade sistematizar e controlar as informações e colocá-las à disposição dos cidadãos, conta com participação de várias Secretarias de Estado e suas reuniões, realizadas a cada dois meses, tiveram como prioridade a elaboração de pesquisas de satisfação dos usuários dos serviços públicos estaduais.

**Conselho de Transparência da Administração Pública:** Com reuniões mensais e participação de representantes da sociedade e de outros Poderes, aprovou sete deliberações e criou grupos de trabalho sobre temas prioritários.

**Acesso à Informação:** a OGE é responsável pelo recebimento, instrução e análise dos recursos administrativos em pedidos de acesso à informação, nos termos do artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012. A tramitação dos recursos inclui contato e comunicação com o órgão recorrido, realização de diligências para esclarecimentos e decisões. Entre janeiro e novembro de 2016, foram registrados 396 recursos SIC, envolvendo mais de 120 solicitantes e 67 órgãos distintos. Além da apreciação dos recursos, a OGE também auxilia na orientação e fiscalização do cumprimento das normas de acesso à informação por parte dos órgãos e entidades da administração pública estadual.



### **Projetos Estratégicos e Cooperação Institucional:**

A OGE também trabalha conjuntamente com órgãos e entidades, como é o caso da participação no Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) e no Fórum de Combate à Corrupção do Estado de São Paulo (FOCCOSP). Com o CONACI prosseguem as ações de



acompanhamento e discussão permanente, como a participação nas 19ª e 20ª reuniões técnicas, realizadas em junho em Porto Alegre (RS) e em agosto em Fortaleza (CE), e o XII Encontro Nacional do CONACI, em Fortaleza. Integrante do FOCCOSP, coube à OGE coordenar a criação de um canal eletrônico específico na internet para receber denúncias de corrupção – o Web Denúncia de Corrupção, em funcionamento. Até novembro de 2016 haviam sido registradas 79 denúncias.

Em setembro, a OGE participou da reunião da Ação 1 do ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção – realizada em Brasília. E, a convite do Banco Mundial, a OGE também esteve representada em outubro no IACOP PEMPAL - Internal Audit Community of Practice / Public Expenditure Management Peer-Assisted Learning – iniciativa para compartilhar experiências de controle interno e prevenção da corrupção em países da Ásia Central e do Leste Europeu.

**Ações Preventivas e Promoção da Transparência:** Por meio de reuniões técnicas, cursos, seminários e videoconferências, em parceria com secretarias e entidades da administração, foram realizadas as seguintes atividades:

- com a Secretaria da Educação, elaboração e realização conjunta de cursos, totalizando 4 sessões e 3 visitas técnicas à Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores - EFAP, e Instituto Não Aceito Corrupção - INAC;
- Seminário na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) / Santos;
- “Diálogo sobre os Marcos Regulatórios da Administração Pública” com 4 palestras semanais com duração de 3 horas cada. Organizadores: Escola de Governo e Administração Pública - EGAP, Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM), OAB/Santos e OGE, com 92 inscritos;
- “Diálogos: Acesso à Informação e Controle Social”, com 8 videoconferências quinzenais com duração de 90 minutos cada. Organizadores: OGE, EFAP e INAC, com transmissão do estúdio Rede do Saber/Departamento de Programas de Formação e Educação Continuada - DETED/EFAP, com 2.708 inscritos.

**Ouvidoria Geral em dados administrativos:** foram expedidos 143 ofícios, abertos 487 expedientes e arquivados 323 expedientes.

**Atuação como Ouvidoria da Secretaria de Governo:** O ano de 2016 apresentou aumento de 135% no total de atendimentos, de 1.462 no ano de 2015 para 3.414, e também foi período marcado por modificações importantes nas funcionalidades do Sistema de Registro de Manifestações da Rede Paulista de Ouvidorias.



## 8. Assessoria Técnica do Governo

De acordo com a legislação em vigor a Assessoria Técnica do Governo, em cumprimento às atribuições que lhe são conferidas, executou as atividades de assessoramento ao Governador e ao Secretário de Governo.

Pronunciou-se em torno de 8012 processos e expedientes, abrangendo matérias diversas, realizando tarefas de preparação de decretos, despachos, apostilas e resoluções.

Realizou análise das minutas de decretos encaminhadas à assinatura do Senhor Governador, transmitidas pelas diversas áreas do Estado, bem como elaborou minutas de decretos de variados assuntos, que giraram em torno de 592 documentos.

Manifestou-se, subsidiariamente, sobre a alteração de estruturas administrativas, além da constante prestação de orientação e colaboração técnicas nessa matéria aos órgãos e entidades estaduais interessados. Foram preparados para assinatura do Governador e editados decretos dispendo sobre assuntos dessa natureza, destacando-se, além de outros, alguns a seguir.

No Gabinete do Governador, foi constituído Grupo de Trabalho Intersecretarial - GTI com a finalidade de implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, aprovados na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida na sede da Organização das Nações Unidas - ONU, no período de 25 a 27 de setembro de 2015, no âmbito do Estado de São Paulo (Decreto nº 62.063, de 27 de junho de 2016).

A Secretaria de Governo, publicou no Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo, as informações individualizadas sobre o pagamento de diárias e passagens aéreas a agentes públicos pertencentes aos órgãos e entidades da administração pública estadual foi disciplinada pelo Decreto nº 61.934, de 20 de abril de 2016.



A aplicação, no âmbito da administração direta e autárquica, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil, foi disciplinada pelo Decreto nº 61.981, de 20 de maio de 2016.

Foi instituído, junto a essa Pasta, o Comitê Gestor do Projeto “São Paulo: Inovação Aberta em Saúde”, integrante do MoU – Memorando de Entendimento – assinado em outubro de 2013, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Reino Unido (Decreto nº 62.016, de 10 de junho de 2016).

O Comitê Gestor do Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações – SPdoc passou a ter nova regência pelo Decreto nº 62.162, de 24 de agosto de 2016.

O Decreto nº 62.151, de 16 de agosto de 2016, inclui Serviços de Valor Adicionado no ambiente Internet do Governo do Estado e integra a esse ambiente o Serviço Telefônico Fixo Comutado, de forma centralizada.

O Conselho Estadual para a Diminuição de Acidentes de Trânsito e Transporte - CEDATT foi transferido, da Casa Civil, do Gabinete do Governador, para a Secretaria de Governo, integrando a estrutura básica da Pasta (Decreto nº 62.152, de 16 de agosto de 2016).

Foram transferidas para a Subsecretaria de Ações Estratégicas a Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Coordenação de Serviços ao Cidadão, ambas da Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão, que foi extinta (Decreto nº 62.296, de 6 de dezembro de 2016).

A Secretaria de Planejamento e Gestão teve o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP, regulamentado pelo Decreto nº 62.242, de 31 de outubro de 2016.

Foram transferidos, da Casa Civil, do Gabinete do Governador, para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - CPDCN, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPISP, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina, o Conselho Estadual da Condição Feminina, a Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Política de Ações Afirmativas para Afrodescendentes, a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do Estado de São Paulo, a Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena e a Coordenação de Políticas para a Mulher do Estado de São Paulo (Decreto nº 62.091, de 11 de julho de 2016).

Na Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, foi regulamentada a Lei nº 15.761, de 31 de março de 2015, que autoriza a extinção da Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador - CERET (Decreto nº 61.910, de 6 de abril de 2016).

Na Polícia Civil do Estado de São Paulo foram criados e organizados em cada uma das Delegacias Seccionais de Polícia dos Departamentos de Polícia Judiciária da Macro São Paulo -



DEMACRO e de São Paulo Interior - DEINTERs 1 a 10, 3 Núcleos Especiais Criminais - NECRIMs e no Departamento de Polícia Judiciária da Capital - DECAP foi criada a Central de Núcleos Especiais Criminais - NECRIMs (Decreto nº 61.974/16).

A Polícia Militar do Estado de São Paulo foi objeto de estruturação (Decreto nº 62.103, de 13 de julho de 2016).

Na Secretaria da Administração Penitenciária foram criados e organizados os seguintes estabelecimentos penais: Penitenciária de Florínea (Decreto nº 61.813, de 20 de janeiro de 2016), o Centro de Detenção Provisória de Itatinga (Decreto nº 62.000, de 7 de junho de 2016).

Na Secretaria da Fazenda foi regulamentada a Lei Complementar nº 1.281, de 14 de janeiro de 2016, que institui a Corregedoria da Fiscalização Tributária - CORFISP (Decreto nº 61.925, de 12 de abril de 2016)

Na Secretaria da Educação foram criadas 13 unidades escolares em diversas regiões.

Na Secretaria da Saúde foi criada e organizada a Coordenadoria de Assistência Farmacêutica, diretamente subordinada ao Titular da Pasta. Foram criados, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, o Ambulatório Multidisciplinar Especializado no Idoso – AME Idoso Sudeste e o Ambulatório Médico de Especialidades de São Carlos - AME São Carlos (Decreto nº 61.895/16).

A Secretaria da Cultura teve sua estrutura alterada com a criação de três Assessorias - Assessoria para Assuntos Internacionais, Assessoria de Cultura para Gêneros e Etnia e Assessoria para Assuntos Parlamentares - e a alteração da denominação da Unidade de Fomento e Difusão de Produção Cultural para Unidade de Fomento à Cultura e da Unidade de Bibliotecas e Leitura para Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura (Decreto nº 61.832/16).

Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação foi disciplinada a gestão do Parque Tecnológico do Estado de São Paulo e instituído o Conselho Estratégico desse Parque (Decreto nº 61.909, de 6 de abril de 2016). Foi instituído o Fórum Náutico Paulista (Decreto nº 62.228, de 24 de outubro de 2016). Foi criada como Unidade de Ensino Tecnológico, do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, a Faculdade de Tecnologia: FATEC de Itatiba, em Itatiba. Foi criada, também, como Unidade de Ensino, do CEETEPS, a Escola Técnica Estadual: ETEC de Santa Cruz das Palmeiras, em Santa Cruz das Palmeiras. A Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades - SUTACO foi extinta (Decreto nº 62.001, de 7 de junho de 2016).

Na Secretaria do Meio Ambiente, os dispositivos da Lei nº 15.913, de 2 de outubro de 2015, que dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras - APRM-ATC, foram regulamentados (Decreto nº 62.061, de 27 de junho de 2016).



Na Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos foi criada, junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, a Unidade de Gerenciamento de Projeto responsável pelo “Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu e Barragens Pedreira e Duas Pontes” denominada UGP BG-PCJ (Decreto nº 62.178/16).

Na Procuradoria Geral do Estado foi regulamentado o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - FUNPROGESP, criado pela Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015, destinado à complementação dos recursos financeiros indispensáveis ao aparelhamento da PGE (Decreto nº 61.904, de 1º de abril de 2016).

#### **Encontram-se entre os Programas instituídos, criados ou aprovados:**

- O Programa de Regularização Ambiental - PRA no Estado de São Paulo, instituído pela Lei nº 15.684, de 14 de janeiro de 2015, foi regulamentado (Decreto nº 61.792, de 11 de janeiro de 2016).

- A Lei nº 16.079, de 22 de dezembro de 2015, que cria o Programa de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda “Via Rápida”, nas modalidades “Via Rápida Emprego”, “Via Rápida 18”, “Via Rápida Expresso” e “Via Rápida Econômico”, foi regulamentada pelo Decreto nº 62.033, de 17 de junho de 2016.

Quanto aos sistemas, o Decreto nº 62.106, de 15 de julho de 2016, definiu nova disciplina para o Sistema de Acompanhamento Legislativo Estadual - SIALE, orientado e coordenado pela Casa Civil, do Gabinete do Governador.

O Sistema Estadual de Vigilância Epidemiológica do Óbito Materno teve sua denominação alterada para Sistema Estadual de Vigilância Epidemiológica do Óbito Materno, Infantil e Fetal e foi objeto de organização (Decreto nº 62.111, de 15 de julho de 2016).

Foi instituído, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social, o Sistema Estadual Informatizado de Acompanhamento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - Sistema MSE Web (Decreto nº 62.134, de 4 de agosto de 2016).

Há que se destacar, ainda, a edição de decretos autorizando a celebração de **convênios**:

O Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP foi autorizado a representar o Estado na celebração de convênios com municípios paulistas, por intermédio dos respectivos Fundos Sociais de Solidariedade, e com entidades de fins não econômicos domiciliadas na Capital, visando à continuidade do Projeto “Polos Regionais da Escola de Moda”, no âmbito do Programa “Escola de Qualificação Profissional (Decreto nº 61.804, de 18 de janeiro de 2016).

A Secretaria da Educação foi autorizada a representar o Estado na celebração de convênios com municípios paulistas, tendo como objeto a transferência de recursos destinados ao fornecimento de



alimentação escolar aos alunos das escolas da rede pública estadual de ensino (Decreto nº 61.928, de 12 de abril de 2016).

Seu Centro de Expediente, em relação à correspondência do Gabinete do Governador e do Secretário de Governo, expediu, além de outros documentos, 541 ofícios de encaminhamento para outros órgãos e entidades.

E seu Centro de Atos Oficiais providenciou junto às Secretarias de Estado, os referendos dos Titulares das Pastas nos decretos numerados publicados, adotou as providências necessárias à manutenção, na parte de decretos, do Sistema de Legislação Estadual disponibilizado na Internet, transmitiu à Imprensa Oficial do Estado, para publicação: 502 decretos numerados, 8012 documentos entre despachos, apostilas e resoluções e ainda, examinou expedientes de doação de material excedente.

## 9. Chefia de Gabinete

Além das atividades de caráter administrativo e de natureza burocrática, nas áreas técnico-administrativas (Recursos Humanos, Infraestrutura, Administração, Transportes Internos, Comunicações Administrativas, biblioteca e documentação) destacamos:

**9.1. Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo:** tem como missão preservar e difundir as coleções de arte abrigadas nos Palácios dos Bandeirantes, em São Paulo, e Boa Vista, em Campos do Jordão. Têm sido realizadas ações com o objetivo de reforçar as funções sócio-educativa e museológica dos palácios, por meio de pesquisa, catalogação, conservação preventiva, restauro e difusão de suas 4.000 obras. O órgão também possui as atribuições de catalogar e difundir o patrimônio histórico, artístico e cultural no âmbito do Programa Patrimônio em Rede, regulamentado pelos decretos 54.876/2009 e 58.007/2012, e pautado na articulação entre secretarias, autarquias e fundações.

### 9.1.1. Exposições

#### a) Palácio dos Bandeirantes

- ***O Palácio e a Paisagem Cultural:*** inaugurada em 18/03/2016, dialogando com o tema “Museus e Paisagens Culturais” proposto pelo Conselho Internacional de Museus (Icom) como reflexão para o ano de 2016. Previsão de encerramento em 11/03/2017.

- ***Galeria dos Governantes:*** reinaugurada em 06/2016 com nova configuração no 1º andar. **Nº de visitantes no Palácio dos Bandeirantes:** totalizou **3.354** pessoas.

#### b) Palácio Boa Vista

- ***O Palácio e a Paisagem Cultural:*** inaugurada em 11/03/2016, dialogando com o tema “Museus e Paisagens Culturais” proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) como



reflexão para o ano de 2016. Previsão de encerramento em 11/03/2017. **Nº de visitantes no Palácio Boa Vista:** totalizou **77.012** pessoas.

### c) Exposições externas

- ***Coleções Reveladas***: inaugurada em 01/11/2016 nas estações da linha amarela do Metrô, em parceria com a Concessionária Via 4, apresentando textos e imagens de obras de arte expostas nos Palácios do Governo do Estado de São Paulo. Previsão de encerramento em 31/01/2017.

- ***Tesouros Paulistas – Coleções de Arte dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo***, de 12 de dezembro de 2016 a 28 de fevereiro de 2017, na Galeria de Arte do Sesi-Fiesp, em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e a empresa Expomus.

### 9.1.2. Educativo-Cultural

#### a) Palácio dos Bandeirantes

- **Projeto “O Centro de Convivência Infantil/CCI Visita o Palácio”**: ações educativas todas as segundas-feiras para crianças da creche do Palácio dos Bandeirantes. A partir de visitas ao palácio, a ação destaca obras de arte expostas por meio de uma abordagem lúdica.

- **Participação na 14ª Semana Nacional de Museus - *Museus e Paisagens Culturais***, entre 16 e 22/05/2016, com o workshop **O mobiliário artístico e suas transformações estilísticas**, entre 25/04 a 23/05/2016, destinado aos funcionários do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios e demais interessados em história do mobiliário.

- **Visita guiada** pela curadora à nova expografia do Palácio dos Bandeirantes, em 06/06/2016.

- **Participação na 10ª Primavera de Museus - *Museus, Memórias e Economia da Cultura***, entre 19 e 25/09/2016, com a visita à exposição O Palácio e a Paisagem Cultural.

#### b) Palácio Boa Vista

- **Oficinas Culturais no Palácio Boa Vista: oficina de culinária - *Novas receitas com pinhão***, em 18/05/2016, destinada ao público acima de 16 anos, em parceria com a *chef* internacional Heloisa Macedo de Souza Loureiro, integrando a 14ª Semana Nacional de Museus – Museus e Paisagens Culturais; **oficina de fabricação de instrumentos musicais com material reciclável**, em 01/06/2016, destinada a pais e filhos, em parceria com a professora de música Sara Lídia Silva de Souza; **oficina de contos**, em 03/08/2016, destinada ao público acima de 16 anos, em parceria com a professora Adriana Harger; **palestra sobre História da Arte a partir das coleções do Palácio Boa Vista**, em 01/09/2016, destinada ao público acima de 16 anos, em parceria com a Profª Drª Elza Ajzenberg, titular da Universidade de São Paulo e membro do Conselho Consultivo do Acervo dos





Palácios; **oficina de Jogos e Brincadeiras musicais – *Teatro de sombras***, em 05/10/2016, destinada ao público infantil, em parceria com a professora Sara Lúcia Silva de Souza.

### 9.1.3. Ações Culturais Externas

- **Participação da curadora e sua assistente na Conferência *Museum and Cultural Landscape***, promovida pelo Comitê Internacional para Museus-Casas Históricas do Conselho Internacional de Museus (Demhist-Icom), realizada em julho, em Milão, Itália.

- **Organização do X Encontro Brasileiro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas – *Museus, Identidades, Territórios***, de 19 a 21/09/2016, realizado na Fundação Ema Klabin, Casa Guilherme de Almeida e Palácio dos Bandeirantes. Contou com apresentações pautadas nos eixos de reflexão *De casa a museu: caminhos da transformação; A visita como experiência; e Memórias e heranças culturais no museu-casa histórica*, além de depoimentos locais e visitas às respectivas instituições. Integrou a 10ª Primavera de Museus – Museus, Memórias e Economia da Cultura.

- **Participação da curadora no Congresso Internacional de Museografia**, promovido pela Real Academia de Belas Artes de San Fernando, em novembro, em Madri, Espanha.

- **Participação da restauradora no curso *Conservación de Pintura Moderna y Contemporánea*** promovido em Santiago do Chile, em novembro.

- **Empréstimo de obra**: atendendo à solicitação do Museu Afro Brasil, foi emprestada a obra *Teatro*, de Vieira da Silva, para a exposição *Portugal, Portugueses*, de 08/09/2016 a 08/01/2017.

- **Participação no evento *Criança Feliz 2016***, em 15/10/2016, promovido pela Prefeitura de Campos do Jordão, com a atividade *O Palácio Boa Vista vai à cidade – Monte o seu palácio*.

### 9.1.4. Publicações

- **Produção de conteúdo** para o livro *Coleções reveladas*, editado pela Editora Sesi-SP, com lançamento previsto para 12/12/2016.

- **Produção de conteúdo e arte gráfica** para o folder do X Encontro Brasileiro de Palácios, Museus-Casas e Casas Históricas – *Museus, Identidades, Territórios*.

- **Criação de conteúdo e arte gráfica** para folder e guia educativo da exposição *Tesouros Paulistas – Coleções de Arte dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo*.

- **Atualização do site** do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios [www.acervo.sp.gov.br](http://www.acervo.sp.gov.br).



- **Produção do site** do Programa Patrimônio em Rede, em fase final de homologação.

#### **9.1.5. Cooperação Técnica**

**Projeto Museu Palácio dos Campos Elíseos:** foi produzido pela Curadoria do Acervo dos Palácios o relatório “Programa de interpretação do Museu Palácio dos Campos Elíseos”, composto por pesquisa histórica e projeto de curadoria; estudo de logomarca para o Museu Palácio dos Campos Elíseos; documentos de aquisição e tombamento do edifício; acervo fotográfico e plantas da reforma de 1935; acervo fotográfico Memória Pública; documentos de aquisição de utensílios domésticos; acervo de luminárias do PCE; e cursos técnicos de ofícios tradicionais em São Paulo.

#### **9.1.6. Conservação das Coleções**

Passaram pelo Laboratório de Restauro 469 obras para diagnóstico, sendo 164 submetidas à higienização e procedimentos preventivos; 233 submetidas a restauro interno; e 22 submetidas a restauro externo, destacando-se a parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT e o Instituto de Pesquisas Nucleares - IPEN na descupinização e imunização de mobiliário.

#### **9.1.7. Programa Patrimônio em Rede**

- **Oficinas de capacitação:** foram realizadas 7 oficinas, sendo 5 para o Centro Paula Souza, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, entre março e abril; 1 para a Secretaria da Fazenda, em agosto; e 1 para a Secretaria da Educação, em outubro, totalizando 139 inventariantes capacitados.

- **Visitas técnicas:** foram realizadas 38 visitas técnicas ao Palácio Caetano de Campos e à Escola Estadual Caetano de Campos, da Secretaria da Educação, que incluíram reforço da capacitação de funcionários públicos, com respectivo cadastro das unidades no banco de dados Gerenciamento Eletrônico do Patrimônio em Rede - Gepre.

- **Acompanhamento** de 1.095 fichas de inventário, que integram as 3.513 inserções em banco de dados realizadas de 2012 até 02/12/2016.

- **Aperfeiçoamento do banco de dados** Gepre junto à Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp.

- **Participação em reuniões externas:** foram realizadas 16 reuniões com unidades do Governo do Estado de São Paulo, entre elas o Centro Paula Souza, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; a Secretaria da Educação; o Instituto Adolfo Lutz, o Instituto Pasteur e o Instituto de Infectologia Emílio Ribas, da Secretaria da Saúde; a Fundação Instituto de Terras - Itesp, da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania; e a Universidade Estadual Paulista – Unesp de Araraquara. No âmbito municipal, foi realizada 1 reunião com o Centro de Memória da Secretaria Municipal de Cultura de Santana do Parnaíba.



- **Participação em eventos externos:** apresentação do Programa Patrimônio em Rede no Curso de Preservação e Conservação de Fotografias do Centro Paula Souza, em 08/11/2016.

## **9.2. Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - GSPOFP**

No decorrer do atual exercício, o GSPOFP, no domínio da Secretaria de Governo, que compreende as unidades Gabinete do Secretário, Subsecretaria de Ações Estratégicas, Departamento de Administração e de Infraestrutura, Subsecretaria de Parceria e Inovação, Subsecretaria de Tecnologia e Serviço ao Cidadão, Corregedoria Geral da Administração - CGA, Unidade do Arquivo Público do Estado - UAPE, Ouvidoria Geral do Estado, e ainda a Casa Militar, o FUSSESP, as Autarquias ARTESP e ARSESP e as empresas Públicas IMESP e PRODESP, promoveu, em conjunto com a Secretaria de Planejamento e Gestão, através de coordenação e orientação, a revisão de metas para o ano de 2017, bem como a revisão do PPA no tocante aos seus programas. Também orientou e coordenou a formalização das propostas para o Orçamento de 2017, além de acompanhar a execução das metas das ações do PPA, programadas para o corrente exercício, por meio do Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA – SIMPPA. Acompanhou e controlou a execução do Orçamento vigente através dos sistemas SIAFEM e SIGEO. Igualmente promoveu reuniões internas, como órgão colegiado, emitindo 33 pareceres referentes a créditos suplementares, créditos automáticos, reprogramação entre elementos e antecipações de quotas. A redução do número de pareceres deveu-se à elevação do grau de dificuldade imposto pela crise financeira e de um controle mais efetivo por parte da Secretaria de Planejamento e da Fazenda.

Trabalho idêntico prestou à Casa Civil, que compreende o Gabinete do Secretário, a Subsecretaria de Comunicação, a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, a Subsecretaria de Relacionamento com Municípios, a Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM, a Agência Metropolitana de Campinas - AGEMCAMP, a Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, a Agência Metropolitana de Sorocaba - AGEMSOROCABA, a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A - EMPLASA e o Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Atuou na coordenação e execução dos trabalhos de orientação, elaboração e formalização da revisão de metas para o próximo ano e da revisão do PPA em seus programas. Para essas unidades acima, também emitiu 33 pareceres referentes a créditos suplementares, créditos automáticos, reprogramação entre elementos, crédito especial e antecipações de quotas.

Quanto ao tema “Projeto Convergência – Políticas Contábeis” tem participado de reuniões na Secretaria da Fazenda e servido de interlocutor para sua implantação. Identificou as pessoas que podem contribuir com as políticas a serem adotadas e quem deve ser capacitado no âmbito da Secretaria. Atua permanentemente no monitoramento da implantação do Sistema de Administração de Materiais - SAM.

Realizou, no transcorrer do ano e em conjunto com a Secretaria da Fazenda, acompanhamento da regularidade fiscal dos CNPJS das unidades da Secretaria de Governo e da Casa



Civil, inclusive do CNPJ do Governo do Estado de São Paulo, se manifestando e atuando quando identificadas irregularidades junto à Receita Federal do Brasil. Colaborou, decisivamente, no processo de compensação do crédito de IOF, no montante de R\$ 281 milhões, com os pagamentos do PASEP contra a União, gerando a referida soma como economia para o Estado.

Manifestou-se por meio de parecer, no processo CC-10146/2016, a respeito da viabilidade do cumprimento da Lei nº 13.122/2008, que versa sobre tratamento simplificado e diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Paulista.

Tendo em vista o cenário recessivo que permaneceu durante todo o exercício, envolveu-se na elaboração de novos controles, regulares e efetivos, para o acompanhamento da execução dos contratos pertinentes à Secretaria de Governo e à Casa Civil. Esse trabalho teve como objetivo o controle, a priorização dos gastos públicos obtendo, como resultado, a geração de economia e o atendimento ao Decreto nº 62.240 de 25/10/2016.

### **9.3. Departamento de Recursos Humanos - DRH**

Além das suas atividades diárias, o DRH investiu também no desenvolvimento e capacitação dos servidores por meio de cursos e treinamentos (42 servidores treinados). Tem investido na qualidade de vida dos servidores, por meio de campanhas realizadas e atendimentos: prevenção do câncer de próstata (15 servidores), vacinação - *Influenza*, Tríplice Viral, Hepatite B e Dupla Adulto (767 servidores vacinados); programa para os motoristas (31 servidores); Programa de Prevenção e Detecção de Doenças Crônicas (157 servidores atendidos); tabagismo (23 em tratamento e manutenção); atendimento psicológico (40 servidores); atendimento social (solicitação de consultas: 98, encaminhamento para: exames - 102, cirurgias realizadas - 6, visitas servidores internados - 9, visitas domiciliares e hospitalares - 4); consultas com médico do trabalho (195), tendo como objetivo reduzir a prevalência dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis, e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida dos servidores. Desenvolveu atividades antiestresse e de integração, destacando-se a “Exposição Arte da Casa” - realizada em maio e dezembro (41 inscritos), Outubro rosa - público atingido - 1.200 pessoas - objetivo: conscientização para importância do exame preventivo para o câncer de mama e novembro azul - público atingido - 1.200 pessoas - objetivo - conscientização para a importância do exame preventivo para o câncer de próstata. O total de atendimento foi de 1.228 servidores. Foi realizada a Campanha de Doação de Sangue (98 doadores).

Em parceria com a Secretaria da Educação, funciona uma Telessala com 18 servidores inscritos no Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo sido promovido 5 servidores.

Subordinado ao DRH, o Centro de Convivência Infantil atende em torno de 60 crianças de 0 a 6 anos, filhos de servidoras e servidores do Palácio dos Bandeirantes, destacando-se nessa área o trabalho pedagógico que vem sendo executado pelas educadoras de sala. Além das atividades em sala de aula, são realizados passeios educativos.



#### **9.4. Departamento de Administração**

Cabe planejar, gerenciar, coordenar, acompanhar e executar as atividades pertinentes às áreas de administração financeira e orçamentária, de suprimentos (patrimônio, almoxarifado, compras e contratos), de transportes internos e da venda de imóveis provenientes do Conselho do Patrimônio Imobiliário - CPI e controle das dívidas (parcelas) vincendas, resultantes das negociações.

Cabe ainda controlar a emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, das Secretarias de Governo e Casa Civil

Cabe também controlar as solicitações e confeccionar as planilhas de diárias, efetuar os pagamentos com base nos relatórios de viagens dos servidores da Casa Civil e Secretaria de Governo, que participam de eventos em outras cidades e estados, bem como a disponibilização dessas informações no portal “transparência SP”.

Cabe ainda o controle e a remessa eletrônica obrigatória de informações de licitações, contratos e execuções contratuais no sistema Audesp - Fase IV (Contratos e Licitações), do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

No exercício de 2016, além do desenvolvimento do controle das atividades de caráter administrativo e de natureza burocrática, obrigatoriamente presente nas atividades de apoio, são, também, relevantes as seguintes atividades:

##### **Área de Transportes internos:**

- **Locação de veículos:** em 2016 permaneceram os contratos de locação, com melhoria na prestação dos serviços e economia no consumo de combustível e manutenção da frota, já que os serviços são efetuados com veículos novos. Os serviços diários na Capital e as viagens ao interior são realizados com maior segurança e conforto, tanto para os usuários como para os motoristas. Visando a economia, lembramos que ocorreu uma redução na frota que atende a Secretaria.

- **Gestão e operacionalização do Sistema de Administração da Frota;**

- **Gestão dos contratos de Serviço de ônibus reservado:** locação de ônibus de 44 lugares, com uma quantidade média de usuários atendidos de 169 pessoas por dia;

- **Outros serviços:** atendimentos a usuários; SOS Médico; Lavagem de veículos e Administração da Frota (Mapas de Consumo e Quilometragem; Mapas de Abastecimento, Demonstrativo Mensal de Consumo, Licenciamento e Seguro Obrigatório; Aquisição de Combustível – álcool e gasolina e outros).



### **Área de Suprimentos:**

Manutenção do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais, através de leitura ótica, facilitando e agilizando o levantamento de bens patrimoniais:

- Arrolamento de bens, arrolamentos de veículos, transferências de bens, chapeamento de bens com código de barras, cotações de seguro de imóveis da Casa Civil e de veículos e de bens imóveis, alimentação de dados no Siafem;
- Contratação de seguro de Imóveis/Móveis da Casa Civil;
- Atualização do Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI;
- Entrega de sucatas diversas no Depósito do CMEX - Decreto nº 27.041/1987;
- Cadastro no sistema de Protocolo e Documentação-SPDOC, para abertura de novos processos;
- Realização de aquisições, através de Ofertas de Compras, com dispensa de licitação, por intermédio da Bolsa Eletrônica de Compras;
- Realização de aquisições, através de Ofertas de Compras, na modalidade de Convite, por intermédio da Bolsa Eletrônica de Compras;
- Realização de aquisições através de Pregões (abertura, elaboração e entrega de Editais) o que possibilitou redução de despesas;
- Reajustes contratuais, prorrogações de contratos, elaboração de Termos de Aditamentos e Contratos e publicações no Diário Oficial de Estado - Pubnet;
- Cadastramento mensal dos contratos no sistema de serviços terceirizados - CADTERC;
- Envio de cartuchos e toners vazios utilizados pela Casa Civil e seus anexos para o FUSSESP (em caráter de doação);
- Emissão de atestado de capacidade técnica para empresas solicitantes;
- Envio de materiais diversos inservíveis para o FUSSESP;
- Recebimento, conferência, estocagem e distribuição de materiais para a Casa Civil com um todo;
- Controle de estoque;
- Manutenção do Sistema de Reprografia Corporativa, acarretando redução de custos;
- Realização de despesas com adiantamento para unidades da Casa Civil;
- Informações diversas.

### **Área de Finanças e Orçamento:**

- Efetivo controle da execução orçamentária e financeira das Unidades de Despesas da Pasta, com a emissão de milhares de documentos como: reserva orçamentária, notas de empenhos, guias de recolhimento, notas de liquidações, programações de desembolsos e pedidos de desembolsos; alterações orçamentárias, como: antecipações de quota, liberações de dotações, créditos suplementares e remanejamentos internos;



- Assessoria Orçamentária e Financeira ao Fundo Social de Solidariedade e Arquivo Público do Estado e Subsecretaria de Comunicação;
- Assessoria Financeira à Casa Militar;
- Acompanhamento da execução orçamentária;
- Análise, conferência, assistência e atendimento de responsáveis por processos de prestações de contas de adiantamentos;
- Relatórios semestrais para o Tribunal de Contas indicando os pagamentos das Unidades;
- Relatórios semestrais para o Tribunal de Contas indicando os pagamentos aos responsáveis por adiantamentos;
- Relatório à Secretaria de Finanças Municipal sobre retenção do ISSQN;
- Elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2017;
- Gestão dos recursos financeiros da fonte Tesouro da Casa Civil, Casa Militar, FUSSESP.

#### **Área de Alienação de Imóveis**

- Desde o exercício de 2015, com a edição do Decreto nº 61.035/2015, passou a ser desenvolvida a atividade de alienação de imóveis dentro do Departamento de Administração, tendo em vista que anteriormente era desenvolvida na Secretaria de Planejamento e Gestão. Tal atividade demanda grande volume de controles administrativo-financeiros, como especialização dos funcionários que a desenvolvem;
- Venda de imóveis por meio da realização de Concorrência Pública, Leilão e Venda Direta (desde a abertura do processo até seu encerramento), antecedida de deliberação do Conselho do Patrimônio Imobiliário - CPI e Autorização Legislativa; ex: Leis nº 11.688/2004 e 15.088/2013, que juntas autorizaram a venda de 450 imóveis.
  - A efetivação da venda desencadeia atividades que englobam:
  - Cálculo do valor das parcelas amortizadas, dos reajustes e de liquidação antecipada;
  - Emissão de boletos;
  - Gestão de tarifas bancárias e acompanhamento mensal de pagamentos;
  - Transferência de recursos;
  - Notificação e sanção de devedor hipotecário.
  - Atestado de quitação do saldo devedor.

#### **9.5. Departamento de Infraestrutura**

**Serviços de reforma/serviços executados: Palácio Boa vista:** gerenciamento e acompanhamento de pinturas, recuperação das pedras das alamedas e calçadas; pinturas em diversas áreas, necessárias devido aos estragos causados pela ação natural do tempo. **Palácio dos Bandeirantes:** acompanhamento das adequações necessárias à regularização junto ao Corpo de Bombeiros - obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB.



**Gestão de Contratos** – alimentação e nutrição aos servidores do Palácio; manutenção predial preventiva e corretiva e mobiliária; limpeza e asseio predial; jardinagem e paisagismo; copas, recepção e portarias; manutenção de ar condicionado; acompanhamento e monitoramento do consumo diário de água potável nas instalações do Palácio dos Bandeirantes com uso do Sistema PURA/SABESP; manutenção preventiva/corretiva de elevador, de remoção de lixo, controle de pragas e também de serviços de dedetização.

**Treinamento:** Brigada de Incêndio dos funcionários do Palácio dos Bandeirantes em parceria com a Casa Militar.

**Vistorias:** Realizadas em parcerias com o Conselho do Patrimônio Imobiliário - CPI com vistas à elaboração de relatórios, estudos e layouts necessários ao remanejamento de equipes em edifícios alugados, na capital e em cidades do interior, ainda em andamento.

## **9.6. Grupo de Tecnologia da Informação**

### **Ações e Metas Concretizadas Plenamente – 2016**

- Elaboração do memorial descritivo para contratação da nova empresa para prestação de serviços de locação, implantação e operacionalização do sistema eletrônico de segurança do Palácio dos Bandeirantes (CFTV) e Palacio Boa Vista (Campos de Jordão);
- Contratação de empresa especializada para manutenção do sistema de controle de acesso do restaurante;
- Visita Técnica e Elaboração de Relatórios Técnico sobre a situação dos Escritórios Regionais - Casa Civil referente a infraestrutura de TI;
- Implementação do Sistema de Controle de acesso e refeição dos restaurantes da Secretaria de Governo;
- Gestão dos contratos de telefonia móvel da Secretaria de Governo;
- Gestão dos contratos de Clipping Eletrônico Governo e Interior do IMESP;
- Suporte técnico aos usuários dos contratos de telefonia móvel e dos produtos Clipping IMESP da Secretaria de Governo e Casa Civil;
- Suporte ao Arquivo Público e ao Departamento de Administração na elaboração de editais para compra de hardware e software;





- Suporte técnico para manutenção dos equipamentos de hardware dos escritórios regionais.

## **9.1. Departamento de Gestão da Documentação Técnica e Administrativa**

**Participação na gestão** operacional do sistema SPdoc, auxiliando os usuários, tendo em vista a inexistência do *helpdesk*. Sanou dúvidas e solucionou problemas de operação, em 343 atendimentos.

### **Indicadores**

**Atividades de Apoio Administrativo e Assistência Técnica** - Triagem e distribuição de correspondências do Governador - 9.216; documentos de Secretarias recebidos e encaminhados - 90; ofícios, despachos, memorandos, relações e informações - 7.511; recebimento e encaminhamento de mensagens do Fale Conosco - 433; recebimento e encaminhamento de mensagens da Ouvidoria Geral - 159.

**Apoio ao Secretário Particular** - Os convites recebidos pelo Governador são cadastrados no SPdoc. Convites e pedidos de audiência recebidos e registrados - 1.328.

**Apoio à Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso** - Caixas de documentos avaliadas e separadas para transferência - 592; caixas de documentos avaliados para eliminação - 1.728; caixas de documentos para guarda no Arquivo Público - 785; procedimentos de recebimento e arquivamento dos convites - 909.

**Atividades de Protocolo e Expedição** - Documentos protocolados, registrados e distribuídos - 38.393; serviços complementares (envolvem pesquisa de documentos, atendimentos telefônicos, atendimentos de guichê, refazer capas de processos, abertura de volumes de processos acerto de cadastro de documentos, usuários e acerto de cadastro de Unidades) - 2.784; correspondências recebidas, distribuídas e expedidas - 22.892; malotes recebidos e expedidos - 3.967; documentos recebidos e expedidos - 7.849; apoio ao serviço de carro e *motoboy* - 2.250; jornais recebidos e distribuídos - 1.499; atendimento aos usuários do Spdoc - 712.

**Documentação e Arquivo** - Pesquisas - Atendimento a 184, sendo 151 oriundas de clientes internos e 33 de clientes externos; alimentação de dados - 4.838 registros de legislação e 160 títulos de bibliográficos; análise de documentos - Análise de 4.369 atos do Poder Executivo; 469 atos do Poder Legislativo e 31.055 registros no vocabulário controlado.

**Produtos** - Alerta Legislação - 52 boletins e distribuídos para os clientes da Biblioteca. Legislação do Estado de São Paulo - Foram analisados 769 atos. Mensagens de vetos - Foram analisadas 68 mensagens de vetos, sendo 54 totais e 14 parciais. Atos de Nomeação - Análise de 371 atos. Resoluções da SG e da Casa Civil - Análise de 147 resoluções textos digitados. Decretos e



Despachos do Governador - Análise de 68 decretos e 106 despachos. Histórico das Agências Reguladoras – Foram analisadas e selecionados um total de 4.444 atos.

**Site da Biblioteca** - Criação de *site* de *internet* para disponibilizar seus produtos e serviços. O *site* está operacional e encontra-se hospedado no portal da Casa Civil do Governo do Estado: <http://www.casacivil.sp.gov.br/> ou <http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>.

A manutenção do *site* consiste em: Alimentação diária das “Últimas notícias” e alimentação periódica de: “Legislações em destaque”; alimentação periódica dos “Links de interesse”; Balanço Geral do Estado; boletim alerta legislação; despachos (do Governador e Normativos do Governador); discursos de posse dos Governadores; histórico da Secretaria de Governo e Casa Civil; mensagens de veto; nomeações do Governo; novas aquisições bibliográficas; órgãos colegiados: legislação; produção legislativa de São Paulo: análise; relação de cargos do Estado; resoluções da Secretaria de Governo e Casa Civil.

**Processamento Técnico Bibliográfico:** 175 registros de livros e periódicos reclassificados no sistema Informa Web.

**Atividades de Arquivo:** Registro - entrada de processos – 16.567; registro saída de processos – 6.072; arquivamento de processos – 22.833.

**Serviço de Informações ao Cidadão:** total de solicitações de informação – 159, pendentes de respostas - 3; total de recursos impetrados: 12 e respondidos 12.

## **FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO – FUSSESP**

**O Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo** - FUSSESP tem a missão de desenvolver programas e projetos sociais para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população do Estado de São Paulo, exercitando a solidariedade educativa e criando programas e ações sociais visando o resgate da dignidade humana, a qualificação profissional, a geração de renda e emprego. Para tanto, são articuladas ações e parcerias com os Fundos Sociais de Solidariedade dos Municípios - FSSM, entidades de fins não econômicos, sociedade civil, iniciativa privada e órgãos da Administração Pública Estadual.

Considerando a edição da Lei nº 14.512, de 24/08/2011, que autoriza o Poder Executivo a instituir, por intermédio do FUSSESP, programas sociais destinados a atender pessoas em situação de vulnerabilidade social, o Programa “Escola de Qualificação Profissional” foi instituído pelo Decreto nº 57.314, de 08/09/2011, com o objetivo de promover a capacitação de agentes multiplicadores e a qualificação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, mediante a promoção de cursos nas áreas de corte, costura, modelagem, bordado e atividades afins; panificação; imagem pessoal e construção civil, além de estimular a geração de emprego e renda.

A seguir as principais realizações, programas e projetos desenvolvidos pelo FUSSESP.



## **1. Programa Escola de Qualificação Profissional**

O Programa Escola de Qualificação Profissional do FUSSESP é composto pela Padaria Artesanal, Escola de Moda, Escola de Beleza e Escola da Construção Civil, todas localizadas na Capital de São Paulo, com oferta de vagas em cursos de qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social. No ano de 2016, foram qualificadas 13.498 pessoas, como segue:

Padaria Artesanal	4.700
Escola de Moda	3.670
Escola de Beleza	2.021
Escola da Construção Civil	969
TOTAL – pessoas qualificadas	11.360

A partir da 25ª turma e às sextas-feiras, foram realizadas oficinas - Avançados I e II, nas Escolas de Moda e Beleza e na Padaria Artesanal, voltadas ao aprofundamento de conteúdo específico, que ampliaram os conhecimentos sobre técnicas já aprendidas e que podem resultar em grande diferencial para as pessoas atendidas pelo Programa Escola de Qualificação Profissional. Foram qualificadas nestas oficinas mais 2.138 pessoas.

Além da capacitação, os FSSM que participaram do projeto receberam doação de um Kit “Padaria Artesanal”, adquirido pelo FUSSESP, para que possam multiplicar o conhecimento para a comunidade, objetivando, principalmente, favorecer a economia doméstica e a geração de renda. O FUSSESP repassou para FSSM 16 kits Padaria, correspondendo a um total de R\$ 32.575,84.

## **2. Apoio Técnico e Financeiro aos Fundos Municipais e Entidades**

Neste exercício de 2016, o FUSSESP prestou apoio mediante repasse de recursos materiais diversos, provenientes de doações de empresas e instituições, beneficiando 348 FSSM e 681 entidades sociais. O FUSSESP repassou Kits “padaria” doados por empresas e pela Associação Paulista de Avicultura, para beneficiar 121 entidades sociais. Repassou, ainda, Kits “escola de moda” doados por empresas parceiras, para beneficiar 1 FSSM e 6 entidades.

## **3. Casa da Solidariedade - Unidades I, II e III**

As três Casas da Solidariedade localizadas no Bairro de Campos Elíseos, no Parque D. Pedro II e no Bairro Sol Nascente, na Capital, foram criadas para atender crianças e adolescentes em situação de risco social, através de um programa que possa resgatar a autoestima, identificar e desenvolver suas habilidades, contribuindo para o desenvolvimento da cidadania por meio de convívio produtivo e sadio, onde as diferenças individuais são respeitadas, por meio de atividades de educação e cidadania, horta educativa, arte circense, dança, música, teatro, artes plásticas, atletismo, educação física, informática e atividades de apoio familiar.



As Casas da Solidariedade administradas pelo Instituto Criança Cidadã - ICC, por meio de Convênio firmado com este FUSSESP, atenderam ao todo 1.111 crianças e adolescentes.

#### 4. Programa Horta Educativa

O Programa Horta Educativa, instituído pelo Decreto nº 57.910, de 27 de março de 2011, alterado pelo Decreto nº 59.794 de 22/11/2013, sob a coordenação do FUSSESP, visa implantar hortas educativas em unidades públicas de ensino, em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SAA e Municípios, através do seu FSSM. O objetivo é ensinar as crianças matriculadas em unidades escolares públicas, da pré-escola (a partir de 4 anos) até o 4º ano do ensino fundamental, a importância da boa alimentação por meio de atitudes positivas diante da natureza e dos alimentos e possibilitar o relacionamento entre diferentes conteúdos curriculares. No ano de 2016, o programa atingiu as seguintes metas, com repasse de Kit sementes e ferramentas e material didático:

	FSSM/Secretarias	Escolas/CCIs	Beneficiários	Valor total - Kits
Horta – Escolas Municipais	14	57	9.489	R\$ 81.660,70
Horta – Escolas Estaduais	1	104	38.695	R\$ 239.306,75
Horta – Casas da Solidariedade I, II e III		3	253	R\$ 2.024,17
TOTAL	15	164	48.437	R\$ 322.991,62

#### 5. Espaço de Leitura

O Espaço de Leitura é uma ação sociocultural e educativa do FUSSESP que oferece aos cidadãos, em especial crianças, acesso à leitura e proporciona o prazer da leitura por meio da oralidade, da escrita, da observação e da interpretação, localizado dentro do Parque “Dr. Fernando Costa” (Água Branca). O acervo é de, aproximadamente, 2.000 livros de literatura infantil e infanto-juvenil, disponibilizados em casinhas temáticas: Castelo Voador (contos de fada, lendas, fábulas, mitos indígenas); Ponto da Interrogação (curiosidades, palavras, espaço sideral, dinossauros); Gruta do Grito (suspense, mistério, medo, monstros); Clube de Histórias (cotidiano, família, escola, amigos, pipa, boneca); e Casa dos Livros (artes, literatura brasileira e estrangeira, HQ, jornais e revistas). Oferece também atividades educativas desenvolvidas para o perfil de cada grupo, proveniente de entidades sociais cadastradas no FUSSESP, que acontece de quarta a sexta-feira.

Em média, 2.700 pessoas visitaram o Espaço de Leitura a cada mês, sendo que 2.498 visitantes compõem o público que vai ao Espaço de Leitura espontaneamente e 202 pessoas compõem o público advindo das entidades sociais cadastradas no FUSSESP, que participaram das atividades culturais e educativas oferecidas neste espaço, que funciona de terça-feira a domingo.



## 6. Projeto “Viva Mais”

O projeto “Viva Mais” no âmbito do programa estadual “São Paulo Amigo do Idoso”, instituído pelo Decreto nº 61.115/2015, sob a coordenação do FUSSESP, tem por objetivos a melhoria de qualidade de vida, o incremento da participação comunitária e a integração social do idoso, mediante atividades esportivas, artísticas e culturais, tendo sido desenvolvido em 2016, as seguintes ações:

**6.1 - Programa VidAtiva:** Programa estadual instituído pelo Decreto nº 59.782/2013, desenvolvido em parceria com a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude – SELJ, é destinado a conceder auxílio financeiro a idosos, a fim de lhes proporcionar a oportunidade de praticar atividades físicas, esportivas ou de lazer em clubes e academias de ginástica que vierem a escolher, dentre estabelecimentos previamente cadastrados. No ano de 2016, o FUSSESP repassou o montante de R\$ 1.213.439,54, beneficiando 20.871 pessoas no Programa.

**6.2. Espaço de Convivência do Idoso - ECI:** O ECI instalado no edifício 35 localizado no Parque “Dr. Fernando Costa”, totalmente reformado e adaptado para as atividades voltadas à terceira idade, acima de 55 anos, é desenvolvido em parceria com a Associação Paulista de Apoio à Família - APAF, onde foram realizadas atividades divididas em quatro eixos temáticos, quais sejam: (i) bem-estar – cuidar do corpo com atividades de ioga, alongamento, tai chi chuan, mat pilates, jogos teatrais, caminhadas pelo Parque e uso da Praça de Exercícios do Idoso; e, cuidar da mente por meio de jogos, memória, fotografias, vídeos tutoriais; (ii) memória e identidade – resgate de histórias familiares, narração de histórias, fotografias, livros de receitas; (iii) cidadania – orientação sobre direitos e deveres do idoso, mercado de trabalho, urbanidade, conflitos inter geracionais, inclusão digital, consumo, etc.; e, (iv) cultura – música clássica e popular, expressão corporal, teatro, coral, artes plásticas, dança, literatura, fotografia, línguas, moda e desenvolvimento de tutoriais. No ano de 2016, aproximadamente 3.471 idosos frequentaram o ECI, participando de uma ou mais atividades oferecidas neste espaço.

Outro projeto denominado “Intergeracional”, é um desdobramento do ECI que visa aproximar o público deste projeto com as crianças das entidades sociais atendidas pelo Espaço de Leitura. O projeto tem como objetivo a realização de atividades em conjunto, com crianças e idosos, desmistificando a ideia de guetos etários e ampliando as possibilidades de integração entre pessoas de diferentes idades. Em média 43 idosos e 60 crianças participaram deste projeto, e mensalmente uma média de 99 pessoas.

**6.3. Jogos Regionais dos Idosos – JORI:** constituem em um conjunto de eventos realizados em Municípios do Estado de São Paulo, envolvendo a população idosa em atividades esportivas como meio de promoção da saúde e bem-estar. Sob coordenação do FUSSESP, o XX JORI foi realizado em parceria com as Secretarias de Esporte, Lazer e Juventude, da Educação e de Desenvolvimento Social, em 9 Municípios que sediaram as competições, quais sejam: Botucatu, Oswaldo Cruz, Avaré, Caraguatatuba, Novo Horizonte, Americana, Brodowski, Itanhaém e Barretos, que sediou a etapa final. Ao todo são 14 modalidades adaptadas às pessoas com mais de 60 anos de



idade: atletismo (corrida), bocha, buraco, coreografia (dança), damas, dança de salão, dominó, malha, natação, tênis, tênis de mesa, truco, voleibol adaptado e xadrez. A XX edição do JORI reuniu este ano mais de 16.100 atletas de 514 municípios, nas oito etapas regionais e na etapa final. O FUSSESP repassou aos Municípios que sediaram o JORI, o montante de R\$ 628.167,18 para a realização do evento.

## **7. Campanha do Agasalho**

É uma iniciativa anual do FUSSESP, em parceria com as Secretarias de Estado, empresários e sociedade civil, que ocorre nos meses que antecedem a estação do inverno, cujas peças arrecadadas são destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social. A Campanha foi lançada em 18 de maio de 2016, com o slogan “Você não acha que também tem roupa boa demais?” que teve como objetivo arrecadar cobertores e peças de vestuário novas ou em bom estado, tendo como madrinha a “Malu Moletom”. A ação oficialmente se encerrou em 5 de outubro, mesmo com o encerramento o FUSSESP continuou recebendo doação de peças de vestuário.

Em 2016, a Campanha do Agasalho recebeu mais de 9,58 milhões de peças. Foram 283 entidades beneficiadas. O número de colaboradores chegou a 866, incluído aí os pontos de coleta, caminhadas, almoços e eventos.

## **8. Programa de Proteção Social à Pessoa, Família ou Grupo Social em Situação de Vulnerabilidade Social**

O Programa, instituído pelo Decreto nº 57.636, de 15/12/2011, com nova redação dada pelo Decreto nº 55.750, de 24/01/2012, visa minimizar impactos sofridos em decorrência de rigores climáticos, desastres naturais ou outras ocorrências extraordinárias, mediante atuação recuperativa consistente na destinação de meios materiais que possam garantir à população atingida o atendimento a suas necessidades básicas.

No ano de 2016, o FUSSESP colaborou mediante aquisição e distribuição gratuita de cestas básicas, material de higiene pessoal, cobertores, colchões e lençóis para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, entidades sociais e FSSM, que passaram por rigores climáticos, sendo beneficiadas com doações a 3 entidades sociais e a 7 FSSM.

O FUSSESP celebrou convênio com a Prefeitura de São José dos Campos, em 26/01/2012 e vigente até 26/01/2017, objetivando a transferência de recursos financeiros, a título de auxílio, para a concessão do aluguel social, no valor de R\$ 500,00 mensais, sendo R\$ 400,00 por parte do FUSSESP e R\$ 100,00 por parte do Município, a até 1.750 famílias, envolvidas na desocupação da área denominada “Pinheirinho”, em São José dos Campos/SP. O montante repassado para o município, em 2016, foi de R\$ 8.400.000,00.



## AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARTESP

### 1. O Ano de 2016

O cenário econômico do corrente ano, refletiu na diminuição do tráfego nas rodovias concedidas, no que se refere ao transporte coletivo intermunicipal, os indicadores apontam para quantidades similares ao ano de 2015.

### 2. O Transporte Coletivo Intermunicipal

A ARTESP atua em todo o Estado, exceto nas Regiões Metropolitanas, em que a atribuição de regular e fiscalizar o transporte intermunicipal de passageiros passa a ser da EMTU.

<b>SISTEMA REGULAR (Rodoviário e Suburbano)</b>	<b>2015</b>	<b>*2016</b>
Quantidade de Empresas	104	100
Quantidade de Linhas	1.005	1.001
Quantidade de veículos	4.108	3.965
Quantidade de Passageiros/dia	391.323	275.186
Percurso de Km por Dia	1.143.611	856.267,39
Quantidade de Viagens/Dia	14.844	10.542
Receita Anual	1,46 bilhão	1,13 bilhão

<b>SISTEMA FRETAMENTO (Contínuo e Eventual)</b>	<b>2015</b>	<b>*2016</b>
Quantidade de Empresas Cadastradas	529	777
Quantidade de Ônibus	13.002	13.086

\* Dados tabelados de janeiro a outubro/2016

#### Estudantes

Quantidade de empresas Autônomas Cadastradas	93	89
Quantidade de Veículos Cadastrados	122	130

### 2.1 Plano Diretor de Transporte

No dia 24 de junho de 2016, a ARTESP publicou edital de concessão do Sistema de Transporte Intermunicipal de passageiros do Estado de São Paulo. A licitação envolve viagens em todo Estado e de alta demanda como Santos – São Paulo, Bauru – Campinas e Jundiaí – São Paulo e prevê



uma total renovação operacional para atender as demandas que se apresentaram com o desenvolvimento de São Paulo.

O novo modelo de gestão e prestação de serviços de transporte intermunicipal de passageiros trará inúmeros benefícios para os usuários. Todas as linhas atuais serão mantidas. A frota de ônibus será renovada ao longo da nova concessão. Os novos ônibus terão wi-fi gratuito onde houver sinal de internet nas rodovias. Haverá ar condicionado nos ônibus que fazem percurso de longa distância. O atendimento dos passageiros nos terminais será automatizado mais rapidamente para todas as linhas.

Com todas essas novidades é importante destacar que o preço das tarifas não será impactado. As inovações não provocarão elevação do custo das passagens. O novo modelo agrupa os 645 municípios do Estado em 56 polos. O edital prevê que todo centro de município tenha, no mínimo, duas partidas diárias para o polo ao qual está subordinado. Todos os atendimentos atuais serão mantidos e novas necessidades identificadas serão incorporadas ao Sistema.

Todavia a Concorrência encontra-se em fase de ajustes para atendimento de recomendações realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado para republicação.

## **2.2 Campanha de Gratuidade do Idoso**

Em parceria com a Fundação PROCON-SP, a ARTESP deu continuidade à campanha de divulgação da Cartilha sobre a gratuidade do idoso, iniciada em 2014.

- Produção de material informativo com as regras para obtenção da passagem gratuita para maiores de 60 anos.
- Distribuição de 300 mil Cartilhas (já havia distribuído 500 mil e 2 mil cartazes em 2014/15);
- Distribuição:
  - Principais Rodoviárias de SP (Barra Funda, Tietê, Jabaquara, Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Sorocaba, Piracicaba, Bauru, Araçatuba, Ourinhos, São Carlos e Barretos);
  - Guichês das empresas de ônibus;
  - Associações de Idosos;
- No primeiro ano de vigência da lei (2014), foram 1.824.110 gratuidades. No ano passado (2015), foram 2.098.137 gratuidades. E neste ano, até setembro, foram 1.530.737 gratuidades.





### 3 - As Rodovias Concedidas

No período entre 2011 e 2016 foram realizados aproximadamente R\$ 5,7 Bilhões em obras de investimento concluídas.

Dentre as principais obras concluídas em 2016, citamos:

- **SP 330** - 3ª Faixa - Implantação km 19+390 ao km 25+000 Pista Norte e km 19+450 ao km 25+000 Pista Sul - São Paulo/ Osasco - Investimento: R\$ 21 milhões;
- **SP 330** - Sub-Trecho Restante - 3ª Faixa - Implantação km 128+000 ao km 147+000 - Americana/ Limeira - Investimento: R\$ 38 milhões;
- **SPI 054/147** - Contorno de Mogi Mirim - 2ª Fase (SP 340 x SP 147 - sentido Limeira) (VDM) - Investimento: R\$ 52 milhões;
- **SP 326** - Duplicação - km 313+250 ao km 3330+500 - Dobrada/ Santa Ernestina/Guariba/Taquaritinga - Investimento: R\$ 54 milhões;
- **SP 270** - Prolongamento do Contorno Alternativo de São Roque - Investimento: R\$ 93 milhões;
- **SP 300** - Duplicação - km 140+825 ao km 144+120 - 2ª FASE - Porto Feliz/Tietê - Investimento: R\$ 6 milhões;
- **SP 127** - Duplicação - km 91+500 ao km 93+300 - 2ª FASE - Cerquilha - Investimento: R\$ 5 milhões;
- **SP 127** - Duplicação - km 94+770 ao km 95+710 - 2ª FASE - Cerquilha - Investimento: R\$ 2 milhões;
- **SP 127** - Duplicação - km 93+300 ao km 94+770 - 4ª FASE - Cerquilha - Investimento: R\$ 2 milhões;
- **SP 280** - Faixas Adicionais - km 110+000 ao km 122+700 Pista Leste - Boituva - Investimento: R\$ 14 milhões;
- **SP 280** - Faixas Adicionais - km 104+100 ao km 122+700 Pista Oeste - Porto Feliz/ Boituva - Investimento: R\$ 21 milhões;
- **SPI 168/308** - Contorno de Piracicaba, incluindo ponte do km 2+900 - Investimento: R\$ 100 milhões;

É importante salientar que segundo a pesquisa CNT 2016, 19 (dezenove) das 20 (vinte) melhores rodovias do país, são reguladas e fiscalizadas pela ARTESP.

#### 3.2 Sistemas de Arrecadação (Pedágios)

Atualmente existem 151 Praças de pedágio em operação na malha concedida do Estado de São Paulo, num total de 1.532 pistas de arrecadação, sendo:

- 912 Cabines (Pistas) Manuais - um acréscimo de 19,53% em relação a 2015;
- 206 Cabines (Pistas) Mistas - um decréscimo de 9,21% em relação a 2015;



- 414 Cabines (Pistas) automáticas - um acréscimo de 19,53% em relação a 2015.

Total Tráfego (janeiro a outubro/2016) foi de 716 milhões, sendo:

- 300 milhões manual (41,90%);
- 416 milhões automático (58,10%).

Total Numerário 7,7 bilhões sendo:

- 2,7 bilhões em manual (35%);
- 5 bilhões em automático (65%).

Na operação do sistema de arrecadação automática temos atualmente quatro empresas: Sem Parar, Auto Expresso, Conectcar e Move Mais, totalizando até outubro/2016 4.288.677 de TAGS ativos no sistema automático de cobrança de pedágio.

No que se refere ao Sistema Ponto a Ponto de pedágio, até outubro de 2016 aferiu-se um total de 107.809 usuários cadastrados, nas regiões de Indaiatuba, Jaguariúna, Itatiba e Paulínia. Isto significa que até outubro de 2016, já houve um crescimento de aproximadamente 28% (vinte e oito por cento) no número de usuários do sistema.

### **3.3 Programas de Redução de Acidentes**

A ARTESP vem trabalhando continuamente em conjunto com as concessionárias visando à redução de acidentes, feridos e vítimas fatais nas rodovias concedidas do estado de São Paulo.

#### **3.3.1 Metas da Segurança Viária no Programa de Concessões (redução dos totais absolutos de feridos e mortos)**

##### **Metas para 2020**

Com base nos dados de 2010, temos como meta reduzir:

- Em 50% o número absoluto de mortos, aonde chegará com no máximo 574(\*) mortos no sistema concedido; e
- Em 20% o número absoluto de feridos, aonde chegará com no máximo 15.788\* feridos no sistema concedido.

A alteração nos indicadores acima (\*) em relação a2015, foi em razão a inserção da rodovia dos Tamoios ao sistema concedido do Estado de São Paulo.

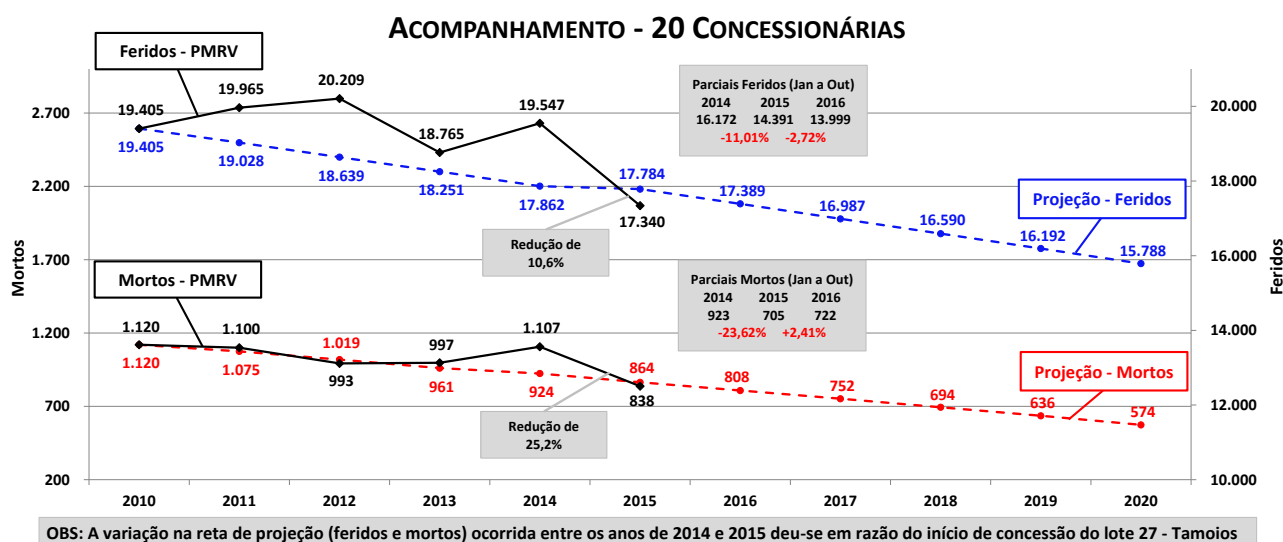


Para o número absoluto de vítimas feridas, continuamos em 2016 com a tendência de redução conquistada em 2015, atendendo, portanto, a projeção da meta.

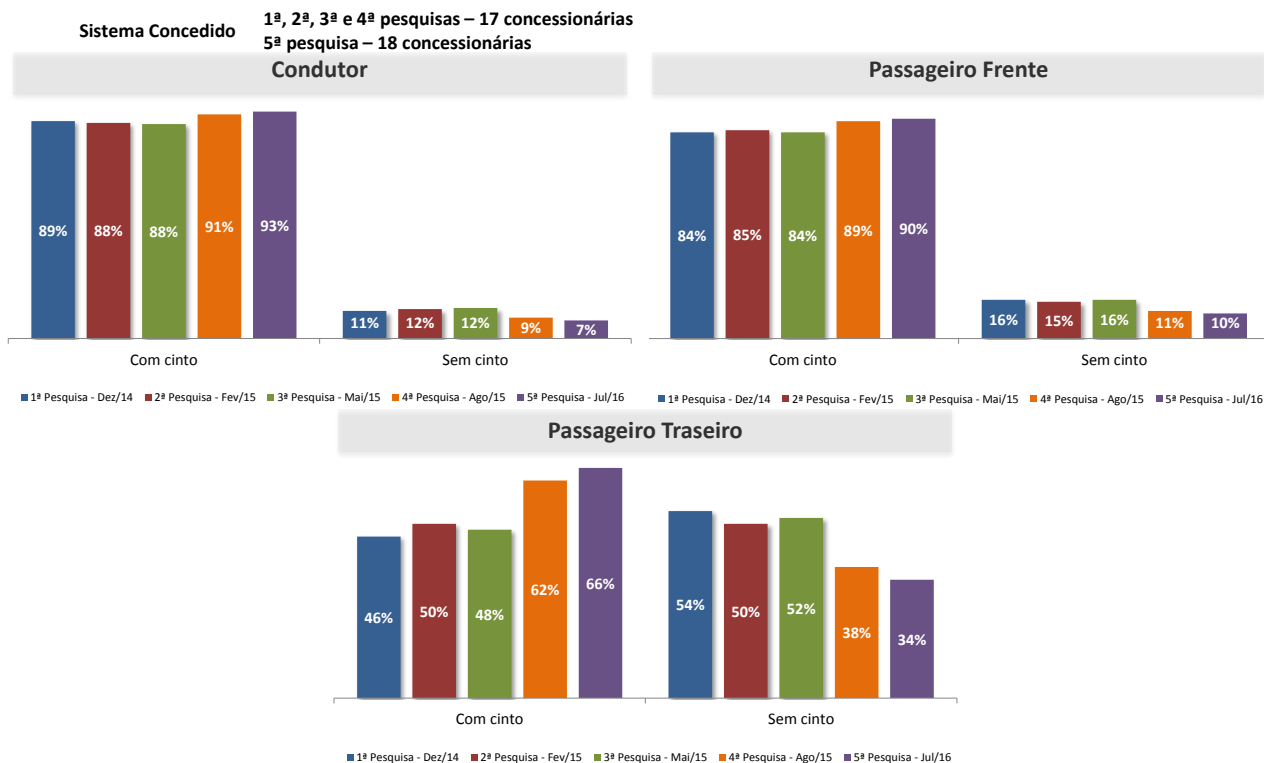
Os dados de 2010 a 2015 mostram a tendência de atingir a meta estipulada para 2020, sendo esse resultado fruto dos serviços e investimentos do Governo do Estado e das concessionárias.

Os números obtidos entre janeiro e outubro de 2016 nos indicam que o número absoluto de fatais deverá ser similar ao de 2015, o que nos levará junto com as concessionárias a incrementar os esforços para retomar a linha de tendência.

O gráfico a seguir ilustra a situação.



No corrente ano demos continuidade “Campanha do Cinto no Banco Traseiro”, que apresentou significativa repercussão na mídia e, principalmente, com a resposta positiva do usuário. Os gráficos a seguir demonstram a adesão ao uso do cinto de segurança, principalmente no banco traseiro, grande parte em resposta a campanha e divulgação na mídia.



Foram realizadas também ações de segurança como a distribuição de folhetos, simulador de direção (bebida alcoólica) e veiculação de mensagens educativas em eventos com grande concentração de pessoas como a Festa de Peão de Barretos e Rodeio Fest Jaguariúna; parceria com a Mauricio de Souza Produções para a reimpressão das revistinhas educativas sobre trânsito da Turma da Mônica e produção de nova revistinha para a Operação Verão 2017; fiscalização e ações educativas sobre o cinto de segurança em ônibus intermunicipal; e ações com o Simulador de Impacto (Uso do Cinto de Segurança) pelo estado de São Paulo através de parceria com Prefeituras Municipais, Empresas Privadas e Instituições de Ensino.

#### 4. Ouvidoria ARTESP

De janeiro a novembro de 2016 a Ouvidoria da Artesp recebeu 8.012 manifestações (reclamações, sugestões, denúncias, solicitações de informações e elogio) relacionadas, em sua maioria, aos serviços prestados e regulados pela Agência. Neste período a ARTESP recebeu, ainda, 263 solicitações através do Serviço de Informações ao Cidadão e 302 demandas da Casa Civil.

Visando a melhoria contínua dos serviços prestados aos cidadãos, a Ouvidoria da Agência passou a utilizar em 2016 o Sistema de Ouvidoria do Governo do Estado de São Paulo para o registro e tratamento das manifestações recebidas. Nesse escopo, novos procedimentos e padrões



também foram implantados na execução dos trabalhos, com destaque para os relacionados à tramitação de demandas junto às empresas reguladas.

## **5. Novas Concessões**

### **5.1 Rodovias**

Em continuidade ao programa de concessão, no ano de 2016 foram realizadas audiências e consultas públicas, para 02 (dois) lotes: Rodovias do Centro-Oeste Paulista e Itaporanga-Franca.

**Rodovias do Centro-Oeste Paulista:** Em 05 de novembro de 2016, foi publicado a Licitação Internacional nº 03/2016 para concessão dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote denominado “Rodovias do Centro-Oeste Paulista”.

O referido lote possui 570 quilômetros de extensão, contempla trechos das rodovias estaduais SP 266, SP 294, SP 322, SP 328, SP 330, SP 333 e SP 351 e prevê a duplicação de 201 quilômetros da SP 333, entre Borborema e a divisa de São Paulo com o Paraná. O prazo da concessão será de 30 anos e os investimentos necessários, que deverão ser realizados ao longo de todo este período, são de aproximadamente R\$ 3,9 bilhões. A concessão abrangerá os seguintes municípios: Florínea, Pedrinhas Paulista, Cruzália, Tarumã, Assis, Platina, Echaporã, Marília, Júlio Mesquita, Guarantã, Cafelândia, Pongai, Uru, Novo Horizonte, Borborema, Ribeirão Preto, Sertãozinho, Pontal, Pitangueiras, Viradouro, Bebedouro, Jardinópolis, Sales Oliveira, Orlândia, São Joaquim da Barra, Guará, Ituverava, Buritizal, Aramina e Igarapava.

A sessão pública de entrega dos envelopes acontecerá no dia 22/02/2017, na sede da Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa.

**Lote Itaporanga-Franca:** No dia 27 de setembro de 2016 foi encerrada a Consulta Pública sobre o projeto de concessão dos serviços públicos de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõe o denominado Lote Itaporanga-Franca.

São 747 quilômetros que abrangem trechos das rodovias SP-255, SP-249, SP-304, SP-281, SP-257, SP-318, SP-328, SP-330, SP-334 e SP-345, atravessando 35 municípios das regiões de Bauru, Franca, Itapeva, Ribeirão Preto e Sorocaba. A publicação deste edital deverá ocorrer até o final de dezembro/16.

### **5.2 Aeroportos**

Em continuidade ao programa de concessões de aeroportos no Estado de São Paulo, deverá ser publicado no corrente mês de dezembro, Edital de Concorrência ARTESP, na modalidade, com critério de julgamento pelo maior Valor de Contribuição Fixa a ser ofertado pelos Proponentes, a



fim de selecionar a melhor proposta para a celebração de Contrato de Concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos aeroportos Comandante Rolim Adolfo Amaro, em Jundiaí, Arthur Siqueira, em Bragança Paulista, Campos dos Amarais, em Campinas, Gastão Madeira, em Ubatuba e o Aeroporto Antônio Ribeiro Nogueira Jr, em Itanhaém, todos no Estado de São Paulo e cujas respectivas atividades de exploração foram delegadas pela União Federal ao Estado de São Paulo, mediante a celebração dos Convênios de Delegação. A previsão de investimentos é de aproximadamente 94 Milhões de reais, com o valor mínimo de contribuição Fixa (outorga) de aproximadamente 12 Milhões reais.

## **AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARSESP**

A Agência Reguladora de Saneamento e Energia-Arseps é uma autarquia de regime especial, com autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira, vinculada à Secretaria de Governo, para regular, controlar e fiscalizar, no âmbito do Estado, os serviços de gás canalizado e, preservadas as competências e prerrogativas municipais, de saneamento básico de titularidade estadual e, por delegação da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, fiscalizar os serviços de energia elétrica. É administrada por uma diretoria colegiada formada por cinco membros, com mandatos não coincidentes de 5 anos.

### **1. Saneamento Básico**

284 municípios com serviços de saneamento (água e esgoto) regulados e fiscalizados pela Arseps com convênio de cooperação com o Estado de São Paulo, sendo 282 operados pela Sabesp, 1 (um) pela Odebrecht Ambiental de Santa Gertrudes S/A e 1 (um) pela Saneáqua Mairinque S/A. Desse universo, 03 (três) foram assinados nesse ano, a saber Iperó, Tarumã e Santa Branca, todos operados pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo S/A - Sabesp.

**Regulação de saneamento básico:** Foram realizadas 11 fiscalizações de áreas, 91 estudos técnicos para revisão e apoio de deliberações e 80 notas e relatórios técnicos para atender demandas internas e externas de concessionárias e órgãos da administração pública.

Foram fiscalizadas cerca de 1.030 metas contratuais de 260 municípios atendidos pela da Sabesp, verificando o atendimento dos resultados apurados pelos indicadores às metas estabelecidas nos contratos de programas e cujos vencimentos ocorreram em 2014 e 2015, elaborando relatório de fiscalização, laudo de constatação técnica e termo de notificação.

**Fiscalização dos serviços de saneamento básico:** Foram realizadas 871 fiscalizações, que resultaram na emissão de 204 Termos de Notificação e 169 ofícios de posicionamento.



**Consultas e Audiências Públicas:** Foram realizadas 02 consultas públicas e 01 audiência pública, com participação aberta aos usuários, poder concedente, concessionários e à sociedade em geral.

## **2. Energia Elétrica**

Atuando por delegação da Aneel, a Arsesp deu continuidade à fiscalização dos serviços de distribuição de energia elétrica de 14 distribuidoras, 10 permissionárias e dos serviços prestados por 01 Central Geradora Hidrelétrica - CGH, 12 Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs, 14 Usinas Hidrelétricas - UHEs e 28 Usinas Termelétricas - UTEs.

A partir do segundo semestre de 2016 foi implementada nova metodologia de fiscalização junto às 14 distribuidoras, baseada em monitoramento contínuo e em diagnóstico técnico preventivo, objetivando modernizar e aperfeiçoar o processo de fiscalização. A Arsesp foi a única Agência Estadual conveniada convidada pela ANEEL a participar do projeto.

A Aneel preocupada com os últimos acontecimentos envolvendo o rompimento de barragens, porém não no setor elétrico, promoveu evento de capacitação das agências estaduais conveniadas em fiscalização de barragens. A Arsesp foi especialmente convidada a participar desta campanha por ser uma Agência oficialmente credenciada à fiscalização das barragens no Estado de São Paulo.

**Fiscalização dos serviços de energia elétrica:** Foram realizadas 18 fiscalizações em distribuidoras e permissionárias, e 52 em Usinas de Geração Elétrica (CGHs, UHEs, UTEs e PCHs) que resultaram na emissão de 23 Autos de Infração que geraram multas.

**Processos administrativos:** Foram instaurados 85 processos administrativos oriundos de reclamações à Ouvidoria, e tratados outros 35 atendimentos de reclamações por solicitação da ANEEL e outros órgãos de governo que não geraram processos de fiscalização.

## **3. Gás canalizado**

Os serviços de distribuição de gás canalizado foram fiscalizados, tanto no que diz respeito à apuração de Indicadores de Qualidade e ao cumprimento de Expansões e Metas estabelecidas nos Contratos de Concessão e/ou nos Processos de Revisão Tarifária, quanto em relação a Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural e a Outras Obrigações Contratuais. A extensão total das redes de distribuição em operação e o número de usuários, atingiram os seguintes valores:



Concessionárias	Redes de distribuição (km)	Nº Usuários Faturados (*)
Comgás	13.763,32	1.146.101
Gas Natural São Paulo Sul S.A.- GNSPS	1.680,20	37.164
Gas Brasileiro Distribuidora S.A. - GBD	935,46	11.550
<b>TOTAL</b>	<b>16.378,97</b>	<b>1.194.815</b>

Fonte: Módulo de Mercado & Faturamento do Portal Arsesp (\*) corresponde ao número de medidores faturados

**Regulação de gás canalizado:** Foram editadas e publicadas pela Arsesp 30 Deliberações relacionadas ao setor de gás canalizado, incluindo as de reajuste e revisões tarifárias. Destaca-se: aprovação de 03 projetos de rede local para atender os municípios de Catanduva, Guarujá e Campos de Jordão; a possibilidade de introdução do biometano nos projetos de rede local; o cumprimento da meta de expansão da rede de gás canalizado para os municípios de Botucatu e de Itapetininga, que deixou de ser atendido por rede local para ser interligado à malha de gasoduto; a aprovação de aditivos contratuais aos contratos de suprimento; a publicação do Manual de Elaboração e Avaliação do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural no Estado de São Paulo para o ciclo 2016/2017; a alteração da meta mínima para construção de um gasoduto de distribuição interligando o município de Lençóis Paulista ao município de Igarapu do Tietê.

**Fiscalização dos serviços de gás canalizado:** A Arsesp realizou um total de 699 fiscalizações, sendo 43 de campo e 656 fiscalizações internas. Cabe destacar ainda a conclusão de dois Termos de Ajustamento de Conduta, decorrentes de metas contratuais relacionadas com a extensão de redes de distribuição de gás canalizado até os municípios de Itapetininga e Botucatu.

**Consultas e Audiências Públicas:** Foram realizadas 04 consultas públicas e 03 audiências públicas. Destaca-se o aprimoramento e fortalecimento do marco regulatório que disciplina a relação entre usuário e distribuidora e a publicação da Metodologia da Revisão Tarifária da Comgás, bem como a realização de 01 workshop com intuito de apresentar a proposta de regulação da Agência para introdução do biometano na rede de gás canalizado, a ser submetida em consulta pública.

#### 4. Serviço de Atendimento ao Usuário - SAL

Foram registradas no Serviço de Atendimento aos Usuários 225.264 manifestações, sendo 83% de energia elétrica, 15% de saneamento básico e 2% de gás canalizado. No setor de energia elétrica, 82% referem-se à solicitação de informação e 18% à reclamação. Já no setor de saneamento básico, esses índices alcançaram 88% e 12% e, no setor de gás canalizado, 77% e 23%, respectivamente.





## 5. Ouvidoria

Foram registradas 937 manifestações, sendo 894 reclamações, 36 solicitações de informação, 5 denúncias, 1 sugestão e 1 elogio.

## 6. Regulação Econômico-Financeira e de Mercados - Saneamento Básico, Energia Elétrica e Gás Canalizado

### a) Saneamento:

- Suspensão do Programa de Redução do Consumo de Água e a aplicação da tarifa de contingência (fim da crise hídrica);
- Revisão ordinária da Sanequa Mairinque S/A;
- Reajustes tarifários da SABESP e da Odebrecht Ambiental;
- Foram realizadas 4 fiscalizações em unidades regionais da SABESP, correspondendo a 108 municípios do interior e uma na Região Metropolitana de São Paulo. Essas fiscalizações abrangem os investimentos realizados pela Concessionária;
- Iniciados os trabalhos para a revisão tarifária ordinária da Sabesp.

### b) Gás Canalizado

- Reajustes provisórios para a Comgás, Gás Natural São Paulo Sul e Gás Brasileiro;
- Reinício estudos relativos às revisões tarifárias das Concessionárias Distribuidoras de Gás Canalizado de SP;
- Término das fiscalizações econômico-financeiras nas Concessionárias de Gás para conclusão dos respectivos laudos de ativos em serviço para a revisão tarifária;

c) **Energia Elétrica:** Foram realizadas 14 fiscalizações nas empresas distribuidoras de energia elétrica.

## 7. Evolução do PPA - Plano Plurianual (2016)

Indicador: Total de Atividades de Fiscalização e Regulação

Produto	Fiscalização		Regulação	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Saneamento	1120	914	264	182

Indicador: Total de Atividades de Fiscalização (Conforme Contrato de Metas ANEEL).

Produto	Previsto	Realizado
Energia Elétrica	129	84



Indicador: Total de Atividades de Fiscalização e Regulação

	Previsto	Realizado Fiscalização	Realizado Regulação
<b>Gás Canalizado</b>	757	133	515

Indicador: Relação entre o total de solicitações encerradas com o total de solicitações registradas no mês.

Produto	Percentual Atendimento (Encerrado X Registrado)	
	Previsto	Realizado
<b>SAU - DRI</b>	80%	99%

## COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP

### 1. Clientes

**Expansão do Programa Poupatempo (Secretaria de Governo):** três novas unidades foram implantadas em 2016 nas cidades de Mauá, Jahu e Tupã, chegando-se a 72 postos em operação em todo o Estado. As novas unidades estão beneficiando cerca de 1,1 milhão de cidadãos dessas cidades e municípios vizinhos. De janeiro a outubro de 2016, os postos do Poupatempo realizaram cerca de 42 milhões de atendimentos. Desde o início do programa, há 19 anos, esse número está na casa dos 516 milhões. Em 2016, pelo segundo ano consecutivo, o Poupatempo foi eleito pelos paulistanos, em pesquisa do Datafolha, o melhor serviço público de São Paulo.

**Poupatempo 2ª Geração (Secretaria de Governo):** iniciado há cerca de três anos, o projeto, que representa um novo salto de qualidade na prestação de serviços públicos ao cidadão, foi expandido com a implantação da Coleta Biométrica Unificada em mais 11 postos (captura eletrônica de impressões digitais, foto e assinatura para uso compartilhado do Detran.SP e IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt na emissão de RGs e Carteiras de Habilitação). Ocorreu, ainda, a instalação de 64 totens de autoatendimento em 19 postos, que permitem agendar atendimento, emitir Atestado de Antecedentes Criminais, pagar taxas e solicitar documentos, com seu envio pelo Correio.

**SP Serviços (Vários Órgãos):** foram disponibilizados dois novos aplicativos: o Fiscalize com o TCE-SP, que permite ao cidadão encaminhar denúncias de irregularidades ao Tribunal de Contas do Estado; e o da Cetesb, para agendar atendimento nas unidades da empresa. Funcionando como uma loja de aplicativos do Governo do Estado de São Paulo, o SP Serviços é uma das iniciativas do Poupatempo 2ª Geração. Hoje, já possui 32 aplicativos que colocam uma série de informações e serviços de diferentes órgãos no celular do cidadão. Somados, o SP Serviços e os aplicativos por ele reunidos contabilizavam em novembro de 2016 cerca de 5,7 milhões de downloads.



**Detecta (Secretaria da Segurança Pública):** teve continuidade a customização e expansão do sistema inteligente de consciência situacional que agrega e cruza dados referentes a boletins de ocorrência, veículos furtados e roubados, procurados e chamados do 190 / 193, entre outros, e imagens - em tempo real ou armazenadas - de câmeras públicas e privadas. Além de ter seu uso ampliado no âmbito das Polícias Civil e Militar, e de passar por melhorias nas rotinas de registros e alertas, em 2016 foi intensificada a conexão ao sistema de leitores automáticos de placas de veículos da Companhia de Engenharia de Tráfego do Município de São Paulo - CET. Também foi iniciado o processo de integração de câmeras de vídeo da concessionária Ecovias no trecho final da Rodovia dos Imigrantes.

**Nova Delegacia (Secretaria da Segurança Pública):** foi concebido e desenvolvido projeto que cria um novo padrão de qualidade no atendimento prestado pelas delegacias de polícia ao cidadão. Contempla a modernização da infraestrutura de informática (computadores, impressoras e rede de comunicação); novo lay-out e comunicação visual do espaço de atendimento; e melhoria na usabilidade de sistemas. Todos os sistemas policiais - como os de registro de boletins de ocorrência, de identificação criminal e de veículos furtados / roubados - e administrativos serão acessados a partir de um portal único, agilizando sua utilização. Está sendo estudado também o aprimoramento da Delegacia Eletrônica, que permite o registro de BOs pela Internet. O novo padrão será implantado, de forma piloto, no 1º DP de São Bernardo do Campo, no 11º DP da Capital (Santo Amaro) e no DP do Guarujá. O 2º DP de Pindamonhangaba também integrará o piloto a partir de 2017.

**Inquérito Policial Eletrônico (Secretaria da Segurança Pública / Tribunal de Justiça):** depois de operação piloto em 2015 na Delegacia da Mulher do Butantã, na Capital, o sistema foi implantado nas 35 delegacias da Baixada Santista - Santos, Praia Grande, São Vicente, Guarujá, Cubatão e Bertioga -, registrando, até outubro de 2016, 2362 inquéritos instaurados, dos quais 2159 já ajuizados. O sistema permite que todas as etapas de um inquérito, da instauração ao seu ajuizamento junto ao Tribunal de Justiça, sejam realizadas de forma eletrônica. Documentos externos que precisam compor o procedimento são digitalizados e anexados à pasta digital do inquérito. A segurança é garantida com certificação digital. O Inquérito Policial Eletrônico, entre outros benefícios, dá maior rapidez aos procedimentos de instauração, condução e ajuizamento; proporciona economia de tempo e dinheiro, com a dispensa do transporte físico de documentos em papel; e elimina o risco de extravio ou perda de documentos.

**ContabilizaSP (Secretaria da Fazenda):** foi implantado portal que integra múltiplas plataformas e sistemas relativos à execução orçamentária, financeira e contábil do Estado de São Paulo, tornando mais ágil e produtivo o registro e a consulta de informações. Com ele, gestores financeiros e orçamentários do Estado, e respectivos executores, têm acesso a painéis gráficos e consultas georreferenciadas sobre os gastos de sua unidade. Na área de acesso público do portal, o cidadão tem uma visão geral de como funcionam os sistemas financeiros do Estado.

**S4SP - Saúde para São Paulo (Secretaria da Saúde):** o sistema de gestão hospitalar que está padronizando e centralizando o armazenamento das informações de atendimento na rede pública estadual, começou a ser implantado em dez novos hospitais em 2016. Hoje, 36 hospitais, de portes variados, estão com o S4SP em diferentes estágios de implantação. Os bancos de dados do sistema já



têm registros de 7 milhões de pacientes, 3,3 milhões de prontos-atendimentos, 2,5 milhões de atendimentos ambulatoriais e 280 mil internações Além de agilizar as operações cotidianas dos hospitais - administrativas e de atendimento ao paciente -, o S4SP permite a geração de cerca de 50 indicadores de gestão e assistenciais, como taxa de ocupação e rotatividade de leitos, de internações e de altas. Os gestores locais e da Secretaria da Saúde têm acesso a esses índices até mesmo via celular. O S4SP cria condições para a futura implantação do Prontuário Eletrônico de Saúde no Estado de São Paulo.

**GS-Net (Secretaria da Saúde):** foi dada continuidade ao desenvolvimento e implantação do sistema de automatização da gestão da cadeia de suprimentos - medicamentos e outros materiais - da Secretaria da Saúde. Quando estiver totalmente implantado, o GS-Net abrangerá o planejamento, a compra, o controle de estoque e a distribuição de medicamentos e outros materiais dos programas de assistência farmacêutica do Estado, que atendem hospitais, ambulatórios e farmácias como as do programa Dose Certa e dos municípios. Em 2016, entre outras ações, foi colocado em produção o módulo de planejamento da reposição de estoques e em homologação os módulos de pesquisa de preços e de controle de lote e validade. O GS-Net trará uma série de benefícios, como redução de custos operacionais nas aquisições; maior eficiência na distribuição; e aumento da oferta de medicamentos à população.

**Sistema de Gestão da Defesa Animal e Vegetal - Gedave (Secretaria de Agricultura e Abastecimento):** a aplicação, que simplifica a vida do produtor rural e torna mais eficiente o controle sanitário dos produtos agropecuários, foi incrementada com a adição de duas novas funcionalidades. A primeira permite que citricultores enviem pela Internet o relatório semestral de inspeção do cancro cítrico e greening, relatando a eventual ocorrência dessas e de outras doenças em suas plantações de citros. A segunda funcionalidade possibilita que os estabelecimentos de processamento de produtos de origem animal, nos casos em que a fiscalização sanitária cabe ao Estado, informem mensalmente pela Internet dados de sua produção. Antes, essa declaração era entregue em papel nos escritórios da Coordenadoria de Defesa Agropecuária.

**Sistema de Alimentação Escolar - SAESP II (Secretaria da Educação):** implantado em 2,7 mil escolas estaduais, que totalizam cerca de 2,5 milhões de alunos, e no armazém central, localizado na Grande São Paulo, o sistema passou por vários aprimoramentos em 2016. Entre eles, ganhou funcionalidade para controle da distribuição de produtos de entrega direta, como congelados, que são encaminhados pelos fornecedores diretamente às escolas, sem passar pelo armazém central. Também foram introduzidas melhorias na funcionalidade que controla a distribuição de produtos in natura oriundos da agricultura familiar, cuja entrega às escolas também é regionalizada, isto é, não passa pelo armazém central. O SAESP II possibilita a gestão de todo o processo para fornecimento da merenda escolar - planejamento, compra, gestão dos contratos de fornecimento, estocagem, distribuição e controle financeiro.

**Secretaria Escolar Digital (Secretaria da Educação):** foram introduzidas melhorias e implantadas novas funcionalidades na Secretaria Escolar Digital, sistema que automatiza os processos administrativos das escolas, como o registro de avaliações, frequência, pedidos de dispensa, conselho



de classe, conclusão de ciclos e emissão de boletins. Uma das novidades foi a implantação do módulo de gestão do transporte escolar, que permite gerenciar os convênios Estado-municípios para o repasse de valores referente ao programa. A partir da geocodificação do endereço dos alunos, o sistema identifica aqueles que têm direito ao benefício, o que permite validar rotas e custos apresentados. Ao mesmo tempo, a Secretaria Escolar Digital ganhou funcionalidades para geração de documentos como a Ficha Individual do Aluno e a Ata de Resultado Final.

**Sistema Integrado de Multas - SIM (Detran/DER/Prefeituras):** foi disponibilizado no portal do Detran.SP serviço online para indicação de condutor quando não é o proprietário que conduz o veículo no momento da infração. Antes, o formulário de indicação precisava ser entregue pessoalmente em uma unidade de atendimento do Detran.SP ou enviado pelo Correio. Além de dar entrada na indicação, o cidadão pode acompanhar seu trâmite pela Internet. O SIM também passou a processar as multas de trânsito lavradas por 32 municípios do Estado.

## 2. Infraestrutura

**Data Center Prodesp:** entre janeiro e outubro de 2016, a Prodesp realizou investimentos da ordem de R\$ 39,5 milhões na expansão e modernização da infraestrutura computacional de seu Data Center e em recursos de hardware e software para o desenvolvimento de diferentes projetos de clientes.

**Telefonia VoIP:** com o intuito de modernizar a infraestrutura de comunicação de voz do Governo do Estado de São Paulo e reduzir os custos com ligações telefônicas fixo-fixo e fixo-móvel entre suas unidades, a Prodesp realizou licitação para contratar a solução tecnológica que permitirá a adoção da telefonia VoIP (voz sobre IP) utilizando a rede Intragov. Além da economia nos gastos com ligações telefônicas, a iniciativa possibilitará a gestão centralizada dos serviços telefônicos e facilitará a contratação por todos os órgãos do Governo. Também haverá um salto de qualidade na infraestrutura de comunicação do Estado com a oferta de novos recursos, como videoconferência. O modelo de licitação única para todo o Estado é o mesmo utilizado na operacionalização da Intragov.

**Nuvem Privada do Estado de São Paulo:** em 2016 a Prodesp passou a ofertar a seus clientes infraestrutura de TI como serviço (IaaS), no conceito de nuvem privada, que permite a contratação de servidores, capacidade de processamento e armazenamento sob demanda, com agilidade e custos mais competitivos. A Nuvem Privada concebida pela Prodesp ganhou o prêmio DatacenterDynamics Awards 2016, na categoria Melhor Projeto de Cloud.

## 3. Gestão empresarial

**Prêmios (Prodesp):** A Prodesp conquistou um dos mais reconhecidos prêmios de excelência empresarial do País: o de Melhor Empresa do segmento indústria digital do anuário Melhores e Maiores da revista Exame. Concedido há 43 anos, o prêmio contempla as empresas por sua performance econômico-financeira. Outro prêmio conquistado pela Prodesp em 2016, também por seu desempenho econômico-financeiro, foi o de Empresa Destaque do Ano, na categoria serviços para governo (segmento empresas de grande porte), do anuário Informática Hoje.



## **IMPrensa Oficial DO ESTADO - IMESP**

Gráfica e Editora, publica o Diário Oficial do Estado, produz livros, produtos gráficos e de tecnologia, Certificação Digital, hospedagem de sites.

### **1. Imprensa Oficial em Números**

Economia de 37% em 55 pregões eletrônicos realizados, o que representa mais de R\$ 50 milhões em relação ao valor referencial dos produtos e serviços adquiridos.

- Redução do quadro de pessoal em 1,87% em 2015, em relação ao quadro de 2014, e 0,38% em 2016 em relação ao quadro de 2015.
- Redução de 28,83% no consumo de água em 2015 em relação ao consumo médio de 2014, e de 9,00% no consumo de 2016 em relação ao consumo médio de 2015.
- Redução de 12% nas despesas mensais com o restaurante interno dos empregados, em relação a 2015.
- Supressão de R\$ 22 mil mensais a partir de outubro/16 com despesas com Ginástica Laboral/Saúde Ocupacional
- Redução no consumo médio de energia elétrica (kwats) de 9,34% em 2016 em relação ao consumo médio de 2015.
- Supressão de três veículos no contrato de locação, representando uma economia de 11,54% nas despesas mensais a partir de julho/2016.
- Previsão de R\$ 397 milhões em receitas no ano de 2016 (receita bruta).
- Previsão de R\$ 492 mil de produtividade por empregado no ano de 2016, representando um acréscimo de 3,36% em relação ao ano anterior.
- Previsão de R\$ 240 milhões como despesas apropriadas no ano de 2016, o que representa uma queda de 3,5% em relação aos R\$ 248,5 milhões realizados em 2015.
- Previsão de R\$ 2,6 milhões de investimentos em infraestrutura e tecnologia da informação no ano de 2016.
- Previsão de R\$ 26,5 mil de investimentos no parque gráfico no ano de 2016.



- Previsão de desembolso de R\$ 85,5 milhões de repasse à Fazenda do Estado a título de juros sobre o capital próprio e dividendos no ano de 2016.
- 912 títulos produzidos no ano, perfazendo 5.325 títulos de livros nos últimos 10 anos.
- 12,9 mil livros vendidos em 2016.
- 127 milhões de páginas impressas totalizando aproximadamente 1,2 milhões de Diários Oficiais produzidos, incluindo o Diário Oficial do Município de São Paulo.
- 270.000 pesquisas diárias no site do Diário Oficial.
- 148.595 páginas foram certificadas digitalmente no Diário Oficial On Line.
- 68,9 milhões de livros didáticos do Projeto Secretaria de Estadual da Educação 2016, produzidos e distribuídos para cerca de 4,4 mil pontos. Foram produzidos aproximadamente 16,6 mil toneladas de materiais.
- Cerca de 6 mil viagens foram utilizadas para realizar as 28,2 mil entregas do projeto SEE nos 4,4 mil estabelecimentos.
- Disponibilização do banco de dados da Jucesp e desenvolvimento da aplicação de consultas e serviços online que resultou em mais de 28 milhões de pesquisas e 10 milhões de emissões de Fichas Cadastrais no ano de 2015.
- Emissão de 13.171 certificados de atributos para identificação e acesso funcional do Projeto Fundação Casa - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, e 7.135 Certificados de Atributos do Projeto para O Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL.
- Aproximadamente 24,2 milhões de visitas ao site da Imprensa Oficial.
- A Autoridade Certificadora Imprensa Oficial emitiu, até novembro de 2016, mais de 90 mil certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ), provenientes das ARs Vinculadas e de suas ARs Próprias.
- Neste ano, até o final de novembro foram emitidos 115.300 mil certificados digitais para equipamentos Emissores de Cupons Fiscais - ECF-e do Projeto Projeto AC/SEFAZ – SAT (Serviços de autorização e transmissão do cupom fiscal eletrônico).
- Digitalização de aproximadamente 4,2 milhões de páginas do Projeto de Digitalização São Paulo Previdência - SPPREV e cerca de 9,5 mil do Projeto SEFAZ AR.



Em 2016 os investimentos em capacitação, reciclagem e aperfeiçoamento dos empregados foram de R\$ 28 mil, equivalente a 1.505 horas de treinamentos até novembro 2016.

De janeiro a novembro o Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC registrou 65.174 chamados, e os chamados são registrados em sua totalidade, permitindo um acompanhamento eficaz de todas as demandas dos nossos clientes.

R\$ 225 mil para o Programa de Doação de Aparas e Materiais Inservíveis, acumulando pouco mais de 480 toneladas de aparas processadas neste ano.

### **Parcerias**

- Participação em 2 Feiras Internacionais: na Feira Internacional de Mídia e da Indústria Gráfica, Publicação e Papel - Drupa em Düsseldorf - Alemanha e na 24ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo.
- Participação em 1 Feira Nacional: 18ª Festa do Livro da USP.
- Participação em 4 Congressos: na 59ª Reunião da Associação Brasileira das Imprensas Oficiais - ABIO em Maceió - AL; no 60º Congresso Estadual de Municípios em Campos do Jordão - SP; na 60ª Reunião da Associação Brasileira de Imprensas Oficiais - ABIO em Curitiba - PR e na 61ª Reunião da Associação Brasileira de Imprensas Oficiais - ABIO em Natal - RN.
- Participação em 5 Eventos Institucionais: no Lançamento da Campanha do Agasalho 2016; no 7º Prêmio Polícia Cidadã do Instituto Sou da Paz; na Abertura da exposição Debret e a Missão Artística no Brasil - 200 anos no Museu Chácara do Céu no Rio de Janeiro; na 40ª Mostra Internacional de Cinema e na Cerimônia de entrega do Prêmio ABEU 2016.
- Envio de livros para Exposição: Feira Internacional do Livro de Gotemburg - Suécia (em parceria com a Associação Brasileira de Editoras Universitárias - ABEU).
- Realização e apoio a Eventos Externos e Internos (Auditório) = 45.

### **Projeto SEE – Secretaria Estadual da Educação**

O objetivo do Projeto SEE é a prestação de serviços gráficos e editoriais de livros didáticos, incluindo o planejamento e a gestão de todas as fases: editoração, impressão, acabamento, expedição, armazenamento, mixagem, embalagem, agendamento das entregas e logística de distribuição/entrega dos materiais didáticos de apoio ao Currículo Oficial do Estado de São Paulo. O projeto também contempla o Serviço de Atendimento às Escolas - SAE (Serviço 0800) e Pesquisa de Satisfação.

O material didático-pedagógico é produzido e distribuído de acordo com as especificações definidas pela Secretaria da Educação pertencentes aos seguintes programas:





- São Paulo Faz Escola - Aluno;
- São Paulo Faz Escola - Professor;
- Encarte do Professor;
- Ler e Escrever - Educação Matemática nos Anos Iniciais - EMAI;
- São Paulo Faz Escola - Ampliado;
- Educação para Jovens e Adultos - EJA;
- Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos - CEEJA;
- Programa Ensino Integral.

### **Projeto SEE 2016**

O Projeto Secretaria Estadual de Educação - SEE 2016 teve início em julho/2015 e foi finalizado em agosto/2016. Ele contemplou a impressão e distribuição de aproximadamente 68,9 milhões de livros didáticos para o ano letivo de 2016 - divididos em primeiro e segundo semestres - para professores e alunos das escolas do Estado de São Paulo atendidas pela Secretaria da Educação.

- Foram produzidos aproximadamente 16,6 mil toneladas de materiais.
- Cerca de 6 mil viagens foram utilizadas para realizar as 28,2 mil entregas nos 4,4 mil estabelecimentos, que abrangem escolas estaduais, escolas municipais (dos municípios que aderiram ao programa do Estado), diretorias de ensino, centros educacionais, pontos prisionais etc.

### **Projeto SEE 2017**

O Projeto SEE 2017 teve início em setembro/2016 com previsão de encerramento em agosto/2017.

Para o ano letivo de 2017, o projeto prevê a impressão e distribuição de aproximadamente 63.889.970 livros didáticos - divididos em primeiro e segundo semestres – para professores e alunos das escolas do Estado de São Paulo atendidas pela Secretaria da Educação.

Em um projeto com esta amplitude e importância social, o planejamento, subsidiado pelas lições aprendidas nos anos anteriores, e o monitoramento minucioso das atividades tornam-se necessárias para o sucesso.

### **Projeto Implantação do ERP Administrativo**

O contrato com a empresa TOTVS S.A. foi assinado em 24/06/2016 tendo como objeto “Serviços de implantação e atualização do ERP composto por 135 (cento e trinta e cinco) licenças SMS FULL TOTVS TRAD MANUFATURA e 135 (cento e trinta e cinco) licenças para software TOTVS TEC USER do fabricante TOTVS, para ERP com todos os requisitos solicitados nativos da solução



(denominada de nova solução) do mesmo fabricante, versão mais atualizada no mercado, incluindo as integrações com legados, as migrações de dados, modelagem de processos (“TO BE”), treinamentos para os usuários nos módulos prontos, produção paralela e operação assistida em cada etapa, conforme Memorial Descritivo e Anexos”.

### **Tecnologia da Informação**

- Projeto de digitalização São Paulo Previdência - SPPREV - O projeto foi iniciado no ano de 2014. Em 2016 foram digitalizadas 3.995.205 páginas com a guarda de cerca de 21 mil caixas de documentos.

### **Soluções de hospedagem com certificação digital**

- São Paulo Previdência - SPPREV: Solução de hospedagem: site institucional, sistema Sigeprev (Sistema de Gestão de Benefícios Previdenciários), DSDOCS utilizado na solução de desmaterialização/digitalização de processos e documentos;

- Junta Comercial - JUCESP: Solução de hospedagem: Portal JUCESP ONLINE;

- Secretária da Fazenda - SEFAZ: Solução de hospedagem: Serviços da Autoridade Certificadora - SAT;

- Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Univesp: Hospedagem de site da Fundação, a mais nova e inovadora universidade pública paulista, cujo principal objetivo é utilizar a tecnologia a serviço da educação e da cidadania, levando conhecimento e educação de qualidade;

- Secretaria do Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Hospedagem do site da Secretaria.

### **Produtos de Tecnologia - Certificação Digital**

Projetos desenvolvidos pela Gerência de Produtos de Tecnologia no ano de 2016:

- **Projeto Dipol/SP (Departamento de Inteligência da Polícia Civil):** Emissão de cerca de 09 mil certificados para delegados e escreventes para identificação funcional e acesso ao sistema de inquérito digital (em fase de implantação). Para o projeto foi desenvolvido cartão criptográfico com características especiais de segurança. Além disso, a inclusão do certificado de atributo garante a identificação por níveis de acesso. Emissões de certificados realizadas em várias cidades do Estado de São Paulo. Até o dia 02/12/2016 foram emitidos 5.622 certificados digitais, na capital e interior do Estado de São Paulo.



- **Credenciamento da Autoridade de Registro CEPE - Companhia Editora de Pernambuco:** Em 2016 foi iniciado projeto de credenciamento da CEPE - Companhia Editora de Pernambuco como Autoridade de Registro - AR da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial. As Autoridades de Registro, vinculadas às Autoridades Certificadoras, são responsáveis pelo atendimento direto ao cidadão. A CEPE é uma sociedade de economia mista que tem como atividade principal a edição e impressão do Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

- **Credenciamento da Autoridade de Registro Instituto Euvaldo Lodi/Mato Grosso - IEL/MT:** Em 2016 foi iniciado projeto de credenciamento da IEL/MT - Instituto Euvaldo Lodi/Mato Grosso como Autoridade de Registro - AR da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial. As Autoridades de Registro - AR, vinculadas às Autoridades Certificadoras, são responsáveis pelo atendimento direto ao cidadão. O Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional de Mato Grosso - IEL-NR/MT foi criado com a missão de desenvolver uma política regional de fortalecimento da interação da indústria com as instituições de ensino.

- **Projeto AC/SEFAZ - SAT (Serviços de autorização e transmissão do cupom fiscal eletrônico)** A AC Imprensa Oficial - Autoridade Certificadora do Governo do Estado de São Paulo é a responsável pelo desenvolvimento e pela implantação da Autoridade Certificadora AC-SAT, que emite os certificados digitais para as máquinas de cupom fiscal eletrônico do Sistema Autentificador e Transmissor de Cupons Fiscais Eletrônicos (SAT-CF-e), da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-SP). A iniciativa é inédita e demandou planejamento e ações conjuntas entre a Imprensa Oficial e a Secretaria da Fazenda. O projeto prevê a substituição do equipamento Emissor de Cupons Fiscais (ECF-e) utilizados nos 600 mil estabelecimentos comerciais do Estado. Cada equipamento utiliza um certificado digital, garantindo a segurança das informações na emissão do cupom fiscal. Até o dia 05/12/2016 foram emitidos 115.300 certificados digitais. Em 2016 também foram migrados os HSM (Hardware Security Module/ Equipamento de Armazenamento Seguro de Chaves da AC), proporcionando maior desempenho ao sistema de emissão. Como resultado, a velocidade de emissão dos certificados foi dobrada em 2016.

- **Projeto Fundação Casa - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Certificados de Atributos:** Em 2016 a Imprensa Oficial realizou a renovação de 13.171 certificados de atributos e a emissão de 199 certificados digitais para identificação e acesso funcional. O certificado de atributo é o mais novo serviço tecnológico comercializado pela Imprensa Oficial. A diferença, em relação ao certificado digital, é que ele tem a função de qualificar seu titular com informações sobre profissão, cargo, função, entre outras atribuições. E uma vez identificadas essas qualidades é possível, por exemplo, definir autorizações ou níveis de acessos em um sistema, empresa, associação ou instituição, como é o caso da Fundação Casa. O projeto prevê ainda a implantação da solução SDK para adequação das aplicações existentes na utilização do certificado digital nos processos.

### **Produtos Jornalísticos e Informação**

**Diário Oficial** Continua evolução e atualização da plataforma de sistemas de operação do Diário Oficial em razão de novas ferramentas de tecnologia da informação, garantindo sua condição de



vanguarda com os preceitos da publicidade, perenidade e autenticidade dos atos públicos, colocando a disposição do publicante uma linha de atendimento direta para eventuais dúvidas quanto à prestação de serviços do Diário Oficial.

É continua a tendência de utilização da internet pelo cidadão ao acesso do Diário Oficial, onde gratuitamente é disponibilizado todo acervo. Desta forma, é real a redução da quantidade de exemplares impressos devido a maior utilização da versão eletrônica, disponível na *internet*.

**Conteúdo Editorial:** Investindo em novos processos tecnológicos, o setor também desenvolve projetos de comunicação, informação e notícia para dar agilidade, aumentar a publicidade, e manter a transparência aos acontecimentos do Governo do Estado de São Paulo, aos diversos órgãos a ele vinculados, e às suas empresas.

### **Produtos Editoriais e Institucionais**

**Editora:** Até o mês de novembro de 2016, a Editora da Imprensa Oficial produziu e imprimiu 03 edições e 05 coedições.

Está previsto até final do ano, mais um título em coedição com a Editora Unesp, *O coração da Pauliceia ainda bate* de autoria de José de Souza Martins, sociólogo e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo obra reúne suas crônicas sobre lugares, personagens e personalidades que forjaram a história da cidade de São Paulo, em cinco séculos. Textos escritos, muitos deles, em pedaços de papel que o autor/flanêur vai guardando pelos bolsos ao “se perder pela cidade” tomando notas e fotografando.

Entre as edições produzidas neste ano, destacamos a segunda edição do título: *1964 Na Visão do Ministro do Trabalho de João Goulart* – Autor: Almino Affonso – Editora: Imprensa Oficial do Estado – IMESP, a primeira reimpressão da edição considerada definitiva do clássico *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de J.-B. Debret, com organização e prefácio de Jacques Leenhardt e tradução de Sérgio Milliet. Este livro teve sua primeira tiragem rapidamente esgotada e foi objeto de seminários e exposições no Brasil - São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte -, além de tema de mostra em Paris, na Maison de l’Amérique-Latine.

E entre as coedições destacamos a parceria com a Academia Brasileira de Letras para as publicações: *Coleção Série Essencial- Eduardo Prado*, *Coleção Série Essencial- Lauro Müller*, *Coleção Série Essencial- Miguel Couto*, *Coleção Série Essencial- Pereira da Silva* e *Coleção Série Essencial- Eduardo Ramos*, entre outros.

Este ano a Imprensa Oficial recebeu três troféus no Prêmio **ABEU 2016**, da Associação Brasileira de Editoras Universitárias, ficando em primeiro lugar com o livro *5 Saraus: cada qual com sua fúria*, segundo lugar com *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, ambos edição da Imprensa Oficial e terceiro lugar com a obra *Me esqueci completamente de mim. Sou um departamento de cultura* coeditada com a Secretaria Municipal de Cultura - SMC.



## **Responsabilidade Social**

A Imprensa Oficial promove ações de responsabilidade social e participa de projetos que valorizam a cidadania e a inclusão social.

Programa Doação de Aparas e Materiais Inservíveis - A iniciativa é uma importante fonte de recursos que garante mensalmente melhorias nos diferentes projetos das cinco entidades beneficiadas.

Foram doadas aparas mistas e branca de papel, papel jornal, tambores, chapas de alumínio, etc. Totalizando até o mês de novembro R\$ 225 mil com previsão de fechar o ano em R\$ 250 mil aproximadamente. As entidades beneficiadas foram:

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo – APAE;
- Fundação Dorina Nowill para Cegos;
- Fundação Antônio Prudente – Mantenedora do AC Camargo Câncer;
- Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD;
- Instituto Criança Cidadã.

**Lei Rouanet:** Em 2016, a Imprensa Oficial, até o início do mês de dezembro repassou o montante de R\$ 630 mil a diversos projetos indicados pela Secretaria de Estado da Cultura em atendimento ao Decreto nº 61.700 de 09/12/2015.

Destacamos o apoio aos projetos: Plano Anual de Atividades 2016 - IVH - PRONAC 158.579 do Instituto Vladimir Herzog, 40. Mostra Internacional de Cinema em SP PRONAC 160389 - Associação Brasileira Mostra de Internacional de Cinema, Plano Anual de Atividades Videobrasil PRONAC 158715- Associação Cultural Videobrasil, 100 anos de Paulo Emilio PRONAC 160422 - Instituto de Políticas Relacionais, Festival Assad 2016 PRONAC 158692 - Clac Artes e Cultura, Projeto Tarrafa Literaria 8ª edição - PRONAC 1510186- Realejo Editora Ltda e Reedição do Livro Lina Bo Bardi PRONAC 160691 - Instituto Lina Bo e PM Bardi.

**Fundo dos direitos da criança e do adolescente:** Em 2016 a Imprensa Oficial repassou ao Condeca – Conselho Estadual da Criança e do Adolescente o valor de R\$ 160 mil por meio de repasse de recursos financeiros em atendimento ao Decreto nº 61.700/2015.

**Fundo de incentivo ao idoso:** Em 2016 a Imprensa Oficial repassou ao Conselho Estadual do Idoso o valor de R\$ 160 mil por meio de repasse de recursos em atendimento ao Decreto nº 61.700 de 09/12/2015.

**Incentivo ao esporte:** Em 2016 a Imprensa Oficial repassou o valor de R\$ 160 mil a projetos indicados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude em atendimento ao Decreto nº 61.700 de 09/12/2015. Foram beneficiados os seguintes proponentes: Clube de Natação de Maratonistas C



Namam -Projeto Navega SP e IBVH - Instituto Brasileiro do Valor Humano - Projeto Jovens Pilotos no Campeonato Brasileiro de Turismo.

**Outros Incentivos:** E está previsto até o final do ano o repasse aos incentivos fiscais ao Programa de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD totalizando o valor de R\$ 320 mil para instituições a serem indicadas pela Secretaria de Estado da Saúde e pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência em atendimento ao Decreto nº 61.700 de 09/12/2015.

### **Programa da Qualidade**

**Indicadores e Metas** - Foram estabelecidas 7 metas para o Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PLR separadas conforme determina o Decreto 59.598/13 e alinhadas com o planejamento estratégico da empresa.

Destaca-se, neste ano, a inclusão da meta Páginas Digitalizadas, correspondendo a 20% do resultado do PLR. Foi estabelecido como meta digitalizar 3,4 milhões de páginas.

Na meta de Economia de Água, reduzimos a meta de consumo mensal para 1.160m<sup>3</sup>. Mantivemos as ações de infraestrutura, o acompanhamento diário do consumo de água e as campanhas educativas, conseguindo, desta forma, alcançar nosso objetivo, que inclui também, o comprometimento e a mudança de hábito dos empregados.

Para o Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ foram estabelecidos 19 indicadores de desempenho, acompanhados durante o ano de 2016.

**Norma NBR ISO 9001:2008** - Possuímos o Selo ISO 9001 para o escopo Certificação Digital desde 2006 e para o escopo Gráfica desde 2007.



## CASA MILITAR

A Casa Militar do Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento Estadual de Defesa Civil, realizou as seguintes atividades no exercício de 2016:

### **Capacitação**

Foram realizadas 20 oficinas nas Regiões Administrativas do Estado, divididas em 13 Oficinas Preparatórias para a Operação Estiagem, com o objetivo de capacitar os agentes públicos municipais nas ações preventivas e de resposta durante o período de seca, culminando com o treinamento de 2.345 pessoas; e 7 Oficinas Preparatórias para a Operação Verão, com foco no treinamento para o período mais chuvoso, onde são abordados temas como meteorologia e geologia, capacitando mais 739 pessoas.

Realização, em conjunto com o Instituto Geológico, do “VIII Seminário de Estratégias para Redução de Riscos” com objetivo de avaliar as estratégias e ações de redução de risco e desastre em nível estadual, regional e internacional, capacitando 80 pessoas e de 1 treinamento para capacitação de 20 servidores municipais na percepção e atualização de áreas de risco no Município de Itaóca.

### **Parcerias com outras Secretarias de Estado e outros Estados da Federação**

Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Geológico - IG, objetivando apoio técnico, assessoria e atendimento emergencial em situações de riscos geológico-geotécnicos, de escorregamentos com possibilidade de dano a moradias, em áreas abrangidas por planos preventivos e de contingência de defesa civil, no valor de R\$ 329.280,73.

Assinatura de Termo de Contrato com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, objetivando a prestação de serviço de mapeamento de áreas de risco alto e muito alto de deslizamentos e inundações, de 13 municípios que apresentaram incidência e recorrência de eventos de ordem meteorológica, hidrológica e geológica, de acordo com dados estatísticos registrados no Sistema Integrado de Defesa Civil - SIDEC e que ainda não possuem instrumentos de identificação de risco, a saber: Angatuba, Buri, Campina do Monte Alegre, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Itaberá, Mococa, Nova Campina, Piraju, Riversul, Taquarituba e Vargem, no valor de R\$ 285.000,00.

Assinatura de Termos de Convênio do Curso “Defesa Civil: A Aventura”, com 44 municípios, destinado aos alunos do ensino fundamental e médio das escolas estaduais, municipais e particulares, objetivando transmitir de forma lúdica, por meio de jogo, conhecimentos na esfera de atuação da Defesa Civil.

**Outras Parcerias:** Parceria com o Escritório de Assistência a Desastres no Exterior - OFDA, por meio de participação no “Intercâmbio Técnico”, realizado na Cidade de New Orleans/EUA,



de 19 a 25 de junho de 2016, com enfoque principal nos impactos provocados pelo Furacão Katrina com 1 representante.

Parceria com a Comissão HUIROU, por meio da participação no evento “Expansão das Alianças Lideradas por Mulheres de Base para a Promoção da Igualdade de Gênero e da Redução de Risco de Desastres na América Latina”, em 23 de junho de 2016, no Peru com 2 representantes.

Parceria com o Escritório de Assistência a Desastres no Exterior - OFDA, por meio da realização do “1º Seminário Estadual de Educação em Redução de Riscos e Desastres”, em São Paulo/SP, no dia 25 de agosto de 2016.

Parceria com o Escritório de Assistência a Desastres no Exterior - OFDA, por meio da realização da “Reunião dos Sócios”, em São Paulo/SP, em 09 de setembro de 2016, com enfoque principal nos encaminhamentos do 1º Seminário Estadual de Educação em Redução de Riscos e Desastres.

Parceria com a Agência de Cooperação Internacional Japonesa - JICA, por meio da participação no curso “Promotion Of mainstreaming Disaster Risk Reduction”, no período de 06 de novembro a 19 de novembro de 2016, no Japão com 1 representante.

Expansão do Programa de Estagiários da Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP nas áreas de Administração, Engenharia, Jornalismo, Marketing e Recursos Humanos.

### **Fortalecimento do Sistema Estadual de Defesa Civil**

Fornecimento de 36 “kits de estiagem”, contendo equipamentos para combate a incêndios em coberturas vegetais, para os municípios localizados nas regiões mais vulneráveis do Estado, no valor de R\$ 63.698,40.

Fornecimento de 19 “kits Operação Verão”, contendo materiais para a estruturação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, como coletes, botas, lonas, pluviômetros manuais, no valor total de R\$ 32.878,16.

Emprego de aeronaves em apoio ao Corpo de Bombeiros na atuação de combate a incêndios em coberturas vegetais com 4 acionamentos, com atuação em 4 municípios paulistas ao custo de R\$ 61.500,00.

### **Ações Assistenciais**

Auxílio a 51 municípios paulistas que decretaram situação de anormalidade, quanto ao preenchimento adequado de documentação exigida em legislação, sendo que desses processos, 33 obtiveram a homologação do Governador do Estado, após análise e parecer do Coordenador Estadual de Defesa Civil.





## Convênios

O Governo do Estado, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, celebrou 5 convênios, com 5 prefeituras, perfazendo investimento total de R\$ 2.466.220,16 em obras preventivas e recuperativas de Defesa Civil.

Construção de Galeria de Águas Pluviais (A)		
Município	Local	Total
Bady Bassitt	Av. Borboleta, Rodovia SP 355, (Maurício Goulart) km 3,5	R\$ 408.809,43

Canalização e Contenção de Erosão (B)		
Município	Local	Total
Guaraçai	Corrégo Santo Antônio	R\$ 746.560,58

Construção de Travessia em Aduela (C)		
Município	Local	Total
Zacarias	Sobre o córrego do Resfriado estrada ZCR -168	R\$ 138.828,75

Construção de Ponte (D)		
Município	Local	Total
Tatuí	Rua Capitão Lisboa sobre o Ribeirão Manduca	R\$ 671.757,19

Recuperação de Cabeceira (E)		
Município	Local	Total
Ribeirão dos Índios	Sobre o Rio do Peixe	R\$ 500.264,21

<b>TOTAL</b> <b>(A+B+C+D+E)</b>	<b>R\$ 2.466.220,16</b>
------------------------------------	-------------------------

**Ajuda Humanitária:** Repasse de 75.538 itens de assistência humanitária (gêneros de primeira necessidade como cestas básicas, kits dormitório, vestuário, limpeza e higiene) para as coordenadorias municipais de defesa civil de 81 municípios paulistas atingidos por desastres, no valor de R\$ 893.404,52.



**Combate ao mosquito *Aedes Aegypti*:** A Defesa Civil Estadual participa do Sistema de Coordenação e Controle para intensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito, estabelecido pela Diretriz Geral nº 1/2015 dos Ministérios da Saúde e da Integração Nacional, do Governo Federal, especialmente nas ações de mobilização e controle.

**Atendimento ao Público e Imprensa:** A Defesa Civil Estadual mantém contato constante com o público interno e externo através do email ([defesacivil@sp.gov.br](mailto:defesacivil@sp.gov.br)), da página ([www.defesacivil.sp.gov.br](http://www.defesacivil.sp.gov.br)) e por meio do facebook. Foram confeccionadas 285 notas de imprensa e o site e página do facebook da Defesa Civil registraram 272.916 acessos. Além disso, foram respondidos 734 questionamentos/dúvidas pelo Sistema de Atendimento ao Cidadão – SAC e concedidas 99 entrevistas a rádios e televisões.

**Material de Divulgação:** Foram distribuídos mais de 645.881 itens em materiais de divulgação com orientações preventivas para fenômenos naturais e projetos da Defesa Civil, utilizados em campanhas educativas, cursos, oficinas preparatórias para a Operação Verão e para a Operação Estiagem, palestras, eventos sociais e feiras.

Em parceria com a SABESP houve a divulgação de alerta de riscos de acidentes com raios nas praias paulistas, distribuindo-se 260 faixas informativas.

Além das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, a Casa Militar cumpriu plenamente suas missões definidas no Decreto nº 48.526/2004, no que se refere à segurança física dos palácios do Governo, segurança e atendimento funcional do Governador do Estado e de dignitários.

**Viagens em missão oficial:** Foram realizadas viagens em programação oficial, na função de Ajudantes de Ordens, acompanhando o Governador e Vice-Governador nas seguintes ocasiões:

- No período de 30 de março a 03 de abril de 2016, acompanhando o Vice-Governador em viagem a Punta Del Leste - Uruguai, com 1 representante;
- No período de 11 a 26 de julho de 2016, acompanhando o Vice-Governador, em viagem à Alemanha e Portugal com 1 representante;
- No período de 02 e 03 de novembro de 2016, acompanhando o Governador em viagem a Buenos Aires - Argentina, com 1 representante;
- No período de 08 a 11 de novembro de 2016, acompanhando o Governador em viagem aos Estados Unidos da América, com 1 representante;
- No período de 19 a 28 de dezembro de 2016, acompanhando o Vice-Governador em viagem a Orlando na Flórida - Estados Unidos da América, com 1 representante.



## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

**Atualmente a Secretaria administra: 166** (cento e sessenta e seis) unidades prisionais; **228.616** (duzentas e vinte e oito mil, seiscentas e dezesseis) pessoas presas na SAP; **137.571** (cento e trinta e sete mil, quinhentas e setenta e uma) vagas; **Déficit de 91.047** (noventa e uma mil e quarenta e sete) vagas.

Data base: 19/12/2016

Crescimento da População Prisional					
2016					
Período		Crescimento			
31.12.2015	19.12.2016	Anual	Mensal	Diário	Por hora
228328	231436	3108	259	8,63	0,36

Fonte: Situação Numérica – Assessoria para Assuntos Prisionais – SSP – 19/12/2016

Até 30/11/2016, a SAP havia recebido **96.054** pessoas presas, oriundas da Secretaria da Segurança Pública - SSP, o que representa uma média mensal de inclusão de **8.732** pessoas. Nas unidades carcerárias da SSP, atualmente, há apenas **2.820** pessoas presas, sendo **2.492** do sexo masculino e **328** do sexo feminino. Ressalta-se que, desse total, há **825** presos civis. Em 2016 a Pasta concedeu **470** vagas para outros órgãos/Estados (Polícia Federal, Exército, etc).

**Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional Paulista: edificação de novas unidades prisionais** - Dando continuidade às ações visando à minimização da superlotação vivenciada nas unidades prisionais que integram a Secretaria da Administração Penitenciária - SAP e, também, as Cadeias Públicas e os Distritos Policiais vinculados à Secretaria da Segurança Pública - SSP, mantivemos em execução o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional Paulista que visa gerar aproximadamente **39,5** mil vagas, por intermédio da edificação de novas unidades prisionais em todo o Estado (de março/2010 a setembro/2016 foram entregues **22 unidades prisionais** que geraram **19.307 vagas**).

**Entregues e inauguradas 03** unidades prisionais que geraram **2.541** vagas, sendo **847** vagas cada uma: Penitenciária Masculina de Florínea - inaugurada em 26/02/2016; Penitenciária Masculina de Piracicaba - inaugurada em 26/07/2016; Centro de Detenção Provisória de Itatinga - inaugurado em 23/09/2016.

**Obras em execução de 17** unidades prisionais que gerarão **14.399** vagas, distribuídas em **14** Centros de Detenção Provisória - CDP e **03** Penitenciárias Femininas com **847** vagas para cada uma (CDP de Aguai, de Álvaro de Carvalho, de Caiua, de Gália I, de Gália II, de Icem, de Lavínia, de Limeira, de Nova Independência, de Paulo de Faria, de Pacaembu I, de Pacaembu II, de Registro, de Santa Cruz da Conceição, de Guariba, de Votorantim, de São Vicente).



### **Programa de Ampliação de Vagas para o Regime Semiaberto**

Essa expansão prevê a entrega de 11.003 vagas, das quais: **204** vagas masculinas foram entregues em fevereiro de 2016; **924** se encontram em obra, sendo **600** vagas masculinas e **324** femininas (de abril de 2013 a fevereiro de 2016 foram entregues 10.079 vagas, sendo 9.299 masculinas e 780 femininas).

### **Automação das Portas das Celas**

O projeto e a implantação do sistema de automação das celas nas unidades prisionais são executados por mão de obra funcional. Em 2016 foram **automatizadas 31** unidades prisionais (de junho de 2013 a dezembro de 2016 foram automatizadas 72 unidades prisionais e 03 anexos de detenção provisória).

**Monitoramento Eletrônico:** O monitoramento eletrônico de pessoas presas sob o regime semiaberto, por meio do uso de tornozeleiras, neste exercício, foi de **346** pessoas presas em saída temporária de Páscoa. Observa-se que em março foi encerrado o contrato de monitoramento com a empresa Spacecomm, razão pela qual não houve monitoramento eletrônico de pessoas presas nas outras saídas temporárias autorizadas judicialmente (considerados os dados da saída de Páscoa e saída para trabalho externo e estudo).

Diariamente, durante os meses de **janeiro a março de 2016, em média 1.897** pessoas presas em regime semiaberto foram monitoradas quando saíram para trabalhar em empresas públicas, privadas, estabelecimentos comerciais, e demais locais.

**Bloqueadores de Sinais de Radiocomunicações - 23 Unidades Prisionais foram 100% bloqueadas:** Penitenciárias - II de Presidente Venceslau, de Getulina, I de Mirandópolis, de Casa Branca, de Valparaíso, I de Avaré, de Iperó, II de Mirandópolis, de Álvaro de Carvalho, de Ribeirão Preto, I de Serra Azul, I de São Vicente, I de Potim e II de Potim; CDPs - de Campinas, de Hortolândia, São Vicente, de Guarulhos, II de Guarulhos, II Belém e 4 de Pinheiros; CRP - de Presidente Bernardes; e Penitenciária Feminina de Sant'Ana.

**Escolta Armada de Presos pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária - AEVPs:** A escolta de presos na Região Metropolitana do Estado tem sido realizada pelos AEVPs, em substituição à Polícia Militar, permitindo-se desta forma que o efetivo da referida organização exerça sua atividade fim.

No período de 01/01 a 30/11/2016, realizaram-se na Região Metropolitana do Estado **18.150** escoltas armadas de presos, com a utilização média de **55** equipes, pelas quais **137.380** pessoas presas foram escoltadas, sendo: **55.046** para apresentações aos Fóruns; **14.771** às audiências de custódia; **20.404** aos hospitais e às consultas médicas especializadas; **75** às remoções interestaduais; **44.570** às remoções entre unidades prisionais do Estado de São Paulo e **2.514** aos atendimento de emergências e urgências.



**Visitas Internacionais na Pasta no decorrer de 2016:** A Pasta recebeu os representantes dos **Consulados Gerais da Espanha, de Portugal e da Ucrânia.**

**Doações de livros** pelo Consulado da Espanha: **530** exemplares à Penitenciária Feminina da Capital.

**Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/SAP:** até 16/12/2016 foram recebidos e atendidos **202** pedidos de informações.

**Demandas do Cidadão:** até 16/12/2016 foram recebidas **2.059** demandas, das quais, **1.982** foram atendidas e **77** estão em processo de conclusão.

**Teleaudiências:** Por força da parceria firmada entre a SAP, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, o Tribunal Regional Federal 3ª Região - TRF-3, a Secretaria de Planejamento e Gestão e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, foi possível realizar de **janeiro a 30 de novembro do ano de 2016, 7.631 teleaudiências**, possibilitando aceleração no julgamento dos processos e eliminação dos riscos de fugas e resgates de pessoa presas (desde o início do projeto agosto de 2005 a 30 de novembro de 2016 já foram realizadas 34.258).

São, ao todo, 66 salas sendo 41 em unidades prisionais, 20 em fóruns do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e 05 em fóruns do Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3.

### **Sistema Gestão Prisional Única - GPU**

Em 2016, deu-se continuidade à implementação do Sistema de Gestão Prisional Única com o implemento dos seguintes módulos: **Rol de Visitas** - cadastrar, controlar e disponibilizar informações dos visitantes dos presos, tendo como produto final um controle de cadastro dessas visitas coibindo desta forma o cadastro de visitas, em especial, com o perfil de esposa, amásia, companheira para mais de um preso; também promoveu-se a codificação de barra da carteira de identificação do visitante; **Qualificativa; Numerário e Pecúlio** - padronização e uniformização de controle do numerário e pecúlio dos presos, destacando, dentre as diversas funcionalidades do sistema, a eficácia em manter o controle do numerário pertencente aos presos, inclusive do seu pecúlio, efetuando-se seus registros de entrada e saída no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP. **Inclusão/Kit Preso** – padronização no fornecimento de materiais de higiene e vestuário aos presos custodiados nas unidades prisionais da Pasta, controlando o estoque da inclusão bem como itens que serão fornecidos e/ou estão em poder do reeducando; **Escolta pelo Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária** – padronização e organização das escoltas de presos pelos AEVP's quanto as unidades prisionais subordinadas à COREMETRO. **Definição da solução de biometria dos presos e visitantes - Mapa População Carcerária** – geral, por coordenadoria e por unidade chegando ao detalhamento das informações referentes à pessoa presa. **Saída Temporária** - padronização e controle das saídas temporárias dos presos emitindo relatórios gerenciais e estatísticos. **Controle de Benefícios**



- cadastro dos benefícios protocolados julgados e não julgados, emitindo relatórios gerenciais e estatísticos.

**Gestão da Modernização da Administração Penitenciária - Parque Tecnológico:** Em 2016, com a implantação dos itens de modernização: Filtro de conteúdo de acessos à internet, Solução de *Backup* (cópia de segurança dados), *Switch*+fibra (cabearamento de rede e equipamento de conectividade) e readequação dos ranges de IP da Sede I, promoveu-se a modernização, agilidade, segurança, confiabilidade e integridade das informações.

**Sistema Gestão Penitenciária - GEPEN - Certificação Digital - Boletim Informativo-BI:** A assinatura digital do Boletim Informativo – relatório emitido do Sistema Gestão Penitenciária, agiliza os pedidos de benefícios para as pessoas presas realizados por meio dos seus defensores públicos ou privados, bem como o atendimento às determinações judiciais. De janeiro a dezembro de 2016 foram emitidos **40.282** BIs. (De 25/11/2014 a 01/12/2016 foram gerados 166.047 BIs)

No início de 2016 entraram em produção dois relatórios com assinatura digital: **Atestados de Comportamento Carcerário** (de janeiro a dezembro/2016 foram gerados **1.261** ACCs) e **Certidão de Recolhimento Prisional** (de janeiro a dezembro/2016 foram geradas **4.905** CRPs).

Também, foi desenvolvida página para que se possa conferir a veracidade do documento digital (<http://egepen.sap.sp.gov.br>).

### **Lista Única de Transferência para unidades de regime semiaberto**

Foi implementada nova funcionalidade no módulo “Presos - Lista única de transferência para unidades de regime semiaberto”, onde a classificação obedece o critério de data de lançamento no sistema, conforme Resolução SAP nº 142, de 26 de setembro de 2016, que estabelece critérios de padronização para fins de remoção do(a) preso(a) progredido do regime fechado para o semiaberto no âmbito das unidades prisionais da SAP.

### **Sistema de Gerenciamento de Recurso Humanos - SISDRHU**

Em 2016, deu-se continuidade à implementação do SISDRHU que tem como principal objetivo o controle e gerenciamento da frequência e vida funcional dos servidores, além de produzir relatórios gerenciais que atenderão demandas de toda a Pasta. Ao longo do ano foi realizado o desenvolvimento de funcionalidades e/ou módulos novos, bem como, feitas algumas melhorias nas funcionalidades existentes do sistema.

O módulo de Estágio Probatório para Agente de Segurança Penitenciário - ASP está em fase de testes em algumas unidades prisionais para homologação. No presente mês, estão em desenvolvimento o módulo de Ficha 100 e o módulo de Acúmulo de Cargo.



Atualmente, todas as unidades prisionais têm acesso ao SISDRHU e utilizam várias de suas funcionalidades do sistema, porém, o módulo frequência, está sendo utilizado por aproximadamente 70% delas com a meta de alcançar os 100% no primeiro semestre de 2017.

A Sede da SAP, bem como das **07** Coordenadorias, a Escola de Administração Penitenciária e o Conselho Penitenciário já utilizam as funcionalidades do módulo de frequência.

Até o presente momento já foram emitidas, por meio do referido sistema, **25.325** (vinte e cinco mil e trezentos e vinte e cinco) Cédulas de Identidade Funcional.

**Sistema Cartório Informatizado - SCI:** Em 2016, deu-se continuidade à implementação do Sistema Cartório Informatizado, tendo como principal objetivo registrar os fatos que se desdobram em ocorrência criminal, judicial e funcional de detentos, funcionários ou terceiros nas Unidades Prisionais do Estado de São Paulo. Do **segundo semestre de 2015, quando o sistema entrou em operação, até 02/12/2016** foram registrados **43.876** Comunicados de Eventos.

**Sistema de Denúncia da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário - CASP:** Em 2016, deu-se início ao desenvolvimento do Sistema de Denúncia tendo como objetivo: registrar/documentar as denúncias ou qualquer irregularidade que o cidadão, o servidor ou o anônimo queira manifestar/denunciar à CASP, resultando em maior agilidade à equipe que atua nas correições daquela corregedoria. O sistema irá gerar estatísticas e relatórios das ocorrências que são feitas via telefone, carta, e-mail, pessoalmente, dentre outros. O sistema está em fase de testes para entrar em produção.

**Programa Nascentes:** é a maior iniciativa já lançada pelo governo do Estado de São Paulo para manter e recuperar as matas ciliares. Favorecem a regularização da vazão dos rios e córregos além de oferecer abrigo e alimentação para a fauna local. Reunindo diferentes atores, como empresas públicas e privadas, poder público e sociedade civil, o programa otimiza e direciona investimentos públicos e privados para proteção e recuperação de matas ciliares, nascentes e olhos d'água.

A Pasta, por meio das Coordenadorias de Unidades Prisionais das Regiões Central, Noroeste e Oeste do Estado multiplicou a ação e ampliou o emprego o programa em algumas unidades prisionais a elas subordinadas.

A ação tem como objetivo a construção e o gerenciamento de uma rede integrada de plantio e recuperação de mananciais, desenvolvendo a produção de mudas nativas. Ela atende à demanda de projetos de restauração de áreas degradadas da região, proporcionando o sequestro de carbono – nome dado à absorção de grande quantidade do gás carbônico presente na atmosfera –, proteção dos recursos hídricos e manutenção da biodiversidade. Com isso, recuperará as áreas e mananciais degradados, auxiliando na restauração da biodiversidade e capacidade hídrica da região. Além do reflorestamento das matas ciliares, há a contribuição com a ressocialização de detentos do regime semiaberto, que possuem o direito de ter sua pena remida, ou seja, a cada três dias de trabalho, um dia dela é retirado



segundo o artigo 126 da LEP. Com isso, as coordenadorias quiseram reeducar essas pessoas para que adquiram um olhar voltado à cidadania.

A capacitação dos reeducandos é composta por orientações teóricas e práticas, no total de 100 horas/ aula. A grade curricular se constitui pelos cursos Teórico de Produção de Mudanças Nativas para Reflorestamento, Prático de Viveirista e de Plantio de Mudanças Nativas. As matérias abordadas são a Composição de substrato; Fórmulas de adubação; Expurgo dos materiais; Colheita e preparação de sementes; Testes de germinação de sementes; Tipos e características de viveiros de mudas; Controle fitossanitário; Planejamento de recursos hídricos; Sistema de irrigação; Montagem e operação de viveiros e Plantio de Mudanças Nativas. Cada grupo de unidades prisionais possui um papel específico no processo de reflorestamento como: semeadura, germinação, pré-desenvolvimento, engorda e rustificação ao sol e o plantio das mudas.

Atualmente existem **224.906** mudas cultivadas entre as **79** espécies que seguem: Açoitacavalado, Adrago, Alamandra, Algodãozinho, Amendoim-bravo, Angico branco, Angico do cerrado, Angico do cerrado do campo, Angico vermelho, Angico vermelho-preto, Araçá amarelo, Araticum, Aroeira salsa, Aroeira pimenteira, Barbatimão, Cambuí, Canafistula, Canelinha, Capitão do Campo, Capororoca, Cedro do brejo, Cedro rosa, Cereja do Brejo, Cerejeira do Rio Grande, Chau Chau, Copaíba, Dedaleiro, Farinha Seca, Favero, Favero Sucupira, Jenipapo, Goiaba branca, Goiaba vermelha, Coração negro, Guanandi, Guapuruvu, Gurucaia, Ibacuru, Ingá, Ipê amarelo, Ipê verde, Ipê branco, Ipê rosa, Ipê roxo, Ipê roxo bola, Jacarandá mimoso, Jaracatiá, Jatobá, Jatobá do cerrado, Jequitibá branco, Jerivá, Laranja de macaco, Leiteiro, Mamarinha do Mato, Maricá, Manduirana, Manolo, Monjoleiro, Moringa, Mutambo, Olho de cabra, Oleifera, Paineira, Paineira rosa, Pata de vaca, Pau ferro, Pau formiga, Pêssego bravo, Pitanga, Sabão de Soldado, Sagaragi, Sangra d'água, Tamanqueiro, Tarumarana, Timburi, Tucaneiro e Uvaia.

**Orçamento por resultado - OpR e Sistema de Custos de Serviços Públicos - SCSP:** Em 2016 o OpR sofreu nova revisão em sua estrutura sendo necessárias algumas modificações, ou seja, dividir o Programa em dois objetivos, por um lado o de garantir a segurança e a dignidade da pessoa humana, e por outro lado o de viabilizar a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho, programas estes inclusos no Plano Plurianual - PPA 2016-2019.

**Sistema de Administração de Materiais - SAM:** Diante da Nova Política Contábil de Estoque e Bens Móveis, que faz parte da adesão do Brasil às novas normas internacionais de contas públicas, a Secretaria da Fazenda está promovendo a adequação do Sistema de Administração de Materiais - SAM ao novo modelo e rotinas que estão sendo desenvolvidas pela PRODESP.

**Programa Melhoria dos Gastos Públicos:** Instituído pelo Decreto nº 57.829/2012, e alterado pelo Decreto nº 61.131/2015, criou Comitê Gestor, junto à Secretaria de Governo, composto por representantes de diversos órgãos do Estado. No programa “Desperdício Zero” foi criada a figura do Guardião da Economia. A SAP por sua vez, nomeou um guardião da economia para cada Unidade Prisional, Sede e Escola Penitenciária. Em 2016 passamos a enviar mensagens eletrônicas aos





guardiões sobre economia e boas práticas realizadas pelos servidores das unidades prisionais e, por iniciativa da Escola de Administração Penitenciária, foram realizadas **11** palestras sobre economicidade e melhoria dos gastos públicos, aos novos servidores em curso, com a finalidade de sensibilizá-los desde o início da carreira sobre desperdício e o bom uso do recurso público.

**Programa de Uso Racional da Água - PURA:** O objetivo deste programa, que é de exclusividade da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP, consiste em atuar sobre a demanda de água contribuindo para sustentabilidade, através do consumo racional, em virtude de sua escassez na Região Metropolitana de São Paulo.

Os principais benefícios que a implantação do programa oferece é o desconto de 25% sobre a tarifa incidente, como também, demanda a redução de no mínimo 10% no consumo, após o término dos serviços contratados. **A economia gerada de agosto de 2012 (quando o primeiro contrato foi firmado com a Penitenciária Feminina de Sant'Ana) até a dezembro de 2015** foi da ordem de **R\$ 19.600.000,00**, mediante a aplicação do desconto de 25% e da redução no consumo. A média mensal do período, que era de **57.790 m3/mês** no início do projeto, atingiu **37.170 m3/mês**. **No ano de 2016, a média mensal de consumo está em torno de 29.000 m3/mês**, todavia não haverá economia no gasto em virtude do aumento de tarifa aplicada por aquela companhia em março de 2016.

A Secretaria continua trabalhando em **3** frentes visando o bom e racional uso e a preservação deste bem, onde: **54** unidades prisionais são abastecidas por concessionárias; **1** unidade prisional possui estação de tratamento de água e **111** possuem poços tubulares: **Uso Racional da Água – Conscientização:** Em todas as unidades são promovidas ações com objetivo de conscientização de toda a população carcerária e de todos os servidores que usam o local, sobre as atitudes corretas em relação ao combate do desperdício de água e ao seu uso racional, estimulando-se a economia. Neste sentido, as unidades prisionais desenvolveram os projetos “Água: Consumo Consciente”, “Água - Sensibilização para o consumo consciente da água”, “Amigo da Água” e “Ação Sustentável”; **Captação de Água de Chuva:** O projeto piloto foi implantado no Centro de Detenção Provisória de Itapeçerica da Serra para aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis, que consiste na coleta pela superfície do teto da unidade, direcionando-a ao reservatório de armazenamento e disponibilizando-a por meio de tubulação ao pavilhão habitacional, para ser utilizada na limpeza de pátio, lavagem de roupa. **Atualmente as 28** unidades prisionais da Região Metropolitana de São Paulo já possuem a coleta de água de chuva; **Plano de Contingência nas Crises Hídricas:** Diante da crise hídrica enfrentada nos últimos tempos foi criado um plano de contingência através de parceria com o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo - DAEE, para fornecimento de ajuda técnica no estudo hidrológico, para verificação da viabilidade de prospecção de poços artesianos nas unidades da Região Metropolitana de São Paulo, que são hoje abastecidas pelo Sistema Cantareira. Estes poços artesianos servirão de apoio, em eventual falta de água do mencionado sistema, garantindo-se o abastecimento de água para a população carcerária. O projeto prevê a perfuração de **28** poços artesianos em **27** das unidades dessa região; **Programa de Manutenção e Operação de Poços Tubulares:** Por solicitação da SAP junto ao DAEE, realizou-se parceria promovendo 4 palestras capacitadoras aos servidores responsáveis pelas operações de poços tubulares nas unidades prisionais. O DAEE disponibilizou dois geólogos para a ministração da capacitação, transmitindo orientações importantes



quanto a operação e manutenção dos poços tubulares, num total de **140** unidades prisionais ali representadas. Esse programa previu não só a capacitação como colaborou nos estudos das condições dos poços visando ações preventivas que garantam o seu bom funcionamento e o abastecimento; **Projeto Higienização de Uniformes e Enxoval do Custodiado no Sistema Prisional:** Estuda-se outras oportunidades, dentro do sistema prisional, de economia no consumo de água, porém com viés voltado à melhoria das condições de higiene e saúde do preso, através do Projeto de Higienização de Uniformes e Enxoval do Custodiado no Sistema Prisional, cujo piloto será a Penitenciária I de São Vicente, unidade que havia tomado a iniciativa, e que, por razões de cortes financeiros, ficou suspenso. Se o sistema de lavanderias for implementado no sistema prisional, a economia de água será considerável - haverá todo o reaproveitamento da água consumida, entre outras economias, além da obtenção de roupas mais limpas, melhoria da higiene para os presos e sua saúde, que reverbera na economia com atendimento de saúde e medicamentos da população carcerária. **Projeto Adequação da Estação de Tratamento de Esgoto para Água de Reuso, Implantação de Biodigestor e Uso do Biogás na Penitenciária Masculina Balbinos I:** Trata-se de projeto onde os resíduos gerados, que são dispensados nas lagoas de tratamento, passarão a ser utilizados em um sistema biodigestor; grande potencial de produção do biogás e o aproveitamento deste gás para gerar energia e utilização na cozinha para preparação da alimentação, deixando as duas unidades existentes autossustentáveis. Considera-se **550 a 600 m<sup>3</sup>/dia** de esgoto. Com base na conta de luz, projeta-se zerar os custos com a concessionária de energia. Igualmente, o produto final gerado no sistema será água sem resíduo algum, podendo ser reutilizada para outras finalidades dentro do estabelecimento prisional, ficando reduzida a emissão de materiais orgânicos poluentes para o meio ambiente.

### **Programa de Eficiência Energética**

**Readequação de Contratos de Consumo:** Em 2011 iniciou-se o Projeto de Eficiência Energética, um trabalho tocado em conjunto com a Secretaria de Estado de Energia - SEE, cujo objetivo principal foi a readequação dos contratos de energia elétrica junto às concessionárias. Trata-se fundamentalmente da análise da tarifa e da demanda contratada e a solicitação à concessionária de readequação dos contratos. **Em 2016**, seguiu-se com a terceira rodada de readequações de contratos, com a análise de **83** unidades, das quais somente **16** necessitaram de renovação contratual.

**Retrofit:** Em consonância ao programa acima seguiram-se as ações do Retrofit, que significa que na medida em que há disponibilidade financeira/orçamentária, as unidades prisionais estão procedendo com a troca de lâmpadas e de equipamentos por itens mais econômicos - SELO PROCEL - instalação de sensores de presença. Juntam-se à esta ação mudanças de atitudes como: conscientização da população carcerária, apagando a luz ao sair do ambiente, desligando monitores etc. O reflexo será na redução do consumo em kwh. Para o ano de 2016, foram atingidas **113** unidades, totalizando **40.000** lâmpadas.

**Projeto para redução do consumo de energia elétrica através da iluminação com produtos de baixo consumo:** Verificou-se as condições da viabilidade técnica de Iluminação das muralhas das unidades prisionais, objetivando a redução no consumo de energia através da substituição de uma luminária de “vapor de sódio”, utilizada atualmente, por uma luminária de “led”, de baixa



tensão. Tratou-se de um projeto para tornar possível a troca da iluminação externa por iluminação mais econômica, de melhor qualidade em todas as unidades do sistema prisional e, à medida da disponibilidade financeira/orçamentária, as unidades prisionais vêm realizando essas trocas para trazer melhoria na qualidade da iluminação, na segurança da unidade e na economia do consumo de energia. Obteve-se recursos para **67** unidades prisionais até o momento, já demonstrando uma **média de redução no consumo em Kwh de aproximadamente 15%**, para aquelas unidades que finalizaram o projeto.

**Banco capacitor:** Por meio das ações dos engenheiros elétricos, sediados na Sede e Coordenadorias, muitas unidades passaram por estudos para a verificação da necessidade de instalação de banco capacitor. Trata-se de um equipamento para corrigir o baixo fator de potência, pois o correto dimensionamento deste e o acionamento do banco, elimina os gastos de kwh desnecessários e consequentes multas nas faturas por ultrapassar os valores de demanda contratados. **Até o momento, 18** unidades prisionais procederam com a instalação, principalmente as do Interior do Estado.

**Eficientização Energética - Lei 9.991/2000 - Aneel (art. 1º):** As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% em programas de eficiência energética no uso final. Foram contatadas as concessionárias: Eletropaulo, Elektro, CPFL e Bandeirantes e encaminhados ofícios solicitando a inserção das unidades prisionais no programa.

**Racionalização Energética da Penitenciária Masculina de Serra Azul II:** Este projeto pretende promover as vantagens em se utilizar água pré-aquecida por meio de sistema de aquecimento por energia solar, tanto para utilização desta água nos equipamentos da cozinha, como no contato direto com o alimento, acelerando seu processo de cocção e oferecendo diversas vantagens: **60%** de redução de tempo de preparo, **25%** redução da necessidade de novos investimentos e outras aplicações nos equipamentos das cozinha industrial, **40%** de redução do consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, utilização de energia solar. O projeto prevê grande economia a ser gerada e um retorno a curto/médio prazo.

**Projeto de Serviço de Instalação de Sistema Solar Grid Tie no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros IV:** As instalações de Energia Solar para o Centro de Detenção Provisória IV de Pinheiros trará economia significativa de energia, uma vez que a energia produzida pelas placas solares será distribuída para a rede durante o dia e, no final do mês, a Unidade Prisional só remunerará a Concessionária pelo excedente que não produziu. Seu funcionamento viabilizará alcançar reduções no custeio de despesas como também atingir metas de redução no impacto ambiental.

**Procedimentos operacionais padronizados para o descarte de recipientes individuais aluminizados - descartáveis e recicláveis, utilizados nos serviços de nutrição e alimentação do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo:** Criou-se o projeto para a correta eliminação dos recipientes descartáveis, aluminizados, que são utilizados, principalmente, nas unidades dos Centros de Detenção Provisória, que não possuem em sua estrutura física cozinha industrial, e padronização entre



as unidades prisionais. O projeto foi devidamente aprovado pelo setor competente, e em função das atualizações dos estudos técnicos dos serviços terceirizados (CADTERC), os procedimentos serão contemplados na próxima edição do Volume 5 - “Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação de Pessoas Presas”, conforme ofício recebido da Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas - CEDE, da Secretaria da Fazenda - SEFAZ. Durante o exercício foi realizada nova reunião de trabalho para ajudar na normatização e atualização de dados na área nutricional: itens da alimentação dos lactentes (mulher presa).

**Manual de boas práticas para serviços de nutrição & alimentação do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo:** O manual em questão tem por objetivo estabelecer procedimentos operacionais padronizados no serviço de alimentação das unidades prisionais, direcionando as ações inter-profissionais, considerando desde a estrutura física necessária até a capacitação da mão de obra utilizada. Os Núcleos de Saúde das Coordenadorias da SAP, por intermédio de suas nutricionistas, estão com a incumbência da distribuição dos manuais, e ao mesmo tempo de realizarem a sensibilização de todos os servidores e custodiados que de alguma forma atuam nas cozinhas, para complementar o trabalho. Todas as unidades recém-inauguradas recebem esta capacitação e o manual respectivamente. Os custodiados que se formam nos cursos de cozinheiro e ou padeiros, receberam cópia do manual.

**Campanha Papel Não É Lixo:** Trata-se da conscientização dos servidores da Sede da Pasta e da Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfman” - EAP, no recolhimento de todo papel/papelão e afins não servíveis, para encaminhamento ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP. Em 2016 foram recolhidos uma média de **700** quilogramas mensais.

**Sistema de Custos dos Serviços Públicos:** Objetiva calcular o custo do “serviço” prestado, em nível de centro de custo, usando método padronizado para todo o Estado, de apropriação direta ao objeto de custo e buscando os dados nos sistemas corporativos já existentes. Este sistema está capitaneado pela Secretaria da Fazenda, e devido à complexidade conceitual e operacional, a respectiva implantação será gradual e com base no projeto piloto, cujo escolhido foi a SAP.

Foram dadas prioridades à produção de relatórios sintéticos para apoiarem o processo decisório do gestor, com ênfase na melhoria da gestão orçamentária e financeira. A definição dos serviços a serem custeados está alinhada com os serviços identificados no **PPA 2012-2015 e revisões subsequentes**, conforme nova abordagem de gestão por resultados. O Sistema de Custos dos Serviços Públicos já está em pleno funcionamento na SAP e, por conta disso, o GSPOF se encarregou de ser o agente multiplicador dentro da Pasta, ministrando capacitação de **03** horas/aula ao público alvo definido no projeto, quais sejam: diretor geral, diretor administrativo e diretor de finanças (quando há) das unidades prisionais e hospitais, num total de aproximadamente de **450** servidores. Até o momento, já foram capacitados **75%** deste público alvo.

**Assessoria de Imprensa:** Em 2016, foi dado andamento ao projeto de descentralização da Assessoria de Imprensa, através do Sistema de Comunicação Integrada da SAP, com reuniões



periódicas entre os interlocutores regionais de comunicação. A partir deste ano, também passaram a integrar-se, de maneira regular, às reuniões, os comunicadores da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” - Funap, da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e da Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfmann”. Manteve-se a ênfase na comunicação interna, reforço nas redes sociais e na divulgação de pautas positivas sobre o sistema penitenciário. Graças a esse conjunto de profissionais, foi possível a divulgação de maneira capilarizada de várias ações positivas da SAP, com apoio da área de regionalizados da Subsecretaria de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo - Secom. Dentre as quais, destaca-se: **Notas de apreensão de ilícitos:** Foram divulgadas, até 06/12/2016, **72** notas de apreensão de ilícitos. Essas notas são positivas, pois valorizam o trabalho dos funcionários ao impedir a entrada de celulares, drogas e outros com visitantes e tentativas de lançamento por muros e alambrados; **SAP na luta contra a dengue:** As Coordenadorias distribuíram releases regionalizados mostrando as diferentes ações das unidades prisionais da Pasta, seja em apoio a ação dos municípios, seja com ações autônomas como a plantação de flores cujo cheiro afasta o mosquito. Foram publicadas **44** reportagens na mídia paulista com foco nas ações realizadas pelos presídios do Estado no combate ao mosquito *aedes aegypti* nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

**Pintura nas escolas e nos hospitais** - foi realizada uma parceria inédita entre a Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria da Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado para recuperação de escolas e hospitais estaduais. No mês de fevereiro, foram publicadas **28** matérias falando da pintura nas escolas, e entre julho e outubro houve **22** matérias positivas publicadas sobre a parceria em todo o Estado; **Jornadas de Cidadania e Empregabilidade** - Realizadas em 2016 desde fevereiro, tiveram bastante destaque, com média mensal de **11** matérias publicadas, gerando pelo menos **120** reportagens impressas positivas para o sistema prisional por ano; **Automação de porta de cela** - Divulgadas em duas etapas – uma em abril, outra em agosto - a automação de porta de celas dos presídios de regime fechado foi um grande sucesso: foram mais de **20** reportagens em mídia impressa e Internet, além de outras reportagens veiculadas em Tvs e rádios locais; **Convênio Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF-3:** Divulgado em parceria com a Secom, foram publicadas **17** reportagens no mês de agosto sobre o convênio, que ampliou o número de vagas de trabalho para prestadores de serviço à comunidade em **65** centrais de penas alternativas em todo o Estado; **Manual de Redação do site da SAP:** Visando a padronização da atualização do site da SAP, foi lançado em junho o Manual de Redação. Uma nova versão foi atualizada e está disponível por demanda. O público alvo são os responsáveis por alimentar o endereço eletrônico oficiais e redes sociais da Pasta; **Agenda do Secretário:** Foi realizada a cobertura e/ou divulgação de **247** eventos/reuniões/solenidades na agenda do Sr. Secretário no site da SAP.

**Eventos** - Foram realizados os seguintes eventos em parceria com as divisões da SAP: Inaugurações das penitenciárias de Florínea em 26/02 e Piracicaba em 26/07, e o Centro de Detenção Provisória de Itatinga em 29/09; Segunda edição do “Oferecimentos Literários de Espanha” - parceria com o Consulado Geral da Espanha em São Paulo, agora na Penitenciária Feminina da Capital, em 20/04; Encontro Nacional do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Direitos Humanos



e Administração Penitenciária - CONSEJ, em 08/11; Inauguração da Unidade de Reintegração Social de Dracena em 25/11.

### **Campanhas internas e Redes Sociais**

**Mídia Digitais:** Entre janeiro e dezembro de 2016, aumentou-se a quantidade de boletins do tipo “Newsletter” disponibilizados, de **21** em 2015 para **40** em 2016. Foi publicada a edição nº 13 e diagramada a edição nº 14 da Revista SAP.

A Secom deu início a uma nova política de estruturada de gerenciamento das redes sociais das Secretarias de Estado. Graças a isso, entre outras conquistas, o Facebook da SAP hoje é certificado como oficial no seguinte endereço: <https://www.facebook.com/SAPSP>. No endereço <https://www.facebook.com/servidores.sap> são publicadas as informações destinadas aos servidores do sistema penitenciário.

A Assessoria de Imprensa colaborou com a Campanha “Seja Um Agente de Mudança”, mobilizando através de Newsletter especiais e vídeos no canal do Youtube da Pasta para o respeito à população transgênero. A campanha foi desenvolvida em parceria com Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania.

A Campanha #AtletaSAP #todosnesse movimento, desenvolvida em parceria com o Grupo de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor, foi veiculada através das redes sociais da SAP, com vídeos no *Youtube* e postagens no *Facebook*.

Seguem dados sobre as redes digitais da SAP e campanhas:

Facebook SAP

Data Base dados: 01/2016 a 11/2016

Página I (Certificada)– **6.639** curtidas, mais de três mil curtidas em um ano.

Página II (Servidores) – **7.292** curtidas, mais de duas mil curtidas em um ano.

Alcance de publicação

Pág I: **9.704** média última semana, **436** publicações, média de **1,31** diária.

Pág II: **7.430** média última semana, **425** publicações, média de **1,28** diária.

Campanhas/Ações Digitais:

Revista SAP: **37** (apenas 1ª edição do ano)

Agente de Mudança – **8** publicações

Hora Verde SP – **25** publicações

Outubro Rosa – **12** publicações

SAP Outubro Rosa – **25** publicações

Novembro Azul – **5** + álbum dos servidores

Atleta SAP – **32** (setembro/ em andamento)

Notas Apreensões: **99** - média anual

Vídeos: **22** publicações Youtube + **14** direto Facebook I e **20** no II



Mensagens: **66** todas respondidas com a média de um dia de resposta.

Twitter: **4.544** seguidores – **1.872** tweets  
Data Base: 01/01 à 30/11

Youtube: **198** inscritos e **22** publicações, com média de visualização **534** visualizações.

### **Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania - CRSC**

**Programa de Penas e Medidas Alternativas:** Tem por finalidade difundir a prática da aplicação de medidas alternativas à prisão. Recebe pessoas destinadas a cumprir penas alternativas, em especial as de prestação de serviços à comunidade. No programa são realizadas avaliação psicossocial e levantamento de demandas, além da avaliação de potencialidades, bem como das limitações/restrições dos apenados. Após, e de acordo com o perfil levantado na entrevista, são encaminhados à instituições, públicas ou não, porém sem fins lucrativos, para cumprimento das penas.

Do programa consta, também, a realização de atividades técnicas destinadas ao cumprimento de Medidas Educativas e Terapêuticas e de Mediação e Terapia Comunitária, tudo destinado aos usuários de drogas e seus familiares, além do encaminhamento e do acompanhamento; acompanhamento sistemático, monitoramento e fiscalização dos locais de execução de pena, para verificação de seu efetivo cumprimento.

O custo por apenado a penas alternativas à prisão é de **R\$ 26,49**, um dos menores por beneficiário do Brasil e a eficácia do programa está explícita no seu índice de reinclusão no programa que é de apenas **5,1%**.

Atualmente são **67** Centrais de Penas e Medidas Alternativas em funcionamento, localizadas em **65** municípios do Estado de São Paulo, tendo sido **4** inauguradas em 2016.

Deu-se início o atendimento das Medidas Cautelares, com **1** Central de Alternativas Penais e Inclusão Social - CEAPIS instalado dentro do Fórum Criminal da Barra Funda, e mais **5** no Estado, em espaço compartilhado, nas cidades de Campinas, Santos, Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo e Santo André.

**Central de Alternativas Penais e Inclusão Social - CEAPIS** é uma das Unidades integrantes do Programa de Penas e Medidas Alternativas e faz parte de um projeto do Conselho Nacional de Justiça - CNJ denominado Audiência de Custódia, que foi elaborado através de informações sobre o sistema carcerário e percebeu a necessidade de provocar reflexões bem mais comprometidas sobre a utilidade e a adequada utilização das medidas cautelares em face do sistema de justiça criminal e oferecer opções que evitem o imediato encarceramento provisório, discutindo alternativas a judicialização do conflito penal e o próprio encaminhamento assistencial e social devidos que, porventura, seja recomendado.



De janeiro a novembro de 2016, foram cadastradas **12.560** pessoas no programa e estão sendo acompanhadas **12.849** em cumprimento de pena.

**Atendimento de Apenados a Medidas Educativas** - para casos de usuários de drogas – artigo 28 da Lei 11.343/2006: **1.552** pessoas encaminhadas para instituições especializadas no período de janeiro a novembro de 2016.

**Programa Renda Cidadã e Ação Jovem:** inscritas **4** pessoas para recebimento do benefício.

**Central de Penas e Medidas Alternativas da Mulher** - CPMA Mulher/2016: Atendidas **351** apenadas e **425** estão em cumprimento de pena.

No Programa de **Penas e Medidas Alternativas** de **janeiro a novembro de 2016** foram cadastradas **10.980** pessoas e estão sendo acompanhadas **12.489** em cumprimento de pena, somente em prestação de serviço à comunidade.

Na CEAPIS de **fevereiro a novembro/2016** foram cadastradas **1.580** pessoas, sendo que **2.561** foram encaminhadas aos serviços assistenciais do município de São Paulo e Santos, as quais ocasionaram **5.889** encaminhamentos.

**Programa de Atenção ao Egresso e Família:** Tem por finalidade dar assistência direta ao egresso contextualizado no seu âmbito familiar, com vistas à autonomia e postura cidadã para que possam retomar o convívio social mais amplo, desta forma, promovendo a reintegração social dos egressos do Sistema Prisional Paulista. Egressos/Egressas - **121.650** atendimentos, com **80.783** atendidos; Familiares de Egressos/Egressas - **24.259** atendimentos, com **14.804** pessoas atendidas.

**Ações Socioeducativas e de Geração de Renda: Programa Renda Cidadã:** Total de **65**, sendo **6** egressos, **4** egressas e **55** familiares cadastrados para recebimento do benefício; **Programa Ação Jovem** - Total de **6** atendidos, sendo **1** egresso, **1** egressa e **4** familiares foram cadastrados; No Programa de qualificação profissional **Via Rápida da SDECTI**, foram inseridas **2.349** pessoas, sendo: **1.805** egressos, **210** egressas e **334** familiares; Pessoas cadastrados no **Programa Pró Egresso** - **3.447** sendo: **3.022** egressos, **385** egressas e **40** familiares.

Atualmente são **43 Centrais de Atenção ao Egresso e Famílias** em funcionamento, localizadas em **41** municípios do Estado de São Paulo, tendo sido inauguradas em 2016 **6** unidades de atendimento.

### **Grupo de Capacitação Aperfeiçoamento e Empregabilidade**

Capacitação profissional das pessoas que cumprem pena em regime semiaberto, egresso:





**Empregabilidade:** No Programa de qualificação profissional Via Rápida da SDECTI, foram inseridos **9.279** presos. Egressos cadastrados no **Programa Pró Egresso (Emprega São Paulo)** - [www.sit.sp.gov.br](http://www.sit.sp.gov.br), foram **29.092** através das Unidades Prisionais. Egressos que conseguiram vagas de trabalho através do **Programa Pró Egresso** - site - [www.sit.sp.gov.br](http://www.sit.sp.gov.br), foram **194**. Egressos inseridos no mercado de trabalho pelo **Programa Pró Egresso** por meio de ações das CAEFs foram **293**.

### **Programa de Ações de Reintegração Social**

- atendimentos a pessoas presas: **630.813**;
- documentos retirados: **89.415**;
- ações dirigidas a familiares: **269.040**;
- benefícios sociais e trabalhistas requeridos **50.257**;
- avaliações diversas: **127.222**;

Equipes Volantes para Realização de Avaliações Técnicas às pessoas presas: realizaram **1.807** avaliações psicológicas e 1.788 avaliações sociais.

**Projeto Jornada da Cidadania e Empregabilidade:** A Jornada da Cidadania e Empregabilidade possibilita que, em um único dia, o reeducando consiga todos os documentos de que precisa e ainda seja atendido em oficinas que auxiliam na preparação para entrevistas de emprego, elaboração de currículos, além de participar de palestras e dinâmicas especialmente elaboradas para a retomada da cidadania, quando em liberdade. Os serviços são disponibilizados todos no mesmo espaço físico, em salas ou box de atendimento, dependendo da estrutura física de cada unidade. Os órgãos parceiros disponibilizam profissionais e materiais necessários para atender a demanda.

Em 2016 a Jornada da Cidadania foi aplicada em **153** (cento e cinquenta e três) Unidades Prisionais resultando em:

- **26.738** Cadastros de Pessoas Físicas - CPF emitidos/regularizados;
- **23.911** Registros Gerais - RG expedidos;
- **3.838** Carteiras de Trabalho e Previdência Social - CTPS emitidas;
- **14.602** Certidões de Casamento/Nascimento/Óbito emitidas/regularizadas;
- **25.635** Atendimentos em Plantão Jurídico/Defensoria Pública/FUNAP;
- **114.198** Participações em Palestras/Oficinas Temáticas;
- **13.700** Cortes de cabelos/procedimentos estéticos;
- **146.171** Plantões de atendimento à Saúde;
- **1.281** Títulos de Eleitores expedidos/regularizados.

**Parceria com a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo - ARPEN:** Iniciada em julho/2016, para regular o intercâmbio de certidões e informações, por meios eletrônicos, para atender às necessidades da Pasta, por meio da utilização do SISTEMA



ARPEN/SP, apresentou até 30/11/2016 a emissão de **2.420** certidões dentre, nascimento, casamento e óbito.

**Parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação: 9.196** reeducandos do regime semiaberto foram inseridos no curso de pintura e hidráulica através do Programa Via Rápida Expresso & Econômico da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Ciência Tecnologia e Inovação, sendo:

- Total de turmas - 370;
- Total de alunos concluintes - 7.458;
- Total de excluído/desistentes - 1.738;
- Pinturas em Unidades prisionais - 71;
- Pinturas em escolas - 42;
- Pinturas em Unidades de Atendimento - 18;
- Pinturas em Hospitais - 06;
- Pintura SAMU - 01;
- Sede de Coordenadoria - 01;
- Ambulatório Médico de Especialidades AME - 01.

**Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário - CSSP:** No ano de 2016 promoveu por meio de seus Grupos e Centros Regionais de Saúde e Hospitais de Custódias as seguintes atividades:

**Parcerias:** Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Administração Penitenciária por intermédio da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário e a Associação Civil de Caráter Filantrópico “Casa Assistencial do Amor e Misericórdia – CAAM” em agosto/2016 até agosto/2017, para atendimento à saúde das crianças e bebês que se encontram no período de aleitamento materno com suas mães que estão em situação de Cárcere na Ala Materno Infantil da Penitenciária Feminina da Capital.

**Obras e Reformas dos Setores de Saúde:** A Coordenadoria de Saúde finalizou umas e iniciou outras obras de reformas e adequações das áreas de saúde com recurso oriundo do Plano Nacional de Saúde das seguintes unidades:

**Obras Finalizadas:** Centro de Detenção Provisória de São Vicente.

**Obras em andamento:**

- Penitenciária I e II de Potim - Previsão de finalização jan/2017;
- CDP de Hortolândia – Previsão de finalização dez/2016;
- Penitenciária I de Sorocaba – Processo licitatório em andamento - dez/2016;
- Penitenciária de Pracinha – Processo Licitatório em andamento - dez/2016;



Jurídica;

- Penitenciária de Flórida Paulista – Em fase de Análise Jurídica por parte da Consultoria Jurídica;
- CDP de Santo André - em fase de Finalização de Projeto;
- Penitenciária Feminina da Capital – Obra sobrestada devido empresa sancionada.

**O Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional promoveu: Capacitações de Servidores de Saúde e Afins por meio de Videoconferências:** Palestra - Vacinação Influenza em 15 de março de 2016, com apoio da Secretaria de Estado da Saúde e da Escola de Administração Penitenciária, objetivando preparar as equipes de Saúde das Unidades Prisionais de todo o Estado, para a Campanha de Vacinação contra a Influenza (H1N1) em parceria com a Secretaria de Saúde e a Escola de Administração Penitenciária- EAP. **Palestrante:** Dra. Helena Sato, Diretora de Imunização do CVE da Secretaria de Saúde, para orientação e atualização dos profissionais de Saúde da SAP. **Participantes:** Todas as unidades prisionais por meio de polos de transmissão e *streaming*.

#### **Capacitações por meio de Oficinas Presenciais:**

**Oficina de Acolhimento, Ética e o Processo de testagem do HIV por TR – Fluido Oral.** Realizadas de maio a junho 07 oficinas, através de parceria com o Centro de Referência e Treinamento em DST/AIDS, Coordenadoria de Saúde da SAP e a Escola de Administração Penitenciária, objetivando capacitar servidores da Secretaria para a testagem de HIV/AIDS por meio de testes Rápidos por Fluido Oral, tanto nos aspectos técnicos da aplicação, quanto nos aspectos éticos. **Metodologia:** Oficinas presenciais com duração de 08 horas cada. **Público Alvo:** Servidores da SAP em diversas áreas de atuação. **Regionais:** Coordenadoria Central. **Participantes:** 191 servidores.

**Manejo Psiquiátrico:** Uma abordagem da importância do cuidado ao lidar com o surto psiquiátrico em unidades prisionais. Realizadas de janeiro a novembro de 2016 12 oficinas em parceria da Coordenadoria de Saúde da SAP e Escola de Administração Penitenciária, objetivando propiciar aos Agentes de Segurança Penitenciária, conhecimentos referentes à importância e realização do manejo psiquiátrico (contenção física) efetivo e seguro com pacientes em crise, respeitando a condição de vulnerabilidade desse indivíduo. **Metodologia:** Oficinas presenciais de 04 horas aula. **Público Alvo:** Agentes de Segurança Penitenciária. **Regionais:** Coremetro e Coordenadoria Central. **Participantes:** 158 servidores.

**Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira no Sistema Prisional do Estado de São Paulo.** Realização de agosto a outubro de 2016 através de parceria da Secretaria da Saúde, Coordenadoria de Saúde da SAP e Escola de Administração Penitenciária, objetivando capacitar profissionais para maior desempenho na área de Saúde Ocular. **Metodologia:** Aulas teóricas, atividades interativas em grupo, exercícios práticos, atividades supervisionadas. **Público Alvo:** Profissionais de Saúde (Diretores de Saúde, Enfermeiros, auxiliares de Enfermagem). **Regionais:** Coremetro e Noroeste. **Participantes:** 103 servidores.



**Capacitações realizadas por meio de Parcerias Intersetoriais e Convênios:** CRR, UDED, DIMESAD, UNIFESP. **Implementação de Processos Formativos por meio do Centro Regional de Referência, para agentes e trabalhadores atuantes no campo das políticas sobre drogas.** Capacitação para os módulos: 1. Contextos de usos e dependências de drogas; 2. Demanda Hospitalar e Maternidades; 3. Intervenção Breve; Redes e Projetos. **Período de Realização:** fevereiro a novembro de 2016. **Objetivo:** Capacitar profissionais da SAP em equipes multidisciplinares na compreensão dos contextos, ações e redes referentes à dependência química. **Metodologia:** Desenvolvida pela UNIFESP, aulas presenciais em sala de aula e em campo, seminários e elaboração de trabalhos supervisionados. **Público alvo:** servidores de diversas Áreas da SAP. **Regionais:** Coremetro. **Participantes:** 28 servidores.

**UNESP - BOTUCATU; Fundação para o Desenvolvimento Hospitalar: Capacitação em atenção à “Dependência Química”.** **Período de Realização:** agosto de 2016 a fevereiro de 2017. **Objetivo:** Capacitar Equipes de Saúde das Unidades Prisionais com base no MI- mhGAP da Organização Mundial da Saúde, na assistência integral ao paciente dependente químico. **Metodologia:** Aulas teóricas, estabelecimento e acompanhamento de projetos supervisionados nas unidades prisionais participantes. **Público Alvo:** Equipes multiprofissionais de Saúde: (Psicólogos, Assistentes Sociais, Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Dentistas e ASPs da Saúde). **Regionais:** Coremetro, Corevali e Coordenadoria da Região Central. **Participantes:** 91 servidores.

**Campanhas Educativas e Informativas:** Combate à Proliferação do Mosquito Aedes Aegypti. Durante o ano de 2016 o GPGASPP, juntamente com suas Diretorias Regionais de Saúde, estimulou as Unidades a práticas educativas e de conscientização ao combate do mosquito Aedes. Foram criados dois modelos de cartazes informativos neste período, para distribuição e divulgação nas Unidades Prisionais.

**Concurso “Vencendo a Tuberculose”:** Em parceria celebrada entre a Coordenadoria de Saúde, por meio do GPGASPP e Diretorias Regionais de Saúde e os GRATES, foram encaminhados às unidades prisionais materiais informativos, orientações de como escrever história em quadrinhos, regulamento e premiação. Foram inscritos aproximadamente 2.500 cartazes, elaborados pelos reeducandos. Houve a seleção de 05 finalistas por Coordenadoria Regional e, em setembro de 2016, ocorreu premiação dos 03 cartazes vencedores do concurso, através do Fórum de Tuberculose.

### **Ações de Saúde**

**Vacinação contra Influenza:** A Coordenadoria de Saúde, em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e os Municípios nos quais estão sediadas unidades prisionais, realizaram vacinação contra influenza no Sistema Prisional Paulista, durante os meses de maio e junho de 2016. Total de privados de liberdade vacinados: **181.295**, o que corresponde a **78,90%** da população. Total de servidores vacinados: **21.530**, o que corresponde a **63,66%** dos servidores. Foram também vacinados **440** Defensores Públicos e **282** alunos da Escola de Administração Penitenciária.



**Campanha de Diagnóstico por Teste rápido por Fluido Oral para HIV nas Unidades Masculinas da SAP:** A Coordenadoria de Saúde, em parceria com o CRT/AIDS, deu início em 2015 a um projeto de testagem da população masculina nas unidades de todo o Estado. No ano de 2016, foram testadas as populações das unidades da **COREVALI**: aplicados 10.444 testes, correspondente a **43,2%** da população; e **CRC**: aplicados 35.053 testes, correspondente a **83,6%** da população. A partir desta ação, os casos identificados “positivos” são encaminhados para linha de assistência e tratamento.

**Campanha “Fique sabendo 2016”:** Realizada parceria entre a SAP e o CRT/AIDS na realização da Campanha Fique Sabendo 2016. Neste ano participaram as unidades da COREMETRO, COREVALI e NOROESTE.

### **Conferências, Congressos e Simpósios:**

#### **Instituto do Câncer de São Paulo**

**“II Simpósio de Práticas Hospitalares Humanizadas”:** Apresentação do tema: “Panorama Geral do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo e a Rede de Atendimento à Saúde ao Paciente Privado de Liberdade: possibilidades e desafios de atuação”.

**O Grupo de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor:** promoveu por meio de seu Grupo e Centros Regionais, as seguintes atividades. **Atendimentos Clínicos:** medicina ocupacional - **853** atendimentos; psiquiatria - **393** atendimentos; psicologia - **1.792** atendimentos; nutrição - **346** atendimentos; enfermagem - **5.427** atendimentos; serviço social - **573** atendimentos.

**Visitas Técnicas para processos de transferência de caráter humanitário:** Realizadas visitas há servidores que tenham solicitado transferências de caráter humanitário, com a finalidade de fundamentar a real necessidade do pedido: **73** visitas.

**Acompanhamento de Licenças Saúde Superior há 3 anos:** O serviço social também realizou visitas aos servidores em licença saúde superior há 3 anos, com a finalidade de identificar a necessidade de apoio terapêutico e continuidade de tratamento. Foram visitados cerca de **11** servidores.

**Campanhas de Vacinas: Influenza (H1N1):** A Campanha de Vacinação contra a Influenza para os servidores da Secretaria da Administração Penitenciária ocorreu no primeiro semestre. Foram vacinados pelas equipes de saúde das unidades SAP e SUVIS. Total de **15.679** servidores.

**Hepatite B; Tríplice Viral; Dupla Adulto:** Campanha realizada pelo CQVIDASS da Região Metropolitana, voltada aos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária do Curso de Formação da Escola de Administração Penitenciária contra a Hepatite B, Tríplice Viral e Dupla Adulto, no primeiro semestre. Foram vacinadas pela equipe de saúde do CQVIDASS Metropolitana, **508** pessoas.



**Ações de Saúde:** diversas atividades, entre elas, verificação do teste glicêmico, aferição da pressão arterial e orientações de saúde que totalizaram 842 atendimentos. Também foi feita atualização de vacinas do calendário da rede básica, atualizando um total de 42. Em algumas regionais foi possível viabilizar, por meio de parcerias, a coleta do exame preventivo de colo de útero para algumas servidoras.

O CQVIDASS da Região Central organizou uma campanha para doação de sangue com a finalidade de conscientizar os servidores da importância do ato e também reforçar o estoque do Banco de Sangue da região. Vários servidores aderiram à campanha.

**Palestras - Influenza (H1N1):** O Centro de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor da Região Metropolitana realizou por meio de seus técnicos de saúde campanha de orientação, esclarecimento de dúvidas sobre H1N1, tendo como finalidade incentivar a adesão à campanha de vacinação contra a Influenza em unidades que tiveram baixa adesão na campanha de 2015. Total de participantes: **256 servidores**; **Tuberculose:** Promovida pelos cipeiros do CDP Santo André e Penitenciária Feminina de Santana, unidades da Região Metropolitana, que teve como palestrante, profissional médico do CQVIDASS; **Alimentação Saudável:** Realizada no auditório da Sede I, com a participação dos cipeiros da região metropolitana, ministrada pela nutricionista do CQVIDASS Metropolitano; **Prevenção ao Suicídio:** O GQVIDASS, os CQVIDAS e CIPAs de todas as unidades que compõem a SAP desenvolveram ações, bem como palestras sobre o tema em alusão ao Setembro Amarelo, mês de prevenção do Suicídio.

### **Programas e Projetos:**

O “**Programa Reeducação Alimentar:** sua saúde é nossa meta” integra a Nutrição e a Psicologia para o tratamento da compulsão alimentar, sucesso e insucessos no processo de reeducação alimentar. Foram atendidos e acompanhados 45 servidores.

**Programa “No Ritmo”** desenvolvido semanalmente às quartas feiras, estimula a prática de atividade física por meio da dança. Foram 14 encontros com 139 participações.

**Programa de “Saúde Ocupacional para AEVP”** tem a finalidade de avaliar as condições de saúde dos servidores responsáveis pela escolta de presos (AEVP). O Programa continua em desenvolvimento, sendo avaliados até o momento 390 servidores.

O GQVIDASS elaborou o **Programa “Quero Parar de Fumar”** e atualmente o CQVIDASS da Região Noroeste o desenvolve na Penitenciária de Bernardino de Campos, onde são realizadas reuniões quinzenais com 20 servidores participantes. O Programa conta com suporte de profissionais da área médica, psicologia, nutrição e enfermagem. O CQVIDASS da Região Metropolitana também desenvolve o mesmo programa atendendo a 29 servidores.



**Projeto de “Atenção aos Oficiais Operacionais Motoristas”**, desenvolvido pelo CQVIDASS da Região Noroeste, em parceria com o CEAMA de Bauru, para atendimento dos motoristas das unidades prisionais da região.

Na segunda edição do **Programa o “Peso Ideal”** para os servidores da Sede CRN, foram realizadas avaliações com nutricionista para verificar o índice de gordura corporal. Foram realizadas palestras sobre alimentação saudável e atividade física, bem como orientação nutricional, de enfermagem e psicológica. O programa teve duração de seis meses.

**O Projeto “Emagrecer com Saúde”** foi elaborado pelo CQVIDASS Corevali, e tem como objetivo a educação nutricional e comportamental (aspectos psicológicos), onde foram selecionados temas discutidos em palestras e rodas de conversa. O Projeto contou com 9 encontros nutricionais e 2 encontros de Psicologia.

Programa “Saúde em Dia”, desenvolvido pelo CQVIDAS Central com atendimentos e acompanhamentos semanais aos servidores participantes, tem como objetivo conhecer, promover e preservar a saúde dos servidores das unidades por meio de monitoramento individual. Conta com 199 participantes da Sede da Coordenadoria e unidades do complexo Hortolândia.

**O Projeto “Menos Pressão”** esclareceu dúvidas voltadas ao assunto, e proporcionou orientações sobre a Hipertensão Arterial Sistêmica.

**O Projeto “Saúde na Veia”** teve como objetivo a realização de exames de sangue periódicos aos Servidores, contribuindo na prevenção e no tratamento de doenças. Com a parceria promovida entre o CQVIDASS VALI e o Laboratório Municipal de Pindamonhangaba, a coleta que foi realizada e oferecida a todos os funcionários, aconteceu de maneira trimestral (a partir de agosto/2016), perfazendo um total de **110** exames realizados.

**O projeto “Prontuário de Saúde Funcional”** desenvolvido pelo CQVIDASS Oeste tem como finalidade avaliar e acompanhar as condições de saúde dos servidores da Sede da Coordenadoria Oeste. Conta com a participação de **107** servidores.

#### **CIPAS:**

O GQVIDASS e CQVIDASS, em parceria com a EAP, elaboraram o curso de formação de cipeiros para renovação do mandato das CIPAs implantadas nas unidades pertencentes à SAP para o biênio 2016/2017. Foram implantadas em todas as unidades prisionais e sedes administrativas, totalizando **171** CIPAs, contando com **1151** cipeiros. O curso foi realizado simultaneamente em todas as regionais no período de julho a setembro/16. Os CQVIDASS e as CIPAs, sob orientação do GQVIDASS, realizaram ações de Saúde nas datas preconizadas pelo Calendário do Ministério da Saúde: Dia Mundial de Combate à Tuberculose, Dia Mundial da Atividade Física, Dia Mundial da Saúde, Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, Dia Mundial sem Tabaco, Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, Dia Mundial da Alimentação, e outras datas



comemorativas como dia internacional da mulher, dia das mães, dia do desafio, dia do servidor público, dia dos pais e outras; SIPAT Semana Interna de Prevenção de acidentes, prevista na Norma Regulamentadora nº 05, da Portaria nº 3.214, de 08/06/1978 e na Resolução SAP 64, de 12/04/2016. De 18 a 25 de setembro a CIPA das Unidades Prisionais e sede da CRN desenvolveram ações como palestras e workshops alusivos à Semana Nacional de Trânsito.

**Premiações:** O “Programa Reeducação Alimentar: sua saúde é nossa meta”, do CQVIDASS da Região Metropolitana, foi premiado com o 3º lugar no IV Prêmio Prevenir. Ganhador de menção honrosa, o projeto “Quero Parar de Fumar” foi elaborado para os servidores da Penitenciária de Bernardino de Campos, pelo CQVIDASS Noroeste. O “Saúde em Dia”, do CQVIDASS da Região Central, também recebeu menção honrosa pelo projeto apresentado.

**Os Hospitais de Custódia subordinados à Coordenadoria de Saúde, realizaram as seguintes atividades:**

**Parcerias:** Prorrogação do Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Saúde por intermédio da Coordenadoria de Saúde, em maio/2016 com vigência para **12** meses, para realização de Laudos de Cessação de Periculosidades aos sentenciados em Medida de Segurança, tendo sido realizados, até 18/11/16, **355** laudos de verificação de cessação de periculosidade e encaminhados ao DECRIM.

#### **Atendimento à Saúde dos Pacientes:**

Prevenção e Controle de Hipertensão / Diabetes; Controle de Dependências Químicas; Imunizações; Higiene Corporal; Saúde Bucal; Prevenção de Tuberculose - Busca ativa de casos de Tuberculose para prevenção e controle da doença; Assistência à DST/HIV; Projeto saúde da mulher e do homem com palestras informativas acerca do câncer de mama, DSTs e Câncer de Próstata; Sistematização do atendimento individualizado.

Plano Terapêutico Singular; Combate à proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*; Prática de Alongamento e Ginástica Laboral por Método Pilates com Bola Suíça; Projeto Modelando a Psicomotricidade: Promover o restabelecimento das qualidades psicomotoras através de atividades monitoradas, sequenciais e semanais utilizando-se massa de modelar; Projeto Alimentação Saudável: Desenvolver o conceito de alimentação saudável através de oficinas práticas para o manuseio e higienização de hortaliças para consumo próprio; Semana Nacional da Saúde: Promover e divulgar a “Semana Nacional da Saúde” (dia 05 de Agosto) por meio de ciclos de atividades físicas, palestras informativas e oficinas práticas, adequadas a realidade e peculiaridade de cada colônia integrante desta unidade prisional.

**Projetos Terapêuticos e Ocupacionais:** Educação para o Trabalho - PET: Desenvolvida em parceria com a FUNAP; Educação Profissionalizante: Em parceria com a FUNAP e instituições profissionalizantes, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e Emprego - PRONATEC; Exames Nacionais: (ENEM e EJA); Biblioteca; Esportes/Recreação;





Música/Arte;Esporte e Lazer; Inclusão Social; Atividades Religiosas; Palestras; Parceria com a Secretaria Estadual de Educação: aulas do ensino fundamental I e II; Projeto Sou Eu: Confeção e atualização de documentação básica; Projetos de Práticas de Atenção em Dependência Química; Projeto Roda de Atualidades: visa trabalhar a interação social em pacientes comprometidos intelectualmente, utilizando recursos como filmes, músicas e vídeos; Projeto Jovem Grupo do Amanhã: Voltado aos pacientes com maior lucidez, visando à discussão de temáticas atuais da sociedade; Parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação: Projeto VIA RÁPIDA o desenvolvimento do curso de pintura e hidráulica; Arte-Terapia: Promover a interação psicossocial e a (re)conquista da concentração através de oficinas para a produção artística utilizando-se lápis de cor e figuras elaboradas.

**Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfmann” - EAP:** Em 2016, os dois Centros desta Escola, Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos e Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agente de Segurança Penitenciária, desenvolveram as atividades a seguir:

O Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos - CECAD-RH, teve como foco o “Programa de Treinamento para Área de Comando”, cujo objetivo foi capacitar os diretores dos diversos setores que compõem as unidades prisionais. A estratégia de reconhecimento das necessidades e respectivas temáticas foram obtidas por meio de reuniões com os diretores regionais, inclusive para organizar a prioridade no atendimento. O atendimento do citado Programa está sendo realizado de forma regionalizada com previsão de continuidade no próximo ano. Foram atendidas as áreas de recursos humanos, trabalho e educação, finanças, administração, segurança e disciplina e segurança externa, com temas envolvendo procedimentos, bem como liderança, trabalho em equipe e gestão de pessoas, de forma a facilitar a atuação dos diretores das unidades prisionais da SAP.

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agente de Segurança Penitenciária - CFAASP ofereceu o Curso de Especialização Técnico-Profissional para ASP em EaD, com os temas “Ética e Cidadania”, “Saúde no Trabalho” e “Gerenciamento de Crise”, para promover o aperfeiçoamento e a atualização dos servidores, ampliando seus conhecimentos e habilidades sobre os assuntos relevantes à carreira, a fim de valorizar e otimizar as práticas desenvolvidas nas unidades prisionais.

Para os Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária - AEVP, foi oferecido o Curso de Especialização Técnico-Profissional Armamento e Tiro, iniciado em novembro de 2015, com o objetivo de aperfeiçoar a prática de tiro defensivo e o manuseio das armas, bem como levá-los ao conhecimento sobre a identificação e o controle dos eventos de risco decorrentes de sua prática de trabalho. O citado curso percorreu o ano de 2016 e avançará em 2017 para a conclusão de duas Coordenadorias Regionais no primeiro semestre. Também foram formadas turmas de instrutores, para as disciplinas de Tiro Defensivo e Técnicas de Condução Operacional, ampliando assim o quadro de docentes da Escola.



Ainda em 2016, deu-se início ao Processo Seletivo para novos docentes da EAP, com o propósito de selecionar servidores públicos do Estado de São Paulo, para atuarem como docentes nos Cursos de Formação Técnico-Profissional, Cursos de Aperfeiçoamento e Cursos de Capacitação para Agentes de Segurança Penitenciária - ASP e Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – AEVP.

Servidores Treinados - Período: janeiro a novembro/2016

Eixo Temático	CECADRH	CFAASP	TOTAL
I - Ingressantes/Iniciação Funcional	-	462	462
II - Desenvolvimento Humano/Qualidade de Vida	2.160	-	2160
III - Administração/Gestão	2.560	129	2.689
IV – Segurança e Disciplina	1.340	19.160	20.500
V – Reintegração Social	131	-	131
<b>Total de Servidores Treinados</b>	<b>6.191</b>	<b>19.751</b>	<b>25.942</b>

**CECAD-RH** - Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

**CFAASP** - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária.

#### **Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” - FUNAP**

A Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel", instituída há mais de **35** anos, é vinculada à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e tem por missão contribuir para a inclusão social de pessoa presas e egressos, desenvolvendo seus potenciais como indivíduos, cidadãos e profissionais. Para isso, planeja, desenvolve e avalia, no âmbito estadual, programas sociais nas áreas da assistência jurídica, da educação, da cultura, da capacitação profissional e do trabalho para as pessoas que se encontrem privadas de liberdade, contribuindo para a inclusão social dos mesmos.

#### **Programa JUS - Apoio Jurídico à Pessoa Presa**

A efetiva assistência jurídica é de vital importância para a população carcerária. Nenhum preso se conforma com sua prisão e a falta esperança de alcançar o benefício e/ou a liberdade tem reflexo imediato na disciplina da unidade. Assim, em 1977, a FUNAP criou o “Projeto Jus”, com o objetivo de prestar assistência jurídica integral às pessoas presas carentes de recursos financeiros. Atualmente, é desenvolvido mediante convênio com a Defensoria Pública, de forma que os 148 advogados em exercício (estão afastados) prestem serviços de atendimento jurídico suplementar aos presos, incumbindo-lhes praticar todos os atos destinados a garantir a preservação dos direitos dos presos e internados, condenados ou provisórios, que não possuam advogado, entrevistando-os, formulando os pedidos de benefícios e acompanhando as sindicâncias administrativas disciplinares, entre outras. **Atendimentos até 11/2016 - 1.535.342**



### **Programa de Educação Formal**

A partir de 2012, conforme Resolução do Conselho Nacional de Educação, a Secretaria Estadual de Educação - SEE assumiu a educação básica nas prisões, estabelecendo-se, inicialmente, como responsável do Programa de Educação nas Prisões - PEP. À FUNAP coube continuar atendendo algumas unidades não assumidas pela SEE, bem como agir como interlocutora, pois o desinteresse do preso pelo estudo exige intenso trabalho para a conscientização do mesmo quanto à realidade e à importância de concluir os estudos formais, os cursos extracurriculares e profissionalizantes. **Atendimentos SEE até 11/2016 - 165.428; Atendimentos FUNAP até 11/2016 - 3.163.**

### **Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - PET**

A partir de 2013, a Fundação iniciou um grande e importante desafio: a criação de uma política social que contemplasse toda a sua experiência e a essência da sua missão. Com a contribuição de todos os servidores, conseguiu elaborar, organizar e colocar em execução o Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania - "**De Olho no Futuro**".

Tem como objetivo contribuir para a inclusão social de pessoas em privação de liberdade, através do desenvolvimento de competências e habilidades que possam ampliar as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, geração de renda e participação da sociedade, com a finalidade de atender o princípio da formação integral - *o saber ser (Formação Social) e o saber fazer (Formação Profissional)*.

Busca ensinar que a ética, o senso de justiça e a responsabilidade social (três pilares indissociáveis) concedem o caráter humano a práxis, ao trabalho e ao agir profissional e empreendedor, com vistas ao desenvolvimento sustentável das comunidades onde a pessoa fixará sua residência estando, como consequência, apta ao mundo do trabalho e participação na sociedade. **Saber Ser - Atendimentos até 11/2016 - 98.033; Saber Fazer - Atendimentos até 11/2016 - 12.334.**

**Observatório de Competências Sociais:** Vinculado ao Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania: "De Olho no Futuro", o *Observatório de Competências Sociais* tem como proposta o desenvolvimento de competências sociais por meio de estações de vivência. Pretende-se estabelecer o diálogo horizontal entre os participantes e a aquisição de novos saberes, contribuindo assim para o protagonismo social. Implantado a partir de setembro de 2016. **Atendimentos até 11/2016 - 2.038**

### **Programa de Atividades Culturais**

Este programa ampliou sua atuação e incorporou outras frentes, sendo as ações consideradas de educação "não formal" como espaços importantes de aprendizagem e desenvolvimento, através de inúmeras atividades culturais em diversas linguagens e modalidades: Artes Plásticas, Música, Teatro e Capoeira. Ademais, 156 salas de leitura são mantidas pela FUNAP, com a



presença de um monitor preso, devidamente capacitado, responsável pelo espaço, pelo acervo, pela movimentação dos livros e, ainda, pelo registro desta movimentação em software desenvolvido para mapear a quantidade de livros lidos. **Atendimentos até 11/2016 - 9.393**

**Salas de Leitura** - Em parceria com a Companhia das Letras e a “Palavra Mágica”, buscando difundir o gosto pela leitura, a formação de leitores e, ainda, a remição pela leitura, resultando em grande aceitação por todos os envolvidos, despertando interesse especialmente dos Juízes de Execução Criminal que, como resultado, estão deferindo a remição pela leitura aos alunos que participam. **Atendimentos até 11/2016 - 435.198.**

### **Programa de Trabalho e Geração de Renda**

A socialização nas prisões é uma das funções do encarceramento, permitindo ao recluso que se readapte a vida em sociedade, onde o trabalho é tido como fundamental, engrandecendo e dignificando o Homem. E, ao proporcionar trabalho remunerado para homens e mulheres presos, contribui-se para sua formação, qualificação profissional e geração de renda, preparando-o para a vida em liberdade e, ao mesmo tempo, sensibilizando os empresários na contribuição para a redução dos índices de criminalidade e de reincidência. O trabalho prisional envolve todas as atividades laborais exercidas pelos presos, desde que ofereçam remição de pena, com ou sem remuneração e, de acordo com as Resoluções SAP nº 53/2001 e 509/2006, toda oferta de trabalho a sentenciados deverá ter suas condições aprovadas pela FUNAP, devendo propiciar ao trabalhador preso:

- Patamar mínimo de  $\frac{3}{4}$  do salário mínimo;
- Remição de 01 dia da pena a cada 03 dias trabalhados;
- Aprendizado de competências para o trabalho;
- Profissionalização;
- Geração de renda;
- Seguro contra acidente do trabalho;
- Obrigatoriedade do uso dos equipamentos de proteção individual;
- Fiscalização do meio ambiente do trabalho;
- Elevação da autoestima face à oportunidade de sustentar a família;
- Novo significado do valor do trabalho;
- Valorização da sociedade pelos apenados e parentes que moram nas proximidades.

**Atendimentos FUNAP até 10/2016 – 624.350**

### **Museu Penitenciário**

Em 2016 o Museu Penitenciário Paulista - MPP completou seu segundo ano de portas abertas no Carandiru. Com sua abertura ao público, a estrutura penitenciária paulista ganhou novo interlocutor com a sociedade, uma ferramenta capaz de esclarecer aos pesquisadores, estudantes e a sociedade em geral qual é o papel e a função do sistema penitenciário.



Por ser um museu institucional, ou seja, um departamento do Gabinete do Secretário, o MPP não tem recursos próprios, mesmo assim desde sua abertura conseguiu desenvolver vários projetos e oficinas culturais. Em dois anos de funcionamento, o MPP já atendeu mais de 17 mil pessoas em sua sede, pela divulgação em grandes canais da mídia brasileira. De acordo com pesquisas feitas através das fichas de avaliação, a faixa etária mais atingida é entre os 16 a 30 anos.

Com o funcionamento do museu junto ao Parque da Juventude foi possível sanar uma demanda da sociedade que clamava pela “contação” da história da execução penal no território do antigo Complexo Carandiru. E, junto com a história mostrada na exposição permanente do museu, foram oferecidos também palestras, cursos e oficinas ampliando a oferta de atividades culturais na região.

Soma-se a isso a criação de um relevante acervo imaterial a partir da filmagem dos depoimentos de diversos personagens que, de alguma forma, vivenciaram a execução penal criando, com isso, a salvaguarda dessa memória não encontrada nos livros de história. O projeto “Cine Carandiru”, que visa levar para a população documentários e filmes com a temática penitenciária e já conta com mais de 500 pessoas atendidas e por fim, a parceria com a Oficina Cultural Maestro Juan Serrano são parte dessa criação relevante. O museu, ainda, ofereceu algumas oficinas gratuitas de teatro, dança, capoeira, artesanato e canto.

O museu rompe com a rotina de notícias negativas sobre o sistema, apresenta sua história e mostra a condição humana de todos que vivenciaram a rotina da execução penal. Nestes dois anos o trabalho do MPP, sob a análise de aproximadamente **2.000 (dois mil)** visitantes, obteve a impressionante marca de **96%** de avaliação ótima e boa, índice que poucas instituições no mundo conseguem atingir. Quanto ao conteúdo exposto, a satisfação do público foi de **95%**.



## SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

### Introdução

O Plano Plurianual - PPA 2016-2019 do Governo do Estado especifica como diretrizes que as ações do Estado devem buscar promover o desenvolvimento econômico e sustentabilidade: competitividade e criação de oportunidades; desenvolvimento social: qualidade de vida, equidade, justiça e proteção social; desenvolvimento urbano e regional: conectividade e superação das desigualdades entre pessoas e regiões; Gestão Pública: inovação, eficiência e tecnologia a serviço do cidadão. Em consonância com essas diretrizes, os Programas para a Agricultura Paulista atuam no sentido de concretizar uma sociedade democrática, plural, economicamente avançada, cada vez mais justa e empenhada em proporcionar igualdade de oportunidades aos seus integrantes.

Dos onze objetivos estratégicos discriminados pelo Governo do Estado para o PPA 2016-2019, as ações dos Programas vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento contemplaram:

- São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social;
- Sociedade saudável, com maior qualidade de vida e longevidade;
- Meio ambiente preservado, saudável e sustentável;
- Urbanização inclusiva, com moradia e infraestrutura adequada em todo território paulista, com mobilidade urbana ampliada;
- Economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade;
- Sociedade resiliente às mudanças climáticas, com disponibilidade de água para as gerações presente e futuras;
- Gestão Pública inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e a execução dos programas e serviços públicos de qualidade.

O presente documento está organizado segundo os programas inseridos no PPA 2016-2019, constituindo-se em relatório do ano de 2016 e apresentando os indicadores associados às principais ações governamentais previstas no referido Plano Plurianual.

### 1301 - Tecnologias Sustentáveis para o Desenvolvimento Rural e Agroindustrial

**Objetivo:** Gerar e transferir conhecimentos e tecnologias para a promoção do desenvolvimento sustentável da agropecuária paulista, visando segurança alimentar, melhor organização do espaço rural e periurbano, bioenergia, produtos e processos estratégicos, além de promover a produtividade e competitividade dos produtos agrícolas, agroindustriais, oportunidades de novos negócios, geração de emprego e renda.



Na Ação **Geração de Conhecimento e Tecnologias Sustentáveis**, no ano de 2016 estiveram em execução na Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - APTA 1.309 pesquisas, destacando-se as participações dos grupos proteína animal (26,2% do total), hortícolas e agronegócios especiais (19,8% do total) e agroexportação (17,7% do total).

Além de atividades de pesquisa, a transferência de tecnologia é preocupação permanente dos Institutos de Pesquisa vinculados à APTA. Em 2016, estas instituições da SAA ampliaram sua inserção entre os produtores e a academia, incrementando a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em seus Centros de Pesquisa no meio científico e diretamente aos produtores, através de publicações, participação de pesquisadores em eventos técnicos e científicos, dias de campo, dias temáticos, *workshops*, inserções na mídia, de ações de formação de recursos humanos e também através de cinco cursos de pós-graduação em nível de mestrado e dois em nível de doutorado, além de participação em bancas e orientações a estagiários, graduandos e pós-graduandos.

Dos serviços prioritários oferecidos pelas unidades de pesquisa da APTA, destaca-se a disponibilização diária dos avanços tecnológicos em meio digital, por meio dos *sites* institucionais, o que dá agilidade à transferência dos resultados de pesquisa para a sociedade como um todo, e de mecanismos por meios dos quais os usuários, seja da sociedade civil ou Estado, podem esclarecer dúvidas, consultar informações para suas tomadas de decisão e resolver problemas específicos diretamente com os pesquisadores especialistas nas diversas áreas.

Entre as atividades de transferência do conhecimento, na Ação **Análises Laboratoriais para a Qualidade do Alimento**, foram realizadas cerca de 350 mil análises laboratoriais em 2016 (Tabela 1). Essas análises são essenciais para aumentar o padrão de qualidade tanto dos processos produtivos quanto dos produtos obtidos. Esses serviços especializados prestados abrangem uma ampla gama de diagnoses, cobrindo desde insumos da produção rural até análises de alimentos prontos para o consumo final.

**Tabela 1 – Transferência do conhecimento, APTA, metas executadas em 2016**

<b>Item</b>	<b>2016</b>
Análises laboratoriais (n°)	350.000
Sementes Básicas (kg)	300.000
Atendimentos eletrônicos (n°)	2.500.000
Atendimentos Técnicos (n°)	520.000
Atendimentos Diretos (n°)	465.000
Pessoas Treinadas (n°)	55.000

Fonte: APTA

No âmbito da Ação **Insumos Tecnológicos Estratégicos** foram produzidos **aproximadamente 300** mil kg de sementes básicas em 2016, destinadas à multiplicação comercial para o atendimento da demanda dos agricultores (Tabela 1). Esses materiais permitem a obtenção de altas produtividades nas lavouras, associadas a ganhos de quantidade e de qualidade na produção final,



gerando postos de trabalho e renda. Os atendimentos técnicos - realizados na Ação **Transferência de Conhecimento e Tecnologias Sustentáveis** - atingiram número de 520 mil em 2016, dos quais 465 mil referem-se a atendimentos diretos e 55 mil a pessoas treinadas. Os acessos às informações via internet somaram 2,50 milhões (Tabela 1).

Os recursos aplicados continuamente pelo Governo do Estado nos Institutos de Pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, coordenados pela APTA, vêm mantendo o Estado no posto de principal produtor agrícola nacional, de maior exportador de mercadorias do agronegócio e de detentor dos níveis mais elevados de produtividade total de fatores - PTF. Os impactos dos contínuos aumentos de produtividade e eficiência na produção agrícola, propiciados pela pesquisa agropecuária, beneficiam todos os setores da economia paulista, gerando empregos, renda, aumentando a segurança alimentar e diminuindo desigualdades sociais. O retorno econômico propiciado por 48 das principais tecnologias desenvolvidas pela APTA e já adotadas pelos setores da produção agropecuária foi estimado em aproximadamente R\$ 7 bilhões, no biênio 2014/2015, provenientes de aumentos de produtividade, redução de custos, expansão de áreas e agregação de valor. Nesse mesmo período foram destinados à APTA R\$ 616,4 milhões em recursos oriundos, principalmente, do Tesouro do Estado de São Paulo (75%), da iniciativa privada (17,5%), de agências de fomento (5,4%) e do Fundo Especial de Despesa (3,2%). Portanto, os recursos investidos na APTA em períodos anteriores resultaram em retornos 11,4 vezes maiores do que os recursos utilizados no biênio 2014/2015.

Indicadores de impactos do Programa 1301 - calculados pelo Instituto de Economia Agrícola - IEA-APTA - mostram que a estimativa do valor da produção agropecuária do Estado (lavouras e explorações animais) atinge aproximadamente R\$ 73,5 bilhões em 2016, com aumento de mais de 20% em relação a 2015. O valor das exportações do agronegócio paulista, de acordo com dados do MAPA, deverá atingir a marca de US\$ 18,0 bilhões.

Em 2016, o Programa Cana do Instituto Agrônomo de Campinas - IAC-APTA destacou-se em relação aos pacotes tecnológicos que resultam no aumento da produtividade das lavouras. As variedades de cana-de-açúcar IAC, somadas ao manejo recomendado pelo Programa, fazem a produtividade média passar de 70 para 100 ton de cana/ha, canavicultura de três dígitos. O IAC é responsável por 23% das variedades de cana-de-açúcar lançadas no Brasil na última década. São 22 variedades IAC para o setor sucroenergético e uma para fins forrageiros. Dentre os resultados está o aumento de 30% na produtividade obtido com o manejo pelo critério da Matriz de Ambientes, desenvolvido pelo IAC. O Programa Cana IAC abriga uma biofábrica, com capacidade para produzir cerca de 3 milhões de mudas de cana por ano. O sistema inédito de multiplicação da cana, o MPB (mudas pré-brotadas), contribui para a produção rápida de mudas, associando elevado padrão de fitossanidade, vigor e uniformidade de plantio, além da redução da quantidade de mudas que vai a campo (de 18 a 20 ton de mudas, no plantio convencional, para 2 ton no MPB); em 2016 foram produzidas cerca de 150.000 mudas por esse sistema, e 400 pessoas foram treinadas desde 2013.

O IAC, referência em melhoramento genético convencional de plantas agrícolas, mantém sua atuação ininterrupta desde 1887; o Instituto gera tecnologias que auxiliam a agricultura paulista e brasileira. Dentre os resultados estão 1.055 cultivares de 99 espécies, além de pacotes tecnológicos que





envolvem desde o plantio à pós-colheita, incluindo estudos de solo, clima, pragas e doenças e segurança e eficiência na aplicação de agrotóxicos. Somente em 2016 foram obtidos os registros de 20 cultivares, sendo 13 de citros, quatro de feijão, uma de trigo, uma de amendoim e uma de algodão.

O Centro de Citros do IAC-APTA é outro exemplo de sucesso, em que a ciência agrícola contribui efetivamente para o desenvolvimento do setor. Em 2016 o IAC aprovou projeto junto ao INCT no valor de R\$ 6.816.220,11. Como um dos Institutos do Milênio do CNPq/MCT (2002-2005), o Centro de Citricultura desenvolveu extenso banco de dados de genoma expresso de citros (CitEST), integrando melhoramento genético, genoma comparativo e funcional de citros e alguns de seus patógenos. O INCT - Citrus representa não só a continuidade do programa do Instituto do Milênio, agregando as principais equipes que trabalham com citros no Brasil, mas também focalizando os temas relacionados ao melhoramento genético e genoma funcional do grupo citros, procurando integrar três plataformas: Informação Genômica, Aplicação Genômica, e Aplicação Genética. Também na área de citricultura, tem sido dada continuidade ao Programa Citricultura Nota 10, que tem por objetivo disponibilizar aos citricultores um conjunto de cultivares selecionadas pelo IAC com aptidão para o mercado de fruta in natura, para serem validadas em pomares semicomerciais visando ao desenvolvimento da citricultura de mesa no Estado. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do IAC-APTA, tem um dos dois quarentenários brasileiros e a tarefa de analisar a qualidade fitossanitária de materiais vegetais para fins de pesquisa. A Unidade do IAC já recebeu materiais de 40 países, incluindo Estados Unidos, Austrália, Canadá, Espanha, Índia, Holanda, África do Sul, Japão e China. São avaliados, anualmente, cerca de 20.000 acessos. A Unidade do IAC tem o Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB.

Com relação à transferência de tecnologia, destaca-se o Programa Aplique Bem, desenvolvido pelo IAC desde 2007, com foco no treinamento prático de aplicadores, na avaliação de equipamentos e da pulverização. O Programa é resultado de uma parceria entre o IAC e a Arysta Lifescience com os objetivos de avaliar as condições dos pulverizadores em uso na agricultura, as pulverizações e as condições de segurança do trabalho, propondo melhorias quando necessário e, realizar o treinamento de técnicos, agricultores e trabalhadores. O "Aplique Bem" atua em todas as regiões de São Paulo e do Brasil, por meio de veículos adaptados para as funções, que realizam as atividades diretamente junto aos produtores. A análise dessas informações também viabiliza o conhecimento sobre as causas dos problemas das máquinas e auxilia as indústrias no planejamento das correções, caso o diagnóstico aponte para as etapas de projeto ou fabricação de equipamentos. O "Aplique Bem" já realizou treinamentos em 849 municípios de 22 Estados, capacitando 53.500 trabalhadores.

O Programa de Sanidade em Agricultura Familiar - PROSAF, coordenado pelo Instituto Biológico, atendeu 468 pessoas em 2016, entre produtores rurais e técnicos do setor público e privado. A exposição Planeta Inseto, sediada no Museu do Instituto Biológico, recebeu no ano de 2016, até novembro, 25.350 visitantes no museu e 6.185 visitantes participaram do Planeta Inseto itinerante.



O Instituto Biológico realizou uma parceria com a Associação dos Floricultores da Região da Via Dutra - AFLORD para a implantação de uma biofábrica de ácaros predadores para o controle do ácaro rajado.

Os laboratórios do Centro de P&D de Sanidade Animal, do Centro de P&D de Sanidade Vegetal do Instituto Biológico e a Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Bastos do Instituto Biológico receberam o selo de acreditação ISO/IEC 17025 emitido pelo INMETRO.

O Instituto Biológico inaugurou laboratório de nível de segurança 3 (NB3) que tem a finalidade de manipular agentes etiológicos que oferecem risco a saúde humana e animal, cumprindo os requisitos de Segurança estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde Animal; este é o único do Estado e um dos poucos do País da área animal a ter esse nível de segurança.

O Instituto de Economia Agrícola - IEA-APTA levantou, publicou e divulgou diversas estatísticas, incluindo preços, produção e salários, que compõe um banco de dados com informações municipais, regionais e em nível estadual para subsidiar os setores públicos, agropecuário e a sociedade como um todo. Publicou diariamente os preços agrícolas que oferecem base para negociação e posicionamento dos agentes de mercado e produtores, em especial nas negociações dos programas de Aquisição de Alimentos. Para o acompanhamento das safras agrícolas disponibilizou os resultados de levantamentos realizados conjuntamente com a CATI, informações que servem como balizador de todos os segmentos nas tomadas de decisões para planejamento e governança. As informações sobre o mercado de terras apresentam valores de referência para arrecadação de Impostos (ITR, ITBI e ITCMD) servindo amplamente tanto aos proprietários de terras, quanto à estrutura das políticas de arrecadação fiscal e os agentes do Estado.

O Instituto de Pesca - IP atuou ativamente nas discussões junto à Secretaria do Meio Ambiente para a edição do Decreto nº 62.243/2016, que dispõe sobre as regras e procedimentos para o licenciamento ambiental da aquicultura no Estado de São Paulo. O decreto configura uma antiga demanda do setor produtivo de pescados, e as análises técnicas de pesquisadores do IP foram fundamentais para a redação final do texto. Além disso, o trabalho do IP possibilitou que as demandas do setor produtivo fossem consideradas na redação do decreto, tornando o ambiente mais favorável aos pequenos e médios produtores, haja vista o menor custo para licenciamento e a maior agilidade para a obtenção das licenças de operação.

Como desdobramento do Decreto nº 62.243/2016, o corpo técnico do IP foi o responsável pela edição da lista de espécies aquáticas alóctones, exóticas e híbridos cultiváveis no Estado, publicada no Diário Oficial do Estado por meio de Portaria do Diretor do IP em 1º de dezembro de 2016. Essa ação estabeleceu parâmetros para o cultivo de tais espécies, dividindo a permissão de cultivo por bacias hidrográficas e observando os sistemas de cultivo que devem ser seguidos com o objetivo de mitigar possíveis impactos ambientais.

Destacam-se ainda as parcerias do IP com a Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios - Codeagro, que possibilitaram a publicação da Série de Manuais Pesca é Saúde e a



participação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento na Feira Asian&JapanFood Show. Além dessas ações, destaca-se também o Programa de Capacitação de Técnicos da CATI que atuam em Aquicultura, promovido pelo IP em parceria com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI e, o Prêmio Josué de Castro conferido ao IP por seu projeto de inserção da carne mecanicamente separada - CMS na merenda escolar da prefeitura de Itanhaém-SP.

Teve continuidade o programa de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e apoio à inovação entre o Instituto Fraunhofer e o Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL-APTA, que segue as ações sugeridas pelo Plano de Relações Internacionais do Governo do Estado de São Paulo (Decreto nº 57.932/12). A parceria visa à cooperação para execução de projetos que atendam a Inovação em Alimentos e Biorecursos. O primeiro Projeto formal desta parceria iniciou-se em 2015 e está em plena atividade envolvendo uma equipe multidisciplinar de pesquisadores do ITAL/APTA e do Instituto Fraunhofer.

Em 2016 o ITAL lançou o Programa de Inclusão Tecnológica de Alimentos - PIT ALIMENTOS. O foco desta ação é aumentar as possibilidades de inclusão tecnológica para as pequenas empresas, de modo que tenham cada vez mais produtos inovadores e sustentáveis para atender a demanda dos brasileiros e do mercado internacional, gerando mais empregos e renda na Região Metropolitana de Campinas.

Em 2010, o Ital lançou a série Trends 2020 que objetiva estimular as pesquisas no setor privado e em instituições públicas, além de, notadamente, servir como instrumento para a inclusão tecnológica das micro e pequenas empresas, nas quais o acesso a informações sobre tendências e oportunidades de mercado ainda não é tão facilitado. Como parte deste projeto, em 2016, o Ital lançou uma plataforma de informações científicas sobre alimentos processados (<http://alimentosprocessados.com.br>) e um estudo sobre tendências na área de bebidas chamado Brasil BeverageTrends 2020. Para 2017, estão previstos o lançamento de dois novos documentos sendo um na área de leite e derivados, Brasil DairyTrends 2020, e um segundo sobre frutas e hortaliças intitulado Brasil FruitsandVegetablesTrends 2020.

Com foco no aumento da segurança de alimentos, diversas pesquisas realizadas no ITAL em 2016 foram voltadas ao estudo e quantificação de contaminantes com origem nos materiais das embalagens, ou que são gerados em alguma parte dos processos de processamento de alimentos. Além da detecção desses contaminantes, estes estudos buscam identificar os fatores determinantes dessas contaminações, a fim reduzir a probabilidade de contaminação.

O Instituto de Zootecnia - IZ arrecadou R\$ 873 mil no leilão, montante que contribui para a estabilidade das pesquisas de melhoramento genético: o Programa de Melhoramento Genético do IZ completou 40 anos, possibilitando o acesso dos produtores às tecnologias, em nível nacional. As diversidades de raças disponibilizadas pelo IZ são uma oportunidade de mostrar o resultado do trabalho do instituto, em termos de ganho de eficiência e conversão de alimentação. Organizado pela Central Leilões e transmitido ao vivo pelo Canal do Boi, o leilão resultou no arremate de 61 exemplares da raça Nelore, no qual foram arrecadados R\$ 575.600,00. A média de valor dos 34 touros foi de R\$ 11.132,35



e das 27 fêmeas foi de R\$ 7.300. Na raça Caracu, os 20 animais ofertados somaram R\$ 139.500,00, uma média de R\$ 10.075,00. Na raça Guzerá, foram negociados 17 reprodutores à média de R\$ 5.676,47, totalizando R\$ 96.500,00. Os valores obtidos superaram o resultado da última edição.

O IZ comemorou 45 anos de parceria com a CRV Lagoa. Ao longo dos anos, o IZ já disponibilizou reprodutores com genética de ponta para a bateria de Corte Zebu da Central, tendo sido comercializadas mais de 1,1 milhão de doses de sêmen. Outra importante fonte de genética vem através do programa CRV Lagoa Embryo, que já comercializou mais de 10 mil embriões.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio do Vitrine de Tecnologia Sustentável do IZ, participou do lançamento da plataforma “Integrar para Crescer”, uma parceria do Canal TerraViva, do Grupo Bandeirantes de Comunicação, e Verum Eventos, para difusão tecnológica e organização de eventos agropecuários em todo Brasil.

O Centro de Gado de Leite do IZ contou com os primeiros nascimentos de bovinos da raça Holandesa oriundos do Programa Leite Mais. Todo material genético é obtido através de parceria com a empresa AG Brasil Inseminação Artificial, que comercializa genética da Cooperativa Norte Americana Accelerated Genetics, que iniciou suas atividades no melhoramento genético em 1941. Com isso o Centro objetiva contribuir com genética superior para que os produtores de leite paulistas aumentem produtividade e agreguem mais valor ao produto. Além dessa ação, o IZ realizou análise da genética de bovinos para a produção de leite com proteína mais saudável. O objetivo da pesquisa é aumentar a incidência da proteína no rebanho, agregando valor ao leite bovino e ao consumidor, por não estar associado a uma série de problemas à saúde, que podem ser desencadeados na digestão da proteína A1, como diabetes, doenças cardíacas, arteriosclerose, alergias e inflamação da mucosa intestinal.

O IZ recebeu prêmio com pesquisa inovadora ao bem-estar de codornas: O projeto intitulado “Indicador imunológico de bem-estar de codornas em postura alojadas em diferentes densidades”, está associado à dissertação de mestrado de aluna, e orientada por pesquisadora do referido Instituto. O alto número de aves em um mesmo recinto fechado, como gaiolas, tem gerado diversos questionamentos sobre bem-estar das aves. O estudo foi desenvolvido com o objetivo de avaliar o bem-estar de codornas, submetidas a diferentes densidades de alojamento, por meio de indicador imunológico IgY nas gemas dos ovos.

O IZ firmou termo de compromisso público-privado com a empresa Hyg Systems Ingredientes, para o desenvolvimento de produto para o controle de pragas de importância veterinária, utilizando componentes naturais. Fundamentada no novo modelo do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, com interveniência da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio - Fundepag, formalizou-se a parceria.

Dentre as atividades de geração e transferência de conhecimento efetuadas em 2016 pela APTA Regional, o Polo Regional da Alta Mogiana, com sede em Colina, levou informações e tecnologia do Boi 7.7.7 para aproximadamente 1.750 pecuaristas dos estados de São Paulo, Mato



Grosso, Minas Gerais e Tocantins. O conceito 7.7.7 é técnica inovadora de produção que permite produzir um boi de 21 arrobas em dois anos com ganhos de peso vivo de 7 arrobas na desmama, 7 arrobas na recria e 7 na engorda. Esse conceito prega a eficiência em todos os processos de modo a se alcançar uma produtividade que atenda tanto aos anseios do pecuarista quanto dos frigoríficos, trazendo um melhor resultado financeiro para toda a cadeia produtiva.

O Polo do Extremo Oeste (com sede em Andradina), unidade de pesquisa da APTA Regional apresentou para cerca de 1.000 produtores e criadores de gado da região o Sistema APTA de Integração-Lavoura-Pecuária-Floresta - ILPF. Este sistema é utilizado para a recuperação de áreas degradadas, por meio do emprego de lavouras, tendo como finalidade a produção de grãos para amortizar, em parte os custos da recuperação das pastagens, pela venda dos grãos e o aproveitamento dos nutrientes residuais das lavouras para produção de forragem. Além da lavoura e da pastagem, utiliza-se um terceiro componente, o arbóreo, que possibilita o aumento de renda da propriedade, pela exploração econômica de mais de um produto, e ainda, melhorar as características físicas e químicas do solo, os índices de produção animal, as árvores em crescimento contribuirão para o sequestro de carbono e, conseqüentemente, mitigação da emissão dos gases do efeito estufa, além de fornecer sombra aos animais que serão criados no sistema. Todos esses fatores tornam a ILPF um sistema sustentável.

Em 2016 teve continuidade o Programa de Melhoramento de Batata Semente do Instituto Agrônômico na Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento de Itararé da APTA Regional. Para viabilizar a produção de batata sementes orgânicas livres de vírus, já foram investidos pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento aproximadamente R\$ 400 mil com a aquisições de máquinas e equipamentos. Estima-se, com a aquisição dos equipamentos, uma produção inicial de 360 mil quilos de batatas-sementes orgânicas de variedades de boa aceitação na gastronomia, ótimas para elaboração de purês e ideais para o uso na indústria de batata chips.

O Polo Regional da Alta Sorocabana foi destaque em 2016 com a pesquisa “Manejo do ambiente e do solo para o cultivo de folhosas no verão” ao receber o Prêmio Josué de Castro de Combate à Fome e a Desnutrição.

### **1307 - Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável**

**Objetivo:** promover os agentes locais de desenvolvimento como articuladores das forças presentes nos municípios, visando conjugar o desenvolvimento econômico, a promoção da cidadania e a preservação do meio ambiente.

### **Microbacias II - Acesso ao Mercado Para os Agricultores Familiares**

A CATI realiza ações que buscam o desenvolvimento social e econômico sustentável do campo, por meio de programas e ações participativas articuladora da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícola através de programas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER. O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao



Mercado - PDRS - Microbacias II, o principal de seus programas de ATER, está apoiando as organizações de produtores rurais para que possam participar de maneira mais efetiva junto ao mercado consumidor. Assim, consolida um novo perfil de agricultor familiar empresarial, capaz de gerar mais renda a partir da atividade rural e, principalmente de reduzir o êxodo rural da população mais jovem, permitindo que passem a participar do processo de gestão desses novos empreendimentos. O PDRS – Microbacias II acumulou em 6 chamadas públicas, até o final do ano de 2016, 324 planos de negócios aprovados e em implantação, o que totaliza um apoio de R\$ 140.085.384,89 na forma de subvenção econômica e atendendo a um público de 9.607 produtores e suas famílias, sendo 93% de agricultores familiares.

Nas Salvaguardas Sociais do Projeto foram trabalhados quatro objetivos estratégicos: I) Realização de serviços permanentes de ATER nas Aldeias e Quilombos; II) Realização de cursos de capacitação para estas populações; III) Elaboração, com as comunidades e organizações parceiras (Funai, Itesp), de Planos de Etnodesenvolvimento, que contemplam um diagnóstico integral de cada comunidade, com o levantamento dos principais problemas e das potencialidades e talentos existentes; IV) Elaboração de propostas de investimentos a serem realizados pelo PDRS - Microbacias II por meio das associações comunitárias.

### **Abastecimento de Sementes e Mudanças no Estado de São Paulo**

A ação insere-se na estratégia de garantir ao agricultor familiar o acesso a sementes e mudas com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária, de melhor relação custo/benefício, visando à sustentabilidade da produção agrícola, e sua inclusão social.

O atual cenário da produção de sementes no Brasil é de crescente oferta das espécies transgênicas. Em São Paulo, entretanto, a CATI, por meio do seu Departamento de Sementes e Mudanças e Matrizes - DSMM, opta por ofertar sementes do tipo “variedade” não transgênicas, de ótimo potencial produtivo, adaptado as condições paulistas. Estas variedades têm sua importância tanto na agricultura convencional, como também na produção “orgânica”, onde os preceitos produtivos impedem o uso de quaisquer sementes modificadas geneticamente.

O DSMM está em processo de ajuste de produção de sementes para alimentação básica como arroz, feijão, milho e trigo, sendo importante insumo de política de segurança alimentar, também desenvolve projetos de produção de sementes no sistema orgânico de arroz, feijão e milho, para atender a crescente demanda dos agricultores familiares deste segmento.

Na safra das águas 2015/2016 e inverno 2016/2016 o DSMM instalou 18 campos de sementes, num total de 1.105,72 ha em áreas próprias. Desses campos a produção bruta foi de 2.010.414 quilos o que resultou 1.433.962 quilos de sementes beneficiadas, das quais 1.190.010 quilos, (produção própria) dentro dos padrões oficiais de sementes; atingindo 59,50 %, da meta estipulada no SIMPPA para o ano de 2016. A meta estipulada não foi atingida em função da nova sistemática de contratação de produção de campo por cooperadores, além da perda de 150 hectares de milho plantado no Núcleo de Produção de Sementes “Ataliba Leonel”, em função de geadas, esta produção



representaria um acréscimo de 600.000 quilos de grãos, aproximadamente 360.000 quilos de sementes impossibilidade na contratação de produção de campos por cooperadores.

Até novembro de 2016, o DSMM comercializou 1.131,20 toneladas de sementes. Foram disponibilizados a todos os 645 municípios paulistas sementes e mudas de qualidade beneficiando mais de 7.600 produtores rurais, principalmente, os pequenos e médios produtores; realizando um atendimento direto a 553 municípios por seus Núcleos de Produção e Casa de Agricultura. A rede de laboratórios de análise de sementes da CATI realizou 14.082 análises em 3.835 amostras de sementes, emitindo 2.082 boletins oficiais de resultados.

Com relação à execução orçamentária do exercício de 2016, bem como os demais exercícios, no caso do Departamento de Sementes Mudas e Matrizes da CATI, depende da dimensão do Plano de Produção de Sementes estabelecido anualmente, com base nas demandas dos diversos setores envolvidos, como a indústria, produtores, interesse por novas espécies e variedades conforme preços dos produtos agrícolas entre outros.

Desta forma a variação nas quantidades a produzir de sementes e mudas a cada ano varia intensamente, impactando no volume das despesas realizadas para atendimento ao Plano de Produção de Sementes e conseqüentemente a execução orçamentária.

Destacamos que no ano de 2016 houve forte investimento na recuperação do Núcleo de Produção de Sementes “Ataliba Leonel”, que é a principal unidade de produção deste DSMM. Foram adquiridos equipamentos (Trator, Pulverizador, Semeadora e Carra Tanque), além da aquisição de insumos para o plantio de safra 2016/2017, ou seja, o investimento no plantio terá retorno na disponibilidade de sementes para o ano de 2017, a previsão estimada é de 1.380.000 quilos de sementes, somente para a cultura milho variedade.

Houve ainda neste ano o investimento na aquisição de insumos para o crescimento na produção de mudas, estima-se uma produção de 1.050.000 mudas para o exercício 2017. Vale ressaltar que os investimentos na produção de um exercício só geram resultado no próximo em razão do período agrícola. Portanto, os resultados do exercício 2016 são consequência da execução orçamentária 2015. Neste sentido, a execução orçamentária realizada em relação à prevista foi de 87% para despesas correntes e 99,12% para despesas de capital.

### **Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável - ATERAS**

A CATI é a gestora do Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento - SEIAA, por meio do qual são formalizados convênios entre o Estado e os municípios visando integrar os esforços dos órgãos públicos para promover maior eficiência dos serviços de ATER voltados ao desenvolvimento do setor agropecuário, à preservação ambiental, à melhoria do abastecimento alimentar e à execução da Política Agrícola do Estado. No ano de 2016 foram firmados convênios SEIAA com 277 municípios, o que possibilitou o envolvimento de 589 servidores municipais no



desenvolvimento dos trabalhos em ações de assistência técnica e extensão rural para o atendimento aos agricultores e desenvolvimento de Projetos de Desenvolvimento Rural.

Também em 2016, a CATI estabeleceu novas atividades visando a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento e aprimoramento das cadeias produtivas do Estado. Neste sentido, cerca de 11.600 ha localizados no meio rural paulista foram assistidos pelos técnicos da CATI por meio da elaboração e/ou acompanhamento de projetos técnicos, recomendações de práticas de manejo para recuperação de áreas degradadas, uso racional da água e adoção de sistemas de produção sustentáveis. Considerando esta área, foram elaborados e executados 27 projetos de subvenção para recuperação de voçorocas, por meio do Projeto Integra SP - Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - FEAP, abrangendo 787 ha em propriedades localizadas 19 municípios paulistas, totalizando R\$239mil em recursos aplicados nessas propriedades.

Em 2016, foram cadastradas 1.315 propostas de trabalhos em 569 municípios, distribuídas nas cadeias de Aquicultura (55), Bovinocultura de Corte (110), Bovinocultura de Leite (247), Cafeicultura (66), Fruticultura (157), Heveicultura (55), Olericultura (281) e também em demanda (526) (POA/2016), que se destina a atender as atividades dos projetos não cadastrados na Casa da Agricultura. Os trabalhos com as cadeias produtivas estimulam a adoção das Boas Práticas Agropecuárias - BPA, que atualmente conta com 228 propriedades com protocolos, cujo objetivo é melhorar continuamente as condições sociais, ambientais, econômicas e produtivas das pessoas que ganham seu sustento gerando renda e empregos com a atividade agropecuária, fomentar a sustentabilidade ambiental nas cadeias produtivas e, ao mesmo tempo ampliar a quantidade e a qualidade de produtos paulistas que reúnem os critérios básicos da sustentabilidade econômica, social e ambiental. As principais atividades desenvolvidas dentro de cada uma das cadeias produtivas, de acordo com informação do sistema de gestão dos projetos são apresentadas na Tabela 2.

**Tabela 2. Atividades desenvolvidas nos "Projetos Institucionais" com recursos da ATERAS.**

<b>PROJETO</b>	<b>Levantamento<sup>3</sup></b>	<b>Visita</b>	<b>Acompanhamento Regional<sup>1</sup></b>	<b>Capacitação de Produtores<sup>2</sup></b>	<b>Capacitação de Técnicos</b>
Demanda <sup>4</sup>	27.411	19.679	9.585	3.332	612
Olericultura	1.566	9.496	2.384	5.507	223
Bovinocultura de Leite	769	8.283	2.338	3.429	382
Recuperação de Áreas Degradadas	558	2.223	766	1.455	85
Fruticultura	487	4.256	1.003	1.413	30
Bovinocultura de Corte	147	2.058	574	749	113
Cafeicultura	360	2.220	317	2.996	39
Heveicultura	150	865	435	1.813	10
Aquicultura	101	686	377	2.225	46
<b>Total geral</b>	<b>31.549</b>	<b>49.765</b>	<b>17.778</b>	<b>22.919</b>	<b>1.540</b>





<sup>1</sup> Atendimento do técnico da regional para apoiar ou atender solicitação do técnico da Casa da Agricultura.

<sup>2</sup> Número de produtores capacitados.

<sup>3</sup> Levantamentos destinados a atualização de informações estatísticas dos municípios.

<sup>4</sup> Demanda refere-se a todas as atividades desenvolvidas pela Casa da Agricultura não cadastradas nos projetos.

Fonte: Sistema de Gestão dos Projetos Institucionais/CATI/SAA

O Centro de Treinamento e Assistência Técnica Educacional - CETATE, vinculado ao Departamento de Comunicação e Treinamento – DCT, é responsável pela capacitação de todo corpo técnico e administrativo da rede e pela coordenação das atividades de treinamento e desenvolvimento dos produtores e trabalhadores rurais. Oferece oportunidades de estágio curricular obrigatório para alunos de escolas públicas ou privadas de 2º Grau ou Ensino Superior, visando o aperfeiçoamento técnico-científico-profissional e a promoção da integração instituição de ensino-comunidade, contribuindo para a implementação da missão da CATI. O Centro de Treinamento possui salas de aula, de reunião e de informática, assim como um auditório, com capacidade de 238 lugares. Essas dependências são disponibilizadas para aluguel ou cessão, para instituições públicas e privadas que se interessarem, mediante solicitação prévia. Em 2016, o Centro de Treinamento coordenou 661 atividades, visando atender ao processo de capacitação de técnicos e produtores.

Assim como o CETATE, o Centro de Comunicação Rural - CECOR, também vinculado ao DCT, elencou suas atividades de comunicação na Tabela 3.

**Tabela 3 - Atividades desenvolvidas pelo Departamento de Comunicação e Treinamento (DCT)**

<b>Atividades do Centro de Comunicação Rural - CECOR</b>	<b>Quantidade</b>
Reportagens escritas para o site	124
Acessos no site	950.000
Vídeos produzidos	61 - com 95.179 acessos
Revista Casa da Agricultura	3 edições – 15 mil exemplares
Reportagens escritas para a Revista Casa da Agricultura	130
Notícias para o boletim da Secretaria da Agricultura	25
Edições CATI on-line	54
Livros (*1)	8.600
Impressos (folder, cartaz, crachá, banners e faixas)	85.056
Criação – (só arte – convite virtual, placa, faixa, etc.)	148
Publicações vendidas	1.740 - R\$ 20.581,00
Fale Conosco	710 atendimentos
CATI na Imprensa (*2)	200 divulgações
<b>Atividades do CETATE</b>	
<b>Atividades de capacitação do público externo e interno</b>	<b>Quantidade</b>



Enfoque em áreas degradadas	24
Enfoque em cadeias produtivas específicas	407
Enfoque em agricultura orgânica	27
Enfoque ao uso correto de agrotóxicos	18
Enfoque operacional do PDRS Microbacias II	154
Enfoque nas atividades da CATI - demanda	31
<b>Total</b>	<b>661</b>
<b>Público externo e interno capacitados</b>	<b>Quantidade</b>
Produtores Rurais e Familiares	17.266
Organizados em associações e cooperativas	4.699
Indígenas e quilombolas	299
Funcionários de prefeituras	25
Público estratégicos	540
Público operacional	1.492
Atendimento ao FALE CONOSCO / CATI	11
Estágios curriculares	12
Afastamento para eventos técnico-científicos	157
<b>Total</b>	<b>24.501</b>

Fonte: CETATE e CECOR

(\*1) publicações confeccionadas, solicitadas, mas não impressas. I.P. 275; I.P. 270; I.P. 230; I.P. 276 e B.T. 247. (Consultoria Jurídica).

(\*2) Em 2016 passamos a disponibilizar divulgações sobre a CATI na Imprensa.

Os seguintes levantamentos, realizados pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral no ano de 2016, foram posteriormente utilizados pela APTA/IEA para elaboração de análises que orientam os empreendedores paulistas das cadeias produtivas e a formulação de políticas públicas para a área: a) Levantamento Subjetivo para previsão de Safra, cuja finalidade é levantar dados de produção nos municípios, os quais servirão, principalmente, para checar os dados dos levantamentos Objetivos e para elaborar previsões e estimativas de safras de produtos que não constam no Levantamento Objetivo. Foram preenchidos 3.019 questionários para o levantamento de dados subjetivos no ano de 2016; b) Levantamento Subjetivo de Preço Corrente - tem por objetivo levantar preços e valores correntes de fatores, insumos e produtos agropecuários nas diferentes regiões do Estado. Foram preenchidos 1.828 questionários para o levantamento de dados subjetivos de preços correntes no ano de 2016; c) Atualização do Banco de Dados do Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo - LUPA. Atualmente a CATI faz a atualização do LUPA durante atendimentos realizados aos produtores rurais. No ano de 2016 foram atualizadas informações de 56.662 unidades de produção do Estado; d) Em 2016 os técnicos da CATI relataram no sistema de Relatório Diário de Atividades - RDA um total de 277.425 atividades, como detalha a Tabela 4.



**Tabela 4. Resumo das atividades desenvolvidas na CATI, de acordo com o Relatório de Atividades Diárias (RDA).**

<b>Tipo de Atividade</b>	<b>Total</b>	<b>Total %</b>
Emissão de documentos (laudos, declarações, receitas técnicas etc.)	32.617	11,76%
Realização de atividades de capacitação (cursos, dias de campo etc.)	2.321	0,84%
Participação em atividades de capacitação	3.406	1,23%
Atividades de planejamento (reuniões técnicas, elaboração de projetos etc.)	26.981	9,73%
Atendimento de demandas diversas (consulta, venda de sementes, inspeções, visitas técnicas, mapeamentos, levantamentos etc.)	141.260	50,92%
Prestação de serviços	44.433	16,02%
Outras Atividades (Assessoria Técnica, Ações De Divulgação etc)	26.407	9,52%
<b>Total geral</b>	<b>277.425</b>	<b>100%</b>

Fonte: CIAGRO/CATI/SAA

Na área de políticas públicas, a CATI é habilitada a emitir declarações de aptidão para acesso ao Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - FEAP, ao Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social - PPAIS e também ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, sendo que seus técnicos orientam os produtores e ainda elaboram as propostas e projetos necessários para participação nestas políticas públicas. É importante destacar que a Declaração de Aptidão ao FEAP habilita o produtor rural paulista a participar também dos programas de subvenção, das linhas de crédito FEAP, dos programas Pró-Trator e Pró-Implemento e do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões - RADGE.

**Tabela 5 – Número de declarações emitidas pela CATI em 2016.**

<b>Tipo de Atividade</b>	<b>Total</b>	
Declarações de Aptidão ao PPAIS (DCONP) emitidas	391	4%
Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitidas	5.200	57%
Declarações de Aptidão ao FEAP emitidas	3.605	39%
<b>Total geral</b>	<b>9.196</b>	<b>100%</b>

Fonte: CATI (DCONP/RDA/FEAPNet)

### **Práticas de Manejo de Solo Sustentáveis para Mitigação das Emissões de Carbono**

No ano de 2016 não houve dotação orçamentária destinada à Ação 2471. No entanto, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAA por meio da CATI decidiu dar continuidade às ações de âmbito conservacionista e de boas práticas agropecuárias nas propriedades rurais, tendo como política norteadora o Programa Integra São Paulo (Decreto 58.930/2013). Deste modo, para conseguir realizar estas atividades, utilizou recursos da Ação 4437 - Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável - ATERAS, cujas ações foram descritas anteriormente. As ações foram materializadas por meio dos programas de crédito e subvenção vinculados ao FEAP, e principalmente pelas atividades de extensão rural realizadas dentro Projetos Institucionais da CATI. Outra ação



rotineira realizada pela CATI, considerando a questão da regularidade das atividades rurais perante os órgãos ambientais, é a emissão das Declarações de Conformidade da Atividade Agropecuária - DCAA para empreendimentos agropecuários no Estado de São Paulo. A DCAA é um documento que dispensa o licenciamento ambiental de algumas atividades agropecuárias em função de seu reduzido potencial poluidor, conforme disposto em Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC. A Tabela 6 mostra a quantidade de DCAA, por tipo, emitidas em 2016.

**Tabela 6. Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária**

<b>Atividade</b>	<b>Quantidade</b>	
Cultivo de espécies de interesse agrícola temporárias, semi-perenes e perenes;	<b>19.346</b>	<b>63%</b>
Criação de animais domésticos de interesse econômico, exceto as atividades de avicultura, suinocultura, desde que estas não sejam de subsistência;	<b>9.454</b>	<b>30,8%</b>
Apicultura em geral;	<b>46</b>	<b>0,1%</b>
Reforma e limpeza de pastagens quando a vegetação a ser removida seja constituída apenas por estágio pioneiro de regeneração de acordo com a legislação vigente;	<b>155</b>	<b>0,5%</b>
Projetos de irrigação;	<b>231</b>	<b>0,8%</b>
Implantação ou regularização de poços rasos ou profundos e de estruturas para permitir a captação ou lançamento superficial em corpos d'água, bem como a regularização de barragens e travessias existentes destinadas a atividades agropecuárias, quando não implicarem supressão de vegetação nativa;	<b>1.325</b>	<b>4,3%</b>
Aquicultura nos termos do Decreto 60.582, de 27-06-2014 (caso a data de emissão da Declaração for anterior a 27-06-2014, são considerados os termos do Decreto 58.544, de 13-11-2012);	<b>146</b>	<b>0,5%</b>
<b>Total</b>	<b>30.703</b>	<b>100%</b>

Fonte: CIAGRO/CATI/SAA

### **1308 - Abastecimento, Segurança Alimentar e Dinamização das Cadeias Produtivas**

**Objetivo:** Desenvolver as cadeias produtivas paulistas por meio de políticas públicas voltadas ao abastecimento, à organização de pequenos produtores, a melhoria de qualidade de produtos, à qualificação profissional, promoção da segurança alimentar e do alimento seguro, bem como, otimizar o acesso a informações e a prestação de serviços.

As Ações Integradas em Abastecimento e Segurança Alimentar, inserida no Programa 1308, tiveram sua finalidade adequada ao objetivo do programa, visando o combate ao desperdício de alimentos; a implantação de cozinhas experimentais, a compra de sementes e instalação de hortas convencionais ou em ambiente protegido, a disponibilização de canais de comercialização ao produtor, a promoção da capacitação por meio de cursos e palestras na área de nutrição e geração de renda e a elaboração e distribuição de publicações. As Hortas Comunitárias, para as quais a CODEAGRO distribui sementes por intermédio das Prefeituras Municipais, entidades assistenciais, casas de agricultura e organizações governamentais, é outra ação relevante que beneficia uma expressiva



quantidade de pessoas, tendo sido distribuídos 25 kg para plantio de 22 hectares, atendendo cerca de 24 mil pessoas em 2016.

O Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor visa a criação de canais fixos e móveis para o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários e agroindustriais de pequenas e médias propriedades. O objetivo é proporcionar condições necessárias para promover aumento da renda, difusão de informações técnicas e mercadológicas além da capacitação dos produtores e campanhas de alimentação com foco nos consumidores e, ao mesmo tempo, melhorar a disponibilidade de alimentos seguros, rastreados e a preços compatíveis aos praticados no mercado. O Projeto possui quatro feiras semanais: sendo três de produtos convencionais e uma de produtos orgânicos. Em 2016, foram comercializadas mais de 5,1 mil toneladas de produtos. Semanalmente são atendidas, aproximadamente 19 mil pessoas.

A capacitação na área de nutrição e geração de renda é realizada pelo Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CESANS, responsável pelos cursos sobre educação alimentar e preparo de alimentos. Além dos cursos, houve distribuição de publicações visando a promoção da Educação Alimentar. No ano de 2016, foram entregues 67.290 exemplares de publicações técnicas de orientação nutricional e educação alimentar, também foram testadas 121 receitas na cozinha experimental visando o aproveitamento integral dos alimentos e realizou-se o treinamento de 2.290 pessoas. É importante destacar que no ano corrente, houve a capacitação de alunos no Projeto das Padarias Artesanais no Palácio dos Bandeirantes; a elaboração de artigos e peças sobre alimentação saudável, produtos de época, aproveitamento integral de alimentos; a realização de cursos nos municípios do interior e na capital do Estado, considerando temas dessa área, assim como de geração de renda; a realização da XXIII Semana da Alimentação "Saudável é Mais", com lançamentos dos livros: Diga Não ao Desperdício, Horta Urbana e Periurbana, além do primeiro volume do manual "Pescado é Saúde", em parceria com o Instituto de Pesca. A participação com degustação no "Mercado São Paulo", em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

A **Tabela 7** resume as atividades do CESANS.

**Tabela 7 - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**

	2016
<b>Indicador</b>	
Materiais de Orientação	67.290
Cozinha experimental (receitas testadas).	121
Cursos sobre alimentação	149
Pessoas treinadas	2.290

Fonte: CODEAGRO

O projeto Padarias Artesanais desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios - CODEAGRO, tem como objetivo qualificar



profissionais e capacitar agentes multiplicadores na produção de 10 (dez) tipos de pães, feitos com vegetais e frutas, conforme Decreto nº 57.635/2011. Em 2016, foram realizados 119 cursos e atendidas 1.465 pessoas. O Projeto Horta Educativa, também desenvolvido pelo FUSSESP, em parceria com a SAA, por meio da CODEAGRO, tem como objetivo fortalecer o trabalho educacional voltado à formação de valores sociais, culturais e alimentares compatíveis com a preservação da cultura do país, do meio ambiente e da promoção de hábitos alimentares saudáveis. O objetivo é ensinar, mesclando aulas teóricas e práticas, conceitos de Educação Ambiental, Nutricional e Valorização do Meio Rural via Horticultura, conforme Decreto nº 57.910/2012. Em 2016, foram realizados 4 cursos e atendidos 203 profissionais da área da educação.

O Instituto de Cooperativismo e Associativismo - ICA, tem por finalidade orientar a organização de cooperativas e associações, principalmente na área rural. Proporciona também a essas sociedades, assessoria e consultoria administrativa, organizacional, econômico-financeira e jurídica. Promove cursos e seminários para cooperados, técnicos e funcionários de cooperativa e edita publicações de orientação às cooperativas e pesquisas sobre o cooperativismo e associativismo estadual. Entre as atividades realizadas destaque para:

- O aprimoramento do sistema de compras públicas da agricultura familiar. Neste período foram disponibilizados, no site da CODEAGRO ([www.codeagro.sp.gov.br](http://www.codeagro.sp.gov.br)), 380 editais de compras (PPAIS e PNAE) da agricultura familiar, levando ao produtor oportunidades de negócio de mais de 100 milhões de reais. Ato contínuo, procedeu-se ao refinamento da ferramenta de busca do sistema, à qual foram agregados recursos que proporcionaram maior consistência de dados, bem como a emissão de relatórios de acompanhamento e monitoramento. Temos ainda a ampliação da assessoria prestada pelo ICA às unidades executoras (entidades públicas executoras dos programas) por meio de ações como a confecção e disponibilização de modelos de editais de compra, formatados de maneira clara e funcional.

- 60 Declarações de Regularidade e Funcionamento do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - FEAP que foram entregues, dentre outras habilitações, possibilitaram às Associações e Cooperativas Rurais acesso ao financiamento destinado à execução das atividades preconizadas no Projeto Microbacias II.

- Realização de mais de 200 atendimentos in loco, beneficiando cerca de 15.000 associados de Cooperativas e Associações;

- Foi realizado um levantamento objetivando a constituição de cadastro das entidades paulistas que constituem o público-alvo do ICA, que já conta com 1.204 Associações, 644 Unidades de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, 394 Cooperativas e 240 Sindicatos Rurais.

- Ainda em 2016 foram desenvolvidas atividades de Educação Cooperativista por meio da elaboração e disponibilização, para download livre no site da CODEAGRO, de arquivos digitais contendo legislação aplicada às cooperativas, modelos de estatutos de cooperativas e associações, de atas de assembleias gerais, dentre outras publicações.



Em 2016 os números de atendimentos às associações e cooperativas foram de 282 assessorias prestadas, atendendo mais de mil participantes.

### **1311 - Defesa Agropecuária para Proteção Ambiental, Saúde Pública e Segurança Alimentar**

**Objetivo:** Promover, por meio da fiscalização dos agentes envolvidos na cadeia produtiva de alimentos, a manutenção e valorização do patrimônio agropecuário, a sanidade animal e vegetal, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária e a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, visando incrementar a competitividade dos produtos paulistas.

**Erradicação da Febre Aftosa:** Este programa visar manter o estado como área livre de febre aftosa, por meio de atividades como vacinação obrigatória de bovinos e bubalinos, vigilância e geoposicionamento em propriedades rurais, realização de inquéritos soroepidemiológicos, controle do trânsito, manutenção de sistema eficaz de vigilância epidemiológica, treinamento e capacitação do corpo técnico para atuação em emergências sanitárias e estímulo à participação comunitária na defesa sanitária animal. O último foco de febre aftosa no Estado foi registrado em março de 1996, e o estado é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal - OIE como livre de febre aftosa com vacinação. A vacinação é obrigatória em bovinos e bubalinos e ocorre em duas etapas, sendo que em maio são vacinados bovídeos de até 24 meses de idade e novembro todos os bovídeos, independentemente da idade. Para verificar as condições de vacinação, especialmente em propriedades consideradas de maior risco, são realizadas vacinações assistidas.

Na etapa realizada em maio/2016, foram vacinados 4.518.598 animais, 99,46% dos 4.543.182 bovídeos envolvidos. Os dados referentes à etapa de vacinação novembro/2016 deverão ser totalizados no dia 31/12/2016. Até 29/11, foi declarada a vacinação de 7.767.810 bovídeos, 71,56% dos 10.854.973 animais envolvidos.

**Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos - SISBOV:** Tem como objetivo o controle e rastreabilidade do processo produtivo das propriedades rurais de bovinos e bubalinos. A adesão ao SISBOV é voluntária para os produtores rurais, sendo obrigatória para comercialização de carne bovina e bubalina para mercados que exigem rastreabilidade (como os países membros da União Europeia). Os médicos veterinários da Coordenadoria de Defesa Agropecuária - CDA, realizam auditorias nas propriedades rurais cujos proprietários almejam exportar para esses mercados. Desde 2008, foram realizadas 726 auditorias em propriedades rurais. No ano de 2016 foram 38 auditorias. Atualmente, 128 propriedades paulistas participam do SISBOV, das quais 123 estão aptas para exportação à União Européia. Entre as 5 propriedades que não se encontram na relação de aptas, 3 receberam auditoria em outubro e aguardam a publicação oficial, enquanto as outras duas receberão auditorias oficiais no mês de dezembro.



**Sanidade dos Equídeos:** Visa à proteção da saúde do rebanho equídeo com relação às doenças de notificação obrigatória, como a Anemia Infecciosa Equina - AIE e Mormo. As ações que constituem o programa são atendimento a suspeitas, detecção de focos e saneamento dos mesmos com o sacrifício dos animais positivos e realização de exames diagnósticos dos contactantes. **(Tabela 8).**

**Tabela 8 - Atividades em sanidade dos equídeos, executadas em 2016**

Produto/indicador	AIE	Mormo
Municípios trabalhados	45**	57***
Propriedades trabalhadas	54**	72***
Amostras colhidas	3.455**	740***
Animais positivos sacrificados	46*	14***
Inquérito soroepidemiológico realizado	0***	0***

\* Dados referentes ao período de janeiro até agosto de 2016; \*\* Dados referentes ao período de janeiro à outubro de 2016; \*\*\* Dados referentes até 05 de dezembro de 2016.

**Combate a Raiva dos Herbívoros:** A raiva é uma doença de peculiar interesse para o Estado de São Paulo e objeto de atenção pela CDA, para a redução na frequência de sua ocorrência, pois causa sérios prejuízos à agropecuária e riscos à saúde pública, sendo uma das mais importantes zoonoses e sempre fatal. As armas profiláticas disponíveis permanecem aquelas tradicionalmente conhecidas e recomendadas no controle da raiva dos herbívoros quais seja, imunização ativa (vacinação) dos animais susceptíveis para a redução da frequência de casos e limitação da população de morcegos hematófagos para a redução da atividade viral. A vacinação obrigatória foi abolida devido ao bom controle da doença, sendo apenas recomendada em casos de agressão pelo transmissor e nas áreas de perifoco. As regiões da Serra da Mantiqueira e divisa com Minas Gerais possuem maior ocorrência dos casos diagnosticados de raiva dos herbívoros, sendo motivo de atenção especial pelo serviço de Defesa Agropecuária. Embora em 2016 tenha havido diminuição de casos, os trabalhos continuam intensificados principalmente nessas regiões **(Tabela 9).**

**Tabela 9 - Combate à raiva dos herbívoros, executado 2016**

Produto/indicador	Unidade	2016*
Número de focos atendidos	Focos	95
Controle da população de morcegos hematófagos	Morcegos capturados	6.330
Adesão ao modelo de mutirões	Regionais	34
Inspeção em abrigos de morcegos hematófagos	Nº de abrigos	3.238

\* Dados até 30/11/2016

**Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose:** As medidas utilizadas para execução dos objetivos são medidas obrigatórias, sendo a vacinação de brucelose das fêmeas de bovídeos entre 3 e 8 meses de idade e o controle de trânsito interestadual e dentro do estado. Uma outra frente do programa é a realização de diagnósticos de brucelose e tuberculose por parte de médicos veterinários. É implementada também medida voluntária que consiste em reconhecimento de propriedade livre para as doenças. A vacinação da brucelose e o diagnóstico de brucelose e tuberculose





somente podem ser realizados sob a responsabilidade de médicos veterinários, a CDA cadastra/habilita estes profissionais para tais atividades (**Tabela 10**).

**Tabela 10 - Controle e erradicação da brucelose e da tuberculose, executado 2016**

<b>Produto/indicador</b>	<b>Unidade</b>	<b>2016</b>
Livres Certificadas	Propriedade	31
Livres em Certificação	Propriedade	70
Monitorada Certificada	Propriedade	01
Credenciados	Méd. Veterinário	2.991
Vacinadas (%)**	Propriedade	84,81
Vacinadas (%)**	Bezerra	93,41*

\*Dados de propriedade e bezerra, ambas vacinadas (%), se referem aos índices do 1º semestre de 2016 pois o primeiro relatório consolidado destas informações será apresentado no dia 15 de dezembro de 2016.

**Sanidade Avícola:** No Estado está localizado o primeiro Estabelecimento Avícola Compartimentado do Brasil. O conceito de compartimentação elimina a questão geográfica. Assim, mesmo no caso de surtos de determinadas enfermidades em um Estado ou região, a empresa compartimentada pode continuar a exportar. O contrário também é verdadeiro. Se houver algum problema em uma determinada instalação, apenas a empresa é interdita e não toda uma região ou Estado. Neste sentido, a CDA realiza diversas ações para evitar o ingresso de doenças aviárias inexistentes no Estado ou que possam prejudicar seus plantéis, com ênfase às enfermidades de notificação obrigatória à OIE, apoiando a manutenção e a expansão da atividade avícola no Estado. Até o momento, os resultados do trabalho de vigilância para Influenza Aviária e Doença de Newcastle, por meio do inquérito soropidemiológico e monitoramento das aves migratórias e de subsistência localizadas no complexo estuarino-lagunar de Cananéia-Iguape-Ilha Comprida, não demonstraram atividade viral. Com relação à implantação do Sistema GEDAVE está sendo possível manter a rastreabilidade das aves e ovos férteis, transportados entre os incubatórios, as granjas, e os abatedouros localizados no Estado. Uma novidade implantada nesse sistema, foi o atestado veterinário on line, que possibilitou a emissão da e-GTA - Guia de Trânsito Animal Eletrônica, de aves da ordem passeriforme pelo próprio criador. Com relação à Laringotraqueíte infecciosa das aves, como parte do programa para o controle da doença e planejamento das ações, está sendo realizado o inquérito soropidemiológico na região denominada "bolsão de Bastos" e, em breve no núcleo colonial Mombuca a região de Guatapará. Atualmente, cerca de 4,6 mil estabelecimentos avícolas estão cadastrados no Sistema GEDAVE, e 26,75% dos estabelecimentos avícolas comerciais (corte e postura) foram registrados (Tabela 11).



**Tabela 11 - Sanidade avícola, executado 2016**

<b>Produto/Indicador</b>	<b>Unidade</b>	<b>2016</b>
Estabelecimentos cadastrados com aves;	Propriedades	4.681
Registro Estabelecimentos Avícolas Comerciais;	Estabelecimentos	995
Monitoramento Sanitário em aves comerciais, subsistência e silvestres;	Estabelecimentos	189
Monitoramento Sanitário em aves de reprodução	Núcleos	503
Propriedades com Notificação ou Suspeita de doença	Propriedades	82
Controle/Erradicação de Focos (doenças)	Inspeções	7
Certificação Sanitária	Certificados emitidos	207

**Sanidade dos Suídeos:** O plantel da suinocultura no Estado é de aproximadamente 900.000 animais, destacando-se pela sua importância genética, existem produtores especializados na criação de reprodutores e esta genética encontra mercado em outros estados da federação e inclusive é exportada para países vizinhos. Considerando este importante nicho de mercado, a Coordenadoria Defesa Agropecuária - CDA trabalha para realizar as atividades previstas no sistema de vigilância na zona livre de Peste Suína Clássica - PSC, instituído pela Norma Interna nº 05 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, por meio da qual Estado se comprometeu a cumprir para pleitear o reconhecimento internacional junto à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, condição que garantirá a continuação da comercialização de reprodutores com todos os outros estados da federação. Em maio de 2016, o Estado obteve reconhecimento internacional como Área Livre de PSC. Para manter essa condição, a CDA realizou em 2016, levantamento soro epidemiológico da circulação viral em criatórios domésticos de subsistência, onde foram colhidas 1.633 amostras, envolvendo 320 propriedades rurais, sendo que todas as amostras foram enviadas para o LANAGRO/MAPA de Pedro Leopoldo em Minas Gerais e as atividades de vigilância envolvendo suídeos asselvajados (javalis e javaporcos), somando até o momento 12 amostras sanguíneas, que foram encaminhadas ao Instituto Biológico de São Paulo. Todas as amostras analisadas no estado apresentaram resultados negativos. Daqui em diante nosso objetivo passa a ser trabalhar para manter essa importante conquista para o setor produtivo, dando continuidade na execução das atividades para assegurar as portas abertas para os produtos da suinocultura paulista.

**Fiscalização dos Produtos e Insumos Veterinários de Peculiar Interesse do Estado:** Estão instalados no Estado 2.188 revendedores de produtos e insumos veterinários com processos autuados e registrados junto à CDA e que bianualmente tem esses processos analisados e seus registros renovados e/ou cancelados. Além do registro, a CDA realiza constantes fiscalizações a fim de assegurar o correto armazenamento e conservação destes insumos, garantindo assim suas perfeitas características de fabricação, para que uma vez aplicados ou fornecidos aos animais, os mesmos produzam os efeitos esperados. Em 2016 foram realizadas por funcionários da CDA, 5.996 fiscalizações nestes estabelecimentos.



**Inocuidade dos Alimentos:** O Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - CIPOA, responsável pela gerencia as atividades e registros dos estabelecimentos no Serviço de Inspeção de São Paulo - SISP, durante o ano de 2016 analisou um total de 458 processos de empresas registradas no SISP e solicitantes de novos registro, remodelações e novos produtos. Foram concedidos um total de 32 novos registros de estabelecimentos e 462 registros de novos produtos. Foram cancelados 12 registros e concedidas 18 suspensões temporárias de atividades, tanto a pedido do interessado quanto por não conformidades das empresas. Durante o ano de 2016 foram realizadas 1.305 fiscalizações nos 584 estabelecimentos registrados, além do atendimento de 22 denúncias realizadas através da Ouvidoria da CDA e da Secretaria da Agricultura. Foram analisados um total de 64 autos de infração, resultando em 28 advertências e 39 imposições de multas. Além destas atividades, o CIPOA deu apoio logístico e de pessoal em ações conjuntas com outros órgãos estaduais contra o abate clandestino e em fiscalizações volantes, bem como em regionais que solicitaram ações mais elaboradas para alguns estabelecimentos registrados.

Em 2016, nos estabelecimentos registrados no SISP, foram abatidas um total de 70.467.324 aves, 390.820 bovinos, 260.105 suínos, 6.234 ovinos e 15.360 rãs. Para os programas de combate à fraude nos alimentos, foram realizados monitoramentos do índice de absorção de água em carcaças de frango em 07 estabelecimentos de abate de aves registrados que produzem aves congeladas, sendo que 20 amostras enviadas para *Dripping Test* (análises realizadas no Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO). Nos estabelecimentos em que se constaram inconformidades foram emitidos autos de infração e a situação foi corrigida. Neste ano de 2016, foram realizados 02 treinamentos para os médicos veterinários envolvidos diretamente nas atividades de inspeção, sendo um com representantes dos 40 escritórios regionais e outro com 05 representantes dos grupos regionais de trabalho para apoio as atividades de inspeção. Também foi dado prosseguimento aos estudos para alteração da lei para produtos artesanais do Estado através do Grupo Técnico de Trabalho da SAA, sendo esta já finalizada e encaminhada para a consultoria jurídica.

**Erradicação do Cancro Cítrico:** A legislação referente ao cancro cítrico sofreu alterações nos últimos anos, sempre com o objetivo de dar maior agilidade no combate à disseminação da doença. Nessas alterações o produtor passou a ter papel preponderante, uma vez que são obrigatórias as inspeções trimestrais nos pomares, eliminação de plantas com sintomas e apresentação de relatórios semestrais. A auditoria das informações prestadas nos relatórios é feita pelos técnicos da CDA. O programa de erradicação/supressão do cancro cítrico vem sendo executado exclusivamente pela Secretaria de Agricultura, através da CDA, desde 2011, ano do término do convênio com FUNDECITRUS. Em 2016 foram detectados 8.679 focos. Assim como nos anos anteriores, em 2016 não foram detectados focos em viveiros de mudas. O número de plantas eliminadas em consequência de apresentarem a doença foi de 134.954 plantas.

**Supressão do HLB-Greening:** No combate ao *greening* os citricultores inspecionaram 196 milhões de plantas em 2016. Destas aproximadamente 4 milhões foram eliminadas. A CDA executou todas as ações para cumprimento da IN-53/2008 (MAPA) com os seus recursos.



**Vigilância fitossanitária da cadeia de produção de mudas:** Em 2015 foram monitoradas 19 milhões de mudas cítricas, e em 2016, foram 17,8 milhões. De maneira similar à produção de mudas cítricas, a produção de mudas de café também está sujeita à vigilância sanitária no Estado, sendo monitoradas 20 milhões de mudas em 2015 e 23,1 milhões em 2016.

**Sistema de Mitigação de Risco da Sigatoka Negra (SMR-Sigatoka Negra):** Tem como base legal a Instrução Normativa nº 17, de 31/05/2005, que proíbe o trânsito, entre as unidades da federação, de frutos de banana que não forem produzidas em área livre ou no SMR-Sigatoka Negra. Esta mesma instrução aprovou também os critérios para a implantação e manutenção de área livre e o sistema de mitigação de risco. Em 2016 no acompanhamento oficial da CDA, foram realizadas 241 inspeções nos estabelecimentos cadastrados, com emissão de 15.734 Permissões de Trânsito de Vegetais - PTVs. Os técnicos habilitados emitiram 4.153 Certificados Fitossanitários de Origem - CFO e Certificados Fitossanitários de Origem Consolidado – CFOC.

**Fiscalização do Uso do Solo e de Agrotóxicos:** No monitoramento do uso do solo e da água através da fiscalização de propriedades e no uso de agrotóxicos, a CDA realiza fiscalizações do uso do solo e da comercialização e uso de agrotóxicos. Estas ações visam garantir alimentos saudáveis à população, preservar a saúde do trabalhador rural e proteger o meio ambiente. No uso e conservação do solo, em 2016 foram fiscalizadas 630 propriedades. No uso de agrotóxicos foram fiscalizadas 669 propriedades em 2016. No comércio e empresas prestadoras de serviço na aplicação de agrotóxicos foram realizadas 1.015 fiscalizações em 2016, detalhadas na **Tabela 12**.

**Tabela 12 - Fiscalização do uso do solo e de agrotóxicos - 2016**

<b>Produto/Indicador</b>	<b>Unidade</b>	<b>2016</b>
Uso e conservação do solo	Propriedades	630
Uso de agrotóxicos	Propriedades	669
Fiscalização do comércio	Comerciantes	889
Fiscalização de empresas prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos	Empresas	126
Postos e centrais de recebimento de embalagens vazias	Postos/centrais	52

**Sistema de Manejo de Risco para Pinta Preta dos Citros:** Esta atividade é executada para viabilizar a exportação de citros para a Comunidade Européia, com autorização do MAPA. Em 2016 foram cadastradas 11 propriedades e exportadas 21.040 toneladas de frutas frescas.

**Vigilância Sanitária Animal e Vegetal - Trânsito:** A principal atividade desta ação é a fiscalização do trânsito de animais e vegetais, bem como de seus produtos e subprodutos. Em 2016, a CDA realizou 466 fiscalizações, sendo 267 fiscalizações volantes e 199 fiscalizações em postos fixos, que resultaram na fiscalização de 300 veículos transportadores, sendo 261 veículos com animais vivos, 2.386 veículos com produtos de origem animal e 300 veículos com produtos de origem vegetal.



**Centro de Análise e Diagnóstico - CAD:** desenvolve suas atividades em apoio aos demais centros técnicos da CDA, através da execução de diagnósticos de enfermidades animais, da conferência das amostras colhidas para realizar diagnósticos em outros laboratórios oficiais e correção das prováveis inconformidades, bem como da conferência de toda documentação de envio (controle de qualidade de todas as colheitas realizadas pela CDA na área animal), além da distribuição de produtos e insumos controlados de uso exclusivo e restrito aos Escritórios de Defesa Agropecuária (**Tabela 13**). Todas as amostras colhidas nos inquéritos na CDA, foram triadas e encaminhadas para os respectivos laboratórios de diagnósticos.

**Tabela 13 - Atividades do Centro de Análise e Diagnóstico (CAD) em 2016**

<b>Produto/Indicador</b>	<b>Unidade</b>	<b>2016</b>
Diagnóstico da Anemia Infecciosa Equina	Amostras	3.455
Controle de Qualidade das amostras colhidas pela CDA	Amostras	9.826
Distribuição de Imunobiológicos	Frascos	10.082
Distribuição de Meios Conservantes de amostras	Frascos	900
Distribuição de Conservantes e Eutanásicos	Frascos	496

Fonte: CAD/CDA

**Gestão da Defesa Agropecuária:** A Coordenadoria de Defesa Agropecuária encerra o ano de 2016 com 310 unidades em operação. Dentre as diversas atividades em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, destaca-se a constante implementação de novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal - GEDAVE, como o Desenvolvimento dos Módulos de: 1) Controle de Antígeno e Tuberculina, 2) Controle de Agrotóxicos, 3) Gestão de Viveiros de Mudas, 4) Relatório Greening e 5) Via Rápido Empreendedor.

Foram realizadas melhorias e implementações nas funcionalidades dos Módulos de Aves, desenvolvimento e implementação de funcionalidades do Centro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - CIPOA e do Módulo Financeiro com a implantação do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE e desenvolvimento do Módulo de Sanidade do Apiário. Por meio do Sistema GEDAVE, atualmente os produtores rurais podem emitir a Permissão de Trânsito Vegetal - PTV, Guias de Trânsito Animal - GTA e realizar as declarações semestrais de seus rebanhos e das vacinações contra a febre aftosa e brucelose utilizando a internet, não sendo mais necessário o deslocamento até uma unidade da Defesa Agropecuária para a obtenção dos documentos e/ou a realização das declarações.

Durante o ano de 2016, foram emitidas até 07/12/16 o total de 832.980 GTAs. Na etapa de vacinação contra a febre aftosa de novembro/2016, foram realizadas até 06/12/16 o total de 122.454 declarações de rebanho e vacinações, sendo que cerca de 60,8% foram realizadas pelos próprios produtores, acessando o GEDAVE de seus computadores portáteis, nos “PCs” de suas residências, escritórios, sindicatos, nas unidades do Acesso São Paulo e do Poupa Tempo do Produtor Rural. Com relação à vacinação contra a brucelose, na etapa do 2º semestre de 2016 foram realizadas até 06/12/16



o total de 39.037 declarações. Os relatórios finais das etapas de vacinação contra a Febre Aftosa e Brucelose estarão disponíveis em 31/12/2016. Durante o ano de 2016, até 30/11, foram emitidas 107.877 Permissões de Trânsito Vegetal - PTV, 23.238 Certificados Fitossanitários de Origem - CFO e 13.978 Certificados Fitossanitários de Origem Consolidados - CFOC. Os certificados são feitos pelos próprios responsáveis técnicos, através do sistema informatizado GEDAVE. As permissões de trânsitos, embasadas nos certificados, são validadas por engenheiro agrônomo da CDA, para impressão pelo próprio interessado.

**Vigilância Sanitária Animal e Vigilância Sanitária Vegetal:** Estas ações têm por finalidade salvaguardar o cumprimento da legislação sanitária com o objetivo de preservar as culturas de peculiar interesse econômico e estratégico para o estado, de promover a melhoria da qualidade dos produtos, serviços e insumos, e ainda, do alcance e manutenção de áreas livres de doenças dos animais e pragas dos vegetais. Para tanto, foram realizadas mais de 5.500 fiscalizações de vigilância vegetal e mais de 80.000 fiscalizações de vigilância animal.

### **1315 - Programa - Gestão das Agropolíticas Públicas**

**Objetivo:** Implantar políticas governamentais na área de agricultura e abastecimento nas diversas cadeias produtivas, estabelecendo diretrizes e coordenando a execução dos programas no âmbito do estado, com prioridade para as áreas com vulnerabilidade ambiental, especialmente em relação à conservação do solo e recursos hídricos.

O Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - FEAP, gerenciado pela Administração Superior da Sede da Secretaria de Agricultura e Abastecimento representa mecanismo pioneiro de sustentação dessa política de redução da disparidade de oportunidades. Com relação ao ano de 2016, até o mês de outubro, foram realizados 327 contratos, sendo liberado um valor total de R\$ 45.556.356,24 de recursos do FEAP/BANAGRO; para os meses de novembro e dezembro estima-se mais 108 contratos e um valor liberado de aproximadamente R\$ 13,54 milhões. Portanto, o total previsto para o Ano de 2016, é de 435 contratos de financiamento, com um valor total liberado de R\$ 59.097.878,64, beneficiando 1.740 pessoas.

Na ação Subvenção do Prêmio do Seguro durante o ano de 2016, até o mês de outubro, foram pagas 6.868 subvenções, no valor total de R\$ 19.676.896,18; para os meses de novembro e dezembro estima-se mais 1.150 subvenções pagas no valor total de R\$ 3,76 milhões. Portanto, o total previsto para 2016, será de 8.018 subvenções pagas, no valor total de R\$ 23.436.529,08 e 32.072 pessoas beneficiadas.

Na ação de Subvenção aos Produtores Rurais - FEAP/BANAGRO, os produtores rurais vêm sendo beneficiados com a subvenção total dos juros de financiamentos destinados à aquisição de tratores novos, através do Programa Pró Trator – Agricultura Moderna para Todos, instituído pelo Decreto Estadual N.º 53.653, de 04/11/2008, bem como de financiamentos destinados à aquisição de implementos novos, através do Programa Pró-Implemento - Agricultura Moderna para Todos, instituído pelo Decreto nº 56.999, de 17/05/2011.



No caso do Programa “Pró-Trator”, foram disponibilizados em 2016 mais R\$ 83.188.582,00 de recursos do FEAP/BANAGRO para a subvenção total de juros, contrapartida do Estado para o aporte adicional de R\$ 170.000.000,00 do Banco do Brasil; valores necessários à continuidade do Programa Pró-Trator II, implementado em 2012, por meio da Resolução SAA-24, de 30/04/2012, com a inclusão de novos modelos de tratores, inclusive cabinados, além de aumentar o prazo do financiamento para até 8 anos. Em 2016, até o mês de outubro, 1.658 produtores rurais foram beneficiados com financiamentos de tratores novos, no valor total de R\$ 161.587.736,71, com taxas de juros totalmente subvencionadas pelo FEAP/BANAGRO (juros zero). Para os meses de novembro e dezembro, estima-se mais 290 contratos de financiamento, no valor total de aproximadamente R\$ 30,31 milhões. Portanto, o Programa Pró-Trator - Ano de 2016 tem uma previsão total de 1.948 financiamentos de tratores novos, no valor de R\$ 191.901.945,63, com taxas de juros totalmente subvencionadas (juros zero), beneficiando 7.792 pessoas.

O Programa Pró-Implemento - Agricultura Moderna para Todos, foi implantado em 2012, através da Resolução SAA-23, de 30/04/2012, sendo disponibilizados neste ano de 2016 mais R\$ 20.995.637,00 de recursos do FEAP/BANAGRO, para fins de subvenção total da taxa de juros de financiamentos de implementos novos (juros zero), montante necessário para sua continuidade. A operacionalização dos financiamentos teve início em agosto de 2012, porém foi a partir de 2013 que o Programa ganhou desenvoltura. De janeiro a outubro de 2016, 1.179 produtores rurais foram beneficiados com financiamentos de implementos novos, no valor total de R\$ 56.794.852,63, com taxas de juros totalmente subvencionadas pelo FEAP/NANAGRO (juros zero). Para os meses de novembro e dezembro, estima-se mais 190 contratos de financiamento, no valor total de aproximadamente R\$ 10,11 milhões. Portanto, para o Programa “Pró-Implemento”, no Ano de 2016, temos uma previsão total de 1.369 financiamentos de implementos novos, no valor de R\$ 66.903.961,23, com taxas de juros totalmente subvencionadas (juros zero), sendo beneficiadas 5.476 pessoas.

Ainda na ação de Subvenção aos Produtores Rurais - FEAP/BANAGRO, os produtores paulistas passaram a ter a disposição, a partir do Ano-safra 2013/2014, o benefício da subvenção do contrato de opção (instrumento para proteção de preço dos produtos agropecuários), através do Projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção, instituído pelo Decreto nº 56.770/2011, modificado pelo Decreto nº 58.449/2012; como também da subvenção para a recuperação de áreas degradadas nos imóveis rurais, através do Projeto Integra SP - Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões - RADGE, instituído pelo Decreto nº 58.930/2013.

### **Melhor Caminho**

O “Melhor Caminho” realiza obras de recuperação em estradas rurais de terra, objetivando não só regularizar o seu leito, mas também conservar o solo e favorecer a infiltração das águas das chuvas para a recarga do lençol freático e ainda impedir que grandes quantidades de terras férteis possam, através das enxurradas, assorear e poluir os rios, córregos e nascentes. Assim, além de



melhorar as condições de tráfego nestas estradas, possibilitando o escoamento da produção agrícola e assim o desenvolvimento socioeconômico baseado no agronegócio.

O Projeto Melhor Caminho traz grandes benefícios ambientais, impedindo a formação de erosões e voçorocas e o assoreamento dos rios e córregos, além de ganhos econômicos e sociais como os trazidos pela conservação do solo e pela possibilidade de acesso das comunidades rurais à educação e à saúde. Essa é uma das ações governamentais mais solicitadas não só pelas prefeituras, mas também pela população que mora e trabalha no campo e pelos produtores e proprietários de áreas agrícolas, pois permite a perfeita trafegabilidade das estradas rurais durante todo o ano, inclusive no período de chuvas. Em 2015 foi adotada nova proposta para otimizar os recursos do Programa com a execução de trabalhos integrados entre a CODASP e as Prefeituras beneficiadas, sendo denominado de Melhor Caminho – Pontos Críticos que consiste na adequação de estradas rurais e na aplicação de técnicas de manutenção básica interligando os trechos críticos trabalhados.

No total em 2016 foram **executados 275,39 km** de obras conveniadas em 2015 e 2016 (até 01/12), e **foram conveniados 263,23 km** (até 01/12) distribuídos em 37 novos convênios.

### **Pontes Rurais**

A implantação do programa consiste na transferência de pontes metálicas padronizadas a Municípios Paulistas, com extensão de 6, 8, 10 ou 12 metros lineares, a serem instaladas em locais considerados críticos. A instalação das pontes rurais deve ser aprovada de forma complementar ao Programa Melhor Caminho para demonstrar objetivo comum de ambos.

Em 2016 tivemos 28 autorizados governamentais, destes 26 convênios foram formalizados e 09 pontes instaladas.

O Programa Nascentes instituído, no Plano Plurianual 2016-2019, pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, contou com ação Cuidando da Água e do Solo que entre as providências tomadas pelo Gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em função da necessidade de aumento da capacidade de produção e de preservação de água no lençol freático, estiveram a celebração de Termo de Cooperação Técnica com a Prefeituras Municipais de Botucatu, Pardinho e de Holambra e de convênios com a Agência Nacional de Águas e a Fundação Banco do Brasil para testar e financiar a metodologia de trabalho, na forma de projetos-piloto, com o objetivo de estabelecer cooperação entre as equipes técnicas da SAA e as equipes técnicas dos municípios e, por meio da articulação e interação de suas atividades, a criação de um sistema de colaboração mútua que otimize esforços, estabeleça as ações necessárias para a realização de projetos de recuperação das matas ciliares das nascentes e de corpos d'água e a demais medidas necessárias à preservação das áreas de contribuição dos mananciais de água nos municípios e ao uso racional da água.

Em dezembro de 2016, os resultados para essa cooperação com o município de Holambra, financiada pela Fundação Banco do Brasil, foram os seguintes: i) Instalação de duas placas de identificação (100% do previsto); ii) Cercamento de Áreas de Proteção permanente com 1.765,5 metros





de cerca de arame farpado, com mourões de eucalipto tratado 8 a 10 cm, 3 fios (61,4% do previsto); iii) Plantio de 5.001 mudas de essências nativas em área de preservação permanente (18,5% do previsto); iv) Tratos culturais e manutenção até dois anos de 128 hectares. A data prevista para manutenção das áreas de plantio ainda não foi atingida pois o primeiro plantio foi realizado em 03/10/2016. Estamos aguardando o período de 03 meses do plantio para iniciar as manutenções.

Em relação à cooperação com o município de Holambra, financiada pela Agência Nacional de Águas, o projeto visa a recuperação das estradas e áreas de degradação do solo nas propriedades rurais, na bacia hidrográfica do Borda da Mata no município de Holambra/SP, saneamento rural, captação de água de chuva: Terraceamento em 258 hectares; execução de Subsolagem em 92,96 hectares; a aquisição de 60 fossas biodigestoras; o fornecimento de Filme Plástico para impermeabilização de 12.000 m<sup>2</sup> de tanques escavados para captação de água de chuva e a manutenção de 43,56 Km de estradas rurais e do acesso as propriedades.

Em relação à cooperação com os municípios de Botucatu/Pardinho e Holambra, financiada pela Agência Nacional de Águas, o projeto visa a manutenção da quantidade e da qualidade das águas do Rio Pardo e seus afluentes até a Represa do Mandacaru no Município de Botucatu com construção de terraceamento em 245,00 hectares, construção de 104 km cercas de isolamento de APP, a aquisição de 120 fossas biodigestoras e a manutenção de 80,32 quilômetros de estradas, incluindo o acesso às propriedades.

Também em dezembro de 2016, os resultados parciais para essas cooperações foram os seguintes: i) Holambra: Estradas rurais recuperadas na quantidade de 43,56 quilômetros, conservação do solo por meio de subsolagem, na quantidade de em 52,58 hectares, aquisição e entrega já realizada de 60 fossas biodigestoras e aquisição de 12.000 m<sup>2</sup> de geomembrana para impermeabilização de reservatório de água de chuva; ii) Botucatu /Pardinho: Conservação do solo (terraceamento em 96,0 hectares de Botucatu e Pardinho) e aquisição e entrega já realizada de 120 fossas biodigestoras.



## SECRETARIA DA CULTURA

O ano de 2016 foi de inúmeros desafios para a Secretaria da Cultura. Além das consequências da crise econômica, que atingiu o Governo como um todo, a Pasta enfrentou questões específicas ao longo destes 12 meses, para além das suas atribuições cotidianas de formulação e gerenciamento da política pública para a cultura estadual.

Um dos principais desafios do ano está relacionado às providências para recuperação do Museu da Língua Portuguesa, destruído por um incêndio no dia 21 de dezembro de 2015. Logo em janeiro, exatamente um mês após o incidente, a Secretaria assinou convênio com a Fundação Roberto Marinho e com a organização social ID Brasil, responsável pela gestão do museu, visando à sua recuperação e reinstalação.

Foram realizadas as obras emergenciais para remoção dos escombros, implantação de sistema de drenagem e estabilização da estrutura que possibilitaram a reabertura do saguão da Estação da Luz para os usuários da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Em paralelo, o projeto de restauro das fachadas foi atualizado e aprovado junto aos órgãos do patrimônio histórico. Em dezembro, com o dinheiro do seguro contra incêndios depositado e o comprometimento de três patrocinadores privados, as obras de restauro da fachada tiveram início, menos de um ano após o incêndio e com os R\$ 65 milhões necessários ao projeto já mobilizados, sem a necessidade de investimento direto do Estado.

Foi um período também de intensa reorganização interna. Em junho de 2016, por meio do Decreto nº 61.832, a Secretaria fez uma importante mudança em sua estrutura para otimizar procedimentos e equipes, com impactos principalmente na área fim. A antiga Unidade de Fomento e Difusão da Produção Cultural teve a área de Fomento desmembrada e uniu-se à antiga Unidade de Bibliotecas e Leitura, passando a utilizar a denominação Unidade de Difusão, Bibliotecas e Leituras - UDBL. Em contrapartida, foi criada a Unidade de Fomento e Economia Criativa, que passou a gerenciar exclusivamente os programas de incentivo à cultura da Secretaria.

Embora não tenha sido um período de expansão, mas de manutenção dos programas existentes, as ações da Secretaria tiveram público direto de quase oito milhões de pessoas atendidas por suas atividades de formação cultural, difusão, leitura e fomento, realizadas em todas as regiões do Estado. Este resultado foi conquistado principalmente em função do modelo de gestão por organizações sociais. As 20 OSs que mantém parceria com a Pasta, por meio de contratos de gestão, garantem que o investimento público seja feito com eficiência, qualidade e capilaridade.

Na área de Museus, foram mais de 2,5 milhões de visitantes presenciais até novembro, fora o público das ações extramuros e itinerâncias, que somam mais 463.580 pessoas. Na área de difusão cultural e bibliotecas, os atendimentos chegaram a quase três milhões de pessoas.



Entre os programas de formação cultural, um dos destaques foram as Fábricas de Cultura, que receberam quase um milhão de pessoas em suas 10 unidades, sendo 35 mil alunos em cursos regulares de iniciação artística, e mais de 910 mil pessoas em atividades livres, como shows, sessões de cinema, oficinas abertas e apresentações diversas. Já o Projeto Guri atendeu mais de 50 mil alunos ao longo do ano. Os grupos musicais e de referência formados por estudantes do Guri, por sua vez, realizaram apresentações para mais de 270 mil pessoas em todo o Estado.

A relação entre Estado e OS continuou sendo aprimorada por meio do trabalho realizado pela Unidade de Monitoramento, responsável pela parametrização e melhoria de procedimentos internos relacionados aos contratos de gestão.

No fomento, o número de projetos aprovados pelos principais programas – ProAC Editais e ProAC ICMS - chegou a 2.113. A nova Unidade de Fomento e Economia Criativa deu bastante ênfase ao longo do ano à reorganização de procedimentos internos e à aceleração dos processos de conferência de prestação de contas. Já na área de Patrimônio Histórico, foram realizados 2.175 procedimentos, desde tombamentos de bens históricos à aprovação de intervenções em bens tombados.

Junto com o público frequentador do Memorial da América Latina, fundação autônoma vinculada à pasta, o número de pessoas beneficiadas ao longo do ano ultrapassa os 10 milhões.

## **1. Unidade de Formação Cultural**

Tem como atribuição central a formação e administração de políticas públicas voltadas para a formação cultural em suas várias manifestações artísticas.

**1.1 Projeto Guri** - Teve início no ano de 1995 com o objetivo de oferecer cursos gratuitos de iniciação musical e a inclusão social de crianças e adolescentes. O Projeto Guri atua em localidades com realidades bastante diversas, incluindo centros de internação provisória da Fundação CASA, proporcionando o acesso à música a alunos oriundos de diversos contextos socioculturais. Manteve, em 2016, total de 407 Polos distribuídos em aproximadamente 311 Municípios do Estado de São Paulo, com 50.647 alunos matriculados até o 3º trimestre do ano. No âmbito da formação musical, o Guri mantém parcerias e ações de intercâmbio com importantes instituições de ensino nacionais e internacionais. No âmbito da Política de Acessibilidade desenvolvida pelo Programa, as aulas para crianças e adolescentes com deficiência contam com materiais didáticos específicos, como por exemplo os livros em braile. Até o 3º trimestre de 2016, os 12 Grupos de Referência do Interior e Litoral realizaram 35 apresentações para o público de 8.924 pessoas. Os Grupos Musicais dos Polos realizaram 1.129 apresentações, com mais 254.102 atendimentos, enquanto na Capital e Grande São Paulo os 373 alunos que integram os nove Grupos Infanto-Juvenis e o Coral de Familiares realizaram 38 concertos nos mais variados espaços culturais da região, alcançando público de 8.057 pessoas.

**1.2 Fábricas de Cultura** - O Programa Fábricas de Cultura tem como objetivo promover a participação de crianças e jovens em situação de risco social, nos distritos mais vulneráveis da cidade de São Paulo, em atividades artísticas e culturais que contribuam para seu desenvolvimento e sua



inserção social e familiar. Atualmente contando com dez unidades, todas localizadas na capital de São Paulo, o programa desenvolve cursos nas mais variadas linguagens, como dança, artes visuais, circo, música, teatro, literatura, entre outros. Nesses cursos, até o final do terceiro trimestre de 2016, foram matriculados 35.474 alunos. Somado aos atendimentos nos eventos de difusão cultural – como shows, saraus, grupos e artistas locais, sessões de cinema, bem como de atividades realizadas em outros espaços – foi observada a presença de mais de 910.000 pessoas nas atividades do programa. Atualmente são 10 fábricas de cultura em funcionamento.

**1.3 SP Escola de Teatro** - Até o terceiro trimestre de 2016, 1.046 estudantes participaram dos cursos regulares e ações de extensão e circo. Foram concedidas 68 cotas de bolsa-auxílio aos aprendizes de cursos regulares, via Projeto Kairós. Este é um dos pilares da SP Escola de Teatro, que tem por objetivo promover a acessibilidade daqueles que não têm condições de arcar com despesas como transporte e outras, ainda que o curso seja gratuito. Só no 3º trimestre, os aprendizes tiveram acesso a cerca de 200 ingressos para assistir a quatro espetáculos, como forma de complementar o conteúdo ministrado em sala de aula. Entre as montagens, foram apresentadas *Blanche*, do celebrado diretor Antunes Filho, e *Urgente*, de Miwa Yanagizawa. O acordo de cooperação internacional entre a SP Escola de Teatro e a Universidade das Artes de Estocolmo - Uniarts, projeto totalmente financiado pelo Programa Linnaeus-Palme, continua em andamento. A manutenção do conteúdo do site da SP Escola de teatro rendeu 221.956 mil visitas e 273.908 visualizações de página só nos últimos 3 meses do ano.

**1.4 Conservatório Dramático e Musical de Tatuí Dr. Carlos de Campos** - Figurando entre as melhores escolas gratuitas de ensino musical da América Latina, o Conservatório de Tatuí é responsável pela formação de instrumentistas de música erudita e popular, luteria e atuação. Atende aproximadamente 2.190 alunos de diversas regiões do Estado e do Brasil, nos 50 cursos oferecidos na unidade de Tatuí e outros 15 cursos no polo de São José do Rio Pardo. A grade curricular é complementada por diversas atividades extras, como workshops, masterclasses, palestras, festivais e encontros, prática de conjunto, mostras internas e recitais de alunos. Em 2016, foram formados 20 grupos musicais pedagógicos, para os alunos nos estágios iniciais de formação. Conta, ainda, com 10 grupos artísticos compostos principalmente por alunos bolsistas em estágio mais avançado, dentre os quais destacam-se a Orquestra Sinfônica do Conservatório de Tatuí, que interpretou a *Sinfonia n. 8 em Fá maior*, de Beethoven, no Festival de Inverno de Campos do Jordão em 3/7. Os eventos realizados pelo Conservatório de Tatuí atenderam, até o terceiro trimestre de 2016, um público de mais de 22.000 pessoas.

**1.5 Escola de Música do Estado de São Paulo - Tom Jobim - EMESP** - A escola atua na área de ensino de música erudita e popular, com docentes que se destacam nacional e internacionalmente, e também na produção de atividades artísticas de alunos e convidados. Possui mais de 1.300 alunos matriculados gratuitamente nos cursos de Formação Continuada e Avançada. Foram realizadas, até o terceiro trimestre deste exercício, 38 masterclasses e workshops, para público de mais de 1.300 pessoas. O programa de professores internacionais convidados atendeu cerca de 220 alunos. A Escola é também residência de grupos musicais formados por alunos bolsistas mantidos pela instituição: Orquestra Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do



Estado e o Coral Jovem do Estado. Estas formações realizaram 30 apresentações até o terceiro trimestre de 2016, contabilizando a participação de mais 19.500 ouvintes. Importante destacar que em 2016 a Orquestra Sinfônica Jovem foi escolhida para realizar, com recursos de parceria, apresentações da turnê brasileira do famoso tenor Andrea Bocelli, com récitas na Arena Allianz Parque, na Capital paulista; no Santuário Nacional de Aparecida do Norte (SP) e na Arena da Baixada (PR), em outubro.

**1.6 Oficinas Culturais** - Com quatro unidades na capital e dez no litoral e interior, as Oficinas Culturais têm como objetivo propiciar vivências de formação e fruição relacionadas a todas as linguagens artísticas. As atividades da programação 2016 abrangeram cinco grandes eixos de atuação: ações de formação, ações de articulação, ações virtuais, Programa de Qualificação em Artes (composto pelo Projeto Ademar Guerra, para teatro, e pelo Programa de Qualificação em Dança). Até o terceiro trimestre deste exercício, foram realizadas 1.064 atividades, beneficiando 82.718 pessoas. Destacaram-se a realização do 1º FELIC - Festival Limeirense de Quadrinhos, em conjunto com o grupo Colecionadores de HQs, consistindo em um projeto piloto produzido com recursos mínimos, e que contou público estimado em 1.000 pessoas. Já na Capital, a Oficina Cultural Mário de Andrade pôs em prática a proposta de tornar o espaço uma referência sobre a vida e obra do escritor, merecendo especial destaque a intensificação da programação e as exposições temporárias.

## **2. Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico**

É o departamento responsável pela elaboração e execução de políticas públicas para a área museológica no Estado de São Paulo, tendo por missão garantir a preservação, a pesquisa e a difusão do patrimônio cultural dos 18 museus da Secretaria da Cultura (14 na Capital, um no litoral e três no interior). Até o mês de novembro de 2016, os museus da SEC impactaram com suas ações um público geral de mais de três milhões de pessoas. O número incluiu o público visitante presencial de 2.573.929, correspondendo a uma redução de 13% em comparação com o mesmo período de 2015. Ações dos museus da SEC no interior do Estado, tais como itinerância de exposições, cursos e palestras, somaram um público de 78.715 pessoas. As ações extramuros em escolas e outros espaços atingiram mais de 240.000 pessoas e a itinerância de exposições para outros estados e países atingiu a marca de 144.865 pessoas. O cenário de redução orçamentária deste ano - em torno de 11% na gestão de museus - impactou a área museológica com a redução da programação cultural e de equipe. A UPPM adotou estratégias para intensificar as ações de comunicação em rede objetivando aumentar a visibilidade dos equipamentos museológicos, tais como a divulgação da programação de Férias nos Museus (em janeiro e julho) e da Semana Nacional de Museus (16 a 22 de maio). Nos dias 16 e 17 de julho, com o apoio da Subsecretaria de Comunicação do Governo do Estado, as 18 instituições vinculadas à UPPM, além do Museu da Diversidade Sexual, distribuíram 20 mil Passaportes de Museus, que dão direito a uma visita gratuita a cada instituição da SEC.

Em 2016, a *3ª Mostra de Museus* foi realizada no Parque da Água Branca, levando um público de mais de 3.600 pessoas a terem acesso a mais de 50 atividades gratuitas.

Dentre as ações da UPPM para a mobilização em rede dos museus da SEC, realizou-se entre os dias 5 e 11 de dezembro a campanha *Sonhar o Mundo 2016*, com o slogan *Enfrentando nossos*



*preconceitos*, buscando articular as instituições com uma programação cultural e educativa voltada a temas relacionados aos Direitos Humanos. A programação foi acompanhada de ações de engajamento das instituições via mídias sociais.

## **2.1 Sistema Estadual de Museus - SISEM-SP**

O SISEM-SP articula a rede de museus paulistas com o objetivo de promover o desenvolvimento e o fortalecimento institucional com vistas à preservação do patrimônio museológico. A partir da definição dada pela legislação, o SISEM-SP atua por meio das seguintes linhas de ação: articulação, apoio técnico, comunicação, formação e fomento. Entre as principais iniciativas em 2016, fez circular 12 exposições itinerantes em 39 municípios. No eixo de formação, em parceria com as Organizações Sociais de Cultura, foram realizadas 31 ações, entre cursos, oficinas e palestras; além de dois estágios técnicos e nove assistências técnicas.

Em 2016, o SISEM-SP completou 30 anos de criação oficial, configurando-se como o primeiro sistema de museus do país. Deste modo, a realização do 8º Encontro Paulista de Museus, com recorde de participação (1.536 inscritos), marcou a celebração e o lançamento do Cadastro Estadual de Museus de São Paulo e aplicação da fase piloto, no segundo semestre, na Região Metropolitana da Baixada Santista. Cabe destaque à Ação de Assessoramento Técnico e Capacitação - ASTECA, beneficiando duas instituições diretamente, além de 44 profissionais de 17 municípios.

## **2.2 Rede de Museus da Secretaria**

**2.2.1 Museu da Língua Portuguesa** - O ano foi marcado por uma intensa concentração de esforços na reconstrução do museu, destruído por um incêndio em 21 de dezembro de 2015. Logo em janeiro, foi assinado convênio com a Fundação Roberto Marinho, que passou a atuar como instituição coordenadora da elaboração dos projetos, execução da obra e revisão e instalação do projeto museológico, além da captação de recursos junto à iniciativa privada. Ao longo de oito meses, foram realizadas as obras emergenciais visando à remoção dos escombros, estabilização da estrutura e instalação de sistema de drenagem e cobertura provisória.

Em maio de 2016, foi realizado o *Seminário Museu da Língua Portuguesa - Desafios e Conquistas* com o objetivo de analisar os 10 anos do Museu e as perspectivas para a reconstrução. Em outubro, a organização social ID Brasil, gestora da instituição, recebeu R\$ 34 milhões a título de indenização do seguro contra incêndio, valor que será integralmente revertido na obra de reconstrução. Em dezembro, foi anunciada em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes a Aliança Solidária que reuniu R\$ 34 milhões em recursos da iniciativa privada para o empreendimento, via Lei Federal de Incentivo à Cultura. Os patrocinadores são a empresa portuguesa EDP, com R\$ 20 milhões; o Grupo Globo, com R\$ 10 milhões; e o Itaú, com R\$ 6 milhões. Com aprovação de todos os órgãos de patrimônio, as obras de restauro foram iniciadas ainda em dezembro, menos de um ano após o incêndio.

Em paralelo aos esforços de reconstrução, o Museu da Língua Portuguesa realizou atividades e exposições em outros espaços. A mostra *Agustina Bessa-Luís* foi montada no Shopping



Light, em São Paulo. A exposição itinerante *Estação da Língua*, ocorreu em Araraquara, Campinas e Pirassununga; enquanto a mostra *A origem dos nomes dos municípios paulistas* foi montada em Itápolis e em Campos do Jordão. O museu levou, ainda, parte da exposição *Menas o certo do errado e o errado do certo* para a 24ª Bienal do Livro em São Paulo, em parceria com a Câmara Brasileira do Livro.

**2.2.2 Museu Catavento** - Realizou diferentes ações culturais e educativas, como oficinas, workshops, exposições temporárias, além de oferecer uma programação cultural bastante diversificada. A exposição temporária *Um vôo pela Embraer*, que teve como objetivo fomentar o interesse por engenharia aeronáutica e desenvolvimento de tecnologia e produtos de aviação, fez parte das atividades de férias do Catavento, com público estimado em 10 mil visitantes. Foi inaugurada também a nova sala *DNA*, com projeto cenográfico que se utiliza de hologramas e painéis interativos. Houve, ainda, a realização de exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do interior e da Região Metropolitana de São Paulo, como a exposição *Paisagens Cósmicas*, que itinerou em quatro cidades do interior de São Paulo e atendeu mais de três mil visitantes. Com investimento do Fundo de Interesses Difusos - FID, gerenciado pela Secretaria da Justiça, o museu realizou obras de restauro de suas fachadas externas. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 555.202.

**2.2.3 Pinacoteca do Estado** - A Pinacoteca realizou 10 exposições até novembro de 2016. Dentre elas, destaque para *Coleções em diálogo: Museu Paulista e Pinacoteca de São Paulo*, que remete à origem comum de ambas as instituições e às características de suas coleções. Outras duas exposições, essas de longa duração, também merecem destaque: *Arte no Brasil: Uma história na Pinacoteca de São Paulo. Vanguarda brasileira dos anos 1960 - Coleção Roger Wright* e *Arte no Brasil: Uma história na Pinacoteca de São Paulo. Galeria José e Paulina Nemirovsky – Arte moderna*, além da exposição *Retrospectiva – No Lugar Mesmo: uma antologia de Ana Maria Tavares* que conquistou o Prêmio APCA de melhor mostra retrospectiva de 2016. Destaca-se, ainda, a realização de palestras e oficinas sobre acondicionamento de acervo e rotinas da área de segurança, infraestrutura e expografia, coordenadas pelos núcleos da Pinacoteca para técnicos de museus do interior. Neste ano, a Pinacoteca iniciou o programa *Música na Pina*, com atrações musicais da jovem cena paulista. Conquistou o primeiro lugar no Travellers's Choice Museus 2016, premiação do site de viagens Trip Advisor, tanto no Brasil quanto na América do Sul. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 258.286.

**2.2.4 Estação Pinacoteca** - A Estação Pinacoteca recebe parte do programa de exposições temporárias da Pinacoteca. Integrando a programação que celebrou o aniversário de 110 anos da Pinacoteca, foi realizada a exposição *Situações: a instalação no acervo da Pinacoteca de São Paulo*, reunindo 13 obras de artistas brasileiros e residentes, entre eles Jac Leirner e Cildo Meireles. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 48.623.

**2.2.5 Memorial da Resistência** - Em 2016, o Memorial da Resistência realizou a exposição temporária *Memorial da Resistência de São Paulo: conquistas e desafios*, compartilhando as ações museológicas realizadas desde sua implantação. Na programação, destaque para a realização do projeto educativo *Tardes de Memória*, atividade direcionada às famílias, crianças e jovens, mediada



pelos educadores, por meio de atividades lúdicas que estimulam a reflexão sobre temas como democracia, liberdade e memória. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 67.780.

**2.2.6 Museu da Imagem e do Som - MIS-SP** - O MIS ofertou ao público uma programação diversificada neste ano de 2016, totalizando 16 exposições, com destaque para *O Mundo de Tim Burton, Frida Kahlo - Suas Fotos* e *Silvio Santos vem aí*. Foram realizados 39 cursos, oficinas e workshops, a exibição de 126 filmes, além de 11 palestras e 77 eventos diversos. Já o Programa Pontos MIS, associado à distribuição de kits de cinema realizada pela Unidade de Difusão, Bibliotecas e Leitura e implantado em parceria com as Prefeituras, beneficiou 123 municípios com programação de filmes, oficinas, palestras, e ações de formação de gestores culturais. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 420.916.

**2.2.7 Museu da Imigração** - Em 2016 o Museu da Imigração ofereceu uma programação cultural diversificada com oficinas, cursos, palestras e apresentações musicais aos sábados. Dentre as exposições temporárias realizadas, destacaram-se *Do retalho à trama: costurando memórias migrantes*, em parceria com grupos de mulheres de diversos países que compuseram *arpilleras* (painéis em técnica de bordado) e *Direitos migrantes: nenhum a menos*, resultado de dois projetos de história oral desenvolvidos pelo Museu da Imigração. Na programação cultural destaca-se a realização da *21ª Festa do Imigrante*, que reuniu mais de 40 nacionalidades, contou com 41 expositores de alimentação, 45 grupos de música e dança, 30 artesãos e recebeu um público recorde de 22 mil pessoas. O Museu também realizou a exposição itinerante *Imigrantes do Café*, em municípios do Estado de São Paulo. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 122.903.

**2.2.8 Museu do Café** - Em março de 2016 o Museu do Café comemorou seus 18 anos e ofereceu apresentação da Orquestra de Violeiros com canções populares da região, além de passeios no Bonde Café. Em 2016, também realizou as exposições itinerantes *Fazendas Paulistas: Patrimônio Cultural Rural* e *Café e Folclore Caipira* em municípios do Estado. Destaca-se, ainda, a abertura do novo Centro de Preparação do Café (CPC) com o objetivo difundir as diferentes formas de preparo da bebida, oferecendo cursos, oficinas, workshops e palestras para diversos tipos de públicos e profissionais especializados. Outros destaques do ano são: o restauro do vitral e do conjunto mobiliário do Salão do Pregão; a publicação *Café, Ferrovia e Porto* e a realização da pesquisa e da produção da exposição *Desconstruindo uma epopeia*. Público visitante presencial (até novembro): 87.899.

**2.2.9 Paço das Artes** - O equipamento cultural perdeu sua sede em 15 de abril de 2016, em virtude do pedido de devolução do prédio feito pela Secretaria de Estado da Saúde, visando à expansão das atividades do Centro de Inovação em Biotecnologia do Instituto Butantã. As ações do museu foram realizadas em espaços cedidos pelo Museu da Imagem e do Som e pela Oficina Cultural Oswald de Andrade, ambos na Capital. Tendo em vista este contexto, o Paço das Artes ofertou ao público 12 exposições, dentre as quais se destacam as edições da *Temporada de Projetos* e *ISSOÉOSSODISSO*. Realizou cinco cursos, oficinas e workshops, além de nove eventos. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 39.693.





**2.2.10 Museu Afro Brasil** - Realizou seis exposições temporárias, destacando-se a mostra *Portugal Portugueses*, que apresentou obras de 31 artistas lusos. A mostra integra a trilogia de exposições sobre arte contemporânea, iniciada com *África, Africans*, em 2015. Também foram realizados eventos periódicos, programações temáticas, encontros sobre literatura e atendimento a públicos especiais por meio de visitas orientadas pelo Núcleo Educativo. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 150.960.

**2.2.11 Casa Guilherme de Almeida** - O museu realizou quatro exposições temporárias e 37 eventos, dentre os quais cabe destaque para as edições da *Semana Guilherme de Almeida* e do *Transfusão - Encontro de Tradutores*, reconhecidos por sua relevância para as áreas de literatura e tradução literária. Foram 36 atividades de capacitação para o público do Centro de Estudos de Tradução Literária e 34 atividades realizadas pela Sala Cinematographos, inaugurada no primeiro trimestre. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 11.038.

**2.2.12 Casa das Rosas - Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura** - Em 2016, a Casa inaugurou duas exposições: *Estrutura Explodida*, mostra de longa duração sobre Haroldo de Campos, e *As ideias concretas – poesia 60 anos*, exposição temporária que conta a trajetória da poesia concreta. Além de 27 oficinas, cursos, palestras e workshops, 32 eventos e 12 apresentações artísticas, a Casa também ofereceu ações do Centro de Apoio ao Escritor, como o Curso de Preparação de Escritores - CLIPE, o CLIPE Jovem e o evento S.O.S. Literatura, consolidando-se como espaço de referência em poesia e literatura. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 176.567.

**2.2.13 Museu de Arte Sacra** - Em 2016, o Museu de Arte Sacra ofereceu uma programação cultural abrangente e composta por oficinas, cursos, palestras, apresentações musicais realizadas aos sábados, como as Tardes Musicais. Foram feitas três exposições temporárias, dentre elas *Fragments: Coleções de Rafael Shunk e Museu de Arte Sacra/SP*, que expôs peças oriundas de demolições de catedrais, igrejas e capelas brasileiras. Ressalta-se também, no âmbito do programa de inclusão sociocultural, a parceria formada com o Instituto Florescer, que é um centro de acolhida para mulheres e transexuais. A instituição realizou visita ao museu e um bate-papo sobre o tema do simbolismo. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 52.849.

**2.2.14 Museu do Futebol** - Realizou a exposição temporária *O Futebol nas Olimpíadas*, que recontou a trajetória do torneio olímpico de futebol. Houve também a continuidade do Projeto educativo *Museu Amigo do Idoso*, voltado à residência cultural do público com mais de 60 anos. Outro destaque foi a abertura da exposição itinerante *Museu do Futebol na Área*, no Shopping Iguatemi Esplanada de Sorocaba e no Museu da Imagem do Som de Ribeirão Preto. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 242.887.

**2.2.15 Museu da Casa Brasileira** - O MCB ofereceu uma programação ampla e diversificada com oficinas, palestras, e apresentações musicais através do Projeto Música no Museu. Dentre as nove exposições temporárias realizadas, destacam-se *Hugo França: Escalas em contraste* e a *Mostra do 30º Prêmio Design*. A edição do Prêmio Design de 2016 celebrou os 30 anos dessa importante iniciativa que já revelou e consagrou grandes profissionais do setor. A exposição de longa



duração foi reformulada para receber novas aquisições do acervo. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 127.892.

**2.2.16 Museu Casa de Portinari (Brodowski)** – Realizou uma exposição temporária e uma exposição virtual. Foram realizados também diversos cursos, oficinas, workshops, além de eventos periódicos e temáticos. Um dos grandes destaques foi a realização da já tradicional *Semana de Portinari*, em comemoração ao aniversário da cidade de Brodowski, evento que também homenageia o artista Candido Portinari. Foi registrada também a adesão significativa do público na palestra promovida no Centro de Progressão Penitenciária. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 41.625.

**2.2.17 Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre (Tupã)** – Foi realizada uma exposição temporária intitulada *Olhar de Hercule Florence sobre os índios Brasileiros*. Também ocorreu o V Encontro Paulista de Questões Indígenas e Museus e o VI Seminário Museus, Identidades e Patrimônio Cultural, com o tema *Museus Etnográficos e Museus Indígenas*. Também consolidou sua programação por meio de diversos cursos, oficinas, workshops e eventos temáticos e periódicos, atraindo público diversificado. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 23.548.

**2.2.18 Museu de Esculturas Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro (Campos do Jordão)** - Foi destaque em 2016 a implantação do projeto de acessibilidade. Agora a instituição oferece ao público deficiente visual a maquete tátil de todo o espaço expositivo e pranchas com informações sobre o equipamento, além do audioguia para conduzir o visitante por todo o espaço. Houve aumento do número de visitantes idosos, público com necessidades especiais, pessoas em vulnerabilidade social e estudantes de escolas públicas e privadas que foram atendidos pelo Núcleo Educativo. Foram realizadas oficinas, programação de férias e eventos periódicos como a série *Ópera no Museu*. Público visitante presencial em 2016 (até novembro): 145.156.

### **3. Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura**

O Decreto nº 61.832, de 11 de fevereiro de 2016, que alterou a estrutura da Secretaria da Cultura, uniu as antigas Unidades de Bibliotecas e Leitura e de Fomento e Difusão da Produção Cultural sob a denominação Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura - UDBL, tendo como atribuições principais formular, planejar, implantar e avaliar a política cultural para a difusão cultural e as bibliotecas públicas do Estado de São Paulo, além das políticas de incentivo e promoção à leitura.

#### **3.1 Bibliotecas e Leitura**

**3.1.1 Biblioteca de São Paulo** - Localizada no espaço do antigo presídio do Carandiru, atual Parque da Juventude, a Biblioteca integra diversas expressões artísticas e mídias, buscando atrair especialmente o público não leitor. Em 2016, foram adquiridos aproximadamente 2.200 itens, entre livros, CDs, DVDs e jogos. Atendeu 281.764 usuários, resultando em aproximadamente 100 mil consultas e/ou empréstimos. Realizou 10 cursos/oficinas que atenderam público aproximado de 400 pessoas. Cerca de 500 atividades foram realizadas dentro dos programas permanentes, com temas



diversos: Hora do Conto, Jogos Sensoriais, Brincando e Aprendendo, Pintando o 7 e Bebelê (para crianças); Clube de Leitura, Luau BSP, Leitura ao Pé do Ouvido e Tabuleiro de Jogos (para jovens) Entre Textos, Leitura do Cotidiano e Segundas Intenções (adultos e idoso). O conjunto de ações ajudou a movimentar a programação da BSP ao longo do ano.

**3.1.2 Biblioteca Parque Villa-Lobos** - Inaugurada em 20 de dezembro de 2014, segue o mesmo conceito da Biblioteca de São Paulo, integrando diversas expressões artísticas para atrair o público não leitor. Em 2016, foram adquiridos 2.000 itens, entre livros, CDs, DVDs e jogos. Atendeu 208.943 usuários e realizou 90 mil consultas e/ou empréstimos. Além dos programas e serviços já desenvolvidos pela BSP, a nova biblioteca tem um espaço permanente de exposições e diálogo com as temáticas do meio ambiente.

**3.1.3 Prêmio São Paulo de Literatura** - Tem como objetivo reconhecer e incentivar a criação literária em língua portuguesa. A edição deste ano teve 195 livros inscritos. Os vencedores foram: Beatriz Bracher, com o livro *Anatomia do Paraíso* (Editora 34), eleito melhor livro do ano de 2015; Marcelo Maluf, autor d'*A imensidão íntima dos carneiros* (Editora Reformatório), melhor livro do ano de 2015 de autor estreante com mais de 40 anos; e Rafael Gallo, pelo livro *Rebentar* (Editora Record), eleito melhor livro do ano de 2015 de autor estreante com menos de 40 anos. O evento de premiação ocorreu no dia 10 de outubro na Biblioteca Parque Villa-Lobos.

**3.1.4 Viagem Literária** - Visa incentivar a leitura por meio da valorização das bibliotecas públicas municipais, promovendo atividades para fortalecer os vínculos entre esses espaços e a população. Em 2016, 85 municípios parceiros receberam apresentações de contação de histórias. Foram promovidos 170 eventos no mês de setembro com a participação de 17 profissionais/grupos, dentre os quais destacaram-se Ana Luisa Lacombe, Grupo Girasonhos, João Acaiabe, Núcleo e Contos Amor-Perfeito, Kiara Terra e Ligia Engelberg.

**3.1.5 Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SISEB** - A Unidade de Difusão Cultural, Bibliotecas e Leitura coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas - SiSEB-SP que reúne cerca de 840 bibliotecas municipais existentes no Estado. Entre as ações do SiSEB em 2016, destaca-se o Programa de Capacitação das Equipes, que realizou 60 atividades de atualização profissional (oficinas, cursos e palestras) na Biblioteca de São Paulo e em cidades do interior e litoral, facilitando a participação do público alvo. Estiveram presentes nesses eventos aproximadamente 1.500 profissionais de bibliotecas. Também foram realizados dois módulos (um no 1º semestre e outro no 2º semestre) do Curso à Distância – EAD, com o tema Ação Cultural em Bibliotecas, com 100 vagas cada um. Outra ação empreendida foi o apoio aos acervos das bibliotecas e salas de leitura, com a distribuição de 52.697 itens (livros, revistas, CDs, DVDs) para 283 bibliotecas em 155 municípios. O SISEB criou o site [www.siseb.sp.gov.br](http://www.siseb.sp.gov.br) onde os responsáveis pelas bibliotecas públicas encontram oportunidades para aprimoramento pessoal e profissional, bem como acesso às informações relacionadas ao universo das bibliotecas e programas de incentivo à leitura.

**3.1.6 IX Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias** - O Seminário é uma das principais iniciativas da Secretaria da Cultura para inspirar, fortalecer e transformar em



centros de referência cultural as mais de 800 bibliotecas existentes nos 645 municípios paulistas. Realizado nos dias 7, 8 e 9 de novembro no auditório da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Memorial da América Latina, o Seminário reuniu cerca de 500 profissionais.

**3.1.7 Assessorias Técnicas aos Municípios** - Foram realizadas cerca de 20 ações de assessoria aos municípios que desejam instalar e/ou modernizar os espaços de suas bibliotecas públicas. Toda a orientação é dada aos municípios de modo que eles possam desenvolver seus projetos seguindo o conceito de Biblioteca Viva, o mesmo empreendido nas Bibliotecas de São Paulo e Parque Villa-Lobos.

**3.1.8 Publicações** - Deu-se continuidade à publicação do periódico *Espalhafatos* (números 36 a 39, de janeiro a dezembro/2016). O jornal destinado às crianças e jovens que frequentam as bibliotecas públicas de todo o estado, trazendo curiosidades e brincadeiras acerca do mundo da leitura e literatura.

## **3.2 Corpos Estáveis**

São os grupos artísticos fixos mantidos pela Secretaria da Cultura. Além das atividades de difusão (apresentações), realizam pesquisa, documentação e releitura no âmbito das linguagens às quais estão dedicados.

**3.2.1 São Paulo Companhia de Dança - SPDC** - Como metas obrigatórias, realizadas com o repasse do Governo do Estado, a Companhia realizou 40 espetáculos, sendo 30 apresentações na capital paulista e 10 no interior do Estado (em seis cidades), para um público de 21.339 pessoas. Realizou também as seguintes atividades educativas: palestras de dança (sete ações para um público de 602 participantes); oficinas de dança (cinco ações, com 251 participantes e 25 ouvintes); e espetáculos para estudantes e terceira idade (oito apresentações, para 3.294 pessoas), atendendo a capital, cinco cidades no interior paulista e uma fora do Estado.

A SPDC também cumpriu as seguintes metas condicionadas, realizadas por meio do investimento de patrocinadores: uma apresentação na cidade de São Paulo; cinco no interior; três em outros Estados do Brasil; 12 apresentações na Europa; 11 na América do Norte e uma na América do Sul, para um público geral de 25.513 pessoas. Realizou, ainda, palestras de dança (18 ações para um público de 738 pessoas) e oficinas de dança (19 ações para um público de 630 pessoas e nove ouvintes) nas cidades onde houve espetáculos. Foi produzida audiodescrição de novas obras e um documentário da série Figuras da Dança sobre o diretor e coreógrafo José Possi Neto. A coreografia *The Seasons*, criada por Édouard Lock para a companhia, recebeu o Prix de la Danse de Montreal em novembro de 2016. Entre metas obrigatórias e condicionadas, a São Paulo Companhia de Dança beneficiou um público presencial de 52.401 pessoas em 2016.

**3.2.2 OSESP** - A Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo realizou mais de 65 concertos sinfônicos e 13 concertos de câmara na Sala São Paulo, na Capital, com público de 86.364. As 12 apresentações gratuitas ou a preços populares no mesmo local tiveram público aproximado de



14.422 pessoas. A temporada do Coro da Osesp, incluindo litoral e interior, atendeu público aproximado de 6.409 pessoas. Destaca-se a continuidade do programa Osesp Itinerante com nove apresentações do Coro da Osesp, para público de 3.558 pessoas. Além disso, foi realizado um concerto da Osesp na Virada Cultural da Capital, para público de 1.200 pessoas. Dentro do escopo de seu principal programa educacional, o Descubra a Orquestra, a Osesp realizou 515 eventos educacionais, entre concertos didáticos, gincanas, visitas monitoradas e palestras para mais de 36.301 alunos de escolas de todo o Estado, além do treinamento de mais de 443 professores (todos os números referem-se ao período até 30 de setembro de 2016).

A Osesp realizou, ainda, o 47º Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão. O tradicional evento alia uma intensa programação pedagógica a uma gama representativa de concertos sinfônicos e de câmara – a maioria gratuitos –, com a participação de renomados artistas nacionais e internacionais. Este ano, ofereceu ao público música antiga, repertório clássico e contemporâneo, com apresentações diárias nos palcos oficiais de Campos do Jordão e também na Sala São Paulo, onde o público também pôde assistir a diversos concertos de câmara com grupos formados por alunos e professores. A principal atração foi a Orquestra do Festival, formada pelos bolsistas, que fez dois programas com dois concertos cada um. Ao todo, o Festival teve 217 participantes bolsistas.

**3.2.3 Orquestra do Theatro São Pedro** - A Orthesp é formada por jovens e talentosos músicos que têm recebido elogios de crítica e público pelo desempenho nos concertos e apresentações. Além de executar seu repertório nas óperas e tardes de canções, a orquestra é responsável pela série de concertos do teatro, que proporciona ao público uma programação rotineira com repertório selecionado e de alta qualidade.

**3.2.4 Academia de Ópera do Theatro São Pedro** - O teatro deu continuidade ao seu processo de formação gratuita na iniciação profissional de cantores líricos, aliando o aprendizado com professores renomados à prática no palco, já que os alunos participam dos ensaios e das apresentações promovidas pelo São Pedro. Os alunos da Academia de Ópera tiveram formação em Classe de Francês, Classe de Italiano e Classe de Técnica Vocal e Repertório (ópera e câmara) totalizando 184 aulas até 30 de novembro. O grupo formado por alunos atuais e egressos da Academia formou um elenco estável que participou ativamente das atividades do teatro durante o ano, proporcionando ao público uma intensa produção na seara do canto lírico.

**3.2.5 Jazz Sinfônica** - Sob a batuta dos maestros João Maurício Galindo e Fábio Prado, a orquestra manteve sua trajetória de sucesso com reconhecimento de crítica e público, em parceria com a OSESP, a Big Band foi convidada a tocar no PROMS na Inglaterra e relançou suas assinaturas, com seis concertos de gala na Sala São Paulo. Foram realizados 27 concertos na capital e 16 em cidades do interior e litoral do Estado, para um público aproximado de 30.767 pessoas.

**3.2.6 Banda Sinfônica do Estado** - Dedicar-se à difusão da música de concerto e ao incentivo de novas composições e arranjos para esta formação instrumental. Em 2016, o grupo realizou série de concertos no MASP, Domingo Sinfônico, além de reconquistar espaços na capital, como no



teatro do SESI. Foram realizadas 25 apresentações na capital e 16 no interior e litoral, para um público de 25.738 pessoas.

### **3.3 Equipamentos Culturais**

**3.3.1 Teatro Sérgio Cardoso** - O equipamento recebeu uma intensa programação ao longo de 2016, com público total aproximado de 64.000 pessoas em 255 apresentações realizadas em suas duas salas. Entre os destaques da Sala Sérgio Cardoso constam os espetáculos *Agora vou ficar bonita*, a temporada da São Paulo Companhia de Dança e o musical *Cartola - o mundo é um moinho*. Já a Sala Paschoal Carlos Magno, de menor porte, contou com uma intensa temporada de teatro e dança, com destaque para os espetáculos *Yebo*, *O novo rei do Beleléu* e *Esperando Godot*. Várias apresentações contaram com tradução para Libras (Língua Brasileira de Sinais) e audiodescrição. Foram realizadas 11 adaptações e 11 apresentações teatrais com acessibilidade comunicacional (todos os dados são até setembro de 2016).

**3.3.2 Teatro Maestro Francisco Paulo Russo (Araras)** - Projetado por Oscar Niemeyer, o teatro em si é uma obra de arte. Inaugurado em 1991 e com capacidade de 466 pessoas, sua programação diversificada tem incluído linguagens de circo, dança, música, além do seu objetivo maior, o teatro. Foram realizadas 48 apresentações para um público estimado de 11.000 pessoas (até setembro).

**3.3.3 Theatro São Pedro** - Com capacidade de 636 lugares e foco na música lírica, o São Pedro é sede da Orquestra do Theatro São Pedro que, em 2016, sob a batuta do regente Luiz Fernando Malheiro, teve uma temporada aclamada tanto pelo público quanto pela crítica especializada. Na temporada de óperas foram apresentados cinco títulos, totalizando 30 récitas para um público de 15.249 pessoas. Nos concertos líricos, sinfônicos e de câmara, compareceram 12.598 pessoas, até 30 de novembro. Como um grande diferencial o Theatro faz produção própria dos cenários, elaborados pela própria equipe no espaço destinado a isto no Teatro Caetano de Campos.

**3.3.4 Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual – Museu da Diversidade Sexual** – Espaço destinado à preservação do patrimônio cultural da comunidade LGBT. Em 2016, nas itinerâncias de exposições pelo interior, atendeu sete municípios com público aproximado de 6.000 pessoas. Em sua sede em São Paulo, o Museu da Diversidade contabilizou mais de 28 mil visitantes. Destaques para as inaugurações de exposições: *Darcy Penteados, o observador humano* e *Caio mon amour*, sobre a obra e sexualidade do jornalista, dramaturgo e escritor Caio Fernando Abreu (dados até setembro de 2016).

### **3.4 Difusão Cultural**

**3.4.1 Circuito Cultural Paulista** - O programa acontece de março a novembro (exceto julho) e tem como objetivo levar uma programação de excelência para cidades do interior e litoral do Estado, valorizando os teatros e centros culturais municipais. Em 2016, foram 110 cidades contempladas, com 653 espetáculos de música, teatro, dança, circo e infantil para um público de



aproximadamente 308.000 pessoas (até setembro/2016). Entre as atrações da temporada, estavam os espetáculos *Na batucada da Vida* com Lucinha Lins; *Troilo e Créssida*, *O Abajur lilás*; shows de Maria Gadú, Liniker e Supercombo, dentre outros.

**3.4.2 Virada Cultural Paulista** - Realizada em três finais de semana (dias 14/15 e 21/22 e 28/29 de maio), a Virada Cultural Paulista chegou a sua 10ª edição, fortalecendo-se como o maior evento do interior e litoral de São Paulo. Em 2016, foram 579 atrações em 22 cidades do Estado, atingindo público estimado de 937.000 pessoas.

**3.4.3 Apoio às ações de Difusão Literária (em substituição ao Festival da Mantiqueira)** - A SEC reformulou os programas de incentivo à leitura que atendem o interior e litoral. O Festival da Mantiqueira deixou de ocorrer este ano, e com isso, o recurso orçamentário correspondente foi destinado a quatro outros projetos literários: Festival Paulista de Literatura em Iguape, Viagem Literária, Prêmio São Paulo de Literatura e Festival de Literatura Infante-Juvenil de Monteiro Lobato. Com a reformulação, foram apoiadas 13 atividades literárias com a presença de 11 escritores para um público aproximado de 2.800 pessoas, além de realizadas três apresentações artísticas. O público circulante dos festivais apoiados até o momento contabilizou aproximadamente 4.500 pessoas.

**3.4.4 Festival Paulista de Circo** - Realizado pelo quinto ano consecutivo na cidade de Piracicaba, de 2 a 7 de setembro, a 9ª edição do evento promoveu 92 apresentações gratuitas envolvendo um público circulante de aproximadamente 58.000 pessoas. Os números circenses aéreos foram os destaques desta edição, além das duas apresentações com audiodescrição ofertadas, visando à acessibilidade comunicacional.

**3.4.5 Revelando São Paulo** - Dedicado à divulgação e preservação da cultura paulista tradicional, o 20º Revelando São Paulo teve três etapas em 2016: em Atibaia, Iguape e São José dos Campos, totalizando aproximadamente 600 mil visitantes nos três eventos. Por meio deste festival, a Secretaria da Cultura fomenta as culturas caiçara, tropeira, caipira, cigana, quilombola e indígena de mais de 280 cidades do Estado, apresentando-as em centros urbanos para evidenciar a culinária e artesanato tradicionais, além de grupos de viola caipira, bandas de fanfarra, fandango, congadas, catira, moçambique, folia de reis, cavalhadas, entre outros.

**3.4.6 Mapa Cultural Paulista** - Desde 1995, o programa incentiva a produção e o mapeamento cultural local, promovendo ciclos bienais de concursos municipais, regionais e um estadual, em sete linguagens: artes visuais, canto coral, dança, literatura, música instrumental, teatro e vídeo. Artistas de todas as regiões ganham a chance de se apresentar para um público abrangente e a possibilidade de chegar aos palcos da Capital. Em 2016, houve a realização das Fases Estadual e Circulação dos espetáculos. Na Fase Estadual foram realizados 21 eventos, com público aproximado 3.000 pessoas. Na Fase de Circulação, foram ofertadas 54 atrações para 31 municípios, atingindo público de 2.500 pessoas (até setembro).

**3.4.7 Circulação de Ópera (Ópera Curta)** - Mantido pela Secretaria desde 2010, o programa leva adaptações de óperas famosas a cidades do interior e litoral do Estado de São Paulo,



com o objetivo de difundir o gênero. Em 2016, o programa passou por 38 cidades, atingindo público estimado de 11.500 pessoas.

**3.4.8 Semana Guiomar Novaes** - A 39ª edição do evento, homenagem à pianista falecida em 1979, foi realizada de 17 a 21 de junho em São João da Boa Vista. A programação oficial, em parceria com o município e outras instituições, contou com espetáculos de teatro, dança, música popular brasileira, música erudita e circo. No total foram 22 atividades, com público de 10.000 pessoas.

**3.4.9 Festival Nacional de MPB - edições Avaré, Batatais, Botucatu e Ilha Solteira** - Realizado em parceria com as prefeituras municipais, os festivais recebem inscrições de todo o Brasil. Visam apresentar um panorama atual da música popular brasileira, por meio da apresentação de candidatos selecionados por uma comissão técnica. No ano de 2016, o público total estimado foi de 45.000 pessoas (total das quatro edições).

**3.4.10 Festival de Teatro de Caraguatatuba** - Também chamado de Litoral Encena, é realizado em parceria com a FUNDACC e a Prefeitura de Caraguatatuba. Tem a missão de fomentar a produção cênica no país, reunindo o melhor das linguagens do teatro de rua, ocupando praças, teatros, escolas e os mais diversos espaços alternativos, em zonas urbanas ou rurais.

**3.4.11 Café com Violas e Ponteios** - O programa recebeu em torno de 22.000 pessoas nas duas edições, realizadas em Santa Fé do Sul e Batatais, com total de 156 apresentações. Orquestras de violas, solos, duplas e trios fizeram parte da programação.

**3.4.12 Apoio às ações institucionais dos municípios** - O programa objetiva apoiar realizações de ações culturais junto aos municípios do Estado, no que tange a eventos de caráter de difusão, bem como reunir o maior número de dirigentes municipais de cultura visando à promoção, difusão e fomento da política cultural do Estado. Dados parciais contabilizam 168 municípios atendidos com público estimado de 470.000 pessoas (até setembro de 2016).

**3.4.13 Apoio a projetos de voltados à cultura LGBT** - Em 2016, foram fomentadas as Paradas do Orgulho LGBT da Capital e também nas cidades do interior. No total foram apoiadas 15 atividades culturais de cultura LGBT, atingindo público estimado de 69.000 pessoas (até setembro).

**3.4.14 Apoio a projetos de cultura negra** - Foram realizadas três itinerâncias de exposições com recortes etnicorracial que atingiram público de 1.800 pessoas. O apoio ao projeto Samba Paulista e a celebrações do Dia da Consciência Negra possibilitou atendimento a sete municípios, tendo público aproximado de 11.700 pessoas. Outras 27 atividades para a cultura negra foram apoiadas para um público aproximado de 60.000 pessoas.

**3.4.15 Apoio a projetos de outras etnias** - Inclui ações voltadas para os povos indígenas, latino-americanos, a população nordestina do Estado e outras, incluindo a realização de videodocumentário, eventos de difusão e promoção da cultura cigana em todo o território do Estado,





além do apoio e parcerias com entidades deste segmento. Em 2016, foram apoiadas 16 atividades para um público estimado de 24.000 pessoas (até setembro).

**3.4.16 Capacitação para elaboração de Projetos culturais de Hip Hop** - Foram realizadas seis capacitações para um público de 215 pessoas (até setembro).

**3.4.17 Encontro Paulista de Hip Hop** - Criado em 2007 e já consolidado no calendário anual de eventos do Estado de São Paulo, é frequentado por adeptos, pesquisadores, ativistas e públicos em geral, que se reúnem para importantes discussões, lazer, diversão e aprendizado, dentro dos elementos que compõe a Cultura Hip Hop, bem como outras culturas negras conectadas ao movimento. Em 2016, foram realizados dois eventos e quatro atividades para um público de 8.000 pessoas.

#### **4. Unidade de Fomento à Cultura e Economia Criativa**

Desenvolve as políticas de fomento e ações para economia criativa, possibilitando aos artistas apoio para a produção das suas obras, o acesso da população aos bens culturais e o estímulo à cadeia da economia criativa em todo Estado. Gerência os programas de fomento e estímulo à criação, sendo responsável pela seleção, aprovação, monitoramento e avaliação dos projetos contemplados.

##### **4.1 Programas de Fomento**

**4.1.1 ProAC ICMS** - Apoia o setor cultural por meio de patrocínios incentivados via renúncia fiscal. Em 2016 contou com orçamento de R\$ 100 milhões e teve 3.412 projetos cadastrados e 1.739 aprovados, representando uma demanda represada de R\$ 530 milhões. Foram realizadas ações de divulgação do programa por meio do Ciclo Tira-Dúvidas ProAC, em todas regiões administrativas, além de palestras temáticas na sede da SEC, envolvendo aproximadamente mil artistas. Na área de fiscalização, foi intensificado o trabalho de análise de prestações de contas. Foram julgados 269 processos, que totalizam previsão de devolução de recursos da ordem de R\$ 16 milhões.

**4.1.2 ProAC Editais** - Na modalidade Editais, a Secretaria investiu R\$ 30 milhões em recursos orçamentários no apoio aos projetos artísticos selecionados por concurso. O número total de projetos inscritos foi de 5.483, dos quais 374 foram premiados. Os editais atuam como interlocução com a sociedade civil e mecanismo de equilíbrio no financiamento à produção artística emergente. Os editais ampliam as ações de interiorização e descentralizam a concessão de recursos, estimulando também a cadeia produtiva do interior e litoral do Estado. A maior parte dos editais contemplou 50% de projetos provenientes do interior e litoral. Ainda em 2016, o Núcleo ProAC intensificou ações de divulgação e esclarecimentos sobre os Editais, com as palestras Tira-Dúvidas realizadas no Vale do Ribeira, Litoral Norte, Litoral Sul, Capital e Oeste Paulista. Aprimorou procedimentos e processos por meio de ações como: criação de um Manual de Prestação de Contas; sistematização de procedimentos de avaliação dos editais pelos integrantes das Comissões de Seleção, além de concluir julgamento de prestações de contas de projetos inadimplentes.



**4.1.3 Prêmio Estímulo a Curtas Metragens** - Distribuiu sete prêmios de R\$ 80 mil para projetos de realização de filmes em curta metragem. O investimento no programa foi de R\$ 560 mil em recursos próprios da Secretaria. Ao todo, foram registradas 318 inscrições.

**4.1.4 Programa de Fomento ao Cinema Paulista** - A SEC investe na produção cinematográfica na forma de patrocínio de empresas estatais por meio da Lei Rouanet, totalizando R\$ 4,5 milhões divididos em sete prêmios. Ao todo, foram inscritos 131 projetos.

**4.1.5 Investimentos em Cultura por parte das empresas controladas pelo Estado** - A Secretaria também coordena os investimentos em cultura realizados via patrocínio pelas empresas estatais paulistas, responsabilidade estabelecida pelos Decretos nº 42.992/1998 e nº 61.700/2015. Em 2016, foram contemplados 66 projetos, totalizando patrocínio de R\$ 18 milhões.

## **4.2 Economia Criativa**

**4.2.1 Parcerias para estudos estratégicos** - A economia criativa envolve as áreas culturais tradicionais e setores emergentes tais como moda, cultura digital, design e tecnologia. A área tem como insumo principal a criatividade e a inovação, envolvendo fundamentos artísticos e culturais no desenvolvimento dos setores criativos que realizam bens e serviços, gerando emprego e renda para artistas e diversos profissionais. Com seu próprio investimento, a SEC é um grande player nesse setor. Por isso, a UFEC tem realizado prospecções para o desenvolvimento de estudos e ações voltadas para economia criativa, tais como:

**a) ESPM** - Centro de Pesquisa de Economia Criativa: possibilidade de parceria para desenvolvimento de estudos sobre o ProAC e seminários.

**b) UFRGS - CEGOV** - Centro de Estudos Internacionais sobre Governos - GT Políticas públicas e Economia Criativa: prospecção de possível parceria para estudos sobre ProAC e Economia Criativa.

**c) Consulado da Holanda** (em parceria com a Área de Relações Internacionais do Governo do Estado): possibilidade de palestras e seminários sobre o tema.

**d) Fundação Seade**: proposta de treinamento e capacitação da equipe para transparência dos dados, dados abertos e estudos sobre ProAC.

## **5. Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico**

Por meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico - UPPH e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat, a Secretaria da Cultura promove ações de preservação do patrimônio cultural paulista.



## **5.1 Identificação do patrimônio cultural e tombamentos realizados pelo Condephaat**

Tombar é o ato de proteger administrativamente um bem material que tem valor histórico e cultural relevante para sociedade. Todas as intervenções (restaurações, reformas e serviços de conservação) em bem tombados devem ser precedidas de autorização do Condephaat para garantir a preservação das suas características físicas e evocações simbólicas.

**5.1.1 Tombamentos deliberados pelo Condephaat:** Antigo complexo Argos Industrial S.A., em Jundiaí; Antiga Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira, no Brás, São Paulo; Antigo Asilo Colônia Cocais, atual Centro de Reabilitação de Casa Branca, município de Casa Branca; Antigo Asilo Pirapitingui, atual Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes, município de Itu; Balneário de Águas de Lindóia, no município de Águas de Lindóia; Antiga Casa de Câmara e Cadeia e antigo Fórum de Mogi das Cruzes; Chalés de madeira localizados à Rua Teodoro Sampaio n°s 7, 8, 10, 15, 16, 18, 30, 32, 34, 36, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58 e 60, município de Santos; Complexo Ferroviário de Sorocaba; Conjunto das Oficinas Ferroviárias da Lapa (remanescentes da São Paulo Railway-SPR), Lapa, São Paulo; Edifício do Moinho Fratelli Maciotta (antiga Fabrica de Sal), município de Ribeirão Pires; Antiga Fábrica Lidgerwood, formada por seus prédios e espaços remanescentes, município de Campinas; Praça da Sé e Catedral Metropolitana de São Paulo, Capital; Polígono da Saúde, em São Paulo, Capital; Preventório Santa Therezinha, atual Associação Santa Therezinha, município de Carapicuíba; Antigo Asilo Colônia Santo Ângelo, atual Centro de Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti, em Mogi das Cruzes;

**5.1.2 Aberturas de processos de tombamento:** Casa Grande do bairro Ribeirão dos Cruzes, município de Ribeirão Grande; Casarão situado na Rua Cel. José Ignácio n°s 73/83, município de Jarinu; Instalações do Presídio da Ilha Anchieta, município de Ubatuba; Congregação Israelita Templo Beth-El, situado na Rua Martinho Prado n° 128, São Paulo.

**5.1.3 Resoluções de tombamento publicadas:** Garagem América - São Paulo (Resolução SC-17, de 15/03/2016); Antigo Asilo Colônia Aimorés – Bauru (Resolução SC-21, de 15/03/2016); Conjunto da Estação Ferroviária de Chavantes (Resolução SC-22, de 15/03/2016); Conjunto da Estação Ferroviária de Avaré (Resolução SC-23, de 15/03/2016); Fazenda Santa Maria do Monjolinho - São Carlos (Resolução SC-64, de 21/06/2016); Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Jacupiranga (Resolução SC-65, de 21/06/2016); Conjunto da Estação Ferroviária de Jaguariúna (Resolução SC-66, de 21/06/2016); Balneário Aristides Coló - Jaú (Resolução SC-67, de 21/06/2016); Catedral de Santo Antônio, altares e respectivas imagens - Guaratinguetá (Resolução SC-88, de 30/06/2016); Fórum de Promissão (Resolução SC-89, DE 30/06/2016); Antigo Santa Paula Iate Clube – São Paulo (Resolução SC-90, de 30/06/2016); Serra do Itaqui – Santana de Parnaíba, Barueri e Itapevi (Resolução SC-126, de 19/12/2016); Residência José Mário Taques Bittencourt - São Paulo (Resolução SC-127, de 19/12/2016); Antiga Fábrica da Companhia Gessy Industrial - Valinhos (Resolução SC-128, de 19/12/2016).



**5.1.4 Revisões de áreas envoltórias de bens tombados:** Solar Alves Lanhoso - Itatiba; Faculdade de Medicina da USP, Instituto Oscar Freire e Conjunto de Edificações da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz, em São Paulo.

**5.1.5 Revisões de áreas envoltórias de bens tombados:** Bosque dos Jequitibás, em Campinas (Resolução SC-19, de 15/03/2016); Conjunto de Edifícios da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em São Paulo (Resolução SC-45/2016, de 09/05/2016); Antiga Faculdade de Odontologia da USP, atual Oficina Cultural Oswald de Andrade, em São Paulo (Resolução SC-52/2016, de 02/06/2016); Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira (Fazenda Santa Genebra), em Campinas (Resolução SC-119, de 31/11/2016); Igreja de São Miguel, em São Paulo (Resolução SC – 121 de 31/11/2016).

## **5.2 Ações de difusão e gestão**

**5.2.1 Projeto de Recaracterização Participativa da Vila Maria Zélia** - A Vila Maria Zélia é tombada pelo Condephaat por meio da Resolução SC-43 de 18/12/1992. Trata-se de uma vila operária bastante conhecida, construída em 1916 para atender aos trabalhadores da fábrica de tecidos pertencente a Jorge Street, considerada um dos patrimônios industriais mais importantes de São Paulo. Dando prosseguimento ao trabalho iniciado em 2015, este ano a Unidade realizou oficinas com a participação de moradores da Vila para fornecer esclarecimentos sobre o tombamento do local e orientações técnicas visando à recuperação do conjunto.

**5.2.2 Aplicação de multas (conforme previsto na Resolução SC 64/2013)** - Foram aplicadas 15 multas, correspondendo a 4150 UFESPs. Há no Centro de Apoio Administrativo ao Conselho (CAAC), outros 49 processos aguardando inclusão em pauta para deliberação do Condephaat acerca das infrações cometidas. Foram feitas, ainda, 32 notificações de conduta irregular e 18 lavraturas de autos de infração.

## **5.3 A UPPH em números**

<b>TIPO DE SOLICITAÇÃO</b>	<b>Quantidade</b>
Pedidos de aprovação de intervenção/restauro	826
Pedidos de informação, certidões ou diretrizes	613
Regularizações (análises pós-intervenção)	249
Análise de pedidos de remoção/poda de árvores	184
Aprovações de Anúncios/Cartazes/Painéis	104
Denúncias	53
Serviços de conservação	47
Expedientes diversos	27
Pedidos de aprovação de eventos	21
Novos pedidos de tombamento	16
Pesquisas minerais	03



Projetos de acessibilidade	04
Estados de conservação	18
Revisões de tombamento	01
Pedidos de vistorias em geral	09
Registros de patrimônio imaterial	0
<b>TOTAL DE PROCESSOS ABERTOS EM 2016</b>	<b>2175</b>

## **6. Unidade de Monitoramento**

A Unidade de Monitoramento - UM é responsável pela parametrização e melhoria de procedimentos internos da Secretaria da Cultura e pela criação de indicadores para mensuração e análise dos resultados das políticas públicas culturais, dentre outras atribuições. Em 2016, a UM realizou as seguintes atividades:

### **6.1 Relação de parceria entre o Estado e as Organizações Sociais de Cultura**

- Aprimoramento do modelo de Parecer Econômico-Financeiro Anual de Monitoramento e Avaliação da Prestação de Contas e emissão dos pareceres relativos aos 27 contratos de gestão da Pasta referentes ao exercício de 2015, incluindo a especialização, com base nos municípios, das ações desempenhadas.
- Elaboração dos referenciais orçamentários e financeiros para as convocações públicas realizadas ao longo do ano (Projeto Guri Interior e Litoral e Fundações Casa, Museu da Imigração, Museu do Café e Museu da Casa Brasileira, Programas de Circulação, Programa Fábricas de Cultura, Museu do Futebol e Museus do Interior), além de estudos orçamentários para as próximas convocações previstas.
- Aferição do Índice de Transparência nos sites de 43 objetos culturais relacionados aos 27 contratos de gestão vigentes.
- Controle e monitoramento mensal do resultado de público atingido por ações realizadas por meio de contratos de gestão, classificados e analisados à luz da Matriz Parametrizada de Ações Culturais - MaPA.
- Realização de visitas técnicas nas 20 organizações sociais - OSs parceiras da SEC, contemplando a totalidade dos 27 contratos de gestão vigentes, com intuito de verificar a aderência dos procedimentos de compras e contratações aos regulamentos de compras e contratação de serviços das próprias OSs, bem como para verificar a aderência dos processos de contratação de pessoal aos manuais de recursos humanos, buscando, ainda, apontar boas práticas que poderão ser incorporadas para ambos nos referenciais elaborados pela UM.



- Revisão geral, com base nos apontamentos oriundos das visitas técnicas, e lançamento de nova edição do Referencial de Boas Práticas para os Regulamentos de Compras e Contratações de Serviços e do Referencial de Boas Práticas para os Manuais de Recursos Humanos para Organizações Sociais de Cultura, guias que instituem um conjunto de sugestões de princípios, políticas e práticas para a adequada seleção e gestão de fornecedores e funcionários.

- Realização de duas reuniões ampliadas com dirigentes e representantes das 20 OSs parceiras da Secretaria, além das equipes técnicas das Unidades Gestoras, para apresentação e orientações referentes às Instruções normativas nº 1 e nº 2/2016 do Tribunal de Contas, entre outras pautas de interesse geral.

- Apoio sistemático, durante todo o ano, à Comissão de Avaliação dos Resultados dos Contratos de Gestão, por meio da elaboração de estudos dos relatórios trimestrais, organização de reuniões bimestrais, envio de documentos e informações solicitadas, agendamento e participação nas visitas técnicas da Comissão de Avaliação.

## **6.2 Esforços para a melhoria da avaliação e da divulgação das parcerias com Organizações Sociais de Cultura**

- Realização de reuniões com o Tribunal de Contas do Estado, visando aprimorar o diálogo com as instâncias de fiscalização e elaboração – com ampla participação interna e externa – de conjunto de sugestões para a revisão das Instruções Normativas nº 1 e nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado - TCE.

- Realização de reuniões com o Departamento de Controle e Avaliação da Secretaria da Fazenda, Corregedoria Geral da Administração e Subsecretaria de Parcerias e Inovação da Secretaria de Governo, voltadas ao aprimoramento do modelo OS e das ações de controle interno.

- Continuidade do Termo de Cooperação Técnica firmado com a Secretaria de Planejamento e Gestão, a fim de apoiar a melhoria da governança e da gestão das parcerias com as OSs.

## **6.3 Transparência na Cultura**

- Atualização do Portal Transparência Cultura (<http://www.transparenciacultura.sp.gov.br>), com inserção de dados relativos ao exercício 2015, relatórios de atividade e outros documentos e informações.

- Elaboração e disponibilização de publicações para divulgar informações de interesse público sobre atividades exercidas pela Secretaria, inclusive relativas à sua política, serviços e parcerias:



- *Boletim UM n.1 - Cultura em Números*, com dados de dotação orçamentária inicial para a área de Cultura e sua relação com a execução orçamentária, no município de São Paulo, no Estado de São Paulo e no Brasil, no período de 2010 a 2015.
- *Boletim UM n.2 – 10 anos de parceria com OSs de Cultura - 2004 a 2014*, com resumo dos principais dados relacionados aos dez anos de adoção desse modelo de gestão pela SEC SP.
- *Boletim UM n.3 – 10 Anos de ProAC Editais*, com resumo dos principais dados relacionados à modalidade Editais, nos dez anos da lei de incentivo à Cultura do Estado de São Paulo.
- *Boletim UM n.4 – Pesquisas de Públicos da Cultura em SP: diagnóstico e perspectivas*, apresentando um levantamento das 102 pesquisas realizadas pelas Organizações Sociais de Cultura no ano de 2015 junto aos diversos públicos das ações culturais realizadas, destacando as principais realizações, as maiores dificuldades e as perspectivas de aprimoramento dos esforços para conhecer melhor os públicos da Cultura, seu perfil e percepção de satisfação.

#### **6.4 Implantação/melhoria nos sistemas de informações e indicadores da Secretaria da Cultura, potencializando os processos de monitoramento e avaliação dos contratos de gestão**

- Aprimoramento técnico e conceitual, validado com as OSs e unidades da Pasta, da Matriz Parametrizada de Ações Culturais - MaPA, com o intuito de estabelecer parâmetros comuns para a classificação e organização das ações realizadas pelas organizações sociais; início do registro da MaPA como produção técnica na Biblioteca Nacional.
- Em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação da Pasta, e auxílio das demais Unidades, especificação dos requisitos, desenho, construção, homologação e implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Cultura - SMAC, plataforma que gerenciará, a partir de 2017, o fluxo completo dos Contratos de Gestão - CGs, em ambiente de Business Intelligence.
- Alinhamento da MaPA ao vocabulário da Ontologia da Cultura, iniciativa do Ministério da Cultura, com apoio da Universidade Federal de Goiás - UFG, que conta com a participação de representantes de todas as unidades da federação, incluindo esta Secretaria.
- Elaboração de um conjunto de indicadores culturais para aprimorar os processos de monitoramento e avaliação dos contratos de gestão: indicadores de conformidade; eficácia e eficiência/economicidade.



## **6.5 Apoio à formação e especialização técnica de recursos humanos e ao desenvolvimento institucional na área da Cultura**

- No âmbito do Laboratório de Políticas Públicas de Cultura do Estado de São Paulo - LabCult, Realização do evento Políticas Culturais em Foco - Jornada de Debates sobre Políticas Culturais e Gestão Cultural, em 04/11/2016.

- Ações de formação destinadas a servidores da Pasta, funcionários de OSs e interessados em geral:

- Oficina de Verão - Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Cultura: Construção de Indicadores Culturais (janeiro 2016) - Com 16 horas presenciais, teve por objetivo compartilhar avanços, questões e desafios no processo de construção de indicadores.
- Oficinas de Outono 2016 - Indicadores para o Sistema de Monitoramento e Avaliação da Cultura - SMAC - Objetivos: contribuir para o alinhamento entre propósitos e resultados esperados na política cultural da SEC e os objetivos específicos de cada área fim, por meio da revisão e/ou construção de indicadores de criação, formação, difusão, preservação e governança. Módulos: Encontro Geral; Oficina de Plano de Trabalho (junho 2016); Oficina Fomento e Economia da Cultura (julho 2016).

## **7. Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras**

Por meio de seu Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras, a Secretaria da Cultura deu início ou continuidade, em 2016, a importantes serviços relacionados à infraestrutura necessária para o desenvolvimento da política pública cultural. A seguir, estão listados alguns exemplos do que foi realizado ao longo do ano.

### **7.1 Obras, Projetos e Serviços finalizados em 2016**

#### **Teatro Sérgio Cardoso (escadas) - São Paulo – Obra**

**Contrato:** 17/2015

**Valor atual:** R\$ 2.895.007,64

**Objeto:** reforma e construção das escadas de emergência, conforme normas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, e readequação dos espaços do foyer, hall, bilheteria e chapalaria.

**Contratada:** Edipal Construtora e Imóveis Papai.

**Status:** concluído.

#### **Teatro Sérgio Cardoso (elétrica) – São Paulo – Obra**

**Contrato:** 62/2014.

**Valor atual:** R\$ 3.472.480,65





**Objeto:** reforma do sistema elétrico do Teatro Sérgio Cardoso, localizado à Rua Rui Barbosa, 153, Bela Vista, São Paulo/SP.

**Contratada:** 2N Engenharia Ltda.

**Status:** concluído.

**Oficina Cultural Brooklin (Projeto Guri) - São Paulo - Projeto**

**Contrato:** 09/2015

**Valor atual:** R\$ 318.427,69

**Objeto:** projetos executivos de arquitetura, engenharia e complementares para reforma e adequação do imóvel denominado Núcleo Maestro Eleazar de Carvalho, situado a Av. Padre Antônio José dos Santos, nº 1.019 - Brooklin Paulista - São Paulo/SP.

**Contratada:** Faccio Arquitetura S/S Ltda. - EPP.

**Status:** concluído.

**Teatro Oficina – São Paulo – Projeto**

**Contrato:** 11/2015

**Valor atual:** R\$ 718.129,49

**Objeto:** projetos básicos e executivos de arquitetura, restauro e complementares, garantindo o pleno desenvolvimento das atividades deste equipamento cultural objetivando restaurar e requalificar o patrimônio histórico-cultural localizado à Rua Jaceguai, 520 - Bela Vista - São Paulo-SP.

**Contratada:** Gema Arquitetura e Urbanismo Ltda. ME.

**Status:** concluído.

**Palácio Campos Elíseos - São Paulo - Obra**

**Contrato:** 38/2013

**Valor atual:** R\$ 19.936.246,28.

**Objeto:** execução das obras de reforma e restauro do interior do Palácio Campos Elíseos.

**Contratada:** Incorplan Engenharia Ltda.

**Status:** Obra concluída.

**Oficina Cultural Glauco Pinto de Moraes - Bauru - Obra**

**Contrato:** 09/2014.

**Valor atual:** R\$ 5.327.181,73.

**Objeto:** execução da obra de reforma do edifício situado a Rua Amazonas, nº 141 - Vila Carolina - Bauru/SP.

**Contratada:** Incorplan Engenharia Ltda.

**Status:** Concluído. Imóvel transferido ao Tribunal de Justiça de São Paulo.

**Oficina Cultural Regional Pagu - Santos - Obra**

**Contrato:** 07/2014.

**Valor atual:** R\$ 10.657.400,79.

**Objeto:** execução da obra de reforma e restauro do edifício da Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Santos, situado a Praça dos Andradas, s/nº - Centro - Santos/SP.



**Contratada:** Erbauen Construtora e Incorporadora Ltda.

**Status:** concluído.

## **7.2 Obras, Projetos e Serviços em andamento em 2016**

### **Casa das Rosas - São Paulo – Projeto**

**Contrato:** 11/2014

**Valor atual:** R\$ 973.684,86

**Objeto:** projetos básicos e executivos de engenharia e arquitetura para reforma e restauro da edificação denominada Casa das Rosas – Av. Paulista, nº 37 - Bela Vista - São Paulo.

**Contratada:** Greenbrazil Arquitetura e Engenharia Ltda. - EPP.

**Status:** aguardando aprovações dos órgãos de controle (Condephaat, Iphan e Conpresp) e finalização de projetos.

**Previsão de entrega:** março/2017.

### **Conservatório de Franca - Projeto**

**Contrato:** 15/2015

**Valor atual:** R\$ 599.012,18.

**Objeto:** projeto básico e executivo de arquitetura e engenharia para implementação da unidade de ensino musical no município de Franca/SP.

**Contratada:** Greenbrazil Arquitetura e Engenharia Ltda. - EPP

**Status:** aguardando aprovações dos órgãos de controle (Corpo de Bombeiros e Prefeitura) e finalização de projetos.

**Previsão de entrega:** março/2017.

### **Oficina Cultural Amácio Mazzaropi - São Paulo – Obra**

**Contrato:** 40/2014.

**Valor atual:** R\$ 5.427.972,56

**Objeto:** execução da obra de reforma e restauro do edifício, situado à Avenida Rangel Pestana, nº 2.401 - Brás - São Paulo, Capital.

**Contratada:** ECG Engenharia Construções e Geotecnia Ltda.

**Status:** obras civis finalizadas aguardando a ligação definitiva, a ser executada pela concessionária AES Eletropualo, da nova entrada de energia, para posterior instalação do elevador acessível.

**Previsão de entrega:** fevereiro/2017.

### **Fábrica de Cultura – Diadema – Obra**

**Contrato:** 19/2014.

**Valor atual:** R\$ 14.298.134,63.

**Objeto:** execução da obra de construção da unidade do Programa Fábricas de Cultura no município de Diadema.

**Contratada:** ECG Engenharia Construções e Geotecnia Ltda.



**Status:** Em execução serviços diversos de infraestrutura de elétrica e hidráulica, acabamentos e instalação de equipamentos e acessórios diversos nos prédios principais e teatro.

**Previsão de entrega:** junho/2017.

**Museu Catavento Cultural e Educacional - Reforma - Instalações elétricas, hidráulicas e de combate a incêndios - São Paulo - Obra**

**Contrato:** 32/2015.

**Valor Atual:** R\$ 5.387.174,00.

**Objeto:** execução de reforma das instalações elétricas, hidráulicas, civis e combate a incêndios do Museu Catavento Cultural e Educacional, localizado à Praça Cívica Ulisses Guimarães, s/nº, Parque D. Pedro II - São Paulo/SP.

**Contratada:** 2N Engenharia Ltda.

**Status:** serviços contratuais executados em 51%.

**Previsão de entrega:** abril/2017.

**Museu Afro Brasil - São Paulo - Obra**

**Contrato:** 11/2016

**Valor atual:** R\$ 713.685,90

**Objeto:** restauro dos caixilhos de ferro e vidro das fachadas do edifício.

**Contratada:** Edipal Construtora e Imóveis Papai Ltda.

**Status:** serviços contratados executados em 60%, com recuperação das esquadrias metálicas e instalação de novos vidros em execução sem interferências aos espaços expositivos.

**Previsão de entrega:** março/2017

**Oficina Cultural Gerson de Abreu - Iguape - Obra**

**Contrato:** 17/2014.

**Valor atual:** R\$ 1.361.349,07.

**Objeto:** execução da obra de reforma e restauro do edifício situado a rua XV de Novembro, nº 522 - Centro - Iguape/SP.

**Contratada:** Incorplan Engenharia Ltda.

**Status:** obra paralisada, executando as medidas necessárias para rescisão de contrato.

**Previsão de entrega:** sem previsão de entrega.

**Oficina Cultural Grande Otelo - Sorocaba - Obra**

**Contrato:** 12/2014

**Valor atual:** R\$ 1.550.450,39

**Objeto:** obra de reforma e restauro do edifício situado a Praça Frei Baraúna, s/nº - Centro – Sorocaba/SP.

**Contratada:** Incorplan Engenharia Ltda.

**Status:** foram detectadas patologias estruturais principalmente nas alvenarias, que demonstraram instabilidade. Isso implicou na necessidade de investigação. Em função disso, a obra foi paralisada e está em fase de rescisão contratual para posterior execução de novo serviço, já com as medidas corretivas necessárias.



## **8. Convênios**

Em 2016, a Secretaria da Cultura formalizou um convênio com a entidade Centro de Promoção Humana Lar Vicentino, para a realização do projeto cultural 25ª Festa das Nações, no valor de R\$ 80 mil.

## **9. Comunicação e Imprensa**

A Assessoria de Comunicação e Imprensa da Secretaria da Cultura é responsável pelo relacionamento com a mídia, gestão de redes sociais e sites, além da coordenação de ações de Comunicação desenvolvidas também pelas organizações sociais parceiras. Em 2016, o departamento atuou de forma estratégica, apoiando a Pasta, por exemplo, na ampliação das ações de captação de recursos pelas OS.

**9.1 Resultados na mídia espontânea** - Apesar dos desafios enfrentados em 2016, a Secretaria da Cultura manteve em alto patamar a sua visibilidade e credibilidade perante a opinião pública. Até a primeira quinzena de dezembro, os programas e equipamentos mantidos pela Pasta foram citados em 58.669 matérias jornalísticas em todo o Brasil, apenas 0,7% delas em viés negativo, em geral associadas ao incêndio do Museu da Língua Portuguesa e a ajustes causados pela redução de orçamento. Foram mais de 248 horas de matérias de rádio e 102 horas de matérias de TV veiculadas no mesmo período. Estes números são resultado do trabalho conjunto das equipes de Comunicação e Imprensa da Secretaria da Cultura e das 10 organizações sociais parceiras da Pasta, sob coordenação da primeira e em alinhamento com as políticas da Subsecretaria de Comunicação do Governo.

**9.2 SP Estado da Cultura** - Em parceria com o Instituto Tim, a Assessoria de Comunicação e Imprensa da Secretaria, lançou em março a plataforma de mapeamento SP Estado da Cultura, que passou a centralizar as informações sobre programação cultural fornecida pela Pasta no banco de dados [www.estadodacultura.sp.gov.br](http://www.estadodacultura.sp.gov.br). Colaborativa e gratuita, a plataforma está sendo utilizada também por artistas e grupos culturais que desejam divulgar o seu trabalho. Com esta plataforma, pela primeira vez a Secretaria pôde conhecer e divulgar, em tempo real, a programação dos projetos apoiados pelo ProAC Editais. Sites e hotsites realizados pela Pasta também usam este banco de dados como base, implicando em custo reduzido ou zero para desenvolvimento destes produtos. A parceria com o Instituto Tim, desenvolvedor da ferramenta, foi realizada sem ônus para o Estado. Esta ação contou com o apoio do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação.

**9.3 Captação de recursos para a Cultura** - O departamento buscou estimular as organizações sociais de cultura a ampliar suas ações de captação de recursos, buscando nichos ainda pouco explorados no País, como por exemplo entre contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF, que podem se utilizar da Lei Rouanet para descontar o valor doado do IR devido. As OS passaram a dar mais atenção à adoção de ferramentas que permitem a recepção online e presencial destas doações. Em novembro, a Pasta se uniu à campanha nacional Dia de Doar e fomentou a



circulação de informações sobre formas pelas quais a sociedade civil pode contribuir para o desenvolvimento da cultura no estado.

## **10. FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA**

Em 2016, a Fundação Memorial da América Latina ampliou consideravelmente sua programação de eventos em 2016, o que possibilitou alcançar a marca histórica de mais de dois milhões de visitantes neste ano.

**10.1 Diretoria de Atividades Culturais - DAC** - Destacamos os seguintes eventos (total de 189 eventos - Público: 1.991.708 pessoas):

- Carnaval Boliviano;
- 1º Salão Latino-americano de Humor;
- Circuito de Cinema ao Ar Livre - Cine Open Air;
- 4º Salão de Outono da América Latina;
- Night Run Twist;
- Samba Paulista;
- Projeto Cultural Novos Talentos no Memorial;
- 11º Festival de Cinema Latino Americano de SP 2016;
- Música na Biblioteca – Encontro 2 (Balkan Neo);
- Rolling Stone Music Run;
- Flink Sampa - Festa do Conhecimento, Literatura e Cultura Negra;
- Música na Biblioteca – Encontro 12 (Douglas Braga & Quarteto Lacerda);
- X Encontro Paulista de Hip Hop;
- Exposição permanente Pavilhão da Criatividade;
- Exposição permanente Salão de Atos Tiradentes;

**10.2 Centro Brasileiro de Estudos da América Latina - CBEAL** - Os números deste departamento indicam os visitantes que passaram pela Biblioteca Latino-Americana, que fizeram visitas guiadas com os monitores do Educativo e que compareceram aos eventos, os quais destacamos (total de 76 eventos; público de 155.974 pessoas):

- Lançamento do documentário Marcas da Memória
- Entrega do 32º Prêmio Ângelo Agostini
- Exposição Quadrinhos Brasil-Paraguai
- Exposição Qhapaq Ñan - o Grande Caminho Inca
- Abertura da Cátedra Unesco/Memorial da América Latina - Palestra Modernidade em crise, governos impotentes, vida fora de controle
- Seminário Migrações internacionais, Refúgio e Política
- Palestra Representação, participação e políticas públicas (Cátedra UNESCO Memorial)



- Exposição Franco Montoro 100 anos
- Exposição 100 Ulysses Guimarães
- Palestra Modernização e Globalização na Cultura Latino-americana: o exemplo das artes Visuais (Cátedra UNESCO Memorial)

### **10.3 Diretoria Administrativa e Financeira - DAF**

- Término da primeira fase das obras do Auditório Simon Bolívar.
- Início da fase final de restauro do Auditório Simon Bolívar.
- Reavaliações contratuais com o objetivo de diminuição dos gastos de custeio.
- Reforma e inauguração do espaço expositivo Gabriel García Márquez.
- Inauguração do Espaço Multiuso.
- Implantação do Programa de Eficiência Energética (redução de 35% do consumo).
- Implantação do Programa de Eficiência Hídrica (redução de 25% do consumo).
- Implantação da nova iluminação de LED do Salão de Atos.

Total de eventos ao longo de 2016: 265; Total de público: 2.147.682.



## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SDECTI possui a missão de fortalecer o apoio ao micro e pequeno empreendedor, atrair investimentos e negócios, incentivar a inovação, pesquisa científica e tecnológica e expandir o acesso aos ensinos superior e técnico profissionalizante.

### Principais ações 2016

Em 2016, a Secretaria de Desenvolvimento, Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação desenvolveu ações que contemplam todas as áreas relacionadas ao desenvolvimento, como formação de recursos humanos qualificados, apoio tecnológico, articulação junto a empresas e órgãos públicos, entre outros. Por meio de ações estratégicas coordenadas, a Secretaria lançou as bases de um melhor e mais abrangente desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo.

### 1. Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

É responsável por coordenar as ações de estímulo às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado. Promove aproximação do setor produtivo com centros de conhecimento e mantém diálogo permanente junto à comunidade científica para criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de novos estudos e projetos acadêmicos.

**Sistema Paulista de Parques Tecnológicos - SPTEC:** no Estado, existem 20 iniciativas para implantação de parques tecnológicos, sendo: 13 com credenciamento definitivo no SPTEC (São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Piracicaba, Santos, São Carlos-ParqTec, Botucatu, Santo André, Unicamp–Campinas, CTI–Campinas, CPqD–Campinas, Techno Park–Campinas e São José do Rio Preto) e 7 com credenciamento provisório (Araçatuba, Barretos, Campinas - Ciatec II, São Carlos–Eco Tecnológico, São Paulo (2 iniciativas: Jaguaré e Zona Leste) e São José dos Campos–Univap). Em 2016, ocorreu o credenciamento definitivo de 7 parques tecnológicos, quais sejam: Botucatu, Santo André, Unicamp–Campinas, CTI-Campinas, CPqD-Campinas, Techno Park–Campinas e São José do Rio Preto.

**Centro de Inovação Tecnológica:** Empreendimento que concentra, integra e oferece um conjunto de mecanismos e serviços de suporte ao processo de inovação tecnológica das empresas, constituindo-se, também, em espaço de interação empresarial-acadêmica para o desenvolvimento de setores econômicos. Hoje existem 3 Centros de Inovação Tecnológica credenciados na Rede Paulista de Centro de Inovação Tecnológica – RPCITec, e 5 municípios com estudos concluídos, aguardando documentação para credenciamento, 3 com Estudos de viabilidade Técnica, Econômica e Financeira e do Plano de Negócios em fase de conclusão, 8 em análise para formalização de convênios aguardando repasse de recurso para iniciarem os Estudos de Viabilidade, e 6 com protocolo de Intenções Assinado.



**Projeto Atendimento Tecnológico às Micro, Pequenas e Médias Empresas:** conta com cinco tipos de atendimento, tendo o IPT como seu braço executor. Em 2016, a SDECTI investiu R\$ 2 milhões nos 123 atendimentos, tendo sido pagas ao IPT, cinco parcelas de R\$ 500 mil. Seguem os tipos de atendimentos: **Programa Unidade Móvel - Prumo:** voltado principalmente às micro e pequenas empresas com a ida de técnicos à empresa acompanhados de uma unidade móvel dotada de laboratório de análises, contempla os setores de tratamento de superfície, plástico, couro e calçados, madeira e móveis, borracha, cerâmica, têxtil e confecções. **Em 2016 foram concluídos 84 atendimentos e 16 estão em andamento.** **Programa de Apoio Tecnológico à Exportação - Progex:** é voltado à empresa que quer exportar e necessita adequar produtos para mercados externos. **Em 2016 foram concluídos 6 atendimentos e 17 estão em andamento.** **Gestão de Produção - Gespro:** objetiva atender as empresas que querem resolver problemas de gestão da produção. **Em 2016 foram concluídos 3 atendimentos e 5 estão em andamento.** **Qualificação para o mercado interno - Qualimint:** atendimento que corresponde a adequação, aperfeiçoamento ou qualificação de produtos para o mercado interno tendo em vista a necessidade de requisitos técnicos ou legais exigidos, demandados ou especificados no mercado nacional por instituições normativas ou por grandes empresas. **Em 2016 foram concluídos 29 atendimentos e 25 estão em andamento.** **Produção mais limpa - Prolimp:** atendimento prestado àquelas empresas que, por focarem em questões ambientais, querem adotar tecnologias mais limpas para reduzir ou eliminar emissões, rejeitos de produção, consumo de água ou de energia e destinar corretamente os resíduos além de preocupar-se também com ciclo de vida dos produtos. **Em 2016 foi concluído 1 atendimento e 4 estão em andamento.**

**Projeto Planta de Gaseificação de Biomassa:** convênio assinado entre a SEDCTI e o IPT tendo por objeto a realização das etapas iniciais, visando o desenvolvimento de uma planta piloto de gaseificação de biomassa a partir de cana-de-açúcar. **Em 2016 deu-se continuidade a etapa de levantamento de informações.**

**Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica - RPITec:** prevista na Lei Paulista de Inovação (LC n° 1.049/2008), regulamentada pelo Decreto n° 60.286/14, conta atualmente com 8 incubadoras credenciadas, tendo sido a incubadora de Jundiaí credenciada em 2016. **Outras ações acompanhadas no âmbito do RPITec:** Execução de obra de infraestrutura do São Carlos Science Park; elaboração do Projeto Executivo e Construção do Núcleo do Parque Tecnológico de Santos; construção de uma incubadora de empresas de base tecnológica e da sede administrativa do Parque Tecnológico de São José do Rio Preto encerrou-se em 29/07/2016 e no momento encontra-se em fase de recebimento definitivo da obra e em fase de inauguração; aquisição de móveis e equipamentos para compor o prédio administrativo do Parque Tecnológico de Botucatu, neste ano teve aprovado os 4° e 5° termos de aditamento de prazo com vencimento para 03/04/2017; “Um programa IPT de apoio às Prefeituras nas decisões relativas aos resíduos sólidos urbanos”; “Desenvolvimento de novas estratégias e mecanismos de conservação de energia elétrica e água para prédios públicos em municípios do Vale do Ribeira”.

**Programa Tecnológico de Apoio aos Municípios - PATEM:** ação objetiva prestar atendimento aos municípios em suas necessidades técnicas locais de situações emergenciais e que não possam ser solucionadas pela capacidade funcional e financeira própria. Destina-se principalmente aos





pequenos e médios municípios. Em 2016 foram realizados 8 estudos pelo IPT, braço técnico executor do programa, nos municípios de Conchas, Lençóis Paulista, Praia Grande, Sarapuí, Cunha, Sete Barras, Limeira e Arujá. A SDECTI investiu o total de R\$ 1.626.128,40 no PATEM.

**Conselho das Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo - CONSIP:** foram realizadas duas reuniões do Consip no ano, e credenciadas junto a Rede Paulista de Núcleos de Inovação Tecnológica - RPNIT as seguintes entidades: Instituto de Pesquisas Energéticas - IPEN; Inova Paula Souza; Universidade Federal do Estado de São Paulo - UNIFESP. Foi considerada como Instituição de Ciência e Tecnologia - ICTESP a Superintendência de Controle de Endemias - SUCEN. O Decreto que criou o CONSIP e estabeleceu sua composição foi editado em 1989. Em setembro foi encaminhada à Casa Civil, para publicação, minuta de Decreto alterando a sua composição. Na reunião do CONSIP de 08 de junho foi criado um Grupo de Trabalho para revisão do Decreto de n.º 54.690/2009, que regulamenta a Lei Complementar n.º 1.049/2008 (Lei de Inovação), foram realizadas 4 reuniões e o trabalho está sendo finalizado.

**Concepção da Revista CTI Ciência, Tecnologia & Inovação Onde você está?:** Objetivava-se levar ao conhecimento do cidadão os benefícios alcançados pelas ações governamentais de estímulo à produção de pesquisa e inovação tecnológica que impactam diretamente no cotidiano da população. Em outubro, contabilizou-se a tiragem de 3 mil exemplares. **Participação na 26ª Conferência Anprotec de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação** - promovida pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores - ANPROTEC, foi realizada em outubro em Fortaleza-CE, com abrangência nacional e internacional. A SDECTI esteve presente com estande de exposição de 9 m², com distribuição de folder da SDECTI, sobre Parques Tecnológicos, Incubadoras e Centro de Inovação do Estado de São Paulo.

## **2. Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa**

Criada pelo Decreto nº 58.053/2012, oferece ações direcionadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, em especial por meio de iniciativas dirigidas às microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e privados, visando à agilidade de procedimentos de instalação, regularização, recuperação e crescimento.

**Ação Empreendedora - Compras Públicas:** é voltada a Microempreendedores Individuais - MEI, microempresários e proprietários de empresas de pequeno porte - EPPs, além de profissionais de contabilidade. O evento, tem como objetivo apresentar o processo de compras públicas aos empreendedores e incentivá-los a participar das seleções para fornecimento de bens e serviços à administração pública e a entidades auditadas pelo Tribunal de Contas. Ocorreram 3 eventos em São Paulo, Guarulhos e Mogi das Cruzes.

**Apoio institucional e palestras sobre empreendedorismo:** foram apoiados 33 eventos na capital e interior.



**Cartilha de Financiamentos:** Em fase de elaboração, é dirigido aos Microempreendedores Individuais - MEI, Microempresários e Proprietários de Empresas de Pequeno Porte - EPPs.

**Fórum da Micro e Pequena Empresas:** o Grupo Técnico de Implementação retomou as atividades e já foram realizadas 11 reuniões em 2016. As pautas que estão sendo trabalhadas são de financiamentos, inovação e compras públicas.

### **3. Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial**

Com objetivo de buscar o desenvolvimento homogêneo do Estado, a Coordenadoria procura identificar e potencializar as vocações regionais e incentivar o empreendedorismo, especialmente por meio de ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

**Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado - Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID:** contrato de Empréstimo 1911-OC/BR firmado entre o Governo de SP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Em execução pela SDECTI no valor de US\$ 10 milhões e co-executados pelo SEBRAE/SP, responsável pela contrapartida local no valor de US\$ 10 milhões e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp. O objetivo do Programa é fomentar 15 Arranjos Produtivos Locais divididos em 09 setores produtivos. **APLs de Cerâmica Vermelha - Itú, Tatuí, Vargem Grande do Sul e Tambaú.**

**Desenvolvimento de Estudo para caracterização do desempenho de alvenarias de vedação de blocos cerâmicos - Fase 2:** o IPT foi contratado em 2016 para determinar parâmetros de desempenho voltados a alvenarias de blocos cerâmicos de vedação, considerando a ABNT NBR 15.575:2013 - desempenho de edificações habitacionais.

#### **Arranjos Produtivos Locais - APLs**

- **APL de Calçados Femininos de Jaú:** Aquisição dos equipamentos para implantação do Laboratório de Criatividade, Design e Inovação do APL de Calçados Femininos.
- **APL Tecnologia da Informação e Comunicação de São José dos Campos:** Aquisição dos equipamentos para Melhoria na sala de capacitação e upgrade no ambiente de testes de sistemas críticos.
- **APL de Serviços Logísticos de Santos:** Aquisição dos equipamentos para implantação do Centro de Inovação em Infraestrutura - Laboratório de Inovação em Vias Metroferroviárias.
- **APL Metal-mecânico de Sertãozinho:** Aquisição dos equipamentos para implantação do projeto de suporte tecnológico para as Empresas do APL Metal Mecânico de Sertãozinho.



- **APL de Calçados Infantis de Birigui:** Aquisição dos equipamentos para implantação do Laboratório de Criatividade e Inovação de Calçados Infantis.
- **APL de Móveis de Mirassol:** Aquisição parcial dos equipamentos para Implantação do Laboratório de Design - LDM.
- **APL Médico Hospitalar e Odontológico de Ribeirão Preto:** Aquisição parcial dos equipamentos para expansão do Centro Tecnológico - SUPERA no APL de Equipamentos Médicos-Hospitalares e Odontológicos.

**Chamada Pública por meio da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT - Ação Transversal Tecnológica para o Desenvolvimento Social - 01/2009:** o projeto tem o objetivo de promover o desenvolvimento territorial sustentável e solidário em áreas urbanas e rurais do Estado, especialmente nos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista. Em 2016 foi finalizado o processo de licitação para aquisição de equipamentos de informática, mobiliário e material de consumo para os 16 Centros Digitais com recursos do convênio.

**Programa Estadual de Fomento ao Desenvolvimento Regional - PADER:** por meio de Termos de Cooperação Técnica, o PADER visa suprir as necessidades de ordem técnica-operacional dos setores produtivos locais, seja por meio de demandas dos municípios ou de arranjos produtivos locais organizados. A ação disponibiliza condições para que as cadeias produtivas possam contar com apoio de infraestrutura básica auxiliar voltada à realização de feiras, exposições, espaços empresariais, rodadas de negócio, fóruns, seminários, entre outros, além de promover o produto paulista, sua competitividade e ganho na eficiência, gerando assim desenvolvimento econômico e regional. O PADER contempla ainda, as ações do Programa Mercado São Paulo e atende a dispositivos contidos no contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no que concerne à divulgação e realização de "promoções" públicas dos arranjos apoiados. Em 2016, a ação atendeu 35 feiras e exposições, comtemplando 20 municípios paulistas.

#### **4. Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante**

Promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão dos ensinos técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação de profissionais de nível médio. Dentre os programas executados sob a responsabilidade desta Coordenadoria destaca-se o Via Rápida Emprego.

O **Via Rápida Emprego** foi reestruturado por meio da Lei nº 16.079/2015, instituindo o **Programa de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda “Via Rápida”**, que ampliou a sua abrangência, criando as **modalidades “Via Rápida Emprego”, “Via Rápida Expresso”, “Via Rápida Econômico”** e o **“Via Rápida 18”**. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 62.033/2016 e o Programa tem como objetivo preparar a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho, bem como habilitá-la ao exercício dos seus direitos à cidadania.



**Modalidade Via Rápida Emprego:** consiste na oferta de cursos presenciais gratuitos com carga horária de até 100 horas, sendo voltado, prioritariamente, para quem está desempregado. As inscrições são realizadas pelo site [www.viarapida.sp.gov.br](http://www.viarapida.sp.gov.br). Em 2016, referida modalidade foi executada de forma itinerante em todo o Estado, distribuído através de 28 Unidades Móveis. Foram atendidos 153 municípios, sendo oferecidas 6.315 vagas.

**Modalidade Via Rápida Expresso e Econômico:** visa o oferecimento de cursos de curta duração, na área da construção civil (pintor e encanador), para presos do regime semi-aberto, reeducandos da Fundação Casa e trabalhadores desempregados. Em 2016 estas modalidades foram executadas de forma descentralizada atendendo 70 Unidades Prisionais, 4 Centros de integração a Cidadania - CICs, 17 Unidades de Atendimento de Reintegração Social, 8 Escolas Técnicas Estaduais - ETECs, 48 Escolas Estaduais, 8 Hospitais e 1 Central de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Foram atendidos 60 municípios, sendo oferecidas 20.000 vagas. **Benefícios:** bolsa-auxílio no valor de R\$ 210,00 para cada modalidade, conforme previsto no Decreto nº 62.033/2016.

**Modalidade Via Rápida 18:** promove o desenvolvimento pessoal e social de jovens em situação de vulnerabilidade por intermédio da oferta de cursos profissionalizantes básicos gratuitos e do desenvolvimento de atividades de interesse social junto à comunidade.

**Fábrica Criativa / ETECRI - Escola Tecnológica de Economia Criativa:** consiste em ações voltadas ao setor da economia criativa, para o que, além dos investimentos diretamente aplicados na ação (qualificação profissional), foram necessários investimentos nas atividades meio, a saber: Correios; Bolsa Auxílio; Serviços de Informática; Pesquisa para levantamento de demanda, avaliação de resultados.

## 5. Coordenação de Ensino Superior

Promove ações focadas no aprimoramento e na expansão do ensino superior no Estado, com a execução de programas voltados à formação de profissionais qualificados para contemplar as necessidades da população e as demandas do mercado de trabalho. Estão vinculadas a ela: Universidade Virtual do Estado de São Paulo - Univesp; Universidade de São Paulo - USP; Universidade Estadual de Campinas - Unicamp; Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp; Faculdade de Medicina de Marília - Famema e Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp.

**Acompanhamento de convênios com a USP, Unicamp e Unesp para a área de Bioenergia. Resumo da ação:** Os valores destinados a obras de infraestrutura para a construção do Novo Centro Paulista em Bioenergia, que estão sendo realizados em parceria com a USP, UNESP e UNICAMP são, respectivamente R\$ 7.364.957,00, R\$ 5.523.717,00 e R\$ 5.523.718,00.



## UNIVERSIDADE VIRTUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - UNIVESP

**Turmas ingressantes em 2016:** Tiveram início, em agosto deste ano, os Ciclos Profissionais oferecidos, dando origem a 6 cursos de graduação, com a seguinte distribuição de matrículas: Engenharia de Computação (463; 19%); Engenharia de Produção (674; 28%); Licenciatura em Biologia (381; 16%); Licenciatura em Química (243; 10%); Licenciatura em Física (215; 9%); Licenciatura em Matemática (436; 18%). A ocupação das vagas no 2º semestre de 2016 (5º semestre dos cursos), em relação ao número total de vagas ofertadas no Vestibular 2014, portanto, é de: total - 2.412 matriculados (72,4% das 3.330 vagas do vestibular); Engenharias - 1.137 matriculados (87,7% das 1.296 vagas do vestibular) e Licenciaturas - 1.275 matriculados (62,7% das 2.034 vagas no vestibular). Dos alunos atualmente matriculados nos Ciclos Profissionais dos cursos de graduação oferecidos pela UNIVESP: 34,9% são autodeclarados pretos, pardos ou índios (PPI); 74,2% são alunos que cursaram o Ensino Médio integralmente em Escola Pública.

**Novas turmas:** o Vestibular UNIVESP 2016 realizado no dia 26 de junho deste ano, ofereceu 918 vagas - 414 para Engenharia de Computação e 504 para Engenharia de Produção, em 17 polos distribuídos por 16 cidades do Estado. São novidades na oferta de cursos da UNIVESP os seguintes polos: Barueri, Itapetininga (2º polo a ofertar cursos da UNIVESP na cidade) e o polo instalado no Parque Tecnológico de São José dos Campos (também 2º polo a ofertar cursos da UNIVESP na cidade).

Foram 14.309 intenções de inscrição (preenchimento de ficha de inscrição on-line) e 4.533 inscrições efetivas (pagamentos efetivados ou isenção de pagamento da taxa), configurando uma relação de 4,9 candidatos por vaga. Foram oferecidas bonificações na nota final para candidatos que se enquadrassem nos perfis especificados no edital, na proporção que seguem (número de candidato/% do total de inscritos): PPI + escola pública (1463/32,3%); escola pública somente (1441/31,8%); PPI somente (272; 6%); não se enquadram ou não responderam (1356; 29,9%).

**Novo curso de Especialização - Teorias, Práticas e Métodos de EaD:** durante os meses de maio e junho de 2016 foi realizado processo seletivo para ingresso no novo curso de especialização oferecido pela UNIVESP, em Teorias, Práticas e Métodos de Educação a Distância - EaD, com início no 2º semestre de 2016. Foram oferecidas 83 vagas, divididas nas seguintes subáreas: Licenciatura em Matemática, 12 vagas; Licenciatura em Biologia, 10 vagas; Licenciatura em Física, 11 vagas; Licenciatura em Química, 11 vagas; Engenharia de Computação, 18 vagas; Engenharia de Produção, 21 vagas.

**Novo curso de Aperfeiçoamento - Gestão Escolar:** em julho foi realizado processo seletivo para ingresso no novo curso de aperfeiçoamento oferecido pela UNIVESP, em Gestão Escolar, também com início no 2º semestre de 2016. Foram oferecidas 15 vagas, para desenvolvimento da parte prática do curso nos polos da UNIVESP que funcionam em conjunto com Faculdades de Tecnologia do Centro Paula Souza.



**Programa “Desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem para a produção de conhecimentos, habilidades e competências no século XXI”:** entre os meses de junho e julho foi realizado processo seletivo para ingresso no Programa “Desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem para a produção de conhecimentos, habilidades e competências no século XXI”, com início no 2º semestre de 2016. Foram oferecidas 18 vagas.

**Concursos Docentes:** foram realizados, em 2016, dois concursos docentes para professores doutores nas áreas de Engenharia de Produção e Metodologia e Educação a Distância (1 vaga cada) e concurso para Professor Titular em Metodologia e Gestão de Ensino a Distância (3 vagas).

**Contratos de cursos:** em fase de assinatura de contrato o curso a ser produzido pela UNIVESP para a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com publicação de dispensa de licitação do Diário Oficial, em 03 de setembro de 2016. Estão em fase de análise técnica-orçamentária, para a elaboração de contrato, as propostas de cursos para a Secretaria da Fazenda e o Departamento Estadual de Trânsito - Detran.

**UNIVESP TV:** o canal da UNIVESP TV no YouTube (<http://www.youtube.com/user/univesptv>) conta atualmente com cerca de 60 mil acessos diários, 52,5 milhões de visualizações no total e 311 mil inscritos.

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP**

A Unesp é responsável por, aproximadamente, 22% da produção científica do Estado e 8% da do Brasil. No Brasil, é 2ª universidade com maior número de cursos de graduação bem avaliados pelo Guia do Estudante e está entre as mais bem avaliadas pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade, aplicado pelo Ministério da Educação - MEC. Além disso, é a segunda do país em número de programas de pós-graduação e de doutores formados por ano. A Unesp conta com mais de 3,8 mil professores, que garantem sólida formação aos seus 50 mil alunos. Além disso, mais de 6,7 mil funcionários colaboram decisivamente para que as atividades sejam desenvolvidas. Para atender seus alunos e servidores docentes e técnicos-administrativos, a instituição oferece uma infraestrutura que inclui mais de 1.900 laboratórios e 30 bibliotecas, com acervo de mais de 1,5 milhão de livros. Além disso, estão à disposição da comunidade acadêmica museus, hortos, biotérios, jardins botânicos e cinco fazendas experimentais, perfazendo uma área total superior a 63 milhões de m<sup>2</sup>, sendo 950.500 m<sup>2</sup> de área construída. Somam-se, ainda, a esse formidável conjunto, hospitais veterinários e clínicas de odontologia, psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia. A destacada produção científica tem contribuído para o bom posicionamento da Unesp em diversos rankings.

No Academic Ranking of World Universities - ARWU, a instituição ocupa posição entre a 301 e a 400, das universidades de todo o mundo. No Brasil, de acordo com o mesmo ranking, está entre a segunda e a quinta posições. A Unesp oferece 155 cursos de graduação, em 69 profissões de nível superior, que formam, por ano, 5,4 mil novos profissionais. Na graduação, os mais de 37,7 mil alunos podem participar de programas especiais de treinamento e realizar atividades extracurriculares. A pós-graduação da universidade conta com mais de 13 mil alunos, em 141 programas, nos quais são



oferecidos 120 mestrados acadêmicos, 12 mestrados profissionais e 100 doutorados acadêmicos. Há, ainda, 6,5 mil estudantes em programas de pós-graduação lato sensu promovidos pelo Núcleo de Ensino a Distância - Nead.

Na Extensão Universitária de serviços à comunidade, destacam-se o atendimento odontológico (225 mil procedimentos) e o veterinário (60 mil atendimentos e 105 mil exames laboratoriais). Existem 27 cursinhos universitários, em 22 cidades, que atendem 4,6 mil alunos, a maioria da rede pública de ensino, com taxa de aprovação em torno de 40%, principalmente em instituições de ensino superior públicas. A inserção do idoso no contexto acadêmico é uma das funções sociais da universidade pública. Com o intuito de possibilitar o acesso dessa população à Unesp, a Universidade Aberta à Terceira Idade - Unati oferece diferentes oportunidades de cursos, em diversas unidades. Atualmente 4,8 mil idosos são atendidos.

A Unesp também oferece orientação a pequenos e microempresários, atendimento psicopedagógico a crianças com problemas de aprendizagem e previsão do tempo para agricultores, além de mais de 300 cursos de extensão para aproximadamente 3 mil pessoas. Atualmente, são 1.110 projetos de extensão, com 1.370 bolsas concedidas. Quase 50% dos docentes e 12% dos estudantes de graduação e 4,5% dos de extensão estão envolvidos nesses projetos, atendendo 4,3 milhões de pessoas, ou seja, quase 30% da população total dos municípios onde a Unesp se faz presente com suas unidades. Em algumas cidades, o valor dos recursos injetados pelas unidades da Unesp representa um percentual significativo da receita municipal: Botucatu (200%), Ilha Solteira (90,9%), Jaboticabal (86%), Araraquara (38%), Guaratinguetá e Assis (32%), Rio Claro (29,9%), Araçatuba (23%), Bauri e Presidente Prudente (20%) e São José do Rio Preto (10%). Os recursos injetados pela Unesp representaram 14,71% da receita total dos municípios e 67% dos impostos e das taxas dos municípios (receita tributária própria). Além disso, foram 10% maiores que as transferências intergovernamentais, que representam as receitas repassadas aos municípios pelos governos federal e estadual (no caso, a soma do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA).

## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP**

Em 2016, a Unicamp contou com 34,6 mil alunos matriculados em 66 cursos de graduação e 153 programas de pós-graduação em seus campi de Campinas, Piracicaba e Limeira. Ao todo são 1.867 docentes. No plano do ensino técnico, em 2016 a Unicamp conta, ainda, com 3.460 alunos matriculados em 36 cursos oferecidos em seus dois colégios técnicos (Colégio Técnico de Campinas - COTUCA e Colégio Técnico de Limeira - COTIL, que atuam na formação profissional de nível médio-técnico). Em 2016, a Unicamp também alcançou a 28ª posição no ranking de universidades, elaborado pela Revista Britânica Education (THE).

O Conselho Universitário - Consu, órgão máximo de deliberação da Unicamp, aprovou em maio de 2015 mudanças no Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social, com o objetivo de ampliar a inclusão social nos cursos de graduação da Unicamp. As mudanças aprovadas estabeleceram a adição de 60 pontos às notas da primeira fase do Vestibular, para candidatos que tenham cursado



integralmente o ensino médio em escolas da rede pública, e mais 20 pontos para candidatos que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas e que também tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas da rede pública. Até o ano anterior, os pontos eram usados somente após a segunda fase.

A medida passou a ser aplicada a partir do Vestibular Unicamp 2016, cuja primeira fase foi realizada em 22 de novembro. Além da bonificação na primeira fase, os candidatos aprovados para a segunda fase e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública, contaram com a adição de mais 90 pontos na prova de redação e outros 90 nas provas dissertativas. Candidatos aprovados na primeira fase, que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas e que também tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas da rede pública, contaram com mais 30 pontos na segunda fase, além dos 90.

Em 2016, a Unicamp registrou 47,4% (1.537) de matriculados vindos de escolas públicas. No ano anterior, a taxa havia sido de 30,2% (997). Já o índice de matriculados autodeclarados pretos, pardos ou indígenas foi de 22,4% (726) em 2016 e de 15,7 % (518) em 2015. Em vigor desde 2005, o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social - PAAIS da Unicamp têm conseguido, sem fazer uso de cotas, promover a inclusão social na Universidade.

**Pós-Graduação:** com 44% de seus alunos concentrados na pós-graduação, a Unicamp responde por aproximadamente 12% das teses e dissertações produzidas no país. Em 2016 a Unicamp registrou 1.348 dissertações de mestrado e 993 teses de doutorado defendidas.

**Produção científica:** tomando-se por base levantamentos do Institute for Scientific Information - ISI, dos Estados Unidos, que monitora dez mil revistas internacionais especializadas, a produção científica da Unicamp manteve em 2016 a tendência de crescimento contínuo experimentada desde 2002.

**Inovação tecnológica:** a Agência de Inovação Inova Unicamp, o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT da Universidade, recebeu 134 comunicações de invenção em 2016. A Agência de Inovação acumula o total de 1.012 patentes vigentes. Na área de parcerias, foram assinados 17 contratos de licenciamento e há ainda outros quatro em tramitação. O número de contratos de licenciamento vigentes bateu recorde e chegou a 82.

**Desempenho da área de Saúde:** por meio de sete unidades de atendimento, ensino e pesquisa na área da saúde - o Hospital de Clínicas, o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Hospital da Mulher-Caism), o Hospital Estadual Sumaré, o Gastrocentro e o Hemocentro - a Unicamp vem consolidando sua condição de centro de referência hospitalar e de saúde na região de Campinas e no interior do Estado. Cobrindo uma área de 90 municípios e uma população superior a 5 milhões de habitantes, as unidades de saúde da Universidade disponibilizaram 857 leitos que propiciaram, em 2016, 36.841 internações. Conjuntamente, realizaram cerca de 891 mil consultas ambulatoriais, 55.945 mil cirurgias, 5,2 mil partos, 6,5 milhões de exames laboratoriais e 323 transplantes de córnea, coração, medula óssea, rim e fígado efetuados até novembro.





**Obras:** No plano de investimentos, cabe registrar que foram aplicados recursos da ordem de R\$ 33.546.020,82 em obras físicas, resultando em 36.397,15 m<sup>2</sup> entre construções, reformas, infraestrutura nos campi de Campinas e Limeira, com destaque para a valorização dos espaços de ensino na graduação. Desse total, 19.726,33 m<sup>2</sup> correspondem ao total de área concluída e 16.670,82 m<sup>2</sup> às obras em andamento.

## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

A USP conta com 95,6 mil alunos em 309 cursos de graduação e 222 programas de pós-graduação; 6.038 docentes e 15.315 funcionários técnico-administrativos, distribuídos em oito *campi* localizados em São Paulo e no interior do Estado.

**Relação com a sociedade:** a USP desenvolveu ações visando consolidar o relacionamento com os setores público e privado. Em 2016, a USP e o Serviço Social do Comércio - Sesc-São Paulo assinaram um termo de cooperação técnica para realizar projetos voltados à discussão de questões pertinentes ao Brasil e ao mundo e fomentar as artes e o pensamento. Um desses projetos é a exposição “Adornos do Brasil Indígena: Resistências Contemporâneas”, em cartaz no Sesc Pinheiros. Em relação à meta de estreitar as relações com ex-alunos da Universidade, foram iniciados dois programas: a criação do escritório *USP Alumni*; e a criação do programa “USP do Futuro”. Os custos do projeto, desenvolvido pela consultoria *McKinsey*, estão sendo pagos, em forma de doação, por um *pool* de ex-alunos da Universidade.

**Igualdade de gêneros:** em 2016, foi criado o Escritório USP Mulheres, iniciativa que integra o movimento “ElesPorElas”, desenvolvido pela ONU Mulheres. Em setembro, o Escritório participou da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foi apresentado o primeiro relatório da campanha “ElesPorElas”. Além da USP, o relatório contém informações e compromissos de outras nove universidades de diversos países que fazem parte da campanha.

**Graduação:** as atividades centraram-se na qualificação do corpo docente no uso de metodologias ativas de ensino, na criação de escritórios de apoio aos estudantes em relação à carreira profissional e à qualidade de vida e na modernização das estruturas curriculares. Foram 8.006 estudantes formados neste ano, em mais de 250 carreiras, dos quais 1.218 são egressos de Engenharia, 428 de Medicina, 702 de Economia, Administração e Contabilidade e 455 de Agronomia, Veterinária e Zootecnia, para citar alguns exemplos. A política para a inclusão de alunos oriundos de escolas públicas, adotada desde 2014, em que parte do total de vagas é destinado ao ingresso pelo SiSU, permitiu à Universidade ter 35% dos ingressantes matriculados oriundos de escolas públicas. A criação de duas portas de entrada para as 11.072 vagas levou ao crescimento em 57% no número de vagas destinadas ao SiSU em relação ao ano anterior. Destaca-se o aumento de 376% no total de vagas destinadas a pretos, pardos e indígenas na seleção do SiSU. Adicionalmente, o programa de Inclusão Social da USP - Inclusp destina bônus a alunos oriundos de escolas públicas que realizam o concurso vestibular da Fuvest. O bônus do Inclusp pode chegar a 25%.



**Pós-graduação:** visando à internacionalização dos programas, está em estudo a implementação do *Graduate Record Examination - GRE* como mais uma forma de ingresso de novos alunos na Pós-Graduação em todas as áreas do conhecimento. Em novembro, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação promoveu o evento do *Council of Graduate School - CGS*, que reuniu mais de 30 pró-reitores de universidades do mundo todo. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação também designou uma comissão para implementar políticas voltadas para a formação didático-pedagógica dos estudantes, que prevê o oferecimento de uma formação didático-pedagógica básica de maneira geral e universal a todos os alunos da Pós-Graduação; o aprimoramento profissional dos docentes da USP e a criação de espaços de experimentação em pedagogia.

**Cultura e extensão universitária:** foram oferecidos 965 cursos de extensão (20.948 participantes em cursos presenciais e 2.727 em cursos a distância). A Feira “USP e as Profissões”, em São Paulo, atingiu público de 75 mil visitantes e, em Pirassununga, 15 mil visitantes. O Giro Cultural USP recebeu sete mil pessoas. As atividades do Centro Universitário Maria Antônia tiveram público de 8.500 participantes. A Orquestra Sinfônica da USP realizou 50 concertos, atingindo público de 25 mil pessoas. As visitas monitoradas ao Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos tiveram 8.012 visitantes. A Biblioteca Brasileira Digital disponibilizou cerca de três mil itens de seu acervo que, até o início de dezembro, tiveram 1.736.589 visualizações. Outras importantes ações desenvolvidas foram os espetáculos do Teatro da USP (8.900 espectadores); atividades do Parque CienTec (aumento de 38% do público em relação a 2015); mostras do Museu de Ciências (77.674 visualizações em português e 2.148 visualizações em inglês); mostras do Cinusp (302 filmes e 19 debates com cineastas e pesquisadores brasileiros e estrangeiros); e apresentações do Coral (com público de 15.328 pessoas). Foi promovida a Semana USP de Ciência e Tecnologia, que fez parte da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, e cuja programação ofereceu mais de 70 atividades gratuitas para cerca de cinco mil pessoas.

**Pesquisa:** em 2016, foi criada uma série de eventos dirigida ao público para divulgação e popularização da ciência. A iniciativa, denominada *USP Talks*, foi organizada em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação, o jornal *O Estado de S. Paulo* e a Livraria Cultura. Também foram criados o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica, o Programa de Pré-Iniciação Científica e o Programa de Pós-Doutorado, que foi regulamentado na Universidade. Para atender a necessidade de incorporar pesquisadores à Universidade, criou-se a figura do Pesquisador Visitante. Com recursos da parceria com o Banco Santander, foram apoiados diversos eventos científicos; premiaram-se publicações de docentes em revistas internacionais de renome; e está em fase final de implantação um pacote de estímulos para o aumento da quantidade de pós-doutorandos.

**Programa de apoio à permanência e formação estudantil:** este Programa tem o objetivo de subsidiar estudantes de Graduação que não dispõem dos recursos mínimos necessários para permanecer na Universidade. Em 2016 foram concedidas 14.796 bolsas, das quais 406 apoios moradia/vaga, 5.244 auxílios-moradia, 1.240 auxílios-transporte, 7.206 auxílios-alimentação e 700 auxílios-livro. O Programa Unificado de Bolsas de Estudo congrega as bolsas institucionais oferecidas aos alunos de graduação. Em 2016 chegou a seis mil benefícios. Os restaurantes universitários,



administrados pela Superintendência de Assistência Social, forneceram, de janeiro a novembro, 2.417.862 refeições.

**Internacionalização:** em 2016 foram assinados 204 acordos e convênios de cooperação acadêmica com instituições estrangeiras. Foram registradas 2.517 mobilidades de alunos da USP para instituições estrangeiras e, em contrapartida, a USP recebeu 1.440 alunos de instituições estrangeiras e 355 delegações de outros países. Em conjunto com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, foi lançado o edital USP-CAPES para seleção de pesquisadores do exterior na USP. Foi criada a aliança estratégica *Unión Iberoamericana de Universidades*, para a promoção de ações conjuntas nas áreas de enfermidades infecciosas, vacinas, museus, biodiversidade, macrocidades e publicação/editorial. Foram organizados 22 eventos com instituições estrangeiras e lançados quatro editais de pesquisa conjunta com instituições francesas, norte-americanas e alemãs.

**Plano de obras:** em 2016, foram concluídos contratos de projetos e obras em 24 Unidades de Ensino e Órgãos da Universidade, que totalizaram 37 intervenções.

**Segurança do campus:** O termo de cooperação entre a USP e a Secretaria de Segurança Pública - SSP continua em plena vigência. Os integrantes da Guarda Universitária passaram pelo treinamento e aperfeiçoamento da atividade funcional com o apoio das Polícias Civil e Militar. Foi criado o aplicativo de segurança do campus, além de adquirido um conjunto desfibrilador externo automático para uso dos profissionais da Guarda.

## FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA - FAMEMA

Destaque na área de ensino, ao completar 50 anos de existência, a Famema também tem importante atuação na área de atenção à saúde, através da autarquia HCFAMEMA, recém-criada pelo Governo do Estado, formada por unidades hospitalares e ambulatoriais. Desde 1997, a Famema utiliza metodologias ativas de aprendizagem, pioneiras no País, que substituem o método convencional em salas de aulas e inserem estudantes de Medicina e de Enfermagem, desde o primeiro ano, em unidades de saúde para o aprendizado na prática. O método vem obtendo resultados extremamente positivos. Isso pode ser constatado pelas avaliações do MEC e de institutos de pesquisa que vêm classificando os cursos da Famema entre os melhores do Brasil.

Os cursos de Medicina e de Enfermagem também foram destaques no Ranking Universitário Folha, o RUF 2016, divulgado em setembro, pelo jornal Folha de São Paulo, com classificação entre os dez melhores no Estado de São Paulo e no Guia do Estudante Melhores Universidades 2016 da Editora Abril. O curso de Medicina tem atualmente 481 estudantes em todas as séries. No Vestibular Famema 2017, a relação candidato/vaga foi de 166,51. O curso de Enfermagem tem 149 estudantes nas quatro séries. A relação candidato/vaga para 2017 foi de 4,82. Desde a sua criação a Famema formou 3.338 médicos e 560 enfermeiros. A Famema possui 188 docentes e 105 assistentes de ensino, sendo 109 especialistas, 69 mestres, 103 doutores, 10 pós-doutores e 2 livres-docentes.



Na pós-graduação, destaques para os cursos stricto sensu: Mestrado Acadêmico em “Saúde e Envelhecimento” e o Mestrado Profissional em “Ensino em Saúde”. No lato sensu, a Famema oferece o Programa de Residência Médica em 29 especialidades e o Programa de Residência Multiprofissional nas áreas: Materno Infantil, Urgência, Saúde Coletiva, Saúde da Família e em Atenção Clínica e Cirúrgica Especializada. Atualmente a Famema conta com 228 vagas credenciadas junto à Comissão Nacional de Residência Médica. A Famema também oferece os cursos de Especialização em Psicoterapias de Orientação Psicanalítica, Aprimoramento em Saúde Mental, Nutrição Clínica, Hemoterapia e Saúde da Família.

A Faculdade de Medicina de Marília é polo presencial para apoio pedagógico, acompanhamento do desempenho e avaliação dos alunos da UNIVESP na cidade de Marília. Em 2015, o Governo do Estado concedeu personalidade jurídica ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília, que possibilitou a criação da autarquia HCFAMEMA, entidade de direito público dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A autarquia HCFAMEMA possibilita ao hospital servir de campo para o ensino e o treinamento de estudantes em cursos de graduação e pós-graduação da própria faculdade; para a realização de pesquisas; para o aperfeiçoamento de médicos e técnicos; para investigações científicas e inovações tecnológicas. A entidade autárquica vincula-se à Secretaria da Saúde e atua em conjunto e de forma coordenada com a Famema.

A autarquia HCFAMEMA administra o complexo assistencial, único equipamento de saúde que atende exclusivamente a demanda do SUS - Sistema Único de Saúde, em Marília e na região, constituído pelos Hospitais das Clínicas, HC-Unidade I – clínico-cirúrgica de alta e média complexidade e unidade de urgência e emergência; Unidade II – Materno-Infantil e unidade de urgência, e Unidade III – clínico-cirúrgica de retaguarda, saúde mental e oftalmologia; Hemocentro, Ambulatório Médico de Especialidades Governador Mário Covas e Centro de Reabilitação da Rede Lucy Montoro. Estas unidades são referências para a Rede Regional de Atenção à Saúde - RRAS-10 formada por 62 municípios com população estimada de um milhão e duzentos mil habitantes.

## **FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FAMERP**

**População acadêmica:** no ano de 2016, o número de alunos cursando a graduação na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp foi de 588, sendo 435 no curso de medicina e 153 em enfermagem. Foram 83 novos alunos para medicina e 37 para enfermagem.

**Novo curso de graduação:** a Famerp lançou, em setembro de 2016, o curso de graduação em psicologia, que terá sua primeira turma em 2017. O curso com 20 vagas será em período integral, com duração de cinco anos.

**Docentes e Técnicos:** atualmente trabalham na instituição 275 docentes e 250 funcionários técnicos e administrativos.

**Vestibular:** dezessete mil e trinta e dois candidatos se inscreveram para o vestibular 2017 dos três cursos de graduação da Famerp, sendo: 16.298 para Medicina (203,7 candidatos/vaga); 374



para Psicologia (18,7 candidatos/vaga) e 360 para Enfermagem (6 candidatos/vaga). Pelo terceiro ano consecutivo, o número foi recorde e mantém a Famerp entre as mais procuradas do país.

**Pós-Graduação:** por meio do programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde foram oferecidas 44 vagas em nível mestrado e 30 em nível doutorado. Em 2016, o programa teve 77 alunos matriculados no mestrado e 95 no doutorado. Foram concedidas 16 bolsas de mestrado (destas, 4 são do Programa de Enfermagem e 2 do Programa de Psicologia), 13 bolsas de doutorado e 3 bolsas de pós-doutorado (destas, 1 bolsa do Programa de Enfermagem). Já o Programa de Mestrado em Psicologia e Saúde recebeu 22 ingressos em 2015. Neste ano, 526 médicos cursaram o Programa de Residência Médica e 89 o estágio de formação.

**Pesquisas:** em 2016, foram oficializadas 9 pesquisas de pós-doutorado. Já o número de bolsas de Iniciação Científica foi de 51.

**Novo laboratório:** o laboratório de Habilidades e Simulação oferece técnicas de simulação para alunos de graduação, pós-graduação e para funcionários do Complexo Famerp Funfarme, que envolve o Hospital de Base, Hospital da Criança e Maternidade, Rede de Reabilitação Lucy Montoro, Ambulatório e Hemocentro. Com investimento de R\$ 3 milhões, do Governo do Estado, o espaço recém-construído de 840m<sup>2</sup>, é composto por 177 manequins e equipamentos de simulação de alta e média complexidade para treinamento de habilidades. O laboratório tem funcionamento parcial e será inaugurado em fevereiro de 2017.

**Vacina contra dengue:** a Famerp possui acordo de cooperação técnica com o Instituto Butantã, sendo responsável pelo ensaio clínico da vacina contra dengue em Rio Preto, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. O início da vacinação dos primeiros voluntários rio-pretenses aconteceu em 23 de junho.

**Dengue e Zika:** para discutir infecções emergentes ao redor do mundo - como Dengue, Zika e Chikungunya - a Famerp, em parceria com a University of Texas Medical Branch, promoveu em junho o “II Famerp-UTMB: Infecções emergentes nas Américas - Interesses comuns entre Brasil e Estados Unidos”.

**Primeira colocada no Cremesp:** a Famerp foi anunciada, neste ano, pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo como a primeira colocada no Exame do Cremesp no Estado de São Paulo.

**Acreditação:** a Famerp foi uma das instituições, que oferecem o curso de graduação em medicina, “Acreditadas” durante o Sistema de Avaliação e Acreditação dos Cursos de Medicina do Brasil - Saeme, desenvolvido pelo Conselho Federal de Medicina - CFM e Associação Brasileira de Educação Médica - Abem.

**Inovação Tecnológica:** a faculdade foi reconhecida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação como Instituição Científica e Tecnológica do Estado de



São Paulo. Com isso, foi criado na faculdade o Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT, que tem papel de regulamentar o processo de propriedade intelectual da instituição e a disseminação de pesquisas científicas.

**Ranking - Folha SP:** a instituição foi listada mais uma vez como as melhores do país. De acordo com o Ranking Universitário Folha 2016, o curso de graduação em Medicina da instituição está entre o seletor grupo dos 20 melhores do país.

**25 anos de enfermagem:** em 2016 o curso de enfermagem celebrou 25 anos de história. Os departamentos de enfermagem desenvolveram uma série de atividades em alusão à data.

**Biblioteca:** a biblioteca possui um acervo com 26.078 exemplares de livros, sendo 13.314 títulos. O número de periódicos é de 61.510, um total de 1.058 títulos.

**Social:** o Eis-me Aqui, desenvolvido pela Famerp, está completando 16 anos. O projeto é composto por 50 estudantes dos cursos de graduação em Enfermagem e Medicina, e visa tratar pacientes de dois hospitais por meio da “palhaçoterapia”. O Centro de Apoio Social ao Aluno atendeu 96 alunos em 2016.

**Paraolimpíadas:** a Famerp e o Hospital de Base foram representados nas Paralimpíadas, por meio de residentes de Medicina Física e Reabilitação - Fisiatria, que foram selecionados para atender na Policlínica da Vila Olímpica, no Rio de Janeiro.

**Iniciação Científica:** a 13ª edição do Congresso Anual de Iniciação Científica - CAIC foi realizada em 19 de outubro. O evento contou com a participação de mais de 200 pessoas, que presenciaram 168 trabalhos da área da saúde, de diversas instituições do Estado de São Paulo.

**Arquivos da Saúde:** a Revista Arquivos de Ciências da Saúde - RACS passou por reformulação em 2016. Coordenada pela Profª Drª Claudia Bernardi Cesarino, a publicação tem quatro volumes anuais, com editorial e mais 17 artigos, todos produzidos por membros da Famerp.

## **6. Comissão de Avaliação da Política de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo**

Seguem os decretos que têm relações com projetos de investimento ou consultas tributárias debatidas no âmbito da Comissão de Avaliação da Política de Desenvolvimento Econômico do Estado em 2016:

- Decreto nº 61.790, de 8 de janeiro de 2016: reduz, para 12%, o imposto incidente na saída interna de ônibus movido exclusivamente a energia elétrica fornecida por bateria, com volume interno de habitáculo igual ou superior a 9 m<sup>3</sup>;



- Decreto nº 61.840, de 25 de fevereiro de 2016: adapta o Regulamento do ICMS ao disposto na Lei 16.005, de 24-11-2015, que alterou a alíquota do ICMS de medicamentos genéricos (para 12%);

- Decreto nº 62.244, de 1º de novembro de 2016: limita a 7% a possibilidade de crédito do ICMS incidente na aquisição de insumos para as empresas produtoras de pão de forma, pão de especiarias, sem adição de frutas e chocolate e nem recobertos, e pão tipo bisnaga;

- Decreto nº 62.250, de 4 de novembro de 2016\*: disciplina a concessão de regime especial para atribuição da condição de substituto tributário às empresas varejistas, para fins de retenção e recolhimento do ICMS incidente sobre as saídas subsequentes;

- Decreto nº 62.311, de 16 de dezembro de 2016: estabelece medidas para evitar a formação de saldos credores elevados e continuados de ICMS, bem como a perda de competitividade dos contribuintes paulistas, resultantes da aplicação do disposto na Resolução do Senado Federal nº 13, de 25-04-2012, e da variação da carga tributária nas sucessivas entradas e saídas das mercadorias;

- Decreto nº 62.312, de 16 de dezembro de 2016: estabelece o diferimento do ICMS nas operações com negros de carbono e óleos combustíveis obtidos por meio da reciclagem de pneus e de resíduos de borracha, nas condições que especifica;

- Decreto nº 62.313, de 16 de dezembro de 2016\*: prorroga dispositivo que beneficia operações com pá carregadeira de rodas, escavadeira hidráulica, retroescavadeira e motoniveladora;

- Decreto nº 62.315, de 16 de dezembro de 2016\*: prorroga dispositivos do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Veículo Automotor, dos Incentivos no Âmbito dos Parques Tecnológicos e do Programa de Incentivo ao Investimento pelo Fabricante de Produtos da Indústria de Processamento Eletrônico de Dados.

**Obs:** os decretos assinalados com um “\*” não foram diretamente discutidos em reuniões da Comissão em 2016, mas relacionam-se a projetos ou consultas atendidas também pela Investe São Paulo ou pela SDECTI.

## **7. Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades - Sutaco**

Fundada em 1970, com o propósito de integrar a mão de obra dos artesãos no mercado produtivo. Decreto nº 62.001, de 07/06/2016: finaliza a extinção da Superintendência do Trabalho Artesanal nas comunidades - SUTACO - transfere bens, obrigações e recursos para a SDECTI - Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades.



**Números de artesãos cadastrados: 90.007** (05/12/2016). Novos Cadastrados no ano de 2016: **3.368** (aumento de **44%** em relação a 2015). Renovação de Carteiras no ano de 2016: **1.419**. Termos de Cooperação vigentes em 2016: **298**. Treinamentos realizados para agentes de cooperação Sutaco: **09**. Encontros “Feito à Mão” nos municípios paulistas de São Vicente, Pedro de Toledo, Monteiro Lobato, Bertioiga, Iperó e Olímpia: **06**.

**Oficinas: foram realizadas 37 oficinas artesanais** em parceria com Prefeituras e entidades públicas e privadas com a finalidade de capacitar melhor os artesãos, formar novos artesãos ou mesmo para divulgação junto ao público em geral.

**Procuradoria Jurídica:** foram atendidos 22 artesãos. Ela disponibiliza aos artesãos cadastrados orientação jurídica sobre tributação, formação de associações e cooperativas, pareceres nos autos dos processos, justificativas perante o Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público Estadual, sindicâncias averiguatórias, etc.

**Lojas e Comercialização:** a Sutaco conta com uma loja fixa. Em 2016 foram vendidas 1.546 peças de 62 artesãos. O valor total foi de R\$ 47.880,04.

**Participação em eventos:** a Sutaco participou de 14 grandes eventos e exposições com venda de Artesanato Paulista (Mega Artesanal, Fenearte/Olinda, Brasil Original/Sebrae e outras). A Subsecretaria também realizou feiras em 06 municípios paulistas (Bertioiga, Mongaguá, Apiaí, Pedro de Toledo, Tupã e Pindamonhangaba).

**Emissão de nota fiscal:** foram emitidas 1.477 notas, totalizando o valor de R\$ **2.562.728,87**. A partir de maio de 2016, a Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias - ADESAF, passou a emitir as Notas Fiscais. Foram emitidas 870 notas, somando R\$ **R\$ 2.120.826,63**.

**Conselho do Artesanato Paulista - CAP:** foi realizada a eleição em janeiro de 2016 dos membros do CAP Artesãos, sendo que os novos artesãos conselheiros eleitos tomaram posse em 19/03/2016 - Dia do Artesão Paulista. Reuniões Ordinárias: **9**.

## **8. Economia Criativa**

A SDECTI implantou 4 Escolas Técnicas de Economia Criativa - ETECRIS na cidade de Santos, São Bernardo do Campo, Presidente Prudente e Campinas bem como transformar a ex-Estação da Ciência na Lapa-SP, em uma incubadora de Economia Criativa.





## 9. Órgãos Vinculados

### CENTRO PAULA SOUZA - CPS

Instituição de reconhecida excelência na formação de recursos humanos qualificados, oferecendo ensino técnico e de graduação tecnológica gratuitos, e passou a ser parte fundamental da estratégia de desenvolvimento do Estado. Direcionando a instalação de novas unidades e a expansão das existentes às vocações econômicas regionais, em parceria com as prefeituras e o setor produtivo, as Escolas Técnicas - Etecs e Faculdades de Tecnologia - Fatecs garantem excelente mão de obra, além de ser importante instrumento de inclusão social.

**Escolas Técnicas Estaduais - Etecs: o CPS administra 220 Etecs que oferecem Ensinos Médio, Técnico e Técnico integrado ao Médio para mais de 208 mil matriculados (131.312 alunos no Ensino Técnico, 50.860 no Ensino Integrado e 26.520 no Ensino Médio).** Em 2016, considerando os dois processos seletivos, que acontecem semestralmente, foram oferecidas 100.208 vagas nos Ensinos Técnico e Médio (essa última modalidade é oferecida apenas no 1º semestre de cada ano).

**Ensino Técnico Integrado ao Médio - Etim:** para essa modalidade de ensino, em 2016 foram oferecidas 20.991 vagas, o que representa um crescimento de 2.085 vagas em relação ao ano anterior.

**Classes Descentralizadas - CDs:** Unidades que funcionam com um ou mais cursos, sob a administração de uma Etec. As prefeituras disponibilizam espaços para instalação de salas de aula e laboratórios. Em 2016 existem 145 CDs com 6.868 matriculados.

**Programa Vence:** por meio deste Programa, outra parceria com a SEE, o CPS estende a oferta do Etim às escolas estaduais. As vagas são oferecidas na rede estadual de duas maneiras. O aluno pode ter as aulas do Ensino Médio em uma escola estadual e as do curso técnico em uma Etec ou ter aulas do Ensino Médio e do curso técnico na mesma escola estadual.

**Certificação por competências:** desde o 2º semestre de 2012 o Vestibulinho das Etecs oferece vagas remanescentes de segundo módulo para diversos cursos técnicos. Para concorrer a uma vaga os interessados devem ter concluído o Ensino Médio e ter experiência profissional na área do curso, o que será verificado por uma prova teste e uma prova prática.

**Especialização técnica de nível médio:** desde o 2º semestre de 2014, o Vestibulinho das Etecs oferece vagas para vários cursos desta modalidade de ensino. Em 2016, incluindo os dois processos seletivos semestrais, foram oferecidas 386 vagas para 6 cursos de especialização, entre os 17 cursos mantidos pelo CPS.

**Ensino a Distância:** em 2016, o Grupo de Estudo de Educação a Distância ofereceu 4.255 vagas para cinco cursos técnicos semipresenciais: Administração, Comércio, Eletrônica, Informática e Secretariado. No 2º semestre o curso técnico de Guia de Turismo passou a ser oferecido na modalidade



online. A oferta de cursos livres foi incrementada com o lançamento dos cursos de Gestão de Pessoas e Canvas, que juntamente com os cursos de AutoCad e Mercado de Trabalho totalizaram mais de 18.800 cursistas neste ano.

**Capacitação nas Etecs:** em 2016 o curso de pós-graduação, em nível de aperfeiçoamento, oferecido pelo convênio com FNDE dentro do Programa Brasil Profissionalizado, formou 146 professores e 184 estão em curso. Outros 717 docentes fazem o curso do Programa Especial de Formação Pedagógica, também pelo convênio com o FNDE. Em 2016 foram realizados também dois cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos docentes voltados a inclusão, com 98 professores e coordenadores pedagógicos. As capacitações regionais por supervisão atenderam 260 gestores e professores. Já o curso para inclusão da Pessoa com Deficiência no serviço público capacitou 33 servidores do RH. No total, 391 profissionais foram capacitados.

**Faculdades de Tecnologia - Fatecs:** o CPS administra 66 Fatecs que oferecem 72 cursos de graduação, para 79.951 matriculados, no 2º semestre de 2016. Neste ano, foi implantada a Fatec no município de Itatiba. Em 2016 foram oferecidas 30.810 vagas (esse número inclui os dois processos seletivos semestrais) no Ensino Tecnológico.

**Educação a distância:** implantada no 2º semestre de 2014, neste ano foram oferecidas 3.760 vagas (esse número inclui os dois processos seletivos semestrais). Atualmente cerca de 6 mil alunos estão matriculados nesta modalidade de ensino.

**Capacitação nas Fatecs:** até o final de novembro, foram atendidas 2.769 pessoas, entre diretores, coordenadores de curso, docentes, técnico-administrativos.

**Convênios Internacionais:** em 2016 estão em vigência 18 Acordos de Cooperação. O CPS assinou 3 Protocolos de Intenções: com a universidade da Polônia (*Czestochowa University Of Technology*, em Czestochowa); com a universidade em Porto Rico (*Universidad de Puerto Rico*, em Humacao); e com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ (Agência Alemã de Cooperação Internacional) - GmbH no Brasil, conexas à Embaixada da República Federal da Alemanha em Brasília. E 6 Acordos de Cooperação: com a Embaixada do Reino Unido; Universidade Católica do Chile; Universidade de Colima (México); dois com instituições de ensino superior de Portugal, o Instituto Politécnico de Santarém e o de Castelo Branco; e outro com o Institut National Universitaire Jean François Champollion, em Albi na França.

**Convênios com Empresas:** foram celebrados 15 Acordos de Cooperação em 2016 e também outros 9 Protocolos de Intenção com intuito de estreitar laços entre o CPS e diversas instituições para convênios futuros.

**Feira Tecnológica do Centro Paula Souza:** a 10ª edição da Feteps, realizada em outubro, expôs 210 projetos de alunos de Etecs, Fatecs, e de outras instituições nacionais e estrangeiras entre mais de mil trabalhos inscritos.



**Programa Via Rápida Emprego, em parceria com a SDECTI - CETTPRO:** em 2016 foram 6.525 atendimentos, sendo 6.115 nas carretas e 410 atendimentos em espaços físicos diversos.

**Aprendiz Paulista,** em parceria com a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho - SERT: voltado aos alunos de curso técnico das Etecs, com idade entre 14 e 24 anos. Em 2016 foram firmados 1.033 contratos.

**FUSSESP,** em parceria com o Fundo Social visa qualificar o desempregado que busca oportunidade no mercado. Número de atendimento neste ano: 5.176.

**Super MEI,** em parceria com o Sebrae, o CPS oferece cursos de qualificação profissional aos microempreendedores individuais - MEI de todo o Estado. Desde agosto o programa disponibilizou 1.720 vagas.

**A Qualificação Básica - Formação Inicial e Continuada - QB FIC** visa capacitar o trabalhador desempregado em busca de sua colocação no mercado ou na atuação empreendedora. Vagas oferecidas a partir de agosto: 4.927.

**Programa de intercâmbio:** devido às restrições orçamentárias, o Programa que oferecia bolsas de estudo de inglês e espanhol de um mês ao melhor aluno do último módulo de cada Etec e Fatec e a professores de inglês e espanhol e de áreas técnicas foi suspenso. Mas em 2016 ocorreram parte dos embarques do intercâmbio de 2015: 20 alunos para o Chile e 20 para Argentina; 20 professores para Londres e 20 para Espanha. Pela parceria com a Chapterhouse, 2 alunos de Fatecs receberam bolsas para estudar inglês durante 4 semanas, em 2017, na Irlanda. Pelos Programas Santander Universidades, o CPS distribuiu 15 bolsas entre alunos e professores de Fatec, todos com embarque em 2016. Este ano o Programa Santander voltou a doar 15 bolsas para estudos em países Ibero-Americanos, aos alunos das Fatecs. Desse total, os 3 classificados para o programa TOP ESPAÑA já embarcaram em julho. Os outros 12 têm embarque previsto em 2017.

**Investimento de obras em Etecs e Fatecs:** em 2016, o CPS empenhou R\$ 71 milhões para investir em obras de construção, reforma e adequação nas unidades.

**Agência Inova Paula Souza:** três importantes ações foram realizadas em 2016: 1) com o projeto de Política Pública, em parceria com o Instituto de Economia da Unicamp e aprovado pela Fapesp, a equipe da INOVA visitou os Cégeps da Província do Québec, no Canadá em setembro. 2) ainda em 2016, a INOVA Paula Souza promoveu e formalizou o Acordo de Cooperação entre o CPS e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento para, em conjunto com a APTA e a Cati, desenvolver o Programa de Inovação em Agricultura Sustentável: Integrada, Orgânica e de Proximidade. 3) organizou o 3º Desafio Inova Paula Souza de Ideias e Negócios e premiou os projetos vencedores. Mais de 3 mil alunos de Etecs e Fatecs se inscreveram na competição para expor trabalhos com potencial para formação de novas startups.



## INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT

Empresa do Governo do Estado que atua basicamente em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico; informação e educação em tecnologia. É, hoje, um dos maiores institutos de pesquisas do Brasil, que conta com laboratórios capacitados e equipes de pesquisadores e técnicos altamente qualificados. Atento às necessidades dos setores público e privado, provê soluções e serviços tecnológicos que visam a aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida.

**Atendimento a empresas:** no período de janeiro a novembro de 2016, foram atendidas mais de 2.500 empresas.

**Produção tecnológica:** o IPT emitiu 19.902 documentos técnicos.

**Estratégia:** com foco na visão de, em 2018, obter 40% de faturamento com inovação, o IPT comemora o número já atingido em 2016: 35% com projetos e serviços inovadores.

**Planejamento Anual:** em 2016 foram criados cinco temas de ação institucional. **Tema 1:** “caminho de inovação” busca viabilizar/fortalecer a atuação em áreas de complexidade tecnológica elevada (indicadores: emissão de propostas de inovação e desenvolvimento de novas capacitações inovadoras). **Tema 2:** “clientes” procura medir o relacionamento e o esforço de vendas, incentivando o destaque da diferenciação para o mercado e o estabelecimento de parcerias de longo prazo. **Tema 3:** “difusão do conhecimento e capacitação” visa estimular a excelência em recursos humanos e sua interlocução com o meio externo (qualificação da equipe, disseminação de conhecimento e aproximação do mercado por cursos, palestras e publicação de artigos são acompanhados). **Temas 4 e 5:** “aumento de eficiência” e “aumento do resultado financeiro” reforçam a necessidade de equilibrar financeiramente o Instituto e alcançar as receitas necessárias para cumprir sua missão.

**Indicador de pedidos de patentes:** no período de janeiro a novembro de 2016, o IPT depositou 5 patentes no Brasil e conta com 2 softwares em processo de registro. Há ainda mais 6 pedidos de patente em fase de redação.

**Indicador de formação e treinamento de profissionais:** o IPT fornece três cursos de mestrado profissional: em engenharia de computação, em habitação e em processos industriais. Até novembro de 2016, o Instituto formou 345 profissionais em cursos de curta duração, especialização, aperfeiçoamento e mestrado profissional.

**Indicador de publicações:** o número de publicações técnicas de pesquisadores do IPT nos formatos de livros, artigos para eventos e periódicos nacionais ou internacionais até novembro foi de 194 publicações.

**Inovação com a indústria (Empresa Brasileira para Pesquisa e Inovação Industrial - Embrapii):** em 2016, o IPT iniciou as atividades com a nova unidade Embrapii de Desenvolvimento e



Escalonamento de Processos Biotecnológicos. A unidade está desenvolvendo projetos com meta de executar R\$ 30 milhões até 2021. Os projetos em execução e em negociação estão vinculados ao tema de bioquímica de renováveis. A unidade Embrapii de materiais de alto desempenho finalizou um projeto em 2016 e está desenvolvendo oito projetos em um total de R\$ 15,7 milhões. O projeto finalizado, em que foi realizada transferência de tecnologia para o parceiro, está em fase de desenvolvimento interno de produto com potencial para substituir material que o Brasil sempre importou. Um dos projetos em desenvolvimento pelo IPT e que já gera resultados é a parceria com o cliente que, por meio de projetos financiados pela Embrapii, produziu os primeiros 100 gramas de didímio metálico no país, um dos elementos principais na fabricação de superímãs, peças-chave em turbinas eólicas, carros elétricos e em outros dispositivos eletrônicos. Com esse desenvolvimento, o país dá um grande passo em direção à independência tecnológica para produção de ímãs permanentes.

**Apoio à pequena empresa:** o Núcleo de Atendimento Tecnológico à Micro e Pequena Empresa do IPT, por meio de programas da SDECTI como Prumo, Progex, Qualimint, Gespro e Prolimp, realizou 152 atendimentos a empresas.

**Sistema de Gestão da Qualidade:** implementado há mais de dez anos, atende especialmente às normas ABNT NBR ISO 9001 (gestão da qualidade) e ABNT NBR ISO/IEC 17025 (competência de laboratórios). A busca da melhoria contínua e o estímulo às inovações dos processos contribuíram para a definição dos seguintes objetivos no período 2015/16: atender requisitos do cliente, promover visibilidade no mercado, manter excelência técnica. Como resultados, foram obtidas aproximadamente 1.425 contribuições de clientes para melhoria de processos; 107 notícias divulgadas no site e 300 serviços técnicos auditados.

**Relações internacionais:** foram recebidas delegações da Alemanha, China, Japão e Bélgica. Através do Programa de Desenvolvimento e Capacitação no Exterior, o IPT enviou 8 pesquisadores para instituições na Espanha, Estados Unidos, Noruega, Itália, Alemanha, Portugal e Reino Unido. Pelo Programa de Pesquisador Visitante, foi recebido um profissional da Espanha e um da Alemanha que participaram de atividades técnicas no Instituto.

**Programa Novos Talentos:** lançado em 2013, com apoio da FIPT, o programa realizou mais um edital de seleção de novos participantes em 2016, que teve como resultado o ingresso de 4 doutorandos, 12 mestrandos e 3 pesquisadores de pós-doutorado. Os participantes desenvolvem pesquisas de interesse do IPT e ajudam a estreitar relações entre o Instituto e as universidades às quais estão vinculados.

**Condições estruturais de edificações:** para apoiar a Dersa nas obras de construção do Túnel 302 do Trecho Norte do Rodoanel, foram realizados levantamento e avaliação prévia das condições estruturais de edificações na região do Horto Florestal do município de São Paulo. As edificações analisadas estão em área de influência das obras e poderiam sofrer perturbações provocadas por elas. Foram realizadas inspeções técnicas e levantamentos em 250 unidades, registrando-se, entre outros quesitos, as principais anomalias estruturais pré-existentes nas partes construtivas visíveis da edificação, com representação gráfica individualizada para cada dependência do imóvel.



**Investigação de contaminação de subsolo:** o IPT foi chamado pela CDHU para realizar avaliação preliminar e investigação confirmatória de eventual contaminação em terreno onde se localizou uma usina de asfalto. A avaliação envolveu a coleta de dados dos contextos geológico, geotécnico e hidrotécnico regional e o reconhecimento da área por meio de visitas de inspeção. A investigação confirmatória requereu coletas e análises químicas de solo e água, comparação dos resultados analíticos com os valores de intervenção preconizados pela CETESB, realização de medidas de gases e vapores, etc. Foi estabelecido um modelo conceitual contendo o histórico do local e do meio-físico, determinação dos limites das fontes de contaminação, das substâncias químicas de interesse e dos principais mecanismos e vias de transporte, avaliação da ocorrência natural destas substâncias e identificação e caracterização de eventuais receptores e bens a proteger. O relatório final entregue permite ao cliente elaborar as próximas ações exigidas pelo órgão ambiental e o gerenciamento da contaminação.

**Erosões urbanas:** com recursos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, o IPT realizou um diagnóstico de erosões na área urbana do Município de Avaré. Foi realizado o cadastro de todos os processos de erosão linear e foram estabelecidas diretrizes e recomendações para o controle e a prevenção.

**Investimentos do Governo do Estado em laboratórios:** o IPT vem recebendo recursos do Governo do Estado de São Paulo, desde 2008, para o investimento na modernização de seus laboratórios. Em 2016 foram destinados R\$ 1,6 milhões para modernização do Instituto.

## **INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES - IPEN**

Autarquia estadual vinculada à SDECTI, gerida técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. Também está associado à Universidade de São Paulo - USP para fins de ensino e pós-graduação. O Ipen caracteriza-se pela multidisciplinaridade das atividades que desenvolve nas áreas de saúde, meio ambiente, aplicações de técnicas nucleares, materiais, segurança radiológica, reatores nucleares e fontes alternativas de energia.

**Medicina Nuclear:** produção e distribuição de radiofármacos para diagnóstico e tratamento de diversas doenças para realização de cerca de dois milhões de procedimentos médicos em todo o país. Desenvolvimento farmacocinético de um radioimunoconjugado para terapia de linfoma não-Hodgkin. Desenvolvimento de biomarcador específico de células beta pancreáticas (incretina radiomarcada) para imagem da massa beta funcional em diabéticos e obesos: estudo em modelo animal. Caracterização do papel das galectinas-1 e -3 na modulação da via de sinalização Nottch no câncer gástrico. Produção de fármacos para utilização em acidentes nucleares: "Azul da Prússia".

**Saúde:** foi desenvolvida, em parceria com o Hospital Beneficência Portuguesa, a técnica de marcação com sementes de Iodo-125 como localizador alvo para tratamento cirúrgico em câncer de mama. Esta nova técnica permitirá a diminuição da morbidade e os custos para os sistemas de saúde



(paciente e hospital). Foi desenvolvida, em parceria com o Instituto do Coração - INCOR, a tecnologia de incorporação do óxido de grafeno ao pericárdio bovino para ser aplicado em válvula de dispositivos cardiovasculares visando o aumento da resistência mecânica e durabilidade. Padronizada a radioesterilização de peles de Tilápia para que estas possam ser aplicadas com segurança como curativos oclusivos em lesões cutâneas.

**Biotecnologia:** o biotério do IPEN iniciou parceria com a Marinha do Brasil para testes “in vivo” do Azul da Prússia Nacional, um radioprotetor.

**Tecnologia das radiações aplicadas à Indústria:** foi desenvolvido, em parceria com a Empresa Cofibam, o processo de irradiação de cabos supressivos de ignição, visando obter uma melhoria no seu desempenho e oferecer à sociedade um produto de qualidade e de maior segurança.

**Reator IEA-R1:** recebimento da nova mesa de controle do reator.

**Combustíveis Nucleares para Reactores de Pesquisa:** iniciado o desenvolvimento da tecnologia de fabricação do elemento combustível para o reator RMB.

**Desenvolvimentos na área de Engenharia Nuclear:** desenvolvimento das metodologias de análise para identificação da composição isotópica dos rejeitos estocados por Angra I e II por meio de um Projeto de Inovação Tecnológica entre a CNEN e a Eletronuclear; Desenvolvimento dos cálculos neutrônicos, e elaboração do Relatório de Análise de Segurança do novo núcleo tipo placa que será instalado no Reator de Pesquisa IPEN-MB/01 para servir de testes para o futuro Reator Multipropósito Brasileiro; Desenvolvimento de elemento combustível protótipo para análise das condições de resfriamento e proposta de melhoria de projeto de elementos combustíveis nucleares para reatores de pesquisa; Desenvolvimento de um calorímetro para medida do calor de decaimento de elementos combustíveis nucleares do Projeto do RMB e do Reator LABGENE da Marinha do Brasil.

**Reator Multipropósito Brasileiro - RMB:** elaborado o Termo de Referência para contratação do projeto detalhado do RMB junto à empresa argentina INVAP; Elaboração do Relatório Preliminar de Análise de Segurança do RMB sob coordenação do Centro de Engenharia Nuclear do IPEN; elaborado o Termo de Referência para contratação de empresa para detalhamento dos Programas Básicos Ambientais em atendimento ao IBAMA sob coordenação do Centro de Engenharia Nuclear do IPEN.

**Células a Combustíveis e Hidrogênio:** iniciados o projeto Temático Fapesp, para estudos de células a combustível a etanol, e o projeto Cepid-Pite Fapesp-Shell para o desenvolvimento do uso do gás natural em células a combustível, integrando o Research Center for Gas Innovation. Destaca-se a publicação de um artigo na Nature Communications (doi:10.1038/ncomms13285) por um dos pós-doutorandos do centro em colaboração com o Imperial College (Londres).

**Ciência e Tecnologia dos Materiais:** desenvolvimento aluminas nanoestruturadas para aplicação em colunas de geradores  $^{99}\text{Mo}$ - $^{99\text{m}}\text{Tc}$  e de cerâmicas à base de fosfatos de cálcio dopada



com európio para aplicação como vetores não virais, grafeno e compostos de terras raras para aplicação células a combustível e sílica nanoestruturada para carreador de fármacos. Sinterização assistida por campo elétrico em eletrocerâmicas, biomateriais de nitreto de silício e ligas de titânio, vidros biocidas, cerâmicas termoluminescentes, filmes finos para aplicações fotocatalíticas e marcação a laser de biomateriais. Realizadas 3000 análises em apoio aos projetos de pesquisas. Construção de um microtorquímetro para implante dentário e o desenvolvimento de um software para visualização científica em materiais.

**Tecnologia Laser:** foram produzidos os primeiros circuitos microfluídicos; foi demonstrado o potencial laser do vidro Ho:InF<sub>3</sub>, e desenvolvido um método óptico de diagnóstico de um tipo de tumor de pele e testes in vivo de tratamento do mesmo. Foi firmado acordo de parceria "German-Brazilian Cooperation in Photonic Health Technologies (PHOSaude)".

**Metrologia das Radiações:** comparação da Exposição Radiológica de Pacientes Submetidos à Cinecoronariografia e Intervenção Coronária percutânea Estadiada e "AD HOC" pela Via Radial; Desenvolvimento de um Simulador Pediátrico Craniano para Dosimetria em Tomografia Computadorizada (TC) e de um Guia Orientativo para Dosimetria em TC; Estabelecimento de um Sistema Padrão Primário para Raios X de Energias Baixas com uma Câmara de Ionização de Ar Livre.

**Radiometria Ambiental:** estudo de Radionuclídeos Naturais (Ra-226, Ra-228 e Pb-210) em alguns Registros Sedimentares do Atlântico Sudoeste ao longo do Holoceno. Caracterização Química Inorgânica de Perfis de Sedimento do Pantanal da Nhecolândia - MS datados pelo Método do Pb-210. Avaliação do Impacto Radiológico do Ambiente nas Imediações das Unidades de Mineração de Cobre das Minas Salobo e Sossego e Usina Hidrometalúrgica de Carajás.

**Radioproteção:** foram realizados 05 atendimentos de Emergência Radiológica; foram realizados 43 Cursos de Radioproteção, com a participação de 759 pessoas. Participação na Segurança dos Jogos Olímpicos em 03 Sedes do Futebol (São Paulo, Manaus e Salvador) e Coordenação, acompanhamento e controle das atividades de Proteção Radiológica na implementação do projeto de repatriação, para os países de origem, das fontes radioativas seladas em desuso de atividade alta.

**Gestão de Rejeitos Radioativos:** implementação do acordo de parceria com a empresa Alliance Ambiental, sob a Lei de Inovação, para desenvolvimento de tecnologia para tratamento de rejeitos radioativos. Negociação de acordo de parceria com a empresa Petrobrás S/A, sob a Lei de Inovação, para desenvolvimento de métodos de caracterização de rejeitos radioativos. Implementação do projeto de repatriação, para os países de origem, das fontes radioativas seladas em desuso de atividade alta.

**Meio Ambiente e Química:** elaborado o Relatório Anual de Gestão Ambiental do IPEN para atendimento ao processo de licenciamento ambiental. Avaliação da qualidade ambiental do Reservatório Guarapiranga/SP, com financiamento Fapesp e parcerias com Instituto de Botânica, Secretaria do Meio Ambiente e a Sabesp. Validada metodologia analítica para a determinação de urânio e silício em matriz de U<sub>3</sub>Si<sub>2</sub>. Desenvolvimento de curativos avançados de baixo custo adequado





às necessidades do SUS; desenvolvimento de nanopartículas de albumina e papaína para o encapsulamento de radioterápicos e quimioterápicos e o desenvolvimento de nanopartículas de Ouro radioativo (198) para fins de radiodiagnóstico e radioterapia.

**Técnicas nucleares aplicadas à preservação do Meio Ambiente:** aprovado pela Finep o projeto para aquisição de um Acelerador de Elétrons de 700 keV e 28mA, capaz de tratar efluentes domésticos e industriais para reuso, degradar corantes de efluentes têxteis e compostos orgânicos presentes em água produzida de petróleo para remoção de óleo.

### **AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE - INVESTE SÃO PAULO**

Entidade de serviço social autônomo de direito privado, executa políticas que contribuem para a atração de novos investimentos nacionais e internacionais para o Estado, com o propósito de estimular a competitividade da economia, a geração de empregos e a inovação tecnológica.

**Carteira de projetos:** a carteira de projetos da Investe São Paulo conta com 174 projetos de investimento em andamento. Desse total, 83 projetos estavam em fase de negociação (ainda não haviam definido o Estado onde serão implementados), 59 em implantação (escolhido o Estado de SP) e 32 em *aftercare* (produção já iniciada, mas ainda com acompanhamento da equipe da Investe SP). Isso significa que o ano de 2017 começa com um potencial de investimentos de R\$ 76,7 bilhões e a geração de 89.333 empregos diretos sendo atendidos na Agência.

**Investimentos anunciados:** até 12 de dezembro de 2016, 26 novos empreendimentos com o apoio da Investe São Paulo foram anunciados para o Estado. Eles totalizam investimento de R\$ 3,249 bilhões e a geração de 4.844 empregos diretos.

**Consultas:** em 2016, profissionais da Agência atuaram em 12 consultorias ambientais e 34 tributárias nesse sentido.

**Atendimento a startups:** em agosto de 2016, a Investe SP realizou, em sua sede, a primeira edição do SP Conecta, que teve o objetivo de facilitar a conexão entre o ecossistema de apoio à inovação e empreendedores. Estiveram presentes 40 expositores e 700 visitantes, tornando prevista a realização de duas novas edições a cada ano seguinte. Além disso, em novembro do mesmo ano, a Agência lançou o Mapa SP Conecta, em evento realizado em parceria com a Redpoint Ventures e o Itaú no Cubo. Trata-se de um mapa digital interativo que contempla as entidades do ecossistema de apoio às startups no Estado.

**Atendimento a municípios:** ao longo de 2016, foram realizados 221 atendimentos a municípios, seja em eventos na Investe SP ou externos.

**Ações no exterior:** em 2016, foram realizadas as seguintes ações no exterior: Estados Unidos (*Road Show*); Japão, China e Taiwan (*Road Show*); Emirados Árabes Unidos (*Annual*



*Investment Meeting*); Alemanha (*Regional Leaders*); Emirados Árabes Unidos (*Global Business Forum Latin America*) e China (seminário sobre a intensificação da cooperação entre a província de Guandong e os países de língua portuguesa).

**Relacionamento:** no total, foram feitos 397 atendimentos internacionais por meio de representações diplomáticas, câmaras de comércio e agências de investimentos internacionais.

**Protocolos de cooperação:** ao longo de 2016, foram assinados protocolos de cooperação entre a Investe SP e as seguintes instituições: Dubai Investment Development Agency; Câmara de Comércio de Lima; Netherlands Enterprise Agency; Brazilian-American Chamber of Commerce; Invest in Bavaria; Câmara de Comércio Árabe-Brasileira; Agência Argentina de Inversiones y Comercio Internacional e Jabel Ali Free Zone.

**Desenvolvimento de negócios:** a equipe prospectou 1.858 empresas, das quais 230 foram identificadas como potenciais investidores. O esforço resultou em 107 novos projetos de investimentos que, se realizados, totalizarão R\$ 49,9 bilhões investidos com geração de 69.418 empregos diretos.

**Poupatempo do Exportador:** foram realizadas três edições do serviço itinerante de sensibilização e capacitação de pequenas empresas, sendo eles em Sorocaba (296 participantes e 82 atendimentos), Franca (167 participantes e 66 atendimentos) e Ribeirão Preto (232 participantes e 82 atendimentos).

**Palestras e workshops:** em 2016, a equipe ofereceu 16 palestras e workshops em eventos de diferentes intuições. Somando-se as participações de todos esses eventos, foram realizados atendimentos a 2.401 pessoas de 938 empresas (não excluindo a quantidade que podem ter participado de mais de uma capacitação).

**Núcleo Projeto de Extensão Industrial Exportadora:** a Investe SP coordena o núcleo deste programa da Apex-Brasil para empresas da região metropolitana de São Paulo por meio de parceria com a Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM. Até 12 de dezembro de 2016, haviam 90 empresas inscritas no programa.

**Missões comerciais ao exterior:** foram realizadas duas missões comerciais para levar empresas paulistas para conhecer novos mercados, contemplando os países Colômbia (28 empresas paulistas, 120 colombianas e US\$ 21,2 milhões em negócios previstos), Peru (18 empresas paulista, 82 peruanas e US\$ 16,1 milhões) e Argentina (89 empresas brasileiras, 225 empresários da Argentina e R\$ 32 milhões).

## **FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FAPESP**

É uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Embora ligada à SDECTI a autonomia da Fapesp é garantida por lei. Com orçamento anual



correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, a Fapesp apoia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo.

Em 2016, até o mês de novembro, a Fundação recebeu 18.385 novas propostas de projetos de pesquisa e contratou 9.623 novos projetos. Ao longo do período apoiou 24.029 projetos de pesquisa, aprovados no ano ou em anos anteriores, mas ainda vigentes.

**Recursos destinados à pesquisa em 2016:** R\$ 1,026 bilhão foram desembolsados até novembro com bolsas e auxílios a projetos de pesquisa vigentes no âmbito da linha regular (74,16%) e de programas voltados a temas e objetivos específicos (25,84%). Às pesquisas com vistas a aplicações foram destinados 52,5% do desembolso. Pesquisas orientadas ao avanço do conhecimento receberam 39,5% dos recursos. Outros 8% foram investidos em infraestrutura de pesquisa. Seguem alguns destaques da ação da Fapesp no ano.

**Formação de recursos humanos:** o programa regular de bolsas e auxílios da Fapesp contribui diretamente com a formação de novos cientistas e com a pesquisa acadêmica, fundamentais para o desenvolvimento científico de São Paulo e do país. Em 2016, até novembro, 5.153 novos bolsistas passaram a contar com apoio da Fapesp: 4.143 ou 80,4% para estudo em São Paulo e 1.010 ou 19,6% no exterior. Estavam vigentes 14.550 bolsas e no período foram destinadas a elas R\$ 411,15 milhões. Também foram contratados 3.089 novos projetos na modalidade auxílios regulares à pesquisa. Estavam vigentes no período 6.495 auxílios regulares, que receberam, até novembro, R\$ 350,19 milhões. Entre esses projetos estão os projetos temáticos, que se diferenciam por permitir propostas ousadas de pesquisa, por até 5 anos.

**Formação de lideranças científicas:** o programa Jovens Pesquisadores em Centros Emergentes está voltado para a atração para o Estado de novas lideranças científicas, jovens doutores do Brasil e de outros países. Em 2016, até novembro, foram contratados 74 novos projetos Jovens Pesquisadores. Aos 423 projetos JP em andamento foram destinados R\$ 41,55 milhões.

**Apoio à infraestrutura de pesquisa:** de janeiro a novembro de 2016 a Fapesp destinou R\$ 73,40 milhões a projetos vigentes no âmbito dos programas de apoio à infraestrutura de pesquisa que têm garantido às universidades e institutos de pesquisa no Estado de São Paulo uma infraestrutura de nível internacional.

**Pesquisa, inovação e difusão:** os 17 Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão - CEPID apoiados pela FAPESP receberam em 2016 R\$ 37,33 milhões. Os Centros, em diversas áreas do conhecimento, receberão, ao longo de 11 anos, cerca de R\$ 1,4 bilhão - R\$ 760 milhões da Fapesp e R\$ 640 milhões estimados em salários pagos pelas instituições sede dos pesquisadores e técnicos.

**Estímulo à inovação nas pequenas empresas:** entre janeiro e novembro de 2016, o programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas - PIPE contratou um número recorde de projetos de auxílio à pesquisa em empresas de pequeno porte no Estado: 206, uma média de 0,9 por dia útil, além de 137 bolsas vinculadas a esses projetos. No total, estavam sendo apoiados no período 397



auxílios e 194 bolsas PIPEs. A eles foram destinados R\$ 48,22 milhões. O processo de seleção de micro e pequenas empresas para o PIPE ocorre quatro vezes no ano. Em cada uma das etapas a FAPESP promove, em parceria com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp, a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - Anpei e o Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo - Simpi evento para esclarecimento de dúvidas de empresas interessadas em submeter projetos.

#### **Parceria entre universidades e empresas:**

**a) o Programa Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE)** visa fortalecer a pesquisa em parceria entre pesquisadores de instituições de pesquisa sediadas no Estado e de empresas. Em 2016, até novembro, os 57 projetos em andamento, incluídos seis projetos PITE relacionados aos programas Fapesp de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN) e sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG), receberam R\$ 10,45 milhões. Estavam em andamento projetos em parceria com as empresas Vale (9 projetos), Sabesp (9), Microsoft (6), Agilent Technologies (3), GSK (2), Braskem (2), Embraer (1), entre outras.

**b) Centros de Pesquisa em Engenharia:** outro modelo de parceria de longa duração (até 10 anos) envolvendo a Fapesp, grandes empresas e universidades gerou a criação de cinco centros de pesquisa avançada em temas estratégicos nos últimos três anos. O contrato mais recente, assinado em 2016, estabelece parceria entre a Natura e a USP, que sediará o Centro de Pesquisa Aplicada em Bem-Estar e Comportamento Humano.

**Internacionalização:** a cooperação científica visa aumentar a colaboração internacional em pesquisa, fundamental para aumentar o impacto da ciência feita em São Paulo. De janeiro a novembro de 2016, a FAPESP recebeu a visita de cinco delegações vindas da África, França, Itália, Irlanda e Portugal. Assinou 21 novos acordos de cooperação com organizações de nove países, totalizando 173 acordos vigentes no ano. Além disso, organizou os simpósios Fapesp Week 2016 Michigan/Ohio, nos Estados Unidos e a Fapesp Week Montevideo, no Uruguai.

#### **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - JUCESP**

Tem como principais funções executar os serviços previstos no art. 32, da Lei federal nº. 8.934/94, além de elaborar a tabela de preços de seus serviços, processar a habilitação e a nomeação dos tradutores públicos e intérpretes comerciais, elaborar os respectivos Regimentos Internos e suas alterações, bem como as resoluções de caráter administrativo necessárias ao fiel cumprimento das normas legais, regulamentares e regimentais e, por fim, promover o assentamento dos usos e práticas mercantis.

Transformada em autarquia em 2012, nos termos da Lei nº 11.879/2012, a Jucesp, desde então, passa por crescente modernização, tendo como marco a implantação do **Via Rápida Empresa - VRE**, em parceria com a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa. O sistema integra a **Política de Estímulo ao Empreendedorismo e Favorecimento à Micro e Pequena**



**Empresa**, lançada pelo Decreto nº 58.053/2012. O serviço funciona pela internet e pode ser acessado pelo site da **Jucesp**. O **VRE** é um programa totalmente voltado à desburocratização da atividade empresarial. A obtenção do NIRE e do CNPJ e o licenciamento, ou seja, a abertura de empresas classificadas como de baixo risco em até 5 dias.

O VRE está disponível para adesão a todos os municípios paulistas, sendo que, neste ano, o número de municípios que aderiram ao convênio e operam no sistema foi elevado para **132**. Em setembro **de 2015**, a Jucesp implementou o **Projeto VRE2**. O sistema tem como característica primordial a tramitação eletrônica de documentos, em específico os atos de constituição de Sociedades Limitadas, de modo a garantir a segurança jurídica dos processos de registro empresarial.

O Sistema VRE2 está em fase de aprimoramento da sua primeira versão, ressaltando-se que estão na fase final de homologação: a constituição da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI; e a inscrição do Empresário Individual - EI. Outro marco importante para o órgão foi a contratação de uma tecnologia moderna de digitalização e consulta de documentos, que possibilitou não somente a digitalização dos documentos que tramitam diariamente, como também a digitalização e a preservação de um legado de mais de onze milhões de imagens, propiciando que os pedidos de cópias de documentos arquivados (certidões de inteiro teor) sejam atendidos com eficiência e celeridade, assim como otimizou o trâmite interno de processos.

**Dados macro:** 31 escritórios regionais, 04 postos do VRE em prefeituras, 49 postos regionais, 550 colaboradores. **Cadastro Jucesp:** 8.366.753 de empresas, **empresas abertas:** 167.463 (no ano 2016), sendo: 13.955 por mês e 665 por dia, **processos protocolados:** 1.402.419 (no ano 2016), sendo: 116.868 por mês e 5.701 por dia. Do número total (1.402.419), 26% dos processos sofreram exigência. **Atendimento na sede:** 628.053 pessoas (no ano 2016), sendo 52.337 pessoas por mês e 2.492 pessoas por dia. **Média de espera no atendimento:** 4 minutos. **Fale Conosco:** 40.787 mensagens (no ano 2016), sendo 3.399 por mês e 165 por dia. **Dúvidas sobre o sistema:** 3.011 atendimentos telefônicos por mês e 2.137 atendimentos presenciais por mês. **Jucesp on line:** 29.921.694 pesquisas por empresa, 10.616.417 consultas a dados cadastrais e 756.276 certidões emitidas. **Assessoria Técnica de Decisão Singular:** 1.285.551 processos analisados (até o final de novembro/2016).- **Gerência de Apoio à Decisão Colegiada:** 75.899 processos analisados.- **Leiloeiros:** 2.105 processos analisados.- **Armazéns Gerais:** 2.799 processos analisados.- **Livros:** 71.015 livros analisados.



## **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

A Lei Orgânica da Assistência Social - Loas estabelece que a Assistência Social, é “Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Sua especificidade está integrada “às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (Loas, 1993).

Além do fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, a Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS empenhou-se na coordenação das ações estratégicas da política sobre drogas no Estado de São Paulo por meio do Programa Recomeço - Uma Vida Sem Drogas. O Governador do Estado, em dezembro de 2015, por meio da assinatura do Decreto nº 61.673, reorganizou o Programa Estadual de Políticas sobre Drogas. Em 2016, comemorou-se três anos de existência do Recomeço. Houve avanços na atenção integral às famílias, aos usuários e às comunidades.

O “Programa Recomeço: uma vida sem drogas” trouxe mudanças importantes no paradigma da política pública sobre drogas. A intersetorialidade do Programa, com a inclusão das Secretarias da Segurança Pública e da Educação, com as secretarias de Saúde, Justiça, Defesa da Cidadania e Desenvolvimento Social, reafirmou a compreensão de que o atendimento aos usuários de substâncias psicoativas fosse amplo, reforçando o entendimento de que o consumo de álcool e outras drogas é fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende da garantia de uma rede de proteção social.

A Segurança Alimentar também se encontra inserida nas políticas públicas de redução das desigualdades sociais e da erradicação da pobreza. No Estado de São Paulo, os dois programas que promovem o acesso da população a uma alimentação de qualidade são o Bom Prato e o Vivaleite.

O Governo do Estado executa suas ações de assistência social através da formulação, coordenação e avaliação da política socioassistencial, bem como a realização de parcerias, transferência e geração de renda.

### **1. Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE**

A Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE é a responsável na SEDS pela Vigilância Socioassistencial. De acordo com a Norma Operacional Básica - NOB SUAS de 2012, a Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de Assistência Social e deve ser realizada por intermédio da produção, da sistematização, da análise e da disseminação de informações territorializadas, e trata: (i) das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e



indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; (ii) do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial tem como função, portanto, monitorar e avaliar a gestão estadual do SUAS, programas, projetos e benefícios da pasta, bem como, realizar estudos, pesquisas técnicas e diagnósticos socioterritoriais.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE é responsável por produzir e disseminar informações sobre a gestão estadual do SUAS, programas, projetos e benefícios em integração com as equipes técnicas da pasta. E possui também a atribuição de coordenar a gestão dos sistemas de cadastro das entidades e dos cidadãos pertencentes a segmentos prioritários para a política de Assistência Social, no âmbito do Estado.

A partir do ano de 2016, em consonância com o Plano Estadual de Assistência - PEAS 2016-2019, a CGE também passou a ser responsável pelo Projeto Sala de Situação, que realiza acompanhamento dos programas, projetos e serviços previstos no PEAS.

### **1.1. Sala de Situação**

A Sala de Situação é o projeto da Secretaria de Desenvolvimento Social responsável pelo monitoramento e apoio técnico do planejamento dos programas, projetos e serviços previstos no PEAS 2016-2019. Para isso, coleta e processa os dados de execução das ações por ela monitorados e, sempre que necessário, auxilia os gerentes no planejamento dos seus projetos.

O projeto vem em consonância com a missão da gestão em aprimorar a metodologia de gestão, associado ao monitoramento e avaliação permanentes da política, dos programas e dos projetos sociais. A Sala de Situação, portanto, é o instrumento para monitorar todas as ações previstas no PEAS 2016-2019 em todas as suas fases (agenda, concepção, formulação e implementação), garantindo assim os resultados esperados. Além disso, torna-se um mecanismo para fortalecer a governança, que é nossa capacidade gerencial de formular e implementar políticas públicas, e a *accountability* da pasta, ou seja, nossa obrigação ética, enquanto poder público, em prestar contas sobre o que fazemos, como fazemos e com quais recursos.

Para a implementação da Sala de Situação, foram realizadas três fases de ações. A primeira delas, antecede e prepara os gestores da pasta para a implementação da Sala de Situação. A segunda, é a própria Sala de Situação, onde implementamos uma sistemática de trabalho para o acompanhamento da evolução dos projetos. E por fim a terceira fase, quando começamos o monitoramento dos resultados daquilo que nos propusemos a fazer.

No dia 1º de junho de 2016, realizamos uma apresentação sobre a Sala de Situação para todos os servidores da SEDS. Nessa apresentação, mostramos o objetivo da sala, a metodologia e quais ferramentas seriam utilizadas. Esse momento foi de suma importância porque, apesar da Sala de Situação ser gerenciada pela CGE, ela só é possível com a participação de todos. A partir da semana



seguinte, começamos com uma capacitação em Gestão de Projetos de 32h com todos os coordenadores e gerentes de projetos, além da presença de assessores, diretores e técnicos escolhidos pelas coordenadorias, totalizando mais de 50 gestores capacitados. A partir disso, tivemos a expectativa de um alinhamento metodológico sobre como realizar uma gestão voltada para resultados, a partir do desenho de ações e entregas, em projetos que transcendem a ideia de estrutura organizacional e empoderam o gerente do projeto na tomada de decisões. Além disso, quando todos os projetos são geridos da mesma forma, temos uma padronização na forma de planejar e executar as ações, fortalecendo a governança da pasta e possibilitando um monitoramento de gestão e avaliação dos resultados. E também, com todos utilizando a mesma linguagem, os projetos deixam de ser personificados por equipes e passam a fazer parte de uma estrutura orgânica, que todos os servidores da SEDS fazem parte e contribuem para alcançarmos os mesmos objetivos.

Terminada a capacitação metodológica, a Sala de Situação foi implementada em agosto. Durante o curso, os gestores foram treinados para utilizar a ferramenta Gantt Project, ideal para realizar planejamento e acompanhamento da execução de projetos. Todos os programas, projetos e serviços foram adequados para esse instrumental, com a participação ativa dos gerentes e técnicos envolvidos dos projetos. Durante a implementação, a Sala de Situação ofereceu plantões de dúvidas e apoio técnico e metodológico constante, para a adaptação para a nova metodologia de gestão. Em paralelo a esse processo, a Sala de Situação desenvolveu dois sistemas de monitoramento, o primeiro que gera relatórios semanais de acompanhamento dos projetos, a partir dos dados obtidos pela ferramenta Gantt Project, e o segundo que monitora os indicadores previstos para cada projeto do PEAS 2016-2019, que viria a ser utilizado na terceira fase do projeto.

No dia 16 de agosto, geramos o primeiro relatório oficial da Sala de Situação. Desde então, geramos semanalmente 30 relatórios e disponibilizamos na intranet, nosso espaço virtual do servidor, onde todos da SEDS têm acesso, fortalecendo assim, a transparência da gestão. Cada relatório, permite um nível de detalhamento, a partir do interesse do leitor. São eles:

- Visão global: Relatório com o status geral de todos os programas, projetos e serviços da SEDS e o status das ações consideradas prioritárias pela gestão.
- Relatórios temáticos: relatórios divididos pelas frentes temáticas da pasta, independente da organização estrutural da secretaria. Cada relatório possui um panorama geral - mais detalhado que o Visão Global – dos projetos envolvidos naquele tema. São os temas: Fortalecimento da Gestão, Vigilância Socioassistencial, Proteção Social, Segurança Alimentar, Transferência de Renda e Benefícios e Programas Estratégicos.
- Relatórios detalhados: relatórios detalhados de cada um dos programas, projetos e serviços da pasta.
- Relatório Financeiro: Relatório financeiro detalhado sobre cada um dos programas, projetos e serviços da pasta.





- Matriz de Responsabilidade: Relatório gerencial, onde é possível enxergar a atribuição dos servidores nos projetos que estão envolvidos.

Desde então, a secretaria vive o seguinte ciclo de gestão:



Grandes números: Em 2016 foram quase 600 relatórios gerados, cerca de 2500 ações planejadas ou sendo executadas e mais de 200 atores envolvidos na implementação dessas ações.

Com a segunda fase estruturada e em funcionamento, em novembro iniciamos a terceira e última fase do projeto: o monitoramento das metas e dos indicadores previstos no PEAS 2016-2019. Para isso, os coordenadores, assessores, diretores, gerentes e técnicos dos projetos, passaram por uma nova capacitação, dessa vez focada na metodologia de indicadores e avaliação de políticas públicas. É fundamental verificar o quanto o que fazemos gera de resultados. Esse conhecimento, nos permite fazer replanejamentos, se necessário, e replicar e expandir projetos exitosos.

A Sala de Situação é o resultado de um trabalho integrado e participativo, que só é possível com a adesão de todos os servidores da secretaria. A Sala de Situação, portanto, é positiva para aqueles que atuam diretamente nos projetos, pois seus esforços valorizados, reconhecidos e recebem apoio dos demais gestores; fornece subsídio técnico para as tomadas de decisão dos dirigentes e ainda permite uma gestão mais transparente para todos.

## **1.2 Aprimoramento, Desenvolvimento de Sistemas e tecnologia da Informação para Aperfeiçoamento da Política Socioassistencial no Estado de São Paulo**

O sistema de Business Intelligence - BI Cognos da IBM é um dos produtos oriundos do Projeto Avaliação e Aprimoramento, que teve como objetivo melhorar a eficiência e a efetividade da Política de Assistência Social do Estado de São Paulo e dos projetos de assistência, promoção e desenvolvimento social mediante apoio ao desenvolvimento institucional da Rede de Proteção Social do Estado de São Paulo.



Em 2016 foram realizadas as seguintes atividades:

- Pré-homologação das bases no BI (Aplicativo Renda Cidadã, Aplicativo Ação Jovem, Bom Prato, Viva Leite, CadÚnico, Censo IBGE (2000 e 2010), Censo SUAS, Bolsa Família, MSE Web, Planilhas de dados orçamentários, PMAS 2013 a 2015 e Pró-Social – Módulos Beneficiários e Instituições), com o objetivo de corrigir e validar os modelos propostos pela empresa;
- Capacitação para as áreas diretamente relacionadas, ou seja, aquelas que contribuirão diretamente fornecendo informações sobre as bases de dados de que são responsáveis e/ou com solicitação de dados/relatórios;
- Homologação das bases no BI, com o objetivo de verificar a validade do modelo e dos dados;
- Operação assistida, com a participação das áreas diretamente relacionadas (mencionadas anteriormente), com o principal objetivo de gerar de relatórios pré-formatados, de acordo com a necessidade das áreas.

### **1.3 Desenvolvimento do primeiro módulo do Sistema de Gestão Estadual da Assistência Social - SIGEAS**

O Sistema para Gestão da Assistência Social - SIGEAS é um sistema informatizado que vem sendo desenvolvido pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social - SEDS em parceria com a Prodesp. Concebido para dar maior visibilidade e transparência à gestão do SUAS no Estado de São Paulo, o SIGEAS tem como objetivo organizar e padronizar as atividades de acompanhamento e supervisão técnica do SUAS no Estado de São Paulo, organizando-as de maneira a agilizar e subsidiar a gestão da Assistência Social tendo como foco principal o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

#### **Ações realizadas em 2016:**

- Desenvolvimento da versão preliminar do primeiro módulo do SIGEAS, coordenado pelo Grupo estadual de Gestão do SUAS e executado pelo Departamento de Normatização e Informática da SEDS;
- Apresentação da versão preliminar do primeiro módulo do SIGEAS aos principais atores envolvidos e que participarão ativamente nos fluxos desenhados para a gestão, solicitando a eles que, após esta apresentação iniciem o pré-teste do sistema e contribuam para seu aperfeiçoamento com sugestões e comentários. Estas reuniões de apresentação e consultas para aprimorar o desenvolvimento do SIGEAS envolveram aproximadamente 670 técnicos e gestores, e foram realizadas com: (i) Coordenadoria de Ação Social, Proteções Sociais Básica e Especial, principais envolvidas atualmente com os planos de providências e planos de apoio; (ii) Comissão Intergestores Bipartite do Estado de



São Paulo - CIB/SP; (iii) Conselho Estadual de Assistência Social - CONSEAS; (iv) Seis reuniões de macrorregião com a participação dos diretores e técnicos de todas as 26 DRADS.

#### **1.4. Portal Social**

Para aprimorar a gestão dos programas sociais, a SEDS contratou a Fundação Ezute para o desenvolvimento do sistema Portal de Programas Sociais com objetivo de unificar os cadastros dos programas sociais, utilizando a base de dados do Cadastro Único para seleção das famílias de baixa renda, melhorando a gestão e a sistematização das informações, que poderão ser consideradas para diagnóstico, formulação e implementação de políticas públicas no Estado.

Para continuidade deste projeto foi prorrogado o contrato com a Fundação Ezute até dezembro de 2016 para aprimoramento do Sistema Gerenciador de Bancos de Dados - SGBD que representa os modelos de negócios dos programas sociais da Secretaria e se caracteriza como um repositório único de dados e informações sociais no Estado, os artefatos tecnológicos associados à operação dos programas sociais necessitavam de modernização e tecnologia que permitam ampliar o atendimento e abrangência dos programas sociais. Permitindo o inter-relacionamento entre beneficiários, entidades e governo de modo integrado e compartilhado. Estas tecnologias e proposições quando vinculadas ao sistema gerenciador de bancos de dados únicos fornecerão recursos apropriados à gestão de programas, de modo a dar maior visibilidade das condições sociais no Estado e permitir ampliar o alcance dos programas e atingir a metas sociais pretendidas.

No momento estamos em fase de implantação do Portal de Programas Sociais com projeto piloto em quatro municípios do Estado.

**Potencial do Projeto:** Possibilitar o cadastramento de instituições parceiras e a sua área de influência; o controle das vagas dos programas sociais; o estabelecimento dos critérios de elegibilidade e priorização para seleção automática de potenciais beneficiários dos programas sociais, conforme as regras de cada Programa para a vinculação das famílias de baixa renda, através de uma instituição parceira, além de disponibilizar diversos relatórios, que servirão de base para o acompanhamento dos fluxos. A utilização de um único cadastro social e da unificação cadastral dos programas sociais otimizará o tempo dos trabalhadores do SUAS e a utilização dos recursos públicos, gastos historicamente com diversos cadastros para atendimento da mesma população.

**Importante:** Estas informações também poderão subsidiar o planejamento, formulação e implementação de outras políticas públicas, tendo em vista assegurar a proteção social integral às famílias em vulnerabilidade social. **Potencial do Projeto:** Possibilidade de outras Secretarias passarem a utilizar o mesmo Cadastro, tais como, Habitação, Segurança Pública, Saúde e Educação.

**Projetos Envolvidos:** SP Amigo do Idoso, Renda Cidadã, Ação Jovem e Viva Leite

**Público Envolvido:** Servidores da secretaria (sede e DRADS).

**Público Beneficiário:** todos os munícipes.



**Início: agosto/2015 - Término: Dezembro/2016**

**Total: 3.951.831,00**

### **1.5 Capacitações do Cadastro Único:**

Para fortalecer e qualificar a gestão e operacionalização do Cadastro Único nos municípios a Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria de Gestão Estratégica e das Diretorias Regionais de Assistência Social coordenam e organizam capacitações para Instrutores, Entrevistadores e Operadores do Sistema CadÚnico. No ano de 2016 foram capacitados aproximadamente 700 Entrevistadores. A Capacitação de Operadores para o Sistema V7 do CadÚnico, executada pela Caixa Econômica Federal, apesar de organizada em 2016 foi cancelada para revisão de seu conteúdo. Estado e municípios utilizam os recursos do Índice de Gestão Descentralizada - IGD repassado pelo Governo Federal, para custear as atividades de gestão e capacitação do CadÚnico, como diárias e deslocamentos dos técnicos.

### **1.6 Apoio às Ações Municipais (Sistema PMAS Web)**

O sistema dos Planos Municipais de Assistência Social - PMASweb é a principal ferramenta do Estado para inserção e extração de informações sobre os serviços socioassistenciais e sobre o planejamento de ações dos municípios paulistas, disponibilizado para técnicos, gestores e conselheiros municipais e estaduais, visando facilitar a coordenação e o gerenciamento da rede de serviços socioassistenciais.

O PMASweb permite acesso “on line” a todas as informações dos planos municipais dos 645 municípios paulistas, contribuindo com a elaboração de análises e diagnósticos socioassistenciais locais ou regionais. Dessa forma, o sistema tem consolidado avanços importantes, tornando-se um valioso instrumento de planejamento e gestão, utilizado para retratar a realidade de cada município e das regiões do Estado, além de ser documento necessário para a transferência de recursos Fundo a Fundo.

**Ações desenvolvidas:** Recebimento das solicitações dos municípios para atualizações dos seus Planos Municipais de Assistência Social, análise e avaliação sobre a adequação das solicitações, autorização para desbloqueio do sistema e monitoramento sobre o correto preenchimento.

Capacitação: 80 técnicos e diretores das Diretorias Regionais (DRADS) e servidores da sede. Na segunda etapa da capacitação foram habilitadas com as DRADS 1.290 pessoas, entre técnicos e Conselheiros Municipais.

### **1.7 Publicações do Censo SUAS**

Publicação do Censo SUAS 2015: Destina-se a disseminar informações e análises sobre a estrutura dos órgãos e serviços constitutivos da Política de Assistência Social no Estado de SP a partir de dados do Censo SUAS. A edição apresenta temas diversos: Centros de Referência de Assistência



Social - CRAS, Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centros de Referência da População de Rua (Centro Pop), Acolhimento Institucional, Centro de Convivência, Gestão e Conselhos Estaduais e Municipais. Todos os temas apresentam dados referentes à identificação, estrutura física, serviços e recursos humanos.

Em 2016 foi elaborada a edição do Censo Suas 2015, em fase de conclusão, que deverá ser disponibilizada no site oficial da SEDS em janeiro de 2017. Cada edição contém gráficos, tabelas e análises permitindo uma melhor mensuração dos aspectos abordados, sempre que possível, efetuando comparações com os resultados dos Censos anteriores.

### **1.8 Desenvolvimento do Boletim SEDS com a apresentação do Painel dos dados sociais do Estado**

O painel de dados sociais é um demonstrativo quantitativo que traz informações atualizadas da área socioassistencial do território paulista. É um periódico de divulgação trimestral que está disponível no site da Secretaria de Desenvolvimento Social. Apresenta de forma direta valores de índices sintéticos, cadastro social e de entidades de assistência social além de dados dos programas de transferência de Renda. As informações apresentadas no Boletim SEDS são dados trabalhados provenientes de várias fontes, dentre elas: Sistema Pró-social (Programas Renda Cidadã, Ação Jovem, Benefício Idoso e cadastro das entidades) Plano Municipal de Assistência Social - PMAS-Web, Folha de pagamento do Programa Bolsa Família, Fundação Seade, IBGE, MDS-SAGI. A elaboração é trimestral e é disponibilizada no site da SEDS, além da impressão de 100 exemplares por edição. O público-alvo é composto de técnicos e gestores que atuam na rede socioassistencial do Estado e dos municípios.

## **2. Coordenadoria de Desenvolvimento Social - CDS**

A Coordenadoria de Desenvolvimento Social - CDS tem como principal missão gerir os Programas de Transferência de Renda - PTRs de forma intersetorial e articulada entre os três níveis de Governo e as demais estratégias institucionais. Como espaço estratégico de articulação de dados, informações e ações, atua na implementação de um novo modo de gestão da política social, caracterizado pela intersetorialidade e transversalidade, buscando uma forma integrada de políticas e programas, que visam romper com o viés da fragmentação. Desempenha um importante papel no estabelecimento da Rede Social Paulista, promovendo integração com os Conselhos e demais Secretarias de Estado, dos Municípios, das entidades empresariais e sociais, visando políticas integradas e focadas no desenvolvimento integral das pessoas e dos territórios, por meio de um conjunto de ações intersetorialmente articuladas. O mais emblemático dessa atuação, é o Programa Família Paulista, desenvolvido pela CDS como uma estratégia intersetorial.

### **2.1 Programa Família Paulista**

O Programa Família Paulista é coordenado pela SEDS e implementado em parceria com municípios, secretarias estaduais e entidades não-governamentais. Foi instituído pelo decreto nº 61.675,



de 02 de dezembro de 2015, como uma estratégia de enfrentamento da extrema pobreza, por meio de um modelo de gestão integrada e colaborativa pela prática de redes intersetoriais.

Neste primeiro ano, houve adesão de 28 municípios da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, onde estão 1,1 milhão de extremamente pobres, representando 58,4% da população em extrema pobreza no Estado.

Na perspectiva de implementar as ações do Programa, em 2016, foram desenvolvidas as seguintes estratégias:

- Realização de 28 reuniões disparadoras com os municípios participantes, envolvendo mais de 600 atores estratégicos entre gestores e secretarias municipais;
- Formalização de 28 grupos gestores municipais intersetorial e institucionalização do Coordenador Municipal, principal articulador do Programa Família Paulista nos territórios.
- Desenvolvimento de Oficina do Plano de Ação Municipal;
- Elaboração de 28 planos de ação municipais para o desenvolvimento do Programa;
- Criação do IPM Paulista, que apresenta indicadores de pobreza multidimensional voltado ao contexto do Estado de São Paulo;
- Construção de um sistema transacional online de monitoramento e avaliação, para utilização dos diversos atores envolvidos na gestão e implementação do Programa.
- Criação de um modelo de Certificação, por meio do Selo Família Paulista, que irá reconhecer práticas de gestão para o enfrentamento da extrema pobreza e do desenvolvimento social.

## **2.2 Programa Estadual Ação Jovem**

Tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos. Transfere apoio financeiro temporário de R\$ 80,00/mês para estimular a conclusão da escolaridade básica e oferece ações complementares no contra turno escolar.

Em 2016, foram iniciadas as ações de planejamento e desenho de novas frentes de atuação do programa, com foco no enfrentamento ao problema do abandono escolar no Ensino Médio. Desta forma, foi desenhado o Projeto Conclusão, que visa fortalecer capacidades dos jovens para superação das vulnerabilidades, dentre elas, a evasão escolar como ação preventiva ao risco social. Em 2016, o programa atendeu 43.936 jovens. O orçamento para 2016 foi da ordem de R\$ 80.733.320,00.



### **Principais Ações/Atividades no desenvolvimento do programa:**

- Elaboração de relatórios gerenciais para acompanhamento dos beneficiários;
- Monitoramento da oferta de ações complementares e do acompanhamento de condicionalidades por parte das prefeituras municipais e demais parceiros.
- Acompanhamento de beneficiários para inclusão no CADÚNICO para entrada no Portal Social, objetivando a unificação dos cadastros;
- Participação em Grupo de Trabalho para estudo de critérios de elegibilidade dos programas;
- Participação de estudos técnicos e elaboração de proposta para mudanças no escopo do Programa Ação Jovem visando seu aperfeiçoamento;
- Participação na definição de relatórios e validação de regras de negócio para o Business Intelligence - BI;
- Análises, planejamento e elaboração da metodologia e critérios de implementação do Projeto Conclusão, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

### **2.3 Programas Renda Cidadã e Renda Cidadã - Benefício Idoso**

**Renda Cidadã:** Tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza. Transfere renda no valor de R\$80,00/mês e, oferta ações socioeducativas, apoio a formação e capacitação.

O Programa, criado em setembro de 2001, destinou, para o exercício de 2016, recursos da ordem de R\$ 154.077.975,00. Atualmente, beneficia cerca de 85.526 famílias. A previsão é ampliar o atendimento para 155 mil famílias em 2017, com o lançamento do Portal Social e com a unificação dos cadastros, podendo atuar assim nos bolsões do Estado de São Paulo onde há demanda pelos programas de transferência de renda.

**Renda Cidadã - Benefício Idoso:** Tem o objetivo de atender o idoso, com 80 anos ou mais, que integra família com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional. Transfere renda no valor de R\$100,00/mês.

Em 2016, os recursos previstos foram de R\$ 2.909.600,00. O Programa atendeu 1.664 idosos até meados de dezembro.



### **Das ações realizadas pelos Programas Renda Cidadã e Renda Cidadã - Benefício Idoso em 2016, destacam-se:**

- Elaboração de relatórios gerenciais para acompanhamento dos beneficiários;
- Reuniões de trabalho de equipe Renda Cidadã para aprimoramento do programa;
- Acompanhamento de beneficiários de PTRs para inclusão no CADÚNICO para entrada no Portal Social, objetivando a unificação dos cadastros;
- Realização da capacitação piloto do Portal Social com as Drads de São José do Rio Preto e Mogi das Cruzes;
- Coordenação compartilhada no Encontro Estadual para construção do Cenário da Gestão e Acompanhamento dos Programas de Transferência de Renda no Estado de São Paulo

#### **2.4 Programa Bolsa Família**

É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R\$ 170,00. O Programa associa a transferência do benefício financeiro aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. O Estado de São Paulo participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, compartilhando responsabilidades com a União e com 645 municípios.

Em 2016, foram atendidas 1.507.395 famílias (dados de outubro de 2016), que receberam valores entre R\$ 85,00 e R\$ 364,00, conforme o número de gestantes e nutrizes e a idade dos filhos até 17 anos.

#### **Ações realizadas em 2016:**

- Orientações às DRADS e aos Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Bolsa Família;
- Reuniões com equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas e projetos da Coordenadoria de Desenvolvimento Social;
- Reuniões mensais com o Colegiado do PBF (Desenvolvimento Social, Saúde e Educação) para discussão das ações e atividades de condicionalidades de saúde e educação e do acompanhamento familiar dos beneficiários do Programa Bolsa Família;





- Participação no encontro do Grupo de Educação e Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS-GECCATS Franca para apresentar o Protocolo de Gestão Integrada destacando o acompanhamento familiar de beneficiários de programas de transferência de renda;
- Realização de capacitações em Gestão do PBF;
- Organização do Encontro Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família com apoio da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família reunindo as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social, Diretorias Regionais de Educação e Diretorias Regionais de Saúde.
- Participação dos Coordenadores do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único nas mesas técnicas organizadas pela SENARC/MDSA.
- Organização de pesquisa junto aos municípios prioritários de 2015, levantando o que foi relevante para saírem da condição de prioritários em 2016.

### **2.5 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Ações Estratégicas para a Erradicação do Trabalho Infantil**

A equipe estadual de referência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, em âmbito estadual, coordena, presta apoio técnico, assessora e acompanha os municípios na execução do programa que foi incluído na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS em 2011. O programa articula um conjunto de ações interinstitucionais e intersetorial, envolvendo as diferentes esferas de governo e entidades da sociedade civil, e tem como objetivo a prevenção de ocorrência de trabalho precoce e a retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. No âmbito do SUAS, o PETI tem três eixos básicos de ação:

- Transferência direta de renda às famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho, por meio do Bolsa Família;
- Inserção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, e;
- Acompanhamento familiar realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF.

#### **Ações realizadas em 2016:**

- Campanha Publicitária no Metrô de São Paulo;



- Encontro Estadual das Ações Estratégicas do PETI com 340 participantes de 60 municípios prioritários para o programa, e publicação gerada com as discussões decorrentes do encontro;
- 18 reuniões de capacitação e de orientações técnicas sobre o PETI e estratégias de combate ao trabalho infantil para servidores e gestores municipais;
- Tratativas sobre o Plano Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil;

## **2.6 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC**

Benefício da Política de Assistência Social, individual, não-vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social–LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pelas Leis nº 12.435, de 6 de julho de 2011 e 12.470, de 31 de agosto de 2011. É um benefício assistencial que independe de contribuições para a Previdência Social.

Atualmente, o Estado possui 700.732 beneficiários, sendo 326.312 pessoas com deficiência e 374.720 idosos, totalizando R\$ 615.158.832,32 de recursos pagos por mês (base setembro 2016).

### **2.6.1 BPC na Escola**

Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social-BPC. O objetivo é promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos de idade, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas das áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos. No Estado de São Paulo, 358 municípios aderiram ao Programa, com 61.169 beneficiários participantes do BPC na escola, o que representa 85% do público de 0 a 18 beneficiários do BPC. Destes participantes, 41.280 já estão inseridos na escola.

### **2.6.2 BPC Trabalho**

Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência, beneficiárias do BPC, à qualificação profissional e ao “mundo do trabalho”. Tem o objetivo de promover o protagonismo e a



participação social dos beneficiários com deficiência do BPC, prioritariamente entre 16 e 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial, à qualificação profissional, assim como as outras políticas públicas.

**Ações Realizadas em 2016:** Palestras; encontros; oficinas; orientações técnicas às DRADS das Macros V e VI, para discussão do novo decreto do BPC e atualizações do BPC na Escola; coordenação do Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola; representação em colegiados, conselhos e espaços estratégicos diversos.

### **3. Coordenadoria de Ação Social – CAS**

#### **Proteção Social**

A Coordenadoria de Ação Social - CAS tem como função precípua o fortalecimento do papel institucional das 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS e de sua capacidade técnico-administrativa, para que possam ser impressas de forma descentralizada as diretrizes políticas da SEDS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no âmbito do Estado.

No cumprimento dos objetivos dessa coordenadoria, foram organizados encontros com as DRADS a partir das pautas propostas de forma integrada pelas Coordenadorias; possibilitando melhor comunicação e integração. Esses encontros também são utilizados para realização de formação continuada.

Continuamente são realizadas supervisões nas Diretorias Regionais, através de reuniões técnicas, além de orientações à distância, tendo como objetivos: orientação e qualificação técnica, levantamento de dificuldades e demandas, acompanhamento de providências e avaliação do trabalho desenvolvido.

#### **3.1 Proteção Social Básica no Estado de São Paulo**

Os municípios paulistas têm avançado na consolidação das políticas públicas descentralizadas, direcionadas a construção de uma rede de proteção social, visando à implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e à redução de vulnerabilidades e desigualdades sociais.

No contexto da atual política de Assistência Social, a SEDS tem um papel determinante no assessoramento técnico aos municípios, na implantação ou na implementação dos CRAS - Centros de Referência da Assistência Social, serviços, programas, benefícios da Proteção Social Básica. A SEDS acompanha e monitora toda a rede socioassistencial do Estado. Até o final de 2016, temos instalados 1.099 CRAS em 633 municípios.

Compõem a rede socioassistencial da Proteção Social Básica do Estado, 7.532 serviços executados de forma direta e indireta de forma preventiva e proativa. São atendidos por esta rede



socioassistencial 1.123.094 usuários por mês, incluindo famílias, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, pelo sistema Fundo a Fundo, referente ao Fundo Estadual - FEAS para os Fundos Municipais de Assistência Social - FMAS, conforme a Lei Estadual nº 13.242, de 08 dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 54.026 de 16 fevereiro de 2009. O valor da dotação orçamentária para Proteção Social Básica para 2016 foi de R\$ 80 milhões.

### **Ações realizadas pela Proteção Social Básica**

- Reuniões técnicas, em conjunto com a Proteção Especial, abrangendo 23 Diretorias Regionais de Assistência Social - DRADS, das 26 existentes, com o objetivo de levantar as demandas administrativas e técnicas para a melhoria do fluxo de trabalho entre Sede e DRADS, bem como para o aprimoramento do apoio técnico aos municípios das respectivas regionais.

- Encontros temáticos, visando ao alinhamento conceitual sobre o principal serviço da proteção social básica chamado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF aos técnicos de CRAS, CREAS e gestores de municípios.

- Apresentação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e do CRAS a técnicos de diversas áreas de políticas públicas.

- Participação nas ações de capacitação do Sistema de Medida Socioeducativa - SUAS/WEB.

- Participação na elaboração da Lei do SUAS Estadual.

- Participação na Comissão Estadual Intersetorial para elaboração, acompanhamento e implementação do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

- Monitoramento dos Planos de Providência e Apoio, objetivando apoiar, em parceria com as 26 DRADS, os municípios no cumprimento das Metas de Desenvolvimento dos CRAS, conforme previsto nas Resoluções CIT 05 e 08 de 2010 (estrutura física, recursos humanos, atividades e horário de atendimento.)

#### **3.1.1 Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância**

O Governador do Estado lançou, em 2013, o Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância - SPPI, uma parceria entre a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e a Secretaria da Saúde. O Programa acontece em parceria com municípios paulistas, abrangendo 101 cidades.



O SPPI visa qualificar o atendimento às gestantes e às crianças de 0 a 3 anos, assim como às suas famílias, para o desenvolvimento infantil pleno, por meio de quatro eixos: i) apoio à governança, com implantação de ações em rede e intersetorial; ii) desenvolvimento de capacidades, com a formação de profissionais das áreas envolvidas; iii) mobilização comunitária via sensibilização da sociedade em geral sobre a importância da Primeira Infância para o desenvolvimento social, político, cultural e econômico local; e iv) monitoramento e avaliação como instrumento fundamental para aprimoramento da Política.

Atualmente, o Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, na perspectiva de aprimorar seu modelo de governança, integrou na sua gestão a Secretaria de Desenvolvimento Social rumo à consolidação de uma política estadual intersetorial.

A Política Nacional de Assistência Social atua em três dimensões protetivas: Básica, Especial e de Média e Alta Complexidade. Dentro da Proteção Básica é oferecido o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos sociofamiliares, que dispõe de ações específicas para crianças até 6 anos e suas famílias. Mediante a elaboração de um Plano Municipal de Assistência Social, o Estado cofinancia as ações das cidades que desenvolvem esse serviço. Hoje o Estado tem 222 municípios que recebem esse cofinanciamento e são atendidas 24.989 crianças.

O Comitê Intersetorial no Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, por meio de suas ações de articulação, contribuirá para que esse serviço seja ampliado de 34% para 100% dos municípios paulistas.

### **Ações realizadas em 2016**

**Curso de Atualização Em Primeira Infância Para Servidores do Estado de SP- Escola De Enfermagem Da Usp** - Curso coordenado pela professora Anna Maria Chiesa, com o objetivo de apresentar aos técnicos das Secretarias de Estado de Saúde, Desenvolvimento Social e Educação os processos de formação intersetorial em Promoção do Desenvolvimento Infantil; instrumentalizar os profissionais para planejar, implantar, gerenciar, avaliar e disseminar conhecimentos e práticas promotoras do Desenvolvimento Infantil.

### **3.2 Proteção Social Especial no Estado de São Paulo**

Atualmente, o Estado de São Paulo conta com 282 Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

**Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI** tem como objetivo apoiar, orientar e acompanhar indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos. Em 2016 foram realizados 73.197 atendimentos aos usuários; e recursos investidos correspondem a R\$ R\$ 15.210.584,59 por ano.



**Serviço de Proteção ao Adolescente em Conflito com a Lei**, tem como objetivo o acompanhamento técnico do adolescente e inserção em políticas públicas conforme plano individual de atendimento. Medida Sócio Educativa para Liberdade Assistida - MSE LA corresponde a 238 serviços; Total de atendimento: LA: 28.466 e PSC: 12.867 Recursos investidos: R\$ 19.204.081,44 por ano.

**Abordagem Social:** Abordagem Social oferece atualmente 176 serviços e tem por objetivo atender a população em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Em 2016, foram atendidos 64.663 usuários. Recursos investidos: R\$ 3.157.314,68.

### **Centro Pop**

**As 49 unidades de Centro de Referência à População em Situação de Rua - Centro Pop** têm por objetivo assegurar o atendimento e a oferta de atividades socioeducativas para o fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares. Em 2016, foram atendidos 61.019 usuários os recursos aplicados foram no valor de R\$ 613.019,02.

Os dados referentes ao Acolhimento Institucional, Acolhimento em Repúblicas, Acolhimento em Família Acolhedora no ano de 2016 foram:

- 1315 serviços de Acolhimento Abrigo Institucional - Objetivo: acolher e garantir a proteção integral de crianças e adolescentes. Total de pessoas: 87.891 usuários. Recursos investidos: R\$ 59.843.091,48/ano.
- 141 serviços de Acolhimento Casa -Lar - Total de pessoas: 3.544 usuários. Recursos investidos: R\$ 1.950.907,37/ano.
- 113 serviços de Acolhimento Casa de Passagem - Total de pessoas: 54.165 usuários. Recursos investidos: R\$ 3.274.382,68/ano.
- 49 serviços de Acolhimento Residência Inclusiva - Total de Pessoas: 1.104 usuários. Recursos investidos: R\$ 3.777.641,96/ano.
- 42 serviços de Acolhimento República - Total de Pessoas: 1.138 usuários. Recursos investidos: R\$ R\$ 523.286,65/ano.
- 36 serviços de Acolhimento em Família Acolhedora. Total de Pessoas: 1.428 usuários. Recursos investidos: R\$ 193.884,40.



## **Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias/Migrantes - Casa de Passagem “Terra Nova”**

O serviço de acolhimento na modalidade Casa de Passagem, tem 54 vagas para estrangeiros recém-chegado sem situação de alta vulnerabilidade e vítimas de tráfico de pessoas. O serviço é executado por convênio direto pelo Governo do Estado de São Paulo, em parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a organização CROPH. O perfil prioritário dos usuários são famílias (adultos com crianças e/ou adolescentes) e pessoas LGBT. No ano de 2016, foram atendidas 123 pessoas pelo equipamento.

### **Ações de articulação Intersetorial em 2016**

A SEDS participa de diversos órgãos de controle social, comissões e câmaras temáticas. Dentre eles destacamos: Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual, Comitê Interinstitucional de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Pessoas, Conselho de Medidas Socioeducativas da Fundação Casa, Comitê Inter setorial de Atendimento Socioeducativo, Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas, Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte; com o Tribunal de Justiça do Estado, o Plano de Atendimento Familiar, Entrega do Filho, Escuta Não-vitimizante; Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - Programa Estadual sobre Violência Contra Pessoas com Deficiência e Programa Estadual de Atendimento às Pessoas com Deficiência Intelectual-São Paulo pela Igualdade de Direitos; Comissão Estadual Intersetorial para elaboração, acompanhamento e implementação do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA (Comitê Estadual de violência sexual contra crianças e adolescentes); Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista - CONDESB/ Câmara Temática de Política para Mulheres.

### **4. Programa SP Amigo do Idoso**

A Coordenadoria de Ação Social tem interface permanente com o Programa SP Amigo do Idoso, alinhando as ações concernentes à SEDS às diretrizes da Política de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social, por meio do acompanhamento da implantação de novos equipamentos e serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, os Centros Dia, os Centros de Convivência e as unidades do Programa Vila Dignidade, resultado dos convênios celebrados com os municípios.

**4.1 Centro Dia do Idoso - CDI:** É voltado a idosos semidependentes. O centro dia do idoso atende a população acima de 60 anos, o investimento é de R\$ 51.000.000,00; o Estado investe R\$ 500.000,00 por unidade. Número total de beneficiados: 5.100 idosos.

Até 13 dezembro de 2016 foram inaugurados: 55 Centros Dia (Agudos, Americana, Apiaí, Araras, Araraquara, Arujá, Amparo, Assis, Avaré, Barretos, Bebedouro, Birigui, Bocaina, Botucatu, Bragança Paulista, Caieiras, Capão Bonito, Capela do Alto, Catanduva, Dois Córregos, Dracena,



Espírito Santo do Pinhal, Franca, Franco da Rocha, Ibitinga, Ilha Solteira, Ilhabela, Itapetininga, Itapira, Itapeva, Itatiba, Itatinga, Itu, Jaguariúna, Jaú, Leme, Marília, Miguelópolis, Mogi Mirim, Monte Alto, Marília, Mogi das Cruzes, Piracicaba, Porto Ferreira, Taubaté, Olímpia, Osvaldo Cruz, Poá, Pompéia, Ribeirão Preto, Santo Antônio da Alegria, Socorro, Vinhedo, Votorantim e Votuporanga).

Em instrução ou obras: 45 unidades 2 concluídos (Paranapanema e Mogi Guaçu).

**4.2 Centro de Convivência do Idoso - CCI:** Com investimento de R\$ 91.250.000,00, o CCI é um espaço de convivência, socialização, lazer e atividades, para idosos a partir de 60 anos. Sua capacidade de atendimento é para até 200 idosos independentes. O Estado investe R\$ 250.000,00 por unidade, prevê-se a construção de 365 unidades, beneficiando aproximadamente 73 mil idosos.

Foram inauguradas até 13 de dezembro de 2016: 242 unidades (213 pré SP Amigo do Idoso). Estão concluídos 11 Centros de Convivência (Adolfo, Aparecida d'Oeste, Monções, Potirendaba, Cristais Paulista, Itapuí, Boraceia, Floreal, Gavião Peixoto, Cedral e Mombuca). Em instrução ou obras: 112 unidades.

**4.3 Vila Dignidade:** O Programa Vila Dignidade, é voltado ao atendimento de idosos independentes e em situação de vulnerabilidade social.

Visa à construção de equipamento público constituído de moradias assistidas em pequenas vilas, adequadas a essa população, incorporando os preceitos do desenho universal, e com áreas de convivência social, garantindo acompanhamento social permanente ao público beneficiado, integrado à rede de serviços do município.

O Programa Vila Dignidade é uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria da Habitação, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU e as Prefeituras dos municípios paulistas.

Foram entregues, até 13 de dezembro de 2016, 336 unidades habitacionais, cujo investimento é da ordem de R\$ 32,467.119,27. O projeto prevê a entrega de 824 unidades, com investimento da ordem de R\$ 92.930.527,92.

## **5. Segurança Alimentar e Nutricional**

**5.1 Vivaleite:** O Programa Vivaleite, dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações em situação de vulnerabilidade social, entrou em vigor em 22 de dezembro de 1999. Desde 19 de Janeiro de 2011, a Secretaria de Desenvolvimento Social, por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional - COSAN, administra o Programa Estadual Vivaleite, conforme Decreto nº 56.674. O principal objetivo é oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças que vivem em condição de risco nutricional. Sua presença





em regiões de vulnerabilidade social fortalece a atuação do Estado e incentiva o desenvolvimento de outras ações públicas e assistenciais na região.

Em 2016, o Programa beneficiou mensalmente 447.604 usuários e contou com 1.962 entidades parceiras e 606 prefeituras conveniadas, 28 fornecedores e teve investimento de R\$ 185.015.928,00. Foram distribuídos, 80.643.542 litros de leite, que beneficiaram mensalmente, na Região Metropolitana de São Paulo, 97.401 idosos e 129.351 crianças. No interior, o número de crianças beneficiadas por mês em 2016 foi de 220.852. Foram acompanhadas (Antropometria) 229.906 crianças. **(Fonte: Sistema de Gestão PAN referente a dezembro/2016)**

#### **Ações de Acompanhamento Permanentes:**

A qualidade do leite distribuído é constantemente monitorada através de amostras que são encaminhadas para análise em laboratório credenciado pela Secretaria. Ocorreram, ao longo do ano, aproximadamente 174 coletas. Para garantir a qualidade do produto, a SEDS busca intensificar, com as autoridades competentes, a fiscalização do transporte do leite, desde a distribuidora até o ponto de entrega (prefeitura ou entidade).

São realizadas reuniões regionais com as entidades parceiras do programa com o objetivo de criar um relacionamento direto com seus representantes. A aproximação busca conferir maior transparência e compartilhar ideias para o fortalecimento da rede. Além disso, visa aprimorar o controle no cadastramento dos beneficiários, na prestação de contas, bem como nos objetivos do programa. Em 2016, houve alteração no critério de elegibilidade dos beneficiários, que passou a priorizar crianças ou idosos inseridos em famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

A Secretaria de Desenvolvimento Social trabalha, ainda, pela unificação cadastral dos beneficiários por meio do CadÚnico. Além de uma maior confiabilidade nos dados socioeconômicos das famílias, haverá o compartilhamento dos dados com outros programas e ações do governo, fortalecendo a articulação entre as políticas setoriais que utilizam a mesma base de dados.

**Principal ação implantada em 2016:** Para cumprimento do Decreto nº 57.501/2011, que se refere ao Cadastro Estadual de Entidades, a Secretaria, com o apoio e a colaboração da Corregedoria Geral de Administração, firmou Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo e, com a ajuda dos contadores inscritos no Programa de Voluntariado da Classe, as entidades parceiras do Vivaleite receberão auxílio e orientação quanto às suas obrigações burocráticas. O objetivo é que essas entidades mantenham sempre em ordem suas obrigações burocráticas e que tenham o suporte necessário na prestação de contas para manutenção do convênio com o poder público.

#### **Ações gerais 2016:**

- Feira de Artesanato Revelando as Entidades, com a realização de 4 feiras de artesanato para geração de trabalho e renda;



- Garantia de um alto padrão na qualidade do produto;
- Fortalecimento da rede de Entidades Sociais parceiras do Programa;
- Reuniões Regionais com Entidades;
- Inclusão das famílias do Vivaleite na Rede de Proteção Social através do CadÚnico;
- Implantação de padrões de qualidade mais exigentes para os novos contratos de fornecimento de leite.

## **5.2. Bom Prato**

Instituído através do Decreto n.º 45.547/2000, o Programa de Restaurantes Populares Bom Prato tem o objetivo de oferecer à população de baixa renda, refeições saudáveis e de alta qualidade a custo acessível.

As 51 unidades de restaurantes Bom Prato servem diariamente cerca de 84.000 refeições. Com 1.200 calorias, o almoço é composto de arroz, feijão, salada, legumes, um tipo de carne, farinha de mandioca, pãozinho, suco, sobremesa (geralmente uma fruta da época), ao custo total de R\$ 5,19 (cinco reais e dezenove centavos). Para o usuário, tem o custo de R\$ 1,00 (um real). O subsídio governamental é de R\$ 4,19 (quatro reais e dezenove centavos) para adultos. E R\$ 5,19 (cinco reais e dezenove centavos) para crianças com até 06 (seis) anos e 11 (onze) meses de idade, que têm refeição gratuita. Já o café da manhã tem 400 calorias em média e custa ao usuário R\$ 0,50 (cinquenta centavos). É composto de leite com café ou achocolatado ou iogurte, pão com margarina ou requeijão ou frios e uma fruta da estação. Foi implantado em setembro de 2011 em todos os restaurantes da rede, com subsídio do Estado no valor de R\$ 1,13 (um real e treze centavos) por refeição matinal.

Foram servidas 2.822.593 refeições no café da manhã; 15.316.729 no almoço para adultos e 387.403 no almoço para crianças. O valor do investimento foi de R\$ 62.019.648,66.

### **Ações realizadas em 2016:**

- Aumento do subsídio do almoço de R\$ 3,81 para R\$ 4,19 e café da manhã de R\$ 1,03 para R\$ 1,13;
- Ampliação da campanha Segunda Sem Carne para mais duas unidades. Atualmente a campanha acontece nas unidades Santo Amaro, São Miguel Paulista e Lapa;
- Abertura de mais uma unidade Bom Prato em Santos, Morros;



- Ampliação e renovação da unidade Itaim Paulista, oferecendo ao público atendido instalações mais novas e confortáveis;
- Liberação de revitalização para 18 unidades do Programa Bom Prato;
- Realização da pesquisa de Perfil de usuários do Programa Bom Prato 2016 (anexo I), possibilitando um melhor conhecimento sobre o público atendido;
- Início de ciclo de ações formativas de caráter intersetorial, para todos os gestores da rede de restaurantes Bom Prato, focadas na qualificação dos serviços prestados ao público em vulnerabilidade social englobado pela política de Assistência Social, promovendo uma interface entre a complementariedade das políticas de assistência e desenvolvimento social.

## **7. Coordenadoria De Políticas Sobre Drogas - COED**

A COED é responsável por organizar as políticas e ações de enfrentamento às drogas no Estado e tem como seu principal eixo de atuação a coordenação executiva do Programa Recomeço - Uma vida sem drogas, que é uma iniciativa do Governo do Estado que promove a Prevenção do uso indevido de drogas, Tratamento médico aos dependentes de substâncias psicoativas, suas famílias e comunidade, Reinserção Social e Recuperação, Controle e Requalificação das Cenas de Uso e Acesso à Justiça e à Cidadania.

O Programa Recomeço compreende a dependência química como um fenômeno biopsicossocial, cuja superação depende da garantia de uma rede de cuidados de proteção social, superando a compreensão de que o consumo abusivo de drogas deve ser enfrentado apenas como uma questão de cuidados de saúde ou de policiamento ostensivo.

Com esta mudança, compreende-se que as políticas sociais possuem um protagonismo ímpar na recuperação e reinserção social dos usuários de substâncias psicoativas, bem como no fortalecimento dos vínculos familiares fragilizados ou rompidos pelo agravo da dependência química.

O Programa Recomeço atua por meio de ações integradas das diferentes Secretarias, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, bem como organizações privadas com interesses convergentes aos objetivos do Programa.

A estratégia de atuação utilizada é promover, articular e executar ações nos seguintes eixos temáticos: (i) Prevenção; (ii) Tratamento; (iii) Reinserção Social e Recuperação; (iv) Controle e Requalificação dos Territórios Degradados; (v) Acesso à Justiça e à Cidadania.

### **Ações desenvolvidas diretamente pela COED durante o ano de 2016:**

**Ação: Coordenação Executiva do Programa Recomeço - Uma Vida Sem Drogas - Descritivo:** A COED além de executar diretamente as ações do âmbito da assistência social



coordenada as atividades das demais secretarias envolvidas, proporcionando a interlocução necessária às políticas públicas envolvidas no Programa. Além disso trabalha no desenvolvimento de indicadores e sistemas de monitoramento que permitam mapear os resultados alcançados pelo Programa Recomeço.

**Ação: Casa de Passagem - Programa Recomeço - Descritivo:** acolhimento emergencial e transitório para adultos em situação de rua e usuários de droga, enquanto aguardam avaliações diagnósticas e providências necessárias para o encaminhamento para outros serviços especializados de retaguarda e/ou tratamento. A casa tem 20 vagas e atende prioritariamente os usuários da crackolândia, que são encaminhados pelo Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas - CRATOD.

**Metas alcançadas em 2016:** assinatura de Termo de Cooperação em outubro de 2016 para execução do serviço, com oferta de 24 vagas. O serviço não foi executado em 2016, terá início em 2017. **Custo Total em 2016:** R\$ 189.000,00.

**Ação: Vagas em Comunidades Terapêuticas, Repúblicas e Moradia Assistida - Programa Recomeço**

**Descritivo:** Acolhimento dos usuários em local com características residenciais e foco na manutenção da abstinência, reinserção social, resgate de vínculos familiares e atividades de inclusão social. A SEDS possui convenio para gestão e supervisão das comunidades terapêuticas com a FEBRACT – Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas.

**Metas alcançadas em 2016:** 1.335 vagas oferecidas em convênios com a SEDS com 52 entidades parceiras. No primeiro semestre de 2016 foram atendidas 1.724 pessoas neste serviço. **Custo Total em 2016:** valor total do convenio da SEDS com a FEBRACT – R\$ 21.229.056,00

**Ação: COMBAT - Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas**

**Descritivo:** Faz a gestão do convênio firmado com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, do Ministério da Justiça. Os bens apreendidos em decorrência do crime de tráfico de drogas, e declarados perdidos em favor da União, são leiloados e os recursos obtidos financiam projetos relacionados com as áreas de repressão ao tráfico de drogas, de prevenção, tratamento e reinserção social desenvolvidos no Estado de São Paulo. Congrega representantes das Secretarias: da Justiça e da Defesa da Cidadania, da Segurança Pública, de Gestão Pública/DETRAN, do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

**Metas alcançadas em 2016:** leiloados 34 veículos; arrecadação de R\$ 84.650,00 no leilão realizado.



## **8. Aprimoramento, capacitação profissional e treinamento na área social - Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo - EDESP**

A Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (EDESP), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), foi criada pelo Decreto nº 57.819, de 29 de fevereiro de 2012, com o objetivo de garantir a educação continuada dos trabalhadores da área socioassistencial.

### **No exercício de 2016, a EDESP executou as seguintes ações:**

- Capacitações em formato presencial.
- CapacitaSUAS/Promoção da educação permanente – realizado durante os meses de abril a junho em todas as regiões do Estado, abrangendo a oferta do programa a todos os 645 municípios paulistas.
- Realização de 3 cursos no primeiro semestre de 2016 em mais de 20 polos descentralizados: a) Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS; b) Indicadores para Diagnóstico do SUAS; e c) Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS.
- Proposta de criação de um Comitê de Educação Permanente da SEDS, que terá papel fundamental na construção e fomento dos Núcleos de Educação Permanente no Estado.
- Articulação intersetorial para instalação do Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social - NUEP/SUAS no Estado, como instância consultiva e de assessoramento da política estadual de educação permanente, com as seguintes instâncias de controle e participação social: Secretaria de Desenvolvimento Social/EDESP; Conselho Estadual de Assistência Social – Conseas; Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - Coegemas/SP; Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo (FETSuas-SP); Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social - FNUSUAS; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP/Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais - Cedepe.

**Plano Estadual de Capacitação - PEAS 2016-2019:** Foram ofertadas 135 capacitações em formatos presencial e semipresencial (transmissões por streaming e videoconferência), com temas relacionados à política nacional de Assistência Social, ao SUAS e à sua aplicação nos territórios do Estado de São Paulo e de seus 645 municípios. Até dezembro de 2016, foram atendidos, aproximadamente, 6.500 atores sociais pelas ações educativas da Edesp, nas modalidades presencial e semipresencial.

**Parcerias - intersetorial e intersecretarial:** A Edesp manteve parcerias com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores “Paulo Renato Costa Souza” - EFAP / Rede do Saber, da Secretaria da Educação, com a otimização de capacitações sem custos diretos, e incrementou a articulação de comunicação e aproximação com as áreas da SEDS (Sede e Drads) e com os órgãos de



controle social Conselho Estadual de Assistência Social - Conseas e Conselho Estadual do Idoso - CEI. Realizou novas parcerias com a Escola de Governo e Administração Pública - EGAP e com a Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - CPA, ambas ligadas a Secretaria de Gestão e Planejamento, para proporcionar a seus servidores maior base teórica e prática a respeito da gestão pública. Realizou também parceria com a Corregedoria Geral da Administração - CGA, também para o aprimoramento profissional de seus colaboradores, e por fim, está em vias de estabelecer uma parceria de cooperação técnica com a Escola Fazendária, também com o intuito de fortalecer os conhecimentos de sua equipe interna.

**Instrumentais de monitoramento e avaliação de gestão escolar:** Plano de Capacitação; Plano de Divulgação, Cronograma Retroativo; Roteiro das Ações Educativas (tempos e movimentos); Gestão Escolar (Inscrições Online, Formulário de Avaliação Online, Certificados Digitais, Relatórios de Avaliação); formulário Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) resumido, com foco nas ações de educação permanente e continuada.

**9. Balanço das Indicações Parlamentares e Convênios:** Dados sobre os municípios que celebraram convênios com esta Pasta; Valor: R\$ 2.520.000,00 para prefeituras. No total, 44 municípios foram contemplados com recursos de indicações parlamentares.

## **10. Canais de comunicação com os cidadãos**

Os canais de comunicação com o público mantidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS visam garantir ao cidadão um de seus direitos básicos: obter informações corretas e seguras sobre os serviços públicos disponíveis. O acesso aos serviços de comunicação é feito, dentre outros serviços de comunicação existentes, através do: Sistema de Informação ao Cidadão - SIC e Fale Conosco.

### **10.1 Poupatempo**

Visando ampliar a política de atendimento e orientação ao cidadão, a Secretaria de Desenvolvimento Social mantém um espaço no Poupatempo Itaquera. Este é mais um canal criado para atender e orientar o cidadão quanto ao acesso às informações. Neste espaço são dadas orientações relacionadas aos programas Municipais, Estaduais e Federal; entrega de modelos de declaração aos cidadãos e orientação de preenchimento (união estável, pobreza, residência, procuração, autorização de viagem). Também são informados sobre o trabalho executado pela Defensoria Pública do Estado (Guarda Provisória, Divórcios, Reconhecimento de Paternidade); LOAS-BPC Idoso/Deficiente – realização de entrevista, preenchimento do formulário e orientação quanto ao agendamento para o atendimento no INSS; solicitações de Certidões de Nascimento, Casamento, Averbações e Óbitos de outros Estados; fornecimento dos endereços da Polícia Federal para regularização de documentação, etc.

**10.2 atendimentos em 2016:** Central de Atendimento - 5.111; Poupatempo Itaquera - 15.398; Total Geral de atendimentos - 20.509 atendimentos/ano.



**11. Atuação da Secretaria de Desenvolvimento Social Junto aos Conselhos.** Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que tem por finalidade principal servir de instrumento para garantir a participação popular, o controle social e a gestão democrática das políticas e dos serviços públicos, envolvendo o planejamento e o acompanhamento da execução destas políticas e serviços públicos.

**11.1 Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo CONSEAS-SP:** O Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo - CONSEAS foi instituído pela Lei nº 9.177/95, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social, órgão gestor de assistencial social. Trata-se de órgão deliberativo, coordenador e controlador das ações da política estadual de assistência social, onde destacam-se as seguintes ações em parceria com a SEDS:

**Ações em 2016:**

- Realização do Pleito Eleitoral, para renovação de 1/3 dos membros do CONSEAS/SP conforme previsto na Lei de Criação nº 9.177/1995;
- Realização de 6 Encontros Macrorregionais de orientação aos 645 Conselhos Municipais de Assistência Social/CMAS, com os temas: O papel do Conselho e dos Conselheiros no Controle Social do SUAS;
- Índice de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social;
- Vídeoconferência do CONSEAS/SP, com os temas: Plano Decenal Municipal, Marco Regulatório – Lei nº 13.019/14; XI Conferência Estadual de Assistência Social;
- Aprovação de Programas, Projetos Estaduais e Recursos Financeiros;
- Prestação de Contas/Demonstrativo Sintético - 2015 e reprogramação dos recursos transferidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para o Fundo Estadual de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS;
- Plano de Ação 2016 no SUAS/WEB da Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS;
- Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2016-2019;
- Norma operacional básica do sistema estadual informatizado de acompanhamento de medidas socioeducativas em meio aberto - sistema MSE web;
- Procedimentos para cofinanciamento de serviços voltados ao atendimento de pessoa com deficiência e dá providencias correlatas;



- Anteprojeto de Lei do SUAS para o Estado de São Paulo.

### **11.2 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA-SP**

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA foi criado a partir da Lei nº 8.074/92. Sua regulamentação deu-se pelos Decretos nº 39.059/94 e 39.104/94. O CONDECA foi transferido administrativamente da Secretaria da Justiça para a Secretaria de Desenvolvimento Social, ação apoiada pela sociedade civil, pois a demanda de políticas públicas na área da infância e adolescências se dá em sua maioria na Pasta Social, portanto a aproximação destes órgãos, CONDECA e SEDS, facilita e agiliza em muito as discussões na mesa do Conselho, sem contar com o a aproximação com DRADS em todo o processo, como mobilizadoras e executoras das Políticas públicas no nosso estado. Futuramente também como intervenientes nos Convênios a serem executados pelo CONDECA através do Fundo Estadual.

Destacam-se as seguintes ações em parceria com a SEDS para o ano de 2016, além do financiamento dos projetos do edital 2015:

- Deliberação 02/2016 contra o uso abusivo de álcool e drogas;
- Construção e Publicidade do Diagnóstico para o plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo;
- Criação da Comissão de Combate a Violência contra criança e adolescente;
- Construção do plano estratégico do Condeca, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo;
- Construção dos Seminários Regionais de fortalecimento dos Conselhos Municipais e Medidas Socioeducativas;
- Interlocução com o Conanda alinhando à política Nacional;
- Parceria com a Unicef para ações do CONDECA.

### **11.3 CEI-SP - Conselho Estadual do Idoso**

O Conselho Estadual do Idoso articula, mobiliza, estimula, apoia e delibera sobre questões relativas à Política Estadual do Idoso em todas as suas instâncias e em consonância com a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso.





O Conselho Estadual fomenta a implementação de conselhos municipais. Hoje no Estado de São Paulo, temos que dos 645 municípios, 459 possuem Conselho do Idoso, sendo 359 ativos. Sua composição também fortalece a consolidação de uma política intersetorial, que integra o poder público com a sociedade civil organizada.

### **Principais ações de 2016:**

- Posse dos novos membros do Conselho/ Gestão 2016/2018. E eleição da nova mesa-diretora: Cláudia Fló (Secretaria da Saúde) presidente Vera Luzia do Nascimento Fritz (sociedade civil) vice-presidência.
- Participação na XII Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (24 e 27 de abril de 2016); O CEI em parceria com a SEDS organizou um encontro preparatório que contou com a participação de 81 delegados 19 Conselheiros e 12 convidados, dentre eles, o Dr. Carlos André Uehara, Diretor Executivo do CRI Norte, 3 Conselheiros do Conselho Nacional do Idoso - CNI, Tatianna Galeckas Marques da Confederação Nacional das Instituições Financeiras - CNF, Epitácio Luiz Epaminondas do Sindicato Nacional dos Direitos dos Idosos - SINTAPI/CUT e Dra. Cláudia Maria Beré da Associação Nacional dos Promotores de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência - AMPID.
- Edital de Chamamento Público nº 01 SEDS/CEI/ 2016: No dia 17 de dezembro foi publicado no D.O.E o Edital de Chamamento Público nº 01 SEDS/CEI/ 2016. O lançamento do edital de seleção de projetos é uma grande oportunidade para enfrentarmos os desafios do envelhecimento populacional no Estado de São Paulo, municípios e organizações sociais poderão submeter projetos. Hoje o Fundo Estadual do Idoso possui saldo equivalente a R\$ 931.883,72.



## SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

### 1. Apresentação

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEDPCD, a primeira no Brasil, foi criada pela Lei Complementar nº 1.038, de 06 de março de 2008, regulamentada pelo Decreto nº 52.841, de 27 de março de 2008, que a organiza.

À SEDPCD cabe exercer funções que contribuam para a adequada condução das políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias (artigo 2º - Decreto nº 52.841/2008), e tem como missão garantir o acesso das pessoas com deficiência no Estado a todos os bens, produtos e serviços existentes na sociedade. Esta garantia deve atingir os 41.262.199 paulistas que, segundo o censo do IBGE 2010, apresentam pelo menos uma deficiência (Quadro I).

Quadro I

<i>População com Deficiência - Censo de 2010*<sup>1</sup></i>				
	<i>São Paulo</i>	<i>%</i>	<i>Brasil</i>	<i>%</i>
População Total	41.262.199	100 %	190.755.799	100%
Pessoa com Deficiência	9.344.109	22,6%	45.606.048	23,9%
Deficiência Visual	7.344.037	17,8%	35.774.392	18,8%
Deficiência Auditiva	1.893.359	4,6%	9.717.318	5,1%
Deficiência Motora	2.561.856	6,2%	13.265.599	7%
Deficiência Intelectual	502.931	1,2%	2.611.536	1,4%

Nota: O percentual da pessoa com deficiência e das deficiências foram calculados utilizando-se a População Total de São Paulo e Brasil  
Fonte: Censo demográfico/IBGE/2010 - Coleta e Organização dos Dados: Assessoria Técnica de Dados/Informações - SEDPCD/SP

A garantia dos Direitos Humanos, sobretudo os direitos sociais, a este segmento da sociedade é uma forma de concretizar a construção de uma sociedade para todos, e de reconhecer a Pessoa com Deficiência como um cidadão de direitos. Garantir os direitos civis, políticos, econômicos e sociais as pessoas com deficiência refletem o desejo de uma sociedade mais justa e igualitária.

A SEDPCD é um instrumento estratégico de planejamento transversal e integrador dos vários atores e segmentos, tendo como objetivo atuar sobre as causas dos problemas e não apenas sobre os seus efeitos, estabelecendo-se dentro de um espaço, que prioriza medidas supras, que tenham um



maior impacto na melhoria da qualidade de vida do público a que se destina, sem a pretensão de que sejam as únicas intervenções neste campo. Em São Paulo, os direitos sociais das pessoas com deficiência estão sendo assegurados por ações de governo, por meio do fortalecimento dos movimentos sociais, comitês e conselhos, que, juntos, estabelecem a mais ampla rede de atendimento à pessoa com deficiência do país.

## 2. Objetivos

Os principais objetivos da SEDPCD são: garantir que as pessoas com deficiência tenham seus direitos assegurados por meio de uma efetiva articulação com as demais Pastas, promovendo uma real melhoria das oportunidades. Além disso, a Secretaria deve estimular o respeito aos direitos humanos, estender a discussão sobre a diversidade e garantir que as oportunidades para este segmento sejam ampliadas.



Com a intenção de promover uma ação transversal e realmente eficaz, a Secretaria assinou protocolos e realizou parcerias com outras Secretarias de Estado nas áreas da Educação, Habitação, Saúde, Emprego e Relações do Trabalho, Economia e Planejamento, além de acordos de cooperação com entidades ligadas à pessoa com deficiência e a iniciativa privada.

A figura que ilustra esta página mostra o modelo sistêmico definido pela SEDPCD, que adotou 4 pilares de sua atuação institucional: Articulação Intersetorial, Criação de Políticas Públicas, Participação Plena e Ampliação de Oportunidades, colocando no centro desses pilares a pessoa com deficiência e suas famílias, que são beneficiários e protagonistas das ações voltadas para a consolidação de uma existência plena de cidadania, oportunidades e justiça.

### 2.1. Uma Secretaria Presente Em Todas As Pastas

Face ao intenso movimento de descentralização dos programas sociais ocorrido nas últimas décadas, a *intersectorialidade* e *transversalidade* são apontadas atualmente como tendências na gestão de políticas sociais. Uma boa definição para Intersetorialidade é a busca de ações integradas da gestão e



da prestação de serviços entre diferentes políticas públicas visando o bem-estar integral do cidadão, considerando em sua totalidade;

O entendimento sobre as políticas “transversais” como ações que envolvem diferentes compromissos públicos entre Estado, Mercado e Organizações Comunitárias em direção a equidade, relevância e prioridade. Especificamente no que se refere à pessoa com deficiência, as demandas passam a ser, cada vez mais, compatibilizadas e combinadas às exigências de trabalho, renda, alimentação, transporte, educação, saúde, lazer e cultura. Neste cenário, desenhos institucionais traduzidos em dispositivos intersetoriais capazes de garantir maior inserção e responsabilização de gestores e cidadãos, tendem a alcançar maior impacto na redução das desigualdades sociais e melhoria dos níveis de bem-estar.

A Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEDPCD, é uma Secretaria transversal, pois lida com assuntos e temas que perpassam diversas áreas de atuação governamental, como educação, transporte, cultura, saúde, esporte, entre outras.

O papel principal da SEDPCD é sensibilizar a sociedade, articular as ações do governo para que o público de pessoas com deficiência seja atendido em suas distintas necessidades. Ao tempo que a sociedade se organiza na perspectiva de equidade e acessibilidade (atitudinal, comunicacional e arquitetônica) e na proteção dos direitos sociais, econômicos e políticos.

### **3. Atividades**

O Relatório de Atividades 2016 representa a síntese do trabalho da Secretaria em suas diversas frentes de atuação, destacando algumas das principais ações desenvolvidas dentro do campo funcional que norteia sua atuação. O maior objetivo é trazer para o centro das políticas públicas estes 9,3 milhões de pessoas com deficiência e seus familiares. Todos devem ter acesso e direito de exercer sua cidadania plena e a garantia de qualidade de vida, o que procede à sistematização de um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com deficiência a autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos.

As questões da sustentabilidade da diversidade e da inclusão são decisivas para o futuro. Embora a desigualdade seja, historicamente, alta, persistente e se reproduza num contexto de baixa mobilidade social, é possível romper esse círculo vicioso - não com meras intervenções, mas com a implementação de políticas públicas de redução da desigualdade e de promoção de mudanças na política social. Desta forma, possibilitando a este segmento populacional uma utilização plena de todos os espaços públicos e edificadas, mas também dos transportes e das tecnologias de informação, o qual irá propiciar um aumento da sua qualidade de vida e a prevenção e eliminação de diversas formas de discriminação.

Outro desafio para a operacionalização dos serviços é a construção de propostas metodológicas adequadas à diversidade, que se desdobra em várias dimensões, como a socioeconômica e cultural, que sejam inclusivas em sua totalidade e que incentivem o desenvolvimento das



potencialidades dos participantes. Elevar a conscientização e desafiar as atitudes negativas costumam ser os primeiros passos para a criação de ambientes mais acessíveis para as pessoas com deficiência. Por isso, é fundamental o trabalho articulado com as famílias das pessoas com deficiência, de maneira a propiciar, também a elas, proteção social. Assim, a sustentabilidade para uma sociedade inclusiva encontra-se nas pessoas individualmente consideradas nas organizações/empresas, e no papel do Estado.

Para esse efeito, a geração e execução de Programas e Projetos desenvolvidos pela SEDPcD no ano de 2016, objetivou analisar e reforçar as políticas e as estratégias para estimular o processo de eliminação de barreiras, fornecendo informações sobre os obstáculos que ainda persistem e que impedem o exercício e gozo por parte das pessoas com deficiência de seus direitos humanos e liberdades fundamentais, na esfera civil, política e econômica, capaz de impulsionar ação modernizadora e a responsabilidade de todos intervenientes, incluindo os próprios clientes do sistema, implicando num esforço coletivo e sustentável.

O presente Relatório quantitativo e qualitativo é fruto de uma construção coletiva e sintetiza os esforços dessa caminhada que representa um marco histórico para o movimento de pessoas com deficiência no Estado de São Paulo, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de igualdade de oportunidades e de estímulo ao mérito em todos os domínios fundamentais da vida, e ainda assegurar os direitos específicos que possibilitem às pessoas com deficiência a garantia de uma vida plena.

Destarte, estas “AÇÕES ” reforçam os meios de apoio e fortalecimento do capital social: cultura e ética social, associativismo e iniciativas grupais, confiança, solidariedade, consciência e desígnio coletivo.

#### 4. Portfólio de programas e projetos

<b>ESPORTE</b>
<b>PROJETO: TIME SÃO PAULO PARAOLÍMPICO - CPB (Comitê Paraolímpico Brasileiro)</b>
<b>OBJETIVO:</b> Planejar, organizar, executar, controlar e avaliar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo de atletas paraolímpicos de alto nível, vinculados ao Estado de São Paulo, e apresentem potencial de bom desempenho nos Campeonatos Mundiais. 36 Atletas e 9 guias.
<b>RESULTADOS ESPERADOS:</b> Ampliação das oportunidades de acesso à prática esportiva que assegure às PcD a plenitude do direito constitucional, utilizando atividades esportivas como ferramenta de inclusão social contribuindo na eliminação das barreiras e preconceitos em relação às pessoas com deficiência. Durante os anos de acompanhamento do convênio verificou-se que os atletas contemplados pelo Time São Paulo apresentaram evolução técnica significativa, de sorte que pode-se afirmar que a atuação dos atletas do Time São Paulo foi decisiva para o sucesso do Time Brasileiro em diversas competições e campeonatos, destacando-se em 2016. Nas



Paralimpíadas Rio 2016, principal objetivo dos últimos quatro anos do Projeto. O resultado foi excepcional. Se o Time São Paulo fosse um País nos Jogos, teria alcançado o 11º lugar no quadro geral de medalhas com nove ouros, quinze pratas e onze bronzes, à frente de países como Espanha, França e Canadá.

**PARCEIROS:** Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB

**PERÍODO:** março/2016 a outubro/2016

**ORÇAMENTO:** R\$ 2.324.038,48 (2016)

#### **PROJETO: CENTRO DE TREINAMENTO PARAOLÍMPICO**

**OBJETIVO:** Fomentar o paradesporto brasileiro, criando condições para que seus atletas se destaquem nas competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais, sempre dando ênfase às técnicas avançadas e novas tecnologias.

**RESULTADO ESPERADO:** Inauguração do Centro de Treinamento Paraolímpico no dia 23 de maio de 2016, com 95 mil m<sup>2</sup> de área construída o empreendimento segue o conceito de países potência no esporte adaptado, como Ucrânia, China e Coreia do Sul e é um dos quatro centros de treinamento existentes no mundo, sendo o que possui o maior número de modalidades (15), sendo: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, natação, esgrima em cadeira de rodas, futebol de 5, futebol de 7, golbol, halterofilismo, judô, rúgbi, tênis, tênis em cadeira de rodas, triatlo e voleibol sentado. Além disso, o local está dividido em 11 setores que englobam áreas esportivas de treinamento, hotel, centro de convenções, laboratórios, condicionamento físico e fisioterapia.

**PARCEIROS:** Ministério do Esporte

**PERÍODO:** dez/2013 - abril/2016

**ORÇAMENTO:** R\$ 305.000.000,00 SEDPcD e Ministério do Esporte

#### **PROJETO: PARAOLIMPIADAS ESCOLARES – 2016**

**OBJETIVO:** Aumentar a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas públicas e privadas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte.

**RESULTADO ESPERADO:** A edição de 2016 foi realizada nos dias 22 a 25 de novembro, no Centro de Treinamento Paraolímpico. Foram oito modalidades em disputa (atletismo, bocha, futebol de 7, goalball, judô, natação, tênis de mesa e tênis em cadeira de rodas), e contou com a participação de 98 atletas e 37 dirigentes da Delegação do Estado de São Paulo.

**PARCEIROS:** Ministério do Esporte e Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB

**PERÍODO:** novembro/ 2016

**ORÇAMENTO:** NI

#### **PROJETO: PROGRAMA DE ACADEMIAS ADAPTADAS**

**OBJETIVO:** Implantação de academias adaptadas, em Municípios e Entidades do Estado de São Paulo, por meio de convênio com a SEDPcD.

**RESULTADO ESPERADO:** Implantação de 200 academias adaptadas nos Municípios/Entidades do Estado de São Paulo. Foram instaladas 161 academias adaptadas até o momento.

**PARCEIROS:** Municípios e Entidades do Estado de SP



<p><b>PERÍODO:</b> Cada convênio tem prazo de 30 meses.</p> <p><b>ORÇAMENTO:</b> Não há repasse de recursos aos Municípios/Entidades, apenas transferência dos equipamentos.</p>
<p><b>PROJETO: CENTROS DE INCLUSÃO - BOTUCATU</b></p>
<p><b>OBJETIVO:</b> Aquisição de móveis e equipamentos para os Centros de Inclusão Tecnológica e Esportiva no Município de Botucatu</p> <p><b>RESULTADO ESPERADO:</b> Aquisição dos móveis e equipamentos para o pleno funcionamento dos Centros de Inclusão Tecnológica e Centro Esportivo do município de Botucatu.</p> <p><b>PARCEIROS:</b> Prefeitura Municipal de Botucatu</p> <p><b>PERÍODO:</b> junho/2016 - dezembro/2016</p> <p><b>ORÇAMENTO:</b> R\$ 497.163,22</p>
<p><b>LAZER</b></p>
<p><b>PROJETO: EQUITAÇÃO ADAPTADA</b></p>
<p><b>OBJETIVO:</b> Promover a Inclusão Social e o desenvolvimento biopsicossocial de Pessoas com Deficiência por meio da equitação adaptada.</p> <p><b>RESULTADO ESPERADO:</b> Atendimento de 36 pessoas com deficiência na prática de Equitação Adaptada, com o acompanhamento do seu desenvolvimento biopsicossocial.</p> <p><b>PARCEIROS:</b> Instituto Anjos de Deus - IAD</p> <p><b>PERÍODO:</b> julho/2014 à julho/2017</p> <p><b>ORÇAMENTO:</b> R\$ 488.150,76 (SEDPcD) / R\$ 220.449,12 (Contrapartida) – 2016</p>
<p><b>ESTRATÉGICO DA SECRETARIA</b></p>
<p><b>PROJETO: CENTRO DE TECNOLOGIA E INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL – JD. HUMAITÁ</b></p>
<p><b>OBJETIVO:</b> Contribuir com a inclusão dos deficientes visuais através de minimizar as restrições na participação e estimular as atividades por meio de métodos compatíveis com o desenvolvimento da pessoa com deficiência visual, aspectos cultural e social, além de interação com fatores pessoais e ambientais.</p> <p>O presente projeto desenvolverá ações para a promoção da qualidade de vida da pessoa com deficiência visual, contemplando, também, atividades de sensibilização, de orientação e/ou apoio, no âmbito da participação social das Pessoas com Deficiência Visual e seus familiares.</p> <p><b>RESULTADOS ALCANÇADOS:</b> Realização de atendimentos às pessoas com deficiência visual e seus familiares.</p> <p><b>PERÍODO:</b> jul/2016- jul/2018</p> <p><b>ORÇAMENTO:</b> R\$ 7.347.549,45 (2016-2017/2017-2018)</p>
<p><b>PROJETO: 7ª CARAVANA DA INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E CIDADANIA</b></p>
<p><b>OBJETIVO:</b> A 7ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, realizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, tem como temas centrais de discussão a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI”, marco regulatório no âmbito da garantia de direitos da pessoa com deficiência, e, também, a “Educação Inclusiva”, assunto importante no campo das discussões sobre inclusão social e profissional.</p> <p>A Caravana conta com apoio e participação das Secretarias de Educação, Esporte e Lazer, Emprego e Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social, bem como do Ministério Público do</p>



Estado de São Paulo, por intermédio da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, e da OAB/SP.  
**RESULTADOS ALCANÇADOS:** Realização de ações coordenadas e complementares, objetivando a implementação e incorporação de políticas públicas definidas no eixo estratégico da SEDPcD na agenda dos municípios paulistas.

**As caravanas foram realizadas nas seguintes datas e municípios:**

01/04 - Cravinhos

15/04 - Caraguatatuba

06/05 - Marília

20/05 - Holambra

03/06 - Capão Bonito

10/06 - Rio Claro

17/06 - Tietê

01/07 - Cachoeira Paulista

**PERÍODO:** abril/2016 à julho/ 2016

**ORÇAMENTO:** NI

#### **PROJETO: GESTÃO DO CENTRO DE APOIO DA DELEGACIA DE POLÍCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CONTRATO DE GESTÃO)**

**OBJETIVO:** Gestão do Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência.

**RESULTADO ESPERADO:** Operar, gerir e executar os serviços de atendimento ou promoção de direitos das pessoas com deficiência no Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, a serem desenvolvidas na estrutura da Polícia Civil do Estado de São Paulo, subordinada à 1ª Delegacia Seccional de Polícia do Departamento de Polícia Judiciária da Capital - DECAP.

**PARCEIROS:** Casa de Isabel (Organização Social)

**PERÍODO:** junho/2014 a junho/2019

**ORÇAMENTO:** R\$ 8.281.905,40 (2014 a 2019) / R\$ 1.363.654,80 (Repasse de 2016)

*Obs.: A 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, que foi criada por meio do Decreto nº 60.028/2014, foi implantada em maio/2014.*

#### **PROJETO: FÓRUNS REGIONAIS -PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA PCD - APAE/SP**

**OBJETIVO:** Aprofundar o processo de conscientização e estruturação de redes locais e regionais de enfrentamento à violência contra pessoas com deficiência, com a realização de fóruns regionais.

**RESULTADO ESPERADO:** Realização de 28 encontros regionais sobre violência contra PcD.

Seminário Estadual sobre a temática e o 2º Seminário Estadual. Os fóruns foram realizados nos seguintes municípios: Campinas, São José do Rio Preto, Botucatu, Ribeirão Preto, Bauru, Barueri e Santos.

**PARCEIROS:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo - APAE/SP

**PERÍODO:** março/2016 a março/2017

**ORÇAMENTO:** R\$ 749.148,21





<b>PROJETO: CUSTO DA REABILITAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA REDE LUCY MONTORO</b>
<b>OBJETIVO:</b> Estimar o custo da reabilitação de pessoas com deficiência física em nível ambulatorial e hospitalar. <b>RESULTADO ESPERADO:</b> Custo da reabilitação de pessoas com deficiência física em nível ambulatorial e hospitalar. <b>PARCEIROS:</b> FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas <b>PERÍODO:</b> janeiro/2016 - julho/2017 <b>ORÇAMENTO:</b> R\$ 1.570.590,00
<b>PROJETO: PROGRAMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL “SÃO PAULO PELA IGUALDADE DE DIREITOS” - DECRETO Nº 58.658, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012</b>
<b>OBJETIVO:</b> Promover ações capazes de desenvolver atividades que viabilizem medidas de prevenção à deficiência intelectual, defesa de direitos e atendimento à pessoa com deficiência intelectual, com a adoção de providências que auxiliem na conscientização da sociedade e na proteção desse grupo social <b>RESULTADO ESPERADO:</b> Em 2016 foi realizado o Evento "Balanço Geral do Programa Estadual de Atendimento às pessoas com deficiência intelectual", junto com a abertura do Setembro Verde, com o objetivo de dar visibilidade às ações de atendimento às pessoas com deficiência intelectual, contribuindo para a inclusão social dessa parcela da sociedade. <b>PARCEIROS:</b> Secretarias de Estado da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Social, do Emprego e Relação de Trabalho, do Esporte, Lazer e Juventude, da Cultura e do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. <b>ORÇAMENTO:</b> Sem repasse de recursos financeiros
<b>CULTURA</b>
<b>PROJETO: PROGRAMA MEMORIAL DA INCLUSÃO (CONTRATO DE GESTÃO)</b>
<b>OBJETIVO:</b> Gestão do Memorial da Inclusão, contemplando seus projetos e ações. <b>RESULTADO ESPERADO:</b> Gestão do Memorial da Inclusão, bem como, o desenvolvimento dos seguintes projetos/ações: * Exposições Permanente, Itinerante, Virtual e Temporária; * Virada Inclusiva * Ação Educativa e EAD; * Estudos e Pesquisas (Projeto memórias; Centro de Documentação; Seminários; Simpósios, Rede Brasileira e Publicação de Vídeos e Documentários). <b>PARCEIROS:</b> Organização Social ABAÇAÍ Cultura e Arte <b>PERÍODO:</b> agosto/2014 a dezembro/2016 <b>ORÇAMENTO:</b> R\$ 1.738.688,42 (2016) R\$ 5.491.212,99 (2014-2016)
<b>PROJETO: 5º ENCONTRO ESTADUAL DE GESTORES DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – POR UMA COMUNICAÇÃO INCLUSIVA</b>
<b>OBJETIVO:</b> O Encontro Estadual de Gestores de Comunicação do Estado de São Paulo tem como objetivo apresentar aos profissionais, estudantes e gestores públicos e privados, informações atualizadas sobre os conceitos e terminologia correta para atendimento, formas de tratamento e



<p>relacionamento, profissional e pessoal, entre pessoas com e sem deficiência.</p> <p><b>RESULTADO ALCANÇADO:</b> A SEDPcD realiza este encontro, em sua 5ª Edição em 2016, no dia 11 de novembro de 2016, no Centro de Convenções Rebouças, em São Paulo. Contou com a participação de 160 pessoas entre profissionais, estudantes e gestores.</p> <p><b>PERÍODO:</b> novembro/2016</p> <p><b>ORÇAMENTO:</b> NI</p>
<p><b>PROJETO: 8º CONCURSO MODA INCLUSIVA – ESTIMULO A ADOÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL NA MODELAGEM E CONCEITO DE MODA – VALORIZAÇÃO DE DIVERSIDADE</b></p>
<p><b>OBJETIVO:</b> Incentivar o surgimento de novas soluções em relação ao vestuário para a pessoa com deficiência; Inserir-las no contexto da Responsabilidade Social</p> <p><b>RESULTADO ALCANÇADO:</b> O desfile foi realizado no dia 15/10/2016 no Parque da Água Branca.</p> <p><b>PERÍODO:</b> outubro/2016</p> <p><b>ORÇAMENTO:</b> NI</p>
<p><b>PROJETO: MESAS REDONDAS - ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA</b></p>
<p><b>OBJETIVO:</b> Incentivar, fomentar trabalhos, realizar debates e encontros entre especialistas e simpatizantes do tema a fim de agregar esforços para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Esta edição contará com a discussão dos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>* Acessibilidade em museus e espaço culturais;</li><li>* Deficiência e os direitos reprodutivos e sexuais.</li></ul> <p><b>RESULTADO ESPERADO/ALCANÇADO:</b> Rodadas de debates abordando o tema dos Estudos sobre a Deficiência. Foi realizado no dia 12/11/2016, no Centro de Convenções Rebouças.</p> <p><b>PERÍODO:</b> novembro/2016</p> <p><b>ORÇAMENTO:</b> NI</p>
<p><b>TECNOLOGIA</b></p>
<p><b>PROJETO: GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE TECNOLOGIA E INCLUSÃO NO PARQUE FONTES DO IPIRANGA - PEFI (CONTRATO DE GESTÃO)</b></p>
<p><b>OBJETIVO:</b> Gerenciamento das atividades do Centro de Tecnologia e Inclusão no Parque Fontes do Ipiranga.</p> <p><b>RESULTADO ESPERADO:</b> No Centro de Tecnologia e Inclusão serão desenvolvidas atividades com foco em 4 vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Programa de Empoderamento das Pessoas com Deficiência;</li><li>- Capacitação de Profissionais;</li><li>- Programa de Promoção a Inclusão;</li><li>- Tecnologias para a Inclusão.</li></ul> <p><b>PARCEIROS:</b> Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM</p> <p><b>PERÍODO:</b> dezembro/2013 a dezembro/2018</p> <p><b>ORÇAMENTO:</b> R\$ 33.692.806,60 (2013/2018) / R\$ 879.499,72 (Valor pago em 2016).</p>
<p><b>PROJETO: 8º ENCONTRO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b></p>
<p><b>OBJETIVO:</b> O Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência</p>



traz para o centro das discussões um tema fundamental para a inclusão, tendo em vista a sociedade dinâmica e interativa em que vivemos: a acessibilidade digital.

Além de uma visão ampla do conceito de acessibilidade digital, o encontro debaterá não somente a legislação, normas e diretrizes aplicáveis aos conteúdos on-line, mas, principalmente, o impacto positivo dos sites acessíveis em todos os setores da sociedade. Também discutirá a ampliação do alcance dos serviços e ações públicas, na transparência governamental, e o incremento expressivo que a acessibilidade digital pode trazer ao comércio eletrônico e sua cadeia produtiva.

**RESULTADO ALCANÇADO:** Em sua oitava edição, o Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência contou com o tema Principal “Smart Cities – Cidades Inteligentes” realizado no dia 11 e 13 de dezembro com as seguintes palestras e keynote Speaker.

- Acessibilidade Digital no Governo do Estado de São Paulo.
- keynote Speaker: Modelos Globais de Políticas Públicas para Inclusão Digital da Pessoa com Deficiência.
- keynote Speaker: Novas Tecnologias para Acessibilidade.
- Tecnologias Cívicas e Acessibilidade.
- Espaço Urbano, Tecnologia e Acessibilidade.
- Showcase.

**ORÇAMENTO:** NI

#### **PROJETO: TOM SÃO PAULO**

**OBJETIVO:** Elaboração de projetos e protótipos capazes de aperfeiçoar ajudas técnicas já existentes ou de criar novas soluções, viáveis e replicáveis, para o cotidiano das pessoas com deficiência. A iniciativa reúne engenheiros, fisioterapeutas, médicos fisiatras, terapeutas ocupacionais, designers, profissionais de TI, arquitetos, entre outros, além do próprio público-alvo do projeto, as pessoas com deficiência, na discussão da viabilidade de implantação dessas propostas.

**RESULTADO ALCANÇADO:** O Tom contou com cerca de 100 participantes, 20 instituições e demonstração de 40 tecnologias/ soluções para pessoas com deficiência, sendo:

**PROJETOS:** Autonomia para Beber; Kit Livre; Passeio Virtual do Ponto de Vista de um Cadeirante; Bicicleta que Impulsiona um Triciclo que Movimenta os Membros Inferiores; Banheiro Acessível para Pessoas com Membros Superiores Amputados; Controle de Dispositivos Eletrônicos a partir de Celular/Tablet; Blinden – Aplicativo para Pessoas com Deficiência Visual; Automatização da Fiscalização das Vagas para Pessoas com Deficiência Física e Idosos; Enfermeiro Eletrônico; Sistema para Calibração Dinâmica de Assentos Anti-Úlceras de Pressão; Colete para Comunicação de Surdocegos; Controle de Cadeira de Rodas Motorizada Através do Movimento da Testa

Projeto, Construção e Implementação de Prótese de Perna com Articulação de Joelho de Rigidez Servocontrolada; Bola de Futebol para Pessoas com Deficiência Visual; Blindeyes; Cittamobi Acessibilidade; Medicina em Libras; Guia de Rodas; Aro Magnético; Jogo Lugares e Saberes; NEARBEE; Tradução de Conteúdos Impressos do Poupatempo em Libras; Programação de Computadores Usando Objetos Físicos; Aplicativo para Prescrição de Dispositivos de Adequação Postural em Cadeiras de Rodas; Adaptação de Bateria Acústica para Pessoas com Paraplegia; Roda Amortecedora para Cadeira de Rodas; Rampa Acessível para Metrô; Smart Audio City



Guide; Tato; Websonora; Cadeira de Rodas Triciclo de Baixo Custo; Freio Dinâmico para Cadeira de Rodas; Prótese Funcional para Membros Superiores; Prótese de Braço Multifuncional, Universal e Acessível; Próteses de Membro Superior Infantil; Prótese Mioelétrica de Baixo Custo para o Mercado Brasileiro; Próteses Estéticas de Orelha feitas com Silicone; Órtese de Punho; Órtese de Quadril Infantil; Órtese de Membro Inferior Infantil; medRoom.

**PERÍODO:** novembro/2016

**ORÇAMENTO:** NI

## **TRABALHO**

### **PROJETO: SEBRAE MAIS ACESSÍVEL**

**OBJETIVO:** Desenvolvimento de ações no âmbito do programa Sebrae Mais Acessível, projeto de empreendedorismo voltado aos empresários de micro e pequenas empresas e futuros empreendedores com e sem deficiência, visando a sensibilização e capacitação para a gestão de negócios e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Caberá a SEDPCD:

a) Orientar no desenvolvimento do conteúdo técnico dos materiais acessíveis a serem elaborados pelo SEBRAE-SP;

b) Colaborar na divulgação do Convênio e do programa SEBRAE Mais Acessível;

**RESULTADO ALCANÇADO:** Realização de ações/eventos que visem a sensibilização e capacitação para gestão negócios e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

**PARCEIROS:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo - SEBRAE-SP.

**PERÍODO:** junho/2015 a junho/2017

**ORÇAMENTO:** Sem repasse de verba

### **PROJETO: Reconhecimento Global “Boas Práticas para Trabalhadores com Deficiência”**

**OBJETIVO:** Identificar e destacar boas práticas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho adotadas por empresas de outros países e permitir um ambiente de troca de experiência com as empresas brasileiras, e com as empresas sediadas no Estado, que de alguma forma participaram do Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, reconhecendo internacionalmente as iniciativas bem sucedidas que são exemplos positivos neste importante desafio de construir uma empresa inclusiva, pensada para todos.

**RESULTADO ALCANÇADO:** A cerimônia de premiação aconteceu no dia 02 de dezembro de 2016, na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York, véspera do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência para celebrar o 10º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

**PERÍODO:** dez/2016

**ORÇAMENTO:** NI

### **PROJETO: 3º PRÊMIO MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA**

**OBJETIVO:** O 3º Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, tem como objetivo dar reconhecimento público e premiar as empresas que apresentem práticas inclusivas,



fomentando a inclusão profissional de pessoas com deficiência.

Por meio de reconhecimento de boas práticas, da geração de informações e da troca de experiência profissional, o Prêmio tem como foco a construção e manutenção de um ambiente corporativo participativo, produtivo e igualitário, em que trabalhadores com e sem deficiência, juntos, contribuam para uma economia sustentável e humanizada.

**RESULTADO ALCANÇADO:** Premiar as práticas exitosas, voltadas à empregabilidade das pessoas com deficiência em todo o Estado de São Paulo, que possam ser vistas como agentes incentivadores para outras empresas, indo ao encontro da missão e visão da Secretaria. Neste ano, inscreveram-se no Prêmio 83 empresas grandes, pequena e média, e empreendedores. A premiação ocorreu no dia 16/12/2016, no Museu da Casa Brasileira, tiveram os seguintes ganhadores: 1º lugar: Caterpillar; 2º lugar: Senac SP; 3º lugar: Accentury Brasil.

**PARCEIROS:** Centro de Tecnologia e Inclusão Social

**PERÍODO:** dezembro/ 2016

**ORÇAMENTO:** Sem repasse de verba

## **EDUCAÇÃO**

### **PROJETO: REABILITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL**

**OBJETIVO:** Incentivar a autonomia e melhorar a qualidade de vida das PcDV por meio de cursos de informática, música, braille, orientação e mobilidade e orientação pedagógica.

**RESULTADO ESPERADO:** Promoção da inclusão de 60 PcDV por meio da realização de cursos de música, informática, braille, orientação e mobilidade e orientação pedagógica, objetivando o incentivo da autonomia e melhoria da qualidade de vida.

**PARCEIROS:** Associação dos Deficientes Visuais de Fernandópolis - ADVF

**PERÍODO:** maio/2016 à maio/2017

**ORÇAMENTO:** R\$ 135.207,00

## **PROJETOS FINANCIADOS PELO FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS – FID**

### **PROJETO: ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS**

**OBJETIVO:** Equipar bibliotecas públicas do Estado de São Paulo com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual e motora.

**RESULTADO ESPERADO:** Acessibilizar 62 bibliotecas vinculadas ao Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.

**PERÍODO:** Abril/2015 à Abril/2016

**ORÇAMENTO:** R\$ 2.543.017,00 – R\$ 2.308.617,00 (FID) + R\$ 234.400,00 (SEDPcD)

### **PROJETO: 5 anos do Memorial da Inclusão pelos Direitos das Pessoas com Deficiência**

**OBJETIVO:** Conscientização e divulgação do discurso da inclusão e do respeito e aceitação da diversidade junto ao corpo discente e docente do Estado de São Paulo. O projeto visa agir no âmbito de umas das principais medidas que vem sendo adotadas no combate contra o preconceito



e a segregação voltados às pessoas com deficiência: a inclusão escolar.

**RESULTADO ESPERADO:** Ações educativas e Capacitação de Professores. Nas dependências da exposição permanente do Memorial da Inclusão, atendimento de 10.000 alunos durante a vigência do projeto; e capacitação de 800 professores da rede pública de ensino. Em municípios do interior de São Paulo, realização de oito “ativações” pela inclusão da diversidade, e capacitação de 240 professores. Essas “ativações” consistirão em visitas de dez a 12 dias da versão itinerante da exposição do “Memorial da Inclusão: os caminhos da pessoa com deficiência”.

Educação à Distância. Execução de quatro edições do curso à distância “Direitos da Pessoa com Deficiência: Diversidade Humana e Igualdade”, atingindo pouco mais de 4.000 funcionários públicos do Estado e de municípios de São Paulo. (Todo o conteúdo, formato, e o ambiente virtual do curso já estão prontos, tendo essa Secretaria já executado, por conta própria, duas edições do curso.)

**PERÍODO:** Abril/2014 à Abril/2016

**ORÇAMENTO:** R\$ 2.734.565,87= R\$ 2.470.409,48 (FID) + R\$ 264.156,39 (SEDPcD)

## GRÁFICO DO PORTFÓLIO DE PROJETOS (2016)





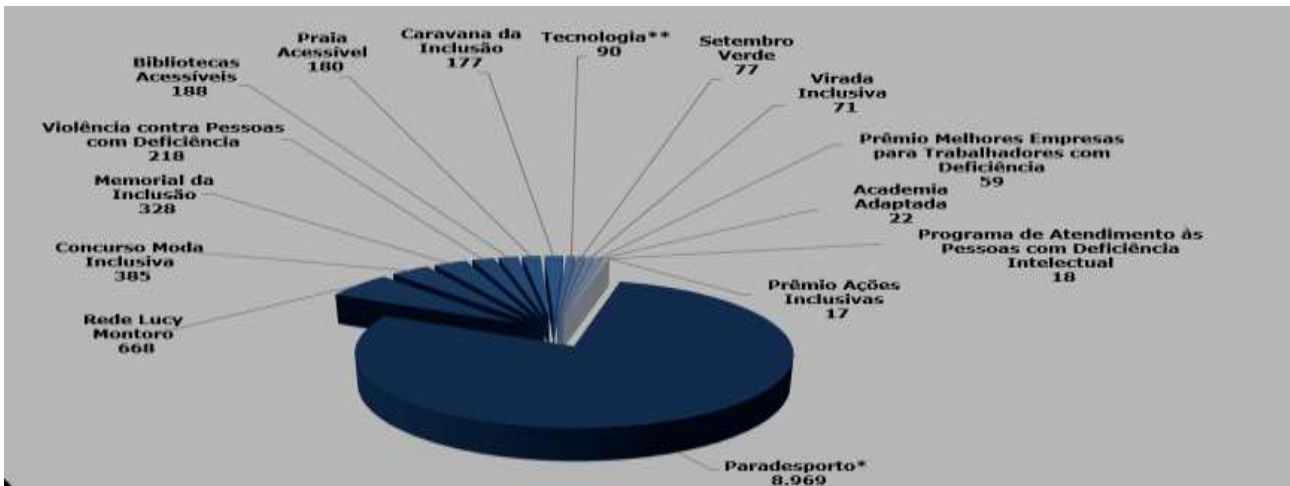
## 5. Relatório Assessoria de Imprensa

**Reportagens veiculadas:** Foram veiculadas **mais de 11 mil reportagens**

Assuntos mais abordados



Crescimento de cerca de 20% em relação a 2015

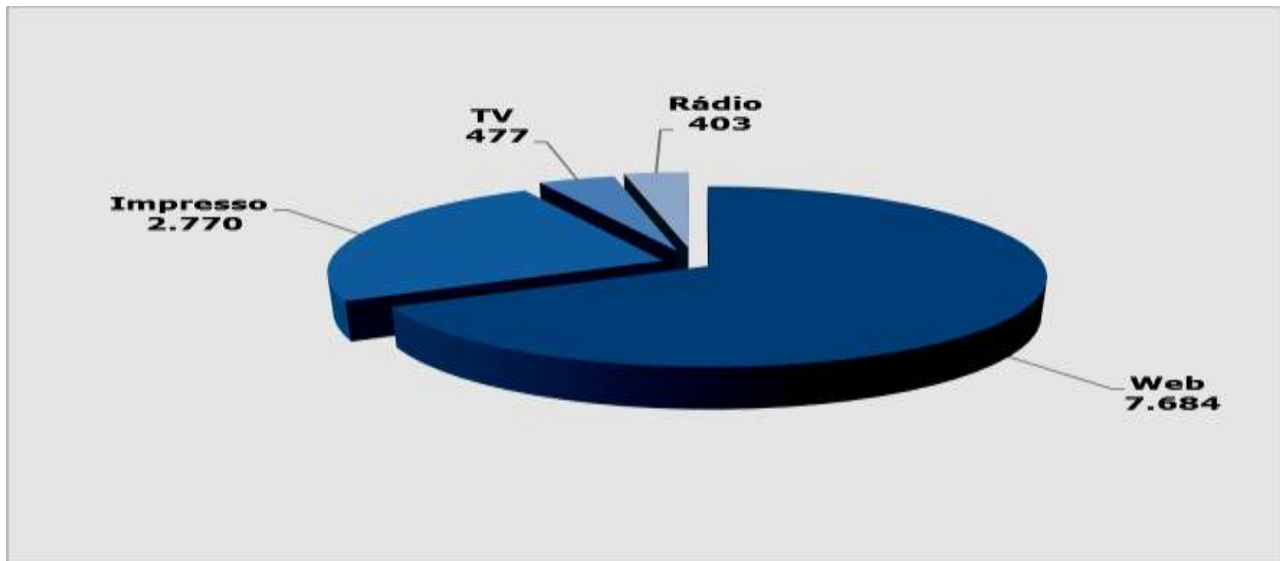


\*Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, Time São Paulo Paralímpico, Centro Paradesportivo de Mogi das Cruzes e Paralimpíadas Escolares

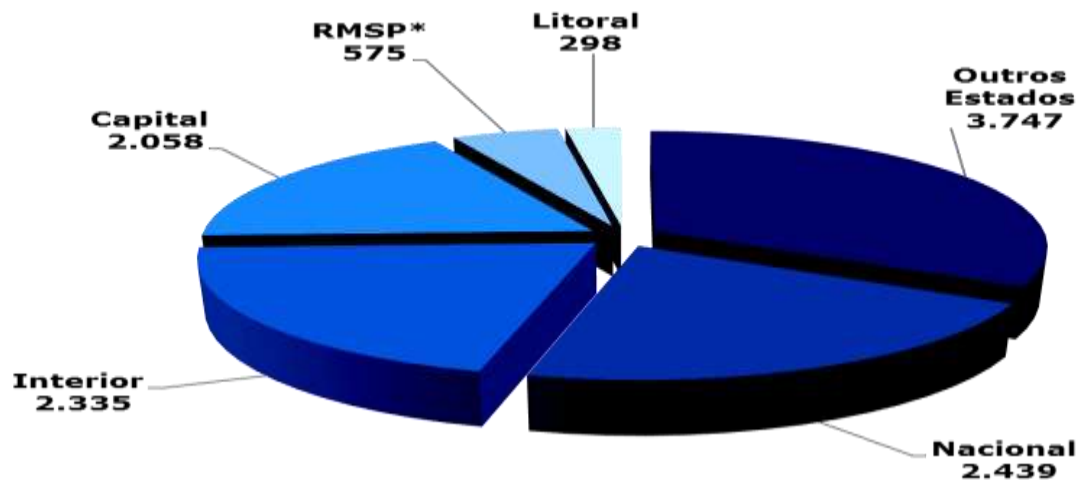
\*\*Centro de Tecnologia e Inclusão, Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência e TOM São Paulo



## REPORTAGENS PUBLICADAS POR VEÍCULOS



## REGIÕES COM MAIOR DIVULGAÇÃO



\*Região Metropolitana de São Paulo





## Mensuração

Por meio das tabelas de preços publicitários de cada veículo, foi possível calcular através da centimentragem (cm x coluna) e da minutagem (duração da reportagem) o valor aproximado do que **seria desembolsado, caso o espaço ocupado pelas reportagens fosse comprado**. De acordo com os dados do Ibope, foi estimado o número aproximado de pessoas atingidas pelas matérias. No Estado, estima-se que as reportagens sobre as ações da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência veiculadas entre janeiro e novembro de 2016 totalizaram o valor de **R\$ 1.228.748.783,08**.

Tempo total das reportagens veiculadas:

O valor é **6,7 vezes maior** em comparação a 2015

2016

Mídia	Minutagem
TV	33:30:42
Rádio	27:56:21

2015

Mídia	Minutagem
TV	35:14:16
Rádio	29:25:55

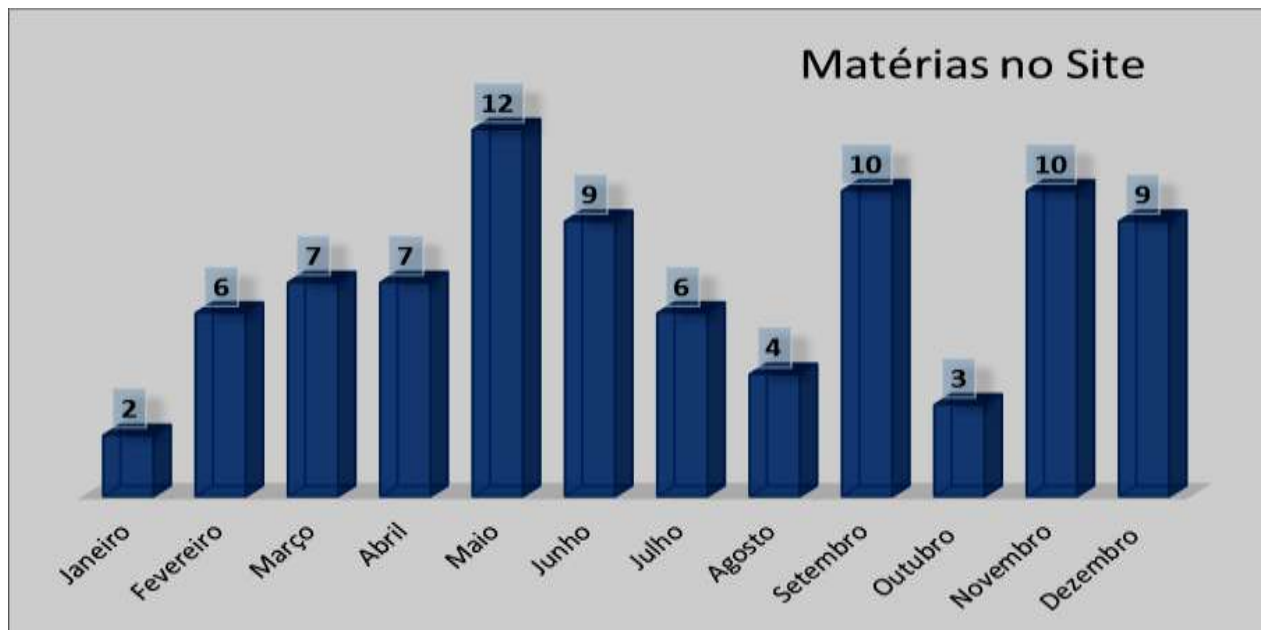
## 6. Comunicação Institucional

Houve um intenso esforço e empenho da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência em mobilizar e sensibilizar a sociedade sobre os conceitos e direitos das pessoas com deficiência. Este empenho gerou mobilização da Mídia em geral, resultando nas informações demonstradas abaixo, referente ao período de janeiro a dezembro 2016.



### Matérias no Site

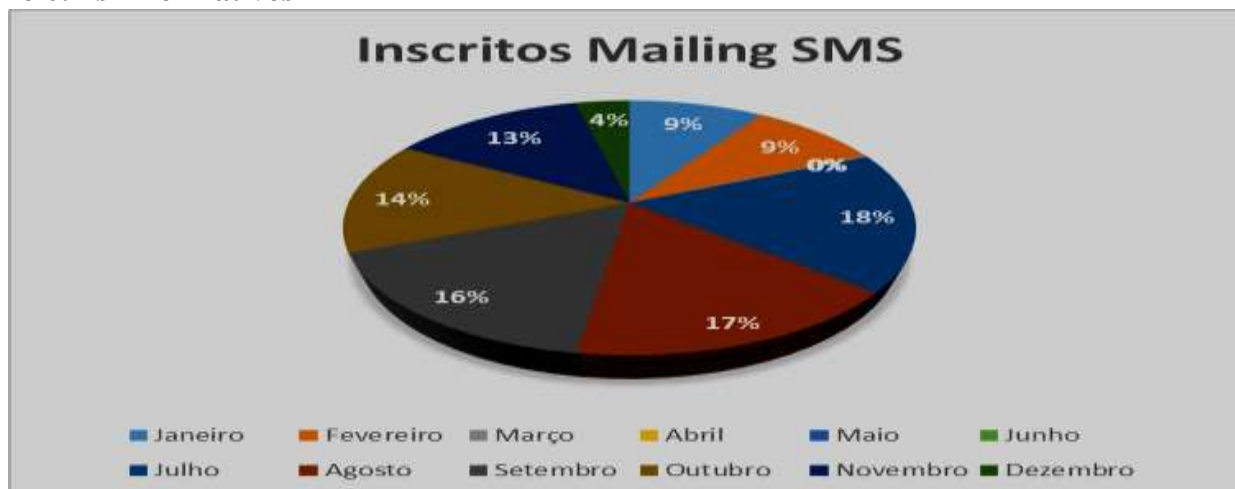
O site da SEDPCD-SP é o rosto da Secretaria. Nos sites de busca, é a primeira página encontrada quando há a busca por informações sobre a Pasta. No site foram adicionadas 85 matérias, no ano 2016, divididas em:



### Inscritos no Mailing SMS

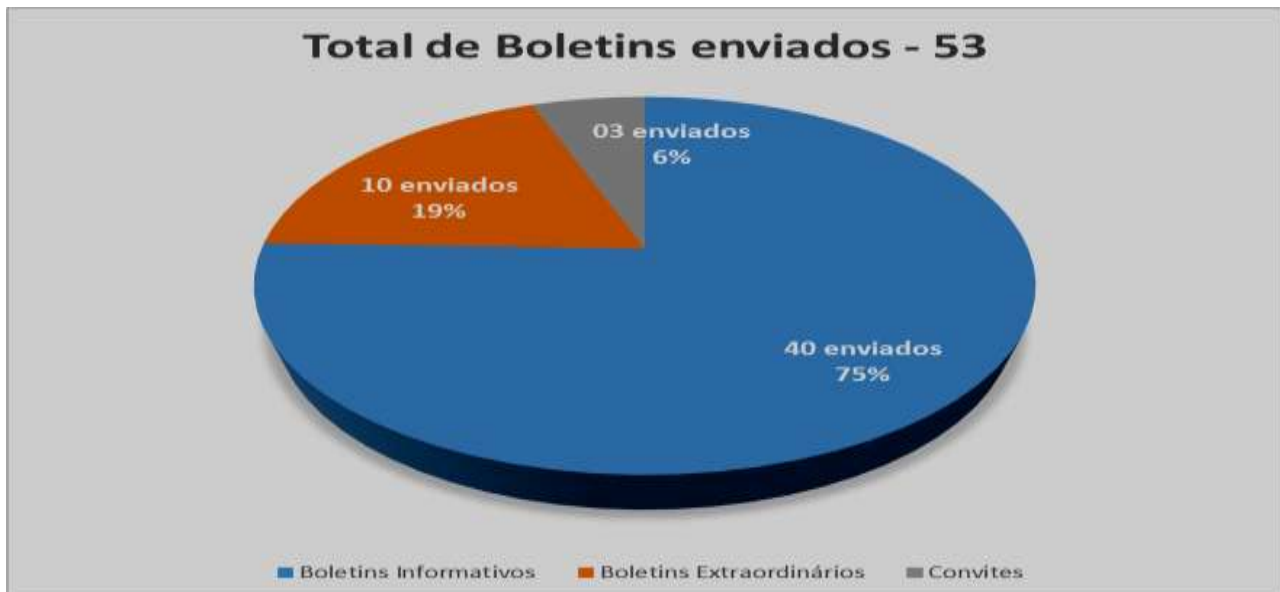
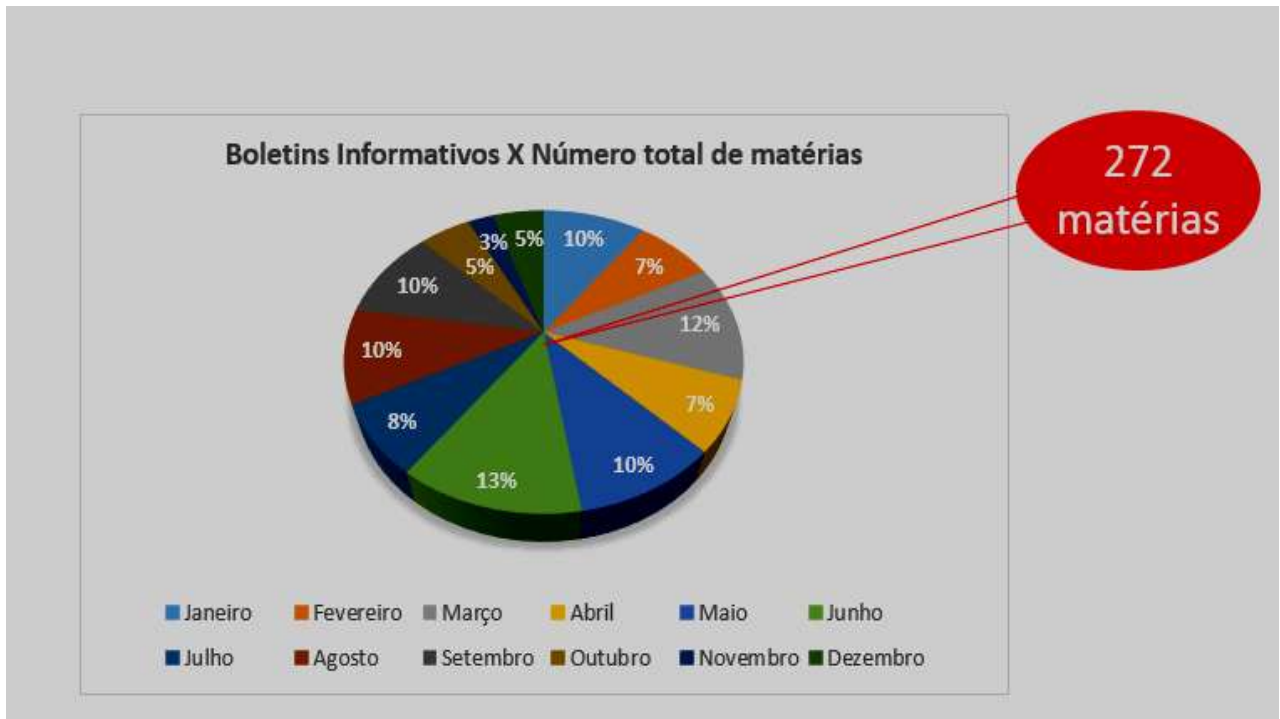
Uma rica base de dados, onde os cadastrados tiveram a pró atividade de se inscreverem para receber os informativos da SEDPCD-SP. Neste ano **349** cadastros foram feitos.

#### Boletins Informativos



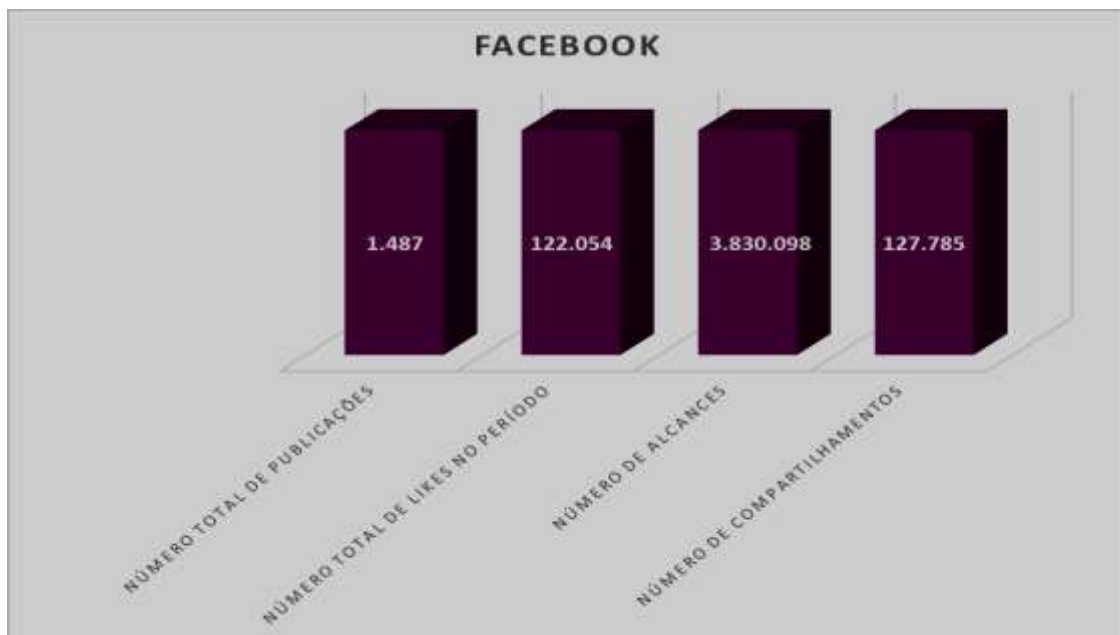
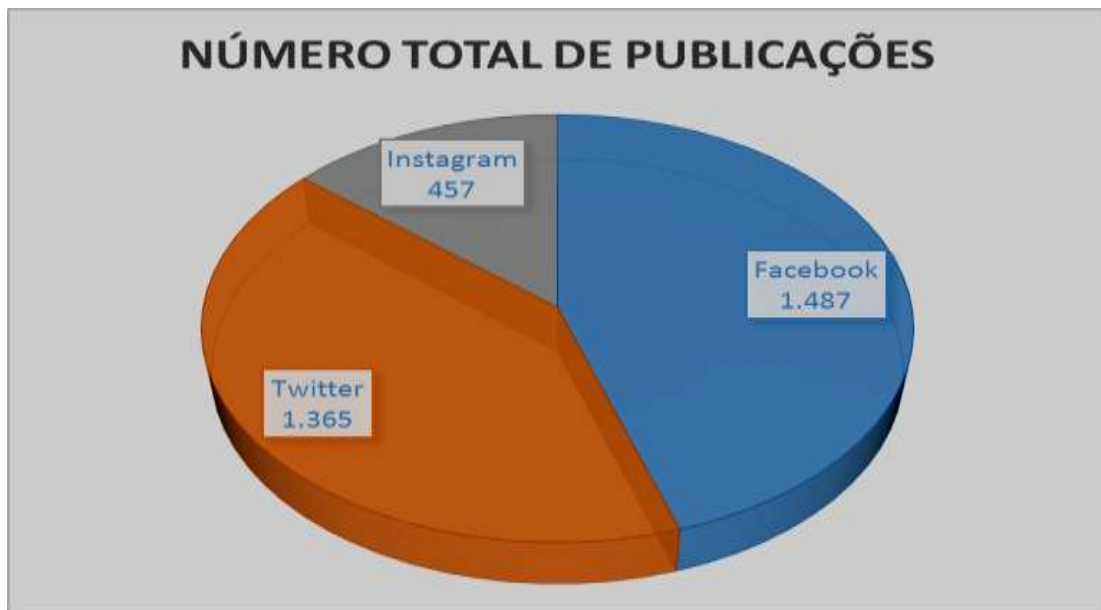


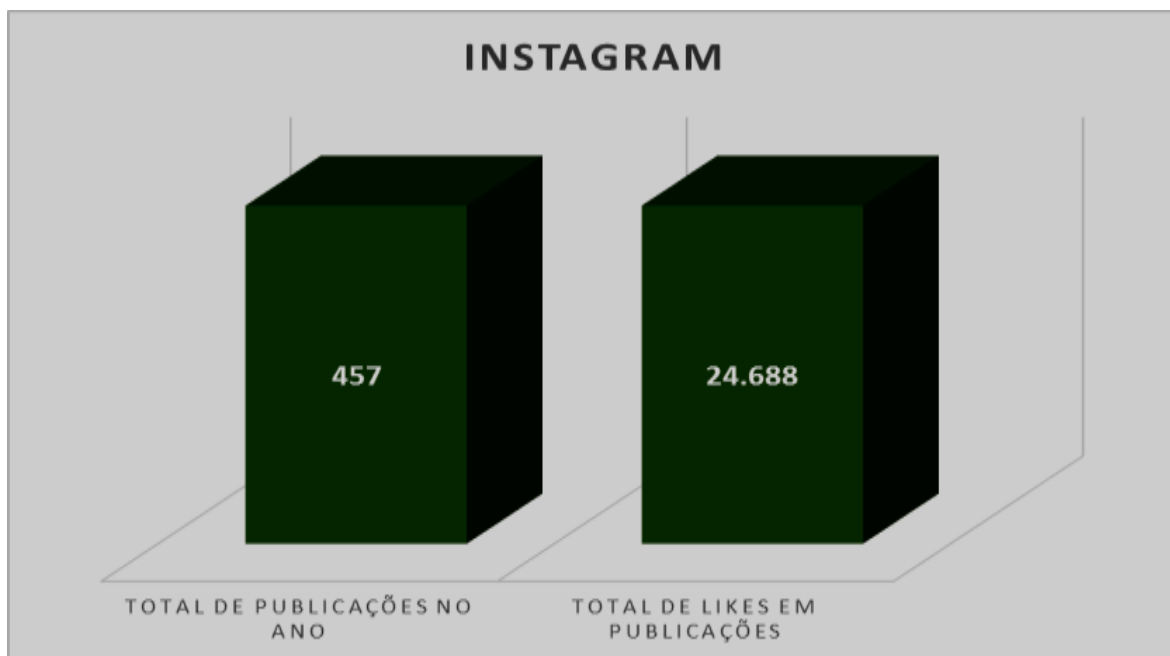
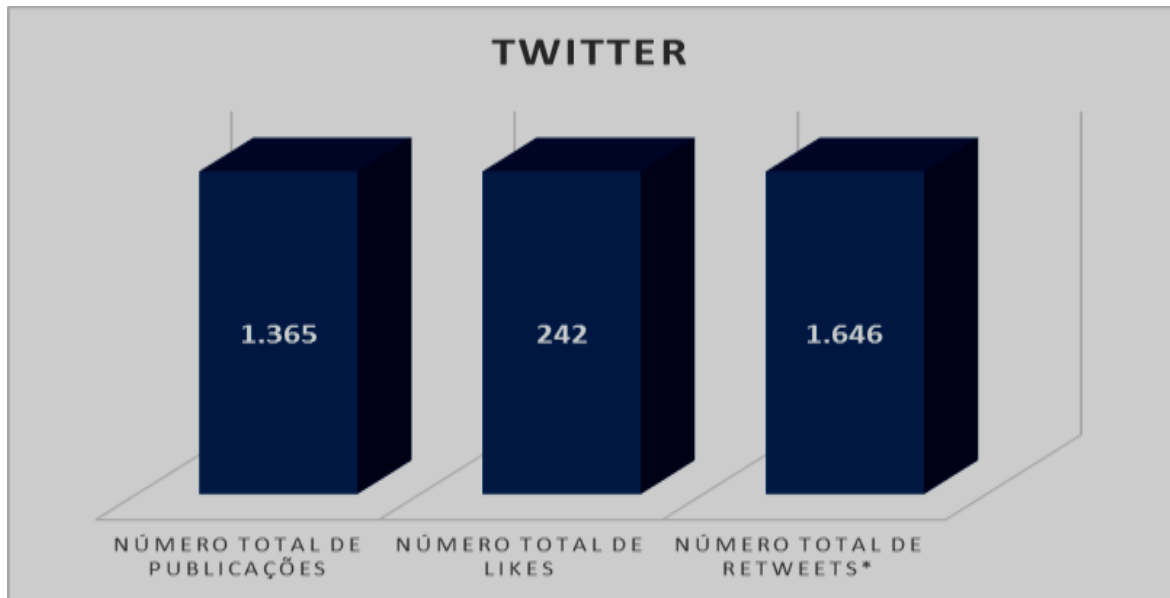
Os **boletins** são o contato direto da população com as notícias e informações da SEDPCD-SP. No ano, foram enviados ao mailing da Secretaria: boletins informativos - 40; matérias difundidas nos boletins - 272; boletins extraordinários - 10; convites: 03 / total de boletins expedidos: 53.





**Redes Sociais:** Se o site da SEDPCD-SP é o rosto da Secretaria, as redes sociais são a alma. Nelas o público tem acesso diário a informações a respeito da Secretaria e do universo das pessoas com deficiência, aproximando o cidadão do tema e da Pasta.

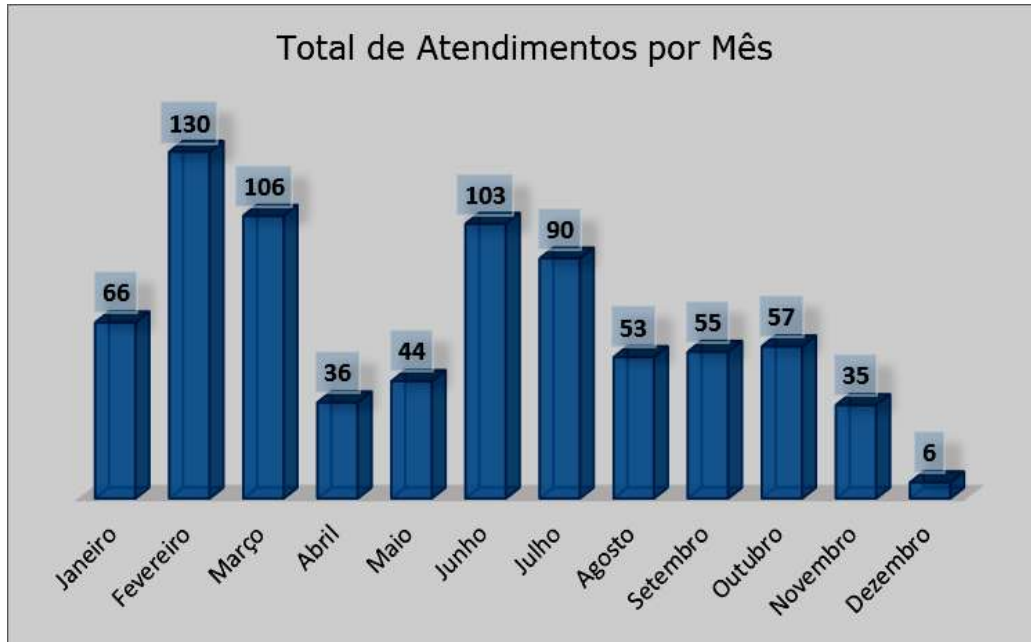




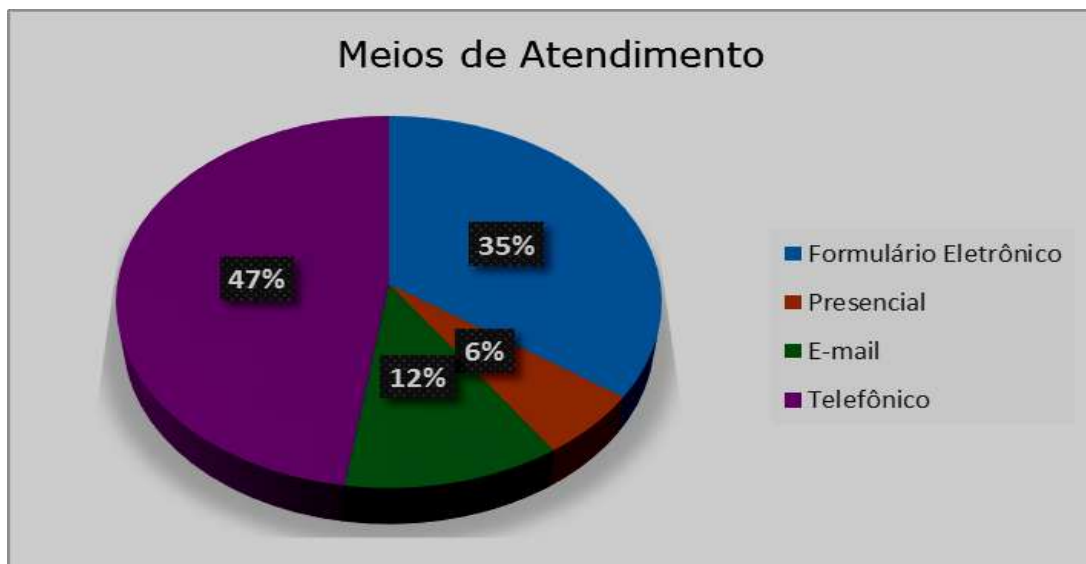


## 7. Ouvidoria

Em 2016, foram feitos pela Ouvidoria da Pasta, 781 atendimentos. Abaixo, gráfico representando os atendimentos mês a mês.

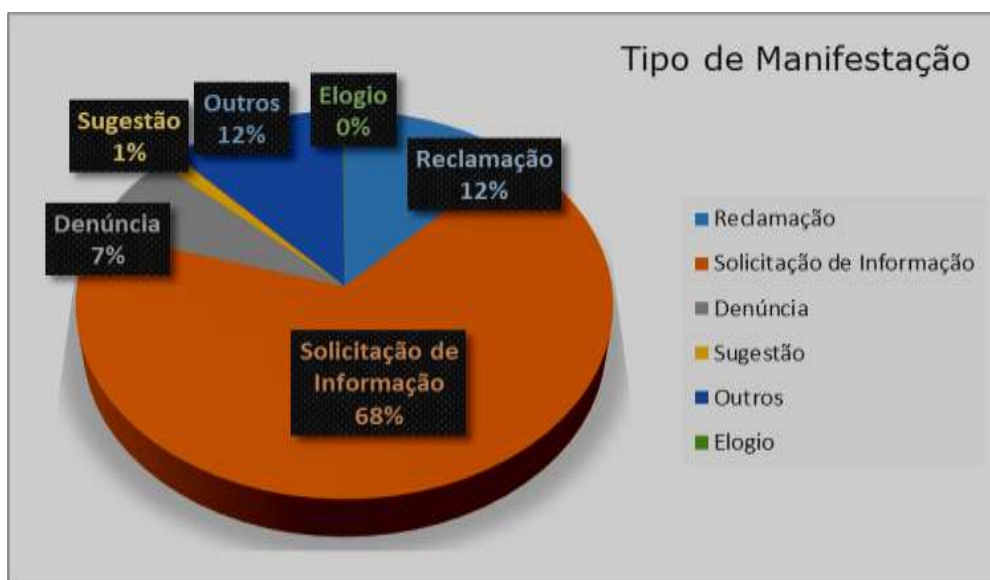


O total de atendimentos foram feitos pelos meios: formulário eletrônico, presencial, e-mail e telefônico: formulário eletrônico - 272; presencial - 45; e-mail - 92; telefone - 372:





O número total de atendimento divide-se em: reclamação 95, solicitação de informação 527, denúncia 57, sugestão 09, elogio 01 e outros 92.



## 8. Recursos Humanos

Ao Centro de Recursos Humanos compete prosseguir as atribuições relativas ao RH na Secretaria. A área tem de assumir atitudes proativas, seja no planejamento e execução da estratégia de recursos humanos, seja na busca de ferramentas mais eficazes de gestão de pessoal e na sua interação com os gestores. As atividades estruturadas, decorrentes do normal exercício, constituem em atribuições relacionadas ao sistema de administração de pessoal como prestar orientação técnica, planejamento, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos.

Destacamos a importância do investimento feito na capacitação dos recursos humanos, entre cursos, treinamentos, palestras, congressos, seminários realizados, dos quais servidores participaram com índice de 100% de aprovação pelos gestores, pois os servidores capacitados e comprometidos com a melhoria contínua, asseguram a transparência dos atos de nossos gestores.

O programa de estágios do Governo do Estado foi instituído pelo Decreto nº 52.756/2008, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788/2008 e, através da Resolução SGP/2009, designou a Fundap para a gestão administrativa do Programa. Entretanto, com a iminente extinção da Fundap, autorizada pela Lei nº 16.019/2015, a Secretaria de Planejamento e Gestão fez um processo de seleção para a escolha de uma entidade especializada e capacitada na administração de estagiários, e o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE foi finalista do processo de escolha, e fará a administração do programa de estágio do Governo Paulista. A migração foi feita com sucesso e a SEDPCD, juntamente

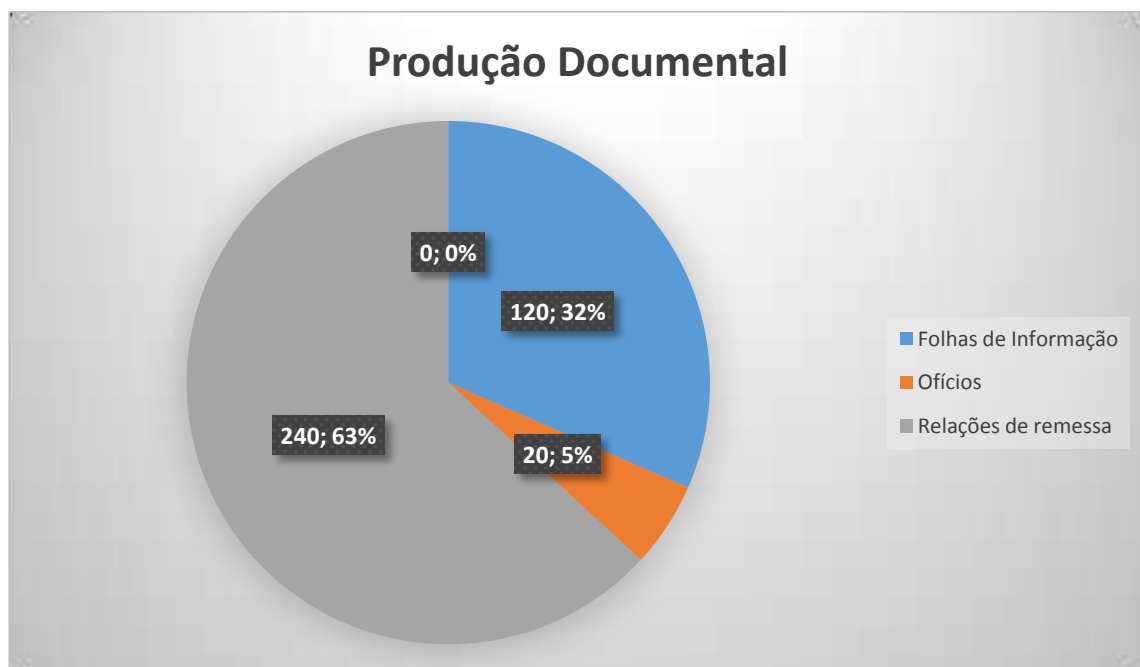


com seus supervisores de estágio, continua com o compromisso e com o complemento teórico e prático, na formação dos jovens, possibilitando a implementação de mais esta política pública. No decorrer de 2016, com a contratação de 31 estagiários por meio do CIEE, para diversas áreas, muito contribuíram na execução dos trabalhos.

A Secretaria tem sido a porta de entrada para inserção do jovem estagiário no mercado de trabalho e assumiu, por meio de seus supervisores de estágio, o compromisso como complemento teórico na formação dos jovens, possibilitando a implementação de mais esta política pública, onde os estagiários tiveram a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, e habilidades em suas áreas de interesse.

Com sinergia, o conjunto de valores compartilhados ajuda os colaboradores a compreender quais atitudes são consideradas adequadas, inseridas na linha de orientação institucional no que concerne a valorização e formação do potencial humano, buscando com frequência a excelência dos serviços prestados para a Administração Pública.

Destarte, com todos os setores alinhados, novos projetos podem ser desenvolvidos e colocados em prática com a ajuda de profissionais participativos, capacitados e envolvidos nos processos e objetivos estratégicos da SEDPCD. O volume de informações gerenciadas pelo Centro de Recursos Humanos requer o registro, protocolo, arquivo e a emissão constante de diversos tipos de documentos. As informações abaixo apresentam uma síntese da produção documental em 2016.

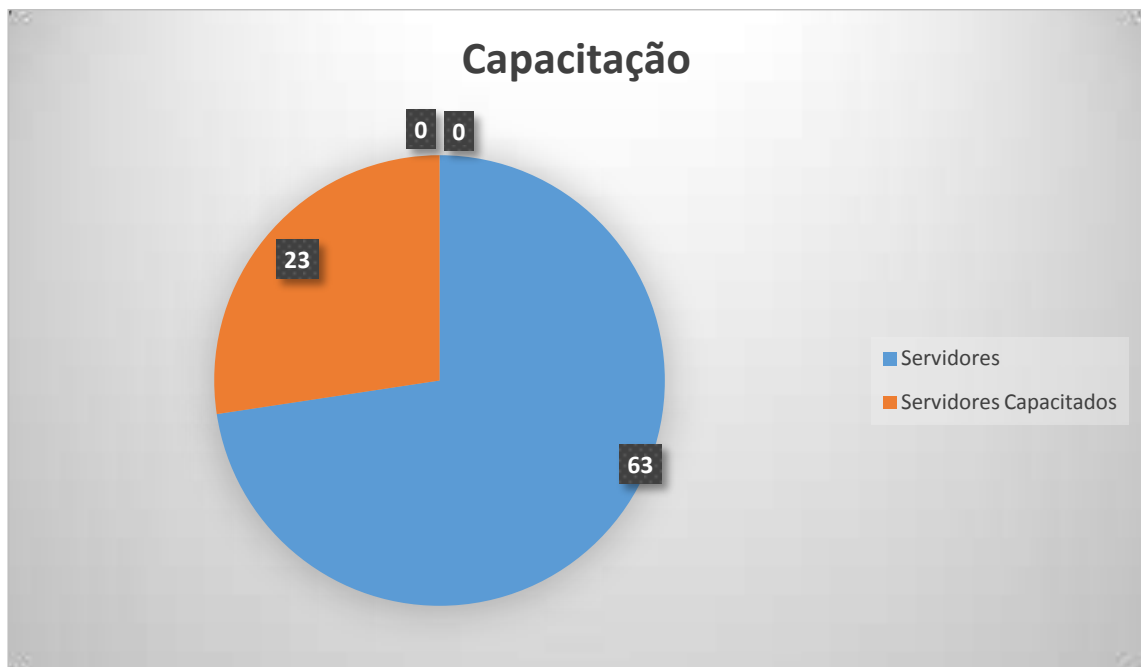


Na capacitação dos recursos humanos houve participação dos gestores que, comprometidos, adquiriram uma visão ampla e estratégica, disseminado e compartilhando conhecimentos técnicos





diante das demandas, além de assegurar a transparência dos atos. Total de servidores - 63; servidores capacitados - 23, atuando como agentes multiplicadores.



Cabe ressaltar que o Programa de Qualidade de Vida vem trazendo benefícios e melhor desempenho ao cotidiano dos colaboradores. Ademais, o fornecimento de vale Refeição, na forma de cartão eletrônico/magnético proporcionou aos colaboradores a liberdade de escolher o local e tipo de alimentação que desejam. O objetivo do benefício é ser um estímulo para que os funcionários optem por refeições mais saudáveis em seu dia a dia, permitindo que desempenhem melhor suas funções dentro da empresa.

O CRH continua atuando na valorização e formação do potencial humano do quadro dos servidores, buscando atingir a excelência dos serviços prestados na Administração Pública.

## 9. Considerações gerais

A acessibilidade ao meio físico edificado, aos transportes e às tecnologias da informação e das comunicações, com relação a mudança de atitudes da população em geral face às pessoas com deficiência, constitui uma condição indispensável para o exercício dos direitos de cidadania.

A história da vida e a luta das pessoas com deficiência passou por caminhos de profunda ignorância, de crenças e superstições, de teorias pseudocientíficas, nos quais se enraízam algumas das atitudes e atos discriminatórios que ainda perduram nos nossos dias. Interferir nesse cenário e construir um país de oportunidades iguais para todos são os desafios que fundamentam o exercício da cidadania e as políticas públicas. Nesse sentido, a SEDPCD tem se esforçado na formulação e implementação de



políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência, reafirmando a universalidade, indivisibilidade, interdependência e correlação de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e a necessidade de garantir às pessoas com deficiências o seu pleno gozo, sem serem alvo de discriminação.

As atividades desenvolvidas em 2016 estimularam uma sociedade em que o bem-estar e a qualidade de vida de todos orientaram a oferta dos serviços públicos, valorizando as lógicas preventivas e reabilitadoras e os princípios da subsidiariedade e do constrangimento positivo. Esse papel foi o principal agente impulsionador à mudança de paradigma e na adoção de um novo modelo mental no contexto de vida das pessoas com deficiência, percebendo, de fato, a importância e o alcance que a supressão de barreiras pode significar nomeadamente para a concretização de um conjunto de direitos e no favorecimento de uma inclusão ativa. A promoção da acessibilidade é uma questão chave para atingir objetivos estratégicos da SEDPCD, reconhecendo a importância dos valores e das orientações políticas constantes relativo às Pessoas com Deficiência, e sobre a Igualdade de Oportunidades na influência da divulgação, formulação e avaliação das políticas, planos, programas e ações a nível nacional, regional e internacional.

Tal como já referido, a acessibilidade deve ser considerada de forma global, integrada e sistêmica em todos os domínios da ação política (construção, saúde, segurança no trabalho, tecnologias da informação e da comunicação, concursos públicos, para aquisição de equipamentos, estudos ou trabalhos, educação, recreação, lazer, esporte, etc.) e deve concretizar-se em coordenação com todos os agentes envolvidos (da política social, do planejamento urbano, das tecnologias de informação e das comunicações, da construção civil, dos transportes e outros).

Para que a luta contra a discriminação e a exclusão social seja coordenada e eficaz, importa que o Estado integre plenamente as suas políticas económicas, sociais e de inclusão, fazendo intervenção integrada nas respostas aos problemas identificados, mas focando os recursos disponibilizados nas ações de desenvolvimento pessoal, qualificação e empregabilidade, mobilizando outros recursos para as ações complementares.

Nesta ótica, os Programas, Projetos e Ações implementados e gerenciados por esta Secretaria mantém em seu escopo alguns desafios fundamentais em consonância com a Convenção da ONU, objetivando eficácia de medidas específicas a favor da inclusão, garantindo o exercício de cada um dos direitos reconhecidos nesta Convenção. Ressaltando a importância de trazer questões relativas à deficiência ao centro das preocupações da sociedade como parte integrante das estratégias relevantes de desenvolvimento sustentável.

O entendimento desta trajetória histórico-cultural forneceu subsídios suficientes para compreender o retrato atual da população com deficiência no Brasil e propor alternativas para acelerar a inclusão desta importante parcela de nossa população, que representa a rica diversidade que constitui nossa sociedade. A sociedade inclusiva tem como principal objetivo oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e auto-suficiente. Portanto, todos os cidadãos devem exercitar



livremente as tomadas de decisão sobre a sua vida e participar ativamente da vida da comunidade, nos diversos domínios da sociedade.

Se há apenas algumas décadas, acreditava-se que a pessoa que tivesse algum tipo de deficiência teria uma vida com possibilidades reduzidas e completa falta de perspectivas, hoje enxergamos muita vida além da deficiência e plena capacidade de realização. Constatamos que com as AÇÕES, PROGRAMAS e PROJETOS desenvolvidos durante o ano de 2016, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com base em fatos e percepções das próprias pessoas com deficiência, mostrando a pluralidade e diversidade desta enorme população multifacetada que, em comum, possui o desejo de um país mais justo, mais humano, mais igualitário, que proporcione condições de igualdade de oportunidades, pautando-se por princípios orientadores e desenvolvendo-se segundo prioridades estratégicas, operacionalizáveis por meio das respectivas medidas políticas.

Sublinhe-se que, para além de ser um imperativo de cidadania, a promoção da acessibilidade é também uma oportunidade de reconhecer as valiosas contribuições existentes e potenciais das pessoas com deficiência ao bem-estar comum e à diversidade de suas comunidades. E que a promoção do pleno exercício, pelas pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e liberdades fundamentais e de sua plena participação na sociedade, resultará no fortalecimento de seu senso de pertencimento e no significativo avanço do desenvolvimento humano, social e econômico.



## SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

### Introdução

O relatório a seguir sintetiza as principais atividades realizadas pela Secretaria de Educação ao longo de 2016. Sua estrutura reflete o programa “Educação: Compromisso de São Paulo”<sup>3</sup>, cuja elaboração envolveu segmentos da sociedade civil organizada e resultou na definição de um conjunto de ações e iniciativas que permitam ao sistema educacional paulista ser, até 2030, um dos 25 melhores do mundo. Os segmentos em que se divide o material refletem os cinco grandes pilares que agrupam objetivos e metas de curto, médio e longo prazo e que são assim intitulados:

1. Valorizar e investir no desenvolvimento do capital humano da Secretaria;
2. Aprimorar as ações e a gestão pedagógica da Rede com foco nos resultados dos alunos;
3. Expandir e aperfeiçoar a Política de Educação Integral;
4. Viabilizar mecanismos organizacionais e financeiros para operacionalizar o programa; e
5. Mobilizar, engajar e responsabilizar a Rede, os alunos e a sociedade em torno do processo de ensino-aprendizagem.

A Secretaria destacou, no contexto do programa "Educação: Compromisso de São Paulo", as diretrizes norteadoras da política educacional para o período 2015-2018 (Comunicado SE 1, de 4 de março de 2015), tendo por princípio a melhoria da qualidade da educação com igualdade e equidade para todos. As ações em cada pilar foram priorizadas segundo essas diretrizes, descritas a seguir:

**Pilar 1** - Formação continuada com foco na prática;

**Pilares 2 e 3** - Foco no desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos, previstas no currículo oficial do Estado de São Paulo;

**Pilar 4** - Escola como foco prioritário da gestão central e regional; e

**Pilar 5** - Coerência, consistência e estabilidade na comunicação para engajamento da rede e da sociedade.

Uma importante conquista em 2016 foi a promulgação, em 08 de julho, do Plano Estadual de Educação. O documento foi elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei federal nº 13.005/2014. Estabelece diretrizes e metas que dão respostas concretas e efetivas, como política de Estado, aos desafios que se colocam para a população paulista, no âmbito da Educação Básica e da Educação Superior, como processo contínuo e articulado, garantindo qualidade em todas as suas dimensões: Educação Infantil, Educação Integral, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola,

---

<sup>3</sup> Decreto 57.571, de 02 de dezembro de 2011



Educação a Distância, Educação Étnico-racial, Educação no Campo e Educação para Pessoas Privadas de Liberdade. Deverá, também, nortear, no Sistema Estadual de Ensino, as ações das instituições e dos educadores para o alcance dos objetivos educacionais, informadas pelos princípios constitucionais que garantem a igualdade de oportunidades, o respeito às diferenças, o crescimento de vocações e a realização das aspirações dos educandos e de suas famílias.

Cumprir destacar que a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE é o braço operacional da SEE, sendo responsável por viabilizar a execução de atividades específicas das políticas educacionais definidas pelo órgão, tem, entre suas principais atribuições: construir escolas; reformar, adequar e manter os prédios, salas de aula e outras instalações; oferecer materiais e equipamentos necessários à Educação; operacionalizar a aplicação do sistema de avaliação de rendimento escolar; e viabilizar meios e estruturas para a capacitação de dirigentes, professores e outros agentes educacionais e administrativos. Portanto, suas ações, como é possível depreender, encontram-se espalhadas em variadas áreas da Secretaria, sob diferentes programas; daí porque as principais iniciativas da Fundação estão difusas ao longo do texto, ao invés de comporem um segmento à parte.

### **Pilar 1 - Valorizar e investir no desenvolvimento do Capital Humano**

O conjunto de intervenções previstas pelo “Educação: Compromisso de São Paulo” tem como um de seus principais objetivos posicionar a carreira de professor entre as dez mais desejadas do Estado; para além da questão da atratividade, a valorização dos educadores tem importante impacto no processo de ensino-aprendizagem. Ao longo de 2016, a SEE priorizou a melhoria das condições de trabalho, com uma série de ações de qualidade de vida e a formação continuada. Ainda assim, não deixou de realizar ações de adequação de quadros, assim como se descreve a seguir.

#### **1. Política Salarial e adequação de quadros**

No que diz respeito à política salarial, cabe registrar que ela acontece ainda que a aplicação de aumentos e/ou correções salariais não aconteçam; no caso do Quadro do Magistério, um importante mecanismo de melhoria de remuneração é a evolução funcional, que acontece pelas vias “acadêmica” e “não acadêmica”<sup>4</sup>.

A **evolução funcional acadêmica**<sup>5</sup> é a passagem de nível<sup>6</sup> do profissional que busca aprimorar seu conhecimento por meio de mestrado ou doutorado cujo conteúdo tenha, como objeto principal, sua área/disciplina de atuação no Magistério Paulista. Até novembro, 1.585 professores (PEB I e II), Supervisores de Ensino e Diretores de Escola foram favorecidos.

---

<sup>4</sup> A progressão também existe para os servidores do QAE – Quadro de Apoio Escolar e para o QSE – Quadro de Servidores da Educação. Um total de 5.706 servidores, entres oficiais administrativos, executivos públicos, analistas administrativos e agentes de organização escolar foram beneficiados.

<sup>5</sup> Prevista nos artigos 19 e 20, da Lei Complementar nº 836, de 27 de dezembro de 1997.

<sup>6</sup> Para os Níveis IV ou V.



A **evolução funcional não acadêmica**<sup>7</sup> é a passagem de nível para outro imediatamente superior da tabela de vencimentos, valorizando o servidor que busca, entre os interstícios previstos na legislação, aperfeiçoar-se, atualizar-se, produzir artigos voltados para seu trabalho. Até novembro, 17.899 membros do Quadro de Magistério fizeram essa transição.

Quanto à adequação de quadros, preocupada com a garantia da atuação do professor em sala de aula, a SEE adotou duas principais medidas. A primeira foi o concurso público do Professor de Educação Básica II, que contou com autorização governamental, em outubro, de 20.895 cargos, com 12 mil nomeações previstas até o fim de 2016.

A segunda foi a implantação de um conjunto de ações de otimização do quadro docente, entre as quais aparecem:

- Atribuição de aulas para docentes das categorias não-efetivos (Categorias P/N/F) cumprindo horas de permanência;
- Levantamento de docentes contratados pela LC 1093/2009 (Categoria “O”), que se encontram em Interrupção de Exercício, ou seja, com contrato ativo, mas sem aulas atribuídas;
- Utilização de docentes portadores de diploma de Pedagogia (263-X) ou Curso Normal Superior (550-2);
- Atribuição de aulas eventuais aos 32.290 docentes Categoria “S” ativos, porém, sem registro de aulas eventuais ministradas nos últimos dois meses; e
- Contratos autorizados: 500 Professores de Educação Básica I e 1.500 Professores de Educação Básica II, cuja distribuição foi realizada depois de criterioso estudo e acompanhamento à Diretoria de Ensino.

Também houve processo seletivo simplificado para os quadros que atuam na escola: no caso do **Agente de Organização Escolar**, a autorização governamental foi de 122 vagas para unidades escolares recém-inauguradas e 990 vagas para o Processo Seletivo; no caso do **Agente de Serviços Escolares**, foram 92 vagas para unidades escolares recém-inauguradas e 71 vagas para o Processo Seletivo.

---

<sup>7</sup> Prevista nos artigos 21 a 24, da Lei Complementar nº 836, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 958, de 13 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 1.143, de 11 de julho de 2011.



## 1.2 Condições de Trabalho

A busca constante por um ambiente humanizado é uma das várias preocupações da Qualidade de Vida no Trabalho e, ao longo do ano de 2016, ações específicas da Secretaria da Educação nesse campo também teve impactos positivos. Entre elas se destacam:

**Projeto Preparação para Aposentadoria - PPA** - Programa preparatório para a aposentadoria dos servidores, com o intuito de favorecer o processo de desligamento, de forma orientada, integrada e na direção de uma efetiva realização pessoal.

**Projeto Interação** - Proposta de proporcionar aos servidores readaptados a melhora no relacionamento interpessoal com os colegas de trabalho, através de sua integração nas Ações de Qualidade de Vida.

**Circuito Saúde** - Evento que conta com ações relacionadas à prevenção e promoção à saúde e bem-estar oferecido aos servidores e funcionários dos Órgãos Centrais, como: aferição de pressão arterial; orientação nutricional; testes de glicemia, HIV e hepatite C; avaliação de composição corporal; massagem, acupuntura auricular, hidratação de mãos, limpeza de pele, entre outras.

**Minuto Saúde** - Vídeos educativos, elaborados em parceria com a Rede do Saber. Tem o objetivo de informar e esclarecer a respeito de diversos assuntos referentes à saúde. Consiste em entrevistas a profissionais da área da saúde, com duração máxima de 10 minutos. Esses vídeos são enviados a todos os servidores do Estado, eletronicamente. Também ficam disponíveis no Youtube para o público em geral. O público-alvo do programa são os servidores (professores e funcionários administrativos) de todo o Estado de São Paulo.

## 1.3 Desenvolvimento e Formação Continuada

Por fim, no contexto do Pilar 1, está o reconhecimento da importância da formação continuada de professores, técnicos e gestores da Secretaria Estadual de Educação. Essa tarefa cabe à EFAP<sup>8</sup> - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza”, que oferece, permanentemente, cursos, programas e orientações técnicas voltados às diferentes áreas do Currículo e, também à gestão e ao aperfeiçoamento profissional.

Ao longo de 2016, a EFAP manteve sua proposta de enfatizar o Ensino à Distância como estratégia de formação continuada dos quadros da SEE-SP, por meio de cursos organizados em três eixos:

---

<sup>8</sup> Criada pelo Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009.

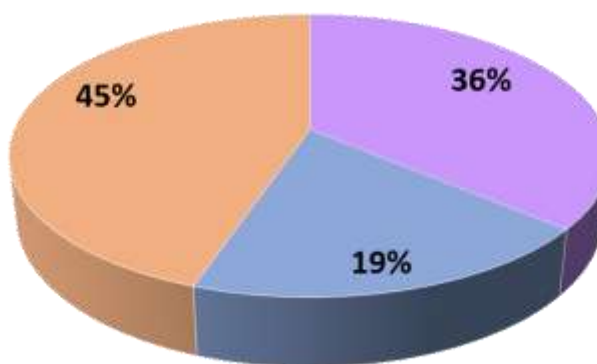


Eixos	Temas	
I – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica e suas Modalidades	Linguagens e Códigos	
	Ciências Humanas	
	Ciências da Natureza	
	Matemática	
II – Gestão Educacional	Gestão Democrática e Participativa	
	Gestão Pedagógica	
	Gestão de Pessoas	
	Gestão de Resultados Educacionais	
	Gestão de Recursos (Didáticos, Físicos, Orçamentários, Financeiros e Materiais)	
III – Grandes Temas da Educação	Currículo	Liderança
	Avaliação	Cultura Inclusiva
	Cultura Digital	Temas Transversais (SEE-SP, PCN e DCN)
	Alfabetização	

**Tabela 1:** Eixos e temas dos cursos ofertados pela EFAP em 2016

Os cursistas atendidos, todos professores da Rede, dividiram-se da seguinte forma:

- **Eixo 1 – Currículo e Prática de Ensino na Educação Básica e suas Modalidades**  
(49.452 cursistas)
- **Eixo 2 – Gestão Educacional**  
(26.123 cursistas)
- **Eixo 3 – Grandes Temas da Educação**  
(61.200 cursistas)



**Gráfico 1:** Distribuição dos cursistas por eixo

Das iniciativas formativas, é válido destacar aquelas que foram desenvolvidas no sentido de fortalecer as políticas pedagógicas da SEE, a saber:

- Curso de ingressantes para PEB I e II;
- Mecanismos de apoio ao processo de recuperação da aprendizagem: Avaliação e recuperação de estudos;





- FOCO APRENDIZAGEM – utilização da plataforma como forma de aprimorar a atuação do professor em sala de aula;
- Transtornos Globais do Desenvolvimento - TGD e suas Especificações; e
- Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores.

Além dos cursos, a EFAP oferece outras oportunidades formativas, que permitem aos profissionais da rede não apenas melhorar seus conhecimentos pedagógicos - sejam eles de ordem prática ou teórica - mas também investir no campo da gestão:

- **MBA - Gestão Empreendedora:** Pós-graduação *latu sensu*, com 20 meses de duração, já na sua 9ª. Edição. Trata-se de iniciativa de formação voltada ao desenvolvimento de uma visão estratégica e de competências gerenciais e de liderança. Desde sua primeira edição, 1.334 diretores e vice-diretores se inscreveram para participar da ação. Em 2016, foram 458 diretores e vice-diretores de escolas beneficiados, em três edições.

- **Programa Mestrado & Doutorado:** É um programa contínuo da Secretaria Estadual de Educação (desde 2003), que tem por finalidade a qualificação, a atualização e o aperfeiçoamento dos profissionais da Rede. O Programa fornece auxílio financeiro para professores que desenvolvem pesquisas em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, voltados à disciplina que ensina, ao desenvolvimento de metodologias de ensino e aprendizagem, à gestão e à supervisão escolar. Em 2016, o Programa assistiu a 191 bolsistas; não houve a abertura de novas inscrições.

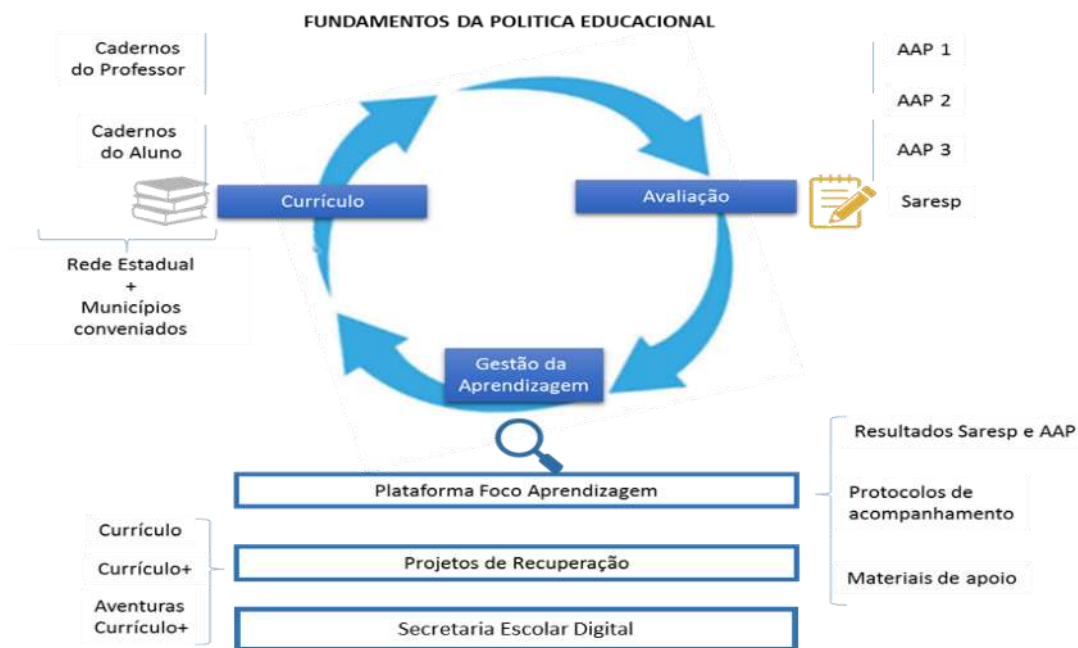
- **Programa REDEFOR - Educação Especial e Inclusiva:** Com práticas fundamentadas na ética, respeito às diferenças, na solidariedade e no compromisso de todos os profissionais da educação com a aprendizagem, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo propõe uma escola que, além do acesso e permanência, seja inclusiva, democrática e plural e ofereça ensino de qualidade a todos os alunos. Nesse contexto, o Programa Rede São Paulo de Formação Docente (REDEFOR) teve continuidade com o Programa REDEFOR - Educação Especial e Inclusiva - 2013 pelo qual foram ofertadas 1600 vagas em cursos de Especialização em Educação Especial, das quais 1000 vagas foram destinadas aos professores e gestores no curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (444hs) e 600 vagas foram destinadas ao professor e professor coordenador de núcleo pedagógico (PCNP) distribuídas em seis cursos de Educação Especial nas áreas de deficiência auditiva, visual, física, intelectual, transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades e/ou superdotação (686hs). As formações tiveram início em 5 de fevereiro de 2014, sendo que o curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi concluído no primeiro semestre de 2015 e os cursos de Educação Especial áreas Específicas tiveram seus termos no primeiro semestre de 2016.

A atuação da EFAP se consolida fundamentalmente pela formação à distância e, para tanto, conta com a Rede do Saber (91 ambientes de aprendizagem descentralizados, estúdios e estrutura tecnológica para videoconferência e interação simultânea) e Ambiente Virtual de Aprendizagem para a realização das suas ações de formação.



## Pilar 2 - Aprimorar as ações e a gestão pedagógica da Rede com foco nos resultados dos alunos

A política pedagógica da rede estadual compreende três grandes componentes: o Currículo do estado de São Paulo; as avaliações de processo e de resultados; e a gestão dos resultados para o ensino aprendizagem, como pode ser observado na figura 1:



**Figura 1:** Fundamentos da política educacional da SEE

As principais ações da Secretaria em 2016 enquadram-se nesse quadro de referência, como se evidencia a seguir.

### 2.1. O Currículo Oficial do Estado de São Paulo

Nos anos 1980, a SEE iniciou um movimento de definição de propostas para todos os componentes curriculares e para todos os anos/séries da Educação Básica. Em 2008, consolidou esses esforços em um Currículo oficial<sup>9</sup>, que contempla as áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. São Paulo conta, assim, com uma base curricular comum, a exemplo da que vem sendo elaborada em âmbito nacional sob condução do Ministério da Educação.

<sup>9</sup> Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o conjunto de materiais curriculares é conhecido como “Ler e escrever”; nos Anos finais e no Ensino Médio, de “Currículo Oficial”.



O Currículo Oficial faz referências a competências e habilidades; isto supõe que se aceite o desafio de encarar os conhecimentos próprios de cada componente curricular como "meios" para que os alunos desenvolvam as competências e habilidades para se situar, compreender e atuar no mundo contemporâneo.

Para apoiar os professores e os alunos no desenvolvimento do Currículo, a SEE elaborou materiais de apoio - **Cadernos do Professor e do Aluno** - em que são apresentadas Situações de Aprendizagem ou Sequências Didáticas, organizadas por componente curricular, bimestre, ano e série. Os Cadernos orientam a gestão da aprendizagem em sala de aula, oferecendo sugestões de metodologias e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares e, ainda, sugestões para a avaliação e a recuperação.

A equipe escolar também pode se utilizar do material chamado “**Matriz da Avaliação em Processo**”, que objetiva subsidiar a progressão das aprendizagens ainda não consolidadas durante desenvolvimento do Currículo em sala de aula.

Para subsidiar o Professor Coordenador e o Supervisor de Ensino em suas práticas, o **Caderno do Gestor** apresenta conteúdos que versam sobre currículo, planejamento e avaliação. Em síntese, esses materiais pretendem orientar esses profissionais para que possam apoiar a equipe escolar na elaboração e implementação da proposta pedagógica de cada escola.

Em 2016, foram entregues à Rede estadual e aos municípios conveniados 3.299.264 cadernos do professor e do aluno, relacionados ao Programa Ler e Escrever, 62.347.427 do Programa São Paulo faz Escola e 288.768 impressões da Matriz de Avaliação em Processo.

### **O Currículo Oficial nas variadas modalidades e públicos específicos atendidos**

As diretrizes do Currículo Oficial por considerar a inclusão e a universalização do acesso à educação orientam o atendimento educacional para públicos específicos.

Sobre a **Educação Indígena**, a SEE atende, em todo o Estado, 1.469 alunos de comunidades indígenas entre as séries dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. São 41 escolas equipadas com infraestrutura específica voltada aos estudantes das etnias Guarani Mbya, Tupi, Terena, Kaingang e Krenak. Com base nas orientações do Currículo, nas escolas indígenas, as disciplinas são trabalhadas a partir da cultura de cada etnia e os educadores são membros das comunidades nas quais as escolas estão localizadas.

Assim como ocorre na Educação Indígena, o Currículo é referência na modalidade de **Educação Quilombola**. No Estado de São Paulo existem 26 escolas quilombolas (02 estaduais e 24 municipais). Além dessas 26 unidades que ficam em território quilombola, há 11 escolas estaduais que recebem alunos oriundos das comunidades quilombolas, principalmente no Ensino Médio. No total há, atualmente, 595 alunos quilombolas matriculados no Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.



A **Educação de Jovens e Adultos - EJA** da rede estadual de ensino é uma modalidade de ensino destinada a todos aqueles que não concluíram seus estudos na idade adequada. O atendimento é organizado em três formas descritas a seguir. Na **EJA Presencial** (presença obrigatória), o aluno participa diariamente das aulas específicas oferecidas nas escolas regulares da rede estadual. A **EJA de Presença Flexível** é ofertada nos Centros Estaduais de Educação de Jovens de adultos CEEJA, a matrícula é por disciplina e a duração depende da disponibilidade de tempo e ritmo de aprendizagem do aluno. No ato da matrícula, o aluno recebe individualmente orientações e roteiros de estudo, elaborados pelo professor que o acompanhará, com base nos materiais didáticos disponibilizados pela rede estadual de ensino. É importante considerar, no trabalho pedagógico com jovens e adultos, as especificidades desse público, composto por alunos trabalhadores, com diferentes perfis e diferentes faixas etárias e com ritmos de aprendizagem também distintos. Há também o **EJA no Sistema Penitenciário**, são salas de aula mantidas nas unidades prisionais vinculadas a uma escola regular da rede estadual. Em 2016, foram cerca de 300.000 alunos matriculados no EJA e aulas ministradas por aproximadamente 18.300 docentes distribuídos em: (i) classes mantidas nas 1.137 escolas estaduais, de presença obrigatória e diária para os alunos; (ii) 31 CEEJA, com atendimento individualizado e presença flexível e (iii) 139 unidades prisionais com classes são multisseriadas e frequência semi-presencial.

Nas iniciativas referentes aos **jovens que estejam cumprindo medidas socioeducativa** em meio aberto e em privação de liberdade, o atendimento educacional é garantido em classes vinculadas a uma escola pública estadual, e segue a proposta pedagógica, atrelada ao Currículo Oficial. Os objetivos desse atendimento são proporcionar aos alunos meios para a permanência no sistema educacional e o direito de acesso à Educação Básica, bem como refletir sobre a inclusão social. Em 2016 foram atendidos cerca de 7.242 alunos, com aulas atribuídas à 1.376 professores.

É importante registrar as iniciativas de **atendimento especializado a alunos portadores de deficiência**. As 91 Diretorias de Ensino - pela atuação de suas equipes de Supervisores, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos - PCNPs e Professores Especializados - e os 15 CAPEs regionais garantem a capilarização do atendimento pedagógico especializado, que se materializa nas salas de recursos, nas classes regidas por professores especializados, no serviço itinerante e nas classes hospitalares. No ano de 2016, foram atendidos cerca de 81.000 alunos na educação especial na rede estadual e em escolas parceiras. Neste último caso, a atuação especializada acontece por meio de convênios firmados com instituições e pelo credenciamento de escolas, que permitem o atendimento daqueles alunos que, em função de seu comprometimento, exigem pessoal e equipamento muito especializados. As escolas credenciadas atendem por volta de 2.500 alunos e 24.000 alunos frequentam as instituições conveniadas.

Em detalhe, foram atendidos pela rede estadual aproximadamente 54.500 alunos, e deste total, 16.777 frequentaram as salas de recursos e a tabela abaixo apresenta o público em relação ao tipo de deficiência. Há ainda 133 de classes regidas por professor especializado.



O suporte ao processo de inclusão escolar ainda envolve a contratação de cuidadores para pessoas com deficiência física e graves deficiências múltiplas, além de professores interlocutores para alunos com surdez, e, ainda, um Plano de Adaptação de Prédios Escolares, cuja execução está a cargo da CISE/FDE<sup>10</sup>, com o objetivo de proporcionar acessibilidade.

Número de salas de recursos	
Salas de Recursos	4.093
Número de alunos em sala de recurso	
Deficiência Auditiva	1.323
Deficiências Física	1.147
Deficiência Intelectual	12.405
Deficiência Visual	814
Autismo	1.088
<b>Total de Alunos em Sala de Recursos</b>	<b>16.777</b>

**Tabela 2:** A Educação Especial em São Paulo em números

Outra ação a ser destacada quanto à promoção da inclusão é a temática de **Educação para a Diversidade Sexual e de Gênero**. O Currículo Oficial inclui competências e habilidade trabalhadas a partir do estudo sobre as relações de gênero, sexualidade e a diversidade sexual, que caracterizam as relações entre os indivíduos e os grupos integrantes da sociedade. Nas Ciências da Natureza ganha relevância um conjunto de habilidades e competências relacionadas à saúde como saúde sexual e reprodutiva, adolescência, gravidez, prevenção das DST/HIV, entre outras temáticas. As Ciências Humanas, que compreendem os conhecimentos das disciplinas de Filosofia, Sociologia, História e Geografia trazem para o cotidiano dos alunos o debate sobre as dimensões éticas, culturais, históricas e políticas que envolvem os gêneros e as sexualidades no mundo contemporâneo, a exemplo os conhecimentos relativos a produção cultural de marcadores sociais da diferença, a desigualdade de gênero, a problemática da violência contra a mulher, a construção da cidadania, os movimentos feministas e LGBT e o reconhecimento de direitos. Neste sentido, reforça-se a perspectiva do protagonismo dos educadores no enfrentamento dos processos discriminatórios e de exclusão.

O último levantamento da Secretaria da Educação em 2016, constatou 358 registros de matrícula com nome social no Sistema de Cadastro de Alunos (regulamentados pelo Decreto nº 55.588/10, Deliberação do CEE nº 125/14 e Resolução SE nº 45, de 2014). Em comparação com o ano de 2015, observa-se um aumento de 51% das matrículas com nome social. Com relação à modalidade de ensino, 66% das/dos estudantes estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos - EJA e 34% nos ensinos Fundamental e Médio Regular.

Os alunos **imigrantes** também são atendidos pela rede estadual. De 2010 a 2016 houve um aumento de 53% de matrículas dessa população. Em 2016, as matrículas totalizaram 8.278, destacando-se maior movimento as Diretorias de Ensino: Centro, Leste 1, Leste 5, Norte 1, Norte 2 e Caieiras.

<sup>10</sup> Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares/Fundação para o Desenvolvimento da Educação.



A Secretaria também oferta atividades de enriquecimento curricular por meio de: cursos à distância - EVESP; Centro de Estudos de Línguas - CELs e de ambientes pedagógicos como as salas de leitura e os laboratórios de ciências.

A **Escola Virtual de Programas Educacionais do Estado de São Paulo - EVESP** foi criada em 2011 com a finalidade de oferecer programas educacionais regulares, especiais e de capacitação em situações que requerem atendimentos a necessidades de grupos específicos da população. Sob supervisão pedagógica da CGEB, desenvolve programas e cursos de acordo com o currículo do estado de São Paulo. A Escola oferece, atualmente, quatro cursos que somam 92.451 alunos: Curso de Inglês Online, Curso de Libras Online, Cursinho Pré-Universitário Online e Curso de Defesa Civil: A Aventura.

Os **Centro de Estudos de Línguas - CELs** oferecem aos alunos matriculados em escolas da rede estadual a oportunidade de aprender novos idiomas. As 213 unidades disponibilizam cursos de inglês, espanhol, francês, alemão, italiano e japonês, conforme a demanda de cada região. Além do estudo da língua estrangeira, os estudantes ampliam sua formação cultural, explorando nas aulas os costumes de outros países. A oferta dos cursos atende uma necessidade do mercado de trabalho, aumentando as chances de inserção profissional para os alunos. Em 2016, foram atendidos 59.461 alunos, em 2.610 classes.

Instituído em 2009<sup>11</sup>, o **Programa Sala de Leitura** tem como objetivo principal oferecer aos alunos de todos os cursos e modalidades de ensino da Rede um espaço privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer, entretenimento e formação de leitor crítico, criativo e autônomo. As Salas de Leitura são espaços equipados com mobiliário, computadores e acervo de obras nacionais e estrangeiras - como livros, revistas, jornais, folhetos, catálogos, vídeos, DVDs e CDs - que dialogam com todas as áreas do Currículo. Atualmente, contam com 2.292 professores que prestam o apoio necessário aos alunos que as frequentam. São 3.144 escolas que contam com Salas de Leitura instaladas nas escolas que atendem o Ensino Fundamental dos Anos Finais, o Ensino Médio e EJA - Educação de Jovens e Adultos, abrangendo cerca de 3 milhões de alunos.

Os **Laboratórios de Ciências** possibilitam a realização de atividades de observação e experimentação propostas nos materiais de apoio ao Currículo, que têm como foco a compreensão e aperfeiçoamento de conceitos. Esses espaços auxiliam na organização dos trabalhos e potencializam o processo de aprendizagem na realização de experimentos, instigando discussões, investigações e levantamento de hipóteses. As experiências, no entanto, podem ser realizadas em diversos espaços, como a sala de aula e outros ambientes, dentro e fora da escola, com uso dos *kits* de vidrarias e substâncias químicas enviados às Escolas de Ensino Médio.

A rede pública do Estado possui 1.807 Laboratórios da Área de Ciências da Natureza, sendo: 1.394 em escolas de tempo parcial (285 de Ciências, 55 de Física, 198 de Química, 116 de

---

<sup>11</sup> Resolução SE - 15, de 18-2-2009.



Biologia, 740 de Ciências, Física e Biologia); e 413 em escolas de tempo integral e Ciências, Física/Biologia, Matemática/Física em escolas do Ensino Integral.

## 2.2 Avaliação

As diretrizes definidas para a gestão 2016-2018 apontam que “a aprendizagem é o centro da atividade escolar”. Nesse contexto, os processos avaliativos e seus resultados são de fundamental importância, permitindo, por um lado, que os alunos e seus responsáveis conheçam e acompanhem o desenvolvimento da aprendizagem; e, por outro, que os professores revejam e aperfeiçoem sua prática docente. Segundo esse referencial, a SEE vem investindo em diferentes estratégias para avaliação e divulgação dos resultados a diferentes públicos, como se pode conferir nos itens a seguir.

No **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP**, são avaliados o domínio das competências e habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática. Participam alunos do 3º, 5º, 7º (por amostragem) e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. Na edição de 2016 estava prevista a avaliação de cerca de 1.133.626 alunos da Rede Estadual de Ensino; 22.873 alunos do Centro Paula Souza; 101.123 alunos das 153 redes municipais e 2.870 alunos das 29 Escolas Particulares, totalizando 1.260.492 alunos. A Participação efetiva será divulgada em 2017.

Os resultados do SARESP de 2015 divulgados em 2016 mostram que todas as metas da SEE foram superadas; 78% das escolas melhoraram seu IDESP<sup>12</sup>; e 70% das escolas cumpriram ou superaram suas metas individuais.

Para permitir ajustes pedagógicos durante o ano letivo as escolas se utilizam dos resultados da **Avaliação da Aprendizagem em Processo - AAP** que são elaboradas com base nas Matrizes de Avaliação Processual, e são aplicadas ao final dos três primeiros bimestres letivos para todos os anos/séries, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. De caráter exclusivamente diagnóstico, as AAP constituem-se em instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos das competências e habilidades desenvolvidas. Em 2016, aconteceu a 13ª edição da AAP.

Convém ressaltar, no ano de 2016 foram publicados os resultados do **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB** calculados a partir do SAEB Sistema de Avaliação da Educação Básica. O Estado apresentou avanço nos três ciclos avaliados. Nos Anos Iniciais (1º ao 5º do EF), São Paulo ocupa o 1º lugar no país, passando de 5,7 em 2013 para 6,4 em 2015. A média é superior à meta estabelecida pelo Governo Federal para o ano de 2019, que é de 6,3. Nos Anos Finais (6º ao 9º do EF), os alunos da rede estadual paulista avançaram de 4,4 para 4,7. O resultado é superior ao verificado para o Brasil, que é 4,2. No Ensino Médio, ciclo que reúne os maiores desafios

---

<sup>12</sup> O IDESP é um indicador de qualidade dos anos iniciais (1ª a 5ª séries) e finais (6ª a 9ª anos) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No cálculo do IDESP, consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos no SARESP e o fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono).



dos educadores de todo mundo, São Paulo também apresentou crescimento na média. Os estudantes saíram de 3,7 para 3,9.

### 2.3 Gestão da Aprendizagem

No intuito de estimular e apoiar as Diretorias de Ensino e as equipes escolares no uso efetivo dos resultados do SARESP e das AAPs no (re)direcionamento das práticas de gestão escolar e pedagógica, a SEE iniciou em 2015 o desenvolvimento da **Plataforma Foco Aprendizagem**. Essa tecnologia permite consultar os respectivos resultados nos componentes curriculares, em cada ano/série, avaliados em termos das competências e habilidades consolidadas (ou não) pelos alunos.

Oferece, ainda, recursos que informam todos os indicadores que compõem o IDESP da escola, com visualizações e análises históricas; e indicação dos pontos críticos de Língua Portuguesa/Matemática, que demandam maior atenção do professor. A plataforma ainda promove a articulação com materiais pedagógicos específicos para nortear o planejamento escolar. Atualmente, encontra-se em andamento o desenvolvimento das fases de visão consolidada de dados para a Diretoria de Ensino, para a Rede e o módulo de clusters (ferramenta interativa que possibilitará análise de desempenho em grupos de escolas com características semelhantes).

Ainda para apoiar a gestão escolar, no 2º semestre de 2016, a SEE desenvolveu um projeto piloto de gestão de resultados da aprendizagem na Diretoria de Ensino-Leste 4 com uso do **Método de Melhoria de Resultados - MMR**, envolvendo o Dirigente Regional, 22 supervisores de ensino e 77 Diretores de Escola. O método propõe a identificação do problema e a elaboração um Plano de Melhoria, para isso é importante conhecer as metas educacionais e o (s) problema (s) de forma bastante específica. Nesse sentido, a Diretoria de Ensino e suas escolas elaboram um plano de melhoria e desenvolveram um painel gestão, com o objetivo de engajar a comunidade escolar no alcance das metas e dar transparência do trabalho realizado. A atualização dos dados que compõe o painel apresenta informações para a tomada de decisão e ajuste das ações no contexto escolar. Os resultados do projeto estão em análise pela SEE, considerando a possibilidade de expansão para outras Diretorias no ano de 2017.

Ter acesso sistemático aos resultados das aprendizagens dos alunos é condição essencial para que se possa colocar em prática um dos eixos das diretrizes da política educacional da SEE, segundo o qual se reafirma “a importância da progressão continuada para garantir que todos os alunos aprendam ao longo do percurso escolar”. Na implementação das **iniciativas de reforço e recuperação** a SEE considerou que: quanto maior o tempo e a diversidade das estratégias e recursos utilizados pelo professor em sua prática docente, maior serão as possibilidades de aprendizagens dos alunos serem bem sucedidas; e quanto maior a flexibilidade assegurada na organização desses tempos, maior será o tempo disponível para a adequação e diversidade das estratégias e recursos a serem selecionados e o atendimento às necessidades, ritmos e estilo de aprendizagem dos alunos. Nesse sentido destacam-se ações de recuperação com o uso de tecnologia como o Currículo+ e Aventuras Currículo+.





Desde 2014, a SEE disponibiliza a **Plataforma Currículo+** como recurso pedagógico para inspirar práticas inovadoras em sala de aula a fim de promover maior motivação, engajamento e participação dos alunos com o processo educativo. São conteúdos digitais (vídeos, videoaulas, jogos, animações, simuladores e infográficos), articulados com o Currículo do Estado de São Paulo e disponibilizados por meio de um processo de curadoria realizado por uma equipe composta por Professores Coordenadores de Núcleo Pedagógico de diversas Diretorias de Ensino da Rede, representantes de todos os níveis de ensino e disciplinas do Currículo.

A plataforma pode ser acessada a partir de qualquer dispositivo conectado à internet, principalmente nas 4.234 escolas da rede estadual que tem os espaços das salas ambiente de informática do **Acessa-Escola**. Desde o seu lançamento em 2014 até 12 dezembro de 2016, foram registradas 2.960.892 sessões no Currículo + e 14.361.754 páginas visualizadas, somando 2.535 objetos digitais de aprendizagem e 40 atividades. O Currículo+, devido à sua importância no engajamento de professores para o uso de tecnologias em sala de aula, passou a fazer parte do Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado de São Paulo.

Além dessas estratégias, há o projeto “**Aventuras Currículo+**”, lançado em 2015, com foco na recuperação das competências de Língua Portuguesa e Matemática ainda não consolidadas pelos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental e pelos alunos do Ensino Médio. Recorrendo a um recurso até então inédito na rede estadual paulista, o Programa usou a gamificação<sup>13</sup> para o desenvolvimento das competências e habilidades previamente diagnosticadas, relativas à leitura, à escrita e aos conhecimentos matemáticos. Em 2016, o Aventuras Currículo + esteve disponível para todas as escolas da Rede de Ensino dos Anos Finais do Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio, 8.103 professores e 102.208 alunos acessaram esse ambiente virtual de aprendizagem.

No contexto maior da gestão escolar da rede estadual, em 2016 foi publicada a Resolução SE 36/2016 que institui a **Secretaria Escolar Digital-SED** com a finalidade de oferecer mecanismos facilitadores, que proporcionem aos educadores e profissionais de educação novas e dinâmicas possibilidades de atuação. A plataforma da SED disponibiliza novos aplicativos de impacto para dinamizar a gestão escolar como: Diário de Classe, Corretor de Provas, Mapa das Escolas, Gestão de Serviços, Gestão de Transporte Escolar e Gestão de Insumos. Os respectivos dados estão sendo sincronizados com o Cadastro de Alunos e Escolas favorecendo a gestão sobre a movimentação e rendimento final dos estudantes, alteração, exclusão e cessão de classes, e sobre os registros pessoais, acadêmicos dos docentes, bem como a escola, classe e disciplina que lecionam. Ainda sobre a movimentação de alunos, recentemente no Portal da SEE, foi disponibilizada a ferramenta para consulta online das matrículas 2017<sup>14</sup> que permite, ao aluno e seus responsáveis, a conferência da escola em que ele estudará no próximo ano.

---

<sup>13</sup> *Gamificação* é a aplicação de elementos e mecânicas de design de jogos em outros contextos, tais como estratégias de marketing para engajamento do público-alvo nas campanhas e em ambientes empresariais, para engajar os funcionários. Na área da Educação tem sido considerada estratégia importante para melhorar a motivação e a participação dos alunos.

<sup>14</sup> As matrículas seguem a seguinte legislação: Resolução SE 45 e 46/2016 e Portaria Conjunta SEE/SME 02/2016.



### **Pilar 3 - Expandir e aperfeiçoar a Política de Educação Integral**

Garantir educação integral aos alunos significa investir no desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e socioemocionais; e em sua capacidade de resolver problemas, trabalhar em grupo, aprender continuamente e agir de modo cooperativo em situações complexas.

Embora a expansão do tempo de permanência na escola não seja condição suficiente e necessária para assegurar a educação integral, a SEE tem investido em sua ampliação bem como em atividades correlacionadas ao Currículo, na perspectiva de que essa ampliação possa contribuir para a garantia de educação integral tratada na meta 6 do Plano Estadual de Educação.

São Paulo tem dois modelos de escolas com propostas que ampliam a jornada diária de escolarização dos estudantes sob as seguintes denominações: Projeto Escola de Tempo Integral (ETI-SP), criado em 2005, abrangendo escolas de ensino fundamental, tanto Anos Iniciais como Anos Finais; e o Programa de Ensino Integral - PEI, criado em 2011, primeiramente para escolas do ensino médio e que, a partir do ano de 2015, abrange escolas do ensino básico (Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio). Acrescenta-se o Programa VENCE na articulação com o ensino técnico em jornada escolar ampliada.

#### **3.1. Escola em Tempo Integral - ETI**

Em 2005, a Secretaria da Educação definiu, como uma de suas prioridades, a adoção de uma proposta de ensino integral, implantando o projeto “Escola de Tempo Integral”, para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, em parte das escolas da Rede. O projeto previa a ampliação das possibilidades de aprendizagem dos alunos pelo prolongamento de sua permanência na escola (de cinco para sete ou nove horas diárias), com a oferta, no contra turno, de Oficinas Curriculares e Atividades Complementares. A partir de então, o projeto passou por reformulações de carga horária e, em 2015, foram realizadas análises com o objetivo de unificar as matrizes curriculares dos Anos Iniciais e Finais das escolas do projeto, buscando-se uma aproximação dos componentes curriculares e suas respectivas cargas horárias com aqueles praticados pelo Programa de Ensino Integral. Em janeiro de 2016, com a publicação da Resolução nº 6, de 19/01/16, as Escolas de Tempo Integral passaram a adotar uma nova organização curricular do ensino fundamental, estruturando melhores condições para formação de seus gestores e dos docentes responsáveis pelo seu desenvolvimento, assim como garantir seu acompanhamento com maior eficiência, com vistas ao redirecionamento didático-metodológico que se mostrasse pertinente.

Atualmente são 230 ETIs, das quais 120 escolas são de Ensino Fundamental - Anos Iniciais; e 110 escolas de Ensino Fundamental - Anos Finais, que atendem a um universo de 48.204 estudantes. A escola tem autonomia para a definição da matriz curricular, que deve estar em sintonia com sua proposta pedagógica e atender as expectativas e os interesses educacionais locais. As Atividades Complementares têm, como temáticas, para os Anos Iniciais a “Hora da Leitura”, a “Produção de Texto” e “Experiências Matemáticas”; já nos anos finais, engloba Língua Estrangeira



Moderna, das quais 120 escolas de Ensino Fundamental - Anos Iniciais; e 110 escolas de Ensino Fundamental – Anos Finais Leitura e Produção de Texto e Experiências Matemáticas. As Oficinas Curriculares se dão nas áreas de Língua Estrangeira Moderna; Atividades Artísticas; Atividades Esportivas e Motoras; Educação Financeira/Educação Fiscal; Tecnologia e Sociedade; Qualidade de Vida; Sexualidade; Espaços Educadores; Educação para o Trânsito; Educação das Atividades Étnico-raciais; Educação em Direitos Humanos.

### 3.2. Programa Ensino Integral - PEI

O Programa Ensino Integral foi criado com o objetivo de assegurar a formação de jovens autônomos, solidários e competentes por meio de um novo modelo de escola. Entre outras características, prevê jornada integral de alunos e professores, currículo integrado, matriz curricular diversificada, Regime de Dedicção Plena e Integral dos educadores e infraestrutura que atenda às necessidades pedagógicas do Programa. Essa estrutura visa proporcionar aos estudantes as condições necessárias para planejarem e desenvolverem seu Projeto de Vida e tornarem-se protagonistas de sua formação. No que diz respeito aos Anos Iniciais do ensino fundamental, o Programa se baseia em princípios educativos e premissas que orientam as ações da escola com vistas ao desenvolvimento integral do educando, por meio de uma formação humanística e cultural que propicie aprendizagens para que estes possam atuar autonomamente na escola e na sociedade, orientados por valores como respeito, solidariedade, tolerância e perseverança.

Em 2016, foram matriculados 98.808 alunos nas escolas que desenvolvem o PEI. Em 2017, está prevista a adesão de 12 novas escolas no contexto da Portaria nº 1.145/2016 do MEC que institui o Programa de Fomento às Escolas em Tempo Integral, criada pela MP 746/2016.

Os números abaixo evidenciam o esforço da SEE na implantação da Educação Integral:

Ano de Adesão da Escola	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio	Híbridas EF+EM	Total por ano
<b>2012</b>			16		16
<b>2013</b>		21	30	2	53
<b>2014</b>		37	26	50	113
<b>2015</b>	17	28	11	19	75
<b>2016</b>	8	8	8	16	40
<b>2017</b>	0	0	12	0	12
<b>Total por segmento</b>	<b>25</b>	<b>94</b>	<b>91</b>	<b>87</b>	<b>309</b>

**Tabela 3:** Escolas do Programa Ensino Integral

### 3.3. Programa Vence

O programa **VENCE** é uma iniciativa organizada nas modalidades integrado e concomitante, que busca articular o Ensino Médio à educação profissional. O VENCE Integrado é



voltado aos concluintes do Ensino Fundamental que cursarão a 1ª série do Ensino Médio na Rede estadual; assim, o aluno tem sua formação básica e sua formação técnica sob uma única matriz curricular. Essa modalidade é oferecida em parceria com o Centro Paula Souza e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. O VENCE Concomitante tem como público-alvo os alunos da 2ª e 3ª séries do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos - EJA; o estudante frequenta o Ensino Médio na Rede estadual em um período e faz o curso técnico em uma instituição credenciada em outro.

Em 2016, o foco das ações foi o acompanhamento dos cursos em andamento, iniciados em 2015 com ênfase no aumento do índice de conclusão dos cursos, são 1.749 alunos nesse contexto. O programa vem sendo executado sob um modelo de gestão compartilhada entre Administração Central e Diretorias de Ensino.

#### **Pilar 4 - Viabilizar mecanismos organizacionais e financeiros para operacionalizar o programa**

A viabilização das atividades em sala de aula depende, entre outras coisas, da distribuição do material didático; da provisão de alimentação e de transporte; da construção de novas escolas e da manutenção das já existentes; e da disponibilização de infraestrutura tecnológica. No caso da Secretaria da Educação, há a atuação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE como braço operacional, fazendo com que a gestão desse complexo sistema seja um dos maiores desafios do órgão. As principais ações de 2016 aparecem a seguir.

##### **4.1. Alimentação**

A Secretaria da Educação, por meio do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno - DAAA, é responsável pelo gerenciamento direto ou indireto do fornecimento de refeições para os alunos de educação básica da Rede pública estadual, com uma cobertura de 645 municípios. Conforme diretrizes gerais do Governo Federal e diretrizes específicas da Secretaria da Educação, é executado o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE através de dois sistemas: Centralizado e Descentralizado.

##### **Sistema Descentralizado**

Em 2016 aprofundou-se a movimentação de diminuição de atendimento nesse sistema e ampliação do centralizado; o formato descentralizado se realiza pela assinatura de convênio entre a SEE e o município e implica o repasse de recursos financeiros, tanto do Governo Federal (através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE), quanto do Governo Estadual, sendo a Prefeitura Municipal responsável pelo gerenciamento direto do Programa (inclusive para as escolas da Rede estadual).

A SEE anualmente renova o termo de anuência pelo qual o prefeito assume o compromisso, perante o FNDE, de atender aos alunos matriculados nas escolas estaduais localizadas no município; da



assinatura desse termo depende o repasse dos recursos federais destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Caso o município opte pela não renovação, a SEE passa a tender os estudantes no sistema centralizado.

Em 2016, o sistema descentralizado abrangeu 1,4 milhões de alunos, em 2.394 unidades escolares e 565 municípios, que gerenciam diretamente o Programa, elaborando seus próprios cardápios, realizando suas compras, administrando seus estoques, entre outras atribuições; cabe à SEE, realizar a reposição de equipamentos básicos da cozinha, o suprimento de utensílios básicos (para escolas novas) e a reposição de utensílios (para as demais); e a reposição de itens destinados ao suporte de atividades da merenda, no âmbito da escola.

Os valores repassados pela SEE aumentaram em 2016, assim como se registra a seguir:

Ensino	2015	2016
Regular	R\$ 0,50 por aluno/dia	R\$ 0,55 por aluno/dia
Integral	R\$ 2,00 por aluno/dia	R\$ 2,20 por aluno/dia

**Tabela 4:** Repasse de recursos na alimentação escolar

Os valores repassados pelo governo federal mantiveram-se como em 2015: período regular R\$ 0,30; e período integral R\$ 1,00.

### **Sistema Centralizado**

Em 2016 aumentou-se o sistema centralizado, que passou a atender 1,7 milhões de alunos/dia, em 3.005 escolas de 80 municípios. Nesse formato, o DAAA planeja e define o cardápio e realiza todas as atividades para a operacionalização do Programa, incluindo o planejamento, a aquisição dos alimentos, a estocagem, a distribuição, o controle dos alimentos, a supervisão e a avaliação do PNAE. Os dados de logística evidenciam o tamanho da operação:

<b>DADOS DE LOGÍSTICA – SISTEMA CENTRALIZADO</b>	
Capacidade de armazenamento no centro de Distribuição de Cajamar	6.000.000 quilos
Número de caminhões e motoristas	81
Fornecedores de alimentos	36
Quilômetros percorridos por ano (estimativa)	48.560.000

**Quadro 1:** Dados da logística do sistema centralizado de alimentação escolar

Para permitir uma maior participação das comunidades locais, descentralizar decisões, respeitar a vocação agrícola regional, estimular a aquisição de produtos da safra, incentivar o comércio regional e melhorar os hábitos alimentares, existe o Programa de Enriquecimento da Merenda Escolar – PEME, que consiste no repasse de verba diretamente para as escolas, destinada à aquisição de



alimentos in natura, os quais complementam o cardápio padrão. O valor repassado aos municípios foi R\$ 0,20 por aluno/dia.

Destacaram-se, na área de Alimentação, as seguintes ações:

- **Sistema SAESP II:** Para aperfeiçoar o controle de gestão do Programa de Alimentação Escolar, neste ano, podemos destacar o aprimoramento das ferramentas de gestão dos estoques das escolas; emissão dos boletos da agricultura familiar (PPAIS); controle de sanitização, bem como o desenvolvimento das ferramentas de situação atípica (impedimentos); cálculo da distribuição por escola; emissão de boletos PED (congelados, refrigerados e pães) com comunicação webservice; e liberação de acesso para as ETECs utilizarem o sistema.

- **Semana da Educação Alimentar:** A semana da educação alimentar acontece anualmente na terceira semana do mês de maio, conforme determinação da Lei nº 12.230 de 13/01/2006. O tema trabalhado nas escolas em 2016 foi “Resgatando Receitas de Família”. Nesta atividade, participam nutricionistas, professores, alunos e toda a comunidade escolar.

- **Atendimento dos alunos com patologias relacionadas à alimentação:** Conforme Resolução CD/FNDE nº26/2016, a Secretaria realiza atendimento nutricional diferenciado aos alunos que apresentam algum tipo de patologia relacionada à alimentação. No ano de 2016, os casos mais recorrentes foram: diabetes, dislipidemia, doença celíaca, intolerância à lactose, alergias alimentares. Desde 2013 já foram atendidos 727 alunos. Somente em 2016, foram atendidos 198 alunos.

- **Continuidade da inclusão de novos produtos (Sistema Centralizado) - Transição para produtos *in natura*:** Aumento de produtos *in natura* ou minimamente processados, conforme recomendações do Guia Alimentar para População Brasileira e da Resolução CD/FNDE nº 26/2013. Inserção de Feijão Preto, Feijão Branco, Farinha de Mandioca, Carne Moída e Fubá (indígenas). Ainda nesse sentido, a SEE implantou, em outubro de 2016 sob forma experimental, o Projeto “Cozinheiros da Educação”. Tal projeto traz a adoção de 10 novas receitas típicas paulista, utilizando os produtos já disponíveis nas despensas das escolas, articulado às técnicas de preparo das receitas advindas de cozinheiros experientes, aproximando a alimentação escolar às refeições servidas em família, fator crucial para a difusão das práticas alimentares saudáveis.

- **Aquisição de gêneros restritos:** Nos últimos 3 anos, a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, através de seu Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno vem diminuindo as licitações de produtos enlatados, substituindo-os por outras versões, como o pouch<sup>15</sup>, os congelados e in natura. Na atualidade, somente continuam a ser licitados na embalagem “lata” os produtos molhos de tomate, sardinha e geleia.

---

<sup>15</sup> Embalagens plásticas, com soldas laterais, de grande durabilidade e resistência extra e com proteção contra luz e umidade, o que as torna ideais para alimentos.



- **Agricultura Familiar:** a) PPAIS (Verba QESE) - 8 chamadas públicas, envolvendo: 6 Diretorias de Ensino, 8 Municípios, 119 Produtores, 2 Cooperativas, 36 produtos (6 frutas, 10 folhas, 16 legumes e 4 temperos). Recurso empregado: aproximadamente R\$ 1,5 milhões. / b) PNAE (Recurso Federal) - 4 chamadas públicas (feijão, suco de uva, suco de laranja e leite em pó) canceladas por detecção de sobrepreço (estudo ESALQ). Estudos aprofundados acerca da legislação e da execução da Agricultura Familiar, para que, em 2017, sejam realizadas novas chamadas com maior segurança, acuidade, transparência e isonomia.

- **Nutricionistas nas Diretorias de Ensino:** As ferramentas implantadas em 2015 permanecem em uso. Futuramente, planeja-se a inserção das mesmas em uma funcionalidade no SAESP2. Desenvolvimento de Relatório de Visita, com ferramenta para tabulação, voltado às DEs com municípios descentralizados; Realização de duas orientações técnicas com as 91 DEs.

#### 4.2. Transporte

O transporte escolar consiste em uma política assegurada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no artigo 4, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, em seu artigo 54, com o objetivo de promover o acesso do alunado às escolas, condição básica para a garantia do direito à educação. A existência de diferentes realidades municipais no que diz respeito à disponibilidade do transporte público e a necessidade de atender ao público que não consegue utilizar o sistema regular tornam ainda mais complexa a gestão do deslocamento dos estudantes.

Em 2016 deixaram de ocorrer as contratações centralizadas via CISE/FDE, que no primeiro semestre ainda foram residuais; o transporte acontece, hoje, pela celebração de convênios com prefeituras ou pela contratação direta por parte da Diretorias de Ensino. Os números aparecem a seguir:

FORMA DE EXECUÇÃO	NÚMERO DE ALUNOS
Convênios com os municípios	327.296
Convênio com a EMTU	4.892
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno regular	80.086
Serviços contratados pelas Diretorias de Ensino para aluno deficiente	1.665
Passe escolar	28.721

**Tabela 5:** Número de alunos atendidos nas diferentes modalidades de execução

Cabe o esclarecimento de que o convênio com a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU diz respeito ao Serviço Especial LIGADO, que oferece transporte diferenciado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, ao custo anual de R\$ 115.454.019,90.

No que diz respeito aos valores gastos, duas tabelas ilustram os números que, em ambos os casos, referem-se ao período de 2016-2017. A primeira delas trata dos convênios com os municípios, nas quais a SEE faz o repasse do valor e a Prefeitura complementa sob forma de contrapartida, observe-se, pelos valores, que se chega ao custo aluno/dia, para a SEE, de R\$ 8,17.



SEE/Prefeitura	Valores nominais	Porcentagem
Repasse SEE	R\$ 534.926.654,70	69,40%
Contrapartida das Prefeituras	R\$ 286.506.241,30	30,60%
<b>VALOR TOTAL</b>	<b>R\$ 821.432.896,00</b>	<b>100%</b>

**Tabela 6:** Valores relativos ao transporte de alunos - repasses

A contratação descentralizada, nas Diretorias de Ensino, apresenta os seguintes valores:

MODALIDADE	NÚMERO DE ALUNOS	VALOR ANUAL ESTIMADO
TRANSPORTE CONTÍNUO	80.086	R\$ 550.910.575,04
TRANSPORTE ESPECIAL	1.665	R\$ 88.128.555,88
PASSE ESCOLAR	28.721	R\$ 17.149.659,20

**Tabela 7:** Valores relativos ao transporte de alunos - modalidade

#### 4.3. Gestão da Infraestrutura - obras

A SEE, por meio do Departamento de Gestão de Infraestrutura - DGINF é responsável, entre outros, por planejar a expansão, as reformas e as manutenções da Rede física escolar, cujas execuções ficam a cargo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação. A FDE elabora estudos técnicos para viabilização das obras a serem feitas, contrata e analisa os projetos executivos completos, elabora os orçamentos e executa as obras públicas junto às empresas do setor de construção. No caso das creches, presta suporte técnico para as obras realizadas por meio de convênios com as prefeituras. A Diretoria de Obras e Serviços - DOS, realiza construções, ampliações, adequações e reformas dos prédios escolares e administrativos da SEE.

Entre os principais tipos de obras realizados destacam-se:

- Expansão da rede (construção e ampliação de escolas), aumentando a capacidade de atendimento onde necessário;
- Manutenção dos prédios existentes, incluindo os restauros de edificações tombadas pelo patrimônio histórico e cultural;
- Substituição de prédios e salas;
- Adequação das edificações para atender a programas específicos, como as Escolas de Ensino Integral;
- Melhorias dos prédios (adequação dos prédios quanto à acessibilidade e segurança contra incêndio, bem como a construção de ambientes que não sejam salas de aula, como por exemplo cozinhas e refeitórios);





- Cobertura das quadras de esportes.

O Quadro de intervenções em 2016 apresenta-se da seguinte forma:

OBRAS FDE	Licitação		Em andamento		Concluídas		TOTAL	
	Quant.	Valor (R\$ milhões)	Quant.	Valor (R\$ milhões)	Quant.	Valor (R\$ milhões)	Quant.	Valor (R\$ milhões)
Obras Novas	0	R\$ 0	15	R\$ 71,15	15	R\$ 64,48	30	R\$ 135,63
Ampliação	1	R\$ 1,95	6	R\$ 19,83	3	R\$ 3,55	10	R\$ 25,33
Acessibilidade	20	R\$ 26,14	39	R\$ 41,47	31	R\$ 26,60	90	R\$ 94,48
Cobertura de quadra	1	R\$ 0,00	18	R\$ 5,97	14	R\$ 3,34	33	R\$ 9,31
Reforma	33	R\$ 4,90	163	R\$ 32,91	568	R\$ 76,18	764	R\$ 113,99
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>R\$ 32,99</b>	<b>241</b>	<b>R\$ 171,60</b>	<b>631</b>	<b>R\$174,15</b>	<b>927</b>	<b>R\$ 378,74</b>

**Tabela 8:** Obras FDE

Já no que diz respeito às obras junto às prefeituras, temos:

OBRAS Em convênio Prefeitura	Licitação		Em andamento		Concluídas		TOTAL	
	Quant.	Valor (R\$ milhões)	Quant.	Valor (R\$ milhões)	Quant.	Valor (R\$ milhões)	Quant.	Valor (R\$ milhões)
Obras Novas	0	R\$ 0	27	R\$ 80,16	8	R\$ 26,38	35	R\$ 106,54
Ampliação	0	R\$ 0	10	R\$ 12,08	5	R\$ 6,30	15	R\$ 18,38
Acessibilidade	0	R\$ 0	5	R\$ 2,67	3	R\$ 1,69	8	R\$ 4,36
Cobertura de quadra	0	R\$ 0	3	R\$ 1,00	0	R\$ 0	3	R\$ 1,00
Reforma	0	R\$ 0	5	R\$ 1,76	5	R\$ 1,86	10	R\$ 3,62
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>R\$ 0</b>	<b>50</b>	<b>R\$ 97,67</b>	<b>21</b>	<b>R\$ 36,23</b>	<b>71</b>	<b>R\$ 133,90</b>

**Tabela 9:** Obras junto às Prefeituras

### **Ações diretas nas escolas e Diretorias de Ensino**

Outro destaque está relacionado às ações diretas nas unidades escolares e Diretorias de Ensino. Os recursos financeiros destinados às escolas foram readequados para reforçar a atuação das Diretorias de Ensino, otimizando os serviços contratados, gerando assim economia, em razão do maior volume contratado. Para atender essas atividades, as Diretorias de Ensino e unidades escolares receberam os seguintes recursos:

- **Manutenção Preventiva** - Recurso para Manutenção Preventiva, repassado às Associações de Pais e Mestres - APMs das escolas, até o final do mês de dezembro, por meio de convênio entre as APMs e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE, para realizar



pequenos reparos de manutenção, pintura e pequenos serviços. Em 2016 foi disponibilizado à Rede Estadual de Ensino o montante de R\$ 34.763.000,93.

- **PDDE** - Cada unidade escolar também recebe, anualmente, recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, também repassados às APMs das escolas, pelo Governo Federal, utilizados prioritariamente em reparos de pequenos portes em instalações físicas e equipamentos.

- **Unidades Móveis** - atendem aos pedidos dos núcleos de obras das Diretorias de Ensino, realizando visitas e reparos nas unidades escolares. Em 2016, o instrumento operou até meados de setembro, atendendo à 76 Diretorias de Ensino, para as quais foram disponibilizados R\$ 20,73 milhões<sup>16</sup>.

- **Crédito Direto** - Recursos repassados às Diretorias de Ensino para atendimento às unidades escolares, por meio de contratações efetuadas por pregão eletrônico ou dispensa de licitação devidamente qualificada. Foi disponibilizado à Rede Estadual de Ensino, para o ano de 2016, o valor de R\$ 7.010.000,00; e houve a utilização de R\$ 6.530.000,00 do valor total disponibilizado;

Desta forma, as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino estão plenamente atendidas com recursos e instrumentos para suprir suas demandas, inclusive aquelas emergenciais, de acordo com as prioridades de cada unidade escolar.

#### **4.4. Material, Mobiliário Escolar, Suprimentos e Tecnologia**

O Pilar 4 é encerrado com importantes pontos nos quais aparece a atuação da FDE na garantia da infraestrutura para a aprendizagem:

##### **Kits de Material Escolar**

No início do ano letivo, os mais de 3,7 milhões de alunos da rede pública de ensino paulista recebem um kit de material escolar, definido em conjunto entre a FDE e a SEE. O kit é organizado de acordo com o nível de ensino, e possui modelo e qualidade compatíveis com os melhores produtos encontrados no mercado. Privilegiando a transparência, a FDE disponibiliza consulta pública para pais de alunos e cidadãos em geral que queiram acompanhar a entrega dos materiais, por meio do endereço [http://materialescolar.fde.sp.gov.br/2016/2016/consultapublica/Cons\\_Recebimento.asp](http://materialescolar.fde.sp.gov.br/2016/2016/consultapublica/Cons_Recebimento.asp)

Em 2016 os números foram os seguintes:

---

<sup>16</sup> As demais Diretorias de Ensino viveram a seguinte situação: 12 tiveram licitações desertas/fracassadas; e 3 tiveram licitações consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas, após período de cerca de 6 meses de atendimento.



### Kits distribuídos em 2016

Descrição	Quantidade	Investimento
Ensino Fundamental I	0,7 milhões de kits	R\$ 16,3 milhões
Ensino Fundamental II	1,4 milhões de kits	R\$ 43,7 milhões
Ensino Médio	1,6 milhões de kits	R\$ 52,0 milhões
<b>Total</b>	<b>3,7 milhões de kits</b>	<b>R\$ 112 milhões</b>

Tabela 10: Kits escolares

### Mobiliário

A FDE é responsável pela especificação de todo mobiliário para todos ambientes escolares e administrativos da SEE, bem como sua aquisição e distribuição, seguindo os critérios estabelecidos pela ABNT (NBR 9050 – Acessibilidade de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos).

### Mobiliário escolar distribuído em 2016

Descrição	Quantidade	Investimento
Conjuntos de mesa e cadeira para alunos	293.872	R\$ 54.303.402,37
Conjuntos de mobiliário de professor	757	R\$ 210.068,98
Mesas acessíveis à pessoa em cadeira de rodas	453	R\$ 100.615,83
<b>Total</b>	<b>298.082</b>	<b>R\$ 54.617.087,18</b>

Tabela 11: Mobiliário

### Rede de Suprimentos

Trata-se de um sistema inovador na logística pública, pelo qual todas as mais de 5 mil escolas da rede são abastecidas com materiais de escritório, informática e limpeza, desburocratizando o processo de compra de produtos. Um dos benefícios dessa ferramenta, que conta com 1.233 produtos, é desonerar o trabalho do diretor da escola das tarefas relacionadas à aquisição e entrega de materiais. A escola faz a requisição dos itens de que necessita e, após a confirmação, os produtos são entregues diretamente a ela. Em 2016 foram investidos R\$ 39,3 milhões na Rede de Suprimentos.



## **Tecnologia**

As ações de tecnologia englobam variadas linhas de atuação, entre as quais são destacadas as seguintes:

- **Outsourcing de computadores** - Ação na qual a FDE faz locação de equipamentos para a rede de ensino, incluindo manutenção preventiva, corretiva e permanente de computadores. Atende todas as diretorias de ensino e escolas.

- **Outsourcing de Impressão** - Abrange a disponibilidade de impressoras e suprimentos para uso cotidiano, além do atendimento a projetos especiais, em todas as escolas, DEs e nos órgãos centrais. Inclui a operação de 12.255 impressoras.

- **Rede Intragov** - Infraestrutura de comunicação implantada na rede estadual de ensino e nos demais prédios da SEE, que oferece serviços de transmissão de dados, comunicação de voz, videoconferência e acesso à internet de banda larga. Em 2016, em continuidade à segunda fase do “Projeto de Upgrade dos links”, foram atendidas 2.627 escolas. Para melhoria da conexão das escolas à internet e segurança de navegação, foram adotadas providências para a substituição de firewalls e switches em todas as unidades da rede estadual.

- **VOIP (tecnologia de telefonia sobre IP)** - São 10.596 Pontos de tecnologia VOIP mantidos e/ou instalados em um moderno sistema de telefonia que garante a comunicação entre as diversas coordenadorias, órgãos e instâncias administrativas da SEE e Diretorias de Ensino.

- **Plataformas de ambiente virtual de aprendizagem** - trata-se de disponibilização de infraestrutura e hospedagem da plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem para a Escola de Formação de Professores - EFAP e a Escola Virtual de Programas Educacionais - EVESP atendendo a formação de professores e de alunos.

### **Pilar 5 - Mobilizar, engajar e responsabilizar a rede, os alunos e a sociedade em torno do processo de ensino-aprendizagem**

O Pilar 5 contempla a diretriz “Coerência, consistência e estabilidade na comunicação para engajamento da rede e da sociedade”. A gestão democrática da escola é princípio definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), na Constituição Federal (1988) e nos Planos Nacional e Estadual de Educação (2014 e 2016, respectivamente) e se assenta no pressuposto de que a educação é um processo social colaborativo, que demanda a atuação das comunidades interna e externa da escola. Ao participarem das ações escolares, os indivíduos têm a oportunidade de fortalecer o próprio trabalho, sentirem-se autores e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Uma escola democrática é aquela em que seus participantes estão coletivamente organizados e comprometidos com a promoção de um processo educativo que equilibre qualidade com equidade.



A implantação de uma gestão escolar democrática efetiva, no entanto, é trabalho árduo, que demanda não apenas a criação de tempos e espaços específicos, mas exige das equipes de gestão da escola atuação no sentido de estimular os jovens e seus responsáveis a participarem; não apenas isso, é preciso que as iniciativas que envolvam os colegiados existentes (Grêmios Estudantis e Conselhos Escolar) e a Associação de Pais e Mestres (APM) articulem-se e interajam de maneira adequada com outras políticas da Secretaria, tais como Professor Mediador e Programa Escola da Família.

### **5.1. Fortalecimento dos mecanismos da gestão democrática – Conselhos, Grêmios e APMs**

Os **Grêmios Estudantis** são agremiações que representam os interesses dos estudantes e criam oportunidade para que os alunos discutam, desenvolvam e fortaleçam ações tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O Grêmio é também importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos. Atualmente há, na Rede 4.513 escolas com Grêmios atuantes. Para que as ações de protagonismo juvenil aconteçam é imprescindível que a participação do adolescente seja de fato autêntica e não apenas simbólica. Educar para a participação demanda que o educador vá além da assimilação de noções e conceitos sobre o tema, mas sim adote nova conduta, articulada com os Grêmios Estudantis, participando no Conselho de Escola, nas discussões da Proposta Pedagógica e do Regimento Escolar.

Instituído em todas as escolas, o Conselho de Escola é um colegiado de caráter decisório em relação às ações a serem executadas na unidade escolar, nos aspectos pedagógicos, administrativos e técnicos. Exige a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, para efetivar seu poder de decisão e a corresponsabilidade na gestão escolar, com papel determinante na análise e aprovação da Proposta Pedagógica da unidade escolar. A SEE vem desenvolvendo ações de fortalecimento desses Conselhos de Escola, enquanto ferramenta de gestão democrática, para uma atuação integrada com as ações dos Grêmios Estudantis e das Associações de Pais e Mestres.

A Associação de Pais e Mestres - APM - é uma instituição auxiliar da escola, que tem a finalidade de colaborar no aprimoramento do processo educacional e na integração família-escola-comunidade. Recebe verbas públicas e doações que podem contribuir para a conservação do prédio e de suas instalações. As atividades da APM estão previstas no Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Escola.

Em 2016, a Secretaria criou o Projeto Gestão Democrática, cujo principal eixo de atuação é o aprimoramento e a implementação de ações de gestão participativa no ensino estadual paulista, nos diferentes espaços de deliberação já existentes: Grêmio Estudantil, Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres. Além de ampliar a escuta da rede, da comunidade educacional e da sociedade, o projeto tem como objetivo a construção de um dispositivo legal, com a perspectiva de fortalecer as relações democráticas nas unidades do sistema de ensino público paulista. A execução do Projeto prevê a realização de 4 etapas: Diagnóstico, Encontros Locais e Regionais e Encontro Estadual, sendo que em 2016 foi concluído a etapa diagnóstica, com a realização de 105 grupos de escuta envolvendo mais de



2.700 pais, alunos, professores e servidores e um questionário para o mesmo público, que contou com a participação de aproximadamente 437 mil respondentes.

A escola tem recebido também um grande apoio de docentes que atuam como **Professores Mediadores** nas relações interpessoais internas e com a comunidade externa. Trata-se de função criada em 2011 e que privilegia práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar, a partir da análise e do entendimento dos fatores de vulnerabilidade e de risco a que possam estar expostos os alunos. Atualmente são 3.253 profissionais exercendo esta atividade na rede estadual.

Os professores mediadores têm garantido grande apoio para a escola na orientação aos pais e responsáveis sobre o papel da família no processo educativo e tem tido sua atuação potencializada pela articulação com o **Programa Escola da Família**. Este programa promove a abertura das escolas públicas estaduais aos finais de semana para que jovens, adultos e crianças envolvem-se em atividades como oficinas de jogos, dança, artesanato, sessões de cinema, teatro, rodas de leitura, que contemplam quatro eixos de interesse: Cultura, Esporte, Saúde e Trabalho. Na realização dessas atividades estão envolvidos não apenas 11.001 voluntários, como também 11.529 mil universitários que, como bolsistas, envolvem-se no esforço de tornar as 2.178 escolas estaduais e 126 escolas municipais que hoje participam do Programa em local privilegiado para construção de uma cultura de paz e de inclusão social. Em diversas regiões do Estado, as escolas públicas constituem o principal, ou, muitas vezes, o único equipamento público comunitário, especialmente nas localidades em que há pouca ou nenhuma opção de lazer e cultura. Os espaços escolares, normalmente ociosos aos finais de semana, passam a ser ocupados com atividades endereçadas à comunidade, possibilitando-lhe o direito de conquistar e fortalecer sua identidade. Assim, responsabilmente, essa comunidade, apropriando-se desses espaços, agrega ao seu cotidiano valores essenciais para a edificação de uma cultura participativa.

## 5.2. Canais Institucionais

Em 2013, a Educação criou o Espaço do Servidor, intranet voltado exclusivamente para servidores da Pasta com notícias, informações e comunicados da Secretaria. O canal institucional conta também com um espaço voltado para disponibilizar materiais que facilitem a vida do servidor, como processos administrativos, tutoriais e manuais. Um dos grandes diferenciais da Intranet é que o servidor pode comentar as matérias, proporcionando uma grande interatividade. Em 2014/2015, recebeu o prêmio de melhor Intranet do Brasil.

A Intranet Espaço do Servidor teve uma grande mudança em 2016, que contou uma mudança de plataforma e sistema de hospedagem, gerando uma economia de R\$ 5 milhões de reais/ano. Isso se deveu à parceria feita pela Secretaria com a Microsoft, que cedeu licenças e a mudança de armazenamento na nuvem (Armazenamento Cloud), no lugar de servidores físicos. Além disso, a Intranet Espaço do Servidor também firmou dezenas de parcerias, o que possibilitou o sorteio entre os servidores de 13.648 prêmios, entre ingressos culturais, cursos, vouchers em restaurantes, voo de balão, diárias em hotéis, livros e outros brindes.



Em relação a comunicação externa, a **Assessoria de Comunicação e Imprensa** estruturou e desenvolveu em 2016 diversas campanhas com foco nos projetos prioritários da Pasta. A estratégia contemplou todas as plataformas de comunicação disponíveis atualmente na secretaria – direcionada para o público interno – e um vasto repertório de materiais e planejamento para o público externo – veículos de imprensa, formadores de opiniões, entre outros. Em média, foram veiculadas por mês 1.315 notícias, sendo 800 em jornais impressos, 125 em emissoras de TV, 210 em rádios e 180 nos portais da internet.

Quando analisada a repercussão e alcance do Portal ([www.educacao.sp.gov.br](http://www.educacao.sp.gov.br)), foram 171 milhões de acessos e mais de 409 milhões de visualizações de páginas. Foram produzidas 1.390 matérias e 141 vídeos reportagens. Nas redes sociais, a página do Facebook possui atualmente 262 mil fãs, o Twitter 61,8 mil seguidores e na conta do Instagram, lançada em agosto, já foram publicadas 213 fotos com um total de mais de 5,4 mil interações.

### **Conselho Estadual de Educação**

Tendo em vista a relevância da articulação da Secretaria com segmentos representativos da sociedade, o último segmento deste relatório sintetiza o formato de atuação do Conselho Estadual de Educação de São Paulo - CEE-SP. O Conselho atua como órgão **normativo, deliberativo e consultivo** do sistema educacional público e privado paulista.

Ao longo de 2016, o Conselho deu continuidade às suas ações regulares, produzindo documentos relevantes para balizar as políticas educacionais do estado, e que podem ser encontrados em seu site institucional (<http://www.ceesp.sp.gov.br/>).



## **SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO**

### **Missão e Objetivos**

A Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - SERT, criada para executar, no Estado, a política de valorização do trabalho e do trabalhador, tem como finalidade a formulação e a execução de políticas, programas e projetos voltados ao emprego, às relações do trabalho e ao empreendedorismo. Para aproximar o trabalhador das novas oportunidades do mercado fomentando a geração de trabalho e renda, a Secretaria atua na coordenação da implementação das políticas do Sistema Público de Emprego e do Sistema de Relações do Trabalho.

O Sistema Público de Emprego compreende as ações voltadas à ampliação de oportunidades de trabalho, ao estímulo do desenvolvimento de formas alternativas de ocupação e renda, à capacitação, qualificação e requalificação profissional, e à intermediação de mão de obra.

O Sistema de Relações do Trabalho compreende, ainda, ações voltadas à melhoria na qualidade de vida no trabalho, por meio de orientações procedimentais e gerais aos empregados, empregadores, sindicatos ou associações e da promoção de lazer aos trabalhadores.

Por fim e, em complemento a essas informações, será feita uma breve explanação de todas as ações da Pasta, com objetivo, metas, desempenho entre outras informações necessárias acerca do ano de 2016.

### **1. Programa de Inserção no Mercado de Trabalho e Gestão da Diversidade**

Atua diretamente com programas sociais, desenvolvendo ações geradoras de emprego e renda para população em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. De uma forma geral, todos os programas desenvolvidos investem na criação de possibilidades de trabalho, qualificação de mão de obra e recuperação do indivíduo, partindo do princípio que só se atinge uma sociedade mais equilibrada se houver igualdade de oportunidades e condições para todos, de forma ampla e irrestrita.

Ações abrangidas: Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho; Frentes de Trabalho; Aprendiz Paulista; Apoio à Pessoa com Deficiência; Apoio ao Egresso e Selo da Diversidade.

#### **1.1. Programa Emergencial de Auxílio Desemprego - PEAD - Frentes de Trabalho**

A Ação denominada “Frentes de Trabalho”, também conhecida como Programa Emergencial de Auxílio Desemprego - PEAD foi instituída pela Lei Estadual nº 10.321 de 08, de junho de 1999 e regulamentado por decreto, com alterações posteriores. Visa proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda a parte da população desempregada e em situação de alta vulnerabilidade social.





Para tanto, os bolsistas atendidos prestam serviços auxiliares de interesse da comunidade local, do Município ou do Estado, permanecendo por um período máximo de 9 meses, recebendo mensalmente bolsa-auxílio no valor de R\$ 210,00, cesta alimentação no valor de R\$ 86,00, transporte e cobertura de seguro de acidentes pessoais. A jornada de atividades é de 06 horas diárias, 04 dias por semana e 150 horas de qualificação profissional ou alfabetização, quando necessário.

### Dados de atendimento em 2016

BENEFÍCIOS BOLSA AUXÍLIO PAGOS	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
4.776	50

### 1.2. Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho

Trata-se de uma ação que, instituída pelo Governo do Estado por meio do Decreto nº 44.860, de 27 de abril de 2000, e alterações posteriores, realiza a intermediação entre empresas e jovens entre 16 e 21 anos, buscando oferecer a primeira experiência profissional no mercado de trabalho, através de um estágio remunerado, cabendo à empresa o valor mínimo de R\$ 3,13 por hora, e ao Governo o valor fixo de R\$ 65,00 mensais. Tem como fim reduzir a vulnerabilidade juvenil; oferecer experiência profissional; estimular o interesse pelos estudos; melhorar o desempenho escolar e a autoestima do jovem.

### Dados de atendimento em 2016

JOVENS INSCRITOS	JOVENS ENCAMINHADOS	VAGAS CAPTADAS	JOVENS INSERIDOS
34.035	9.700	3.626	3.714

### 1.3. Programa Aprendiz Paulista

Ação instituída pelo Decreto nº 54.695/2009, tem como finalidade proporcionar a inserção do jovem no mercado de trabalho e, por consequência, combater o desemprego que está diretamente ligado à falta de experiência profissional.

Atua sob a coordenação da SERT em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SDECTI e em parceria com o Centro Paula Souza, na intermediação entre a busca por um trabalho técnico-profissional e o preenchimento das vagas para aprendizes, ofertadas pelo empregador. Por fim, o custo do Aprendiz Paulista para a empresa é de um salário mínimo/hora e todos os benefícios garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.



Sem contar que, além de contribuir com a inserção no mercado de trabalho, a empresa também passa a atender ao disposto no artigo 429 da CLT, o qual estabelece a quota legal mínima de contratação de aprendizes.

#### Dados de atendimento em 2016

APRENDIZES INSCRITOS	APRENDIZES ENCAMINHADOS	VAGAS CAPTADAS	APRENDIZES INSERIDOS
2.886	1.601	1.632	1.678

#### 1.4. Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência

O Apoio à Pessoa com Deficiência tem como objetivo encaminhar trabalhadores com deficiência para oportunidades de emprego, bem como cursos de qualificação profissional. É administrado pela SERT, e funciona desde 1995 nos Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT e nas unidades do Poupatempo.

Valioso ressaltar que, além de proporcionar às pessoas com deficiência a obtenção e a manutenção do emprego, auxilia no cumprimento do artigo 93, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, que determina cotas de contratação a serem cumpridas pelas empresas.

#### Dados de atendimento em 2016

INSCRITOS	ENCAMINHADOS	Nº DE VAGAS QUE ACEITAM PCD*	Nº DE VAGAS EXCLUSIVA PARA PCD*	INSERIDOS
3.023	14.590	23.369	6.831	1.123

\*PCD - Pessoas Com Deficiência

#### 1.5. Programa de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário

O Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário - PRÓ-EGRESSO, instituído através dos Decretos nº 55.125 e nº 55.126, ambos de 07 de dezembro de 2009, tem como objetivo a reintegração social do público egresso e pré-egresso através da preparação dos indivíduos e da criação de oportunidades depois de cumprimento das medidas punitivas. Tem como público alvo adolescentes que cumprem medida socioeducativa, egressos do sistema prisional, presos em unidades de regime semi-aberto e apenados com restrição de direitos.

Outrossim, prevê ações conjuntas entre a SERT, Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Fundação Centro de Atendimento



Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, oferecendo cursos de qualificação profissional e intermediação de vagas de trabalho para egressos.

### **Dados de atendimento em 2016**

<b>EGRESSOS INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>REGIME SEMI ABERTO ATENDIDOS PELO PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO</b>
205	273

#### **1.6. Selo Paulista da Diversidade**

O Selo Paulista da Diversidade, instituído pelo Decreto n.º 52.080/2007, tem como objetivo promover o destaque a organizações públicas, privadas e da sociedade civil que tenham uma participação efetiva no desenvolvimento de ações em programas, projetos e ações de promoção e valorização da diversidade - seja de etnia, de gênero, cultural etc. em seus ambientes de trabalho e em suas áreas de atuação.

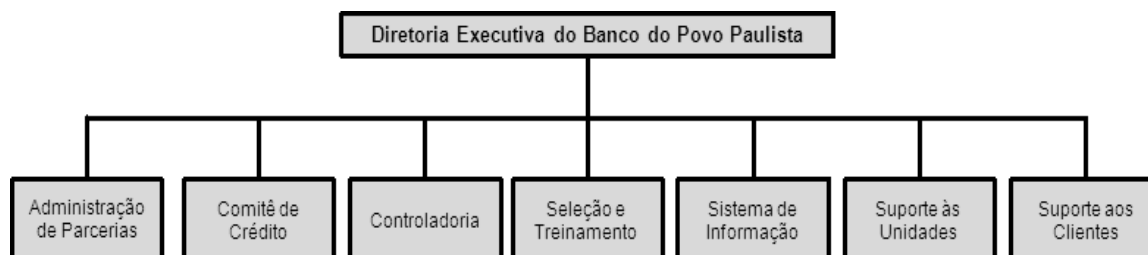
Dentro de uma política pública com acentuada conotação social, tem ação específica que visa uma geração mais equilibrada de renda na sociedade. Atribuição do selo não deve ser confundida como um prêmio. Existe um processo técnico-científico aferido por grupo especializado e com a participação da Sociedade Civil no sentido de conferir autenticidade ao selo, que poderá ser usado pela organização que o receber junto a sua marca, propaganda, embalagens etc.

Dentro da valorização das diferenças, o Selo da Diversidade busca focar a igualdade racial, o respeito à orientação sexual, o gênero e a inclusão profissional de portadores de deficiência. Assim, as organizações, privadas, públicas e da sociedade civil, ao adotarem Programa de Diversidade, terão o reconhecimento do Estado mediante a entrega do Selo da Diversidade, valorizando o potencial cultural dentro da diversidade no mercado de trabalho.

## **2. Programa de Empreendedorismo**

### **Organograma da Coordenação de Políticas de Empreendedorismo**

A Coordenação de Políticas de Empreendedorismo da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho é responsável pela execução dos programas Banco do Povo Paulista; “Escola do Empreendedor Paulista”; e Casa Paulista Microcrédito - Banco do Povo Paulista (Habita SP).



**Administração de parcerias:** responsável pela gestão dos convênios do Banco do Povo Paulista - BPP, firmados entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais. **Comitê de Crédito Operacional:** responsável pela análise e aprovação das solicitações de financiamentos, refinanciamentos e renegociações. **Sistema de Informação:** responsável pelo desenvolvimento e atualização do site do programa e pela geração de relatórios gerenciais. **Seleção & Treinamento:** setor de recrutamento e treinamento dos agentes de crédito. **Controladoria:** responsável pela auditoria e acompanhamento das Unidades. **Suporte às Unidades:** responsável pelo apoio aos agentes de crédito das unidades do Banco do Povo Paulista em todo o Estado.

## 2.1. Programa Banco do Povo Paulista

É uma ação de microcrédito produtivo desenvolvido pelo Governo do Estado, por meio da SERT, em parceria com as Prefeituras Municipais, visando promover geração de emprego e renda conforme disposições previstas em lei. Oferece financiamentos para empreendedores de micro e pequenos negócios, para capital de giro e investimento fixo, como forma de viabilizar o desenvolvimento social/econômico local, bem como geração de renda e empregos.

A implantação do programa é feita por meio de parcerias com os Municípios, nas quais o Estado participa com 90% dos recursos financeiros para a constituição do Fundo de Investimento de cada Município, seleciona e treina os agentes de crédito, gerencia e supervisiona as atividades operacionais da unidade. Compete aos Municípios parceiros disponibilizar o espaço físico, infraestrutura, recursos humanos e manutenção da Unidade local, além da participação financeira de 10% do Fundo Municipal.

Tem como público alvo os empreendedores formais ou informais, urbanos e rurais, microempreendedores individuais, produtores rurais, cooperativas e associações de produção formalmente constituídas e, atualmente, atende 543 municípios, abrangendo cerca de 85% do Estado. Para obter o financiamento é necessário, primeiramente, verificar se o município é contemplado com o Banco do Povo Paulista e se o interessado atende aos requisitos exigidos pelo Programa. O empreendedor interessado pode localizar o endereço da unidade mais próxima ou solicitar crédito pelo site [www.bancodopovo.sp.gov.br](http://www.bancodopovo.sp.gov.br).

Os tipos de financiamentos são: capital de giro, investimento fixo e misto (capital de giro + investimento fixo).



As linhas de crédito: Pessoa Física - quem trabalha por conta própria - de R\$ 200,00 até R\$ 5.000,00; Pessoa Física - produtor rural - de R\$ 200,00 até R\$ 20.000,00; Pessoa Jurídica, incluindo microempreendedor individual - de R\$ 200,00 até R\$ 20.000,00, e; Cooperativas e Associações Produtivas - de R\$ 200,00 até R\$ 25.000,00.

E as taxa de juros e encargos: juros pré-fixados de 0,35% ao mês, comissão de permanência: 2,5% ao mês (sobre parcela em atraso), isenção da Taxa de Abertura de Crédito – TAC e do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

### **Municípios beneficiados pelo Banco do Povo em 2016**

<b>ANO REFERÊNCIA</b>	<b>Quantidade de Municípios CONTEMPLADOS</b>	<b>Quantidade de Municípios DESABILITADOS</b>
2016	3	8

### **Resultado do Banco do Povo – 2016**

<b>ANO REFERÊNCIA</b>	<b>NÚMERO DE OPERAÇÕES</b>	<b>RECURSOS EMPRESTADOS (R\$)</b>	<b>VALOR MÉDIO PARA EMPRÉSTIMO</b>
2016*	26.147	R\$ 162.869.364,45	R\$ 6.229,00

Inaugurações em 2016: Município de Luiziânia (RA Araçatuba/RG Araçatuba), Sabino (RA Bauru/RG Lins) e Ibaté (RA Central/RG São Carlos).

## **2.2. Empreendedor Paulista**

Conhecido como Escola do Empreendedor Paulista, trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio da SERT e do Banco do Povo Paulista, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, que visa oferecer conhecimentos que facilitem a gestão de micro negócios.

Os dez cursos básicos da Escola do Empreendedor Paulista têm por objetivo tornar possível que os clientes do Banco do Povo Paulista, em todo o Estado de São Paulo e dos demais Estados do País, recebam noções básicas de como gerir seu empreendimento, potencializando o uso do microcrédito produtivo, orientado para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.



Tem como público alvo os microempreendedores urbanos e rurais, formais e informais, clientes ou não do Banco do Povo Paulista e demais interessados. Os cursos são oferecidos gratuitamente na modalidade de educação à distância, com a utilização de material impresso, vídeoaulas e, facultativamente, internet (suporte de sistema de gestão da aprendizagem).

De modo a atingir àqueles que não possuem acesso à internet, foram distribuídos, neste ano, 21.262 kits da Escola, com o conteúdo dos cursos impressos em apostilas e interativo em DVDs. Além disso, também foram entregues 16.330 Gibis do Empreendedor, que complementam os cursos de forma lúdica, por meio de histórias em quadrinhos e atividades.

Item	Qtd.
Kits distribuídos	21.262
Gibis do Empreendedor	16.330

### 2.3. Habita São Paulo

Habita SP/Banco do Povo Paulista conhecido como Casa Paulista Microcrédito/Banco do Povo Paulista é o Programa de Microcrédito Habitacional do Governo do Estado de São Paulo destinado aos mutuários adimplentes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, com o objetivo de oferecer empréstimos para a realização de reforma, ampliação e/ou adequação de unidade habitacional, de acordo com as disposições previstas no Decreto nº 57.369/2011.

A execução do programa é conduzida pelas Secretarias de Estado da Habitação e do Emprego e Relações do Trabalho, por meio das unidades do Banco do Povo Paulista e os empréstimos variam de R\$ 200,00 a R\$ 7.500,00. O valor pode ser parcelado em até 36 vezes, com taxa de juros de 0,35% ao mês. Para participar, é preciso morar no imóvel que será foco do financiamento, ter renda familiar de até cinco salários mínimos, não ter restrições cadastrais e apresentar fiador. Não é cobrada nenhuma taxa para ter acesso ao financiamento.

### Resultados Habita São Paulo/Casa Paulista – 2016

ANO REFERÊNCIA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	RECURSOS EMPRESTADOS (R\$)	VALOR MÉDIO PARA EMPRÉSTIMO
2016	464	R\$ 3.307.387,27	R\$ 7.128,00



### **3. Desenvolvimento Técnico para Empreendedorismo e Empregabilidade**

#### **3.1. Observatório do Emprego e Trabalho**

A SERT vem desenvolvendo ações e projetos voltados para o Trabalho Decente, com o objetivo de que o mesmo seja reconhecido como um de seus programas.

Tratase da aplicação da política de trabalho conforme as orientações da Organização Internacional do Trabalho - OIT, visando a execução de ações que tenham como foco a disseminação do conceito de “Trabalho Decente” em encontros, capacitações e conferências voltados aos jovens, aos representantes sindicais, patronais, gestores públicos e trabalhadores em geral. O programa também subsidia a execução da Agenda Estadual de Emprego e Trabalho Decente que é desenvolvida pela Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente, coordenada pela SERT e formada por secretarias estaduais, sindicatos e federações patronais.

Os principais objetivos do Programa do Trabalho Decente são: (i) Coordenar a Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente e executar a Agenda Estadual de Emprego e Trabalho Decente e (ii) Diplomar Empresas em Boas Práticas de Trabalho Decente - Selo Social com Creditação Internacional voltado para empresas privadas, que alcancem no mínimo 70% dos indicadores da Organização Internacional do Trabalho, avaliados por auditores treinados.

##### **3.1.1. Diplomação em Boas Práticas de Trabalho Decente**

O Objetivo desta ação é disseminar o conceito do Trabalho Decente dentro do mundo cooperativo das empresas privadas, capacitando os seus gestores sobre o tema e certificando as boas práticas de trabalho desenvolvidas, como: igualdade de gênero e raça, erradicação do trabalho escravo e infantil, jornada de trabalho, formalização, inserção das pessoas com deficiência, entre outros.

##### **3.1.2. Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente**

Foram realizadas reuniões mensais e semanais dos grupos de trabalho da Comissão Estadual de Trabalho Decente (no total de 17) e finalizada a Agenda e o Plano Estadual de Trabalho Decente, em consonância as atribuições dispostas no Decreto nº 59.526/2013.

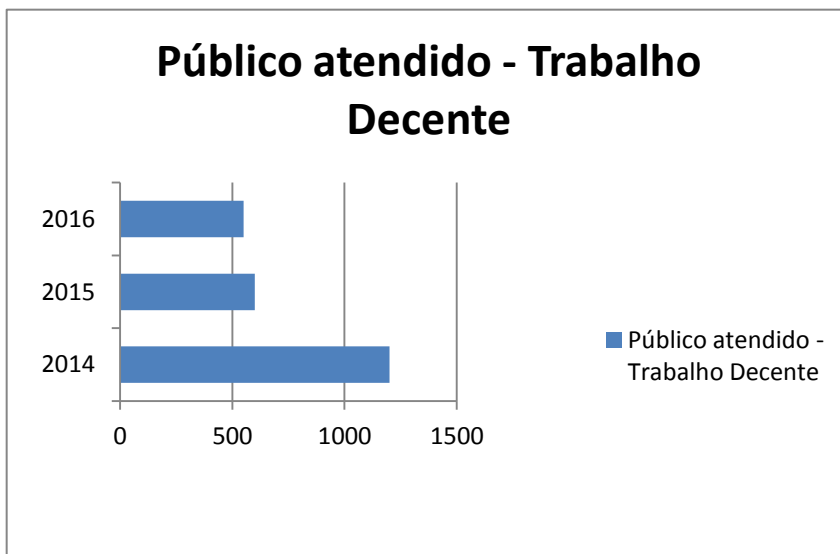
Foram realizados, também, quatro seminários no ano de 2016, além de meda redonda e outros eventos a saber:

- Seminário Igualdade de Oportunidades e Trabalho Decente com o objetivo de deliberar ações prioritárias a partir do debate de 5 grupos temáticos para construção do plano estadual de trabalho decente: diversidade sexual, pessoas com deficiência, raça, gênero e imigrantes. O seminário contou com palestrantes nos diversos temas, e a participação de cerca de 200 pessoas. Cada grupo deliberou cinco propostas de políticas para cada área.



- Mesa redonda Erradicação das Piores Formas de Trabalho realizada no dia 07 de abril de 2016, com objetivo de construir diálogo e integração entre a Comissão de Trabalho Decente e o Poder Judiciário do Trabalho.
- Seminário Economia Solidária e Cooperativismo que contou com a participação de especialistas nos temas a fim de contribuir para o debate de mais de 150 pessoas.
- Evento de comemoração ao Dia Internacional do Trabalho Decente, que recebeu especialistas do Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas para um WorkShop da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contando com mais de 120 participantes.
- Academia de Cooperação Internacional do Trabalho - Organização Internacional do Trabalho - Centro de Treinamento da ONU - Turin, Itália. A supervisora Letícia Mourad ganhou bolsa mérito para participar do curso de Cooperação Internacional do Trabalho e apresentou as ações desenvolvidas pela SERT na Academia Internacional da ONU.
- Seminário sobre políticas de trabalho decente para a juventude realizado pela Organização Internacional do Trabalho - OIT na Universidade de São Paulo - USP.
- Seminário Diálogos Nacionais sobre o Futuro do Trabalho realizado pela Organização Internacional do Trabalho na Universidade de São Paulo - USP.

#### Gráfico de atendimento - 2014/2015/2016



Obs: Público atendido nos seminários desenvolvidos pela Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente.

#### Convites externos para divulgação do trabalho - 2016





### **3.2. Comissões de Emprego**

A Comissão Estadual de Emprego - CEE, regida pela resolução nº 80, de 19 de abril de 1995 e pelo Decreto n.º 40.322/1995, é formada, atualmente, por 15 Conselheiros efetivos com respectivos suplentes. Tem por atribuição estimular e aprovar a criação de comissões tripartite de emprego nos municípios paulistas, assim como colaborar na definição e no desenvolvimento de políticas públicas locais de trabalho, emprego e renda.

A relação da SERT com as Comissões Municipais de Emprego - CME permite que o cronograma de trabalho das atividades da secretaria seja elaborado a partir das demandas apresentadas pelos municípios, resultando em programas capazes de conciliar abrangência geográfica e atenção às necessidades locais.

### **3.3. Informações Estratégicas para Empreendedorismo**

Tem como finalidade a entrega de metodologia de formação em Trabalho Decente para Empreendedorismo, contendo conteúdos que auxiliam a inserção do microempreendedor no mercado de trabalho de forma decente.

### **3.4. Informações Estratégicas para Formação Profissional**

Tem como fim a realização de Metodologia que visa priorizar ações de qualificação profissional para o micro empreendedorismo.

## **4. Fomento ao Emprego e Renda**

A Coordenação de Políticas de Emprego e Renda - CPER é responsável pelo desenvolvimento e execução de políticas públicas de fomento ao emprego, trabalho e renda, com destaque para a qualificação profissional de trabalhadores.

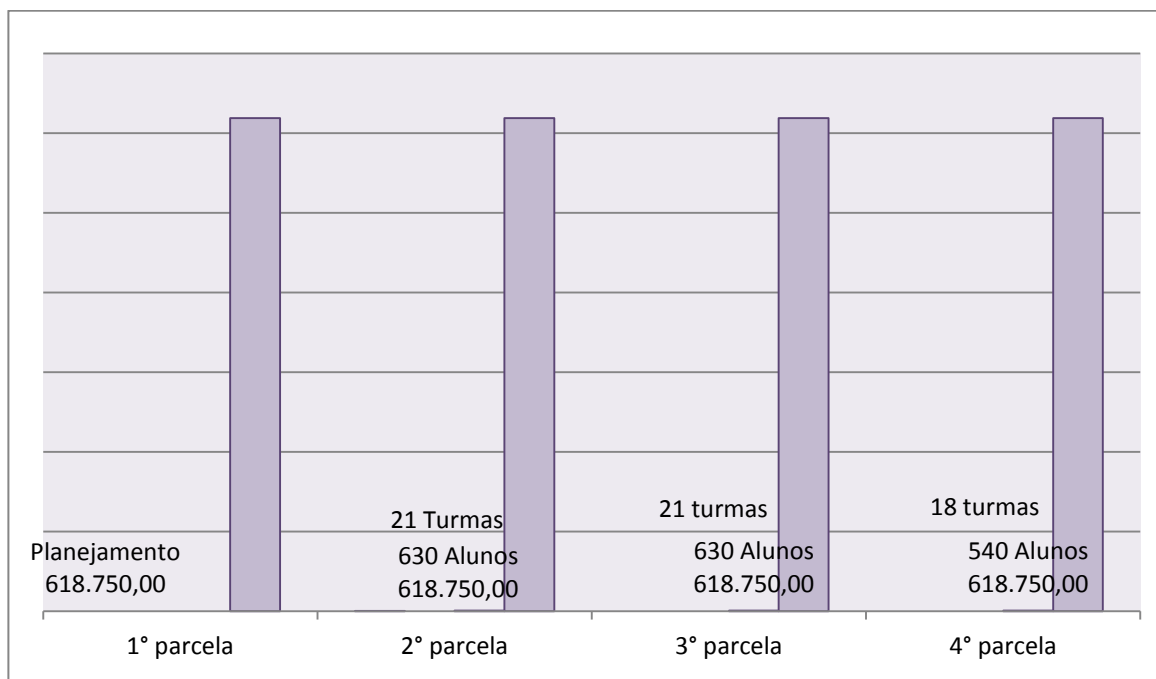
### **4.1. Qualificação Requalificação Profissional do Trabalhador**

A ação em tela tem como foco capacitar, qualificar ou requalificar o trabalhador, de preferência desempregado, visando sua inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho. Sendo que o público alvo abrange a população a partir de 16 anos de idade.

Visando à aderência do programa às reais necessidades do mercado de trabalho paulista, o oferecimento dos cursos do Programa Estadual de Qualificação Profissional - PEQ nos municípios é definido de acordo com as demandas originárias das Comissões Municipais de Emprego, cotejadas por estudos realizados pelo Observatório do Emprego e do Trabalho. O Governo do Estado oferece aos participantes do programa bolsa-auxílio no valor de R\$ 210,00, e auxílio transporte, no valor de R\$ 120,00.



## Dados do ano de 2016



REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO - 2016			
MUNICÍPIO	REGIÃO	CURSO	VAGAS
ARUJÁ	SÃO PAULO	AUXILIAR DE COZINHA	60
ARUJÁ	SÃO PAULO	ELETRICISTA DE AUTOS	60
ARUJÁ	SÃO PAULO	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	30
GUARAREMA	SÃO PAULO	AUXILIAR DE COZINHA	60
GUARAREMA	SÃO PAULO	ELETRICIDADE RESIDENCIAL	30
GUARAREMA	SÃO PAULO	OPERAÇÃO DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	60
ITAPECERICA DA SERRA	SÃO PAULO	CUIDADOR DE IDOSOS	30
ITAPECERICA DA SERRA	SÃO PAULO	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
ITAQUAQUECETUBA	SÃO PAULO	MANICURE E PEDICURE	60
JANDIRA	SÃO PAULO	PEDREIRO	30
JANDIRA	SÃO PAULO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	60
MAUÁ	SÃO PAULO	PANIFICAÇÃO	60
POÁ	SÃO PAULO	Operador de EDITORAÇÃO	30
POÁ	SÃO PAULO	PEDREIRO	60
RIBEIRÃO PIRES	SÃO PAULO	CHOCOLATE ARTESANAL	90
RIO GRANDE DA SERRA	SÃO PAULO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	60
SANTA ISABEL	SÃO PAULO	ELETRICIDADE RESIDENCIAL	60



SANTA ISABEL	SÃO PAULO	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
SANTANA DO PARNAÍBA	SÃO PAULO	PANIFICAÇÃO	60
SANTO ANDRÉ	SÃO PAULO	OPERAÇÃO DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	60
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO PAULO	INFORMÁTICA - MANUTENÇÃO E MONTAGEM	60
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO PAULO	PANIFICAÇÃO	60
SÃO CAETANO DO SUL	SÃO PAULO	OPERAÇÃO DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	30
SUZANO	SÃO PAULO	SOLDADOR	60
SUZANO	SÃO PAULO	PANIFICAÇÃO	60
FERRAZ DE VASCONCELOS	SÃO PAULO	TÉCNICA DE VENDAS	60
OSASCO	SÃO PAULO	ELETRICIDADE RESIDENCIAL	60
EMBU GUAÇU	SÃO PAULO	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	60
EMBU GUAÇU	SÃO PAULO	ELETRICIDADE RESIDENCIAL	60
EMBU DAS ARTES	SÃO PAULO	INFORMÁTICA MANUTENÇÃO E MONTAGEM	60
JUQUITIBA	SÃO PAULO	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	60
CAJAMAR	SÃO PAULO	INFORMÁTICA MANUTENÇÃO E MONTAGEM	60
CAJAMAR	SÃO PAULO	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	90

<b>REGIÃO DE REGISTRO E SOROCABA</b>			
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>CURSO</b>	<b>VAGAS</b>
ALUMÍNIO	SOROCABA	AUXILIAR DEPARTAMENTO PESSOAL	30
ALUMÍNIO	SOROCABA	OPERAÇÃO DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	60
ARAÇOIABA DA SERRA	SOROCABA	ELETRICISTA - INSTALADOR RESIDENCIAL	60
ARAÇOIABA DA SERRA	SOROCABA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	30
BOM SUCESSO DO ITARARÉ	SOROCABA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
BOM SUCESSO DO ITARARÉ	SOROCABA	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
BOFETE	REGISTRO	ELETRICISTA - INSTALADOR RESIDENCIAL	30
BOFETE	REGISTRO	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30



BOFETE	REGISTRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
BURI	SOROCABA	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
BURI	SOROCABA	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
CAPÃO BONITO	SOROCABA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
CAPÃO BONITO	SOROCABA	ENCANADOR	30
CAPELA DO ALTO	SOROCABA	INFORMÁTICA - MANUTENÇÃO E MONTAGEM	30
CAPELA DO ALTO	SOROCABA	AUXILIAR DEPARTAMENTO PESSOAL	30
CERQUILHO	SOROCABA	ELETRICISTA - INSTALADOR RESIDÊNCIAL	60
CERQUILHO	SOROCABA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
CESARIO LANGE	SOROCABA	TECNICAS DE VENDAS	30
CESARIO LANGE	SOROCABA	OPERADOR DE CAIXA	30
BOTUCATU	REGISTRO	ALMOXARIFE	30
BOTUCATU	REGISTRO	DEPARTAMENTO PESSOAL	30
BOTUCATU	REGISTRO	TECNICAS DE VENDAS	30
BOTUCATU	REGISTRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
CONCHAS	REGISTRO	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
CONCHAS	REGISTRO	ELETRICISTA - INSTALADOR RESIDÊNCIAL	30
CONCHAS	REGISTRO	SOLDADOR	30
CORONEL MACEDO	REGISTRO	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
CORONEL MACEDO	REGISTRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
CORONEL MACEDO	REGISTRO	TECNICAS DE VENDAS	30



FARTURA	REGISTRO	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
FARTURA	REGISTRO	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
FARTURA	REGISTRO	OPERADOR DE CAIXA	30
GUAREI	REGISTRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
GUAREI	REGISTRO	ENCANADOR	30
ITAI	REGISTRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
ITAI	REGISTRO	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
ITAI	REGISTRO	ELETRICISTA - INSTALADOR RESIDÊNCIAL	30
ITAPERÁ	REGISTRO	OPERADO DE CAIXA	30
PIRAJU	REGISTRO	SOLDADOR	30
PIRAJU	REGISTRO	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
ITU	SOROCABA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
ITU	SOROCABA	TECNICAS DE VENDAS	30
MAIRINQUE	SOROCABA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	30
MAIRINQUE	SOROCABA	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
NOVA CAMPINA	SOROCABA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	30
PIEDADE	SOROCABA	ALMOXARIFE	30
PIEDADE	SOROCABA	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
PIRAJU	REGISTRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	30
PORTO FELIZ	REGISTRO	OPERADOR DE CAIXA	30
PORTO FELIZ	REGISTRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30



TAQUARITUBA	REGISTRO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
TAQUARITUBA	REGISTRO	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
TAQUARITUBA	REGISTRO	TECNICAS DE VENDAS	30
TATUI	SOROCABA	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
TATUI	SOROCABA	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
TIETE	SOROCABA	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
TIETE	SOROCABA	TECNICAS DE VENDAS	30
<b>1800</b>			

<b>REGIÃO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E SANTOS</b>			
<b>MUNICIPIO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>CURSO</b>	<b>VAGAS</b>
ARAPEÍ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ELETRICISTA - INSTALADOR RESIDÊNCIAL	30
ARAPEÍ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ENCANADOR	30
AREIAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	AUXILIAR DE COZINHA	30
AREIAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SOLDADOR	30
CAÇAPAVA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
CAÇAPAVA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CALDEIRARIA BÁSICA	30
CACHOEIRA PAULISTA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CUIDADOR DE IDOSOS	30
CACHOEIRA PAULISTA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PANIFICAÇÃO	30
CUNHA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ELETRICISTA DE AUTOS	30
CUNHA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	MONTADOR DE MÓVEIS	30
CRUZEIRO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PANIFICAÇÃO	30
CRUZEIRO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GESSEIRO	30
JACAREÍ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PANIFICAÇÃO	30
JACAREÍ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SOLDADOR	30



PINDAMONHANGA BA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ALMOXARIFE	30
PINDAMONHANGA BA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	OPERADOR DE CAIXA	30
POTIM	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30

POTIM	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TÉCNICAS DE VENDAS	30
ROSEIRA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	AUXILIAR DE COZINHA	30
ROSEIRA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CAMAREIRA	30
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	INFORMÁTICA - MANUTENÇÃO E MONTAGEM	30
SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PANIFICAÇÃO	30
TAUBATÉ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	AÇOUGUEIRO	30
TAUBATÉ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GESSEIRO	30
CARAGUATATUBA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CAMAREIRA	30
CARAGUATATUBA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO	30
ILHA BELA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
ILHA BELA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PORTEIRO	30
LORENA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	AÇOUGUEIRO	30
LORENA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SOLDADOR	30
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	AUXILIAR DE COZINHA	30
SÃO JOSÉ DO BARREIRO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CAMAREIRA	30
SILVEIRAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CUIDADOR DE IDOSOS	30
SILVEIRAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	MONTADOR DE MÓVEIS	30
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SOLDADOR	60
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TÉCNICAS DE VENDAS	30
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ELETRICISTA DE AUTOS	30
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30



SÃO LUIZ DO PARAITINGA	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	TÉCNICAS DE VENDAS	30
TREMembÉ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PANIFICAÇÃO	30
TREMembÉ	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	MANICURE E PEDICURE	30
SÃO SEBASTIÃO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PANIFICAÇÃO	30
SÃO SEBASTIÃO	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
BERTIOGA	BAIXADA SANTISTA	ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	30
BERTIOGA	BAIXADA SANTISTA	ELETRICISTA DE AUTOS	30
BERTIOGA	BAIXADA SANTISTA	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
GUARUJÁ	BAIXADA SANTISTA	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
GUARUJÁ	BAIXADA SANTISTA	SOLDADOR	30
SANTOS	BAIXADA SANTISTA	INST.E REPAR.DE REDES, CABOS E EQUIP.TELEFÔNICOS	30
SANTOS	BAIXADA SANTISTA	SOLDADOR	30
SANTOS	BAIXADA SANTISTA	WEB DESIGNER	30
SÃO VICENTE	BAIXADA SANTISTA	AÇOUGUEIRO	30
SÃO VICENTE	BAIXADA SANTISTA	PANIFICAÇÃO	30
SÃO VICENTE	BAIXADA SANTISTA	PORTEIRO	30
PRAIA GRANDE	BAIXADA SANTISTA	CUIDADOR DE IDOSOS	30
PRAIA GRANDE	BAIXADA SANTISTA	ELETRICISTA DE AUTOS	30
PRAIA GRANDE	BAIXADA SANTISTA	CORTE E COSTURA	30
ITANHAÉM	BAIXADA SANTISTA	TÉCNICAS DE VENDAS	30
ITANHAÉM	BAIXADA SANTISTA	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO	30
<b>1800</b>			

<b>CAMPINAS</b>			
<b>MUNICIPIO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>CURSO</b>	<b>VAGAS</b>
AMERICANA	CAMPINAS	AÇOUGUEIRO	30
AMERICANA	CAMPINAS	ELETRICISTA - INSTALADOR RESIDÊNCIAL	30
AMERICANA	CAMPINAS	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRONICA	30





AMPARO	CAMPINAS	CUIDADOR DE IDOSOS	30
AMPARO	CAMPINAS	PORTEIRO	30
ARTUR NOGUEIRA	CAMPINAS	SOLDADOR	30
ARTUR NOGUEIRA	CAMPINAS	TÉCNICAS DE VENDAS	30
ATIBAIA	CAMPINAS	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETROÔNICA	30
ATIBAIA	CAMPINAS	PANIFICAÇÃO	30
BRAGANÇA PAULISTA	CAMPINAS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
BRAGANÇA PAULISTA	CAMPINAS	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETROÔNICA	30
CAMPINAS	CAMPINAS	INST.E REPAR.DE REDES, CABOS E EQUIP.TELEFÔNICOS	60
CAMPINAS	CAMPINAS	PEDREIRO	60
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	CAMPINAS	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	CAMPINAS	AÇOUGUEIRO	30
HORTOLÂNDIA	CAMPINAS	INFORMÁTICA - MANUTENÇÃO E MONTAGEM	30
HORTOLÂNDIA	CAMPINAS	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
HORTOLÂNDIA	CAMPINAS	SOLDADOR	30
INDAIATUBA	CAMPINAS	CALDEIRARIA BÁSICA	30
INDAIATUBA	CAMPINAS	TÉCNICAS DE VENDAS	30

JAGUARIÚNA	CAMPINAS	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	30
JAGUARIÚNA	CAMPINAS	ELETRICISTA - INSTALADOR RESIDENCIAL	30
JUNDIAÍ	CAMPINAS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
JUNDIAÍ	CAMPINAS	CUIDADOR DE IDOSOS	30
LINDÓIA	CAMPINAS	CORTE E COSTURA	30
LINDÓIA	CAMPINAS	CUIDADOR DE IDOSOS	30
MOGI GUAÇU	CAMPINAS	PANIFICAÇÃO	30
MOGI GUAÇU	CAMPINAS	AÇOUGUEIRO	30
MOGI MIRIM	CAMPINAS	AUXILIAR DE COZINHA	30
MOGI MIRIM	CAMPINAS	PEDREIRO	30
MONTE MOR	CAMPINAS	ALMOXARIFE	30



MONTE MOR	CAMPINAS	MANICURE E PEDICURE	30
NAZARÉ PAULISTA	CAMPINAS	OPERADOR DE EDITORAÇÃO ELETRÔNICA	30
NAZARÉ PAULISTA	CAMPINAS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	30
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	CAMPINAS	ELETRICISTA - INSTALADOR RESIDENCIAL	30
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	CAMPINAS	PANIFICAÇÃO	30
VÁRZEA PAULISTA	CAMPINAS	CUIDADOR DE IDOSOS	30
VÁRZEA PAULISTA	CAMPINAS	ELETRICISTA DE AUTOS	30
VINHEDO	CAMPINAS	PORTEIRO	30
VINHEDO	CAMPINAS	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
ARARAS	CAMPINAS	SOLDADOR	30
ARARAS	CAMPINAS	TÉCNICAS DE VENDAS	30
BROTAS	CAMPINAS	CAMAREIRO	30
BROTAS	CAMPINAS	PEDREIRO	30
CONCHAL	CAMPINAS	ALMOXARIFE	30
CONCHAL	CAMPINAS	AUXILIAR DE COZINHA	30
CORDEIRÓPOLIS	CAMPINAS	PANIFICAÇÃO	30
CORDEIRÓPOLIS	CAMPINAS	PEDREIRO	30
IRACEMÁPOLIS	CAMPINAS	ENCANADOR	30
IRACEMÁPOLIS	CAMPINAS	GESSEIRO	30
LEME	CAMPINAS	PANIFICAÇÃO	30
LEME	CAMPINAS	ENCANADOR	30
PIRACICABA	CAMPINAS	AÇOUGUEIRO	30
PIRACICABA	CAMPINAS	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO DE PESSOAL	30
RIO CLARO	CAMPINAS	AÇOUGUEIRO	30
RIO CLARO	CAMPINAS	OPERADOR DE CAIXA	30
SÃO PEDRO	CAMPINAS	ATENDIMENTO E RECEPÇÃO	30
SÃO PEDRO	CAMPINAS	PANIFICAÇÃO	30
<b>1800</b>			

Fizeram parte do Programa Estadual de Qualificação Profissional - PEQ 3.600 alunos.



## **4.2. Time do Emprego**

O Time do Emprego é um Programa do Governo do Estado, desenvolvido pela SERT, através da Coordenação de Políticas de Emprego e Renda - CPER, com o objetivo de orientar e preparar os trabalhadores desempregados para enfrentar os desafios dos processos seletivos quando estão em busca de oportunidades de trabalho compatíveis com seus interesses, habilidades, competências pessoais e qualificação profissional. Tem como foco central a orientação profissional e reorientação de carreira, auxiliando trabalhadores desempregados na busca por uma colocação no mercado de trabalho, proporcionando aos participantes a ampliação de seus conhecimentos sobre as diversas formas e condições de buscar um emprego ou criar o próprio posto de trabalho.

Atualmente, há um novo enfoque de abordagem do Programa, com ênfase nas competências pessoais, na consolidação do desenvolvimento e estruturação psicossocial, elevação da autoestima e o reconhecimento de suas potencialidades.

Como resultado, o programa recoloca, em média, 70% dos participantes no mercado de trabalho, havendo, ao longo dos 12 encontros, uma queda na frequência dos participantes em decorrência da conquista de uma vaga de emprego.

O Time do Emprego é desenvolvido em parceria com as prefeituras, às quais cabe fornecer o espaço para a realização dos encontros, auxílio transporte e lanche para os participantes, além da disponibilização de dois funcionários, capacitados pela SERT, para atuarem como facilitadores.

Os participantes formam um grupo para troca de experiências e, durante esses encontros, recebem orientações sobre a elaboração de currículo, preparação para entrevista e processos seletivos, postura, apresentação pessoal e a conhecerem a si mesmos, suas habilidades e competências, a desenvolverem o espírito empreendedor e estabelecerem metas de trabalho e de vida.

O Time do Emprego é um programa que se propõe a apoiar e promover a reintegração do trabalhador. A meta do Programa é alcançar o número de 5 mil participantes e realizar capacitações de novos Facilitadores nas 21 Regiões Administrativas subdivididas do Estado.

A proposta do Programa Time do Emprego envolve 12 encontros semanais, com grupos de 20 a 25 trabalhadores desempregados, jovens que buscam o primeiro emprego, com idade maior ou igual a 16 anos. Esses grupos, de acordo com a metodologia do Time do Emprego, são denominados “times, porque todos se ajudam na busca pelo emprego a partir da troca de experiência e auxílio mútuo.

O conteúdo do Programa Time do Emprego abrange os seguintes temas:

- Orientação sobre o Programa;
- Quem sou Eu – minhas habilidades e competências pessoais;



- Desenvolvimento do currículo;
- Formulário de solicitação de Emprego e Entrevista;
- Técnicas da procura de emprego;
- Este emprego é para mim;
- Mantendo-me saudável;
- Testes aplicados pelos empregadores;
- Planejamento financeiro;
- Trabalho por conta própria;

Para participar do Programa Time do Emprego os interessados deverão estar desempregados, a partir de 16 anos e se inscrever em seus municípios, de acordo com o local indicado na divulgação, mediante a apresentação de documentos pessoais.

Longe de um viés assistencialista, o Time do Emprego se propõe a ajudar os trabalhadores a se valorizarem, a estabelecer e cumprir metas pessoais e profissionais, a conquistar seu lugar no mundo do trabalho adquirindo conhecimentos e autoconfiança que os acompanhará para muito além do emprego.

### **Desempenho do Programa Time do Emprego no Estado em 2016:**

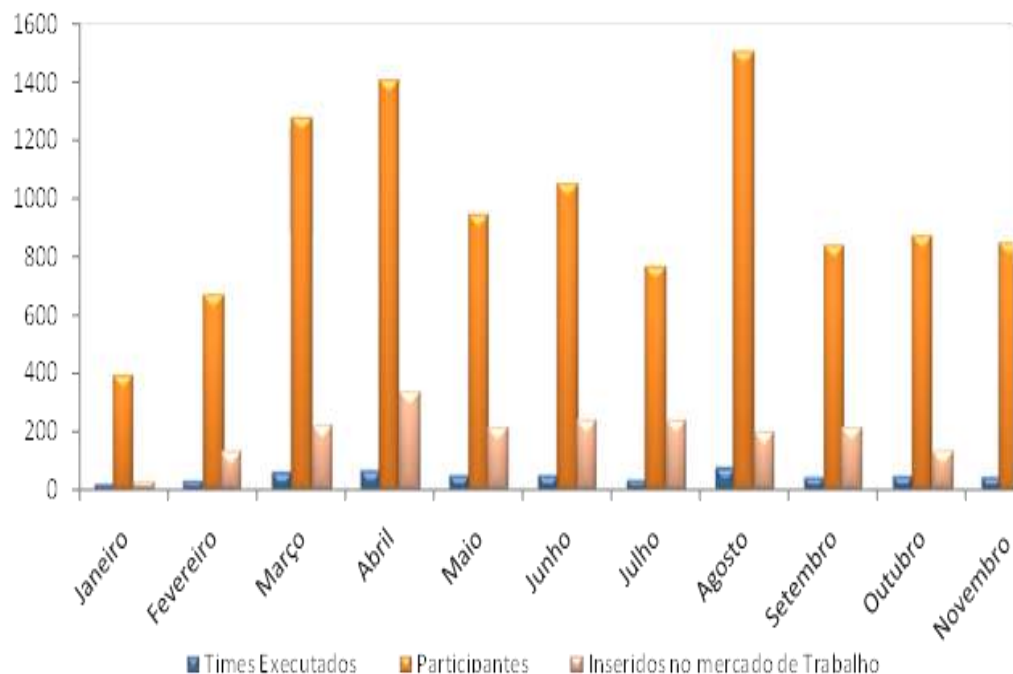
Municípios com Adesão ao Programa	Nº Municípios Contemplados	Times Executados	Nº de Facilitadores no Estado	Nº de participantes		Nº de Trabalhadores Inseridos
				Homens	Mulheres	
339	318	483	687	4212	6345	2145 = 20%



## Cénario Geral do Programa Time do Emprego

Mês	Número de Times Executados	Número de Municípios	Número de Inscritos	Número de Participantes	Mulheres	Homens	Número de Inseridos	% de Inseridos
Jan.	18	13	738	390	238	152	24	6%
Fev.	29	17	773	667	406	261	127	21%
Mar.	57	35	1515	1274	752	522	217	19%
Abr.	62	43	1987	1407	881	526	334	27%
Mai.	45	30	1303	942	555	387	215	27%
Jun.	45	32	1413	1050	597	453	240	26%
Jul.	31	27	966	765	409	356	237	34%
Ago.	72	42	1823	1504	931	573	196	15%
Set.	39	27	1194	838	556	282	215	29%
Out.	44	27	1218	874	526	348	134	18%
Nov.	41	25	1224	846	494	352	206	28%
Dez.	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>483</b>	<b>318</b>	<b>14154</b>	<b>10557</b>	<b>6345</b>	<b>4212</b>	<b>2145</b>	

## Dados do Programa Time do Emprego





## **Coordenação de Operações - COP**

A Coordenação de Operações - COP tem por atribuições coordenar e controlar a operacionalização dos planos e serviços executados nos Posto de Atendimento ao Trabalhador - PAT, através dos Centros Regionais, bem como sua implantação ou extinção.

É de competência da Secretaria o acompanhamento do resultado das ações executadas e a coleta de dados estatísticos de desempenho para prestar informações ao MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, executar a elaboração de planos de trabalho junto a outras Coordenações de Políticas Públicas de Emprego, estabelecendo convênios e parcerias.

**Postos de Atendimento ao Trabalhador - PAT:** São centros de referência das políticas públicas de geração de emprego e renda do Estado.

**Serviços Prestados nos PATs - Posto de Atendimento ao Trabalhador:** Intermediação de Mão de Obra; Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência - PADEF; Emissão de Carteira de Trabalho; Qualificação Profissional; Seguro Desemprego; Time do Emprego; Aprendiz Paulista; Jovem Cidadão; Banco do Povo e Pró-Egresso.

**Treinamento e Acompanhamento:** A equipe de Treinamento e Acompanhamento da COP realizou, *in loco*, o treinamento do Sistema Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego para todos os funcionários dos PAT e com todos os 21 Centros Regionais.

**Termos de Cooperação Técnica:** As parcerias entre a SERT e as Prefeituras e demais entidades são formalizadas por meio de Termo de Cooperação Técnica, que permitem a ininterruptão e melhoria da qualidade no atendimento, atuando em convergência para facilitar a inserção do cidadão no mercado de trabalho. A execução das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda abrange o Programa Intermediação de mão de obra, o Programa Seguro-Desemprego, a Emissão de Carteira de Trabalho.

### **4.3. Emissão Carteira de Trabalho/Previdência**

A Carteira de Trabalho é um dos únicos documentos a reproduzir a vida funcional do trabalhador. Assim, garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Sua emissão pode ser realizada nos Postos de Atendimento ao Trabalhador que, no Estado de São Paulo, atualmente conta com o número de **205** postos e **56** Poupatempos. De posse dos documentos necessários, o cidadão já sai do posto ou poupatempo, portando sua carteira de trabalho.



### Dados Carteira de Trabalho - 2016

ANO REFERÊNCIA	NÚMERO DE CARTEIRAS DE TRABALHO EMITIDAS
2016	914.150

### Dados Seguro Desemprego – 2016

ANO REFERÊNCIA	NÚMERO DE REQUERENTES	NÚMERO DE BENEFICIADOS
2016	1.566.354	1.176.025

#### 4.4. Intermediação de Mão-de-obra - IMO

A Intermediação de Mão-de-obra - IMO é uma ação que objetiva o atendimento ao trabalhador, propiciando condições para que o cidadão dê entrada ao seguro-desemprego, receba orientações e encaminhamento ao emprego. O Programa é desenvolvido nos PATs instalados nos Municípios do Estado e ligados diretamente à COP da SERT

### Dados da IMO - Intermediação de Mão-de-obra – 2016

ANO REFERÊNCIA	NÚMERO DE VAGAS CRIADAS	NOVOS INSCRITOS	ENCAMINHADOS	COLOCADOS
2016	199.471	990.189	659.390	42.020

## 5. Gestão da Inovação

### 5.1. Redes de Procedimento

Elaboração de Manuais de Procedimentos de Trabalho como forma de apropriação do conhecimento dos servidores, de modo a proporcionar compartilhamento de experiências e conhecimentos, possibilitando a criação de uma rede de aprendizado em constante evolução, em cada unidade. No exercício de 2016 foi trabalhado o manual de Procedimento Organizacional, visando estabelecer normas e orientar os servidores na realização de suas atribuições.



## SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

### 1. Estrutura

A Secretaria de Energia e Mineração - SEEM tem a missão de coordenar as ações que asseguram o suprimento, a universalização, a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de insumos energéticos, visando o desenvolvimento econômico sustentável do Estado.

Por meio do incentivo das energias renováveis e limpas, a Secretaria busca aumentar a segurança energética ao mesmo tempo em que promove a sustentabilidade ambiental.

A pasta é composta por quatro subsecretarias (Energia Elétrica, Energias Renováveis, Mineração e Petróleo e Gás) e pelo Conselho Estadual de Política Energética - CEPE, formado por sete Secretários de Estado, especialistas em energia e representantes dos setores de agricultura, comércio e indústria, que tem como objetivo formular diretrizes e políticas na área energética paulista.

A SEEM conta ainda com duas empresas vinculadas: a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE e a Companhia Energética de São Paulo - CESP. O Governo do Estado possui o controle acionário de ambas as empresas.

**2. Atividades da SEEM em 2016:** A seguir as principais ações da Secretaria de Energia e Mineração por setor.

#### 2.1. Chefia de Gabinete

**Assessoria Técnica de Gabinete - ATG:** Além de estabelecer os fluxos e supervisionar as instruções dos processos administrativos, foi responsável por aproximadamente 700 despachos internos, alcançando as Subsecretarias, entidades vinculadas, a Assessoria Técnica Legislativa do Governo e a Consultoria Jurídica, além de informações diversas prestadas por esta Pasta via correspondência.

**Departamento de Administração - DA:** Em cumprimento aos Decretos nº 61.131/2015 e 61.785/2016, que estabelecem diretrizes, restrições e providências para reduções de despesas no âmbito do Poder Executivo, a SEEM, por meio do Departamento de Administração, promoveu, nos primeiros meses do ano de 2016 a organização física e funcional da Pasta em sua nova sede, na Praça Dr. Ramos de Azevedo, 54 - 5º andar.

O Departamento também foi responsável pela estruturação de alguns eventos importantes, que foram organizados pelas áreas técnicas da Secretaria, como: Seminário Técnico "Barragens de Mineração no Estado de São Paulo"; 5º Encontro sobre Qualidade no Fornecimento de Energia Elétrica no Estado de São Paulo; Encontro Técnico "Energy Conservation Center of Japan" - Convênio Brasil-Japão; Reunião Deliberativa do Grupo de Trabalho de São Paulo - Operador Nacional do Sistema





Elétrico - ONS; Reunião Técnica do Conselho Estadual de Políticas Energética e Reunião Prévia do Fórum dos Secretários de Minas e Energias.

**Grupo de Comunicação e Marketing - GCOM:** É responsável pelo relacionamento e posicionamento da Pasta e dos órgãos vinculados junto à imprensa, bem como da imagem, dos materiais impressos e digitais e da atualização diária do website e das redes sociais.

Em 2016, o GCOM reformulou o website da Secretaria tornando-o o maior portal de informações energéticas estaduais do país. Foram produzidas 98 matérias publicadas no sítio da Secretaria na internet e as redes sociais da pasta foram atualizadas diariamente (Twitter, Facebook e Flickr) com notícias e fotos produzidas a partir de reuniões e eventos que contaram com a participação dos funcionários da Pasta. Visando divulgar as ações da SEEM, o GCOM contatou 225 jornalistas, que resultaram na publicação de 848 matérias nos mais diversos veículos de imprensa. Foram produzidos também informativos para o Gabinete do Secretário e do Governador, apresentações e materiais de comunicação visual.

**Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação - GSTIC:** Desenvolveu atividades de gerenciamento de toda a infraestrutura, suporte aos usuários, apoio a reuniões, manutenção de equipamentos, gestão de contratos e apoio técnico às contratações. Foi responsável ainda pela manutenção e desenvolvimento de aplicativos, bem como pela reconfiguração da rede de computadores e do sistema de telefonia da Secretaria, compartilhando recursos de infraestrutura com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

**Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas - GSPOFP:** O GSPOFP desenvolveu atividades de elaboração, acompanhamento/supervisão e execução do orçamento da Secretaria de Energia e Mineração no exercício de 2016, que teve:

Dotação Inicial .....	R\$ 35.796.413
(-) Dotação Contingenciada .....	R\$ 8.214.558
(=) Dotação Disponível .....	R\$ 27.581.855
Dotação Empenhada até dia 30/11.....	R\$ 24.434.418

Desta forma, o valor empenhado correspondeu a 88,58% da dotação disponível. Isto ocorreu em virtude da não liberação de recursos pela Secretaria de Planejamento e Gestão, que realizou controle rígido na execução do orçamento do Estado, devido à situação da economia por que passa o país.

O GSPOFP foi também o articulador de justificativas e obtenção de dados para a celebração do Convênio celebrado com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE, que tem como objeto a execução de serviços de desassoreamento da Calha do Rio Pinheiros, bem como o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos Projetos Prioritários da Pasta e das entidades a ela vinculadas, atendendo as demandas dos Órgãos de Controle do Estado.



**Grupo de Informações Energéticas - GIE:** Voltado à elaboração, sistematização e divulgação de informações energéticas por meio de levantamentos de dados, análises, tabulações de resultados e elaboração de documentos técnicos, além do fornecimento de dados para atualização permanente do site da SEEM. Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

- **Áreas Inundadas (ano base 2016):** Elaboração de levantamento de municípios que possuam áreas inundadas decorrentes da formação de reservatórios destinados à geração de eletricidade, para estabelecimento por parte da Secretaria da Fazenda, de rateio na arrecadação do ICMS correspondente.

- **Balço Energético do Estado de SP 2016 (ano base 2015):** Consiste em relatório estatístico de energia, apresentado de forma cronológica e sequencial. Apresenta dados de oferta e demanda de energia por fonte e por setor, comercializados no Estado ao longo do período de um ano. Realizada a coleta de dados junto às concessionárias de energia (Aneel, ANP, Arsesp), associações de classe (Unica, Abia, SNIC, IBC, IBA) e entidades fornecedoras de dados.

- **Anuário Estatístico de Energéticos por Município 2016 (ano base 2015):** Contempla dados de consumo dos principais energéticos (eletricidade, gás canalizado, etanol hidratado e derivados de petróleo), dos 645 municípios paulistas e suas correspondentes emissões de CO<sub>2</sub>.

- **Boletim Informativo:** Relatórios mensais sobre produção e consumo de eletricidade (geração, transmissão e distribuição), gás canalizado, derivados de petróleo e carga processada pelas refinarias de petróleo localizadas no Estado de São Paulo.

- **Resumos Executivos (Energia Elétrica, Energias Renováveis e Petróleo & Gás):** Constituídos de relatórios bimestrais, compara as atividades das Subsecretarias vinculadas à Secretaria de Energia e Mineração em relação às mesmas de origem federal, destacando dados de oferta, demanda, índices de qualidade, tarifas, mapas, potenciais remanescentes de origem renovável, entre outros.

- **Perfil Sucroenergético 2016:** Relatório descritivo das etapas constituintes do setor sucroalcooleiro, abrangendo tabelas das safras agrícolas com respectivas produções físicas, mapas dos posicionamentos georreferenciados das usinas/destilarias por regiões administrativas do Estado, relação contendo as centrais de bioeletricidade do Estado e estudo de caso envolvendo a SE Morro Agudo.

- **Informações georreferenciadas:** Elaboração de mapas contendo dados cartográficos relativos ao posicionamento georreferenciado de toda a malha de transmissão e subtransmissão de energia elétrica do Estado.

- **Releases:** Resumos técnicos de eletricidade e gás canalizado contendo detalhes das participações das classes de consumo dos insumos citados, discriminados mensalmente e anualmente.



- **Apresentações:** Atividade permanente de elaboração de slides para apresentações, mapas, tabelas, gráficos e textos contendo as atividades e realizações da SEEM.

- **Informe Mineral - CFEM:** Elaboração de relatório contemplando a relação de valores provenientes da compensação financeira pela exploração de recursos naturais devida aos Estados, Municípios, Distrito Federal, e aos Órgãos da Administração da União por pessoas físicas ou jurídicas habilitadas a extrair substâncias minerais, no Estado, para fins de aproveitamento econômico.

- **Revisão do PPE 2020:** Dentre as atribuições definidas pelo Conselho Estadual de Política Energética - CEPE, coube aos técnicos do Grupo de Informações Energéticas participar da análise/diagnóstico do antigo Plano Paulista de Energia - PPE 2020, visando a elaboração de um novo Plano Paulista de Energia, por meio do Comitê Técnico 1 - CT1.

## **2.2. Subsecretaria de Energia Elétrica**

A Secretaria de Energia e Mineração - SEEM participa do planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do Estado, por meio de atuação junto aos órgãos setoriais e às concessionárias de energia elétrica:

### **2.2.1. Eficiência Energética**

- Execução do Programa Estadual de Eficiência e Racionalização do Uso de Energia, conforme decreto nº 45.765, de 4 de maio de 2001.

- Gestão de Faturas - GESFAT, entre dez/2011 e o terceiro trimestre de 2016, o acompanhamento dos contratos de fornecimento de energia elétrica dos próprios do Estado, propiciaram uma economia da ordem de R\$ 48,9 milhões.

- Coordenação por parte da SEEM de projetos para implantação de cogeração a gás e eficiência energética para o Instituto Butantan e Hospital das Clínicas. O projeto básico do Instituto já está elaborado aguardando definição com relação a forma de contratação da execução dos serviços. O Hospital das Clínicas está em fase de elaboração de projeto devido a redefinição do escopo inicial onde constava outras unidades do Estado.

- Realização do 5º Encontro para Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica no Estado de São Paulo, cujo objetivo foi disseminar e aprimorar as tecnologias do setor, por meio da troca de experiências entre as concessionárias de energia elétrica no Estado. O tema desenvolvido foi “Mini e Micro Geração Distribuída - Visão da Concessionária” e o evento ocorreu em 01/09/2016, na sede da Secretaria.

- Em 15/09/2016, ocorreu na SEEM encontro entre ECCJ - “Energy Conservation Center, Japan”, técnicos da Secretaria de Energia e Mineração, concessionárias de distribuição de energia no



Estado, Centro Paula Souza, Desenvolve SP e entidades ligadas ao setor de eficiência energética do Estado de São Paulo, para discussão de metodologias e ações necessárias à implantação de programas de eficiência energética. Tal encontro é parte do programa de cooperação Brasil - Japão, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME. São Paulo é o único governo estadual participante desse programa.

- Atendendo a solicitação dos representantes do ECCJ - “Energy Conservation Center, Japan” foi realizado em 07/12/2016, na SEEM, o 2º Workshop para troca de experiências entre empresas paulistas, participantes do acordo de cooperação, e também foi tratada a elaboração de guias contendo conceitos voltados ao uso eficiente da energia.

- Em elaboração termo de cooperação junto ao Centro Paula Souza com o objetivo de implantar cursos para a capacitação de profissionais, superior (FATEC) e técnico (Etec), para atuarem na implantação e gestão de energia, promovendo trabalho e renda.

- Foi celebrado, em 29/11/2016, termo de cooperação entre a Secretaria e a Associação Brasileira das Empresas de Serviços e Conservação de Energia - ABESCO, que visa a troca de experiências e o desenvolvimento de boas práticas voltadas à redução da intensidade de carbono e de energia em edificações públicas, aplicadas à gestão e manutenção das edificações novas e existentes. Também buscará a sensibilização de seus gestores quanto aos benefícios de tais práticas.

- Em fase de elaboração cartilha com guia prático para utilização eficiente da energia. Tratativas já em estágio avançado com a Imprensa do Estado - IMESP para a criação de campanhas de sensibilização / conscientização da população para conceitos voltados ao gerenciamento de energia e conceitos de sustentabilidade no Estado.

### **2.2.2. Qualidade de fornecimento de energia elétrica**

Atividades voltadas à melhoria da qualidade e continuidade do serviço prestado à população do Estado de São Paulo:

**a) Suprimento de Energia Elétrica ao Estado:** A SEEM tem como função o “acompanhamento do planejamento e execução das obras e estudos relacionados ao abastecimento energético para o Estado de São Paulo”, auxiliando órgãos que participam do processo de licenciamento ambiental, questões fundiárias, ocupação e travessias de faixa de domínio de rodovias estaduais, bem como outros que tenham interferência junto aos empreendimentos, visando garantir o planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do Estado.

- Participação no planejamento do sistema de transmissão que atende o Estado, junto aos grupos de estudo compostos pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, especialmente o Grupo de Estudos da Transmissão São Paulo - GET/SP, coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.



- Estudos:
  - Atendimento à região do Vale do Paraíba, finalizado em 2016;
  - Estudos em andamento;
  - Reforço da Grande São Paulo;
  - Atendimento à região de Capão Bonito.
  - Escoamento de potencial de geração fotovoltaica/biomassa na Região de Votuporanga;
  - Eliminação de sobrecarga na LT 345 kV Tijuco Preto - Baixada Santista;
  
- Acompanhamento e interação junto ao Ministério de Minas e Energia - MME e Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL na implantação de dois novos empreendimentos para reforço às regiões de Presidente Prudente e Araçatuba:
  - Subestações Alta Paulista 440/138 kV e;
  - Baguaçu 440/138 kV. Licitação prevista para 2017 (ANEEL).
  
- Monitoramento das principais obras de reforço ao Sistema Interligado Nacional -SIN, sendo:
  - Subestação Piracicaba 440/138 kV (conclusão abril/2016),
  - Paraguaçu Paulista 230/88 kV (conclusão março/2016),
  - Linha de Transmissão Aérea 138 kV Taubaté - Paraibuna - Caraguatatuba (conclusão julho/2016) e Linha de Transmissão Aérea 345 kV Alto da Serra Sul (término previsto para 1º semestre de 2017). Esta obra está sendo reanalisada pela EPE, devendo ser adotada nova configuração.
  
- Monitoramento junto a ANEEL para implantação de três novos empreendimentos, licitados em 13/04/2016, como segue:
  - Subestação Água Azul 440/138 kV (obra que irá atender a ampliação do aeroporto de Guarulhos);
  - Linha de Transmissão Subterrânea 345 kV Piratininga II – Bandeirantes (obra para reforço e aumento da confiabilidade do fornecimento de energia elétrica para a região Sul da cidade de São Paulo) e;
  - Linha de Transmissão 500 kV Campinas - Itatiba (obra de reforço ao atendimento elétrico para a região metropolitana de Campinas).
  
- Monitoramento das obras do Plano de Ampliações e Reforços - PAR, do Operador Nacional do Sistema - ONS, tendo como foco principal as obras de reforços que estão atrasadas ou aguardando autorização da ANEEL para tomada de providências junto ao órgão regulador.

**b) Adequação do ambiente regulatório com propostas apresentadas à Aneel:** A SEEM acompanha a agenda regulatória da ANEEL com a participação em Consultas e Audiências Públicas com o intuito de propor melhorias na regulação vigente com foco na melhoria do fornecimento de energia elétrica ao cidadão.



**c) Fortalecimento e incremento das fiscalizações:** Participação no Plano de Melhorias das distribuidoras de energia para atendimento às festas de final de ano (Natal e Ano Novo) e carnaval.

**d) Posicionamento institucional**

- Participação efetiva nos Grupos de Trabalho voltados a definições estratégicas para o sistema elétrico do Estado de São Paulo:
  - GT-SP, Grupo de Trabalho São Paulo, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS e GET-SP,
  - Grupo de Estudos de Transmissão São Paulo, coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
- Articulação envolvendo a população, empresas, instituições estaduais e federais, concessionárias de energia elétrica, órgãos institucionais do setor elétrico, nos aspectos técnicos e regulatórios, buscando a melhoria na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica com qualidade e confiabilidade.

**e) Ações gerais e setoriais**

- Articulação junto ao Corpo de Bombeiros do Estado e concessionária AES Eletropaulo visando a “Integração para Mitigação dos Efeitos dos Temporais na Grande São Paulo” promovendo celeridade no atendimento às emergências ocorridas em dias críticos.
- Coordenação das ações realizadas pelo Governo do Estado para garantir o fornecimento de energia elétrica ao estádio de Itaquera, no qual foram realizados os jogos de futebol referentes às Olimpíadas 2016, bem como às localidades no Estado escolhidas pelas delegações, de países participantes, como centro de treinamento, hospedagem, aeroportos dentre outros.
- Participação na elaboração do “Plano Verão 2016/2017” de atendimento ao litoral com as concessionárias de transmissão (CTEEP) e distribuição (EDP Bandeirante, Elektro e CPFL Piratininga) para o período de novembro/2016 a fevereiro/2017.
- Coordenação das reuniões com o Tribunal Regional Eleitoral - TRE-SP, concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica com o intuito de criar plano para o atendimento aos locais de votação (escolas), cartórios eleitorais e transmissão de dados durante o 1º e 2º turno das eleições 2016, procurando mitigar o risco de desligamentos e celeridade no atendimento as emergências.
- Interação junto ao ONS, MME e ANEEL para celeridade no processo de implantação de reforços no sistema elétrico para atendimento a nova unidade industrial da Mercedes Benz do Brasil, no município de Iracemápolis.



- Coordenação do grupo de monitoramento envolvendo a CTEEP, ALUPAR, Elektro, CPFL e CETESB visando estabelecer o cronograma de obras de reforço ao litoral norte e sul do Estado de São Paulo. Para a implantação desses empreendimentos a SEEM já está interagindo junto ao Instituto do Patrimônio Histórico Cultural - IPHAN e Fundação Nacional do Índio - FUNAI. A SEEM emitiu Ofício ao MME referente a interpretação da Instrução Normativa 01/2015 do IPHAN nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de distribuição para celeridade nos processos.

- Coordenação de reuniões entre EDP Bandeirante e CETESB visando a implantação da SE São Francisco 138/13,8 kV, que irá fornecer energia elétrica aos túneis da nova rodovia Tamoios que está sendo construída pela DERSA.

- Visando obtenção de informações de interferências para a duplicação da Linha de Transmissão 345 kV Subterrânea Norte - Miguel Reale, que abastece a região central da cidade de São Paulo, a SEEM coordena o grupo formado pela Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, COMGÁS, SABESP, CTEEP e EMPLASA.

- Coordenação de tratativas junto a Secretaria da Saúde e Instituto Butantan para obtenção de autorização de passagem do ramal de 138 kV, em área de propriedade do Instituto, que alimentará a subestação Araçariguama, da CPFL Piratininga, atendendo ao município e regiões adjacentes.

### **2.3. Subsecretaria de Energias Renováveis**

As ações e os projetos desenvolvidos em 2016 tiveram como base as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual tendo, como foco principal, a indução de investimentos nas cadeias produtivas das energias renováveis e a geração de empregos por meio da absorção de desenvolvimento tecnológico, análises de viabilidade técnico-econômica de empreendimentos, criação de instrumentos de indução através de políticas públicas e difusão de informações. Tais atitudes objetivaram o cumprimento das atribuições desta Subsecretaria, o aprimoramento do conhecimento e uma maior renovabilidade da oferta interna de energia.

#### **2.3.1. Divulgação de Estudos Técnicos**

O ano de 2016 se caracterizou pela divulgação dos estudos sobre recursos energéticos renováveis disponíveis no território paulista, com destaque para o Resumo Executivo, Atlas Eólico, Biomassa Florestal, Potencial Hidrelétrico Remanescente e o Levantamento do Potencial da Energia Solar Paulista. As considerações apresentadas nestes trabalhos, incluindo o potencial identificado, permitiram o equacionamento das particularidades inerentes a estes processos de aprendizagem e fornecerão benefícios para a promoção de um desenvolvimento sustentado, equilibrado e perene para toda a sociedade paulista.



### 2.3.2. Atuação no Mercado

Dentre as propostas que podem contribuir de maneira decisiva para uma maior renovabilidade da matriz energética estadual destacam-se o desenvolvimento de linhas específicas de financiamento junto a DesenvolveSP para a geração distribuída e da utilização de próprios na elaboração de parceiras. Para a efetivação das cadeias produtivas se destaca a formação de mão de obra em energias renováveis e gestão de energia em conjunto com o Centro Paula Souza.

### 2.3.3. Projetos Piloto

A demonstração da viabilidade da geração sustentável de energia, por meio da implantação de projetos piloto, é peça fundamental para uma maior renovabilidade da nossa oferta interna. Para tanto, a Subsecretaria de Energias Renováveis atuou em 2016 na efetivação dos seguintes empreendimentos:

**Parque Villa Lobos/Cândido Portinari:** Parceria entre a Secretaria de Energia e Mineração e a Companhia Energética de São Paulo - CESP (chamada pública Aneel 013/2011) para a instalação de postes de iluminação e três formas de mini usinas para captação de energia solar e geração de energia fotovoltaica na cidade de São Paulo, com investimentos da ordem de R\$ 17 milhões. Os principais benefícios esperados são o desenvolvimento de tecnologia nacional, capacitação profissional e o aumento da cadeia produtiva no Estado. Os sistemas já estão instalados e as últimas providências para sua conexão à rede de distribuição da AES Eletropaulo estão sendo tomadas para a entrada em operação em 2017.

**Polo Tecnológico de Porto Primavera:** Dentro do desenvolvimento dos projetos de P&D da Cesp, foram instalados sistemas fotovoltaicos (terrestre e flutuante) na usina de Porto Primavera. Este projeto, que futuramente incorporará uma central de geração eólica, visa o equacionamento da criação de um polo tecnológico de energias renováveis. As informações detalhadas estão no item III deste relatório.

**Energia Solar em Habitações de Interesse Social:** Em conjunto com a Secretaria da Habitação e a CDHU foi assinado um Convênio de Cooperação Técnica que visa a inclusão de sistemas que aproveitam a energia solar para aquecimento de água e para a geração de energia elétrica em empreendimentos de interesse social. Este Convênio prevê o desenvolvimento de projetos piloto com as concessionárias de energia elétrica do Estado de São Paulo e também de uma metodologia que permita sua utilização em futuros empreendimentos.

### 2.3.4. Ações Institucionais

**Incentivos Tributários:** Desonerações e diferimentos tributários para o setor de energias renováveis em atendimento às solicitações da Associação de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR e a Associação da Indústria de Cogeração de Energia - COGEN. Estas propostas envolvem os Convênios 101/1997 e o Convênio ICMS 16/2015 que, respectivamente, tratam da isenção do ICMS





nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica e autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**Programa Paulista de Biogás: SEEM e ARSESP:** Incentiva a ampliação da geração de gases combustíveis provenientes de biomassa e visa o estabelecimento da adição de um percentual mínimo de biometano ao gás canalizado comercializado no Estado de São Paulo. Estão sendo desenvolvidos os marcos legais (Lei e Decreto) e toda a infraestrutura regulamentária.

**Modelagem de Negócio com Resíduos Sólidos Urbanos:** Linha permanente de articulação do Estado com municípios paulistas, tendo em vista a viabilidade de unidades regionais de recuperação energética de resíduos.

**Formação de Grupos Técnicos e Multisetoriais:** Tem a finalidade de juntar os esforços e conhecimentos do setor acadêmico e produtivo, aliado ao fomento do setor público, para o crescimento das energias alternativas renováveis no Estado de São Paulo (o primeiro foi o Grupo Multisetorial em Sorocaba). Dentre os assuntos debatidos destacam-se a produção de partes, peças e produtos e o mapeamento das cadeias produtivas das indústrias eólica e solar.

**Grupo Técnico ProSolar:** Formado por especialistas de diversas entidades do setor energético e técnicos do Governo do Estado de São Paulo, este grupo tem como objetivo acelerar os estudos e propostas para disseminar o conhecimento da energia solar fotovoltaica que propiciem a inserção de geração de energia renovável com o conceito de geração distribuída. As discussões visam o desenvolvimento e estruturação de projetos com o objetivo de implantar sistemas de energia solar fotovoltaica em edifícios residenciais, comerciais, industriais e nas áreas rurais do Estado.

**Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:** Grupo Intersecretarial composto por todas as secretarias e constituído pela Resolução Conjunta Casa Civil/ Meio Ambiente/ Desenvolvimento Social (Resolução Conjunta CC/SMA/SDS nº 1, de 21/09/2015), com a finalidade de implementar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no âmbito do Estado de São Paulo, em conformidade com as diretrizes de política externa brasileira, da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável para 2030 no âmbito da Organização das Nações Unidas.

O I Workshop Estadual para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS foi realizado em 5 de julho de 2016, cuja relatoria teve contribuição desta Pasta.

**Plano ABC:** A Resolução SAA - 15, de 28-3-2016, constituiu Grupo Gestor Estadual do Plano Setorial da Agricultura - GGE com o objetivo de realizar a gestão do Plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono, no âmbito do Estado de São Paulo.

A partir da elaboração do Plano ABC e aprovação do mesmo pelo Secretário da Agricultura, o Grupo Gestor é responsável pelo acompanhamento das metas propostas.



**Reunião Técnica do Comitê de Renováveis e Eficiência Energética do CEPE:** A pauta “Políticas Públicas para o aumento da oferta de energias renováveis no Estado de São Paulo” foi tratada na reunião técnica realizada no dia 04 de outubro, na Secretaria de Energia e Mineração, que contou, além de coordenadores e componentes do CEPE, com a presença dos representantes da COGEN, ABEÓLICA, ÚNICA, APROBIO, ABIOGÁS, ABRAPCH e ABSOLAR, que apresentaram como está a situação de cada segmento, permitindo a todos conhecer o cenário das energias renováveis no Brasil e em São Paulo.

**Auxílio para o desenvolvimento e implantação de sistemas fotovoltaicos em unidades educacionais da Uniesp distribuídas em território paulista:** Objetivando estimular a ampliação da participação das fontes renováveis na matriz de eletricidade paulista, a SER, por meio do Ofício SER nº 002/2016, de 30 de agosto de 2016, colocou-se à disposição para colaborar com o projeto.

No dia 09 de dezembro de 2016, em ato realizado na Unicastelo, campus de Fernandópolis, foi assinado pelo Digníssimo Reitor, contrato para instalação de usina fotovoltaica de 530 kWp de capacidade instalada para atender a demanda da Universidade na região de concessão da Elektro. O cronograma prevê a montagem em cinco meses.

A Universidade, também, se comprometeu a ampliar a capacidade instalada dessa usina para compartilhar energia com a Santa Casa local, além de implantar outra usina no campus de José Bonifácio.

#### **2.4. Subsecretaria de Mineração**

**Inserção da Mineração nos Municípios:** As atividades relacionadas ao tema consistiram em uma série de visitas técnicas às minerações e às prefeituras para dar esclarecimentos sobre a inserção do Ordenamento Territorial Geomineiro - OTGM, nos Planos Diretores Municipais. Dentre os municípios visitados estão Santa Isabel, Salesópolis, Cabreúva, Itupeva, Jundiá, Guararema, Santa Gertrudes, Vargem Grande do Sul, Presidente Venceslau, Panorama, Paulicéia, Penápolis, Amparo, Socorro, Águas de Lindóia, Igarassu do Tietê, Jacareí e Suzano.

Estes municípios se mostraram interessados na ferramenta de OTGM para ampliar as discussões e o conhecimento da atividade de mineração em seus territórios. Particularmente no município de Guararema a Subsecretaria de Mineração incentivou, apoiou e referendou os estudos do OTGM realizados pela iniciativa privada, por iniciativa da Associação de Produtores de areia local com a Prefeitura. Conclusões do estudo foram utilizadas no planejamento e elaboração do Plano Diretor.

Com vistas ao fomento de um novo Arranjo Produtivo Local- APL de base mineral para os municípios da região sudoeste do Estado - Capão Bonito, Itapeva e Ribeirão Branco, a Subsecretaria, juntamente com a Associação dos Mineradores do Sudoeste Paulista, trabalham juntas no fortalecimento do curso técnico de mineração da Escola Técnica Estadual de Itapeva.



**Estâncias Hidrominerais:** Um levantamento elaborado pelo Departamento Nacional de Política Mineral - DNPM sobre os direitos minerais nas Estâncias Hidrominerais e Balneários do estado mostrou que há algumas inconsistências entre os detentores dos direitos minerais e os atuais usuários das fontes e balneários que no passado eram do Estado. Foram visitados 3 balneários (Amparo, Socorro e Águas de Lindóia) citados pelo DNPM. O objetivo da visita foi esclarecer e tomar conhecimento da dimensão do problema com os gestores municipais que, na maioria dos casos, estão inadimplentes na transferência dos direitos minerais com o Estado de São Paulo. Diante do problema foi elaborada uma consulta à Consultoria Jurídica da Pasta de que forma o Estado deverá proceder para regularizar os direitos minerais com a transferência definitiva aos municípios. O interesse da iniciativa é buscar a regularização de situação jurídica e incentivo a produção de água mineral e reativação das atividades econômicas dos balneários.

**Polo de Santa Gertrudes:** No sentido de esclarecer os questionamentos formulados pelo Ministério Público Estadual em relação à mineração do Polo Cerâmico de Santa Gertrudes a Subsecretaria realizou uma série de reuniões e consultas prévias a profissionais da iniciativa privada, especialistas em Geologia, Geotécnica, Hidrogeologia, Hidrologia, Agronomia, Lavra e Transformação Mineral, Tecnologia de Informação, Monitoramento, Controle e Análise Ambiental, Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional da região. Foram feitos esclarecimentos de natureza técnica que demonstraram que a mineração na região é de importância estratégica para os municípios influenciados, para São Paulo e para o país, tecendo-se uma série de recomendações para o desenvolvimento de uma mineração responsável. Foi organizado um seminário sobre mineração no polo, reunindo a Secretaria, DAEE, Escola Politécnica da USP, UNESP, CPRM, IG, além de especialistas e elaborado um documento técnico para servir de apoio aos interessados no tema.

**Cadeias Produtivas - Definição, elaboração de termo de referencias e contatos in loco:** Para possibilitar o planejamento e fomento da atividade de mineração no Estado de São Paulo, é fundamental que se conheçam as demandas originárias pelas diferentes cadeias produtivas do Estado de São Paulo, tanto presentes como em futuro a curto, médio e longo prazo, para contrapor com o potencial de produção local, e necessidades de desenvolvimento geológico, tecnológico e de necessidades de recursos humanos. Foram identificadas as cadeias produtivas prioritárias: construção, agronegócio, cerâmica, metal mecânica e vidro, e foi desenvolvido um termo de referência para contratação de serviços de consultoria para desenvolvê-lo.

**Resíduos da Construção e Demolição - RCD:** De modo a fortalecer esse importante setor em fase de consolidação no Estado de São Paulo, a SSM tem desenvolvido agenda com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER para debater políticas públicas de pavimentação e agenda com o Departamento de Engenharia Civil da Escola Politécnica da USP para reconhecimento das potencialidades do insumo reciclado em peças pré-moldadas. Em outra frente, encontra-se em franca discussão com a Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição - ABRECON o pleito de desoneração do ICMS incidente no setor, bem como gestões iniciais com a Secretaria do Meio Ambiente para colocar em prática políticas públicas setoriais aderentes ao Plano Estadual de Resíduos Sólidos.



**Convênio Poli - SEEM - DNPM e disponibilização de dados:** A Subsecretaria tomou a iniciativa de, em conjunto com a Escola Politécnica da USP, apoiar o DNPM no levantamento de dados constantes em processos internos e Relatório Anual de Lavra e confecção de relatórios atualizados com dados da produção mineral no Estado de São Paulo.

**Apoio da Subsecretaria ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI:** A Subsecretaria dá apoio ao desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado sob os auspícios da Secretaria da Casa Civil – Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano e da EMPLASA, de modo a orientar a inserção da mineração nos processos de planejamento territorial com base nos projetos de OTGM desenvolvidos nos anos anteriores. Foram feitas uma série de palestras, oficinas e reuniões no ambiente da Aglomeração Urbana de Piracicaba e Região Metropolitana de São Paulo - Subregião Sudoeste.

**Uso das Hidrovias:** Representação da Secretaria de Energia e Mineração na Câmara Temática de Uso Múltiplo da Água, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Apresentação do cenário atual e projeções futuras do abastecimento de bens minerais no Estado de São Paulo tendo a Hidrovia Tietê-Paraná como corredor de escoamento.

Com o objetivo de estabelecer agenda sobre o potencial do transporte fluvial pela Hidrovia Tietê-Paraná para escoamento de produtos de base mineral e o suprimento de insumos e matérias primas minerais para o Parque Industrial de São Paulo, a Subsecretaria mantém contato com o Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes.

**Areia em Reservatórios de Barragens Hidrelétricas:** Com o objetivo de estabelecer parceria para a gestão integrada da mineração nos reservatórios do Vale do Tietê, a SSM desenvolveu com o apoio da USP São Carlos, POLI-USP e IPT uma proposta para a construção de um Sistema de Gestão da Mineração em Reservatórios Hidrogeradores com verbas do programa de Pesquisa & Desenvolvimento da ANEEL/AES. Os benefícios previstos abrangem três temas estratégicos para os dois setores envolvidos (mineração e energia): segurança jurídica dos processos de anuência da atividade na área concessionada; segurança operacional e ambiental em contato com a atividade nos reservatórios; inserção da atividade de mineração no planejamento e gestão da capacidade de geração e vida útil dos reservatórios.

A Secretaria intermediou a solução de conflitos entre a AES e mineradores de areia em reservatório, em conjunto com a Associação dos Produtores de Agregados do Estado de São Paulo - APEPAC. Foram feitas visitas a minerações em reservatório nos rios Paraná, Tietê e Piracicaba para conhecimento da realidade e diálogo com produtores.

**Segurança de Barragens de Mineração:** A Subsecretaria de Mineração coordenou um grupo de trabalho composto pelas Secretarias de Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos e Casa Militar do Gabinete do Governador, que realizou visita às barragens com o objetivo de estabelecer questões técnicas e procedimentos mais importantes de serem priorizados para diagnóstico e



recomendações pertinentes para o aprimoramento da segurança de barragens de mineração em território paulista.

As atividades desenvolvidas pelo GT no período de sua vigência (90 dias) compreenderam:

- reuniões internas de trabalho para discussão de conceitos, legislação, atribuições, planejamento de visitas, debate sobre recomendações e redação;
- visitas técnicas a minerações e indústrias de transformação mineral localizadas em diversos municípios, a partir da listagem do DNPM, da ANA e algumas escolhidas aleatoriamente;
- realização de seminário técnico com a participação de pesquisadores, ligados a institutos de pesquisa de SP, RJ, e MG, de entidades associativas de empresas produtoras, fornecedores de equipamentos para tratamento de minério e instrumentação, e empresas de engenharia especializada em geotecnia e barragens, e tratamento de minério;
- realização de reuniões específicas com representantes de entidades associativas do ESP e de empresas produtoras e fornecedoras, atuantes em diferentes regiões do Brasil e em outros países;
- reunião com prefeituras de municípios incluídos nas visitas;
- reunião de empresas mineradoras com responsáveis pelo INVESTE SP e Desenvolve SP; e
- reuniões de instalação do GT e de entrega do Relatório Preliminar aos senhores Secretários de Estado.

Os principais aspectos analisados pelo grupo foram:

- identificação dos empreendimentos minero-industriais munidos de barragens de rejeito existentes no Estado a partir do Cadastro Nacional de Barragens de Mineração - CNBM do DNPM de 2014;
- situação geral dos barramentos de rejeitos da mineração e da indústria de transformação mineral existentes no Estado;
- os métodos construtivos, de instrumentação e monitoramento de barragens aplicados pela mineração, incluindo inovações tecnológicas nesta área;
- as soluções tecnológicas empregadas pela mineração no processo de minimização da produção de rejeitos na busca do rejeito zero e a eliminação da necessidade de barragens de rejeito;



- o conteúdo do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração - PAEBM e os sistemas de respostas existentes.

No total foram realizadas onze reuniões de trabalho do GT e duas reuniões com fornecedores e com representantes do setor mineral. Essas duas reuniões tiveram a participação de representantes da Investe SP e da Desenvolve SP. Houve ainda uma reunião de instalação do GT com a presença de Secretários de Estado, representantes do setor mineral e instituições e órgãos participantes.

Um importante seminário técnico foi realizado no dia 21 de janeiro de 2016, e proporcionou o debate sobre os principais aspectos enfocados pelo GT, sendo essencial para as análises feitas pelo grupo. Todas as apresentações deste seminário foram disponibilizadas no sítio eletrônico da Secretaria.

Um extenso programa de visitas técnicas às barragens listadas, contemplou reuniões com os representantes dos empreendimentos selecionados, bem como a observação local das barragens e mecanismos de monitoramento e segurança das barragens de mineração e de transformação mineral, que constituíram o universo de amostragem delimitado pelo GT.

A edição de um Relatório, com encaminhamentos e recomendações, iniciativa inédita no país, complementou a iniciativa conjunta das Secretarias.

**Melhoria da Percepção da Mineração - Destinação de Áreas Mineradas:** A Subsecretaria de Mineração, dentro da ação: Melhoria da Percepção da Mineração selecionou dois municípios onde foram avaliadas áreas já mineradas para estimular projetos de recuperação de cavas desativadas.

No município de São Vicente, Baixada Santista, o trabalho consiste na obtenção de apoio econômico e institucional de empresas para elaboração de projeto conceitual e executivo, implantação e manutenção de projeto para recuperação de antiga cava desativada de mineração de brita em área urbana. A sugestão dada à prefeitura é a adequação da área com acessos e equipamentos para permitir a implantação de parque ecológico com práticas esportivas de arborismo, observação de aves e recuperação de zoológico já existente e outras possibilidades: implantação de área para espetáculos com normas de acessibilidade.

No Litoral Norte, com foco em Caraguatatuba, o projeto visa recuperar áreas mineradas, paralisadas em processo de degradação, com potencial risco geotécnico, próximas às zonas urbanas para reabilitação com produção e destinação futura.

Em ambas as situações a Subsecretaria será o agente articulador entre as prefeituras, empresários da mineração, Departamento Nacional de Produção Mineral, Ministério Público, Instituto Geológico e CETESB.



## 2.5. Subsecretaria de Petróleo e Gás

Em virtude da relevância do petróleo e gás para o suprimento energético e para a economia nacional e paulista, a Subsecretaria de Petróleo e Gás, ao longo de 2016, atuou com os objetivos de fortalecimento e diversificação das atividades da indústria de petróleo e gás em São Paulo com vistas ao desenvolvimento socioeconômico, concomitantemente à minimização e mitigação de potenciais impactos ambientais, bem como o fomento do uso do gás natural em situações que agreguem competitividade econômica, diminuição de emissões e eficiência energética.

### **Apoio institucional à constituição do Centro Tecnológico da Baixada Santista - CTBS:**

A Subsecretaria de Petróleo e Gás vem apoiando a constituição de um Centro de Pesquisas na Baixada Santista, coordenado pelas três universidades públicas estaduais (USP, Unicamp e Unesp), utilizando recursos obrigatórios de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobras. O Centro Tecnológico de Petróleo e Gás da Baixada Santista - CTBS, com investimento previsto de R\$ 77 milhões, terá como prioridade a pesquisa das demandas regionais da atividade de exploração e produção de petróleo e gás, colaborando para a competitividade do setor no litoral paulista, formação de pessoal altamente qualificado e a geração de oportunidades de negócios com alto valor agregado. Em 2016, o Projeto Básico e o Projeto Executivo para construção do CTBS foram concluídos. Atualmente, aguarda-se a definição de novo Diretor Geral da ANP para entrega e apresentação formal do projeto.

**Atualização do Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo:** Para subsidiar a elaboração de políticas públicas e o planejamento de programas e ações governamentais, foi construído em 2014 junto com a Fundação Seade o Observatório da Exploração e Produção de P&G em São Paulo, que contemplou a criação de indicadores econômicos específicos para o setor de petróleo e para a região: Taxa de crescimento do valor adicionado da indústria extrativa de petróleo e gás (indec P&G) e; Taxa de crescimento do valor adicionado de toda a economia da Baixada Santista (indec Baixada Santista).

Tais indicadores foram concebidos para permitir a sua rápida apuração (são calculados trimestralmente, com apenas dois meses de defasagem), ao contrário das metodologias tradicionais, que demandam até dois anos para apresentação do valor apurado.

Além disso, o Observatório, disponível para acesso público no sítio da SEEM na internet ([observatorio.energia.sp.gov.br](http://observatorio.energia.sp.gov.br)), também apresenta as seguintes informações: Produção de petróleo e gás na Bacia de Santos, no pré-sal e no Estado; Consumo de gás por segmento e a análise de sua competitividade perante a gasolina, o óleo combustível e o GLP no Estado; Royalties e as participações especiais recebidos pelo Estado e pelas prefeituras paulistas; Contexto socioeconômico (população, PIB, valor adicionado e outros) de cada município da área de influência, da região e do Estado; Perfil (território, condições de vida, educação, emprego e renda, economia e finanças públicas) de cada município da área de influência, da região e do Estado;

Em 2016, foi realizada a atualização periódica desse Observatório, oferecendo aos interessados e à sociedade informações atualizadas sobre o setor na Baixada Santista. Além disso, o



Termo de Referência para a construção de indicador específico para avaliar o Conteúdo Local Paulista na cadeia de fornecimento de bens, equipamentos e serviços para o setor de petróleo e gás, concluído em 2015, foi atualizado para ser desenvolvido pela Fundação Seade em 2017.

**Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores:** A análise da experiência de outros países mostra que a melhor maneira de disseminar e consolidar as riquezas do petróleo na sociedade é fortalecendo a cadeia de empresas fornecedoras para o setor de P&G, o que gera emprego e renda em diversos segmentos. Por essa razão, a Subsecretaria de P&G conduziu análises, participou de fóruns do setor e conferiu apoio institucional à cadeia produtiva do setor de óleo e gás em São Paulo, com destaque para as seguintes ações: cooperação com a Fiesp/Ciesp, Abimaq e Abinee, entre outras, em iniciativas para divulgação das oportunidades e estímulo à cadeia de fornecedores paulistas; participação no Conselho Deliberativo da Organização Nacional da Indústria do Petróleo - Onip e apoio à elaboração e divulgação da Agenda Mínima para o Setor de Petróleo e Gás Nacional;

**Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural - PEDEFOR:** A Subsecretaria de Petróleo e Gás em 2016 acompanhou as discussões e a Consulta Pública para aperfeiçoamento das regras de Conteúdo Local da indústria de Petróleo e Gás.

**Monitoramento e Elaboração de estimativas do potencial de produção de petróleo e gás e arrecadação de royalties na Bacia de Santos:** Os royalties oriundos da produção de petróleo e gás caracterizam uma importante fonte de recursos para as regiões afetadas por essa atividade. Dado o crescimento do setor petrolífero em São Paulo e as grandes reservas presentes no pré-sal, a Subsecretaria de Petróleo e Gás deu continuidade à realização de estimativas sobre as perspectivas de arrecadação de royalties, de modo a subsidiar as discussões do Poder Executivo com o Legislativo, de forma a assegurar a defesa dos interesses do Estado.

**Assessoramento Técnico:** A Subsecretaria de Petróleo e Gás deu continuidade em 2016 ao Assessoramento Técnico à Procuradoria Geral do Estado - PGE na discussão dos contenciosos envolvendo os critérios de projeções dos limites interestaduais na Plataforma Continental e consequente confrontação dos Estados e Municípios com os campos de produção de petróleo e gás natural com reflexos diretos na distribuição dos royalties e participações especiais da exploração de petróleo e gás. Neste sentido destaca-se o suporte às discussões da ACO 444, impetrada pelo Estado de Santa Catarina contra o Estado do Paraná e São Paulo, como polo passivo da ação, na qual o Estado de Santa Catarina questiona a projeção dos limites interestaduais elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, a qual está em análise pelo Supremo Tribunal Federal - STF (Ministro Luiz Roberto Barroso). A Secretaria de Energia e Mineração forneceu assistência técnica ao Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo - IGC e à Procuradoria Geral do Estado - PGE-SP, fornecendo subsídios às discussões do Poder Executivo com o Judiciário, de forma a assegurar a defesa dos interesses do Estado.

Além disso, a Subsecretaria de Petróleo e Gás prestou assessoramento técnico à Secretaria da Fazenda nas discussões em curso no STF relativas aos beneficiários do ICMS do gás natural





importado da Bolívia, realizando análises e fornecendo estimativas dos valores que São Paulo deixa mensalmente de receber em função do não julgamento da ação.

**Aspectos Tributários do SWAP de Gás Natural:** A Subsecretaria de Petróleo e Gás atuou de forma conjunta com a Secretaria Estadual de Fazenda - Sefaz e Ministério de Minas e Energia - MME na avaliação dos efeitos tributários do *swap* operacional de gás natural e na análise da minuta de Protocolo em discussão no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz com vistas a promover tratamento tributário equânime (uniforme) entre os Estados da Federação, evitando a incidência de alíquotas interestaduais nas operações envolvendo o *swap* de gás natural e eventual guerra fiscal decorrente de incentivos e desonerações de ICMS no âmbito estadual. Tais discussões foram tratadas também no âmbito do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Energia e Mineração - FME, com o objetivo de convergir os entendimentos sobre o tema e propor os ajustes necessários para que o Protocolo produza os efeitos esperados e, de fato, promova a efetiva troca operacional e aumento da liquidez da molécula.

**Iniciativa Gás para Crescer:** Lançada em junho/2016 pelo Governo Federal, a iniciativa Gás para Crescer tem o objetivo de propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de gás natural. A coordenação desta iniciativa é realizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME que, em conjunto com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, constituem o Núcleo Operacional, responsável pela consolidação de proposta de um novo desenho para o mercado de gás natural no Brasil. As premissas adotadas nessa iniciativa pelo MME incluem a adoção de práticas internacionais, a atração de investimentos e a criação de um ambiente competitivo nesse setor. A Subsecretaria de Petróleo e Gás participou ativamente do processo de Consulta Pública findo em 07 de novembro de 2016 conduzido pelo MME, analisando os documentos base da Consulta, com o objetivo de propor medidas concretas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de Gás Natural.

As diretrizes estratégicas foram submetidas, em dezembro/2016, ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE para que as mesmas tenham continuidade em suas implementações, permite projetar um cenário em que se identifica várias “mudanças desafiadoras”, que deverão ser acompanhadas em detalhes, dentro das necessidades que também se projetam para o funcionamento adequado e dentro de todas as complexidades já existentes no funcionamento do setor.

Dentre essas mudanças podemos destacar como mais importantes:

- a adoção da “*essential facilities doctrine*” que visa ampliar o “*open access*” a toda a capacidade ociosa hoje operada pela Petrobras – bem como futuramente no país - incluindo todos os dutos de escoamento da produção, as unidades de processamento do Gás Natural e os terminais de Gás Natural Liquefeito - GNL;

- a criação do Sistema de Transporte do Gás Natural - STGN o qual deverá ser independente, podendo vir a ser operado pela iniciativa privada e que poderá gerar oportunidades para os Mercados Secundários e de Curto Prazo;



- a criação de um novo sistema tarifário em que se poderá identificar os custos de transporte do gás separadamente dos custos da molécula – existe uma Portaria da ANP em Consulta Pública até Dezembro/2016, referente ao novo sistema de tarifação e de reserva de capacidade por entradas e saídas de gás;
- a implementação de maior integração entre o Gás Natural e a energia elétrica, particularmente relativa ao uso do gás como energético de transição para as energias renováveis mas, principalmente, para a nova proposição de se promover o desenvolvimento de projetos térmicos estruturantes operando na base, na tentativa de buscar novamente atração de investimentos em termelétricas importantes para a segurança energética e o desenvolvimento do país;
- a promoção de harmonia entre regulações estaduais e federal na busca de eliminar assimetrias existentes e que prejudicam em muito o fluxo dos investimentos no setor;
- a rediscussão de questões tributárias entre os Estados com mediação de áreas federais (Fazenda e Minas e Energia).

**Mapeamento Geoespacial:** Realizada a atualização permanente da Base de Dados Geoespacial de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos, Campos (RJ) e Espírito Santo, incluindo as áreas unitizáveis do pré-sal e a 14ª Rodada Licitatória a serem licitadas em 2017 pela ANP, bem como o acompanhamento da produção individualizada por campo. Todos os mapas atualizados da Exploração e Produção foram disponibilizados a toda a sociedade para download no Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo.

**Exploração e Produção de Gás Natural Onshore:** Tendo em vista os cinco blocos exploratórios da Bacia do Paraná no Estado de São Paulo arrematados na 12ª Rodada de Blocos Exploratórios de Gás Natural em Bacias Sedimentares terrestres, a Subsecretaria de Petróleo e Gás continuou acompanhando em 2016 as ações judiciais do Ministério Público com o objetivo de impedir a assinatura ou a continuidade das atividades de exploração dos blocos arrematados na 12ª Rodada.

**Proposições Legislativas e Regulatórias:** Em 2016, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou e analisou o processo de alteração legal originado pelo Legislativo quanto a desobrigação da Petrobras ser a operadora única com participação mínima de 30% nas licitações de áreas do Pré-Sal, acompanhando também as Consultas e proposições da ANP, dentre as quais a relativa ao novo modelo de tarifação e de encargo de capacidade para os gasodutos de transporte, com o objetivo de avaliar os impactos destas medidas para a indústria de petróleo e gás e para o Estado de São Paulo.

**Alternativas de Ampliação da Oferta de Gás Natural no Estado de São Paulo -** A produção paulista de gás natural, que ocorre integralmente na Bacia de Santos (75% da produção do pré-sal), vem crescendo significativamente, criando oportunidades para ampliação da oferta. As alternativas disponíveis para ampliação do suprimento por meio da importação do gás natural da Bolívia ou via terminais de gás natural liquefeito - GNL e da importação interestadual por gasodutos



apresentam limitações técnicas e implicações tributárias. Consequentemente, para atender as demandas energéticas de São Paulo, o Governo do Estado tem apoiado a iniciativa privada nas avaliações das alternativas de ampliação da oferta de gás natural, seja por meio da construção de infraestrutura de escoamento dos campos de produção da plataforma continental paulista, seja por meio da construção de terminais de regaseificação que permitam a importação de gás natural liquefeito - GNL. Neste sentido, a Subsecretaria de Petróleo e Gás vem acompanhando e apoiando institucionalmente o desenvolvimento dos estudos técnicos, econômicos e ambientais para a implantação de infraestrutura de suprimento de gás em São Paulo, como meio de, se for o caso, promover a competitividade dos preços deste energético e, consequentemente, fomentar o desenvolvimento do mercado paulista.

**Regulamentação do Acesso de Terceiros a Gasodutos de Transporte e do SWAP de Gás Natural:** A Lei do Gás (Lei nº 11.909/2009), com o objetivo de estimular o desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil e otimizar a infraestrutura de transporte, assegurou o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, respeitado o período de exclusividade dos gasodutos e mediante contratação de capacidade. Dentre as formas de acesso está o *swap* (troca operacional), por meio do qual, diferentes agentes (transportador - quem opera os gasodutos; e carregadores - quem utiliza os gasodutos de transporte existentes para movimentação de gás) efetuam a troca operacional do gás natural (descasamento entre os fluxos físicos e contratuais), otimizando a infraestrutura de transporte. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, responsável por regulamentar o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, a cessão de capacidade e o *swap* promoveu em 2015 processo de Consulta Pública, o qual foi acompanhado pela Subsecretaria de Petróleo e Gás, sendo que a Resolução que regulamentou tais atividades foi publicada em março/2016.

**Garantia de Suprimento de Gás e Leilões de Energia Termoelétrica a Gás Natural:** A Empresa de Pesquisas Energética - EPE é o órgão responsável pela análise e projeções de carga de energia e de mercado a partir de informações das distribuidoras de energia e pelo processo de leilão para contratação de empreendimentos de geração de energia para atendimento da demanda, sendo responsável ainda pela definição de critérios de cadastramento e habilitação das usinas interessadas. Para os empreendimentos termoelétricos a gás natural, a EPE exige a comprovação de garantia do fornecimento de gás natural por todo o período de funcionamento da usina (em geral de 20-25 anos). Desta forma, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou o processo de definição pelo Operador Nacional do Sistema - ONS e EPE dos pontos de entrega de gás natural com capacidade ociosa para suportar a operação destas usinas termoelétricas, bem como participou das negociações envolvendo a garantia de fornecimento de gás natural pela Petrobras e demais agentes supridores aos dois empreendimentos termoelétricos no Complexo Pedreira, resultantes da parceria da EMAE com o setor privado - com potência instalada totalizando 1.500 MW, consumo previsto de gás da ordem de 6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, com investimentos de cerca de R\$ 6 bilhões. Empreendimento localizado na zona sul da cidade de São Paulo, para interessados em negociar energia nos Leilões de Energia provenientes de usinas termoelétricas a gás natural promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (mercado regulado).

**Planos de Investimentos e Desinvestimentos da Petrobras:** A Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanha permanentemente os planos de investimentos e desinvestimentos da Petrobras com o



objetivo de analisar os reflexos destas medidas ao Estado e ao mercado de combustíveis no país, fornecendo subsídios ao Executivo para a defesa dos interesses do Governo do Estado e da sociedade. Em particular destacam-se os efeitos para a economia estadual decorrentes da modelagem de negócio adotada pela Petrobras, relativa à venda de ativos da malha de transporte de gás natural, de sua participação nas distribuidoras de gás natural e das concessões de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Santos (venda de sua participação no bloco de Carcará para a norueguesa Statoil).

**Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural - Parceria Fapesp e Shell:** Este Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural, resultado de acordo assinado em 25/09/2013 em Londres entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp e a Shell, é coordenado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, selecionada por meio de Chamada Pública para Submissão de Propostas, e tem a participação do Instituto de Energia e Ambiente - IEE, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN e Escola de Engenharia Mauá - EEM, além da participação de oito institutos de pesquisas internacionais, e tem como objetivo ajudar o Brasil a utilizar de forma sustentável seu potencial de produção de óleo e gás natural. Os investimentos serão de até US\$ 20 milhões em pesquisas sobre produção e consumo de energia limpa, sendo US\$ 10 milhões de cada instituição ao longo de cinco anos. Os programas de pesquisa desse Centro são Pesquisa em Engenharia, Pesquisa Físico-Química e Pesquisa da Política Econômica da Energia. Atualmente estão em análise eixos de atuação conjunta e projetos de interesse envolvendo a Fapesp, BG, Poli-USP e Subsecretaria de Petróleo e Gás com os objetivos estratégicos de desenvolver o mercado de gás natural no Estado de São Paulo, alinhada às diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC e Conselho Estadual de Política Energética - CEPE. Em 2016, a Subsecretaria de Petróleo e Gás participou de reuniões de acompanhamento e de workshops para apresentação e discussão dos resultados parciais dos 29 projetos. Para 2017, está prevista uma estação de trabalho na Subsecretaria de Petróleo e Gás para aumentar a interação entre os RCGI e a SEEM. A intenção é que esta estação seja utilizada por diferentes pesquisadores do RCGI, com vistas a ampliar a cooperação e atender os interesses mútuos.

**Acompanhamento do processo licitatório de Concessão de prestação de Serviços de Transporte Público Coletivo intermunicipal de passageiros no Estado de São Paulo, sob coordenação da ARTESP:** Participação nas etapas de audiências e consultas públicas, realizando contribuições ao processo com vistas a estimular o uso de ônibus a gás natural no Estado.

Para isso, a Subsecretaria de Petróleo e Gás realizou inúmeras reuniões com as empresas montadoras de ônibus, agentes setoriais, sindicato dos operadores, agências reguladoras de gás canalizado e de transporte coletivo e distribuidoras de gás canalizado do Estado com a finalidade de verificar os gargalos e apresentar contribuições à minuta do edital, cuja versão definitiva foi publicada em 24/06/16.

**Ônibus a hidrogênio - Continuidade do projeto da EMTU, com incorporação da tecnologia de produção de hidrogênio a partir da reforma de Gás Natural:** Desenvolvimento e submissão de proposta ao BNDES em 30/04/16 para financiamento de projeto, no valor de R\$ 16 milhões, com contrapartida de 20% com recursos de P&D da Comgás, e participação do RCGI,



Comgás, Concessionária Metra, EMTU e seus parceiros. Essa proposta é composta pelo: Desenvolvimento de planta de produção de hidrogênio a partir de reforma de gás natural para utilização em veículos de transporte público de passageiros (ônibus) da EMTU (2ª geração); Estudos comparativos de tecnologias de produção de Hidrogênio pela tecnologia da Eletrólise e reforma de gás natural; Desenvolvimento de ônibus articulado movido a hidrogênio - 3ª geração - e comparativo de desempenho operacional com ônibus movido a gás natural.

#### **Revisão Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Gás Canalizado no Estado:**

Em face da importância de disponibilidade de insumos energéticos a preços competitivos para a promoção de desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida, de condições favoráveis à atração de investimentos e da segurança jurídica baseada em respeito aos contratos, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou e está participando ativamente do processo em curso de Revisão Tarifária das três distribuidoras de gás canalizado localizadas em São Paulo - Comgás, Gás Brasileiro e Gás Natural Fenosa. Nessa ocasião é que são definidos os Planos de Negócios das Concessionárias para os próximos cinco anos, a Margem de Distribuição que resultará nas tarifas de cada segmento de consumo e os municípios que passarão a ser atendidos no ciclo tarifário de expansão 2017-2022.

A Subsecretaria consolidou também as projeções de investimentos, número de municípios atendidos, número de consumidores, extensão da rede e volume distribuído das três concessionárias de distribuição de gás canalizado que atuam no Estado no período 2017-2022, propondo o Plano Estadual de Metas de Gás Canalizado, aprovado pelo CEPE em 22/11/2016, que reúne os elementos essenciais à retomada do processo de Revisão Tarifária.

**Sumário Executivo de Petróleo e Gás:** As atividades de planejamento e formulação de políticas públicas exigem a disponibilidade de informações estatísticas organizadas e atualizadas. Com o propósito de atender essa necessidade e de fornecer estatísticas estaduais em petróleo e gás voltadas a órgãos públicos, pesquisadores, empresas, prefeituras e interessados em geral, a Subsecretaria de Petróleo e Gás prosseguiu com a publicação do Sumário Executivo, disponibilizado ao público nos idiomas Português, Inglês e Espanhol. Esses documentos, disponibilizados no website da Secretaria e enviados eletronicamente aos agentes do setor, apresentam informações sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, os preços de referência e praticados e a arrecadação de royalties proporcionada por essas atividades, e permitem o acompanhamento e monitoramento do mercado paulista de petróleo, gás natural e derivados.

**Anuário da Indústria de Petróleo e Gás Natural de São Paulo 2016:** Publicação iniciada em 2014 e continuada em 2015 e 2016 em edição Bilíngue - idiomas Português/Inglês, este Anuário consolidou as informações dos últimos cinco anos sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, preços de referência e a arrecadação de royalties proporcionada por essas atividades em 2015, constituindo importante elemento de consulta e acompanhamento do mercado paulista de petróleo, gás natural e derivados. A versão de 2016 está disponível no Website da Secretaria de Energia e Mineração ([www.energia.sp.gov.br](http://www.energia.sp.gov.br)).



**Programa Nacional do Gás Natural Matéria-Prima - ABIQUIM:** A indústria química e petroquímica é um dos maiores segmentos consumidores de gás natural, utilizando-o como energético (para queima) e como matéria-prima. Devido à importância do preço do gás natural para o uso como matéria-prima e à falta de competitividade da indústria química nacional - com déficits crescentes na balança comercial de químicos básicos - a Associação Brasileira da Indústria Química elaborou o Programa Nacional do Gás Natural Matéria-Prima, com o objetivo de propor medidas de curto, médio e longo prazo para reverter o quadro de fechamento e alta ociosidade das plantas químicas e retomar investimentos. Em virtude da importância do tema, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou as discussões e a proposta para regulamentação do Art. 58 da Lei do Gás (remete ao CNPE a atribuição de estabelecer diretrizes para o uso de gás natural como matéria-prima em processos produtivos industriais).

**Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural *Offshore*:** O Estado de São Paulo já é o 3º maior produtor de petróleo e gás natural do país, devendo se tornar o 2º maior produtor em 2017. Os volumes crescentes de produção de petróleo e gás natural no pré-sal na Bacia de Santos elevam o interesse das operadoras em áreas exploratórias da Bacia de Santos e criam inúmeras oportunidades de negócio e de dinamização econômica, inserindo definitivamente o petróleo como vetor de desenvolvimento na economia estadual. A Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanha e sistematiza os dados das atividades de exploração e produção em São Paulo, cuja ampliação fortalece a indústria paulista, principal fornecedora de máquinas, bens e equipamentos para o setor de petróleo e gás nacional, e cria inúmeras oportunidades de emprego e renda para a população paulista. Neste contexto, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanha e divulga o incremento ocorrido na arrecadação de royalties e participações especiais do Estado (R\$ 671 milhões em 2016, até novembro) e dos Municípios (R\$ 688,8 milhões em 2016, até novembro), decorrente do aumento da produção, multiplica os benefícios socioeconômicos gerados e acentua a importância da atividade de petróleo e gás para São Paulo.

### **3. Entidades Vinculadas**

#### **3.1 Companhia Energética de São Paulo - CESP**

A CESP é uma concessionária de serviço público de geração de energia de fonte exclusivamente hidráulica. Foi responsável em 2016 por aproximadamente 39% da energia hidrelétrica produzida no Estado de São Paulo e cerca de 3% da energia elétrica gerada no Sistema Interligado Nacional - SIN.

**Parque Gerador de Fontes Renováveis** - A CESP possui três usinas hidrelétricas que operam no regime de preço - Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna - e foi responsável pela operação e manutenção temporária das UHEs Ilha Solteira e Jupia, sob regime de cotas, até 30 de junho de 2016.

Neste ano de 2016, a produção dessas usinas teve o seguinte comportamento:



Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida (MW médios)
Porto Primavera	1.540,0	1.017,0	1.057,0
Paraibuna	87,0	50,0	10,9
Jaguari	27,6	14,0	5,7
<b>Total</b>	<b>1.654,6</b>	<b>(1) 1.081,0</b>	<b>(3) 1.073,6</b>
Ilha Solteira	3.444,0	1.731,5	1.453,2
Jupiá	1.551,2	886,0	890,8
<b>Total - COTAS</b>	<b>4.995,2</b>	<b>(2) 2.617,5</b>	<b>2.344,0</b>

- (1) Energia comercializável no regime de preço durante o ano.  
(2) Energia comercializável em regime de cotas até 30 de junho de 2016.  
(3) Produção anual, realizada até novembro e estimada para o mês de dezembro de 2016.

**Planejamento Estratégico:** Foram concluídos em 2016, os estudos de Planejamento Estratégico para a Companhia, contratados junto à consultoria BAIN & Company. O trabalho serviu de base para elaboração da Estratégia de Longo Prazo, nos termos da Lei das Estatais nº 13.303 de 2016, Art. 23º, § 1º.

**Estratégia de Longo Prazo:** Em 23 de agosto de 2016, o acionista controlador anunciou sua decisão de retomar a privatização da CESP, no curto prazo, e contratou consultoria para realizar estudos neste sentido. Em paralelo, estão planejados ajustes de PMSO, prospecção de negócios que assegurem o crescimento da capacidade de geração de energia, especialmente com fontes de geração solar ou pequenas centrais hidráulicas, melhorias na eficiência organizacional, operacional e na gestão jurídica da Companhia.

**Estudo de Inventário Hidrelétrico do Trecho do Rio Pardo entre o remanso da UHE Euclides da Cunha e o canal de fuga da UHE Caconde:** Por solicitação da CESP, em 17 de maio de 2016 a ANEEL emitiu o Despacho nº 1.285, conferindo o registro para elaborar os estudos de inventário no trecho citado do Rio Pardo, no qual havia previsão de pelo menos três pequenas centrais hidrelétricas: São José, Barreiro e Carrapatos. Os estudos estão em andamento, com previsão de término para setembro de 2017.

**Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento** - Em atendimento à Lei nº 9.991/2000 e alterações posteriores, as concessionárias de geração de energia elétrica, entre estas a CESP, devem destinar 1% de sua Receita Operacional Líquida - ROL para o Programa de P&D-ANEEL. Destacamos para o ano de 2016 os seguintes projetos:



### **3.1.1. Polo Tecnológico de Porto Primavera**

Estão sendo implantados como projetos de P&D da CESP, sistemas de geração eólica e fotovoltaicos (terrestre e flutuante) na UHE Porto Primavera, visando proporcionar a criação de um polo tecnológico de energias renováveis.

A potência total a ser instalada é de 200 kW para o sistema eólico e 550 kWp para o solar fotovoltaico rígido e flexível (500 kWp em solo e 50 kWp em estruturas flutuantes no lago). Com investimentos previstos de R\$ 31 milhões, a implantação dessas usinas permitirá o desenvolvimento de três linhas de pesquisas: (i) complementaridade energética e rebatimentos comerciais e regulatórios; (ii) modelagem energética de estações solarimétrica e anemométrica para estudos da energia primária disponível; e (iii) estudos de arranjo de plataforma flutuante.

Na pesquisa, ganhará especial ênfase a particularidade de concepção do Projeto, que tem como característica central a formação de portfólio de renováveis junto ao reservatório de uma planta hidrelétrica existente, permitindo computar: as vantagens de isenção de custo de terreno para instalação, como também o fato de não se incorrer em custo de transmissão adicional, pois a ideia é integração com a planta existente sem expansão na Subestação ou rede de transmissão saindo da UHE; elaboração detalhada de base de dados de velocidades de vento e radiação solar para o Estado de São Paulo; modelagem detalhada da operação da UHE existente integrada às plantas solar e eólica, considerando a capacidade de armazenamento do reservatório para compensar as variações de produção, tanto da planta solar, quanto da eólica, de tal forma a não ultrapassar a restrição de capacidade instalada da subestação.

Atendendo à Chamada Pública nº 19/2015 da ANEEL intitulada “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica”, a CESP iniciou, em dezembro de 2016, convênio para a implantação de usina piloto por meio de integração da fonte de Geração Termossolar ao complexo de energias alternativas renováveis da UHE Porto Primavera. Esse projeto permitirá maior diversificação na integração e pesquisa das fontes de geração de energia sustentável do Polo Tecnológico, com custo estimado de R\$ 50 milhões e prazo de 48 meses.

### **3.1.2. Metrô: Cobertura do Centro de Controle e Operações - CCO**

Está em avaliação, proposta de projeto com recursos oriundos do programa de Pesquisa e Desenvolvimento da ANEEL, contemplando parceria entre a CESP, Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô e Instituto de Energia e Ambiente da USP - IEE, para a instalação de sistema de micro geração solar fotovoltaica com potência até 30 kWp, visando pesquisas quanto aos impactos na produtividade relacionados à sujidade dos equipamentos. Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 1,1 milhão, com prazo estimado em 36 meses.

**Gestão da produção de energia elétrica:** A produção de energia elétrica das usinas da Cesp é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.





**Ciclo hidrológico 2015/2016:** O ciclo de chuvas 2015/2016, registrou precipitações inferiores à média histórica para a bacia do rio Paraná e na média para as bacias dos rios Tietê e Paraíba do Sul.

**Operação de Controle de Cheias:** Apesar da estiagem prolongada neste ciclo, foram mantidos ativos os organismos de atuação permanente e preventiva para controle de cheias, a saber: o Comitê de Gestão de Cheias - CGC, o Comitê de Operação em Situação de Emergência - COEm e os serviços do Plano de Comunicação: Boletim Informativo de Vazões - BIV, Site da CESP e Telecheia, com Discagem Direta Gratuita para o número (0800-647-9001), esse último mantido até o término da operação assistida das usinas hidrelétricas Jupuí e Ilha Solteira, em 30.06.2016. Após essa data, foi disponibilizado um novo número na página da empresa.

**Comercialização de energia:** O faturamento comercial para 2016 foi de R\$ 2.041 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

<b>Faturamento Comercial CESP</b>	R\$ milhões (1)
<b>ACL – Contratos no Ambiente de Contratação Livre</b>	1.034
<b>ACR – Contratos no Ambiente de Contratação Regulado</b>	580
<b>CCEE – RAG Cotas Ilha Solteira e Jupuí</b>	385
<b>CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica</b>	36
<b>CTEEP/PPTE/Outros – Contratos Prestação de Serviços</b>	6
<b>Total</b>	2.041

(1) Faturamento realizado até outubro e estimado para novembro e dezembro/16.

**Índices operacionais:** Os índices de disponibilidade das unidades geradoras da CESP em 2016 foram melhores que os valores de referência estabelecidos pela Aneel e representam desafios permanentes para os processos empresariais.

Empreendimento	Índice de Referência Aneel	Disponibilidade Verificada
UHE Jaguari	90,96%	97,43% (1)
UHE Paraibuna	93,01%	96,94% (1)
UHE Jupuí	89,58%	92,22% (2)
UHE Porto Primavera	89,58%	93,84% (1)
UHE Ilha Solteira	89,58%	91,27% (2)

(1) UHE Jaguari, UHE Paraibuna e UHE Porto Primavera dados de outubro/2016

(2) UHE Ilha Solteira e UHE Jupuí - dados de junho/2016.

**Engenharia de manutenção:** Foram realizados programas de revitalização, modernização e automação e monitoramento de equipamentos e instalações, para garantir as condições de segurança,



disponibilidade e confiabilidade da produção, atendendo aos requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores.

**Estudos de oferta de energia:** Visando manter a participação da Companhia no acompanhamento do aumento da oferta de energia ao SIN, foram desenvolvidos os seguintes estudos principais, na área de hidreletricidade e de fontes alternativas de energia:

- Em função da possibilidade de instalação de uma nova fonte de natureza fotovoltaica nas imediações da usina hidrelétrica Porto Primavera, foram avaliadas alternativas de conexão de 365 MW (456 MWp) na rede existente circunvizinha à usina, em regime permanente.
- Realizado estudo de viabilidade da PCH Emas Nova - ampliação (parceria), a partir de uma nova proposta de motorização da usina e consequente reconfiguração das instalações.
- Avaliação dos impactos das mudanças metodológicas associadas à revisão ordinária de garantia física de energia das usinas hidrelétricas, relacionada à Portaria MME nº 681/2014, Portaria MME nº 544/2015 e Portaria MME nº 622/2016.

**Estudos de planejamento elétrico e energético:** O sistema interligado está em constante evolução e transformação, tanto no aspecto físico e topológico como regulatório e metodológico. Com o objetivo de acompanhar a dinâmica do sistema, oferecer visibilidade de possíveis cenários futuros e subsidiar decisões, bem como o posicionamento da empresa, são realizados estudos e análises conjunturais.

### **3.1.3. Recursos Humanos**

**Políticas e Práticas de Inclusão Social e Igualdade:** A CESP é certificada por suas políticas e práticas de inclusão social e igualdade de oportunidades. As ações desenvolvidas em 2016 foram: Dia Internacional contra a Discriminação Racial; Dia Mundial da Água; Dia do Índio; Dia Internacional de Combate à Homofobia; Dia Nacional da Consciência Negra; Ato Ecumênico.

Além destas datas, houve a Semana Interna da Diversidade, abordando o tema Diversidades: Convivendo, Conversando e Construindo e um treinamento sobre o Código de Conduta para os empregados.

### **3.2. Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE**

A EMAE possui características que a tornam peculiar em relação às empresas do setor elétrico brasileiro, pois a maior parte de seus ativos está localizada em áreas urbanas densamente povoadas e são utilizadas, de forma expressiva, para outros fins como o abastecimento público, o saneamento, o controle de cheias e o lazer. A empresa é responsável pela operação de controle de enchentes do Canal Pinheiros e dos reservatórios do Guarapiranga, Billings e Pirapora.



Em função da prorrogação das concessões das UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes por 30 anos, até 2042, com a consequente disponibilização da energia e potência das usinas no sistema de cotas, a empresa passou a auferir receita estabelecida mediante tarifa regulada. Diante disso, a Emae continuou, durante o ano de 2016, a atuar no sentido de consolidar seu equilíbrio econômico-financeiro, buscando otimizar suas instalações e operações para adequá-las às suas receitas. A Empresa deu continuidade, também, aos esforços para desenvolvimento de empreendimentos que reforcem a geração de receitas.

Os principais destaques do ano foram:

**Chamada Pública nº 1/2015** - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da Emae. Foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen/Siemens e AES Tietê, e finalizados estudos de viabilidade ambiental dos futuros empreendimentos.

**Chamada Pública nº 2/2015** - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da Emae no município de Salto, junto à usina hidroelétrica Porto Góes. A Emae convidou interessados privados detentores de capital, direitos e projetos a manifestar interesse na implantação e exploração de um empreendimento, em uma área de aproximadamente 2.000m<sup>2</sup>. Em outubro de 2015, a empresa COMPASS foi selecionada para a formação de parceria com a Emae, em função dos seguintes fatores: (i) maior potência instalada: 14,8 MW; (ii) menor prazo para implantação - 60 dias; e (iii) maior porcentagem de participação para a Emae: 6% da receita bruta da usina.

Em função da atual queda do cenário econômico e consumo energético, a geração Merchant não tem sido praticada, sendo assim, o projeto está suspenso, aguardando cenários favoráveis de geração de energia.

**Publicação da Chamada Pública nº 1/2016:** “Novas oportunidades de negócios de geração de energia a partir de fontes renováveis”, esta chamada pública ficará aberta permanentemente e tem o objetivo de selecionar potenciais parceiros para analisar e desenvolver oportunidades de negócio em geração de energia a partir de fontes renováveis, destacando-se, mas não se limitando a: eólica; fotovoltaica; PCHs; biomassa; e resíduos sólidos urbanos.

Dentro da Chamada, foi proposta uma etapa específica para fonte fotovoltaica (Edgard Souza), que tem como objetivo selecionar interessados em oportunidade de negócio em empreendimentos fotovoltaicos, com módulos de até 5 MWp, em área de aproximadamente 60.000 m<sup>2</sup> (sessenta mil metros quadrados), junto à Barragem Edgard de Souza, no município de Santana de Parnaíba – SP, de propriedade da EMAE.

**Continuidade dos serviços de desassoreamento do Canal Pinheiros** - alcançando, desde agosto de 2011, um volume retirado de 2,345 milhões de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de material.



### Geração de energia elétrica

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida (MW médios)		Diferença (%)
			2015	2016*	2016*/2015
UHE Henry Borden	889,0	127,70	<b>61,3</b>	<b>105,7</b>	72,4
Porto Góes	24,8	<b>11,63</b>	<b>13,2</b>	<b>11,3</b>	-14,4
Rasgão	22,0	11,84	<b>12,0</b>	<b>12,3</b>	2,5
Pirapora	25,0	17,17	<b>5,9</b>	<b>1,0</b>	-83
<b>Total</b>	<b>960,8</b>	<b>168,34</b>	<b>92,4</b>	<b>130,3</b>	<b>41,01</b>

\* Verificado até novembro/2016

### Comercialização de energia

MODALIDADES DE VENDA		MW médios	
		2015	2016
ACR	COTAS - EMAE	157,45	151,17
ACR	CCEARS - PESA	16,00	16,00
ACL	CCEAL	9,00	7,00
<b>TOTAL</b>		<b>182,45</b>	<b>174,17</b>

**Arrendamento de ativos da UTE Piratininga:** mantiveram-se em andamento normal os pagamentos feitos à Emae pela Baixada Santista Energia, subsidiária integral da Petrobras, referentes aos contratos de arrendamento e de operação e manutenção da Usina Termelétrica Piratininga.

**Serviços associados ao sistema hidroenergético:** Com destaque para:

- Balsas - operam em três pontos de travessias no Reservatório Billings. O serviço é oferecido de forma ininterrupta e gratuita e, em 2016, foram transportados cerca de 1,42 milhão de veículos e 2,8 milhões de pedestres.

- Retirada de lixo em 2016: Canal Pinheiros - nas usinas de Pedreira e Traição foram retirados, 4.110 m<sup>3</sup> de lixo ao longo do ano, equivalente a 1.644 toneladas; Rio Tietê: foram retirados, junto às usinas de Rasgão e Porto Góes, 9.100 m<sup>3</sup> de lixo, cerca de 3.640 toneladas.



- Retirada de vegetação aquática do Canal Pinheiros - média de 8,1 mil m<sup>3</sup> em 2016;
- Combate à proliferação de pernilongos - ação conjunta com a Prefeitura do Município de São Paulo. Coube à EMAE a retirada de vegetação aquática e lixo do Canal e roçagem dos 50 km de margens do Canal (área de cerca de 500 mil m<sup>2</sup>/mês).

**Meio Ambiente:** Os principais destaques de 2016 foram:

- Programas institucionais: coleta seletiva na sede da Empresa e na U.E de Traição; coleta de óleo comestível usado em todas as instalações da EMAE e na escola da Usina de Henry Borden; coleta de filme radiográfico.
- Programa de Visitação para professores e estudantes de ensino superior na sede da Empresa e na Usina Henry Borden.
- Gerenciamento de Resíduos: a EMAE coletou para descontaminação e reaproveitamento, 4.891 lâmpadas contendo vapor de mercúrio, 75 kg de pilhas e baterias retiradas de suas instalações e do uso de seus colaboradores; 1,4 mil pneus recolhidos no canal Pinheiros e 210 litros de óleo de cozinha. Foram coletados em suas instalações e junto aos seus colaboradores, 40,8 toneladas de material reciclável, destinados ao sistema cooperativo em apoio à manutenção de 60 postos de trabalho. Mantida a logística reversa, em consonância com a Política Estadual de Resíduos Sólidos, destinando 34 cartuchos e 170 toners de impressora usados. Também foram destinados de forma adequada 7.750 litros de óleo lubrificante contaminado.
- Realizada a remediação da Área de Transferência de Óleo da Usina Termoelétrica Piratininga. Os resíduos foram depositados e protegidos provisoriamente em local apropriado, para posterior destinação.
- Executado os Serviços de Caracterização de Material de Dragagem do Canal Pinheiros Superior e Inferior, com Vistas a Lançamento em Solo, referente aos anos de 2015 e 2016, conforme estabelece a Licença Ambiental de Operação de Regularização nº 2.035 das Atividades de Manutenção do Canal do Rio Pinheiros. Os resultados dessa campanha já foram submetidos à avaliação da CETESB.
- Obtida a Outorga (Portaria DAEE nº 1343), que autoriza a utilização dos recursos hídricos por cinco anos no Rio Grande ou Jurubatuba (Billings) para fins de geração de energia na Usina Termoelétrica Piratininga: captação (2.880 m<sup>3</sup>/h) e lançamento superficial (2.052 m<sup>3</sup>/h).
- Efetuada, junto ao DAEE, a solicitação de outorga para barramento, captação e lançamento superficial para a Usina Hidroelétrica de Porto Góes. A outorga definitiva ainda não foi emitida.



- Execução de serviço de Plantio de mudas nativas para recuperação ambiental de área reintegrada, com o objetivo de restaurar ambientalmente através do plantio de espécies nativas de mata-atlântica de Floresta Ombrófila Densa - FOD, em função dos impactos ambientais desencadeados por invasores de terras em áreas de propriedade da EMAE, localizado na Estrada do Alvarenga, altura do nº 5600 - Rua Josephina Gianinni Elias (Dona Bimba) - Braço Guacuri - às margens do Reservatório Billings.

**Energia solar:** A empresa vem desenvolvendo estudos de viabilidade técnico-econômica visando a implantação de plantas solares. Atualmente analisa parceria para implantação de parques fotovoltaicos em áreas de sua propriedade.

**PCH:** por meio de Termo de Cooperação Técnica continuam as atividades de desenvolvimento dos projetos básico e executivo para implantação do Aproveitamento Múltiplo Anhembi, no Rio Tietê, em parceria com o Departamento Hidroviário - DH. Permanecem, ainda, as gestões junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia - MME para liberação da repotenciação da PCH Edgard de Souza (12,0MW), também no rio Tietê.

**Prestação de serviços para terceiros:** Destacam-se, como fonte de receita, a continuidade dos seguintes contratos de operação e manutenção:

- do complexo termelétrico composto pelas usinas Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia, subsidiária da Petrobras;
- da estação de bombeamento Eduardo Yassuda (córrego Água Espriada), da Prefeitura de São Paulo;
- PCH Pirapora: Operação e Manutenção. Ressaltamos o apoio das equipes de Engenharia e de Manutenção da EMAE para o retorno das UGs à operação.

**Pesquisa e Desenvolvimento:** Em 2016 foram **concluídos** os contratos de dois projetos cooperados com outras concessionárias: “Desenvolvimento de Metodologia de Revisão Tarifária para Usinas Geradoras sob o Regime de Cotas - Aspectos de Regulação Econômica” e “Desenvolvimento de Metodologia de Revisão Tarifária para Usinas Geradoras sob o Regime de Cotas - Aspectos de Regulação em Engenharia”, e um projeto de autoria da Empresa “Desenvolvimento de Metodologia para Precificação do Espaço dos Reservatórios de Geração de Energia Elétrica para seu uso como Área de Servidão (Dutos)”. Ainda em 2016 foi dada continuidade ao projeto cooperado: “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira” e lançada Chamada Pública para captação de propostas de projetos de P&D.



## SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

A Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude - SELJ executa suas ações, eventos, projetos, programas e contratos através de Programas ligados diretamente ao Gabinete do Secretário, da Coordenadoria de Esporte e Lazer, Coordenadoria de Programas para Juventude, além do Núcleo de Apoio e Gestão a Contratos. Passamos a apresentar, portanto, as seguintes realizações:

### 1. Programa São Paulo Mais Esporte e Lazer

#### 1.1. Calendário Esportivo Oficial 2016

A Coordenadoria de Esporte e Lazer - CEL executa, anualmente, o tradicional calendário oficial de eventos esportivos, com a participação de 459 municípios, 25.042 Equipes e 579.813 participantes. Por meio dos convênios realizados, totalizando mais de 4.500.000,00 em repasses às Prefeituras Municipais e Entidades esportivas, foram desenvolvidos inúmeros eventos esportivos, como segue:

#### EVENTOS CALENDÁRIO CEL - 2016

<b>Março</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>20° JORI - 3ª Região</b>	16 a 20	Botucatu
<b>Número de participantes</b>		2422

<b>Abril</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>20° JORI - 7ª Região</b>	13 a 17	Osvaldo Cruz
<b>Número de participantes</b>		1873
<b>20° JORI - 8ª Região</b>	20 a 24	Avaré
<b>Número de participantes</b>		1747
<b>20° JORI - 8ª Região</b>	27/Abr a 01/Mai	Caraguatatuba
<b>Número de participantes</b>		2267



<b>Maio</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>20° JORI – 6ª Região</b>	04 a 08	Novo Horizonte
<b>Número de Participantes</b>		2261
<b>20° JORI – 4ª Região</b>	11 a 15	Americana
<b>Número de Participantes</b>		2208
<b>20° JORI – 5ª Região</b>	18 a 25	Brodowski
<b>Número de Participantes</b>		2527

<b>Junho</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>20° JORI - 1ª Região</b>	08 a 12	Itanhaém
<b>Número de participantes</b>		1907
<b>33° Jogos Abertos da Juventude</b>	16 a 25	Caraguatatuba
<b>Número de participantes</b>		3466
<b>20° JAI</b>	29/Jun a 03/Julho	Barretos
<b>Número de participantes</b>		1831

<b>Julho</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>60° Jogos Regionais</b>	<b>1ª Região Esportiva</b>	05 a 16 São Bernardo do Campo
	<b>Número de participantes</b>	5104





	<b>2ª Região Esportiva</b>	19 a 30	Caraguatatuba
	<b>Número de participantes</b>		6815
	<b>3ª Região Esportiva</b>	19 a 30	Bauru
	<b>Número de participantes</b>		1738
	<b>4ª Região Esportiva</b>	19 a 30	Americana
	<b>Número de participantes</b>		6417
	<b>5ª Região Esportiva</b>	05 a 16	Sertãozinho
	<b>Número de participantes</b>		4753
	<b>6ª Região Esportiva</b>	19 a 30	Araçatuba
	<b>Número de participantes</b>		3942
	<b>7ª Região Esportiva</b>	05 a 16	Oswaldo Cruz
	<b>Número de participantes</b>		4027
	<b>8ª Região Esportiva</b>	19 a 30	Avaré
	<b>Número de participantes</b>		4945

<b>Agosto</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP) - Mirim</b>	11 a 20	Taquaritinga
<b>Número de participantes</b>		1470
<b>6ª COPA G.A.</b>	25 a 28	Lins
<b>Número de participantes</b>		83



<b>Setembro</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>8ª Copa GR</b>	01 a 04	Piraju
<b>Número de participantes</b>		209
<b>80º JOGOS ABERTOS</b>	10 a 24	São Bernardo do Campo
<b>Número de participantes</b>		11449
<b>Jogos Escolares Nacionais – Mirim</b>	20 a 29	João Pessoa/PB
<b>Número de participantes</b>		180

<b>Outubro</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>Jogos Escolares do Estado de São Paulo (JEESP) - Infantil</b>	11 a 20	Indaiatuba
<b>Número de participantes</b>		1424
<b>6º Campeonato Estadual de Basquete</b>	30/Out a 5/Nov	Tietê
<b>Número de participantes</b>		222
<b>17º Campeonato Estadual de Handebol</b>	30/Out a 5/Nov	Tietê
<b>Número de participantes</b>		293
<b>3º Campeonato Estadual de Voleibol</b>	30/Out a 5/Nov	Dracena
<b>Número de participantes</b>		229
<b>7º Campeonato Estadual de Futsal</b>	30/Out a 5/Nov	Dracena
<b>Número de participantes</b>		251



<b>Novembro</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>Jogos Escolares da Juventude - Infantil</b>	10 a 19	João Pessoa/PB
<b>Número de participantes</b>		191
<b>Jogos Paralímpicos Escolares</b>	21 a 26	Centro Paralímpico – São Paulo
<b>Número de participantes</b>		193

<b>Dezembro</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>45° Campeonato Estadual de Futebol –Fraldinha</b>	04 a 13	Presidente Venceslau
<b>Número de participantes</b>		288
<b>45° Campeonato Estadual de Futebol – Dentinho</b>	04 a 13	Presidente Venceslau
<b>Número de participantes</b>		288
<b>45° Campeonato Estadual de Futebol - Dente de Leite - Masculino.</b>	04 a 13	Pereira Barreto
<b>Número de participantes</b>		247
<b>45° Campeonato Estadual de Futebol - Dentão - Masculino</b>	04 a 13	Pereira Barreto
<b>Número de participantes</b>		211
<b>45° Campeonato Estadual de Futebol - Dentão - Feminino</b>	04 a 13	Ibirapuera – São Paulo
<b>Número de participantes</b>		128
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>		<b>77606</b>



Além desses, foram desenvolvidos outros eventos extracalendários, merecendo destacar a IV Copa de Futebol Amador Pedranópolis Valdecir Della Rovere *In Memoriam*, com a Prefeitura Municipal de Pedranópolis e a 50ª Prova Pedestrianismo Sargento Gonzaguinha com a Federação Paulista de Atletismo.

## 2. Bolsa Talento

Investir no capital humano dos atletas e contribuir para o desenvolvimento do esporte brasileiro é dever do Poder Público, em todas as suas esferas. Assim, o Estado de São Paulo, atendendo as diretrizes prescritas no art. 217 da Constituição Federal e art. 264 da Constituição do Estado, promove o esporte em todas as suas nuances, com enfoque nas áreas social, educacional e de alto rendimento.

De longa data, a par do extenso calendário anual de eventos executados pelas mãos do Governo Estadual, o Centro de Excelência abriga e mantém dezenas de jovens com potencial, direcionados para o alto rendimento.

Visando ampliar o alcance e incentivar ainda mais o esporte, a “Bolsa Talento Esportivo” consiste na concessão de apoio financeiro aos atletas dos vários níveis de excelência, praticantes de modalidades olímpicas e paralímpicas. Com isso, os mesmos poderão ter melhores condições de aprimoramento, melhorando suas performances. A dinâmica do benefício consiste na inscrição dos pretendentes, sendo a pretensão avaliada por Comissão de Análise designada pelo Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Juventude.

A Bolsa Talento Esportivo é instrumento pleiteado há muito tempo pela comunidade esportiva, para preencher uma lacuna existente na formação e aprimoramento daqueles que representam ou irão representar nosso Estado e nosso País, buscando no pódio a afirmação de nossa força.

Ao proporcionar melhores condições de treinamento, alimentação e, sobretudo, melhor qualidade de vida a esses jovens, por certo esse benefício contribuirá para o aumento do número de medalhas conquistadas por atletas vestindo as cores de São Paulo e do Brasil em competições nacionais e internacionais.

CATEGORIA	Valor Mensal da Bolsa (em R\$)	Nº. ATLETAS	DE
ESTUDANTIL	415,00		359
JUNIORES	625,00		151
NACIONAL	1.453,00		56



INTERNACIONAL	2.232,00	18
TOTAL		646

### **3. Competições Esportivas de Diversas Modalidades em Âmbito Escolar**

Promoção de intercâmbio com unidades escolares da rede de ensino do Estado, com incentivo à prática do esporte, descoberta de novos talentos olímpicos para representarem o Estado nas Olimpíadas escolares brasileiras. O programa também garante acesso à Ação “Bolsa Talento Esportivo” na categoria Estudantil para aqueles atletas melhores qualificados nos Jogos Escolares e promove o desempenho desportivo escolar em competições nacionais, contemplando modalidades individuais que não fazem parte da olimpíada escolar da rede estadual e jogos escolares envolvendo redes municipal, federal e particular de ensino.

Somente na fase regional dos jogos, os Jogos Escolares do Estado de São Paulo receberam 177.699 participantes nas categorias Mirim e Infantil.

### **4. Centros de Formação e Excelência Esportiva**

Tradicional programa de excelência esportiva desenvolvido por esta Pasta, oriundo do antigo “Projeto Futuro”, vem oferecendo oportunidades para inúmeros atletas paulistas que despontam no cenário do esporte paulista, nacional e internacional como jovens talentos.

A Coordenadoria de Esporte e Lazer há 29 anos desenvolve um trabalho progressivo e que já conseguiu projetar grandes atletas, como Maureen Maggi no atletismo, Thiago Camilo no judô e muitos outros atletas de ponta do nosso país.

O Programa “Centro de Excelência” encerra o ano de 2016 com 04 núcleos em todo Estado de São Paulo, atendendo atualmente 240 jovens e promissores atletas do Estado, nas modalidades: atletismo, natação, judô e voleibol.

Importante esclarecer, outrossim, que, diante da necessidade de adequação às exigências impostas pela Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, e regulamentada no Estado de São Paulo pelo Decreto nº 61.981/2016, passou-se a exigir, anteriormente à assinatura do convênio, a realização de processo de chamamento público para regimes de mútua cooperação com organizações da sociedade civil, o que levou à impossibilidade de renovação imediata de alguns convênios nos moldes em que vinham sendo tratados. A expectativa é que as parcerias sejam firmadas a partir do mês de março de 2017, após a finalização desta etapa do chamamento público. Os convênios abaixo elencados foram firmados anteriormente à vigência da referida norma.



CENTROS DE EXCELÊNCIA ESPORTIVA	
Natação	120
Atletismo	35
Judô	43
Voleibol	42
Total de Atletas Atendidos	240

## 5. Esporte e Lazer Para Pessoas com Deficiência

Para tornar acessível as atividades esportivas e momentos de lazer às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a exemplo do “Troféu Sérgio Del Grande” (atletismo), a SELJ, em parceria com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, SABESP e Instituto Novo Ser, iniciaram em 29/12/16, em Santos, o programa “Praia Acessível - Esporte Para Todos”, que ocorrerá também em Praia Grande, Guarujá e Caraguatatuba, nos meses de janeiro e fevereiro de 2017.

## 6. Implementando a Atividade Esportiva

Oferecer suporte de infraestrutura aos municípios paulistas com a finalidade de difundir a prática do esporte, lazer e juventude, incluindo a aquisição, produção e distribuição de materiais esportivos, equipamentos e material permanente.

### 6.1. Conjuntos Esportivos da SELJ e Atividades Desenvolvidas

**6.1.1. Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães:** O Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães agrega uma estrutura que compreende os seguintes espaços:

- **Ginásio Geraldo José de Almeida**, conhecido como Ginásio do Ibirapuera, palco de grandes eventos esportivos e shows nacionais e internacionais, com capacidade para abrigar cerca de 11.000 espectadores;
- **Estádio Ícaro de Castro Mello**, que abrange o campo de futebol e a pista de atletismo, com capacidade para abrigar 14.000 espectadores;
- **Conjunto Aquático Caio Pompeu de Toledo**, com capacidade para 6.000 espectadores com infraestrutura para treinamentos e competições nas modalidades de natação, nado sincronizado, saltos ornamentais e mergulho;



- **Ginásio Poliesportivo Mauro Pinheiro**, que possui quadra Poliesportiva e abriga treinamentos e competições dos cursos realizados para a comunidade e dos atletas de rendimento dos Projetos Esportivos;

- **Palácio do Judô**, arena para competições e treinamentos da modalidade para os atletas de rendimento dos Projetos Esportivos;

- 2 outros Ginásios (sem denominação), utilizados para as aulas dos cursos esportivos, treinamentos e competições dos atletas pertencentes aos Projetos Esportivos; Academia de Ginástica para os cursos oferecidos à comunidade, bem como utilizada pelos atletas que fazem parte dos Projetos Esportivos; Salas de aula para os cursos esportivos oferecidos à comunidade (condicionamento físico, lutas marciais, etc.), além do Centro Médico e Fisioterápico para o atendimento dos atletas de rendimento.

### **6.1.2. Vila Olímpica Mario Covas**

Em sua área de 174 mil m<sup>2</sup>, junto a Rodovia Raposo Tavares desde 2005 são desenvolvidos eventos esportivos e aulas de várias modalidades esportivas gratuitas para a comunidade, além de instituir a parceria com Federações e Confederações para treinamento de equipes e atletas de alto rendimento. A Secretaria, em conjunto com entidades de administração do desporto, está viabilizando a implantação de outras instalações esportivas.

A Vila Olímpica, embora receba este nome, não se trata de uma “Vila” propriamente dita, e sim um Centro de Desenvolvimento Esportivo, desde a iniciação até o treinamento de modalidades específicas, visando a inserção de crianças e jovens na prática de atividades físicas. Em seu interior, encontramos um Parque bastante frequentado aos finais de semana, onde a população pode usufruir de uma grande área verde, espaços para o lazer com a família, relaxar e recompor as energias. E tudo isso com muita segurança.

A estrutura de ocupação da “Vila” conta com a participação efetiva das diversas Federações Esportivas Estaduais e ONGs, que viabilizam atividades totalmente gratuitas, garantindo e possibilitando à população uma oportunidade para a prática de Esporte e Lazer.

**6.1.3. Baby Barioni:** O Baby Barioni é um conjunto de esportes e lazer onde as pessoas podem praticar natação, futebol entre outros. Atualmente passa por reformas físicas e estruturais com previsão para ser finalizada em dezembro de 2017.

## **7. Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos**

Objetiva oferecer alternativas de investimento para Municípios ou Entidades para viabilizar a atualização de aparelhos destinados ao usufruto esportivo ou de lazer da população ou viabilizar projetos por meio de levantamentos técnicos.



Entidade	Evento	Valor	Fonte
PM de Novais	Recursos para Construção de Quadra Poliesportiva	R\$ 250.000,00	Tesouro
Instituto de Pesquisas Tecnológicas	Laudo e Levantamento de Instalações do Complexo CERECAMP	R\$ 280.000,00	Tesouro
Construtora Roy	Pagamento de Obras – Baby Barioni	R\$ 436.573,74	Min. Esporte
<b>INVESTIMENTO TOTAL:</b>		<b>R\$ 966.573,74</b>	

### 8. Estimulando a Melhoria da Prática de Esporte e Lazer

Oferecer alternativas à prática de esporte e oportunidades de lazer, como a viabilização do repasse de verbas para instalação das “Academias ao Ar Livre”, conjunto de aparelhos esportivos a serem instalados em praça pública, estabelecida pelo Decreto nº 58.065/12.

Em 2016 foram estabelecidos os seguintes convênios para instalação de academias ao ar livre:

Nº Emenda Parlamentar	Prefeitura	Quantidade de Academias ao Ar Livre	Valor (R\$)
2014.226.021-3	Iracemápolis	1	30.000,00
2014.223.025-7	Monte Mor	2	60.000,00
2015.030.043-0	Populina	1	30.000,00
2015.777.001-5	Piracicaba	1	30.000,00
2015.109.040-2	Itapuí	1	30.000,00
2014.161.004-6	Araraquara	1	30.000,00
2014.161.003-8	Araraquara	1	30.000,00





2015.218.012-9	São José do Barreiro	1	30.000,00
2014.012.031-0	Itapira	2	60.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>330.000,00</b>

### 9. Juventude em Foco

A Coordenação de Programas para a Juventude, a fim de expandir políticas públicas oferecidas pelo Estado de São Paulo, para o segmento jovem, em observância ao Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), organizou algumas ações, entre elas:

- a Campanha do Agasalho, com envolvimento das Delegacias Regionais de Esporte, Inspetorias, Centros de Excelências e demais órgãos administrados ou parceiros desta Secretaria;

- o evento “Juventude Antenada - Juntos Vamos Vencer!”, idealizado a fim de levar ao conhecimento da população jovem paulista as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado, que lhes possibilitem emprego, trabalho, renda, empreendedorismo, cultura, lazer e saúde;

- palestras como “Atletas Inteligentes: Reciclando Emoções, Conquistando Objetivos”, que foi direcionada a Juventude atleta, treinadores, professores e alunos de educação física, representantes de clubes e/ou outros segmentos ligados ao esporte, visando a expansão das políticas públicas de esporte oferecidas pelo Estado. Na palestra foram abordadas as dimensões intelectuais e sócioemocionais de maneira lúdica e dinâmica, através de cases, histórias de vida, reportagens e atividades em grupo, por meio dela, os atletas foram orientados a refletir sobre suas vidas e carreiras, sobretudo, em como conciliar a educação com o esporte, o clube com a escola, os deslocamentos diários entre os locais de treinos, estudos e residência, pois geram custos, cansaços físicos e mentais, bem como também motivados a encarar seus desafios, controlar suas emoções e conquistar seus sonhos e objetivos, dentro e fora do campo esportivo.

Abaixo, o público atingido em cada uma das ações:

#### EVENTOS - 2016

<b>Julho</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>CAMPANHA DO AGASALHO</b>		
<b>Arrecadações</b>		<b>756</b>



<b>Agosto</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>Juventude Antenada – Juntos Vamos Vencer!</b>	12	Capital
<b>Participantes</b>		<b>230</b>

<b>Novembro</b>	<b>Datas</b>	<b>Cidade</b>
<b>Atletas Inteligentes: Reciclando Emoções, Conquistando Objetivos.</b>	17	Capital
<b>Número de participantes</b>		<b>160</b>

### **10. Lei Paulista de Incentivo ao Esporte**

Embora não faça parte de algum programa específico, a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte (Lei nº 13.918/09) é um mecanismo jurídico que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude.

Trata-se de uma ferramenta de grande relevância, pois possibilita às empresas de todo o Estado apoiar projetos esportivos elaborados pela sociedade civil organizada, por meio de patrocínio ou doação financeira provenientes da renúncia de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por parte do Estado, que abre mão de parte de sua arrecadação para que a empresa invista diretamente no projeto de seu interesse, mas previamente aprovados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude.

Instituída por lei em 2009 e regulamentada pelo Decreto nº 55.63/ 2010, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de São Paulo contempla projetos vinculados às áreas educacional, formação desportiva, rendimento, sócio-desportiva, participativa, gestão, desenvolvimento e infraestrutura.

Em 2016, conforme quadro abaixo, cerca de 800 projetos foram apresentados, sendo 689 aprovados para captação de recursos.



Projetos Aprovados	
Entidades do 3º Setor beneficiadas	689
Prefeituras beneficiadas	55
Municípios alcançados	167
Modalidades esportivas desenvolvidas	118

Valores Aprovados para captação (R\$)	59.000.000,00
---------------------------------------	---------------

Principais ações de Gestão da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte	
Espaço Físico	Sala onde todos os proponentes têm acesso com o calendário de atendimento
	Acompanhamento e organização física dos processos
	Acesso ao sistema informatizado
Apresentação de Projetos	Esse ano houve abertura de datas em duas oportunidades e já foram abertas as inscrições para 2017.
	Os projetos são cadastrados <i>online</i> por sistema desenvolvido na própria SELJ, sem comprometimento de recursos.
Tramitação de Projetos	Todos os projetos foram analisados em ordem de chegada, respeitando o princípio da Administração Pública da Isonomia.
Julgamento dos Projetos	Todos os critérios de análise de projetos foram publicados, garantindo respeito ao princípio da Administração Pública da Isonomia.
	Calendário divulgado com antecedência, com pautas das reuniões divulgadas no Diário Oficial com pelo menos 24 horas de antecedência.
	Transmissão <i>online</i> das reuniões e registro em plataformas gratuitas de filmes ( <a href="http://www.youtube.com">www.youtube.com</a> ).
	Constituição de comissão composta por técnicos do esporte, órgãos fiscalizadores e comitê interno da SELJ.
	Quando da existência de recursos, estes são julgados e, quando indeferidos, justificados aos proponentes.
Captação de recursos	O prazo para a captação de recursos começa a ser contado a partir da entrega da CID
	A Secretaria de Esporte e a Secretaria da Fazenda trabalham em conjunto para a Liberação de Recursos



Liberação de Recursos	Os projetos são liberados por ordem de chegada, com priorização apenas para projetos cujo calendário está na iminência de acontecer.
	Os processos são liberados em no máximo 20 dias, com exceção daqueles que apresentem algum problema na documentação.
Execução dos projetos	Todos os projetos que tem seus recursos liberados são acompanhados periodicamente e notificados, quando necessário.
	Medição dos projetos por indicadores.



## SECRETARIA DA FAZENDA

A Secretaria da Fazenda - Sefaz fecha em 2016 mais um ano de grandes sucessos nos seus processos de inovações e aperfeiçoamentos institucionais, que vêm sendo efetuados desde meados dos anos 90.

### 1. Projetos Principais

**Sistema Integrado de Gestão de Créditos - SIGEC** - visa melhorar o controle e o desempenho dos processos relacionados aos créditos tributários. Em 2016 prosseguiu-se na preparação e aprimoramento do sistema para integração em 2017 com os sistemas ePAT, Ambiente de Pagamentos, DW-Data Warehouse, Conta Fiscal do Parcelamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD, Sistema da Dívida Ativa - SDA e Parcelamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - *Mainframe* DNE.

**Ambiente de Pagamentos** - visa desenvolver um ambiente de pagamentos para gerenciar a arrecadação de impostos, taxas e contribuições do Estado em tempo real, via internet banking, rede bancária ou terminais de autoatendimento. Atualmente o sistema já arrecada emolumentos da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, custas extrajudiciais, contribuição de Solidariedade para Santas Casas e custas judiciais do Tribunal de Justiça, entre outras receitas. Em 2016 foram publicadas as Portarias CAT nº 21, de 15-02-2016 (inclusão dos códigos de receita 103-0 e 104-1 para o acolhimento das receitas destinadas ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, e do código de receita 751-1, para o acolhimento das receitas destinadas ao Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes da Secretaria da Agricultura e Abastecimento) e CAT nº 53, de 12-04-2016 (inclusão do código de receita 650-6 - Multa por infração à legislação da Secretaria dos Transportes Metropolitanos).

**Conta Fiscal dos Autos de Infração e Imposição de Multa - CF AIIM** - sistema que permite à Sefaz-SP administrar o crédito tributário decorrente de Autos de Infração e Imposição de Multa, AIIMs, de ICMS, IPVA e ITCMD, desde a lavratura até a sua liquidação, eliminando trabalhos manuais de atualização e verificação de saldo. Em 2016 houve atualização do sistema com a correção de alguns erros e o lançamento das remissões instituídas pelo Decreto nº 61.625/2015.

**Conta Fiscal do ITCMD** - sistema permite a determinação dos valores oriundos do ITCMD declarado não inscrito na dívida ativa, através da integração com o novo sistema declaratório do ITCMD, possibilitando também maior transparência no controle do crédito tributário. Desta forma, agiliza-se o tratamento e gerenciamento pelo fisco dos valores a receber. Em 2016 houve atualização do sistema com a correção de alguns erros e o lançamento das remissões instituídas pelo Decreto nº 61.625/2015.



**Sistema de Arrecadação on-line** - cuida da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Multas de Infração à Legislação de Trânsito - MILT e taxas correlatas (sistema Trânsito); Serviço 12: melhorias do recolhimento das chamadas taxas Detran (Lei nº 15.266/13) e inclusão da taxa de Estadia (trabalho conjunto com o respectivo órgão de trânsito), além de adequações por conta da entrada em vigor da Lei nº 16.080/15; Serviço 14: inclusão do pagamento de débitos inscritos de IPVA (trabalho em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado - PGE); Conta Fiscal da Taxa de Licenciamento: a inovação da Lei nº 15.266/13 trouxe uma mudança na natureza jurídica da taxa de licenciamento que passou a ser vista como decorrente do poder de polícia, de forma que o referido serviço trata de controlar os débitos não pagos da taxa em exercícios passados, a primeira cobrança foi promovida em 2016 e em 2017 será dada continuidade no projeto; Reformulação do pagamento da taxa de licenciamento de veículo 0 Km: início dos trabalhos para desenvolvimento da solução que irá promover uma melhoria no recolhimento das taxas dos serviços relacionados ao primeiro licenciamento de veículo 0 Km e modificações nos procedimentos do órgão de trânsito com o objetivo de dar maior celeridade neste processo.

**e-Certidão Negativa** - Em produção desde dezembro de 2014, o sistema de emissão de certidão negativa de débitos para situações em que o contribuinte faz jus à certidão negativa. A partir de 2017 está prevista pela Secretaria da Fazenda a liberação do sistema para fins de emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional - CTN.

### **Sistemas Informatizados para Fiscalização**

**Sistema Controle do Universo EFD** - controla o universo de contribuintes obrigados à Escrituração Fiscal Digital - EFD, identificando diariamente os sujeitos ao Regime Periódico de Apuração - RPA, e os credenciando de ofício junto à Receita Federal do Brasil - RFB, para que possam transmitir o arquivo digital. O sistema também recebe o pedido de retificação de arquivos pela internet, sem a necessidade de comparecimento do contribuinte ao posto fiscal. A principal atividade em 2016 foi a atualização das penalidades referentes à EFD. O Ofício Circular DEAT nº 03/2016 atualizou a aplicação de penalidades referentes à Escrituração Fiscal Digital.

**Sistema Eletrônico de Regimes Especiais** - permite que os contribuintes apresentem pela internet os pedidos de regime especial e demais documentos para instrução do processo, bem como a análise e o trâmite eletrônico por todas as unidades da Sefaz-SP envolvidas até a notificação da decisão. Em 2016 foram realizadas correções e melhorias do sistema.

**Sistema de Crédito Acumulado:** foi realizado o aprimoramento das funcionalidades existentes, possibilitando a apropriação mais eficiente e confiável do crédito acumulado das empresas que aderirem à “sistemática de custeio”. Foi disponibilizada a Verificação Fiscal Sumária - SISCOMEX/Exportação, e está em fase de testes a Sumária da Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA. Também foi padronizada a geração das fichas dos arquivos simplificados e de custeio a fim de viabilizar os serviços de fiscalização executados pela fiscalização direta.



**Sistema de Reconhecimento e Controle das Operações com Papel Imune - RECOPI Nacional** - em 2016 o Estado de Rondônia aderiu ao sistema. Foi também criado perfil de acesso para usuários da RFB conforme previsto no Convênio ICMS nº 183/2013. Cada Estado da federação e o Distrito Federal disponibilizarão o acesso para os usuários da RFB relativos às suas operações próprias.

**Tributação de Intangíveis** - a publicação do Decreto nº 61.791/2016, fez avançar as discussões em relação ao relevante setor de *softwares* e aplicativos, dando maior segurança jurídica em suas operações. A redução da carga tributária efetiva para 5% fornece estímulo ao setor e a não exigência de ICMS em relação a *softwares* adquiridos através de transferência eletrônica de dados (*download*), até que se defina o local de ocorrência do fato gerador (até que exista maior consenso entre os Estados), reduz a incerteza em operações comerciais, evitando discussões jurídicas sobre o assunto.

**Ferramenta de auditoria fiscal e contábil digital - SAFIC** - opera integrada às principais bases de dados da Sefaz-SP de modo a viabilizar a carga dos dados automaticamente a partir do número da Ordem de Serviço Fiscal - OSF. Incorpora medidas de segurança da informação com base no certificado digital do AFR. Teste piloto iniciou-se no segundo semestre de 2016, apontando necessidade de ajustes na infraestrutura de TI para comportar o aumento do tráfego de dados gerado.

**Pós-Validador da Escrituração Fiscal Digital - EFD** - o sistema compara as informações escrituradas pelo contribuinte na EFD com informações de outras bases de dados da Sefaz-SP, para disponibilizar eventuais inconsistências encontradas, com o objetivo de promover a autorregularização tributária.

**Eliminação da Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA** - o projeto visa reduzir custos e redundâncias associados às obrigações acessórias dos contribuintes, trazendo benefícios à fiscalização por eliminar inconsistências de informações, evitando retrabalhos e falsos-positivos advindos dos cruzamentos de dados, já que a análise fiscal será feita sobre os dados de apurações gerados diretamente da escrita fiscal de entrada e saída. O desenvolvimento dos sistemas necessários ao projeto está em fase final de homologação.

**Sistema de Informações Econômico-Fiscais** - visa elevar o nível de serviço na disponibilização de informações para as diversas áreas da Secretaria da Fazenda, de modo a torná-las mais acessíveis com latências menores de atualização, viabilizando análises, cruzamentos e relatórios que não são possíveis com a estrutura atual. Em 2016 foram elaborados os modelos analíticos (*datamarts*) de Nota Fiscal Paulista (com destaque à NFP Programa, NFP Entidades Filantrópicas e NFP Valores Liberados), da Setorial de Combustíveis e de Acionamento Fiscal.

**Business Intelligence - infraestrutura** - melhorias técnicas no armazenamento de dados do data warehouse - DW, incluindo o planejamento e execução da atualização do Banco de Dados *Sybase IQ* para a versão 16 e a migração para um servidor com maior capacidade. Foram realizadas alterações evolutivas para atendimento às necessidades da EC-87 e FECOEP, com destaque para PGDAS-D, DEFIS, PGMEI, eCredAc, DARESP, Crédito Acumulado, IPVA, PEC, EFD Pós-validador, Cadesp, ETL da PGE, ePat, Suframa, PGSF, NFe, SPED.



## **Projeto RH-FOLH@ - Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento**

O Projeto tem por objetivo preparar o sistema de folha de pagamento - SDPE para se constituir em um sistema único e integrado, que possa atender futuramente as autarquias, a Polícia Militar e a São Paulo Previdência - SPPREV. Em dezembro de 2015 foi concluído o ajuste sistêmico para efetuar o cálculo do retroativo automático, sendo iniciados os testes e paralelos desta etapa.

O módulo RH encontra-se em desenvolvimento pela Unidade Central de Recursos Humanos, e a sua implantação propiciará as seguintes mudanças:

	Situação Atual	Após a implantação do Projeto
Servidor	Solicita as concessões de benefícios e vantagens ao setorial de RH	Com os dados do servidor inseridos no sistema de Gestão de RH, as concessões de benefícios e vantagens serão realizadas de forma automática
Servidor que trabalha na folha de pagamento	Recebe a documentação dos setoriais de RH, realiza o cálculo retroativo manualmente e insere as informações no sistema da Folha de Pagamento	O processo será automático, liberando a equipe para atuar na orientação, monitoramento e fiscalização
Setoriais e sub-setoriais de RH	Armazena e centraliza as informações da vida funcional dos seus servidores em papel e planilhas locais	As informações da vida funcional dos servidores estarão registradas em um sistema único, permitindo a consulta e a alteração de dados

## **Sistema de Custos dos Serviços Públicos - SCSP**

Em 2016, as atividades desenvolvidas foram direcionadas à inclusão no sistema de despesas da Secretaria da Educação como, por exemplo, a merenda descentralizada, manipulação de merenda e Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE; na Fundação CASA foi realizado o tratamento das informações de custos com as suas especificidades; na Secretaria da Administração Penitenciária foram treinados 363 Diretores Regionais da Capital e Interior; e na Secretaria da Saúde foi proposta uma prova de conceito em um Hospital Geral, com o objetivo de verificar a viabilidade de utilização das informações do Projeto S4SP, em desenvolvimento. Foi editado o Manual do Sistema de Custos dos Serviços Públicos que visa orientar dirigentes e técnicos das Secretarias e entidades estaduais na condução de ações voltadas à adoção do SCSP.

## **Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.**

Iniciada em 2012, com os trabalhos de adequação do sistema SIAFEM/SP às necessidades de uma nova estrutura contábil, em 2014, a Contadoria Geral do Estado atuou, principalmente, na implantação da nova versão do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, adequação dos roteiros e tabelas de eventos do SIAFEM/SP e capacitação dos servidores. A implantação da contabilidade patrimonial foi iniciada em 2015, com a elaboração de políticas contábeis e de manuais





operacionais, adequação do processo de consolidação e do modelo das demonstrações contábeis, além de especificação dos requisitos contábeis para o desenvolvimento dos sistemas patrimoniais para bens móveis, imóveis, estoques e folha de pagamento. Em 2016, foi dada a continuidade às atividades de 2015 de implantação da contabilidade patrimonial, iniciando-se uma nova frente de mensuração e reconhecimento contábil dos principais bens imóveis e ativos de infraestrutura.

### **Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP**

Sistema oficial de contabilidade aplicada ao setor público do Estado, em 2016 foram realizados novos ajustes nos roteiros de eventos contábeis para atender as necessidades de contabilização exigidas pelas novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público, especificamente para o registro de precatórios e folha de pagamento. Atualmente estão cadastradas 2.376 unidades gestoras ativas que efetuam os registros contábeis por meio dos 14.791 usuários habilitados no SIAFEM/SIAFÍSICO. No decorrer do exercício de 2016 foram capacitados 118 servidores no SIAFEM/SP, bem como 700 usuários no curso de Programação e Execução Orçamentária e Financeira, por meio da educação a distância - EaD.

### **SIAFEM.NET**

No exercício de 2016 foi disponibilizada nova versão do SIAFEM.net, com ênfase na contabilidade patrimonial, auxiliando e facilitando a execução dos registros pelos gestores estaduais. O acesso pode ser feito via dispositivos móveis, tais como tablets e smartphones.

### **SIGEO BIEE**

SIGEO BIEE é base para as informações disponibilizadas no portal de Transparência do Estado, permitindo acesso a consultas prontas, geração de gráficos interativos e geoprocessamento das informações. Em 2016 destaca-se a disponibilização do acesso às demonstrações contábeis do Estado.

### **PORTAL Contabiliz@SP**

Instituído em março de 2016, o portal “[www.contabilizasp.fazenda.sp.gov.br](http://www.contabilizasp.fazenda.sp.gov.br)” reúne em um único local todos os sistemas de execução orçamentária, financeira e contábil do Governo do Estado. Com uma área de acesso público, qualquer cidadão pode conhecer os sistemas de registro, controle e gerenciamento de informações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais do Estado. Na área restrita, os gestores públicos e usuários autorizados terão acesso às informações de sua unidade, através de gráficos, planilhas, geoprocessamento e uma nova versão de acesso web do SIAFEM e SIAFÍSICO, que conta com funcionalidades que tornam o registro dos documentos contábeis ainda mais ágil, produtivo e confiável.



### **Serviço de Controle de Consignações - SCC**

Acessível pelo por meio do site “www.saopauloconsig.org.br”, o sistema é integrado com a folha de pagamento das Secretarias, Polícia Militar e Autarquias, propiciando os seguintes benefícios: consultar as taxas do custo efetivo total praticadas pelas instituições bancárias para obtenção de empréstimos; fazer simulações para obtenção de crédito consignado; bem como o controle e gestão da margem consignável pelos servidores públicos. As entidades consignatárias (associações, sindicatos, instituições bancárias etc.) terão acesso único para incluir e gerenciar toda consignação em folha de pagamento, desde que este possua margem consignável disponível. O SCC executou, no período de janeiro a outubro de 2016, a gestão de 14,4 milhões de lançamentos de consignações em folha de pagamento, com um total de R\$ 4,1 bilhões de descontos em folha de pagamento, proporcionando uma receita (custeio do serviço) no valor de R\$ 41,3 milhões aos cofres públicos.

### **Execução Financeira do Estado**

A execução financeira do Estado é realizada por meio do Sistema de Execução Financeira - SEF, sistema via web, integrado ao SIAFEM/SP, que permite aos gestores financeiros dos órgãos e entidades da administração estadual, o gerenciamento e a execução automatizada das Programações de Desembolso - PD's (documento eletrônico de pagamento), compatibilizando sua execução com a disponibilidade financeira do Tesouro do Estado, envolvendo aproximadamente 741 mil documentos/ano.

### **Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN**

Registra os créditos do Estado e seus respectivos devedores, impedindo-os de serem contratados, receberem recursos e terem liberados os créditos oriundos da Nota Fiscal Paulista, até a sua regularização. Trata-se de importante ferramenta de recuperação de créditos que, desde a sua implantação até 22 de novembro de 2016, propiciou o ingresso de R\$ 8,6 bilhões aos cofres públicos, correspondendo a 18,3 milhões de pendências regularizadas.

### **Sistema de Grandes Faturadores - SGF**

O SGF permite a centralização de faturas de utilidade pública e proporciona economia e gestão do gasto público por meio da automatização do processo de emissão de documentos de execução orçamentária e financeira, bem como a programação do pagamento destas faturas, em ambiente web. Atualmente, opera com as faturas da SABESP, Eletropaulo, SANASA Campinas, sete empresas do Grupo CPFL, SAAE Jacareí, DAE Marília, SAAE São Carlos, Odebrecht Mauá, DAE Santa Bárbara D'Oeste, DAE Valinhos, Grupo Energisa (quatro empresas), Comgás, EDP Bandeirantes e SEMAE Mogi das Cruzes.



### **Sistema de Transferências Voluntárias**

Disponibiliza, com dados extraídos diariamente do SIAFEM/SP, as informações de transferências financeiras do Estado aos Municípios e Entidades, em decorrência da celebração de convênios e/ou outros instrumentos similares, para a realização de obras e/ou serviços de interesse comum. Atualmente o sistema registra 7.048 convênios em andamento, que tiveram movimentação financeira nos últimos 12 meses.

### **Sistema de Administração de Materiais - SAM**

O SAM opera em plataforma web, com informações padronizadas de estoques. É um sistema para a gestão dos materiais consumíveis e dos permanentes, que automatiza tarefas e fornece informações operacionais e gerenciais. Será a base para definição dos valores de consumo de materiais do Sistema de Custos do Estado, em implantação. O SAM foi homologado em projeto piloto na Secretaria da Administração Penitenciária e na Fundação CASA em 2014. Em 2015 foi ativado na Secretaria da Fazenda e no IMESC. Até meados de 2017, o sistema deverá estar ativado em cerca de 20 Secretarias e 12 entidades da Administração Indireta.

### **Departamento de Suprimentos e Infraestrutura - DSI**

**Departamento de Suprimentos e Infraestrutura - DSI e os Centros Regionais de Administração - CRAs** realizaram as seguintes atividades referentes a obras civis, elétricas e hidráulicas:

<b>a) Obras/Reformas – Concluídas em 2016</b>	<b>Valor em R\$</b>
<b>Total (a)</b>	<b>17.164.006,91</b>
Conservação do Edifício da Escola Fazendária – FAZESP / Escola do Carmo	5.154.324,98
Reforma dos arquivos do 2º subsolo do Palácio Clóvis Ribeiro	10.949.474,84
Construção do Posto Fiscal de Lins	1.060.207,09
<b>b) Obras/Reformas – com planejamento de andamento para 2017</b>	<b>Valor em R\$</b>
<b>Total (b)</b>	<b>27.093.125,99</b>
Projeto Executivo para adequação das rotas de fuga do Palácio Clóvis Ribeiro	1.083.583,47
Implantação de sistema de ar condicionado no Palácio Clóvis Ribeiro	26.009.542,52
<b>Obras e Reformas = Total Geral (a+b)</b>	<b>44.257.132,90</b>

### **Departamento de Controle e Avaliação - DCA**

O DCA teve como principais iniciativas referentes ao aprimoramento do Controle Interno do Estado de São Paulo:

- Aprimoramento da sistemática de planejamento de auditoria: com ajustes na metodologia do planejamento das auditorias e alteração do cronograma de trabalho, com aumento de



12 para 18 fluxos de auditoria em 2017. Esta alteração propõe uma otimização e trará melhorias de aproveitamento das disponibilidades de tempo e pessoal.

- Otimização dos processos e padronização dos procedimentos de trabalho.

a) Quanto à padronização, o Centro de Inovação e Procedimentos desenvolveu, e/ou atualizou e publicou as seguintes normatizações:

o Procedimentos: Controle Interno das Empresas, Consignatárias; Manuais: Manual de Conduta dos Servidores do DCA; Instruções de Trabalho: Diretrizes para Auditorias de Conformidade e Gestão e Avaliação de Contratualização de Resultado, Papéis de Trabalho, Orientações ao Auditado, Contratos de Gestão, Monitoramento de Recomendações, Controle Interno de Empresas; Checklist de Conformidade e Gestão: Adiantamento, Diárias, Utilidade Pública, Concorrência, Tomada de Preços, Convite, Bens de Consumo de Uso Comum, Bens de Consumo de Farmácia;

b) Quanto à otimização dos processos de trabalho, foram concluídas algumas etapas do projeto da implantação da Auditoria de Risco utilizando a tecnologia COSO com as seguintes entregas: Cronograma Detalhado; Manual COSO Public SP; Plano de Trabalho (SEFAZ, SEE, SES e CPTM); Cenário Secretaria da Fazenda; Relatório Detalhado Secretaria da Fazenda (PAT, BEC, CGE, Gestão de Frotas e TI).

- Promoção da gestão do conhecimento, inovação e boas práticas: em 2016 foi concluída a construção do Portal-DCA e iniciado o processo de sua manutenção; e realizada pesquisa com todos os técnicos e diretores para avaliar relevância e prontidão dos conhecimentos necessários para o processo de auditoria no Departamento.

- Asseguração do elevado nível de qualidade dos trabalhos de auditoria: atuação, pelo Centro de Controle de Qualidade, de análises técnicas de cerca de 30% dos Relatórios de Auditoria; acompanhamento do atendimento de 162 recomendações constantes do Relatório das Contas Anuais do Governo do Estado dos anos de 2013 e 2014 elaborados pelo Tribunal de Contas.

- Aprimoramento da metodologia de avaliação de desempenho: avaliação e acompanhamento da execução de 7 Programas de Governo, dividindo o trabalho em 3 etapas: Momento 1 - Diagnóstico e entendimento; Momento 2 - Estrutura e operacionalização; Momento 3 - Avaliação de desempenho e resultado.

- Promoção do desenvolvimento, integração e valorização dos recursos humanos: o programa de capacitação e treinamento da equipe técnica foi realizado na busca constante pela evolução e diversificação da qualidade dos serviços prestados. Isso se revela essencial ao processo de trabalho do DCA; os eventos do programa de capacitação DCA realizados no ano de 2016 totalizaram 6.267 horas-aula presenciais e EaD.



- Fortalecimento da imagem do DCA perante a sociedade e Administração Pública - participação em palestras e eventos para o fortalecimento e entendimento dos trabalhos de Auditoria de Controle Interno do Estado de São Paulo.

## **2. Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal - “Nota Fiscal Paulista - NFP”**

Desde o início do programa já foram lavrados 77.659 autos de infração referentes a 307.401 denúncias consideradas procedentes, com 60.478 fornecedores autuados pela NFP e até 06/12/2016 foram arrecadados R\$ 85,2 milhões com essas autuações; alterada a estrutura de prêmios dos sorteios, com a impossibilidade de um ganhador receber mais do que um prêmio, criado limite de créditos por documento fiscal e limite de valor do documento fiscal utilizado para geração de bilhetes, além da aplicação de limite na geração de créditos dos estabelecimentos do atacado e indústria a 20% do ICMS recolhido; disponibilização de curso ensino a distância - EaD sobre a NFP, realizado por 173 fazendários. Valores acumulados desde o início do Programa até 06/12/2016:

Total distribuído	R\$ 14.783.755.697,00
Créditos distribuídos	R\$ 13.242.155.697,00
Prêmios distribuídos	R\$ 1.541.600.000,00
Usuários cadastrados	18.753.674
Notas/Cupons Fiscais processados	48.424.729.760
Estabelecimentos cadastrados	R\$ 14.783.755.697,00
Adesões ao Regulamento do Sorteio	R\$ 13.242.155.697,00

## **3. Atendimento ao Público**

### **Balço das Ações do Atendimento e CADESP - Cadastro de Contribuintes de ICMS**

**Cassação de empresas do Regime Periódico de Apuração por inatividade presumida -** Cassados 65.913 contribuintes entre 01/01 e 30/11/2016. Há previsão de que sejam cassadas 8.520 inscrições estaduais por inatividade presumida até o fim de 2016.

**Nova Versão do aplicativo Coleta Online (Web):** Implantação de procedimento de viabilidade municipal com entrega prevista para 2017.

Está em andamento a redistribuição entre Delegacias Regionais Tributárias dos contribuintes localizados em outras unidades federativas em razão do elevado número de inscrições estaduais geradas em decorrência da Emenda Complementar 87/15 e do Convênio ICMS 93/15 do Confaz.



**Resultados do Atendimento** - A avaliação geral dos usuários dos serviços prestados presencialmente, registrada através do Sistema de Gestão do Atendimento - SGA teve nota média de 3,96, numa escala de 0 a 4, o que representa manutenção da excelência no atendimento. Nos diversos canais de relacionamento foi alcançado, entre 01/01 e 30/11, o volume de 2.604.120 atendimentos, sendo: Fale Conosco - 337.511; Call Center (0800) - 696.248; e Atendimento Presencial - 1.570.361.

**Programa de Melhoria do Atendimento** - Durante o ano de 2016, os principais projetos que integram o Programa de Melhoria do Atendimento avançaram do seguinte modo: nova licitação do Sistema de Gestão do Atendimento Presencial objetivando o aprimoramento do sistema como um todo e a introdução de novos módulos como o sistema de agendamento, da lista de serviços unificada para toda a Sefaz-SP, gestão de usuários e de serviços centralizada; e nova licitação da empresa responsável pelo atendimento telefônico.

**Atendimentos da Ouvidoria Fazendária** - Entre 1º de janeiro e 15 de dezembro de 2016, foram atendidos 12.174 usuários do serviço público na Ouvidoria da Secretaria da Fazenda. Os contatos foram através da internet (57%); por telefone (40%); presencial (3%); e por carta, por fax. Entre 1 de janeiro e 30 de novembro de 2016 o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC da Secretaria da Fazenda recebeu 834 pedidos de informações.

#### **4. Fiscalização**

Em termos de trabalhos fiscais da Fiscalização Direta de Tributos no período de 01/01 à 06/12/2016, destacam-se: Conclusão de mais de 3.400 auditorias; Emissão de mais de 80 mil Ordens de Serviços Fiscais - OSF; e Lavratura de mais de 13.800 Autos de Infração e de Imposição de Multa - AIIM, resultando em um valor de cerca de R\$ 29 bilhões entre imposto, juros e multa.

#### **Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA**

**Racionalização da cobrança administrativa do IPVA vencido** - Até 26/11/2016, encerrando os lançamentos em 2016, foi constituído o crédito tributário referente a 2,39 milhões de débitos do próprio exercício e 504 mil débitos referentes ao exercício de 2015, no valor total de R\$ 2,43 bilhões, tendo sido arrecadados 1.046.939 débitos e R\$ 1,02 bilhão.

**Contencioso administrativo associado ao IPVA** - Foram julgadas 46.274 impugnações de lançamento e 4.259 recursos, com 684 decisões favoráveis aos contribuintes.

**Fiscalização de veículos com placas de outro Estado** que deveriam ter recolhido o IPVA para São Paulo por seus proprietários terem declarado domicílio tributário neste estado: foram realizados 3.931 lançamentos num total de R\$ 11,4 milhões. Houve arrecadação de R\$ 1,7 milhões e a transferência para o Estado de 1.188 veículos.



## **Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD**

Plano de Trabalho ITCMD - ano 2011: em decorrência de transmissões de bens efetuadas em 2011, até o momento foram fiscalizados 5.294 possíveis contribuintes do ITCMD, resultando na arrecadação de R\$ 12,87 milhões e lavratura de 80 Autos de Infração e Imposição de Multa - AIIMs no valor de R\$ 3,59 milhões.

### **Combustíveis e Sucroenergético**

#### **Controle Cadastral**

- **Procedimentos administrativos de cassação** - cassação de uma refinaria de petróleo paulista por simulação de operações com combustíveis e instauração de procedimento de cassação de outra refinaria de petróleo, localizada no Rio de Janeiro e inscrita no cadastro de contribuintes de São Paulo como substituta tributária, por inadimplência fraudulenta.

- **Outras cassações de inscrição estadual** - cassação de 4 contribuintes com base na Portaria CAT 02/11.

- **Controle na concessão de novas inscrições** - indeferimento dos pedidos de inscrição estadual de 3 distribuidoras de combustíveis e de um fabricante de biocombustíveis;

- **Operação Mercado Paralelo** - fiscalização de contribuintes que, sem autorização da agência reguladora federal (ANP) e sem código de atividade econômica adequado, atuam no setor de combustíveis. Em 2016, foram afastadas do mercado 24 empresas - 7 foram cassadas, 6 tiveram a inscrição estadual declarada nula e 11 foram suspensas.

**Legislação** - gás liquefeito de gás natural - regulamentação, por meio da Portaria CAT 104/2016, da adesão do Estado ao Protocolo ICMS 04/2014. O referido protocolo estabelece as regras para repartição, entre a unidade federada de origem e a unidade federada de destino, do ICMS relativo às operações interestaduais com a mistura de gás liquefeito de petróleo - GLP e gás liquefeito de gás natural - GLGN; e regulamentação da Lei nº 15.833/2015: está em fase de aprovação o decreto de regulamentação da lei paulista de fiscalização e cobrança das receitas não tributárias decorrentes da exploração e da produção de petróleo e gás natural, aprovada em 2015.

**Operações de fiscalização:** a Secretaria da Fazenda participou de duas operações conjuntas de fiscalização em postos de combustíveis, com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - Ipem e a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania - SJDC. As operações ocorreram nos meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2016.



## **Comércio Exterior**

**Plano de trabalho: Resolução 13** - elaboração de operação para fiscalização de contribuintes paulistas que, em operações interestaduais, remeteram ou receberam bens ou mercadorias com a aplicação de alíquotas em desacordo com o disposto na Resolução do Senado Federal nº 13/2012, visando à reclamação do crédito tributário nestes casos.

**Plano de Trabalho: Saídas para não contribuintes** - elaboração de operação para fiscalização de contribuintes paulistas que, através de operações de saídas interestaduais, remeteram mercadorias a não contribuintes localizados em outras Unidades da Federação. Este plano de trabalho foi iniciado em 2015, estando ainda em execução nas DRTs; Operação Suframa 2016 - elaboração de operação para fiscalização de contribuintes paulistas que efetuaram operações de remessa de mercadorias para a Zona Franca de Manaus - ZFM e Área de Livre Comércio - ALC, tendo estas operações sido informadas em Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA, com CFOP 6.109, contudo não houve a respectiva constatação do ingresso pela Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa; e Operação Drawback 2016 - elaboração de operação para fiscalização com o objetivo de verificar a regularidade das operações de importação com isenção do ICMS sob o regime aduaneiro especial de Drawback Suspensão.

## **Alimentos e Bebidas**

**Operação Distribuidor Cativo** - operação que tem por objetivo a identificação de distribuidores “cativos” ao longo da cadeia produtiva, com proposta de deslocamento do pólo passivo de ofício nos termos da Portaria CAT 53/13, quando for constatada a ocorrência dos fatos previstos no § 15 do artigo 8º da Lei nº 6.374/1989, quais sejam, prejuízos à livre concorrência ou acumulação de valores a título de ressarcimento de substituição tributária.

**Operação Produtos Embutidos** - operação criada para identificação de contribuintes que efetuaram vendas de produtos embutidos utilizando-se indevidamente da isenção prevista para a carne (artigo 144 do Anexo I do RICMS/SP); Monitoramento saída de leite e derivados - operação cujo objetivo é aferir a regularidade das operações com leite longa vida, iogurte e leite fermentado realizadas por fabricantes paulistas, em especial no que se refere à carga tributária aplicada nas saídas internas desses produtos e aos lançamentos a título de crédito outorgado baseados nos artigos 32 e 33 do Anexo III RICMS/SP; Fórmula Infantil - operação com objetivo de identificar a utilização indevida da redução de base de cálculo concedida para o leite em pó pelo inciso II do Artigo 3º do Anexo II do RICMS; Aguadeiros - operação com objetivo de identificar irregularidades nas saídas de água mineral, tanto no que se refere à falta de emissão de documento fiscal como na tributação do produto; e Cálculo da Substituição Tributária - ST nas saídas internas: operação cujo objetivo é analisar o cálculo do imposto retido por ST e identificar casos em que o cálculo tenha sido feito de forma incorreta.





## **Redes de Estabelecimentos**

**Plano de Trabalho “Arrecadação 2014 - Ações Imediatas no Varejo”** - Iniciada em outubro de 2014, as ações fiscais são desenvolvidas na forma de operação, pelo planejamento de ações que resultem em mudança espontânea do comportamento tributário dos contribuintes varejistas, com reflexos positivos e imediatos para a arrecadação, ou pela lavratura de Autos de Infração:

- **Operação Vigilante - Módulo A** - comunicar ao contribuinte inconsistências e divergências identificadas pelo Fisco, com base nos dados informados pelas empresas administradoras de cartões, visando a compelir o contribuinte a, espontaneamente, sanar essas inconsistências e divergências, estimulando-o a reavaliar o cumprimento de suas obrigações principal e acessórias, recolhendo o imposto correspondente;

- **Operação Vigilante - Módulo B:** Averiguação in loco dos equipamentos de leitura de cartão de débito e crédito, além de verificar a correta utilização do ECF, Emissor de Cupom Fiscal, buscando indícios de subfaturamento ou omissão de receita;

- **Operação Vigilante - Módulo C:** Apurar diferenças de levantamento com base nas operações de cartões de crédito e de débito do contribuinte.

**Implantação da Fiscalização Especialista Comércio Varejista:** Desde 21/03/2016, a Diretoria Executiva da Administração Tributária - Deat conta com um novo setor de fiscalização especialista, a supervisão Comércio Varejista. A nova supervisão abarca um universo de 26.500 empresas ativas que no ano de 2015 tiveram faturamento de R\$ 143 bilhões. Este grupo foi responsável pela arrecadação de R\$ 3,1 bilhões em 2015 ou cerca de 2,5% da receita de ICMS do estado. O objetivo é produzir um trabalho fiscal coordenado, focado nas características específicas do setor e, portanto, mais eficiente.

**Decreto nº 62.250/2016:** desde novembro de 2016, varejistas paulistas que realizam operações interestaduais via comércio eletrônico podem requerer regime especial para adquirir mercadorias sem o ICMS retido antecipadamente por substituição tributária - ST, recolhendo o imposto apenas quando realizarem operações de saída. A medida decorre da publicação, em 4 de novembro, do Decreto nº 62.250/2016, que altera o Decreto nº 57.608/2011 para estender às empresas de *e-commerce* o regime especial já utilizado por grandes varejistas que detêm centros de distribuição no estado. Com a nova regra, o varejista que realizar vendas destinadas a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, por meio de internet, serviços de telemarketing ou plataformas eletrônicas em geral, poderá solicitar o regime para que deixe de ser substituído e passe a ser responsável pela retenção e pagamento do imposto incidente sobre as saídas subsequentes. O regime especial vale para contribuintes cujas operações resultem em acumulação de valores a serem ressarcidos. Nas operações interestaduais com destino a consumidor final não será devido o imposto relativo à ST pelo detentor do regime que requerer inscrição específica ao fisco.



## Simplex Nacional

Em 2016 foram realizadas as seguintes operações:

- **Operação Grão de Ouro II** - continuidade das ações de orientação ao contribuinte para autorregularização. Foi feita uma análise estatística baseada em técnicas de data mining e selecionados aproximadamente 200 contribuintes para receberem aviso de autorregularização, buscando o compliance voluntário por parte dessas empresas, antes do início de uma possível ação de fiscalização. Os avisos foram enviados pelo Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC - e o resultado da ação é de extrema importância para alimentar a base de dados com finalidade de aperfeiçoar as seleções futuras através das técnicas de data mining utilizadas. Sendo assim, criar-se-á uma rotina automatizada de monitoramento dos contribuintes do Simplex Nacional e o disparo dos avisos de orientação, tornando mais eficiente as ações fiscais neste segmento de extrema pulverização e baixos valores de arrecadação individualmente;

- **Operação “Segredos Ocultos”** - seleção de contribuintes do Simplex Nacional com as maiores diferenças de base de cálculo em cada delegacia regional tributária para o período de 2013. A comparação se deu entre os valores declarados no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simplex Nacional - Declaratório - PGDAS-D e aqueles constantes em documentos fiscais emitidos. Além das empresas selecionadas pela setorial. O objetivo é o combate à sonegação no regime do Simplex, o aumento da sensação de presença do fisco e o incentivo ao cumprimento das obrigações tributárias pelos optantes. Este plano de trabalho encontra-se em andamento desde outubro de 2016.

## 5. Contencioso Administrativo

Em termos do contencioso administrativo, com relação aos processos encerrados em 2016, até 06/12/2016, temos em destaque-se:

PROCESSOS ENCERRADOS NO CONTENCIOSO					
	Qtde	Imposto	Multa	Juros	Total
Eletrônicos	4226	R\$ 2.707.509.509,11	R\$ 6.442.519.964,76	R\$ 1.722.014.732,84	R\$ 10.872.044.207,00
Físicos	135	R\$ 517.916.809,12	R\$ 778.821.787,98	R\$ 289.684.032,17	R\$ 1.586.422.629,33
Total	4361	R\$ 3.225.426.318,23	R\$ 7.221.341.752,74	R\$ 2.011.698.765,01	R\$ 12.458.466.836,33

Até setembro de 2016, 8.278 processos foram julgados em primeira instância e 4.142 em segunda instância; e no mesmo mês o contencioso apresentou um tempo médio de tramitação de processos em torno de 21,07 meses. Com a implantação e a utilização do módulo “voto eletrônico” na Câmara Superior, no 2º semestre de 2015, após a superação dos estoques que aguardavam tal etapa, haverá tendência de queda no tempo de tramitação.



## **Processo Administrativo Tributário Eletrônico - ePAT**

**Diário Eletrônico** - até 06/12/2016 houve a publicação de 125.658 intimações no Diário Eletrônico e os usuários internos da Secretaria da Fazenda bem como o público externo já superaram os três milhões de consultas ao teor dessas publicações.

**Lavratura de Autos de Infração e Imposição de Multa - AIIMs:** Desde 04/04/2012, até 06/12/2016 houve a lavratura de 92.455 autos de infração eletrônicos.

**Novos Módulos Implantados e em uso efetivo** - voto eletrônico na Câmara Superior; módulo de acesso ao sistema pela Procuradoria Geral do Estado - PGE; distribuição de processos preventos; ampliação da integração com o Sistema Integrado de Gestão de Créditos - Sigec.

## **Ampliação da base de jurisprudência do Tribunal de Impostos e Taxas - TIT**

Foram publicadas 59.464 decisões de 1ª instância e 82.711 de 2ª instância, totalizando 142.175 decisões, que são acessadas diretamente pela página eletrônica do Tribunal gratuitamente, a qualquer horário e em qualquer dia da semana. Já foram efetuados 2.306.831 acessos à base de jurisprudência do contencioso.

## **Relatórios**

**Disponibilização e utilização dos Indicadores de Gestão do Tribunal de Impostos e Taxas para diversas finalidades, das quais se destacam:** Índice de transparência do Contencioso Administrativo Tributário - iCAT do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas - NEF/FGV; Portal da Transparência do Governo do Estado e Indicadores do Confaz (Índice de Transparência e Cidadania Fiscal - ITCF).

**Relatórios de Gestão em Desenvolvimento** - Produtividade - Julgamentos, Produtividade - Despachos, Processos entrados por período no TIT; Tempo médio por instância; e Estoque de segunda instância.

## **6. Defesa da Fazenda Pública no Processo Administrativo Tributário**

No ano de 2016, a atuação da equipe de Representantes Fiscais da Diretoria da Representação Fiscal - DRF na defesa do crédito tributário constituído por meio de auto de infração refletiu-se na elaboração de 8.149 atos processuais, até 07/12/2016, e na participação de Representantes Fiscais em todas as sessões de julgamento nas Câmaras Julgadoras e Superior do TIT ocorridas durante o ano.

Acompanhamento Judicial - em razão do interesse do Estado, a Diretoria da Representação Fiscal faz o acompanhamento de um total de 125 ações judiciais que estão tramitando nos tribunais superiores, principalmente no Supremo Tribunal Federal, dentre as quais se destacam:



Tipo de Ação	Processo Nº	Ano	Assunto
ADIN	5152 5223, 5225, 5227	2014 2015	Benefícios fiscais de ICMS independentemente de deliberação do Confaz.
RE	818388	2014	Benefícios fiscais de ICMS independentemente de deliberação do Confaz.
ADIN	5188	2014	Benefícios fiscais de ICMS independentemente de deliberação do Confaz - indústria e agroindústria.
ADIN	5214	2014	Benefícios fiscais de ICMS independentemente de deliberação do Confaz - Fundap.
ADIN	5335	2015	Fiscalização de royalties - exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.
ADIN	5366	2015	Obrigatoriedade de o contribuinte informar à administração tributária federal suas operações realizadas a título de planejamento tributário.
ADIN	5439	2015	Cláusula segunda do convênio ICMS nº 92/2015 firmado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.
ADIN	5467	2016	Benefícios fiscais de ICMS independentemente de deliberação do Confaz.
ADIN	5576	2016	Benefícios fiscais de ICMS independentemente de deliberação do Confaz.

## 7. Consultoria Tributária

**Respostas às consultas tributárias internas e externas:** até 30/11/2016, foram formuladas 1.534 consultas, tendo sido respondidas 1.546.

**Assistência de Informações e atendimento ao Fale Conosco:** até 30/11/2016, foram formuladas 6.054 consultas eletrônicas, tendo sido respondidas 6.094.

## Legislação - Elaboração e Aperfeiçoamento

**Decretos:** Foram elaboradas 64 minutas de decreto, destacando-se a publicação das seguintes medidas: prorrogação do prazo de adesão ao Programa Especial de Parcelamento - PEP do ICMS e ao Programa de Parcelamento de Débitos - PPD; redução de base cálculo para operações com softwares e congêneres quando não elaborados por encomenda e não exigência do ICMS nas operações com softwares e congêneres disponibilizados por meio de transferência eletrônica de dados (download ou streaming), até que fique definido o local de ocorrência do fato gerador para determinação do estabelecimento responsável pelo pagamento do imposto; regulamentação da cobrança do adicional de 2% na alíquota do ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP, previsto na Lei nº 16.006/2015; regulamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP; e prorrogação da isenção para Taxi.



**Resoluções SF:** Foram elaboradas 30 minutas de Resolução SF, destacando-se a publicação de medidas de aperfeiçoamento e operacionalização do programa "Nota Fiscal Paulista".

**Portarias CAT:** Foram elaboradas 112 minutas de portaria CAT, destacando-se a publicação das seguintes medidas: prorrogação do prazo para a entrega da Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação - DeSTDA; estabelecimento de procedimentos necessários à realização das operações interestaduais com Gás Liquefeito derivado de Gás Natural - GLGN, em razão da adesão do Estado ao Protocolo ICMS 04, de 21/03/2014; concessão de regime especial às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações para o estorno do valor do imposto indevidamente debitado em substituição ao procedimento previsto no artigo 10 do Anexo XVII do Regulamento do ICMS.

**Convênios:** Foram firmados 126 convênios, dentre os quais, embora não tenham impacto direto no Estado, destacam-se pela repercussão quando de sua aprovação, os seguintes: Convênio ICMS 42/2016: autoriza os estados e o Distrito Federal a criar condição para a fruição de incentivos e benefícios no âmbito do ICMS ou reduzir o seu montante; Convênio ICMS 73/2016: autoriza as unidades federadas que menciona a concederem redução de base de cálculo do ICMS nas operações internas com querosene de aviação - QAV; e Convênios ICMS 90, 102 e 117/2016: alteram o Convênio ICMS 92/15, que estabelece a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes.

**Protocolos:** O foco dos Protocolos firmados por São Paulo diz respeito a produtos sujeitos à substituição tributária. Foram firmados 72 protocolos, dentre os quais destacam-se: Protocolo ICMS 14/2016: dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios destinados ao Estado de Alagoas; Protocolo ICMS 31/2016: revoga o Protocolo ICMS 44/13, que estabelece substituição tributária em relação às operações antecedentes interestaduais com desperdícios e resíduos de metais não-ferrosos e alumínio em formas brutas quando o produto for destinado a estabelecimento industrial.

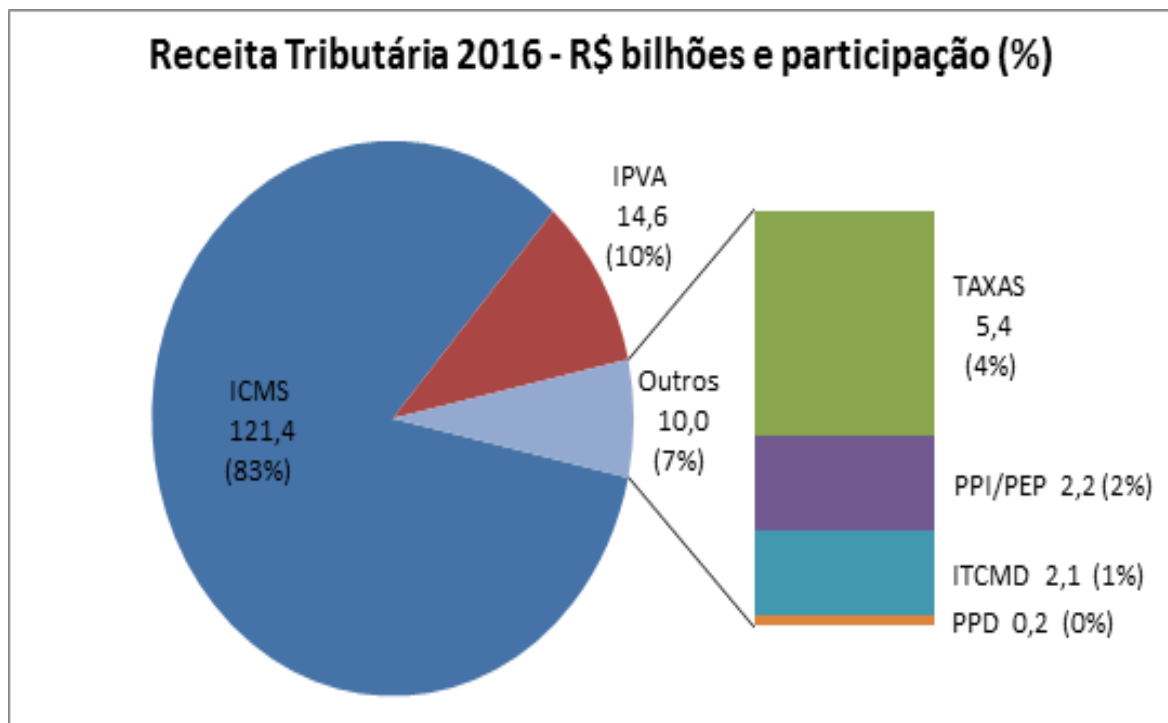
**Ajustes:** Foram publicados 15 Ajustes do Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais - SINIEF, que tratam de obrigações acessórias das mais diversas. Dentre os que foram aprovados, destaca-se o **Ajuste SINIEF 08/2016** que estabelece procedimentos relacionados com a entrega de bens e mercadorias a terceiros, adquiridos por órgãos ou entidades da Administração Pública Direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como suas autarquias e fundações públicas.



## 8. Gestão Financeira

### Arrecadação Tributária - 2016

Os dados disponíveis, ainda parciais, sinalizam que a receita tributária do Estado de São Paulo no ano de 2016 deverá alcançar, em valores nominais, o montante aproximado de R\$ 149,4 bilhões. Essa estimativa é composta, também, pela receita dos programas especiais de parcelamento em vigor, configurando, assim, a arrecadação tributária em um conceito ampliado. O resultado corresponde a uma queda nominal de 0,6% em relação a 2015; nessa mesma comparação, mas com valores deflacionados pelo IPCA, a variação foi negativa em 8,7%. O gráfico a seguir demonstra a composição da receita tributária estimada em 2016, baseada nos dados de arrecadação até 07 de dezembro de 2016.



O principal imposto estadual, o ICMS, foi fortemente afetado pela forte queda na atividade econômica brasileira, cujos impactos se fizeram sentir com maior intensidade na indústria de transformação e, por conseguinte, de forma acentuada no Produto Interno Bruto de São Paulo. A



receita de ICMS deve alcançar, em cálculo preliminar, R\$ 121,4 bilhões em 2016, o que representa uma retração nominal de 0,9% em relação ao ano anterior.

Quanto aos demais impostos, a arrecadação de IPVA e ITCMD deverá ser de R\$ 14,6 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente. Neste cenário, em relação ao ano passado, o índice de crescimento nominal da receita de IPVA é de 1,8%, enquanto o ITCMD apresenta retração de 13,9%.

### **Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP**

Merece destaque, nos resultados alcançados em 2016, a arrecadação adicional de 2% de ICMS destinada ao FECOEP, instituído pela Lei nº 16.006/2015. Iniciada no final de fevereiro, a cobrança do adicional incidente sobre as operações e prestações destinadas ao consumidor final com cervejas de malte e produtos de fumo e seus sucedâneos manufaturados arrecadou R\$ 360,5 milhões até novembro de 2016. Ao final do exercício, a expectativa é que a receita destinada ao FECOEP tenha contribuído com o montante de R\$ 422,1 milhões.

### **9. Operações de Crédito**

No ano de 2016, a Secretaria da Fazenda contratou uma nova operação de crédito, com a CEF, no valor de R\$ 690 milhões, destinado ao projeto da Linha 6 - Laranja do Metrô de São Paulo. Além disso, o Estado, por intermédio da Emplasa, celebrou uma cooperação técnica não reembolsável com o BID, no valor de USD 500 mil.

Embora ainda haja saldo a contratar de R\$ 2,8 bilhões (quadro item “b”) dentro do limite de R\$ 23,4 bilhões autorizados para o período de 2012 a 2014 no Programa de Ajuste Fiscal - PAF, em vista de restrições orçamentárias e fiscais enfrentado pelo Estado para contratação de novas operações de crédito, vários projetos foram priorizados e resultaram em solicitação ao financiador, de remanejamento de recursos entre projetos.

Partes das negociações destes pleitos foram concluídos em 2016, o que gerará menor impacto no prazo de conclusão dos projetos; entretanto, há outras que continuam em negociação (quadros dos itens “c” e “d”). Os projetos com remanejamento estão identificados no quadro a seguir, de projetos em execução em 2016 (quadro do item “a”). Ainda como parte do processo de remanejamento de recursos e priorização dos projetos financiados por meio de operação de crédito, os projetos “Túnel Santos-Guarujá” e “Linha 2 – Verde” foram cancelados e seus recursos repassados para outros projetos.

#### **a) Operações de crédito em execução em execução em 2016**



**OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM EXECUÇÃO**  
Base: EXECUÇÃO FINANCEIRA ATÉ NOVEMBRO/2016

Valores em milhares

Atualizado até: 23/12/2016

PROJETO	ASSINATURA PRAZO	FINANCIADOR	VALOR CONTRATADO (A)	EXECUTADO ACUMULADO ATÉ 30/11/16 (B)	(A)/(B)
<b>SECRETARIA DO TRANSPORTE METROPOLITANO</b>					
<b>METRÔ</b>					
<b>(1) LINHA 4 AMARELA DO METRÔ - FASE II</b>					
	09/2010 - 02/2018	BIRD	USD 130.000	USD 84.460	65%
	09/2010 - 07/2017 (a)	BIRD	USD 210.000	USD 0	0%
	11/2010 - 02/2018	JBIC	USD 130.000	USD 64.234	49%
<b>(2) LINHA 5 – LILÁS DO METRÔ DE SÃO PAULO, TRECHO LARGO TREZE – CHÁCARA KLABIN</b>					
	09/2010 - 12/2019 (b)	BID	USD 480.958	USD 57.680	12%
	09/2010 - 07/2017 (b)	BIRD	USD 440.400	USD 306.126	70%
	11/2013 - 12/2018 (c)	BNDES	R\$ 771.518	R\$ 510.000	66%
	07/2010 - 12/2016	BNDES	R\$ 766.449	R\$ 766.449	100%
	12/2012 - 12/2014	BNDES	R\$ 1.958.620	R\$ 1.958.620	100%
	02/2015 - 10/2017	PROINVESTE BNDES	R\$ 1.652.157	R\$ 1.652.157	100%
<b>(3) LINHA 17 OURO DO METRÔ DE SÃO PAULO</b>					
	08/2010 - 12/2019	CEF	R\$ 1.082.000	R\$ 524.517	48%
<b>(4) LINHA 15 - PRATA - SISTEMA MONOTRILHO - TRECHO VL PRUDENTE - HOSP. CIDADE TIRADENTES (ANTIGO PROLONGAMENTO DA LINHA 2</b>					
	06/2012 - 07/2017	BNDES I	R\$ 926.717	R\$ 703.285	76%
	08/2013 - 08/2017	BNDES II	R\$ 804.717	R\$ 581.285	72%
<b>(5) LINHA 6 - LARANJA DO METRÔ DE SP</b>					
	07/2014 - 07/2019	BNDES	R\$ 752.435	R\$ 0	0%
	11/2013 - 12/2018 (e)	BNDES	R\$ 1.717.271	R\$ 694.717	40%
	12/2015 - 12/2017	CEF	R\$ 690.000	R\$ 690.000	100%
(a) Remanejamento de financiamento do BIRD, da Linha 5 para Linha 4, no valor de USD 210 milhões - em negociação					
(b) Alteração contratual em negociação para inclusão do componente "Obras Cívicas" no escopo do projeto - em negociação					
(c) Remanejamento do Financiamento do BIRD, da Linha 5 para 4, no valor de USD 210 milhões, do valor original do contrato de USD 650 milhões - em negociação					
(d) Remanejamento de financiamento do BNDES, da Linha 2 para Linha 5, no valor de R\$ 760 milhões, do valor original do contrato de R\$ 1,5 bilhões - concluída					
(e) Remanejamento de financiamento do BNDES, da Linha 2 para Linha 6, no valor de R\$ 740 milhões, do valor original do contrato de R\$ 1,5 bilhões - concluída					
<b>CPTM</b>					
<b>(6) MODERNIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DA LINHA 8 E IMPLANTAÇÃO DA LINHA 13 JADE DA CPTM</b>					
<b>LINHA 8 DIAMANTE</b>					
	06/2012 - 12/2018 (f)	BNDES	R\$ 120.000	R\$ 30.000	25%
<b>LINHA 13 JADE</b>					
	07/2014 - 07/2019	AFD	€ 300.000	€ 200.000	67%
	06/2012 - 12/2018 (g)	BNDES	R\$ 438.746	R\$ 197.000	0%
<b>(7) AQUISIÇÃO DE TRENS PARA CPTM</b>					
	10/2014 - 10/2019	BEI	€ 200.000	€ 115.000	58%
	10/2014 - 06/2019 (h)	BNDES	R\$ 992.825	R\$ 337.838	34%
(f) Houve remanejamento parcial de financiamento do BNDES para linha 8, do valor original do contrato de R\$550 milhões, para Linha 13, no valor de R\$ 430 milhões - concluída					
(g) Recurso recebido do remanejamento parcial de financiamento do BNDES para linha 8, no valor original do contrato de R\$550 milhões, para Linha 13, no valor de R\$ 430 milhões - concluída					
(h) Remanejamento de saldo a desembolsar do financiamento do BNDES, do projeto de Aquisição de Trens para CPTM, de R\$ 644 milhões para Projeto Nova Tamoios - Contorno Norte e Sul - em negociação					
<b>EMTU</b>					
<b>(8) PROJETO VLT BAIXADA SANTISTA</b>					
	09/2013 - 03/2016	BB1	R\$ 181.700	R\$ 181.700	100%
	03/2014 - 03/2016	BB2	R\$ 120.000	R\$ 120.000	100%
	12/2013 - 08/2018	CEF	R\$ 400.000	R\$ 313.573	78%
<b>(9) PROJETO CORREDOR ITAPEVI-SP- TRECHO JANDIRA-VILA IARA (OSASCO)</b>					
	09/2013 - 03/2016	BB1	R\$ 66.700	R\$ 66.700	100%
	12/2013 - 08/2018	CEF	R\$ 215.000	R\$ 49.654	23%





SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE					
<b>(10) RODOANEL MÁRIO COVAS - TRECHO NORTE</b>					
	06/2012 - 06/2017 (i)	BID	USD 1.148.633	USD 938.171	82%
<b>(11) NOVA TAMOIOS - CONTORNOS NORTE E SUL</b>					
	09/2013 - 03/2016	BB1	R\$ 550.000	R\$ 550.000	100%
	03/2014 - 03/2016	BB2	R\$ 340.000	R\$ 340.000	100%
	11/2014 - 07/2019 (j)	BNDES	R\$ 953.744	R\$ 240.000	25%
	10/2014 - 06/2019 (k)	BNDES	R\$ 644.200	R\$ 0	0%
<b>(12) PROGRAMA DE TRANSPORTE, LOGÍSTICA E MEIO AMBIENTE</b>					
	09/2013 - 03/2019	BIRD	USD 300.000	USD 199.704	67%
	08/2013 - 08/2016	CAF	USD 200.000	USD 199.458	100%
	11/2014 - 11/2018	SANTANDER-MIGA	USD 300.000	USD 150.000	50%
<b>(13) MODERNIZAÇÃO DE HIDROVIAS</b>					
	04/2014 - 12/2017	BNDES	R\$ 313.561	R\$ 72.389	23%
<b>(14) PROGRAMA DE INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1ª FASE</b>					
	06/2014 - 06/2019(l)	BID	USD 480.135	USD 260.476	54%
<b>(15) PROGRAMA DE INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - 2ª FASE</b>					
	09/2014 - 09/2019 (l)	BID	USD 480.135	USD 137.081	29%
<b>(16) PROGRAMA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES</b>					
	09/2013 - 03/2016	BB1	R\$ 987.682	R\$ 970.511	98%
	03/2014 - 03/2016	BB2	R\$ 112.318	R\$ 111.710	99%
<b>(17) PROGRAMA DE TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO - ETAPAS I e II</b>					
	03/2014 - 03/2016	BB2	R\$ 800.000	R\$ 797.695	100%
(i) Remanejamento parcial do financiamento BID, do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de SP (Fases I e II), de USD 346 milhões para projeto Rodoanel Trecho Norte - em negociação					
(j) Remanejamento total do financiamento do BNDES do projeto TÚNEL SANTOS - GUARUJÁ para Nova Tamoios - Contornos Norte e Sul - concluída					
(k) Remanejamento de saldo a desembolsar do financiamento do BNDES, do projeto de Aquisição de Trens para CPTM, de R\$ 644 milhões para Projeto Nova Tamoios - Contorno					
(l) Remanejamento parcial do financiamento BID, do Programa de Investimento Rodoviário do Estado de SP (Fases I e II), de USD 346 milhões para projeto Rodoanel Trecho Norte - em negociação					
SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS					
<b>(18) PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAS DO ALTO TIETÊ</b>					
	09/2010 - 03/2017	BIRD	USD 4.000	USD 1.790	45%
<b>(19) REÁGUA</b>					
	09/2010 - 05/2017	BIRD	USD 64.496	USD 30.581	47%
<b>(20) VÁRZEAS DO TIETÊ</b>					
	07/2011 - 07/2018	BID	USD 115.700	USD 38.409	33%
<b>(21) MACRODRENAGEM DO RIO BAQUIRIVU-GUAÇU</b>					
	07/2014 - 07/2018 (m)	CAF	USD 204.000	USD 0	0%
<b>(22) PROGRAMA ÁGUA LIMPA</b>					
	09/2013 - 03/2016	BB1	R\$ 63.200	R\$ 63.200	100%
<b>(23) DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL PAULISTA</b>					
	09/2013 - 03/2016	BB1	R\$ 150.718	R\$ 150.519	99,9%
(m) Remanejamento total do financiamento da CAF, do projeto Baquiri-Guaçu para projeto Barragens Pedreira e Duas Pontes e para Reservatório RBA-05 - em negociação					
SABESP					
<b>(24) PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ – ETAPA III</b>					
	09/2010 - 09/2018	BID	USD 600.000	USD 427.651	71%
<b>(24.1) PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAS DO ALTO TIETÊ</b>					
	10/2009 - 03/2017	BIRD	USD 100.000	USD 78.192	78%
<b>(25) PROGRAMA INTEGRADO DE MELHORIA AMBIENTAL NA ÁREA DE MANANCIAS DA REPRESA BILLINGS ("PRÓ-BILLINGS")</b>					
	10/2010 - 10/2017	JICA	¥6.208.000	¥1.596.251	26%
<b>(26) PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b>					
	02/2012 - 05/2019	JICA	¥33.584.000	¥26.070.393	78%
MEIO AMBIENTE					
<b>(27) RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E SISTEMA DE MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA</b>					
	12/2010 - 12/2018 (n)	BID	USD 162.454	USD 102.212	63%
(n) Em negociação alteração contratual sem alteração no valor financiado: a) Transferência de recursos entre categorias de investimento; b) redução do percentual de justificativa para desembolso					
SEFAZ					
<b>(28) PROFISCO – PROGRAMA DE APOIO À GESTÃO E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL</b>					
	09/2010 - 09/2017 (o)	BID	USD 120.000	USD 93.892	78%
(o) Em negociação alteração contratual sem alteração no valor financiado: a) Transferência de recursos entre categorias de investimento; b) redução da contrapartida, de USD 34,96 milhões para USD 21,63 milhões.					
SAÚDE					
<b>(29) FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESTADUAL DE SAÚDE</b>					
	06/2014 - 06/2019	BID	USD 270.000	USD 30.678	11%



OUTROS					
(30) DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (MICROBACIAS II)	09/2010 - 09/2017	BIRD	USD 78.000	USD 36.494	47%
(31) PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO (APL-SP)	06/2008 - 12/2016	BID	USD 10.000	USD 8.464	85%
(32) PRESÍDIOS	12/2009 - 12/2014 (p)	BNDES	R\$ 240.675	R\$ 199.810	83%
(33) COOPERAÇÃO TÉCNICA - EMPLASA	05/2016 - 05/2018	BID	USD 500	USD 0	0%

(p) Em negociação solicitação de prorrogação do prazo do contrato para até 12/2017.

### Resumo por fonte financiadora de projetos em execução - base 2016:

Valores em milhares

TIPO FINANCIAMENTO	FINANCIADOR	VALOR CONTRATO (A)	REALIZADO ATÉ 31/10/2016 (B)	(A/B)
OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	BID	\$ 3.868.515	\$ 2.094.715	54%
	BIRD	\$ 1.326.896	\$ 737.347	56%
	SANTANDER-MIGA	\$ 300.000	\$ 150.000	50%
	JBIC	\$ 130.000	\$ 64.234	49%
	JICA	¥39.792.000	¥27.666.644	70%
	CAF	\$ 404.000	\$ 199.458	49%
	AFD	€ 300.000	€ 200.000	67%
	BEI	€ 200.000	€ 115.000	58%
SUBTOTAL EM USD		\$ 6.029.411	\$ 3.245.755	54%
SUBTOTAL EM EURO		€ 500.000	€ 315.000	63%
SUBTOTAL EM IENE		¥39.792.000	¥27.666.644	70%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNO	BNDES	R\$ 12.409.435	R\$ 7.943.549	64%
	CEF	R\$ 2.387.000	R\$ 1.577.743	66%
	BB1	R\$ 2.000.000	R\$ 1.982.630	99%
	BB2	R\$ 1.536.309	R\$ 1.369.404	89%
SUBTOTAL EM REAIS		R\$ 18.332.744	R\$ 12.873.327	70%

Observações: Abreviaturas

AFD Agência Francesa de Desenvolvimento

BB Banco do Brasil

BEI Banco Europeu de Investimento



BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CEF	Caixa Econômica Federal
JBIC	Japan Bank for International Cooperation
JICA	Japan International Cooperation Agency
MIGA	Multilateral Investment Guarantee Agency

b) Projetos em negociação/análise junto ao Banco do Brasil – BB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Caixa Econômica Federal – CEF, previstos no PAF 2012-2014, no valor total de R\$ 2,8 bilhões:

PROJETOS	FINANCIADOR	MOEDA	VALOR (EM MILHARES)
1. LINHA 18 – BRONZE - TRECHO TAMANDUATEÍ – DJALMA DUTRA	BNDES	R\$	1.276.000
	A DEFINIR	R\$	485.288
2. LINHA 6 - LARANJA DO METRÔ DE SP	CEF	R\$	690.000
3. COMPLEXOS HOSPITALARES	BNDES	R\$	475.990
4. NOVA TAMOIOS - CONTORNOS NORTE E SUL	BB	R\$	140.952
5. VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS - VLT DA BAIXADA SANTISTA	BB	R\$	157.200

Além desses projetos em negociação, há um saldo no valor de R\$ 83,938 milhões que poderá ser alocado conforme prioridade do Estado de São Paulo.

Projetos já contratados, em execução, com remanejamento de recursos entre projetos em negociação:

Valores em milhares				
PROJETO ORIGEM	VALOR CONTRATADO	FINANCIADOR	PROJETO DESTINO	VALOR REMANEJADO
MACRODRENAGEM DO RIO BQUIRI-GUAÇU	\$ 204.000	CAF	BARRAGEM PEDEREIRAS BARRAGEM DUAS PONTES RESERVATÓRIO RBA-05	\$ 204.000
LINHA 5	\$ 650.000	BIRD	LINHA 4	\$ 210.000
INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SP - 1ª FASE	\$ 960.270	BID	RODOANEL MARIO COVAS - TRECHO NORTE	\$ 346.000
INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SP - 2ª FASE				
AQUISIÇÃO DE TRENS PARA CPTM	R\$ 982.000	BNDES	NOVA TAMOIOS - CONTORNO NORTE E SUL	R\$ 644.000



c) Projetos já contratados, em execução, com alteração de cláusulas contratuais em negociação, mantido valor financiado para o projeto, com finalidade de melhor alocação de recursos na execução:

Valores em milhares

PROJETO ORIGEM	VALOR CONTRATADO	FINANCIADOR	ALTERAÇÃO CONTRATUAL EM NEGOCIAÇÃO
PROFISCO	\$ 120.000	BID	1) Transferência de recursos entre categoria de investimento; 2) Redução da contrapartida
LINHA 5	\$ 480.958	BID	1) Inclusão do Componente "Obras Civis"
RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E SISTEMA DE MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA	\$ 165.454	BID	1) Transferência de recursos entre categoria de investimento; 2) Redução do percentual de justificativa para desembolso de recursos

d) Projetos já contratados, em execução, com alteração de cláusulas contratuais em negociação, mantido valor financiado para o projeto, com finalidade de melhor alocação de recursos na execução:

Valores em milhares

PROJETO ORIGEM	VALOR CONTRATADO	FINANCIADOR	ALTERAÇÃO CONTRATUAL EM NEGOCIAÇÃO
PROFISCO	\$ 120.000	BID	1) Transferência de recursos entre categoria de investimento; 2) Redução da contrapartida
LINHA 5	\$ 480.958	BID	1) Inclusão do Componente "Obras Civis"
RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E SISTEMA DE MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA	\$ 165.454	BID	1) Transferência de recursos entre categoria de investimento; 2) Redução do percentual de justificativa para desembolso de recursos

## 10. Coordenadoria da Administração Financeira - CAF

Órgão central de gestão financeira do Estado de São Paulo, a Coordenadoria da Administração Financeira - CAF tem por missão, definida no seu planejamento estratégico, administrar os recursos financeiros e orçamentários, com responsabilidade fiscal, atuando de forma a contribuir para a otimização dos recursos públicos e o desenvolvimento do Estado. Criada pelo Decreto nº 49.899/1968, suas atribuições foram redefinidas pelo art. 61 do Decreto nº 60.812/2014, que reorganiza a Secretaria da Fazenda.



## **Gestão Financeira**

**Fluxo de Caixa e Aplicações Financeiras** - administração do Fluxo de Caixa do Tesouro, envolvendo a movimentação financeira anual da ordem de R\$ 188 bilhões; gerenciamento das aplicações financeiras da Conta Única do Tesouro - posição 30 de outubro de 2016 - carteira de R\$ 17,98 bilhões, sendo R\$ 8,87 bilhões de recursos do Tesouro; execução orçamentária e financeira das transferências constitucionais aos municípios, no montante da ordem de R\$ 38,6 bilhões em 2016; execução orçamentária das despesas referentes ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, totalizando cerca de R\$ 2,1 bilhões em 2016.

## **Dívida**

**Estoque da dívida** - O estoque da dívida contratual do Estado em outubro de 2016 totalizou R\$ 281,0 bilhões, dos quais R\$ 268,1 bilhões (95,4%) referem-se à dívida da administração direta, com destaque para o contrato de refinanciamento da dívida interna nos moldes da Lei nº 9.496/97, com um saldo de R\$ 237,9 bilhões (84,6% do total). Com a edição da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, os encargos contratuais iniciais, com juros de 6,0% a.a. acrescidos da variação monetária pelo IGP-DI/FGV, foram reduzidos para 4% a.a. acrescidos da variação do IPCA/IBGE, limitados à taxa SELIC. Em 29 de dezembro de 2015, foi editado o Decreto Federal nº 8.616, alterado pelo Decreto Federal nº 8.665, de 10 de fevereiro de 2016, regulamentando a Lei Complementar nº 148/2014, e para a implementação das mudanças previstas na referida lei deverá ser firmado termo de aditamento ao contrato.

**Serviço da dívida:** o dispêndio do Tesouro Estadual com o pagamento do serviço da dívida totalizará R\$ 10,4 bilhões em 2016, dos quais R\$ 9,0 bilhões (86,7% do total) referem-se às operações de crédito contraídas no mercado interno, com destaque para as dívidas refinanciadas com a União, que atingem o montante de R\$ 7,6 bilhões. Os demais compromissos, equivalentes a R\$ 1,4 bilhão (13,3% do total), correspondem às operações de crédito contratadas no mercado externo.

## **Folha de Pagamento do Funcionalismo Público Estadual**

Em 2016, além das folhas mensais de pagamento, foram processadas 69 folhas, denominadas suplementares, envolvendo 508 mil servidores públicos da Administração Direta - Poder Executivo, exceto Polícia Militar.

## **11. Compras Eletrônicas**

As principais iniciativas e benefícios referentes às compras eletrônicas do Estado estão dispostas a seguir.

**Bolsa Eletrônica de Compras - Sistema BEC/SP** - Alteração do link “sanções administrativas” na página da habilitação do pregão, devido à publicação do Decreto nº 61.751/2015 de



23/12/2015 (Sistema e-Sanções); parceria com a Procuradoria Geral do Estado - PGE para disponibilizar acesso eletrônico às minutas de editais para aquisição de bens e serviços, no site da BEC/SP, com módulo exclusivo “Minutas de Editais-PGE”; adequação do sistema BEC/SP à nova forma de entrega de anexo de proposta, na modalidade Pregão Eletrônico; disponibilização dos novos manuais de pregão eletrônico, incluindo registro de preços contemplando alterações como: participação de optantes pelo SIMPLES; rol de exigências de qualificação técnica; nova sistemática para apresentação do anexo de proposta; consultas ao CEIS e e-Sanções, e observância do marco legal anticorrupção, entre outras.

Em 2016 o Sistema BEC/SP totalizou a adesão de 115 unidades conveniadas, 30 municípios, 14 entidades descentralizadas municipais, 66 unidades municipais filiadas e 5 entes conveniados; O Sistema de Gerenciamento de Registro de Preços está aguardando publicação, no sistema de protocolo enviado ao órgão externo da assessoria técnica do Governador.

O resultado das aquisições, realizadas por meio eletrônico de 2000 até 2016, estão demonstradas no quadro abaixo:

Procedimentos/Modalidades de Compra	Quantidade			
	Oferta de Compra	Item	Valor Negociado (R\$)	Economia (%)
DISPENSA	214.143	1.024.100	418.532.114	26%
CONVITE	275.842	1.880.102	1.861.447.397	33%
PREGÃO	180.747	739.529	62.920.174.963	26%
<b>TOTAL</b>	<b>670.732</b>	<b>3.643.731</b>	<b>65.200.154.474</b>	<b>26%</b>

### **Cadastro de Materiais e Serviços**

Foram 148.037 itens de material/serviços cadastrados, com destaque para 51.407 itens na área da Saúde e 4.330 itens de materiais metroferroviários, além de 1.986 itens de materiais com “selo verde”.

Implantação do novo catálogo de produtos e serviços na BEC/SP, com aprimoramentos no processo de pesquisa de itens, além de permitir comparabilidade entre eles.

**Cadastro de Fornecedores - CAUFESP** - Cadastrados 66.771 fornecedores - contemplando 3.970 ME e 3.542 EPP; Implantado o Sistema de Aplicação de Sanções Administrativa, denominado e- Sanções de conformidade com o Decreto nº 61.751 de 23 de dezembro de 2015; Desenvolvido o sistema de integração entre o Caufesp e o Cadesp - implantação prevista para 2017; Regulamentado o Sistema de Avaliação de Fornecedores, prevista para 2017.



## **Cadastro de Serviços Terceirizados - CADTERC**

- Atualização de 1.464 preços referenciais, sendo 18 estudos técnicos com 1.100 itens e 19 usos específicos com 364 itens;
- Aprimoramento da despesa com serviços terceirizados: acompanhamento dos trabalhos de auditoria realizados pela KPMG no Processo de Avaliação dos Estudos Técnicos de Serviços Terceirizados – CadTerc, incorporando sugestões de melhorias e introduzindo inovações estruturais e metodológicas; elaboração do estudo técnico de “transporte escolar”, em análise na Secretaria da Educação; desenvolvimento de simulador para apurar o “preço de alerta”, com o objetivo de apoiar a administração pública estadual sobre a exequibilidade ou não do preço ofertado, pendente de disciplinamento; elaboração de novo estudo técnico para alimentação de presos – Modelo Cogestão, em parceria com a Administração Penitenciária; aprimoramento do estudo técnico de locação de veículos, proporcionando redução de custos com a possibilidade “veículos seminovos”; divulgação de preços referenciais específicos de vigilância patrimonial e limpeza predial para microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP.

**Gestão de Qualidade** - Contratação de nova empresa certificadora para o Sistema de Gestão da Qualidade BEC/SP, Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial Ltda; Recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade da BEC/SP pela norma ISO 9001:2008, por meio de auditoria externa realizada pelo Instituto Totum; realização de treinamento sobre requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade para Gestores de Processo, Diretores e Alta Direção do SGQ da BEC/SP, visando à transição da certificação para a versão ISO 9001:2015; Capacitação de 147 servidores (em 2016) da Sefaz – sede e regionais, para utilização do Sistema Integrado de Suprimentos – SIS, conforme Resolução SF 79/2014; integração do SIS com o SIAFEM/SIAFISICO, com a inclusão dos seguintes documentos: nota de reserva, oferta de compra, cancelamento da nota de reserva e contabilização da oferta de compra; capacitação de 3.219 usuários externos por meio dos 11 cursos ofertados pela CCE; e suporte e validação do Projeto em EAD de “Gestão de Suprimentos para a Área Pública”, contendo cinco módulos: módulo I: recebimentos de materiais e serviços (pronto); módulo II: gestores do CAUFESP (pronto); módulo III: gestores do Cadastro de Materiais e Serviços (previsão de produção e aplicação em 2017); módulo IV: convite eletrônico e dispensa de licitação (previsão de produção e aplicação em 2017); e V: pregão eletrônico e registro de preços (previsão de produção e aplicação em 2017).

## **12. SP-PREVCOM**

Por meio da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, o Estado instituiu o Regime de Previdência Complementar e fixou um limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS igual ao do teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Dessa forma, os servidores titulares de cargos efetivos admitidos no serviço público a partir da assinatura do convênio de adesão de seus respectivos poderes têm suas aposentadorias limitadas ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.



Para administrar esse novo regime foi criada a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), que além de ter sido a primeira fundação de previdência complementar destinada exclusivamente para servidores públicos, é a maior do país, contando já com mais de 20 mil participantes e um patrimônio que supera R\$ 600 milhões (dezembro/2016). Por meio da SP-PREVCOM, o servidor paulista pode contribuir mensalmente com um percentual do seu salário e contar com a contrapartida do Estado para a formação de sua reserva financeira.

### **Os Planos de Benefícios Complementares da SP-PREVCOM**

Os Planos de Benefícios administrados pela SP-PREVCOM são exclusivamente de Contribuição Definida - CD e formatados de acordo com as normas vigentes que regulam o Regime de Previdência Complementar. São exclusivos para os servidores do Estado de São Paulo e têm contribuição paritária do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela do rendimento do servidor que ultrapassa o limite do INSS).

**PREVCOM RP:** é destinado aos servidores públicos do Estado vinculados ao RPPS, administrado pela São Paulo Previdência - SPPREV, autarquia estadual e órgão gestor único do RPPS paulista. Podem participar do plano os servidores titulares de cargo efetivo que entraram em exercício no serviço público a partir de: 21/01/2013 - Poder Executivo (administração direta, autarquias e fundações); 22/03/2013 - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo; 02/10/2013 - Universidades Estaduais (USP, Unesp e Unicamp); 23/06/2014 - Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça Militar, Tribunal de Contas do Estado, Defensoria Pública e Ministério Público.

**PREVCOM RG:** é destinado a todos os servidores/empregados públicos do Estado vinculados ao RGPS, independente da data de ingresso no setor público. Podem participar do plano os empregados públicos (concurados), ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança) - desde que não possuam vínculo com o RPPS, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, tal como a Lei nº 500/1974, desde que sejam contribuintes do INSS.

**PREVCOM RG-UNIS:** foi criado exclusivamente para os servidores da Universidade de São Paulo - USP, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp e da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, vinculados ao RGPS, independente da data de ingresso. Podem participar, portanto os empregados públicos (concurados), ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança) - desde que não possuam vínculo com o RPPS, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, desde que sejam contribuintes do INSS.

### **Ampliação da competência da SP-PREVCOM**

A Assembleia Legislativa aprovou, no dia 21 de dezembro de 2016, o Projeto de Lei nº 800/2016, que autoriza SP-PREVCOM a gerir planos de previdência de servidores de outros Estados e municípios. A medida vai ao encontro das novas propostas da reforma da previdência e tem grande representatividade no cenário atual, tendo em vista que a PEC 287/2016, em tramitação no Congresso





Nacional, prevê a obrigatoriedade da instituição do regime de previdência complementar para todos os entes da federação. A nova lei contribuirá significativamente para a redução de custos dos estados e municípios, que não precisarão implantar fundação própria de previdência e arcar com gastos de estrutura física e de pessoal.

### **Previdência complementar para antigos servidores**

O Projeto de Lei nº 800/2016 prevê ainda que antigos servidores do Estado de São Paulo, não abrangidos pelo novo regime de previdência complementar, que são vinculados exclusivamente ao Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS possam participar da SP-PREVCOM. Para esta categoria de servidores será oferecido um plano de benefícios, sem a contrapartida do patrocinador, no qual eles poderão contribuir em contas individuais para obter uma complementação na sua aposentadoria.

### **13. INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - IPESP**

O Instituto de Pagamentos Especiais - IPESP, autarquia vinculada à Secretaria da Fazenda, foi constituído por meio da Lei nº 14.016, de 12 de abril de 2010, em decorrência da extinção do antigo Instituto de Previdência do Estado de São Paulo - IPESP (Lei Complementar nº 1.010/2007). A fase de transição entre o antigo Instituto de Previdência e o novo Instituto de Pagamentos Especiais foi marcada por intensas discussões políticas em torno da manutenção ou extinção das referidas carteiras, as quais apontavam um déficit atuarial da ordem de R\$ 15 bilhões, bem como da implantação e estruturação da São Paulo Previdência - SPPREV, órgão que posteriormente absorveu os benefícios de pensão mensal advindos do antigo Instituto. O mencionado déficit das carteiras advinha das regras paternalistas do passado, principalmente a vinculação dos benefícios ao salário mínimo, o que é vedado pela Constituição Federal.

A Carteira dos Advogados foi declarada em regime de extinção com a publicação da Lei nº 13.549, de 26 de maio de 2009, após discussões entre o Governo do Estado e as entidades de classes Ordem dos Advogados de São Paulo - OAB-SP, Associação dos Advogados de São Paulo - AASP e Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP. A legislação estipulou novas regras de concessão de benefícios para os segurados que ainda não atendem os requisitos para o recebimento. Atualmente, a Carteira de Previdência dos Advogados é composta por: ativos - 15.763; Aposentados e pensionistas - 4.092; Total de segurados - 19.855; Patrimônio líquido da carteira - R\$ 1.6 bilhão.

Em 12 de abril de 2010, por meio da Lei nº 14.016, foi declarada também em regime de extinção a Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, que teve sua denominação alterada para Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro do Estado de São Paulo, atualmente composta por: ativos - 2.628; aposentados e pensionistas - 6.313; total de segurados - 8.941; patrimônio líquido da carteira - R\$ 639 milhões.



Vale ressaltar que os regimes previdenciários das Carteiras não se enquadram dentre os regimes previstos na Constituição Federal, conforme parecer do Ministério da Previdência Social nº 48, de 15/08/2012, e que as leis que as declararam em regime de extinção representaram o reconhecimento de sua autonomia, com patrimônio próprio e, por isso, desvinculadas permanentemente do Estado.

Porém, as ADIs 4291 e 4429, transitadas em julgado em maio de 2013, declararam que o Estado é responsável pelo déficit atuarial da Carteira dos Advogados. Este déficit somente deverá ser coberto pelo Estado quando não houver mais recursos financeiros disponíveis para pagar os benefícios.

Entre as demais atribuições do novo IPESP estão a realização dos repasses de benefícios (aposentadoria e pensão) da Carteira dos Economistas, Vereadores e Carteira dos Servidores Estaduais e Municipais - CASEM; e a administração da Carteira Predial, composta, aproximadamente, de 35.000 contratos de financiamento de imóveis firmados no passado.

As atividades desenvolvidas pelo IPESP, em 2016, podem ser distribuídas da seguinte forma: realização de depósito de R\$ 184.638,93, referente ao pagamento de precatórios da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro; realização de repasse de R\$ 2.171.587,43 para a Secretaria da Fazenda em recursos oriundos do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS, restando a receber o valor aproximado de R\$ 600 milhões; reorganização da Carteira Predial com a identificação dos contratos de financiamento passíveis de cobrança em pecúnia, com uma estimativa de recuperação de créditos (prestações/acordos inadimplidos) na ordem de R\$ 40 milhões; Patrimônio Líquido da Carteira dos Advogados totalizando R\$ 1.682.630.733,99 (novembro/2016), o que representa um aumento de 7,73% em relação novembro/2015; patrimônio líquido da Carteira das Serventias totalizando no mesmo período R\$ 639.665.832,51 (novembro/2016), o que representa uma redução de 12,00% em relação a novembro/2015.

#### **14. COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP**

**Breve relato da situação da Companhia** - No exercício de 2016, em continuidade à fase de encerramento das atividades operacionais da seguradora, concentraram-se esforços em preservar a sua situação econômico-financeira, bem como adotaram-se as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares e a rígida adequação do nível das provisões técnicas através do acréscimo de reservas, sendo esses os fatores determinantes para o resultado registrado neste exercício.

#### **Principais atividades desenvolvidas pelos Departamentos da Companhia.**

- **Financeiro/Contabilidade:** os recursos financeiros da Companhia estão aplicados de forma conservadora em um Fundo exclusivo no Banco do Brasil, lastreados em papéis federais e o seu montante pode ser considerado suficiente para arcar com os compromissos futuros da Companhia. A Contabilidade manteve-se diligente no cumprimento das normas contábeis e tributárias e orientações emitidas pelos órgãos fiscalizadores e reguladores;



- Jurídico: o ano iniciou-se com 3.735 pastas ativas de processos judiciais, chegando ao final de novembro com 2.288 pastas ativas, diminuição de 38,7%. Ademais, em setembro de 2016, foi implementada uma política de acordo para determinados processos da categoria “cível com sinistro”. Tal política busca o encerramento de processos em que a COSESP fatalmente seria derrotada no Poder Judiciário;

- Auditoria/Ouvidoria - revisão e adequação das normas e dos controles internos para atendimento à legislação. Até novembro foram 46 normas revistas; 29 manifestações respondidas diretamente pela Ouvidoria; 2.418 solicitações para pesquisa de seguros pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que resultaram em 13 respostas a diferentes órgãos do Poder Judiciário; e 2.537 solicitações para pesquisa de seguros pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSEG;

- Operacional/Atuarial: além de manter-se diligente no cumprimento das normas dos órgãos reguladores, iniciou o desenvolvimento de um banco de dados com as informações das apólices de seguros do Estado. Foram compiladas as informações dos órgãos da administração do Estado objetivando dimensionar, a nível estadual, as necessidades de seguros.

## 15. SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV

Na data base de competência “novembro/2016”, a SPPrev processou o pagamento a 446.100 beneficiários:

- Gestão de benefícios previdenciários: a autarquia administra 446.100 benefícios previdenciários, sendo: pensão por morte civil: 96.318; pensão por morte militar: 38.717; Aposentadoria 253.508; e Inatividade: 57.557;

- Compensação Previdenciária - COMPREV - até novembro de 2016 - Estado de São Paulo: 213 milhões / INSS (a pagar): 29 milhões;

- Atendimento ao Público: realizados na sede 60.182 atendimentos e triagens, além de 45.989 chamadas atendidas no call center;

- Recuperação de valores em favor da SPPREV: R\$ 4.113.527,26.

**Núcleo de Inteligência previdenciária:** instaurados 145 procedimentos de invalidação, 793 manutenções de procedimentos administrativos instaurados nos exercícios anteriores a 2016, além do arquivamento de 60 procedimentos administrativos em relação a beneficiários civis. Em relação a beneficiários militares, no ano de 2016 foram encerradas 328 averiguações, sendo 147 delas concluídas como positivas, e ainda existem 580 em curso. Os procedimentos administrativos concluídos totalizam 101 casos, e existem 113 em andamento.



- Redução e otimização da despesa de custeio: R\$ 2.148.247,93.

#### **Gestão financeira:**

##### **(Unidade Gestora Executora - UGE)**

a. UGE 202601 - Previdência (posição em 31/10/16): Royalties e P&E - R\$ 23,8 milhões;

b. UGE 202684 - Administração (posição em 31/10/2016):

b.1. Fundo de Investimento Financeiro Conta Única - R\$ 117,7 milhões;

b.2. cronograma financeiro executado referente a recursos vinculados federais, estaduais e tesouro no montante de R\$ 749,6 milhões até outubro/2016: vinculados federais - R\$ 724.590.167,84; Royalties e P&E - R\$ 530,2 milhões (sendo R\$ 333,2 milhões P&E, R\$ 196,9 milhões Royalties). Fonte Tesouro - R\$ 24.998.753,17 - Pagamento de obrigações de pequeno valor; Vinculados Estaduais R\$ 71.091,62 – Dívida Ativa.

#### **Gestão Orçamentária (até outubro de 2016)**

##### **(Unidade Gestora - UG)**

a. Receita Orçamentária:

a.1. UG 202601 - Previdência: R\$ 23.678.129.888,84;

a.2. UG - Administração: - R\$ 118.361.079,21.

b. Despesa Orçamentária:

b.1. UG 202601 - Previdência: R\$ 23.703.128.642,01;

b.2. UG 202602 - Administração: R\$ 86.393.975,70.

## **16. AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - DESENVOLVE SP**

A Desenvolve SP é uma instituição financeira de desenvolvimento, que atua em todo o Estado de São Paulo e oferece seus produtos e serviços destinados a atender, prioritariamente, as empresas de pequeno e médio porte e, também, os municípios paulistas, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população.

#### **Destaques de 2016**

A Desenvolve SP completou, em março, sete anos de atuação, ajudando no desenvolvimento da economia paulista e na melhoria da qualidade de vida da população; Entre os destaques estão:

- Publicação da 4ª edição da Revista Desenvolve SP, que trouxe a importante discussão sobre como os empresários devem traçar objetivos e metas de médio e longo prazo em períodos turbulentos, além de apresentar soluções para questões simples do dia a dia do negócio, informações sobre Economia Criativa, as novidades do marketing 3.0 e histórias de clientes da Desenvolve SP;



- Lançamento, em maio, do novo site da Desenvolve SP, que apresenta um *layout* mais moderno, além de um conteúdo voltado para os empresários, ao tema inovação, novas ferramentas e vídeos tutoriais;
- Realização de eventos por meio do Movimento pela Inovação - incentivando a inovação nas pequenas e médias empresas paulistas, nas cidades de Araçatuba, Botucatu, Campinas, Guarulhos, Marília, Piracicaba, Santos, São Carlos, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo - Centro de Inovação, Empreendedorismo e Tecnologia - Cietec, Sorocaba e Ribeirão Preto, atendendo a 392 empreendedores;
- Lançamento da Linha BNDES Exim Pré-embarque Empresa Inovadora, da Linha BNDES Soluções Tecnológicas e da Linha Crédito Digital;
- Lançamento, em abril, da websérie “Caminhos da Inovação”, que conta histórias de empreendedores visionários que transformaram projetos inovadores em realidade;
- Publicação da Cartilha de Instruções de Pleitos do Setor Público, no site da Desenvolve SP, com o objetivo de instruir os municípios sobre os pedidos de financiamento;
- A Desenvolve SP firmou contrato de financiamento, no valor total de R\$ 41 milhões, com dez prefeituras paulistas: Cafelândia, Iperó, Itapira, Jaboticabal, Jales, Limeira, Olímpia, Piedade, São José do Rio Preto e Várzea Paulista, para obras de infraestrutura;
- A Desenvolve SP concluiu, em junho, o processo de aquisição de sua sede;
- Parceria firmada, em junho, com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia - Abesco, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico do Estado, por meio do financiamento de projetos de eficiência energética;
- Duplicação do limite de repasses da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, de R\$ 80 milhões para R\$ 160 milhões;
- O Presidente da Desenvolve SP recebeu, do Comando da Aeronáutica, a outorga da Ordem do Mérito Aeronáutico, como reconhecimento pelo trabalho prestado em prol do desenvolvimento da economia do Estado de São Paulo;
- Prorrogação do Decreto nº 58.764, de 20 de dezembro de 2012, que autoriza a vinculação de créditos acumulados de ICMS em garantia, no programa de apoio às empresas do setor avícola - Proavi, que efetuam o abate de aves no Estado de São Paulo.



## Ficha Técnica - 30/11/2016

<b>Início das atividades</b>	11/03/2009
<b>Primeira operação</b>	Junho de 2009
<b>Capital Social</b>	R\$ 1 bilhão
<b>Colaboradores</b>	161
<b>Patrimônio Líquido</b>	R\$ 1.049 milhões
<b>Ativos Totais</b>	R\$ 1.506 milhões
<b>Desembolso até novembro de 2016</b>	R\$ 258 milhões
<b>Desembolso acumulado*</b>	R\$ 2.327 milhões
<b>Empresas atendidas*</b>	1.531
<b>Operações*</b>	3.274
<b>Cidades atendidas*</b>	261
<b>Saldo da Carteira de Crédito</b>	R\$ 1.145 milhões
<b>ROAE</b>	3,43%
<b>Índice de Eficiência</b>	62,68%
<b>Índice de Qualidade da Carteira (AA-C)</b>	91,24%
<b>Índice de Inadimplência</b>	2,16%

## 17. COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP

A Companhia Paulista de Parcerias - CPP é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pelo Estado de São Paulo, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 11.688/2004.

A atuação da CPP é pautada pelas orientações do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, e durante o ano de 2016, na condição de colaboradora, apoiadora e viabilizadora do Programa de Parcerias Público-Privadas, integrou os grupos de trabalho da PPP Fazenda Albor da Secretaria da Habitação e da PPP Linha 8 Diamante e Linha 9 Esmeralda da CPTM. Na condição de garantidora de determinadas obrigações assumidas pelo Estado no âmbito de diferentes contratos de PPPs, acompanha o desempenho dos ativos segregados que respondem pela garantia solidária prestada e, ainda durante o ano de 2016, constituiu as garantias do Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista - SIM VLT.

A CPP também apoia a atuação do Secretário da Fazenda no âmbito do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - CDPED e a participação da Secretaria da Fazenda nos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito do Governo para análise e proposição das modelagens dos processos de concessão e/ou desestatização de ativos. Em 2016, essa atuação, dentre outros, ocorreu nos seguintes projetos: Rodovias - Lotes Florínea-Igarapava e Calçados, Parques Estaduais, Identificação Digital, Pátios Veiculares, Transporte Coletivo Metropolitano de Passageiros da EMTU, Linha 5 Lilás, Linha 17 Ouro e Linha 15 Prata do Metrô, Transporte Intermunicipal de Passageiros da Artesp, Aeroportos Aviação Regular e Executiva do Daesp.



## **18. COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO - CPSEC**

A Companhia Paulista de Securitização é uma sociedade por ações controlada pelo Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja constituição, em 15 de outubro de 2009, foi autorizada pela Lei nº 13.723/2009, sendo registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, como Emissora de Valores Mobiliários na categoria B.

Tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Estado, originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários como forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios.

No ano de 2016 a Companhia liquidou as debêntures com garantia, vinculadas a 1ª estruturação, cujo valor na emissão foi de R\$ 600 milhões, com lastro nos direitos creditórios adquiridos no ano de 2012 do Estado, originários do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI. Ainda durante o decorrer do ano mantiveram-se ativas as operações vinculadas a 2ª estruturação, cujos valores das debêntures com garantia na emissão foram de R\$ 1.540 milhões, com lastro nos direitos creditórios adquiridos no ano de 2014 do Estado, originários do Programa Especial de Parcelamento - PEP, sendo os vencimentos dos valores mobiliários nos anos de 2019 e 2020.

## **19. Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC**

É atribuição precípua do CODEC assessorar o Governador do Estado, o Secretário da Fazenda, a Comissão de Política Salarial e outros órgãos do Governo do Estado na fixação de políticas aplicáveis às empresas controladas pelo Estado e às Fundações por este instituídas ou mantidas, atuando no correspondente acompanhamento e controle, relativamente a aspectos societários, econômico-financeiros e de recursos humanos.

As competências, composição e forma de funcionamento do colegiado encontram-se atualmente disciplinadas no Decreto nº 55.870/2010, atualizado pelo Decreto nº 58.044/2012, estando o órgão diretamente subordinado ao Secretário da Fazenda, que também é seu Presidente (arts. 1º e 2º, I).

A teor do disposto no artigo 5º do mencionado Decreto, compete ao CODEC assessorar o Estado na criação, alienação e reestruturação societária de empresas por ele controladas direta ou indiretamente; emitir pareceres orientando o voto do Estado nas Assembleias Gerais de acionistas realizadas por essas empresas e manifestar-se previamente à submissão ao respectivo Conselho de Administração sobre matérias consideradas estratégicas do ponto de vista do acionista controlador. Além disso, manifesta-se previamente em pleitos de pessoal encaminhados pelas empresas e fundações e submete-os à Comissão de Política Salarial ou ao Governador do Estado, tais como: alteração e fixação de quadro de pessoal, abertura de concursos públicos, contratação de pessoal, programas de incentivos à demissão voluntária, implantação e/ou alteração de planos de empregos e salários,



programas de bonificação por resultados, reajustes salariais e/ou aplicação de convenções coletivas e de acordos coletivos de trabalho, entre outros.

No decorrer do exercício de 2016, foram emitidos aproximadamente 130 pareceres, além de manifestações técnicas, relatórios, estudos, e atuação dos colaboradores lotados na Secretaria Executiva do CODEC em reuniões e grupos de trabalho. Especificamente em relação às questões societárias, além da indicação de diretores para as empresas estatais nos termos da competente autorização governamental, cabe destacar a emissão de pareceres em matérias como: apreciação das demonstrações contábeis e financeiras; votação do relatório da administração; eleição de Conselheiros Fiscais e de Conselheiros de Administração e de Orientação, bem como de membros de Comitê de Auditoria, com base na indicação recebida de autoridades competentes, da Secretaria de Governo, da União ou da Prefeitura Municipal de São Paulo (acionista minoritária); fixação da remuneração dos Diretores e Conselheiros; destinação de lucro; pagamento de dividendos e de remuneração sobre o capital próprio; aumento de capital; subscrição de ações; e alterações de estatutos sociais, entre outros.

Também demandou significativo envolvimento da Secretaria Executiva do CODEC a liquidação e extinção da Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR, em decorrência do Decreto nº 59.327/2013 e a Lei nº 15.827/2015, autorizou o Poder Executivo a promover a dissolução da Companhia, tendo sido verificado o cumprimento de todas as medidas cabíveis no procedimento de liquidação e extinção. Ainda, com a edição da Lei nº 13.303/2016 - “Lei do Estatuto Jurídico das Empresas”, novas atribuições foram demandadas à Secretaria Executiva, tendo sido necessária a participação de grupos para discussão na forma de aplicação da lei; preparação de minutas de normativos para a criação das novas estruturas societárias e de procedimentos exigidas nas empresas estatais.

Ainda nas questões societárias, coube ao CODEC retomar o apoio da atuação do Estado como acionista controlador, inclusive no desempenho das atribuições dos representantes eleitos como membros dos conselhos de administração e fiscal das empresas estatais, fomentando as boas práticas de governança corporativa, transparência, conformidade e gestão de riscos. A Secretaria Executiva do CODEC organizou e acompanhou eventos de encontros com intuito de capacitar os conselheiros, oferecendo subsídios para o aprimoramento das atividades fiscalizadoras, bem como da conscientização de suas responsabilidades e obrigações na inserção de práticas de governança corporativa. Para os conselheiros fiscais foram apresentados modelos de pautas de verificação no exercício do mandato, solicitando relatórios periódicos, de retorno obrigatório ao CODEC que será responsável por acompanhar e consolidá-los.

O CODEC, neste ano, também procedeu à emissão de ofícios circulares orientando as Empresas sobre os procedimentos a serem observados quanto ao disposto no Decreto nº 61.934/2016, que determina a inserção, no Portal da Transparência do Governo estadual, de informações individualizadas sobre o pagamento de diárias e passagens aéreas a agentes públicos pertencentes aos respectivos quadros de pessoal; assim como quanto ao Decreto estadual nº 61.700/2015, que estabelece normas para o dispêndio, por empresas controladas pelo Estado, de quantias dedutíveis do imposto de renda devido, nas hipóteses que especifica, observando o limite máximo e condições estabelecidas na





legislação pertinente para fins de dedutibilidade do imposto de renda devido. Além disso, divulgou manifestação da PGE que traz orientações acerca da aplicação do limite constitucional remuneratório.

No que diz respeito à gestão de recursos humanos, analisou pleitos de acordos e convenções coletivas de trabalho das empresas e Fundações envolvendo reajustes salariais e de benefícios, concessões de vantagens de qualquer natureza, alterações no regulamento de Planos de Previdência Complementar, equacionamento de déficit atuarial em Plano de Previdência Complementar, alteração de Planos de Empregos, Carreiras e Salários e evolução funcional.

O Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED, retomou os trabalhos com vistas à privatização da Companhia Energética de São Paulo - CESP. Como compete à Secretaria da Fazenda, por força do Decreto nº 51.700/07 coordenar o levantamento, avaliação, modelagem e execução de vendas dos ativos mobiliários do Estado, deu-se início ao procedimento licitatório para contratação de empresa especializada para avaliação da Companhia. O assunto tem merecido o acompanhamento do CODEC para subsidiar a decisão do acionista controlador, haja vista a competência prevista no artigo 5º, inciso I, do Decreto estadual nº 55.870/2010, de assessorar o Estado na criação, alienação, fusão, cisão, liquidação e extinção das empresas por ele controladas direta ou indiretamente.

A Secretaria Executiva do CODEC vem mantendo atualizada a coleta e sistematização da normatização vigente (leis, decretos, deliberações, pareceres, resoluções e ofícios circulares) que disciplina os procedimentos relacionados aos pleitos submetidos ao Colegiado, de observância obrigatória pelas Empresas e Fundações, disponibilizando-a, por meio eletrônico, no sítio próprio do órgão. Nesse aspecto merece destaque a parceria que vem sendo desenvolvida com a Assessoria de Empresas e Fundações, órgão integrante do Gabinete da Procuradoria Geral do Estado, para disseminar, junto às entidades da Administração indireta, a orientação jurídica da PGE.



## **SECRETARIA DA HABITAÇÃO**

### **1. Introdução: Política Habitacional e Diretrizes da Gestão**

A Secretaria da Habitação, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU e da Agência Paulista de Habitação Social - Casa Paulista, empenhou todos os esforços para cumprir as metas estabelecidas no PPA 2016-2019.

Com os desafios adicionais trazidos pela conjuntura político-econômica em 2016, a Secretaria prosseguiu na consecução de seus objetivos e metas de atendimento às demandas de habitação de interesse social no Estado de São Paulo e avançou em medidas para aprimoramento dos processos de gestão e integração das ações da CDHU e Casa Paulista.

Tendo como base as orientações previstas no Plano Estadual de Habitação 2011-2023, a Secretaria prosseguiu na busca de realização de suas diretrizes estratégicas em duas vertentes complementares: Ações Corretivas e Fomento e Provisão de Moradias.

#### **Ações Corretivas**

##### **1.1. Ação estratégica em áreas de risco**

Para combater o problema que afeta quase 40% dos municípios paulistas, principalmente nas regiões metropolitanas, Vale do Ribeira, Vale do Paraíba e Litoral Norte, são desenvolvidas ações em parceria com os municípios e outros órgãos do Estado. Tais ações integram parcerias com os municípios e suporte da Defesa Civil, apoiadas em informações do Instituto Geológico (IG) e Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, componentes do GT-Prevenção e Combate aos Desastres Naturais - Decreto Estadual nº 57.512/11, que conta com a participação da CDHU.

Dentre essas ações, foram executados pela CDHU serviços de manutenção nas áreas de risco já tratadas anteriormente do Jardim Santo André, SP-Tucuruvi, SP-Brasilândia, SP-Guaianazes, SP-São Miguel Paulista, Franco da Rocha, Serra do Mar, entre outros.

##### **1.2. Urbanização de favelas e assentamentos precários**

Por meio da CDHU, a pasta prossegue com o desenvolvimento de projetos de recuperação de assentamentos precários (favelas), de forma articulada a projetos de requalificação urbana e ambiental. Importante vertente desse trabalho são os empreendimentos para reassentamento habitacional, vinculados a projetos estratégicos do Estado de mobilidade e transportes e ações de recuperação ambiental de áreas protegidas.



### **1.3. Habitação sustentável no litoral paulista**

O litoral paulista, que abriga o maior trecho contínuo de Mata Atlântica preservado no Brasil, é região sob pressão de expansão urbana e com incidência de riscos socioambientais, em virtude, entre outros fatores, da perspectiva da exploração da camada do Pré-Sal e da expansão dos portos de Santos e São Sebastião. Acrescenta-se a isso os riscos decorrentes das mudanças climáticas, no caso de eventos extremos e elevação da temperatura oceânica. Todo esse quadro pressiona os recursos naturais e exige intervenções públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, ao ordenamento territorial, urbano e habitacional da região.

### **1.4. Cidade Legal e Planejada: apoio à regularização fundiária - Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais**

Criado pelo Decreto nº 52.052/2007, o “Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - Cidade Legal” deu seguimento ao previsto no Decreto nº 48.340/2003, que criou o então denominado “Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais de Interesse Social - Pró-Lar Regularização”, com foco em um dos mais relevantes problemas habitacionais e urbanos no Estado. Tais ações têm por objetivo viabilizar auxílio institucional e técnico aos municípios, mediante orientação e atuação em parceria em ações de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana - assim definidas por legislação municipal. O Programa foi objeto de ajustes por meio do Decreto nº 56.909/2011 que direcionou os trabalhos do Programa Cidade Legal aos núcleos habitacionais de interesse social ou ocupados predominantemente por população de baixa renda, restabelecendo os preceitos do Programa Pró-Lar Regularização.

### **Fomento e Provisão de Moradias**

### **1.5. FPHIS – Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social / Casa Paulista**

Visa atender ao objetivo de suprir a demanda habitacional por moradias populares para que se estabeleçam novas possibilidades de captação e aplicação de recursos. Para isso, encontra-se em operação o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social - FPHIS, operado pela Agência Paulista de Habitação Social/Casa Paulista. O FPHIS estabelece condições de subsídio para os investimentos e para a composição dos recursos do Estado com os federais e de outras origens, permitindo a articulação e a alavancagem de investimentos em habitação de interesse social.

Com a operacionalização dos recursos dos Fundos e Subsídios (por meio do FPHIS) pela Casa Paulista, foi possível ampliar o quadro de atendimento com moradias novas, criando-se condições para viabilizar a realização de empreendimentos destinados aos estratos de população que apresentam mais expressiva vulnerabilidade social (faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida: famílias com renda bruta mensal de até R\$ 1.600,00). Foi a partir da criação da Agência Casa Paulista que o Programa Federal Minha Casa Minha Vida - PMCMV ganhou efetividade no território paulista, em



especial nos municípios de maior porte populacional e em regiões metropolitanas, passando a contar com aporte de recursos não onerosos do Estado (até R\$ 20 mil por unidade habitacional).

### **1.6. Ações de provisão habitacional**

A CDHU comemorou no final do ano de 2014 a entrega de 500 mil moradias, culminando uma história de prestação de serviços exemplares na política pública de habitação social do Estado.

O atendimento à demanda geral por moradia no Estado, em especial nos municípios do interior, prosseguiu em 2016, com marcante participação dos empreendimentos realizados em parceria com os municípios paulistas. Destaque relevante deve ser dado ao padrão de qualidade das moradias produzidas e em produção, que vem sendo superado de forma contínua nos últimos períodos com ganhos de qualidade e sustentabilidade para os moradores e para as cidades atendidas.

### **1.7. Parcerias - PPP**

Aprovada pelo Conselho Gestor das PPPs - CGPPP do Governo do Estado, a proposta da Secretaria da Habitação e Casa Paulista prevê atuação por meio de parcerias em duas frentes estratégicas: Área Central do município de São Paulo e Regiões Metropolitanas. Parceria do setor público com a iniciativa privada tem como objetivo ampliar a oferta de habitação social. Com objetivo inicial de viabilizar 50 mil novas unidades, medidas voltadas à concretização deste novo instrumento da política pública habitacional e urbana foram tomadas, cujos resultados já começam a evidenciar-se.

## **2. Avanços Institucionais e Gestão da Política Habitacional**

Dentre as ações institucionais e de gestão que a pasta tem empreendido, destacam-se em 2016:

### **2.1. Funcionamento do Conselho Estadual de Habitação – CEH**

O Conselho Estadual da Habitação realizou a 13ª Reunião Ordinária, ocorrida em 07/11/2016, na qual foi aprovada a Ata da 12ª Reunião Ordinária do CEH-SP; realizado um Balanço e Panorama das Ações da Pasta neste ano com os Programas Habitacionais do Estado. Nesse período foi iniciada a renovação da composição do CEH-SP para o Triênio 2017-2019 com a convocação para cadastramento de entidades de representação da sociedade civil de organizações populares.

### **2.2. Ações de qualidade, sustentabilidade e responsabilidade social**

Dentre as ações de qualidade e sustentabilidade promovidas pela pasta, destacam-se:

- Em 2016, pelo sétimo ano consecutivo, a CDHU elaborou seu relatório anual de sustentabilidade, com base na metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI). Pela primeira vez atendeu às premissas da versão G4 “de acordo” – opção *Essencial* (Core) –, reforçando compromisso



de ampliar a descrição de processos e ferramentas de gestão. O período coberto pelo relatório vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015 e foi precedido por consulta de materialidade/temas relevantes a *stakeholders* internos e externos para o biênio 2014/2015.

- Em prosseguimento, a CDHU aderiu, desde dezembro de 2015, ao Pacto Global\_Rede Brasileira - *United Nations Global Compact* - do qual o Governo do Estado de São Paulo é signatário desde 2014. A adesão à iniciativa, sem compromisso financeiro obrigatório, confirma que a CDHU apoia os dez princípios do Pacto Global sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção e reitera sua intenção de implementar tais princípios como parte da estratégia, cultura e operações cotidianas da empresa.

- Como suporte institucional permanente a essas ações foram implantados dois fóruns intersetoriais na CDHU, respectivamente, grupo de trabalho para elaboração do Relatório de Sustentabilidade e Comitê de Inovação e Sustentabilidade. Esses fóruns consolidam um processo permanente de trabalho da CDHU na melhoria contínua de seus produtos e serviços e a sustentabilidade social e ambiental.

- Como resultados desse processo, merece destaque ações voltadas à eficiência energética, racionalização de uso da água e medição de insumos e resíduos nos canteiros de obras da CDHU, compreendendo:

- Instalação de Sistemas de Aquecedor Solar em empreendimentos da CDHU desde 2009, totalizando: total instalado de 2009 até dezembro de 2016: 64.871 unidades; total previsto de 2009 até o final de dezembro de 2017: 82.538 unidades.

- Estudos sobre a utilização de energia obtida das placas fotovoltaicas - Celebração de convênio entre a Secretaria da Habitação/CDHU e Secretaria da Energia e Mineração com o objetivo de fomentar a implantação do sistema fotovoltaico nas unidades habitacionais da CDHU, cujos trabalhos iniciais serão desenvolvidos por meio de projetos-piloto que visam à implantação e acompanhamento dos resultados de eficiência energética, como base para um plano de ação mais amplo, sendo: Para unidades unifamiliares - empreendimentos Elisiário C2; Pontes Gestal F e Itatinga C2; Para unidades multifamiliares - elaboração de projetos para instalação em edifícios nos empreendimentos Cubatão B; São José dos Campos Y e Pindamonhangaba I/J.

- Prosseguimento às ações de racionalização do uso da água, compreendendo: Individualização de medição de água nos conjuntos habitacionais multifamiliares; Utilização de equipamentos redutores de consumo de água; bacias sanitárias tipo VDR (volume de descarga reduzido); torneiras com arejadores/redutores de fluxo de água.

- Início de medições e registro de informações no sistema de Gerenciamento de Empreendimentos - GEM para composição de indicadores do consumo de água e energia elétrica e produção de resíduos na etapa de construção dos empreendimentos habitacionais.



## **2.3. Processo de aprimoramento dos instrumentos de gestão e operação da política de atendimento e planejamento habitacional.**

**2.3.1. Concepção e estruturação do Sistema Integrado de Demanda Habitacional/SIHAB** - Como prosseguimento da aprovação em 2015 da adoção do modelo de ficha integrada de inscrição, em 2016 foi elaborado teste para empreendimento destinado à demanda geral no município de Laranjal Paulista. A meta é subsidiar o aprimoramento da política de atendimento da SH/CDHU e integrar essas informações ao Projeto CRM (*Customer Relationship Management*), de integração e padronização de informações dos clientes, em diferentes contextos e momentos de atendimento.

**2.3.2. Insumos técnicos para desenvolvimento futuro de Planos Metropolitanos de Desenvolvimento Habitacional** - De modo a qualificar o diagnóstico habitacional nas regiões metropolitanas, incorporando informações territoriais de necessidades habitacionais que orientem a definição de programas e linhas de ação, em 2016 foi desenvolvido com a AGEM - Agência Metropolitana da Baixada Santista e os municípios participantes da Câmara Temática de Habitação do CONDESB - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista, um conjunto de oficinas do qual resultou a estruturação de uma relação de variáveis e conceitos para caracterização de assentamentos precários com informações a serem inseridas no Sistema de Informações Metropolitanas, sob gestão da Emplasa.

## **2.4. Planejamento Estratégico – Plano de negócios 2017 e estratégia até 2021**

Com base nos trabalhos de planejamento estratégico para a preparação da CDHU e da pasta da Habitação para os desafios da próxima década e tendo a referência das diretrizes do Plano Estadual de Habitação - PEH-SP 2011-2023, a CDHU elaborou e apresentou ao Conselho de Administração, na sua última reunião anual, o Plano de Negócios 2017 e a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para os próximos cinco anos, conforme exigências da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).

Esse plano consolida o planejamento gerencial com foco estratégico e reitera a ênfase no monitoramento e avaliação orçamentária, a visão da carteira da CDHU, como ativo fundamental, a importância da continuidade dos esforços para redução da inadimplência, captação de recursos, venda de ativos ociosos e recebimento de ações judiciais, além de iniciativas voltadas ao aprimoramento da política de reassentamento habitacional e de atendimento, política de subsídios, dentre outros.

## **2.5. Ações gerenciais da CDHU para captação de recursos e diminuição dos índices de inadimplência**

O modelo de atuação da CDHU nessa vertente tem merecido destaque, sendo que a Campanha Fique em Dia - realizada pela CDHU em 2015 - foi merecedora do “Selo de Mérito” da Associação Brasileira de Cohabs em 2016 como ação estruturante de reconhecida relevância nacional.



As ações de cobrança, em 2016, prosseguiram por meio do envio de cartas, 2ª via de prestações agrupadas, oferta de parcelamento presencial e pelo site da CDHU na internet, audiências de conciliação e leilões, dentre outras.

A cobrança de contratos de alienação Fiduciária, em 2016, resultou na realização de nove certames de leilão, num total de 151 lotes, sendo que destes, 23 foram arrematados, gerando uma receita de R\$ 941.308,00. Os imóveis sem ofertas de lance, à medida que forem reintegrados serão recomercializados.

Em parceria com o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania - CEJUSC do Tribunal de Justiça do Estado, foram realizadas audiências de conciliação em diversos municípios do Estado, possibilitando negociação de débitos, através de acordos judiciais, homologados por um Juiz de Direito. Totalizaram 135 eventos de conciliação, com 1.365 acordos homologados e R\$ 11.025.884,76 repactuados.

Iniciada no mês de novembro de 2016, que se estenderá até o final deste mês dezembro, encontra-se em curso uma campanha de cobrança para cerca de 60.000 mutuários inadimplentes. A campanha consiste no envio de carta, pelos Correios, com proposta de parcelamento dos débitos e boleto, com valor de amortização, para pagamento na rede bancária.

#### **Posição da carteira em 09/12/2016:**

CRÉDITOS ATIVOS	INADIMPLÊNCIA	ADIMPLÊNCIA
323.788	64.355 (19,87%)	259.433 (80,13%)

- Arrecadação Total\* = R\$ 631.254.802,90

(\*) valor referente a prestações recebidas no mês, antecipadas e atrasadas, acrescido das quitações, indenizações de seguros, FGTS e leilões.

Em 2016, a CDHU deu continuidade aos esforços para captação de novas fontes de recursos federais e incremento de receitas próprias.

## **2.6. Ações sociais em habitação**

### **2.6.1. Trabalho técnico social em urbanização de favelas e áreas urbanas degradadas**

O Trabalho técnico social em favelas, assentamentos precários e outras ocupações subnormais têm como objetivo subsidiar e viabilizar o planejamento e a execução de intervenções públicas integradas ou específicas, envolvendo projetos de: 1) requalificação urbana com intervenção direta da CDHU; 2) recuperação ambiental em programas de governo; 3) convênios com outros órgãos - para implantação de projetos de mobilidade urbana, habitação, saneamento, etc.

Tais intervenções, cada vez mais expressivas no escopo de trabalho da CDHU, requerem uma gestão social cuidadosa para remoção e reassentamento de famílias vulneráveis, com atendimento



a padrões nacionais e internacionais e exigências das fontes de recursos federais (PAC e FNHIS) e de organismos multilaterais (BID).

Durante o ano de 2016, as ações do trabalho técnico social desenvolveram-se em nove projetos de atuação direta da CDHU, em cinco convênios (parcerias para atendimento de obras públicas) e em dois programas socioambientais de governo, totalizando 16 projetos. Neste contexto, houve o arrolamento de 2.861 famílias (destas 1.638 visando à regularização fundiária dos lotes que ocupam); reassentamento de 501 famílias; a remoção de 217 edificações; 15.461 ações de mobilização da comunidade; 9.030 atendimentos programados e espontâneos e 1.088 vistorias/visitas domiciliares, conforme apresenta a tabela a seguir.

**Tabela 1 - Atividades do trabalho técnico social**

Projetos	Arrolamento	Reassentamentos (Famílias)	Remoções (Edificações)	Ações de Mobilização	Atendimentos	Vistorias/ visitas domiciliares
Atuação direta da CDHU (9): Pantanal, Pimentas, Bertiooga, Brasilândia, Parque Cecap, Jd. Santo André e Marginal Tietê, Hortolândia e Centreville	2.448	402	148	3.872	6.760	526
Convênios (5): STM Linha 6, Metrô 5 e 15, Metrô 17 CPTM - Linha 9, CPTM - Linha 13	193	88	49	329	291	2
Socioambiental (2): Serra do Mar, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista	220	11	20	11.260	1.979	560
<b>Total (16 projetos)</b>	<b>2.861</b>	<b>501</b>	<b>217</b>	<b>15.461</b>	<b>9.030</b>	<b>1.088</b>

Em 2016 ainda, em quatro intervenções (Pantanal, Serra do Mar, Pimentas, Jardim Santo André), foram realizadas atividades em 11 projetos para desenvolvimento local e 119 ações de organização sociocomunitária, que têm como objetivo contribuir com a sustentabilidade das intervenções por meio de estabelecimento de canais de participação e diálogo entre a população e o poder público, com a identificação das principais necessidades, potencialidades e interesses comunitários na definição de projetos sociais que fortaleçam a identidade local e com o estabelecimento de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais. Nos seis principais eixos de atuação os trabalhos realizados envolveram, no total, 7.728 pessoas que participaram em 2.158 atividades realizadas no ano, conforme indica o quadro a seguir:





Eixo	Ações de organização sociocomunitária e desenvolvimento local	Intervenção	Município	Resultados 2016	
				Pessoas envolvidas	Atividades
Organização Comunitária	Reuniões com lideranças, Núcleo Operacional de Urbanização, Curso de Agentes Comunitários de Urbanização, Fórum de Desenvolvimento Sustentável	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	Cubatão	978	119
		Projeto Pantanal	São Paulo		
		Jardim Santo André	Santo André		
		Guarulhos C - Pimentas	Guarulhos		
Pós – Urbanização	Turismo de Base Comunitária	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	Cubatão	6.250	2.039
	Ecologia da Paisagem				
Arte Educação	Arte nas Cotas	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	Cubatão		
	Arte nas Pimentas	Guarulhos C - Pimentas	Guarulhos		
	Música nos Pimentas				
Comunicação Comunitária	Projeto Com Com - Serra do Mar	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	Cubatão		
	Projeto Com Com - Pimentas	Guarulhos C - Pimentas	Guarulhos		
Educação ambiental	Cota Viva	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	Cubatão		
	Viveiro Escola	Projeto Pantanal	São Paulo		
Economia solidária	Nesdel	Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar	Cubatão		
	Cooperativa de Reciclagem Nova Esperança	Projeto Pantanal	São Paulo		
<b>Total</b>				<b>7.228<sup>1</sup></b>	<b>2.158</b>

<sup>1</sup> Inclui participantes de oficinas, atividades abertas e cursos

Dentre as ações de organização comunitária realizadas em 2016, destaca-se o trabalho de pós-urbanização nos Bairros-Cota (Cubatão) no Programa de Recuperação Serra do Mar. Considerando a vocação do território (neste ano os bairros-cota receberam 648 visitantes), a estratégia-âncora adotada é o Turismo de Base Comunitária - TBC, que tem por objetivo renovar a relação entre moradores e o Parque Estadual da Serra do Mar e promover a manutenção dos novos espaços urbanizados.

Em 2016, foram realizados os módulos I e II, 24 oficinas e um passeio formativo como parte do Curso de Turismo de Base Comunitária. A iniciativa é uma ação conjunta - formalizada em convênio em novembro de 2015 - entre a Secretaria de Habitação/CDHU e a Unesp, considerada



referência nacional no tema, integrando projetos sociais já em andamento: Com Com, Arte nas Cotas, Nesdel e Cota Viva.

### **2.6.2. Orientação social e gestão condominial**

O trabalho técnico social realizado pela CDHU estrutura-se por meio de duas diretrizes centrais de atuação, que se complementam: **orientação social e gestão condominial**. A primeira visa promover a autonomia, o protagonismo social e a melhoria de qualidade de vida dos mutuários, além de incentivar a integração dos moradores e a gestão participativa para a sustentabilidade dos conjuntos habitacionais. A segunda tem por objetivos: orientar os moradores no uso, conservação e pertencimento de sua nova moradia; e apoiá-los nas questões relacionadas às regras de convivência em condomínio, a exercer a administração condominial na forma da lei e capacitar o Corpo Diretivo para a gestão financeira e desenvolvimento de suas funções e atribuições. Em conjunto tais ações visam capacitar os moradores para o cumprimento de seus deveres e direitos, fortalecer valores relacionados à cidadania, à harmonia no convívio condominial e à melhoria da qualidade de vida.

A CDHU realiza o trabalho de organização social e de gestão condominial dos conjuntos habitacionais, por intermédio de consórcios contratados, sem qualquer ônus para os condôminos, ao mesmo tempo em que os capacita para sua organização autônoma futura. Destacam-se em 2016 os seguintes resultados:

- Administração Condominial profissionalizada, atingindo o total de 11.675 famílias beneficiadas;
- Responsabilização jurídica, administrativa e financeira de cotas condominiais, tarifas de concessionárias e abastecimento de gás pelos condomínios instalados. Total de 16 condomínios instituídos e de 897 condomínios administrados;
- Realizadas 149 assembleias com moradores de 60 empreendimentos;
- Obtidos 7 CNPJ de condomínios;
- Visando à redução das taxas de inadimplência, por meio de monitoramento constante e plantões condominiais de renegociação de débitos, foram realizados 2.328 atendimentos a condôminos;
- A conscientização dos síndicos e corpos diretivos com relação às suas responsabilidades jurídicas, administrativas e financeiras foi desenvolvida nos 199 Cursos de Capacitação de Corpo Diretivo Condominial, como parte das atividades pedagógicas de informação, sensibilização e capacitação das lideranças;



- A proximidade das equipes com os síndicos e corpos diretivos proporcionou identificar prontamente eventuais irregularidades na ocupação das unidades habitacionais da CDHU, que pode assim, tomar as providências necessárias;
- CDHU Esporte, Lazer e Cidadania – foram realizados 13 eventos, atendendo 1.300 jovens e crianças (sendo 450 alunos permanentes das escolinhas de futsal/futebol e 850 torneios pontuais);
- Via Rápida Empregos – foram realizados 13 cursos em Carretas (com 555 alunos certificados), 2 cursos Via Rápida Expresso e Econômico (30 alunos certificados) e 1 curso Formação Inicial Continuada (19 alunos certificados);
- Codeagro - Inauguração da 1ª Feira Bom Preço do Agricultor, no Conjunto Habitacional Guaianazes A, Capacitação em plantio de 12 moradores e Entrega de 1 Módulo de Estufa para o Conjunto Habitacional Guaianazes A24;
- Sutaco - 5 cursos realizados nos Conjuntos Habitacionais da CDHU (Capital e Interior) com 74 alunos certificados.

Além do trabalho realizado por intermédio dos consórcios, a CDHU também desenvolveu trabalho técnico social via gerenciadoras, empresas contratadas por licitação para desenvolver o trabalho de orientação social tanto no pós-ocupação, quanto em ações de remoção (áreas de risco ou regularização) no interior do Estado, majoritariamente em empreendimentos horizontais. Em 2016, esse trabalho alcançou 96 empreendimentos, o que significou atendimento a 7.460 famílias.

- Obtenção de tarifa social, proporcionando redução de 60% no valor mensal das contas de água - foram emitidas 658 cartas para obtenção da tarifa social (NGSPF – 27: NOS 631);
- Realização de plantões semanais na Gleba São Miguel Paulista E - 3.472 HIS, para esclarecimentos sobre as obras de regularização e obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- Realização de vistorias em atendimento a pleitos na Ouvidoria (NOS - 04);
- Convocação de representantes e síndicos de empreendimentos para providências quanto à obtenção do CNPJ e transferência das contas de energia elétrica condominial que se encontra em nome da Companhia (NOS - 03) e (NGSPF – 09);
- Reunião de aprovação e coleta de assinatura dos membros participantes da Regularização Fundiária do empreendimento Osasco Q/ prefeitura e equipe de Regularização Fundiária CDHU;



- Atendimento de 736 famílias removidas para construção do Rodoanel Sul e Avenida Jacu Pêssego, plantão uma vez por semana no Escritório Regional da Avenida Domingos de Moraes e atendimentos telefônicos no Núcleo de Orientação Social;
- Realização e participação de reuniões visando à desocupação emergencial de 16 famílias do empreendimento Tucuruvi B3 – Condomínio 7 Bloco 21;
- Plantões para atendimento de moradores dos conjuntos do Jardim Santo André e Vila Ferreira (NGSPF e NOS);
- Atendimento a 1.941 famílias removidas para construção do Rodoanel Norte: manutenção de 4 plantões quinzenais próximos das áreas de remoção; plantões quinzenais; participação em 30 reuniões de transição; assembleia para definição das famílias que irão para os empreendimentos Perus D e Jaraguá Q; reuniões para apresentação da modalidade Carta de Crédito; atendimento das famílias para resolução de problemas de pagamento de auxílio-moradia;
- Programa Várzeas do Tietê - Recepção de mudanças das famílias no Conjunto Habitacional Lavras - Guarulhos - 120 uhs;
- Reuniões, visitas monitoradas, aplicação de pesquisas e outras com famílias que serão removidas do Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Itariru que irão para o Conjunto Habitacional Pedro de Toledo C;
- Entrega de cartilhas com explicações sobre os contratos para as famílias removidas dos Bairros Cota de Cubatão, no âmbito do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, que foram reassentadas nos Conjuntos Rubens Lara, Bolsão 7 e 9 – 3.594 cartilhas entregues;
- Acompanhamento de técnicos de missão do BID aos conjuntos do Programa Serra do Mar;
- Acompanhamento de técnicas do TCE aos conjuntos do Programa Serra do Mar;
- Acompanhamento de famílias removidas para construção do Rodoanel Norte às visitas monitoradas, antes da entrega, aos empreendimentos Freguesia do Ó A e Perus D;
- Revisão de manual do proprietário dos empreendimentos Arujá C1 – 170 uhs e José Bonifácio C - 280 uhs;
- Reunião de esclarecimentos e entrega de carnes das prestações dos mutuários dos empreendimentos Guaianazes A24/A25/A26;



- C.
- Participação do 1º Encontro de Grafite realizado no empreendimento Francisco Morato
  - Participação na assinatura de contratos/ recepção de famílias destinadas em unidades remanescentes do empreendimento Sacomã A;
  - Participação e realização de curso de Crochê/ Manicure/Tear no empreendimento República da Melhor Idade em parceria com a Sutaco/Centro Paula Souza;
  - Participação do mutirão da Cidadania em Itaquera.

### **2.6.3. Auxílio-Moradia Emergencial - AME e Auxílio Moradia Provisório - AMP**

**Auxílio-Moradia Emergencial - AME e Novo Começo** - Houve continuidade das ações adotadas para enfrentar situações emergenciais. O equacionamento dessas situações dá-se por meio de um conjunto de medidas, entre elas a concessão do AME (Decretos nº 55.370/10 e nº 55.664/11) e do Programa Novo Começo (Decretos nº 55.432/10 e nº 55.665/11), a construção de empreendimentos habitacionais em regime de emergência e a destinação de unidades em empreendimentos prontos às vítimas, além da concessão de créditos para reforma de moradias de interesse social que foram atingidas por inundações. No ano de 2016, foram concedidos auxílios moradia emergencial a 2.085 famílias.

**Auxílio Moradia Provisório - AMP** - Em 2016, foram concedidos auxílios-moradia provisórios a 11.919 famílias removidas em função de obras de urbanização ou de reassentamento para execução de obras públicas. As famílias deverão ter atendimento habitacional definitivo equacionado nos próximos anos, sendo que os auxílios foram custeados com recursos da CDHU, Secretaria da Habitação/Casa Paulista e recursos de parceiros.

**AME e AMP (totais)** - Em 2016, observou-se que (58%) dos auxílios foram concedidos a famílias de origem da capital (8.098), 33% (4.653) de municípios da Região Metropolitana de São Paulo e 9% (1.253) do interior. Também se verificou que 75% das concessões de auxílios-moradia estão em vigência há mais de 3 anos, e que 43% (6.053) das famílias têm origem da demanda em intervenções urbanas da CDHU, às quais se somam outras demandas da pasta da Habitação. A seguir, quadro com os totais de beneficiários em 2016:

<b>Benefício x Origem recursos</b>	<b>Beneficiários</b>
Auxílio Moradia Provisório – CDHU/Casa Paulista	9.595
Auxílio Moradia Provisório – Parceiros	2.324
Auxílio Moradia Emergencial – Habitação	2.085
<b>TOTAL</b>	<b>14.004</b>

Fonte: CDHU/DAH, 07/12/2015, com valores de 01/2016 a 12/2016 (dez – previsão).



Foi realizado o recadastramento dos beneficiários de AME e AMP, para atualização dos dados cadastrais, durante o ano de 2016. O não recadastramento motivou o cancelamento de 525 benefícios, resultando em uma economia anual de R\$ 2.478.105,00.

Os beneficiários de AME e AMP tiveram a oportunidade de participar do 1º Feirão Morar Bem Viver Melhor, organizado pela Casa Paulista. Com o subsídio do governo federal e estadual, 34 beneficiários adquiriram imóvel próprio durante o evento.

**2.6.4. Assistência técnica aos municípios** - Em 2016, 39 municípios foram beneficiados pelos trabalhos de Capacitação de Agentes Sociais de Habitação, realizados pela CDHU como suporte ao desenvolvimento do Programa de Parceria com Municípios.

## **2.7. Funcionamento da Coordenadoria de Planejamento Habitacional - CPH**

Coordenadoria que atua em apoio ao planejamento e operação da Secretaria da Habitação, a CPH auxilia na operação do Programa Especial de Melhorias (PEM), do Fundo Estadual da Habitação, do Auxílio Moradia Emergencial - AME, do Programa São Paulo de Cara Nova e do Programa Vila Dignidade.

## **2.8. Funcionamento da Coordenadoria de Licenciamento de Operações e Controle Tecnológico - CLOCT**

Tendo como atribuição o exame e avaliação, mediante realização de vistorias em campo, dos projetos de parcelamento do solo urbano que visam aprovações de áreas comerciais e industriais em todo o território paulista, a Coordenadoria possui ainda assento no colegiado do Graprohab. No ano de 2016, realizou 2.610 procedimentos: 92 vistorias, elaborou 84 relatórios de inspeção de campo – com registros fotográficos dos empreendimentos, e realizou 17 vistorias de parcelamentos irregulares a pedido do Ministério Público e do Poder Judiciário. O corpo técnico da coordenadoria analisou um total de 1.628 processos, sendo 682 novos e 946 contendo exigências em andamento, além de emitirem 789 informações técnicas que englobam processos e expedientes dos mais diversos.

## **2.9. Funcionamento do Grupo de Análise de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo - Graprohab**

O Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo - Graprohab, cuja principal função é centralizar e agilizar as aprovações para implantação de empreendimentos habitacionais e parcelamentos de solo solicitados por instituições públicas ou privadas, conta com estrutura de corpo técnico da Secretaria Estadual da Habitação e, em 2016 reuniu-se em 48 ocasiões, e realizou 3.297 procedimentos, entre eles: análise de 1.309 protocolos, dispensas de análise e processos modificativos e substitutivos, foram emitidas 1.612 informações para o Ministério Público, prefeituras e demais interessados. (*\*Dados relativos ao período de Janeiro de 2016 até 15/12/2016*)



### 3. Síntese de Investimentos e Quadros Resumo da Atuação 2016

#### 3.1. Total de atendimentos em 2016 - CDHU

Unidades Habitacionais Entregues/Concluídas - CDHU <sup>17</sup>	7.034
Cartas de Crédito - CDHU <sup>18</sup>	272
<b>Total de Unidades + Cartas de Crédito</b>	<b>7.306</b>
<b>Total Auxílio Moradia Emergencial e Auxílio-Moradia - CDHU<sup>19</sup></b>	<b>14.004</b>
Unidades Habitacionais em Obras - CDHU <sup>20</sup>	22.999
Urbanizações de Favelas em Obras - CDHU <sup>21</sup>	4.857
<b>Total de Unidades + Urbanizações em Obras - CDHU</b>	<b>27.856</b>

Outros dados da atuação da CDHU em 2016 também merecem destaque, entre eles: 40 empreendimentos iniciados até 13/12/2016 - total de 4.710 unidades; 92 empreendimentos com Projeto Básico Concluído - total de 11.712 unidades; 01 empreendimento pronto para início de Obras - Convênios - total de 286 unidades; 22 empreendimentos prontos para licitação - Vila Dignidade - total de 3.486 unidades; 228 empreendimentos com convênios assinados pelo programa Morar Bem Viver Melhor - Projetos - total de 24.468 unidades; Melhorias Urbanas: 14 empreendimentos beneficiados com melhorias de infraestrutura e paisagismo, dentre outras.

#### 3.2. Síntese de resultados da Casa Paulista

No ano em que a Casa Paulista completa cinco anos de operação, os números consolidam o desempenho geral obtido no período. Em parceria com as demais instâncias governamentais, agentes financeiros, iniciativa privada, entidades, cooperativas e servidores público estaduais, foi possível realizar, entre 2012 e 2016, aportes de recursos não onerosos e obter como resultado a viabilização de 117.948 moradias, das quais 55.542 foram entregues e 62.406 em construção. Somente em 2016, temos os dados abaixo:

	<b>Contratados</b>	<b>Valores R\$</b>	<b>Entregues</b>	<b>Valores R\$</b>
Minha Casa Minha Vida	2.386	50.699.002	33.500	571.058.963
Parceria com Municípios	0	0	263	6.662.421
Servidor Público Estadual	168	3.958.909		
Cheque Moradia emitidos	851	19.679.810		
Microcrédito/Banco do Povo	464	3.307.388		

<sup>17</sup> CDHU/SPH/SOPC. Realizado até 31/12/2016.

<sup>18</sup> CDHU/SPH/SPE/SSI/GGI. Realizado até 26/12/2016.

<sup>19</sup> CDHU/DAH, 07/12/2015, com valores de 01/2016 a 12/2016 (dez – previsão).

<sup>20</sup> CDHU/SPH/SSI/GGI. Posição em 27/12/2016.

<sup>21</sup> CDHU/SPH/SSI/GGI. Posição em 27/12/2016.



### **3.3. Programa Especial de Melhorias - PEM**

Por meio de repasse de recurso da Secretaria da Habitação, a fundo perdido, com previsão de contrapartida municipal, realiza intervenções físicas que resultam melhorias urbanas em empreendimentos habitacionais desenvolvidos pela administração pública, direta ou indireta, dos poderes públicos municipal, estadual ou federal, ou em bairros degradados objeto de intervenção municipal por meio de projetos de infraestrutura ou de equipamentos sociais. Em 2016, não foram formalizados convênios com o PEM por indisponibilidade orçamentária.

Está sob análise da Assessoria Jurídica do Governador, proposta de revisão do Decreto do Programa, que pretende a alteração da forma de repasse de recursos às prefeituras e a desnecessidade de contrapartida, entre outros.

### **3.4. Cidade Legal**

O “Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais - Cidade Legal” manteve e acentuou seu objetivo de viabilizar auxílio institucional e técnico aos municípios, mediante orientação e atuação em parceria nas ações de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em áreas urbanas ou de expansão urbana, assim definidas por legislação municipal.

O trabalho de Regularização Fundiária compreende diversas etapas, dentre as quais: busca documental; análise e diagnóstico das desconformidades jurídicas, urbanísticas e ambientais; ações de assessoria; envio e análise dos casos pelo comitê de regularização; emissão de Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental - DCUA - quando e se houver o equacionamento das irregularidades - para que, sequencialmente, os parcelamentos possam ser levados a registro e matrículas individuais sejam abertas, gerando o produto final que é a titulação do morador do imóvel.

A meta definida no PPA para 2016 no que tange regularização fundiária era de 12 mil domicílios beneficiados, e até início de dezembro já havia 15.691 domicílios beneficiados com a emissão da DCUA, o que contabiliza 130,1% da meta.

O Programa Cidade Legal conta hoje com 470 municípios conveniados, em um universo de 8.689 núcleos passíveis de regularização, beneficiando 1.450.590 famílias e uma população de 5.802.360 pessoas.

Desde 2.009 foram abertos 2.259 núcleos com Processos Administrativos de Regularização, correspondendo a 284.312 famílias e 1.137.248 pessoas. Deste universo, 786 núcleos estão em fase de análise técnico-jurídico correspondendo a 90.888 famílias e 363.552 pessoas. Além disto, o programa expediu DCUA para 1.407 núcleos habitacionais, o que representa um total de 185.695 lotes, onde no ano corrente foram expedidas DCUA para 159 núcleos, beneficiando 17.066 famílias e 68.264 pessoas.





Do total de DCUAs expedidas, temos 888 núcleos registrados e observando o déficit no registro dos parcelamentos, o Cidade Legal passou acompanhar também a fase registral suportando o município quanto às dúvidas técnicas e atuando junto aos Oficiais de Registro de Imóveis com o objeto de sanar possíveis entraves nesta fase. Entendendo que a titulação dos moradores é a conclusão da regularização fundiária, o Programa Cidade Legal passou a partir de 2016 a acompanhar esta etapa.

**3.5. Regularização fundiária de empreendimentos da CDHU** - Em 2016, 88 empreendimentos foram averbados, beneficiando 9.813 famílias que tiveram sua unidade habitacional regularizada. O número é um excelente resultado, considerando que não foram contratadas novas empresas de regularização para apoio a este serviço, e foi atingido com esforços especiais da equipe técnica interna à Companhia.

#### **4. Parcerias Governamentais e Projetos Prioritários**

**4.1. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC destinado à habitação e urbanização** - Prosseguem os trabalhos de articulação de recursos federais e estaduais que envolvem projetos de intervenção em favelas e assentamentos precários, implementando ações de urbanização, reassentamentos habitacionais para apoio à urbanização, à emoção e ao reassentamento de famílias moradoras de áreas de risco ou afetadas por obras públicas, e ações na área central do município de São Paulo, com provisão de moradias na área central, visando à qualificação urbana e incremento da qualidade de vida. Essa parceria atende mais de 30 mil famílias nas regiões metropolitanas de São Paulo e Baixada Santista e nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto.

**4.2. Parcerias em programas federais - Financiamento Pró-Moradia** - Prosseguiram em 2016 os trabalhos de viabilização de empreendimentos da CDHU com recursos de financiamento do Pró-Moradia, programa com ações integradas e articuladas com políticas setoriais que visam à melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio da oferta de alternativas habitacionais de apoio à urbanização e à regularização de assentamentos precários, à produção de conjuntos habitacionais e ao desenvolvimento institucional. Por meio do Pró-Moradia, a CDHU tem empréstimo lastreado pelo FGTS, obtido nas seleções promovidas em 2009 e 2010 pelo Ministério das Cidades.

#### **4.3. Programa Parceria com Municípios e novos convênios**

Uma das principais linhas de ação de produção da CDHU, o programa de Parceria com Municípios foi aprimorado nos seus aspectos técnico-gerenciais para aumentar a eficácia dos repasses de recursos e do cronograma de execução das obras. Em 2016 foram entregues, por meio do programa, 5.052 unidades (até 13 de dezembro).

Visando diversificar o atendimento aos municípios e à população, foi lançado em 2016 o programa Morar Bem, Viver Melhor, com a assinatura de 223 convênios com prefeituras para execução de projetos e sondagens para futura implantação de empreendimento habitacional.



No total, incluindo convênios para públicos específicos (indígenas, quilombolas e litoral) foram firmados 229 convênios com 198 municípios visando o desenvolvimento de projetos para 24.683 unidades habitacionais, a serem desenvolvidos nos próximos anos.

#### **4.3.1. Programa de Lotes**

Em 2016 foi lançado o Programa de Lotes pela Secretaria da Habitação/Casa Paulista com apoio da CDHU para certificação de lotes inseridos em loteamentos privados registrados, localizados em municípios do Estado de São Paulo para oferta a população beneficiária a ser selecionada.

Os lotes que obtiverem a certificação tratada no edital poderão ser adquiridos, diretamente pelos beneficiários selecionados pelo programa, por meio de financiamento subsidiado com recursos financeiros do Estado de São Paulo, provenientes do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social - FPHIS. A meta do programa é de 12.200 lotes.

O edital foi publicado no dia 1º de setembro e ficou disponível para credenciamento pelas empresas loteadoras até 30 de novembro. Ao todo foram inscritos 55 loteamentos de 41 municípios, que somam 10,7 mil lotes.

#### **4.4. Produção habitacional por meio de parcerias com entidades do terceiro setor**

Atuação direta da CDHU na promoção de empreendimentos habitacionais em parceria com entidades organizadoras, ou por meio de apoio a ações da Secretaria da Habitação/Casa Paulista na parceria PMCMV-Entidades, inclui a viabilização e transferência de terrenos desapropriados pela Companhia, contando com Incorporação Imobiliária. Nos programas desenvolvidos diretamente pela CDHU, a parceria com as entidades abrange, entre outros, orientação social ao grupo alvo, participação sociocomunitária, inserção social, cidadania e orientação para gestão e manutenção da unidade e do condomínio.

Durante o ano de 2016, foi concluído o processo de incorporação imobiliária pela CDHU dos empreendimentos Cidade Tiradentes V e Vila-Curuçá I, que aguardam formalização de convênio entre governos Estadual e Federal para contratação pela Caixa Econômica Federal.

#### **4.5. Programa Mananciais - Billings/Guarapiranga**

O programa abrange um conjunto de intervenções nas áreas das bacias hidrográficas dos mananciais Billings e Guarapiranga no município de São Paulo, voltadas para a urbanização de favelas, o reassentamento populacional e a expansão de infraestrutura básica. Prevê o reassentamento de 5.300 famílias, cabendo ao Governo do Estado, por meio da Secretaria da Habitação e CDHU, o atendimento de 2.548 famílias que serão removidas das Áreas de Proteção e Recuperação Ambiental - APRM das bacias hidrográficas Billings e Guarapiranga, possibilitando as obras de urbanização sob responsabilidade da prefeitura de São Paulo (2ª etapa da intervenção). Para o cumprimento das metas da parceria no Programa Mananciais, a CDHU está viabilizando a construção de novas unidades



habitacionais na zona sul de São Paulo (Obs.: Início das obras contratadas depende da aprovação dos projetos na prefeitura):

- Cidade Ademar C (96 unidades) - obras paralisadas devido à invasão. A CDHU aguarda reintegração de posse que está em análise;
- Capão Redondo D (650 unidades) - em análise a execução do empreendimento no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida em parceria com a Casa Paulista;
- Capão Redondo E (118 unidades) - em andamento com 28,85% de execução até novembro de 2016. Previsão de conclusão das obras Fevereiro de 2018;
- Capão Redondo I (60 unidades) - em andamento com 36,43% de execução até Nov/16. Previsão de conclusão das obras Jan/18;
- Grajaú B (517 unidades) - área invadida - CDHU aguarda reintegração de posse. Projeto em aprovação na PMSP;
- Jardim Ângela A (328 unidades) - contrato assinado, aguarda alvará;
- 779 unidades faltantes serão providas pelo Programa Minha Casa Minha Vida em parceria com a Casa Paulista e a prefeitura de São Paulo

#### **4.6. Convênios com o município de São Bernardo do Campo**

Ação 1 - Produção de 1.868 unidades para reassentamentos: Convênio nº 0142/2012 – empreendimento São Bernardo do Campo Z - Vila Esperança (366 unidades). Situação da obra: Em andamento, com 68 unidades entregues em maio/12. Convênio em reprogramação para readequação de cronograma; Convênio 0318/2011 - São Bernardo do Campo T - Pq. São Bernardo (778 unidades). Situação da obra: em andamento. Já foram concluídas e entregues 584 unidades.

Ação 2 - Obras de urbanização beneficiando 1.763 domicílios: Convênio 0318/2011 - Projeto de Urbanização Integrada do Parque São Bernardo, Alto da Bela Vista e Novo Parque. Dos serviços de urbanização de 1.763 moradias previstos no convênio, 995 moradias já foram consideradas como tendo tais serviços consolidados. Para a conclusão total do convênio, além da verificação do término da urbanização de moradias deveriam ser executados os embriões tipo A e B num total de 194 unidades. Conforme informação da Secretaria da Habitação do município de São Bernardo do Campo, a quase totalidade dos embriões está sendo transformada em unidades verticalizadas. Para isto, novos projetos foram desenvolvidos e submetidos à reprogramação junto ao PAC e à Caixa Econômica Federal e oportunamente à CDHU.



#### **4.7. Convênio com o município de Diadema - Faixa de domínio Rodovia Imigrantes**

Em programação assinatura de novo convênio “Diadema Ecovias” para viabilizar a futura implantação de Projeto de Urbanização Integrada, Remanejamento de Moradias e Construção de Novas Moradias a ser implantado pela prefeitura de Diadema com vistas a dar atendimento habitacional para até 540 famílias que ocupam irregularmente áreas que margeiam a Rodovia dos Imigrantes ou que já foram removidas da faixa de domínio da Rodovia e recebem auxílio moradia.

#### **4.8. Convênio com o município de Carapicuíba**

Convênio nº 481/2008 entre a CDHU e o município de Carapicuíba tem como objetivo o repasse de recursos financeiros para a execução de 728 unidades habitacionais nos empreendimentos Tambory e Pequiá, no Município de Carapicuíba de forma a compor a contrapartida em contrato de repasse firmado pelo Município com a União Federal para recebimento dos recursos do PAC.

Os empreendimentos objeto do referido contrato com a União para financiamento e execução são: Área de reassentamento 1 – Tambory visando à execução de 532 unidades habitacionais; Área de reassentamento 2 – Pequiá visando à execução de 196 unidades habitacionais.

#### **4.9. Convênios com o município de Santos**

Favela Santa Casa - Termo de Cooperação entre a CDHU e a prefeitura de Santos, visando a transferência de área de propriedade da Cohab-ST, para implantação do empreendimento habitacional Santos T, com 133 unidades habitacionais, destinado ao atendimento a famílias que ocupam terreno de propriedade da Cohab-ST.

Tancredo Neves e Caneleira IV - Convênio nº 0012/14 visando o repasse de recursos financeiros para Cohab-ST, para a produção de 1.800 unidades habitacionais nos empreendimentos Tancredo Neves III (São Vicente O - 1.120 unidades) e Caneleira IV (Santos U - 680 unidades, cujas obras estão em andamento.

#### **4.10. Convênios com o município de Cubatão**

Protocolo de intenções para viabilizar a remoção de famílias moradoras no Bairro Vila Noel, no município de Cubatão, em caráter definitivo, por meio de empreendimento habitacional com potencial estimado de 180 unidades habitacionais, a ser viabilizado em parte do terreno com área total de 41.570,07 m<sup>2</sup>, localizado na Avenida Jornalista Giusfredo Santini.

#### **4.11. Convênios com o município de São Paulo**

**Convênio Lidiane** - Convênio entre CDHU e prefeitura de São Paulo, por meio da Sehab, para execução de 235 unidades habitacionais pelo Programa Urbanização de Favelas, denominado como Lidiane (Limão C), visando atendimento futuro às famílias que se encontra em situação transitória oriundas das



favelas Ilha Verde, Sampaio Correa e Aldeinha. Obra em andamento com previsão para conclusão em 2017.

**Convênio Jardim Pabreu** - Convênio entre CDHU e prefeitura de São Paulo, por meio da Sehab, para urbanizações de 1.055 domicílios nos loteamentos Jardim Pabreu/Prainha, no empreendimento Chácara do Conde (Grajaú D) e execução de 560 unidades habitacionais previstas para serem concluídas em 2018. Empreendimento Grajaú C, quadras B, F e H, relativos ao programa Mananciais Billings/Guarapiranga.

**Convênio Heliópolis** - Convênio entre CDHU e prefeitura de São Paulo, por meio da Sehab para execução de 1.200 unidades previstas para serem concluídas em 2018 pelo Programa Urbanização de Favelas, denominado como Heliópolis (Sacomã I e Sacomã H) – área Sabesp 2.200 unidades habitacionais obra concluída em 2012 e 2013, com vistas à relocação e reassentamento das famílias ocupantes da Favela Heliópolis na Capital de São Paulo. Situação: obra em andamento.

**Convênio Paraisópolis** - Convênio entre prefeitura de São Paulo, por meio da Sehab, para atendimento as famílias removidas da Favela do Paraisópolis (Vila Andrade C, 112 unidades), com previsão de conclusão para 2017.

#### **4.12. Convênios com a Dersa**

**Convênio Rodoanel - trecho sul e complexo Jacu-Pêssego**, com estimativa inicial de atendimento a 1.600 famílias, a demanda habitacional para atendimento foi redimensionada para 1.073 famílias, sendo a redução decorrente da adesão de famílias a outras modalidades de atendimento, realizadas exclusivamente pela Dersa.

Para atendimento a essa parceria está em fase de conclusão o empreendimento José Bonifácio C, com 280 unidades habitacionais. Os demais atendimentos se darão na modalidade carta de crédito, com valor definido pela Dersa. Em 2016, foram viabilizados cerca de 60 atendimentos nessa modalidade.

Estão em atendimento provisório, com recebimento de auxílio-moradia, cerca de 730 famílias. As soluções de reassentamento têm capacidade para atendimento da totalidade da demanda.

**Convênio Rodoanel - trecho norte**, com estimativa inicial de atendimento a 600 famílias, elevada formalmente pela Dersa, em 2016, para 2.050 atendimentos.

Para o atendimento da demanda conveniada, estão em produção 273 unidades habitacionais no empreendimento Jaraguá Q e foram viabilizados pela CDHU, em 2016, 269 atendimentos habitacionais, sendo: 258 unidades habitacionais nos empreendimentos Freguesia do Ó A e Perus D; 11 Cartas de Crédito.



Para atendimento de parte da demanda originária do município de Guarulhos, foram entregues 360 unidades no empreendimento Clarice Lispector, produzido no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida em parceria com a Casa Paulista.

Os demais atendimentos se darão na modalidade carta de crédito, com valor definido pela Dersa. Cerca de 1.270 famílias permanecem em atendimento provisório, com recebimento de auxílio-moradia.

#### **4.13. Convênios Metrô**

**Linha 17-Ouro - em andamento (trecho 1)** - Conjugação de esforços entre a CDHU e o Metrô com vistas a viabilizar o atendimento habitacional e social dos moradores vulneráveis localizados nas áreas atingidas pelas obras da Linha 17 - Ouro, desenvolvido pelo Metrô, bem como nas áreas adjacentes necessárias, com transferência de recursos do Metrô à CDHU. Convênio assinado em 26 de janeiro de 2012. Cerca de 120 famílias estão em atendimento provisório, recebendo auxílio-moradia. Para atendimento a essa parceria está em viabilização o empreendimento Campo Belo A/B.

**Linha 17-Ouro – ações a iniciar – em planejamento (trechos 2 e 3)** - Cooperação técnica e material entre o governo e a prefeitura de São Paulo, por meio de suas secretarias, visando a execução das obras de adequação viária e demais serviços, necessários à implantação da Linha 17-Ouro, a serem definidos em planos de trabalho específicos. Convênio assinado em 22 de abril de 2014. No Plano de Trabalho 002, a CDHU se compromete, com recursos próprios, a destinar 2.100 unidades habitacionais para atendimento às famílias vulneráveis da região de Via Parque atingidas pelas obras de implantação da Linha 17-Ouro, a serem indicadas pela Sehab. Convênios específicos serão firmados entre o Metrô e a CDHU para a consecução de ações previstas nos Planos de Trabalho 1 e 2.

**Linhas 5-Lilás e 15-Prata - em andamento** - Conjugação de esforços entre a CDHU e o Metrô com vistas a viabilizar o atendimento habitacional e social dos moradores vulneráveis localizados nas áreas atingidas pelas obras das linhas 5 - Lilás e 15 - Prata, desenvolvido pelo Metrô, bem como nas áreas adjacentes necessárias, com transferência de recursos do Metrô à CDHU. Convênio assinado em 19 de novembro de 2014. Atualmente, oito famílias estão em atendimento provisório, recebendo auxílio-moradia. As famílias poderão ser reassentadas no empreendimento Campo Belo A/B ou na modalidade Carta de Crédito.

**Linha 2-Verde - em aprovação no Metrô** - Conjugação de esforços entre a CDHU e o Metrô, para viabilizar o atendimento habitacional das famílias vulneráveis assentadas irregularmente nas áreas atingidas por obras de implantação da Linha 2 - Verde do Metrô, trecho Estação Vila Prudente - Pátio Paulo Freire, bem como nas áreas adjacentes necessárias, com transferência de recursos do Metrô à CDHU. Demanda potencial a ser conveniada: 116 atendimentos.



#### **4.14. Convênios CPTM**

**Linha 9-Esmeralda - em andamento** - Parceria entre a CDHU e a CPTM com vistas a viabilizar o atendimento habitacional e social dos moradores vulneráveis localizados nas áreas atingidas pelas obras da reativação do serviço ferroviário do Trecho Grajaú a Varginha, Linha 9 - Esmeralda, da CPTM, bem como nas áreas adjacentes necessárias para o escopo do presente Convênio, com transferência de recursos da CPTM à CDHU. Convênio assinado em 29 de dezembro de 2011. Para o atendimento da demanda conveniada, estão em produção 50 unidades habitacionais no empreendimento Jabaquara E, e foram viabilizados neste ano 184 atendimentos habitacionais no empreendimento Parelheiros D. Cerca de 120 famílias estão em atendimento provisório, recebendo auxílio-moradia.

**Linha 12-Safira - em encerramento** - Parceria entre a CDHU e a CPTM com vistas a viabilizar o atendimento habitacional dos indivíduos e famílias vulneráveis assentados irregularmente nas áreas atingidas por obras de modernização e expansão da CPTM da Estação São Miguel Paulista, Linha 12 Safira, com transferência de recursos da CPTM à CDHU. Convênio assinado em 06 de agosto de 2014. Atendimento concluído. Demanda integralmente atendida na modalidade indenização.

**Linha 13-Jade - em andamento** - Parceria entre a CDHU e a CPTM com vistas a viabilizar o atendimento habitacional dos indivíduos e famílias vulneráveis assentados irregularmente nas áreas atingidas por obras de implantação da Linha 13 - Jade, com transferência de recursos da CPTM à CDHU. Convênio assinado em 20 de junho de 2016. Atualmente, duas famílias estão atendimento provisório, recebendo auxílio moradia, e serão reassentadas na modalidade Carta de Crédito.

#### **4.15. Convênios DAEE**

##### **4.15.1. Projeto Parque Várzeas do Tietê**

Reassentamento habitacional necessário para a implantação do Parque Linear Várzeas do Tietê, obra da então Secretaria de Saneamento e Energia - SSE e do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE. Conforme Convênio firmado em 02 de julho de 2010 e retirratificado em 24 de novembro de 2014, a CDHU está responsável pelo atendimento habitacional a 2.500 famílias oriundas do município de São Paulo e a Secretaria da Habitação, por meio da Casa Paulista, está responsável pelo atendimento habitacional a cerca de 600 famílias oriundas do município de Guarulhos, a serem removidas na primeira etapa do projeto.

O convênio teve seu prazo de vigência expirado em 02 de julho de 2015. Permanecem em atendimento provisório, recebendo auxílio-moradia, cerca de 1.300 famílias a serem reassentadas pela CDHU e pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Estão em programação para atendimento do projeto os empreendimentos: Guarulhos AA, Guarulhos AC e Guaianazes A32, totalizando 571 unidades habitacionais.



Em 2016, foram reassentadas 675 famílias – originárias do município de Guarulhos - no empreendimento Lavras, viabilizado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio de aporte de recursos do Fundo Paulista PHIS.

Está em fase final de tramitação para aprovação o estabelecimento de nova parceria entre a CDHU e o DAEE para o atendimento habitacional de 56 famílias remanescentes do município de Guarulhos, não elegíveis ao atendimento no Programa Minha Casa Minha Vida.

**4.15.2. Baquirivu:** Parceria CDHU, Secretaria da Habitação e DAEE em planejamento para repasse de recursos financeiros do DAEE destinado ao atendimento habitacional de famílias a serem removidas da área de abrangência de obras de canalização do córrego Baquirivu em Guarulhos. Estimativa de 1.800 famílias a serem reassentadas pela Secretaria da Habitação, por meio da CDHU.

#### **4.16. Convênios Secretaria de Transporte Metropolitano**

**Linha 6-Laranja - em andamento** - Transferência de recursos financeiros, pela Secretaria de Transporte Metropolitano à CDHU, relativo ao atendimento habitacional dos indivíduos ou famílias vulneráveis identificadas nas áreas atingidas pelas obras de implantação da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, trecho São Joaquim - Vila Brasilândia. Cerca de 40 famílias estão em atendimento provisório, recebendo auxílio moradia. O atendimento da demanda conveniada se dará na modalidade Carta de Crédito.

**Linha 18-Bronze - em formatação:** Repasse de recursos financeiros da Secretaria de Transporte Metropolitano à CDHU para atendimento habitacional de famílias vulneráveis a serem removidas das áreas atingidas pelas obras de implantação da Linha 18 - Bronze do Metrô de São Paulo. Demanda estimada: 450 famílias.

#### **4.17. Outras ações**

**Área central do município** - Empreendimentos no âmbito do Projeto Área Central, originados no Programa Atuação em Cortiços, com recursos do BID, encerrado em dezembro de 2010. A continuidade do programa conta com recursos do governo federal e compreende os empreendimentos Belém J, Bela Vista E, Bela Vista G, Sé A e Santa Cecília D. Em obras os empreendimentos Bela Vista E (31 unidades) e Bela Vista G (104 unidades).

**Projeto Marginais Leste** - Estão em atendimento provisório, com recebimento de auxílio moradia, cerca de 2.340 famílias. Para o reassentamento estão em viabilização aproximadamente 1.900 unidades habitacionais nos empreendimentos: Bela Vista E, Bela Vista G, Bom Retiro B, Brás A, São Miguel Paulista G3, Sé A, Vila Maria C e Vila Prudente G.





## **4.18. Projetos prioritários - assentamentos precários, recuperação ambiental e urbana e demandas específicas**

### **4.18.1. Urbanização Jardim Santo André**

A região sul do município de Santo de André já teve mais de 7.000 famílias reassentadas em unidades habitacionais produzidas pela própria CDHU e por meio de outras soluções habitacionais, tais como: carta de crédito e em unidades recomercializadas, ainda que em menor número, sendo que, destas 1.691 ainda permanecem em um auxílio moradia, com perspectiva de atendimento habitacional definitivo em longo prazo, dada a escassez de terrenos na região.

A CDHU tem trabalhado tanto com as famílias que ocupam as áreas de urbanização, frente de obras e alojamentos, quanto com aquelas que estão fora da área, em atendimento provisório.

Um recorte sintético do que foi desenvolvido durante o ano de 2016 pode ser traduzido nos números a seguir: (i) 2.401 Atendimentos Individuais Programados - AIPs e espontâneos para atualização da situação familiar, orientações gerais, entrega de documentos, assinatura de contratos, termos e Cartas de Crédito, vistorias, entre outros; (ii) 84 remoções em áreas de urbanização e alojamentos; (iii) 142 cartas de crédito em curso ou efetivadas; (iv) Mais de 1.100 famílias beneficiadas com as obras de urbanização que estão em andamento no Setor Cruzado.

Para além das ações mencionadas acima, a CDHU vem atuando na emancipação e no empoderamento da comunidade com a formação de agentes comunitários de urbanização ao longo do ano de 2016, tendo em execução as obras de urbanização no Núcleo Cruzados, com estimativa de atendimento a 700 famílias. O percentual executado no período corresponde a aproximadamente 40% do contrato.

### **4.18.2. Urbanização Favela Pimentas**

O propósito desta intervenção é viabilizar o Projeto de Urbanização Integrada e Recuperação Ambiental do Bairro dos Pimentas - Sítio São Francisco, promover sua sustentabilidade e viabilizar sua regularização urbanística e fundiária. O atendimento global é de aproximadamente 4.500 famílias, dentre reassentamentos em cerca de 1.700 unidades habitacionais (efetivados e previstos) e 2.800 lotes urbanizados (ou a serem urbanizados), com implantação de infraestrutura urbana e a implantação de parque regional (8,5 hectares).

O projeto é caracterizado como uma intervenção de grande porte, com questões ambientais relevantes, cujas obras dependem do licenciamento ambiental condicionado ao Plano de Regularização Fundiária Sustentável, ensejando um processo de aprovação complexo.

No âmbito dessa intervenção, em 2016, foi concluído e entregue o empreendimento Guarulhos V, composto por 178 unidades, e encontra-se praticamente concluído o empreendimento Guarulhos E, também composto por 178 unidades, totalizando 356 novas unidades, visando o



atendimento às famílias a serem removidas das áreas de frente de obras. Além dos empreendimentos Guarulhos V e E, foram disponibilizadas pela prefeitura de Guarulhos até 280 unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida também para atendimento das famílias removidas.

O trabalho técnico social na intervenção se desenvolve em dois eixos de ações: a) Remoção e Reassentamento e b) Organização Comunitária e Desenvolvimento Local, que visam garantir a participação da população em todas as etapas da urbanização e promover o atendimento habitacional de todas as famílias arroladas no projeto.

O trabalho de remoção e reassentamento realizado pela equipe técnica social neste ano envolveram 2.782 atendimentos sociais, 171 famílias reassentadas e 66 edificações removidas. Em auxílio-moradia estão 71 famílias.

#### **4.18.3. Urbanização Favela São Remo**

Entre outubro de 2015 e março de 2016 foram concluídos os estudos iniciais consubstanciados em relatório técnico contendo o "Pré-Diagnóstico Sócio Territorial", para orientar as ações visando à urbanização e à regularização fundiária do assentamento São Remo. A partir desse estudo preliminar foi elaborado o Protocolo de Intenções a ser celebrado entre a Secretaria da Habitação, CDHU e a Universidade de São Paulo para o estabelecimento da parceria e execução do projeto.

O assentamento é ocupado por aproximadamente 3 mil famílias e estima-se a necessidade de promover dentre essas, o reassentamento de 1.200 famílias em novas unidades habitacionais.

#### **4.18.4. Regularização técnica e fundiária de intervenções em favelas**

**Projeto Pantanal (Vila Jacuí A e B)** - em andamento os estudos e projetos para a regularização técnica da ocupação. População a ser atendida: 7.108 famílias. Em 2016 foram realizadas duas reuniões do conselho gestor tripartite (sociedade civil, prefeitura e estado) obrigatórias para o processo de regularização fundiária.

**Projeto Sumaré C** - em andamento a realização dos estudos e projetos para a regularização técnica e fundiária do empreendimento. População a ser atendida: 1.100 famílias.

**Projeto Hortolândia A1** – Aproximadamente 1.200 lotes receberam obras de infraestrutura e já urbanizados, com critérios de regularização definidos e legislação municipal específica e critérios de comercialização aprovados pela direção da CDHU.

Contrato de execução do projeto de parcelamento efetivado, aguardando o início do trabalho de campo (social e projetista) para pactuação com moradores.



**Projeto Hortolândia A2** - A área, composta por cerca de 320 lotes está em processo avançado de regularização. Durante o ano de 2016, as equipes técnicas da CDHU e representantes da prefeitura definiram os critérios de ocupação do solo e a legislação municipal específica e critérios de comercialização aprovados pela direção da CDHU e pactuados com as famílias. A obtenção das matrículas individualizadas dos lotes e sua comercialização estão previstas para março de 2017.

**Centreville** - Projeto de parcelamento em fase final e arrolamento de 1.275 famílias concluído. Aguardando aprovação de legislação municipal específica para eventuais ajustes no projeto e imediata pactuação com os moradores.

**4.18.5. Programa Vila Dignidade** - O Programa Vila Dignidade visa a construção de moradias especialmente projetadas para as pessoas idosas, em condomínios horizontais de até 28 unidades, com área de convivência social e integração com a rede social de proteção e defesa do idoso, atendendo idosos com 60 anos ou mais, independentes para a realização das tarefas diárias, com até um salário mínimo de renda, sem vínculos familiares sólidos ou sós. O Programa prevê que a gestão do equipamento de moradia assistida e gratuita garanta atendimento na rede de serviços municipais, nas áreas da assistência, saúde, cultura, etc. O projeto foi desenvolvido com base no desenho universal, e conta com todos os itens de conforto, segurança e acessibilidade. Em 2016, foi entregue um empreendimento de 20 unidades no município de Sorocaba. Com isso, estão sendo atendidos 33 municípios com um total de 690 unidades, considerando empreendimentos entregues ou em fase de planejamento e projeto.

#### **4.19. Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Litoral Sustentável**

**4.19.1. Serra do mar** - O programa visa à recuperação do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), maior área contínua da Mata Atlântica preservada no Brasil, que sofre ameaça de ocupação por assentamentos habitacionais precários. As intervenções habitacionais são articuladas às da Política Estadual de Meio Ambiente no programa, que configura um conjunto de ações e intervenções da Secretaria da Habitação e da Secretaria do Meio Ambiente, envolvendo o Parque Estadual da Serra do Mar e outros remanescentes do bioma da Mata Atlântica.

##### **Em execução:**

- Obras de Urbanização nos bairros Pinhal do Miranda e Cota 200 do município de Cubatão, que atenderão em torno de 1.898 famílias das quais 1.232 já foram beneficiadas (64,9%);
- Trabalho técnico social em Cubatão: atendimento às famílias em processo de remoção em áreas de risco do PESH, reuniões periódicas do Núcleo Operacional de Urbanização entre população e áreas técnicas da CDHU e UGP, trabalho técnico social de organização comunitária e desenvolvimento local (projetos: ComCom, Arte nas Cotas, Cota Viva e Nesdel). Destaque para a implantação das atividades de pós-urbanização nos núcleos Cota 200 e Pinhal do Miranda, ancoradas na estratégia de Turismo de Base Comunitária para a sustentabilidade da intervenção urbanística e em parceria com a Unesp;



- Trabalho técnico social em outros municípios:
  - Pedro de Toledo: equacionamento de grupo alvo (atendimento individual programado das famílias), visitas monitoradas às unidades habitacionais e suporte às discussões sobre integração de políticas setoriais;
  - Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião: arrolamento de núcleos em área do PESH, atendimento individual espontâneo e suporte técnico social às visitas em campo da equipe projetista;
  - Sistema de Monitoramento Físico-Financeiro;
  - Serviços especializados para Monitoramento da Estratégia Social;
  - Serviços especializados de Mediação de Controvérsias;
  - Elaboração de diagnóstico físico, urbanístico e socioambiental, estudos preliminares, projetos básicos e executivos;
  - Aquisição de 500 unidades habitacionais em São Vicente dos condomínios Penedo e Primavera da Caixa Econômica Federal, prevendo o repasse de recursos para recuperação e conclusão das obras (80,0% executado);
  - Edificação de 360 unidades habitacionais no município de São Vicente (São Vicente H - 59,1% executado);
  - Edificação de 166 unidades habitacionais no município de São Sebastião (São Sebastião F - 37,9% executado);
  - Edificação de 376 unidades habitacionais no município de Ubatuba (Ubatuba G - 27,3% executado);
  - Edificação de 116 unidades habitacionais no município de Pedro de Toledo (Pedro de Toledo C - 89,2% executado).

#### **4.19.2. Litoral Sustentável**

Trata-se de um conjunto de ações e intervenções das Secretarias do Meio Ambiente e da Habitação, a serem implementadas na região litorânea do Estado de São Paulo, notadamente na Baixada Santista e Litoral Norte, envolvendo o Parque Estadual da Serra do Mar, o Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas, o Parque Estadual Restinga de Bertiooga, as respectivas zonas de amortecimento e influência dessas unidades de conservação, buscando replicar as experiências e as



ações exitosas de recuperação socioambiental formuladas e desenvolvidas durante a execução do Programa “Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica”.

Tem como objetivo gerar benefícios sociais com a eliminação de passivos habitacionais e ambientais em áreas de risco socioambiental, promovendo a efetiva proteção da biodiversidade e dos mananciais na zona litorânea do Estado de São Paulo, notadamente na Baixada Santista e Litoral Norte, melhorando as condições habitacionais de interesse social e consolidado a gestão efetiva das Unidades de Conservação, estendendo as ações de recuperação socioambiental às zonas de amortecimento e de influência dessas unidades. No âmbito da questão habitacional o programa tem como meta:

- Reassentamento em novas unidades habitacionais de 12.700 famílias, das zonas de amortecimento das unidades de conservação e áreas de risco fora das zonas de amortecimento identificadas no plano de ação e gestão do zoneamento ecológico. As unidades habitacionais previstas serão através de repasse de recursos às prefeituras municipais por meio da Casa Paulista/Secretaria da Habitação e Produção de Unidades Habitacionais pela CDHU;
- Urbanização e regularização fundiária de assentamentos subnormais para um total estimado de 10 mil famílias;
- Assistência Técnica, suporte e capacitação aos municípios envolvidos pelo programa para gerenciamento da situação habitacional de interesse social e controle socioambiental do território.

Originalmente o programa previa recursos na ordem de R\$ 607,5 milhões financiamento (R\$ 438,4 milhões para Secretaria da Habitação via CDHU e R\$ 152 milhões para Secretaria do Meio Ambiente), que seriam contratadas em cinco tranches. Somente a 1º tranche foi efetivada através de financiamento externo firmado pelo Governo do Estado junto ao Banco do Brasil (Contrato nº 20/00005-7) no valor total de R\$ 150,7 milhões dos quais R\$ 142,7 milhões repassados a CDHU como Aumento de Capital, em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, e R\$ 8 milhões destinados à Secretaria do Meio Ambiente.

**Executado:** a) Reconhecimento da aquisição do Terreno denominado Guarujá G ocorrido em outubro de 2011; b) Aquisição de Terreno denominado Guarujá I em janeiro de 2014; c) Guarujá: planejamento da intervenção no município (discussões técnicas, elaboração de cronogramas, visitas de reconhecimento, logística de equipe, pesquisa de espaços para implantação do EAT) e suporte técnico social às visitas em campo da equipe projetista.

#### **Em execução:**

- Foi assinado, em 28 de fevereiro de 2014, convênio de repasse de recursos para prefeitura de Santos (R\$ 54 milhões), com vistas a compor contrapartida na conclusão de 1.800 unidades nos empreendimentos Caneleiras IV (680 unidades) e Tancredo Neves III (1.120 unidades) destinadas às famílias residentes em áreas de risco socioambiental. Das 680 unidades de Caneleiras IV, 160 foram entregues em novembro de 2014, 120 em dezembro de 2015, 120 em janeiro de 2016 e 80



em março de 2016. A entrega das 200 unidades restantes está prevista para março de 2017. Das 1.120 unidades do Tancredo Neves III, está prevista o término para outubro de 2018;

- Assinado convênio com a prefeitura de Santos para que esta adquira dois terrenos Estradão I e II (994 unidades) e a CDHU repasse recursos, no valor de R\$ 34 milhões, de contrapartida do projeto. Em fase de projeto pela prefeitura;

- No empreendimento Guarujá G, estão em andamento as obras de geotécnica e terraplanagem (20,4% executado).

Durante 2016, com os produtos da elaboração de diagnóstico físico, urbanístico e socioambiental, bem como dos estudos preliminares, projetos básicos e executivos, decorrentes do Programa “Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica”, formulou-se em conjunto com a Secretaria da Habitação e CDHU, proposta para obtenção de novo financiamento, priorizando 12 núcleos do litoral norte e Baixada Santista, sendo três em Ubatuba, três em São Sebastião, dois em Ilhabela e quatro no Guarujá, atingindo cerca de 9.400 famílias das quais 2.100 com reassentamento e 7.300 com obras de urbanização. Atualmente o pleito está em análise na Caixa Econômica Federal.

A prospecção desse novo financiamento visa dar continuidade do programa e atingimento das metas apresentadas inicialmente previstas.

## **5. Loteria da Habitação**

### **5.1. Fundo Estadual da Habitação**

Instituído em setembro de 2001, o Fundo Estadual da Habitação destina-se à aplicação de recursos estaduais em execução de obras de infraestrutura urbana e equipamentos sociais para conjuntos habitacionais dirigidos a famílias de baixa renda. O saldo desses recursos, inicialmente provenientes da Loteria da Habitação, inoperante desde 2009, é constituído hoje do remanescente dos rendimentos das aplicações financeiras da conta em que eram depositados.

Entre 2015-2016, na atual Gestão da Secretaria da Habitação, foram formalizados 12 convênios pelo Fundo Estadual da Habitação, beneficiando 1.741 famílias, num valor total disponibilizado de R\$ 2.395.728,22.

## **6. Parcerias Público-Privadas - PPPs**

Parceria do setor público com a iniciativa privada, para ampliar a oferta de habitação social e intervir em favelas, cortiços e áreas degradadas ou de risco, nas regiões metropolitanas. Atua em articulação entre os setores público e privado. Busca alcançar e ampliar a oferta de moradias, mediante a aplicação de soluções criativas que proporcionem melhoria e o aperfeiçoamento da infraestrutura e da



mobilidade urbana, o acesso aos equipamentos públicos e a ampliação da oferta do comércio e serviços.

A PPP da Habitação ganhou visibilidade internacional e foi apresentada, em março 2016, no encontro *Latin America Housing Working Group*, em Washington DC, Estados Unidos, e, em setembro, no 3º Fórum de Urbanização dos BRICS, em Visakhapatnam, Índia.

**6.1. PPP do Centro Expandido:** A primeira PPP da Habitação prevê a construção de 14.124 Habitações de Interesse Social e Habitações de Mercado Popular na região central da Cidade de São Paulo e a prestação de serviços de desenvolvimento de trabalho técnico social de pré e pós-ocupação, de apoio à gestão condominial e gestão de carteira de mutuários e manutenção predial. O projeto destina-se às famílias trabalhadoras do centro da cidade e para quem trabalhe e resida no centro expandido, com atendimento a diferentes faixas de renda.

#### **6.1.1. PPP do Centro Expandido - Lote 1**

O Lote 1 da PPP do Centro prevê a construção de 3.683 unidades habitacionais, sendo 2.260 unidades de habitação de interesse social, destinadas a famílias com renda de até seis salários mínimos, e 1.423 unidades de habitação de mercado popular, que contempla famílias com renda entre seis e dez pisos salariais do estado de São Paulo. O investimento previsto é de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 919 milhões do setor privado e R\$ 83 milhões do Estado.

O contrato com a empresa Canopus Holding S.A., vencedora na concorrência deste lote, foi assinado em março de 2015 e a situação atual é a seguinte:

- 126 unidades foram construídas em área de 2.036 m<sup>2</sup>, na Rua São Caetano, destinada pela prefeitura, parceira no programada. A entrega ocorreu em 29 de dezembro;
- 91 unidades em construção entre a Rua Helvetia e a Alameda Gleite, com previsão de conclusão para dezembro de 2017;
- 1.202 unidades serão erguidas na área da antiga rodoviária de São Paulo, na região da Luz, em frente à Alameda Cleveland. Os projetos arquitetônicos foram protocolados, em junho, na prefeitura e aguardam Alvará de Construção. A expectativa é que as obras sejam iniciadas em janeiro de 2017. Além das moradias, o empreendimento terá área comercial, creche e Escola de Música Tom Jobim;
- área complementar, denominada Usina de Asfalto, no cruzamento da Rua do Bosque, Rua James Holland, Avenida Marquês de São Vicente e Avenida Dr. Abrão Ribeiro, que está em fase de execução e descontaminação e estudos de sondagem do terreno doado pela prefeitura.



Ainda estão abertas as inscrições para a PPP do centro expandido, até 24 de julho de 2017. Até o momento, cerca de 146 mil pessoas já se inscreveram. O sorteio será realizado em até 90 dias após o término das inscrições.

**6.1.2. PPP do Centro Expandido - Lote 2** - O lote 2 da PPP do centro expandido da cidade de São Paulo abrangerá áreas inseridas no perímetro que vai desde o Parque Dom Pedro até o Viaduto Salim Farah Maluf, e entre as Avenidas Celso Garcia e Rua da Mooca, no eixo da Radial Leste. Com a disponibilização de áreas da CPTM e do Metrô, prevê a construção de mais 7 mil unidades habitacionais, sendo 4.900 habitações de interesse social e 2.100 de mercado popular. A audiência pública foi realizada em 23 de fevereiro de 2016.

## **6.2. PPP Fazenda Albor**

Primeira PPP para a região metropolitana de São Paulo, prevê a construção de 13.100 moradias, sendo 10.400 de interesse social, na Fazenda Albor, área de propriedade da CDHU, localizada nos municípios de Guarulhos, Itaquaquecetuba e Arujá. O investimento privado previsto é de cerca de R\$ 1,8 bilhão.

A audiência pública desta PPP foi realizada em março deste ano. No dia 30 de agosto foi publicado edital para consulta pública e sugestões ao texto final, que ficou disponível até 14 de outubro. No momento são analisadas as necessidades de ajustes no edital, que deverá ser publicado em janeiro de 2017.

Por fim, importante salientar os 2 destaques recebidos pela CDHU no ano de 2016:

- Recebimento do Prêmio Lúcio Costa da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, em Brasília, pela relevante atuação nos 50 anos de existência, e;
- Destaque no Anuário Época 360º pela relevância de seu desempenho econômico e governança sustentável.





## SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

**1. Coordenação Geral de Apoio aos Programas de Defesa da Cidadania - CGAPDC** é responsável por assessorar o Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania na área dos direitos fundamentais e apoio aos Conselhos de Cidadania, prestando apoio técnico aos Conselhos Estaduais de Cidadania ligados à Pasta, a saber: (i) Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE; (ii) Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED; (iii) Conselho Estadual da Condição Feminina - CECF; (iv) Conselho de Desenvolvimento e Participação da População Negra - CDPCN; (v) Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPISP; (vi) Conselho de Desenvolvimento e Participação da População Nordestina - COPANE; e (vii) Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans.

**1.1. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE** tem como finalidade apurar as violações de direitos humanos no território do Estado, encaminhar às autoridades competentes as denúncias e representações que lhe são dirigidas. Deve, por lei, estudar e propor soluções de ordem geral para os problemas referentes aos direitos humanos, inclusive fazendo recomendações ao Governo do Estado sobre políticas públicas.

Em 2016 realizou diligências em 12 Centros de Detenção Provisória (Pinheiro IV, Vila Independência, Pinheiros II, Caraguatatuba, São José dos Campos, Belém I e II, Tupi Paulista, Belém, Butantã, Pinheiros II), 6 Penitenciárias (Tupi Paulista Feminino, Tupi Paulista, Pinheiros, Potim I e II, Hortolândia), em 9 Delegacias da Polícia Civil, em 1 unidade da Guarda Civil, na Corregedoria da Polícia e em 1 unidade da Fundação Casa, em Santo André. Realizou 5 audiências para tratar dos seguintes assuntos nos seguintes municípios: sistema socioeducativo, em Limeira; violações de direitos humanos ao segmento LGBT e à população negra, em Ribeirão Preto; comunidades terapêuticas (religião e laborterapia, financiamento e participação, e modelos de atenção e cuidado); apuração de violações constitucionais aos direitos de manifestação e expressão política; e violação de direitos a este segmento da população. Por fim, realizou também um debate público sobre o Massacre do Carandiru: impunidade e letalidade policial.

**1.2. O Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - CONED** discute e elabora Políticas sobre Drogas no Estado, estabelecendo diretrizes e parâmetros para as ações de prevenção, tratamento, repressão e redução de danos no Estado; fomenta a formação de Conselhos Municipais sobre Drogas nos municípios e orienta Comunidades Terapêuticas, promovendo encontros tanto com os Conselhos, quanto com as Comunidades Terapêuticas e capacita seus conselheiros nos temas supracitados. Em 2016 foi editado o Decreto nº 62.299, de 8 de dezembro, dispondo sobre o Plano Estadual de Prevenção do uso indevido de Álcool, Tabaco e Outras Drogas.

**1.3. O Conselho Estadual da Condição Feminina - CECF** tem, entre suas atribuições, formular diretrizes e promover em todos os níveis da Administração, Direta e Indireta, atividades que visem a defesa dos direitos da mulher, a eliminação das discriminações que a atingem, propiciando a



sua integração e autonomia na vida socioeconômica, político-cultural e no exercício pleno da cidadania.

Em 2016 realizou palestras, seminários, simpósios, audiências públicas sobre temas como Avanços e Desafios das Políticas Públicas para Mulheres, Violência Doméstica, Reflexão, Conscientização e Ação 10 Anos da Lei Maria da Penha; Empoderamento Econômico de Vítimas de Violência Doméstica e Os Direitos dos Trabalhadores com foco na Previdência Social, Combate ao Trabalho Escravo, Violência contra as Mulheres e outros. Realizou o Seminário pelos “16 Dias de Ativismo” - Pelo Fim da Violência contra a Mulher, totalizando 1848 participantes nas atividades.

Também, em fevereiro de 2016, foi realizada a 4ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado de São Paulo, em Atibaia, da qual destacam-se, além dos trâmites para contratação, a articulação permanente com as comissões organizadoras das conferências municipais e intermunicipais para a coleta de seus relatórios e definição das listas de delegadas, segundo região do Estado, a sistematização e tratamento estatístico das resoluções das Conferências Municipais, a elaboração de Relatório de Atividades do Governo e dos textos de reflexão para os 4 eixos temáticos, que compuseram o mesmo documento-base, a elaboração da metodologia da conferência e a elaboração de dois relatórios, um destinado à Conferência Nacional e outro destinado ao Governo do Estado, distribuído a todas as Secretarias de Estado, por comitês de Conselheiras.

Além da realização da Conferência Estadual, também coube ao Conselho a coordenação da delegação paulista à etapa Nacional, ocorrida em Brasília de 10 a 13 de maio de 2016. A delegação foi composta de 295 representantes da sociedade civil, 80 dos Governos Municipais e 44 do Governo Estadual.

Entre as atividades realizadas com este fim constaram: a) elaboração de método para distribuição regional das vagas por 19 regiões (entre regiões administrativas e grandes regiões da Região Metropolitana de São Paulo); b) articulação permanente com as comissões organizadoras locais e com a comissão organizadora nacional para a definição das delegadas e suplentes; c) organização das compras de passagens aéreas para as delegadas do governo estadual; d) coordenação da delegação, no momento da Conferência, em Brasília.

**1.4. O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra - CPDCN** realizou, no ano de 2016, a Solenidade de Posse Monumental do Conselho - Gestão 2016/2019, no Palácio dos Bandeirantes em 15 de abril; Seminário Desafios do CPDCN no século XXI, em 20 de maio com a presença do Governador do Estado; Homenagem ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, que aconteceu na Associação Comercial de São Paulo, em 25 de agosto; e o Ato Solene em Homenagem aos 32 Anos do CPDCN e ao Centenário do Governador Franco Montoro, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 11 de novembro. Estiveram presentes cerca de 1000 pessoas no total das atividades, que tiveram por objetivo firmar o comprometimento do Governo do Estado junto à sociedade civil nas ações voltadas para promoção da igualdade racial, levar ao público a conscientização de seus direitos e uma reflexão para novos caminhos a serem seguidos para a promoção de direitos sociais a população negra.



**1.5. O Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPISP**, no ano de 2016, realizou, por meio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena - CPPNI, diversas tratativas com representantes dos povos indígenas paulistas no intuito de revisar o modelo de representação da sociedade civil, a partir do qual se realizará o pleito que definirá a próxima gestão do colegiado.

**1.6. O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina - COPANE** apoiou, com a finalidade de divulgar os hábitos e costumes da comunidade nordestina, a Exposição de amostra fotográfica memória da Cultura Nordestina Itinerante, iniciativa da Associação dos Nordestinos do Estado de São Paulo - ANESP, que levou ao público em geral uma amostra de personalidades nordestinas com suas culturas e raízes. O evento, que teve um público estimado de 2000 pessoas, aconteceu entre o período de 27 de junho a 18 de setembro de 2016 nos seguintes locais: sede do COPANE, Centro de Integração da Cidadania - CIC de Ferraz de Vasconcelos, Câmara Municipal de São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, Escola Estadual Sergio Estanislau e Escola Estadual Prof. Luiz Gonzaga Pinto.

**1.1.7. O Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans** reuniu-se em 12 Reuniões Ordinárias, mensais, ao longo de 2016, com algumas pautas prioritárias, como a III Conferência Estadual LGBT, da qual o Conselho foi parte atuante, na Comissão Organizadora Estadual - COE. Também debateu casos de violência e/ou discriminação em razão da orientação sexual e identidade de gênero que atingem a população LGBT cotidianamente, enviando ofícios à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária e demais órgãos de segurança do Estado. A última atividade realizada, em 12 de dezembro, foi a Audiência Pública com o tema “Nome Social - Avanços e Desafios”, ocasião em que foi debatida a importância da retificação de nome e sexo nos documentos de travestis, mulheres transexuais e homens trans, participando as Secretarias de Segurança Pública e de Educação, o Fórum Paulista TT e Conselho Nacional LGBT.

Além do apoio aos conselhos supra, também constitui ação da CGAPDC:

**Cadastro de Entidades de Defesa dos Direitos Humanos do Estado de São Paulo – CEDHESP** - criado pelo Decreto nº 57.234/2011, tem a função de garantir a transparência e o reconhecimento público a entidades de defesa dos direitos humanos, sendo requisito para as organizações sociais interessadas em se candidatar ao processo de escolha do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CONDEPE, e em adquirir o Certificado de Entidade Promotora dos Direitos Humanos. Em 2016 foram cadastradas 61 Entidades;

**Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos** - é um benefício legal que visa estimular e fomentar as entidades que se dedicam à promoção dos Direitos Humanos. Com a concessão do Certificado, a entidade terá isenção de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD sobre doações, que atualmente é de 4% sobre o valor do imóvel doado. Em 2016 foram emitidos 105 Certificados;



**Utilidade Pública** - A Declaração de Utilidade Pública é um benefício regulamentado através da Lei nº. 2.574/80. Em 2016 foram cadastradas 71 entidades como de utilidade pública e 1.821 certidões comprobatórias foram emitidas;

**Juiz de Casamento** - Compete à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania a nomeação e exoneração de Juiz de Casamento conforme Decreto nº 59.101/2013. O Juiz de Casamento não recebe remuneração, sendo a atividade considerada um múnus relevante à sociedade. Na primeira convocação por edital, foram nomeados 36 Juízes de Casamento e 46 Suplentes. No Edital de Abertura de Inscrições nº 02/2016, publicado no dia 29 de novembro, foram disponibilizadas 295 vagas, sendo 104 para Juiz de Casamento Titular, e 191 para Juiz de Casamento Suplente, para Capital e Interior;

**Reaquisição de Direitos Políticos** - De acordo com a Lei Federal nº 818/1949, o cidadão que perdeu os direitos políticos em razão da recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa (art. 15, IV da CF), poderá readquiri-los, de acordo com o art. 40, letra *a* da referida lei. Em 2016 foram processados 40 pedidos de reaquisição;

**Comissão Especial de Ex-Presos Políticos** - instituída pela Lei nº 10.726/2001, que prevê a indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado de São Paulo, julga os pedidos de indenização. Desde 2002 foram pagos R\$ 44.765.000,00, sendo que em 2016 houve o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 22.000,00;

**Curso EAD em Direitos Humanos e Cidadania - A Conquista da Cidadania LGBT** - trata da política da Diversidade Sexual no Estado de São Paulo, realizado através de Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Saúde, direcionado a trabalhadores do SUS do Estado de São Paulo, com o objetivo de sensibilizar os agentes públicos, possibilitando o eficaz enfrentamento a toda forma de discriminação e violência em razão da orientação sexual e identidade de gênero. O curso é dividido em 4 módulos com carga horária de 40 horas. Vagas Ofertadas: 1400;

**Diálogos da Cidadania: Direitos Humanos em Debate** - trata-se de uma série de discussões com especialistas que aborda conceitos e apresenta casos concretos para debates e reflexões sobre os direitos humanos e a luta pela cidadania no Estado de São Paulo. Os eventos acontecem no SESC Itaquera para público jovem de aproximadamente 70 pessoas por encontro. Em 2016 a CGAPDC realizou 8 (oito) encontros cujos temas versaram sobre: 1) Feminismo na juventude; 2) Educação ocupada; 3) Participação política; 4) Ativismo em torno das áreas verdes e direito à cidade; 5) Refugiados (discriminação); 6) Moradia e população em situação de rua; 7) Empreendedorismo Criativo; 8) Oficina de elaboração de projetos;

**Emendas Parlamentares** - A CGAPDC administra as emendas parlamentares cujo escopo trata de direitos humanos. Em 2016 não foram recebidas emendas parlamentares;

**A CGAPDC organizou a VII Conferência Estadual de Direitos Humanos - Mecanismos de participação social para que representantes da sociedade civil e do poder público**



avaliem as políticas públicas e deliberem propostas para seu aprimoramento. Promovem a transparência, a *accountability* e a intersetorialidade das políticas públicas.

Por meio da CGAPDC, a Secretaria, em parceria com as Prefeituras Municipais de Araçatuba, Santos, Bauru, Catanduva, Franca, Itapeva, Limeira, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba realizou 15 Conferências Regionais de Direitos Humanos, com um total de 976 participantes. As Conferências Regionais constituíram etapa preparatória para a estadual.

Em parceria com organizações da sociedade civil e do Poder Público Estadual foi realizada, entre 28 e 29 de março, a VII Conferência Estadual de Direitos Humanos, com um total de 380 participantes. Na VII Conferência Estadual, foram deliberadas propostas que subsidiarão a revisão do III Programa Nacional de Direitos Humanos e do I Programa Estadual de Direitos Humanos. Foi realizada também, no evento, a eleição da delegação paulista para a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

**2. Grupo de Planejamento e Fiscalização de Obras e Serviços - GPFOS** - Garantir o acesso à Justiça requer instalações adequadas, além de conforto e segurança. As obras acompanhadas pelo GPFOS têm como objetivo garantir o conforto ambiental das edificações forenses, promovendo ainda um espaço totalmente acessível à população que necessita dos serviços prestados pelos judiciários locais.

**Obras concluídas em 2016:** Construção (05) - Hortolândia, Mongaguá, Matão, São José do Rio Preto, Peruíbe; Ampliação e reforma (01) - Jaú;

**Obras em andamento:** Construção (06) - Brás Cubas, Mirandópolis, São Joaquim da Barra, Potirendaba, Limeira e Conchas; Acessibilidade (04) - Cananéia, Cubatão, Iguape e São Vicente;

**Obras paralisadas:** Construção: (04) - Boituva e Francisco Morato (Contratos Rescindidos); Osasco e Rio Claro (Convênios não renovados).

Foi investido no ano de 2016 para obras de fóruns o valor de R\$ 21.000.000,00.

### **3. Mediação de Conflitos e Comissões Processantes**

Mediação de Conflitos de Direitos Humanos afetos aos casos de preconceito racial, homofobia e aos portadores de HIV, é um meio de pacificação de conflitos aplicado aos expedientes pré-processuais (casos em que não houve a instauração de processo administrativo) relativos às denúncias de discriminação racial, homofobia e aos portadores de HIV.

Busca-se nesse meio alternativo de conflito a intervenção de um mediador, cuja atuação deverá ser neutra e imparcial, a fim de facilitar o diálogo entre as partes envolvidas, com vistas à



pacificação social. A Pasta identificou nas mediações de conflito um modo de humanizar o atendimento das denúncias de discriminação, bem como combater todas as formas de preconceito, promover a cultura da paz e fomentar o caráter educativo de normas de proteção de Direitos Humanos.

Diante da celebração de termo de Convênio entre a Secretaria e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornou-se possível a criação de uma estrutura de mediação de conflitos com vistas à adoção de práticas de enfrentamento às condutas discriminatórias, de conscientização e de sensibilização.

Número de Processos (de 01/01/2016 a 29/11/2016): Discriminação Racial = 15, Discriminação Homofóbica = 16, Total = 31; Número de Sessões de Mediação - Discriminação Racial = 29, Discriminação Homofóbica = 20, Total = 49; Resultado das Sessões de Mediação - Frutífera = 3, Infrutífera = 5, Prejudicada = 19, Redesignada = 21, Suspensa = 1, Total = 49; Resultado das Sessões de Mediação por Tema: Discriminação Racial - Frutífera = 1, Infrutífera = 3, Prejudicada = 10, Redesignada = 15, Suspensa = 0, Total = 29; Discriminação Homofóbica - Frutífera = 2, Infrutífera = 2, Prejudicada = 9, Redesignada = 6, Suspensa = 1, Total = 20.

### **3.1. Comissões Processantes**

**3.1.1. Homofobia (Lei nº 10.948/2001)** - Processos instaurados em 2016 = 11. Total geral desde 2002 = 359. Decisões: Absolvição = 142, Condenação/Advertência = 100, Condenação - Multa de 1000 UFESP'S = 12, Condenação - Multa de 2000 UFESP'S = 0, Condenação - Multa de 3000 UFESP'S = 2, Condenação - Multa de 4000 UFESP'S = 0, Condenação - Multa de 5000 UFESP'S = 1, Extinção de Processos s/Mérito = 22, Corregedoria Própria = 13, Extinção de Processos c/Mérito = 2, Não enquadramento da Lei nº 10.948/2001 = 1, Acordo = 1, Suspensos = 2, Extinto (Litispêndência Proc. 00356/2011) = 2, Arquivamento por morte = 1, Em Andamento = 65.

**3.1.2. HIV (Lei nº 11.199/2002)** - Processos instaurados em 2016 = 0. Total geral desde 2011 = 8. Decisões: Absolvição = 5, Condenação - Multa de 10.000 UFESP'S = 2, Corregedoria Própria = 1, Suspenso = 0, Arquivamento = 1, Em Andamento = 0.

**3.3.3. Racial (Lei nº 14.187/2010)** - Processos instaurados em 2016 = 8, Total geral desde 2010 = 171. Decisões: Absolvição = 12, Condenação/Advertência = 22, Condenação - Multa de 500 UFESP'S = 13, Condenação - Multa de 1000 UFESP'S = 5, Condenação - Multa de 2000 UFESP'S = 1, Condenação - Multa de 3000 UFESP'S = 11, Decisão - Fase Recursal = 21, Extinto por Litispêndência = 1, Suspensos = 2, Arquivamento por morte = 2, Em Andamento = 112.

## **4. Centro de Referência e Apoio à Vítima - Cravi**

O CRAVI constituído em 1998 como centro de apoio e referência às vítimas diretas sobreviventes e vítimas indiretas de atentados à vida humana, especialmente atos criminosos como o homicídio e o latrocínio. Atualmente, o CRAVI possui seis postos de atendimento do programa no Estado: Barra Funda (Capital), Guarulhos, Campinas, Araçatuba, Santos e São Vicente. Sua missão é



ser referência para ações e políticas públicas que visem superar os ciclos de violência e promover reconhecimento, cidadania e acesso aos direitos de vítimas de crimes violentos.

Desde o início de suas atividades, já realizou mais de 31.000 atendimentos, dentre as especialidades psicossociais e jurídicas oferecidas pelo programa. Além dos atendimentos, o programa também realizou e ainda realiza diversas pesquisas e estudos sobre os efeitos da violência e suas vicissitudes no acesso à justiça e à cidadania das vítimas, bem como produziu diversos materiais informativos e orientativos.

A maioria dos casos atendidos no CRAVI, atualmente, é de cidadãos que apresentam demandas relacionadas ao crime de homicídio (30%) e tentativas de homicídio (17%), seguidas de vítimas de violência doméstica (14%). Público por Gênero: observa-se que 80% dos usuários atendidos são do gênero feminino, e 20% masculino.

**4.1. Apoio às vítimas nas audiências de custódia** - A partir de outubro de 2016, após solicitação da Corregedoria do Tribunal de Justiça, o CRAVI passou a realizar o contato com as vítimas diretas de crimes previstos na Lei nº 11.340/2006, logo após a realização das audiências de custódia no Fórum Criminal da Barra Funda, visando garantir atendimento qualificado às vítimas e dar ciência sobre a fixação de medidas protetivas, e de que forma buscar apoio no caso de reincidência da violência.

Até 30 de novembro de 2016 haviam sido realizados 101 atendimentos para orientação e encaminhamento das vítimas à defensoria pública e rede socioassistencial - Centros de Cidadania da Mulher - CCMs, Centros de Referência da Mulher em Situação de Violência - CRMs e Centros de Defesa e Cidadania da Mulher - CDCMs - nos territórios em que elas residem ou passam a residir após o crime.

Por meio das ocorrências encaminhadas, verificou-se que em torno de 60% das vítimas e agressores eram de etnia branca e possuíam somente ensino fundamental. Com relação ao vínculo, em 64% dos casos tratam-se de ocorrências em que vítima e agressor eram casados e, 79% das ocorrências constataam que a violência contra a vítima se deu no âmbito do lar. A maioria dos casos foi tipificada na Lei nº 11.340/2006, seguidos de lesão corporal e ameaça, sendo que domingos e madrugadas de segundas para terças-feiras foram os dias em que mais ocorreram tais eventos. Em 98% dos casos, foram concedidas medidas cautelares de afastamento em favor das vítimas de forma a garantir a integridade física e psicológica.

**4.2. Ações de Cidadania e Direitos Humanos:** Além dos atendimentos, o CRAVI também realizou ações de cidadania e direitos humanos. Ao longo de 2016 foram realizadas oficinas temáticas (que visam promover debates e discussões interdisciplinares), divulgações do programa por meio de visitas e entrega de material às instituições parceiras, realização de atividades e participação em Seminários, Palestras, Encontros, dando continuidade aos trabalhos relacionados à prevenção da violência bem como ao aprimoramento das ações desenvolvidas pelo programa e capacitação das equipes técnicas de atendimento das seis unidades em funcionamento no Estado.



Dentre as ações de cidadania e direitos humanos está a realização do Seminário em comemoração aos 18 anos de criação do programa CRAVI. O evento foi realizado durante as segundas-feiras do mês de julho e contou com a presença de profissionais atuantes em outras Secretarias de Estado, membros da Defensoria Pública e Ministério Público, que proporcionaram uma série de discussões envolvendo temas relacionados as temáticas alcançadas pelo programa CRAVI. Ao todo, foram capacitados 1.215 profissionais e estagiários, na maioria pertencentes à sociedade civil.

Por fim, foi realizada, no dia 07 de dezembro, a I Feira de Direitos Humanos da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, rememorando os 68 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos celebrados no dia 10 de dezembro, visando incentivar a realização de projetos e trabalhos voltados aos direitos humanos nas universidades e faculdades; divulgar projetos inovadores voltados aos direitos humanos; favorecer a criação e o desenvolvimento de novas ações e intervenções voltadas aos Direitos Humanos e reforçar o compromisso da Secretaria com a população por meio da participação cidadã. A Feira reuniu em torno de 90 pessoas, que puderam conferir os 17 projetos selecionados dentre 60 inscritos, divididos em 04 eixos orientadores: apoio e proteção a vítimas de violência, políticas para populações vulneráveis, saúde e direitos humanos e fomento ao fortalecimento de ações e redes comunitárias.

Também foram realizadas, no Auditório André Franco Montoro, 4 mesas de debates que ocorreram durante todo o dia, onde os participantes tiveram a oportunidade de acessar os serviços de orientação oferecidos pelo PROCON e Defensoria Pública e conferir os produtos artesanais de assentados e comunidades quilombolas dispostos pelo ITESP.

## **5. Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NETP**

Instituído pelo Decreto nº 54.101/2009, com o nome de “Programa Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, teve sua denominação alterada pelo Decreto nº 60.047/2014 para “Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, estando subordinado ao Gabinete do Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, tem por finalidade: (i) Promover ações de prevenção, apoio à repressão e à responsabilização ao tráfico de pessoas; (ii) Garantir a orientação e o atendimento adequado às vítimas desta prática criminosa e aos seus familiares; (iii) Ser uma fonte de informações técnicas para profissionais e ativistas das áreas de segurança pública e de promoção e defesa de direitos humanos.

O Programa é desenvolvido pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - NETP, que conta com uma equipe operacional e atua por meio do recebimento de denúncias e sob demanda dos Comitês de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Estadual e Regionais), Comitê Estadual para Refugiados - CER/SP e Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE/SP.

A prevenção destacada pela legislação (Lei Federal nº 13.344/2016 e o Decreto Estadual nº 60.047/2014), tem como meta o esclarecimento à sociedade sobre o que é o tráfico de pessoas e quais são os seus desdobramentos, buscando com isso mitigar, até a erradicação. Os meios empregados são:





campanhas em rádio/TV e locais de grande circulação (rodoviárias, aeroportos, terminais de ônibus, estações de trens e metrô); palestras, simpósios, seminários e rodas de conversa nas comunidades mais carentes, escolas e faculdades (públicas e privadas).

No que tange ao enfrentamento, se dá por meio de ações táticas e investigações para identificação de pessoas e grupos de traficantes, convidando para reuniões coordenadas as polícias estaduais (civil e militar) e federal, a Agência Brasileira de Inteligência - Abin e repasse de informação aos núcleos dos demais estados da Federação.

A fim de dar continuidade ao Programa de Prevenção, em 2016, considerando o Projeto interno “Disseminadores de Conhecimento”, encampado pelo Projeto da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, denominado “SP + Humano”, organizou o “I Simpósio Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas” (29/07/2016), atividade relacionada à Semana Nacional do Coração Azul; ministrou 04 (quatro) palestras relativas ao Programa Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, onde falou-se sobre “O Tráfico de Pessoas e Seus Desdobramentos” (CIC-OESTE, Fecomercários, Faculdade Anhanguera - Campus Pirituba e Abertura da Semana da Consciência Negra em Franca), 1 relacionada aos Migrantes e Refugiados (NUPPS-USP) e 1 cujo tema foi “Exploração Sexual Infantil” (Fórum Paulista para erradicação do Trabalho Infantil - FPPETI); além disso, participou de 04 (quatro) entrevistas relacionadas ao tópico “Tráfico de Pessoas” (TV AFPESP, Revista Fecomercários, Rádio Agência Sindical e Diário Oficial); e organizou uma Audiência Pública, com a presença do Senador Paulo Paim, para serem discutidas as questões relacionadas ao PLS nº 432/2013, que modifica o conceito do Trabalho Escravo, insculpido no artigo 149, do Código Penal, ocasião na qual a COETRAE/SP entregou ao Senador um Projeto de Substitutivo, procurando, com isso, impedir a modificação do conceito já existente em nossa legislação, projeto esse produzido pelo NETP.

Ainda relacionado à disseminação do conhecimento, auxiliou estudantes de graduação e instituições públicas e da sociedade civil em trabalhos relacionados às questões do Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual Infantil (Instituto de Políticas Públicas em Derechos Humanos Mercosur – IPPDH, Universidade Católica de Santos, Faculdade Anhanguera, FACCAMP e Cruz Vermelha do Brasil), por meio de entrevistas.

O NETP participou, também, como convidado e/ou participação nas mesas de trabalho, de 2 Seminários (Exploração Sexual Infantil - TRT/2, I Seminário Sobre Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo - CITTEI/TJSP); da I Conferência Latino Americana da Cátedra Sérgio Vieira de Mello – UFABC; do I Simpósio sobre Desaparecimento – MPSP; da Palestra Neoabolicionismo e Direitos Fundamentais - OAB/SP; 2 Encontros (Ações Sociais para Imigrantes e Refugiados – Sindicomunitários e Encontro Estadual das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - SEDS); 2 Eventos consulares (Comemorações dos 206 anos da Independência do México e Instalação do Consulado do Haiti em São Paulo); e 2 audiências públicas sobre o trabalho infantil no TRT/15 e TRT/2.



Além disso, o Núcleo, por meio da Secretaria-Executiva, realizou reuniões conjuntas com a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE/SP e Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - CETP/SP (6 reuniões) e Comitê Estadual para Refugiados - CER/SP (8 reuniões), a fim de tratar de assuntos relacionados aos assuntos atinentes.

Insta ressaltar que o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CETP/SP encaminhou à Casa Civil a Minuta do Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que foi publicada no DOE/SP, em 07/12/2016 (Decreto nº 62.293/2016).

A Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE/SP, em 2016, além das questões pertinentes ao tema, coordenou e realizou a Audiência Pública, em defesa do artigo 149, do Código Penal, apontando os equívocos existentes no PLS nº 432/2013 e contribuindo por meio de entrega de Substitutivo de texto ao Relator do Projeto de lei do Senado, Senador Paulo Paim. Ainda, finalizou a Minuta do Plano Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo que está em fase de correção e diagramação.

O Comitê Estadual para Refugiados - CER/SP, finalizou a Minuta do Plano Estadual de Migração e Refúgio que está em fase de correção e diagramação.

No que concerne ao número de atendimentos, o NETP, até a primeira quinzena de dezembro/2016, abriu 33 expedientes para apurar casos de possíveis vítimas de tráfico de pessoas, trabalho infantil, trabalho escravo, exploração laboral da prostituição, exploração sexual, e tráfico de órgãos.

## **6. Coordenadoria de Integração da Cidadania - CIC**

Criada por meio do Decreto nº 46.000/2001, tem como especificidade a integração de diversos serviços e atividades para a população em um único espaço, por intermédio de parcerias com diversos entes do 1º, 2º e 3º Setor, tais como: Defensoria Pública Estadual e Federal, Polícia Civil, Fundação PROCON, Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, Fundo Social de Solidariedade, Prefeituras Municipais, APAE, Ministério Público Democrático, Tribunal de Justiça, dentre outros. Atualmente o CIC conta com 16 Unidades que estão instaladas em regiões de alta vulnerabilidade social. Realizou no ano de 2016, de janeiro a novembro, 1.791.802 atendimentos.

Foram realizadas diversas Palestras: IMESC - sobre prevenção ao álcool, tabaco e outras drogas nas Unidades CIC; Procon - sobre “Direito do Consumidor e Endividamento” nas Unidades do CIC; Ciclo de palestras PPCAAM, Cravi, NETP e Provita nas Unidades CIC; Mulheres vítimas de violência - palestras sobre violência doméstica; Prevenção às drogas - parceria com o Programa Recomeço Família; Prevenção à violência; – realização do curso de formação de Mediadores Judiciais em parceria com o Tribunal de Justiça; 98% de obras de ampliação do CIC do Imigrante concluídas; Feirão do Emprego – realização de 05 Feirões, 20 mil cadastros e preenchimento de 3.600 vagas; inauguração do Núcleo Especial Criminal no CIC Morato.



Cursos profissionalizantes: implantação de cursos de Construção Civil em parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Estado e dos cursos de soldador e pintor em parceria com a Via Rápida; Inauguração do Centro Integrado de Emprego, Trabalho e Renda - CIET e do Centro de Atendimento ao Trabalhador - CAT (CIC Guarulhos e CIC Oeste); Encontro de Ações Sociais de Imigrantes e Refugiados no CIC do Imigrante; celebração de 05 casamentos comunitários, oficializando a união de 317 casais; 3,9 mil alunos estarão formados pelo curso de Moda e Beleza e Construção Civil do Fundo da Solidariedade do Estado de São Paulo, nas Unidades do CIC; Distribuição 284 mil preservativos; Tecendo Redes Recomeço Família - parceria com o Programa Recomeço Família; IIRGD nas Escolas - emissão de Carteira de Identidade para alunos; Mutirão de Negociação com o CDHU; campanha do agasalho - 3 mil peças arrecadadas nos CICs; Mutirão de pedidos de 2ª vias de Certidões de nascimento, casamento e óbito; Projeto capacitação profissional APAE; inauguração de horta comunitária; mutirão de emprego para pessoas com deficiência; Realização de mais de 120 atividades entre oficinas para jovens, palestras, cursos, bate-papos e reuniões comunitárias com a participação do Sebrae, Defensoria Pública Estadual, INSS, Procon, ONGS, entre outros; envolvendo mais de 50 mil participantes; atendimentos à idosos e pessoas com deficiência: palestras sobre Saúde, Previdência Social, Direito do Idoso; atividades de ginástica, oficinas de artesanato e pintura; exames de pressão arterial e glicemia; curso de informática básica; Atividades e palestras de Outubro Rosa e Novembro Azul nas Unidades CIC; Fórum do Idoso; palestras MEI; organização da 1ª Feira de Direitos Humanos juntamente com a Coordenadoria Geral de Programas da Secretaria da Justiça.

Principais ações previstas para 2017: inauguração da Unidade CIC Itanhaém; inauguração de serviços da Polícia Federal no CIC do Imigrante. Estão previstas mais de 30 Jornadas da Cidadania; os cursos, oficinas, palestras, mutirões de emprego, ações para jovens, idosos, mulheres e pessoas com deficiência e demais atividades irão se repetir; dois grandes casamentos comunitários programados, e a execução do projeto Expresso da Cidadania que levará ações, como a Jornada da Cidadania, para cada Região Administrativa do Estado.

## **7. Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte de São Paulo - PPCAAM/SP**

O Programa, coordenado pela Secretaria, é um instrumento de combate à violência letal contra crianças e adolescentes e, excepcionalmente, jovens adultos de até 21 anos. Baseado na proteção integral e nos demais princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o programa destina-se a situações de risco à vida, haja ou não situação de vulnerabilidade. No ano de 2016 foi empenhado o valor total de R\$ 2.350.000,00, sendo R\$ 1.350.000,00 da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e R\$ 1.000.000,00 de recursos da União, resultante de Convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Projetos:**

- Análise de risco e de letalidade: melhoria do método de avaliação de risco, permitindo uma atuação voltada às situações de efetiva iminência e letalidade;



- Criação de protocolo de segurança com o fito de melhorar a proteção dos usuários do programa e também dos executores do convênio;
- Melhoria do fluxo de atendimento, mediante diálogo com os diferentes atores do programa;
- Cidades Parceiras: construção de uma rede de cidades parceiras, selecionadas especialmente em razão do critério de letalidade efetiva e potencial, realizando visitas para aproximação com os diferentes atores da rede de proteção;
- Acesso a autos e a dependências de Fóruns alicerçada em normativa;
- Fundação CASA: construção de um fluxo de atendimento destinado a atender a demanda de jovens do meio fechado, facilitando avaliações e promovendo eventual transição desse meio fechado para o meio aberto de forma segura e efetiva;
- Etiologia: estabelecimento de protocolo com a Secretaria de Segurança Pública para atuar diretamente nas causas da ameaça letal, mediante encaminhamento institucionalizado das informações; colheita de informações para melhor compreender não apenas as causas imediatas, mas também as mediatas relativas à situação de letalidade, estabelecendo um protocolo de atuação para promover a prevenção de tais causas;
- Educação: Elaborar protocolo de atuação para inserção sigilosa dos protegidos na rede de ensino;
- Moradia: construção de um programa de acesso a moradia para protegidos, mediante parceria com a CDHU;
- Reinserção laboral: construção de um programa de acesso a capacitação profissional, trabalho formal e apoio a atividades de empreendedorismo mediante parceria com a SERT;
- Saúde: construção de um programa de acesso a sigiloso a equipamentos médicos e de uma rede de referência na área da saúde mental;
- Assistência social: construção de um programa de acesso a políticas de assistência social a protegidos, mediante parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social;
- Cultura: construção de um programa de acesso a políticas da área da cultura para protegidos mediante parceria com a Secretaria Estadual de Cultura;
- Esporte: construção de um programa de acesso a políticas da área do desporto para protegidos mediante parceria com a Secretaria Estadual de Esportes;



- Projeto Convivência Familiar: apoio a iniciativa da executora no sentido de fomentar a proteção dos núcleos familiares;
- Projeto Capital Intelectual – Fomento à produção científica junto aos atores do programa e à academia;
- Projeto de divulgação do programa para ampliação geográfica de sua área de influência: criação de um calendário de visitas programadas, para apresentação não apenas do PPCAAM, mas também do CRAVI e do PROVITA, unindo esforços com ações já em curso na Pasta (CPPNI, CIC, CRAVI, PPCAAM e Tráfico de Pessoas), assim como de outras instituições tais como o Ministério Público (Escola Superior do Ministério Público e Centro de Apoio Operacional), Tribunal de Justiça e Bem Me Quer (capacitação dos profissionais em atuação).

**Resultados:** O PPCAAM/SP vem se consolidando no cenário nacional como um instrumento único de combate à violência letal contra crianças e adolescentes e, excepcionalmente, jovens adultos até 21 anos, se egressos do sistema socioeducativo. Desde sua criação já passaram pela proteção dezenas de crianças, adolescentes e seus familiares, sem que vida alguma fosse ceifada. Trata-se de uma política essencial para a consolidação de uma rede de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, auxiliando o Estado de São Paulo na luta contra a letalidade infantil, o Estado conta com os menores índices de letalidade da Federação.

## **8. Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas - PROVITA**

Instrumento atuante de acesso à justiça e combate à impunidade no Estado de São Paulo, opera desde o ano de 1999, vinculado às Secretarias da Justiça e da Defesa da Cidadania e da Segurança Pública. O PROVITA faz parte do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas, gerenciado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal. No ano de 2016 foi empenhado o valor total de R\$ 5.676.003,05, sendo: da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, R\$ 3.000.000,00; da Secretaria da Segurança Pública, R\$ 1.000.000,00; da União, resultante de Convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, R\$ 1.476.003,05, por 12 meses, e R\$ 200.000,00 de contrapartida do Estado de São Paulo.

### **8.1. Projetos e ações**

#### **8.1.1. Quanto à proteção**

- Projeto para Alteração de Nomes de Protegidos e Familiares: construção de um protocolo de atuação institucionalizado para troca de nome de testemunhas, vítimas, e familiares, de forma a propiciar uma reinserção social mais segura.
- Projeto de divulgação do programa no sentido de proporcionar a ampliação geográfica de sua área de influência: criação de um calendário de visitas programadas, para apresentação não



apenas do PROVITA, mas também do CRAVI e do PPCAAM, unindo esforços com ações já em curso na Pasta (CPPNI, CIC, CRAVI, PPCAAM e Tráfico de Pessoas), assim como de outras instituições tais como o Ministério Público (Escola Superior do Ministério Público e Centro de Apoio Operacional), Tribunal de Justiça e Bem Me Quer (capacitação dos profissionais em atuação).

- Colaboração premiada: construção de um protocolo de atuação para recepção de réus colaboradores. Uso da colaboração premiada, mediante busca dissidentes de organizações criminosas, para um combate ao crime mais efetivo.
- Sigilo de dados na aquisição de passagens aérea para os protegidos.

**8.1.2. No tocante à Reinserção social segura e sustentável:** Elaborar protocolo de atuação para adequada inserção dos protegidos na rede de ensino, em especial a educação universitária; Construção de um programa de acesso à moradia para protegidos, mediante parceria com a CDHU; Construção de um programa de acesso à capacitação profissional, trabalho formal e apoio a atividades de empreendedorismo; Melhorias no acesso sigiloso a equipamentos médicos e de uma rede de referência na área da saúde mental; Construção de um programa de acesso a políticas de assistência social a protegidos, mediante parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social; Construção de um programa de acesso a políticas da área da cultura e esporte para protegidos mediante parceria com a Secretaria Estadual de Cultura e desporto. **Projeto Capital Intelectual** - Fomento à produção científica junto aos atores do programa e à academia. **Convênio com o Sesi e Senai** para matrícula de protegidos nos cursos profissionalizantes fornecidos por estes serviços de forma gratuita.

**Principais resultados:** Proteção - até a presente data, nenhuma pessoa sob proteção foi vítima de qualquer atentado por parte de seus algozes; reinserção social - a quase totalidade dos protegidos encontra uma vida segura em local distinto da ameaça, devidamente acolhidos, com a ajuda do programa, pelas redes institucionais e comunitárias de proteção; produção de provas - em investigações de natureza criminal, o PROVITA vem se consolidando como meio seguro de proteção a réus beneficiados com a colaboração premiada, em especial àqueles oriundos do sistema prisional.

## **9. Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID.**

Criado pela Lei nº 6.536, de 13 de novembro de 1989, para receber as receitas provenientes das seguintes situações: indenizações decorrentes de condenações por danos causados aos bens descritos no artigo 2º da Lei nº 6.536/89 e as multas pelo descumprimento dessas condenações; rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes; contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras; produto de incentivos fiscais instituídos a favor dos bens descritos no artigo 2º, alterado pela Lei nº 13.555, de 9 de junho de 2009.

Os recursos visam apoiar projetos apresentados por Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, de âmbito Federal, Estadual e Municipal; Organizações Não-Governamentais - ONGs, Organizações Sociais - OS, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e,



enfim, Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos que tenham por finalidade a atuação nas áreas do meio ambiente; do consumidor; de proteção aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e outros interesses difusos e coletivos.

Convênios assinados em 2016 - Foram celebrados 24 convênios novos (totalizando 82 convênios desde 2011), com R\$ 38.763.463,74 repassados em 2016. São eles:

- **Prefeitura Municipal de Neves Paulista**, Projeto: Recuperação de Galeria de Drenagem Pluvial, valor total R\$ 2.921.243,60, sem Contrapartida da Prefeitura, valor pago R\$ 1.707.790,16;

- **Prefeitura de Laranjal Paulista**, Projeto: Revitalização da Estação Ferroviária, valor total R\$ 2.377.148,93, valor do FID R\$ 2.077.148,93, Contrapartida R\$ 300.000,00, valor pago R\$ 727.746,69;

- **Prefeitura Municipal de Pedranópolis**, Projeto: Prainha Ecológica do Aguão, valor total R\$ 1.414.778,67, sem contrapartida, valor pago R\$ 551.302,01;

- **Prefeitura Municipal de Mirassol**, Projeto: Restauo da Casa de Cultura Dr. Ariovaldo Correia/Cine Theatro São Pedro, valor total R\$ 3.000.000,00, valor do FID R\$ 2.700.000,00, Contrapartida R\$ 300.000,00, valor pago R\$ 1.080.000,00;

- **Prefeitura de Caraguatatuba**, Projeto: Implantação do Parque Natural Municipal de Juqueriquere, valor total R\$ 1.850.463,30, valor do FID R\$ 1.702.623,30, Contrapartida R\$ 147.840,00, valor pago R\$ 626.741,10;

- **Prefeitura de Mineiros do Tietê**, Projeto: Revitalização do Salto Dom Pedro II, valor total R\$ 322.281,80, valor do FID R\$ 290.053,62, Contrapartida R\$ 32.228,18, valor pago R\$ 69.301,96;

- **Prefeitura de Aspásia**, Projeto: Implantação de Parque Urbano/Ambiental, valor total R\$ 825.381,36, valor do FID R\$ 742.843,23, Contrapartida R\$ 82.538,13, valor pago R\$ 90.497,73;

- **Prefeitura de Mogi das Cruzes**, Projeto: Restauração de Casarão da Rua Coronel Souza Franco nº 917, valor total R\$ 2.294.856,35, valor do FID R\$ 2.065.370,00, Contrapartida R\$ 229.486,35, valor pago R\$ 558.103,40;

- **Prefeitura de São José do Barreiro**, Projeto: Drenagem e Pavimentação de Pontos em Estradas Rurais do Município, valor total R\$ 2.637.767,58, não tem contrapartida, valor pago R\$ 923.218,66;



- **Prefeitura de Louveira**, Projeto: Restauração da Estação Ferroviária de Louveira, valor total R\$ 2.999.720,31, valor do FID R\$ 2.699.748,28, Contrapartida R\$ 299.972,03, valor pago R\$ 899.916,09;
- **Prefeitura de Franco da Rocha**, Projeto: Recuperação, Modernização e restauração do Museu Osório, valor total R\$ 4.127.107,00, valor FID R\$ 2.845.286,00, Contrapartida R\$ 1.281.821,00, valor pago R\$ 750.529,00; POIESIS - Organização Social de Cultura, Projeto Ações de preservação e difusão do acervo da Casa Guilherme de Almeida, valor total R\$ 273.736,00, valor FID R\$ 183.512,00, Contrapartida R\$ 90.224,00, valor pago R\$ 100.347,22;
- **Prefeitura de Bragança Paulista**, Projeto Recuperação de área degradada com implantação de Parque Ecológico, valor total R\$ 2.856.928,15, valor do FID R\$ 2.506.251,87, Contrapartida R\$ 350.676,28, valor pago R\$ 1.141.272,34;
- **Prefeitura de Mirandópolis**, Projeto Construção de praça pública no conjunto habitacional Agostinho, valor total R\$ 819.523,31, não há contrapartida, valor pago R\$ 300.000,00;
- **Prefeitura de Santana de Parnaíba**, Projeto Santana - preservação da cultura e da fé, valor total R\$ 1.850.934,88, valor FID R\$ 1.680.914,88, Contrapartida R\$ 170.020,00, valor pago R\$ 695.322,89;
- **Prefeitura de Rubinéia**, Projeto Revitalização do Parque Ecológico da Lagoa do Sol, valor total R\$ 1.329.624,62, valor FID R\$ 1.329.624,62, não há Contrapartida, valor pago R\$ 419.216,96;
- **Estância Turística São José do Barreiro**, Projeto Revitalização com Restauração e Adaptação de uso do Cine Teatro São José, valor total R\$ 1.956.035,66, valor do FID R\$ 1.851.035,66, Contrapartida R\$ 105.000,00, valor pago R\$ 577.748,60;
- **Prefeitura de Reginópolis**, Projeto: Implantação do Bosque Municipal, valor total R\$ 1.579.053,63, valor FID R\$ 1.429.053,63, Contrapartida R\$ 150.000,00, valor pago R\$ 577.841,15;
- **Prefeitura de Meridiano**, Projeto: Parque Ecológico de Múltiplo Uso, valor total R\$ 3.326.027,82, valor FID R\$ 2.886.106,79, Contrapartida R\$ 339.921,03, valor pago R\$ 462.167,78;
- **Prefeitura de São João da Boa Vista**, Projeto: São João + verde: Recuperação e Participação, valor total R\$ 2.194.883,50, valor FID R\$ 1.648.924,74, Contrapartida R\$ 545.908,76, valor pago R\$ 1.070.382,16;
- **Prefeitura Municipal do Espírito Santo do Pinhal**, Projeto: Estação Cultural e Direito e Preservação, valor total R\$ 3.121.991,49, valor FID R\$ 2.777.751,49, Contrapartida R\$ 344.240,00, valor pago R\$ 694.437,87;





- **Prefeitura de São João de Boa Vista**, Projeto: Revitalização da Estação das Artes de São João da Boa Vista, valor total R\$ 2.255.578,13, valor FID R\$ 1.906.529,36, Contrapartida R\$ 349.048,77, valor pago R\$ 1.028.710,83;

- **Prefeitura Municipal de Cândido Mota**, Projeto: Centro de Lazer e de Meio Ambiente, valor total R\$ 1.500.200,00, não há contrapartida, valor pago R\$ 499.699,54;

- **Prefeitura de São Miguel Arcanjo**, Projeto: Construção de Parque linear Passeio e Ciclovía, valor total R\$ 2.300.000,00, valor FID R\$ 2.070.000,00, Contrapartida R\$ 230.000,00, valor pago R\$ 761.787,37.

Por fim, a Secretaria, com o PROCON e o IPEM, em conjunto com as Secretarias da Fazenda e da Segurança Pública, e a Agência Nacional do Petróleo - ANP, organizaram diversas operações (na Capital, interior e litoral) visando o combate à fraude de combustíveis.

## **10. Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA**

### **Ações realizadas em 2016**

Apostando na descentralização e no atendimento individualizado aos jovens em conflito com a lei no Estado de São Paulo, que teve como resultado uma melhora significativa na atenção aos adolescentes, desde 2006, a Fundação CASA vem investindo em todas as áreas para aperfeiçoar a qualidade do acolhimento e da execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

Em 2016, em função da crise financeira que toma conta da maioria dos Estados brasileiros, continuaram paralisadas todas as obras de infraestrutura que estavam sendo executadas na Fundação CASA, seguindo a orientação do Governo. Dentre elas, temos os dois centros socioeducativos Itapeverica da Serra e Piracicaba, que totalizariam 114 novas vagas para atendimento a jovens em conflito com a Lei, além de um anexo no CASA Tamoiós, em São José dos Campos, que contaria com mais 48 vagas.

Até o início da suspensão das obras, haviam sido executados cerca de R\$ 8,7 milhões, da contratação prevista, no total, de aproximadamente R\$ 15,2 milhões. Para 2017 não há previsão de continuidade dessas, nem previsão de novas construções. A fim de terminar as obras iniciadas, seria necessário o investimento de ao menos R\$ 6,5 milhões, além de aditivos de cerca de R\$ 3,1 milhões, mas em valor exato a apurar após o reinício. Todas estas construções fazem parte de um amplo esforço para aprimorar ainda mais a qualidade do atendimento socioeducativo no Estado.

De 2006 a 2015, foram entregues 74 novos e pequenos centros, 15 novos centros de semiliberdade e outros seis centros de atendimento inicial, totalizando 146 centros no Estado de São



Paulo, sendo o maior programa de investimento de um Estado brasileiro no sentido de garantir atendimento humanizado aos jovens em conflito com a lei. Em resumo, todos estes empenhos têm como objetivo principal fazer com que os adolescentes sejam atendidos próximos de suas famílias e dentro de sua comunidade, o que facilita em muito a reinserção social deles. Em outros tempos, praticamente todo o atendimento a adolescentes em conflito com lei do Estado era centralizado nos grandes complexos da Capital.

O Complexo do Tatuapé era um deles e chegou a abrigar mais de 1.800 adolescentes em 18 unidades, uma ao lado da outra. Em 2005, 81,2% dos internos do Estado eram atendidos na Capital, ao passo que 18,8% no interior. Hoje, dos 9.252 jovens que cumprem medida socioeducativa, 45% estão no interior, 33,4% na Capital, 6,9% no litoral e 14,7% na Grande São Paulo.

Além destes avanços, importante ressaltar que desde o início da descentralização, a Fundação conseguiu reduzir o índice de reincidência de 29%, em 2005, para 17% na medida de internação, em 2016. Também, reduziu o número de rebeliões em todo o Estado. Em 2003, a antiga FEBEM contabilizou um recorde de 258 ocorrências para um número de 80 unidades.

### **Atividades socioeducativas**

Para que todas estas mudanças acontecessem de forma concreta, a Fundação CASA manteve o desenvolvimento do trabalho pedagógico para melhorar o atendimento dos adolescentes. Sendo assim, cumprindo integralmente o que está previsto no ECA e no SINASE, os jovens têm uma agenda multiprofissional que inclui atividades de escolarização formal, esporte, cultura e educação profissional. Em 2016, somadas as quatro áreas subordinadas à Superintendência Pedagógica, foram realizados mais de dois milhões de atendimentos aos jovens que cumprem medida socioeducativa na instituição.

- **Atendimento integral em escola formal** - A maioria dos jovens chega com defasagem escolar. Passam, então, por um programa de reordenamento da trajetória escolar. Em decorrência do programa, 1.436 jovens farão o Exame Nacional do Ensino Médio PPL (Pessoas Privadas de Liberdade). O número foi 24% maior que em 2015. Outros 6.939 foram inscritos na Olimpíada de Matemática, 60% maior que no ano anterior. Um grupo de 809 passou para a segunda fase do torneio e sete deles receberam menção honrosa na final da competição.

- Atendimento integral em mais de 70 cursos de iniciação profissional básica certificados pelo SENAC, por meio de parceria firmada.

- Ampliação na parceria com Fundação Lemann, que desenvolve projetos como o Khan Academy, de ensino de matemática por meio da internet, o Programa Ê, que promove o conhecimento em programação para adolescentes, e o Primeiro Livro, que estimula os jovens a escreverem seus primeiros livros. Ao todo, 37 unidades participam do projeto.



- Acesso garantido a práticas desportivas. Foram realizados grandes torneios desportivos: XII Copa Casa de Futebol, XIII Torneio Estadual de Xadrez, VI Estadual de Basquete, Jogos Indígenas, IX Olimpíadas CIP, Atividades sobre Jogos Olímpicos, entre outras desenvolvidas internamente nos centros.

- Atendimento integral na área de arte e cultura, a partir de oficinas realizadas diariamente nos centros socioeducativos. Ações que envolveram em oficinas, workshop, eventos, atividades ordinárias, MUSICASA, mostra de teatro e visitação a museus.

- Realização de Kizombas em todos os centros socioeducativos por meio do Quesito Cor e do Eixo Étnico-Racial da Fundação com o intuito de lembrar e homenagear o Dia da Consciência Negra.

### **Atuações estruturantes**

A Fundação CASA também operou em ações estruturantes para facilitar e melhorar o atendimento aos adolescentes. Em 2016 o percentual de adolescentes que deram entrada na Fundação e passaram pelo processo de identificação chegou a 99%. Destacam-se, ainda, as seguintes ações:

- Ampliação da parceria com as Secretarias de Educação Municipal e Estadual, mediada pelo Departamento de Execuções da Infância e Juventude, com vistas a garantia da vaga na Rede Pública de Ensino, no ato da desinternação ou na alteração de medida para o meio aberto de adolescentes oriundos da internação. Ao todo, 99% dos adolescentes da Fundação CASA estão matriculados no ensino formal.

- Ampliação do processo de formação inicial e continuada dos servidores pela Escola para Formação e Capacitação Profissional - EFCP da Fundação CASA. Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, milhares de servidores puderam ter acesso à capacitação em ambiente online. Foram realizadas capacitações para Agentes de Apoio Socioeducativo, servidores da área pedagógica, assistentes sociais, além de psicólogos e agentes administrativos.

- Aproximadamente 94% dos adolescentes em centros de internação provisória tiveram apresentação do relatório polidimensional. Cerca de 91% dos adolescentes tiveram o relatório do Plano Individual de Atendimento - PIA apresentado ao Poder Judiciário.

- Encontros para apresentações dos Planos Políticos Pedagógicos dos centros socioeducativos das 12 Divisões Regionais da CASA. As reuniões definem, anualmente, as metas da instituição, a partir da participação de diretores e funcionários de carreira.

- Elaboração de documento Orientador para construção de Relatórios dos Adolescentes, que norteia toda equipe técnica de referência dos jovens que cumprem medida socioeducativa.



- Criação do Programa de Semiliberdade na Fundação, que orienta como implantar e conduzir o centro.
- Plano de Contingência em todos os centros e Divisões Regionais. Trata-se de um documento desenvolvido pelas três Superintendências (Pedagógica, Saúde e Segurança) com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias de controle e combate às ocorrências anormais.
- Plano específico para unidades femininas em fase de formatação para ser colocado em prática. Orientador para questões específicas que ocorrem em centros femininos.
- Fortalecimento da cooperação para que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social tenha acesso a informações de adolescentes que cometeram ato infracional e cumpriram medida de internação na Fundação ou estão em medida socioeducativa de meio aberto, disponíveis no Portal da CASA. Até hoje, 186 prefeituras já formalizaram os convênios de acesso ao portal.
- Realização de videoconferências para apresentação do portal pedagógico e do acesso ao portal de visitantes.
- Pagamento do Programa de Bônus por Resultados. A gratificação beneficiou os servidores após os cumprimentos das metas estabelecidas pelo programa de bonificação.
- Manutenção do Banco de Dados de Transferência, que permite a inscrição dos servidores interessados em transferências entre os centros de atendimento.
- A Superintendência Pedagógica realizou a capacitação do Portal Pedagógico envolvendo as áreas Escolar, Educação Física e Esporte, Educação Profissional e Arte Cultura. Público alvo: supervisores técnicos, pedagogos e coordenadores pedagógicos, chefes de seção da Área Técnica, encarregados técnicos, agentes educacionais, agentes técnicos e administrativos.
- Formação continuada de servidores da Superintendência de Segurança e Disciplina e capacitação de funcionários dos centros e divisões regionais no Museu Afro Brasil, no Ibirapuera.
- A Superintendência de Saúde promoveu a capacitação de psicólogos e assistentes sociais ingressantes na instituição. Realização de mais de 2 milhões de atendimentos em saúde nos centros socioeducativos, seja atendimento médico, odontológico, psicossocial, imunizações, visitas domiciliares, entre outros.
- Divulgação das campanhas de Outubro Rosa e Novembro Azul em todos os centros socioeducativos e na sede para conscientização de adolescentes e funcionários.



- A Superintendência de Segurança realizou milhares de movimentações de adolescentes entre audiências em Fóruns, entrega de adolescentes em liberdade na Capital, Litoral, Interior, Grande São Paulo e em outros estados.

- Renovação do convênio do Projeto Orelhinha, que realiza a otoplastia, cirurgia de correção do problema. Todos os custos arcados pelo parceiro e melhora a autoestima dos jovens que acabam sofrendo algum tipo de bullying em função do problema.

- Parceria com Instituto Sou da Paz para realização de pesquisa sobre violência e reincidência. Equipe faz diagnóstico por meio de entrevistas nos centros socioeducativos para buscar as raízes e as causas da violência promovida pelos jovens infratores.

- Parceria com Faculdade de Saúde Pública da USP para realização de diagnóstico da atuação dos profissionais, problemas e dificuldades enfrentados pelos servidores.

## **11. Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC**

**11.1. Dados de Produção:** Protocolo - Ofícios recebidos: 83.805.

**11.2. Medicina Legal:** Perícias realizadas - 28.632; Laudos expedidos - 24.671.

**11.3. Investigação de Vínculo Genético (DNA):** Perícias realizadas - 9.339 (Capital e Descentralizadas); Laudos expedidos - 10.027 (Capital e Descentralizadas).

**11.4. Mutirões: Medicina Legal** - 1 mutirão (de DPVAT e seguros em geral) realizado na 6ª Região Administrativa Judiciária (Ribeirão Preto); **Investigação de Vínculo Genético** - 1 mutirão de “Paternidade Responsável” na Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC do município de Dracena.

### **11.5. Principais atividades realizadas em 2016:**

- Implantação de 2 unidades descentralizadas de coleta para perícias de investigação de vínculo genético: Votuporanga e sede da Defensoria Pública do Estado de São Paulo;

- Tratativas para implantação de unidade descentralizada de coleta de material genético para perícias de investigação de vínculo genético no município de Dracena;

- Realização de 12 aulas teóricas destinadas aos peritos;

- Realização de 04 treinamentos intensivos teórico-práticos dos peritos;



- Recepção de 16 residentes médicos da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para Estágio em Psiquiatria Forense no IMESC;
- Recepção de 7 residentes médicos para Estágio em Medicina Legal no IMESC (Convênio com HCFMUSP - Departamento De Medicina Legal, Ética Médica, Medicina Social e do Trabalho);
- Constituição do Comitê de Ética em Pesquisa do IMESC;
- Constituição da Comissão de Cadastramento, Fiscalização e Avaliação de Laudos - CCFAL;
- Realização do Seminário “Capacidade Laboral e Estadiamento de Neoplasia Maligna”, resultando no Projeto de Lei nº 453/2016;
- Realização do “Fórum sobre Perícias em Ações em Curatela” em parceria com a Escola Paulista de Magistratura;
- Palestras sobre “Prevenção ao Uso Indevido de Álcool, Tabaco e Outras Drogas” em 12 Centros de Integração da Cidadania - CIC;
- Lançamento das publicações “Cartilha de Orientação sobre Perícias Clínicas e Psiquiátricas” e “Cartilha de Orientação sobre Perícias de Investigação de Vínculo Genético”.

## **12. Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo - IPEM-SP**

Efetua no Estado, através de convênio com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, ou com recursos próprios, as seguintes atividades:

**12.1. Diretoria Técnica de Metrologia Legal - DMLF:** Fiscalização/verificação de instrumentos de pesar e medir consiste na fiscalização/verificação de todos os instrumentos de pesar e medir, utilizados no comércio em geral e indústria, tais como: IPNAs (balanças), bombas medidoras para combustíveis líquidos, dispenser de GNV, taxímetros, metros comerciais, pesos padrões, hidrômetros, caminhões e vagões tanques, cronotacógrafos, medidores de velocidade, esfigmomanômetros (medidor de pressão arterial) e outros instrumentos de pesar ou medir. Essa atividade é executada na Capital do Estado de São Paulo (posto de verificação de taxímetros e Distritais Leste, Sul e Oeste) e nas Delegacias Regionais, sendo que os serviços de verificação de caminhões tanques estão restritos às cidades de Paulínia, Bauru, São José do Rio Preto e Guarulhos e de vagões tanque na cidade de Paulínia. A atividade de fiscalização de instrumentos de pesar e medir estão divididos em quatro grupos, sendo que foram fiscalizados/verificados no ano de 2016, 169.574 estabelecimentos, e homologados 6.975 autos.



A verificação dos instrumentos de medir e pesar teve o seguinte desempenho: **Verificação subsequente:** efetuada anualmente em todos os estabelecimentos comerciais e industriais do Estado. Foram verificados em 2016, 857.694 instrumentos; **Verificação após reparo:** efetuada em instrumentos reprovados na verificação subsequente, ou nos instrumentos que sofreram reparos por firmas credenciadas. Em 2016, foram verificados 12.117 instrumentos; **Verificação inicial:** efetuada nas dependências dos fabricantes ou importadores de instrumentos de medição, antes dos mesmos serem colocados à venda. No Estado de São Paulo há, em torno de 125 fabricantes. No ano de 2016 foram verificados 576.027 instrumentos.

Auto verificação: consiste na supervisão dos instrumentos fabricados ou reparados, através de auditorias e venda de selos de verificação, efetuadas somente em cronotacógrafos, esfigmomanômetros, instrumentos de medição para fluxo de água fria (hidrômetros), instrumentos de medição de gás e instrumentos de medição de eletricidade (medidor de energia elétrica). No ano de 2016 foram auto verificados 3.351.898 instrumentos.

Ações e Operações Especiais: Foram realizadas Operações Especiais de Fiscalização como: “Operação Cavalo de Aço”, “Operação Olhos de Lince”, “Operação Aluno Nota 10”, “Operação Padoca Legal”, “Operação Páscoa”, “Operação de Olho no Rolo”, “Operação GásLP”, “Operação Arrastão”, “Operação Pulando a Fogueira”, “Operação Inverno”, “Operação Padaria”, “Operação Bicho Bom”, “Operação Alô Doutor”, “Operação Gutenberg”, “Operação Pente Fino – Natal”, “Operação Boas Festas”, “Operação Mercado Municipal”. As equipes de fiscalização do IPEM/SP percorrem os pontos de venda, os depósitos e as fábricas desses produtos, procedendo a avaliação preliminar (pesagem do produto, com a embalagem inclusive), coletando as amostras para o laboratório daqueles produtos com suspeita de irregularidade. Em 2016 realizou 84.143 exames em produtos e foram homologados 6.680 autos.

**12.2. Diretoria Técnica Da Qualidade - DMQA:** Fiscalização de Produtos e Serviços com a Conformidade Avaliada. Consiste na fiscalização de produtos e serviços com a Avaliação da Conformidade Compulsória (certificação de produtos, declaração do fornecedor, etiquetagem, etc.), estabelecida através de Portarias do INMETRO, o uso do selo somente é autorizado, após a constatação de que os produtos atendem a requisitos pré-estabelecidos em Normas e Regulamentos Técnicos, proporcionando um adequado grau de confiança. Em 2016, o IPEM-SP fiscalizou 1.339.977 unidades destes produtos, sendo 1.284.263 aprovadas, 8.006 reprovadas, 41.143 apreendidas, 5.769 interditadas e 796 coletadas. Foram fiscalizados 8.281 estabelecimentos e emitidos 1.986 autos de infração.

Fiscalização de Produtos Têxteis: Consiste na verificação da existência de etiqueta com informações obrigatórias referente aos dados do fabricante/importador, instruções de conservação, composição têxtil e tamanho, em roupas, tecidos, artigos de cama, mesa e banho, etc. Durante o ano de 2016 foram fiscalizadas 919.500 unidades de produtos têxteis, sendo 866.068 aprovadas, 53.082 reprovadas, 314 apreendidas e 36 coletadas, em 10.333 estabelecimentos comerciais, sendo emitidos 3.417 autos de infração. Ações e Operações Especiais: Foram realizadas as Operações Especiais de Fiscalização: “Operação Verão”, “Operação Páscoa”, “Operação Lux”, “Operação Casa e Jardim”, “Operação Inverno”, “Operação Dia das Crianças”, “Operação Gás”, “Operação Papai Noel”.



**12.3. Departamento de Metrologia Científica e Industrial - DMCI:** O Departamento é dividido em três centros: o de Calibração, o de Ensaios e o de Medições e Verificações Especiais, constituídos de laboratórios metrológicos e setores que oferecem à indústria, comércio e órgãos governamentais prestação de serviços em metrologia. Nesses serviços incluem-se as calibrações e medições especiais realizadas a pedido dos interessados para diversos instrumentos e produtos. No âmbito da metrologia legal, o DMCI executa verificações compulsórias em termômetros clínicos e industriais, em densímetros e flutuadores e em etilômetros (bafômetros).

Os laboratórios de massa, pressão e volume são acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE, o que nos permite integrar a Rede Brasileira de Calibração - RBC e prestar serviços de melhor exatidão metrológica com rastreabilidade reconhecida. O laboratório de ensaios realizou serviços de inspeção e ensaios em copos descartáveis e fios e cabos elétricos para tensões até 750V. O Centro de Verificações e Medições Especiais executou serviços de arqueação de tanques de armazenamento de óleo diesel; gasolina; querosene e álcool utilizados para transferência de custódia. Além de calibrações de medidas de volume de grande capacidade.

Durante o ano de 2016 foram calibrados, ensaiados ou verificados um total de 403.773 itens. Dentre os serviços realizados vale a pena destacar a calibração de 9000 etilômetros (Bafômetros), pertencentes ao Detran, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, das Polícias Militares Rodoviárias de SP, Paraná, Rondônia, Goiás, Minas Gerais e Santa Catarina utilizados para fins de fiscalização de trânsito. Destaque também para a realização de calibrações executadas nas plataformas marítimas na Baía de Campos; Arqueação de Tanques e Silos e Armazéns de Grãos; Bancadas de ensaios de hidrômetros (medidores de água) e de medidores de gás. Medidas de volume padrão para controle de petróleo e seus derivados; perícia em medidores de energia elétrica e em hidrômetros domiciliares no âmbito judicial. Programa de Manutenção de Calibrações Acreditadas – Manutenção da Acreditação dos Laboratórios de Massa; Pressão e Volume, com expansão do escopo na calibração de padrões de massa e de Volume; Calibração de Sistemas de Medição de Vazão de Petróleo utilizados nas plataformas marítimas de prospecção; Ensaios de resistência elétrica de Fios e Cabos elétricos até 750 V; Calibração das bolas de Sorteio e dos seus Equipamentos da Caixa Econômica Federal; Verificação de Termômetros Clínicos; Verificação de Densímetros e Flutuadores para Bombas Medidoras de Etanol.

**12.4. Departamento de Avaliação e Certificação do Ipem/SP - DACE:** Inspeções em Caminhões Transportadores de GLP Fracionado. Esta atividade consiste na inspeção e certificação de veículos que transportam GLP fracionado (botijões de gás de cozinha), em atendimento a legislação estadual específica para o assunto. Em 2016 (até outubro) foram inspecionados 1.473 veículos utilizados neste tipo de transporte.





### Verificação de instrumentos:

Tipo	Subsequente	Inicial	Após reparo	Autoverificação	Totais
Pesos	8.211	15.164			23.375
Densímetros		33.386			33.386
Instrumentos de pesagem	254.743	183.754	1.460		879.914
Instrum. de méd. de comprimento	28.624	9.853	5		38.482
Taxímetros	51.871	16.061	6.141		74.073
Inst.de méd. de gás de escape	417	64	35		516
Medidores de velocidade	5.358	964	744		7.066
Etilômetros (bafômetros)	4.192	853			5.045
Medidas de volume	9.368	8.993	500		18.861
Arqueação de tanques	505				505
Caminhões e vagões tanques	13.015		12		13.027
Bombas de combustíveis líquidos	107.619	9.689	2.872		120.180
Hidrômetros	31	109.315		2.185.136	2.294.482
Medidor de volume de gás	766	444		368.741	369.951
Bomba medidora de GNV	1.005		18		1.023
Termômetros		363.787			363.787
Esfigmomanômetros	12.947	220.833	320	215.029	449.129
Instrum. de méd. para eletricidade				52.270	52.270
Opacímetros	582	76	10		668
Caçambas		816			816
Cronotacógrafos	363.370			90.765	454.135
Outros instrumentos	37	1	1.050		1.088
<b>Totais</b>	<b>862.661</b>	<b>974.053</b>	<b>13.167</b>	<b>2.911.941</b>	<b>5.201.779</b>

### 13. Fundação Instituto de Terras de São Paulo - ITESP.

**Programa de Regularização Fundiária Urbana e Rural** - Até meados de dezembro de 2016, foram cadastradas e levantadas 9.301 unidades imobiliárias e entregues 4.103 títulos de propriedade e/ou domínio, de legitimação fundiária e de legitimação de posse. O programa é executado pela Fundação ITESP em parceria com Prefeituras e Procuradoria Geral do Estado. No momento, existem 103 parcerias em andamento com prefeituras, 68 convênios e 35 protocolos de intenções, englobando mais de 56 mil imóveis. Só no ano de 2016 foram assinados 10 convênios e 13 protocolos de intenções novos.



**Prestação de serviços técnicos especializados para a Fundação Florestal visando a regularização de Unidades de Conservação** - no segundo semestre de 2016, foram entregues o cadastro (levantamento cadastral mais espacialização dos limites) e o diagnóstico fundiário para fins de criação de Unidades de Conservação - UCs nas proximidades das represas Billings e Guarapiranga. No total foram analisados 86 imóveis em 592,56 ha. Também foram realizados os levantamentos georreferenciados das futuras UCs, englobando uma área total de 333,44 hectares.

**Georreferenciamento de Assentamentos e Quilombos estaduais** - em 2016 foi realizado o levantamento topográfico/geodésico georreferenciado de mais de 25 mil hectares de áreas nos Assentamentos Estaduais Pirituba, em Itapeva; Gleba XV de Novembro, em Rosana e Euclides da Cunha Paulista; Santo Antônio 2, Florestam Fernandes, Quatro Irmãs, Palu, todos Presidente Bernardes. Nos quilombos, foi dada continuidade no trabalho técnico para instrução do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Comunidades Quilombolas - RTID de Poça, em Eldorado e Jacupiranga, com área de 1.126,14 hectares; Pedro Cubas de Cima, em Eldorado com área aproximada de 6.875,22 hectares; Praia Grande, em Iporanga, com área aproximada de 1.584,83 hectares. Por fim, fora, concluídos e publicados os RTIDs das comunidades de Pedro Cubas, em Eldorado, com áreas de 3.793,05 hectares e Jaó, em Itapeva, com área de 165,83 hectares.

Ainda no que tange aos quilombos, foi iniciado o trabalho de desmembramento da matrícula referente ao o 27º Perímetro de Eldorado Paulista, com área total de 4.627,4216 hectares de terras devolutas estaduais, para a titulação do quilombo de André Lopes.

**Atuação conjunta com a Procuradoria Geral do Estado para instrução de ações discriminatórias e elaboração de planos gerais de legitimação de posses em terras devolutas estaduais** - em 2016 foram desenvolvidos trabalhos no projeto fotocadastro que levantaram cerca de 65 mil hectares nos municípios de São Miguel Arcaño, Capão Bonito, Ribeirão Grande, Guapiara, Ribeira, englobando imóveis particulares e terras devolutas (tituladas e não tituladas) nos 1º, 2º, 3º e 4º Perímetros de Itapetininga, 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º Perímetros de Capão Bonito e 14º Perímetro de Apiaí. A instrução do Plano Geral do 7º Perímetro de Capão Bonito foi concluída e entregue à Assistência de Gestão de Imóveis da Procuradoria Geral do Estado, que se manifestou favoravelmente ao trabalho realizado. Atualmente, o processo está sob análise da Procuradoria Regional de Sorocaba, a quem compete a aprovação para a efetiva titulação.

**Regularização Fundiária de imóveis rurais da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (Pontal do Paranapanema)** com fundamento na Lei Estadual nº 11.600/2003, alterada pela Lei Estadual nº 14.750/2012 - em 2016 foram deferidos os pedidos de regularização de posse de 14 imóveis, que totalizam 2656,2990 hectares. Ao todo, desde a entrada em vigência da Lei Estadual nº 14.750/2012, foram protocolizados 72 pedidos, que somam 18.712,24 hectares.

**Reversão de Terras Públicas na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo (Pontal do Paranapanema) para implantação de novos assentamentos, em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA** - em 2016 foram arrecadados



5.163,07 hectares: 522,91 referentes à 30% de tutela antecipada do Imóvel denominado Fazenda Floresta e 4.640,16 hectares referentes ao total do imóvel denominado Fazenda Nazaré, ambos em Marabá Paulista.

**Acompanhamento do Projeto de Lei para agilizar a Regularização Fundiária Rural até 15 Módulos Fiscais em Terras Devolutas nas Regiões Administrativas de Registro e Itapeva -** Projeto de Lei elaborado em 2015, após análise técnica e jurídica foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e recebeu o nº 875/2016.

**Elaboração e acompanhamento do Projeto de Lei para alteração do art. 9º da Lei Estadual 4.925/1985,** visando ampliar as possibilidades de acordo para áreas objeto de ação reivindicatória, Projeto de Lei foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e recebeu o nº 873/2016. Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

**Prestação de assistência técnica e extensão rural** a 8.281 famílias de trabalhadores rurais instaladas em 154 assentamentos (sendo 137 de domínio estadual e 17 de domínio federal) e a 1.405 famílias remanescentes de quilombos pertencentes a 33 comunidades reconhecidas.

**Aprovação da Lei nº 16.115/2015 que altera a Lei nº 4.957/85.** Após 30 anos em vigor, a Lei nº 4.957/85, que dispõe sobre os planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários em São Paulo e é uma das mais importantes para a história da política agrária paulista, foi atualizada. Atenderá quase sete mil famílias, beneficiárias das políticas agrárias do Governo do Estado em 137 assentamentos rurais.

**Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS.** Os resultados do PPAIS, em valores, são expressivos e tendem a crescer ainda mais em 2017, além dos recursos disponíveis e da ampliação da publicação das chamadas públicas, o Subprograma PPAIS Leite e Derivados, implementado pelo Decreto nº 62.282/2016 fomentará ainda mais o programa através da agregação de valor à Cadeia Produtiva do Leite Paulista.

Desde a sua implantação em 2012 foram emitidas 3 mil DCONPs, o Programa já publicou mais de 700 Chamadas Públicas para credenciamento dos Agricultores Familiares, operacionalizou 3,2 mil Contratos, movimentando Recursos Orçamentários Estaduais na ordem de R\$ 10,7 milhões. Através de ações de fomento, foram obtidos os seguintes resultados refletindo a expansão do Programa: 1 mil unidades familiares beneficiadas; 4 mil agricultores familiares beneficiados e mais de 100 unidades compradoras inseridas no PPAIS.

**Programas de Produção e Renda/Sistemas Produtivos -** com os Programas de Apoio Inicial à Produção Familiar, Diversificação da Produção e Adequação Tecnológica à Agricultura Familiar, foram atendidas 3.149 famílias de agricultores familiares de assentamentos e quilombos. Serviços de Motomecanização. Os serviços de motomecanização englobam diversos tipos de operações, tais como a abertura e conservação de estradas, preparo e conservação do solo, destoca, enleiramento e terraceamento, construção e conservação de pontes e de barragens.



Em 2016 foram investidos em **conservação e adequação de estradas, controle de erosão, terraçamento, entre outros correlatos**, aproximadamente R\$ 1.230.872,50 nos Assentamentos Estaduais São Roque (R\$ 254.021,28), Nossa Terra (R\$ 726.850,86) e Santa Zélia (R\$ 250.000,00). Pretende-se ainda, através de tratativas já em curso, a captação de recurso financeiro para atendimento de demandas existentes, no ano de 2017, tais quais, serviços de motomecanização nas regiões Oeste, R\$ 4.077.716,03, Norte, R\$ 2.980.653,97 e Leste, R\$ 60.710,00, totalizando a pretensão de se investir R\$ 7.119.080,00.

**Abastecimento de Água e Saneamento** compreende a perfuração de poço tubular profundo e a implantação de reservatório de água, cumprindo os requisitos para outorga de uso. Foram investidos, em abastecimento de água e saneamento, recursos para construção de 13 poços no ano de 2016, na região Norte (investimento R\$ 1.555.712,91) e 4 poços que serão construídos no ano de 2017, na região Sudoeste (R\$ 1.052.440,00), totalizando o investimento aproximado de R\$ 4.309.680,91, atendendo um total de 28 Assentamentos Estaduais. Além destes, pretende-se, através da utilização do rendimento do recurso aplicado, executar mais 4 poços extras até o encerramento do convênio. Convênio com FID, para construção de 690 fossas sépticas, com investimento total de R\$ 2.609.126,64 em infraestrutura para saneamento básico nos Assentamentos Estaduais.

Em 2016, já foram licitados R\$ 1.194.527,40 para a construção de 319 dessas fossas, a serem iniciadas em 2017. Ainda investindo em saneamento básico, a Fundação Itesp, através de convênio assinado em dezembro de 2016 com a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, iniciará a construção de mais 131 fossas sépticas e instalação de 163 hidrômetros no Assentamento Mario Covas, Região Norte do Estado, o que significará um total de R\$676.054,35 investidos.

**Recuperação Ambiental** - a Fundação Itesp executou diversas ações de recomposição florestal das áreas de assentamentos e quilombos, por meio de recursos orçamentários e de parcerias com empresas interessadas na recuperação ambiental no Estado de São Paulo. Em 2016, foram investidos R\$ 283.638,93 dos Recursos Orçamentários para: Implantação e manutenção dos serviços contratados para a recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente para os seguintes assentamentos: Santa Tereza (10 ha) - Euclides da Cunha Paulista, Santa Rita (10 ha) - Tupi Paulista; Santa Zélia (1 ha) - Teodoro Sampaio; Saltinho (1,0 ha) – Araras. Manutenção dos serviços contratados para a recuperação de áreas de reserva florestal legal e de preservação permanente para os seguintes assentamentos: Nossa Senhora das Graças (6,62 ha) – Caiuá; Santa Rita (10ha) - Tupi Paulista. Comunidades Remanescentes de Quilombos - Em junho de 2016, foi assinado o Convênio entre CDHU, Fundação Itesp e Município de Eldorado para a construção de 110 unidades habitacionais para a comunidade de Ivaporunduva, no âmbito do Programa Moradia Quilombola, da Secretaria da Habitação. Em 21 de março, Dia Internacional contra a Discriminação Racial, o governador assinou o decreto que instituiu o Circuito Quilombola Paulista, para estimular o turismo agroecológico e cultural, inicialmente em sete comunidades remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira e Litoral Norte.



O programa vai estender-se em 2017 para mais sete comunidades e deve chegar a todas as comunidades do Estado. Em 22 de março, o Diário Oficial divulgou o Decreto nº 61.880/2016, que instituiu no âmbito da Secretaria de Turismo, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, e da Fundação Itesp o **Circuito Quilombola Paulista**. Parceria no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias 2 - Acesso ao Mercado. Ao todo, foram habilitados 22 projetos, elaborados pelos técnicos do Itesp, no valor de R\$ 3.577.555,89.

O **Microbacias** é uma ação do Governo do Estado, executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), e pela Secretaria do Meio Ambiente, via Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN). Tem por objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas, bem como organizações de produtores de comunidades quilombolas e indígenas.

O projeto visa a aumentar as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social e promover a conservação dos recursos naturais. A Fundação Itesp entregou ao INCRA os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação de Jaó em Itapeva e Pedro Cubas em Eldorado. O trabalho atende ao convênio firmado entre ITESP e INCRA cujo objeto é a elaboração de 12 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID, em territórios remanescentes de quilombos já reconhecidos no âmbito do Governo do Estado de São Paulo. Com o escopo de identificar, reconhecer, delimitar e demarcar, além de indenizar benfeitorias de terceiros em terras públicas estaduais do território quilombola de Praia Grande, no Município de Iporanga, o trabalho, respaldado pela Normativa Federal nº 57/2009, veio para dar celeridade à regularização fundiária dos territórios quilombolas. Desde 2011, o Estado já investiu mais de R\$ 16 milhões nessas comunidades.

#### **14. Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON**

Desempenhou suas atribuições no ano de 2016 por meio de inúmeras intervenções diretas no mercado de consumo, no âmbito coletivo, tanto nas discussões como na aplicação de sanções ou ações educativas sobre temas de grande impacto na sociedade, a saber: tratamento do superendividamento, Jogos Olímpicos, Black Friday.

**14.1. Institucional:** visita da delegação chinesa da Administração Estatal para Indústria e Comércio (SAIC), responsável pela área da defesa do consumidor na China, que foi acompanhada pelo Secretário Nacional do Consumidor e pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor DPDC/SENACON, com o objetivo de mostrar o funcionamento e a estrutura do Procon-SP, que completará 26 anos no próximo dia 11 de setembro.

#### **14.2. Outros destaques:**

- A Fundação Procon SP participou da Tomada de Subsídios promovida pela ANATEL acerca do estabelecimento de franquia de dados na internet banda larga fixa, se posicionando contrariamente à limitação de acesso à internet, por meio do estabelecimento de franquia de dados;



- Procon/SP vai à justiça contra cobrança por bagagem em voo;

### 14.3. Atendimento e Orientação ao Consumidor:

A Diretoria de Atendimento e Orientação ao Consumidor - DAOC, entre janeiro e novembro de 2016 contabilizou, no total, 460.958 atendimentos. Os postos de atendimento presencial operando nos Poupatempos Sé, Santo Amaro e Itaquera e nos CICs - Norte, Leste, Oeste, Feitiço da Vila, efetuaram 152.480 atendimentos (33,1%).

O atendimento à distância, prestado por meio de Atendimento Telefônico, Eletrônico e por Cartas, registrou 308.478 atendimentos (66,9%) realizados no período. Na atuação da DAOC podemos destacar as seguintes realizações: **Redução no tempo de tramitação das reclamações**, passando de uma média de 107 dias em 2012 para 81 dias em 2016; **Ampliação de atendimento diferenciado de demandas pela internet por selos**, buscando-se facilitar o registro de demandas pontuais e de grande potencial ofensivo para os consumidores como os casos envolvendo a Black Friday, Apagão e Jogos Olímpicos; **Elaboração e divulgação de rankings setoriais**, por meio dos quais foram elaborados rankings setoriais para divulgação na imprensa, entre eles: comércio eletrônico; **Monitoramento do Ranking online** com as 50 empresas/grupos mais demandados e seus Índices de Solução, disponibilizado pela Fundação em seu site, desde 15/03/2012; **Foram realizadas 34 reuniões com os fornecedores** mais demandados dos mais variados segmentos para ajustes de procedimentos, aumento nos percentuais de solução e diminuição das demandas; **Atendimento nas redes sociais** - foram feitos em 2016, 21.288 atendimentos pelas redes sociais (Facebook e Twitter); **Lista Evite Esses Sites** - Monitoramento existe desde julho/2011 e, em 2016, relacionou 518 sites não recomendados; **Ampliação dos temas atendidos pela plataforma WEB** - nos anos anteriores houve ampliação paulatina dos assuntos atendidos por este canal, até que em 2016 a Fundação Procon passou a atender pela plataforma WEB todos os temas relacionados à relações de consumo; **Aprimoramento do atendimento pelo 151** - a partir de 2016, a Fundação Procon/SP modificou sua URA (central de atendimento), segmentando ainda mais os temas, de maneira a facilitar o atendimento ao consumidor; em aproximadamente 4.000 casos por mês, os consumidores receberam informações automáticas pelo próprio menu (autoatendimento); **Plataforma consumidor.gov.br** - gestão da plataforma disponibilizada a partir de junho de 2014, pela SENACON para a Fundação Procon SP, abrangendo consumidores domiciliados no Estado, o sistema permite interação direta, por internet, entre os consumidores e grandes fornecedores que aderem às condições de uso. Em 2016, 65.949 consumidores paulistas registraram suas demandas por este canal. A Fundação Procon-SP também analisa pedidos de recusa e cancelamento das reclamações, por parte das empresas, considerando as regras de uso da plataforma. No período foram realizadas 6.336 interações deste tipo.

### 14.4. Medidas para melhoria da qualidade do atendimento nos postos presenciais:

Implantação de projeto-piloto, no Posto Itaquera, com simplificação da triagem, para redução de filas e a wntensificação da disponibilização dos formulários “Escreva Procon”, de forma a reduzir o número de consumidores dispensados, bem como sugestões de uso do Atendimento WEB e plataforma [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br).



#### **14.5. Fiscalização:**

A Diretoria de Fiscalização - DF verifica o cumprimento das normas no mercado de consumo paulista por meio de atos fiscalizatórios, sejam eles internos (análise de contratos, publicidades, monitoramento de Serviço de Atendimento ao Consumidor, dentre outros) ou externos (verificação da qualidade de combustíveis, fiscalização de supermercados, etc.), os quais aumentaram exponencialmente desde o final da última década, especialmente em razão da grande atenção dada pelo legislador estadual à proteção do consumidor paulista.

No período de janeiro a novembro de 2016, foram efetuados 24082 atos fiscalizatórios, tendo sido lavrados 7915 autos de infração, compreendidas as campanhas vinculadas às Leis Estaduais nº 13.541/2009 (Lei Antifumo) e 14.592/11 (Lei Anti-álcool para menores) e as demais operações anuais, megaoperações e diligências especiais. A equipe de fiscalização de combustível da Fundação Procon realizou, durante todo o ano de 2016, operações conjuntas com a Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis - ANP, para a verificação da qualidade dos combustíveis, além de outras irregularidades do CDC; clonagem de postos, publicidade enganosa e produtos vencidos e sem informação de preços (aditivos, fluidos de freios e alimentos), perfazendo um total de 33 cidades com a ANP, e 9 sem a participação da Agência.

Estas operações foram realizadas não apenas na capital de São Paulo como também na grande São Paulo, litoral norte e sul (Operação Verão) e em várias cidades do interior paulista, sendo possível detectar postos comercializando combustível “adulterado”, principalmente percentual de metanol no Etanol acima do permitido.

Cidades da Grande S.P. e Região do ABC em que se realizou atos fiscalizatórios: Santo André, Diadema, Guarulhos, Osasco, Embu das Artes, Taboão da Serra, Mauá, Mogi das Cruzes.

Cidades do Interior de SP em que se realizou atos fiscalizatórios: Ribeirão Preto, Campinas, Franca, Adamantina, Cabreúva, Itu, Araras, Avaré, São Carlos, Catanduva, Botucatu, Santa Bárbara D'Oeste, Tupã, São João da Barra, Orlândia, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Itapira, Fernandópolis, Morro Agudo, Jales Itapetininga, Itatiba, Lins, Sorocaba e São João da Boa Vista.

Cidades do litoral de SP em que se realizou atos fiscalizatórios: Praia Grande, Santos, Guarujá, São Vicente, Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Itanhaém.

Foram atingidas no ano de 2016, fora a capital, o equivalente a 42 cidades fiscalizadas pela equipe de combustível da Fundação Procon, inclusive com a interdição de 2 estabelecimentos. Destaque para as 3 megaoperações de iniciativa do Governo do Estado para o combate à fraude de combustíveis, contando, inclusive, com a presença do Governador. A respectiva “Força Tarefa” teve a participação da ANP, Procon, Ipem, Secretaria da Fazenda e Polícia Civil, sendo duas operações realizadas na capital e grande São Paulo, uma na Baixada Santista e Região de Campinas e de Ribeirão Preto.



As operações foram organizadas pelas Secretarias da Justiça e da Defesa da Cidadania, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Segurança Pública e ANP. Tais atividades, através de sua equipe de combustível, devem continuar no ano de 2017, em conjunto com outros órgão federais e estaduais, Municípios com fiscalização e agentes fiscais credenciados. Em novembro, foram 48 municípios com fiscalização e 111 agentes fiscais para atuação no Interior.

Foram lavrados pelos Procons Municipais, conveniados com fiscalização, 804 autos de infração. A equipe responsável pela orientação e atendimento aos fiscais conveniados e dos Núcleos Regionais realizaram, no período, 372 atendimentos telefônicos e 1520 atendimentos por e-mail.

As atividades fiscalizatórias de Operações foram divididas em duas equipes em 2016, a saber: a Equipe Técnica de Fiscalização Operacional - ETF-O ficou responsável pela fiscalização oriunda de denúncias encaminhadas pela DAOC e solicitações de outros órgãos, atenta à fiscalização repressiva; e a Equipe Técnica de Planejamento de Fiscalização Operacional - ETPF-O, criada em fevereiro de 2016, ficou responsável pela fiscalização preventiva, visitando o Comércio Tradicional, Shoppings Centers, Outlets, Farmácias, Eventos, bem como pelas Operações Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Natal, Páscoa, Volta às Aulas, Carnaval, Transportes, Mãos à Obra, Black Friday, Fórmula 1, e as inéditas Operação Olimpíadas e Operação Espetáculo.

Até 30/11/2016 foram realizados 1915 atos fiscalizatórios, sendo lavrados 724 Autos de Constatações. Pela ETF-O, foram fiscalizados 897 estabelecimentos oriundos de denúncias ou solicitações de outros órgãos.

Foram realizadas as Operações: 10 Mega Operações: Circuito das Malhas, Shopping Mogi, Expo Noivas, Outlet Premium Itupeva, Taubaté Shopping, Centro Empresarial de São Paulo, Shopping Cidade São Paulo, Catarina Fashion Outlet, Shopping Granja Vianna e Shopping Mooca; Operação Volta às Aulas; Operação Olimpíadas, sendo fiscalizados os Aeroportos de Guarulhos e Congonhas, Rodoviária do Tietê e todos os jogos realizados na Arena Corinthians; Operação Fórmula 1; Operação Bancos (em aberto); Operação Black Friday; Operação Dia das Crianças; Operação Dia das Mães; Operação Dia dos Pais; Operação Espetáculo, sendo fiscalizados 33 eventos; Operação Mãos à Obra; Operação Salão do Automóvel 2016; Operação Páscoa; Operação Transportes Carnaval; Operação Farmácias na Capital e interior: Operação Interior em apoio às Regionais foram fiscalizados os municípios de Guaíra, Bebedouro, Barretos, Campos do Jordão, Americana, Hortolândia e Indaiatuba; Realizadas pela equipe de fiscalização análise: diversas operações com destaque para: Operação Escolas e Cursos Livres, Empresas Aéreas Acessibilidade, Farmácia, Vacina da Gripe, Telefonia Móvel e Black Friday.

Durante o ano, também, são realizados monitoramentos do Bloqueio do Recebimento de Ligações Telemarketing com autos de infração lavrados, Monitoramento de recalls.





Em 2016 foram abertas 126 averiguações preliminares para notificação, análise e acompanhamento das campanhas de “recall” deflagradas, todas incluídas no banco de dados mantido pela Fundação Procon/SP.

**14.6. Relações Institucionais:** A Diretoria de Relações Institucionais - DRI, responsável, dentre outras, pelas atividades de Municipalização da Defesa do Consumidor, realizou no período de janeiro a novembro as seguintes atividades: Assinatura de 1 Convênio Novo, 7.060 consultas técnicas através de atendimento telefônico e 2.491 por e-mail, ofícios e ofícios circulares aos Procons Municipais; Realização de Cursos Básico de Atendimento para Procons Municipais com a participação de 150 pessoas, de 85 Procons; Curso de Cálculo: 29 participantes de 14 Procons. Foram ainda realizadas 6 Reuniões Regionais com a participação dos representantes dos municípios. Houve a instalação do SINDEC em mais 05 Procons municipais, perfazendo um total atual de 113 municípios integrados.

Até 31/10/2016, 92.239 consumidores foram atendidos pelos 273 Procons Municipais conveniados em todo o Estado de São Paulo, os quais, muito embora representem 42,33% dos municípios do Estado, alcança 88,9% da população do Estado, contando com a capital. Além disso, a DRI também planejou, desenvolveu e executou 23 ações itinerantes, a sua maioria com utilização da unidade móvel, para orientação e atendimento ao consumidor em bairros mais distantes ou eventos especiais de cidadania.

**14.7. Programas Especiais:** A Diretoria Adjunta de Programas Especiais –DPE, representando a Fundação Procon-SP, participou de 9 Consultas e Audiências Públicas e elaborou 35 respostas a expedientes referentes aos Assuntos Regulados (Assuntos Financeiro, Energia Elétrica-Saneamento, Saúde Suplementar, Telecomunicações, Transportes e Turismo, Vigilância Sanitária e outros). A DPE é responsável pela manutenção e atualização das FAQS, rol de perguntas mais frequentes, disponibilizadas no site da Fundação Procon-SP, sem com isso inviabilizar o envio do questionamento por e-mail ou fax. No período foram 456.685 acessos e 928 e-mails respondidos em orientação ao fornecedor. Por fim, proferiu ainda 3.627 decisões de 1º grau em processos administrativos decorrentes dos autos de infração, elaborou 1.046 Manifestações técnicas referentes às autuações eletrônicas do Programa Nota Fiscal Paulista, além de 76 Manifestações Técnicas e análises de Projetos de Lei.

**14.8. Estudos e Pesquisas:** A Diretoria tem por finalidade desenvolver programas educativos, estudos e pesquisas na área de defesa do consumidor, visando à informação, orientação e educação dos consumidores, desenvolvimento de publicações educativas, dentre outras. Foram desenvolvidos 2 novos temas: “Consumo de Água e de Energia Elétrica - O que você precisa saber” - Publicação que explica as modalidades de tarifas das contas de água e energia elétrica apresentando dicas para economia no consumo, e o folder - “Você Sabe o que é o Procon-SP?” - material institucional criado para distribuição em evento no CIC do Imigrante. Foram revisados os conteúdos de 39 publicações (cartilhas, folhetos e informativos). Há ainda 2 publicações aguardando impressão/publicação, 3 em fase de diagramação e 3 em revisão aguardando projeto gráfico. O



destaque fica para a publicação da cartilha "Consumo de Água e de Energia Elétrica - O que você precisa saber".

As Pesquisas realizadas no período de janeiro a novembro de 2016 referem-se à Cesta Básica (total de 283 relatórios = 225 relatórios diários, 46 relatórios semanais, 11 relatórios mensais e 1 anual), Taxa de Juros Bancários (total de 11 relatórios mensais), Tarifas Bancárias (1 relatório emitido), Comparativas de Preços de Material Escolar\*, Produtos para Páscoa\*, Materiais para Pintura, Dia das Mães (Perfumes), Medicamentos\*, Fraldas Descartáveis (Adulto e Infantil), Brinquedos\* e Eletrodomésticos (total de 48 relatórios divulgados). Destaques: Neste ano a Equipe de Pesquisas desenvolveu duas novas pesquisas comparativas de preços: (1) Materiais para Pintura (município de São Paulo) cujo relatório técnico foi emitido em 05/04/16. O levantamento envolveu um total de 195 itens de diferentes fabricantes de tintas (acrílica, esmalte, látex PVA, spray), verniz, massa, resina, solvente/removedor, lixa e rolo para pinturas. A coleta de preços foi efetuada em dez estabelecimentos comerciais das principais redes do varejo, distribuídos pelas regiões norte, sul, leste e oeste da cidade de São Paulo; (2) Fraldas Descartáveis - Infantil e Adulto (município de São Paulo) cujo relatório técnico emitido em 31/08/16. O levantamento envolveu doze estabelecimentos, sendo seis drogarias/farmácias e seis supermercados/hipermercados, distribuídos pelas cinco regiões do município de São Paulo. Foram comparados 76 itens, sendo 56 produtos para bebês/crianças e 20 produtos para adultos.

**14.9. Administração e Finanças:** A Diretoria de Administração e Finanças, dentre outras atividades realizadas diariamente, no período de janeiro a novembro de 2016 realizou investimentos visando melhorias das condições de trabalho dos funcionários, tais como: **(1) Melhoria da infraestrutura** em tecnologia da informação: Aquisição de 150 computadores novos para substituição de antigos (com mais de 8 anos de uso e sistema operacional incompatível com as necessidades atuais); Cabeamento de departamentos; Aquisição Firewall; Aquisição Storage; Aquisição Baterias Nobreak; Atualização de Sistemas Internos; Aquisição de Módulo de Expediente; Contratação de servidores Prodesp; Integração da nova plataforma de emails. **(2) Melhoria em recursos humanos:** Aquisição de cadeiras; Aquisição de Condicionadores de ar; Aquisição programa JAWS - software de acessibilidade para deficientes visuais; Ampliação da área do refeitório do 3º andar; Implantação dos sistemas da CRH, Almoxarifado, Atendimento ao Consumidor e Fiscalização; Contratação de serviços de portaria, limpeza e vigilância patrimonial; Treinamentos; Controle efetivo de afastamentos médicos com encaminhamento à medicina ocupacional contratada – médica do trabalho e psicóloga.

**14.10. Assessoria Técnica da Diretoria Executiva - ATDEX:** esta executa atividades relacionadas ao gerenciamento dos documentos e processos que tramitam pela Diretoria Executiva, envolvendo o recebimento, registro, análise e posterior encaminhamento às diversas áreas internas da Fundação, bem como às externas, inclusive oferecendo suporte para tomada de decisões da Diretoria Executiva. Entre os meses de janeiro a novembro de 2016, a equipe da ATDEX, analisou e expediu 2.438 expedientes e despachos; emitiu 747 Ofícios (DEX/AT-DEX) e tramitou 477 Processos.

**14.11. Assessoria de Controle e Processos - ACP** tem por principal atribuição assessorar as diretorias envolvidas nos processos administrativos da Diretoria Adjunta de Atendimento e



Orientação ao Consumidor - DAOC e nos processos sancionatórios, compreendendo desde as funções cartorárias, até a emissão, cobrança e controle dos pagamentos das multas e inscrições dos débitos na dívida ativa do Estado, bem como realização de pesquisas no Banco de Dados da Fundação, com a finalidade de subsidiar a prestação de informações solicitadas por órgãos públicos (Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia, dentre outros) e entidades particulares.

Principais Atividades em 2016: Emissão de Certidões 1974; Pesquisas no Banco de Dados para entes da Administração 102; Atendimento Pessoal 11.612; Processos administrativos oriundos da Diretoria de Atendimento (reclamações) publicados e arquivados 24.498; Autuações e cadastro de processos sancionatórios 7.228; Processos sancionatórios inscritos na Dívida Ativa do Estado 1.596; Processos publicados por infração do regulamento CDC e demais normas esparsas 9.009; Processos publicados por infração do regulamento NFP-E 20.175; Protocolos 4.413; Tempo médio de tramitação de processos sancionatórios (em dias) 571,20; Processos Sancionatórios Transitados em Julgado 6.707.

Registra-se que houve a supressão da Atividade: “Títulos de multa e emolumentos (boletos bancários) emitidos” que em decorrência da sistematização da operação, atualmente são emitidos automaticamente. Igualmente houve supressão da Atividade: “Intimações Expedidas”, vez que se tratava de uma ação proativa de envio de boletos para estimar o pagamento de boletos por fornecedores em razão da alteração de Portaria Normativa que regulamenta os processos administrativos sancionatórios da Fundação Procon-SP (Portaria nº 45/15).

**14.12. Assessoria de Comunicação Social:** de janeiro a novembro de 2016 foram emitidos 287 releases, concedidas 980 entrevistas, sendo 242 para jornais, 377 para TVs, 174 para rádios, 55 para revistas e 132 para sites/agências. No mesmo período foram “clipadas” 3.939 matérias com citações ao Procon-SP, sendo 1.264 em jornais, 385 em Tvs, 661 em rádios, 34 em revistas e 1.947 em sites. Os principais assuntos abordados foram: Procon Móvel, Programa de Apoio ao Superendividado, plantão na Black Friday, Recall, aumento no preço de vacinas, rankings de reclamações, pesquisas de preços e operações fiscalizatórias. Nas redes sociais foram 14.794.901 visualizações no Facebook e 2.110.000 no Twitter. O número de novos seguidores foram de 4.848 no Twitter e de 44.074 no Facebook. Em julho foi criado um canal no “YouTube” onde já foram publicados 35 vídeos e teve 5.167 visualizações. Atualmente o Procon-SP tem 180.000 seguidores no Facebook e 34.800 no Twitter. No Blog tivemos 800.850 acessos.

**14.13. Assessoria Executiva de Ação Regional - ATAR:** Criada em 2009 para implantar e gerenciar as Regionais da Fundação PROCON. A Ação de Regionalização executada pelas equipes dos 8 Núcleos Regionais (NRs) em operação (Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba) abrange todas as Regiões Administrativas do interior do Estado. Em 2016 os Núcleos atuaram em 467 (77,06%) dos Municípios no interior e litoral. Foram efetuadas 30 pesquisas de mercado, 205 atividades de orientação e ministradas 59 Palestras, atingindo 276 municípios com ações de educação para o consumo. A atividade fiscalizatória foi desempenhada em 339 municípios (11.661 estabelecimentos comerciais, 3.850 Autos de Infração lavrados).



**14.14. Núcleo de Tratamento do Superendividamento:** o superendividamento pode ser definido como a impossibilidade global do devedor pessoa-física, consumidor leigo e de boa-fé, de pagar todas as suas dívidas de consumo atuais e futuras. O Núcleo de Tratamento do Superendividamento da Fundação Procon-SP trabalha de forma **preventiva** (orientação, informação e conscientização): 53 Palestras realizadas, atingiu 1.201 pessoas; 3.803 consumidores cadastrados no atendimento semipresencial, por meio do site do Procon; 192 audiências conciliatórias. Ressalta-se que em de 2016 o procedimento mudou, com a disponibilidade do Sistema on-line de cadastro no Superendividamento. Agora o consumidor faz o cadastro no site e conforme o caso e a necessidade, comparece no Núcleo para sequência, não havendo mais encaminhamento do Cejusc. A orientação que o Cejusc fornece é cadastrar no Site do Procon, ou, em casos especiais, o consumidor deve ligar para o Núcleo para agendar um horário e fazer este cadastro com um especialista.

**14.15. Ouvidoria:** foram cadastradas e encaminhadas 5.232 manifestações, sendo 780 reclamações, 3.765 solicitações de informações, 411 elogios, 45 sugestões, 45 denúncias e 191 outros.



## SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

### 1. Planejamento dos Transportes

#### 1.1. Planejamento Estratégico

Em 2016, a Área de Planejamento de Transportes da Secretaria de Logística e Transportes - SLT, deu continuidade ao desenvolvimento do Plano Diretor de Logística e Transportes (PDLT 2030), iniciado em 2011, que compreende uma série de projetos que no seu todo deve conformar o arcabouço de ações do Plano Estratégico. O PDLT visa dotar a SLT de um moderno instrumento de planejamento, utilizando as melhores ferramentas analíticas e bases de dados abrangentes, para auxiliar a seleção do melhor conjunto de ações nos campos da infraestrutura, gestão e preços para atingir os objetivos públicos previamente definidos. Dos trabalhos desenvolvidos em 2016 destaca-se:

#### **PDLT 2030 - Elaboração de Licitação Internacional para Detalhamento dos Estudos e Projetos do Plano Multimodal Macrometropolitano - *Master Plan* da MMP**

Os eixos rodoviários radiais que conectam a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP com as cidades vértices da Macrometrópole Paulista, a saber: Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos, já apresentam congestionamentos que se tornarão intoleráveis com o passar dos anos. Com o incremento de novas demandas, basicamente de carga geral, a ampliação de faixas das atuais rodovias não será suficiente. Avaliações realizadas indicam que investimentos ferroviários, visando principalmente o transporte de granéis sólidos, são imprescindíveis ao atendimento das demandas atuais e futuras.

Tendo em vista as premissas estabelecidas, trata-se então de projetar uma ampliação significativa da oferta não rodoviária de transporte de carga geral, de origem e destino para a Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, que seja capaz de capturar demandas de caminhões em volume suficiente para absorver o crescimento desse tipo de fluxo, e de manter em longo prazo, um nível de serviço adequado e com custos competitivos. O modal candidato a receber a principal parcela dessa incumbência é o ferroviário, devido os parâmetros geográficos que caracterizam morfologicamente a Macrometrópole. Como a ferrovia, especialmente para carga geral, não faz o transporte porta-a-porta, o sistema será intermodal, com veículos sobre pneus fazendo o serviço de coleta e distribuição nas pontas.

Salvo exceções em trechos específicos, as linhas ferroviárias para esse serviço de carga geral não devem ser confundidas com aquelas que fazem o transporte de granéis, pois as condições operacionais, como velocidades, manobras e trens-tipo, são muito diferentes. Por outro lado, como as demandas de transporte de longo prazo são elevadas, inexistirá nesse horizonte capacidade para o compartilhamento dos dois tipos de fluxo - granéis e carga geral - sobre uma mesma infraestrutura ferroviária. Desenvolveu-se um estudo de pré-viabilidade de projeto intermodal rodoferroviário de



carga geral de/para a RMSP, que abrangesse os principais eixos radiais de ligação da Macrometrópole com as cidades de Sorocaba, Campinas e São José dos Campos e Baixada Santista.

Em decorrência das curtas distâncias desses tramos ferroviários, o projeto só terá perspectivas de competitividade, conquista de mercado e de desempenho financeiro aceitável, enquanto negócio, se for parte componente de um projeto logístico completo, ponta a ponta, com otimizações que compensem a desvantagem do transbordo intermodal e a distância ferroviária curta. Tratando-se de um sistema intermodal, o projeto requer a presença de terminais de transbordo entre os tramos ferroviários e os serviços sobre pneus que fazem o trabalho de coleta e distribuição. Esses terminais deverão realizar-se também, em maior ou menor escala, dependendo da localização e potencialidade econômica do entorno de cada facilidade, atividades de armazenamento e serviços auxiliares, de modo que esses locais deverão evoluir para a configuração de plataformas logísticas - PLs.

Em 2016 foi lançada uma licitação internacional para contratação de detalhamento dos estudos e projetos, sendo que os consórcios credenciados apresentaram propostas técnicas permitindo então o início das atividades de seleção do consórcio vencedor.

## **1.2. Outras atividades desenvolvidas:**

**Concepção da Estrutura do Painel de Indicadores do PDLT** - Em 2016 foi concebida a estrutura do modelo de avaliação do desempenho dos projetos do PDLT sintetizados em um Painel de indicadores, tendo sido desenvolvidos os Termos de Referência para a contratação do aprofundamento dos estudos.

### **Estudos de Oferta e Demanda de Transporte:**

- **Construção do Banco de Dados de Volume de Tráfego**

A equipe de planejamento da SLT está desenvolvendo um trabalho com o objetivo de melhorar a qualidade dos estudos, de uma forma geral, relacionados com a malha rodoviária. Entre estes estudos são relevantes os futuros estudos de concessões e Parcerias Público-Privadas - PPPs e um Plano de Investimento de Longo Prazo para a malha rodoviária paulista. No âmbito deste trabalho foram desenvolvidas as seguintes atividades:

A construção dos bancos de dados de volume de tráfego que foi realizada em quatro etapas:

i) identificação e obtenção formal dos setores responsáveis no Departamento de Estradas de Rodagem - DER e na Agência de Transportes do Estado de São Paulo - Artesp que possuem os dados brutos coletados através de equipamentos fixos automáticos distribuídos ao longo de toda a malha rodoviária concedida e não concedida;



**ii)** desenvolvimento de ferramentas e algoritmos computacionais destinados a executar os processos de extração, organização, tabulação e correção dos dados brutos cedidos em diferentes formas e tipos de arquivos;

**iii)** georreferenciamento dos bancos de dados formados para cada equipamento presente na malha rodoviária (cerca de 1.200), permitindo a rápida visualização e o mapeamento de valores, gráficos e demais indicadores que sumarizam as informações do tráfego a cada 15 minutos;

**iv)** criação de índices para avaliação da consistência das informações ao longo de segmentos homogêneos que subdividam toda a malha estadual paulista.

• **Segmentação da rede rodoviária e determinação dos Níveis de Serviço - NS**

A segmentação da rede rodoviária em trechos homogêneos e a avaliação do **NS** estão sendo realizadas em quatro etapas:

**i)** obtenção da base vetorial georreferenciada da malha rodoviária do Estado de São Paulo, elaborada pela Diretoria de Planejamento do DER;

**ii)** desenvolvimento das análises das informações constantes da base, com concomitante execução de correções referentes à geometria, topologia e sentido dos vetores que formam as rodovias. Tais atividades possibilitam a geração de sistemas de referenciamento linear e de arquivos roteirizáveis que poderão ser convertidos em redes de simulação de transportes;

**iii)** integração da base geográfica da malha corrigida à diversos outros bancos de dados com informações regionais e imagens de satélite, permitindo avaliar características locais e segmentar as rodovias em trechos homogêneos com atribuição das informações de oferta (características das vias) e demanda (volume de tráfego);

**iv)** desenvolvimento e aplicação de algoritmo para determinação do **NS**, considerando todos os dados reunidos de oferta e demanda, nos trechos homogêneos segmentados. Este resultado permite avaliar tanto a capacidade atual da malha quanto os gargalos gerados relacionando esta capacidade com o crescimento da demanda futura de tráfego.

**Desenvolvimento de Termos de Referência e Editais para licitação de projetos no âmbito do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente conforme lista a seguir:**

**i)** prestação de serviços especializados para avaliação dos impactos das melhorias realizadas em rodovias do Estado de São Paulo;

**ii)** contratação de serviços de levantamento de campo e cadastramento de elementos viários das rodovias sob a jurisdição do Estado de São Paulo em 29.000 km de vias;



iii) contratação direta dos serviços do iRAP (*International Road Assessment Programme*) para realizar o controle de qualidade das etapas de levantamento, codificação e análise relacionadas ao Programa de Segurança Rodoviária do Estado de São Paulo;

iv) contratação de serviços para realizar o levantamento de campo e a codificação de atributos da malha rodoviária sob a jurisdição do Estado de São Paulo (cerca de 26000 km de vias), seguindo a metodologia do iRAP;

v) prestação de serviços especializados para realização da análise e geração de planos de investimentos de segurança da malha rodoviária paulista, seguindo a metodologia do iRAP.

### **Desenvolvimento de Estudos para o Setor Aeroportuário.**

Em 2016 foram desenvolvidos estudos para o setor aeroportuário do Estado, envolvendo o levantamento da demanda de viagens para um ano-base (2014) que, por sua vez foi projetada para o longo prazo. Levando em conta a capacidade instalada atual, verificou-se que no horizonte temporal haverá necessidade de ampliação da capacidade vis a vis das alternativas existentes. Entretanto, a realização de pesquisas Origem-Destino e de Preferência Declarada mostrou-se necessária para permitir a obtenção de uma função de escolha do modo de acesso aos aeroportos, visto que as bases de dados existentes não permitiram a construção de funções representativas do custo do tempo para os modos de acesso.

Tais estudos foram desenvolvidos sob a ótica do usuário, na qual ele escolhe o aeroporto em função do perfil da viagem que pretende realizar, da grade de oferta de vôos, do preço e das condições de acesso. As referidas pesquisas estão sendo programadas para o início do próximo período típico em termos de operação aeroportuária que ocorrerá nos meses de abril ou maio de 2017.

### **Estudos de Estruturação de Lotes de Concessão de Rodovias**

Em 2016 também foram desenvolvidos estudos de pré-viabilidade de 4 lotes rodoviários para concessão à iniciativa privada.

## **2. Transporte Rodoviário**

### **2.1. DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A - DERSA**

#### **2.1.1. SP-021 - Rodoanel Mário Covas**

- **Trecho norte**

**Concluído:** 1) Execução do programa de supervisão e monitoramento ambiental - subprograma de qualidade de água; 2) Assessoria especializada para orientação e auxílio na execução dos programas de gerenciamento de plantios compensatórios, de conservação, monitoramento e resgate





da flora, monitoramento florestal em áreas de influência direta e indireta; 3) Serviços técnicos especializados para continuidade dos procedimentos relativos ao gerenciamento de áreas contaminadas, localizadas ao longo da faixa de domínio; 4) Remanejamento de cabos de fibra óptica na Rodovia Fernão Dias BR 381 - Lote 4; 5) Reassentamento de 140 famílias no Conjunto Habitacional Felipe Cardoso – Perus “D”, 118 famílias no Conjunto Habitacional Freguesia do Ó – “A”, 330 famílias no Conjunto Habitacional Clarice Lispector em Guarulhos, e 15 famílias em unidades adquiridas via Carta de Crédito ou Indenização Assistida; 6) Em junho de 2016, a DERSA participou do evento “Intercâmbio de Conhecimento: Práticas Inovadoras para a entrega de empreendimentos de Infraestrutura”, realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington – DC, Estados Unidos da América. No evento, foram apresentados os mecanismos de gestão utilizados na implantação do Rodoanel Norte e as práticas inovadoras desenvolvidas pela entidade: a) Reuniões de Gestão com equipes internas e externas; b) Necessidade do empreiteiro ter o Certificado de Conformidade Ambiental para o recebimento da fatura mensal; c) práticas inovadoras desenvolvidas em parceria com o BID, como o Programa de Reassentamento do Rodoanel Norte, que desenvolve atividades de relocação das famílias e presta auxílio em questões sociais, saúde, educação, empregabilidade, renda e desenvolvimento comunitário.

**Em andamento:** 1) Consultoria nas áreas de geologia e geotecnia; apoio tecnológico na análise de desenhos e documentos do detalhamento executivo do projeto de engenharia e nas soluções para o atendimento às exigências da CETESB, para a obtenção da Licença de Instalação - LI; 2) Consultoria especializada para Apoio à coordenação das Ações Ambientais; 3) Consultoria para detalhamento do projeto executivo de engenharia, apoio e acompanhamento técnico das obras - ATO, Lotes 1 ao 6; 4) Consultoria especializada para Apoio à coordenação: das Ações Sociais - Lotes 1 e 2, das Ações Ambientais, da Execução do Empreendimento (engenharia), do Gerenciamento Geral, além do apoio à Unidade de Coordenação do Projeto - UCP; 5) Serviços técnicos especializados de engenharia para avaliações, perícias e elaboração de laudos individuais de imóveis que serão desapropriados; 6) Aquisição de áreas para construção de conjuntos habitacionais; 7) Projeto de monitoramento da tendência demográfica na área de influência direta e indireta; 8) Projeto de monitoramento da dinâmica de uso e ocupação do solo, na área de influência direta e indireta; 9) Obras e serviços de construção do trecho Norte do Rodoanel, compreendendo os Lotes 1 ao 6; 10) Serviços técnicos especializados de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras, compreendendo os Lotes 1 ao 6; 11) Serviços técnicos especializados de supervisão, monitoramento e acompanhamento ambiental das obras, compreendendo os Lotes 1 ao 6; 12) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária; 13) Reassentamento: a) Aquisição de Unidades Habitacionais - UHs que serão entregues às famílias; b) Reassentamento de 1.340 famílias que estão aguardando o recebimento de UHs; c) Pagamento de aluguéis para as famílias que estão aguardando as UHs; 14) Remanejamento de rede de 900 mm e implantação de adutora de 1.050 mm da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp - Lote 1; 15) Remanejamento de adutoras da Sabesp de 150mm e de 300mm, ambas na Av. Coronel Sezefredo Fagundes - Lote 4; 16) Avaliação técnica das causas do acidente ocorrido no túnel 501 da pista interna - emboque Oeste do Lote 5; 17) Serviços técnicos especializados para levantamento prévio das atuais condições estruturais de unidades habitacionais de médio à alto porte em áreas sob influência das



obras; 18) Alçamento das torres das linhas de transmissão elétrica de 138kv da EDP Bandeirantes no Lote 5.

Investimento até novembro de 2016: R\$ 792,6 milhões. Investimento para dezembro de 2016: R\$ 166,1 milhões.

- **Trecho Sul** (Obras - responsabilidades que não foram transferidas à Concessionária SPMar).

**Concluído:** Elaboração de projeto de engenharia, com elementos para licitação das obras e detalhamento executivo de barreiras acústicas.

**Em andamento:** 1) Reassentamento de 221 famílias que estão aguardando o recebimento da UH; 2) Acordos e/ou ações judiciais de desapropriação e regularização fundiária (incluindo parques); 3) Vigilância patrimonial motorizada (veículo e moto) em áreas desapropriadas dos parques e unidades de conservação do Trecho Sul e do prolongamento da Av. Jacu Pêssego Sul.

Investimento até novembro de 2016: R\$ 9,9 milhões. Investimento para dezembro de 2016: R\$ 2,2 milhões.

- **Trecho Oeste**

**Em andamento:** Regularização fundiária e urbanística dos empreendimentos de reassentamento do Rodoanel Oeste - Osasco e Carapicuíba em tratativas com as prefeituras municipais; em Padroeira está regularizado, porém pendente na obtenção de procuração da Cooperativa Rodoanel para concluir escrituras faltantes.

### **2.1.2. Nova Tamoios - Planalto**

**Em andamento:** 1) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária; 2) Prestação de serviços para a elaboração, execução e manutenção dos projetos de restauração florestal - Lotes 1 e 2; 3) Obras e serviços complementares de implantação de acessos nas propriedades lindeiras às obras; 4) Implantação de passagem superior de fauna, como medida de compensação ambiental; 5) Implantação de 12 passarelas para pedestres, inclusive suas respectivas baias de paradas de ônibus nas pistas sul e norte, compreendendo 6 lotes.

Investimento até novembro de 2016 (com exceção do apoio à operação rodoviária): R\$ 30,0 milhões. Investimento para dezembro de 2016 (com exceção do apoio à operação rodoviária): R\$ 7,2 milhões.



### 2.1.3. Nova Tamoios - Contornos Norte e Sul

**Concluído:** 1) Serviços técnicos para avaliação de passivos ambientais (etapa de investigação confirmatória) do empreendimento; 2) Serviços técnicos de consultoria nas áreas de geologia e geotecnia, apoio tecnológico e desenvolvimento de estudos; 3) Reassentamento de 34 famílias na UH Nova Caraguá II.

**Em andamento:** 1) Serviços técnicos de consolidação do Projeto Básico com atendimento às eventuais condicionantes ambientais, Detalhamento Executivo do projeto consolidado, assessoria de apoio e acompanhamento técnico às obras - ATO para os projetos de implantação; 2) Execução do subprograma de monitoramento da qualidade das águas superficiais durante as obras de construção; 3) Serviços de monitoramento da fauna durante a construção; 4) Serviços técnicos de consultoria especializada para supervisão ambiental das obras de implantação do empreendimento - Lotes 1 ao 4; 5) Consultoria especializada de engenharia para apoio à DERSA no Gerenciamento Geral na prestação de serviços técnicos para implantação do empreendimento; 6) Consultoria especializada para apoio à coordenação das Ações Ambientais na implantação do empreendimento; 7) Serviços técnicos especializados de Gerenciamento Social, remoções e reassentamento das famílias atingidas pelas obras; 8) Obras e serviços de implantação dos Contornos Norte e Sul - Lotes 1 ao 4; 9) Serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação - Contornos Norte e Sul - Lotes 1 ao 4; 10) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária; 11) Reassentamento de 30 famílias que estão aguardando o recebimento da UH; e pagamento de aluguéis.

Investimento até novembro de 2016: R\$ 441,5 milhões. Investimento para dezembro de 2016: R\$ 63,0 milhões.

### 2.1.4. Túnel Santos-Guarujá - Submerso

**Concluído:** Elaboração do Plano Diretor Cicloviário do Submerso, por meio de colaboração entre a DERSA, *Dutch Cycling Embassy* e os municípios de Santos e Guarujá. O trabalho resultou em recomendações ao projeto do túnel e melhorias na infraestrutura existente das cidades, bem como diretrizes para projetos futuros e um manual de projeto para o tráfego de bicicletas.

**Em andamento:** 1) Elaboração do EIA-RIMA e licenciamento ambiental de consolidação e otimização da alternativa selecionada, de projeto de engenharia, de preparação dos elementos para licitação das obras e do detalhamento executivo; 2) Consultoria multidisciplinar para atuação em conjunto com a equipe da DERSA, na coordenação, concepção, análise e acompanhamento dos trabalhos relativos ao detalhamento do túnel imerso.

Investimento até novembro de 2016: R\$ 1,7 milhões. Investimento para dezembro de 2016: R\$ 0,1 milhão.



### **2.1.5. Nova Marginal do Tietê**

**Em andamento:** 1) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária; 2) Implantação de adutora 300 mm (Sabesp) entre a Rua Iapó e a Ponte do Limão.

Investimento até novembro de 2016: R\$ 15,4 milhões. Investimento para dezembro de 2016: R\$ 2,0 milhões.

### **2.1.6. Complexo Viário Jacu Pêssego**

**Em andamento:** 1) Reassentamento de 556 famílias que estão aguardando o recebimento da UH e pagamento de aluguéis; 2) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária.

Investimento até novembro de 2016: R\$ 36,6 milhões. Investimento para dezembro de 2016: R\$ 3,4 milhões.

### **2.1.7. Complexo Viário Polo Itaquera**

**Concluído:** Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária; 2) Plantio compensatório e paisagístico e desenvolvimento de atividades de educação ambiental das obras do Programa de Desenvolvimento da Zona Leste da Região Metropolitana de São Paulo.

Investimento até novembro de 2016: R\$ 19,4 mil.

### **2.1.8. Aeroporto de Ribeirão Preto**

**Concluído:** Elaboração do projeto executivo referente à adequação no sistema viário do entorno do aeroporto Leite Lopes, via contrato com o Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP.

Investimento até novembro de 2016: R\$ 0,57 milhão.

### **2.1.9. Conexão Porto Cidade Santos**

**Em andamento:** 1) Elaboração de estudos de alternativas viárias, desenvolvimento de projetos de engenharia e detalhamento executivo de diversas intervenções na região de entrada do município de Santos, via contrato com a Secretaria de Logística e Transportes - SLT.

Investimento até novembro de 2016: R\$ 1,5 milhões.



#### **2.1.10. Corredor Metropolitano Noroeste - Região Metropolitana de Campinas - RMC – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU**

**Concluído:** Elaboração e controle dos projetos de infraestrutura das obras complementares no trecho Campinas / Sumaré do Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares, na RMC, via contrato com a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano.

Investimento em dezembro de 2016: R\$ 99,4 mil.

#### **2.1.11. Ferroanel Norte**

**Em andamento:** 1) Elaboração do EIA/RIMA e licenciamento ambiental prévio do empreendimento ferroviário; 2) Elaboração do projeto de engenharia, contendo os elementos necessários para caracterizar a obra de implantação do Ferroanel Norte, via termo de compromisso.

#### **2.1.12. Outras ações**

**Concluído:** Realização de investigação confirmatória complementar e passivo ambiental na área onde funcionou o Centro de Operações da DERSA - CODE, em Itaquaquecetuba/SP.

#### **2.1.13. Travessias Litorâneas**

• **Melhoramento de instalações e embarcações - obras navais. Reforma e Modernização das Embarcações:** Execução de obras de reforma e modernização de 07 (sete) embarcações das Travessias Litorâneas, sob a jurisdição da DERSA, sendo: FB-13, FB-14, FB-17, FB-25, FB-29 e FB- Ribeira, e Lancha Itapema I.

Investimento até dezembro de 2016: R\$ 17,7 milhões.

• **Aquisição e Recondicionamento dos Motores de Propulsão, Caixas Reversoras e Sistemas de Comando das Embarcações nas Travessias Litorâneas e Linha de Navegação, Peças Sobressalentes e Salvatagem:** Aquisição de motores, caixas reversoras, hélices, peças sobressalentes e equipamentos de salvatagem para as embarcações da DERSA.

Investimento até dezembro de 2016: R\$ 15,5 milhões.

• **Construção e Recuperação de Pontes de Embarque e Desembarque:** Execução de obras de recuperação de 01 ponte móvel de embarque e desembarque na Travessia São Sebastião x Ilhabela, margem de São Sebastião, e construção de 1 ponte móvel nova para embarque e desembarque na Travessia Iguape x Juréia, margem Juréia.

Investimento até dezembro de 2016: R\$ 0,7 milhão.



- **Desenvolvimento de Projetos:** Elaboração do Projeto Executivo para melhorias nas instalações do Estaleiro de Vicente de Carvalho, no município de Guarujá;

Investimento até dezembro de 2016: R\$ 0,4 milhão.

- **Renovação e contratação de serviços para as travessias litorâneas, sob a jurisdição da DERSA** - Investimento em 2016: R\$ 99,4 milhões.

Renovação de Contrato para a prestação de serviços de Operação do Sistema de Travessias e Linha de Navegação;

Renovação de Contrato para o fornecimento de óleo diesel marítimo para as embarcações das Travessias (lotes 1 e 2);

Renovação de Contrato para os serviços de Arrecadação de Tarifas, Pedágios e Bilheterias das Travessias;

Renovação de Contrato para Manutenção Preventiva, Corretiva e Programada dos atracadouros de gaveta e grupos geradores das Travessias Santos/Guarujá e Vicente de Carvalho (Guarujá)/Praça da República (Santos);

Renovação de Contrato para prestação de serviços de Engenharia Civil para Conservação e Manutenção de Prédios, Pátios, Atracadouros e Bolsões de Embarque e Desembarque dos Estaleiros e Linha de Navegação, abrangendo as seguintes travessias: Guarujá, Santos, Bertioga, Vicente de Carvalho, Ilhabela, São Sebastião, Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Porto Cubatão, Juréia e Ariri;

Renovação dos contratos de prestação de serviços de vigilância patrimonial nas dependências da DERSA, nas travessias nos litorais Norte, Centro e Sul do estado de São Paulo;

Contratação de Empresa para prestação de serviços de bilhetagem eletrônica para as travessias Santos/Guarujá e Vicente Carvalho/Praça da República;

Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção e conservação naval para as embarcações das travessias e linha de navegação, para os serviços de transporte de veículos por *ferryboats* e passageiros por lancha;

Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção eletroeletrônica para todas as travessias.

**2.1.14. Comunicação:** 1) Publicidade Legal: R\$ 658.431,66; 2) Assessoria de Imprensa: R\$ 1.382.057,06; 3) Centros de Informações: R\$ 2.175.361,42; 4) Material Informativo: R\$ 312.719,81. Investimento total em 2016: R\$ 4.528.569,95, incluindo estimativa relativa a dezembro de 2016.



### **2.1.15. Patrimônio Imobiliário**

Foi dado prosseguimento à atribuição de lavrar escrituras de desapropriações administrativas e extração das cartas de adjudicação dos imóveis objeto de desapropriação judicial, para registro, além de orientar e dar assistência aos expropriados, gerando: a) Atendimento a cerca de 120 expropriados para regularização da matrícula com registro da desapropriação e apuração da área remanescente; b) Lavradas 35 escrituras das quais 28 foram registradas; c) Expedidas 29 cartas de adjudicação e aditadas 19 das quais 43 foram registradas.

Contestação e acompanhamento de diversas ações judiciais de retificação de área e de usucapião e respostas, pelas demandas cartorárias relativas a pedidos de retificação e demarcação de áreas de terceiros.

Inventário: continua em desenvolvimento, conjuntamente com a área de TI da empresa, um módulo específico para organizar as informações de análise de processos de desapropriação (judiciais e administrativos) e cartas de adjudicação para atualização das informações dos registros imobiliários.

Efetuada a licitação para venda do imóvel denominado "Pedreira Santa Cruz", que culminou deserta, passou-se, então, a oferecer o imóvel em venda direta sem sucesso.

Adoção de procedimentos preparatórios para licitação e aprovação para venda dos imóveis denominados "Múcio", "TIC-Leste", "Isaias" e "CODE SIT".

Estão em fase de registro as diversas desapropriações no município de Mauá, relativas à permuta de imóveis visando atendimento do Programa de Reassentamento, que deverá resultar em títulos de propriedade sem ônus e em condições de repasse à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, responsável pelo empreendimento.

Em trabalho conjunto com a Prefeitura de Guarulhos, foram devidamente registrados os lotes do Jardim Santa Helena, onde será construído o parque Tecnológico, transferidos em dação em pagamento, bem como levado para averbação o contrato de cessão de uso real de área de mata de parte do terreno da DERSA que integra o Terminal Intermodal de cargas Leste - TIC-Leste.

Continuam em andamento os registros das desapropriações promovidas para integrar os diversos parques ao longo do Rodoanel Sul e da Ligação Jacu-Pêssego.

Regularização do imóvel denominado "Convento" para negociação futura. Registrada a Carta de Adjudicação e seu aditamento corrigindo a área efetivamente desapropriada, permitindo prosseguir com a escritura do restante da matrícula desapropriada administrativamente.



Compensação do RODOANEL SUL: DERSA encaminhou laudo de avaliação para a Fundação Nacional do Índio - FUNAI visando a aquisição da Fazenda Santa Verônica, localizada em Tapiraí/SP, para atender a compensação ambiental em decorrência do empreendimento.

O processo de negociação para dação em pagamento do CODE de Atibaia continua suspenso, pois não há decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que justifique a desistência das teses de imunidade em ações que não tiveram trânsito em julgado.

## 2.2. DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

### Malha Rodoviária do Estado de São Paulo

TIPO DE ESTRADA		ÓRGÃO	DER (km)	CONCESSÕES (km)	TOTAL ESTADUAL (km)	FEDERAL (km)	MUNICIPAL (km)	TOTAL (km)
EIXO	TERRA		784,06	-	784,06	-	161.194,44	161.978,50
	PISTA SIMPLES		9.918,65	1.101,87	11.020,52	437,74	14.626,75	26.085,01
	PISTA DUPLA		951,88	4.062,00	5.013,88	617,75	-	5.631,63
SUBTOTAL			11.654,59	5.163,87	16.818,46	1.055,49	175.821,19	193.695,14
ACESSOS	TERRA		247,20	-	247,20	-	-	247,20
	PISTA SIMPLES		1.984,77	231,74	2.216,51	0,33	-	2.216,84
	PISTA DUPLA		225,97	95,61	321,57	-	-	321,57
SUBTOTAL			2.457,93	327,35	2.785,28	0,33	-	2.785,61
DISPOSITIVOS			1.467,38	1.345,21	2.812,60	-	-	2.812,60
SUBTOTAL			1.467,38	1.345,21	2.812,60	-	-	2.812,60
TOTAL			15.579,91	6.836,43	22.416,33	1.055,82	175.821,19	199.293,34

Data Base: outubro/2016

### 2.2.1. Investimento em Obras Rodoviárias

Até novembro de 2016 o DER investiu: R\$ 1.229 bilhões em pavimentação, duplicação e recuperação de rodovias estaduais, ao longo de 1789,67 km de obras em andamento/concluídas; R\$ 1,942 milhões na rede vicinal, ao longo de 48,90 km de obras; R\$ 3,090 milhões em Patrulha Rodoviária, numa extensão de 40,50 km e R\$ 1,191 milhões em 20 Terminais Rodoviários.

### 2.2.2. Rede Vicinal - Programa de Recuperação/Pavimentação de Vicinais

As estradas vicinais são importantes indutoras de desenvolvimento, sendo vias capilares do sistema rodoviário. O Programa busca atender a grande demanda por transporte existente no interior do estado, de forma a garantir condições adequadas para a interligação com a malha rodoviária estadual e federal. Busca, ainda, beneficiar a vida de milhões de pessoas que circulam pelo Estado, melhorando a acessibilidade dos núcleos urbanos, aumentando a segurança no transporte de pessoas e cargas e reduzindo os acidentes e tempo de viagem.





Até novembro de 2016, foram concluídos 4,5 km de obras e em andamento mais 44,40 km de obras em estradas vicinais.

**2.2.3. Patrulha Rodoviária** - Execução de obras de pavimentação, recuperação, regularização e tapa buraco em rodovias estaduais e em estradas municipais com utilização de pessoal e equipamentos do DER. Até novembro de 2016 foram concluídos 5,3 km e em andamento 35,20 km de estradas vicinais.

**2.2.4. Parcerias com Municípios** - Até novembro de 2016 estavam em andamento 72 convênios, totalizando 63 municípios e mais de 3,15 milhões de pessoas beneficiadas através de programas como Parcerias, Pavimentação e Recuperação de Vicinais, Reforma/Construção de Terminal Rodoviários, dentre outros.

#### **2.2.5. Conservação Rodoviária**

O DER, além de construir e operar as rodovias sob sua jurisdição, vem progressivamente ampliando recursos e melhorando em tecnologia e qualidade os serviços prestados na conservação rodoviária, de forma a assegurar a fluidez do tráfego, bem como a manutenção do patrimônio público e, principalmente, a segurança de seus usuários.

De janeiro a novembro de 2016 foram investidos R\$ 69,2 milhões em serviços de conservação da sinalização vertical e horizontal e R\$ 207,2 milhões em serviços de conservação rodoviária de rotina, perfazendo um total de R\$ 276,4 milhões.

**2.2.6. Terminais Rodoviários** - Até novembro de 2016 foram concluídas as reformas/construção de 2 terminais, nos municípios de Iacri e Olímpia, e estão em andamento as obras em 18 terminais.

#### **2.2.7. Fiscalização**

- **Radares** - O Programa Estadual de Segurança Rodoviária, cuja meta é a redução de acidentes, principalmente os que resultam em vítimas fatais conta até novembro de 2016, com o total de 784 locais de fiscalização eletrônica, sendo, 572 zonas de fiscalização de excesso de velocidade por equipamentos do tipo fixo e lombadas eletrônicas, 71 equipamentos do tipo estático e 100 equipamentos do tipo portáteis manuseados pela Polícia Militar Rodoviária - PMRv do Estado, contendo também a integração dos não metrológicos, com 10 locais de fiscalização de invasão da faixa exclusiva de veículos pesados, e 31 equipamentos de fiscalização de evasão de pedágio.

- **Irregularidades Administrativas** - Existem 61 equipamentos do tipo *Optical Character Recognition* - OCR para fiscalização de irregularidades administrativas dos veículos em trânsito. Esse equipamento é implantado nas viaturas da PMRv, para monitorar e fiscalizar com o veículo parado ou em movimento.



**2.2.8. Operação Rodoviária** - As atividades da Operação Rodoviária, cobrindo 15.600 km de rodovias, são desenvolvidas pelas 57 Unidades Básicas de Atendimento - UBAs, que prestam serviços gratuitos aos usuários. São serviços de socorro mecânico, remoção de veículos em pane e acidentados ou de obstáculos nas pistas, resgate e atendimento de primeiros socorros às vítimas de acidentes, além do apoio com informações e orientações. As UBAs abrangem 562 municípios paulistas e atendem, em média, 21 mil usuários por mês, totalizando mais de 233 mil atendimentos por ano.

**2.2.9. Central de Operações e Informações - COI** - A COI opera o serviço de atendimento telefônico 0800, um canal de comunicação gratuito que visa maior comodidade e agilidade no atendimento dos usuários nas rodovias operadas pelo DER. Operando 24 horas por dia, a COI atende as solicitações de socorro mecânico, presta informações sobre condições de tráfego, localização de pedágios, balanças e pontos de referência, condições climáticas, itinerários, tarifas de pedágio e monitora, em tempo real, as condições de tráfego das principais rodovias estaduais através de câmeras, analisadores de tráfego e medidores de temperatura. Até novembro de 2016 foram atendidas 522.701 ligações através do telefone 0800 055 5510, com uma média de 1,58 mil ligações por dia.

**2.2.10. Pátios de Recolhimento** - O objetivo do DER com a contratação de empresas para prestação dos serviços de administração e manutenção de pátios de remoção e guarda de veículos, é o de oferecer a infraestrutura necessária para a fiscalização da regularidade dos veículos, seus condutores e respectiva documentação, em procedimento exercido pelo policiamento militar rodoviário do Estado, garantindo assim a função institucional e legal da Autarquia. Atualmente, há 32 pátios em operação para a remoção e guarda e 08 bolsões para a exclusiva guarda de veículos.

### **2.2.11. Campanhas Educativas**

Desde 2003, o Departamento de Comunicação e Marketing do DER vem realizando Campanhas Educativas com o objetivo de reduzir o número de vítimas de acidentes nas rodovias do Estado. A divulgação é feita por meio de textos informativos (*releases*) que são distribuídos nos sites do DER e da Secretaria de Logística e Transportes.

De janeiro a novembro de 2016, foram realizadas 07 campanhas, totalizando 136.000 materiais gráficos (folhetos e postais) distribuídos, 78 faixas educativas instaladas nas rodovias do DER, além de 11.000 brindes (sacolas de câmbio, mapas, adesivos 0800, entre outros) distribuídos.

**Programa de Educação para o Trânsito - DER NA ESCOLA** - Em 2016, foi realizado o programa de educação para o trânsito DER na Escola. De Janeiro a Novembro de 2016, foram visitadas 36 escolas em 20 municípios. Atendendo 6.544 crianças entre as idades de 6 a 12 anos.

### **2.2.12. Segurança, estatística, análise de acidentes e vítimas**

Adotando como rotina de trabalho desde o ano 2000, o DER elabora seu banco de dados de acidentes que, a partir de 2003, passou por ajustes para torná-lo mais eficiente com a criação de



software específico para coleta dos dados estatísticos de acidentes nas rodovias estaduais sob sua jurisdição, servindo de ferramenta importante na priorização de ações por parte do órgão. Dentro do escopo de seus trabalhos, ressalta-se o desenvolvimento de estudos que visam à indicação de trechos críticos de acidentes, com a análise estatística de toda sua malha, o que é de fundamental importância, pois, através destes estudos, fornece todas as informações necessárias para a determinação dos trechos mais críticos de acidentes, auxiliando na gestão rodoviária.

No ano de 2016, foram indicados os 500 principais trechos críticos de acidentes nos 15.402,29 km de rodovias estaduais administradas pelo DER e também encaminhadas propostas de melhoria na sinalização geometria para programação futura por meio de cronograma de implantação.

Ainda sobre ações voltadas a segurança, em função de exigências previstas na Resolução nº. 396/2011, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coube também ao DER a elaboração e atualização anual de Estudos Técnicos para todos os 571 pontos de implantação de equipamentos fixos (Radares e Lombadas Eletrônicas) de sua malha rodoviária, bem como estudos de necessidade e viabilidade em novos locais.

### **2.2.13. Fiscalização de Peso**

Conforme determina a Lei nº 9.503/1997, é de competência dos órgãos e entidades executivos rodoviários, no âmbito de sua circunscrição, fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas à infração por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar (art. 21 do Código de Trânsito Brasileiro).

O excesso de peso no transporte de cargas é responsável pelo maior desgaste do veículo, dos pneus, maior consumo de combustível, provoca a redução da capacidade de frenagem e danos à sua suspensão, comprometendo a dirigibilidade do veículo, interfere no tráfego da via, podendo provocar graves acidentes, causando grandes prejuízos à conservação, ao pavimento e as obras de arte, conforme atestam estudos e pesquisas sobre o assunto. Segundo estudos excesso de carga de 20% poderia causar a redução da vida útil do pavimento em 50%, considerando apenas veículos com excesso de peso.

Para cumprir esta obrigação legal o DER, nas rodovias que administra diretamente, possui atualmente 56 pontos para operação de fiscalização diurna, e 13 pontos com operação ininterrupta 24 horas. Ampliando a fiscalização para cargas superdimensionadas, conta com 1 equipamento visando à concessão de Autorização Especial de Trânsito - AET. As rodovias concedidas possuem 23 pontos com operação 24 horas e, para operar no período diurno 88 pontos, cabendo ao DER disponibilizar ao Agente da Autoridade para a competente autuação.

	<b>DER</b>	<b>Concessionária</b>	<b>Total Geral</b>
<b>Veículos Fiscalizados</b>	3.325.139	4.850.023	8.175.162
<b>Autuados</b>	141.025	172.234	313.259

(Data Base: outubro/2016)



As autorizações especiais de trânsito - AET concedidas pelo DER/Sede, até o mês de outubro/2016, totalizaram 89.883 AETs, das quais 610 AETs foram para cargas acima de 100 toneladas. Para executarem esse transporte os veículos necessitam de autorização especial para transitar, além de requisitos técnicos estabelecidos pelo DER a serem observados para a circulação de acordo com a legislação.

#### **2.2.14. Monitoramento Rodoviário**

Através da instalação de novos contadores, radares e câmeras em pontos de maior demanda de tráfego, o DER tem viabilizado melhores condições de tráfego aos usuários das rodovias. Além disso, são disponibilizados ao público em geral, por meio do acesso ao site [www.der.sp.gov.br](http://www.der.sp.gov.br), recursos para que os usuários recebam informações atualizadas sobre as condições das rodovias de forma a programar e planejar melhor a viagem. Dentre estes recursos estão câmeras *on line*, webrotas, (sistema que determina qual a melhor alternativa de rota para um parâmetro informado), condições das rodovias (que informa condições de tráfego, restrições e interdições) e localização de radares.

De acordo com dados de acesso do site houve, até outubro de 2016, mais de 3,8 milhões de visualizações aos itens relacionados, sendo que só o sistema de Câmeras *on-line* teve mais de 3,6 milhões de visualizações.

**2.2.15. Site DER ([www.der.sp.gov.br](http://www.der.sp.gov.br))** - Visa disponibilizar informações institucionais e de utilidade pública bem como serviços à população em geral. Entre as informações disponíveis existem desde o histórico do Departamento até Programas de obras em andamento, bem como informações de pedágio, restrições de tráfego, disponibilização de manuais técnicos e normas. Os serviços abrangem retenção e repasse do ISSQN, faixa de domínio, leilões de veículos apreendidos, multas, pagamentos a fornecedores, solicitação de Autorização Especial de Trânsito, mapas rodoviários e a roteirização (WebRotas). O site do DER está sendo reformulado e atualizado, visando torná-lo mais amigável ao usuário. Até outubro de 2016 foram contabilizados mais de 7.5 milhões de acessos ao site.

### **3. Transporte Aeroviário**

#### **3.1. DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DAESP**

O desafio do DAESP em 2016 foi cumprir a missão de manutenção e modernização da infraestrutura dos 26 aeroportos que compõem a sua rede, sob as condições de austeridade fiscal decorrentes da conjuntura econômica adversa em todo o país.

Os impactos da economia se refletem muito rapidamente na atividade da aviação e, no DAESP, sentiu-se no movimento de passageiros e aeronaves nos aeroportos, exigindo da administração da autarquia esforços para fazer o ajuste de prioridades no programa de investimentos e para atingir as metas de redução de gastos estabelecidas para toda a administração estadual.



Esse trabalho, devidamente alinhado com as diretrizes traçadas pela Secretaria de Logística e Transportes, foi planejado e executado pelo DAESP, tendo em conta a necessidade de se assegurar as melhores condições possíveis de operação a passageiros e usuários dos aeroportos e, também, o atendimento às exigências dos órgãos federais da aviação civil e da aeronáutica.

### **3.1.1. Movimento de passageiros e aeronaves**

A rede do DAESP deverá fechar o ano de 2016 com o tráfego de cerca de 2,4 milhões de passageiros em seus aeroportos, quase 10% inferior aos 2,6 milhões transportados em 2015, e bastante abaixo do movimento recorde de mais de 2,8 milhões de passageiros alcançado em 2012. Também o número de operações aeronáuticas diminuiu, devendo atingir 325 mil ao final do ano de 2016, patamar mais baixo dos últimos cinco anos no DAESP.

Os seis aeroportos que operam voos da aviação comercial regular de passageiros - Araçatuba, Araraquara, Bauru-Arealva, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto - mantiveram o percentual de 93% do movimento total de passageiros transportados em 2016, embora o aeroporto de Ribeirão Preto, o de maior movimento da rede, contabilizará movimento inferior a 1 milhão de passageiros, pela primeira vez nos últimos cinco anos.

Os efeitos da crise econômica impactam mais fortemente a aviação geral. Com uma diminuição de quase 20% no número total de operações nos aeroportos da rede, os aeroportos mais movimentados da aviação executiva - Campinas-Amarais, Jundiaí e Sorocaba - diminuíram sua participação de 50% em 2015, para 45% do total das operações aeronáuticas registradas pelo DAESP neste ano.

### **3.1.1. Aplicação dos recursos de investimento e custeio**

Para enfrentar as restrições orçamentárias de 2016, o DAESP priorizou a continuidade de dois grandes projetos que tinham sido iniciados em 2015, que consumiram quase 80 % do valor total de R\$ 15,6 milhões do orçamento destinado a investimentos na rede de aeroportos.

Quase R\$ 8,9 milhões foram investidos na construção da nova ala de embarque do aeroporto de São José do Rio Preto. Essa primeira fase do processo de modernização do terminal de passageiros do aeroporto foi concluída e inaugurada no primeiro semestre, melhorando as condições de conforto e segurança dos passageiros e a capacidade de atendimento do aeroporto, esgotada há bastante tempo.

Outros R\$ 3 milhões foram destinados à continuidade da construção da torre de controle de tráfego aéreo do aeroporto de Sorocaba, para atender a exigência das autoridades aeronáuticas. As obras civis da torre se encontram em fase de conclusão, com previsão da implantação dos equipamentos de operação no ano de 2017.



Obras e serviços para atender aos requisitos de segurança operacional foram mantidos. Em 2016 mais de R\$ 1,5 milhão foram aplicados no processo contínuo de remoção de borracha das pistas de pouso e decolagem dos principais aeroportos de aviação regular do DAESP.

O restante dos recursos foi distribuído em obras de reparos e restauração de pátios e pistas de táxi aéreo, adaptações de edificações operacionais, implantação de drenagem e correção de processos erosivos, cercas operacionais e outros, conforme as necessidades dos aeroportos da rede.

Excluídas as despesas de pessoal e encargos, outros gastos com serviços considerados essenciais e mandatórios à atividade aeroportuária comprometeram cerca de 70% do orçamento anual de custeio do DAESP, que se referem às seguintes atividades: prevenção, salvamento e combate a incêndio; vigilância, segurança, inspeção e proteção; serviços auxiliares operacionais de transporte aéreo e serviços de telecomunicações aeronáuticas, sujeitos a permanente fiscalização das autoridades aeronáuticas e da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

### **3.1.2. Receitas comerciais e tarifas aeroportuárias**

A arrecadação obtida com tarifas aeroportuárias pagas pelos usuários e com as receitas comerciais decorrentes dos contratos de exploração de concessões comerciais nos aeroportos desempenhou papel decisivo na complementação de recursos para atender às necessidades orçamentárias do DAESP.

Em 2016, a área comercial realizou 33 licitações para exploração comercial de áreas nos aeroportos, que resultaram na celebração de 20 contratos comerciais e agregaram novos recursos à receita da autarquia.

A redução de movimento de passageiros e aeronaves refletiu na arrecadação das tarifas aeroportuárias e de navegação aérea. Contudo, somada às receitas comerciais e parcela menor de recursos repassados pelo Tesouro estadual, foi possível ao DAESP alcançar uma arrecadação total equivalente ao obtido no ano anterior e conseguiu atender a maior parte de suas demandas.

### **3.1.3. Ações da área de operações**

Em 2016 a equipe de Operações do DAESP, cujo foco é o atendimento aos requisitos de segurança, fez o acompanhamento das fiscalizações realizadas pela ANAC e pelos órgãos do Comando da Aeronáutica nos aeroportos da rede, e cumpriu o programa de vistorias técnicas periódicas para verificação e preservação das condições de segurança operacional da sua infraestrutura aeroportuária.

Sob a coordenação das administrações aeroportuárias locais, promoveu a realização de exercícios simulados de emergência e combate a incêndio/salvamento nos aeroportos com voos comerciais regulares, contando com a participação e a colaboração da Defesa Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros do Estado, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, Guarda Civil e Grupamento Águia da Polícia, e de toda a comunidade aeroportuária, através do Corpo de Voluntários



de Emergência - CVE, para capacitar as equipes de emergência dos aeroportos e dos diversos órgãos dos municípios envolvidos.

Atendendo às exigências da ANAC, deu seguimento ao processo de atualização e implantação dos Programas de Segurança Aeroportuária - PSA, Programas de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - PPAA, Planos de Emergência Aeroportuária - PLEM e Planos Contra Incêndio - PCINC, para todos os aeroportos da rede.

Além das ações supracitadas, a administração elevou o nível de proteção contra incêndio existente (NPCE) do aeroporto de Presidente Prudente - Seção Contra Incêndio categoria 7 - igualando-o à condição vigente nos aeroportos de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, habilitados para receber operações de aeronaves do porte do Boeing 737-800 e do Airbus A-320.

Na área de controle e segurança de acesso, concluiu o processo de modernização dos equipamentos do sistema de credenciamento dos aeroportos onde operam voos comerciais regulares.

#### **3.1.4. Administração**

Tendo superado a meta de redução de 15% das despesas de custeio do DAESP em 2015, a Administração renovou esforços para atender à determinação governamental de redução de despesas em 2016, ação necessária para fazer frente à queda geral da arrecadação do Estado.

Ao promover tratativas de renegociação de contratos com prestadores de serviços e a racionalização dos postos de vigilância patrimonial e de algumas posições operacionais nos aeroportos da rede, o DAESP chegou ao percentual de 19% de redução de despesas neste exercício.

Com relação à meta de 30% de redução das despesas com horas-extras de funcionários, estabelecida pelo Comitê Gestor do Governo do Estado em 2014, medidas de racionalização administrativa adotadas pelo DAESP na gestão do seu quadro de pessoal operacional permitiram manter a média de 38% de redução mensal dessas despesas ao longo do ano de 2016, alcançando picos de até 47% de economia em alguns meses do ano.

#### **3.1.5. Gestão Ambiental**

Durante o ano de 2016 o DAESP procurou dar cumprimento às condicionantes ambientais contidas nas licenças de operação - LO e de regularização - LOR dos aeroportos de Bauru-Arealva, Marília, Registro e Ribeirão Preto, reportando nos relatórios anuais de gestão ambiental da operação as atividades desenvolvidas para a manutenção da conformidade desses empreendimentos junto ao órgão regulador e fiscalizador do meio ambiente, a CETESB.

Diante das restrições de recursos de orçamento, deu-se prioridade aos processos de regularização ambiental de operação dos aeroportos de Bragança Paulista, Campinas-Amarais, Jundiá, Itanhaém e Ubatuba, aeroportos que compõem o lote objeto do programa estadual de concessão de



aeroportos. Não houve prejuízo ao trabalho voltado a essa regularização dos aeroportos de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, que operam aviação regular de passageiros, mas ainda não dispõem de licença ambiental de operação. Nesse sentido, implantou as denominadas Comissões de Coordenação Aeroportuárias - CCA, que realizam reuniões periódicas programadas pela área ambiental do DAESP, com a participação da administração aeroportuária e a comunidade aeroportuária local, oportunidades que se apresentam as ações e os programas ambientais de cada aeroporto e promove-se treinamento técnico sobre a Gestão do Risco da Fauna, tema prioritário para a segurança operacional dos aeroportos.

No segmento das compensações e recuperações ambientais, após três anos de manutenção e monitoramento do plantio de 60 mil mudas de espécies arbóreas nativas no Parque Estadual do Rio Turvo e na área verde do entorno do Aeroporto de Registro, o DAESP obteve aprovação dos técnicos da CETESB quanto ao cumprimento do termo de compromisso celebrado em 2013, para compensação e recuperação ambiental pelos impactos causados pelas obras de ampliação da infraestrutura do aeroporto.

Para atender aos novos compromissos ambientais decorrentes das obras do novo terminal de passageiros do Aeroporto de São José do Rio Preto e das intervenções necessárias à manutenção da segurança operacional do Aeroporto de Ribeirão Preto, o DAESP adquiriu 750 mudas de espécies arbóreas nativas, destinando-as aos viveiros municipais das duas cidades. Essa ação resultou das negociações desenvolvidas com os órgãos ambientais locais quanto às compensações, desonerando o DAESP de obrigações e das despesas de custeio correspondentes a novos plantios e suas manutenções por longos períodos, além de contribuir para os programas ambientais municipais de arborização urbana.

**3.1.6. Projeto de Concessão** - No decorrer do segundo semestre de 2016 foram atualizados os dados e as informações para os trabalhos de retomada do Projeto de Concessão para a exploração e a manutenção do lote de aeroportos executivos da rede - Bragança Paulista, Campinas-Amarais, Jundiá, Itanhaém e Ubatuba - por meio do qual o DAESP busca viabilizar recursos privados de investimento e melhoria nas práticas de gestão aeroportuária.

## **4. Transporte Hidroviário**

### **4.1. COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO**

#### **4.1.1. Desempenho operacional**

Em 2016 foram atracados 101 navios no berço principal e 1060 embarcações de menor porte nos demais berços internos, os quais movimentaram 641 mil toneladas de cargas, representando decréscimo de 10,9% do volume comparado ao ano de 2015, quando houve a movimentação de 720,1 mil toneladas de cargas. Tais números representam uma taxa de ocupação de 49% (ou 182 dias) do berço principal.





Do total de carga movimentada, 551,2 mil toneladas são referentes à importação e 89,8 mil à exportação. Os principais granéis sólidos movimentados no ano foram: barrilha - 270 mil toneladas; malte e cevada - 146 mil toneladas; sulfato de sódio - 82,8 mil toneladas; ulexita - 30 mil toneladas.

Também merece destaque a movimentação de veículos que atingiu 51.488 unidades, sendo 41.029 destinadas à exportação e 10.459 à importação. Esses números são 26% superiores aos registrados no ano de 2015.

Conforme informações obtidas junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, o Porto de São Sebastião atingiu a 10ª colocação dentre os portos brasileiros em participação no comércio do país.

#### **4.1.2. Cenário Econômico e Financeiro**

A forte desaceleração de importantes setores da economia brasileira, como óleo e gás, construção e infraestrutura afetou diretamente as operações portuárias, impactando negativamente nos investimentos. No caso da Companhia Docas de São Sebastião, foram significativos os efeitos da redução nos investimentos da Petrobrás na extração de petróleo offshore, afetada pelos baixos valores do barril de petróleo no mercado internacional e por investigações em sua gestão, reduzindo o fluxo de navios com destino ao terminal da Petrobras. Os navios que abastecem de petróleo o terminal da Petrobras (Terminal Almirante Barroso - Tebar), recolhem tarifas à Cia Docas, que representam aproximadamente 25% das receitas.

Ressalta-se, ainda, o pedido de recuperação judicial da empresa Schahin Engenharia S.A., com a qual a Companhia mantém contrato de uso temporário de área do Porto, cuja receita mensal refletia em aproximadamente 25% do faturamento da empresa.

As maiores expectativas para as operações no Porto de São Sebastião estão fundadas na diversificação, com a inclusão de produtos agrícolas, e também no aumento das exportações de veículos, em razão do câmbio desvalorizado e de acordos comerciais firmados pelo governo brasileiro com países da América Latina para a indústria automotiva.

Em 2016 a receita bruta consolidada alcançou R\$ 16,17 milhões, resultando em redução de 29,6% em relação à de 2015 (R\$ 22,97 milhões).

No ano de 2016 foi pleiteado junto à Agência Reguladora de Transportes Aquaviários - ANTAQ reestruturação tarifária, com previsão de início de vigência para 2017, permitindo maior competitividade do Porto. O último reajuste tarifário ocorreu em maio de 2015.

Por fim, cabe registrar que a incorporação em 2014, pela Companhia, dos funcionários cedidos pela Desenvolvimento Rodoviário S.A. - DERSA, impactou de forma relevante o resultado do exercício, em função de demandas judiciais trabalhistas.



#### **4.1.3. Investimentos**

Em 2016, a Companhia Docas de São Sebastião investiu o montante de R\$ 10,03 milhões em infraestrutura portuária.

Foram concluídos os serviços de construção de edificações de controle operacional (guaritas de guarda portuária e balanças rodoviárias) e adequação da edificação do Órgão Gestor de Mão de Obra, com a construção de vestiário e guarita, e a consolidação da implantação de sistema de segurança de monitoramento por câmeras e controle de acesso para certificação ISPS CODE (código de segurança internacional).

Está em andamento a implantação de sistema de combate a incêndio no Porto de São Sebastião, que garantirá conformidade com a legislação alfandegária e normas de segurança (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros), além dos investimentos relativos à base de emergência e monitoramento ambiental.

#### **4.1.4. Gestão Ambiental**

A Companhia Docas São Sebastião mantém seu compromisso de melhoria contínua na gestão ambiental. Os investimentos e as ações refletiram diretamente no reconhecimento concedido pela ANTAQ, quando na divulgação dos resultados do Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados - IQGAPO. Foram conquistados melhores índices ao longo dos últimos anos, de modo a ter alcançado a primeira posição dentre os 29 portos analisados pela ANTAQ, pelo segundo ano consecutivo, alcançando 99,37 de um total de 100 pontos possíveis na avaliação.

Os investimentos realizados atenderam às especificações estabelecidas na Licença de Operação nº 908/2010, expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 9 de fevereiro de 2010. Em atendimento a Lei Federal nº 9.966/2000, e Resolução CONAMA nº 306/2002, a próxima auditoria ambiental compulsória bianual será realizada em 2017, não tendo sido necessária em 2016, uma vez que a última ocorreu no ano de 2015 e o resultado final não apontou nenhuma não conformidade.

O monitoramento da qualidade ambiental está mantido, bem como às devidas avaliações das condições oceanográficas, biológicas e químicas, que abrangem as instalações do Porto e entorno, incluindo o Canal de São Sebastião. Ambientes como córregos, manguezais, costões rochosos, praias, água e sedimentos marinhos fazem parte do escopo de monitoramento.

Neste ano, a Companhia Docas solicitou formalmente ao IBAMA ajustes no escopo e abrangência dos monitoramentos, devido ao histórico favorável de 05 anos de monitoramento sem alterações na qualidade ambiental da área monitorada pela Companhia e, também, pelos altos custos associados à execução de todos os planos e programas ambientais.



Em 2016 foram mantidas as ações de capacitação dos recursos humanos da comunidade portuária sebastianense, por meio o “Programa de Capacitação Integrada”, oferecido gratuitamente pela empresa a todos os funcionários ligados à Comunidade Portuária (Autoridade Portuária, Trabalhadores Portuários Avulsos e tomadores de serviços), incluindo Fundação Florestal, Defesa Civil, Secretarias de Meio Ambiente dos municípios, com abrangência às áreas de gestão ambiental, saúde e segurança no ambiente portuário, entre outras.

De igual forma, as ações fundamentais para o atendimento das condicionantes do Plano de Emergência Individual - PEI (Lei Federal nº 9.966/2000; Resolução CONAMA nº 398/2008) e do Plano de Controle de Emergências - PCE (NR nº 29), foram mantidas pelo Centro de Atendimento a Emergências Ambientais no interior do Porto, por meio de embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas e vazamento de óleo no mar.

#### **4.1.5. Sistema de Gestão Ambiental - NBR/ISO 14.001/2004**

O Porto de São Sebastião manteve a certificação da norma NBR ISO 14.001/2004, conquistada em 2015, tornando-se o primeiro porto público do país a ter essa certificação, dentre os 37 em operação. A adesão à referida certificação é voluntária e comprova o desempenho da gestão ambiental da Companhia, por meio do controle dos aspectos e impactos ambientais relacionados às atividades desenvolvidas, desde o consumo de recursos naturais (água, energia e papel) até os efluentes, isto é, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. Também são considerados o controle, prevenção, mitigação, monitoramento e contingência da poluição ambiental.

Além disso, faz parte do escopo da certificação todas as atividades exercidas pela Companhia, incluindo a exploração do Porto Organizado, gestão da infraestrutura, fiscalização das operações, programas de capacitação ambiental para os funcionários e a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental.

**4.1.6. Plano de Área** - O Porto de São Sebastião passou a contar com o primeiro Plano de Área de um Porto Organizado no país aprovado pelo IBAMA e pela CETESB. Anualmente, são realizados exercícios simulados práticos do Plano de Emergência Individual do Porto, acompanhados por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião).

#### **4.1.7. Ampliação do Porto**

O desenvolvimento do Porto de São Sebastião apoia-se em duas frentes: a) na requalificação da infraestrutura existente - que se materializa, no médio e no curto prazo - restabelecendo e ampliando as condições mínimas de competitividade de São Sebastião no cenário portuário e; b) na ampliação da área do Porto Organizado e sua infraestrutura mediante a realização de arrendamento portuário, incluindo os acessos rodoviários e as interfaces com o município de São Sebastião - Plano Integrado Porto-Cidade - PIPC.



A ampliação da área do Porto será realizada com infraestrutura, tecnologias e um modelo de planejamento e gerenciamento que levam em consideração todas as variáveis ambientais e socioeconômicas, de modo a contribuir com o meio ambiente, turismo, economia e desenvolvimento social da região. O projeto de ampliação prevê a execução das obras de ampliação em fases e dependem da realização de licitação para arrendamento do terminal multicargas, que compreende a construção do terminal de contêineres no pátio 4 (existente) e a construção de dois novos berços de atracação e do pátio 5 (futuro).

Atualmente, a Companhia aguarda a realização de nova Audiência Pública, conforme procedimento licitatório da Secretaria de Portos - SEP e ANTAQ, para que, então, seja submetida ao Tribunal de Contas da União - TCU toda documentação relativa ao arrendamento (estima-se que, após a liberação do TCU, a licitação possa ocorrer em 30 dias). O terminal do Porto de São Sebastião pertence ao bloco 02 de arrendamentos portuários da SEP. Os documentos referentes ao bloco 01 se encontram em análise no TCU desde meados de dezembro de 2013, sendo que alguns terminais já foram licitados. A previsão de receita é de aproximadamente R\$ 36 milhões anuais, além do acréscimo de tarifas portuárias. A duração do contrato terá prazo de 25 anos.

Em 17 de dezembro de 2013 a Companhia Docas de São Sebastião recebeu do IBAMA a Licença Prévia nº 474/2013 para as fases 1 e 2 do projeto de ampliação do Porto, o que possibilita que sua área portuária passe de 400 mil m<sup>2</sup> para 800 mil m<sup>2</sup>. O investimento previsto nessa etapa é de R\$ 3,2 bilhões de reais. A referida licença contempla obras importantes para o desenvolvimento portuário, como a construção dos berços 2, 3, 4, 5 e 6. Cada berço terá cerca de 300m de comprimento por 40m de largura, profundidade mínima de 16m e será destinado a navios de última geração, com capacidade para até nove mil TEU's (Twenty foot Equivalente Unit), que atualmente possuem restrição para atracação em São Sebastião ou Santos, por conta de seu porte e calado.

Para o primeiro arrendamento está previsto o pacote de obras que inclui ainda a construção de um terminal multicargas em uma área de 253.860m<sup>2</sup> e dois novos berços de atracação para operação de navios que transportam veículos e cargas gerais (que podem vir em contêineres ou não) como peças, carga de projeto, paletes entre outros. Pretende-se construir uma portaria (gate) de acesso mais moderna, interligando-a a Rodovia dos Tamoios e ao contorno viário Sul. Também será construído um pátio com 15.700m<sup>2</sup> para estacionamento destinado ao acesso ao porto, sem que represente transtorno para o trânsito local.

#### **4.1.8. Suspensão da Licença Prévia**

A licença prévia havia sido concedida em dez/2013, pelo IBAMA, mas em 28 de maio de 2014 foi proposta ação civil pública (Processo nº 0000398-59.2014.403.6135) pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia Docas de São Sebastião e do IBAMA. O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido e houve necessidade de complementação do EIA/RIMA.



A Companhia vem adotando as medidas judiciais cabíveis, bem como está em tratativas com o Ministério Público Estadual e Federal no sentido ao estabelecimento de um acordo que prevê o atendimento aos itens da sentença por parte da Companhia, especialmente em relação às adequações no projeto de ampliação, principalmente em relação a não existência de ocupação na Enseada do Araçá.

#### **4.1.9. Atendimento ao Cidadão e Transparência**

Para atender as normas estaduais e a Lei de Acesso à Informação, instituída pela Lei federal nº 12.527/2011, e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto nº 58.052/2012, a Companhia Docas disponibiliza canais de comunicação “Fale Conosco”, “Serviço de Informações ao Cidadão - SIC” e “Ouvidoria”, acessíveis pelo sítio eletrônico do Porto de São Sebastião ([www.portodesaosebastiao.com.br](http://www.portodesaosebastiao.com.br)).

No ano de 2016 foram realizados 165 atendimentos, sendo 138 no Fale Conosco, 14 no Serviço de Informações ao Cidadão - SIC e 13 de Ouvidoria.

Também estão disponíveis no site as informações relativas à sua administração e funcionamento, dentre elas informações institucionais, tarifas, programação de navios, estudos técnicos, monitoramento ambiental, projetos de expansão, contratações, licitações e estatísticas.

#### **4.2. DEPARTAMENTO HIDROVIÁRIO**

##### **4.2.1. Ação 1291 - Implantação de Melhorias na Malha Hidroviária**

###### **4.2.1.1. Concluídos em 2016:**

- **Obra Ampliação da Ponte Ferroviária Ayrosa Galvão - Objeto:** ampliação do vão de navegação, com remoção de pilares, substituição dos tabuleiros de concreto da ponte por estrutura metálica e implantação de dolphins de gravidade para proteção dos pilares. **Localização:** Reservatório de Bariri – montante da Ponte da SP 225 - Município de Pederneiras. **Valor:** R\$ 59 milhões. **Conclusão da obra:** 30/09/2016.

- **Obra do Centro de Controle Operacional - 2ª etapa de implantação - Objeto:** Implantação da 2ª Etapa do Centro de Controle Operacional do Departamento Hidroviário (CCO/DH), que se constitui no desenvolvimento de projeto, fornecimento e instalação de equipamentos, desenvolvimento de software, manutenção assistida e treinamento de pessoal. **Localização:** DH Sede, em São Paulo. Eclusas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava. Pontes das SPs 191, 225, 333, 425, 463 - Rio Tietê, e 595 – rio São José dos Dourados - Vários municípios. **Valor:** R\$ 5 milhões. **Conclusão do serviço:** 12/06/2016.



#### 4.2.1.2. Em andamento - 2016:

• **Projeto Canal de Botucatu (km 45 ao 72) e Conchas (km 89 ao 110) - Objeto:** Projeto Executivo e Estudos Ambientais dos Canais de Navegação de Botucatu e Conchas. **Localização:** Botucatu e Conchas – Municípios: Botucatu, Conchas, Anhembi e Piracicaba. **Valor:** R\$ 3 milhões. **Previsão de Conclusão:** 30/04/2017.

• **Projeto dos Atracadouros de Espera junto às Eclusas de Barra Bonita, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, Amortecedor de Ondas a montante e Dique a jusante da Eclusa de Promissão - Objeto:** Contratação de empresa de consultoria especializada para elaboração de estudos preliminares, projetos executivos e estudos ambientais dos Atracadouros de Espera junto às eclusas de Barra Bonita, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, Amortecedor de Ondas a montante e Dique a jusante da Eclusa de Promissão. **Localização:** Barra Bonita, Igarapu do Tietê, Ibitinga, Promissão e Buritama. **Valor:** R\$ 8,8 milhões. **Previsão de Conclusão:** 17/03/2017.

• **Projeto dos Terminais de Araçatuba e Laranjal - Objeto:** contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de estudos locais, projetos básicos, projetos executivos, estudos ambientais, estudos de mercado e de modelos de exploração para os terminais de Araçatuba e Laranjal Paulista. **Localização:** Municípios: Araçatuba e Laranjal. **Valor:** R\$ 10 milhões. **Previsão de Conclusão:** 31/12/2017.

• **Obra do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri - Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri. **Localização:** Municípios de Bariri e Boracéia. **Valor:** R\$ 43 milhões. **Previsão de conclusão:** 31/03/2018.

• **Obra na Ponte SP 595 - Proteção dos pilares do vão de navegação - Objeto:** execução da nova proteção em enrocamento dos pilares laterais do vão de navegação ampliado para operação com comboio pleno. **Localização:** Reservatório de Jupia – Municípios: Itapura, Andradina e Castilho. **Valor:** R\$ 7 milhões. **Previsão de Conclusão:** 16/04/2017.

• **Obra Eclusa da Penha - Objeto:** execução das obras civis e eletromecânicas da Eclusa da Penha, na Região Metropolitana de São Paulo. **Localização:** Barragem da Penha (São Paulo - SP). **Valor:** R\$ 126 milhões. **Previsão de Conclusão:** 15/07/2017.

• **Gerenciamento de Projetos e Supervisão de Obras - Valor:** R\$ 54,1 milhões.

#### 4.2.1.3. Paralisadas, complementação a contratar após 2016:

• **Obra na Ponte SP 425 - Proteção dos pilares do vão de navegação - Objeto:** Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado. **Localização:** Reservatório de Nova Avanhandava



- Municípios: Barbosa e José Bonifácio. **Valor:** R\$ 11,3 milhões. **Previsão de Conclusão:** 2018. Contratação paralisada dependendo das obras de ampliação do vão pelo DER.

- **Obra na Ponte SP 333 - Proteção dos pilares do vão de navegação - Objeto:** proteção dos pilares do vão de navegação ampliado. **Localização:** Reservatório de Promissão - Municípios: Pongá e Novo Horizonte. **Valor:** R\$ 10 milhões. A complementação da obra de proteção dos pilares do vão de navegação será contratada em 2 fases, a saber: a) Transporte dos Flutuantes; b) Complementação das Proteções. Previsão de início das obras em 2017.

- **Obra no Canal de Anhembi (km 72 ao 89) - Obra de dragagem de manutenção - Objeto:** Execução de dragagem de manutenção entre os Km 74 e 89 da rota de navegação no rio Tietê do reservatório de Barra Bonita, para permitir a operação durante todo o ano sem restrição de calado. **Localização:** Reservatório de Barra Bonita - Município: Anhembi. **Valor:** R\$ 41 milhões. Previsão de início da elaboração do projeto em 2017.

A complementação da obra será executada em 2 (duas) fases: **1ª fase** - licitação do projeto dos trechos 1 e 2 (km 74 ao 78), com disposição do material escavado em novo bota-fora a ser desapropriado; **2ª fase** - licitação da obra englobando os trechos 3, 4 e 5 (km 78 a 85) e trechos 1 e 2 (km 74 ao 78).

#### **4.2.1.4. A iniciar em 2017 (em licitação):**

- **Obra no Canal Jusante de Nova Avanhandava - Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de ampliação do Canal de Navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava. **Localização:** Municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama. **Valor:** R\$ 287 milhões. **Previsão de início da obra:** janeiro de 2017.

#### **4.2.1.5. A licitar em 2017:**

- **Obra no Canal Montante da Eclusa Ibitinga - Melhoria da rota de navegação - Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação do canal de montante da eclusa de Ibitinga. **Localização:** Reservatório de Ibitinga - Município: Ibitinga. **Valor:** R\$ 8 milhões. **Previsão de início da obra:** 2017.

#### **4.2.2. Ação 2157 - Implantação de novos trechos hidroviários**

##### **4.2.2.1. Em andamento em 2016:**

- **Projeto do Aproveitamento Múltiplo Anhembi - Objeto:** Contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto básico, avaliação econômico-financeira e modelo de implantação do empreendimento, projeto executivo e estudos ambientais para o Aproveitamento Múltiplo Anhembi. **Localização:** Rio Tietê, a montante do remanso do reservatório de Barra Bonita -



Municípios: Santa Maria, Anhembi, São Pedro, Águas de São Pedro e Piracicaba. **Valor:** R\$ 16,3 milhões. **Previsão de Conclusão:** 01/11/2017.

#### **4.2.3. Execução**

Em decorrência do plano de otimização do orçamento iniciado em 2015, no Estado de São Paulo, foi realizada uma revisão no cronograma de obras e serviços do Departamento Hidroviário, com o intuito de apropriar, de forma mais adequada, os recursos disponibilizados. Foram priorizados os projetos e serviços em condições de serem executados a curto e médio prazo, os contratos em andamento custeados com recursos federais, aqueles que possuíam recursos financeiros disponibilizados ou custeados por verbas advindas de financiamentos.

Com relação aos projetos, custeados com recursos do Tesouro do Estado, foram priorizados aqueles com término previsto para até o ano de 2018.

#### **4.2.4. Principais avanços em 2016**

Conclusão da obra Ampliação do vão de navegação da Ponte Ferroviária Ayrosa Galvão, com redução de 1,5 h no tempo de viagem, início da obra de proteção dos pilares da Ponte SP 595 e a licitação da obra Canal a Jusante de Nova Avanhandava, que, ao ser concluída, beneficiará o transporte de cargas do país por um dos principais corredores de exportação do Brasil, que atende diretamente os estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná.





## SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

O Sistema Ambiental Paulista, composto pela Secretaria do Meio Ambiente - SMA e demais órgãos vinculados, coerente com as discussões internacionais e necessidades locais, busca a gestão eficiente de sua política ambiental para assegurar a qualidade do desenvolvimento do Estado, com foco na melhoria da gestão, visando resultados concretos e mensuráveis e integração e sinergia das equipes.

Dentre os destaques de integração de equipes, está a mudança da Fundação Florestal para a sede da SMA em Pinheiros e a inauguração do Poupatempo Ambiental de Botucatu, que reúne em um só espaço diversas unidades do Sistema Ambiental Paulista: Agência Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, as regionais da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais - CBRN, da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA, da Fundação Florestal – FF e o posto da Polícia Militar Ambiental - PMAmb, além da sede da Guarda Civil Ambiental municipal; e a nova proposta de Poupatempo Ambiental em Sorocaba, onde serão instalados os serviços do Sistema Ambiental Paulista e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, vinculado a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH.

Via a instituição de Comitês Temáticos, o Sistema de Meio Ambiente visa também ampliar suas parcerias com setores econômicos, de modo a melhorar a integração das ações e reduzir a burocracia. Dentre os temas já elencados estão: Silvicultura; da Construção Civil Sustentável; da Indústria de Química e Petroquímica, de Metal, Mecânica e Siderurgia, da Mineração, e do Agronegócio.

Neste mesmo sentido de reduzir a burocracia, como prioridade da gestão, está o Papel Zero, que objetiva eliminar processos físicos em todas as rotinas, de modo a reduzir prazos e aumentar a transparência. O sistema foi contratado neste ano e está em fase de implantação.

Outro destaque é a instituição do Decreto nº 62.243/2016, que dispõe sobre as regras e procedimentos para o licenciamento ambiental da aquicultura no Estado, elaborado em parceria com Assembleia Legislativa e Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que trará benefícios a produtores e aquecerá economia do setor.

Foco desta gestão também têm sido o aprimoramento e a ampliação da fiscalização. Foram retomadas diversas operações e iniciadas novas, com destaque para combate à comercialização ilegal de madeira de origem amazônica, às novas ocupações em áreas de proteção ambiental, em especial no litoral paulista, ao desmatamento ilegal em importantes remanescentes de mata atlântica e de controle da poluição do ar.

A fiscalização também está mais rigorosa para combate aos lixões do Estado, com acompanhamento periódico da disposição final de resíduos sólidos urbanos, unidades de transbordo e



de destinação de resíduos da construção civil, com nova metodologia de atuação mensal. Esta atuação tem contado com a parceria do Programa Município VerdeAzul e do Tribunal de Contas de São Paulo.

Ainda na temática de resíduos sólidos, avanço com a assinatura de quatro novos Termos de Compromisso de Logística Reversa neste ano para os setores de Embalagens de Saneantes e Desinfestantes, Pilhas e Baterias, Embalagens de Óleos Lubrificantes, e Baterias Automotivas.

Em restauração ambiental, foco no Programa Nascentes, programa do Governo do Estado, no qual a Secretaria de Meio Ambiente atua como Secretaria Executiva.

Na gestão de unidades de conservação duas vertentes merecem destaque: com base na Lei nº 16.260/2016 foram iniciados os estudos para concessão de quatro unidades, em parceria com a Secretaria de Governo - Parques Estaduais Campos do Jordão, Cantareira, Jaraguá e Alberto Lofgren, e também a constituição do Comitê de Integração dos Planos de Manejo, visando torna-los instrumentos de gestão efetiva destas áreas protegidas.

### **Programa Nascentes**

O “Programa Nascentes” é a maior iniciativa já lançada pelo governo do Estado para manter e recuperar as matas ciliares. Reunindo diferentes atores, como empresas públicas e privadas, poder público e sociedade civil, o programa direciona e otimiza investimentos públicos e privados para proteção e recuperação de matas ciliares, nascentes e olhos d’água.

São, ao todo, 3.954 hectares em processo de restauração em 80 municípios do Estado, o que equivale a mais de 6,5 milhões de mudas plantadas ou 9.200 campos de futebol, com destaque para os seguintes plantios: i) Projeto Piloto de Restauração em Larga Escala, de 245 ha, no Parque Estadual Rio do Peixe, localizado na Bacia Hidrográfica do Peixe; ii) Projeto de Prateleira Cajati, de 50 ha, no Parque Estadual do Rio do Turvo, localizado na Bacia Hidrográfica Ribeira de Iguape, Litoral Sul; iii) Projeto de restauração no assentamento Florestan Fernandes, de 65 ha, localizado na Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema; iv) projeto em decorrência das obras de duplicação da Rodovia dos Tamoios, de 100 ha, a ser realizado na Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul.

Com destaque para os atos normativos, em 2016 houve, pela Resolução nº 51/2016, a proposta de conversão de multas administrativas simples em serviço ambiental, como mais um instrumento de recursos para a restauração ecológica.

Considerando as diferentes modalidades de atuação do Programa, destaque-se:

- No Banco de Áreas podem ser identificados locais disponíveis para receber a restauração, a fim de que interessados escolham áreas para elaborarem projeto de restauração. Dentre as áreas disponíveis estão: propriedades particulares, oriundas do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SiCAR, cujo área totaliza 119 mil hectares, incluindo áreas em assentamentos rurais do ITESP e áreas públicas nas unidades de conservação administradas pela Fundação Florestal.



- Na Prateleira de Projetos há projetos de restauração ecológica de ONGs e empresas, que serão responsáveis pela elaboração do projeto e plantio em área pré-definida no projeto. Os projetos da prateleira foram aprovados, previamente, pela Comissão de Avaliação composta por técnicos da SMA e CETESB e o interessado poderá escolher e negociar o projeto diretamente com o proponente. Já foram contratados um total de 85,19 ha. Atualmente, existem 15 projetos aprovados que disponibilizam 450 ha para restauração.

A Secretaria do Meio Ambiente, em 2016, tem estimulado seus representantes nos diversos Comitês de Bacia a fomentarem projetos de restauração ecológica. Com relação aos municípios, o ciclo 2016 do Programa Município VerdeAzul - PMVA trouxe dentre os novos critérios de pontuação, a participação em teleconferências sobre o Programa Nascentes, com o objetivo de fortalecer as ações de restauração locais.

No âmbito das ações do Programa de sementes e mudas, em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária - SAP, houve a produção de 250 mil mudas em 13 unidades prisionais, sendo que a cada três dias de trabalho, um dia é reduzido da pena.

## **COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – CETESB**

### **1. Diretoria de Controle e Licenciamento Ambiental**

A CETESB manteve suas ações de controle em relação à disposição dos resíduos sólidos domiciliares, principalmente nos municípios cujo Índice de Qualidade de Resíduos no Estado - IQR é considerado inadequado (menor que 7,0), com a intensificação das ações de orientação aos gestores municipais e aplicação de sanções, quando necessário. Foram realizadas 1.496 inspeções e aplicadas 304 penalidades, de janeiro a novembro de 2016. Nesse período, ocorreu a interdição de oito aterros e um transbordo de resíduos sólidos urbanos. Encontra-se em elaboração o Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos 2016, que identifica as condições da disposição final de resíduos.

As ações de controle de poluição, incluindo licenciamento e fiscalização ambiental, contribuíram para ampliação do tratamento de esgoto doméstico no Estado, já que o número de municípios sem tratamento caiu de 60 para 52. Foram realizadas 1.212 inspeções a sistemas de tratamento de esgotos, aplicadas 107 advertências e 41 multas.

Foram emitidas 21.161 licenças ambientais, 3.689 autorizações para supressão da vegetação nativa, corte de árvore isolada ou intervenção em área de preservação permanente, 367 alvarás para empreendimentos em área de proteção aos mananciais, 833 Certificados de Dispensa de Licenciamento e 2.307 Pareceres Técnicos. Além disso, foram indeferidas e arquivadas 1.149 solicitações de Licença. Foram firmados 2.260 Termos de Compromissos de Recuperação Ambiental e 2 Termos de Compromissos de Instituição de Recomposição ou de Compensação da Reserva Legal, averbadas 350 Reservas Legais. Além disto, com a adoção do Sistema de Licenciamento Simplificado - SILIS foram emitidas 1.983 licenças ambientais.



Em 2016, foram lavradas e contabilizadas 17.628 multas por emissão de fumaça preta, no período de janeiro a novembro e na fiscalização de fontes fixas e recursos naturais foram registradas 49.129 inspeções técnicas, com a lavratura de 5.856 Autos de Advertências, 2.842 Autos de Penalidade de Multas, 174 Autos de Embargo e 15 Autos de Interdição, sendo 8 em aterros sanitários, 1 em transbordo de resíduos e 6 em indústrias.

O Setor de Atendimento a Emergências atendeu a 284 ocorrências de janeiro a novembro de 2016, sendo 59,86% no transporte rodoviário, 3,87% por descarte de resíduos, 7,75% em indústrias, 1,76% em postos de combustíveis, 1,41% no transporte ferroviário, 1,76% no transporte por dutos, 2,46% no armazenamento e 21,13% em outras atividades. Técnicos do Setor de Atendimento a Emergências da CETESB, junto com especialistas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN e da Marinha, procederam a varredura de substâncias tóxicas no estádio Arena Corinthians, no bairro de Itaquera, zona leste da capital. A ação faz parte das atividades do Centro de Coordenação de Defesa de Área de São Paulo, objetivando garantir a segurança dos Jogos Olímpicos 2016.

Com a finalidade de aprimorar os procedimentos iniciais das instituições nos cenários acidentais, o Setor de Atendimento a Emergências participou, de janeiro a novembro de 2016, como instrutor do curso “Primeiro no Local” nos municípios de Taubaté, Araraquara e Piracicaba, em parceria com o Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária Estadual e Secretaria da Saúde, totalizando mais de 300 pessoas capacitadas.

## **2. Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental**

No que diz respeito aos licenciamentos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental - AIA, foram 192 pedidos de licença. Neste mesmo período foram emitidas 170 licenças, sendo que destas 37% foram licenças prévias - LP, 40% licenças de instalação - LI e 23 % licenças de operação - LO, representando a viabilização de investimentos no Estado, em torno de R\$ 2,6 bilhões (segundo dados apresentados).

Foram emitidas 121 autorizações de supressão de vegetação em 2016, o que corresponde a autorização de 195 ha de supressão, que acarretou uma contrapartida de 1.078 ha de áreas a serem recuperadas. No mesmo período também foi autorizada a supressão de 6.583 indivíduos arbóreos isolados e o total da contrapartida referente aos fragmentos e árvores isoladas autorizados para supressão, correspondeu a 2 milhões de indivíduos arbóreos compromissados em TCRA's a serem plantados.

Ainda em 2016, a Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental, efetuou 142 atendimentos às solicitações do Ministério Público e emitiu 389 pareceres que subsidiaram tecnicamente as ações de fiscalização e controle da Companhia.

Já o Projeto Sala de Cenários, que permite o acesso, de maneira ágil e fácil, às informações necessárias para avaliação de impactos ambientais de grandes projetos, para garantir o bom



desempenho da atividade de licenciamento ambiental, contou com os seguintes avanços em 2016: o número de usuários cadastrados na Projeto Sala de Cenários ultrapassou a marca de 230 profissionais e cerca de 1000 empreendimentos já foram georeferenciados e, aproximadamente, 500 deles já tiveram informações relativas aos seus processos inseridas.

### **3. Diretoria de Engenharia e Qualidade Ambiental**

Em 2016, na condição de Agente Técnico, foram emitidos 279 pareceres relativos à aprovação/acompanhamento da implantação de empreendimentos financiados pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO. E a CETESB obteve junto ao FEHIDRO recursos a fundo perdido no montante de R\$ 4,9 milhões, que serão aplicados nos seguintes projetos: “Avaliação de risco como ferramenta para gerenciamento da qualidade dos recursos hídricos - Estudo de caso Rio Grande”; “Mapeamento de *brownfields* na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê” e “Avaliação da presença de poluentes fenóis, cianeto, surfactantes, e óleos e graxas, nos recursos hídricos subterrâneos nas UGRHI 04, 08, 09, 12,13, 15, 16 e 18”.

Ainda em 2016, com recursos do FEHIDRO, o Laboratório de Toxicologia Ambiental foi expandido, cuja reforma permite atender de forma mais efetiva as Convenções de Estocolmo e Minamata para matrizes biológicas. A Divisão de Amostragem também passou por uma grande reestruturação física o que permitiu a otimização da logística de trabalho, representando um ganho no atendimento às diversas áreas do Sistema de Meio Ambiente.

No tema de emissões veiculares, foram realizadas nos meses de maio a setembro ações durante a Operação Inverno - ação intensificadora de fiscalização de emissão de fumaça por veículos a diesel, quando foram fiscalizados 191.178 veículos, sendo que 5.262 veículos foram constatados com emissão acima do padrão. No mês de novembro, foi realizada ação inédita de fiscalização de uso do agente ARLA 32 em diversas rodovias do Estado. Foram emitidos 1.454 pareceres técnicos de homologação de veículos novos em atendimento aos requisitos do PROCONVE e PROMOT, como parte das atividades da CETESB no âmbito do Termo de Cooperação Técnica com o IBAMA. A ANFAVEA concluiu o laboratório de emissão veicular localizado em São Bernardo do Campo, destinado a veículos e motores movidos a óleo diesel, objeto de ação civil publica nº 2007.61.00.034636-2 e nº 2008.61.00.013278-0, que atualmente opera em fase de teste. O laboratório conta com dois modernos dinamômetros, um de chassi e outro de bancada, com capacidade para atender 300 amostras por ano, aproximadamente. Encontra-se em obras, também em São Bernardo do Campo, o segundo laboratório destinado a veículos e motores do ciclo OTTO, Diesel e Motocicletas.

A rede automática de monitoramento da qualidade do ar foi ampliada em 2016, com a instalação de duas estações (Pico do Jaraguá e móvel de Limeira), contando atualmente com 60 estações no Estado (29 na RMSP, 5 no Litoral e 26 no Interior), enquanto que a rede manual conta com 31 pontos de amostragem.

Quanto à qualidade dos recursos hídricos, a CETESB gerenciou quatro redes de monitoramento: i) Águas Subterrâneas, com 302 pontos de amostragem distribuídos em todo o Estado,



além de 28 poços da rede integrada de qualidade e quantidade, com realização de amostragem semestral; ii) Águas Superficiais, com 499 pontos de amostragem distribuídos pelos principais rios e reservatórios, sendo 62 pontos em estuários e Oceano Atlântico; iii) Praias do Litoral, com 165 pontos situados em 149 praias dos 15 municípios que constituem a costa do litoral paulista e iv) Rede Automática: com 14 estações de monitoramento automático da qualidade das águas superficiais, distribuídas ao longo do Rio Tietê e Paraíba do Sul e presente nos principais mananciais de abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo.

Para as análises ambientais, com a modernização da infraestrutura e do parque de equipamentos dos laboratórios localizados na Sede da CETESB e no interior do estado, foram realizadas cerca de 395.350 análises laboratoriais para diagnóstico da qualidade e fiscalização ambiental. Foram 23 milhões de informações coletadas nas estações automáticas (5.487.141 - ar e 14.997.221 - águas).

Foram publicados os seguintes relatórios de qualidade ambiental, de manuais e protocolos: i) Qualidade do Ar no Estado de São Paulo - 2015; ii) Qualidade do Ar - Concentrações de Amônia na Atmosfera de Pinheiros - Município de São Paulo; iii) Avaliação de Benzeno, Tolueno, o-Xileno, m-p-Xileno e Etilbenzeno na Atmosfera da Estação de Monitoramento de Pinheiros - Município de São Paulo - SP (2013-2014); iv) Avaliação dos Níveis de Ozônio Troposférico (AOT40) com Referência à Proteção da Vegetação no Estado de São Paulo (2008 a 2014); v) Qualidade das Águas Superficiais, Águas Subterrâneas e das Águas Litorâneas.

A Escola Superior da CETESB organizou 125 cursos e eventos de capacitação e difusão do conhecimento, para um público de 3.122 participantes. Somando-se as participações de funcionários da CETESB em cursos e eventos externos e em programas de pós-graduação, o total de capacitações para público interno atingiu 2.304 pessoas. Em agosto de 2016 teve início a primeira turma de quarenta alunos do curso de pós-graduação CETESB, denominado “Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais”, devidamente autorizado pelo Conselho Estadual de Educação - CEE.

#### **4. Diretoria Administrativa:**

Em 2016, destacam-se as seguintes ações: i) desenvolvimento do aplicativo para dispositivo móvel do Sistema de Agendamento *Online* - SAO para atendimento ao usuário; ii) alterações em sistemas de atendimento a novas regras FEBRABAN; iii) desenvolvimento do projeto Via Rápida Empresa - VRE para a integração com o Sistema Integrado de Licenciamento - SIL da JUCESP visando facilitar e dar celeridade a abertura e ao licenciamento; iv) planejamento com equipe responsável da PRODESP por desenvolver aplicativos em dispositivo móvel, para expor informações à população das Fichas de Produtos Químicos que envolvem riscos em acidentes, ambiente, saúde, etc.

#### **5. Presidência**

Em 2016, no âmbito das Câmaras Ambientais, que contam com representantes de 119 entidades vinculadas aos setores produtivos e de infraestrutura do Estado, foram produzidos 30



trabalhos, entre relatórios e proposições normativas, dos quais 12 foram subsidiados por Consultas Públicas. No apoio às áreas da Companhia no que tange à elaboração e revisão do acervo de normas técnicas e administrativas, em 2016 a companhia realizou estudos técnicos e revogou 515 Normas Técnicas que são mantidas em arquivo, com a finalidade de preservar os dados históricos das mesmas.

No âmbito da área de auditoria, os trabalhos resultaram em 12 relatórios de auditoria preventiva, 6 processos administrativos corretivos e/ou especiais, 94 despachos de exames de contratos administrativos, 6 despachos de natureza corretiva, 2 despachos de exames de normas administrativas e um despacho de exame de prestação de contas de financiamento do FEHIDRO, além do atendimento às demandas do controle externo da CETESB e da auditoria independente. Em relação aos trabalhos de auditoria técnica, foram emitidos 2 relatórios de auditoria técnica de natureza corretiva, 1 relatório de auditoria técnica preventiva, 3 avaliações técnicas preventivas em processos de regularização ambiental, 2 Informações Técnicas para procedimentos correccionais da Corregedoria Geral da Administração - CGA e emissão de 113 despachos.

No que diz respeito à implantação da Política Estadual de Resíduos Sólidos, destacam-se: i) Proposta de Revisão da Política Estadual de Resíduos Sólidos - participação no Grupo de Trabalho que dá suporte à revisão da norma no âmbito da Sub-Comissão de Resíduos Sólidos, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembléia Legislativa; ii) Implementação da Logística Reversa - acompanhamento dos três Termos de Compromisso de Logística Reversa já renovados, nos setores de: filtros automotivos, óleo comestível e embalagens de agrotóxicos; assinatura de quatro novos Termos de Compromisso de Logística Reversa para o setor de embalagens de saneantes e desinfestantes; pilhas e baterias; embalagens de óleos lubrificantes; baterias automotivas; atendimento às solicitações de informações do Ministério Público do Estado sobre os sistemas de logística reversa objeto de Termos de Compromisso firmados com o Estado, referentes a Inquéritos Cíveis sobre o tema; e publicação da Decisão de Diretoria CETESB nº 120/2016/C, que estabelece importantes regras para operação dos sistemas no Estado; iii) Desenvolvimento, consolidação, fortalecimento, implantação e divulgação do Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos - SIGOR - no Módulo Construção Civil - O SIGOR está em implantação em 4 municípios (Catanduva, Santos, São José do Rio Preto e Sorocaba), em diferentes estágios de evolução do processo, além de já terem sido realizadas tratativas em outros municípios (como Assis, Presidente Prudente e Santo André), com o sistema em fase final de ajustes.

Como projetos de cooperação, em 2016, temos: i) estabelecimento de novo projeto com a Associação Internacional de Engenharia Sanitária e Ambiental - AIDIS para troca de experiências técnicas em temas referentes à proteção e melhoria da qualidade ambiental, desenvolvimento social e econômico sustentável e com o Laboratório Tecnológico do Uruguai - LATU para desenvolvimento de atividades do Plano de Monitoramento Global; ii) participação nos Projetos em andamento com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, com a Agência de Cooperação Internacional do Japão, com o Banco Mundial.

Na temática Política Estadual de Mudanças Climáticas, destaque para: i) publicação para consulta pública dos Relatórios de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE do Refino de Óleo e



Derivados no Estado de São Paulo do ano de 2013 e período de 1990 a 2014; ii) publicação do Relatório de Emissões do Setor de Uso da Terra, Mudanças do Uso da Terra e Florestas, 2008-2011; iii) recepção dos inventários de GEE das indústrias do Estado; iv) Coordenação do Projeto de Cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento “Apoio ao desenvolvimento de estudos de mitigação para o Estado de São Paulo”, com apresentação dos resultados preliminares em reuniões setoriais para os setores da indústria paulista. Participação na Conferência Quadro das Partes sobre Mudanças Climáticas realizada em Marrakech onde foram apresentados os resultados desse projeto no Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Na qualidade de Centro Regional da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs para a América Latina e Caribe foram realizadas atividades de transferência de tecnologia e capacitação para o fortalecimento institucional dos países: i) 3 treinamentos internacionais para a capacitação em Gestão Ambiental de Produtos Químicos e seus Resíduos, em especial POPs e Mercúrio para representantes de 12 países da América Latina e Caribe; ii) reunião do Grupo de Experts da Conferência das Partes da Convenção de Basileia sobre a Rede Ambiental para Otimização da Conformidade Regulatória sobre o Tráfico Ilegal; iii) reunião do Bureau “Conferência Internacional sobre Gerenciamento de Produtos Químicos da Abordagem Estratégica para a Gestão Internacional de Produtos Químicos; iv) Programa Internacional de Substâncias Químicas.

Pelo Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP houve a liberação total de R\$ 13.283.500,00 a 63 municípios para execução de 72 projetos. No escopo do Projeto de Capacitação Técnica e Representação Institucional foram realizados 9 treinamentos internacionais, apoiados 56 treinamentos nacionais, três representações internacionais e convidados dois palestrantes nacionais para participar de cursos internos. Com relação ao Programa de Incentivo à Pós-Graduação da CETESB foram finalizados os aperfeiçoamentos de cinco funcionários e 20 continuam em andamento.

## **FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - FF**

A FF é responsável pela gestão das 94 Unidades de Conservação - UC no Estado, sendo: 50 de Proteção Integral em 928 mil hectares e 44 de Uso Sustentável em 3,6 milhões hectares, além de 1 Reserva Estadual.

Como destaque para 2016, em relação à elaboração e a aprovação dos planos de manejo, foram 2 planos aprovados com Resolução SMA (Parque Estadual da Ilhabela e a Estação Ecológica de Jataí), 3 planos aprovados pelo CONSEMA, aguardando publicação da Resolução SMA (Parques Estaduais de Campos do Jordão e dos Mananciais de Campos do Jordão e da Estação Ecológica Xitué) e 2 planos em análise no CONSEMA (APA Várzea do Tiete e ao Parque Estadual Turístico do Alto da Ribeira - PETAR).





Na área de concessão de uso para ecoturismo, em parceria com a Secretaria do Governo, estão em andamento os estudos para concessão de 4 parques estaduais: Cantareira, Jaraguá, Campos do Jordão e Alberto Lofgren.

No que tange aos processos de criação unidades de conservação, realizado, em parceria com Instituto Florestal, destaque para os estudos para avaliação da viabilidade da criação das UCs na região das represas Billings e Guarapiranga.

Ainda no que diz respeito a novas unidades de conservação, destaque para o fomento e criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN: neste ano foram reconhecidas cinco RPPNs, totalizando 368 ha protegidos nos municípios de Chácara Santa Inês (Bananal), Santa Rita de Cássia (Queluz), Guainumbi (São Luiz do Paraitinga), Alto do Deco (São José dos Campos) e Paineira (Espírito Santo do Pinhal), assinatura dos contratos do 2º edital do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais para oito RPPNs totalizando 770.

No âmbito do Sistema Integrado de Monitoramento - SIM, em parceria com a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental - CFA e a PMAmb, foram realizadas 5.500 ações fiscalizatórias, em 46 Unidades de Conservação Terrestres, sendo: 4.900 (89%) preventivas e 600 (11%) com ocorrência de danos às UCs.

Nas Áreas de Proteção Ambiental Marinhas e unidades integradas ao Sistema de Monitoramento Marítimo - SIMMar foram registradas: 654 ações de fiscalização, 29 ações conjuntas ou integradas (PAmb, FF, CFA, ICMBio, Guardas Costeiras, etc.), 225 embarcações vistoriadas, 1530 horas navegadas, 347 AIA lavrados por pesca costeira irregular.

No Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS, foram capacitadas 30 pessoas, entre técnicos da FF, CFA, IBAMA, ICMBio e PMAmb, para o uso da plataforma online.

O Programa Corta Fogo foi lançado em abril de 2016 no Parque Estadual Campos do Jordão e contou com a implantação de 3 Polos de Combate à Incêndios Florestais - Juquery, Campos do Jordão e Ribeirão Preto e a entrega de 5 tratores, 11 conjuntos de combate a incêndios para pick-up, 255 kits de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs (macacão, luvas, bombas costais e abafadores), materiais de divulgação e equipamentos para monitoramento e registro de incêndios. Além disso, foram realizadas 14 oficinas de estiagem, promovidas pela Defesa Civil, com participação de 2.513 pessoas (gestores, equipe de brigadistas das UC, entre outros), a manutenção de 192 km de estradas e aceiros e a realização de 2 reuniões de treinamento e estratégicas para sistematização do funcionamento dos Polos, com a participação de 80 pessoas.

Quanto aos Projetos de Restauração Florestal, merecem destaque: i) o plantio de espécies nativas: 125 ha no interior do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga - MOJAC, em parceria com o Programa Nascentes; 40 ha na Estação Ecológica de Ribeirão Preto e 90 hectares no Parque Estadual Rio do Peixe; ii) a recuperação de 211,59 ha na Estação Ecológica Juréia-Itatins; iii) a



recuperação e o enriquecimento de 5,0 ha no Parque Estadual Campina do Encantado; iv) 58 ha de área disponibilizados no banco de áreas do Programa Nascentes; v) o projeto de restauração florestal para compensação de carbono dos Jogos Olímpicos em área de 140 ha no Parque Estadual do Aguapeí e no Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Santa Virgínia em área de 200 ha.

Com relação ao Programa de Educação Ambiental foram realizadas propostas educativas, tais como: 1º Curso de Formação de Monitores Ambientais no Estado de São Paulo, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Despraiado; 5º Seminário de Educação Ambiental em Peruíbe; 25º Workshop de Bacias Hidrográficas no Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Cunha (em parceria com a UNESP Botucatu); IV Diálogos de Educação Ambiental; Videoconferência sobre Sustentabilidade (participação de 2.500 escolas de 90 Diretorias Regionais de Ensino do Estado de São Paulo da Rede do Saber); Ciclo de Exposição sobre Proteção da Biodiversidade e Turismo Regional da Serra da Bocaina e entorno da Estação Ecológica de Bananal (2 encontros, com a participação de aproximadamente 80 pessoas); 2 eventos no Mosaico Paranapiacaba, sobre o manejo da polpa do fruto da palmeira Juçara como alternativa que concilia a possibilidade de renda com a conservação da espécie.

O Projeto Observação de Aves em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, denominado #vempassarinharSP, foi lançado no Parque Estadual Campos do Jordão, em comemoração ao recém-criado Dia Estadual da Observação de Aves, além da realização do II Evento desse projeto na Estação Ecológica Caetetus.

Na área de infraestrutura, destaque para as seguintes reformas nos próprios do Estado: i) as instalações de uso público do Parque Estadual Campina do Encantado; ii) 3 Sedes Administrativas em Unidades de Conservação na Região Metropolitana; iii) 3 Centros de Visitantes nos Parques Estaduais da Cantareira e do Aguapeí, e da Estação Ecológica Caetetus; iv) Museu do Eucalipto da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade - FEENA; além da instalação de base das APAs Botucatu, Tejuapá, Rio Batalha e implantação do Pier no Parque Estadual Ilha do Cardoso.

Neste ano foram instituídos os seguintes Grupos de Trabalho e Comissões: i) GT Mantiqueira para desenvolver e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável para a Serra da Mantiqueira; ii) Comissão para Implantação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga - MOJAC; e iii) GT Mosaico Juréia-Itatins para elaboração de proposta de plano de ação para o Mosaico.

No âmbito do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar/BID, destaque-se: i) concluída reforma na Base Rio Verde da Estação Ecológica Juréia-Itatins; ii) em fase de conclusão a reforma do Alojamento e Base de Proteção, a construção do Centro de Educação Ambiental do Núcleo Arpoador do Parque Estadual do Itinguçu e a obra de adequação e perenização da Estrada do Despraiado; iii) em execução a reforma do PIER da Ilha Anchieta; iv) concluídos os projetos executivos para as obras das sedes do Parque Estadual do Prelado, sede das RDS do Despraiado e da Barra do UNA e da reforma da Sede da Estação Ecológica Juréia-Itatins; v) aquisição de 9 trailers, que servirão como bases móveis para as ações de fiscalização e uso público em locais



onde não pudemos executar obras por falta de domínio público; e vi) operacionalização das atividades de proteção e fiscalização, em 18 UCs, com destaque para a manutenção de 46 postos de vigilância patrimonial e de 23 monitores ambientais, contratos de abastecimento e manutenção de veículos, embarcações, aeronave, geradores, entre outros, além da gestão do uso da aeronave - helicóptero biturbina Águia 32, com a execução de 30 planos de voo e 150 horas de voo nas unidades abrangidas pelo Programa Serra do Mar/BID. Em análise pela Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a prorrogação do contrato de financiamento, executado em parceria com a Secretaria de Habitação, até dezembro de 2018.

### **FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SÃO PAULO - FPZOO**

Em 2016 a FPZSP realizou relevantes trabalhos nas áreas de educação ambiental voltados à conscientização de visitantes para a proteção e sustentabilidade dos recursos naturais, bem como atividades de pesquisa em conservação em campo e em seus laboratórios de pesquisa em suporte à proteção da fauna silvestre brasileira. Estabeleceu ações em projetos de conservação e reprodução de espécies ameaçadas em associação com pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa que se dedicam aos estudos da biodiversidade. Além disso, o Zoológico recebeu mais de 1.303.000 visitantes ao longo do ano.

Como principais ações, destacamos a coordenação de reuniões para atualização da lista da fauna ameaçada de extinção do Estado, conforme Resolução SMA 61/2016; desenvolvimento de ações relativas a parcerias com as empresas Coca-Cola, Boutique Filmes, Porão da Criação/ Mattel do Brasil - Campanha Polly Pocket - O melhor Safari de Todos, EMTU, Alfa Coberturas, Ricardinho Produções Ltda; atuação nos projetos de instalação da central de monitoramento de câmeras nas dependências da FPZSP e início da integração para visitação do Zoológico e Jardim Botânico.

1. O Centro de Conservação de Fauna do Estado de São Paulo – CECFAU, neste ano, cumpriu seu papel na reprodução das espécies ameaçadas de extinção, com o nascimento de 2 exemplares de tamanduá-bandeira e 2 de mico-leão-preto. Foram realizados manejos genéticos com outras instituições através da transferência e recebimento de micos-leões-pretos. Atualmente o plantel conta com 6 araras-azuis-de-lear; 8 tamanduás-bandeiras; 14 micos-leões-pretos; 13 micos-leões-de-cara-dourada e 2 micos-leões-dourados.

2. Na área de Educação Ambiental e Eventos o destaque está na: i) realização de diversas atividades educativas, entre elas visitas monitoradas, passeios noturnos, apresentações didáticas, capacitações de educadores, clube para idosos, exposições educativas e programações especiais; ii) conclusão da 7ª Edição do Programa ZooEscola: A Mata Atlântica como Instrumento de Ensino “Ameaças à biodiversidade”, que teve como resultado 36 professores capacitados, 800 crianças diretamente atendidas em visitas monitoradas e 10 projetos ambientais desenvolvidos nas escolas; iii) desenvolvimento do projeto sócio-educativo “Zoo para Todos”, em parceria com o Hospital A. C. Camargo Câncer Center; iv) desenvolvimento e implantação de proposta educativa para a apresentação ao público da perereca-de-Alcatrazes, na exposição “O Pulo do Sapo”; v) realização de reuniões, capacitações e atividades pertinentes ao Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental da FPZSP, que



culminaram na publicação de um artigo completo e diversos resumos em congressos/eventos nacionais e internacionais; vi) participação na 23ª Conferência Bianual da Associação Internacional de Educadores de Zoológicos (IZE), com apresentação do trabalho "*Research and practice in environmental education: an Educator Training Program to create meaningful experiences at São Paulo Zoo – Brazil*"; vii) participação na organização dos seguintes eventos: 3º Ciclo de Cursos Ciência no Zoo - Módulo III – Microbiologia aliada à conservação da Biodiversidade e IV Workshop do Programa de Pós Graduação em Conservação de Fauna.

**3. Programa Zoológico de São Paulo - Entidade de Pesquisa:** as publicações científicas da Fundação totalizaram 62 trabalhos produzidos por seus técnicos e pesquisadores externos. Referente aos projetos em andamento houve total de 64 concluídos e 85 permanecem em pesquisa, que envolveram diferentes áreas de atuação de medicina veterinária, biologia, educação ambiental, comportamento animal, sustentabilidade e preservação.

**4. Em 2016 o Mestrado Profissional em Conservação da Fauna Silvestre,** firmado em Termo de Cooperação Técnica-Científica entre a FPZSP e a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, realizou a defesa das dissertações dos 8 alunos admitidos em 2014, totalizando 16 graduados até o momento. O Programa realizou seu "IV Workshop" com a apresentação dos resultados parciais dos projetos de pesquisa em andamento e dos pré-projetos das duas turmas admitidas em 2016, nas áreas de genética e genômica de animais silvestres, biologia, manejo e bem-estar de animais silvestres e na área de educação ambiental. Em dezembro foram realizados os exames de seleção de novos mestrandos com 77 inscritos para aprovação dos 10 que iniciarão o curso em 2017.

**5. Na Divisão de Pesquisas Aplicadas:** as ações em 2016 são relacionadas de acordo com seus núcleos de operações, com destaque para: i) Núcleo De Análises Clínicas: realização de 15.307 exames laboratoriais (hematologia, dosagens bioquímicas, exames parasitológicos e análise de urina), atuação no processamento de amostras, orientação e disponibilização de espaço para análises de amostras, participação em dois projetos de mestrado profissional, dois projetos de mestrado acadêmico, uma tese de doutorado, uma supervisão de dois voluntariados, um estágio Centro de Integração Empresa Escola -CIEE, uma orientação de aprimoramento profissional, atuação em três projetos de conservação *in situ*, apresentação de trabalho em dois eventos, um artigo científico submetido para publicação, realização de palestras em seminários e cursos; ii) Núcleo de Reprodução Assistida e Biotecnologia: foram armazenadas amostras de sêmen de várias espécies silvestres mantidas pela Fundação em nitrogênio líquido, totalizando 260 palhetas de sêmen, de acordo com projetos de pesquisa em andamento sendo eles, um aprimoramento profissional, um mestrado acadêmico e um doutorado, com a secagem de 354 amostras fecais e os extratos metabólitos foram extraídos para futuras dosagens hormonais e participação em disciplina e treinamento técnico oferecido pelo Departamento de Reprodução Animal da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP; iii) Núcleo de Biologia Molecular e Microbiologia: realização de 1.422 análises microbiológicas e moleculares, participação em dois projetos de mestrado acadêmico, uma tese de doutorado, cinco projetos de pesquisa internos da FPZSP, um trabalho de conclusão de curso, uma orientação de aprimoramento profissional, duas orientações de voluntariado, três projetos de pesquisa em



conservação *in situ*, organização e participação de um Curso de Curta Duração, participação em dois artigos científicos publicados nos periódicos *AMB Express* e *Scientific Reports* do grupo Nature.

**6.** No Departamento Técnico: destaque para as seguintes conquistas: i) aquisição e transporte de um casal de leões provenientes da Europa para compor o plano de população do Zoo e Zoo Safari; ii) manejo *ex situ* do programa dos micos-leões; iii) participação nos Planos de Ação Nacional - PAN dos Canídeos e dos Grandes Felinos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO; iv) contratos com 15 instituições nacionais e 23 internacionais; v) manutenção do registro *International Species Information System* - ISIS, constando a FPZSP com 2.204 espécimes cadastrados no Sistema de Registros de Dados sobre Animais entre aves, répteis, mamíferos e invertebrados; vi) Plano de Contingência para Fuga de Animais - PCFA com três simulações de fuga.

**7.** Na Divisão de Ciências Biológicas as realizações relevantes incluem: i) reprodução de espécies brasileiras ameaçadas de extinção: perereca-de-alcatraz, mico-leão-preto, mico-leão-dourado, tamanduá-bandeira, arara-azul-de-lear, jacutinga; ii) reprodução de espécies brasileiras não-ameaçadas: caracol-da-mata-atlântica, colônia de bicho-pau, muçunã, pererequinha-de-bromélia, tigre-d'água, arara-azul-grande, coscoroba, cisne-de-pescoço-preto, flamingo-chileno; iii) espécies exóticas: lagarto-rabo-de-macaco, colônia de barata-gigante-de-madagascar, cisne-preto, ganso-australiano, turaco-violeta, arara-da-bolivia, grou coroadado, pavão-azul; iv) aquisições de novas espécies, sendo cágado-de-barbicha, rã-d'água, cuíca lanosa, mico-leão-preto, suçuarana como espécies nativas e tartaruga-de-ouvido-vermelho, leão, tucano-toco como espécies exóticas; v) participação em 48 projetos de pesquisas, em um congresso nacional, em 5 eventos científicos, orientação doze aprimorandos e 23 voluntários; vi) manejos relevantes: importação de um leão procedente de *Copenhagen Zoological Garden* para realizar o pareamento com as fêmeas e com perspectiva de reprodução da espécie e transferência de araras-azuis-de-lear para o CECFAU para a realização do *flocking*, com o objetivo acompanhar o comportamento reprodutivo da espécie em cativeiro e o manejo para a coleta de sêmen de algumas espécies de aves como: harpia, urubu-rei, jacutinga, urumutum, araçari-banana, tucano-de-bico-verde e tucano-de-peito-branco.

**8.** Na Divisão de Veterinária foram realizados: i) 1754 tratamentos clínico-cirúrgicos, ii) atuação em 7 projetos de pesquisas em colaboração com instituições nacionais e internacionais, iii) 8 palestras em eventos técnico-científicos nacionais, iv) participação em dois Congressos e uma Conferência Internacional, v) orientação de quatro bolsistas do Programa de Aprimoramento Profissional e 13 voluntários, vi) desenvolvimento de atividades de campo com a contribuição ao Programa de Conservação Carnívoros do Cerrado - PCMC totalizando 60 dias em campanha no triângulo mineiro e participação de campanha de campo do Projeto Tatu Canastra.

**9.** Na Gestão Ambiental e de Qualidade as ações estão voltadas à manutenção e incremento do Sistema de Gestão Ambiental e da Qualidade, com destaque para coleta e destinação de resíduos, tais como resíduos recicláveis, não-recicláveis, óleo de cozinha, resíduos contaminados e perigosos, lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, pneus e resíduos inertes. Foi realizada também auditoria externa, pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, resultando na manutenção da certificação da NBR



ISO 14.001:2004. Foi produzido na Estação de Tratamento de Água - ETA 47.419 m<sup>3</sup> de água de reúso e tratado na Estação de Tratamento de Esgoto - ETE 33.218,5 m<sup>3</sup> de efluentes. A Unidade de Produção de Composto Orgânico - UPCO enviou ao Departamento de Produção Rural - DPR 108 m<sup>3</sup> de adubo orgânico no mesmo período.

**10.** Na Divisão de Produção Rural, responsável pela Fazenda do Zoológico, destaque para o fechamento do ano agrícola 2015-2016, com envio, seja para consumo, seja para venda em leilão, de 1.861.733,8 kg de produtos, divididos em 824,0 kg de hortaliças, 17.097,0 kg de frutas, 1.389.271,8 kg de grãos, 453.340,0 kg de forrageiras e 1.201,0 kg de raízes. A fazenda também forneceu 28.475,9 kg de materiais utilizados na construção, reforma, ornamentação e forração de recintos do parque, como madeiras, sapés, bambus, mudas e fardos de gramíneas.

Objetivando a restauração de áreas florestais e futura averbação da reserva legal, foram plantadas 171.000 mudas em uma área de aproximadamente 70 hectares da Divisão de Produção Rural. O Projeto Técnico de Recuperação Florestal com Espécies Nativas foi elaborado pela Fundação SOS Pró-Mata Atlântica em 2012, e reeditado em 2016, sendo toda a metodologia mantida, preservando as técnicas silviculturais e as atividades para manutenção, destacado no âmbito do Programa Nascentes.

A DPR deu continuidade no Programa de Educação Ambiental “Fazenda Legal”, em parcerias com Secretarias de Educação e Meio Ambiente dos municípios de Araçoiaba da Serra, Votorantim e Sarapuí e atendeu mais de 700 crianças em monitorias, além da criação de um clube ecológico com atividades contínuas e público fixo infantil e adolescente. Atendeu e deu suporte em trabalhos de 54 estudantes de ensino técnico, superior, pós-graduação e outros profissionais, como local para realização de 3 projetos de mestrado, um de iniciação científica e um de aprimoramento profissional e publicação de dois resumos em eventos científicos.

## **INSTITUTO FLORESTAL - IF**

O IF possui 48 áreas protegidas sob sua gestão, distribuídas em 6 categorias, presentes em 41 municípios. Essas unidades totalizam 53.736 ha: 11 Estações Ecológicas, 1 Parque Estadual, 14 Florestas Estaduais, 18 Estações Experimentais, 3 Hortos Florestais, 2 Viveiros Florestais, além da coordenação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, com 2,1 milhões de ha, e que abrange 78 municípios, conservando os recursos naturais metropolitanos mais expressivos e estratégicos para o bem-estar de aproximadamente 24 milhões de habitantes.

Em 2016 a produção dos pesquisadores e técnicos compreendeu a participação na publicação de 47 trabalhos (revistas), 4 trabalhos completos apresentados em eventos técnico-científicos, 5 capítulos de livros, 1 manual técnico. Foram realizadas 49 apresentações em congressos e 43 participações de técnicos do IF em cursos e palestras. Os pesquisadores do IF tiveram durante o ano 750 participações em assessorias e/ou como pareceristas e 30 participações em bancas de defesa de graduação, mestrado ou doutorado. Em 2016, foram concluídas as seguintes orientações realizadas por pesquisadores e técnicos do Instituto Florestal: doutorado (1 concluída, 5 em andamento), mestrado (1 concluída, 3 em andamento), graduação (14 concluídas, 24 em andamento), ensino médio/técnico (6



concluídas, 6 em andamento). O IF possui em seu quadro 1 doutor e 1 mestre com tese e dissertação defendidas em 2016 e um técnico cursando especialização *latu sensu*.

O Instituto Florestal promoveu o IV Curso de Introdução ao Manejo de Unidades e Conservação, com 105 horas de carga horária. Quarenta e dois docentes, de várias instituições, proferiram aulas e participaram 50 pessoas, entre gestores e técnicos.

No âmbito das coleções, destaque: i) Herbário Dom Bento José Pickel (SPSF): O Acervo do Herbário ultrapassou no ano 50.000 exsicatas e se firmou como o sexto acervo do Estado consolidando-se referência para os programas Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo e Re flora Nacional (Plantas e Fungos do Brasil). Foram realizadas 949 consultas eletrônicas ao acervo do Herbário, através do sistema de informações speciesLink do Centro de Referência em Informação Ambiental - CRIA. Dentre as atividades, foram realizadas 595 trocas de material botânico entre herbários, 656 identificações botânicas, 74 atendimentos ao público em geral e 39 visitas ao acervo; ii) Xiloteca SPSFw: apresenta um acervo de 6.368 amostras de espécies florestais, sendo incorporadas 25 amostras em 2016. Foram realizados 12 atendimentos ao público e realizadas 65 identificações de madeiras; iii) Museu Florestal Octávio Vecchi: contando com um acervo de 2.200 peças e 2.000 iconográficas, em 2016 foram recebidos 7.000 visitantes e realizadas cinco exposições/eventos internos e duas exposições itinerantes; iv) Biblioteca: apresenta um acervo de 12.403 exemplares, sendo que em 2016 incorporou 745 novas obras e foram realizados 840 atendimentos ao público, entre visitantes e consultas por telefone e email.

A Comissão Técnico Científica do IF - COTEC aprovou, em 2016, 179 projetos, sendo que 31 são coordenados por pesquisadores do IF e no 10º Seminário de Instituto Florestal, foram apresentados 26 trabalhos na área de ciências agrárias, 16 em ciências biológicas, 4 em ciências exatas e da terra e 5 trabalhos na área de ciências sociais aplicadas.

O IF instalou plantios experimentais em 1 unidade em 2016, na Floresta Estadual de Pederneiras (0,5 ha) e, no mesmo período, manteve plantios experimentais na Floresta Estadual de Pederneiras, na Estação Experimental de Luiz Antonio e na Estação Experimental de Bento Quirino, em um total de 176 há e em neste ano também foram instalados plantios de TCRA nas unidades de: Estação Ecológica de Marília, Floresta Estadual de Assis, Floresta Estadual de Pederneiras, Estação Ecológica de Santa Maria, Estação Experimental de Luiz Antonio, em um total de 192 hectares de plantios implantados.

Na área de produção de mudas e coleta de sementes, em 2016, foram plantadas 468.640 mudas de espécies nativas na Floresta Estadual de Bebedouro, Estação Experimental de Luiz Antonio e Estação Ecológica de Santa Maria e foram colhidos 587,34 quilogramas de sementes, totalizando 29 espécies.

Em uso público e eventos, em 2016, foram 7.452 pessoas atendidas em monitoria, 52 atividades de educação ambiental, 4.056 pessoas atendidas em educação ambiental, 184.840 visitantes as unidades administradas pelo IF, 42 eventos organizados nas unidades.



Como parte das ações de prevenção e combate a incêndio, neste ano, foram realizados 1.559 hectares de aceiros nas diversas unidades do IF.

## **INSTITUTO GEOLÓGICO - IG**

Foram realizados 19 projetos de pesquisa em 2016, sendo 14 com financiamento externo e contemplando as seguintes áreas de atuação: Desastres Naturais (6), Hidrogeologia (3), Pesquisa Básica em Geociências (9) e outros (1).

Neste período foram oferecidas 27 capacitações, das quais: 23 palestras e 3 disciplinas de pós-graduação e 1 curso. O corpo técnico participou de 2 cursos de aperfeiçoamento, 3 disciplinas pós-graduação, 1 coordenação de mesa de discussão em evento técnico e 2 organizações de evento técnico. Neste ano o IG participou de 5 eventos, sendo 1 internacional (realizado no Brasil) e 4 nacionais. Como Ações de Apoio e Suporte às Políticas Públicas foram realizadas 95 laudos e pareceres, para entidades do Sistema Ambiental Paulista, Ministério Público, Prefeituras. As ações de comunicação e produção científica foram expressas em 42 trabalhos publicados dos quais: 10 artigos em periódicos, 29 em eventos científicos, 1 livro, 1 capítulo de livro e 1 boletim técnico.

Como ações do IG na formação de recursos humanos foram finalizadas 5 orientações de iniciação científica de nível superior e 3 de nível médio e encontra-se em andamento a orientação de iniciação científica de 4 alunos de nível superior e 4 de nível médio. Também estão em andamento a co-orientação de 3 pós-graduandos em nível de doutorado. Os pesquisadores participaram de bancas examinadoras: 6 mestrados, 1 doutorado, 3 trabalhos de conclusão de curso de graduação, 1 qualificação de mestrado e 1 qualificação de doutorado.

No Gerenciamento de Risco e Redução de Desastres Naturais, em 2016, o IG continuou exercendo a Secretaria Executiva do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais - PDN. Com base no Termo de Cooperação Técnica entre IG e Coordenaria Estadual de Defesa Civil - CEDEC de apoio técnico aos Planos Preventivos de Defesa Civil - PPDC, o IG atuou na Operação Verão 2015-2016, mantendo técnicos em plantão 24 horas, os quais realizaram 57 atendimentos com vistorias em 152 áreas, abrangendo 42 municípios. As avaliações de risco indicaram a interdição definitiva de 502 moradias com remoção definitiva de 2.008 pessoas e remoção temporária de 312 moradias com remoção preventiva de 1.129 pessoas. Foram ministrados cursos e treinamentos às equipes municipais em 7 Oficinas Regionais de Defesa Civil, com público total de 739 pessoas. Apresentação dos resultados do "Mapeamento de riscos associados a escorregamentos, inundações e corridas de massa do Município de Itaoca - SP" para técnicos da Prefeitura. Realizou-se o VIII Seminário Estratégias para Redução de Riscos e Desastres a Eventos Geodinâmicos no estado com a realização de 17 palestras e um público de 182 pessoas. Foram realizados ainda 18 pareceres técnicos e 2 informes técnicos sobre problemas geoambientais ou de instabilidade de terrenos durante o ano, visando atender principalmente ao Ministério Público e à CEDEC. Houve também o lançamento do Mapa da Vulnerabilidade de Áreas Urbanas de Uso "residencial/comercial/serviços" a Eventos Geodinâmicos do Estado.





Foram desenvolvidos projetos de pesquisa na área da Hidrogeologia sobre os temas voltados a: i) proteção de poços de abastecimento público no Sistema Aquífero Bauru; ii) locação de poços para abastecimento público nos aquíferos da Região Metropolitana de São Paulo para o enfrentamento da crise hídrica; iii) delimitação de zonas sensíveis à contaminação da água subterrânea por nitrato na área urbana de Marília; iv) avaliação da contaminação por nitrato nas águas subterrâneas do Sistema Aquífero Bauru na área rural do município de Bastos; v) fluxo de contaminantes em aquíferos fraturados no município de São Paulo, vi) estudos de circulação e recarga do Sistema Aquífero Tubarão. Todos os projetos são desenvolvidos em parcerias com outras instituições e contam com financiamentos externos. Como produtos destes projetos foram publicados: 2 artigos científicos em periódico internacional, 1 em periódico nacional e 6 trabalhos completos e 1 resumo em eventos técnico-científicos. Visando atender solicitações do Ministério Público, da CETESB e do FEHIDRO foram realizados 15 atendimentos com pareceres e vistorias técnicas ou informações técnicas e também foram realizados 7 pareceres de manuscritos para revistas científicas nacionais.

Na área de Recursos Minerais foi concluído, e disponibilizado para download no site do IG, o relatório final do Projeto Paraíba do Sul: Potencialidade de Areia - Fase II, no subtrecho Roseira - Queluz. Em conjunto com SMA e CETESB, Secretaria de Energia e Mineração, Secretaria dos Recursos Hídricos e da Casa Militar do Gabinete do Governador, o Núcleo de Recursos Minerais - NRM participou do Grupo de Trabalho responsável pelo relatório sobre Barragens de Mineração no Estado de São Paulo: Diagnóstico e Recomendações. A parceria com a CETESB foi mantida, com atualização dos procedimentos de obtenção das licenças ambientais relativas à atividade de extração mineral no Estado, apoio técnico sobre questões relacionadas com a mineração e participação efetiva em sua Câmara Ambiental de Mineração.

Neste ano, o Museu Geológico - MUGEO recebeu um total de 76.735 visitantes e 91 escolas públicas, privadas e entidades sem fins lucrativos (3.910 pessoas atendidas com monitorias). A reorganização das reservas técnicas do Museu foi concluída e a organização do catálogo do acervo e do banco de dados está em andamento.

### **INSTITUTO DE BOTÂNICA - IBt**

O Jardim Botânico recebeu até novembro deste ano, 190.000 visitantes, advindos de todos os estados brasileiros e 54 diferentes países. Desse total 24.059 são alunos de um total de 265 escolas públicas e privadas oriundos de 210 municípios paulistas. Foram realizados 20 eventos no Jardim Botânico, destacando-se as exposições de Orquídea e Bonsai, Cidades e Jardins, Corridas e Caminhadas e apresentações de teatro e corais. Foram realizadas no Jardim Botânico entrevistas para diferentes mídias, incluindo programas de TV, com mais de 105 entrevistas e matérias veiculando o JBSP.

As Reservas Biológicas de Mogi Guaçu, Reserva Biológica do Alto de Paranapiacaba e o Parque Estadual Fontes do Ipiranga - PEFI possuem cerca de 109 projetos de pesquisas e juntas receberam cerca de 400 pessoas/ano para o desenvolvimento de atividades didáticas relacionadas ao meio ambiente, tais como aulas de campo, atividades de educação ambiental e treinamentos.



As coleções do Herbário SP do IBT incorporaram até o mês de novembro 13.310 novas exsiccatas, sendo que o número total atual da coleção é 488.014. Destaque também para a inauguração da sala Frederico Carlos Hoehne do Núcleo de Biblioteca e Memória como parte da política de gestão de Coleções Científicas e preservação do Acervo Iconográfico do Instituto.

Ao longo de 2016, desenvolveu-se 48 projetos de pesquisa científica nos seguintes Programas: Biodiversidade e Conservação, Mudanças Climáticas Globais, Bioprospecção, e Recursos Hídricos. O IBT possui atualmente 16 grupos de pesquisa cadastrados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

E o curso de Pós-Graduação em “Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente” formou 34 profissionais na área, entre mestres e doutores em 2016. Além disto, o programa teve financiamento das agências de fomento CAPES, CNPq e FAPESP no valor total de R\$ 1,8 milhão, referente a bolsas de Mestrado e Doutorado, manutenção do programa e informatização da pós-graduação.

### **COORDENADORIA DE PARQUES URBANOS - CPU**

Em 2016, 12 milhões de cidadãos foram atendidos e R\$ 41,5 milhões foram executados em contratos, ações e melhorias. A CPU atua na gestão dos Parques Alberto Löfgren (Horto Florestal), Estadual do Belém “Manoel Pitta”, Candido Portinari, Chácara da Baronesa, Dr. Fernando Costa - “Água Branca”, Ecológico Guarapiranga, Gabriel Chucre, Juventude, Várzea do Embu Guaçu - “Professor Aziz Ab´Saber”, Villa-Lobos e o Projeto Pomar Urbano.

Visando a melhoria dos Parques Urbanos, para melhor atendimento ao usuário, foram implementadas novas medidas com chamamento público para serviços, eventos e atividades e locação de espaço, com renegociação de permissões de uso vigentes, além de fomento a novas parcerias.

Dentre as principais atividades, destacam-se: i) termo de cooperação com a Secretaria de Administração Penitenciária: execução de programas da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, por meio da inserção de pré-egressos, egressos, familiares de egressos e cumpridores de penas e medidas alternativas nas vagas de trabalho disponibilizadas nos parques sob a administração da Secretaria do Meio Ambiente; ii) parceria para realização de atividades desportivas, de lazer e de integração social no Parque Villa-Lobos com Adidas, que inclui a revitalização dos campos de futebol society do parque, instalação de novos postes de iluminação, colocação de redes de voleibol nas quadras de areia, instalação de novos bebedouros, uma estação de *crossfit* e uma “chutelaria”, espaço onde os visitantes poderão se beneficiar do empréstimo de chuteiras de futebol; iii) Festival de Gastronomia Food Truck: concessão de permissão de uso a título precário e remunerado para instalação e exploração comercial de barracas para locação de bicicletas, patins e assemelhados e instalação e exploração comercial de veículos tipo “*food trucks*” para o comércio de alimentos e bebidas não alcoólicas no interior do Parque Villa-Lobos e Parque Urbano Candido Portinari; iv) Todos Contra Dengue: capacitação dos gestores dos parques, funcionários administrativos e funcionários terceirizados com o objetivo de sensibilizar e mobilizar os participantes para ações que tenham foco o cuidado com o



mosquito *Aedes Aegypti*, potencializando mudanças de comportamento, total de 641 funcionários capacitados; v) Campanha do Agasalho 2016 com disponibilização dos pontos de arrecadação de peças em todos os parques, gerando uma arrecadação de 10.720 peças; vi) Projeto Floresta de Bolso: parceria com um grupo de voluntários que plantaram 500 mudas nativas da Mata Atlântica no Parque Candido Portinari; e vii) Projeto Verdejando - Parque Belém: foram plantadas um total de 550 árvores no Parque Estadual do Belém “Manoel Pitta” de espécies como Árvores de madeira-de-lei como a Cabreúva, Peroba, Canela, Cedro-rosa e Jequitibá, atualmente muito raras nos trechos de Mata Atlântica.

Em 2016, foram realizados 98 eventos de caráter artístico, cultural, ambiental, desportivo, cívico ou agropecuário nos parques urbanos, como: Feira de Artesanato ‘Revelando as Entidades’, Festival BB Seguridade de Jazz e Blues, Férias no Gelo, Tosa Matsuri, Mostra de Museus, VII Festival de Gastronomia Orgânica, Motorola Park n Roll, Cozinhando na Rua, Canto Pela Paz, Semana Nacional da Conciliação e Virada Inclusiva.

### **COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - CFA**

Visando o aprimoramento da infraestrutura, sete unidades de fiscalização contaram com melhorias efetuadas neste ano - Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Mogi das Cruzes, Ubatuba, Registro e Comando da Polícia Militar e foram adquiridos 241 Terminais Móveis de Dados - TMDs para implantação da fiscalização digital.

No que diz respeito aos dados de autuações, foram lavrados pelas unidades de policiamento militar ambiental 17.410 autos de infrações ambientais, sendo 172 administrativos, 6.077 de fauna, 7.570 de flora, 410 de fogo, 1.878 de pesca, 476 de produto florestal, 404 em unidades de conservação e 423 para outros.

O Programa Estadual de Conciliação Ambiental registrou: 15.653 sessões de Atendimento Ambiental realizadas pelos técnicos da CFA e policiais militares ambientais; 78% de comparecimento médio dos autuados ao Atendimento Ambiental; 66% de processos conciliados no momento do Atendimento Ambiental (média mensal); 2.284 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA firmados com os autuados; 2.487 parcelamentos compromissados por autuados por multas; 4.926 autuados participantes da ação “Conduta Ambiental Legal”.

Na gestão de Autos de Infrações Ambientais - AIA, em 2016 foram, para aqueles lavrados antes do Decreto nº 60.342/14: i) atendimento ao público relacionado a 7.181 autuados atendidos, ii) início de força-tarefa para julgamento de autos de infrações ambientais, sendo analisados 1.514 processos em 1ª instância e 1.276 em 2ª instância, iii) 994 recursos analisados pela Comissão Especial de Julgamento (2ª Instância). E para os AIAs lavrados após o Decreto nº 60.342/14: i) 15.653 sessões de Atendimento Ambiental - AA realizadas pelos técnicos da CFA e policiais militares ambientais, ii) 3.236 defesas protocoladas sobre a decisão do AA, sendo que 53% foram analisadas, iii) 677 recursos protocolados na Comissão de Autos de Infrações (antiga 2ª instância) protocolados, sendo que 36% foram analisados.



Como atividades relacionadas a todos os AIAs, independente do período de lavratura, destaque-se: i) 2.378 débitos inscritos no sistema da dívida ativa referente as multas ambientais, totalizando R\$ 23,4 milhões, ii) recolhimento de R\$ 14,6 milhões referente ao pagamento de multas ambientais, iii) 1.490 vistorias realizadas visando verificar o cumprimento dos Termos de Compromissos de Recuperações Ambientais - TCRA sendo que 48% foram considerados cumpridos.

Nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, das 89 RPPN criadas no território paulista a situação dos planos de proteção a atuação tem sido no seguinte sentido: 44 (49%) contam com plano elaborado ou em processo de elaboração e seis RPPN em processo de criação já possuem plano, indicando dentre os principais problemas e pressões: incêndios e queimadas (27%) e caça (27%). As 56 (63%) RPPN que possuem seus limites definidos por polígonos em formato *shapefile*, foram incorporadas ao Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites - MAIS e seus territórios e áreas de entorno foram monitorados de uma a três vezes ao longo do período. Não foram detectadas alterações na vegetação nativa dentro dos limites da RPPN. Por outro lado, quando consideramos durante o monitoramento uma área de referência de 3 km a partir dos limites das RPPN, foram detectadas alterações que resultou na aplicação de AIA em 0,64 ha. Para envolvimento e articulação com os proprietários foram realizadas: uma oficina, em articulação com a Operação Corta Fogo, para incentivar e fortalecer a gestão das RPPN com relação às ações voltadas à prevenção e ao combate de incêndios florestais; outra oficina, para elaboração e/ou avaliação dos Planos de Apoio à Proteção das RPPN e ao todo contaram com a participação de 101 pessoas, entre RPPNistas, policiais e técnicos das instituições.

Na área de Formação Socioambiental: atuação de forma complementar as ações de fiscalização, buscando envolver a sociedade civil e comunidade do entorno das Unidades de Conservação com abordagens preventivas aos problemas ambientais, com os seguintes resultados, neste ano: i) 3 polos concluídos (EE Bananal, APAMLS e Mosaico Paranapiacaba), 7 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação participantes das ações da formação socioambiental, 12 encontros realizados com a participação de representantes da sociedade civil, órgãos públicos municipais e estaduais, universidades, moradores do entorno das Unidades de Conservação, 1 Guia Prático publicado em formato digital.

No âmbito do Sistema de Denúncias, 22.195 denúncias sobre possíveis danos ao meio ambiente foram registradas e atendidas pela Polícia Militar Ambiental, de janeiro a novembro de 2016, sendo 39,5% (8.768) relacionadas à fauna e 34% (7.574) à flora.

Pela Operação Corta Fogo foram: i) 3.149 focos de queimadas/incêndios florestais detectados por satélite, o que representa um aumento de 64% em relação ao mesmo período de 2015, ii) realizada campanha em parceria com 23 concessionárias de rodovias para divulgação de mensagens em 34 painéis fixos, 58 painéis móveis, para alertar sobre o risco de fogo e informar telefones de emergência, iii) 535 autos de infração por uso irregular do fogo, sendo 517 autuações realizadas pela Polícia Militar Ambiental e 18 pela CETESB, iv) 2.513 pessoas de 434 municípios treinados como brigadistas para o combate ao fogo em vegetação, v) 02 caminhões-pipa doados (Bento de Abreu e Macedônia) para o combate ao fogo destinados aos municípios parceiros, utilizando recursos do Fundo



Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, vi) 14.887 ocorrências de incêndio em coberturas vegetais atendidas pelo Corpo de Bombeiros, apresentando 9% de redução em relação ao número de ações de combate de 2015, vii) 2.714 hectares atingidos pelo fogo em unidades de conservação, o que representa um aumento de 39% ante o ano de 2015, viii) 02 empresas especializadas contratadas para combate aéreo com uso de aeronaves de asa fixa para as regiões de Ribeirão Preto, Campinas, Bauru, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Sorocaba, Piracicaba, Jundiaí e Araçatuba, o que gerou 04 atendimentos a ocorrências e um total de 12,3 horas de voo.

Pelo Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites - MAIS cada região do Estado foi monitorada até quatro vezes ao longo do ano de 2016, sendo 517 denúncias com alteração da vegetação identificadas e encaminhadas à Polícia Militar Ambiental para verificação. Assim aproximadamente 828,12 hectares (ou 8,28 km<sup>2</sup>) de possíveis supressões de vegetação nativa - que podem ter ocorrido em desacordo com a legislação - identificadas, entre os meses de janeiro e novembro de 2016. Do total de denúncias elaboradas, 178 resultaram na aplicação de AIA, o que corresponde a cerca de 304,92 hectares (ou 3,04 km<sup>2</sup>) de vegetação nativa irregularmente suprimidos no Estado.

Pela Fiscalização Ambiental Digital - AIA Eletrônico foi iniciada a implantação do auto de infração eletrônico que integra o SIGAM com o sistema da Polícia Militar - SIOPM, trazendo um salto de qualidade e celeridade na transferência e na lavratura de autos de infrações ambientais, uma vez que as informações são coletadas por um único equipamento, o terminal móvel de dados, com implantação integral do AIA e nas áreas do 1º e 3º Batalhão e parcial nas áreas do 2º e 4º Batalhão.

### **COORDENADORIA DE BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS - CBRN**

Visando levar as informações sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR para o maior número de pessoas, foram realizadas diversas apresentações do sistema e dos aspectos legais pertinentes à Lei Federal nº 12.651/12, referente ao Código Florestal, em palestras, eventos e treinamentos específicos. Além disso, como resultado dos convênios estabelecidos com 337 prefeituras, mais de 45.500 pequenos proprietários rurais receberam apoio para a inscrição do CAR. A CBRN realizou também atendimento aos proprietários rurais para cadastramento de suas propriedades ou posses rurais no SiCAR-SP, esclarecendo suas dúvidas por meio de atendimento eletrônico e auxiliando os proprietários/posseiros diretamente na realização de seus cadastros, através de atendimento presencial nos Núcleos Regionais e na Sede da SMA.

Como resultado dessas ações para cadastramento no CAR há, atualmente, mais de 306.500 propriedades e posses rurais inscritas no SiCAR-SP, o que corresponde a 94% dos imóveis, perfazendo 17,8 milhões de hectares, quase 87% da área agrícola do Estado. A abrangência da área cadastrada permitirá uma análise mais eficaz e eficiente dos cadastros, inclusive permitindo, pela primeira vez, que propostas de Reserva Legal sejam analisadas em conjunto, de forma a criar corredores de biodiversidade.



A implementação total do Programa de Regularização Ambiental ainda depende da discussão judicial sobre a Lei nº 15.684/2015, que está com sua obrigatoriedade suspensa em razão da ação direta de inconstitucionalidade nº 2100.850-TJ/SP.

Na temática de restauração, em 2016, até novembro, o total de área em restauração registrada no Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - SARE foi de 2.656 hectares.

Em 2016, foram realizados trabalhos de acompanhamento e gestão relacionados aos protocolos vigentes que correspondem a 5,98 milhões de hectares de áreas comprometidas com boas práticas agroambientais, cerca de 29% da área agricultável do Estado.

No Protocolo Agroambiental, firmado com as usinas e associações de fornecedores de cana-de-açúcar paulistas, 131 usinas e 25 associações solicitaram renovação do Certificado Etanol Verde. Atualmente, respondendo por cerca de 92% da produção paulista e 44% da produção nacional de etanol. Na safra 2015/2016, cerca de 91,3% da colheita da cana das usinas e fornecedores de cana signatários foi realizada sem o emprego do fogo.

O Protocolo Agroambiental firmado com o setor florestal representa cerca de 570 mil hectares das empresas Lwarcel, Fibria, Duratex e Suzano comprometidos com as diretrizes técnicas estabelecidas no acordo. Em 2016, foi finalizado o Zoneamento Edafoclimático indicativo para as espécies mais utilizadas na silvicultura no estado de São Paulo, em parceria com o Instituto Agrônomo de Campinas - IAC.

Com o objetivo de diminuir a perda da agrobiodiversidade e reduzir as diversas formas de degradação causadas pela agricultura convencional, foi firmado em 2016 o Protocolo para promover a Transição Agroecológica e estimular a produção orgânica nas propriedades rurais, urbanas e periurbanas do Estado, com vistas a promover a adoção de práticas agrícolas sustentáveis por agricultoras e agricultores; promover o uso sustentável dos recursos naturais; e incrementar a produção, a oferta e o consumo de alimentos saudáveis.

No âmbito do Programa Cadmadeira, o ano de 2016 foi finalizado com 770 empresas e 208 cadastros válidos. Foram realizadas 37 vistorias e concedidos 24 Selos Madeira Legal. No que diz respeito à Gestão do Documento de Origem Florestal - DOF foram 622 pátios homologados e 2310 serviços relativos aos sistemas registrados.

Considerando os critérios e procedimentos para plantio, coleta e exploração sustentável de espécies nativas do Brasil no Bioma Mata Atlântica, até 2016, foram apresentados 16 planos de manejo de coleta de produtos florestais, 45 solicitações de plantio, destas 42 concluídas, resultando em 795.216 árvores de espécies nativas cadastradas para fins de produção, de 77 diferentes espécies, dentre elas guanandi, mogno, seringueira e Araucária.

A Gestão da Fauna Silvestre se dá por meio de atividades de atendimento às diversas categorias de empreendimentos de fauna em cativeiro no estado, sendo responsável pela emissão das



autorizações para o manejo de fauna *in situ* nos processos de licenciamento da CETESB, emissão de autorizações para o transporte de animais silvestres, além da gestão no estado da categoria dos Criadores Amadores de Passeriformes por meio do sistema SISPASS, que conta com aproximadamente 85.000 criadores no estado, com atendimento na capital e em oito núcleos regionais, totalizando 4.634 atendimentos presenciais e 11.350 por e-mails.

Em 2016 foram emitidas 458 autorizações relacionadas à destinação de animais silvestres, 132 relativas ao manejo da fauna silvestre, 748 relacionadas à fauna silvestre em cativeiro, bem como realizadas 24 vistorias técnicas. Os processos ativos relacionados à gestão da fauna silvestre totalizam 1.765.

Estão em discussão, no Sistema Ambiental Paulista, instrumentos normativos para instituir a Política de Conservação da Fauna Silvestre no Estado, GT criado pela Resolução nº 26/2016 e a atualização da lista vermelha de espécies da fauna ameaçada de extinção. Foram realizadas operações de fiscalização em conjunto com Polícia Militar Ambiental, Polícia Federal e IBAMA em regiões do litoral paulista, palestras para oficiais da PMAmb bem como videoconferências por meio da Rede do Saber nos temas: “Posse responsável de animais domésticos”, “Fauna Silvestres nos Municípios e no Estado” e “Importância das Lista de Fauna Silvestre”.

A Gestão de Animais Domésticos é feita por meio de avaliações e acompanhamento técnico de projetos no âmbito do Programa Estadual de Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos. Em 2016 foram acompanhados 34 convênios anteriormente firmados com prefeituras e organizações não governamentais, e abertos 30 processos relativos às novas emendas parlamentares. Foram elaboradas 206 informações técnicas e 75 informações administrativas. Foi promovida também a videoconferência, com apoio da Rede do Saber, para 134 municípios paulistas, com o tema “Controle Populacional de Cães e Gatos”.

Cabe destacar também que a SMA, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp e a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo promoveram, em julho, a 2ª Conferência Paulista de Ecologia e Transportes.

Com relação a atuação da Coordenadoria como Agente Técnico do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, há 64 Projetos sob responsabilidade da CBRN, 45 em execução, 8 em análise e 11 não iniciados, abrangendo 19 Colegiados.

As ações de Pagamento de Serviços Ambientais estão em andamento, principalmente via Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável.

### **COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL - CPLA**

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo - ZEE mobilizou todo o Sistema Ambiental Paulista em 2106. Para a coordenação e o desenvolvimento de atividades relativas à



formulação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo - ZEE-SP, foi criado por meio da Resolução SMA nº 14/2016, o Grupo de Trabalho do Sistema Ambiental Paulista - GT SAP-ZEE. Os 132 membros componentes do GT SAP-ZEE foram subdivididos nos grupos temáticos Água, Ar, Biodiversidade, Clima e Solo e dois grupos complementares foram ainda constituídos: Socioeconomia, Demografia e Infraestrutura e Políticas Públicas. Ao todo foram cerca de 70 reuniões de trabalho e a Secretaria Executiva do ZEE organizou dois Seminários de Integração entre os Grupos Temáticos, com os objetivos comuns de discutir a metodologia para o ZEE, integrar os temas trabalhados, compor o relatório base para a construção do ZEE e definir agenda de trabalhos.

No âmbito do Gerenciamento Costeiro - GERCO foi dada continuidade dos trabalhos do Grupo Setorial do Litoral Norte, com vistas à finalização da revisão do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro da região. A proposta de revisão do ZEE-LN, que contém minuta e mapa, foi aprovada pelo Grupo Setorial e apresentada em quatro audiências públicas nos municípios, sendo posteriormente apreciada e aprovada pelo Grupo Estadual de Coordenação do Gerenciamento Costeiro e pelo Consema. Os demais Grupos Setoriais tiveram suas composições atualizadas em 2016: Vale do Ribeira, Complexo Estuarino Lagunar de Iguape e Cananéia e Baixada Santista, visando a retomada dos trabalhos. A composição do Grupo Estadual de Coordenação do GERCO também foi atualizada para o biênio 2016-2018.

No Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, coordenado pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - Emplasa, das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Sorocaba, a CPLA participou dos trabalhos ao longo do ano de 2016, nos Grupos de Trabalho específicos, na Comissão Técnica de elaboração do PDUI, no Comitê Executivo do Conselho de Desenvolvimento - CDRMSP, bem como nas Audiências Públicas, com ênfase nos temas Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento, Resíduos Sólidos, Transporte, Mobilidade e Logística, Comunicação e Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Habitação, totalizando mais de 60 reuniões.

Na Gestão de Resíduos Sólidos, foi assinado convênio com a Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, em junho de 2016, para ações de pesquisas em resíduos sólidos. Outro destaque é a revisão do Cadastro de Entidades de Catadores de Materiais Recicláveis do Estado de São Paulo - CADEC.

Para Contratações Públicas Sustentáveis houve a atualização bimestral do Catálogo de Materiais da Bolsa Eletrônica de Compras para fins de concessão do Selo Socioambiental.

A CPLA, como suporte e apoio técnico ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos, dos instrumentos previstos na legislação de mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, participou da elaboração dos Decretos Estaduais nº 62.061 e 62.062, que regulamentaram as leis específicas das Áreas de Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê-Cabeceiras e do Alto Juquery, respectivamente. A minuta da lei específica que cria a APRM Alto Cotia também foi elaborada e já recebeu parecer favorável à sua aprovação por meio de deliberações dos Conselhos de Recursos Hídricos - CRH, Consema e Conselho Metropolitano.





Na elaboração, atualização e revisão dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA das sub-bacias da Região Metropolitana de São Paulo, foi feita a análise de 10 produtos referentes aos mananciais das bacias e sub-bacias do Alto Juquiá, Alto Juquery, Alto Tietê Cabeceiras, Billings, Capivari–Monos, Cotia, Guaió, Guarapiranga e Tanque Grande.

Atuando como órgão técnico do Comitê do Alto Tietê, foram cadastradas 67 Áreas de Recuperação Ambiental e os Planos Diretores dos municípios de Embu das Artes, Itapeverica da Serra e São Paulo foram analisados quanto à sua compatibilidade com as leis específicas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais dos Reservatórios Billings e Guarapiranga.

Participação em cerca de 121 reuniões representando o Sistema Ambiental nos diversos fóruns no Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH e emissão de 91 pareceres técnicos sobre a análise de aprovação da contratação dos empreendimentos e sobre as liberações de parcelas dos contratos assinados do FEHIDRO.

No âmbito da Sistematização e Difusão de Dados e Informações Ambientais Territoriais, houve a disponibilização e publicação na plataforma da Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo - IDEA-SP, destacando-se: Cadastro Ambiental Rural - CAR (320.000 propriedades), Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado de São Paulo - IDESP, Mapa de Vulnerabilidade das áreas urbanas à eventos geodinâmicos.

Foi publicado o Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo 2016 - RQA.

### **COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CEA**

Em 2016, no âmbito das ações de educação ambiental foram realizadas cerca de 150 ações formativas ao longo do ano, distribuídas em duas frentes principais: a estruturação da educação ambiental nas políticas ambientais, com o desenvolvimento de processos formativos transversalmente às políticas públicas, com o objetivo de fortalecer a gestão ambiental pública, direcionada a gestores ambientais, conselhos gestores e comunidades de entorno de UCs, comitês de bacia hidrográfica e espaços de participação social e a atuação com interface direta com a população em geral, com o objetivo de informar e sensibilizar a população para atuar no enfrentamento das questões ambientais.

As ações de destaque são i) elaboração de minuta de decreto para regulamentação da Lei nº 12.780/2007, ii) constituição da Comissão Permanente de Educação Ambiental pela Resolução SMA nº 56/2016, com o objetivo de coordenar e integrar as ações de educação ambiental desenvolvidas no Sistema Ambiental, iii) gestão do Cadastro de Entidades Ambientalistas e publicação de Resolução SMA nº 38/2016 que, dentre outras coisas, estabeleceu que o cadastro será realizado por meio eletrônico e análise e acompanhamento de aproximadamente 100 projetos de educação ambiental financiados pelo FEHIDRO, iv) participação em 30 colegiados ao longo do ano 2016, v) realização da IV Edição dos Diálogos de Educação Ambiental como tema “EA em áreas protegidas” que contou com



a participação de aproximadamente 130 servidores e a exibição do filme Thule Tuvalu e a Mostra Ecofalante, vi) publicação de 2.000 exemplares do material didático-lúdico “Álbum de figurinhas Primatas Paulistas” para sensibilização da população para preservação e identificação destas espécies, vii) exibição do Minuto Ambiental em dez episódios produzidos em linguagem audiovisual, no formato desenho animado narrado, exibidos entre os dias 10 de janeiro a 25 de maio de 2016, em horário rotativo nobre, também publicados no canal Youtube da SMA e da TV Cultura, atingindo um público mensal de telespectadores estimado em 13 milhões de pessoas, com faixa etária e classe socioeconômica variadas.

A área de educação ambiental dispõe de publicações com variados temas na área ambiental, voltados para professores e estudantes, profissionais da área ambiental, prefeituras e órgãos publicados, ONGs, bibliotecas e centros municipais de educação ambiental. As publicações também ficam disponíveis para *download* no site da SMA, com distribuição de 151.922 exemplares impressos em 2016.

### **PROGRAMA MUNICÍPIO VERDEAZUL - PMVA**

Para o Ciclo 2016, a Publicação da Resolução SMA nº 23/2016 estabeleceu os procedimentos operacionais e parâmetros de avaliação no âmbito do Programa. Nos meses de março e abril de 2016 foram realizadas 10 reuniões regionais do Programa para esclarecer junto aos agentes públicos municipais, as regras, os procedimentos operacionais e os parâmetros de avaliação deste Ciclo, com a participação de 329 Municípios, totalizando 642 participantes.

De maio a agosto de 2016, foi realizado o “Tira-dúvidas Itinerante” com a finalidade de atender, *in loco*, os representantes municipais sobre as dúvidas existentes em como executar as propostas apresentadas pelo PMVA, em 21 encontros.

Foram realizadas, também, 12 Teleconferências Temáticas, nos temas de Metas de Aichi e Planos Munic. Mata Atlântica e Cerrado, Gestão das Águas, Programa Nascentes - CAR - PRA, Fauna Silvestre, Conselhos Ambientais, Programa Pagamento Serviços Ambientais, Arborização Urbana, Percepção da Atividade Minerária no Município, A importância da Educação Ambiental na Área da Saúde, Licitações e Compras Sustentáveis, Gestão de Resíduos Sólidos, Mobilidade Urbana e Acessibilidade.

Em outubro de 2016, o período de envio das informações foi encerrado e se iniciou a fase de avaliação dos documentos comprobatórios entregues pelos municípios paulistas. Ao todo, 317 municípios entregaram relatórios. O evento de divulgação dos resultados foi realizado dia 08 de dezembro, com 78 municípios Certificados, com pontuação superior a 80,0.

### **GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS – GTAPE**

Considerando os contratos vigentes, destacam-se, para o ano de 2016:



**Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista - PDSLSP:** Adquiridos, com recursos financeiros do Contrato Banco do Brasil, equipamentos de informática e de campo para implementar a Rede de Operações Ambientais - ROA do litoral paulista, compreendendo: i) servidores de processamento de dados e ii) impressoras térmicas para equipar viaturas da PMAmb e foram entregues os equipamentos para a Sala Ambiental de Operação para as oito prefeituras conveniadas (Santos, Guarujá, Ilha Comprida, Itanhaém, Praia Grande, Peruíbe, Bertioga e Mongaguá), tais como: veículos, computadores e televisores e realização de encontro com os municípios para alinhamento em relação ao Plano de Trabalho dos Convênios e elaboração de diagnóstico das áreas de interesse do Projeto pelas Prefeituras, os quais estão em fase de análise e aprovação pelo Estado.

**Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo - Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente - PTLMA:** i) Concluída a caracterização da dinâmica de ocupação do território para o ZEE e a Mesa Redonda sobre o processo de construção do ZEE no Brasil; ii) Recebido um sistema de aeronaves remotamente pilotadas - RPAS com seguro contra terceiros e realizado treinamento de policiais militares ambientais e funcionários da SMA para operação de RPAS; iii) Recebidos um sistema de cromatografia para o monitoramento da qualidade do ar, limnógrafos para o monitoramento da qualidade das águas, microcomputadores de alto desempenho para o Projeto Sala de Cenários da CETESB e aparelhos GPS e câmeras fotográficas para vistorias em áreas de risco; iv) Contratadas a instalação de piezômetros (poços), atualização tecnológica de estações automáticas de monitoramento da qualidade das águas e elaboração de cadastro georreferenciado de eventos geodinâmicos; v) Contratadas estações de monitoramento da qualidade do ar e digestor micro-ondas para o monitoramento da qualidade das águas; vi) Elaborados estudos e suporte à construção da proposta do ZEE-SP, para desenvolvimento de proposta metodológica aplicada ao ZEE-SP, para melhoria da plataforma tecnológica do DataGEO, para o projeto lógico do sistema QUALIAGUAS, aprimoramento e expansão das funcionalidades do Geoportall Sala de Cenários, Avaliação e mapeamento de risco da RMSP (parcial) e Baixada Santista; vii) Aquisição de workstations, notebooks e nobreaks para avaliação de áreas de risco em procedimento licitatório.

**Programa Pró-Vicinas (SLT-DER/SPDR/SMA):** Projeto encerrado neste ano, sendo: i) entregues os 10 produtos previstos no âmbito do DATAGEO; ii) promovidos os ajustes no Sistema GAIA - Sistema de Informações para Integração e Unificação do licenciamento ambiental.

**Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II (SAA-CATI /SMA) – PDRS:** Os 25 subprojetos ambientais, em andamento e formalizados por convênios com organizações de pequenos produtores ou associações ambientalistas, totalizam 698 beneficiários, tendo como principal objeto a implantação ou enriquecimento de 916,02 hectares de Sistemas Agroflorestais - SAF, além de investimentos associados aos mesmos para geração de renda.

No âmbito dos Projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais - PSA, coordenado pela CBRN, destaca-se: i) Projeto Mina D'Água, 04 convênios vigentes com os municípios; ii) Projeto Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN em 2016, foram assinados 08 contratos do 2º edital; iii) Áreas de Soltura e Monitoramento de Fauna Silvestre - PSA ASMF, foi instituído em junho



de 2016, pela Resolução SMA n° 58, e tem como objetivo incentivar a preservação e a recuperação de florestas nativas, no âmbito do Programa de Remanescentes Florestais.

Em 2016 foi ampliada a rede de parcerias que realizam apoio ao projeto, com a inclusão da Unicamp e as ONGs Mutirão Agroflorestal, Ipê e ICRAF. Foram realizados 11 eventos e 24 cursos relacionados a SAF e gestão, envolvendo 101 agricultores e 171 técnicos, bem como dois intercâmbios de avaliação e troca de experiências entre as organizações conveniadas, com a presença de agricultores, lideranças e parceiros de instituições de pesquisa. Ainda foi definido um protocolo de monitoramento de aspectos biofísicos dos SAFs e de aspectos econômico financeiros, como uma ferramenta para planejamento e avaliação econômico-financeira de SAFs. A divulgação do trabalho foi feita na Bio Brazil Fair- Biofach América Latina e na Bienal de Arte de São Paulo 2016.

Foi formalizado o convênio entre SMA e Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Itesp objetivando contribuir para adequação ambiental de Reservas Legais nos Assentamentos Rurais, por meio de implantação de sistemas florestais economicamente sustentáveis, em Unidades Demonstrativas, na medida em que, simultaneamente à difusão de modelos adequados para a recomposição de reservas legais, servirão para ampliar o conhecimento técnico e científico sobre o tema. Foram selecionadas áreas em reserva legal de oito assentamentos rurais no Estado, totalizando 197 ha de Unidades Demonstrativas, cujos trabalhos de restauração estão sendo realizados desde novembro.

Ainda no âmbito do PDRS, foram desenvolvidas algumas etapas do Projeto TEEB São Paulo: “Estudo de economia dos ecossistemas e da biodiversidade - Bacia do Rio Paraíba do Sul - Porção Paulista”. O projeto tem como foco o pequeno produtor rural e visa contribuir para uma gestão mais eficiente dos recursos naturais por meio da incorporação dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade na gestão da bacia e, ao mesmo tempo, garantir aumento na produtividade dos pequenos proprietários. Em 2016 foram elaborados o mapeamento do uso e cobertura do solo, o levantamento de atividades econômicas, infomapas (contendo a identificação do histórico e projeções futuras), e foram realizadas duas oficinas com atores locais, uma em Taubaté e outra em Lorena, para o levantamento da percepção dos serviços ecossistêmicos, tendência do uso do solo na região para gerar mais serviços ecossistêmicos (provisão de água, retenção de sedimentos nos rios, disponibilidade de habitat, regulação da polinização, entre outros).

**Projeto Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil** (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Estados de São Paulo - SMA e FF -, Rio de Janeiro e Minas Gerais) com doação do Global Environmental Facility - GEF, por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com objetivo de contribuir para a recuperação e preservação dos serviços climáticos e de biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica, por meio da preservação e aumento do sequestro de carbono e da proteção da biodiversidade, reconectando fragmentos florestais, melhorando a resiliência dos ecossistemas e fortalecendo a capacidade de conservação. O Projeto está estruturado em três componentes sendo que serão executados, no âmbito do Estado, os Componentes 2 e 3. O



Plano Financeiro para seis meses já se encontra estruturado e fixa o início de sua execução a partir de janeiro de 2017.

### **CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CCA**

A CCA registrou em 2016 o aporte de aproximadamente R\$ 22 milhões, provenientes do licenciamento de empreendimentos e transferências para o Fundo Especial de Despesa para a Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais - FPBRN. Nesse período foram realizadas 10 Reuniões da CCA, destacando-se a destinação de recursos para Vigilância e Segurança nas Unidades de Conservação (R\$ 16 milhões), Restauração Ecológica e Enriquecimento de 1.000 ha do Parque Estadual Serra do Mar (R\$ 13 milhões) e Aquisição de Veículos e Equipamentos para Atendimento de Emergências e vazamentos Químicos em Unidades de Conservação (R\$ 2 milhões).

### **GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS - GTAC**

Em 2016, foram assinados nove convênios, sendo somente um com repasse de recurso e também constam assinados 02 protocolos de intenção e 02 termos de cooperação.

### **OUVIDORIA SMA**

A novidade ficou por conta da unificação das diferentes Ouvidorias do Sistema Ambiental Paulista sob a supervisão do Ouvidor Ambiental, de forma a coordenar e racionalizar os esforços no atendimento ao cidadão, dando maior efetividade às ações e iniciativas da Ouvidoria. Em 2016, foram registradas 3.353 demandas de atendimento, distribuídas em: 1.766 solicitações de informações, 672 denúncias, 639 reclamações, 199 elogios, 66 sugestões e 11 outros. A busca de informações e as denúncias são os serviços mais solicitados, que juntos correspondem a 73% do total das demandas. O correio eletrônico é a forma de comunicação predominante, sendo que cerca de 98,5% dos cidadãos o utilizam para os serviços da ouvidoria. Os assuntos mais procurados no ano foram: Reflorestamento e Supressão de Vegetação, Intervenções em Área de Preservação; Preservação nos Parques Urbanos e Estaduais; Licenças para criadores de animais; Cadastro de passeriformes - SISPASS; Fotos e casamentos no Jardim Botânico; CAR; Publicações.

### **ASSESSORIA INTERNACIONAL**

A Assessoria Internacional é o ponto focal da SMA para assuntos de cunho internacional, alinhando as ações da SMA aos temas multilaterais. Tem como função acompanhar e traduzir os Acordos e Convenções Internacionais para o plano estadual, objetivando o fomento e construção de políticas públicas locais no Estado de São Paulo, além de estimular a cooperação técnica com parceiros estrangeiros. Sua atuação esse ano se concentrou em:

**Cooperações Internacionais:** Austrália - Protocolo de Intenções assinado entre o Estado e Austrália em 10 de maio de 2016. Atualmente, está em andamento grupo de trabalho para desenvolvimento de cooperação, com destaque para o tema de fauna.



**Participação nas Redes de Governos Regionais:** O Estado, por meio da SMA, é membro das seguintes redes internacionais: i) nrg4SD - *Network of Regional Governments for Sustainable Development* (Rede de Governos Regionais para Desenvolvimento Sustentável) – com o projeto piloto “*Biodiversity Learning Platform*” (Plataforma de Aprendizado da Biodiversidade), tendo sido realizados dois encontros objetivando a troca de experiências e conhecimentos técnicos entre regiões e estados; ii) *The Climate Group*; iii) ICLEI – *Local Governments for Sustainability* (Governos Locais pela Sustentabilidade) – com foco no Projeto LABSP – *Local Actions for Biodiversity* São Paulo, com realização do evento “Ações Locais pela Biodiversidade”, com participação dos municípios do Programa Município VerdeAzul; iv) *Regional Leaders* (Cúpula de Líderes Regionais); v) R20 – *Regions of Climate Action* (Regiões para Ação Climática) – participação em evento promovido pela rede em conjunto com a Fundação DiCaprio, em Nova York; vi) ORU/FOGAR (Regiões Unidas).

**Eventos Internacionais:** Participação da SMA em conferências multilaterais: i) VII Cúpula Mundial de Governos Regionais, Rio de Janeiro / Brasil, em abril de 2016; ii) Encontro sobre Parcerias Público-Privadas para a Infraestrutura Urbana: Benefícios e Riscos Potenciais, em Nova York/ EUA, junho de 2016; iii) 1ª Reunião da Plataforma Subnacional de Biodiversidade (nrg4SD) e Conferência Internacional de Regiões para a Biodiversidade, em Barcelona / Espanha, junho e julho de 2016; iv) Fórum de Negócios Brasil – Rússia e World Company Award 2016, em Moscou, junho de 2016; v) Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, promovido pelas Nações Unidas, em Nova York / EUA, julho de 2016; vi) Organização e participação da 2ª Reunião da Plataforma de Aprendizado da Biodiversidade (nrg4SD), em São Paulo / Brasil, outubro de 2016; vii) 13ª Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, Cancun / México, dezembro de 2016, incluindo o 5º Encontro Global de Cidades e Governos Subnacionais em Biodiversidade, além do Evento sobre Governos Subnacionais da Prefeitura de Aichi, a Reunião do Comitê Consultivo de Governos Subnacionais e a Plataforma de Aprendizado em Biodiversidade da Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (nrg4SD).

**Audiências Internacionais:** Dentre as missões internacionais recebidas, destacam-se representantes do Ministério de Meio Ambiente do Equador; grupos universitários da Northern Michigan University / EUA e da Griffith University / Austrália; delegações de Uganda, Quênia, Etiópia, Emirados Árabes Unidos e da região autônoma de Mongólia; Embaixador da União Europeia, Cônsules de Luxemburgo, Austrália e Estados Unidos; Vice-Cônsul do Canadá; Príncipe de Mônaco e representantes de Câmaras de Comércio, dentre outros.

**Projetos internacionais:** i) *World Environmental Hubs da IUCN* - Iniciativa global organizada pela IUCN e o governo de Jeju para criação de um sistema de avaliação e certificação de cidades e regiões no que concerne aos temas de sustentabilidade, biodiversidade e serviços ecossistêmicos; ii) Universidade de Berkeley - Execução de projeto por estudantes objetivando a análise de oportunidades de concessões em Parques Estaduais do Estado de São Paulo; iii) Iniciativa 20x20 (na Costa Rica), com objetivo registrar 20 milhões de hectares de terra em restauração na América Latina e no Caribe até 2020; iv) Programa Nascentes e *Dow Olympics* para Olimpíadas - Plantio de 140 hectares para a compensação das emissões de CO2 dos jogos de futebol em São Paulo



no âmbito do Programa Nascentes, além de projeto de pesquisa em parceria com o Instituto de Botânica e a ESALQ durante o plantio e crescimento da vegetação restaurada; v) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODSs, com representação da SMA no Grupo de trabalho Intersecretarial para implementação dos ODSs no ESP, Decreto nº 62.063/2016; vi) TAIEF/União Europeia - candidatura aprovada no tema Compras Públicas Sustentáveis.

### **ASSESSORIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Houve continuidade no desenvolvimento das ações do Protocolo Climático do Estado de São Paulo e participação na elaboração do Plano Paulista para a Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC SP) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da atualização do Plano Paulista de Energia, da Secretaria de Energia e Mineração. E destaque para a participação nos fóruns para a construção e implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada pelo Brasil no Acordo Climático de Paris.



## SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

### Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH

No ano de 2016, coube à Unidade Central de Recursos Humanos o desenvolvimento de projetos, ações e atividades a seguir discriminados:

**Profissionalização e gestão de carreiras, com valorização da meritocracia – participação na elaboração de projetos aprovados no período**, nas seguintes áreas:

#### Área da Segurança Pública e Penitenciária

- **Lei Complementar nº 1.291, de 22 de julho de 2016** - Institui a Lei de Ingresso na Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas;
- **Lei Complementar nº 1.287, de 26 de abril de 2016** - Altera a Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013, que institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar - DEJEM, aos integrantes da Polícia Militar do Estado, e dá providências correlatas.

#### Área da Gestão Pública e Administração Geral

- **Lei Complementar nº 1.283/2016** - Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores na forma que especifica;
- **Lei nº 16.162/2016** - Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica;
- **Decreto nº 61.832, de 11 de fevereiro de 2016** - Dispõe sobre as alterações que especifica na estrutura da Secretaria da Cultura e dá providências correlatas.

#### Área da Saúde

- **Decreto nº 62.207, de 05 de outubro de 2016** - Altera o anexo I, a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 58.303, de 15 de agosto de 2012, que fixa, para as unidades de saúde dos órgãos e entidades que especifica os limites de Plantões por mês dos integrantes das classes de Agente Técnico de Assistência à Saúde, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem e dá providências correlatas;
- **Decreto nº 61.935, de 20 de abril de 2016** - Altera o anexo II, a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 58.303, de 15 de agosto de 2012, que fixa, para as unidades de saúde dos órgãos e





entidades que especifica, os limites de Plantões por mês dos integrantes das classes de Agente Técnico de Assistência à Saúde, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem e dá providências correlatas.

### Área da Educação

- **Decreto nº 61.800, de 12 de janeiro de 2016** - Revoga o Decreto nº 58.032, de 10 de maio de 2012, que autoriza a Secretaria da Educação a realizar inspeções médicas em servidores de seu Quadro de Pessoal, e dá providências correlatas.

### Gestão de pessoas e de recursos humanos:

#### Avaliação de Pessoal

- **Instrução UCRH nº 01, de 28 de janeiro de 2016** - publica as regras de avaliação de desempenho individual de desempenho para o ano de 2016, para a área administrativa;

- Instrução UCRH nº 02, de 1º de fevereiro de 2016 - **publica as regras de avaliação de desempenho individual de desempenho para o ano de 2016, para a área da saúde.**

### Aperfeiçoamento de Pessoas

Descrição	Data	Título do evento	Vagas	Horas/aula oferecidas
Palestra	19/02/2016	Eleições 2016 - turma 1	170	680
Palestra	04/03/2016	Eleições 2016 - turma 2	150	600
Palestra	24/02/2016	Gestão de Desempenho - Aspectos Gerenciais e Legais.	130	390
Palestra	27/04/2016	Indicadores para o Monitoramento e Avaliação de Resultados na Gestão Pública.	180	540
Curso presencial	04/07 a 14/07/2016	Gestão de Programas Orçamentários Orientados para Resultados	60	2160
Palestra	24/08/2016	Cargos em Comissão - experiências e reflexões.	160	480
Curso presencial	01/09 a 05/09/2016	Gabinete do dirigente público e as decisões estratégicas - turma 62.	40	480
Palestra	05/10/2016	A experiência da SES no alinhamento da política com a gestão - turma 66.	170	510



Curso presencial	06/10 a 10/10/2016	Negociação Estratégica - turma 63.	35	420
Curso presencial	24 a 27/10/2016	Gestão do Atendimento - turma 70.	50	800
Curso presencial	07 a 09/11/2016	O Processo de Mediação de Conflitos e Gestão de Pessoas - turma 64.	50	600
Curso presencial	10 e 11/11/2016	O Processo de Mediação de Conflitos e Gestão de Pessoas - turma 72.	100	1200
Curso presencial	28 e 29/11/2016	Gabinete do dirigente público e as decisões estratégicas - turma 74.	75	900
Curso presencial	28/11 a 01/12/2016	Gestão do Atendimento - turma 71.	42	672
Curso presencial	09 e 15/12 e jan/2017	Revisão de Programas do PPA.	20	240
Palestra	14/12/2016	Autoconhecimento e Desenvolvimento Pessoal.	150	450
		<b>Totalização</b>	<b>1.582</b>	<b>11.122</b>

### **Formação Complementar:**

**Programa Conversações** - foram gravados 52 vídeos do programa conversações, disponibilizados semanalmente, no canal do youtube da UCRH, compondo a formação complementar produzida pela Unidade.

**Programa Minutos Qualivida** - programa quinzenal com especialistas nos temas “qualidade de vida e saúde do servidor”. O programa é disponibilizado no canal online (<http://www.youtube.com/ucrh21>) e realizado em parceria com o programa prevenir do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual - IAMSPE, divulgado, amplamente, para os servidores públicos do estado – pode ser acessado por qualquer cidadão.

**Livro “Tópicos essenciais sobre gestão pública”** – publicação de livro com 11 capítulos, 350 páginas. Tiragem impressa de 1.500 exemplares, distribuídos pelas Secretarias de Estado, Procuradoria Geral do Estado e Autarquias. Disponível também, livremente, em versão *e-book*.

### **Redes Sociais e Sistemas Integrados de Apoio**

**Vclipping** “[HTTP://www.recursohumanos.sp.gov.br/vclipping](http://www.recursohumanos.sp.gov.br/vclipping)” - legislação pertinente de RH do Estado disponibilizada em tecnologia *Wiki*. Possibilita inserção da legislação de forma mais ágil e dinâmica.

- Total de visualizações no exercício até 02/12/2016: 921.363



- Total de normas publicadas no Portal exercício até 02/12/2016: 111
- Total de normas disponibilizadas até 02/12/2016: 5.688

Site “<http://www.recursoshumanos.sp.gov.br>”: acessos: 686.248

**Canal online:** 536.572 visualizações, 4.269.698 minutos assistidos e 4.482 novos inscritos.

**Sistema de Cadastro de Cargos e Funções-Atividade - SICAD - Decreto nº 50.881/06:** coordenação e orientação técnica aos setoriais de recursos humanos quanto à manutenção do sistema.

- Quantidade de cargos, funções-atividades e empregos públicos informados e mantidos pelos setoriais de recursos humanos: 656.050;
- Criação de cargos/empregos lançados no SICAD de 1/1 até 02/12/2016 (permanente e em comissão): 6;
- Extinção de cargos/funções-atividades/empregos públicos até 02/12/2016 (permanentes e em comissão): 1.441;
- Quantidade de cargos, funções-atividades: 32.759;
- Quantidade de cargos, funções-atividades (permanentes e em confiança) com previsão de extinção na vacância: 57.540.

### **Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações - UDEMO**

#### **Projetos Estratégicos (Parcerias Técnicas)**

**Construção do Portfólio de Projetos Prioritários** - em trabalho conjunto com a Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - CPA, com subsídio nos objetivos estratégicos de governo, na decorrente elaboração do Plano Plurianual 2016-2019 e em criteriosa análise, foram elencados 26 temas com potencial de atuação dos Especialistas em Políticas Públicas, abarcando 14 áreas governamentais, com priorização posterior junto ao Secretário de Planejamento e Gestão, resultando em 8 temas. Realizou-se, então, a pré-pactuação dos temas prioritários junto à alta direção das áreas governamentais responsáveis, bem como a posterior composição – com apoio de consultoria – de equipes técnicas para exploração dos temas e respectivo planejamento de projetos, totalizando 35 profissionais da UDEMO diretamente atuantes em dezembro de 2016.



## PORTFÓLIO DE PROJETOS UDEMO 2016

Área de Atuação	Tema do Projeto
Educação	1 Revisão do modelo de regionalização da educação, otimizando a alocação de recursos humanos, físicos e financeiros e os fluxos de informação e decisão
	2 Aprimoramento da gestão do Transporte Escolar, em especial do processo de construção dos convênios com prefeituras, visando à redução de custos
Saúde	3 Otimização dos processos de compras de medicamentos e insumos de alto custo*
	4 Revisão do modelo de regionalização da saúde, otimizando a alocação de recursos humanos, físicos e financeiros e os fluxos de informação e decisão
Segurança Pública	5 Remodelagem dos processos e mapeamento/planejamento das inovações tecnológicas a fim de aumentar a capacidade de resposta da Polícia Técnico-Científica
Administração Penitenciária	6 Otimização do processamento das informações sobre os custodiados, visando dar prosseguimento aos processos de execução penal e reduzir a lotação prisional, seus custos operacionais e a necessidade de criação de novas vagas*
Desenvolvimento Social	7 Desenho do sistema de cadastramento das famílias beneficiárias das ações de enfrentamento à extrema pobreza, integrado ao Cadastro Único
Saneamento e Recursos Hídricos	8 Remodelagem do processo de outorga de direito de uso de recursos hídricos, a fim de prover subsídios técnicos para a análise de novas autorizações/concessões e aprimorar a fiscalização das outorgas vigentes

\* Temas posteriormente redefinidos a partir da exploração técnica pelos profissionais da UDEMO

**Reformulação do Escritório de Projetos** - em razão da necessidade de um novo modelo de governança, a fim de abarcar projetos de caráter prioritário e aprimorar as práticas de gestão existentes, procedeu-se à redefinição da metodologia básica para iniciação, planejamento e monitoramento de projetos da UDEMO, à unificação dos canais de comunicação com os servidores (migração de e-mails) e de compartilhamento e gestão de arquivos (repositório virtual), ao reforço da equipe dedicada em exclusivo aos trabalhos do Escritório de Projetos e seu regramento básico.

**Monitoramento dos Projetos Prioritários** - definidos os temas de atuação prioritária e as respectivas equipes, foram desenvolvidas atividades de compartilhamento e orientação às equipes sobre a nova metodologia básica de gestão de projetos, análise técnica das informações fornecidas em devolutiva, articulação e acompanhamento da evolução dos trabalhos junto às equipes, produção de



reportes gerais de evolução na metodologia e de reportes gerenciais simplificados para decisão superior, apoio presencial em encontros decisórios, apoio à solução ou encaminhamento de demandas eventuais ou específicas, elaboração de documentos administrativos necessários à formalização dos trabalhos.

### **Implantação dos Projetos Prioritários da UDEMO**

Educação (Transporte Escolar) - desenvolvido novo modelo de contratação do serviço via credenciamento e soluções técnicas para questão do Passe Escolar: potencial de economia estimado em cerca de R\$300 milhões/ano, se implantado;

Desenvolvimento Social (Cadastro Único/Portal Social) - realizado piloto do uso do sistema junto a municípios, com avaliação técnica para expansão: potencial para ampliar a efetividade e o financiamento em programas sociais, bem como a eficiência em gestão, se implantado;

Saúde (Judicialização) - novo modelo de compras viabilizado pela equipe da UDEMO em conjunto com a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE: grande potencial de economia em razão da compra por lote, se implantado, além do foco na redução do volume de judicialização de medicamentos e outros itens na Saúde, que hoje atinge um total de R\$ 1 milhão ao ano, segundo dados da SES;

Saúde (Regionalização) - o início da execução do Projeto Estratégico na SES em parceria com a SPG possibilitou a não contratação de consultoria prevista para realização de trabalho possivelmente similar, gerando economia aproximada de R\$ 3 milhões;

Segurança Pública (Polícia Técnico-Científica) - identificado sistema de gestão já disponível e aderente à necessidade do órgão, **o que proporcionará economia da ordem de R\$ 3 milhões**, descartando o desenvolvimento de nova solução;

Administração Penitenciária (Reintegração Social) - identificada ociosidade nos serviços de reintegração social: **potencial de redução drástica na reincidência criminal, no encarceramento e no custo geral e individual com apenados**;

Projetos preexistentes: conforme aplicável a cada caso por deliberação superior da Secretaria de Planejamento e Gestão, foram produzidas e encaminhadas as formalizações para extensão dos prazos dos trabalhos ou para seu encerramento formal e retorno da equipe, bem como se prestou apoio à solução ou encaminhamento de demandas eventuais ou específicas.

### **Grupo Central de Transportes Internos - GCTI**

**Frota atual do Estado e renovação** - a Administração Direta e Indireta nas **99** Unidades Frotistas, conta atualmente com **38.696** veículos ativos, inclusive os de convênio. Diante da política do Governo Estadual de contenção de despesa embora a demanda de processos tenha se mantido, foram



adquiridos 176 veículos, dos quais 17 referem-se a motocicletas, 1133 veículos locados e 5003 veículos arrolados (inservíveis).

**Combustível** - Fixação de cotas de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel) para veículos - Total: 99.126.692 litros; Fixação de cotas de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel) para outros fins (barcos, caldeiras, máquinas agrícolas, oficinas e outros) - Total: 7.769.502 litros; Fixação de cotas de gás natural veicular (GNV) para veículos – Total: 2.002 m<sup>3</sup>; De janeiro a dezembro, foram consumidos cerca de 23.096.760 litros de gasolina, 38.557.768 litros de álcool e 14.634.831 litros de diesel, incluindo veículos e outros fins e 136m<sup>3</sup> de gás natural veicular - GNV.

### Leilões de veículos oficiais inservíveis

Durante o ano de **2016** o GCTI realizou 7 leilões até o mês de novembro, totalizando uma arrecadação de **R\$ 16,85 milhões**. Ao todo foram 3.765 veículos oficiais leiloados neste ano pela SPG, cuja arrecadação foi repassada sem ônus para o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, com um valor médio de R\$ 4.476 por veículo. Cabe destaque ao 7º leilão, que apesar de ser o leilão que atingiu o maior número de lotes vendidos no ano (1.101), totalizando R\$ 3.700, teve o menor valor médio arrecadado por veículo. A maior quantidade de veículos em mau estado de conservação no período influenciou diretamente sobre o montante arrecadado.

### Departamento de Perícias Médicas do Estado - DPME

#### Atividades Periciais:

Entre janeiro e novembro de 2016, o DPME realizou 252.537 perícias médicas e emitiu 20.728 laudos e pareceres, assim distribuídos quanto a sua finalidade:

ATIVIDADE PERICIAL	PERÍCIAS				LAUDOS E PARECERES						TOTAL
	Licença Saúde	Ingresso	Capacidade Laborativa	Outro Estado	Aposentadoria por Invalidez	Isenções IR/Prev.	Readaptação Funcional	Insalubridade	Recurso de Ingresso	Acidente de Trabalho	
<b>TOTAL</b>	<b>242.391</b>	<b>9.174</b>	<b>855</b>	<b>117</b>	<b>2.497</b>	<b>381</b>	<b>5.154</b>	<b>14.004</b>	<b>324</b>	<b>4.221</b>	<b>279.118</b>
	<b>252.537</b>				<b>20.728</b>						

Fonte: DPME/Prodesp.

Obs: para cada solicitação de aposentadoria por invalidez são realizadas, pelo menos, 3 perícias médicas. Da mesma forma, os candidatos a cargos públicos fazem, no mínimo, 2 (duas) perícias, se homens, e 3 (três) perícias, se mulheres.



No mesmo período, foram também analisados 40.016 pedidos de reconsideração e 2.181 ações judiciais, respondidas 969 demandas da Ouvidoria e realizados 3.953 atendimentos psicológicos, além de 18.590 atendimentos presenciais e 21.089 atendimentos telefônicos.

**E-mails corporativos** - A disponibilização de e-mails corporativos referentes aos diversos setores do DPME possibilitou que grande parte das demandas por informações, que anteriormente eram prestadas aos servidores que compareciam ao Departamento, passassem a ser resolvidas pela via digital, conferindo maior agilidade ao atendimento. Foram respondidas por seu intermédio 17.315 demandas.

**Reestruturação do DPME** - Dando continuidade à reestruturação interna das atividades do DPME, foram organizados os setores de Fiscalização e de Normas Técnicas, cuja atuação é essencial face à descentralização das perícias. Pela própria exigência dos resultados que o Departamento deve apresentar, tais atividades estão sendo desenvolvidas, embora de forma embrionária, uma vez que há necessidade de suporte legal, técnico e administrativo para seu pleno funcionamento.

Estudos e propostas de revisão do Decreto 29.180/1988, que regulamenta as perícias médicas, e do Decreto 30.559/1989, que reorganiza o DPME, encontram-se em análise, visando alterar a estrutura administrativa do Departamento diante do impacto das mudanças ocorridas nas últimas décadas.

**Descentralização das Perícias** - No âmbito do convênio anteriormente estabelecido com o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, continuam em funcionamento 61 pólos de atendimento descentralizado no interior e na Região Metropolitana de São Paulo, com 382 médicos credenciados atuando em 89 clínicas conveniadas, garantindo locais de perícia mais próximos à sede de exercício dos servidores do Estado. Assim, merece destaque, a organização de evento de capacitação no próprio DPME, em março deste ano, destinado aos médicos credenciados, que contou com a participação de 89 médicos e 21 administrativos, dando prosseguimento aos treinamentos realizados em anos anteriores.

**Informatização** - O DPME vem informatizando gradativamente os procedimentos periciais. Desde a implantação das perícias *online*, em 2013, esse processo expandiu-se significativamente, estando já em fase de conclusão o sistema de ingresso, abrangendo todas as suas etapas, desde a solicitação do candidato até a publicação do resultado final, incluídas as instâncias recursais. Atualmente, encontra-se em andamento a informatização da readaptação funcional, já contando com a inclusão automática no sistema do rol de atividades a ser desempenhado pelo servidor na condição de readaptado.

O resultado altamente positivo dessas iniciativas é evidenciado pela média de dias transcorridos entre a solicitação das perícias cujos processos já foram informatizados e a publicação dos resultados no Diário Oficial do Estado, apresentando o prazo médio de 10,6 dias no período em questão.



**Sistematização da Base de Dados** - Com o encerramento do contrato de manutenção do Observatório da Saúde Ocupacional do Servidor buscou-se, na medida dos recursos disponíveis, dar continuidade à atualização mensal e sistematização de dados estatísticos extraídos do banco de dados do DPME, viabilizando, dentre outros benefícios, a produção de boletins mensais a respeito da saúde ocupacional dos servidores públicos estaduais, com o objetivo de contribuir para a sua análise, fornecendo subsídios à formulação de políticas públicas, com atenção especial ao estabelecimento de diretrizes e metas fundamentadas com a necessária transparência, potencializando o impacto das ações governamentais na sociedade.

### **Coordenadoria de Orçamento**

**Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento - Programa 2900** - contribui para que programas e ações do PPA e dos Orçamentos Anuais sejam executados conforme o planejado e produzam informações técnicas no tempo e na forma adequada para apoiar as decisões governamentais e para a melhoria do desempenho dos programas, fortalecendo o Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento.

**Gestão do Processo Orçamentário - Ação 4485** - objetiva o aprimoramento dos mecanismos e das metodologias que garantem o incremento da qualidade na elaboração e execução dos orçamentos do Estado, em todas as suas etapas e ao longo da rede de instituições componentes dos sistemas de administração orçamentária e financeira. Define as diretrizes e orientações técnicas para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual, compreendendo o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas.

Dentre as realizações desenvolvidas destacam-se:

- **Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias** - elaboração do texto do projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 e do Anexo de Prioridades e Metas; elaboração do Anexo de Metas Fiscais, em conjunto com a Secretaria da Fazenda; interação com a Procuradoria Geral do Estado na elaboração do Anexo de Riscos Fiscais; análise do impacto orçamentário das 1.104 emendas e subemendas apresentadas pelo Parlamento; edição da lei aprovada.

- **Elaboração do Orçamento para o exercício de 2017** - conversão e análise da Série Histórica das despesas de custeio, definição dos Valores Referenciais de Custeio e divulgação aos órgãos dos Poderes do Estado, dos valores para a elaboração das respectivas Propostas Orçamentárias Setoriais; disponibilização na web, do Sistema Proposta Orçamentária Setorial - POS para o orçamento fiscal e da seguridade social e do Sistema Orçamentário das Empresas - SOE para a apresentação das propostas orçamentárias das empresas estatais não dependentes; coordenação e acompanhamento junto aos órgãos da administração estadual dos trabalhos de elaboração das propostas setoriais para o Orçamento Fiscal, para o Orçamento da Seguridade Social e para o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; análise técnica das propostas orçamentárias dos órgãos setoriais e das empresas estatais e elaboração de relatórios gerenciais para subsidiar a tomada de decisão pela administração





superior; previsão das despesas e encargos de caráter obrigatório tais como; pessoal, serviço da dívida e vinculações constitucionais, para inclusão na proposta orçamentária; atualização das atribuições e da legislação obrigatória de cada órgão dos Poderes do Estado componentes da Lei Orçamentária Anual; elaboração da Mensagem e formalização da Proposta Orçamentária do Estado; análise das 11.240 emendas legislativas propostas ao Projeto de Lei do Orçamento e formalização da Lei Orçamentária.

• **Acompanhamento da Execução Orçamentária** - desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre o contexto macroeconômico e seus impactos sobre os orçamentos públicos, obtendo subsídios técnicos e informações quantitativas e qualitativas que garantam qualidade no processo de sua execução. Essas análises do orçamento público compreendem os seguintes enfoques:

- elaboração e divulgação do Caderno Orçamento do Estado 2010/2016;
- avaliação técnica das implicações de reformas administrativas ocorridas em 2016 sobre a classificação institucional do Orçamento;
- análises técnicas de proposições de alterações do orçamento e formalização das modificações aprovadas, nos termos das regras definidas no Decreto nº 61.802, de 14 de janeiro de 2016;
- análise das implicações orçamentárias nos processos de contratação pela Administração Pública Estadual, na forma do Decreto nº 41.165/96;
- elaboração mensal do Relatório de Execução Orçamentária;
- acompanhamento dos Investimentos, por área, programas e fontes de financiamento;
- estudos para subsidiar a definição de diretrizes e providências para a redução e otimização das despesas de custeio no âmbito do Poder Executivo e das medidas a serem adotadas;
- publicação de Portarias Conjuntas CAF-CCE-CO ora definindo ou alterando procedimentos relativos à execução orçamentária e financeira do exercício de 2016, considerando os resultados apurados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- atendimento de consultas acerca das diferentes formas de classificação da despesa, estrutura programática, produtos e unidades de medida de ações orçamentárias, elaboração e execução orçamentária, aspectos legais do orçamento, funcionamento e utilização de aplicativos do Sistema Orçamentário, aspectos de quantificação física e financeira da orçamentação;



- estudos para a revisão de salários da administração direta e indireta do Estado e dos principais itens de custeio;
- análise dos processos de contratação de pessoal com o objetivo de subsidiar o Governador do Estado em suas decisões e apoio ao Secretário da Pasta - membro da Comissão de Política Salarial, nos assuntos pertinentes à política salarial das empresas e fundações;
- aprimoramento dos relatórios técnicos relativos à elaboração e execução orçamentária, mediante a utilização da ferramenta Business Intelligence - BI, cujas novas funcionalidades são compartilhadas, na plataforma web, com todos os órgãos;
- elaboração de estudos para embasamento das negociações e propostas de reajustes salariais das carreiras do Estado, cuja formalização ocorreu no momento da publicação de Leis Complementares;
- atualização dos sistemas que coletam informações na web.

### **Unidade de Financiamentos**

Dentre as atividades desenvolvidas pela Unidade de Financiamentos - UF no exercício de 2016, destacam-se as ações articuladas em conjunto com a Secretaria da Fazenda, no processo de captação de recursos financeiros nos mercados financeiros nacional e internacional.

Cabe destacar a participação da Unidade de Financiamentos na continuidade do processo de identificação de Projetos financiados, ainda não iniciados ou com baixo nível de realização e a elaboração de proposta de remanejamento dos respectivos limites PAF/recursos do financiamento para outros Projetos prioritários em andamento com perspectivas de conclusão no médio prazo. Incluem-se no rol desses projetos: R\$ 1.500,0 milhões (BNDES), da Linha 2 do Metrô para a Linha 5 do Metrô - R\$ 760,0 milhões e PPP da Linha 6 - R\$ 740 milhões. Aditivo assinado em 09/11/2016; R\$ 430,0 milhões (BNDES) da Linha 8 da CPTM para a Linha 13 da mesma empresa. Aditivo assinado em 09/11/2016; R\$ 938,2 milhões (BNDES), do Túnel Santos/Guarujá – Dersa, para Nova Tamoios - Contornos. Aditivo assinado em 18/11/2016; US\$ 170,7 milhões (CAF), do Projeto Rio Baquirivu Guaçu - DAEE, para os Projetos das Barragens de Duas Pontes e Pedreira - Bacia do PCJ - DAEE.

Além dessas atividades, a UF mantém tratativas junto aos órgãos técnicos dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades – Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Secretaria Executiva do PAC, bem como à Caixa Econômica Federal – CAIXA, visando viabilizar a assinatura de 3 Termos de Compromisso (contratos), para transferência de R\$ 849,0 milhões do Orçamento Geral da União - OGU para os seguintes projetos selecionados no PAC 50: Reforma de 26 Estações e Modernização de 3 Estações - CPTM: R\$ 590,0 milhões; Remanejamento de R\$ 250,0 milhões, originalmente destinados à implantação da linha 13 - Trem de



Guarulhos, para a Reforma de 8 Estações, Modernização de 1 Estação e uma nova Estação do Projeto CPTM; e implantação do BRT - Praia Grande/São Vicente - EMTU: R\$ 9,0 milhões.

Quanto à Extensão da linha 9 - CPTM - Grajaú/Varginha - R\$ 500,0 milhões, prosseguiu durante o ano de 2016, a participação da Unidade nas reuniões com a CAIXA e Ministério das Cidades e STM/CPTM visando dar condições operacionais aos contratos de aquisição de bens e serviços para fins de liberação de recursos do PAC/OGU.

Foram elaboradas previsões de ingresso de recursos de operações de crédito, transferências federais e contrapartida fiscal, para fins de elaboração do Orçamento do Estado para 2017, consubstanciada no PL 750/2016.

### **Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - CPA**

O atual PPA, elaborado com base na metodologia do Orçamento por Resultados, buscou qualificar os objetivos, programas e ações governamentais, assim como seus produtos, metas e indicadores. Desse modo, a CPA, ao longo de 2016, direcionou esforços para consolidar o novo PPA, em simultâneo ao monitoramento e avaliação de seus resultados, em linha com os objetivos do **Programa 2900 - Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento e Orçamento**.

Em relação ao aspecto **consolidação do novo PPA**, a CPA desenvolveu, em 2016, amplo conjunto de atividades para capacitar os técnicos envolvidos na gestão do novo PPA e desenvolver novas ferramentas para apoiá-los.

Tais atividades foram fundamentais para permitir a adequada **gestão do PPA**, que envolve o monitoramento dos programas e produtos do PPA; a avaliação de seus programas; e a realização de estudos e análises para subsidiar o acompanhamento do PPA.

O monitoramento dos resultados do PPA inclui várias iniciativas, que vão desde o apoio técnico aos gestores setoriais até o acompanhamento e análise das informações prestadas periodicamente por esses gestores, com vistas a elaborar relatórios gerenciais e à prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.

Em relação às atividades de avaliação de políticas e programas do PPA, a CPA contou com a parceria da Fundação Seade, que está realizando seis avaliações, de diferentes naturezas e distintos objetos. São elas:

- Avaliação dos impactos do Programa Banco do Povo sobre as condições de vida dos seus beneficiários (da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho);
- Avaliação dos potenciais impactos dos programas de desoneração tributária a produtos da cesta básica sobre diferentes estratos populacionais (da Secretaria da Fazenda);



- Avaliação dos processos envolvidos na realização do programa de reintegração social da população carcerária (da Secretaria da Administração Penitenciária);
- Avaliação dos impactos do componente ambiental do programa Microbacias II (das Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura e Abastecimento);
- Pesquisa de percepção da qualidade do atendimento pelos usuários de estabelecimentos de saúde com diferentes modelos de gestão (da Secretaria da Saúde); e
- Estudo da estrutura e dinâmica demográfica dos servidores estaduais como instrumento para a gestão dos recursos humanos do Governo (da Secretaria de Planejamento e Gestão e da São Paulo Previdência e Secretaria da Fazenda).

#### **Unidade de Assessoria Econômica - UAE**

#### **Desenvolvimento do Processo Orçamentário do Estado de São Paulo - Programa 2901 - Participação da UAE nas seguintes atividades:**

- **Elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual na execução Orçamentária:** acompanhamento da execução orçamentária, em conjunto com a CO/SPG, visando a subsidiar o Secretário de Planejamento em suas decisões sobre alocação de recursos para os programas prioritários de governo;
- **Avaliação das Solicitações de Alterações Orçamentárias - SAO e das Manifestações Prévias - MP:** acompanhamento e gerenciamento no âmbito do Gabinete do Secretário de Planejamento das SAOs e MPs, bem como preparação de relatório semanal para despacho do Secretário de Planejamento com o Governador;
- **Acompanhamento dos Investimentos<sup>22</sup>:** preparação de relatório específico de acompanhamento dos investimentos, por área, programas e fontes de financiamento.
- **Audiências Públicas – Aps** - em conformidade com o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentária e ainda, visando assegurar a participação popular e a transparência requerida nos processos de elaboração da Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, a Unidade de Assessoria Econômica realizou Audiências Públicas Presenciais e Eletrônicas com o intuito de subsidiar as ações de planejamento e desenvolvimento que norteiam os respectivos projetos de lei. Em 2016, foram realizadas as seguintes APs, com vistas à elaboração da LDO e da LOA de 2017:

**a. LDO - Audiência Pública Eletrônica - LDO 2017** - Realizada entre 28 de março e 10 de abril para a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, constitui um dos

<sup>22</sup> Ação que se insere também no PROGRAMA GESTÃO DE INVESTIMENTOS EM PROJETOS PRIORITÁRIOS DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO



passos mais importantes para a compreensão dos instrumentos de planejamento orçamentário do Estado e para a construção das diretrizes que norteiam a construção da Proposta Orçamentária para 2017;

**b. LOA - Audiências Públicas Presenciais - LOA 2017** - Realizadas no período de 22 de junho a 21 de julho de 2016, abrangeram as 20 unidades territoriais do Estado, legalmente constituídas, sendo 13 Regiões Administrativas, 5 Metropolitanas e 2 Aglomerados Urbanos. As demandas regionais foram repassadas às Secretarias de Estados que promoveram análise de mérito e foram orientadas a considerá-las nos processos de orçamento e planejamento dos órgãos de governo;

**c. LOA - Audiência Pública Eletrônica - LOA 2017** - Complementarmente, no mesmo período as Audiências Presenciais, foi também realizada Audiência Pública Eletrônica, onde o processo objetivou subsidiar e dar transparência à elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, e ainda, fornecer uma análise ampla das necessidades e potencialidades de cada região, apresentando novas variáveis ao planejamento governamental.

**Ações de Governo em Destaque (2008/15):** A UAE, ao longo de 2016, elaborou o trabalho denominado “Ações do Governo em Destaque (2008/15)”, com o objetivo de proporcionar um enfoque estratégico de planejamento, priorizando o acompanhamento e a análise dos investimentos estruturantes, na espacialização das ações de governo e na gestão compartilhada das avaliações e impactos junto à sociedade. Foram incorporados também ao trabalho dados físicos e financeiros de cada segmento de governo, procurando ressaltar sua Missão, Atribuições Legais, Planejamento Estratégico do Setor, Estrutura Funcional, Órgãos Vinculados, Características dos Sistemas, Atendimento e Evolução dos custos operacionais e de investimentos. O período de análise abrange os exercícios de 2008 a 2015 detalhando a evolução dos principais gastos com investimentos, seus resultados e público alvo.

### **Assessoria Parlamentar**

#### **Gestão SIALE - Sistema de Acompanhamento Legislativo - 2016**

<b>Anteprojeto de lei</b>	<b>10</b>
<b>Anteprojeto de lei Complementar</b>	<b>21</b>
<b>Projeto de lei Complementar</b>	<b>56</b>
<b>Projeto de lei</b>	<b>148</b>
<b>PEC</b>	<b>3</b>
<b>Requerimento de Informação</b>	<b>12</b>
<b>Indicação Parlamentar</b>	<b>3</b>

**Sistema de Demandas do Cidadão e correspondências - 2016** - Foram recebidas 220 demandas, entre reclamações e questionamentos protocolados na Casa Civil e Ouvidoria do Gabinete do Governador, e encaminhados via sistema para esta Assessoria.



**Ofícios reivindicatórios - 2016** - foram recebidos 122 ofícios advindos de prefeituras e câmaras municipais e através de deputados, em busca de recursos financeiros e serviços.

### **Outros itens relevantes**

#### **Centro de Exposições São Paulo Expo**

Com relação à Concessão de Direito de Uso e Exploração de Bem Público, denominado "São Paulo Expo", que visa realização de feiras, exposições e eventos e à instalação de equipamentos de apoio, entre a SPG e a "SPE Events", o valor pago até dezembro de 2016, para o Tesouro, foi de aproximadamente R\$ 42.000.000,00 (incluindo ônus fixo e variável).

Além do valor da Concessão, foram efetuados "investimentos adicionais", pela concessionária, no valor total de R\$ 412.000.000,00, base abril/2016, já inclusa a construção da Usina de Cogeração, entregue em outubro de 2016 e Alça de Acesso na Rodovia dos Imigrantes (Sentido litoral e Sentido Capital), no valor de 9.500.000,00, entregue em junho de 2016.

Em 26/04/2016 foi inaugurado, pelo Governo do Estado, o Novo Pavilhão de Exposições com as seguintes construções: Novo Pavilhão de Exposições, com área construída de 58.161 m<sup>2</sup>; Novo Centro de Convenções - entrega de 29 salas (sendo 2 auditórios) com área construída de 10.854 m<sup>2</sup>; Reforma dos pavilhões existentes com área de 23.062 m<sup>2</sup>.

### **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO - DETRAN-SP**

#### **Programa - Um novo Detran para São Paulo - Administração Geral do Detran-SP**

A meta no PPA (2016/2019) é modernizar 90% das 651 Unidades de Atendimento ao Público (são 336 Circunscrições Regionais de Trânsito - CIRETRANs, 309 Seções de Trânsito e 6 Postos Avançados). Para alcançar essa meta foram realizadas as seguintes atividades:

**Modernização de Unidades de Atendimento ao Público** - 47 CIRETRANs foram modernizadas para o padrão Poupatempo, entre as quais, duas unidades de grande porte (São José dos Campos e Mauá) e seis de médio porte (Barueri, Jaú, Salto, Valinhos, Vinhedos e Votorantim); 45 Seções de Trânsito foram modernizadas durante o ano de 2016 em parceria com as prefeituras.

No geral, já funcionam no novo modelo um total de 363 Unidades de Atendimento ao Público, sendo 170 CIRETRANs, 187 Seções de Trânsito e 6 novos Postos. Nessas Unidades, a avaliação do cidadão é de 95,6% de ótimo e bom;

Em dezembro de 2016, 83,0% da frota de veículos do Estado está localizada em municípios que contam com Unidades de Atendimento já modernizadas;



## Serviços Eletrônicos

- **Serviços online** - Hoje, 27 serviços podem ser realizados pela internet. Estão cadastrados no site do DETRAN-SP 10.324.441 usuários.
- **Aplicativo para celular** - o DETRAN-SP oferece três aplicativos gratuitos para *tablets* e *smartphones*, com sete funcionalidades: consulta de pontos, consulta de dados do veículo/resumo de multas, detalhes de multas, pesquisa de débitos e restrições de veículos, solicitação de 2ª via de CNH, acompanhamento de 2ª via de CNH, acesso ao simulado.
- **Pesquisas** - até mês de outubro foram realizadas pelos cidadãos no Portal do DETRAN-SP, 32.281.201 pesquisas sobre veículos, habilitação e multas que anteriormente só eram possíveis por meio de despachantes ou bancos. Também foram realizadas 34.631.641 pesquisas pelo MOBILE, serviço para celular.
- **Simulados eletrônicos de provas** - 4.602.804 pela internet e 7.959.035 pelo MOBILE.
- **Prova Eletrônica** - Implantação progressiva nas Unidades de Atendimento de prova eletrônica para obtenção da 1º Habilitação, iniciando-se com 81 unidades e terminando o ano com 184 unidades fazendo uso desta modalidade de prova.
- **Renovação** - 211.829 usuários receberam SMS para renovação de CHN; 256.354 receberam notificação referente a pontuação até o mês de outubro.
- **Disque Detran.SP** - 1.139.046 usuários atendidos até novembro.

## Outros Serviços ao Cidadão

- **Correspondência** - foram notificados através de cartas enviadas, 482.298 jovens motoristas e 2.345.850 condutores para a renovação de CNH até o mês de outubro.
- **Atendimento** - em 153 das Unidades já existe o sistema Sintonia por meio do qual o usuário pode opinar sobre o atendimento.
- **Agendamento** - Atingiu-se 285 Unidades de Atendimento do DETRAN-SP com agendamento eletrônico. 95% destas Unidades já agendam seus serviços em até dois dias.



## **Programa - Um Novo Detran Para São Paulo - Serviços De Trânsito**

### **Setor de Habilitação**

- **Prova Prática Monitorada de Direção Veicular** - implantação do sistema de monitoramento de prova prática nas categorias A e B. Projeto piloto aplicado na Unidade de São Bernardo do Campo a partir de setembro de 2016. Visando evitar irregularidades durante o exame;
- **Implantação do sistema de divisão equitativa dos exames psicológicos** - implantação em 30 unidades até novembro de 2016, com cronograma de expansão do sistema para os exames psicológicos, em todo o Estado, até o final de 2017;
- **Baixa da Pontuação** - implantação da baixa automática da pontuação dos condutores que cumpriram a penalidade de suspensão, através do sistema SIM, visando maior segurança no procedimento; implantação da baixa automática para permissionários penalizados que passam por um novo processo de habilitação, visando à celeridade na emissão das habilitações.

### **Setor de Veículos**

- **Credenciamento e Fiscalização de Empresas Credenciadas de Vistoria - ECVs** - Em 2016 foram credenciadas por este órgão 620 novas empresas, totalizando, atualmente, 1.773 pessoas jurídicas de direito privado credenciadas para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular no Estado, garantindo a todo o cidadão maior oferta e comodidade quando da prestação do serviço;
- **Adoção integral do modelo eletrônico de vistoria de identificação veicular no Estado** - A partir de 2016 o Estado de São Paulo, por intermédio das Empresas Credenciadas de Vistoria – ECVs, passou a emitir laudos de vistoria de identificação veicular exclusivamente em formato eletrônico, com registro fotográfico e fílmico do procedimento, atendendo regulamentação federal e garantindo, por intermédio de seu sistema informatizado de registro de veículos, que não haja emissão de Certificado de Registro de Veículo - CRV no Estado, quando ausente laudo eletrônico de vistoria válido;
- **Exigência da vistoria de identificação veicular para registros de transferência de propriedade de veículo na capital** - Com a adoção integral do processo de vistoria eletrônico por intermédio das Empresas Credenciadas de Vistoria - ECVs, o DETRAN-SP pode, pela primeira vez, padronizar o procedimento de registro de transferência de propriedade de veículo no estado, passando a exigir, desde fevereiro de 2016, a realização de vistorias para registro de transferências intramunicipais de propriedade na capital e, assim, dando fiel cumprimento ao Código de Trânsito Brasileiro e garantindo maior rigor na identificação de veículos com origem ilícita;





▪ **Credenciamento e fiscalização das atividades de desmontagem de veículos, comercialização de suas respectivas partes e peças e reciclagem de veículos totalmente irrecuperáveis ou de materiais não suscetíveis de reutilização** - Atualmente, mais de 1.300 empresas se encontram cadastradas junto ao DETRAN-SP para o exercício das atividades acima descritas, tendo esta autarquia, em conjunto com a Polícia Civil, Secretaria da Fazenda e Prefeituras Municipais, realizado diversas operações de fiscalização de empresas que exercem as referidas atividades e instaurado, no ano de 2016, mais de 100 novos procedimentos administrativos sancionatórios em face de estabelecimentos irregulares, contribuindo para expressiva redução do número de ocorrências de furto e roubo de veículos e de outros crimes correlatos;

• **Implantação do sistema informatizado CODEV de fiscalização e rastreamento de peças oriundas de veículos desmontados** - Implantação do sistema CODEV, sistema informatizado desenvolvido para a fiscalização das atividades de desmontagem de veículos e comercialização e rastreamento de suas respectivas partes e peças e que é atualmente utilizado por mais de 650 empresas e registra aproximadamente 1.350.000 de peças cadastradas.

### **Observatório Paulista de Trânsito**

**Projeto DETRAN-SP e Corpo de Bombeiros** - execução de projeto de georreferenciamento de ocorrências, integração de dados e gestão de ações visando redução de vítimas de acidentes.

• **Análises e releases** - elaboração de 70 análises sobre as vítimas de acidentes no Estado, para subsidiar gestores e esclarecer o público em geral, e contribuição técnica na preparação de material para imprensa (*releases*) que repercutiram em 170 veículos de comunicação.

### **Programa - Um novo Detran para São Paulo - Administração de Pátios e Leilões**

**Pátios** - implantação de um sistema de controle de pátios do DETRAN-SP com acesso direto à PRODESP interagindo com os gravames e alterações nos registros dos veículos, de forma online. O sistema propicia liberação do pátio concomitante aos recolhimentos de taxas de forma também online, impedindo a possibilidade de desvios e perda de receitas.

**O Convênio de Pátio Municipalizado** vem avançando no Estado com possibilidade de aumento no próximo exercício, decorrente da posse das novas gestões municipais. Neste ano, tramitaram nesta Autarquia cerca de 80 processos de pedidos, sendo que 20 convênios já foram celebrados.

**Leilão de veículos** - foram leiloados neste ano cerca de 90 mil veículos. Os valores arrecadados nos leilões deste ano representaram um acréscimo de 40% com relação ao ano de 2015, o que facilitou a quitação de um número maior de débitos incidentes sobre os veículos.



## **Programa - Segurança no Trânsito - Educação e fiscalização para o Trânsito**

**Programa “Clube do Bem-te-vi”** - é um programa de educação para o trânsito coordenado e desenvolvido pelo DETRAN-SP em parceria com a PMESP. O Público-alvo são as crianças matriculadas no ensino fundamental. Desde sua implantação foram atendidos 4.016 estabelecimentos de ensino em 282 municípios, 46.165 professores e 1.474.512 de alunos educados.

**Aplicativo “Clube do Bem-te-vi”** - Lançado em dezembro de 2015 para as plataformas IOS e Android, o aplicativo de jogos educativos foi incrementado durante o ano de 2016 com a disponibilização de novos conteúdos e o desenvolvimento de novos games, promovendo a educação para o trânsito de forma lúdica. Mais de 2.200 downloads até o mês de novembro.

**Programa Criança Segura** - através de parceria com a OSCIP Criança Segura SAFE KIDS Brasil, foi desenvolvido o projeto Criança Segura no Trânsito Online para promover a prevenção de acidentes com crianças e adolescentes até 14 anos. Em 2016, o programa foi implementado em 32 municípios, capacitando 645 multiplicadores e alcançando aproximadamente 27.663 alunos.

**Programa “Educação viária é vital”**- o programa foi conveniado através da parceria com a Fundação Mapfre do Brasil. O programa visa à capacitação de professores do ensino fundamental para aplicarem conceitos de segurança viária nas escolas. Em 2016, o programa foi desenvolvido em 17 municípios, em 233 escolas e 996 professores participaram do Programa.

**Campanha de Fim de Ano 2015/2016** - Campanha do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito que levou ao público uma mensagem que visou promover uma reflexão acerca da necessidade em adotar posturas de preservação da vida, no ambiente do trânsito. Produtos da campanha: filme publicitário veiculado nas 7 principais emissoras do país (Globo/Record/SBT/Band/Rede TV/ Gazeta e Cultura), 830 relógios de ruas e 370 abrigos de ônibus na capital, 100 manoplas de carrinhos e 2 minioutdoors por loja em 59 supermercados da capital e região metropolitana de São Paulo, filme de 15 segundos nos elevadores de supermercados, universidades e edifícios comerciais na capital e interior do Estado. A campanha gerou um total de 99.617.187 impactos em seu período de veiculação de 15 a 30 de novembro.

**Campanha de Carnaval 2016** - Campanha com o tema “Brinque o carnaval, mas não brinque com a sua vida” que buscou gerar uma compreensão do público alvo em relação às consequências da ingestão de bebida alcoólica associada à direção, além da conscientização e sensibilização em relação aos altos índices de mortes e feridos nesta época do ano. Os meios escolhidos foram 30 pontos de PIT (Pontos de Informações Turísticas) no litoral (Ubatuba e Caraguatuba), 166 relógios de rua na capital e litoral (Santos e Boiçucanga), 120 faces em gradil em Santos, 170 pontos de abrigo de ônibus na capital e litoral (Guarujá), 100 manoplas e 2 minioutdoors por loja em 16 pontos entre supermercados e hipermercados do litoral, spot de rádio (55 inserções). A campanha gerou 27.758.335 impactos em seu período de veiculação de 05 a 20/02.



**Maio Amarelo:** O movimento “Maio Amarelo” nasce com uma só proposta: chamar a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. As superintendências regionais do DETRAN-SP promoveram diversas ações voltadas à conscientização, ao amplo debate das responsabilidades de cada cidadão dentro de seus deslocamentos diários no trânsito. Atividades realizadas: pedágios educativos, operações de fiscalização, palestras, visita nas escolas com palestras e atividades com as crianças, ações na mídia através de rádio, televisão e jornais locais, distribuição de material educativo, passeio ciclístico. Foram distribuídos pelo DETRAN-SP quase 100 mil adesivos, 6.300 bolachas de chopp com dizeres "Se beber não dirija. Não brinque com a sorte" e 4.500 etilômetros descartáveis durante a campanha.

### **Fiscalização**

**Ampliação do programa Operação Direção Segura Integrada - ODSI:** o programa prevê equipes do DETRAN-SP em regiões estratégicas do Estado desenvolvendo atividades integradas com a participação das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica, e sob a coordenação do DETRAN-SP. O objetivo é reduzir o número de acidentes e mortes no trânsito do Estado. O número de operações realizadas registrou a marca de 292, em 2016, resultando na fiscalização de 116.880 condutores e geradas 8.217 autuações, sendo que destas, 1.637 autuações caracterizaram o crime de embriaguez. Foram investidos R\$ 1,1 milhões no programa.

**Apreensão de veículo clonado:** atividade fiscalizatória que visa a apreensão de veículos com duplicidade de placas, clonados ou com adulteração de sinal identificador. Nos últimos 5 anos cerca de 21.000 veículos foram fiscalizados em via pública, sendo lavrados em torno de 51.000 autos de infração e removidos, por infração de trânsito, mais de 3.400 veículos aos pátios do DETRAN -SP. No segundo semestre deste ano, por exemplo, essa fiscalização conseguiu apreender, em datas diferentes, três veículos: o primeiro com R\$ 2,7 milhões de débitos; o segundo com R\$ 9,1 milhões; e o mais recente com valor superior a R\$ 16 milhões em multas e falta de licenciamento.

### **FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM**

As atividades da Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM, no exercício de 2016 restringiu-se basicamente na adoção de medidas visando a sua extinção, em cumprimento a Lei nº 15.899/2015, e no Decreto nº 61.573/2016.

Com a edição do Decreto nº 61.837/2016, que cria a Comissão Liquidante, foram iniciadas as medidas necessárias à efetiva liquidação e subsequente extinção da Fundação CEPAM. Após o parecer emitido pela empresa dos auditores Independentes - JPPS Auditores Independentes, declarando que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, e que a posição patrimonial e financeira, bem como o desempenho de suas operações, as variações patrimoniais e os seus fluxos de caixa para o período findo, exercício de 2016, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foram, após análise, aprovadas pelos Conselhos Fiscal e de Administração. Assim, visando cumprir o art. 2º do Decreto acima especificado, foram transferidos à



Secretaria de Planejamento e Gestão, todos os bens, direitos, atribuições, obrigações e recursos financeiros pertencentes a Fundação Cepam.

Com as aprovações, objeto da Ata 107ª (Centésima sétima reunião extraordinária) o Conselho de Administração, após análise de todas as medidas adotadas pela Comissão Liquidante, considerou encerrada a liquidação. A Ata foi então encaminhada ao Ministério Público do Estado - Promotoria de Justiça Cível - Fundações, que autorizou o registro ao fim que se destina. A seguir, foi dada entrada no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, cuja Ata foi averbada à margem do Registro nº 702.248, culminando com a liquidação da Fundação Cepam, e por conseguinte sua extinção, em 28 de abril de 2016.

## **FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE**

### **Administração da Fundação Seade**

Durante o exercício foram feitas gestões junto aos contratados visando a revisão dos valores contratuais ou supressões de serviços, bem como a não renovação de aquisições ou contratações, por decisão administrativa.

Das 42 ações, 34 delas apresentaram resultados positivos (80,95% de efetividade), gerando uma economia de R\$ 1.183.048,78. Tal montante representa uma redução em 12,09% sobre R\$ 9.784.195,88 (total devido projetado para os 34 contratos/aquisições). A economia foi obtida por meio de supressões de postos ou serviços, renúncias do contratado aos reajustes de direito anual, repactuação dos valores contratuais, rescisões antecipadas de avenças e não renovação de periódicos.

**Organização e disseminação de informações:** No âmbito desta ação, foram organizados e implantados bases de dados e sistemas de indicadores nos seguintes temas: Produto Interno Bruto - PIB; Mercado de Trabalho (Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED); Sistema de Estatísticas Vitais - SEV; Informações sobre os Municípios Paulistas - IMP; Mortalidade Infantil; Painel das Profissões; Painel de Monitoramento e Avaliação em Saúde; Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo; Relação de Nomes e Cargos.

Também foram elaborados estudos e análises com base na produção de dados da Fundação Seade, apresentados nas seguintes publicações: Boletim Trimestral do Emprego Formal; Estudos especiais PED; Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Região Metropolitana de São Paulo; Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Região do ABC; Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo; Primeira Análise; Produto Interno Bruto - PIB Mensal; Produto Interno Bruto - PIB Trimestral; SP Demográfico.

**Produção e disseminação de novas informações:** no âmbito desta ação, foram desenvolvidas e disseminadas novas informações, dentre as quais destacamos:



- Avaliações de Impacto de Programas Públicos do Governo do Estado de São Paulo: desenvolvimento de metodologia e de instrumentos de acompanhamento e avaliação dos programas governamentais que permitam avaliar seus resultados, sugerir, à luz dos resultados da avaliação, alterações nos programas avaliados, visando seu aperfeiçoamento e capacitar os gestores públicos nas práticas de avaliação;
- Análises sobre o comportamento da economia paulista, tendo como referências indicadores sobre a conjuntura econômica nacional e a economia internacional;
- Monitoramento demográfico dos servidores inativos e pensionistas da São Paulo Previdência - SPPREV, IPESP e SABESPREV: vinculação das bases de dados para identificação dos aposentados e pensionistas que faleceram ou se casaram;
- Serviços Técnicos Especializados em Formulação de Indicadores de Resultados de Programas Governamentais: desenvolvimento de sistema de indicadores de resultados de programas governamentais e de acompanhamento do contexto socioeconômico; captação e tratamento dos dados necessários para o cálculo desses indicadores; apoio para a Secretaria de Planejamento e Gestão na adequação e viabilização dos processos necessários para organizar e publicar os indicadores propostos;
- Pesquisa de Diagnóstico e Avaliação do Programa ACESSA São Paulo: realização de diagnóstico e avaliação do programa, visando embasar a tomada de decisão sobre mudanças em seu desenho para potencializar seu impacto social e ampliar sua eficácia;
- Adicional de Local de Exercício - ALE da Secretaria de Educação: assessoramento à SES em dúvidas e questionamentos sobre a metodologia e classificação das escolas segundo o ALE;
- Manutenção de sistema de consulta e recuperação de informações relacionadas ao Índice Paulista da Primeira Infância - IPPI, que classifica os 645 municípios do Estado de São Paulo segundo a oferta e utilização dos serviços de saúde e educação para a população de 0 a 5 anos residente em cada município e elaboração de textos analíticos;
- Pesquisa Conjuntural das Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - Pecompe: pesquisa mensal em amostra de cerca de 1.700 micro/pequenas empresas do Estado e visando coletar, processar, analisar e disponibilizar informações mensais sobre o desempenho desse segmento nos setores industrial, comercial e de serviços;
- Pesquisa de Conjuntura com Microempreendedores Individuais - MEIs: consulta mensalmente, por telefone, cerca de 1.100 MEIs para obtenção de informações sobre faturamento, ocupados e expectativas, para cálculo dos indicadores de desempenho deste segmento;



- Pesquisa de Impactos da Expansão da Linha 5 - Lilás nas Condições de Vida e de Viagem das Populações de suas Áreas de Influência: realização da primeira tomada de pesquisa qualitativa e elaboração da descrição metodológica da pesquisa quantitativa domiciliar;
- Rodoanel Norte: monitoramento das tendências de crescimento populacional da Área de Interesse de Monitoramento do Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas. O projeto é executado em parceria com a Emplasa (que estuda a dinâmica de evolução da mancha urbana) e o Instituto Florestal (que estuda as alterações da cobertura vegetal);
- Pesquisa sobre Percepção de Tributos e Gastos Públicos: realização de coleta de dados de pesquisa quantitativa domiciliar para avaliar o grau de conhecimento e a percepção da população residente na Região Metropolitana de São Paulo em relação aos tributos e gastos públicos e elaboração de relatório de análise dos resultados;
- Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Edição 2016: processamento de dados e elaboração de textos para atualização do indicador com informações referentes a 2014;
- Acordo de Cooperação Científica com a Fapesp: desenvolvimento de projetos de pesquisa com alto impacto científico, social e econômico que façam uso de bases de dados produzidas pela Fundação SEADE, que apoiará a Fapesp do ponto de vista técnico, na seleção de projetos e realizará as vinculações dos registros demandadas pelos pesquisadores. A vinculação envolve as bases de microdados relativas a nascimentos e óbitos registrados no Estado de São Paulo com as bases de dados individuais especificadas nas propostas de pesquisa.

## **FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO - FUNDAP**

Em 2015, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP teve sua extinção autorizada nos termos da Lei nº 16.019/2015 e as atividades da FUNDAP, no exercício de 2016 restringiram-se basicamente à adoção de medidas visando a sua extinção. O Conselho Curador da Fundação acolheu a proposta de extinção cuja Ata foi aprovada pelo Decreto nº 61.866/2016, sendo criada na sequência a Comissão Liquidante nos termos do Decreto nº 61.963/2016, iniciando medidas necessárias à efetiva liquidação e subsequente extinção da FUNDAP.

Foram transferidos para a Secretaria de Planejamento e Gestão, todos os bens, direitos, atribuições, obrigações e recursos financeiros pertencentes a FUNDAP. Foi Registrada em Cartório a baixa da Pessoa Jurídica da FUNDAP, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital, sendo averbada à margem do Registro nº 654.445/2016, culminando com a liquidação e extinção da FUNDAP em 19 de agosto de 2016.



## COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS

### 1. Principais realizações

Em 2016, foram assinados 53 contratos de prestação de serviços, que somam aproximadamente R\$ 22.500 mil, com os clientes, empreendimentos e serviços abaixo relacionados:

- Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania: Gerenciamento das obras de diversos Fóruns nos municípios: Osasco, Jaú, Peruíbe, São Joaquim da Barra, Brás Cubas, Potirendaba;

- Agenvale, Arsesp, BPMI, Cosesp, Cptran, Dersa, EMAE, Famema, Sebrae, Fazenda, Spprev, e Trans. Metropolitano, Sead, elaboração de laudos técnicos de avaliação de valor de mercado para locação e venda de imóveis;

- Secretaria do Desenvolvimento Social: Vistorias e acompanhamento de convênios firmados entre a Secretaria, Municípios e entidades Paulistas;

- Secretaria da Administração Penitenciária: Gerenciamento de obras de construção de Penitenciária Feminina de Guariba /SP;

- Polícia Militar do Estado de São Paulo - CIAP - Gerenciamento de: Hangar em Presidente Prudente, Sede da 3º BPM de Atibaia, Sede do 23º BPM de Lorena, Sede da 3ª Comp. PM do 25º BPM em Osvaldo Cruz, e Sede da 2ª Cia PM do 43º BPM de Jaboticabal;

- Secretaria da Cultura Monitoramento e acompanhamento de passivo ambiental e vigilância patrimonial para o Museu de História de São Paulo;

- Delegacia Seccional de Araçatuba - Gerenciamento da reforma do prédio a CPJ - Central de Polícia Judiciária de Araçatuba;

- Delegacia Seccional de Santos – Projetos de reforma do Palácio da Polícia de Santos;

- Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - Projetos para construção do Novo terminal metropolitano de Jandira, e Prestação de Serviços de Gestão Predial para empresas designadas pela EMTU;

- Secretaria da Habitação – Gestão Predial da Cidade IV – e Laudos de avaliação Patrimonial;

- Secretaria de Segurança Pública SJRP – Gerenciamento da reforma e adequação do prédio D.I.G. de São José do Rio Preto;



- Prodesp: Projeto para reforma no espaço que será ocupado pela Prodesp no 7º andar do edifício sede do DER em São Paulo, elaboração de Diagnóstico Fundiário e Levantamentos Cadastrais na área da sede da PRODESP localizada no município de Taboão da Serra/SP, Vistorias Técnicas visando diagnósticos nos sistemas de climatização dos postos Poupatempo e laudos de avaliação Patrimonial;

- Secretaria Estadual de Saúde – Elaboração de projetos para reforma e ampliação do Hospital de Trauma em São Paulo, e Assessoria Técnica em apoio logístico e operacional visando atender a implantação dos Hospitais da Parceria Publica Privada (PPP) dos complexos hospitalares da Secretaria da Saúde e laudos de avaliação patrimonial;

- Secretaria de Governo: Elaboração de projeto para reconstrução das coberturas e paredes dos galpões 8 e 9 do complexo Tecelagem Parahyba em São José dos Campos;

- Superintendência da Polícia Técnico-Científica: elaboração de Projeto executivo dos Edifícios da EPC e EPML do Município de Bragança Paulista;

- Secretaria do Turismo, Vistorias de engenharia, análise da documentação técnica, administrativa e contábil, relacionadas a formalização acompanhamento e prestação de contas dos convênios celebrados pela Secretaria de Turismo.

Os contratos de prestação de serviços, acrescidos àqueles já firmados em anos anteriores e ainda em execução, geraram uma receita de aproximadamente R\$ 46.000 mil, faturados de janeiro a dezembro de 2016. O montante de propostas de 2016 teve percentual de realização em torno de 20%. Foram elaboradas 198 em diversos serviços, no valor aproximado de R\$ 107.000 mil.





## SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

### 1. Estrutura Básica

O contingente funcional da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH encontra-se distribuído entre o Gabinete da Pasta, o Departamento Administrativo, as Coordenadorias de Saneamento e de Recursos Hídricos, a Unidade de Gerenciamento do Programa Mananciais - UGP e do Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA. Conta ainda com duas entidades vinculadas: o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.

#### 1.1. Coordenadoria de Saneamento - CSAN

**Sanebase - Desenvolvimento de Saneamento Básico** - O objetivo é a transferência de recursos para execução de obras e/ou serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante convênios firmados entre o Governo do Estado/Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e os municípios que operam diretamente seus sistemas de água e esgoto ou por intermédio de autarquias municipais (serviços autônomos), tendo a Sabesp como órgão técnico do Programa.

Realização: em 2016 foi celebrado convênio com o município de Gavião Peixoto, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 1,2 milhão, para a execução de uma Estação de Tratamento de Esgoto, beneficiando cerca de 3.000 habitantes. Foram ainda assinados 5 Termos de Aditamento com os municípios de Iracemápolis, Avanhadava, São José da Bela Vista, Dois Córregos e Itapira, garantindo que cerca de 108 mil habitantes continuem sendo beneficiados pelo programa.

**Pró-Conexão - Se Liga na Rede** - O programa tem como objetivo subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessários à efetivação de ligações à rede pública de coleta de esgoto, para famílias de baixa renda, classificadas nos Grupos 4, 5 e 6 do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS, contribuindo para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida dessa população. A Sabesp é responsável pela contratação para a implementação dessas obras e o Governo do Estado pelo reembolso de 80% do valor total das despesas realizadas na execução dos serviços.

**Água Limpa** - O Programa objetiva a execução de projetos e obras de afastamento e tratamento de esgoto sanitário, mediante a celebração de convênios firmados com Municípios que prestam diretamente os serviços públicos de saneamento básico. O Programa busca a melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário, com a execução de estações de tratamento de esgoto, estações elevatórias de esgoto, extensão de emissários, linhas de recalque, rede coletora, interceptores, impermeabilização de lagoas, dentre outras. Cabe ao município conveniente ceder as áreas onde serão executadas as obras, desenvolver os projetos básicos, providenciar as licenças ambientais e as servidões administrativas necessárias. As principais fontes de recursos do Programa provêm do Tesouro do Estado e de financiamentos com instituições financeiras nacionais e internacionais.



## **Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN**

O Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN, previsto na Lei Complementar nº 1.025/2007, em seus artigos 39 e 40, é um órgão de caráter consultivo e deliberativo, de nível estratégico, responsável pela definição e implementação da política de saneamento básico do Estado e regulamentado pelo Decreto nº 54.644/2009, que dispõe sobre sua composição, organização e funcionamento.

Realização: a Secretaria Executiva do Colegiado realizou a 6ª Reunião Ordinária do CONESAN, em 27 de julho de 2016. O Presidente do Conselho deu posse aos novos membros titulares e suplentes para o biênio 2016/2018, constando também da pauta da reunião apresentação sobre os programas: Universalização da Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico - PMS; Programa Água é Vida - Saneamento Rural, Desenvolvimento e Perspectivas e, Sistema de Informações de Saneamento - SISAN - sua implantação pela SSRH.

Além da discussão do assunto sobre o Controle Social dos Serviços Públicos de Saneamento Básico, foi debatida a atribuição do CONESAN e, ainda, aprovada pela Plenária a Deliberação CONESAN nº 0.04/16, que promove alteração no Regimento Interno do Conselho para adequá-lo ao Decreto nº 61.469/2015 e que estabelece os novos critérios para a indicação de representantes para o Conselho de Orientação do Saneamento Básico da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP.

### **Apoio à elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico**

A SSRH promoveu a edição do Decreto nº 61.825, de 4 de fevereiro de 2016, que dá nova redação ao Decreto nº 52.895, de 11 de abril de 2008.

Com as alterações propostas pretende-se a elaboração de planos municipais específicos, abrangendo conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas que, em conjunto, compõem o saneamento básico, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Lei federal nº 11.445/2007, de acordo com a necessidade local e que possibilitem fornecer aos representantes municipais dados e informações adequadas para avaliar e decidir sobre a forma de prestação dos serviços e os investimentos para a universalização de saneamento básico em seus municípios. Em 2015/2016 a Coordenadoria de Saneamento - CSAN realizou pesquisa sobre a situação do saneamento básico em diversos municípios do Estado, com o propósito de replanejar as ações da Pasta voltadas ao programa, visando atender a todos os municípios que ainda não concluíram a elaboração do seu Plano Municipal de Saneamento.

A SSRH abriu o processo licitatório - Edital de Concorrência nº CSAN 001/SSRH/2016, publicado no Diário Oficial do Estado de 22/9/2016, objetivando a contratação de serviços de apoio



técnico e consultoria na área de planejamento de serviços e sistemas de saneamento básico para a elaboração de plano(s) municipal(is) específico(s).

Com esta licitação, o Governo do Estado dará condições para se alcançar a posição pioneira no país, de dotar 100% dos seus municípios com a ferramenta básica para viabilizar os meios necessários de se chegar à universalização dos serviços de saneamento.

Para implementar essas ações foram celebrados 164 Convênios com os Municípios Paulistas para a elaboração dos Planos Municipais Específicos de Serviços de Saneamento Básico, assim discriminados:

UGRHI	Municípios atendidos	Quantidade de planos a serem executados		
		Água e Esgoto	Drenagem	Resíduos Sólidos
6 - Alto Tiete	12	1	11	6
13 - Tiete / Jacaré	6	1	5	4
17 - Médio Paranapanema	23	15	17	6
16 - Tietê / Batalha	6	3	2	4
20 - Aguapeí	21	15	15	4
21 - Peixe	11	4	10	2
22 - Pontal do Paranapanema	7	3	7	0
4 - Pardo	3	3	1	1
8 - Sapucaí/Grande	16	9	10	9
12 - Baixo Pardo / Grande	6	4	3	3
19 - Baixo Tietê	4	2	2	3
15 - Turvo / Grande	35	23	27	16
18 - São José dos Dourados	14	3	13	4
<b>TOTAIS</b>	<b>164</b>	<b>86</b>	<b>123</b>	<b>62</b>

### **Sistema Estadual de Informações de Saneamento - SISAN/SP**

Criação de um portal de acesso público com banco de dados a partir das informações disponíveis na Coordenadoria de Saneamento - CSAN e outras fontes de dados como SNIS, Seade e Cetesb.

No portal, o usuário terá a possibilidade de realizar a pesquisa “*on-line*” de dados estatísticos e indicadores da situação do saneamento básico dos municípios paulistas, por Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHIs ou por municípios do Estado.

Realização: em 2016 houve a contratação dos serviços de empresa especializada em Tecnologia da Informação - TI para a criação do portal, de acordo com o Termo de Referência. O processo de criação e implementação do site está em andamento, com previsão de disponibilizar ao público no início de 2017.



## **Saneamento Rural e Pequenas Localidades Isoladas - Água é Vida**

O programa prevê a utilização de recursos destinados ao atendimento das localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda para implementação de obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos, visando a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento.

Realização: desde sua implantação foram firmados 67 Convênios nos anos de 2011, 2012 e 2013, dos quais 36 continuam em andamento, 15 foram cancelados por falta de regularidade documental e dificuldades licitatórias por parte das prefeituras e 16 foram concluídos. Em 2016 foi firmado um convênio com a Fundação ITESP para atendimento do assentamento Mário Covas, no Município de São Simão.

### **Convênios de Cooperação**

Com o advento das Leis Federais n.ºs. 11.107/2005 e 11.445/2007 foi aprovado o atual modelo de concessão para os serviços de saneamento, no qual os municípios podem celebrar Convênios de Cooperação com o Estado delegando a prestação dos serviços de saneamento básico para a SABESP, por meio de Contrato de Programa, e as competências de fiscalização e regulação para a ARSESP.

Dessa maneira, com o Decreto n.º 50.470/1996, alterado pelos Decretos n.º 52.020/2007 e 53.192/2008, coube à SSRH, através da Coordenadoria de Saneamento, conduzir os trabalhos visando a formalização desses convênios para alcançar mais rapidamente a universalização da prestação dos serviços de saneamento.

No ano de 2016, foi assinado o Primeiro Termo de Revisão Quadrienal do Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário entre a SABESP e a Prefeitura Municipal de São Paulo. Foi também celebrado o Termo de Aditamento do Convênio com o município de Santa Branca, para que o Estado/Município e Sabesp pudessem formalizar o contrato de programa, para a prestação dos serviços públicos de água e esgoto.

### **1.2. Coordenadoria de Recursos Hídricos**

Os temas e respectivas atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Recursos Hídricos - CRH foram:

#### **Coordenação e Supervisão do Sistema de Gestão Integrada de Recursos Hídricos**

- Exercício da função de Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH, e do Conselho de Orientação do FEHIDRO-COFEHIDRO, bem como a coordenação do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos-CORHI;



- Acompanhamento das atividades dos Comitês de Bacias de rios de domínio da União, com áreas de atuação no território paulista (Paraíba do Sul/CEIVAP; Piracicaba, Capivari, Jundiá/PCJ; Grande e Paranapanema);

- Continuidade da articulação interinstitucional referente ao Pacto para a Gestão de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande, com a coordenação da Agência Nacional de Águas - ANA, visando o estabelecimento de Convênio de Cooperação Técnica com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e os Comitês Estaduais para definição do arranjo institucional e das atribuições compartilhadas, em fase de assinatura pelos governadores;

- Participação em reuniões e atividades afetas ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, bem como coordenação das participações dos representantes do CRH nas Câmaras Técnicas do CNRH;

- Proposição de alteração no Decreto nº 48.896/2004, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO.

**Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID** - Subsídio à formulação do Termo de Referência para contratação pelo BID, para execução no próximo exercício, de um estudo para o Estado, por intermédio da SSRH, com foco na melhoria da segurança hídrica e proposição de revisão da legislação de recursos hídricos, como a Lei das Agências de Bacias; formas de proteção das águas subterrâneas; e estratégias para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, como o enquadramento dos corpos d'água.

**Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRM** - Elaboração de anteprojeto de lei que cria a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Cotia, em conjunto com as Secretarias do Meio Ambiente e da Habitação, com base na Resolução Conjunta SSRH/SMA/SH nº 01, de 24/09/2015, atendendo aos comandos da Lei estadual nº 9.866/1997, que estabeleceu as diretrizes e normas para a edição de leis específicas para cada APRM.

Com o envio à Assembleia Legislativa deste Projeto de lei e com as Leis nº 12.133/2006 (Guarapiranga), 13.579/2009 (Billings), 15.790/2015 (Alto Juquery) e 15.913/2015 (Alto Tietê Cabeceiras), estará dado cumprimento integral do artigo 2º das Disposições Transitórias da Lei nº 12.183/2005, afastando qualquer restrição para a aplicação da arrecadação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na UGRHI 06 - Alto Tietê.

### **Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH**

- Consolidação de informações colhidas junto às Secretarias de Estado, Empresas, Autarquias, Fundações e demais entidades responsáveis pela execução dos compromissos constantes do PERH 2012-2015, envolvendo investimentos de R\$ 16,9 bilhões em obras e ações afetas aos recursos hídricos. Elaboração do relatório de acompanhamento final do PERH relativo a este período;



- Acompanhamento do trâmite do PL nº 192, de 2016, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH e dá providências correlatas, na ALESP, decorrente de proposta do CRH, de 2015. Foram analisadas propostas de emendas apresentadas, dado subsídios ao processo de negociação, especialmente à Emenda Aglutinativa nº 08/16, que redundou na aprovação da Lei nº 16.337/2016;

- Articulação com os atores do Sistema de Gestão Integrada de Recursos Hídricos-SIGRH, para elaboração do conteúdo técnico do PERH 2016-2019, incluindo o “Plano de Ação” e o respectivo “Programa de Investimentos” estruturados de acordo com os novos Programas de Duração Continuada - PDC. Sistematização do conjunto de ações de gestão de recursos hídricos e respectivos recursos financeiros estimados para investimento pelas instituições que compõem o SIGRH;

- Iniciada a execução do Termo de Referência para contratação de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de “Subsídios ao Planejamento de Recursos Hídricos no Estado de São Paulo”, com vistas à elaboração do PERH para o período 2020-2050.

**Planos de Bacias Hidrográficas** - Suporte Técnico aos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs para atualização de seus Planos de Bacias Hidrográficas, em conformidade com as diretrizes aprovadas pelo CRH.

#### **Distribuição dos recursos financeiros do FEHIDRO para o exercício de 2017**

- Levantamento dos indicadores previstos na Deliberação CRH nº 147, de 11 de dezembro de 2012, que aprova critérios de distribuição dos recursos financeiros, junto às instituições geradoras dos dados;

- Consolidação dos percentuais de distribuição dos recursos entre as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI e apoio ao trâmite junto aos CBH, a CTPLAN e ao CORHI, que resultaram na Deliberação CRH Nº 191, de 14/12/2016.

#### **Relatórios Anuais de Situação dos Recursos Hídricos**

- Avaliação dos Relatórios de Situação-RS - Ano-base 2014, das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI, para fins de rateio das verbas do FEHIDRO;

- Coleta e sistematização de dados primários para elaboração dos RS das UGRHI ano-base 2015, junto à Fundação SEADE, DAEE, Sistema Nacional de Informações de Saneamento - SNIS, CETESB, Defesa Civil e Centro de Vigilância Epidemiológica - CVE;

- Atualização de roteiro de orientação para a elaboração dos RS das Bacias Hidrográficas;



- Finalização e impressão do Relatório de Situação do Estado de São Paulo - anos-base 2013/2014 e elaboração do Relatório de Situação do Estado de São Paulo - Ano base 2015, aprovado pela Deliberação CRH Nº 184, de 14/12/16.

### **Cobrança pelo uso da água**

- Suporte Técnico aos CBH Alto Paranapanema - ALPA, São José dos Dourados - SJD e Litoral Norte - LN para aprovação da cobrança pelo uso da água, mediante elaboração de estudos de fundamentação;

- Subsídios à articulação da SSRH com o DAEE e a CETESB para estabelecimento de cronograma de implantação da cobrança pelo uso da água, até o final de 2017, nas 10 UGRHI com decreto já assinado relativo ao estabelecimento do preço público;

- Iniciada a cobrança pelo uso da água em 03 UGRHI: Tietê Batalha, Tietê Jacaré e Ribeira do Iguape/Litoral Sul.

### **Bases Cartográficas e Sistemas de Informação**

- Elaboração de cerca de 150 mapas temáticos para subsidiar as análises apresentadas nos Relatórios de Situação Estadual - RS de Bacias Hidrográficas nos temas de saneamento básico, caracterização física, dinâmica demográfica e social, demanda/disponibilidade e qualidade das águas;

- Realização do processo de licitação para execução do empreendimento CORHI 150-2014: “Plano Diretor de Sistemas de Informação para a Gestão de Recursos Hídricos–PDSI” e do Termo de Referência que integra processo de contratação de serviços para sua implementação. O Contrato foi assinado em novembro, com previsão para conclusão dos serviços no primeiro semestre de 2017.

### **Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO**

- Realização de oficinas, reuniões técnicas e vídeo conferências, com instâncias do SIGRH, para o acompanhamento da execução das metas do Estado de São Paulo junto ao Programa;

### **Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH**

- PNRH 2012-2015: participação na elaboração de parecer sobre a implantação do Plano;
- PNRH 2016-2020: participação na proposição e análise das prioridades; definição de proposta metodológica; Seminário de Prioridades do PNRH e minuta de resolução de aprovação;



- Participação na elaboração de minuta de resolução sobre o conteúdo obrigatório do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, a ser elaborado pela Agência Nacional de Águas - ANA.

**Suporte ao funcionamento do SIGRH** - Suporte administrativo ao funcionamento do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, composto pela SSRH, Secretaria do Meio Ambiente - SMA, Cetesb e DAEE; Suporte administrativo ao funcionamento do CRH e suas 7 Câmaras Técnicas Temáticas.

**Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH** - Realizadas 2 reuniões do CRH, com aprovação de 10 deliberações, cujos temas de maior relevância são: os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas; a indicação ao FEHIDRO dos empreendimentos de abrangência estadual; os relatórios sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado - base 2013/2014 e base 2015; o formato e o cronograma de entrega dos Planos de Bacias Hidrográficas; a revisão dos Programas de Duração Continuada - PDC do PERH; a definição de percentuais relativos aos colegiados para aplicação dos recursos financeiros do FEHIDRO para 2017; e o anteprojeto de Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Cotia.

**Coordenação do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI** - Realizadas 15 reuniões, com participação dos representantes de suas entidades básicas: CPLA da Secretaria do Meio Ambiente, DAEE, CETESB e SSRH.

**Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH** - Acompanhamento permanente e apoio administrativo às atividades das 7 Câmaras Técnicas do Conselho: (i) Assuntos Jurídicos e Institucionais; (ii) Águas Subterrâneas; (iii) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; (iv) Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos; (v) Proteção das Águas; (vi) Planejamento; (vii) Gestão de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos.

**Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH** - Interação permanente com as Secretarias Executivas dos 21 CBH, promovendo o intercâmbio de informações; realização de 3 encontros estaduais para nivelamento e diretrizes sobre assuntos afetos ao sistema.

**Organização e participação em eventos** - Organização e participação em eventos significativos para o SIGRH, com destaque para o XIII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos e o XVIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - ENCOB.

**Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH** - Acompanhamento permanente das atividades do CNRH, bem como apoio à participação dos representantes do CRH em 7 Câmaras Técnicas (Assuntos Legais e Institucionais; Plano Nacional de Recursos Hídricos; Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras; Águas Subterrâneas; Cobrança; Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação; Integração da Gestão das Bacias Hidrográfica e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira).





**Produção de material técnico, informativo e de divulgação do SIGRH** - Produção de 6 edições do informativo impresso “Correnteza” e 13 edições do informativo eletrônico “Correnteza Express”, além da produção de clipping semanal.

**Sistemas de comunicação social** - Investimento na transparência das informações e na democratização da gestão por meio do gerenciamento e criação de conteúdos para o Portal SIGRH e de ferramentas de comunicação como Facebook, Twitter e You Tube.

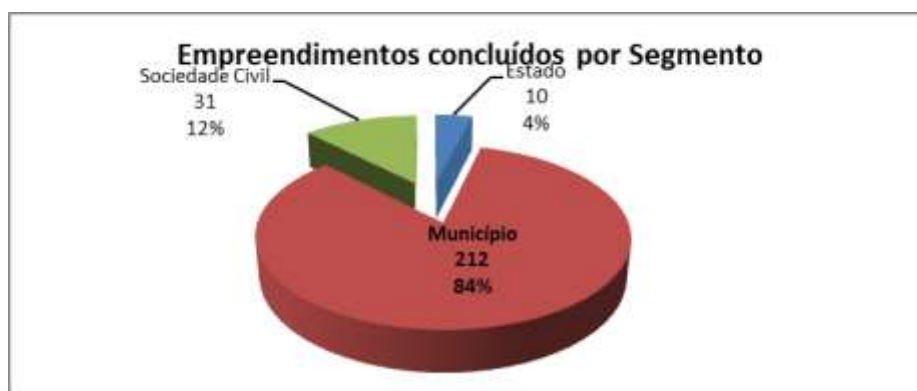
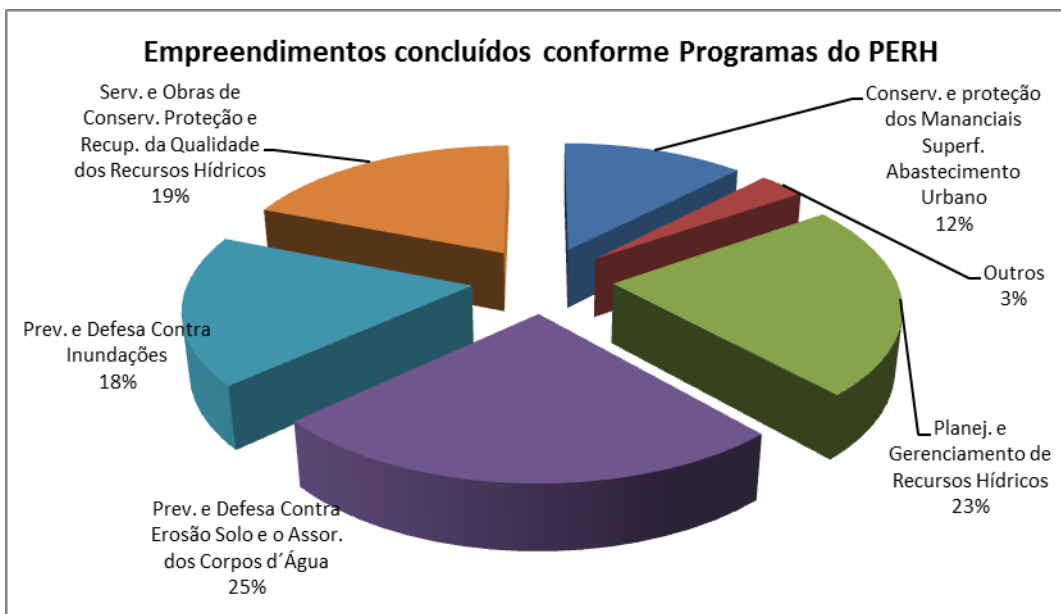
**Gestão de contratos FEHIDRO:**

- Supervisão, monitoramento e controle dos processos relativos aos 1.312 empreendimentos em andamento, em estágios de análise, contratação ou execução, financiados pelo FEHIDRO, através de sistema de informações SINFEHIDRO;

- Operacionalização do financiamento de empreendimentos, com recursos provenientes da Compensação Financeira e da Cobrança, que, conforme quadro a seguir, apresentou valores e fontes, para cada situação do empreendimento: em análise (pleiteados em 2015 e 2016); contratos assinados (aprovados); e concluídos;

EMPREENDIMENTOS FEHIDRO - SITUAÇÃO 09/12/2016						
SITUAÇÃO	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA		COBRANÇA		TOTAL 2016	
	EMPREENDIMENTOS	VALORES EM R\$	EMPREENDIMENTOS	VALORES EM R\$	EMPREENDIMENTOS	VALORES EM R\$
EM ANÁLISE	151	66.368.684,37	55	55.654.704,68	206	122.023.389,05
CONTRATOS ASSINADOS	137	57.821.283,40	45	56.726.176,45	182	114.547.459,85
CONCLUÍDOS	227	44.846.047,79	26	11.230.572,77	253	56.076.620,56
	FONTES					
	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA		COBRANÇA		TOTAL 2016	
VALORES LIBERADOS EM 2016 (Valores considerados até outubro/2016)	50.396.417		29.632.894		80.029.311	

- Os empreendimentos financiados pelo FEHIDRO, que foram concluídos em 2016, conforme gráficos a seguir, indicam a distribuição dos valores investidos por Programa do PERH (Programas de Duração Continuada-PDC) e por segmento do tomador dos recursos.



**Contrato SSRH Nº 005 de 2013 - Reestruturação do SINFEHIDRO** - Concluído o desenvolvimento dos serviços de “Reestruturação do Sistema de Informações e Acompanhamento de Empreendimentos do FEHIDRO-SINFEHIDRO II”, contratado junto à empresa Inovare; realizada a capacitação para os principais atores envolvidos (Secretarias Executivas dos CBHs, SECOFEHIDRO, Agentes Técnicos e Financeiro); efetivada a migração dos dados do sistema anterior (SINFEHIDRO I) para a nova versão (SINFEHIDRO II); e ativado o novo sistema, em funcionamento redundante com a versão antiga, durante o período de transição.

**Contrato SSRH Nº 006 de 2015 - Projeto de Reestruturação do FEHIDRO** - Acompanhamento da execução do contrato celebrado com a Fundação Vanzolini para Reestruturação do FEHIDRO, com os seguintes produtos entregues: (i) Plano de Trabalho; (ii) Resumo dos Resultados



do Workshop; (iii) Diagnóstico do FEHIDRO; (iv) Proposta de Reestruturação do FEHIDRO; (v) Manuais de Procedimentos para Investimentos e Custeio (em análise para aprovação).

### **Secretaria Executiva do Conselho de Orientação do FEHIDRO - SECOFEHIDRO**

Em 2016 o COFEHIDRO realizou 2 reuniões, aprovando 10 deliberações, que trataram do plano de aplicação do FEHIDRO, prazos para contratação e conclusão de empreendimentos, indicações utilizando-se das estimativas de receita do PPA, estabelecimento de novas taxas de juros para fomento de operações reembolsáveis, dentre outras.

Destaca-se a alocação de recursos para contratação dos Planos Municipais de Saneamento Básico–PMS, pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH, no valor de R\$ 14.482.117,41. Com esta contratação e a finalização dos trabalhos, prevista para o início de 2018, todos os municípios do Estado terão os seus Planos Municipais de Saneamento Básico - PMS concluídos.

### **1.3. Unidade de Gerenciamento de Programas - UGP**

#### **Programa Mananciais**

Em 2016, deu-se continuidade ao programa voltado à recuperação dos mananciais utilizados para o abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo. Fazem parte deste Programa:

#### **Programa de Recuperação Ambiental de Mananciais, Urbanização de Favelas e Melhorias Urbanas - Guarapiranga e Billings**

Seu principal objetivo é executar obras de habitação, saneamento e urbanização das comunidades de favelas e assentamentos precários de interesse social, situadas nas áreas dos mananciais Guarapiranga e Billings, no Município de São Paulo.

O Programa é executado sob o Termo de Compromisso OGU nº 0227.535-53/2007, firmado em 27/12/2007 entre o Ministério das Cidades/CAIXA e o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. O orçamento total é de R\$ 1.077,5 milhões, sendo R\$ 445,5 milhões do Orçamento Geral da União e R\$ 632,0 milhões distribuídos entre os intervenientes: Prefeitura de São Paulo, CDHU e SABESP.

O término inicial do Programa (05/12/2014) foi prorrogado até 11/05/2018. A meta inicial consistia na construção de 5.340 unidades habitacionais novas e urbanização de 44.343 unidades habitacionais. Em relação às unidades habitacionais novas, a Prefeitura de São Paulo informou em março de 2016 que não serão utilizados recursos deste Programa para construção dessas unidades, uma vez que as mesmas serão executadas com outras fontes de recursos (Convênio CDHU, PMSP ou MCMV – FAR).



Em relação às unidades habitacionais a serem urbanizadas, a meta proposta foi superada. Nas 27 áreas objeto das intervenções foram cadastradas mais de 57.000 famílias. Apesar disto, ainda está previsto executar no âmbito do programa a urbanização do Núcleo Arizona - Fase III. Parte do recurso remanescente teve sua destinação realocada para as obras do Hospital Parelheiros. Os desembolsos estão em curso.

Observe-se, por oportuno, que o programa é, na prática, desenvolvido sob responsabilidade direta da Secretaria da Habitação da Prefeitura Municipal de São Paulo.

### **Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - BIRD**

O Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - BIRD tem como áreas de intervenção as sub-bacias de mananciais situadas no interior da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, utilizadas para o seu abastecimento público. São elas: Billings, Guarapiranga, Alto Tietê-Cabeceiras, Juqueri-Cantareira e Alto e Baixo Cotia.

Foram assinados três Acordos de Empréstimo com o Banco Mundial: N° 7661-BR (**Projeto GESP**), N° 7662-BR (**Projeto SABESP**) e N° 8149-BR (**Projeto São Bernardo do Campo**). Os Projetos GESP e SABESP passaram por um processo de reestruturação em 2015, sendo que uma das alterações processadas foi a prorrogação do prazo dos Acordos de Empréstimo até março de 2017. O Projeto São Bernardo do Campo, no entanto, foi encerrado em setembro de 2015 sem ter alcançado seus objetivos.

O valor atual do Programa é de US\$168,4 milhões, sendo US\$138,5 milhões do Projeto SABESP e US\$29,9 milhões do Projeto GESP. Do total previsto, o Banco financia US\$ 104,0 milhões, sendo US\$100 milhões do Projeto SABESP e US\$ 4,0 milhões do Projeto GESP.

Situação em 2016:

#### **Projeto GESP**

**Atividades concluídas:** Centro de Integração da Cidadania - CIC Grajaú; Parque Nove de Julho; estudo da EMAE sobre a influência da Represa Billings em rios da Baixada Santista; monitoramento da qualidade da água das Represas Billings e Guarapiranga; especificação técnica do Sistema de Gerenciamento de Informações de Mananciais (SGI); projeto do sistema de esgotamento sanitário do Distrito de Marsilac; aquisição de equipamentos para coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos para 11 municípios situados em áreas de mananciais; Caminho Atlântica - Trecho I (Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo); estudo de avaliação de cargas difusas do Sistema Produtor Alto Tietê - SPAT e auditoria até o exercício de 2015.

**Atividades em andamento:** elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental - PDPA dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo - RMSP e gerenciamento do programa.



**Atividades a serem contratadas:** obra do sistema de esgotamento sanitário do Distrito de Engenheiro Marsilac e auditoria dos exercícios de 2016 e 2017.

### **Projeto Sabesp**

**Atividades concluídas:** Estação Elevatória de Água - EEA e adutora Grajaú-Parelheiros; sistema de esgotamento sanitário em Cocaia-Lagoinha; ETE Bragança Paulista e coletor tronco Águas Claras; ampliação do sistema de ultrafiltração da ETA RJCS utilizando membranas - Fase 2; reversão de 4 m<sup>3</sup>/s da Represa Rio Grande para a Represa Taiacupeba; captação de 4 m<sup>3</sup>/s da Represa Billings (braço do rio Pequeno) para transferência à Represa Rio Grande; sistema de esgotamento sanitário em Carapicuíba; projeto do sistema de esgotamento sanitário de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra; projeto do sistema de esgotamento sanitário da margem direita da Represa Guarapiranga e projeto de transferência do lodo da ETA Guaraú para a ETE Barueri.

**Atividades em andamento:** sistema de esgotamento sanitário no bairro Jardim Branca Flor; sistema de esgotamento sanitário em Mombaça-Crispim e recuperação e limpeza da área de inundação da Represa Taiacupeba.

**Atividade a ser contratada:** Painel de Segurança para a Barragem Taiacupeba.

### **Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas - REÁGUA**

O programa, financiado pelo BIRD, com valor do empréstimo de sessenta e quatro milhões de dólares, apresenta os seguintes componentes:

- **Componente 1:** ações de redução de perdas em sistemas de abastecimento de água, uso racional de água em escolas públicas e reuso de efluentes tratados;
- **Componente 2:** ações de redução da poluição por coleta, afastamento e tratamento de esgotos;
- **Componente 3:** ações de melhoria da capacidade técnica e institucional dos Prestadores de Serviço de Saneamento por meio de treinamentos e apoio de consultores especializados; e, após o aditamento realizado em 2015;
- **Componente 4:** ações emergenciais para sistemas de abastecimento de água que incluem obras de coleta e afastamento de esgoto em regiões próximas aos sistemas produtores de água na Região Metropolitana de São Paulo e redução da demanda de água por modernização dos equipamentos hidráulicos (principalmente bacias sanitárias) usados em habitações de interesse social (CDHU) em regiões abastecidas por sistemas produtores de água mais afetados pela crise hídrica.



Para as ações listadas nos componentes 1 e 2, os municípios e entidades operadoras de serviços de saneamento puderam participar mediante atendimento a edital público, avaliação e priorização de projetos, em conformidade com as regras do programa acordadas com o agente financiador. Para estas ações, o programa traz inovação no mecanismo de repasse de recursos baseado na verificação de desempenho.

Para apoiar a SSRH na verificação de resultados e gerenciamento do Programa, foram contratados o agente verificador, gerenciadora e auditorias (ações pertencentes ao Componente 3). Neste terceiro componente estão as ações de capacitação que foram oferecidas aos prestadores de serviço de saneamento participantes do Programa. Não houve necessidade de contratação específica para este fim, pois foi utilizada a equipe da UGP, consultores do Banco e da Gerenciadora.

Ao final da implantação das ações do Programa REÁGUA, espera-se que a recuperação de água, em quantidade ou em qualidade, alcance cerca de 30 milhões de m<sup>3</sup>/ano.

### **Resultados Parciais**

**Componente 1 - Controle e Redução de Perdas:** foram concluídos 12 contratos com redução de 42 milhões de m<sup>3</sup> de água por ano. O último contrato deste componente deverá ser concluído em 2017 com a verificação das metas contratuais e ampliando as metas alcançadas em 0,7 milhões de m<sup>3</sup> de água.

**Componente 1 - Uso Racional da Água:** em Campinas, Indaiatuba e Guarulhos foram implementadas ações em 245 escolas mediante substituição de torneiras, válvulas de descarga, etc., e educação ambiental para funcionários e alunos. Foi superada a meta contratual de redução de 0,18 milhões de metros cúbicos de água por ano.

**Componente 2 - Esgotos:** foram concluídas e operacionalizadas pela Sabesp três Estações de Tratamento de Esgotos - ETE, nos municípios de Anhembi, Boituva e Conchas, que atenderão 34 mil pessoas no final de plano, com verificação da sustentabilidade dos resultados do tratamento. Foram implantados sistemas de esgotamento sanitário (coleta e afastamento) “Buruzinho” e “Região Norte” em Indaiatuba e “Sorocabanos” e “Bom Jesus” em Sorocaba. A verificação de sustentabilidade dessas 4 ações deverá ser feita em 2017.

Foram feitas verificações parciais de implantação nas Estações de Tratamento de Esgoto dos municípios de Sarapuí e Araçariçuama. Em Sorocaba há duas estações elevatórias de esgoto concluídas, mas por não estarem finalizadas obras, não inclusas no Programa REÁGUA, que levarão o esgoto bombeado para tratamento, a SSRH optou por não atestar a conclusão destas ações.



## **1.4. Assessoria Internacional**

### **1.4.1. Eventos Internacionais**

#### **Eventos organizados e promovidos pela Secretaria**

- Workshop “Tecnologias Para o Aumento da Segurança Hídrica”, realizado nos dias 13 e 14 de setembro, na sede da Sabesp em parceria com o Departamento de Defesa dos EUA. O objetivo do Workshop foi colaborar e promover a compreensão das tecnologias disponíveis para melhorar a segurança hídrica;
- Seminário Internacional “Qualidade das Águas Costeiras no Estado de São Paulo”, realizado nos dias 3 e 4 de novembro, no Teatro Guarany, em Santos. O objetivo do encontro foi avaliar os principais fatores que afetam a qualidade das águas costeiras no Estado, de modo a fornecer subsídios para a definição de novos programas e políticas públicas.

#### **Eventos com a participação da Secretaria**

Seminário Internacional de Controle de Perdas e Enfrentamento da Escassez Hídrica, organizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, realizado em 5 de junho em São Paulo com a participação do Secretário da SSRH como palestrante;

Fórum Econômico e Missão Empresarial Brasil-Itália, painel Ambiente e Energia realizado em 25 de novembro em São Paulo com a participação da Secretária Adjunta Monica Porto como palestrante. A discussão gerou em torno das oportunidades de investimento e as ações para a universalização do saneamento no país.

### **1.4.2. Viagens Internacionais**

- **Índia (março):** Missão Internacional para promover maior engajamento com autoridades de alto-escalão do governo indiano na área de gestão dos recursos hídricos e saneamento;
- **EUA (abril):** “World Bank Water Week”. Palestra Magna do Secretário no painel “John Briscoe Memorial Lecture”, ocasião em que o Secretário narrou as experiências de São Paulo durante o período de estiagem entre 2014 e 2015;
- **Holanda (maio):** “High Level Experts and Leaders Panel on Water and Disasters”. Palestra magna do Secretário no painel “Prevenção, Preparação e Políticas: Melhorando a Infraestrutura da Água para Reduzir o Risco de Desastres”;
- **Cingapura (julho):** “Singapore International Water Week”. Palestra magna do Secretário no painel “Desafios e oportunidades na América Latina” do Fórum Latino-Americano de Negócios;



- **Suécia (Agosto):** “Stockholm International Water Week”. Palestra magna do Secretário Benedito Braga no painel “Lidando com a Escassez de Água em um Clima em Mudança”, ocasião em que o Secretário narrou as experiências de São Paulo durante o período de estiagem entre 2014 e 2015.

## **1.5. DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE**

### **Recursos Hídricos**

No decorrer de 2016 foi dado prosseguimento às atividades de gerenciamento dos recursos hídricos, apresentando os seguintes resultados:

- Expedição de 9.629 (até outubro de 16) atos de outorga de direito de uso de água, de implantação de empreendimentos, cadastros de usos isentos de outorgas, licenças de execução ou operação para poços profundos e interferências;
- Execução do Contrato da ativação do Sistema de Outorga Eletrônica, com disponibilização via *web*, a partir de abril de 2016, para os usuários de recursos hídricos; investimento total de R\$ 1 milhão;
- Execução, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, do Sistema de Suporte à Decisão SSD - Balanço Hídrico - DAEE/Web. Investimento total de R\$ 800 mil.

### **Planejamento e Administração de Recursos Hídricos**

Apoio ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH, ao Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI, às Câmaras Técnicas do CRH e CNRH, e aos GTs a elas vinculadas.

- Iniciou-se o contrato para elaboração de Plano Diretor de Gestão Integrada de Drenagem para a Bacia Hidrográfica do Córrego dos Índios - Arujá e Santa Isabel; investimento total de R\$ 492.867,29;
- Serviços de Engenharia Consultiva, profissionais, técnicos e especializados, referentes à Estudos de Desassoreamento das Intervenções Hidráulicas e Licenciamento Ambiental dos Rios Cubatão, Perequê e Mogi, no município de Cubatão; investimento total de R\$ 1.199.500,00;
- Atualização de Banco de Dados Cadastrais dos Usuários das UGRHI's 4, 8,9 e 12; investimento R\$ 199.800,00.





## **Apoio aos Municípios para obras e serviços de infraestrutura hídrica e saneamento**

Convênios com as municipalidades para a execução de obras e serviços voltados a infraestrutura hídrica e saneamento básico tais como combate a erosão, limpeza, recuperação e canalização de corpos d'água, drenagem pluvial, perfuração de poços profundos e reservatórios para abastecimento público entre outros.

Em 2016, foi dado andamento aos convênios com as municipalidades de Itirapina, Mirandópolis, Cerqueira César, Iracemápolis, Santa Cruz das Palmeiras, Cristais Paulistas, Ariranha, Batatais, Guararapes, Viradouro, Iperó, Botucatu, Santa Isabel e Ilha Solteira.

Foram entregues a ETE Norte de Presidente Venceslau e a ETE em Santa Isabel.

O DAEE também presta apoio técnico e operacional aos municípios, por meio dos seus servidores e da cessão de equipamentos ou máquinas pesadas, realizando serviços de campos e infraestrutura hídrica e saneamento básico, totalizando 44 atendimentos em parceria com 36 Municípios.

## **Reservatórios de Retenção de Águas Pluviais**

Instalações ou sistemas de armazenamento de picos de cheia (piscinões), componentes dos sistemas de combate às enchentes. Tais reservatórios têm por finalidade reter o volume de águas provenientes de cheias, com posterior descarga do volume retido de forma controlada, por meio de bombas ou gravidade.

Em 2016 foram desembolsados R\$ 48,2 milhões para a execução de: (i) obras de Implantação do Reservatório AT-9/ Guamiranga, com capacidade de retenção de 850.000m<sup>3</sup>, no rio Tamanduateí (São Paulo) - R\$ 22,7 milhões; (ii) limpeza e manutenção dos Reservatórios do Alto Tamanduateí, Pirajuçara, Ribeirão Vermelho (municípios do ABC, Osasco, Taboão da Serra e Embu) - R\$ 24,9 milhões, (iii) atualização e otimização dos estudos técnicos e revisão do projeto executivo da Barragem de Usos Múltiplos do Rio Jaguari-Mirim, em São João da Boa Vista - R\$ 386 mil, (iv) atendimento das condicionantes da Licença Prévia para implantação de reservatório de retenção AV-03, no córrego Água Vermelha no município de Franco da Rocha - R\$ 212 mil.

**Manutenção da Calha do Rio Tietê:** com desembolso da ordem de R\$ 64,2 milhões, foram desenvolvidas, principalmente, as seguintes ações:

- Desassoreamento do Lote 1 - Barragem Edgar de Souza até a Barragem Móvel - valor total: R\$ 98,0 milhões. Desassoreado até nov/2016: 2,65 milhões de m<sup>3</sup> (contrato encerrado em agosto de 2016);



- Desassoreamento do Lote 2 - Barragem Móvel até a Barragem da Penha: valor total - R\$ 211,5 milhões. Desassoreado até nov/2016: 2,5 milhões de m<sup>3</sup>;
- Desassoreamento do Lote 4 - Desassoreamento de um novo trecho do rio Tietê, com 44,2 km de extensão, passando por cinco municípios da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo): Guarulhos (na margem direita do rio), Itaquaquetuba, Poá, Suzano e Mogi das Cruzes. Valor total: R\$ 37,7 milhões. Desassoreado até nov/2016: 31,6 mil m<sup>3</sup>;
- Desassoreamento do Lote 5 - trecho de 5km, com início no emboque do canal de adução da Sabesp e, do Rio Paraitinga num trecho de 5km a partir da foz junto ao Rio Tietê, em Biritiba-Mirim. Valor total do contrato: R\$ 6,5 milhões. Volume desassoreado até nov/16: 24 mil m<sup>3</sup>;
- Manutenção do Paisagismo, no trecho entre a Barragem Móvel e da Penha, nas duas margens do rio Tietê, envolvendo: corte de grama, adubação, poda e remoção do lixo superficial, no valor total anual de R\$ 9,8 milhões;
- Manutenção de Taludes e Bermas, no trecho entre a Barragem Móvel e da Penha, nas duas margens do rio Tietê, no valor total anual de R\$ 4,0 milhões.

#### **Desassoreamento - rios e córregos**

- Desassoreamento da Lagoa do Taquaral em Campinas, iniciado em março de 2016. Valor total do contrato: R\$ 999 mil. Volume desassoreado até nov/16: 57,2 mil m<sup>3</sup>;
- Iniciado processo de contratação para desassoreamento do rio Baquirivu, no trecho de 5 km, com início na estaca (4340), 100 metros a jusante do córrego Taboão, até a estaca (9340), 300 metros a montante do córrego Cocho Velho, no município de Guarulhos. Valor previsto: R\$ 3,6 milhões. Volume estimado: 20 mil m<sup>3</sup>;
- Iniciado processo de contratação para desassoreamento do rio Cabucu de Cima, no trecho de 5 km, com início na Ponte da Rodovia Dutra (estaca 70) até a foz do Córrego Piqueri (estaca 320), nos municípios de São Paulo e Guarulhos, valor previsto: R\$ 3,5 milhões, volume estimado: 18,6 mil m<sup>3</sup>;
- Iniciado processo de contratação para desassoreamento do rio Juquery, no trecho compreendido entre a foz do Córrego do Maracujá (estaca 3.400) e entrada do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (estaca 4.500), no município de Franco da Rocha, valor do previsto: R\$ 1,0 milhões, volume estimado: 9,1 mil m<sup>3</sup>.



### **Canalização de Córregos**

- Polder nas Áreas baixas na cidade de Franco da Rocha – investimento total de R\$ 50,3 milhões, com desembolsos em 2016 de R\$ 609 mil;
- Execução de canalização do Ribeirão Vermelho (São Paulo e Osasco) - investimento total de R\$ 38,8 milhões, com desembolsos em 2016 de R\$ 6,7 milhões. Assinado em 01/07/2016, convênio com a Prefeitura de Osasco, no valor de R\$ 2,25 milhões referente à bolsa auxílio moradia, para remoção de famílias, com valor desembolsado em 2016 de R\$ 900 mil.

**Sistemas de Combate a Enchentes - Polderes e Microdrenagem** - São sistemas de combate a enchentes, constituídos por reservatório de retenção de picos de chuva e por Polderes ao longo das margens do corpo d'água, os quais, por intermédio do alteamento das margens evitam o transbordamento e, posteriormente, devolvem ao corpo d'água a vazão controlada por gravidade ou bombeamento.

**Sistema de Macrodrenagem do Rio Baquirivu Guaçu e Barragens de Duas Pontes e Pedreira** - Para a viabilização desses projetos, o Governo do Estado remanejou os recursos oriundos do contrato de empréstimo firmado, em 25/07/2014, junto à Corporação Andina de Fomento – CAF, originalmente destinado na sua totalidade ao Projeto de Macrodrenagem do Rio Baquirivú – Guaçu – PBG, através da Lei nº 16.427 de 08/06/16.

### **Parque Várzeas do Tietê – PVT**

Será o maior parque linear do mundo, com 75 km de extensão e 10.730 hectares de área. Estima-se a população diretamente beneficiada pela implantação integral do Projeto em 2,1 milhões de pessoas.

Tem como principal objetivo a preservação das várzeas do rio Tietê, visando restabelecer a função para o amortecimento de cheias, por meio de ações voltadas à proteção e à recuperação do ambiente natural. Prevê a promoção de usos sustentáveis e compatíveis, tais como implantação de parques, vias de trânsito local e ciclovias junto aos limites externos, equipamentos de lazer, esporte, turismo e cultura, de forma a promover educação ambiental, inclusão social, proteção e recuperação da flora e fauna. Devido à sua extensão e complexidade, a implantação do PVT está dividida em etapas.

**Contrato de empréstimo e alteração contratual** - Para viabilizar a implantação da 1ª Etapa, que engloba obras nos municípios de São Paulo e Guarulhos, em 13/07/2011 foi firmado, entre o Governo do Estado de São Paulo - GESP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, o Contrato de Empréstimo nº 2500/OC-BR. Entretanto, devido à complexidade do Programa nestes municípios, em Maio/2013 foi iniciada a negociação de redução do escopo do Contrato de Empréstimo, e conseqüentemente da área de abrangência do Projeto nessa 1ª Etapa, limitando-a a 5 áreas passíveis



de desapropriação, com obras prioritárias e menor quantidade de famílias a reassentar, correspondendo a 5 Decretos de Utilidade Pública - DUP (Passo 01 de desapropriação). Essa redução teve como objetivo viabilizar a implantação do Programa, por meio da redução de dependência externa (basicamente composta pelas questões fundiária, habitacional e financeira).

Em 20 de setembro de 2016 foi assinado o Instrumento de Alteração Contratual nº 02, que altera os valores totais para US\$ 201.192.000,00, sendo US\$ 115.700.000,00 provenientes do BID (parcela não alterada) e US\$ 85.492.000,00 de contrapartida, e o prazo para último desembolso para 13 de julho de 2018 (7 anos após assinatura).

### **Execução Financeira**

**Recursos - BID:** No âmbito do Contrato de Empréstimo, a primeira solicitação de desembolso de recursos (fonte BID) foi realizada em setembro de 2012. De 2012 até 08/12/2016, os recursos BID solicitados montam US\$ 38.409.363,00 (33,2% do total). Deste total, US\$ 28.068.768,87, equivalentes a R\$ 75.171.264,18, foram utilizados para pagamento de serviços contratados;

**Recursos - GESP:** Até o momento, os recursos provenientes do Governo do Estado utilizados para pagamento de serviços contratados totalizam US\$ 55.986.670,49 (65,5% da Contrapartida prevista), montante equivalente a R\$ 105.369.205,46. O valor inclui US\$ 48,52 milhões (R\$ 84,43 milhões), referentes ao reconhecimento da Contrapartida aportada em ações de Desassoreamento do Rio Tietê (Lote 3), montante apresentado na Prestação de Contas e já identificado pelo Banco.

Além destes, foram reservados/empenhados recursos para aquisição de imóveis, cujos efetivos processos de desapropriação foram iniciados em 2015, após atualização de documentação fundiária. Não houve, entretanto, desembolso efetivo dos recursos devido ao cancelamento dos valores inscritos em Restos a Pagar, o que afetou o avanço dos processos desapropriatórios.

O investimento realizado no exercício de 2016, entre 01/01/2016 e 08/12/2016, é demonstrado a seguir (planilha financeira):

Valores em R\$ mil

Atividade	Município	Investimentos (valor dos contratos)	Desembolso 2016		
			BID (Fonte 7)	GESP (Fonte 1)	TOTAL
Apoio Técnico ao Gerenciamento do Projeto	São Paulo e Guarulhos	27.669,32	1.226,07	2.733,36	3.959,43
Supervisão de Obras	São Paulo e Guarulhos	20.334,57	1.959,16	1.294,14	3.253,30



Cadastramento e avaliação de imóveis- SP	São Paulo	3.872,12	100,98	-	100,98
Elaboração de projeto executivo - Núcleos de Lazer (ATO)	São Paulo e Guarulhos	4.905,44	428,37	220,36	648,73
Implantação do Núcleo Jd. Helena - São Paulo	São Paulo	28.533,82	1.415,88	-	1.415,88
Implantação do Núcleo Itaim Biacica - São Paulo	São Paulo	8.755,15	4.179,20	-	4.179,20
Implantação de Via Parque e Ciclovía - Guarulhos	Guarulhos	44.287,08	3.508,60	-	3.508,60
Auditoria Independente (ex. 2012 até 2014)	São Paulo e Guarulhos	344,02	4,74	-	4,74
Auditoria Independente (ex. 2015 até 2017)	São Paulo e Guarulhos	606,41	202,14	-	202,14
<b>TOTAL GERAL</b>	-	<b>139.307,93</b>	<b>13.025,14</b>	<b>4.247,86</b>	<b>17.273,00</b>

### Execução Física

Encontra-se em andamento a 1ª Etapa do Projeto, cujas ações se estendem por 25 km, entre a Barragem da Penha até a divisa com Itaquaquecetuba.

**Contratações:** no exercício de 2016 foram firmados os seguintes contratos: Auditoria Financeira para os exercícios de 2015 a 2017; Remoção de material de demolição dos imóveis e aterros subjacentes nos municípios de São Paulo e Guarulhos; Implantação do Núcleo (área de recreação) Jardim Helena em São Paulo; Execução do Canal de Circunvalação e de Reservatório no município de Guarulhos; Investigação Confirmatória de Áreas com Suspeitas de Contaminação nos municípios de São Paulo e Guarulhos; Execução de Serviços de Recomposição de Matas Ciliares no município de Guarulhos; Elaboração de Estudos de Alternativas e de Concepção de Macro e Microdrenagem, nos municípios de São Paulo e Guarulhos.

Outros processos licitatórios foram iniciados e/ou continuados em 2016, tais como: Trabalho Técnico Social de Monitoramento e Avaliação do Plano Executivo de Reassentamento; Implantação do Núcleo (área de recreação) Any Jaci em Guarulhos; Serviços de desassoreamento e recuperação de margens do rio Tietê, nos municípios de São Paulo e Guarulhos; Elaboração de Estudos de Alternativas para Revisão da Implantação da 1ª Etapa, nos municípios de São Paulo e Guarulhos; Elaboração de Projeto Específico para Restauração da Fazenda Biacica, no município de São Paulo.

**Convênios:** Para a execução do Programa e, considerando que o atendimento social e habitacional aos indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco e em áreas de preservação e conservação ambiental atingida pelas obras do PVT é uma exigência de órgãos reguladores e do BID, torna-se imprescindível a celebração de Convênio para a execução de atividades relativas à remoção e



reassentamento dos indivíduos ou famílias vulneráveis abrangidas pela 1ª Etapa do Programa Várzeas do Tietê, no município de Guarulhos.

Conforme tratativas iniciais realizadas junto ao DAEE, Secretaria da Habitação e demais órgãos envolvidos propusemos no início de 2016 que o Convênio fosse firmado somente com a Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS. Em outubro de 2016, fomos informados que o assunto deveria ser objeto de convênio a ser firmado também com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, conforme decisão de órgãos superiores. Assim, iniciamos a tramitação de duas novas minutas de Convênios a serem celebrados entre DAEE/ CDHU, a saber:

- Atividades relativas ao atendimento habitacional de 282 famílias vulneráveis que ainda residem em áreas de risco de inundação junto ao Rio Tietê, na região da Vila Laurita, Vila Any e Jardim Guaracy, município de Guarulhos, com a finalidade de viabilizar a liberação de parte da área necessária à implementação do Programa Parque Várzeas do Tietê - PVT, no Município de Guarulhos;
- Atendimento habitacional, provisório e definitivo, para até 56 famílias vulneráveis originárias de áreas de risco de inundação junto ao Rio Tietê, na região da Vila Laurita, Vila Any e Jardim Guaracy, no Município de Guarulhos, abrangidas pelo Parque Várzeas do Tietê – PVT, conforme Plano Executivo de Reassentamento do Programa Várzeas do Tietê, para o Município de Guarulhos.

**Reassentamento:** Durante o exercício de 2016 foi dada continuidade ao processo de viabilização do atendimento habitacional de indivíduos ou famílias vulneráveis inseridas na área de abrangências do PVT no município de Guarulhos, conforme convênio celebrado em 2014 entre DAEE e SH. Em julho/2016 foi entregue o Conjunto Habitacional Residencial Lavras (Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV / Casa Paulista) e, imediatamente, foi iniciado o processo de reassentamento das famílias. Até o momento, foram reassentadas 607 famílias no empreendimento.

**Desapropriação:** Destaca-se que, das cinco áreas prioritárias para desapropriação (Passo 01), duas foram identificadas pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário como pertencentes ao Estado, ambas com Termos de Permissão de Uso publicados (Núcleos Jardim Helena e Itaim Biacica, ambos em São Paulo) e três tiveram os DUPs formalizados (Ciclovía, Núcleo Any Jaci, ambos em Guarulhos, e “Pôlder” Itaim, em São Paulo).

Em janeiro de 2016 foi Publicado Termo de Permissão de Uso referente à área do Núcleo de Lazer Jardim Helena (Lote 11), em São Paulo. Posteriormente, em setembro de 2016, foi publicado o Termo de Permissão de Uso da área da Vila Any (Lote 33), em Guarulhos.

**Obras:** Em execução as obras de: Via Parque e Ciclovía (Guarulhos), com término previsto para jan/2017; Núcleo de Lazer Itaim Biacica (São Paulo), com término previsto para mar/2017, exceto a restauração da Casa Sede, (aditamento em tramitação); Demolição de Imóveis e Remoção de Aterros e Entulhos (São Paulo e Guarulhos), com término previsto para set/2017; Núcleo de Lazer Jardim



Helena (São Paulo), com término previsto para jul/2018; e, Canal de Circunvalação e de Reservatório CC-01 (Guarulhos), com término previsto para mar/2018.

Encontra-se em execução, também, os serviços de Reflorestamento (Recomposição de Matas Ciliares), com término do plantio previsto para abr/2017 (o contrato abrange, ainda, 36 meses de manutenção).

Ainda em processo de licitação estão as obras do Núcleo de Lazer Any Jaci em Guarulhos, dependendo de desapropriação e os serviços de Desassoreamento do Rio Tietê no trecho da 1ª Etapa (São Paulo e Guarulhos), cuja entrega das propostas foi marcada para dia 21 de dezembro.

**Outras ações:** Durante o exercício, foi aprovado pelo BID o reconhecimento da Contrapartida aportada em serviços de Desassoreamento do Rio Tietê (Lote 3), no montante de US\$ 48,52 milhões. Esse avanço financeiro não onera o orçamento do Estado, pois se refere a gastos já efetuados.

### **Parque Ecológico do Tietê - PET**

Como subproduto das obras de retificação do rio Tietê, concebeu-se o Parque Ecológico do Tietê, proposta urbanística da maior significância para a região metropolitana de São Paulo. Tem como principal característica a absorção de uma grande quantidade de água que escoava pelo rio Tietê no período das cheias nos seus 14 milhões de m<sup>2</sup>, amenizando assim o impacto das enchentes na capital de São Paulo.

Desde a sua inauguração teve como objetivo a recomposição da mata atlântica e serve também como local de pesquisas de alunos da USP/Leste e outras universidades. Além de sua função de preservar a fauna e a flora do rio, o Parque Ecológico do Tietê proporciona aos seus usuários uma série de atividades culturais, educacionais, recreativas, esportivas e de lazer, recebendo mensalmente cerca de 300 mil visitantes que frequentam regularmente seus Centros de Lazer.

O Parque pode hoje ser considerado um grande laboratório de educação e cultura com vistas ao estudo do meio ambiente.

Dentre suas múltiplas atribuições e a gama de equipamentos sociais disponíveis, cabe se destacar: Centro Cultural do Rio Tietê, Centro de Recuperação de Animais Silvestres, viveiros de mudas englobando espécies variadas, Programa de Educação Ambiental, trilhas de caminhadas a pé, Teatro de Arena, academia, anfiteatro, salão de ginástica e dança, pista de cooper com extensão de 4,5 Km, pista de bicicross, palco ao ar livre, quadras poliesportivas, campos de futebol, conjunto aquático compreendendo uma piscina olímpica e dois balneários, playgrounds, sanitários, vestiários, ambulatórios, quiosques, churrasqueiras e bosques com lago.



## Serviços de Melhorias e Conservação da Infraestrutura Hídrica no Estado

R\$ Mil

Atividade	Município	Investimento (contratos)	Desembolsos 2016
Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Sistema Adutor Regional PCJ - SARPCJ	Municípios das Bacias PCJ	2.692,68	788,95
Elaboração de estudos técnicos, projeto executivo de obras e licenciamento ambiental para implantação de emissário de efluentes líquidos de esgotos do distrito industrial	Itirapina	390,63	261,30
Elaboração de estudos técnicos, projeto executivo de obras de contenção de processos erosivos, plano de recuperação de áreas degradadas e licenciamento ambiental	Itirapina	472,50	472,50
Elaboração de Plano de Gestão Integrada de Drenagem para a Bacia Hidrográfica do Córrego dos Índios	Arujá e Santa Isabel	492,87	492,87
Estudo do projeto de desassoreamento, das intervenções hidráulicas e licenciamento ambiental dos rios Cubatão, Mogi, Perequê e Casqueiro, da Baixada Santista.	Baixada Santista	1.199,95	1.199,95
Avaliação de rupturas na estrutura do canal do rio Tamanduateí e inspeção preventiva ao longo do trecho canalizado.	São Paulo e São Caetano do Sul	506,50	77,25
<b>TOTAL</b>		<b>5.755,13</b>	<b>3.292,82</b>

### Sistema de Alerta e Prevenção de Enchentes:

Operação e manutenção das Redes Telemétricas de Cubatão, Paraíba do Sul, Piracicaba, Ribeira de Iguape e Piscinões DAEE. Municípios: Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba do Sul e Municípios do vale do Ribeira no valor de R\$2,7 milhões para 2016.

Operação e Manutenção do Radar 600S-Selex, Banda S, 850 KW, Doppler, Dupla Polarização, fornecendo informações de chuva para a faixa Leste do Estado de São Paulo (Salas de





Situação: BMT/PCJ; BAT, CTH, BPB e BRB). São 220 municípios monitorados pelo Radar do DAEE (Raio 240 Km a partir de Biritiba Mirim, Área = 180.996,7 Km<sup>2</sup>).

Acompanhamento e divulgação diária de boletins / relatos de eventos chuvosos na RMSP e Baixada Santista.

## 1.6. COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO PAULO - SABESP

A Sabesp, quinta maior empresa de saneamento do mundo em população atendida, de acordo com a 14ª edição (2012-2013) do anuário “Pinsent Masons Water Yearbook”, prosseguiu no desenvolvimento de sua missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e meio ambiente, investindo cerca de R\$ 2,7 bilhões, em moeda corrente, até setembro de 2016, para potencializar suas ações na efetivação de sua visão de futuro de ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

### 1.6.1. Desempenho Financeiro:

Até setembro de 2016, a Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 2.000,2 milhões. No mesmo período de 2015, impactada pela crise hídrica, a Companhia havia registrado R\$ 75,3 milhões.

Valores em R\$ milhões	Jan-Set/16 <sup>(3)</sup>	Jan-Set/15	Varição (%)
Receita Operacional Líquida <sup>(1)</sup>	10.212,2	8.488,5	20,3
Custos e Despesas <sup>(1)</sup>	7.711,1	6.279,7	22,8
EBITDA Ajustado <sup>(2)</sup>	3.362,5	3.017,1	11,4
Lucro Líquido	2.002,2	75,3	2.556,3

<sup>(1)</sup>Receita Operacional Líquida e Custos e Despesas incluem receita e custos de construção, respectivamente

<sup>(2)</sup>EBITDA Ajustado: Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

<sup>(3)</sup>Valores referentes à realização de setembro/2016, em face da divulgação dos dados anuais ocorrer juntamente com a divulgação de resultados, conforme Legislação Societária.

Os esforços concentrados no combate à escassez hídrica, demandaram a postergação da execução de obras em função das restrições orçamentárias e necessidades de execução de obras emergenciais. Para assegurar os financiamentos contratados em anos anteriores, a Companhia negociou com os organismos financeiros a prorrogação de prazos contratuais, garantindo assim os investimentos necessários à prestação dos serviços no Estado de São Paulo, conforme descritos a seguir:

**Japan Internacional Cooperation Agency - JICA** - Aditamento do contrato de financiamento nº BZ-P19, que prorroga o prazo de desembolsos dos recursos do financiamento para 31 de maio de 2019, permanecendo inalteradas as demais condições.



**Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID** - Aditamento do contrato de financiamento nº 2202/OC-BR, que prorroga o prazo de desembolsos dos recursos do financiamento para 3 de setembro de 2018, bem como promove ajustes não substanciais de algumas atividades previstas e ajusta o quadro de custo e financiamento, permanecendo inalteradas as demais condições.

### **Gestão do Endividamento**

Em março de 2016, a Companhia realizou uma amortização parcial extraordinária das debêntures em circulação da 19ª Emissão, mediante o pagamento de 60% do valor nominal unitário das debêntures, no montante de R\$ 300,0 milhões, acrescido da remuneração e demais encargos devidos até a data da amortização parcial, no valor de R\$ 11,6 milhões.

Em outubro de 2016, a Companhia contratou empréstimo externo no valor de US\$ 150 milhões, pelo prazo de 3 anos, com taxa de juros correspondente a Libor de 3 meses acrescida de 4,50% ao ano. Os juros relativos a este empréstimo serão pagos trimestralmente e a amortização ocorrerá em parcelas semestrais a partir do 18º mês. Os recursos captados foram utilizados na quitação do Eurobônus 2016, no valor de US\$ 140 milhões, e outras dívidas vincendas em 2016.

### **Programas de Incentivo à Redução do Consumo de Água (Programa de Bônus) e Tarifa de contingência**

Ao longo de 2014 e 2015, a região Metropolitana de São Paulo enfrentou uma severa escassez hídrica, que levou a Sabesp a aplicar um Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água (Programa de Bônus) e a Tarifa de Contingência.

O Programa de Bônus e a Tarifa de Contingência foram aprovados pela Arsesp. O Programa de Bônus constituiu na concessão de incentivo monetário aos clientes que apresentassem redução de consumo de água, a Tarifa de Contingência a imposição de aumento nas contas de água aos consumidores que não reduzissem o consumo.

Com o fim da estação chuvosa, em março de 2016, e a constatação do aumento do índice pluviométrico com retorno à média histórica esperada para o período, e da previsibilidade do nível de água dos reservatórios, a Arsesp aprovou o encerramento do Programa de Bônus e da Tarifa de Contingência, com retorno às condições normais de faturamento a partir das medições realizadas em maio de 2016.

### **2ª Revisão Tarifária Ordinária:**

Prevista para abril de 2017, a 2ª Revisão Tarifária Ordinária da Sabesp contará com a atualização monetária da base de remuneração do ciclo em curso. Para tanto, a Arsesp abriu em junho de 2016 a Consulta Pública nº 03/2016 para a atualização da metodologia e critérios gerais para a definição da Base de Remuneração Regulatória, sendo que as contribuições recebidas foram analisadas



e esclarecidas pela Arsesp no Relatório Circunstanciado, publicado em agosto, resultando na Nota Técnica Final e na Deliberação ARSESP nº 672/2016, publicada em 15 de outubro no D.O. do Estado.

### 1.6.2. Desempenho Operacional:

A Sabesp opera atualmente 366 municípios no Estado, abastecendo diretamente cerca de 25,7 milhões de paulistas e vendendo água tratada a municípios que operam seus sistemas (aproximadamente 3,1 milhões de pessoas) por meio de sua infraestrutura de distribuição que atinge 72 mil quilômetros extensão.

Além disso, cerca de 23,2 milhões de habitantes do Estado tm seus esgotos coletados por meio de uma infraestrutura de esgotamento sanitário que conta com 49 mil quilômetros de redes de coleta, emissários e interceptores de esgoto.

Com relação aos principais indicadores definidos no planejamento estratégico, as metas definidas no ciclo 2015/2026 e as realizações em 2016 seguem na tabela abaixo:

Indicador	Meta para 2016	2016 (1) (2)
Nº de Novas Ligações de água (lig. x 1.000)	185	198 <sup>(1)</sup>
Nº de Novas Ligações de esgoto (lig. x 1.000)	200	236 <sup>(1)</sup>
Atendimento em Água (%)	100%	Tendendo à universalização
Atendimento em coleta de esgoto (%)	88%	86% <sup>(2)</sup>
Tratamento dos esgotos coletados (%)	78%	78% <sup>(2)</sup>
Índice de Perdas de Faturamento (%)	24,4%	20,1% <sup>(2)</sup>

(1) Valores projetados a partir da realização até outubro/2016.

(2) Valores referentes à realização de setembro/2016, pois a divulgação dos dados anuais ocorre juntamente com a divulgação de resultados, conforme Legislação Societária.

### Gestão Ambiental:

Dentre os Programas Corporativos em andamento destacamos os seguintes:

- **Implementação progressiva e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental - SGA em Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs e Estações de Tratamento de Água - ETAs - O SGA está presente atualmente em 95 estações, com mais 34 em fase de implementação totalizando 129 em 2016, sendo que 35 destas estão certificadas na ISO 14001. Dessa forma, a Cia. pretende continuar a implantação do Programa Corporativo de Implantação Progressiva do Sistema de Gestão Ambiental em ETAs e ETEs com a perspectiva de implantar o SGA-Sabesp em todas as estações até 2024, mantendo a norma ISO 14001 nas 35 estações certificadas, podendo esse escopo ser ampliado conforme a estratégia das Unidades de Negócio;**



- **Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção das Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos;**

- **Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção do Licenciamento Ambiental** das Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs e Estações de Tratamento de Água - ETAs;

- **Estruturação do Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção do Licenciamento Ambiental** de Estações Elevatórias de Esgotos - EEEs;

- **Participação nos colegiados de recursos hídricos**, incluindo acompanhamento do processo de cobrança pelo uso da água. A SABESP manteve sua representatividade nos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais, nos quatro Comitês Federais com abrangência no Estado de São Paulo e nos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos;

- **Estruturação do Programa Corporativo de Regularização de Termos de Compromisso de Regularização Ambiental - TCRAs** com plantio e manutenção de um milhão de mudas de árvores ao longo de dez anos;

- **Estruturação do Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa**, alinhado com as diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, incluindo a elaboração de inventários de emissões, totalizando nove inventários concluídos a partir do ano de 2007;

- **Programa Corporativo de Educação Ambiental - PEA Sabesp**, com treinamento de empregados envolvidos nas atividades de educação sanitária e ambiental e com estabelecimento de diretrizes para as ações e projetos nos municípios operados;

- **Implementação do Programa Corporativo Sabesp 3 Rs**, a fim de realizar a gestão dos resíduos sólidos de origem administrativa na Empresa, baseado no conceito “reduzir, reutilizar e reciclar”, promovendo a conscientização e a capacitação dos empregados para atuarem como multiplicadores na implantação do programa. Além dos Programas Corporativos de Gestão Ambiental, estão em desenvolvimento diversas iniciativas e projetos em prol do meio ambiente com envolvimento da sociedade.

**Relacionamento com clientes:** Na constante busca do aprimoramento do relacionamento com seus clientes, a Sabesp está desenvolvendo um complexo projeto para substituição do sistema comercial e de atendimento aos clientes, dentro do escopo do Projeto SiiS - Sistema Integrado de Informações Sabesp. A substituição do sistema trará diversas novidades como: sistema de atendimento; inovações na interação com os clientes, com uso de novas tecnologias; modernização dos processos de faturamento, cobrança e gestão de serviços; atendimento de forma plena aos requisitos da Arsesp.

Adicionalmente ao desenvolvimento do novo sistema, outras atividades foram desenvolvidas, dentre as quais podemos destacar:



- **Higienização, enriquecimento e atualização dos dados cadastrais:** foi realizada atualização dos dados de clientes de 62,5% das ligações de água e/ou esgotos, complementando dados de contato e de número de CPF de clientes. A Sabesp passou de 50% de clientes cadastrado com número de CPF para 68%, o que contribui para uma maior eficácia nos processos de cobrança e facilita o relacionamento com os clientes.

- **Procedimentos comerciais:** para manter o padrão de atendimento em toda a base de municípios operada, está em andamento contrato de prestação de serviços técnicos especializados para: formalizar o desenho do processo de relacionamento com clientes, reestruturar a forma como os procedimentos relativos a estes processos são desenhados, atualizar seus conteúdos de acordo com a revisão de processos que se dará no Projeto SiiS, dando apoio à operação quando da implantação do novo sistema. Em 2016 foi concluída a etapa de formalização do desenho de processos, um importante instrumento para a gestão do processo comercial e de relacionamento com os clientes.

- **Satisfação dos clientes:** para aprimorar o atendimento a Sabesp realiza anualmente sua “pesquisa de satisfação”, considerando as melhores práticas de mercado. Em 2016 (ano base 2015) o resultado da pesquisa atingiu 74% de clientes satisfeitos ou muito satisfeitos.

- **Nova agência Virtual Net@:** com o desenvolvimento de um novo sistema comercial, surgiu a necessidade do desenvolvimento de uma nova agência virtual para prestar o atendimento via web, quando o novo sistema entrar em operação.

- **Ouvidoria:** foram recebidas 1.168 Cartas de Informação Preliminares de clientes junto ao PROCON Estadual, até novembro de 2016, reduzindo 15,17 % em relação ao ano de 2015. Com um trabalho de atendimento muito forte nesta fase, que antecede a abertura de um processo administrativo pelo PROCON, podemos avaliar que o resultado foi extremamente positivo, além de diminuir o número supracitado de manifestações, apenas 100 delas permaneceram sob acompanhamento do PROCON após a fase inicial de conciliação, resultando em 8,56% das Cartas de Informações Preliminares.

- **JEC/Digital:** parceria entre a Sabesp e Sistema de Juizado Especial, efetuou 544 atendimentos até novembro de 2016, com aumento de 13,33% do número de clientes que buscaram o órgão em relação a 2015. O índice de acordos de conciliação em audiência diminuiu 0,56% quando comparado a 2015, diante deste quadro o número de resultados sem acordo aumentou 0,21%. O compromisso da empresa se mantém com o Poder Judiciário na busca do equilíbrio da relação e da solução mais rápida e adequada para o cliente.

**Contratualização com municípios:** Continuando em seu esforço para renovação dos contratos de prestação de serviços de saneamento, a Sabesp, até set/2016, assinou 279 contratos sob a Lei de Saneamento com municípios operados, sendo 259 Contratos de Programa na Diretoria de Sistemas Regionais e 20 Contratos Metropolitanos na Diretoria Metropolitana.



## Novos Negócios

• **Prestação de Serviços de Água e/ou Esgotos em parceria:** um dos principais mecanismos para atender à crescente demanda do mercado de saneamento é a formação de Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que tem se mostrado um útil caminho para a universalização do saneamento no Estado, atraindo investimentos do setor privado e promovendo desenvolvimentos tecnológicos.

A Sabesp participa de quatro SPEs na prestação de serviços de água e/ou esgotos: Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua em Mairinque e SESAMM em Mogi Mirim.

Essas SPEs são associações com o setor privado e têm como forte objetivo acelerar o desenvolvimento do saneamento nos municípios paulistas. Em Mogi Mirim foram removidas aproximadamente 960 toneladas de sólidos e lançados 4,6 milhões de m<sup>3</sup> de efluentes tratados no Rio Mogi Guaçu, ressaltando que a estação tem 99% de eficiência e atende 100% de todos os parâmetros contratuais. Esse resultado contribuiu para melhoria na qualidade das águas dos Rios Mogi Mirim e Mogi Guaçu.

Em 2016 o volume de efluente final reaproveitado na forma de reuso representa 90,5% de toda água consumida no processo. A implantação dos procedimentos para certificação ISO 9000 versão 2015 foi completada e deveremos receber a certificação no primeiro trimestre de 2017. A ampliação da estação está prevista para o ano de 2023, passando o índice atual de 70% de esgotos tratados para mais de 90% de toda população atendida; em Mairinque o atendimento de água passou para 100% e redução das perdas de 59% para 39%, em esgoto a implantação de duas elevatórias de esgotos promovendo o saneamento em duas áreas importantes do município bairro Reneville e Nova Mairinque.

Em Andradina houve o aumento do índice de cobertura de esgoto de 94% para 98%. Em 2016, o destaque foi a reforma do sistema de abastecimento de água e a finalização da obra de modernização da rede de esgoto em bairros importante da cidade.

O emissário passará por uma nova treliça de 36 metros de comprimento, sendo a maior obra em extensão no município de Andradina. Este emissário transporta todo o esgoto coletado dos bairros Gasparelli e Nova Canaã para a Estação de Tratamento de Esgoto do Pereira Jordão, atendendo quase 4 mil moradores. Esta obra reduz o risco de rompimento da tubulação, garantindo que o esgoto coletado chegue ao destino correto sem afetar o meio ambiente. Em Castilho houve o aumento do índice de cobertura de esgoto de 94% para 98%.

• **Prestação de Serviços de Reestruturação do Sistema de Água:** a Sabesp, em parceria com a empresa Latin Consult, desenvolve, atualmente, um trabalho internacional no Panamá. Foi iniciado em nov/2010 um amplo trabalho que abrange desde recadastramento até reformulação institucional, com descentralização do sistema de água e esgotos, em quatro províncias centrais do Panamá (Herrera, Coclé, Los Santos e Veraguas) e atendendo a 68 cidades.



O contrato tem valor aproximado de US \$ 9,5 milhões. Estão em fase de aprovação aditamentos do contrato por prazo e valor, permitindo assim a conclusão de complementações solicitadas pelo contratante e definindo para 2017 a previsão de encerramento do contrato. São contratantes o “Consejo Nacional para el Desarrollo Sostenible - CONADES” e o “Instituto de Acueductos y Alcantarillados Nacionales - IDANN”, com suporte financeiro fornecido pelo BID.

- **Energia Elétrica:** foi constituída parceria para a utilização do potencial energético das ETA's Guaraú (4,1 MW) e Cascata (2,9 MW). Em set/13 o Conselho de Administração da Sabesp aprovou a constituição de SPE que viabilizará a produção de energia elétrica. A Sabesp tem 25% das ações da SPE e o projeto está na fase de obtenção de financiamento. O início das obras está previsto para o 2º semestre de 2017.

- **Tratamento de Lodo de ETE:** em 2016 prosseguiram as ações relativas aos resíduos sólidos provenientes do tratamento do lodo das ETEs, os quais apresentam enormes custos e trabalho, além dos problemas ecológicos. A Sabesp está trabalhando na identificação de soluções sustentáveis. Estão em desenvolvimento estudos para a melhoria do modelo integrado na recuperação de energia do lodo e seu aproveitamento como insumo agrícola.

### **Soluções Ambientais**

A Sabesp desenvolveu um pacote diferenciado de produtos e serviços direcionados às empresas que procuram utilizar melhor seus recursos hídricos. O Programa Sabesp Soluções Ambientais teve como principais resultados em 2016:

- **Contratos de Fidelização:** em 2016, com o término da crise hídrica que se abateu sobre o sudeste brasileiro e a necessidade de adoção de medidas de incentivo a redução do consumo de água, a empresa avaliou os contratos existentes, adequando as demandas e respectivos contratos de acordo com o novo perfil de consumo dos clientes. Após revisão dos contratos, em novembro de 2016 permaneceram vigentes 517 contratos de fidelização, os quais garantem uma receita de aproximadamente R\$ 488 milhões por ano. Em comparação com 2015, houve redução de 8,0% na quantidade de contratos e 4,3% na receita.

- **Programa de Recebimentos de Esgotos Não-Domésticos - PREND:** atualmente, uma das grandes preocupações das empresas é o destino adequado dos efluentes resultantes do processo produtivo. Para atender a esta necessidade, a Sabesp disponibiliza instalações adequadas para receber e tratar esses esgotos não domésticos, recebidos via rede coletora de esgotos. No caso de efluentes não-domésticos recebidos via caminhão-tanque, a Sabesp firmou parceria com o Grupo Estre Ambiental S.A. e criou a Attend Ambiental, que é uma planta de pré-tratamento, cujo objetivo é o de enquadrar os efluentes recebidos de diversas atividades industriais e de serviços aos padrões aplicáveis para lançamento na rede coletora da Sabesp.



- **Programa de Uso Racional da Água - PURA:** o PURA é um conjunto de ações que promove a redução no consumo de água do cliente, sem comprometer o conforto e a higiene do usuário no seu dia a dia.

As intervenções do Programa são basicamente: Pesquisa e correção de vazamentos em ramal predial, reservatórios, pontos de consumo; Substituição de aparelhos hidros sanitários por aparelhos de baixo consumo de água; Campanha educacional visando estimular a redução do consumo de água, e; Gestão do consumo de água via telemedição.

A implantação do PURA colabora para a postergação de investimentos em sistemas de água e esgoto e ainda, propiciou uma conservação mensal de água tratada na rede pública, suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 65 mil habitantes.

- **Água de Reuso:** em 2016 (médias mensais do período de jan a set/2016), as Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs da Região Metropolitana de São Paulo forneceram cerca de 53,4 mil m<sup>3</sup> de água de reuso por mês para os nossos atuais clientes. O maior cliente da Sabesp é a Santher – Fábrica de Papel Santa Terezinha S.A, que teve um consumo médio mensal de 70 mil m<sup>3</sup> no processo de produção de papel e celulose. Desde dez/2014, a ETE Parque Novo Mundo passou a fornecer também para a Santa Constância, empresa do ramo têxtil, que consome, em média, 20,3 mil m<sup>3</sup>/mês. A Sabesp também forneceu em 2016, 1.067 m<sup>3</sup>/mês água secundária para a Aquapolo Ambiental S.A.

- **Medição Individualizada** - Resultados do programa até setembro de 2016, na RMSP: 132 Condomínios implantados, 12.475 Unidades Autônomas que recebem conta Sabesp e 3.560 Condomínios atendidos, sendo 1.011 somente em 2015.

- **Telemedição:** a Telemedição está operando em 1.696 clientes, sendo responsável pelo monitoramento de aproximadamente 32 milhões de litros de água por mês.

**Tarifas diferenciadas para clientes de baixa renda:** a Sabesp disponibiliza para a população de baixa renda tarifas reduzidas. Essas tarifas são até 66% mais baixas que a tarifa residencial normal. Esta é uma das ações que garante o acesso ao saneamento básico por parte das populações mais carentes. Atualmente, mais de 361 mil residências são beneficiadas pelas tarifas diferenciadas, o que equivale a uma população de aproximadamente 1 milhão e 200 mil pessoas.

### **Modernização da gestão e investimentos**

- **Programa Metropolitano de Água:** as medidas emergenciais que garantiram uma travessia sem o colapso do abastecimento durante o período mais crítico foram possíveis pela existência de um sistema de abastecimento robusto, que vem sendo estruturado há mais de duas décadas por meio do Programa Metropolitano de Água - PMA.

Dando continuidade ao objetivo de ampliar a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo, a Companhia planeja aumentar a capacidade de produção de água tratada em mais 7 m<sup>3</sup>/s





até 2018. Em 2016, a Companhia investiu no PMA aproximadamente R\$ 424 milhões, com destaque para a execução da interligação entre as represas Jaguarari (bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (bacia do PCJ), a conclusão da transferência Rio Pequeno-Rio Grande (4 m<sup>3</sup>/s), além da implantação do Sistema Produtor São Lourenço, por meio da modalidade de Parceria Público Privada - PPP.

- **Projeto Tietê:** o Projeto Tietê encontra-se em sua terceira fase, cujo objetivo é ampliar o índice de coleta de efluentes dos atuais 84% para 87% e os níveis de tratamento do esgoto coletado de 68% para 84% na RMSP. Iniciada em 2010, a terceira fase demandará investimentos de aproximadamente US\$2 bilhões, com financiamentos contraídos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Caixa Econômica Federal. Das obras programadas, 51% foram concluídas, 18% ainda estão em execução e o restante está em processo de licitação.

Quando finalizadas, irão beneficiar mais de 4,5 pessoas com coleta e tratamento de esgotos. Entre as principais ações realizadas em 2016 destacam-se a conclusão do interceptor de esgotos IPI.8, completando o sistema de interceptação de esgotos concebido para a bacia do Rio Pinheiros, bem como o avanço das obras de ampliação da capacidade de tratamento da ETE Barueri, de 9.500 L/s para 16.000 L/s, das obras na região das bacias do Córrego Oratório e Córrego Tremembé, além das obras de transporte e tratamento de esgotos nos municípios do Extremo Norte da RMSP.

Encontra-se em estruturação a quarta etapa do projeto, com investimentos estimados em mais US\$2 bilhões, que contemplará obras de grande complexidade na região central da capital paulista e a expansão de redes para áreas regularizadas mais periféricas e carentes da região metropolitana.

- **Onda Limpa:** a universalização da coleta e tratamento de esgotos em toda a Baixada Santista e no Litoral Norte deverá ser atingida em meados da próxima década, com efeitos positivos também sobre a qualidade das águas das praias paulistas e sua balneabilidade. A atividade turística, nesta que é atualmente uma das regiões de maior crescimento no país, também será beneficiada. Os recursos têm origem na própria companhia, em empréstimos concedidos pela JICA, em recursos oriundos do FGTS e de financiamentos concedidos pelo BNDES e pela Caixa. Em 2016, foram investidos aproximadamente R\$ 93 milhões neste programa.

- **Água no Litoral:** o programa beneficia aproximadamente 3,1 milhões de pessoas, entre moradores e turistas que afluem à região, e tem a finalidade de aumentar o nível de confiabilidade dos sistemas de abastecimento de água da Baixada Santista, com a ampliação da capacidade de reservação, com destaque para a ampliação do reservatório Melvi de 25 mil m<sup>3</sup> em Praia Grande, e com a duplicação de adutoras, com destaque para a adutora Votoruá em São Vicente e a da Ponta da Praia em Santos. Prevê-se investimento total em 2016 de aproximadamente R\$ 28 milhões.

- **Programa de Água e Esgotos do Interior:** a Sabesp opera em 312 municípios no interior do Estad, onde os serviços de abastecimento de água são considerados universalizados, com destaque para as obras de aumento da produção de água com o Sistema Produtor Sapucaí Mirim 1 m<sup>3</sup>/s em Franca e para a ETA de Itatiba de 500 L/s, além de diversas ações para a garantia de abastecimento de



água nos municípios operados no interior. Em 2016 estão sendo investidos aproximadamente R\$ 56 milhões. Também se encontram em construção novas estações de tratamento de esgoto e ampliação de sistemas de afastamento (coletores e emissários), buscando alcançar a universalização do serviço de esgotos nos municípios do Interior, com destaque para o sistema de esgotos de Pararangaba, com a conclusão 23 km de coletores e 8 Estações Elevatórias e ETE.

- **Córrego Limpo:** até o momento o Programa já despoluiu 149 córregos, encaminhando uma vazão de aproximadamente de 1.500 litros por segundo de esgotos para tratamento em uma área de aproximadamente 200 km<sup>2</sup> no município de São Paulo, com investimentos por parte da Sabesp da ordem de R\$ 220 milhões, beneficiando uma população de 2,2 milhões de habitantes. Até o terceiro trimestre de 2016 os investimentos no Programa Córrego Limpo ficaram em torno de R\$ 1.5 milhões com obras de prolongamentos, ampliações, interligações além de investimentos para zeladoria, monitoramento e a manutenção dos córregos já despoluídos. Na última revisão quadrienal do Contrato de Programa com o Município de São Paulo, o Córrego Limpo passou a ser parte integrante do contrato com metas específicas de investimentos. A retomada está sendo planejada e acompanhada por meio do Núcleo de Gestão Técnica formado por integrantes da Sabesp e PMSP.

- **Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água:** este programa teve início em 2009, com prazo previsto de 12 anos. O Programa visa reduzir a perda de água por ligação de 436 litros diários (dezembro de 2008) para 280 litros diários por ligação até 2020. Até setembro de 2016 a perda de água foi de 299 litros por ligação por dia, o índice de perda de água faturada foi 20,1% e o índice de perda de água total medido foi em média de 31,4%. Em virtude do impacto negativo da crise hídrica sobre nossa receita em 2014 e 2015 e da necessidade de priorizar os investimentos na produção de água, o escopo e as metas de nosso Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água estão sendo reavaliados. O programa conta com financiamento da JICA, da Caixa e do BNDES, além de recursos próprios, e tem previsão de investimento de R\$ 6,3 bilhões.



## SECRETARIA DA SAÚDE

### O papel da Secretaria de Estado da Saúde na gestão do SUS/SP

Segundo as diretrizes nacionais do SUS, a Secretaria de Estado da Saúde - SES tem a responsabilidade geral de formulação e coordenação da política do sistema no Estado. As funções da SES podem ser resumidas em cinco dimensões:

- **Manter a rede assistencial própria do Governo do Estado** - são serviços próprios estaduais de saúde, hospitalares ou ambulatoriais da administração direta, indireta (fundações e autarquias) e de Organizações Sociais de Saúde - OSS, que são referência regional, especializada ou de alta complexidade do sistema. Esta rede inclui grandes hospitais universitários, como os Hospitais de Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP, da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas - UNICAMP, de Botucatu da Faculdade de Medicina da Universidade Paulista - UNESP e da Faculdade de Medicina de Marília, o Instituto do Coração - INCOR/USP, o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia.

- **Gerir, planejar e regular a rede assistencial vinculada ao SUS** - são serviços de assistência médica de maior complexidade vinculados ao SUS, de caráter estadual ou regional, que permanecem sob gestão da SES (rede de Santas Casas e hospitais filantrópicos, Hospitais de Ensino, serviços especializados de oncologia, nefrologia, hemorrede, entre outros). A gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual.

- **Manter os órgãos estaduais de apoio às ações da Secretaria de Saúde** - são institutos e fundações com funções específicas na saúde estadual, como a Fundação para o Remédio Popular - FURP, Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, Fundação Oncocentro - FOSP, Instituto Emílio Ribas, o Centro de Referência e Treinamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/Aids, os institutos de pesquisa (Instituto Butantan, Adolfo Lutz, Instituto de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto Lauro de Souza Lima).

- **Realizar, coordenar e planejar as ações de saúde coletiva no Estado** - estabelecer as normas estaduais e realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária, de combate aos vetores e outras ações de interesse para a saúde coletiva, por meio de seus órgãos centrais e regionais, como o Centro de Vigilância Epidemiológica - CVE, o Centro de Vigilância Sanitária - CVS, o Centro de Distribuição e Logística e a Superintendência de Controle de Endemias - SUCEN.

- **Desenvolver ações de supervisão, capacitação, acompanhamento, avaliação e apoio aos sistemas de saúde municipais** - por meio de seus órgãos centrais e regionais (17 Departamentos Regionais de Saúde - DRS) a SES participa dos 63 colegiados regionais de saúde (em conjunto com os



representantes municipais), prestando auxílio aos sistemas municipais de saúde e formulando estratégias de aperfeiçoamento do sistema.

### **Dimensão Geral do SUS/SP e da Rede Estadual Própria de Saúde**

Em 2016, o SUS no Estado de São Paulo possui 552 hospitais, com 59,5 mil leitos de internação e 6,6 mil leitos complementares (terapia intensiva e unidades intermediárias), que realizam no total 2,4 milhões de internações/ano. A rede hospitalar própria da Secretaria de Estado da Saúde possui 93 hospitais, 19,9 mil leitos de internação e 2,9 mil leitos complementares (terapia intensiva, cuidados intermediários) da Administração Direta, Administração Indireta - autarquias e fundações e aqueles contratualizados pelas Organizações Sociais de Saúde, que realizaram 861 mil internações em 2016 (representando 35,8% do total de internações do SUS) e 375 mil cirurgias que representam 39,2% das cirurgias no SUS/SP. A Secretaria da Saúde possui rede ambulatorial própria (Ambulatórios de Especialidade Médica - AMES, Centro de Referência de Idoso - CRI, reabilitação, tuberculose, saúde mental) que é de referência em suas respectivas regiões. Os procedimentos ambulatoriais (consultas, exames laboratoriais, procedimentos terapêuticos, entre outros) produzidos pelos serviços estaduais próprios são da ordem de 442,5 milhões, representando 41% da produção total do SUS/SP, incluindo a dispensação de medicamentos de alto custo e procedimentos diagnósticos de maior complexidade. Por outro lado, a gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde ambulatoriais e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estaduais.

### **Ações de Planejamento e Aperfeiçoamento da Gestão Estadual e da Rede SUS**

**Projeto BID** - em continuidade ao projeto de parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID de “Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde”, **foram concluídos os seguintes estudos técnicos:** Estimativa de Custos Operacionais para as novas unidades de saúde - UBS e CAPS; Elaboração de Nota Técnica relativa aos Indicadores de Impacto e Resultados do Programa; Revisão e Validação dos indicadores da Matriz de Resultados e da Matriz de Impacto do Projeto; Plano Diretor de Comunicação do Programa - PDC. Estão **em andamento os seguintes estudos técnicos:** Atualização das Linhas de Cuidado Hipertensão - HAS e Diabetes Mellitus - DM; Proposição de Estratégias de Fixação de RH nos respectivos Municípios; Diagnóstico e Avaliação do atual estágio de desenvolvimento das RRAS nas regiões priorizadas pelo Projeto; Definição de Competências do Profissional da Atenção Básica; Plano de Transporte Sanitário Eletivo nas Regiões Priorizadas pelo Projeto; entre outros. **Obras concluídas:** Reforma do Departamento Regional de Saúde - DRS de Campinas. Obras em andamento: Hospital Regional de Registro; 56 Unidades Básicas de Saúde - UBS no Vale do Ribeira, na Região Metropolitana de Campinas e no Vale do Jurumirim; Hospital Regional do Litoral Norte; e 1 Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, no Vale do Jurumirim.

**Apoio a Parceria Público-Privada - PPP** - para obras de unidades hospitalares - obras em andamento: Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Estadual de Sorocaba. Áreas em processo de desapropriação - Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher - Pérola Bynton.



## **Ampliação do acesso e melhoria da organização e a qualidade da Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar**

**Ações de Apoio aos Parceiros** - em 2016 foram previstos no total R\$ 574,4 milhões para atender parcerias com 179 hospitais privados filantrópicos, sendo R\$ 550 milhões destinados para os 62 hospitais inseridos no programa “**Santa Casa SUStentável**” (garantir parque hospitalar de referência integrado à rede de atenção à saúde) e R\$ 24,4 milhões para 117 hospitais no programa **Pró Santa** (apoiar financeiramente instituições filantrópicas responsáveis por serviços de saúde de referência regional do SUS), mediante o estabelecimento de metas e definição de pré-requisitos.

**Informatização da Rede Própria SES - atualização tecnológica e ampliação** do parque da capacidade de processamento e armazenamento dos servidores do Datacenter SES - aquisição de seis HD discos de 2 Terabytes de capacidade, elevando para 12 Terabytes de Discos e seis novos servers. **Outras medidas** - novo ferramental para gerenciamento; medidas de segurança de rede; melhorias da infra-estrutura física de Rede; atualização do parque de microcomputadores; ampliação e unificação do serviço de e-mail; melhoria dos Sistemas de Gestão Corporativa (material, protocolos, recursos humanos, ciclo de medicamentos, entre outros); aperfeiçoamento de Sistemas Específicos de Gestão (emissão do Cartão Nacional de Saúde - CNS, Registro Eletrônico de Saúde do Estado de São Paulo, Sistema de Gestão Hospitalar – Projeto “S4SP”, entre outros).

**Sistema de Gestão de Convênios e Repasses - “SANI”** - o uso de meio eletrônico para a realização de processos administrativos que tratam da celebração de convênios no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS/SP a fim de promover agilidade, transparência, economicidade, eficiência e segurança, já está na fase implementação tendo sido realizadas Oficinas com as Unidades Formalizadoras e Beneficiários.

**Matriz de Indicadores de Saúde do Estado de São Paulo** - abrange dados demográficos, sócio-econômicos, condições de vida e saúde, rede de serviços e financiamento por região de saúde e para o Estado, no sentido de auxiliar o planejamento de saúde. Distribuição de 3.000 exemplares (versão impressa - 2016) aos diversos órgãos e coordenadorias da SES, Departamentos Regionais de Saúde - DRS, gestores municipais e com versão eletrônica disponível no site da Secretaria de Saúde.

**Pactuação das metas dos indicadores do SISPACTO** - com o intuito de fortalecer o Planejamento em Saúde do SUS, a Secretaria de Estado da Saúde auxiliou os municípios no processo de pactuação das metas para 2016 dos indicadores do SISPACTO e concluiu a pactuação das metas para o Estado de São Paulo. Foi disponibilizado no portal da SES o conjunto de indicadores de monitoramento.

**Novo Plano Estadual de Saúde - PES 2016-2019** - distribuídos dois mil exemplares do novo Plano Estadual de Saúde 2016-2019, para as áreas técnicas da Secretaria, os 17 Departamentos Regionais de Saúde - DRS, os 645 municípios do Estado e as demais Pastas do Governo Estadual.



**Ouvidoria da Saúde - SES** - Até out/2016 ocorreram 263.540 manifestações (das quais 95,7% foram concluídas e o restante em análise). Os principais tipos: são solicitação de informação (66,5%), elogios (14,5%), reclamação e solicitação (17,7%), entre outros.

**Sistema de Regulação:** até outubro de 2016, a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde - CROSS fez 143.011 regulações médica de urgências e emergências absolutas; 5.240 casos de urgências relativas, entre elas 309 casos para cirurgia cardíaca infantil decorrente de cardiopatia congênita; 19.084 agendamentos de pacientes com neoplasia maligna nos serviços de saúde da Rede Hebe Camargo de Câncer; 30.208 agendamentos, sendo 11.868 de exame de mamografia para o Programa Mulheres de Peito e 18.340 de consultas de cardiologia e urologia para o Programa Filho que Ama o Pai Leva ao AME; 4.470 regulações de terapia renal substitutiva móvel e atendeu a 1.872 solicitações de transporte interhospitalar.

### **Política Estadual de Humanização - PEH**

Durante o ano de 2016, as principais estratégias e ações desenvolvidas pelo Núcleo Técnico de Humanização para a implementação da PEH foram:

- Continuidade no apoio às equipes técnicas dos DRS para o desenvolvimento de planos regionais de Humanização e acompanhamento do processo de regionalização/implementação das Redes Temáticas, por meio de estímulo à inclusão da metodologia e dos dispositivos da Humanização, do exercício de ações de integração entre áreas técnicas e do fortalecimento da articulação entre municípios e unidades de saúde de cada região;
- Apoio e Formação para implementação da PEH, qualificação do cuidado por meio da realização de oficinas macrorregionais e visitas técnicas às unidades de saúde sob gestão do Estado - 352 Visitas Técnicas de Acompanhamento, 179 Encontros Áreas Temáticas, 5 Encontros Macrorregionais, 79 Encontros Microrregionais, 592 Atividades de apoio interno DRS, 327 Visita/oficina aos municípios, 607 Oficinas e Reuniões com Unidades de Saúde (baseado em dados consolidados até o 2º Quadrimestre de 2016);
- Monitoramento do sistema para aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de saúde SES - PSAT, com suporte de banco de dados da Prodesp e acompanhamento sistemático dos resultados - participaram 125 unidades, distribuídas em 66 hospitais e 59 ambulatórios;
- Acompanhamento aos Hospitais de Referência em Humanização com objetivo de oferecer apoio intensivo às unidades e disseminar a PEH para as demais unidades de saúde SES;
- Apoio para implementação e monitoramento dos indicadores de humanização nos hospitais integrantes do Programa Santas Casas SUSTentáveis - A09 (Alta Hospitalar Responsável), A11 (Política Estadual de Humanização). Inclusão do indicador A08 (Acolhimento com Classificação e Avaliação de Risco) no acompanhamento realizado pelos articuladores de humanização;



- Continuidade do processo de formação/capacitação dos Articuladores de Humanização para acompanhamento e desenvolvimento do trabalho regional e de desenho/implementação de Planos Institucionais de Humanização nas unidades de saúde, municípios e regiões de saúde;
- Desenvolvimento do “Programa de Apoio à Humanização nos Hospitais: Projeto Maternidades - Processo de apoio e formação em humanização no Estado de São Paulo: produção do cuidado integral materno-infantil, realizadas oficinas e visitas técnicas às maternidades, com o foco na Linha de Cuidado Materno Infantil.

### **Ações de Apoio aos Parceiros**

A manutenção e a ampliação do acesso e do atendimento de qualidade de saúde da população do Estado são asseguradas pelo apoio financeiro dado pelo Governo do Estado às entidades filantrópicas e municípios, que são os parceiros da SES no SUS. Em 2016 (até 09/12) foram repassados, R\$ 2,5 bilhões de auxílio, sendo R\$ 1,99 bilhão para os filantrópicos (aqui incluído o Pró Santas Casas, Santa Casa SUStentável e outros repasses de auxílio por meio de convênios) e R\$ 513 milhões para os municípios (aqui incluídos os repasses fundo a fundo, programas de auxílio à atenção básica em saúde e assistência farmacêutica básica referidos neste relatório).

O governo estadual garantiu recursos até 13 de dezembro de 2016, para fornecer aos municípios, 11 ambulâncias no valor de R\$ 1.110.000,00; 1 ônibus no valor de R\$ 200.000,00 e 3 veículos para transporte de pacientes (vans) no valor de R\$ 200.000,00

### **Ações Estratégicas e Programas Prioritários**

**Saúde da Criança - Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância**, em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, foi elaborado para enfrentar e superar os agravos em crianças de 0 a 3 anos, por meio de um conjunto de ações, procedimentos e reorganização do processo de trabalho centrado na criança. Em 2016, o programa expandiu com a implantação nos municípios da região do Litoral Norte.

**Programa Visão do Futuro** - destinado à prevenção e recuperação da saúde ocular de crianças de 6 a 8 anos, matriculadas na 1ª série do Ensino Fundamental das escolas públicas do município de São Paulo. Foram atendidas em 2016, 13.287 crianças; prescritos e confeccionados 6.172 óculos, sendo o valor gasto de R\$ 1.468.011,40.

**Programa Vale a Pena Ver de Novo:** prevê o fornecimento de óculos aos pacientes idosos que tenham realizado cirurgia de facectomia (catarata) pelo Sistema único de Saúde - SUS, a partir de setembro/2015. De setembro de 2015 até outubro de 2016 foram encaminhados para confecção 2.410 óculos para pacientes e distribuídos 33 kits óculos (mostruário) para as unidades participantes, com 30 modelos em cada Kit, perfazendo um total de 3.400 óculos dispensados para o programa.



**Programa Nacional de Universalização da Triagem Neonatal** - organizado o Programa de Triagem Ocular do Estado de São Paulo - e instituído o Protocolo de Diagnóstico, Tratamento e Seguimento da Triagem Ocular - Teste do Olhinho - Teste do Reflexo Vermelho, a ser realizado em todos os estabelecimentos de Saúde da Rede, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde. Atendendo atualmente 100% dos nascidos vivos.

**Doenças Raras** - continuidade de implantação da Rede de Doenças Raras no âmbito do estado de São Paulo, com processo de credenciamento das unidades especializadas de referência.

**Saúde da Mulher - Programa Mulheres de Peito** - rastreamento de câncer de mama em todo o Estado de São Paulo - exames de mamografia e complementares para elucidação diagnóstica, além da garantia de tratamento em serviços na rede Hebe Camargo em mulheres na faixa etária dos 50 aos 69 anos. Os exames são realizados nas Unidades Móveis e por agendamento nas unidades de saúde por meio de um callcenter. Até novembro foram recebidas 38,5 mil ligações e realizados 20 mil agendamentos. As quatro Unidades Móveis produziram 107 mil mamografias do início do programa (2013) até nov de 2016. Outras ações técnicas desenvolvidas: Qualificação da Rede Materno Infantil; Condução do Grupo Condutor Estadual da Rede Cegonha - elaboração de planos nas 17 RRAS; elaboração manual de “Boas Práticas do Parto e Nascimento”; Vigilância do óbito materno; construção da Linha de Cuidado da Microcefalia, entre outras.

**Programa Filho que Ama Leva o Pai ao AME (Saúde do Homem)** - 25 AMEs abrem aos sábados para realizar consultas e exames nas áreas de cardiologia e urologia. Em 2016, até o final de outubro, foram agendadas 20.584 consultas, sendo realizados 18.605 atendimentos de enfermagem, 16.350 atendimentos em urologia e 16.028 em cardiologia.

**Saúde Bucal - Levantamento Epidemiológico de Saúde Bucal - São Paulo 2015** (Pesquisa Estadual de Saúde Bucal): publicado o Relatório Final com os principais resultados das condições de saúde bucal em cada DRS do Estado. Encontro Paulista de Administradores e Técnicos do Serviço Público Odontológico - **EPATESPO**: Realizada a 13ª edição pela Secretaria de Estado da Saúde em parceria com a Prefeitura de Araraquara e a Faculdade de Odontologia da UNESP de Araraquara. **Odontologia Hospitalar**: realizado em 2016 o Curso de Capacitação em Odontologia Hospitalar para os Cirurgiões Dentistas que atuam em Hospitais Públicos do Estado de São Paulo vinculados a SES (57 certificações). **“Sorria São Paulo”** - recursos do Fundo Estadual de Saúde para ações de atenção básica na área de saúde bucal, mediante adesão das Prefeituras, de acordo com índice paulista de responsabilidade social - IPRS. 411 Municípios fazem parte do programa, e em 2016 foi repassado R\$ 4,77 milhões.

**Saúde Mental** - continuidade da implantação das Redes de Atenção Psicossocial – RAPS: até o momento temos 19 RAPS aprovadas no Estado de São Paulo. Intensificação do processo de desinstitucionalização dos pacientes moradores em hospitais psiquiátricos visando transferi-los para equipamentos substitutivos - Centros de Atenção Psicossocial - CAPS e Serviços de Residência Terapêutica. O **Programa Recomeço** – execução de ações de prevenção, tratamento, reinserção social, acesso à justiça e cidadania e de reduções de situações de vulnerabilidade social e de saúde aos





usuários de substâncias psicoativas, especialmente o crack (4,3 mil vagas disponibilizadas para dependentes).

**Rede de Cuidados às Pessoas com Deficiência - RCPD** - 15 Planos de Ação regionais elaborados.

**Saúde da População do Sistema Penitenciário** – ações de Atenção Básica nos ambulatórios médicos das unidades prisionais. 35 municípios aderiram às diretrizes compondo as equipes de saúde, financiadas com recursos do tesouro estadual - R\$ 23 milhões.

**Atenção básica - Qualis UBS - 2ª fase:** Em 2016, houve necessidade de prorrogar os prazos para a conclusão das obras, a pedido dos municípios. O total de recursos repassados aos municípios totalizou R\$ 4. 455.015,00, até outubro do presente ano.

**Piso de Atenção Básica Estadual/PAB Estadual:** os recursos devem ser aplicados pelos gestores municipais no custeio de atenção básica de saúde. Os recursos financeiros têm como base de cálculo, o valor de R\$ 3,00 hab/ano. O repasse em 2016 foi de R\$ 133,2 milhões.

**Programa QUALIS MAIS** - continuidade do programa que contempla 425 municípios do estado com repasse anual de R\$ 37,2 milhões para custeio da atenção básica.

**Saúde do Idoso** - Em 2016 foram inaugurados os “AME Idoso” Oeste (Lapa) e o “AME Idoso” Sudeste (Vila Mariana); Linha de Cuidado do Idoso – em elaboração, integra o conjunto de ações apoiadas pelo Programa “São Paulo em Ação”, com recursos por empréstimo do BID. O início de implantação será prioritariamente nas 5 regiões do Programa (Vale do Jurumirim, Registro, Litoral Norte, Itapeva e Metropolitana de Campinas); Selo Hospital “Amigo do Idoso” - vinte e cinco Instituições.

**Coordenação do Sistema Estadual de Transplantes** - Até outubro de 2016 foram realizados 1.256 transplantes de rins, 411 transplantes de fígado, 106 transplantes de coração, 53 transplantes de pâncreas, 83 transplantes de pulmão e 4.187 transplantes de córnea.

### **Aperfeiçoamento Assistencial e Investimentos nos Serviços Estaduais de Saúde**

A rede estadual de hospitais e ambulatórios da Secretaria da Saúde exige um contínuo processo de investimentos de ampliação do atendimento, modernização e reformas, para garantir a qualidade do atendimento à população. Os principais investimentos neste sentido foram da ordem de R\$ 209,4 milhões em obras (concluídas ou em andamento) em 2016.

Entre as principais obras e serviços (com valor do investimento realizado em 2016) pode-se salientar:



**Obras concluídas** - AME e Rede Lucy Montoro: R\$ 7,7 milhões; Hospital Dr. Oswaldo Brandi Faria - Mirandópolis: R\$ 0,7 milhões; DRS VII sede – Campinas (BID): R\$ 6,8 milhões; Hospital Luzia de Pinho Melo: R\$ 12,0 milhões; Complexo Hospitalar Padre Bento: R\$ 7,1 milhões; AME Taquaritinga: R\$ 5,9 milhões; CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas: R\$ 0,4 milhões; Rede Lucy Montoro Sorocaba: R\$ 2,7 milhões; Hospital de Promissão: R\$ 5,9 milhões.

**Obras em andamento** - Hospital Regional de Itanhaém: R\$ 18,5 milhões; Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia: R\$ 17,8 milhões; Hospital e Maternidade Santa Izabel - Bauru: R\$ 5,6 milhões; Centro Especializado em Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcante: R\$ 6,6 milhões; Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua - Pariquera Açu: R\$ 7,8 milhões; Hospital Estadual de Bebedouro: R\$ 9,6 milhões; Centro de Reabilitação de Casa Branca: 7,4 milhões; Hospital Regional de Registro (BID): 33,6 milhões; Hospital Regional Dr. Vivaldo Martins Simões - Osasco Fase 2: R\$ 11,8 milhões; CAISM Philippe Pinel: R\$ 5,7 milhões; Instituto de Infectologia Emílio Ribas: R\$ 34,6 milhões; Centro de Referência da Saúde da Mulher - CRSM, Hospital Pérola Byington: R\$ 1,2 milhões.

**Manutenção dos hospitais estaduais** - a rede estadual de hospitais exige um contínuo processo de manutenção, para garantir a qualidade do atendimento à população. Os recursos para manutenção totalizaram valores da ordem de R\$ 86,9 milhões em 2016.

### **Contratualização com Organizações Sociais de Saúde - OSS**

A SES mantém a realização de atendimentos de saúde para a população por meio de uma rede de serviços gerenciados por parceiros, como as Organizações Sociais de Saúde e outras entidades. Todos os serviços são contratualizados (totalizando R\$ 4,56 bilhões de custeio e R\$ 7,39 milhões de investimento em 2016) e a SES realiza o acompanhamento, avaliação e controle destes serviços que totalizam em 2016:

- 95 Contratos de Gestão estabelecidos com Organizações Sociais de Saúde - OSS para gestão de Hospitais, Ambulatórios Médicos de Especialidades - AME, Unidades de Reabilitação da Rede Lucy Montoro e Outros Serviços de Saúde tais como: Centros Estaduais de Análises Clínicas - CEAC, Serviços Estaduais de Diagnósticos por Imagem - SEDI, Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde - CROSS e um Centro Estadual de Abastecimento e Distribuição de Insumos de Saúde - CEADIS;

- 10 Convênios; para gestão de Hospitais, AME e Unidade de Reabilitação da Rede Lucy Montoro;

- 03 Convênios com Consórcios Intermunicipais de Saúde para gestão de Hospitais e AME;



### **Produção das unidades sob gerência das OSS no ano de 2016:**

- 55 Unidades Ambulatoriais - (AMES e CRI): Consulta Médica: 4,27 milhões; Consulta Não Médica: 1,4 milhão; Cirurgia: 223,8 mil; Odontologia: 10,7 mil; SADT: 942,9 mil; Tratamentos Clínicos: 2,4 mil;

- 31 hospitais gerais e 09 hospitais especializados: Saídas Hospitalares: 372,3 mil; Hospital Dia/Cirurgias ambulatoriais: 89,7 mil; Urgência: 2,0 milhões; Atendimento Ambulatorial: 2,1 milhões; SADT Externo: 1,6 milhão; Quimioterapia: 74,7 mil; Radioterapia: 71,6 mil; Diálise: 152,6 mil; Litotripsia: 12,9 mil; tratamento do aparelho de visão: 16,7 mil.

**Ambulatórios Médicos de Especialidades - AMEs** - foi dada continuidade ao programa de criação dos AMEs, iniciado em 2007 e mais três novos AMEs foram criados em 2016: AME do Idoso da Lapa, AME do Idoso da Vila Mariana e AME Lorena.

### **Ações de Assistência Farmacêutica**

A SES/SP tem como responsabilidade a implementação da Política Nacional de Medicamentos em âmbito estadual, por meio da estruturação da Assistência Farmacêutica, da garantia do acesso da população aos medicamentos essenciais de forma pactuada com as demais esferas de governo, e da promoção do Uso Racional de Medicamentos, observada a legislação sanitária vigente.

**Manutenção do Componente Básico da Assistência Farmacêutica - CBAF** - pactuação dos valores financeiros estaduais a serem transferidos à gestão municipal, para financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica do SUS/SP em 2016:

- **Até setembro de 2016 - Deliberações CIB nº 21 e 27/2015:** Para 27 municípios > 250.000 habitantes e 36 municípios < 250.000 habitantes não aderentes ao “Programa Dose Certa”: R\$ 10.662.295,00, sendo R\$ 8.371.809,00 para financiamento de medicamentos e R\$ 2.250.487,00 para aquisição de insumos para diabéticos insulino-dependentes; Para 582 municípios < 250.000 habitantes aderentes ao “Programa Dose Certa”: R\$ 1.264.561,25 para aquisição de insumos para diabéticos insulino-dependentes.

- **A partir de Outubro/2016 – Deliberações CIB nº 22 e 37/2016:** Para 27 municípios > 250.000 habitantes e 35 municípios < 250.000 habitantes não aderentes ao “Programa Dose Certa”: R\$: 63.577.507,92, sendo R\$ 50.107.696,92 para financiamento de medicamentos e R\$ 13.469.811,00 para aquisição de insumos para diabéticos insulino-dependentes; Para 583 municípios < 250.000 habitantes aderentes ao “Programa Dose Certa”: R\$: 7.620.475,00 para aquisição de insumos para diabéticos insulino-dependentes.

**Distribuição de medicamentos do CBAF aos municípios do Estado de São Paulo:** mais de 745 milhões de unidades farmacêuticas pelo “Programa Dose Certa” (equivalente a mais de R\$ 62,3 milhões, 01 a 08/2016); mais de 2,3 milhões de frascos de insulina humana NPH 100UI/mL



(equivalente a mais de R\$ 20,9 milhões) e mais de 153 mil frascos de insulina humana regular 100UI/10mL (equivalente a mais de R\$ 1,3 milhões), adquiridas de forma centralizada pelo Ministério da Saúde; contraceptivos do Programa Saúde da Mulher, adquiridos de forma centralizada pelo Ministério da Saúde, aos municípios < 500 mil habitantes; misoprostol, para contracepção de emergência, aos hospitais e maternidades públicas. **Execução do CBAF no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional:** aplicação de mais de R\$ 1 milhão com a aquisição de 64 medicamentos, 13,6 milhões de unidades farmacêuticas, para atendimento de 162 unidades prisionais.

**Manutenção do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica - CESAF -** Programação anual e reprogramação trimestral das necessidades de medicamentos e distribuição de medicamentos do CESAF, adquiridos pelo Ministério da Saúde, para tratamento de cólera, doença de chagas, esquistossomose, hanseníase, influenza, leishmaniose, lúpus eritematoso sistêmico, malária, meningite, mieloma múltiplo, tracoma, tuberculose, entre outras doenças.

**Manutenção do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF e Protocolos Clínicos de Tratamento Estaduais -** Atendimento médio de 622 mil pacientes/mês nas 37 Farmácias de Medicamentos Especializados - FME, com a dispensação média de 38,5 milhões de unidades farmacêuticas/mês de 236 medicamentos e apresentação média de 699 mil APAC por competência (01 a 08/2016). Investimento superior a R\$ 570 milhões, em recursos do FUNDES e Tesouro Estadual (01 a 11/2016, GGA/CCTIES).

**Manutenção dos Medicamentos Oncológicos com Aquisição pelo Ministério da Saúde -** Distribuição de mais de 850 mil unidades farmacêuticas (equivalente a mais de R\$ 88 milhões), de 10 medicamentos adquiridos pelo Ministério da Saúde, para atendimento médio de 5.400 pacientes/mês, em 69 hospitais da Rede de Atenção Oncológica de Alta Complexidade do Estado de São Paulo (01 a 08/2016).

**Fornecimento de medicamentos de ações judiciais e solicitações administrativas –** Atendimento médio de 43 mil pacientes/mês nas 24 Farmácias de Demandas Judiciais e Administrativas, com a dispensação de medicamentos, produtos nutricionais e materiais médico-hospitalares (01 a 09/2016).

Realização de intervenções frente à análise crítica das ações judiciais e solicitações administrativas de medicamentos e nutrições enterais:

- Inativação de 3.971 demandas de pacientes que não retiram seus medicamentos, nutrições enterais e outros produtos nutricionais, por um período de 60 a 90 dias, refletindo em uma perda evitada de mais de R\$ 7 milhões (01 a 08/2016); Transferência de pacientes atendidos por ação judicial, com CID autorizado nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, para emissão de APAC na FME.



- Promoção de economicidade e segurança do processo de uso de medicamentos, por meio do compartilhamento de doses de: (1) ácido zoledrônico 4mg no tratamento da osteoporose -economia de mais de 249 mil, 387 pacientes atendidos por solicitação administrativa; (2) bevacizumabe e ranibizumabe para o tratamento da Degeneração Macular Relacionada à Idade - economia de mais de R\$ 1,8 milhões, 1.220 pacientes atendidos por solicitação administrativa (01 a 08/2016).

- Suporte técnico ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, a Defensoria Pública e a Procuradoria Geral do Estado, com desenvolvimento de pareceres técnico científicos, para subsidio da defesa do Estado em demandas judiciais envolvendo medicamentos, e disponibilização de acervo técnico sobre os produtos para saúde que são demandados pelo Poder Judiciário no Portal da SES/SP, contribuindo para a tomada de decisão dos magistrados.

**Manutenção dos Programas MedCasa e PMC** – Realização de mais de 436 mil entregas de medicamentos em domicílios de pacientes e mais de 63 mil entregas de medicamentos em clínicas de hemodiálise (01 a 11/2016).

**Outras ações de aperfeiçoamento da gestão da Assistência Farmacêutica Estadual:** Estruturação do Sistema de Assistência Farmacêutica, com: Repactuação do modelo de oferta dos medicamentos para tratamento de glaucoma no Estado de São Paulo; Realização de visitas técnicas nas FME, com a definição de planos de ação para qualificação dos serviços de Assistência Farmacêutica; Publicação de 6 Notas Técnicas; Educação continuada de profissionais que atuam na Assistência Farmacêutica; Promoção de ações para modernização e informatização da Gestão da Assistência Farmacêutica; Disponibilização de informações relativas a medicamentos aos usuários do SUS: esclarecimento de dúvidas a usuários que buscaram os diversos meios de atendimento ao público; elaboração e/ou atualização de 24 Cartilhas de Orientação por “Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas” e 139 Cartilhas de Orientação por “Medicamento”, entre outros.

### **Recursos Humanos na Saúde**

**Residência Médica** - o Programa de Bolsas de Residência Médica do Governo do Estado de São Paulo financiou, em 2016, 6.661 bolsistas em 63 instituições de diferentes naturezas jurídicas - universidades estaduais, instituições públicas estaduais, OSSs e instituições privadas conveniadas com a Secretaria da Saúde - SES/SP. Valor total anual de R\$ 247,6 milhões. O programa de Gratificação de Preceptoría distribuiu 810 gratificações em 19 instituições para os profissionais médicos que supervisionam o ensino dos médicos residentes e que possuem vínculo funcional com a SES/SP.

**Programa de Aprimoramento Profissional - PAP** da Secretaria da Saúde capacita profissionais recém-formados em diversas áreas de saúde e afins, exceto médicos, para atender a demanda de pessoal qualificado para atuar em diversas áreas do SUS/SP. No ano de 2016, a SES passou a administrar integralmente o programa e disponibilizou 1.176 bolsas de estudos distribuídas em 388 Programas nas 41 Instituições credenciadas: 18 Hospitais, 14 Instituições de Ensino, 3 Centros de Referência, 4 Instituições de Pesquisa e 2 em outras Instituições, gerando um custo de R\$ 17.691.367,68 /ano.



**Formações** - 1160 participantes abrangendo Técnico em Saúde Bucal, Atualização em Hemoterapia, Auxiliar em Saúde Bucal, Agente Comunitário de Saúde, Habilitação em Técnico em Enfermagem - até o momento 298 participantes com recurso do PROFAPS que totalizou R\$ 652.740,00; Técnico em Agente Comunitário de Saúde - Etapa Formativa I - 712 participantes com recursos da PORTARIA nº 2.662, resultando em R\$ 462.000,00; Técnico de Enfermagem-Projeto Novos Passos de capacitação para os filhos de servidores da SES - 100 participantes, com recursos de hora/aula totalizando R\$ 621.252,00; Formação de Conselheiros para o Controle Social – com 50 participantes com recursos de hora/aula totalizando R\$ 16.588,80.

**Projetos de Capacitação Presenciais** - no total 1.131 participantes, 25 mil horas de treinamento, R\$ 107,3 milhões, para servidores da administração direta em diversas áreas técnico-administrativas.

**Ensino a distância** - foram desenvolvidos 12 novos cursos na modalidade ensino à distância com 2.303 concluintes e 30.026 horas treinamento até novembro/16.

#### **Ações de Saúde Coletiva**

**Material de Comunicação e divulgação** - 12 edições do Boletim Epidemiológico Paulista - BEPA; Editoração de 07 edições do jornal GAIS Informa, conteúdo produzido pelo Grupo Técnico de Avaliação e Informação de Saúde (CPS/SES-SP), com análise de dados e situações de saúde; Produção de 8 edições do CCD Notícias; Produção do Boletim de Hemovigilância do Centro de Vigilância Sanitária; **Sala de Situação** – para estabelecimento de uma plataforma de webconferência implantada e equipada pela CCD permitindo a realização de ações interativas à 130 pontos, com atendimento neste ano de 10.195 pessoas em 548,4 horas de atividade.

**Programa de Pós-Graduação em Ciências** - Discentes - 97 discentes (54 no mestrado, 36 no doutorado e 7 no pós-doutorado); Defesas - 08 defesas de mestrado e 05 de doutorado; CAPES – apoio 26 bolsas (10 Doutorados, 15 mestrados e 1 de pós-doutorado); Disciplina - 17 ministradas e o Workshop sobre Biodiversity and Chemical Diversity as Tools for Drug Discovery; Projetos: 134 projetos em 28 linhas de pesquisa em infectologia e pesquisas laboratoriais em saúde pública.

**Grupo de Apoio às Políticas de Prevenção e Proteção à Saúde - GAPS** - mantém 19 projetos das diferentes áreas da Vigilância em Saúde em execução, representando R\$ 8.708.237,14 para pagamento de aproximadamente 74.770 etapas, em 2016, para profissionais envolvidos na execução de ações urgentes e inadiáveis de vigilância em saúde realizadas fora do período regular de trabalho, como Intensificação das ações de vigilância epidemiológica de Zika vírus no estado de São Paulo; Todos juntos contra o Aedes Aegypti - Controle do Aedes Aegypti em municípios do Estado de São Paulo; Campanha álcool para menores é Proibido e Ambientes Saudáveis e livres de Tabaco – 2016; Plano de eliminação do Tracoma como causa da cegueira GVE – VIII Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo – Etapa: Salesópolis, entre outros.



**Sistemas de Informações de Mortalidade - SIM e de Nascidos Vivos - SINASC** - coordenação e aperfeiçoamento dos sistemas de informações de estatísticas vitais. Principais ações desenvolvidas: distribuição da Declaração de Nascido Vivo - DNV e Declaração de Óbito - DO aos municípios, no âmbito do Estado de São Paulo; Realização de cursos e oficinas sobre codificação e outros temas relacionados ao SIM e SINASC envolvendo 680 técnicos; “Premiação Estadual SIM e SINASC”- premiação de 130 municípios e 20 Grupos de Vigilância Epidemiológica - GVE; Aquisição e doação de livro das CID - 10 (3 volumes) para 60 municípios.

**Ações de Vigilância Sanitária** - A SES, por meio do Centro de Vigilância Sanitária coordena o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária, constituído por 28 equipes regionais de vigilância sanitária estadual (GVS) 645 equipes municipais (VISA-M), com a função de proteger a população dos fatores que implicam em ameaças e riscos à saúde.

**Entre as ações realizadas destacam-se:**

**Produtos de Interesse da Saúde** - Coordenação de inspeções em Fabricantes de Produtos para Saúde, Medicamentos, Radiofármacos, Gases Medicinais e Insumos Farmacêuticos Ativos - IFA: 206 inspeções; Reações adversas a medicamentos - RAM e queixas técnicas - QT - 31.878 notificações; Capacitações em: Inspeção de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, Medicamentos Radiofármacos; Produtos para Saúde, Fabricação de Cosméticos e Produtos de Higiene e Perfumes; Publicações – 04 publicações.

**Vigilância em Saúde Ambiental** - Vetores e Hospedeiros - orientações para 80.083 procedimentos; criação de Grupo Técnico Interinstitucional para controle de criadouros do mosquito *Aedes aegypti* no Estado de São Paulo; Ambiente Construído - orientações para 10.272 procedimentos; Produtos Perigosos e Eventos Naturais - orientações para 217 procedimentos; Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - Proágua - orientações para 22.372 procedimentos; “Conservação do Meio-Ambiente para o Estado de São Paulo” - treinamento oferecido pela Província de Mie, Japão; Áreas Contaminadas e Saúde - 15º Seminário em parceria com universidades - 200 participantes; Seminário Hospitais Saudáveis - 700 participantes; Seminário Estadual Água e Saúde - “Segurança hídrica e proteção da saúde”, 200 participantes.

**Serviços de saúde e de interesse da saúde:** Capacitações em: 1. Programa Nacional de Qualidade em Mamografia - PNQM, Ações de Vigilância Sanitária em Serviços de Medicina Nuclear e Monitoramento das fontes de cobalto-60 em Serviços de Radioterapia em Sangue, Células, Tecidos e Órgãos – 221 participantes; 2. Inspeção em Comunidade Terapêutica e atualização legislativa; em Laboratórios de Análises Clínicas e Transporte de Material Biológico Humano, Inspeções em Instituições de Longa Permanência para Idosos e em Comunidades Terapêuticas - 373 participantes; Inspeções realizadas: em três Bancos de Células e Tecidos Germinativos, AME de Pariquera-Açú e 05 outros serviços (Hospital e Unidades de Saúde). Eventos Sentinela relacionados à transfusão sanguínea - 100% investigados.



**Saúde do Trabalhador** - Trabalhador Exposto ao Amianto - 1.639 inspeções; Agravos relacionados ao trabalho - 39.267 notificações; Acidentes de Trabalho - monitoramento de 509 procedimentos; Seminário “Trabalhadores com Deficiência e Acessibilidade no Ambiente de Trabalho”, “Segurança e Saúde do Trabalhador Rural e Trabalho Pesado” - 548 participantes.

### **Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS do Estado de São Paulo**

- **Cursos, Capacitações, Treinamentos, Seminários e Encontros realizados:** Vigilância, prevenção e tratamento da Sífilis e Sífilis Congênita (SC) - 2000 participantes; Manejo das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) - 930 profissionais; Teste Rápido HIV Fluido Oral – 11 oficinas, 350 profissionais das unidades da SAP; Jornada Estadual de Sífilis e Semana Paulista de Combate a Sífilis - 600 participantes; Curso de Ensino a Distância (EAD): 1400 vagas; **IV Encontro Paulista de Aids** - 716 profissionais, 142 municípios, 126 trabalhos e 99 aprovados e Lançamento do “Prêmio Márcia Regina Giovanetti; Fórum de Interlocutores de DST/Aids do estado de São Paulo.

- **Pesquisas e projetos:** Projeto “Qualirede” – implementado com parceria da Universidade/SUS, Faculdade de Medicina da USP e PROADI-SUS/Sírio Libanês; Avaliação QualiAids - 4ª, autoavaliação da qualidade da rede ambulatorial especializada em tratamento para a AIDS; 25 protocolos de pesquisa realizados ou apoiados pelo CRT DST/Aids.

- **Publicações, materiais técnicos, divulgação e informação** - “Histórias da Aids no Brasil” - livro de Lindinalva Laurindo - Teodorescu e Paulo Roberto Teixeira, em 02 volumes. MS; Manual com diretrizes para assistência às pessoas com IST/HIV/Aids da Rede de Cuidados em IST/Aids; Manual com diretrizes para gestão dos serviços especializados em IST/HIV/Aids; Manual com diretrizes para prevenção das IST/HIV/Aids; Artigos em periódicos indexados – 12 publicações; Guia de Bolso sobre manejo da Sífilis em Gestante e SC (versão digital).

- **Disque-DST/Aids** - 3.374 atendimentos.
- **Campanha Estadual de Testagem do HIV e da Sífilis - Fique Sabendo 2016** - 586 municípios, 3.917 unidades de saúde, 83 unidades prisionais (50%) com e 17 ONG/OSC.
- **Repasse para Organizações da Sociedade Civil** - 23 projetos de R\$ 3.130.278,68;
- **Casas de Apoio:** monitoramento das 492 acomodações, 25 Casas de 13 municípios;
- **Insumos:** Distribuição de preservativos masculinos - 64.203.062; preservativos femininos - 2.617.500; sachês de gel lubrificante - 6.504.200. **Distribuição de Testes Rápidos (TR):** HIV - 1.002.856; HIV Fluido oral - 197.000; Sífilis - 640.600; Hepatite B - 614.798; Hepatite C - 386.398.





**Centro de Vigilância Epidemiológica “Professor Alexandre Vranjac” - CVE** - responsável pela Vigilância Epidemiológica do Estado, destaques em 2016:

- **Programa Estadual de Imunização** – Vacinação de rotina (dados até 31/10/2016) - 15.012.610; Campanha Influenza (abril/2016) - 12.382.659; Campanha Nacional de Vacinação: Atualização da Caderneta de Vacinação de crianças menores de 5 anos - 1.212.119; Campanha Nacional de Vacinação: Atualização da Caderneta de Vacinação crianças de 9 anos e adolescentes de 10 a 14 anos - 266.610. Capacitações: 500 participantes. Lançamento da Norma Técnica do Programa de Imunização

- **Pesquisas e trabalhos** - 9ª Conferência Regional da TEPHINET “Novas Estratégias e Desafios na Resposta Integrada a Zika e outras Doenças na América”, Paraguai - “Importância de um Sistema Informatizado para monitoramento do Zika Virus” e “O papel das Gestantes com Exantema na Vigilância sentinela do Zika Vírus”; I Seminário de Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública e Escola de Enfermagem da USP - “Gestantes e Febre pelo Zika Vírus no Estado de SP”; Estágio de cooperação técnica Brasil/França em DST-Aids e Hepatites Virais na Universidade de Paris-Diderot; European Society for Paediatric Infectious Disease - 34th Annual Meeting (Espid 2016) Brighton-Reino Unido - Review Of 3,756, Serious Respiratory Infectious (SARI) caused by Influenza in São Paulo State, Brazil 2013/2015, Measles Activity During The 2011-2015 Period in São Paulo State, Brazil, e Meningococcal C Conjugate Vaccine Impact: Routine Immunization In São Paulo State, Brazil; 28ª Conferência da Sociedade Internacional em Epidemiologia Ambiental em Roma, Itália - “The Pesticides Poisoning in the States of São Paulo, Brazil.

- **Cursos, Seminários, Simpósios e Oficinas** - total de 5.950 participantes. Temas abordados: Tuberculose; Doenças de Transmissão Respiratória, Sarampo, Meningite e Influenza; Prevenção do Câncer; Infecção Hospitalar; Bactérias Multirresistentes nos Hospitais do Estado de São Paulo; Tracoma com ênfase em Triquíase Tracomatosa; Emergências em Saúde Pública; Zika; Leishmaniose do Estado de São Paulo; Obesidade; Hepatites Virais B e C; Promoção da Saúde e Prevenção de Violências Arboviroses Urbanas no Estado de São Paulo; EPISUS-SP; Geoprocessamento e Análise Espacial; Sistema de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Área Contaminada;

- **Produção de materiais técnicos, divulgação e informação** - 600 mil unidades do cartão de acompanhamento clínico de casos suspeitos de dengue; impressos para a Campanha Estadual Anual de Combate à Hanseníase: 10 mil cartazes, 25 mil folders, 500 mil folhetos educativos; impressos para o Plano de Eliminação do Tracoma - Oftalmologia Sanitária: 10 mil fichas de investigação do Tracoma, 5 mil unidades do Manual de Informação Básica de Saúde Ocular, 5 mil unidades do Guia de Prevenção de Alterações Oculares em Hanseníase; 10 mil unidades da Cartilha sobre a Hepatite C; 200 mil calendários informativos de Dengue, Zika e Chikungunia; 1300 unidades do Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação e do Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais; Protocolos: de Microcefalia, de Vigilância das Gestantes com exantema e Vigilância da Síndrome de Guillain-Barré e outras manifestações neurológicas associadas com arbovírus.



- **Webconferências** - Epidemiologia, Vigilância e Controle da Influenza: preparando para a Sazonalidade 2016; Práticas Alimentares Saudáveis na Prevenção do Câncer; Prevenção de Acidentes de Crianças e Adolescentes: Influenza: Manejo Clínico e Tratamento; Avaliação Trimestral da Tuberculose; Curso por Web conferência para Médicos sobre diagnóstico e tratamento da Tuberculose; Campanha de Hanseníase, Tracoma e Geohelmintíase; Prevenção de Acidentes de Trânsito; Realização de 25 Webconferências - tema a LVE - Lista de Verificação de Emergências.

**Centro de Distribuição e Logística “Profº Edmundo Juarez” – CDL** – responsável pelo Armazenamento e distribuição de vacinas de rotina, campanhas humanas e contra raiva canino-felina, insumos estratégicos e armazenamento e distribuição de PALIVIZUMABE e outros materiais /insumos para a Coordenadoria de Controle de Doenças, fundamentais para as ações de Vigilância em Saúde. Principais ações em 2016: Visitas Técnicas Monitoradas - Treinamentos realizados para Escolas e funcionários da área da saúde/logística rede pública e privada num total de 421 visitantes; distribuição de 54,8 milhões de doses de vacinas no valor de R\$ 582,8 milhões e insumos no valor de R\$ 1,6 milhão.

**Instituto Adolfo Lutz - IAL** - realiza exames e análises para as áreas da Vigilância em Saúde e Programas Interlaboratoriais de Qualidade.

**Principais ações em 2016:** Produção de 696.682 exames realizados de janeiro a outubro de 2016; realização de projetos de pesquisa recursos do IAL e de agências de Fomento; realização de 49 eventos de treinamento e capacitação de 2.389 profissionais; aquisição de 103 equipamentos de apoio ao diagnóstico, no valor total de R\$ 1.205.467,13.

- **Excelência técnico-científica** - foram recebidas premiações por atividades e produções científicas; estabelecidos acordos de cooperação técnica e participação em pesquisas de interesse de saúde pública e em grupos técnicos nacionais e internacionais; recebidas visitas técnicas do Exterior (projetos colaborativos) e realizadas visitas técnicas no Brasil e Exterior.

- Outros destaques: Convênio SP-UK "São Paulo Open Innovation in Health"; Implantação do Plano Estadual de Prevenção e Eliminação de Bactérias Multirresistentes em conjunto com a DIH/CCE/CCD/SES (junho/2016).

**Instituto Pasteur** - vigilância epidemiológica, controle de risco e programas de capacitação e desenvolvimento relativos à raiva e **outras** encefalites virais, abrangendo atividades laboratoriais, de pesquisa e inovação, a coordenação do programa estadual de controle da raiva, a profilaxia da raiva humana e o suporte aos municípios. Referencia nacional para realização do diagnóstico humano ante-mortem. Centro Colaborador em Raiva da Organização Mundial de Saúde.



### **Principais ações:**

- **Exames laboratoriais:** 24.229 amostras, gerando 46.043 análises. Foi realizada a caracterização genética de vírus da raiva de vários estados do Brasil e também de El Salvador. Realizado diagnóstico ante-mortem de 08 pacientes suspeitos de raiva, totalizando 52 amostras analisadas, com dois casos positivos.

- **Pesquisa** - 41 projetos de pesquisa em andamento; quatro contam com captação de recursos de agência de fomento (FAPESP) totalizando R\$ 604.514,14 e U\$ 25.300,00.

- Cursos, capacitações, eventos científicos e oficinas: 568 participantes no total e sete treinamentos para médicos veterinários em diagnóstico da raiva e isolamento viral em camundongos e em cultura de células.

- Dia Mundial da Raiva - “Instituto Pasteur de portas abertas – Todos juntos contra a raiva”: 170 participantes. Investimento de R\$ 14.493,00.

- Programa de Aprimoramento Profissional - sete bolsistas, Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária FMVZ/USP: 12 médicos veterinários, Estágio Curricular: na área de Virologia e Sorologia - 4 alunos de curso de graduação em medicina veterinária.

- Produção de insumos: três lotes produzidos de Conjugado Fluorescente para Diagnóstico de Raiva. Fornecimento de insumos para a Rede Nacional de Laboratórios de Diagnóstico de Raiva : 348 frascos; distribuição de vírus, células, soros e controles padrão para aplicação no diagnóstico de raiva a 06 laboratórios estaduais.

### **Instituto de Saúde**

O Instituto de Saúde tem como missão o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, assessoria e formação no campo da Saúde Coletiva, de forma articulada com as diferentes instâncias de gestão do SUS, buscando sua consolidação e a melhoria da qualidade de vida da população.

**Pesquisa** - conclusão de 23 projetos de pesquisa e 22 projetos de pesquisa em andamento (agências de fomento, FAPESP, CNPq e Fundação Bill e Melinda Gates).

**Produção e difusão científica:** 22 artigos científicos, 8 participações em Congressos, 7 capítulos de livro, e 3 livros organizados por pesquisadores da instituição. Destaca-se também a inclusão de 4 novas linhas de pesquisa dentro dos grupos de pesquisa certificados pela instituição no CNPq. Além dos três livros, foram publicados três números do Boletim do Instituto de Saúde - BIS. Realizados 19 eventos técnico-científicos entre seminários, reuniões técnico-científicas, diálogos deliberativos e lançamentos de livros.



**Outras ações de apoio técnico** - o Núcleo de Evidências do Instituto de Saúde (NEv-IS) - elaborou dois documentos de Sínteses de Evidências para apoiar a tomada de decisão de gestores: “Melhorando o cuidado de adolescentes com doença falciforme” e “Promovendo o Desenvolvimento na Primeira Infância”, duas Oficinas para capacitação nas ferramentas SUPPORT para políticas informadas por evidências (25 profissionais) e um Seminário sobre Doença Falciforme. Apoio para a formulação das linhas de cuidado da criança, da gestante e puérpera, do idoso e da saúde mental no Projeto Fortalecimento da Gestão Estadual da Saúde do Estado de São Paulo (SES-SP/BID) e organização da Oficina de implantação de Linhas de Cuidado envolvendo as coordenadorias e áreas técnicas da SES.

**Formação:** a segunda turma (2014/2016) do Programa do Mestrado Profissional encerrou suas atividades, e os 14 alunos defenderam suas dissertações em 2016. Os alunos da turma atual (2016-2018) estão em fase de qualificação dos projetos de pesquisa. Programa de Aprimoramento Profissional (PAP) em Saúde Coletiva, com dezoito alunos; CurSUS capacitou 290 profissionais do SUS-SP.

### **Superintendência de Controle de Endemias - SUCEN**

A SUCEN tem como finalidade promover o controle de vetores e hospedeiros intermediários invertebrados de doenças no Estado de São Paulo, realizando pesquisas e atividades necessárias ao avanço do conhecimento científico e tecnológico, além de cooperar com os governos municipais como executores das ações locais de controle, como também prestar assessoria para o controle de artrópodes, peçonhentos e incômodos.

As **ações de vigilância e controle desenvolvidas em 2016** pelo Departamento de Controle de Vetores - DCV referem-se aos vetores da Dengue, Febre Chikungunya e Zika vírus, Leishmaniose Visceral - LV e Leishmaniose Tegumentar Americana - LTA, Malária, Febre Maculosa Brasileira - FMB, Febre Amarela e Doença de Chagas; e aos hospedeiros intermediários da Esquistossomose.

Ações suplementares e complementares aos municípios, para o controle do mosquito *Aedes aegypti*, inseto transmissor de dengue, febre chikungunya, Zika vírus e febre amarela urbana: 1.419.312 imóveis dos quais 875.790 trabalhados pela equipe contratada de forma emergencial e temporária. Visitas para o controle do vetor da Leishmaniose Visceral Americana: 567 imóveis. Ações com foco em endemias rurais e peri-urbanas, não municipalizadas, para a vigilância e controle de triatomíneos transmissores da doença de Chagas e LTA: 791 imóveis.

Pesquisas entomológicas para a vigilância de LVA em áreas urbanas e periurbanas: 13.602 imóveis; Pesquisas acarológicas para vigilância e controle de FMB: 199 localidades; Pesquisas malacológicas para a vigilância e controle de planorbídeos hospedeiros intermediários da esquistossomose: 194 localidades.

Ações voltadas para o controle de animais peçonhentos e insetos: 53 imóveis.



Atividades complementares de monitoramento e acompanhamento da infestação por *Aedes aegypti* em imóveis domiciliares e de risco para o estabelecimento desse vetor em pontos estratégicos e imóveis especiais, 497.896 e 3.128 imóveis, respectivamente.

Assessoria aos municípios - 27.210 orientações técnicas e supervisões aos agentes municipais; capacitação de 8.175 profissionais de saúde nos diferentes programas de controle de doenças em municípios do Estado de São Paulo, cujo conteúdo em cerca de 90% dos casos relacionam-se ao Programa de Controle do *Aedes aegypti*.

A SUCEN é responsável pela Secretaria Executiva do Comitê Estadual de Mobilização contra Dengue, e em abril de 2016 foi realizada a Semana Estadual de mobilização para Ações de Combate a Dengue, em parceria com os municípios e nova mobilização social em novembro de 2016. Destaque-se, também, a publicação do Informe Técnico “A Febre Maculosa Brasileira na Região Metropolitana de São Paulo” em conjunto com o Centro de Vigilância epidemiológica-CVE, Instituto Adolfo Lutz, Instituto Emilio Ribas, na esfera estadual e os municípios do ABCD, Mauá e São Paulo na edição do BEPA (Volume 13, número 151:3-47, julho 2016).

Atividades desenvolvidas pela Coordenação dos Laboratórios de Referência e Desenvolvimento Científico - CLRDC: coleta e realização de exames para a identificação de espécies vetoras (8.259 amostras de imaturos de *Aedes aegypti*, 31.587 amostras de adultos de *Ae. aegypti*, 3.043 flebotomíneos, 2 carrapatos, 128 triatomíneos e 3.817 escorpiões) e de hospedeiros intermediários das endemias, complementação das investigações epidemiológicas de casos e focos e avaliação do risco da transmissão dos agentes patogênicos causadores das doenças; diagnóstico da malária humana - 969 exames e 511 revisões daqueles realizados em outras unidades laboratoriais do Estado, no processo de supervisão e acompanhamento de qualidade nas unidades de atendimento a saúde da população; monitoramento da resistência dos vetores da dengue aos produtos utilizados para o seu controle em 16 populações de *Ae. aegypti* provenientes de municípios paulistas. Também foram realizados avaliações de produtos potenciais para o controle do vetor da dengue.

**Treinamento, capacitação e especialização** - capacitados 18 profissionais recém-formados através de bolsas de aprimoramento da FUNDAP; orientados em programas de mestrado ou doutorado 8 alunos da USP, 2 da UNIFESP e 2 da CCD; orientação de alunos de cursos de graduação e pós-graduação das universidades públicas paulistas. Destaque para o desenvolvimento de disciplina “Mosquitos de importância médica: bioecologia e suas implicações na transmissão de doenças tropicais” no curso de pós-graduação da Secretaria da Saúde (CPG-CCD), com abordagem de conhecimentos e avanços nas diferentes especialidades da área de atuação institucional.

**Pesquisa científica e tecnológica** - em execução 11 projetos de pesquisa sob coordenação de técnicos institucionais e participação em outros 15. Vinte estudos e pesquisas com resultados em revistas de circulação nacional e internacional, em parcerias internas e externas com captação de recursos de agências de fomento (FAPESP e CNPq). Por meio de fonte FAPESP os laboratórios especializados ampliaram suas estruturas em equipamentos e instalações em R\$ 114.629,25, R\$ 33.750,00 da FIOCRUZ e R\$ 50,900,00 do Ministério da Saúde.



**Recursos humanos** - contratados 204 servidores em caráter temporário, sendo 9 oficiais administrativos, e os demais, 192 desinsetizadores e 3 oficiais operacionais (motoristas), para ações exclusivas em campo de acordo com o que constou do Plano Emergencial de Combate às Arboviroses (Dengue, Chikungunya e Zika), nos municípios infestados pelo mosquito “Aedes Aegypti”.

**Equipamentos:** concluída a aquisição de 100 nebulizadores costais (R\$ 240.000,00) e 10 veiculares (R\$ 383.000,00) para controle químico da forma adulta de *Aedes aegypti*, 2 servidores de rede (R\$ 10.436,00), 4 projetores multimídia (R\$ 9.000,00), 1 Balança de precisão (R\$ 9.111,84) e 100 armários tipo roupeiros (R\$ 36.900,00); aquisição de Equipamentos de Proteção Individual no valor de R\$ 970.785,00, para o desenvolvimento dos trabalhos em campo e larvicida biológico no valor de R\$ 410.400,00.

### **Instituto Butantan**

**Atividades de Pesquisa Científica e Tecnológica** - foram publicados 188 artigos em revistas indexadas de nível internacional (ISI), com aumento na proporção de artigos publicados em periódicos com fator de impacto maior que 5 - o que denota a excelência dos trabalhos publicados. Recursos extra-orçamentários obtidos, para projeto individuais ou de maior porte: FAPESP, CNPq, BNDS, INCTs entre outros - R\$ 44,5 milhões e U\$ 2,9 milhões; R\$ 9,4 milhões em bolsas. A captação total de recursos para atividade de pesquisa, incluindo bolsas foi de R\$ 53,8 milhões e US\$ 2.9 milhões.

**Formação de recursos humanos na área científica** - 482 estagiários, em diferentes níveis; 69 bolsas pelo Programa de Aprimoramento Profissional (PAP-SES-IBU); 63 bolsas pelo Programa de Iniciação Científica - Pibic-CNPq, que inclui 10 vagas para alunos de escola pública; 15 bolsas pelo Programa de Iniciação Científica Junior - PIC Jr para alunos de escolas particulares; 15 alunos de mestrado, 23 alunos de doutorado, com sete defesas de mestrado e duas de doutorado; 141 alunos do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Biotecnologia; 50 estagiários de pós-doutorado; ministrados 29 cursos de extensão em diversos níveis para a divulgação do conhecimento técnico científico nas áreas de atuação do Instituto e 23 cursos de divulgação científica, de curta duração, com o total de 1.217 participantes. O MBA “Gestão da Inovação em Saúde” conta com 38 alunos, e formou 26.

**Produção de Imunobiológicos** - foram produzidos 73,1 milhões de doses de vacinas, sendo: vacina influenza - 54.000.000; vacina raiva humana - 1.089.790; vacina hepatite B - 14.639.400; vacina HPV - 460.800; vacina hepatite A - 1.769.150; vacina dTPa - 1.171.410. Foram produzidas 285 mil doses de soros, sendo: Antiaracnídico - 29.923; Antibotrópico - 53.205; antibotrópico crotálico - 5.410; anticrotálico - 6.568; antielapídico - 6.222; antiescorpiônico - 12.904; antilonomia - 10.000; anti rábico humano - 153.378; antitetânico - 7.280; antibotulínico - 200. Saliente-se o início da fase III dos ensaios clínicos da vacina dengue do Butantan, nos quais 17 mil indivíduos entre 2 e 59 anos participarão do estudo.



**Patentes:** foi deferida e concedida, em 10/02/2016, a patente referente ao “Processo de obtenção de soro equino anti-loxosc lico”. Houve ainda o depósito de dois pedidos de patentes nos Estados Unidos, um na Europa, um internacional, um em Bangladesh, um na Argentina e um em Taiwan.

**Atividades de Culturais e de Educação** - visitação aos museus (Biológico, Microbiológico e Histórico) - 140.355 visitantes nos últimos 12 meses; ao parque 130.193 visitantes de janeiro a novembro de 2016. O Museu Emílio Ribas, 1.035 visitantes até novembro de 2016. Foram realizadas atividades como exposições temporárias: “O Instituto Butantan e o combate à dengue”; “Mais que humanos. Arte no Juquery”, entre outras, além do recebimento de alunos do ensino médio e fundamental.

### **Fundação Oncocentro de São Paulo - FOSP**

**Treinamentos e Capacitações** - em 2016, utilizou-se a modalidade ensino a distância, com 1.219 enfermeiros inscritos, dos quais, **864 já foram capacitados nas ações** que compõem o Programa Estadual de Prevenção do Câncer do Colo Uterino. Neste mesmo período, **62 enfermeiros** receberam aprimoramento técnico para atuarem como multiplicadores. Realizou-se a 3ª edição do Curso Básico para Registradores de Câncer do Estado de São Paulo, com previsão de treinamento de 40 profissionais de todo o Estado.

**Informação e Epidemiologia - Registro Hospitalar de Câncer - RHC** - importante instrumento de obtenção de informações sobre os casos de câncer atendidos nos hospitais da rede estadual de oncologia, coordenado pela FOSP, o RHC/SP está implantado em 72 hospitais da Rede de Atenção Oncológica. Do ano 2000 até o m s de setembro de 2016, foram registrados 690.905 casos analíticos (com ou sem diagnóstico, mas sem tratamento prévio   admissão no hospital) e 140.716 casos não analíticos (tratados previamente em outras instituições).

**SPCAN: Morbidade e mortalidade por câncer no Estado de São Paulo** - é uma plataforma de análise on-line que inclui dados sobre os casos de câncer atendidos em hospitais do Estado integrantes do RHC/SP. É alimentada pela base estadual do RHC e atualizada trimestralmente. Em 2016, foram realizadas atividades e procedimentos visando a melhoria da performance das tabulações e análises já implantadas no sistema, assim como o desenvolvimento de novas tabulações, com um número maior de variáveis.

**Reabilitação** - até 31/10/2016 foram realizadas 4.218 consultas em 789 pacientes. Neste mesmo período foram admitidos 143 pacientes novos, e entregues 592 próteses.

**Laboratório de Patologia da FOSP** - realizou-se até outubro de 2016, 213.719 citologias cervico-vaginais, 8.831 exames anatomopatológicos (incluindo biópsias de colo uterino, vulva, vagina, mama, próstata, pele, estômago e intestino grosso), 607 exames de citologia de mama (PAAF e secreção mamária), 11.109 reações de imunoistoquímica, indicadas para confirmação diagnóstica, na classificação ou na detecção de moléculas-alvo de terapias específicas, no câncer de mama. Foram



realizados neste período, 283 exames de hibridização molecular por fluorescência (FISH) para o gene HER2 nos casos com indicação seguindo o protocolo do Ministério da Saúde, para pesquisa da amplificação deste gene nos casos de câncer de mama. Foi iniciado no mês de outubro, atividades de monitoramento externo de qualidade dos laboratórios de citologia cervico-vaginal da rede SUS. Foram revistas 100 lâminas no mês e serão progressivamente aumentando os exames reavaliados pela FOSP. Realizada aquisição de microscópio óptico e sistema de captura de imagem para finalidade de documentação em alguns laudos de imunoistoquímica e em atividades ligadas à documentação científica e de ensino.

**Projeto citologia líquida e teste molecular para HPV de alto risco** - avaliação de novas modalidades de rastreamento para prevenção de câncer de colo uterino na Rede Pública de Saúde do Estado de São Paulo. Desde 01/12/2014, a FOSP vem coordenando este projeto. Até o momento, 17.000 amostras já foram testadas.

**Administração e Finanças** – Durante o ano de 2016, a FOSP atendeu diversas solicitações da COVISA (vigilância sanitária), oriundas da inspeção feita em 2014, e que foram apontadas nos Autos de infrações Série G nº. 027009 e 027041, realizando inúmeras adequações nas áreas técnicas, laboratórios e consultórios, como instalação de telas milimetradas nas dependências do laboratório e da Reabilitação; substituição do revestimento das cadeiras de todos os consultórios e laboratório por revestimentos laváveis; aquisição de termohigrômetros para controlar a temperatura dos ambientes laboratoriais; substituição de todas as lixeiras da área técnica por lixeiras com tampas, acionadas por pedal e com as devidas identificações; instalação de chuveiros de emergência nos laboratórios de imunoistoquímica e de histologia/citologia, além de ralos escamoteáveis em todos os laboratórios e contratação de empresa para construção do abrigo externo de resíduos.

### **Fundação para o Remédio Popular - FURP**

**Produção e distribuição de medicamentos** - até o terceiro trimestre foram produzidas 407 milhões de unidades farmacotécnicas e distribuídas 1,18 bilhões de unidades farmacotécnicas, sendo 851,7 milhões para o Programa Dose Certa.

**Parceria Público-Privada - PPP - Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense - IFAB** - a empresa Concessionária Paulista de Medicamentos - CPM, responsável pela gestão, operação e manutenção da fábrica, com fornecimento de medicamentos genéricos e realização de obras para adequação da infraestrutura existente, obteve até o mês de setembro de 2016, 76 registros sanitários, sendo 25 registros com inclusão do local de fabricação na IFAB e, até dezembro, 583.664.923 unidades farmacotécnicas.

**Obras para Adequação das Instalações** - estão em fase de licitação as contratações dos serviços para implantação do sistema para geração de água ultrapurificada, adequação física e aquisição de mobiliários para o novo laboratório microbiológico, na qual estarão sendo atualizadas as instalações industriais para atendimento das regulamentações sanitárias vigentes. Os recursos estão estimados em R\$ 3.570.000,00 e são provenientes de convênios firmados com o Ministério da Saúde.





**Equipamentos Adquiridos** - novos servidores para a área de Tecnologia da Informação, infraestrutura de rede e licenças de softwares, além de equipamentos manuais para manutenção, aparelho de ar condicionado, mobiliários para área administrativa e equipamento para codificação dos medicamentos na área produtiva, totalizaram o investimento de R\$ 1.800.000,00.

**Transferência de Tecnologia** – através do **Projeto de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDPs** - em 2016 a FURP entregou para o Ministério da Saúde um imunossupressor proveniente da parceria junto a Novartis, sendo 1.119.240 unidades de Micofenolato de Sódio de 180 mg e 11.002.800 de 360 mg.

**Fosfoetanolamina Sintética** - a FURP iniciou em junho de 2016 o processo de encapsulamento da Fosfoetanolamina e foram enviados, até o momento, 71 kg do produto fabricado pela PDT PHARMA e produzidas 59.400 cápsulas do medicamento. O material foi encaminhado para o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo - ICESP para início dos testes em humanos. Mandados Judiciais de Busca e Apreensões: desde o início do processo de encapsulamento da Fosfoetanolamina Sintética para realização das pesquisas pelo ICESP, a FURP recebeu 67 processos judiciais, sendo apreendidos 30,298 kg do produto. Esta quantidade representa 43% do material enviado pela PDT PHARMA para realizar o processo de encapsulamento.

**Projetos em Andamento** - 12 projetos para implantação de melhorias nas instalações físicas visando o atendimento de exigências regulatórias. Estes projetos serão realizados através de convênios firmados com o Ministério da Saúde com recursos estimados em R\$ 40.000.000,00.

**Ações Sociais - destaques** - Campanha do Agasalho em parceria com a Prefeitura Municipal de Guarulhos e o Fundo Social de Solidariedade do Governo do Estado, a Vacinação contra a gripe, na qual realizou a imunização de 400 pessoas, a Parceria com as Casas André Luiz sendo realizada a doação de brinquedos e a Palestra sobre Tabagismo aonde foram abordadas questões que envolvem o vício e o tratamento gratuito.

### **Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu**

**Perfil Institucional:** Hospital de referência especializada (terciária e quaternária para sua região) com 387 leitos existentes; 54 leitos de UTI (30 adultos, 17 neonatal e 7 pediátricos).

**Produção:** Os serviços prestados aos pacientes que necessitam de assistência no Hospital das Clínicas foram: 17.558 saídas hospitalares; 1.744 partos; 149 transplantes; 234.912 consultas de urgência e emergência; 7.413 cirurgias eletivas; 2.648 cirurgias ambulatoriais; 2,4 milhões de exames diagnósticos; 425.548 consultas ambulatoriais; 613.520 atendimentos de outros profissionais de nível superior; 2.535 diagnóstico e tratamento de hemodinâmica; 25.130 sessões de hemodiálises; 44.917 tratamentos oncológicos; 9.742 transfusões de hemocomponentes.



**Obras executadas e equipamentos adquiridos em 2016 - investidos R\$ 5,58 milhões,** com as seguintes obras em andamento ou concluídas: Construção e ampliação do Prédio para Ambulatório de Especialidades; Construção do Refeitório e Vestiário Central e Ampliação da Sala de Espera da Tomografia, Medicina Nuclear e Ressonância Magnética; Reforma da UTI NEO NATAL; Adequação da Sala de exames DISCORY MN670 e MN230 da Medicina Nuclear; Construção do Laboratório de Reprodução Humana Assistida do HCFMB. **Aquisição** de Tomógrafo de coerência ótica; Videogastrosκόpio Infantil, ventiladores adultos e infantis, entre outros, no tal de R\$ 617 mil.

**Atividades/Capacitação de servidores/funcionários (dentro do órgão):** foram realizadas um total de 99 (noventa e nove) atividades de treinamentos, capacitando 2.325 (dois mil, trezentos e vinte e cinco) funcionários/servidores pertencentes ao quadro de funcionários deste HCFMB.

### **Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP**

O HCFMUSP é composto pelo Instituto Central, Instituto de Ortopedia e Traumatologia, o Instituto de Psiquiatria, o Hospital Auxiliar de Suzano, o Hospital Auxiliar de Cotoxó, o Instituto de Medicina Física e Reabilitação, o Instituto da Criança, o Instituto do Coração, o Instituto de Radiologia, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, que oferecem referência terciária ao SUS/SP nas suas respectivas especialidades.

**Assistência Hospitalar e ambulatorial:** para o SUS o Complexo do HCFMUSP produziu **a média mensal em 2016** (até set) de: 4.156 internações (todas as clínicas e hospital dia); 473.980 procedimentos de diagnóstico em laboratório clínico; 8.549 procedimentos de diagnóstico por anatomia patológica e citopatologia; 37.558 procedimentos de diagnóstico por imagem; 216.796 Consultas/Atendimentos ambulatoriais, entre outras atividades assistenciais.

### **Projetos e Melhorias por Instituto**

#### **Instituto Central**

- **Assistência** – as práticas de **auditoria e gerenciamento de eventos adversos** têm sido fortalecidas desde a Acreditação Hospitalar pela Organização Nacional de Acreditação (ONA). Foram realizadas auditorias: do processo medicamentoso nos ambulatórios e nas unidades de internação; nas salas de procedimentos cirúrgicos; nos 19 ambulatórios, 28 enfermarias e em prontuários de pacientes das diversas unidades do ICHC; da rotina de Time Out no Centro Cirúrgico (42 procedimentos auditados em 2016).

- **Pesquisa** - Realização do **primeiro transplante de útero** da América Latina e o terceiro no mundo (depois de Estados Unidos e Turquia), direcionado para mulheres que nasceram sem útero e que pretendem engravidar. Realização de pesquisa que avaliou 24 pacientes submetidos à cirurgia bariátrica, acompanhados pelo período de cinco anos, publicada na revista Obesity Surgery, uma das mais importantes sobre o tema, e mostra, pela primeira vez, que a produção do hormônio



gastrointestinal GLP-1 em pacientes que recuperam peso expressivo após cirurgia bariátrica é diferente daqueles pacientes que mantêm controle de peso satisfatório.

- **Ensino** – Criação de tutorial com o objetivo de orientar o correto preenchimento dos prontuários, e fonte de consulta para as dúvidas diárias. Concluíram o tutorial 75% (328 do total de 433) dos residentes do 1º ano e 66% (350 do total de 531) dos demais anos de residência; Treinamento realizado aos profissionais de enfermagem, que prestam serviços em salas operatórias, com o intuito de reforçar a importância do envolvimento da equipe de enfermagem nos processos cirúrgicos, bem como promover orientações no que tange à Meta de Segurança ao Paciente “Cirurgia Segura”. O evento contou com a presença de 90% (80) dos profissionais de enfermagem que prestam serviços em salas operatórias.

### **Instituto do Coração - InCor**

- **Assistência - Projeto Beira-Leito:** assistência segura, integral e integrada ao paciente. Testado em uma clínica e aprovado como modelo para as demais unidades de internação do Instituto do Coração. Como resultados podem-se citar: 412 pacientes atendidos; 2.820 prescrições médicas; 85,2% de taxa de avaliação farmacêutica da prescrição; 27.637 medicamentos checados; 37.591 itens de prescrição de enfermagem checados; 230.420 unidades de materiais e medicamentos movimentadas; dentre outros.

- **Pesquisa - Projeto Dispositivo de Assistência Ventricular - DAV.** Composto por uma bomba de sangue que pode assumir total ou parcialmente o trabalho de bombeamento do sangue feito pelo coração e um console de controle dos parâmetros de assistência. Atualmente em avaliação clínica no InCor, os resultados serão transferidos a outros centros do Brasil. Foi concebido visando a produção em série do DAV e seu sistema de controle com custos compatíveis com a política do Sistema Único de Saúde, portanto com importante impacto social e econômico.

- **Certificação Digital:** assinatura de documento médico no Sistema Integrado de Informações Institucionais - SI3. A média mensal é de 81.955 documentos, sendo 5.323 Adendas de Internação, 183.878 consultas ambulatoriais, 133.529 evoluções médicas, 134.253 laudos de exames diagnósticos, 7.908 laudos de Autorização de Internação Hospitalar - AIH, dentre outros. Atualmente constam mais de 800 Médicos (Assistentes e Residentes) com Certificados Digitais válidos para assinatura de documentos.

### **Instituto do Câncer do Estado de São Paulo**

- **Assistência - Programa voltado à educação em saúde de familiares/cuidadores de pacientes oncológicos que estão em programação de alta hospitalar** - temas abordados contemplam "cuidados com ostomias intestinais", "cuidados com traqueostomia", "cuidados com cateter naso enteral", "cuidados com drenos" e "prevenção de queda e fratura em domicílio". Ação com foco de atenção na profilaxia de Tromboembolismo Venoso - TEV nos pacientes internados na Unidade de



Terapia Intensiva - a série histórica anual de incidência de TEV tem reduzido a cada ano: em 2014: 2,4; em 2015: 2,8; em 2016: 1,0.

- **Jogo Corporativo** desenvolvido com intuito de propagar os Objetivos Estratégicos, de forma lúdica, atingindo cerca de 300 colaboradores. Revisados os programas voltados para o desenvolvimento dos colaboradores, dentre eles: Passaporte da Qualidade de Vida; Desenvolvimento de Equipes; Cultivando o Progresso; além do Coral ICESP, Cine Interativo, Núcleo de Teatro, Café Reflexivo, Dia da Família e Entendendo o Câncer.

- **Ensino** - Curso organizado em conjunto pelo ICESP, Icahn School of Medicine at Mount Sinai e Pierre et Marie Curie Medical School, voltado a alunos de pós-graduação e jovens cientistas com o objetivo de apresentar os conceitos e tecnologias mais atuais em imunoterapia, bem como desenvolver habilidades e metodologias de trabalho orientado para a pesquisa acadêmica e industrial. Desenvolvido curso de pós-graduação que visa à formação dos profissionais nos principais temas em oncologia e na assistência multiprofissional - carga horária de 500 horas, com um ano de duração, destinado a enfermeiros, farmacêuticos, assistente sociais, psicólogos e nutricionistas.

### **Instituto de Ortopedia e Traumatologia**

- **Assistência** - Projeto Administração de Medicamentos à Beira Leito - trouxe como resultados segurança na administração de medicamentos; Identificação dos pacientes em fila de espera e abertura de novas vagas para pacientes portadores de doenças congênitas dos membros superiores e de doença de Dupuytren; Reforma da Central de Material Estéril e renovação de tecnologia, passando a realizar seus processos de rastreabilidade de maneira informatizada, dinamizando o processo e conferindo maior segurança e credibilidade à área.

- **Pesquisa** - O projeto de Transplante Ostecondral a fresco, investigou um método inédito no país de obtenção e conservação de cartilagens obtidas em doadores de múltiplos órgãos. O método, hoje validado, foi autorizado pelo Ministério da Saúde (Sistema Nacional de Transplantes) e pela Anvisa e será replicado em outros hospitais do Brasil.

- **Ensino** - Capacitação de Enfermeiros de Unidade Básica de Saúde - UBS para manuseio de Cateter Central por Inserção Periférica - PICC para administração de antibioticoterapia ao paciente ambulatorial. Com a ação houve redução do tempo de internação do paciente que necessita de antibioticoterapia.

### **Instituto da Criança**

- **Assistência - Projeto de Controle da Infecção Hospitalar Urinária na Unidade de Terapia Intensiva** - avaliar a real necessidade de manutenção de dispositivos invasivos, sugerir a revisão da indicação com consequente retirada precoce das sondas e cateteres. Em 6 meses, a taxa média de infecção caiu, de 7,4 ITU/1000 sondas/dia em 2015, para zero.



- **Pesquisa** – Implantação da Comissão de Pesquisa Multiprofissional, com objetivo de apoiar pesquisas clínicas e a equipe multiprofissional no Instituto da Criança

- **Gestão** - Projeto Bolsa Alegria - Parceria entre o ICr e o Instituto Gustavo Rosa - benefícios da aplicação das artes visuais e performáticas nos cuidados com a saúde, reduzindo estresses, condições físicas e psicológicas das equipes médicas e de enfermagem, pacientes e familiares. Sistema de autoatendimento no ambulatório do Instituto, como: impressão de declaração de comparecimento; impressão de etiquetas de identificação; fornecimento de senha do portal do paciente; fornecimento de senha para uso da rede sem fio; impressão do slip de retorno. Resultados - reduziu-se a fila de espera para ser atendido na recepção do ambulatório (9 min no segundo semestre de 2016, frente a 16 min antes da implantação).

- **Ensino** - Curso de Especialização em Enfermagem em Cuidados Intensivos e de Emergência ao Recém-nascido, à Criança e ao Adolescente; Curso de Especialização de Nutrição Clínica em Pediatria; Curso de Especialização em Fisioterapia Respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva - Pediatria e Neonatologia.

### **Instituto de Psiquiatria**

- **Assistência** - Implantação do **Plano Terapêutico Singular**, que consiste em atividades terapêuticas específicas para cada paciente, avaliação semanal em equipe multiprofissional e determinação de metas assistenciais. O resultado é o aumento de qualidade na assistência, redução de riscos assistenciais e redução do tempo médio de permanência.

- **Pesquisa - Projeto de Prevenção e Tratamento da Depressão em Idosos**: o estudo será realizado com usuários de Unidades Básicas de Saúde da região do Butantã, onde serão rastreados 2.700 indivíduos com 60 anos ou mais, para identificar sintomas depressivos e/ou ansiosos sub-sindrômicos.

- **Gestão - Criação da Coordenadoria de Voluntários** – objetiva valorizar e apoiar os 400 profissionais voluntários regularizados em suas necessidades no desenvolvimento de sua atividade no Instituto e sincronizar às necessidades do Instituto.

- **Ensino - Curso de Psiquiatria para não psiquiatras**. As doenças mentais têm tido elevada importância em diversos setores da saúde. O conhecimento mais aprofundado do assunto por profissionais de saúde é necessário para um atendimento adequado aos pacientes.

### **Instituto de Radiologia**

- **Assistência – Projeto de reestruturação da Radiologia Intervencionista** - integrar a terapêutica por imagem num mesmo ambiente e concentração de habilidades e competências da equipe multiprofissional, tendo como base a estrutura de um centro cirúrgico. Principais iniciativas: definir a



Identidade da Radiologia Intervencionista; definir fluxo de pacientes; criar unidade administrativa centralizada; definir planos para sustentabilidade; e obra de adequação e instalação de Centro de Treinamento para Intervenção.

- **Pesquisa** - Projeto de pesquisa em colaboração com o Instituto de Ciências Biomédicas - ICB da USP e o Laboratório de Investigação Médica da medicina nuclear (LIM 43), teve como objetivo estudar o efeito da infecção por zika vírus em filhotes de camundongos. O estudo mostrou a correlação entre infecção durante a gestação e o nascimento de filhotes com microcefalia e gerou uma publicação na revista científica internacional “Nature”.

- **Gestão** - Implantação de Kits de procedimento na Radiologia Intervencionista - Percutânea - visa padronizar o processo de dispensação de materiais para os procedimentos de Biópsias Percutâneas guiadas por Ultrassom ou Tomografia Computadorizada no Serviço de Radiologia Intervencionista. Resultados - reduzir o Estoque na Radiologia Intervencionista; organizar a dispensação dos itens para o Serviço; melhorar o planejamento para dispensação dos materiais (por kits); integrar os processos entre as áreas de Administração de Materiais e Almoarifado com as Equipes de Enfermagem e Médica; otimizar o processo de faturamento com as notas de débitos padronizadas; minimizar o risco de desperdícios e perdas, dentre outros.

- **Ensino - Projeto Healthcare Design Thinking Lab.** É um workshop de imersão para aprender na prática (*Learn By Doing*) a abordagem focada na saúde. O objetivo é desenvolver um modelo mental focado no desenvolvimento de soluções inovadoras centradas nas necessidades do usuário. Foi usado um modelo de negócio híbrido para viabilizar os workshops. Parte dos participantes são profissionais de outras instituições, de saúde ou não, que sustentam financeiramente a realização do curso, os demais são profissionais estrategicamente escolhidos pelo InRad. Aprendem metodologia e trocam experiências com outros profissionais.

### **Instituto de Medicina Física e Reabilitação**

- **Assistência** - Implantação e capacitação das equipes das unidades para utilização do módulo de Prontuário Eletrônico. Como resultados pode-se citar o compartilhamento de informações dos pacientes entre as unidades da Rede de Reabilitação Lucy Montoro, garantindo uma assistência mais ágil, segura e de melhor qualidade. Início das ações necessárias para se tornar uma Instituição “paper free”, otimizando o uso de recursos de impressão e armazenamento.

- **Pesquisa** - desenvolvimento em parceria com pesquisadores da Universidade São Paulo - USP, de um sistema de formulários de relato de caso/fichas clínicas eletrônicas para coleta de dados dos estudos clínicos desenvolvidos na Instituição, com dados armazenados na nuvem (Cloud USP). Atualmente o sistema está na fase final de desenvolvimento para o projeto de pesquisa “Preditores da resposta ao tratamento das sequelas motoras pós Acidente Vascular Encefálico (AVE)”, sendo que o plano de trabalho contempla o desenvolvimento do sistema para o projeto “Associação entre a Estimulação Transcraniana por Corrente Contínua (ETCC) e treino de marcha suspensa no dispositivo Lokomat em pacientes com Lesão Medular Incompleta”.



- **Ensino** – Curso “**Protocolos de Reabilitação Precoce na Unidade de Emergência**”, voltado para profissionais que atuam em pronto socorro ou pronto atendimento com vistas a prevenção de sequelas advindas de lesões encefálicas ou traumas.

### **Hospital Auxiliar de Suzano**

- **Assistência** - Projeto para Política de Segurança do Paciente com Diretrizes para cumprimento das 6 Metas de Segurança do Paciente, atendendo normas do Ministério da Saúde.

- **Pesquisa** - Ação para identificar e comparar o perfil dos pacientes que recebem alta e permanecem no hospital com aqueles que recebem alta e saem - gerando propostas para diminuir o tempo de internação hospitalar decorrente dos motivos encontrados.

- **Gestão** - Assistência individualizada das lesões de pele propiciou a otimização do trabalho e a redução de custo por meio da elaboração de kits e treinamento dos colaboradores e acompanhantes.

- **Ensino** - Capacitar os colaboradores das áreas de laboratório e enfermagem na coleta correta dos exames laboratoriais, considerando as particularidades de cada exame relacionadas ao preparo e tubo corretos.

### **Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FMRPUSP**

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP é destinado ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e à formação de profissionais na área da saúde como referência terciário-quaternária para diversas regiões do Estado de São Paulo.

#### **Principais Indicadores de Assistência (2016 – estimado)**

<b>Indicadores</b>	<b>Campus</b>	<b>U.Emergência</b>	<b>Total</b>
Consultas/Procedimentos	692.033	37.996	730.029
Internações	25.879	9.956	35.835
Porcentagem de Ocupação	73,3	103,6	79,2
Duração Média de Internação	6,8	6,7	7,0
Taxa de Mortalidade	2,9	6,8	4,1
Taxa de Infecção Hospitalar	3,0	2,8	2,9
Índice de Intervalo de Substituição	2,5	0,0	1,8
Cirurgias	27.282	4.687	31.969
Partos	1.848	1	1.849
Taxa de Cesárea	45,4	-	45,4
Exames Laboratoriais	2.655.037	476.814	3.131.851



Exames Especializados	330.230	62.075	392.305
Procedimentos	83.638	0	83.638
<hr/>			
<b>Centro Regional de Hemoterapia</b>			
Exames Laboratoriais	1.131.683	40.162	1.171.845
Doadores	37.516	-	37.516

**Transplantes** - 278 transplantes no total, sendo 56 de rim, 42 de fígado, 59 de medula óssea e 116 de córnea e 05 de pâncreas/rim.

**Ensino** - O HCFMRP-USP é campo de atividades de Ensino para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Nutrição, Fonoaudiologia e Informática Biomédica da USP de Ribeirão Preto. Em 2016, foram 70 programas de residência médica, 27 de aprimoramento, oito de residência multiprofissional e quatro de residência Atenção ao Câncer, com um quadro de 778 médicos residentes, 33 residentes multiprofissionais, 10 residentes multiprofissionais Atenção ao Câncer e 89 aprimorandos. Destaca-se o Mestrado Profissional em Gestão de Organizações de Saúde, mantido em parceria com a FMRP-USP e FEARP-USP, que conta, atualmente, com 45 alunos.

**Centro Interescolar** - Em 2016 foi realizado o curso de Técnico de Enfermagem – Módulo II com 16 participantes; 1ª turma do Curso de Aperfeiçoamento em Estomaterapia, voltada para o cuidado de pacientes com estomias tais como: feridas crônicas, fístulas, drenos, cateteres e incontinências anal e urinária.

**Pesquisa** - Em 2016 foram analisados 362 projetos pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HCRP-USP.

#### **Investimentos e Gestão Administrativa**

**Obras** - foram investidos, aproximadamente, R\$ 5,7 milhões. Entre os projetos destacam-se: Continuidade da construção do prédio do HC Criança que inclui a reforma do CER e da Central de Material e Esterilização; Continuidade da reforma do prédio da Unidade de Diálise, entre muitas outras obras de melhoria nas partes administrativa e clínica do hospital.

**Equipamentos** - foram investidos, para aquisição de equipamentos, R\$ 8.577.137,00 como forma de atualizar e incorporar novas tecnologias necessárias à prestação da assistência à saúde, aos pacientes da área de abrangência do HCFMRP-USP.

**Ações de Atenção Hospitalar - iniciativas em destaque** - Nova tecnologia para cirurgia de coluna; Gestantes recebem cartilha sobre o Zika vírus; Mutirão de testes alérgicos; Inauguração da Unidade de Acidente Vascular Cerebral; Aplicação de técnica inédita - biópsia aspirativa com agulha fina de um tumor de coroide (membrana que envolve o olho), para verificar se a amostra é um câncer ou um tumor benigno.





**Campanhas Preventivas e eventos comemorativos** - destinadas aos funcionários, profissionais e público em geral, foram realizadas em 2016, Dia Mundial do Sono, Campanha de doação de córneas, Dia Mundial de Conscientização da Epilepsia, Campanha de Doação de Sangue, Dia Mundial da Incontinência Urinária, VII Caminhada no Dia Mundial em Tabaco, Campanha Nacional de Prevenção de Queimaduras, Dia do paciente, Dia Mundial de Luta contra o Câncer de Cabeça e Pescoço, Semana Mundial da Amamentação, entre muitas outras.

**Gestão de Pessoas** - diversas iniciativas foram promovidas para os colaboradores do HCRP em 2016, como: Treinamentos de Combate a Incêndio, Semana da Enfermagem, Grupo de Reeducação Alimentar, Pesquisa de Clima Organizacional, Ações de Humanização aos colaboradores, entre outras.

**Jornada de Assistência Materno-Infantil e Cirurgia Ginecológica** com o tema “Desafios da Assistência” - 280 pessoas entre profissionais graduados ou em formação das áreas de assistência à saúde da mulher e do recém-nascido.

**Gestão hospitalar e de qualidade** - trabalhos em destaque: constituída Comissão de combate ao Aedes Aegypti; 4º Fórum de Hotelaria Hospitalar; foi realizada 7ª Autoavaliação do HCFMRP-USP, no total foram visitadas 97 áreas, o que representa 66%, aproximadamente 5% a mais de áreas visitadas em relação a 2015; 11ª Semana da Qualidade; Pesquisa de Satisfação dos Pacientes; Pesquisa de Satisfação dos Pacientes do Ambulatório, entre outros.

**Gerenciamento de Riscos** - sistema de notificação eletrônica para diferentes tipos de risco, com mais de 4.695 notificações em 2016, até o momento.

**Gerenciamento Ambiental** – em 2016 foi iniciado o processo de etiquetagem das lixeiras brancas (resíduo infectante) e pretas (resíduo comum – refugo) do HC Campus com adesivos ilustrativos para orientar os geradores e facilitar o descarte correto. Estas e outras ações como o Evento em comemoração ao Dia Mundial da Água, Dia do Meio Ambiente e o Dia da Árvore, além de promover ações para auxiliar no combate ao mosquito Aedes aegypti, transmissor da Dengue, Chikungunya, Zika e Febre amarela, confirmam o compromisso da Instituição com o meio ambiente.

### **Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA**

A Autarquia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA foi criada em 06 de maio de 2015 pela Lei Complementar nº 1.262. Possui as seguintes Unidades: Hospital das Clínicas Unidade I, Hospital das Clínicas Unidade II, Hospital das Clínicas Unidade III, Hemocentro, Ambulatório de Especialidade “Governador Mário Covas” e demais Ambulatórios. Estas Unidades atuam na assistência da região do DRS-IX-Marília, abrangendo 62 Municípios, e 1.200.000 pessoas, sendo referência em diversos setores da saúde como urgência e emergência (vaga zero), oncologia, hematologia, hemoterapia, internações, unidades de terapia intensiva, ortopedia e traumatologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, dentre outros serviços.



O serviço possui 247 leitos no total e adquiriu equipamentos no valor de R\$ 3,68 milhões, entre os quais se destacam Ultra-Sonografo para Radiologia em Geral, Videoendoscopia/Colonoscopia, Retinografo, CR Sistema Digitalização, objetivando: fortalecer a Rede de Atenção à Saúde Regional, articulando o perfil assistencial das Unidades Hospitalares e Ambulatoriais às necessidades da população abrangida pelo DRS-IX-Marília; consolidar a integração do HCFAMEMA à Rede de Serviços do SUS locorregional, com ênfase na integralidade, colaborando para que os usuários tenham acesso às tecnologias necessárias para a resolução de suas necessidades; atender à demanda de alta complexidade dos usuários que dão entrada nos Serviços de Urgência e Emergência das Unidades Hospitalares Clínico Cirúrgico e Materno Infantil.

**Produção** (jan a out de 2016) – **Ambulatorial** – total de 1.062.831 atendimentos, como Consultas Multiprofissionais - 267.074; Exames/Procedimentos Diagnósticos - 557.475; Atendimentos de Urgência e Emergência - 62.742; Radioterapia - nº atendimentos - 44.681; Quimioterapia - nº atendimentos - 4.192; Cirurgias Ambulatoriais - 16.482; Procedimentos Hemoterápicos - 97.905, entre outros. **Produção Hospitalar** - Total de Internações - 10.500; Cirurgias de Médio e Grande Porte - 4.409; Partos Realizados - 1.226; Total de SADTs/Internações - 176.215.

### **Fundação Pró-Sangue - Hemocentro de São Paulo**

Em 2016 a instituição realizou a seguinte produção de serviços com o objetivo de fornecer hemocomponentes e serviços hemoterápicos para as entidades de saúde (nov/2015 a out/2016): Candidatos à Doação - 156.689; Bolsas Coletadas - 123.118; Bolsas Fracionadas - 92.729; Exames Imunematológicos - 1.416.194; Exames Sorológicos - 1.077.743; Exames NAT - 492.144; Bolsas distribuídas - 215.035. A Fundação Pró-Sangue forneceu em média, 17.920 hemocomponentes/mês aos clientes cadastrados, além de serviços sorológicos e imunematológicos e controle de qualidade.

### **Ações de Captação de Doadores**

- 254 grupos/campanhas - 8.500 candidatos à doação. Mais de 6.437 bolsas coletadas. Acréscimo de 15% em relação ao ano anterior. O serviço de van atendeu mais de 1.200 doadores neste ano.

- Nova campanha com o conceito “Faça um gesto de amor ao próximo. Doe Sangue”, com o apoio de celebridades (que doaram seus cachês): Dani Suzuki, Giovanna Antonelli, Giovanna Ewbank, Marcelo Faria, Monique Alfradique, Paolla Oliveira, Ricardo Pereira e Thiago Martins.

- No mês de junho – Dia Internacional do Doador e, 25 de novembro – Dia Nacional do doador voluntário de Sangue. De 21 a 26 de novembro - terceira edição da Donation Week, com a colaboração de chefs famosos que doaram lanches especialmente produzidos para distribuição nos postos de coleta. Atendidos quase 4.500 candidatos à doação nessa semana.

- O Clube Irmãos de Sangue (doadores com mais de 10 doações voluntárias) - 9.000 associados.



- Nas ações de convocação de doadores - por telefone (21 mil), e-mails (1 milhão e 300 mil), malas-diretas (270 mil) e SMS (1 milhão e 500 mil). Pelo Alô Pró-Sangue foram atendidas 40.284 ligações. Aumento de 115% em relação a 2015.

- Inserções na mídia impressa e eletrônica - cerca de 1.500 espaços gratuitos em anúncios, convocação da população para doação de sangue, aniversário de 32 anos da Pró-Sangue, entre outros assuntos.

- E-mail - 530.000 mensagens para doadores, parceiros e colaboradores da Pró-Sangue; Site - mais de 1 milhão e 500 mil acessos, um aumento anual de 50% em relação a 2015. Fale Conosco - cerca de 2.240 e-mails. Facebook a fan page da Pró-Sangue - mais de 85.000 “likes”. Twitter - 8.500 seguidores.

- O número de doadores do sexo feminino foi de 38% durante o ano. Os doadores menores de 18 anos corresponderam a 2.163 candidatas e 1.575 bolsas coletadas. Um aumento de 32% em relação ao ano anterior.

- 300 peças de comunicação entre banners, cartões, cartazes, folhetos, adesivos, backdrop, malas diretas, placas, painéis, jornal impresso entre outros, para chamar a atenção da população para doação; distribuídos mais de 100.000 folhetos a empresas, comunidades, universidades e igrejas.

**Investimentos:** da ordem de R\$ 1,00 milhão no ano, incluindo aquisição de equipamentos, como freezers para ampliação, modernização e substituição de equipamentos da cadeia fria, incubadoras para laboratórios, cadeiras para coleta de sangue, centrífuga de bancada para laboratórios;, mobiliários diversos, entre outros.



## SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

### 1. Legislação

Em 2016, as leis estaduais e federais promoveram mudanças estruturais na Polícia Militar, enquanto que, no âmbito da Secretaria de Segurança, priorizou-se a produção de medidas de gestão focadas na melhoria dos dados de criminalidade e no aprimoramento das ações das polícias nas audiências de custódia.

#### Leis Complementares

- **Lei Complementar nº 1.291, de 22 de julho de 2016**, que institui a Lei de Ingresso na Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMESP e dá providências correlatas.
- **Lei Complementar nº 1.287, de 26 de abril de 2016**, que altera a Lei Complementar nº 1.227, de 19DEZ13, que institui a Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar - DEJEM, aos integrantes da PMESP, e dá providências correlatas.

#### Decretos

- **Decreto Federal nº 8.778, de 16 de maio de 2016**, que altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200).
- **Decreto Federal nº 8.806, de 12 de julho de 2016**, que altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200).
- **Decreto nº 62.103, de 13 de julho de 2016**, que dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

#### Resoluções

**Resolução SSP nº 99, de 23 de setembro de 2016**, que regulamenta o serviço de controle de qualidade dos Boletins de Ocorrência efetuado pela Coordenadoria de Análise e Planejamento da SSP, com foco especial nos crimes de morte intencional e morte suspeita.

**Resolução SSP nº 102, de 11 de outubro de 2016**, que estabelece as atribuições das polícias civil e militar durante a escolta de presos para as audiências de custódia.



**2. Produtividade Policial e Indicadores Criminais** - Os Indicadores de Produtividade policial se mantiveram em elevação no ano de 2016:

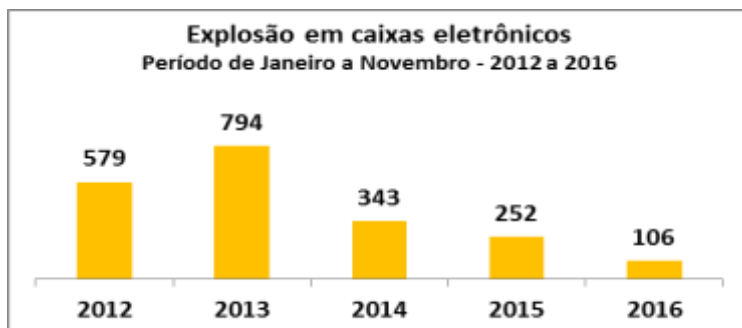
PRODUTIVIDADE POLICIAL			Variação	
Período Jan a Nov	2015	2016	Percentual	Absoluta
Inquéritos policiais instaurados	370.557	374.666	1%	4.109
Flagrantes lavrados	101.563	106.690	5%	5.127
Nº de infratores apreendidos em flagrante	18.618	19.564	5%	946
Nº de infratores apreendidos por mandado	4.804	5.445	13%	641
Nº de prisões efetuadas - ocorrências	151.207	160.098	6%	8.891
Nº de pessoas presas em flagrante	122.354	128.203	5%	5.849
Nº de pessoas presas por mandado	54.558	61.079	12%	6.521
Apreensão de entorpecentes - ocorrências	76.349	77.449	1%	1.100
Entorpecentes apreendido - quantidade (kg)	114.028	157.871	38%	43.843
Maconha	99.293	141.657	43%	42.364
Cocaína	10.915	11.664	7%	750
Crack	1.668	2.026	21%	358
Outros	2.153	2.524	17%	371

Entre os principais indicadores de criminalidade, os crimes patrimoniais foram os que apresentaram os piores resultados em 2016.

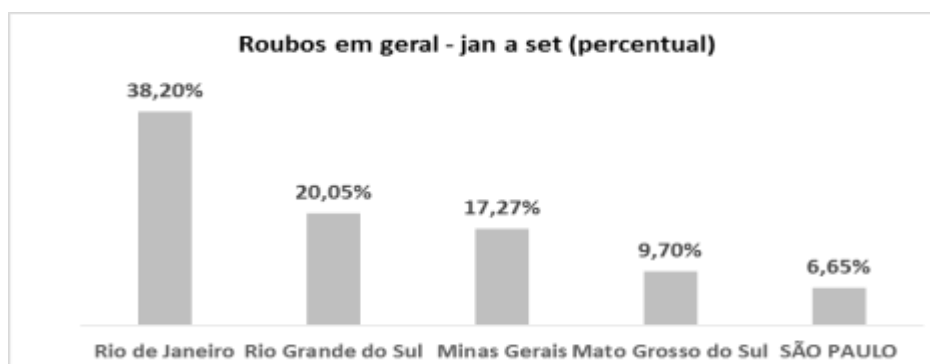
Contudo, a queda nos casos de homicídio dolosos se manteve e, considerado o período de dezembro de 2015 à novembro de 2016, o Estado apresenta uma taxa de 8,13 homicídios dolosos para cada 100 mil habitantes. É a menor taxa da série histórica:

INDICADOR	Período Jan a Nov		Variação		Taxa por 100 mil/h
	2015	2016	Percentual	Absoluta	
Estupro	8.542	9.092	6%	550	22,64
Furto - outros	453.812	471.124	4%	17.312	1182,31
Furto de veículo	102.647	103.021	0%	374	256,14
Homicídio doloso	3.416	3.185	-7%	-231	<b>8,13</b>
Nº vit. Homicídio doloso	3.605	3.312	-8%	-293	8,46
Latrocínio	317	321	1%	4	0,80
Nº vit. Latrocínio	326	330	1%	4	0,83
Roubo - outros	281.853	297.587	6%	15.734	745,22
Roubo a banco	149	123	-17%	-26	0,31
Roubo de carga	7.711	8.867	15%	1.156	22,25
Roubo de veículo	70.689	70.631	0%	-58	181,28

Também merece destaque a redução do número de explosões em caixas eletrônicas, crime que vem tomando força no país, mas adequadamente combatido no Estado de São Paulo, apresentou queda de 58% sobre o mesmo período de 2015:



O aumento nos crimes patrimoniais tem se manifestado em todos os estados do país, contudo o Estado de São Paulo tem demonstrado melhor controle sobre a situação, apresentando o menor crescimento percentual, diante dos Estados que divulgam regularmente os dados:



### 3. Atendimento ao Cidadão:

A Secretaria da Segurança presta serviço ao cidadão através de diversas modalidades de atendimento policial, quer seja em viaturas, bases comunitárias, delegacias de polícia e postos de bombeiros, entre outras. Esses serviços possuem canais específicos de comunicação para serem acionados, já consagrados e amplamente conhecidos, que são os telefones de emergência 190 e 193, além da possibilidade de registro de ocorrência pela Delegacia Eletrônica, disponível na internet.

No ano de 2016 foram realizados os seguintes atendimentos:

PMESP - COPOM Regional	TOTAL DE LIGAÇÕES 190	OCORRÊNCIAS GERADAS
ABC	1.674.899	230.131
Araçatuba	786.341	103.876
Bauru	1.477.562	294.330
Botucatu	31.486	15.995
Campinas	2.258.308	283.418
Guarulhos	1.114.358	125.365
Itapetininga	18.829	7.206



Mogi das Cruzes	984.647	117.271
Osasco	1.572.491	184.296
Piracicaba	1.651.101	230.163
Presidente Prudente	854.233	200.574
Ribeirão Preto	2.142.049	417.700
Santos	1.649.654	228.147
São José dos Campos	2.398.147	337.179
São José do Rio Preto	1.138.201	197.933
São Paulo	12.900.757	1.575.182
Sorocaba	1.480.219	157.939
<b>Total</b>	<b>34.133.282</b>	<b>4.706.707</b>

<b>PMESP - Corpo de Bombeiros Regional</b>	<b>TOTAL DE LIGAÇÕES 193</b>	<b>OCORRÊNCIAS GERADAS</b>
Capital/ Região Metropolitana	2.363.425	150.946
São José dos Campos	267.665	29.995
Campinas	600.320	42.237
Ribeirão preto	315.905	51.875
Bauru	286.425	47.363
São José do Rio Preto	437.175	36.850
Santos	150.750	16.695
Sorocaba	308.200	31.463
Presidente Prudente	122.275	31.385
Piracicaba	372.855	31.884
Araçatuba	66.665	19.633
<b>Total</b>	<b>5.457.150</b>	<b>490.326</b>

<b>PCESP - Atendimento Regional</b>	<b>BOLETINS DE OCORRÊNCIA</b>	<b>TERMOS CIRCUNSTANCIADOS</b>
Capital	592.152	14.377
São José dos Campos	162.751	9.669
Campinas	255.838	10.365
Ribeirão Preto	253.746	16.719
Bauru	149.254	17.021
São José do Rio Preto	103.971	10.427
Santos	119.133	9.565
Sorocaba	169.976	9.029
Presidente Prudente	65.685	12.154
Piracicaba	221.563	14.997
Grande São Paulo	499.080	16.875
Araçatuba	58.817	3.050
<b>DELEGACIA ELETRÔNICA</b>	<b>1.152.415</b>	<b>-</b>



A Segurança Pública pode ser acionada através de diversos meios, diretos e indiretos, identificando-se ou preservando o anonimato, inclusive para a realização de queixas contra policiais ou realizar denúncias sobre crimes em geral. Para isso, existem dois canais onde o cidadão pode acionar a polícia de forma anônima: a Ouvidoria das Polícias e o Disque-Denúncia. Seguem os dados de 2016:

<b>DISQUE DENÚNCIA</b>	<b>DEMANDAS</b>
Capital	22.217
Região Metropolitana	16.691
Interior	37.686
Total Denúncias Recebidas	76.594
Total Denúncias positivadas	8.007

#### **Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo**

<b>TIPO DE REGISTRO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Denúncias	7.426
Aguardando complementação do denunciante	57
Elogios a Policiais Militares	196
Elogios a Policiais Civis	178
Sugestão	81
Atendimento orientações e informações	12.956
<b>TOTAL</b>	<b>20.284</b>

Alinhada à política de transparência do Estado, a Secretaria incrementou o Serviço de Informação ao Cidadão, centralizando a difusão das informações em cinco SICs, de forma a garantir a qualidade dos dados. Isso ampliou e melhorou o processo de atendimento ao cidadão aumentando em 63% os atendimentos.

<b>Serviço Estadual de Informações ao Cidadão (SIC) – SSP</b>	<b>DEMANDAS JAN A 15 DEZ</b>
Secretaria da Segurança Pública	608
Polícia Militar	461
Polícia Civil	487
Superintendência da Polícia Técnico-Científica	82
Corpo de Bombeiros	103

Dados atualizados em 15/12/16





#### 4. Cursos e Concursos

A Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra” - ACADEPOL se encarrega da formação e especialização dos policiais civis e policiais técnico-científicos. Além dos cursos de formação para o exercício profissional, realiza cursos de aprimoramento técnico específicos e o Curso Superior de Polícia, requisito para a promoção ao último grau na carreira de delegado de polícia. Em 2016, foram 1636 alunos nas mais diversas modalidades de curso, divididos por carreira da seguinte forma:

<b>Cursos de formação</b>	<b>Em formação</b>	<b>Formandos</b>
Delegado de polícia	80	48
Investigador de polícia	105	339
Escrivão de polícia	293	369
Agente policial	0	6
Médico legista	24	36
Perito criminal	23	106
Fotógrafo técnico pericial	28	27
Desenhista técnico pericial	0	15
Atendente de necrotério	0	23
Auxiliar de necropsia	44	70
<b>Total</b>	<b>597</b>	<b>1.039</b>

A Academia de Polícia Militar do Barro Branco - APMBB é a principal escola de formação da Polícia Militar, pois forma seus oficiais através do Bacharelado, do Mestrado e do Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública. Para a formação e especialização nas mais variadas áreas policiais, a PM mantém uma estrutura com diversos núcleos formadores em todo o Estado.

No ano de 2016, sem contar o Estágio de Atualização Profissional a que são submetidos anualmente todos os policiais até o posto de capitão e os cursos de especialização, os principais cursos receberam mais de 15 mil alunos, assim divididos:

<b>Cursos de formação</b>	<b>Em formação</b>	<b>Formados</b>
Oficiais	716	477
Subtenentes e Sargentos	1664	1787
Cabos e Soldados	5513	5139
<b>Total</b>	<b>7.893</b>	<b>7.403</b>

As polícias ainda buscam o aprimoramento através de intercâmbios com outros países, sendo que em 2016 foram realizados os seguintes cursos internacionais, no território paulista e estrangeiro:



CURSO	Local	Participantes
Curso de gestores de polícia comunitária	JAPÃO	PMESP e Japão
Cep- internacional de multiplicador de polícia comunitária	São Paulo	PMESP e Guatemala
Capacitação de liderança em filosofia de polícia comunitária	São Paulo	PMESP e El Salvador

### Concursos /Nomeações

POLICIAIS NOMEADOS EM 2016	
Sd PM de 2ª Classe	2903
Alunos Oficiais PM	247
Delegado de Polícia	129
Investigador de Polícia	519
Escrivão de Polícia	906
Médico Legista	78
Perito Criminal	150
Fotógrafo Técnico Pericial	60
Desenhista Técnico Pericial	15
Atendente de Necrotério Policial	32
Auxiliar de Necrópsia	109

### 5. Programas e Projetos

**DETECTA:** Detecta é um sistema que integra diferentes tipos de sensores físicos (leitores de placas, câmeras de vídeo, detectores de presença, etc.) e banco de dados, correlacionando seus conteúdos entre si com três dimensões (bigdata): **territorial** (onde aconteceu ou onde está instalado), **temporal** (quando: dia, hora, mês, etc.) e **semântica** (o que aconteceu). Ao realizar esse cruzamento, o Detecta oferece o que se chama de “consciência situacional”.

Em 2016, o projeto DETECTA priorizou as ações de integração de dados com as câmeras que possuem Leitores Automáticos de Placa - LAP, principalmente na Capital. Seguem abaixo alguns números referentes à estrutura e aos resultados já obtidos pelo DETECTA:

ESTADO - de jan15 a 17out16	
Leitura de placas	2.1 bilhões
Veículos interceptados com flagrante	1.631
Pessoas presas em flagrante	2.419
Armas apreendidas	134
Consultas através do TMD	8.513.167



<b>CAPITAL - de 18ago16 à 08nov16</b>	
Leitura de placas	333 milhões
Veículos interceptados com flagrante	936
Pessoas presas em flagrante	1.284
Armas apreendidas	64

**Declaração para isenção de taxa na emissão do RG** (implantado 26/04/2016): Essa ação visa atender o cidadão do Estado de São Paulo que se declare sem condições de custear a emissão do RG, nos termos da Lei nº 7.115/83. Foram emitidos 52.485 declarações desde sua implantação.

**Portal da Transparência SSP** (implantado em 09/05/2016): aliado à política de transparência do Estado, a SSP lançou o maior portal de informações sobre segurança pública do país, disponibilizando mais de 120.000 boletins de ocorrência registrados desde 2003. Podem ser consultados boletins de homicídios dolosos, latrocínios, lesão corporal seguida de morte e de roubo e furto de veículos, além dos boletins de morte decorrente de oposição à intervenção policial e de morte suspeita, estes últimos desde 2013. Desde sua implantação, foram registrados 28.508 acessos ao Portal.

**Consulta a celular impedido** (implantado em 25/11/2016): Ação voltada à prevenção de roubos e furtos de celulares, disponibiliza no site da SSP link para consulta do IMEI (número de identificação) do aparelho, onde o cidadão pode verificar se há algum impedimento para compra do celular.

**Inquérito Eletrônico da Polícia Civil:** O projeto está em fase piloto em 35 unidades policiais na região da Seccional de Santos e na 3ª Delegacia de Defesa da Mulher na capital paulista. Através desta ferramenta, os inquéritos são produzidos eletronicamente e todo seu conteúdo é enviado digitalmente para o fórum, possibilitando além da agilidade e economia, a rastreabilidade do caso. Até o momento foram produzidos neste sistema 3.650 inquéritos:

<b>INQUERITO ELETRÔNICO</b>	<b>Inquéritos Instaurados</b>	<b>Inquéritos Ajuizados</b>
Seccional de Santos	3.366	3.185
DDM Oeste	284	284

**Delegacia Eletrônica de Proteção Animal - DEPA** (implantado 07/12/2016): A DEPA é um serviço via internet à disposição da população para denúncias de crimes contra animais ocorridos no Estado de São Paulo. É necessário identificar-se para fazer a denúncia e o sigilo dos dados será preservado, caso o denunciante assim queira. As ações da polícia poderão ser acompanhadas pelo denunciante. A iniciativa ajudará a combater a violência contra animais.

**Compartilhamento de Informações entre DETRAN e SSP:** em parceria com o DETRAN, a SSP está na fase de levantamento de requisitos para integração de bases de dados do sistema e-Vistoria do DETRAN com os sistemas operacionais das polícias, com o objetivo de construir estratégias de prevenção e combate ao roubo e furto de veículos.



**Programa Bem-Me-Quer:** Presta atendimento especial às mulheres vítimas de violência sexual, mantido pelas Secretarias de Segurança Pública, da Saúde e do Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, funcionando no Hospital Pérola Byington, na Capital, há 14 anos:

PERÍODO	Número de atendimentos
2001 A 2015	70539
2016	4.570

**Consulta a bicicleta impedida** (em desenvolvimento): essa ação contempla na prevenção de roubos e furtos de bicicletas. No site da Secretaria da Segurança Pública será disponibilizada a consulta ao número de série das bicicletas registradas como roubadas, furtadas ou apreendidas. Através da consulta, será possível verificar se há algum impedimento na aquisição de bicicletas usadas e possibilidade de recuperação das apreendidas.

**Programa Chama Segura:** Parceria entre o Corpo de Bombeiros, a Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros - FUNDABOM e a Liquegás, que tem por base a orientação de populares sobre os riscos de incêndio com Gás Liquefeito Petróleo - GLP e a troca do registro controlador de pressão antigo por um novo. O público alvo são os moradores de comunidades carentes. Seus números em 2016 foram:

AÇÃO	TOTAL
Comunidades atendidas	21
Moradias atendidas	3.334
Kits novos distribuídos	1.805
Kits usados recolhidos	1.805
Público orientado	2.208
Folders educativos distribuídos	1.842

**Projeto NECRIM - Núcleo Especial Criminal:** com a implantação do Projeto NECRIM a Polícia Civil/SP rompe o paradigma de uma polícia eminentemente repressiva (investigativa) e passa a atuar também como polícia pacificadora, atividades essas que além de não serem excludentes entre si, complementam-se e permitem o resgate do respeito e da credibilidade perante a sociedade, que passa a reconhecer e confiar na sua Polícia Civil como guardião da cidadania.

NECRIM	2016
Unidades de atendimento	44
Audiências	16.225
Conciliações	14.058
Índice de resoluções	87%

**OLIMPÍADAS Rio 2016** - os Jogos Olímpicos tiveram sua gênese em território paulista com a Portaria Conjunta nº 1, de 10 de dezembro de 2015, por meio do qual foi criada e disciplinada a Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016 no estado do São Paulo - COESGE/SP. O CICC-SP foi utilizado como sede das operações onde foram planejadas e coordenadas as ações de segurança voltadas para o monitoramento das delegações estrangeiras que



fizeram treinamento e ambientação ao território brasileiro em São Paulo, bem como para o Revezamento da Tocha Olímpica, que em quatorze dias, percorreu mais de uma centena de cidades paulistas, e as dez partidas de futebol realizadas na Arena Corinthians.

Além disso, o Estado de São Paulo enviou 1000 policiais militares da ativa e 2000 policiais militares reformados para apoiarem o evento em território carioca.

**ENEM** - em atendimento à solicitação do Ministério da Justiça, por meio da SENASP e do Ministério da Educação, foi realizado no CICC-SP, que se encontra sob administração da Secretaria da Segurança Pública, a coordenação e o monitoramento das ações de todos os órgãos envolvidos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2016.

**PROERD (Polícia Militar):** Programa de Resistência às Drogas e a Violência: com efetivo de 657 policiais atuando no programa em todo o Estado, em **2016** foram atendidas 3.837 escolas pelo PROERD, sendo 646.457 crianças e adolescentes formados (Capital - 184.032; Região Metropolitana - 177.026; Interior - 285.399).

## 6. Investimentos

### a) Informações gerais sobre a execução orçamentária

#### Planilha Execução Das Unidades Orçamentárias

Código Nome UO	Dot Inic	Cred Cont	Dot Atual	Cred Emp	Liquidado	Cred Emp Aliq
<b>Total Geral</b>	<b>20.473.040.769,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.426.026.923,00</b>	<b>18.383.886.784,97</b>	<b>18.115.092.628,91</b>	<b>268.794.156,06</b>
<b>Total de 31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>17.881.938.174,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.882.048.756,00</b>	<b>16.278.546.260,68</b>	<b>16.275.747.481,28</b>	<b>2.797.779,40</b>
18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	1.109.117.336,00	0,00	1.109.117.336,00	968.204.108,25	968.199.668,17	4.440,08
18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	3.442.224.687,00	0,00	3.442.224.687,00	2.986.660.599,37	2.986.660.599,37	0,00
18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	12.805.238.954,00	0,00	12.805.238.954,00	11.892.754.223,80	11.892.754.223,80	0,00
18005 - CORPO DE BOMBEIROS	5.593.961,00	0,00	5.593.961,00	5.590.399,49	2.797.160,17	2.793.239,32
18007 - SUPERINTEND.POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	514.719.509,00	0,00	514.633.695,00	420.176.341,72	420.176.341,72	0,00
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	5.043.727,00	0,00	5.237.123,00	5.159.588,05	5.159.488,05	100,00
<b>Total de 33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.107.004.260,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.155.622.565,00</b>	<b>1.876.711.213,77</b>	<b>1.683.953.677,80</b>	<b>192.757.535,97</b>
18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	380.686.469,00	0,00	358.494.734,00	252.199.520,83	235.651.094,01	16.548.426,82
18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	464.032.134,00	0,00	497.723.836,00	465.985.146,80	430.894.880,61	35.090.266,19
18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	932.309.542,00	0,00	971.663.825,00	844.327.355,10	737.410.048,23	106.917.306,87
18005 - CORPO DE BOMBEIROS	47.945.704,00	0,00	50.313.564,00	46.054.326,25	38.888.514,08	7.165.812,17
18007 - SUPERINTEND.POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	45.197.603,00	0,00	40.701.380,00	36.804.016,64	31.881.978,81	4.922.037,83
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	236.832.808,00	0,00	236.725.226,00	231.340.848,15	209.227.162,06	22.113.686,09
<b>Total de 44 - INVESTIMENTOS</b>	<b>484.098.335,00</b>	<b>0,00</b>	<b>388.358.602,00</b>	<b>228.630.310,52</b>	<b>155.391.469,83</b>	<b>73.238.840,69</b>
18001 - ADMINISTRACAO SUPERIOR SECRETARIA E SEDE	29.600.490,00	0,00	2.202.007,00	1.048.701,33	942.201,33	106.500,00
18002 - POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SAO PAULO	102.504.271,00	0,00	49.140.618,00	28.817.351,20	20.012.042,26	8.805.308,94
18004 - POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SAO PAULO	319.560.729,00	0,00	306.088.852,00	181.375.933,93	120.185.832,99	61.190.100,94
18005 - CORPO DE BOMBEIROS	12.040.030,00	0,00	17.434.297,00	12.677.017,29	10.513.131,79	2.163.885,50
18007 - SUPERINTEND.POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	20.392.815,00	0,00	13.492.828,00	4.711.306,77	3.738.261,46	973.045,31



## b) Obras e Reformas

OBRAS E REFORMAS	Valor total
Polícia Civil	R\$ 8.249.314,00
Polícia Técnico-Científica	R\$ 11.655.726,30
Polícia Militar	R\$ 2.475.276,69

Em parceria com os municípios o Corpo de Bombeiros pôde realizar as seguintes obras:

DESCRIÇÃO	INAUGURAÇÃO	VALOR TOTAL
Novo posto de bombeiros – Santana do Parnaíba	29/01/2016	Estado: R\$ 1.700.000,00; Município: R\$ 6.353.000,00
Base de bombeiros Quiririm	05/fev/16	<u>Estado:</u> R\$ 36.130,49; <u>Município:</u> R\$ 549.975,62
Base de bombeiros Aparecida	12/out/16	<u>Estado:</u> R\$ 1.500.000,00; <u>Município:</u> R\$ 682.941,10
Nova sede do 9º grupamento de bombeiros Ribeirão Preto	25/abr/16	<u>Estado:</u> R\$ 4.428.723,12; <u>Município:</u> R\$ 2.833.171,03 (doação do terreno).

## c) Equipamentos

- **Polícia Militar** - Investimento em equipamentos:

Código e nome do elemento	Nome do item	Recursos empenhados	Recursos liquidados
449039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	Serviços, programas, aplicativos de informática	534.762,00	534.762,00
449052 - Equipamentos e material permanente	Veículos diversos	28.001.600,00	16.595.000,00
	Equipamentos para informática	51.368.477,12	32.819.822,65
	Máquinas e motores	10.968,90	8.368,90
	Mobiliário em geral	3.557.331,65	2.918.631,67
	Material educativo, cultural e recreativo	2.106.460,32	1.721.133,04
	Outros equipamentos e material permanente	63.462.423,53	47.837.789,21
	Equipamento e mobiliário médico-hospitalar, odontológico	1.590.506,98	1.275.028,98
	Armamentos	13.392.204,70	13.392.204,70



Através de convênio com a Prefeitura de São Paulo foram adquiridas as seguintes viaturas:

TIPO	QUANTIDADE	UNIDADE	TOTAL
Utilitário esportivo	12	R\$ 127.000,00	R\$ 1.524.000,00
Veículo tipo perua	5	R\$ 70.000,00	R\$ 350.000,00
Caminhonete cabine dupla	29	R\$ 100.000,00	R\$ 2.900.000,00
Caminhonete cabine simples	5	R\$ 112.100,00	R\$ 560.500,00

Recursos oriundos do Convênio de Policiamento de Trânsito

• **Bombeiros** - No ano de 2016 não foram adquiridas viaturas em razão de limitação legal e de recursos financeiros. Investimento em equipamentos: R\$ 4.061.961,55 em equipamentos, sendo estas as principais aquisições:

NOME MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL
Aspirador cirúrgico portátil	21	3.850,00	80.850,00
Câmera termográfica	70	24.984,00	1.748.880,00
Central telefônica p/ grup. De bombeiro	7	51.300,00	359.100,00
Central telefônica p/ CCB	1	479.000,00	479.000,00
Compressor de ar respirável	12	33.500,00	402.000,00
Cortador a disco tipo motoabrasivo	19	2.659,00	50.521,00
Motosserra	110	2.300,00	253.000,00
Oxímetro de pulso portátil	221	1.450,35	320.527,35
Receptor GPS	16	2.069,00	33.104,00

	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Balaclava de segurança	7000	101,00	707.000,00
Bomba costal para combate a incêndio	200	702,00	140.400,00
Capacete para salvamento	1500	758,00	1.137.000,00
Cinto vermelho	9000	10,50	94.500,00
Descensor para salvamento	50	1.450,26	72.513,00
Equipamento de oxigênio portátil	160	1.428,00	228.480,00
Gorro com pala	9000	17,50	157.500,00
Lençol descartável	70000	3,40	238.000,00
Líquido gerador de espuma	3075	421,00	1.294.575,00
Mangueira de combate a incêndio	1575	411,30	647.800,00
Pneumáticos diversos	689	1.099,73	757.713,97



- **Polícia Civil** - Os principais desembolsos da Polícia Civil em equipamentos foram:

ITENS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Guincho	25	12.962.014,13
Pátio	29	20.015.260,72
Cartucho balístico	4.284.395	17.503.113,51
Mobiliário em geral	817	289.658,54
Equipamentos e material permanente	198	141.607,68
<b>TOTAL</b>		<b>50.911.654,58</b>

- **Polícia Técnico-Científica** - A Secretaria teve uma preocupação especial com a Superintendência da Polícia Técnico-Científica, realizando os seguintes investimentos em equipamentos:

VIATURAS TIPO	QUANTIDADE	MODELO	VALOR NEGOCIADO
Utilitário esportivo	91	Duster	R\$ 8.099.000,00
Pickup 4x4 cs	16	S10	R\$ 2.656.000,00
Van	2	Ducato	R\$ 236.000,00
Perua station wagon	14	Palio weekend	R\$ 1.103.200,00
Total			R\$ 12.094.200,00

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR
Mobiliário em geral	1.147	346.321,09
Equipamentos e material permanente	378	2.091.609,85
Equipamento e mobiliário médico-hospitalar e odontológico	420	944.147,95
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 3.382.078,89</b>

#### **d) Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC**

A tecnologia avança numa velocidade cada vez maior, exigindo dos órgãos públicos pesquisas e investimentos na área de TIC. Sendo um fenômeno social, tal avanço impele a SSP/SP agregar ferramentas de gestão, administrativa e operacional, necessárias para o enfrentamento da criminalidade, que por sua vez, também executa suas ações balizando-se em tecnologia (tramitação de dados via aplicativos em smart phones, utilização da deep web para planejamento de ações criminosas etc.). Não há como alijar do planejamento de investimentos o que vem sendo utilizado em larga escala pela sociedade, sendo necessário focar em ferramentas e tecnologias que atendam as necessidades corporativas para a melhor entrega dos serviços à população.

- **PMESP** - Atualmente, o maior intento na área de TIC é o de aumentar a entrega de equipamentos de comunicação para o policial em serviço, ação diretamente proporcional à de proteção do policial militar.





<b>EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>			
<b>ITEM</b>	<b>QTDE</b>	<b>VALOR TOTAL</b>	<b>REGIÃO</b>
Estação de trabalho – microcomputador de mesa ( <i>desktop</i> )	1.312	R\$ 5.772.800,00	CPC/CPM/CPI
Notebook– microcomputador de colo ( <i>laptop</i> )	752	R\$ 2.921.520,00	CPC/CPM/CPI
Transceptor portátil (tp)	1.385	R\$ 9.972.000,00	CPC/CPM/CPI
Terminal móvel de dados (TMD – <i>tablet</i> embarcado)	6.569	R\$ 18.609.632,00	CPC/CPM/CPI
Câmera operacional (individual)	120	R\$ 280.800,00	CPC/CPCHQ/CPTRAN
Sistemas e equipamentos de telefonia	7	R\$5.264.999,99	CPC/CPM/CPI
Equipamentos diversos de tic	1.009	R\$ 2.509.941,00	CPC/CPM/CPI
Sistema de monitoramento de sítios de repetição	11	R\$ 1.497.000,00	CPC/CPM/CPI
Licenças – antivírus corporativo	19.806	R\$ 534.762,00	CPC/CPM/CPI
Backbone – aquisição de ativos	1	R\$ 11.910.000,00	CPC
<b>Subtotal 1</b>		<b>R\$ 59.273.454,99</b>	
<b>OBRAS DE TECNOLOGIA</b>			
COPOM Campinas (aditamento contratual)	1	R\$ 2.716,97	CPI-2
COPOM Bauru (aditamento contratual)	1	R\$ 11.112,78	CPI-4
COPOM Bauru (reajuste contratual)	1	R\$ 960,92	CPI-4
<b>Subtotal 2</b>		<b>R\$ 14.790,67</b>	
<b>OLHO DIGITAL</b>			
Encoder full hd	4	R\$ 53.160,00	CPC
Kit câmeras e equipamentos para reposição - vdm	1	R\$ 844.999,97	CPC/CPI
<b>Subtotal 3</b>		<b>R\$ 898.159,97</b>	
<b>Total global</b>		<b>R\$ 60.186.405,63</b>	

• **Bombeiros** - Principais aquisições/projetos de TI iniciados ou concluídos no ano no Comando do Corpo de Bombeiros - CCB:

<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Ampliação da capacidade de servidores do CCB	1	R\$ 449.050,00
Modernização da infraestrutura lógica do CCB	1	R\$ 515.730,00
Atualização dos reprodutores de multimídia em salas de reunião do CCB (substituição por tvs 75")	3	R\$ 33.000,20
Aquisição e instalação de PABX para interligação de gbs via telefonia ip pela intragov	7	R\$ 359.100,00
Aquisição e instalação de PABX para centralização e controle de ligações e interligação de unidades via telefonia IP pela intragov	1	R\$ 479.000,00
Monitores touch para sala de operações	3	R\$ 41.000,00
Aquisição de software de bi tableau desktop	3	R\$ 39.090,00



Sistemas de TI, desenvolvidos /iniciados em 2016:

**AVL - CB - DETRAN:** O sistema permitiu que as ocorrências, viaturas, recursos e instalações do CB fossem visualizadas em uma só tela, otimizando o processo de controle de recursos e formando a base que permitirá reduzir o fluxo de comunicação entre viaturas e centro de despacho e diminuir o tempo resposta.

**PAM E RINEM:** Sistema que permite o cadastro e visualização dos recursos disponíveis em empresas com Planos de Auxílio Mútuo e Redes Integradas de Emergência no Estado de São Paulo.

**Radiocomunicação Digital:** Iniciado em 2016, o processo de digitalização da radiocomunicação do CCB na Região Metropolitana do Estado de São Paulo conta com ativos transferidos da PMESP, sendo a implementação e instalação realizada pelo Corpo de Bombeiros.

- **Polícia Civil**

ITENS	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Equipamentos para informática	748	2.757.730,66
Data Center	1	731.006,20
Serv.gerenciamento e digitalização acervo I.I.R.G.D	1	1.773.899,07
Emissão eletrônica de carteiras de identidade	4.415.874	48.285.945,18
Total		53.548.581,11

- **Polícia Técnico-Científica**

Itens	Quantidade	Valor (r\$)
Equipamentos para informática	21	9.568,86
Renovação da licença do batvox (software utilizado no núcleo de identificação criminal para identificação de voz)	1	425.000,00
TOTAL		434.568,86

**e) Indenizações de Policiais Civis, Militares e Peritos Criminais, ou familiares, decorrentes de morte ou lesão no trabalho - Lei nº 14.984, de 12 de abril de 2013**

PROTOCOLOS	QTDE TOTAL	QTDE BENEFICIÁRIOS	VALOR TOTAL R\$
MOVIMENTADOS	1.071	-	-
INDEFERIDOS	52	-	-
PAGOS	332	389	17.664.898,92



## 7. Depuração Interna

Toda polícia tem que ter reputação inquestionável. A organização que recebeu por delegação o monopólio do uso da força deve primar por possuir profissionais íntegros e de conduta ilibada. A seguir se observa o rigor com que as Polícias Militar e Civil, observados os primados legais, tratam os desvios de conduta:

<b>DEPURAÇÃO INTERNA - POLICIA MILITAR</b>	
Policiais militares expulsos	106
Policiais militares demitidos	58
Policiais reformados administrativamente	03
N.º de inquéritos policial-militares instaurados	2817
Conselhos de justificação instaurados	17
Autos de prisão em flagrante lavrados	30
Conselho de Disciplina e Procedimento Administrativo Demissório	202

<b>DEPURAÇÃO INTERNA CORREGEDORIA DA POLÍCIA CIVIL E SUPERINTENDENCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA</b>	
Policiais demitidos	22
Policiais exonerados/ perda de função pública / cassação de aposentadoria	16
Outras punições	314
Apurações instauradas	3356
Inquéritos instaurados	986
Sindicâncias instauradas	468
Processos administrativos instaurados	145
Processos administrativos instaurados	20

## 8. Informações Específicas das Polícias

### • Polícia Militar

A Polícia Militar disponibiliza para o cidadão vários instrumentos de contato, como o Disque PM, Fale Conosco e amplo uso das redes sociais. Esses meios são muito aceitos pela população, o que se demonstra pelos números de interações de 2016:



<b>DADOS GERENCIAIS</b>	
Atendimento à imprensa	8.492
Notas de imprensa	198
Notícias positivas	1.838
Método Giraldi com comunicadores	26
Redes sociais – Facebook (pessoas alcançadas)	4.937.897
Redes sociais – Facebook (seguidores)	812.586
Redes sociais – Twitter (seguidores)	264.174
Redes sociais – blog (visualizações)	213.625
Redes sociais – Instagram (seguidores)	23.107
Youtube – vídeos produzidos	112
Youtube – nº de acessos	363.935
Folders, cartazes e informativos produzidos	82
Fale conosco	16.718
Elogios à atuação da PMESP	1125 (via Fale Conosco)
Campanhas de valorização	64
Campanha do agasalho	714.636 peças
Eventos institucionais	16
Roteiro cultural – nº visitantes	01 (22 pessoas)
Retreta	21 retretas (1 infantil)

Fonte: Centro de Comunicação Social da PMESP (novembro/2016)

A atividade policial, notadamente a de polícia ostensiva, executada pela PMESP, se reveste de peculiaridades que requerem cuidados para o seu exercício. Muito embora a Instituição tenha investido continuamente em Equipamentos de Proteção Individual e em Procedimentos Operacionais Padrão, caracterizados como a melhor técnica policial de intervenção para as mais variadas situações, policiais militares ainda são vítimas de violência, como se pode observar nos quadros a seguir:

<b>POLICIAIS MILITARES MORTOS</b>	<b>EM SERVIÇO</b>	<b>EM FOLGA</b>
Suicídio	1	9
Atropelamento	0	-
Acidente com vítima	6	26
Homicídio	8	31
Morte natural	1	22
Outros	-	1
Total	16	89

- **Operação Direção Segura / ODS - 2016**

São fiscalizados veículos e condutores com objetivo de manter a segurança durante a condução de veículos nas estradas e principais avenidas das cidades.



<b>OPERAÇÃO DIREÇÃO SEGURA</b>	<b>CPC</b>	<b>CPM</b>	<b>INTERIOR</b>	<b>CPRV</b>	<b>CPTRAN</b>	<b>ESTADO</b>
Pessoas abordadas	10.952	12.161	91.608	73.478	41.497	229.696
Condutores submetidos ao teste do etilômetro	4.577	533	7.999	57.724	61.357	132.190
Condutores que recusaram o teste de etilômetro	676	33	909	3.313	6.606	11.537
Quantidade flagrantes (art. 306 ctb)	40	14	171	334	129	688
Veículos fiscalizados	7.935	9.188	81.085	61.012	37.378	196.598
Veículos removidos ou apreendidos	304	487	2.653	929	3.004	7.377
Motocicletas fiscalizadas	4.209	6.920	44.960	8.503	1.113	65.705
Motocicletas removidas ou apreendidas	204	361	1769	152	238	2.724
Nº de AI confeccionados	1.839	1.894	16.662	46.417	18.368	85.180
nº de AI confeccionados de acordo com art. 165 CTB	330	131	1.165	8.050	2.892	12.568

A Polícia Militar realizou as mais diversificadas missões em 2016. Até novembro de 2016, contabilizava os seguintes números:

<b>AÇÕES</b>	
Assistência a partos em viaturas	41
Escoltas de presos	76.939
Reintegrações de posse	339
Ações de exercício de auto-tutela	33
Acompanhamento a manifestações públicas	2603

• **Polícia Ambiental**

<b>AÇÕES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Armas de fogo apreendidas	655
Propriedades rurais vistoriadas	27.563
Prisões em flagrante	301
Autos de infração ambiental lavrados	14.310
Total em valores das aplicações de multas	170.528,457
Média em valores das aplicações de multas	18.038,82
Aves e animais silvestres apreendidos	21.439
Denúncias atendidas	19.395

Fonte: Comando de Policiamento Ambiental (novembro/2016)



• **Polícia Rodoviária**

<b>ATIVIDADES POLICIAIS</b>	<b>Total</b>
Nº de veículos recuperados	1030
Apreensões de entorpecentes (kg)	90.772
Maconha (qtde ocorrências)	758
Cocaína (qtde ocorrências)	368
Crack (qtde ocorrências)	126
Nº de prisões efetuadas	5421
Nº de pessoas presas em flagrante	3819
Nº de pessoas presas por mandado	692
Nº de infratores apreendidos em flagrante	342
Nº de armas de fogo apreendidas	271

• **Grupamento Aéreo**

<b>APOIO A OCORRENCIAS E UNIDADES ESPECIALIZADA</b>	
Distúrbios civis	42
Rebelião/fuga de presos	40
Apoio policiamento de transito	6
Apoio policiamento rodoviário	69
Apoio policiamento ambiental	190
Apoio corpo de bombeiros	428
Apoio ao policiamento de choque	42
<b>Apoio aero médico</b>	<b>832</b>
Retorno de ocorrência aero médica	665
Incêndio	25
Defesa civil	15
Busca	11
Salvamento aquático	37
Salvamento terrestre	34
Roubo a banco	30
Roubo	311
Ocorrências com refém	6



• **Bombeiros**

GRUPO	NATUREZA	OCORRÊNCIAS	VÍTIMAS FERIDAS	VÍTIMAS FATAIS
INCÊNDIO	Incêndio	64.399	3505	89
PREVENÇÃO	Atividade educativa	6.316	0	0
	Vistoria técnica operacional	19.965	0	0
RESGATE	Acidente de trânsito c/ vítima	95.994	150373	2003
	Acidente de trânsito s/ vítima	8.077	4952	0
	Auxílio á gestante	2.573	2246	20
	Emergência clínica	61.325	49362	4296
	Ingestão/injeção/inalação de subst.	815	841	6
	Ocorrência com pessoa	73.026	66406	2360
	Queimadura	326	322	4
SALVAMENTO	Acidente com transporte	140	143	13
	Animal	22.733	180	2
	Desabamento	431	232	27
	Desmoronamento	131	63	23
	Explosão	87	86	4
	Inseto agressivo	9.397	41	0
	Ocorrência com árvore	5.724	314	6
	Ocorrência com objeto	341	19	1
	Outras atividades ambientais	1.428	5	0
	Pessoa em local de risco	2.960	704	335
	Risco iminente de/explosão	22	12	0
	Superaquecimento de equipamento	113	6	0
	Vazamento	4.177	267	2
<b>TOTAIS</b>		<b>380.500</b>	<b>280.079</b>	<b>9.191</b>
VISTORIAS	Análise de projeto técnico			21.915
	Análise de certificados de licença do corpo de bombeiros (CLCB)			101.320
	Vistoria de projeto técnico			56.277
	Vistoria de projeto técnico simplificado			94.450
	Auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB) emitidos			46.020
	Certificados de licença do corpo de bombeiros (CLCB) emitidos			93.735

Abaixo, as principais ocorrências de vulto atendidas no ano de 2016 pelo CCB, que tiveram grande emprego de viaturas, efetivo e apoio:



**Capital** - Natureza: Incêndio em edificação; Local: Avenida Celso Garcia, Belém - SP; Data: 23 de novembro de 2016; Vítimas: 4 vítimas fatais e 9 feridas; Danos: Residência e comércio; Viaturas / Efetivo: 27 viaturas e 72 bombeiros.

**Grande SP (exclui Capital)** - Natureza: Incêndio em indústria química; Local: Rua Emir Macedo Nogueira - Bairro Casa Grande - Diadema/SP; Data: 28 de novembro de 2016; Vítimas: 9 vítimas feridas; Danos: Toda a edificação; Viaturas / Efetivo: 24 viaturas e 72 bombeiros.

**Região do Vale do Paraíba** - Natureza: Vazamento de Produto Perigoso (lodo biológico); Local: Rodovia SP-66, nº 84, São Silvestre, Jacareí/SP; Data: De 22 de março de 2016 a 23 de março de 2016; Vítimas: 1 vítima fatal; Danos: Possíveis danos ao Meio Ambiente, tendo em vista a presença do Sulfeto de Hidrogênio (H<sub>2</sub>S), onde foi feito o monitoramento da atmosfera através de Alt Air (monitor de H<sub>2</sub>S); Viaturas / Efetivo: 55 Bombeiros e 11 viaturas.

**Região de Bauru** - Natureza: Inundação/Enchente; Local: Município de Lençóis Paulista – SP; Data: 12 de janeiro de 2016; Vítimas: 263 pessoas socorridas de locais de riscos e 1 corpo localizado em 14Jan16; Danos Materiais: incalculáveis; Viaturas / Efetivo: 26 Bombeiros, 12 viaturas do CB, Policiamento de Área, Prefeitura.

**Região Santos** - Natureza: Incêndio em contêineres de produtos químicos; Local: Empresa Local frio S/A Armazéns Gerais Frigoríficos, Guarujá; Data: 14 a 16 de janeiro de 2016; Vítimas: houve atendimentos a bombeiros e brigadistas afetados pela fumaça resultante das reações químicas; Danos: grande monta nas instalações; Viaturas / Efetivo: 295 (em toda a operação), e média 29 viaturas p/dia.

- **Polícia Civil**

ATENDIMENTO E INOVAÇÕES NAS DELEGACIAS DE POLÍCIA DE DEFESA DA MULHER / 2016		
ATO	NÚMERO	ASSUNTO
PORTARIA	DECAP – 7, de 20 de agosto de 2016.	Revisão e aperfeiçoamento da Portaria Decap que criou a Central de Flagrante subordinada à 1ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher – DDM da Capital, com atendimento 24h
Novas DDM	Em 18 de fevereiro de 2016.	Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher do Município de Itapevi.
	Em 17 de novembro de 2016.	2ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher do Município de Campinas.
	Em 22 de agosto de 2016.	Criação das Equipes de Polícia Judiciária, em sistema de atendimento ininterrupto no âmbito da Capital. A expansão do modelo dependerá de prévia destinação de recursos materiais e humanos disponibilizados.
Inquérito eletrônico	Na 3ª Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher da Capital.	Inclusão a título experimental da elaboração de Inquérito Policial Eletrônico.





**PÁTIOS DE APREENSÃO DE VEÍCULOS PCESP – DADOS**

Quantidade de Pátios licitados	44
Número de veículos apreendidos	43.249

<b>DEIC</b>	
<b>ATIVIDADES POLICIAIS</b>	<b>ATÉ 30/10/16</b>
Nº de prisões efetuadas - ocorrências	1.112
Nº de pessoas presas em flagrante	1.154
Nº de pessoas presas por mandado	336
Nº de infratores apreendidos em flagrante	58
Nº de armas de fogo apreendidas	222
Nº de fuzis apreendidos	32
Nº de veículos apreendidos	2.034
Apreensão de explosivos	403
Apreensão de entorpecentes (kg)	<b>4.212.027</b>
Maconha (quantidade/unidade)	2.146.884
Cocaína (quantidade/unidade)	1.464.810
Operações realizadas	608
Interceptações telefônicas	405
Ladrões de carros-forte - presos	14
Ladrões de banco - presos	48

<b>DPPC</b>	<b>2016</b>
Flagrantes lavrados	314
Prisões efetuadas	339
Mercadorias e produtos inadequados	38.150
Medicamentos apreendidos	347
Alimentos impróprios p/ consumo	61.443,93 KG.
Valores recolhidos aos cofres públicos	396.050.547,42

• **Polícia Técnico-Científica**

Novos projetos implantados esse ano:

**Sistemas de informação na busca de desaparecidos** - Objetiva reunir informações e facilitar a identificação das vítimas pelos familiares que os procuram nos IMLs, evitando sobretudo que a vítima seja enterrada sem reconhecimento. O trabalho tem como intuito a preservação da dignidade da pessoa humana e dar uma resposta às famílias que procuram nos IMLs. O programa já está disponível em todos os postos do IML, bem como da Delegacia de Investigação sobre Pessoas Desaparecidas - DHPP.



**Mesa Interinstitucional para estabelecer estratégias para busca de pessoas desaparecidas no Estado de São Paulo** - A Cruz Vermelha em conjunto com a SPTC, IIRGD, DHPP, SVO, Serviço Funerário e Ministério Público Estadual propõem a criação de um protocolo para busca de desaparecidos, a partir de critérios internacionais com informação compartilhada. No primeiro momento estas informações serão nacionais e, posteriormente, divulgadas em outras redes de interesse, como, por exemplo, a INTERPOL.

**GDL-IML - Versão 1.1** - Objetivo: implementar novos tipos de exames no sistema (como Novo Necroscópico, Psiquiátrico e Indiretos), bem como prover manutenções corretivas e evolutivas nos exames já existentes.

**GDL-IC - Versão 1.1 - Fase 1** - Objetivo: modernizar a interface do sistema e prover melhorias e novas implementações.

**Integração - SPTC X Polícia Civil (RDO/Inquérito Eletrônico)** - Objetivo: integrar os processos de requisição de exames periciais entre os sistemas GDL-IC e GDL-IML com os sistemas da Polícia Civil (RDO/Inquérito Eletrônico). Status: Fase 1 em testes integrados / Fase 2 em construção.

**SPTC - Segunda Via de Laudos** - Objetivo: prover ferramenta para consulta e disponibilização de segundas vias de laudos periciais ao Tribunal de Justiça e à Polícia Civil. Status: Em construção.



## SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Fazem parte da estrutura da Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM: a Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU e a Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ.

### **Síntese dos principais planos e ações**

A STM conta com plano de investimentos plurianual, elaborado e revisado anualmente, baseado nas seguintes diretrizes: inovação e modernização, ampliação da integração entre os diversos modais e continuidade de todos os projetos de expansão dos sistemas, bem como sua compatibilização com os recursos financeiros orçamentários.

Estão contemplados no plano, intervenções para ampliar a infraestrutura do transporte sobre trilhos e sobre pneus como: as novas linhas do METRÔ e da CPTM, os novos serviços de monotrilho, os serviços com tecnologias de Veículo Leve sobre Trilhos - VLT e “*Bus Rapid Transit*” - BRT, estes dois últimos sob responsabilidade da EMTU. Também continua o processo de modernização do sistema ferroviário da CPTM e da EFCJ existentes, bem como da frota metroferroviária necessária para atender a enorme demanda existente e projetada por meio de novas aquisições e reforma do material rodante.

Paralelamente, estão sendo implantadas estratégias operacionais alternativas para atender a demanda que se verificou no Sistema Metroferroviário que, nos dias úteis, no ano de 2016 apresentou ligeiro decréscimo em relação a 2015, passando no mesmo período até novembro, de 7.280 mil para 7.103 mil de usuários média por dia. Quando comparado ao ano de 2010 o percentual de crescimento foi de 25%.

No Sistema EMTU na RMS, a média de passageiros nos dias úteis passou de 2.278 mil em 2015 para 1.752 mil até outubro de 2016, significando uma redução de 23%. Enquanto que a EFCJ apresentou recorde anual de usuários atendidos, com o número de 502.350 registrados até 30.11.2016, superando a marca anterior, de 499.303 registrada em 31.12.2015.

É importante destacar que o recorde anual até novembro de 2016 é composto pelos seguintes serviços: Bonde Turístico, Bonde Turístico Urbano, Trem de Serra, Trem do Mirante, Trem de Subúrbio, Trem Turístico de Piracuama, Trens fretados, Centro de Memória, Parque Reino das Águas Claras, Teleférico e Pedalinho.

Em 2016 manteve-se o processo de reprogramação das atividades de investimentos implementadas pelas Companhias subordinadas à STM, devido à realidade econômico-financeira do Estado e do País.



## COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO – METRÔ

Em 2016 (até novembro) o METRÔ transportou cerca de 1.201 milhões de passageiros, numa média de 4,4 milhões de usuários por dia útil.

Quatro grandes empreendimentos estão em andamento ao mesmo tempo neste período: (i) a Fase II da Linha 4-Amarela; (ii) a extensão da Linha 5-Lilás; (iii) a implantação do monotrilho da Linha 15-Prata e; (iv) a implantação do monotrilho da Linha 17-Ouro.

### **Linha 4 – Amarela: Trecho Luz - Vila Sônia**

O empreendimento Trecho Luz – Vila Sônia está projetado para uma extensão de 14,4 km, com 11 estações, 1 Pátio de Manutenção e 29 trens.

A implantação da Linha foi planejada em duas fases:

- Fase 1 concluída em 2011, com 12,8 km de extensão (8,9 km operacionais) e 6 estações em operação: Butantã, Pinheiros (integração com a Linha 9 da CPTM), Faria Lima, Paulista (integração com a Linha 2), República (integração com a Linha 3) E Luz (integração com a Linha 1 e com linhas 7, 10 e 11 da CPTM) além da entrega parcial de 1 Pátio de manutenção (Vila Sônia) e 14 trens.

- Fase 2:

- Estação Fradique Coutinho concluída e em operação desde 2014.
- Em execução as obras de complementação de 3 estações (São Paulo-Morumbi, Oscar Freire e Higienópolis-Mackenzie), 1 nova estação (Vila Sônia), complementação do Pátio Vila Sônia e implantação do Terminal de Ônibus Vila Sônia, prolongamento de 1,5 km de túnel e complementação da frota de trens, totalizando 29 trens.

Evolução do empreendimento:

- As obras civis remanescentes das 4 estações da Fase 2, incluindo o prolongamento do túnel, foram paralisadas em 2015 (contrato rescindido) e foram retomadas em 12/07/16, com metas parciais de entrega e finalização em 2020.

- Para garantir a continuidade dos serviços e cumprimento das metas parciais e final, foram ajustados os contratos para implantação dos Sistemas de Alimentação Elétrica, Auxiliares (escadas rolantes, elevadores, ventilação principal, etc), Telecomunicações, Portas de Plataforma (PSD), Bloqueios e Sistema de Transmissão de Dados (STD) das estações e da linha.



- Em contratação as Vias Permanentes para o Pátio (complementação) e prolongamento de Túnel.

A demanda estimada para operação comercial da Linha 4-Amarela completa é de 981.000 passageiros por dia útil.

### **Linha 5 – Lilás: Trecho Capão Redondo-Chácara Klabin**

O empreendimento Trecho Largo Treze – Chácara Klabin está projetado para uma extensão de 11,5 km, com 11 estações, 1 Pátio de Manutenção e 26 trens adicionais.

O trecho previamente existente da Linha 5-Lilás, a partir do Largo Treze até Capão Redondo, conta com 8,4 km, 6 estações (Capão Redondo, Campo Limpo, Vila das Belezas, Giovanni Gronchi, Santo Amaro e Largo Treze), 1 Pátio de Manutenção (Capão Redondo) e 8 trens.

O Trecho Largo Treze – Chácara Klabin está sendo implantado como segue:

- Trecho Largo Treze-Adolfo Pinheiro em operação comercial desde agosto de 2014;
- Trecho Adolfo Pinheiro-Chácara Klabin:
  - Trecho Adolfo Pinheiro-Brooklin com início da operação comercial prevista para 2017;
  - Trecho Brooklin-Chácara Klabin prevista para 2017, com exceção da estação Campo Belo e com entrega do pátio Guido Caloi prevista para 2017;
  - Entrega da estação Campo Belo prevista para 2018.

Quando concluída, essa extensão da Linha 5 se interligará com a Linha 1–Azul na Estação Santa Cruz, com a Linha 2–Verde na Estação Chácara Klabin e com a futura Linha 17-Ouro na Estação Campo Belo, bem como ao Corredor Diadema - Morumbi, da EMTU/SP na Estação Brooklin.

Também faz parte do empreendimento a entrega de um viaduto sobre a Av. Jornalista Roberto Marinho, no cruzamento com a Av. Santo Amaro.

Evolução do empreendimento:

- CBTC - Trecho Capão Redondo-Adolfo Pinheiro: testes em execução com previsão para operação plena com o sistema no primeiro trimestre de 2017;
- Via Permanente - As escavações dos túneis de via, com extensão total de 10,9 km, foram concluídas em jun/16. Implantação da via permanente em andamento com a execução das lajes de



apoio, passarelas de emergência e as instalações de trilhos, rede aérea, bandejamento e cabos de energia;

- Estações - Serviços de acabamento em execução em 6 das 10 estações e a implantação de sistemas nas estações Brooklin, Alto da Boa Vista e Borba Gato, com bandejamento, equipamentos, painéis e escadas rolantes;
- Pátio Guido Caloi - Serviços de acabamento iniciados nas edificações/blocos e execução da via permanente do estacionamento em andamento;
- Material Rodante - Entregues 25 dos 26 trens CAF, equipados com câmeras no interior dos carros, aparelhagem de gravação de imagens e ar condicionado, com previsão de conclusão em 2017;
- Subestação Primária Bandeirantes - Implantação concluída, com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB emitido em jul/16, aguardando a ligação de energia pela AES Eletropaulo, prevista para o primeiro trimestre de 2017.

A demanda estimada para a operação comercial da Linha 5-Lilás completa é de 781.000 passageiros por dia útil.

### **Linha 15 - Prata: Trecho Vila Prudente-Iguatemi**

O empreendimento Trecho Vila Prudente – Iguatemi está projetado para uma extensão de 15,3 km, 11 estações, 1 pátio de estacionamento e manutenção e 27 trens, utilizando tecnologia monotrilho.

O sistema monotrilho é um transporte de média capacidade, que opera sobre pneus, em via elevada (entre 12 e 15 metros de altura, dependendo do trecho) e utiliza tecnologia “Driverless” (operação automática sem a presença de condutor). Os veículos são equipados com câmeras no interior dos carros, gravação de imagens, passagem livre entre os carros e ar condicionado.

A Linha 15-Prata interliga com a Linha 2 na estação Vila Prudente e interligará com o Corredor Intermodal ABCD na estação São Mateus.

A implantação da linha está sendo realizada em duas etapas:

- A primeira etapa de implantação da Linha, Vila Prudente – São Mateus está sendo implantada em dois trechos:
  - Trecho Vila Prudente - Oratório, com 2,9 km de extensão, 2 estações e um pátio de manutenção e estacionamento, em operação comercial desde 10 de agosto de 2015



(horário parcial) e operação em horário pleno (4h40min às 0h) desde 26 de outubro de 2016; e

- Trecho Oratório - São Mateus, com 10,1 km de extensão e 8 estações, com previsão de entrega para 2018.

- A segunda etapa compreende o trecho São Mateus - Iguatemi, com 2,3 km de extensão e 1 estação, com previsão de entrega para 2021.

Evolução do empreendimento:

- As obras civis das estações do Trecho Oratório (exclusive) - São Mateus, assim como a fabricação e o fornecimento dos Sistemas de Alimentação Elétrica, Auxiliares, Escadas Rolantes, Elevadores, Sinalização e Controle, e Telecomunicações, estão em andamento conforme programado, com previsão de início da operação comercial em 2018.

- Material Rodante: do total de 27 trens contratados, já foram entregues 26 trens dos quais 19 em fase de teste e comissionamento e 7 liberados para a operação.

A demanda estimada para a operação comercial do trecho Vila Prudente - Iguatemi é de 313.000 passageiros por dia útil.

### **Linha 17 - Ouro: Trecho Jardim Aeroporto - Congonhas - Morumbi (CPTM)**

O empreendimento Trecho Jardim Aeroporto - Congonhas =- Morumbi (CPTM) está projetado para uma extensão de 7,7 km, 1 pátio de estacionamento e manutenção, 8 estações e 14 trens, utilizando tecnologia monotrilho.

O sistema monotrilho é similar ao descrito na Linha 15 - Prata, acima.

A previsão de entrega do Trecho Jd. Aeroporto - Congonhas - Morumbi (CPTM) é até 2019, quando interligará com a Linha 9 - Esmeralda da CPTM na estação Morumbi, com a Linha 5 – Lilás do Metrô na Estação Campo Belo e com o Aeroporto de Congonhas na estação Congonhas.

Evolução do empreendimento:

- As obras das estações Congonhas, Jd. Aeroporto, Brooklin e Vereador José Diniz estão em andamento;

- As obras das estações Campo Belo, Vila Cordeiro e Chucuri Zaidan foram paralisadas em nov/15, contrato rescindido e recontratadas em mai/16;



- A Estação Morumbi (CPTM) foi retirada do contrato original, em função de revisão do projeto com aumento do escopo, e deverá ser recontratada. A contratação está prevista para 2017 e a conclusão das obras prevista para 2019;

- As obras do Pátio Água Espreada foram paralisadas em nov/15, o contrato foi rescindido em jul/16, recontratadas em ago/16 e as obras retomadas em nov/16;

- O contrato do Consórcio Monotrilho Integração - CMI (Andrade Gutierrez e CR Almeida), que contempla as obras das vias, sinalização e material rodante, portas de plataforma, foi paralisado em nov/15. A continuidade plena deste contrato depende de acordo em tramitação na Justiça. O CMI retomou em dez/16 apenas o lançamento de vigas nas vias e estações.

- Material Rodante: do total de 14 trens contratados, 7 trens estão em fabricação.

A demanda estimada para a operação comercial do trecho é de 185.000 passageiros por dia útil.

### **Linha 2 - Verde: Trecho Vila Prudente-Dutra (implantação suspensa)**

O empreendimento Trecho Vila Prudente - Dutra está projetado para uma extensão de 14,4 km de extensão, 1 Pátio de Manutenção, 13 estações e 36 trens adicionais, e ligará a estação Vila Prudente do Metrô ao município de Guarulhos e atenderá aos moradores dos bairros Jardim Anália Franco, Vila Formosa, Vila Manchester, Aricanduva, Penha e Tiquatira em São Paulo e Ponte Grande e Vila Augusta em Guarulhos.

São previstas conexões com a futura Linha 6 – Laranja (Estação Anália Franco), com a Linha 3 – Vermelha (Estação Penha) do Metrô, com as Linhas 12 – Safira e 13 – Jade da CPTM (Estação Tiquatira) e a futura Linha 19 – Celeste do Metrô (Estação Dutra).

Evolução do empreendimento:

- As atividades desse empreendimento foram suspensas devido à revisão orçamentária do Governo para 2016.

- Em 22/09/16 foi assinado novo contrato para demolição de áreas desapropriadas. Serviços preliminares iniciados em 01/11/16.

A demanda estimada para a operação comercial do trecho é de 1.663.360 passageiros por dia útil, incluindo o trecho operacional Vila Madalena - Vila Prudente.





## **Modernização do sistema de Sinalização e Controle**

O sistema CBTC - “Communication-Based Train Control” está em implantação nas Linhas 1, 2 e 3 do Metrô.

A sua implantação possibilitará o acréscimo do número de trens e conseqüentemente a redução dos intervalos entre trens, com aumento da oferta de lugares, a diminuição do tempo de viagem devido ao aumento da velocidade média, a redução do consumo de energia em virtude do controle mais efetivo da movimentação dos trens, a viabilidade de comunicações áudio visuais em tempo real e maior eficiência e segurança nas comunicações de dados para todos os outros sistemas interconectados.

Evolução do sistema:

- Em 2016, a implantação do sistema CBTC teve evolução na Linha 2 – Verde, ainda em versão intermediária do software, com início da operação em toda sua extensão em 11/02/2016;

A versão final do software, incorporando todas as funcionalidades, é prevista para implantação como segue:

- Linha 2 – Verde – 2019;
- Linha 1 – Azul - 2020 e;
- Linha 3 – Vermelha – 2021.

## **Modernização da Frota de Trens**

A modernização dos trens contempla:

- Sistema de ar-condicionado, câmeras de vigilância internas e externas, sistema de proteção contra incêndio, sistema de informação audiovisual, sistema de freios com controle de patinagem e deslizamento (melhora o desempenho em condições de baixa aderência, como na chuva), sistema de tração em corrente alternada, monitoramento contínuo dos equipamentos pelo operador, substituição do sistema de portas e inspeção, revisão e reparos na estrutura e nos truques dos trens.

- Melhora na ergonomia com o rearranjo interno e a substituição da iluminação.

Evolução da Modernização:

Até 2016 foram modernizados e entregues ao Metrô 81 trens de um total de 98 trens, dos quais 17 trens somente em 2016.



Dos restantes 17 trens a modernizar, 6 estão na fábrica em modernização. Dos trens modernizados, 73 estão liberados para operação e os demais trens modernizados estão em testes ou aguardando a implantação do CBTC para início da operação comercial.

### **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**

Em 2016 (até novembro) a CPTM transportou cerca de 748 milhões de passageiros, numa média de 2,7 milhões de usuários por dia útil.

As seis Linhas: 7 (Luz-Francisco Morato-Jundiaí), 8 (Júlio Prestes-Itapevi-Amador Bueno), 9 (Osasco-Grajaú), 10 (Luz-Rio Grande da Serra), 11 (Luz-Estudantes), 12 (Brás-Calmon Viana), estão passando por obras de infraestrutura (em sinalização, telecomunicações, energia, rede aérea e via permanente), além da modernização de estações.

**Extensão da Linha 9 entre Grajaú e Varginha:** Com 4,5 km, prevê a construção das estações Mendes-Vila Natal e Varginha, de viadutos ferroviários, viário e de pátio de estacionamento de trens. As obras civis estão em andamento.

**Linha 13 - Jade - Trem de Guarulhos:** Em andamento as obras civis e a implantação de sistemas da linha de trem metropolitano que ligará os municípios de São Paulo e Guarulhos, com acesso ao Aeroporto Internacional André Franco Montoro. Essa linha prevê: implantação de 12,2 km de nova via e de sistemas de energia, sinalização, telecomunicações e rede aérea; aquisição de 8 novos trens; a reconstrução da Estação Engenheiro Goulart, prevista para 2017 e a construção de duas novas estações: Guarulhos CECAP e Aeroporto Guarulhos. Prevista para 2018 a implantação do sistema de energia de tração.

**Estações:** Em 2016 foram entregues à população para uso da estação Suzano reconstruída e a readequação da estação de Poá (Linha 11). Prosseguem as obras de readequação das estações de Quitaúna, Jardim Belval e Jardim Silveira (Linha 8) a serem concluídas em 2017. As novas edificações contam com escadas rolantes, itens de acessibilidade como: elevadores, piso e rota táteis, comunicação em Braille, corrimãos e rampas adequadas, além de banheiros públicos comuns exclusivos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo melhores condições funcionais e de acessibilidade.

**Acessibilidade:** Estão em andamento obras para implantação de itens de acessibilidade nas estações Jundiaí (Linha 7), Antônio João (Linha 8) e Jundiapéba (Linha 11). Início programado para 2017 das estações de Baltazar Fidélis e Água Branca (Linha 7), com previsão de entrega no mesmo ano.

**Obras de Arte:** Retomado o contrato visando a conclusão dos serviços de drenagem e galerias do Viaduto Caieiras, lados norte e sul, que transpõe a faixa ferroviária no cruzamento da Linha 7 com a rodovia Presidente Tancredo Neves, no Município de Caieiras, com previsão de entrega em 2017.



**Via Permanente e Rede Aérea:** concluídas as obras de readequação da via permanente e de rede aérea da linha 12. Prosseguem as obras na Linha 7.

**Energia:** Concluídas as obras de implantação do Centro de Distribuição de Energia na Linha 8 e a finalização dos reparos na Subestação de Energia de Calmon Viana (Linhas 11 e 12). Prosseguem as obras de implantação de Telecomando de Energia em todas as linhas.

**Trens Novos:** Prossegue a fabricação dos 65 novos trens que deverão ser incorporados à frota. Já estão na CPTM 16 trens, sendo 09 em operação comercial e 07 trens em testes estáticos e dinâmicos. Na fábrica há 04 trens em testes para liberação. Todos equipados com tecnologia de ponta como ar-condicionado, câmeras de vigilância, sistema de informação audiovisual (monitores de vídeo e displays). Os trens são totalmente acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

**Expresso Turístico:** O transporte ferroviário de turismo regional contempla os destinos a Jundiaí, Mogi das Cruzes e Paranapiacaba, todos saindo da Estação da Luz aos sábados, domingos e feriados. Desde a primeira viagem, em abril/2009 para Jundiaí, seguindo-se Mogi das Cruzes, em junho de 2009 e Paranapiacaba, em agosto/2010, nas mais de 750 viagens realizadas até dezembro/2016, foram transportados cerca de 115 mil turistas, o que representa a expressiva média de 88% de ocupação em cada viagem.

**Expresso da Linha 10 - Turquesa:** A CPTM iniciou em novembro a operação do novo serviço denominado Expresso Linha 10 - Turquesa. Trata-se de um trem direto percorrendo o trecho entre as estações Tamanduateí e Santo André, em cerca de 10 minutos, e com parada na estação São Caetano. Opera nos horários de pico, nos dias úteis, nesse trecho que é o mais carregado da linha e no qual são atendidos cerca de 50 mil usuários por dia. A circulação ocorre sem interferir no tráfego de trens do restante da linha que opera entre Brás e Rio Grande da Serra.

## **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS - EMTU**

A área de atuação é formada pelas cinco regiões metropolitanas existentes no Estado: Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS, Região Metropolitana de Campinas - RMC, Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVP e Região Metropolitana de Sorocaba - RMS. Essas cinco regiões metropolitanas somam 133 municípios.

**Corredor Metropolitano ABD (São Mateus - Jabaquara) e Extensão Diadema - São Paulo (Morumbi)**

**Acessibilidade** - Em outubro foram concluídas as obras complementares de instalação de seis elevadores e duas plataformas elevatórias nos terminais Ferrazópolis, Piraporinha, Diadema, São Mateus e Santo André Oeste, com o objetivo de atender as normas de acessibilidade, incluindo também o Terminal Metropolitano Taboão de Guarulhos. Essa ação representa um investimento de R\$ 1,3 milhão.



**Regularidade** - A EMTU/SP passou a monitorar o fornecimento de energia por meio de equipamento fornecido pela Eletropaulo que alerta para oscilações, diminuindo as chances de sobrecarga e a paralisação. Também realizou um trabalho intensivo de gestão para verificar o consumo das 40 subestações e economia de R\$ 140 mil.

### **Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares (Noroeste)**

Extensão Nova Odessa - Americana - Santa Bárbara D'Oeste (24,3 km)

Em maio teve início a operação parcial do novo Terminal Metropolitano Americana com a liberação da segunda plataforma que atende 33 linhas municipais e 15 linhas metropolitanas. O contrato com a empresa Estacon foi rescindido por não cumprimento de prazos. A licitação para contratação de nova empresa ou Consórcio foi publicada em outubro. A reforma da Estação Rodoviária Dona Catharina Fernandes Welsh de Nova Odessa foi concluída e entregue no mês de junho. O início das obras remanescentes ocorrerá em 2017 com previsão de término para junho 2018.

Trecho Hortolândia - Sumaré - Campinas (4,8 km) – Extensão do corredor da Av. Olívio Franceschini (Hortolândia). Em junho começaram as obras da Estação de Transferência Km 110 da Rodovia Anhanguera, em Sumaré, e em agosto foram entregues a Estação de Transferência Pinheiros e a Parada Emancipação, em Hortolândia. Todo o trecho ficará pronto em 2017 quando serão concluídas duas alças de acesso à SP-101 sobre a ferrovia, mais o Terminal Metropolitano Rosolém - Hortolândia, Estação Transferência Peron - Hortolândia, Parada III da Av. Lix da Cunha - Campinas e cinco estações de embarque e desembarque.

Variante Sumaré-Hortolândia (7,6 km) - Ligação das Avenidas Rebouças (Sumaré) e Olívio Franceschini (Hortolândia); construção de seis pontes e do viaduto sobre a linha férrea e Ribeirão Quilombo, além da construção do Terminal Multimodal de Sumaré. Em fevereiro foi protocolado na Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB o EIA-RIMA para Licença provisória Ambiental. As Audiências Públicas exigidas por lei foram realizadas em maio em Hortolândia e Sumaré. O Projeto Básico desse trecho foi concluído no mês de julho.

### **Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi)**

Trecho Taboão - Cecap (3,7 km) - entre e julho e agosto de 2016 este primeiro trecho, entregue em 2013, passou por reformas no viário, envolvendo demolição e reconstrução integral ou parcial de 500m<sup>2</sup> de placas de pavimento rígido. Em três paradas foram executados serviços envolvendo a recuperação da estrutura metálica, gradil, iluminação e comunicação visual.

Trecho Vila Endres/Tiquatira/Penha (4,08km) - Trecho de 4,08km com Projeto Executivo concluído, considerando as desapropriações pontuais nas áreas onde serão construídas as estações de embarque e desembarque. O traçado deste trecho será discutido com a nova gestão municipal.



Trecho Vila Galvão/Estação Tucuruvi do Metrô (4,5 km) - A EMTU concluiu a revisão do projeto funcional deste trecho. O projeto executivo deverá sofrer revisão para inclusão de ciclovias ao longo do traçado para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo.

### **Sistema Integrado Metropolitano/Veículo Leve sobre Trilhos SIM/VLT**

Trecho São Vicente (Barreiros) - Conselheiro Nébias - em obras – 11km. No mês de janeiro, em 6,5 km desse trecho, teve início a operação assistida do VLT com o atendimento de nove estações. Em março começou a operação comercial com seis VLTs e ampliação do horário de funcionamento das 7 às 19 horas, transportando em média 4 mil usuários por dia. A construção da Estação Bernardino de Campos terminou em abril e será incluída na operação comercial entre final de dezembro e janeiro de 2017, juntamente com as demais previstas na cidade de Santos: Estação Conselheiro Nébias, Estação Ana Costa e Washington Luiz (todas em fase final de construção) e Estação Porto (concluída), além do Terminal Barreiros, em São Vicente.

Em junho foi inaugurado o Centro de Controle de Operações do VLT, em Santos, para o controle da operação, dos sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros, segurança das estações e vias. Está em fase final de testes o pátio de manutenção e estacionamento para 33 VLTs, que contará ainda com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos entre outros itens. Em agosto começou a instalação do Sistema de Portas Plataforma - PSD na Estação Bernardino de Campos, Ana Costa e Porto. Em junho 37 linhas metropolitanas das 66 que operam na RMBS foram integradas ao VLT com a tarifa de R\$ 3,80.

**Material Rodante** - Em 2016 foram entregues mais cinco VLTs e do total de 22 VLTs contratados, 17 chegaram à Baixada Santista, três deles fabricados na Espanha e o restante na fábrica instalada em Três Rios - RJ. Os cinco veículos restantes serão entregues até junho de 2017.

Trecho Conselheiro Nébias - Valongo - em Santos - Estudos e Licenças Ambientais - 8 km - Este trecho em Santos inclui a construção de um Terminal e 12 estações de embarque e desembarque. Está em análise pela CETESB o pedido de Licença Prévia Ambiental protocolada em maio de 2015. O projeto básico foi concluído em agosto e foi elaborado a fim atender as demandas municipais de engenharia de tráfego, preservação do centro histórico da cidade, inserção urbana e oferta de transporte de qualidade. O projeto executivo está em elaboração.

### **Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo**

Trecho Itapevi - Jandira (5 km) - Inclui a construção da Estação de Transferência Itapevi, sete estações de embarque e desembarque, viaduto sobre a Rua Ameríndia e passarela sobre a via férrea. Em 2016 a EMTU/SP deu continuidade às obras no viário e nas estações com mais de 50% dos trabalhos executados no trecho. Esta ligação será entregue em 2017.

Trecho Jandira - Terminal Carapicuíba (8,8 km) - as obras neste trecho avançaram em 2016 e incluem a construção do Terminal Carapicuíba, da Estação de Transferência de Barueri e nove



estações de embarque e desembarque. Neste ano teve início a construção da Estação e do Terminal Carapicuíba. No viário, mais de 90% dos trabalhos foram executados. Uma nova licitação será feita para a continuidade das obras. A publicação do edital e assinatura de novo contrato com o vencedor da licitação está prevista para 2017.

Trecho Terminal Carapicuíba – Osasco km 21 (2,2 km) – Nesta ligação serão construídos o Terminal Osasco km 21, duas estações de embarque e desembarque, viaduto Carapicuíba e alças de acesso. Em 2016 a EMTU/SP deu continuidade às obras com mais de 50% dos trabalhos terminados, envolvendo o viário e o Terminal km 21.

Trecho Km21 Osasco - Terminal Vila Yara - Osasco - (7,6 km). Está prevista a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara) e construção de 10 estações de embarque e desembarque. Os projetos básico e executivo foram concluídos.

### **Outras Informações**

Serviço Especial Conveniado - SEC - Ligado: Transporte diferenciado (“porta a porta”) gratuito para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida severa. A frota atual é composta de 444 veículos, sendo: 101 Operadores na RMC e 343 Operadores na RMSP.

Foram atendidas entre deficientes e acompanhantes um total de 4.892 usuários (dados até out/2016) nas duas Regiões Metropolitanas.

### **Renovação da Frota e Acessibilidade:**

Em 2016 as concessionárias e permissionárias adquiriram veículos novos, refletindo na idade média da frota em operação e melhorando a acessibilidade às pessoas com deficiência, conforme determina o Decreto Federal nº 5.296/2004.

<b>REGIÃO</b>	<b>IDADE MÉDIA DA FROTA</b>	<b>VEÍCULOS COM ACESSIBILIDADE (nov/16)</b>	<b>TOTAL DA FROTA (nov/16)</b>
	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>	<b>Regular</b>
RMSP	6,3	3.375	4.430
RMBS	2,8	466	511
RMC	6,5	278	478
RMVPLN	5,2	141	358
RMS	6,4	95	167
<b>TOTAL</b>	-	4.355	5.944



Nas cinco regiões metropolitanas, em 2016 (até novembro) foram inspecionados mais de 9,7 mil veículos dos dois sistemas, sendo 6.226 na RMSP, 1.043 na RMBS, 1.656 na RMC, 783 na RMVPLN e 33 na RMS.

## **ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO - EFCJ**

A centenária Estrada de Ferro Campos do Jordão - EFCJ é hoje um complexo que reúne a operação de variados equipamentos voltados ao turismo como: serviços ferroviários, parques, teleférico, pedalinho e centro de memória ferroviária.

As principais ações, projetos e programas desenvolvidos para fortalecimento e modernização da Estrada de Ferro Campos do Jordão em 2016 foram:

**Via Permanente** - Realização de obras de modernização e manutenção na via permanente, com troca de trilhos, vedação de faixa, instalação de contratrilhos, substituição de dormentes, aquisição e instalação de railbonds e obras de contenção de encostas. Também foram executadas obras de urbanização da faixa do km 0 ao km 2, com limpeza e regularização do lastro, vedação de faixa com mourões de concreto, construção de valetas de drenagem, execução de novas contenções de encostas e execução de serviços de paisagismo.

**Teleférico** - Realização de manutenção especial no Teleférico com a substituição do volante de tração, revisão dos motores de tração, entre outras ações.

**Subestação** - Modernização de dois transformadores de tração da Subestação com modernização de equipamentos complementares de proteção.

### **Operações Especiais**

- Operação noturna no Teleférico: O serviço de Teleférico iniciou a partir do dia 04/08 a operação noturna até às 20h00.

- Trens Temáticos: Com o intuito de aumentar a demanda e incrementar a relação com a população das cidades atendidas, a EFCJ manteve durante o ano de 2016 os Trens Temáticos: Trenzinho da Páscoa, Trem do Dia das Mães, Trem do Dia dos Pais, Trem do Dia das Crianças, Trem do Forró e Trenzinho do Papai Noel.

- Bike nos Trens: Automotriz A3, que atende o circuito do Trem de Subúrbio, em Pindamonhangaba, e o Trem Turístico de Piracuama, ganhou dois paraciclos (suportes) para quatro bicicletas. A iniciativa visa satisfazer a expectativa de usuários e turistas que complementam sua mobilidade com as bikes no percurso até tomarem o trem ou após desembarcarem dele, rumo ao seu destino final.



**Comunicação e Marketing** - Lançamento da exposição itinerante no Metrô de São Paulo "Estrada de Ferro Campos do Jordão - Um Século de História" contando a história de sua operação. A exposição ficou disponível: na Estação Alto do Ipiranga no mês de maio, na Estação Sé no mês de junho, na Estação Tatuapé no mês de julho, na Estação República no mês de agosto, na Estação Vila Prudente no mês de setembro e na Estação Paraíso nos meses de outubro e novembro.

**Receita não Operacional** - Realizada a licitação de áreas comerciais com objetivo de incrementar novas receitas para a EFCJ como: 15 chalés e 04 áreas de chão no Parque do Capivari em Campos do Jordão e 02 lojas na Estação Eugênio Lefevre em Santo Antônio do Pinhal.

### **Inaugurações**

- Centro de Memória Ferroviária da EFCJ em Campos do Jordão: Implantação e inauguração no mês de dezembro do Centro de Memória EFCJ que valoriza e preserva a história da ferrovia. Utilização do acervo histórico que passa a ser exposto na Antiga Estação Emílio Ribas, localizada no Parque do Capivari em Campos do Jordão.
- Parada Portal em Campos do Jordão: Inauguração no mês de dezembro do ponto de venda de bilhetes no Portal de entrada da cidade, em Campos do Jordão. Esse é o primeiro local com essa destinação inaugurado na ferrovia fora de uma estação.

## **SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS – STM**

### **Empreendimentos:**

#### **Linha 6 – Laranja: Brasilândia-São Joaquim**

Trecho de 15,3 km, um pátio de manutenção, 22 trens e 15 estações, com integrações nas linhas 1-Azul, 4-Amarela e a futura linha 19-Celeste do METRÔ e também com as linhas 7-Rubi e 8-Diamante da CPTM. A linha ligará a região noroeste de São Paulo ao Centro Expandido fazendo articulação de linhas de ônibus das regiões atendidas propiciando a reorganização do transporte coletivo. Além disso, deverá reduzir a saturação de eixos de transporte existentes, como as linhas 3-Vermelha e 11-Coral, ampliando as conexões com a rede metroferroviária. Passará por grandes centros educacionais, como Universidade Paulista - UNIP, Pontifícia Universidade Católica – PUC, Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, Mackenzie, Fundação Getúlio Vargas, Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU.

Esta linha está sendo construída por meio de Parceria Pública Privada - PPP, firmada entre o Governo do Estado de São Paulo e a Concessionária Move São Paulo. O Contrato teve eficácia em 20 de maio de 2014, com prazo de 25 anos de concessão, sendo 6 anos para a implantação da linha e, na sequência, mais 19 anos para operação. A demanda prevista para o trecho Brasilândia-São Joaquim é de 633.000 passageiros/dia.





O processo de desapropriação das áreas privadas, para a instalação dos canteiros já alcançou 94,6% do total e a previsão de conclusão é até março de 2017.

As obras de implantação da Linha 6 - Laranja tiveram início em janeiro de 2015, foram aportados pelo Governo do Estado, até o momento, R\$ 694 milhões para pagamento de eventos de aporte e R\$ 979 milhões para pagamento das desapropriações de 371 imóveis privados.

Por decisão unilateral, a Concessionária Move São Paulo, responsável pela implantação da Linha 6, informou no último dia 2 de setembro de 2016, ter paralisado todas as obras em andamento. A Concessionária alega dificuldades na obtenção do seu financiamento de longo prazo junto ao BNDES, uma responsabilidade exclusiva do parceiro privado definida pelo contrato de Concessão. Por consequência ela vem sendo notificada para que retome as obras, sob pena de multa e penalidades cabíveis.

#### **Linha 18 - Bronze: Tamanduateí (SP) - Djalma Dutra (SBC)**

A Linha 18 Bronze, por meio de um sistema de monotrilho ligará as estações Tamanduateí (METRÔ/CPTM) a Djalma Dutra em São Bernardo do Campo (EMTU), com 15,4 km e 13 estações. A Linha atenderá os municípios de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Santo André e São Paulo e polos educacionais do ABC: Uniban, Instituto Mauá, Universidade Metodista, Fundação Santo André e Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

A implantação da linha será por meio de uma Parceria Público Privada - PPP. A assinatura do Contrato de Concessão Patrocinada nº 011/2014, com a Concessionária do Monotrilho da Linha 18 - Bronze S.A - VEM ABC, se deu em 22 de agosto de 2014, com prazo de vigência de 25 anos. Em novembro de 2016, foi formalizado o 3º (terceiro) Termo Aditivo ao Contrato prorrogando o prazo para a emissão da Declaração de Início de Vigência da Concessão (início das obras) para 22 de maio de 2017.

No período, o Governo do Estado atuou para que a Comissão de Financiamento Externo - COFIEX, vinculada ao Ministério do Planejamento, autorizasse a captação de recurso no valor de US\$ 182,7 para pagamento das desapropriações. Sem o referido recurso não há condição para que seja emitida a “Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão” e o consequente início das obras.

Buscando alternativas ao recurso em análise no COFIEX, o GESP abriu negociação com o Banco do Brasil - BB visando eventual captação de financiamento junto aquela instituição.

Outra possibilidade que se encontra em andamento, em conjunto com a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana - SEMOB, é a obtenção de financiamento, para as desapropriações, junto ao Ministério das Cidades, via recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A Linha 18 - Bronze conta ainda com financiamentos, junto ao BNDES (R\$1.276 milhões) e Ministério das Cidades, via Orçamento Geral da União - OGU (R\$400 milhões), que deverão ser



disponibilizados após emissão da Declaração de Início de Vigência da Concessão, quando será dado início as obras.

### **Concessão e Parceria Pública Privada - PPP**

Concessão conjunta das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro: realizada Audiência Pública em 23/09/16, com disponibilização da minuta do edital, do contrato e demais anexos para Consulta Pública em 01/12/16. A previsão para definição do vencedor da licitação é até 1º semestre de 2017.

A STM realizou avaliação preliminar da manifestação de interesse privado relativo à PPP das Linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda da CPTM, com vistas a subsidiar posição da STM junto ao CGPPP: Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

### **Transportes Coletivos Intermunicipal de Passageiros na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP**

A STM desenvolveu estudos para a Concessão Onerosa dos Serviços Públicos de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP. Foi publicada em 24 de dezembro de 2016, a Consulta Pública para o recebimento de sugestões e considerações para a elaboração da versão final do Edital.

### **Realizações**

**Transporte Coletivo:** Realizou análise de 300 recursos administrativos em segundo grau, interpostos em razão de multa por infração à legislação dos transportes metropolitanos; 42 Informações Técnicas para subsídios à Assessoria Parlamentar sobre projetos de leis, indicações e ofícios dos deputados, prefeitos e vereadores; 04 Informações Técnicas para subsídios aos mandados de segurança; 04 Informações Técnicas para subsídios a ações Judiciais; aprovação de 1.056 estudos técnicos para alteração de características operacionais de linhas intermunicipais, pertencentes às Regiões Metropolitanas do Estado, além de relatórios de acompanhamento da demanda dos sistemas vinculados à Pasta; aplicação de 35.000 multas por infração a legislação dos transportes metropolitanos nas Regiões Metropolitanas do Estado; 12 Reuniões da Comissão de Transporte Coletivo Regular de Passageiros, por ônibus e 12 Reuniões da Comissão de Transporte Coletivo de Passageiros, de Interesse Metropolitano, sob Regime de Fretamento; elaboração de 40 resoluções entre outras atividades.

**Relações Institucionais:** Foi desenvolvido em 2016 trabalhos em seis áreas, conforme suas atribuições legais: articulação institucional, comunicação, sistemas de informação, acessibilidade e gratuidade, meio ambiente e estudos e pesquisas. Participações nas reuniões de Planejamento, Comunicação Visual Temporária, Mobilidade e Segurança para os Jogos Olímpicos Rio 2016, Grande Prêmio de F1 e Lolapalooza 2016. Em parceria com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência participação da 7ª Virada Inclusiva.

**Assessoria Parlamentar:** Durante 2016 a Secretaria por meio da Assessoria Parlamentar,



recepcionou 270 encontros entre deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores e outros segmentos. A secretaria também teve participação efetiva junto às Comissões Permanentes na ALESP no acompanhamento das discussões dos projetos de Lei, convocações, entre outros. Respondeu a 170 demandas, prestando informações ao executivo estadual e municipal, bem como ao legislativo. A Secretaria também está presente em 45 representações (Conselhos, Câmaras e Comitês).

**Ouvidoria e SIC:** Durante 2016 a Secretaria dos Transportes Metropolitanos através da Ouvidoria atendeu a 1.262 cidadãos e no SIC foram atendidos 159.

**Planejamento e Gestão:** A STM promoveu a realização de visita técnica de uma delegação constituída por membros da própria STM e de suas empresas vinculadas à França, dentro com Convênio de Cooperação do GESP com a Ile de France e com o STIF, cujo objetivo foi coletar subsídios para instalação de uma autoridade reguladora para elaboração, monitoramento e fiscalização dos contratos com as operadoras de transporte; aprofundar conhecimentos sobre o sistema de arrecadação e política tarifária dos transportes coletivos parisienses e sobre os sistemas de VLT na Île-de-France.



## SECRETARIA DE TURISMO

### 1. Apresentação

A Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo desenvolve diversas ações de promoção, estruturação e desenvolvimento do turismo paulista.

No ano de 2016 os principais programas, projetos e ações executados foram desenvolvidos pela Coordenadoria de Turismo, pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE e pelo Gabinete, através da implementação no 3º trimestre do “Gabinete Itinerante”.

Na Coordenadoria de Turismo os principais programas foram o Roda SP, Turismo do Saber, Melhor Viagem, TurisMônica, a participação em Feiras e Eventos de Turismo e o Programa de Desenvolvimento Regional do Turismo. No DADE as ações concentram-se na celebração de convênios com os 70 municípios classificados como estâncias turísticas e na implantação da nova categoria dos municípios de interesse turístico. No Gabinete Itinerante o atual Secretário promoveu, pelo interior do Estado, encontros com os Prefeitos atuais, reeleitos e novos para explicar a importância do Turismo para o desenvolvimento do município, aumentando, conseqüentemente, a oferta de emprego e renda para os cidadãos.

### 2. Coordenadoria de Turismo

#### 2.1. Roda SP

O Roda SP em 2016 atendeu um público de 16.254 passageiros, percorrendo 72 municípios, mais de 130 atrativos e 50 estabelecimentos de alimentação. Foi realizada uma edição no Litoral (Baixada Santista), contando com um público de 13.297 pessoas.

Além da operacionalização dos circuitos turísticos do Roda SP, prevendo a economicidade na gestão, a frota de veículos do programa atende também outros projetos, como o Melhor Viagem, o Turismo do Saber, etc. e demais demandas da Pasta.

#### 2.2. Caminha SP

Em 2016 o Caminha SP recebeu 1.288 caminhantes, contando com 43 municípios participantes e 1.389 km de rotas, dentre as quais:

a) **Passos dos Jesuítas**, com 13 municípios do litoral paulista (Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Cubatão, São Vicente, Santos, Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba), percorre 370 km, retomando o caminho feito pelos missionários jesuítas, principalmente Padre Anchieta;



**b) Rota Franciscana**, com 31 municípios, a maior do programa, possui 818 km de percurso, e tem como tema o legado do primeiro santo e missionário brasileiro: Frei Galvão. As cidades integrantes do roteiro são: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Mogi das Cruzes, Monteiro Lobato, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiros, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Paulo, Silveiras, Taubaté e Tremembé.

**c) Rota da Luz**, com 201 km, constitui-se uma jornada de fé, reflexão e meditação. Tem saída de Mogi das Cruzes com destino ao Santuário Nacional de Aparecida, percorrendo 9 cidades paulistas: Mogi das Cruzes, Guararema, Santa Branca, Paraibuna, Redenção da Serra, Taubaté, Pindamonhangaba, Roseira e Aparecida.

### **2.3. Melhor Viagem SP**

Essa iniciativa faz parte do Programa Estadual São Paulo Amigo do Idoso, instituído pelo Decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012, que dispõe sobre a necessidade de implantação de projetos e ações pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta em benefício desse público, que representa 11% da população paulista.

O projeto até 2014 foi desenvolvido por meio de parcerias com colônias de férias e prefeituras e permitiu que os idosos paulistas viajassem para outras localidades do Estado, incluídas opções de alimentação, hospedagem, transporte, lazer e entretenimento, promovendo inclusão e sociabilidade.

Em 2016 o projeto passou a ser desenvolvido em nova proposta, com viagens de um dia (excursões) para destinos turísticos do Estado, com objetivo de conhecer os atrativos turísticos históricos, culturais e naturais dessas localidades, sendo uma experiência que possibilita o enriquecimento cultural, aprendizado e lazer.

Nesse formato, em 2016, foram atendidos: 856 idosos, 21 municípios emissivos e 3 regiões anfitriãs.

### **2.4. Turismo do Saber**

Realizado em parceria com as prefeituras, trata-se do antigo “Caravanas do Conhecimento”, e objetiva levar crianças da rede pública a viagens por cidades paulistas. As viagens tinham a duração de 5 dias, oferecendo alojamento, transporte e 3 refeições por dia, com 2 tipos de modalidade: “Interior na Praia”, realizado em janeiro e “Litoral no Campo”, realizado em julho.

No ano de 2016 o projeto foi desenvolvido em novo formato: com viagens de “Estudo do Meio”, realizadas em 1 dia, com objetivo de possibilitar às crianças uma nova experiência de vida por meio do turismo social, na qual cada participante tem contato, através de atividades lúdicas, com



diferentes paisagens, culturas e hábitos, agregando novos valores, ampliando horizontes e adquirindo conhecimento que será levado para suas vidas.

Trata-se também de uma saída do ambiente escolar, a fim de aprofundar os conteúdos desenvolvidos na sala de aula através da visita a determinados atrativos turísticos. Também é trabalhada a conscientização turística com os alunos participantes, abordando, de forma interdisciplinar, a atividade turística como fator de desenvolvimento sustentável.

Em 2016, nesse novo formato, foram atendidas: 380 crianças, 6 municípios emissivos e 1 município anfitrião.

## **2.5. Programa de Desenvolvimento do Regional do Turismo - PDTR**

O programa apoia e fornece estrutura para eventos turísticos realizados nos municípios paulistas. Prioriza eventos inseridos no calendário oficial de eventos do Estado. A contratação é feita por meio de convênios, não envolvendo recursos financeiros, apenas materiais e de infraestrutura.

Em 2016 foram atendidas solicitações de 29 municípios paulistas e foi realizado o Festival Pé na Areia, com arenas de praia instaladas no litoral paulista.

## **2.6. TurisMônica**

Projeto desenvolvido por meio do contrato ST nº 013/2015, firmado em 29 de setembro de 2015, com a Maurício de Souza Produções, que desenvolveu o material. A cerimônia de lançamento do programa foi realizada em 28/01/2016 no Salão dos Despachos do Palácio dos Bandeirantes, junto com a cessão da Medalha Mário de Andrade ao Sr. Mauricio de Sousa, presente na cerimônia com seus personagens Mônica e Cebolinha.

A Revista em Quadrinhos Especial “Turismo da Mônica”, com conteúdo voltado à educação para o turismo, foi desenvolvido para atender o público de alunos e professores do 1º ao 5º ano da rede pública estadual.

A iniciativa pretende sensibilizar sobre a importância do desenvolvimento responsável do turismo, fazendo com que tal público-alvo seja capaz de disseminar esse notável papel na sociedade.

Referente aos resultados, obteve-se a tiragem de 1 milhão de exemplares, que foram entregues nas escolas estaduais, em parceria com a Secretaria da Educação, que auxiliou na distribuição, e nas 70 Estâncias Turísticas, bem como em outros municípios, órgãos públicos e entidades do *trade*.



## 2.7. Feiras e Eventos

Em 2016 o Estado de São Paulo participou de 10 importantes feiras do segmento de turismo com estande promocional como forma de divulgar seus destinos e circuitos turísticos, sendo elas:

**a) World Trade Market Latin América (WTM)**, feira de porte internacional, que atraiu mais de 6 mil pessoas e gerou uma estimativa de negócios de U\$\$ 363 milhões. Em 2016 a feira foi realizada de 29 a 31 de março no Expo Center Norte, em São Paulo-SP;

**b) AVIESP - Expo de Negócios em Turismo**, feira de porte nacional, com expositores e visitantes de diversos estados brasileiros. Em 2016 a feira foi realizada de 08 a 09 de abril no Expo Dom Pedro, em Campinas-SP;

**c) AVISTAR - Encontro Nacional de Observação de Aves**, feira de observação de aves, teve participação da Secretaria de Turismo e contou com público de estrangeiros e brasileiros. A feira é um importante espaço de promoção do segmento observação de aves, que vem crescendo nos últimos anos, principalmente no Brasil e em São Paulo. Em 2016 foi realizada de 20 a 22 de maio no Instituto Butantan, São Paulo-SP. A Pasta teve um espaço de 18m<sup>2</sup>;

**d) Salão São Paulo de Turismo**, feira de porte estadual, que teve o objetivo de promover os destinos paulistas. Foi realizada em conjunto com Congresso de Turismo Paulista e a Expo Artistas, no período de 22 a 24 de junho de 2016, no Centro de Eventos São Luis, em São Paulo-SP.

**e) 20ª Feira AVIRRP**, feira de porte nacional, teve como principal objetivo a promoção dos destinos nacionais aos agentes de viagem. Foi realizada de 05 e 06 de agosto de 2016 no Centro de Eventos Taiwan, em Ribeirão Preto A pasta participou com um estande de 47,25 m<sup>2</sup>.

**f) Casa Brasil**, ação organizada pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, destinou um espaço para os estados promoverem seus destinos. Com isso, São Paulo, nos dias 15 e 16 de agosto, esteve presente no Armazém II do Pier Mauá, em um espaço que reunia atividades também do Rio de Janeiro e Minas Gerais, apresentando seu potencial, com destaque para: degustação da gastronomia paulista, apresentações artísticas, vídeos e folhetos.

**g) 7º Encontro Paulista de Convention & Visitors Bureau**, promovido pela Associação de Convention & Visitors Bureau de Ribeirão Preto, foi realizado dia 27 de agosto, com o objetivo de reunir as entidades e pensar e promover ações conjuntas para o turismo paulista.

**h) 44ª ABAV - Expo Internacional de Turismo**, promovida pela Associação Brasileira das Agências de Viagem - ABAV, foi realizada no período de 28 a 30/09, no Expo Center Norte. Feira nacional mais representativa do setor, reuniu diversos representantes do *trade* e dos governos estaduais.



i) **São Paulo Boat Show**, que ocorreu no São Paulo Expo, de 06 a 11 de outubro, teve a participação da Setur como forma de promover o turismo náutico paulista.

j) **Feira Regional de Turismo Rural - FEIRATUR**, realizada de 04 a 06 de novembro na cidade de Piedade, no Espaço Kai Kan, contribuiu para promoção dos destinos de turismo rural do Estado.

## **2.8. Materiais e ações promocionais**

Como estratégia de marketing, a Secretaria de Turismo conta com materiais impressos e online distribuídos em eventos, feiras, ações promocionais, reuniões e encontros do turismo paulista, sendo eles:

a) O *Banco de Imagens do Estado de São Paulo*, com 4.400 fotos em alta resolução, de 220 municípios, com download gratuito das fotos, mencionando o crédito do fotógrafo. Está disponível no site [www.turismo.sp.gov.br](http://www.turismo.sp.gov.br). Total de acessos em 2016: 230 mil;

b) *Vídeos promocionais e institucionais*: a Pasta conta com grande variedade de vídeos com acesso fácil no Youtube - Portal de Turismo SP, contando com vídeos das estâncias paulistas, dos segmentos turísticos e dos programas desenvolvidos e institucionais do Estado;

c) *Livro, catálogo, folheto e folder* de promoção do turismo paulista com temas dos segmentos turísticos: Aventura e Ecoturismo; Sol e Praia; Histórico Cultural; Religioso; Rural; Trilhas e Caminhos; Comidas e Sabores;

d) *Aplicativo do Portal de Turismo do Estado* ([www.turismoemsaopaulo.com](http://www.turismoemsaopaulo.com)), disponível para os sistemas iOS, Android e Windows Phone.

## **3. Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias - DADE**

### **3.1. Estâncias Turísticas**

Em 2016 foram assinados 174 convênios com 64 Estâncias Turísticas totalizando o valor de R\$ 222.673.941,59.

### **3.2. Municípios de Interesses Turísticos - MIT**

Neste exercício de 2016 foram encaminhados 34 projetos de lei pela Assembleia Legislativa para análise junto à Pasta, através do DADE, sendo que 15 deles já foram analisados e devolvidos à Casa Legislativa para prosseguimento:





<b>APROVADOS</b>	<b>REPROVADOS</b>
BRODOWSKI	GUARULHOS
BURITAMA	OURINHOS
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	SANTA BRANCA
MARTINÓPOLIS	
MONTE ALTO	
PIEDADE	
RIFANIA	
RUBINÉIA	
SABINO	
TAPIRAÍ	
TATUÍ	
JUNDIAÍ	

#### **4. Gabinete Itinerante**

O atual Secretário, após assumir a Pasta, procurou ouvir e atender o maior número possível de municípios, registrando mais de 1.500 atendimentos a deputados, prefeitos, secretários de turismo, entidades ligadas ao turismo, circuitos, delegações internacionais, representantes do “trade”, dentre outros.

Após as eleições já foram realizados 8 encontros no interior do Estado (Holambra, Ilha Solteira, São José dos Campos, Bauru, Piedade, Campos do Jordão, São José do Rio Preto e Presidente Prudente), com a presença de mais de 100 prefeitos eleitos e reeleitos das regiões.

A Secretaria percorreu cinquenta mil quilômetros, visitando cerca de 100 municípios, sempre recolhendo sugestões e incentivando as cidades a se transformarem em Municípios de Interesse Turístico.



## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### Atribuições Institucionais

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo - PGE é instituição de natureza permanente, essencial à Administração Pública Estadual, vinculada diretamente ao Governador. Definidas como essenciais à justiça, suas atribuições estão previstas no artigo 132 da Constituição Federal, no artigo 98 e seguintes da Constituição Estadual, e na Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015.

Compete à Instituição a representação judicial e extrajudicial do Estado e suas autarquias, inclusive as de regime especial, exceto as universidades públicas; o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo e das entidades autárquicas; o assessoramento jurídico e técnico-legislativo ao Governador do Estado, a promoção, com exclusividade, no que diz respeito à inscrição, o controle e a cobrança da dívida ativa estadual, além da realização de procedimentos administrativos, inclusive disciplinares, não regulados por lei especial.

Para fins de atuação uniforme, a PGE exerce, ainda, a coordenação dos órgãos jurídicos das universidades públicas estaduais, das empresas públicas, das sociedades de economia mista sob controle do Estado e das fundações estaduais.

### Principais atividades desenvolvidas, por área, no ano de 2016:

#### 1. Área do Contencioso Geral

##### 1.1. Medidas Administrativas de Reestruturação e Reorganização da Área do Contencioso Geral

**1.1.1 Decreto Estadual nº 61.782/16 - Obrigações de fazer:** Editado com base em proposta de iniciativa da Procuradoria Geral do Estado, o Decreto nº 61.782/16 modernizou tanto os procedimentos para cumprimento das decisões judiciais de obrigação de fazer como a solicitação dos subsídios para defesa do Estado em juízo, desburocratizando alguns fluxos, simplificando e conferindo maior agilidade à Administração, com previsão expressa de adoção preferencial do meio eletrônico.

**1.1.2. Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR - Assunção do Contencioso:** Celebração de termo de convênio com a Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR, tendo por objeto a transferência das atividades de representação judicial, consultoria e assessoramento jurídico da CPETUR (empresa em liquidação) para a Procuradoria Geral do Estado.

A assunção de tais atividades pela PGE está inserida no processo de dissolução da CPETUR (Lei nº 15.827, de 28 de maio de 2015) e foi necessária em razão da dispensa dos empregados que prestavam serviços jurídicos à empresa estatal.



**1.1.3. Fundação Prefeito Faria Lima - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal CEPAM - Assunção do Contencioso:** Celebração de termo de convênio com a Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, tendo por objeto a transferência das atividades de representação judicial para a Procuradoria Geral do Estado.

**1.1.4. Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP - Assunção do Contencioso:** Celebração de termo de convênio com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – Fundap tendo por objeto a transferência das atividades de representação judicial para a Procuradoria Geral do Estado.

**1.1.5. Informativo Contencioso Geral ACONTECE:** Em 2016 os procuradores que atuam no Contencioso Geral passaram a contar com mais uma fonte de informação. Assuntos de interesse geral da área são transmitidos de modo direto e mais rápido por meio do Informativo “Contencioso Geral - ACONTECE”.

Além das principais ações e medidas administrativas, o informativo trouxe notícias sobre vitórias judiciais, experiências das diversas unidades e outras informações de interesse da área.

**1.1.6. Novo CPC - Intimação Pessoal Eletrônica:** Diante da iminência da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil e de informações recebidas de que magistrados já se movimentavam para proceder à intimação pessoal dos Procuradores do Estado mediante envio de seus despachos e decisões aos seus endereços eletrônicos (e-mails) funcionais, o que poderia acarretar desorganização e descontrole das bancas judiciais, a Procuradoria Geral do Estado encaminhou proposta à Corte Bandeirante buscando compatibilizar, da melhor maneira possível, a prerrogativa legal à realidade prática dos Procuradores.

Tal proposta consistiu na intimação por meio eletrônico em relação aos processos físicos como forma de atendimento da intimação pessoal estabelecida no NCPC para a advocacia pública.

A Corte Paulista acolheu o pedido fixando o entendimento de que a adoção da modalidade de intimação por meio eletrônico em processo físico é plenamente possível, desde que atendidos os ditames da Lei nº 11.419/2006 (Lei de Informatização do Processo Judicial).

**1.1.7. Núcleo PGE-DETRAN:** Dando sequência às medidas de racionalização do trabalho do contencioso geral, e visando, especialmente, minimizar a sobrecarga de trabalho nas unidades regionais, foi criado, por meio da Resolução Conjunta PGE/DETRAN nº 1, de 4-2-2016, o Núcleo de Contencioso PGE/DETRAN-SP, ao qual compete acompanhar as ações judiciais movidas contra a autarquia em matéria de legislação de trânsito, retirando tais ações de todas as unidades do contencioso, inclusive das regionais.

Procuradores do Estado atuam com exclusividade no referido núcleo que funciona nas instalações do próprio DETRAN, o qual disponibiliza, ainda, o apoio administrativo necessário, com as seguintes vantagens:



- melhor organização da atividade de representação judicial do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP;
- otimização dos recursos humanos da PGE;
- atuação estratégica voltada à redução da litigiosidade priorizando o estudo de propostas de alteração da jurisprudência administrativa, inclusive mediante alteração legislativa, se o caso;
- auxílio às unidades regionais que deixarão de atuar em volume expressivo de processos;
- desopressão ao apoio administrativo da PGE, eis que expressiva parcela de tarefas burocráticas (envio de ofícios, cobranças, etc) passarão a ser feitas pelo apoio administrativo da própria autarquia.

**1.1.8. Constituição do Comitê de Monitoramento do Programa Litigar Menos e Melhor - COGEM:** Portaria Conjunta das Subprocuradorias Gerais do Contencioso Geral e do Contencioso Tributário-Fiscal, editada no dia 19 de fevereiro de 2016, constituiu o Comitê de Gestão e Monitoramento - COGEM do Programa “Litigar Menos e Melhor”.

Vinte e um Procuradores do Estado integram o colegiado, sendo quatorze do Contencioso Geral e sete do Contencioso Tributário-Fiscal. Ao Comitê compete avaliar a conveniência e oportunidade de adoção de medidas de racionalização das atividades e de redução da litigiosidade.

**1.1.9. ARTESP - Portaria SUBG/CONTG nº 02, de 02 de maio de 2016:** Medida de especialização e melhor organização do contencioso compreendida no âmbito do Programa "Litigar Menos e Melhor", que concentrou na Procuradoria Judicial a representação judicial da ARTESP nas ações judiciais propostas no território nacional, exceto em matéria imobiliária ou ambiental.

**1.1.10. IAMSPE e Cruz Azul - Autorização para celebração de acordo:** A Resolução PGE nº 20/2016 veiculou autorização para celebração de acordos em ações judiciais em que servidores ativos, militares, inativos, seus pensionistas, dependentes ou agregados pleiteiam a cessação dos descontos para contribuição médico-hospitalar e odontológica ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE e à Caixa Beneficente da Polícia Militar - CBPM e/ou a condenação das autarquias à devolução das contribuições retidas antes do ajuizamento das demandas.

O objeto do acordo se circunscreve à fixação da data de cessação dos descontos de contribuição médico-hospitalar e odontológica, à qual deve corresponder à data da concessão da liminar ou, caso esta não tenha sido concedida, da homologação judicial do acordo, com concomitante desvinculação do servidor, do militar, do inativo, de seus pensionistas ou dependentes do respectivo plano assistencial.



Trata-se de mais uma medida inserida no âmbito do Programa "Litigar Menos e Melhor", que adota uma postura processual inovadora ao permitir o desfecho mais breve dos processos e colaborar para a construção de uma imagem positiva do Estado em juízo, ao privilegiar a conciliação como método de solução dos conflitos.

**1.1.11. Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON:** A Portaria SUBG/CONTG - 5, de 10-8-2016 dispõe que a representação judicial da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon e da Fazenda Pública Estadual nas ações judiciais propostas no território nacional, que envolvam matéria de defesa do consumidor, será feita pelos Procuradores designados para atuar junto à Fundação Procon. A medida caminha no sentido de especialização por matéria.

**1.1.12. Honorários periciais em desapropriações:** Por provocação da PGE, foi constituída comissão administrativa temporária, por meio da Portaria TJ/SP nº 9.044/2014, voltada à formalização de proposta de regulamentação de parâmetros a orientar o arbitramento de honorários periciais nos processos de desapropriação instaurados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado. Integrou tal comissão o Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia de São Paulo - IBAPE, e por conta das conclusões do trabalho realizado, em 2016 referido instituto alterou sua tabela de honorários para excluir o valor do imóvel da base de cálculo dos honorários periciais.

A regra de calcular os honorários de acordo com o valor de imóvel era uma das causas que levava a superavaliações nas desapropriações, especialmente naquelas ajuizadas para viabilizar a obra do Rodoanel - Trecho Norte. A nova tabela do IBAPE já vem sendo aplicada nas perícias realizadas nas desapropriações do Contorno Sul da Rodovia Tamoios.

**1.1.13. Defesa do patrimônio público:** Pela Ordem de Serviço GPJ nº 03/2016, constituiu-se, no âmbito da 6ª Subprocuradoria da Procuradoria Judicial, o Núcleo de Defesa do Patrimônio Público, composto de três bancas especializadas, a partir da necessidade de aperfeiçoar as estratégias e elaboração de diagnósticos na atuação da Procuradoria Judicial no que diz respeito ao combate à corrupção, improbidade administrativa, lavagem de dinheiro e outras práticas lesivas ao erário, no âmbito do contencioso cível.

Referidas bancas atuarão, exclusivamente, independentemente do polo em que figure o Estado de São Paulo, nos expedientes administrativos e processos que versem, ou nos quais se cogite da prática, de improbidade administrativa e ressarcimento ao erário, no que concerne às ações em curso na Capital, exceto quando abranger responsabilidade civil, e nas ações populares em que o Estado de São Paulo e suas autarquias atuem no polo ativo da relação processual.

Os Procuradores que integram as três bancas manterão permanente interlocução, seja no âmbito das Secretarias do Estado, seja em relação a outros órgãos ou Instituições, para fornecimento e obtenção de subsídios, troca de experiências, participação em simpósios ou eventos de sua área de atuação, bem como estabelecer estratégias e celebração de eventuais Termos de Cooperação, no âmbito da sua especialidade.



Aludida iniciativa representa um salto de qualidade e eficiência na atuação da PGE no que tange à proteção e ressarcimento ao erário.

**1.1.14. Execução contra a Fazenda Pública - alteração de normas de serviço pela Corregedoria Geral da Justiça:** Acolhendo pedido formulado pela PGE, a Corregedoria Geral da Justiça - CGJ editou o Provimento CG nº 60/2016 que, alterando as Normas de Serviço, determinou o acréscimo ao rol de documentos considerados indispensáveis que deverão ser digitalizados em casos de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública: o demonstrativo do débito atualizado ou planilha do órgão pagador, quando se tratar de execução por quantia certa, o mandado de citação cumprido, as procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias.

**1.1.15. Núcleo Previdenciário:** A Portaria SUBG/CONTG nº 06, de 25 de outubro de 2016, da Subprocuradoria Geral do Estado da Área do Contencioso Geral, criou o Núcleo Previdenciário, que passou a acompanhar as ações judiciais no território nacional que tenham por objeto controvérsia jurídica atinente a benefícios previdenciários, sua concessão ou revisão.

Depois da bem-sucedida implantação do Núcleo de Contencioso PGE/DETRAN, este núcleo reforça a linha de atuação estratégica fixada pela Subprocuradoria do Contencioso Geral, após a implantação do processo eletrônico em 100% das Comarcas do Estado, calcada na desterritorialização, na especialização e no auxílio às unidades regionais, retirando expressiva carga de trabalho dos Procuradores bem como desonerando os setores de apoio administrativo das Procuradorias Regionais.

**1.1.16. Núcleo de Demandas Repetitivas – Alteração:** As Portarias SUBG/CONTG nº 07 e 08, de 07 de novembro de 2016, estabelecem que as ações judiciais em meio eletrônico movidas originariamente fora da Capital e acompanhadas por referido núcleo terão a fase de obrigação de fazer sob responsabilidade do próprio Núcleo de Demandas Repetitivas, enquanto que a fase de obrigação de pagar será acompanhada pela Coordenadoria de Execuções contra a Fazenda Pública da Capital - CEFAP.

A mudança reforça a linha de especialização que vem sendo adotada nos últimos anos pela área e confere importante auxílio às unidades regionais atendidas pelo Núcleo (Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e São Carlos), retirando expressiva carga de trabalho dos Procuradores e desonerando os setores de apoio administrativo dessas unidades.

**1.1.17. Intensificação do trabalho de identificação de matéria em que a Fazenda do Estado é vencida perante o Poder Judiciário, autorizando a dispensa de recursos:** Edição de dez novas orientações normativas autorizando a dispensa de interposição de recursos versando sobre diversos temas em que o Poder Judiciário já consolidou entendimento desfavorável às teses fazendárias.



**1.1.18. Orientação e uniformização de atuação:** Edição de **dez novos comunicados** conferindo orientação à atuação dos Procuradores do Estado sobre os mais variados temas, evitando dúvidas quanto à forma ou ao conteúdo da linha de defesa do Estado, uniformizando a atuação institucional.

Para buscar maior integração entre os órgãos de contencioso da PGE, realizou-se em 2016 o VI Encontro de Procuradores do Estado do Contencioso Geral, ocorrido por ocasião do 52º Curso de Atualização Jurídica - Encontro Estadual de Procuradores do Estado, oportunidade em que foram discutidos temas de interesse geral da área.

## **1.2. Decisões judiciais relevantes**

Segue breve apanhado das principais vitórias judiciais obtidas pela Procuradoria Geral do Estado, seja porque viabilizaram a concretização de políticas públicas traçadas pelo Estado, seja porque importaram em significativa economia de recursos financeiros ao erário estadual ou evitaram graves danos à Administração Pública, sistematizadas por tema:

### **Secretaria da Fazenda**

- Decisão do Tribunal de Justiça - TJSP em embargos infringentes que afastou o reconhecimento da prescrição de crédito da Fazenda do Estado de São Paulo - FESP em valor superior a R\$ 960 mil, originário de subrogação pelo pagamento de débitos trabalhistas havidos quando da desapropriação do Hospital e Maternidade São Marcos Ltda., de Ferraz de Vasconcelos.

- Decisão do Tribunal de Justiça que determinou a transferência para a conta única do tesouro de 70% do valor dos depósitos judiciais vinculados a processos judiciais dos quais o Estado é parte, considerados todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, proporcionando a transferência de cerca de R\$ 1,7 bilhão ao tesouro.

- Decisão do TJSP que manteve sentença de improcedência em ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo - Sindaúde-SP, visando a condenação da FESP a pagar as diferenças do adicional de insalubridade nos valores de 20%, 30% ou 40% de dois salários mínimos e meio, em virtude de não ter sido observado o reajuste do salário mínimo. Sanou-se o período pretérito, adequando o valor do adicional à Súmula Vinculante 4, do STF, mantendo-se, assim, a improcedência decretada em primeiro grau.

- Adicional de Local de Exercício - ALE - Ajuizamento do primeiro Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR, que objetiva solucionar processos em grande número que cuidem das mesmas questões de direito, tendo como ação originária os autos do processo nº 1051232-50.2015.8.26.0053, em que os autores postulam o recálculo de seus vencimentos, sob o fundamento de que o Adicional de Local de Exercício - ALE, a que fazem jus, foi incorretamente incorporado, nos termos da Lei Complementar nº 1.197/2013, em apenas 50%, motivo pelo qual requerem a incorporação do mencionado adicional no patamar de 100%. A escolha do tema para deflagrar o novo



incidente deu-se em razão da expressiva quantidade de ações judiciais em que se discute o tema (cerca de duas mil) e, também, por ter sido verificado haver panorama favorável da jurisprudência do Tribunal de Justiça Paulista.

- Anuência em celebração de acordo para recebimento da quantia aproximada de 56 milhões de reais, paga pela ALSTOM, em ação de improbidade movida pelo Ministério Público do Estado - MP em decorrência da celebração do Termo Aditivo 10 do Projeto Gisel II (Grupo Industrial para o Sistema da Eletropaulo) envolvendo empresas do grupo Alstom-CEGELEC. O projeto inicial GISEL I, com origem em 1983, objetivou o fornecimento de equipamentos necessários à construção e ampliação de Estações Transformadoras da Distribuição - ETD, necessárias para o fornecimento de energia elétrica para os trens do Metrô. A celebração do acordo passou por profunda análise que envolveu a área da consultoria e o Conselho de Defesa de Capitais do Estado - CODEC.

- Caso ARAGON (prejuízo potencial de mais de R\$ 2,4 bilhões aos cofres públicos) – Decisão do STJ que negou provimento aos embargos de declaração opostos contra o acórdão proferido no RESP 1312526, que havia sido favorável ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

- Decisão do TJSP que deu efeito modificativo aos embargos de declaração para reconhecer que pensionista de ex-empregado da FEPASA não possui direito a receber diferenças pecuniárias em decorrência de equivalência salarial com os empregados ativos da CPTM, por ausência de amparo legal e em decorrência da vedação prevista na Súmula Vinculante n.º 37, do Supremo Tribunal Federal - STF.

- ALE - Decisão da Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais do TJSP no sentido de que a incorporação do ALE aos vencimentos deve ser feita nos termos da Lei Complementar n.º 1.197/2013. Referida decisão acolhe tese da PGE de que, após a edição do diploma legal referido, o ALE foi incorporado na base de 50% em relação ao padrão e 50% em relação ao RTP, em contraposição às decisões discrepantes que redesenhavam a fórmula legal de incorporação, com acréscimo na remuneração dos policiais beneficiários. O impacto total da despesa que será evitada alcança a cifra de aproximadamente 277 milhões de reais por mês.

### **Segurança Pública e Administração Penitenciária**

- Decisão TJSP que suspendeu liminar que paralisava as obras de construção do Centro de Detenção Provisória - CDP de Aguai.

- Decisão do TJSP que negou indenização por morte no Carandiru. Em ação indenizatória movida pelos filhos de detento morto no episódio da rebelião do Carandiru, ocorrida em São Paulo em outubro de 1992, objetivando o recebimento de indenização por danos morais em razão do homicídio de seu pai, após o curso do quinquênio, o TJSP reconheceu a prescrição da pretensão reparatória, tendo em vista o disposto no artigo 200 do Código Civil, segundo o qual “quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva”.





- Decisão do TJSP que suspendeu sentença que estabelecia regras para a atuação da Polícia Militar - PM, proferida nos autos de ação civil pública movida pela Defensoria Pública do Estado - DPE. Na decisão que deferiu o pedido formulado pela PGE, o Presidente do TJSP aponta que o entendimento fixado na sentença suspensa “cria embaraços à regular atividade policial no desempenho de sua missão institucional. Ainda que a decisão questionada preveja a possibilidade de utilização de balas de borracha, gás lacrimogênio e outros meios mais vigorosos ‘em situação excepcionalíssima, quando o protesto perca, no seu todo, seu caráter pacífico’, é certo que tal situação pode gerar dúvida na atuação da PM, que deve ter condições plenas para acompanhar manifestações e intervir imediatamente na hipótese de quebra da ordem” Em outro trecho, destacou o presidente: “Padronizar e burocratizar determinadas condutas, e de forma tão minuciosa, tolhendo a atuação da Polícia Militar e inclusive impedi-la de utilizar meios de defesa, como pretende a Defensoria Pública, coloca em risco a ordem e a segurança públicas e, mesmo, a vida e a segurança da população e dos próprios policiais militares - sobretudo considerando que em meio a manifestantes ordeiros e bem intencionados existem outros tantos com objetivos inconfessáveis ('blackblocs', arruaceiros e ladrões oportunistas)".

- Cassação de diversas liminares proferidas em ações civis públicas ambientais que paralisaram as obras da Unidade Prisional de Santa Cruz da Conceição.

- Revista íntima - Sentença julgou extinta sem julgamento do mérito ação ajuizada por CONECTAS DIREITOS HUMANOS que questiona o procedimento de revista íntima para a visita de familiares, companheiros e cônjuges de reclusos em unidades prisionais de Guarulhos e pedia o reconhecimento da responsabilidade civil do Estado pelos danos morais causados às pessoas que nos últimos 3 anos foram obrigadas a se submeter a tal procedimento, além de R\$ 1.000.000,00, a título de dano moral coletivo, a ser revertido para o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos.

- Decisão do TJSP que afastou a obrigação do Estado de constituir e manter em funcionamento equipes médicas em estabelecimentos penitenciários, observando a Resolução n. 07 do CNPCP, bem como promover a adequação da Santa Casa de Lucélia, dotando-a de infraestrutura física, material e humana para atendimento adequado e adotar medidas para atendimento das solicitações de vagas em Unidades de Terapia Intensiva - UTIs e de cirurgias não eletivas.

- Decisão do TJSP que suspendeu liminar que paralisava pregão eletrônico para a contratação de empresa especializada na prestação e serviços de nutrição e alimentação.

- Decisão do TJSP que suspendeu liminar que paralisava as obras do CDP de Nova Independência, em ação civil pública - ACP que questiona o licenciamento ambiental dessa unidade prisional.



## **Educação**

- Retomada de posse do Centro Paula Souza, invadido por estudantes. Após a noticiada ocupação da sede administrativa do Centro Paula Souza por estudantes de escolas da rede estadual de ensino de São Paulo e de Escolas Técnicas - Etecs, na tarde de 05.05.2016, a PGE ajuizou ação de reintegração de posse, tendo o juiz da 14ª Vara da Fazenda Pública da Capital, concedido a liminar pleiteada. A ordem judicial foi cumprida com sucesso na manhã de 06.05.16.

- Vitórias nas ACPs que questionavam reorganização escolar. Sentença da 5ª Vara de Fazenda Pública da Capital pôs fim a duas ações civis públicas que questionavam o projeto de reorganização escolar apresentado em 2015, pela Secretaria da Educação. Destacou a magistrada: “Ao governar, o administrador traça rumos e toma decisões de acordo com critérios que lhe são exclusivos, porquanto considera-se que, ao ser eleito para chefiar o Poder Executivo, a população concordou – ou deveria ter concordado – com o seu programa de governo, no qual ele apresentou sua plataforma e, conseqüentemente, suas ideias e projetos”.

- Auto de Verificação de Segurança - AVS e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB nas escolas - Decisão do TJSP que julgou improcedente Ação Civil Pública que pretendia regularizar todas as escolas públicas estaduais do Município de São Paulo (mais de mil prédios), no foco da segurança edilícia e da prevenção a incêndios, até a emissão do AVS (pela municipalidade) e do AVCB (pelos Bombeiros), bem como de não instalar, funcionar, administrar e gerir novas unidades sem as tais e prévias provas (AVS e AVCB), em prazo determinado e sob pena de multas. Entendeu o TJSP inexistir determinação e especificação fática da situação peculiar de cada prédio, que desaguou em formulação de demanda ampla e genérica inadmissível e desviada do foco da regular, útil, eficaz e exequível prestação jurisdicional.

- Sentença que desobrigou o Estado de fornecimento de transporte fretado aos alunos de Ribeirão Pires e Mauá, acolhendo expressamente as razões da PGE.

- Decisão do TRF3 favorável à FESP em ação ajuizada pelo Ministério Público Federal - MPF objetivando a reavaliação dos critérios de admissão dos alunos do ensino fundamental, para garantir, também, o acesso de crianças com 06 anos incompletos que comprovarem capacidade intelectual para o ensino fundamental.

## **Saúde Pública**

- Estabelecimento de nova estratégia de atuação em matéria de saúde pública, calcada na redução da litigiosidade, na racionalização das atividades e na maximização dos resultados e priorização dos casos em que forem disponibilizadas pela Secretaria da Saúde, de modo célere e objetivo, as informações técnicas necessárias para a defesa do Estado e as causas com maior e mais significativo impacto financeiro (Orientação Normativa SubG CG nº 38 e o Comunicado SubG CG nº 05/2016).



- Suspensão de liminares que obrigavam o fornecimento de vacina H1N1, em ações civis públicas ajuizadas pelo MPF contra o Estado de São Paulo e os Municípios de Tupã, Herculândia e Pompéia (esta também ajuizada contra a União Federal), objetivando o fornecimento de vacina contra a gripe “influenza A-H1N1” a todos os cidadãos dos respectivos Municípios.

- Decisão do TJSP que afastou a intervenção judicial na gestão pública de saúde do Estado, em ação civil pública do Ministério Público Estadual contra o Estado de São Paulo e o Município de Mogi das Cruzes, objetivando a disponibilização de mais leitos em UTI neonatal para a população de Mogi das Cruzes.

- Decisão do TJSP que obrigou operadora de plano de saúde a ressarcir Estado. A PGE ajuizou ação indenizatória contra Assistência Médica Internacional S/A - AMIL objetivando ressarcimento pelo custeio de tratamento de saúde (fornecimento do medicamento Imatinib 400mg) a um segurado de plano de saúde privado. A ação da FESP foi julgada procedente, condenando a AMIL a “restituir ao Erário Público Paulista o montante de R\$ 14.214,00, com correção monetária desde a data desta sentença (...) e juros de mora de 0,5% ao mês, desde o desembolso”. A AMIL interpôs recurso de apelação, a que o TJSP negou provimento.

- Home Care - IAMSPE - Decisão do TJSP favorável à FESP que reformou sentença que julgou procedente pedido do autor para que o IAMSPE fornecesse serviços de “home care”, sem qualquer limitação temporal, incluindo todos os insumos, materiais, equipamentos e medicamentos solicitados.

- Decisão do TJSP que suspendeu execução ajuizada pelo Município de Sorocaba em face do Estado de São Paulo, objetivando o cumprimento de obrigações assumidas em TAC que, supostamente, não estariam sendo cumpridas pelo Estado, sob o fundamento de que "o Estado de São Paulo não tem realizado a prestação de apoio técnico e financeiro, e engajamento nas ações e serviços de saúde para a implantação do Plano de Ação de Desinstitucionalização dos pacientes com transtornos mentais e adequação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), às quais se obrigou quando da assinatura do TAC". A pretensão material da demanda é no importe de R\$18.592.344,18 (metade do valor que o Município alega ter desembolsado desde a assinatura do TAC - de 2012 até março de 2016 - que correspondeu a R\$37.184.688,37). O Estado foi instado a satisfazer todas as obrigações supra indicadas, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00. Foi interposto recurso pela FESP, ao qual foi deferido o efeito suspensivo, ante a dimensão do interesse jurídico em disputa e a complexidade das obrigações assumidas no TAC.

- Decisão do TRF3 que desobrigou o Estado do fornecimento de canabidiol, revogando a liminar concedida.

- Sentença de Improcedência em ACP ajuizada pelo MP para reativar o serviço de realização de parto de alta complexidade no Hospital Regional de Osasco.



- Decisão do TJSP que cassou liminar, dada em mandado de segurança, que paralisava pregão eletrônico para contratação de gerenciamento de Abastecimento de Combustível de Veículos para a Secretaria Estadual de Saúde (DRS-X de Piracicaba).

### **Transportes**

- Economia de recursos públicos nas desapropriações do Rodoanel-Trecho Norte. Desde 2012, foram ajuizadas 475 ações de desapropriação, com superavaliações em perícias judiciais, fazendo com que o valor apurado a título de indenização superasse, em muito, as avaliações administrativas que embasavam oferta inicial nos autos das ações expropriatórias. Foram formuladas representações à Corregedoria Geral da Justiça - CGJ e ao Procurador-Geral de Justiça - PGJ. No âmbito do Ministério Público Estadual, foi instaurado inquérito civil cuja investigação encontra-se em fase avançada. Paralelamente, e procurando preservar o erário, uma ofensiva judicial foi travada pelos procuradores do Estado da PCAI, com a interposição de recursos, despacho pessoal com magistrados, realização de sustentações orais, entre outras providências, buscando afastar os valores excessivos apurados. O esforço empreendido vem mostrando resultados auspiciosos, como nos casos abaixo, selecionados por amostragem, cuja atuação da PCAI alcançou economia ao erário superior a R\$ 138 milhões:

- Agravo de Instrumento nº 2011432-60.2015.8.26.0000 (Desapropriação n. 3026910-69.2013.8.26.0224 – Guarulhos): afastada a determinação judicial que obrigava a depositar, para fins de imissão na posse, valor referente à área supostamente encravada - economia de R\$ 57.402.197,76.

- Agravo de Instrumento nº 2204240-92.2015.8.26.0000 (Desapropriação n. 3040143-36.2013.8.26.0224 - Guarulhos): afastada a determinação judicial que obrigava a depositar, para fins de imissão na posse, valor referente à área supostamente encravada - economia de R\$ R\$ 20.539.809,80.

- Agravo de Instrumento nº 2046116-11.2015.8.26.0000 (Desapropriação n. 3029158-08.2013.8.26.0224 – Guarulhos): afastada a determinação judicial que obrigava a depositar, para fins de imissão na posse, valor referente à área supostamente encravada - economia de R\$ 19.922.729,34.

- Agravo de Instrumento nº 2257646-28.2015.8.26.0000 (desapropriação n. 1031763-24.2014.8.26.0224 – Guarulhos): afastada a determinação judicial que obrigava a depositar, para fins de imissão na posse, valor referente à área supostamente encravada - economia de R\$ 6.557.812,00.

- Desapropriação n. 1007541-54.2013.8.26.0053 - São Paulo - após apresentação de trabalho técnico produzido pelo assistente técnico da FESP comprovando equívocos no trabalho do perito judicial, reduziu-se de R\$ 21.130.839,00 (valor da avaliação feita pelo perito judicial) para R\$ 4.989.000,00 (valor da oferta) o montante a ser depositado nos autos para fins de imissão na posse - economia de R\$ R\$ 16.141.839,00.



○ Agravo de instrumento nº 2055736-47.2015.8.26.0000 (Desapropriação n. 3017449-73.2013.8.26.0224 – Guarulhos): afastada a determinação judicial que obrigava a depositar, para fins de imissão na posse, valor referente à área supostamente encravada - economia de R\$ 9.894.901,00.

○ Agravo de Instrumento nº 2070321-70.2016.8.26.0000 (Desapropriação n. 1021542-79.2014.8.26.0224 – Guarulhos): afastada a determinação judicial que obrigava a depositar valor referente às áreas remanescentes - economia de R\$ 8.000.000,00.

- Eixo Suspenso: Sentença que julgou improcedente mandado de segurança para impedir a cobrança de tarifa de pedágio pelos eixos suspensos após edição da Lei nº 13.103/15, que concedeu isenção nessa hipótese. A liminar concedida nesse caso já havia sido suspensa pela Presidência do TJSP.

- Balsa Santos-Guarujá: Decisão do TJSP que concedeu efeito suspensivo à apelação interposta contra sentença que determinou à DERSA para, em 90 dias, utilizar ao menos nove balsas para a travessia marítima Santos-Guarujá sempre que o tempo estimado de espera na fila excedesse a vinte minutos.

- Linha 17 - Ouro do Metrô - Sentença que julgou totalmente improcedente ação civil pública movida pela Associação Sociedade Amigos de Vila Inah, buscando a declaração de invalidade da concorrência internacional e do licenciamento ambiental do projeto de construção da linha 17 - Ouro do Metrô, bem como indenização por supostos danos aos moradores da região afetada. A ação foi julgada improcedente e confirmada a regularidade: (1) da escolha do modal monotrilho; (2) da licitação internacional e (3) do licenciamento ambiental (nesses últimos dois pontos foi também aplicada a teoria do fato consumado e declarados prejudicados os pedidos).

### **Meio Ambiente**

- Autotutela contra invasões - Retomada de área do Instituto Florestal em Itirapina, ocupada irregularmente desde a noite de 02.09.2016, por centenas de pessoas. Ao tomar conhecimento de que a área seria reintegrada pela Polícia Militar em 23.09.16, um dos integrantes do grupo da Frente Nacional de Luta - FNL, ajuizou ação declaratória para impedir que o Estado se utilizasse da autotutela para a desocupação da área. O juízo de Itirapina concedeu a tutela de urgência para impedir a reintegração de posse da área sem prévia autorização judicial, sob pena de multa de R\$ 10 milhões e responsabilização dos envolvidos por crime de desobediência. Considerando que a tutela de urgência impedia o Estado de exercer seu dever constitucional de zelar pela guarda e segurança de seus bens, das pessoas e do meio ambiente, a PGE pleiteou a suspensão de tal ordem judicial junto à Presidência do TJSP, acolhida pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Dimas Mascaretti, que reconheceu que a prevalência da tutela de urgência acarretaria dano maior à ordem, à segurança pública e ao meio ambiente, pois a área é de proteção ambiental e estava sendo seriamente degradada, com significativa supressão de vegetação nativa mediante uso de fogo para limpeza de área. Acrescentou,



ainda, que a desocupação fundada no exercício da autotutela do Estado observaria as mesmas cautelas que a providência exigiria caso dimanasse de ordem judicial. Afastada a decisão que impedia o exercício de sua competência constitucional, a Polícia Militar efetuou a retomada da área em 05.10.2016 de modo pacífico e sem maiores transtornos.

- Sentença que determinou a desocupação do Parque Estadual Xixová-Japuí, irregularmente ocupada por indígenas.

- Decisão do STJ que deu provimento ao RESP 1.166.762 para julgar procedente a ação rescisória movida pelo Estado contra Thomaz Pandolfi. O feito originário é uma desapropriação indireta na Serra do Mar, com condenação exorbitante do Estado na conhecida máfia das desapropriações. Com essa decisão houve uma redução de aproximadamente 77% no valor da indenização.

### **Saneamento e Gestão dos Recursos Hídricos**

- Ajuizamento coordenado de ações de desapropriação para as obras do “Polder” no Parque Várzeas Tietê. A atuação estratégica da PGE tem reduzido sensivelmente o valor das indenizações arbitradas nas perícias judiciais.

- Caso Aeroceânica vs Companhia Energética de São Paulo - CESP (condenação potencial estimada em um bilhão de reais). Decisão da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ que, após ingresso da PGE, admitiu a desistência da desapropriação.

### **Patrimônio Imobiliário e Regularização Fundiária**

- Decisão do TJSP que revogou liminar concedida em mandado de segurança impetrado por deputado estadual que paralisava a tramitação do Projeto de lei nº 328/2016, que tem por escopo autorizar a alienação de imóveis da Fazenda do Estado nele especificados.

- Imissão na posse da Fazenda Nazaré em Marabá Paulista, encerrando uma disputa judicial de mais de 16 anos, iniciada no início de 2000, quando o Estado de São Paulo ajuizou ação discriminatória pleiteando o reconhecimento de que a fazenda era constituída por terras devolutas. O ITESP estima que em razão da extensão da fazenda, que tem quase cinco mil hectares, cerca de 230 famílias poderão ser beneficiadas com lotes no novo assentamento.

- Decisão do TJSP que julgou procedente a ação rescisória para desconstituir o acórdão e restabelecer a sentença que julgava parcialmente procedente a ação reivindicatória (determinando a transmissão da posse do imóvel ao Estado e condenando ao pagamento de indenização pelas benfeitorias) de área devoluta localizada no município de Mirante do Paranapanema, com extensão total de 1.359,3607 hectares.



- Decisão liminar proferida em ação de reintegração de posse determinando a imediata desocupação da Fábrica da Cultura do Capão Redondo.

### **Recursos Humanos**

- Decisão do Tribunal Superior do Trabalho - TST que, ao julgar recurso de revista interposto pela PGE, reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar demanda instaurada entre o Estado e servidora a ele vinculada por relação de caráter jurídico-administrativo, anulando todos os atos decisórios e determinando a remessa do feito à Justiça Comum.

- Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - TRT2 que anulou o processo ante a decretação de revelia e o desentranhamento da contestação e documentos juntados pela Fazenda antes da audiência, por entender que houve cerceamento de defesa, em face da existência de autorização para a Procuradoria não comparecer à audiência nas hipóteses que envolvam matéria exclusivamente de direito ou, em se tratando de matéria fática, que não puder ser dirimida por prova oral, reafirmando a diretriz de dispensa de comparecimento dos Procuradores nas audiências trabalhistas.

- Decisão do TST que decidiu pela impossibilidade de inclusão na base de cálculo da sexta parte de verbas cujas leis instituidoras vedem tal prática, confirmando o entendimento de que, conquanto o artigo 129 da Constituição do Estado de São Paulo preveja que a sexta parte deva ser calculada com base nos “vencimentos integrais”, nem todas as verbas percebidas pelo servidor podem integrar a base de cálculo daquela.

- Decisão da Presidência do TJSP que suspendeu tutela antecipada que impedia a emissão de vale alimentação pelo DETRAN.

- Acórdão proferido pela Turma de Uniformização de Jurisprudência do TJSP que fixou a tese de que o Policial Militar Temporário, contratado com base nas leis 11.064/2002 (estadual) e 10.029/2000 (federal) para atuar como soldado PM temporário na prestação de serviço auxiliar voluntário à Polícia Militar paulista, "possui direito apenas ao recebimento de 13º salário e férias anuais, estas acrescidas de 1/3, rechaçando todos os demais direitos pretendidos, assim como adicional de insalubridade, adicional de local de exercício e cômputo do serviço prestado para fins previdenciários."

- Decisão do TST que reiterou o entendimento de que é da Justiça Comum a competência para analisar as ações propostas por ex-empregados da FEPASA buscando a percepção de diferenças de complementação de aposentadoria.

- Decisão do TRT-15 que, em ação civil pública proposta em face do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, assentou não competir à Justiça do Trabalho apreciar ação em que se discute cláusulas de edital de concurso público.



- Decisão do TJSP que extinguiu execução provisória de ação coletiva movida pela Associação de Assistência Social da Polícia Militar do Estado de São Paulo - ASPOMIL, envolvendo recálculo de vencimentos e proventos, assegurando que ela ocorre somente após o trânsito em julgado.

- Decisão do Tribunal Pleno do TRT-15 que fixou “Tese Prevalente” acerca da impossibilidade de extensão dos reajustes fixados pelo Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo - CRUESP aos empregados do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS, da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - FAMERP e da Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, no julgamento do Incidente de Uniformização de Jurisprudência de nº 0006528-86.2015.5.15.0000.

- Decisão do STF (Ministro Luís Roberto Barroso) que proveu Recurso Extraordinário da Fazenda Pública, afastando a tese segundo a qual, investigador de polícia que exerceu dupla jornada prestando serviços, cumulativamente, em unidades da polícia civil diversas da que estava lotado, teria direito à indenização, nos moldes da GAT, para aos Delegados de Polícia, com base na Lei Complementar nº 1.020/07.

### **Política Previdenciária**

- Decisão do TRF-1 que determinou, à União, a renovação do Certificado de Regularidade Previdenciária em favor da FESP e SPPREV, independentemente do preenchimento da guia de Demonstrativo dos Resultados de Avaliação Atuarial - DRAA, até que seja possível o seu preenchimento sem a adoção do regime de capitalização.

- Decisão do Órgão Especial do TJSP que julgou improcedente ação ajuizada pela Federação Interestadual dos Trabalhadores Policiais Cíveis da Região Sudeste e pelo Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de São Paulo da Região de Santos. O acórdão analisou a forma de cálculo dos proventos, destacando que a aplicação da média das remunerações era compatível com os §§3º e 17 do artigo 40, da Constituição Federal, e do artigo 126 da Constituição do Estado. Ademais, reconheceu também a inadmissibilidade da ação direta de inconstitucionalidade - ADI.

### **2. Área do Contencioso Tributário-Fiscal**

A Área do Contencioso Tributário-Fiscal foi reorganizada pela Lei Complementar nº 1.270/2015 como Subprocuradoria - SUBCTF, diretamente ligada ao Gabinete do PGE. É composta pela Assistência de Recuperação de Ativos e a Assistência de Leilões Judiciais, às quais se integram a Procuradoria da Dívida Ativa - PDA, Grupo Especial de Combate à Sonegação Fiscal - GAERFIS, Procuradoria Fiscal SP, Procuradorias Regionais e Procuradoria do Estado em Brasília.

A SUBCTF dedica-se ao gerenciamento administrativo da dívida ativa inscrita e às atividades de incremento da arrecadação tributária, e à condução geral do contencioso judicial de





natureza tributário-fiscal, tendo adotado como premissa em 2016 a redução da litigiosidade para possibilitar concentração de esforços na cobrança de débitos com maior perspectiva de retorno.

Dentre as medidas de gestão da redução de litigiosidade, merecem relevo a edição da Resolução 3/2016 (desistência e não-ajuizamento de execuções fiscais de dívidas inferiores a 600 UFESPs) que implica a redução de quase metade do volume de ações a cargo de cada procurador da área do contencioso tributário-fiscal. E a edição de várias Orientações Normativas dispensando recursos sobre temas variados (IPVA, juros da Lei nº 13.918/09, dentre outros).

No âmbito judicial, a SUBCTF busca a identificação e combate de teses com potencial reflexo negativo para a arrecadação. No ano de 2016, intensificou-se o acompanhamento do contencioso desenvolvido junto aos tribunais estaduais e superiores, com o ajuizamento direto de diversas ações judiciais, precedidas de intensa atuação, oriundas de discussões jurídicas havidas em reuniões com o PGE e outras autoridades, além das reuniões com áreas técnicas envolvidas.

Em 2016 destacam-se o acompanhamento e ajuizamento de ações judiciais junto ao TJSP/Justiça Federal/STJ/STF, a respeito de vários temas de destaque no cenário jurídico, como a repactuação das dívidas do Estado de São Paulo com a União; o repasse de receitas de multas da repatriação de valores; a legitimidade do protesto de CDAs no Supremo Tribunal Federal; a orientação judicial e as providências administrativas para compensação de tributos, além do ingresso em ações concertadas com Procuradorias de outros Estados da Federação. O monitoramento das ações nos tribunais superiores é realizado pela PGE em Brasília.

No Tribunal de Justiça de São Paulo, ingressou-se, em dezembro de 2016, com incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR para defender a legalidade da cobrança de tarifas em contas de energia elétrica (TUST/TUSD).

Destaca-se, por último, no âmbito judicial, importante vitória obtida no Supremo Tribunal Federal, com a defesa da tese do Protesto de Certidões de Dívida Ativa. Esta foi a confirmação da viabilidade desta alternativa fundamental de cobrança que foi iniciada em 2012, premiada em 2014, e totalmente implementada nos últimos dois anos junto aos Cartórios de todo o Estado.

A atividade do **GAERFIS** é voltada para a detecção de grupos econômicos, fraudes estruturadas e blindagem patrimonial com ações de impacto a curto e médio prazos. A atuação conjunta com Delegacias Tributárias variadas e outros órgãos da Secretaria da Fazenda e o Ministério Público ensejou a implementação de algumas medidas judiciais que tiveram acompanhamento especial junto ao Poder Judiciário na Capital, por meio das quais já foram obtidos resultados expressivos. Houve o reconhecimento judicial de fraudes em seis grandes grupos no setor de alimentos, bebidas e combustíveis, com penhoras de valores elevados, apreensão de veículos de luxo, bloqueios via BACENJUD, pagamentos e adesão aos programas de parcelamento, implementação de regimes especiais de recolhimento de ICMS, além da desqualificação de planejamentos sucessórios fraudulentos dentre outros.



Por intermédio do GAERFIS, a PGE firmou termos de cooperação técnica com o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado, além de ingressar no Fórum de Combate a Corrupção - FOCCOSP e Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA. Este fórum é composto por mais de 30 instituições de âmbito nacional que têm como meta difundir, em parceria com a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro - PNLD, discutir e propor ações no âmbito do Estado que visem ao fortalecimento do combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, através da qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, alterações estruturais, propostas de alterações legislativas, dentre outras medidas.

A **Procuradoria da Dívida Ativa**, responsável pelo controle e gestão da dívida ativa, em continuação aos projetos do ano de 2015, implementou em 2016 várias medidas, valendo destacar:

- **Saneamento da dívida ativa**, realizado de forma contínua, tem a finalidade de sanear a base de dados, principalmente dos maiores débitos encaminhados pela Secretaria da Fazenda em junho/2007 (legado), conferindo maior verossimilhança ao estoque da dívida ativa do Estado.

- **Segmentação do estoque da dívida ativa**, com a classificação de cada débito conforme a situação do contribuinte (ex.: falido, cassado, não encontrado, suspenso, ativo, inativo, etc.) e seu efetivo faturamento, de modo a identificar os débitos de maior possibilidade de recuperação e estabelecer metas de arrecadação. Através desse estudo realizado em parceria com a SEFAZ, foi indicada uma provisão de créditos de difícil recuperação correspondente a aproximadamente R\$ 188,2 milhões, representando cerca de 56,6% do total da dívida ativa (R\$ 332.370.929.948,12 - data base de 30.11.2016).

- **Protesto em lote de débitos de ICMS, IPVA, ITCMD, Multas Administrativas e PROCON**, realizado por meio do módulo de protesto eletrônico do Sistema da Dívida Ativa, totalmente automatizado, desde a remessa dos títulos até a emissão da carta de anuência. Esse módulo eletrônico permite, inclusive, a seleção por faixa de valores, localidade, segmento econômico ou espécie de débito. Até novembro/2016, foram objeto de protesto 2.149.160 débitos, envolvendo a cifra de R\$ 15,1 bilhões, entre ICMS Declarado/Autuação, IPVA, ITCMD e Multas, com a arrecadação de R\$ 674.466.640,88, equivalente a 4,46% do valor total protestado. Em 2016 houve incremento do número de protestos para 300 mil/mês, dobrando a arrecadação da cobrança administrativa da dívida ativa estadual.

- **Estudos em fase final para a implantação em 2017 de sistema gerencial de indicadores da dívida ativa**, seguindo a recomendação do Tribunal de Contas do Estado, que possibilitará a aferição de relatórios numéricos e gráficos sobre a performance da dívida ativa, inclusive com dados comparativos por Unidade, Regionais, Seccionais, Comarca e Banca Fiscal, concorrendo para o melhor planejamento e gestão das atividades de cobrança. Após a realização de amplos estudos sobre a melhor alternativa para o Estado foi contratada em novembro de 2015 empresa selecionada



para solução do *Business Intelligence - BI* em nuvem, sendo que o desenvolvimento da customização deverá estar finalizado e homologado já no primeiro trimestre de 2017.

- **Movimentação da Dívida Ativa em 2016:** A Procuradoria Geral do Estado, até 30 de novembro de 2016, promoveu a inscrição em dívida ativa de 1.764.971 débitos, no total de R\$ 23,5 bilhões. Foram ajuizados 257.978 débitos, agrupados em 35.890 execuções fiscais, no montante de R\$ 22,1 bilhões. A arrecadação da dívida ativa processada até 30.11.2016 atingiu a cifra de R\$ 2.739.154.894,47.

### 3. Área da Consultoria Geral

Na Área da Consultoria Geral, várias medidas foram tomadas com o fim de melhor orientar os atos dos gestores públicos, merecendo destaque:

- A completa informatização da elaboração de pareceres e manifestações na área da Consultoria Geral, com a instalação do sistema e treinamento de servidores e Procuradores do Estado em 100% das unidades;

- A integração com do sistema docflow com o sistema PGenet, facilitando a execução das obrigações de fazer por parte da Administração Pública;

- Em parceria com o Centro de Estudos, foram promovidos diversos cursos e treinamentos, inclusive treinamento presencial e à distância com recursos da tecnologia da informação, para procuradores e servidores classificados na capital e no interior do Estado, cursos específicos para questões envolvendo parcerias do Estado e assuntos previdenciários, destacando-se o Núcleo de Estudos de Convênios.

- Criação de Grupo de Trabalho com a área do Contencioso Geral para disciplinar o recolhimento de contribuição previdenciária nos pagamentos de OPVs e precatórios judiciais;

- Acompanhamento de Grupos de Trabalho coordenados pela Secretaria de Governo - Subsecretaria de Inovação e Parcerias, para estudos e desenvolvimento de projetos de PPPs na área da Habitação (Projeto Fazenda Albor), Transportes Metropolitanos (Linhas 5 e 17 de Metrô), concessões de transporte intermunicipal de passageiros, de rodovias e aeroportos;

- Orientação preventiva relacionada a vários temas, como nova forma de contratação de estagiários (CIEE) e cartilha eleitoral.

No que diz respeito aos pareceres jurídicos, foram elaborados pela Área da Consultoria Geral mais de 36.000 pareceres. Dentre eles, merecem destaque:



### **Transportes Metropolitanos**

- Análise de várias questões jurídicas relacionadas à execução dos contratos de concessão patrocinada das Linhas 4 e 6 de Metrô;
- Análise da renovação das concessões de ônibus metropolitanos da RMSP;
- Análise de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro de vários contratos de concessão;

**Logística e Transportes:** Assessoramento em pleitos de reequilíbrio no âmbito da DERSA e ARTESP.

### **Fazenda Pública**

- Assessoramento no processo de securitização de recebíveis de créditos tributários parcelados;
- Assessoramento e elaboração de pareceres nos contratos de empréstimo firmados pelo Estado.

### **Assistência de Gestão de Imóveis - AGI**

- Atuação junto à Administração Pública, Autarquias, Fundações e Empresas, para elaboração de decretos de declaração de utilidade pública ou interesse social, elaboração de minutas de escritura de venda e compra, viabilização de outorgas de uso, bem como apoio jurídico para regularização dominial e fundiária de seus respectivos patrimônios;
- Participação em Conselhos Deliberativos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP, Conselho Intersecretarial Gestor de Assentamentos do Estado de São Paulo - CIGA e Conselho do Patrimônio Imobiliário;
- Apoio ao Conselho do Patrimônio Imobiliário para o atendimento ao programa de alienação de próprios estaduais, com a regularização imobiliária dos imóveis e elaboração dos editais de licitação, bem como para a regular gestão do patrimônio imobiliário do Estado;
- Suporte nas questões imobiliárias em projetos de Parceria Público-Privadas, em especial, da Habitação, Hospitais, METRÔ e Rodoanel - Trecho Norte;
- Apoio jurídico à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP nas regularizações de posse previstas na Lei nº 11.600/2003 e posteriores alterações, assim como, na



regularização fundiária, em especial, do Vale do Ribeira e do Sudoeste Paulista, atuando perante o Núcleo de Avaliação Estratégica - NAE, da Assembleia Legislativa;

- Atuação junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, para a solução das demandas entre o Estado de São Paulo e União, especialmente, relativas aos imóveis recebidos em dação em pagamento da extinta Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, sucedida pela Rede Ferroviária Federal S/A- RFFSA;

- Participação em grupos de trabalho para outorga de concessões em parques urbanos e unidades de conservação;

- Apoio à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP nos processos de legitimação de posse, bem como na elaboração de projetos de lei que visem à atualização da política agrário-fundiária no Estado.

**Procuradoria de Procedimentos Disciplinares - PPD:** Edição de 1567 portarias instauradoras de processos disciplinares e conclusão de 1.646 sindicâncias/processos disciplinares, realização de 2.849 audiências, oitiva de 5.336 pessoas, expedição de 4.692 ofícios.

**Procuradoria Administrativa - PA:** Elaboração de 83 pareceres jurídicos sobre matéria jurídica de interesse da Administração Pública Direta e Indireta, e minuta de 05 petições iniciais de ações diretas de inconstitucionalidade.

**Procuradoria para Assuntos Tributários - PAT:** Elaboração de 29 pareceres jurídicos sobre matéria tributária de interesse da Fazenda do Estado.

**Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:** Elaboração de 10.308 manifestações e 10 pareceres jurídicos na representação e defesa da Fazenda do Estado perante o Tribunal de Contas.

#### **4. Assessoria de Precatórios Judiciais**

Integrante do Gabinete do Procurador Geral, a Assessoria de Precatórios Judiciais administra o Sistema Único de Controle de Requisitórios Judiciais, instituído pelo artigo 3º do Decreto Estadual nº 55.300/2009, por intermédio do qual é mantido o registro cadastral e de pagamentos de todos os requisiitórios da Administração direta e indireta. Esse Sistema reúne informações de todos os requisiitórios (precatórios e requisições de obrigações de pequeno valor) e respectivos pagamentos, tanto da Administração direta quanto das entidades da Administração indireta, para fins de controle estatístico, verificação dos pagamentos e conferência da ordem em que realizados.

Compete à Assessoria supervisionar a inclusão, no referido sistema, das informações próprias dos precatórios e requisiitórios de pequeno valor da Administração direta e das entidades da Administração indireta, e promover de ofício, a requerimento do tribunal, ou mediante solicitação



justificada dos credores ou de terceiros interessados, as retificações cadastrais e alterações que se fizerem necessárias, requerendo às unidades da Procuradoria Geral do Estado e Procuradorias Jurídicas das entidades da Administração indireta, a prestação de informações, sempre que necessário. Ela também atualiza as requisições de pagamento recebidas, calculando periodicamente o montante da dívida pendente de pagamento, discriminando os débitos por entidade, tribunal requisitante, espécie de crédito (alimentar ou não alimentar e, dentre esses, os relativos a desapropriações e a outras espécies) e classe de valor (precatórios e obrigações de pequeno valor).

A Assessoria de Precatórios Judiciais realiza ainda a defesa do Estado e de suas autarquias nos pedidos de sequestro de rendas públicas, bem como nas intervenções federais propostas em face do Governador do Estado, e atua diretamente em todos os demais incidentes administrativos atinentes a precatórios, em trâmite perante as Presidências dos Tribunais.

Por fim, destaca-se a incumbência dos membros da referida Assessoria de transmitir as orientações do tema precatórios aos demais Procuradores.

No ano de 2016, em decorrência da nova Lei Orgânica da PGE, a Assessoria de Precatórios Judiciais prosseguiu na reestruturação dos serviços, com a parcial transferência de suas atividades operacionais para a Coordenadoria de Execuções Contra a Fazenda Pública, com o que sua atuação passou a ser centrada no gerenciamento da dívida, acompanhamento dos pagamentos e orientação dos serviços, merecendo destaque, dentre as realizações mais significativas do ano, o levantamento, em conjunto com a Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral, de mais de R\$ 1,7 bi em depósitos judiciais para o pagamento de precatórios, e a participação na elaboração, discussão e aprovação da PEC 233/16, visando a criar mecanismos que permitam equacionar o pagamento da dívida de precatórios dentro do prazo assinalado pelo STF, quando do julgamento da moratória da EC 62/09.

Pagamento efetivado em 2016, até 30 de novembro - R\$ 2.539.107.883,20, sendo: 1) R\$ 614.483.511,54 em atendimento a requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor, beneficiando 84.879 credores em 21.245 requisitórios; 2) R\$ 1.924.624.371,66 depositados em conta do TJSP, para a realização de pagamentos de precatórios, como previsto pela EC 62/2009.

## **5. Assessoria de Empresas e Fundações**

Essa Assessoria tem por objetivo coordenar, para fins de atuação uniforme, os órgãos jurídicos das empresas públicas, das sociedades de economia mista sob controle do Estado, pela sua Administração Centralizada ou Descentralizada, e das fundações por ele instituídas ou mantidas. Ademais, compete a tal Assessoria representar o Estado nas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias das sociedades em que tenha participação no capital social, observando as orientações traçadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC da Secretaria da Fazenda.

Durante o exercício de 2016, a Assessoria prestou a orientação jurídica necessária à extinção das seguintes entidades da Administração Pública estadual: Companhia Paulista de Eventos e Turismo - CPETUR, Fundação do Desenvolvimento Administrativo - Fundap, Fundação “Prefeito



Faria Lima” - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM e Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador - CERET (esta, ainda em andamento).

Além disso, a Assessoria atuou em conjunto com as Secretarias de Governo e da Fazenda e com outras Assessorias do Gabinete do Procurador Geral do Estado (no caso, a Assessoria Jurídica do Gabinete e a Assessoria Técnico-Legislativa) visando a orientar a aplicação, pelas empresas estatais estaduais, da Lei federal n.º 13.303/2016 (a chamada “Lei de Responsabilidade das Estatais”).

Atuou, também, em procedimento em trâmite na Comissão de Valores Mobiliários - CVM envolvendo o Estado na qualidade de acionista controlador, em questões atinentes à prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário no Estado e na prestação de orientação jurídica em temas relativos a direito societário e direito do trabalho.

## **6. Assessoria Jurídica do Gabinete**

A Assessoria Jurídica do Gabinete - AJG integra o Gabinete do Procurador Geral, e se destina a prestar atendimento jurídico ao Governador, e aos órgãos diretamente a ele vinculados, ao FUSSESP, sem prejuízo de assuntos que lhe sejam submetidos pelo Procurador Geral. No ano de 2016, a AJG desempenhou as seguintes atividades: 573 pareceres elaborados; 313 cotas/manifestações; 75 informações em Mandados de Segurança; 3 informações em mandados de injunção; 18 informações em ações direta de inconstitucionalidade - ADIs; 248 despachos da Chefia, em expedientes sem prévia elaboração de parecer/cota: 248; 1 manifestação em ADPF.

Cumprir destacar os seguintes temas de especial importância e que contaram com acentuada participação da AJG:

- Decreto nº 61.792/2016: Regulamenta o Programa de Regularização Ambiental - PRA no Estado de São Paulo, instituído pela Lei estadual nº 15.684/2015. Minuta elabora em conjunto pela AJG, CJ/SMA e CJ/SAA.
- Decreto nº 61.981/2016: Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração direta e autárquica, da Lei federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil. Além da destacada participação da AJG na elaboração da minuta de decreto, também foram analisados os primeiros editais de chamamento público, termos de fomento e colaboração.
- Parecer AJG nº 193/2016: exercício da autotutela administrativa.
- Participação nas reuniões e respostas a consultas referentes à aplicação, no Estado de São Paulo, da Lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais).



## 7. Assessoria Técnico-Legislativa

À Assessoria Técnico-Legislativa - ATL compete, nos termos da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 (Lei Orgânica da PGE - artigos 3º, IV, e 9º, II) o assessoramento jurídico do exercício das funções legislativas e normativas outorgadas constitucionalmente ao Governador do Estado e o acompanhamento de todas as proposições legislativas.

Até a presente data, visando propiciar elementos ao Governador do Estado para sanção ou veto de proposições, a ATL analisou 254 Autógrafos expedidos pela Mesa da Assembleia Legislativa, apontando eventuais inconstitucionalidades materiais e/ou formais.

Em relação aos vetos, foram elaboradas 70 Mensagens Governamentais. Ressalte-se que tanto os exames de autógrafos quanto os vetos elaborados caracterizam insumo para a proposição de ações diretas de inconstitucionalidade.

Além disso, mediante demanda da Casa Civil, por intermédio do Sistema de Acompanhamento Legislativo - SIALE ou em razão da relevância de conteúdo, a ATL elaborou 166 Notas Técnicas e 2 Pareceres sobre projetos de lei, projetos de lei complementar e propostas de Emenda à Constituição em tramitação na Assembleia Legislativa.

E, a partir de estudos promovidos pelas Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, a ATL analisou e elaborou 35 Mensagens Governamentais relativas a projetos de lei que foram transmitidos à Assembleia Legislativa, alguns já aprovados e convertidos em lei, enquanto os demais encontram-se em tramitação.

## 8. Centro de Estudos

O Centro de Estudos promoveu diversas atividades de aprimoramento e aperfeiçoamento dos Procuradores do Estado e Servidores, direta ou indiretamente. Foram cursos, treinamentos, encontros de área e seminários realizados em suas dependências ou em parceria com outros órgãos e instituições.

Ao longo do ano de 2016, foram disponibilizadas **3314 vagas** em **47 cursos/eventos** promovidos pelo Centro de Estudos, por meio do Serviço de Aperfeiçoamento ou da Escola Superior da PGE - ESPGE.

Os cursos e eventos, em regra, permitem o acompanhamento das aulas e palestras de interesse por meio do sistema de vídeo conferência e, com isso, o acesso ao conteúdo científico por todos os profissionais da Instituição, ainda que não inscritos.

Especificamente, no âmbito da ESPGE foram realizados **quatro cursos de pós-graduação, simultaneamente**, (Especialização em Direito Processual Civil, Especialização em Direitos Fundamentais e Políticas Públicas, Especialização em Direito Tributário Aplicado e Especialização em





Direito e Economia), contemplando, no período, **117** alunos dentre alunos matriculados nos cursos em andamento, alunos em orientação e diplomados, e ainda, dos cursos de extensão e cursos de curta duração que contaram com **933 alunos inscritos**, todos profissionais da Administração Pública. Os cursos de extensão “Novo Código de Processo Civil e a Advocacia Pública” foram ministrados em parceria com a Advocacia Geral da União - AGU e com a Procuradoria Geral do Município de São Paulo – PGM. O curso de curta duração “O Novo Código de Processo Civil – Campinas” foi ministrado em parceria com a Advocacia Geral da União - AGU e com a Escola Superior de Advocacia de Campinas - ESA, as edições de Santos e Bauru foram realizadas em conjunto com a Advocacia Geral da União - AGU e o curso “Primeiras Aplicações do Novo Código de Processo Civil” foi ministrado em parceria com a Advocacia Geral da União - AGU e com a Procuradoria Geras da Fazenda Nacional – PGFN. Todos os cursos de extensão da ESPGE foram realizados com turmas presenciais e virtuais, por meio do sistema de vídeo conferência.

O conjunto de tais atividades resultou a emissão de **1673 certificados de participação**.

Considerando os programas de apoio aos Procuradores e Servidores da Instituição, destaca-se o deferimento de **105** novos pedidos de ajuda financeira relativos a auxílio para frequência a cursos de graduação, pós-graduação, extensão universitária na rede privada de ensino e curso de idiomas, dentre os quais **102** estão em andamento, considerada a duração do benefício. Foram ainda concedidos reembolso de valores despendidos por Procuradores do Estado com a aquisição de material necessário ao desempenho profissional no âmbito dos programas “pró- livro” (**2657**), “pró-software” (**203**) e “pró-hardware” (**110**).

Na área de divulgação, a produção e a publicação de material de apoio, como boletins bimensais e livros/revistas de doutrina, relacionados às atividades do Procurador do Estado, permaneceram como prioridades, com distribuição eletrônica e física, esta última contemplando **7.874** exemplares.

Por fim, destaca-se o apoio do órgão ao desenvolvimento dos Núcleos Temáticos constituídos com fundamento na Resolução PGE n. 197, de 5-12-2002. Ao longo do ano de 2016, o Núcleo Temático de Estudos sobre Convênios, com 26 participantes, todos Procuradores do Estado, instituído pela Resolução PGE nº 8 de 5 de fevereiro de 2016, realizou reuniões com o apoio logístico do expediente do Centro de Estudos.

## **10. Sistemas Informatizados**

A PGE firmou contrato de prestação de serviços com empresa para a implantação do programa de Sistema de Acompanhamento Judicial - SAJ, designado PGE-NET, que já está instalado em todas as Unidades do Contencioso da PGE, inclusive autarquias.

O sistema permite, além do efetivo controle do andamento de todas as ações judiciais do Estado e de suas autarquias, a redução de custos com material, o controle e a classificação do tipo de



ações, a racionalização do tempo do procurador, entre outros significativos benefícios para ampliação da qualidade e da eficiência dos relevantes serviços públicos prestados pela Instituição.

Durante o ano de 2016 o sistema foi utilizado para o ajuizamento eletrônico de processos de execução fiscal em várias comarcas do interior do Estado onde o Tribunal de Justiça implantou o processo digital. Foram ajuizadas cerca de 37.000 execuções fiscais no formato eletrônico, dispensando a impressão dos jogos de ajuizamento e a formação de autos físicos, com expressivo ganho de produtividade para o trabalho de ambos os órgãos.

Como o TJSP concluiu o processo de expansão do processo eletrônico, o sistema da PGE torna-se ainda mais relevante, pois permite aos usuários o acesso direto às imagens dos processos em tramitação no Judiciário e o peticionamento eletrônico, sem a necessidade de acesso ao portal do Tribunal. Esse é um diferencial necessário para dar vazão à quantidade diária de trabalho das bancas.

Além disso, o gerenciamento interno e a automação do peticionamento permitem à PGE o controle integral da distribuição de trabalho, afastamentos e respectivas substituições, e acompanhamento amíúde da atuação das bancas e sucesso das teses.

Para fazer frente ao atual volume e expectativa de crescimento dos processos eletrônicos, o sistema está sendo adaptado para funcionar no formato “workflow”, que permite estender às bancas do contencioso geral a automação atualmente implantada para os processos de execução fiscal.

Há ainda um projeto piloto na comarca de Campinas, no qual as citações da Fazenda Pública estão sendo feitas eletronicamente. Com esse novo formato, em breve não teremos mais atos de oficiais de justiça ou expedição de cartas com aviso de recebimento para realizar as citações em processos de órgãos cujo acompanhamento está a cargo da PGE.

**Sistema da Dívida Ativa:** O sistema da Dívida Ativa passou por processo de aperfeiçoamento para a expansão da inscrição de débitos de novos órgãos estaduais. Houve também a introdução de melhorias para o gerenciamento da Dívida Ativa e emissão de relatórios estatísticos.

**Sistema da Consultoria Geral:** O sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos da Consultoria Geral foi implantado em todas as unidades. A integração com o sistema PGE.net foi homologada, e já é utilizado para a comunicação da PGE com as demais Secretarias de Estado, visando ao recebimento de informações necessárias para a defesa do Estado em juízo, assim como para o cumprimento de obrigações de fazer.

Com essa implantação elimina-se o trâmite de documentos em meio físico entre órgãos estaduais para essa finalidade. Isso confere maior eficiência nos processos e elimina custos com impressão, transporte e triagem de documentos.

**Sistema de Business Intelligence:** A PGE concluiu a homologação da solução de *Business Intelligence - BI* em nuvem. A nova ferramenta possibilita uma administração mais efetiva da dívida



ativa, com maior eficiência na cobrança dos débitos, por meio de relatórios de informações estratégicas e de gestão que subsidiam a tomada de decisões.

Nessa primeira fase do projeto os dados são os disponíveis no Sistema da Dívida Ativa. Com a evolução do sistema e o amadurecimento dos usuários, a base de dados será expandida para analisar informações oriundas de outros sistemas do Estado, como o PGE.net, que faz a gestão dos processos judiciais.

## **10. Gerenciamento Administrativo**

Objetivando assegurar o cumprimento das metas definidas para a redução de despesas, estabelecidas pelo Governo do Estado - Programa Melhoria do Gasto Público 2014/2015 e Decreto nº 61.785/2016, apresentamos a seguir os resultados mais expressivos, alcançados no exercício de 2016.

Na tarefa de renegociação dos contratos e redução dos objetos contratuais, destaca-se a redução dos custos com: serviços de controle, operação e fiscalização de portaria (percentual de redução de 26,04%), serviços de limpeza, asseio e conservação predial (percentual de redução de 63,99%), serviço de vigilância/segurança patrimonial (percentual de redução de 33,33%), serviço de copeiragem (percentual de redução de 22,03%), emissões de passagens aéreas (percentual de redução superou 50%).

Todas as unidades da Procuradoria Geral do Estado continuam com o firme compromisso do uso racional de água e da energia.

Houve redução significativa nos gastos com suprimentos, no segundo semestre de 2016, conforme apontou o sistema de estoque que controla os perfis de consumo, após orientação a todos os requisitantes da importância da utilização de materiais com responsabilidade e economia.

Utilizou-se na Instituição, sempre que possível, o sistema de registro de preços para as compras de maior volume. Durante o exercício de 2016 foram gerenciadas 7 Atas de Registro de Preços (equipamentos de informática, suprimentos de informática, papel sulfite, material de higiene e limpeza, café, confecção de vales-refeição e passagens aéreas).

Foram realizados 19 pregões eletrônicos, 21 contratos decorrentes de BEC Convite, 9 contratações com dispensa de licitação, 2 contratações diretas fundadas na inexigibilidade de licitação, bem como foram mantidos 17 contratos existentes.